SOB A DIREÇÃO DE
BORIS FAUSTO

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

TOMO III O BRASIL REPUBLICANO volume 11

Economia e cultura
(1930-1964)

A *História Geral da Civilização Brasileira* é uma coleção sem paralelo na nossa produção intelectual, abrangendo cronologicamente toda a História do Brasil, em um nível de tratamento elevado, mas não indecifrável. Constitui-se de uma coleção de 11 volumes, dirigida por Sérgio Buarque de Holanda (períodos colonial e monárquico) e Boris Fausto (período republicano). A obra analisa diferentes campos da formação histórica do país, desde a organização material da sociedade até as formas da cultura e do pensamento.

Os dois primeiros volumes foram dedicados à época colonial. Diferentes especialistas estudam o processo de constituição e consolidação do Brasil como colônia portuguesa, abrangendo desde os aspectos econômicos e sociopolíticos até temas como os da medicina colonial, a música barroca, as expedições científicas.

O período monárquico é tratado em cinco volumes. Abre-se com a análise das condições de emancipação do Brasil e se encerra com a crise do regime monárquico e a transição para a República, em um volume, hoje clássico, inteiramente escrito por Sérgio Buarque de Holanda.

O período republicano divide-se cronologicamente em duas épocas: uma anterior e outra posterior a 1930, ano de crise mundial e de revolução no Brasil. Nestes volumes, em número de quatro, diferentes autores analisam desde o processo de implantação da chamada República Velha até as complexas estruturas e relações sociais que caracterizam o Brasil de anos mais recentes. Ao mesmo

HISTÓRIA GERAL
DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

COLABORARAM PARA ESTE VOLUME

MARCELO DE PAIVA ABREU, *do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Instituto de Pesquisas do Instituto de Planejamento Econômico e Social*

PEDRO SAMPAIO MALAN, *do Departamento de Economia da PUC-Rio de Janeiro.*

TAMÁS SZMRECSÁNYI, *do Departamento de Economia da UNICAMP – Campinas.*

PAUL SINGER, *do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo e Pesquisador do Cebrap.*

NEIDE L. PATARRA, *do Departamento de História e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Pesquisadora do Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (FAU-FUPAM).*

JOSÉ OSCAR BEOZZO, *da Faculdade Auxilium de Filosofia (Lins-SP).*

ANTÔNIO FLÁVIO DE OLIVEIRA PIERUCCI, BEATRIZ MUNIZ DE SOUZA, CÂNDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO, *Professores da PUC-São Paulo e Pesquisadores do Cebrap.*

CELSO DE RUI BEISIEGEL, *da Faculdade de Educação da USP.*

GUILHERMINO CÉSAR, *da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

MARIA RITA GALVÃO e CARLOS ROBERTO DE SOUZA, *da Escola de Comunicação e Artes da USP.*

GILBERTO VASCONCELLOS, *Doutor pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

MATINAS SUZUKI Jr., *Crítico de música popular.*

DÉCIO DE ALMEIDA PRADO, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.*

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de *BORIS FAUSTO*, com relação ao período republicano

TOMO III

O BRASIL REPUBLICANO

Volume 11

ECONOMIA E CULTURA (1930-1964)

POR

Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, Beatriz Muniz de Souza,
Cândido Procópio Ferreira de Camargo, Carlos Roberto de Souza, Celso de Rui Beisiegel,
Décio de Almeida Prado, Gilberto Vasconcellos, Guilhermino César, José Oscar Beozzo,
Marcelo de Paiva Abreu, Maria Rita Galvão, Matinas Suzuki Jr., Neide L. Patarra,
Paul Singer, Pedro Sampaio Malan, Tamás Szmrecsányi

Introdução geral
Sérgio Buarque de Holanda

COLABORARAM PARA ESTE VOLUME

MARCELO DE PAIVA ABREU, *do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e do Instituto de Pesquisas do Instituto de Planejamento Econômico e Social*

PEDRO SAMPAIO MALAN, *do Departamento de Economia da PUC-Rio de Janeiro.*

TAMÁS SZMRECSÁNYI, *do Departamento de Economia da UNICAMP – Campinas.*

PAUL SINGER, *do Departamento de Economia da Universidade de São Paulo e Pesquisador do Cebrap.*

NEIDE L. PATARRA, *do Departamento de História e Estética do Projeto da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP e Pesquisadora do Programa de Estudos em Demografia e Urbanização (FAU-FUPAM).*

JOSÉ OSCAR BEOZZO, *da Faculdade Auxilium de Filosofia (Lins-SP).*

ANTÔNIO FLÁVIO DE OLIVEIRA PIERUCCI, BEATRIZ MUNIZ DE SOUZA, CÂNDIDO PROCÓPIO FERREIRA DE CAMARGO, *Professores da PUC-São Paulo e Pesquisadores do Cebrap.*

CELSO DE RUI BEISIEGEL, *da Faculdade de Educação da USP.*

GUILHERMINO CÉSAR, *da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.*

MARIA RITA GALVÃO e CARLOS ROBERTO DE SOUZA, *da Escola de Comunicação e Artes da USP.*

GILBERTO VASCONCELLOS, *Doutor pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.*

MATINAS SUZUKI Jr., *Crítico de música popular.*

DÉCIO DE ALMEIDA PRADO, *da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP.*

SUMÁRIO

LIVRO PRIMEIRO
ECONOMIA E DEMOGRAFIA

LIVRO SEGUNDO

IGREJA, EDUCAÇÃO E CULTURA

NOTA INTRODUTÓRIA

Com este volume, a Bertrand Brasil completa a publicação da História Geral da Civilização Brasileira. *À medida que os livros iam sendo publicados, ao longo dos anos, a produção intelectual no setor de ciências humanas modificou-se e expandiu-se enormemente no Brasil. Surgiram novos temas, as perspectivas mudaram, verdades estabelecidas passaram a ser postas em dúvida. A própria experiência dos anos recentes, cheios de atribulações mas também de esperanças, concorreu para isto.*

De algum modo, os últimos volumes desta História *refletem as rápidas mudanças do campo intelectual. Tornou-se, por exemplo, quase desnecessário contar com a contribuição – aliás, excelente – de historiadores americanos, abundante no volume 8 da coleção. Ao mesmo tempo, as interpretações de cada um dos colaboradores se diversificaram e ganharam, algumas vezes, conteúdo mais polêmico.*

Nem sempre pude contar com todos os autores que desejava, como é inevitável nas obras coletivas. Foi possível, entretanto, reunir um conjunto de pesquisadores da melhor qualidade, a ponto de me limitar às tarefas de organizador nos dois últimos volumes da coleção. Uma situação bem diversa da enfrentada no início dos anos 60 por Sérgio Buarque de Holanda, que se viu obrigado a escrever vários ensaios para o volume 1, aliás, em benefício dos leitores, segundo ele narra na sua Introdução Geral (ver volume 1).

Em meio à publicação da série, ocorreu a morte de Sérgio Buarque de Holanda, a quem vi pela última vez na homenagem que lhe foi prestada em dezembro de 1981, quando foi publicado o volume 10 desta coleção. Não quero trair-lhe a memória calcando na retórica, mas lembrar apenas alguns traços daquele que idealizou a obra e foi responsável por sete de seus onze volumes: a alta qualidade como historiador, a leveza de espírito, o conhecimento enorme atravessando as fronteiras algo artificiais das ciências humanas.

Este último volume consta de dois Livros – Economia e Demografia; Igreja, Educação e Cultura – que o leitor poderá tomar como unidades

autônomas, embora a temática de ambos acabe por se aproximar, através de muitas mediações aqui não explicitadas. Não pretendi obter um inventário exaustivo dos diferentes temas, razão pela qual selecionei aqueles que me pareceram indispensáveis para o conhecimento do período.

Uma palavra acerca da periodização. Obviamente, é mais fácil estabelecer um marco inicial da História do Brasil do que um marco limite para um processo em andamento. Começamos com os tupis e os colonizadores portugueses. Quando terminamos? Precariamente, foi necessário escolher um corte e este recaiu em um acontecimento político de enormes conseqüências: a tomada do poder pelos militares no ano de 1964. Não veja o leitor nisto uma opção de princípio, baseada na crença de que só um certo distanciamento no tempo pode dar ao historiador um mínimo de objetividade. Entre outras coisas, a diversidade de interpretação, a defesa por vezes apaixonada desta ou daquela tese não caracterizam apenas os anos recentes. É certo que estes nos tocam mais de perto, parecem ser sempre decisivos, e isto é verdadeiro, pelo menos no plano da biografia pessoal. Mas o pluralismo interpretativo e a paixão se espraiam pelo tempo, bastando lembrar a polêmica sempre em aberto sobre o significado do escravismo colonial.

A opção por um corte em 1964, tomada já há alguns anos quando organizava estes volumes, deveu-se à necessidade de estabelecer um ponto, sem dúvida artificial, no tempo histórico que marcasse o limite entre duas épocas. E março (ou abril, se quiserem) de 1964 é um claro demarcador de "dois tempos", quaisquer que sejam as continuidades de nossa História. Um demarcador, ou melhor, um verdadeiro detonador não só no plano da política como nos da economia, da cultura, do comportamento. Quem viveu estes anos sabe bem disso. De qualquer forma, não procurei estabelecer este marco final com mão de ferro, atendendo ao desejo de alguns colaboradores, no sentido de prolongar seus estudos até anos mais recentes.

Por último, uma referência sobre o que o leitor não encontrará e o que espero venha a encontrar ao percorrer os onze volumes desta coleção. A História Geral da Civilização Brasileira *– e penso que neste caso posso falar em meu nome e no de Sérgio Buarque de Holanda – não pretende fornecer a verdade sobre o passado histórico, a interpretação correta que se poderia esgrimir contra os "desvios", seja lá que rótulo tenham; nem muito menos pretende fornecer ao leitor um receituário seguro para trilhar os caminhos complexos do futuro. Busca, sim, a partir da colaboração de autores de formação diversa, dar ao leitor um quadro amplo,*

diversificado, muitas vezes contraditório da História brasileira, no estágio atual de nossos conhecimentos.

Isso não quer dizer que o quadro seja de um relativismo irremediável. Pelo contrário, alguns pontos são comuns aos trabalhos e às interpretações apresentadas. Entre eles, o pressuposto de que tentar reconstruir a História brasileira (ou qualquer outra) em suas linhas básicas é um esforço no sentido de desvendar áreas e temas conflituosos, de reavaliar interpretações assentes, sem cair no modismo. Este esforço se opõe radicalmente às operações que conduzem ao apagar ou ao distorcer da memória, em nome da razão de Estado. Opõe-se também à visão subjetiva dos que procuram vislumbrar no processo histórico, a partir de seus desejos, a marcha inexorável de um povo ou de uma classe.

Em poucas palavras, o objetivo proposto é o de ajudar o leitor na compreensão aberta do passado, fornecendo-lhe um referencial, entre outros, que lhe permita estabelecer a ponte de ligação com os problemas e as opções do presente.

BORIS FAUSTO

ECONOMIA E DEMOGRAFIA

LIVRO PRIMEIRO

CAPÍTULO I

O BRASIL E A ECONOMIA MUNDIAL (1929-1945)

1. INTRODUÇÃO*

A política econômica externa brasileira antes de 1930, embora reservasse lugar privilegiado aos Estados Unidos em vista do seu crescente poder de barganha no Brasil, caracterizava-se pela ênfase na manutenção de uma alternativa econômica que contrabalançasse a influência norte-americana, através da diversificação dos parceiros econômicos e financeiros. Esta política de "resseguro" foi aplicada na década de 20, quando Londres ainda se constituía em vital fonte alternativa de recursos financeiros para o Brasil, especialmente no caso dos empréstimos necessários à operação da política de valorização do café.

Na década de 30 esta política mostrou-se, inicialmente, de difícil aplicação. Após curto período caracterizado pelo aumento da influência britânica, explicado em parte pela deterioração das relações políticas entre o Brasil e os Estados Unidos à raiz do exagerado apoio de Washington ao Governo deposto em novembro de 1930, em parte pela maior generosidade da praça de Londres na concessão de empréstimos de curto prazo, o poder de barganha dos Estados Unidos, em vista de seu déficit comercial no intercâmbio com o Brasil, pôde materializar-se sob a forma de conces-

* Em vista de limitações de espaço optou-se pela drástica redução do número de notas e quadros estatísticos. Duas tabelas incorporando dados gerais sobre as transações do Brasil com o exterior foram incluídas no final do artigo e deverão servir de pano de fundo permanente à leitura do texto. As mesmas razões explicam o tratamento menos detalhado do período de guerra em comparação à análise referente à década de 1930. Para um estudo mais aprofundado do período de guerra, ver M. de P. Abreu, *A Economia Brasileira e a Segunda Guerra Mundial: o Setor Externo*, *in* P. Neuhaus (coordenador), *Economia Brasileira: uma visão histórica*, Rio de Janeiro, Campus, 1980.

sões brasileiras na área econômica. O Reino Unido, na verdade, optou por adotar, na década de 30, uma política que enfatizava a proteção de seus interesses financeiros, em prejuízo dos interesses comerciais. A política norte-americana, por outro lado, favorecia bastante explicitamente os interesses relacionados ao comércio e aos investimentos diretos no Brasil, tendendo a considerar de prioridade secundária os problemas relativos à dívida externa. O fortalecimento da posição norte-americana refletiu-se, em 1933-34, na negociação de um tratado de comércio entre o Brasil e os Estados Unidos, a despeito de resistência das autoridades brasileiras, bem como na introdução de um regime cambial relativamente liberal em 1934-35.

A partir de 1934-35, entretanto, os Estados Unidos enfrentaram um outro tipo de ameaça à sua posição sob a forma do notável incremento do intercâmbio comercial teuto-brasileiro, à sombra de acordos bilaterais de comércio. Embora a competição alemã tenha efetivamente deslocado alguns produtos norte-americanos no mercado brasileiro, em termos agregados fica claro que foram os exportadores britânicos que cederam consideráveis parcelas de mercado a seus competidores alemães. A despeito disto, o Reino Unido via-se impossibilitado de adotar métodos radicais para proteger seus interesses, pois o seu balanço bilateral de *pagamentos* com o Brasil era favorável, embora o mesmo não ocorresse com o balanço *comercial,* pois na década de 30 inverteu-se essa característica clássica do intercâmbio econômico entre os dois países.

A despeito de contínua pressão diplomática norte-americana, entre 1935 e 1938 o comércio teuto-brasileiro continuou a expandir-se. Enquanto alguns pretendem ver aí uma prova adicional da habilidade manipuladora de Getúlio Vargas, faz mais sentido atribuir a tolerância norte-americana em relação ao comportamento brasileiro à prevalência dos objetivos estratégicos da política norte-americana sobre os objetivos de curto prazo. A posição "independente" de Vargas decorria diretamente da boa vontade norte-americana em relação ao Brasil: à medida que ficava claro que a contenção da influência alemã na América Latina dependeria do fortalecimento do Brasil às expensas da Argentina – que se mostrava excessivamente rebelde – aceitava-se tacitamente o jogo duplo brasileiro em relação ao comércio de compensação e estabelecia-se, algo utilitariamente, que "a ditadura brasileira é mais aceitável do que outras".

A política externa brasileira no período evoluiu de uma posição que implicava a concessão de tratamento prioritário ao pagamento das obrigações brasileiras, com o intuito de resguardar a imagem e o crédito do país, para uma formulação que se baseava na consideração dos requisitos

da economia para alcançar certas metas econômicas, tais como a maximização de taxas de crescimento do produto.

Embora seja difícil exagerar a importância da influência política e econômica norte-americana durante a guerra, uma vez que os mercados alternativos para produtos brasileiros se haviam fechado, é importante ressaltar que mesmo antes da eclosão da guerra houve uma sensível reaproximação entre os Estados Unidos e o Brasil, especialmente depois da visita da Missão Aranha aos Estados Unidos, em princípios de 1939. Embora as concessões excessivamente generosas do Ministro do Exterior tenham despertado considerável oposição, o fato de Getúlio Vargas ter evitado engrossar o coro de protestos em relação às concessões de seu Ministro indica uma sutil reorientação da política brasileira. Os Estados Unidos, na verdade, adotaram no início da guerra uma política que foi definida com felicidade como de *enlightened self-interest* com base na negociação de acordos de suprimento de materiais estratégicos. De um lado, tratou-se de assegurar, com a concessão de preços relativamente generosos, que a guerra não implicaria desorganização de mercados na América Latina de modo a pôr em risco a estabilidade política na região. De outro, garantia-se o suprimento adequado das necessidades da economia norte-americana, bloqueando, ao mesmo tempo, o suprimento do Reich.

Com o passar do tempo e conseqüente diminuição da importância do apoio político latino-americano, os preços das exportações latino-americanas tornaram-se gradativamente menos generosos à medida que eram erodidos pela substancial inflação que caracterizou a economia mundial durante a guerra. Da mesma forma, a política norte-americana, que no início da guerra apoiava os esforços de países latino-americanos no sentido de substituir importações, pois tais esforços minoravam o impacto desfavorável da diminuição das exportações norte-americanas acarretada pelo esforço de guerra, tendeu, depois de 1944, a retomar os temas típicos da década de 30: protestos quanto à proteção excessiva da indústria doméstica brasileira etc. O acerto da política de longo prazo aplicada pelos Estados Unidos na década de 30 com relação ao Brasil seria confirmado por um longo período de hegemonia econômica e política dos Estados Unidos no Brasil, caracterizado, via de regra, por concessões unilaterais, do parceiro mais fraco.

O importante a ressaltar é a impossibilidade de estudar a economia brasileira durante a década de 30 e a Segunda Guerra Mundial sem contínua referência à inserção do Brasil na economia internacional e, em particular, às pressões exercidas pelos seus principais parceiros comerciais e

financeiros com o objetivo de serem adotadas políticas específicas que lhes fossem favoráveis. Embora os fluxos de comércio e de capitais internacionais tenham minguado em comparação com a situação típica dos anos pré-1930, não é lícito concluir que, em conseqüência, a evolução da economia brasileira possa ser estudada como se o Brasil estivesse isolado da economia mundial.

A economia brasileira na década de 1920

A política econômica seguida na segunda metade da década dos anos 20 permaneceu praticamente inalterada em relação àquela adotada no período anterior à Primeira Guerra Mundial. Como conseqüência direta da posição política extremamente poderosa da oligarquia cafeeira, o principal objetivo era o de assegurar a manutenção dos preços do café em mil-réis, em um nível elevado e estável. A operação conjunta das políticas de valorização do café e de estabilização do mil-réis assegurava a obtenção desses resultados. De um lado, mantinha-se elevado o preço internacional do café através de acumulação de estoques. De outro, impedia-se que a política cafeeira resultasse em apreciação do mil-réis, reduzindo a renda dos cafeicultores em moeda nacional. O papel do financiamento externo era vital para a aplicação destas políticas. O uso de recursos externos para financiar a valorização do café tornava, a um tempo, menos difícil a estabilização cambial e oferecia uma alternativa politicamente menos objetável do que o envolvimento direto das autoridades federais, que seria obrigatório em vista do montante de recursos exigidos.

A despeito de algumas dificuldades relacionadas com o financiamento da estocagem da safra 1927-28, o fluxo de recursos externos foi mantido. Valorização *cum* estabilização parecia ser a política ideal para a continuação da prosperidade econômica do país. A instabilidade que viciava essa política, pois não se tratou de controlar de forma adequada a expansão da área plantada, não era percebida claramente à época.

No final da década oito produtos primários ainda representaram 90% em valor do total das exportações: café (cerca de 70% do total), açúcar, cacau, algodão, mate, tabaco, borracha, couros e peles. Embora o balanço comercial se tenha mantido superavitário no período, as condições favoráveis ao endividamento externo possibilitaram a ocorrência de um *boom* de importações no final da década, o que resultou em pronunciada redução do saldo do balanço comercial. Como conseqüência dos esforços de valorização do café, no final da década os termos de intercâmbio recuperaram seus níveis típicos pré-1914, após haverem caído mais de 60% no início dos anos 20. Em razão da forte expansão da quantidade expor-

tada, a capacidade corrente para importar aumentou em cerca de 40% no mesmo período.

Em relação à pauta de importações, verificou-se uma tendência à redução da importância relativa dos bens de consumo não-duráveis entre o período anterior a 1914 e a década de 20, como resultado da expansão da produção doméstica de têxteis. A importância do Reino Unido como país supridor de bens ao Brasil reduziu-se consideravelmente em benefício dos Estados Unidos.

A tarifa brasileira não sofreu modificações substanciais entre 1900 e o início dos anos 30 em relação aos impostos específicos. Tratou-se, entretanto, de compensar a redução da proteção que resultava da depreciação do mil-réis com o cálculo de uma proporção progressivamente maior do imposto devido tomando por base um mil-réis ouro fictício. A parca evidência disponível indica que o período final dos anos 20 correspondeu a uma razoável redução da alta margem de proteção que beneficiava produtos da indústria doméstica em competição com produtos importados.

A dependência da economia nacional em relação ao fluxo continuado de capitais externos já foi sublinhada. Entretanto, o exame dos dados disponíveis indica que, no caso de empréstimos tomados por órgãos públicos (não existem dados sobre os fluxos de capital referentes a empréstimos privados no período), a entrada líquida de recursos no período só excepcionalmente foi favorável ao Brasil (na década de 1900 e no período de 1926-28). O saldo favorável no balanço comercial e a entrada bruta de capitais privados correspondiam assim, *grosso modo,* às despesas com remessas de lucros e dividendos do capital privado estrangeiro e com remessas de imigrantes. Com o *boom* financeiro do final da década de 20 o saldo líquido positivo na entrada de capitais públicos compensou a redução no tradicional balanço superavitário de comércio. O *boom* em verdade disfarçou a estreita dependência da política de valorização *cum* estabilização em relação ao capital estrangeiro.

A acelerada expansão do produto no período 1926-28 (cerca de 9% ao ano) parece estar em alguma medida associada à forte entrada de capitais estrangeiros (sob a forma de investimento direto e financiamento de obras públicas), bem como à política monetária expansionista vinculada à política de estabilização do mil-réis. O desempenho da economia neste período contrasta com a estagnação que caracterizou o período 1922-26 quando o produto cresceu apenas à taxa de 1,5% ao ano.

Em 1930, estima-se que o capital nominal estrangeiro investido no Brasil fosse da ordem de £500 milhões, divididos igualmente entre inver-

sões diretas e financiamento (basicamente aos três níveis de Governo). Desse total cerca de £200 milhões correspondiam a capitais britânicos e £120 milhões a capitais norte-americanos. A análise estática conduz, entretanto, a resultados enganadores, pois entre 1914 e 1930 os investimentos totais britânicos cresceram apenas 10%, enquanto os investimentos norte-americanos aumentavam 12 vezes. Embora em termos relativos a importância dos investimentos diretos no total das inversões britânicas fosse maior em 1930 do que no caso dos capitais norte-americanos, esses investimentos concentravam-se em setores "tradicionais", tais como serviços públicos (especialmente ferrovias), enquanto parcela considerável dos capitais norte-americanos estava aplicada em setores "modernos", tais como a indústria de transformação e atividades comerciais.

A importância absoluta da participação britânica no capital estrangeiro total aplicado no Brasil, bem como a decadência comercial do Reino Unido no mercado brasileiro são vitais para explicar as diferentes estratégias dos principais parceiros econômicos e financeiros do Brasil na década de 30. Enquanto os norte-americanos tenderam a adotar uma política conciliatória em relação à divida pública externa e concentrar esforços na manutenção de sua posição comercial no mercado brasileiro, a posição britânica era de maximizar os pagamentos financeiros, vendo com resignação o declínio da sua posição comercial durante a década.

De um ponto de vista bastante específico, a contribuição financeira britânica foi crucial no sentido de tornar possível a aplicação da política econômica baseada em valorização *cum* estabilização, pois, com base na legislação antitruste, as autoridades norte-americanas sistematicamente bloquearam a emissão, em Nova York, de empréstimos relacionados à valorização do café.

A dependência em relação à entrada de capital estrangeiro aumentou a vulnerabilidade do Brasil a pressões políticas por parte de interesses influentes no contexto da emissão de novos empréstimos. Isso foi agravado pela importância dos requisitos financeiros associados à operação do esquema de valorização do café. O poder de barganha brasileiro, que era fraco em relação aos Estados Unidos (em vista do volume das importações norte-americanas de café), mas que poderia ser razoável em relação ao Reino Unido (em vista de o balanço comercial britânico ser favorável no caso do Brasil), caracterizou-se por sua fragilidade, especialmente na segunda metade da década de 20.

As nações exportadoras de capital, de fato, não hesitaram em utilizar seu poder de barganha financeiro para extrair concessões econômicas e políticas. Em 1926, por exemplo, quando as autoridades brasileiras mostravam-se particularmente interessadas na obtenção de um empréstimo em Londres, as negociações fracassaram em vista da interferência direta do Foreign Office, motivada pelo desagrado britânico quanto ao comportamento brasileiro na Liga das Nações, desligando-se deste organismo quando foi oferecido um assento permanente do Conselho à Alemanha e desconsiderada pretensão similar da delegação brasileira.

A dependência em relação ao capital estrangeiro forneceu ainda justificativa para a visita de missões financeiras britânicas ao Brasil em 1924 (Montagu) e 1931 (Niemeyer), geralmente com o objetivo não explícito de avaliar a capacidade brasileira de endividamento e recomendar políticas compatíveis com o objetivo de assegurar o pagamento do serviço da dívida.[1] A ausência de iniciativas norte-americanas neste contexto talvez possa ser explicada pela relativa irresponsabilidade de Wall Street durante os anos 20, conseqüência da inexperiência dos Estados Unidos como país credor.

A crise 1929-1931

Em fins da década de 1920, as autoridades encarregadas da política cafeeira, além de incapazes de controlar efetivamente a expansão do número de cafeeiros, adotaram métodos de financiamento da produção baseados no valor comercial do café – e não nos requisitos financeiros necessários às despesas de manutenção –, o que implicou incentivo adicional à expansão do plantio, bem como um *boom* especulativo associado ao aumento de liquidez do sistema. O impacto integral desta política só se fez sentir a partir de 1932, resultando em considerável agravamento, em condições adversas de mercado, dos problemas de colocação do excedente produzido.

A floração da safra de 1929-30, em setembro de 1928, indicava que, ao contrário das expectativas, a safra seria ainda maior do que a grande safra de 1927-28 e que somente uma geada semelhante à de 1918 poderia impedir o colapso dos preços de café, pois era duvidoso se o Estado de São Paulo seria capaz de obter financiamentos no mercado internacional compatíveis com a acumulação de estoques necessária para contornar a situação. A geada não ocorreu, e a safra de 1929-30 constituiu novo recorde de produção de café. O Instituto do Café de São Paulo foi incapaz

[1] Ver, sobre o assunto, M. de P. Abreu. A Missão Niemeyer, *Revista de Administração de Empresas*, São Paulo, vol. 14, nº 4, agosto de 1974.

de levantar os recursos necessários ao controle da oferta, seja no mercado internacional, em vista da falta de receptividade no mercado financeiro londrino, seja no mercado interno, em vista da oposição de Washington Luiz ao comprometimento de recursos federais, num evidente erro de avaliação quanto à seriedade da crise. Na manhã de 11 de outubro de 1929, o comprador oficial do Instituto sentou-se quietamente em seu lugar sem fazer qualquer lance. Os preços do café caíram rapidamente: no final do ano estavam abaixo de 7 *pence* a libra-peso comparados a 11 *pence* antes do princípio da crise; em 1930 e 1931, continuaram a cair até alcançar 4 *pence* por libra-peso.

É importante ressaltar que, embora a crise financeira de Nova York tenha sido de grande importância para explicar os problemas enfrentados pela economia brasileira a partir de 1931, a posição brasileira já era perigosa antes do *crash* financeiro no final de 1929. Já no fim de 1928 era claro que a safra de 1929-30 seria grande, numa conjuntura desestabilizada pelo *boom* da bolsa de Nova York. O total líquido de recursos captados com a emissão de empréstimos públicos brasileiros caiu de £25 milhões (média 1926-28) para £2,5 milhões em 1929. É difícil acreditar que, mesmo no caso de não se haver deteriorado a conjuntura financeira internacional, o rápido aumento dos estoques brasileiros de café não houvesse redundado em crescente relutância dos banqueiros internacionais em suprir recursos às autoridades encarregadas da valorização. Embora o Governo do Estado de São Paulo ainda tivesse lançado um empréstimo de £20 milhões em 1930, seu modesto resultado líquido não seria suficiente para suprir as necessidades de financiamento.

A brutal queda dos preços do café, associada à decisão de manter a paridade cambial do mil-réis e à interrupção da entrada de capital estrangeiro, resultou em rápida erosão das reservas brasileiras e no estabelecimento de um mercado controlado de câmbio (monopólio do Banco do Brasil) ao apagar das luzes da República Velha. As reservas em ouro e divisas, que somavam £31 milhões em setembro de 1929, caíram a £14 milhões em agosto de 1930 e haviam desaparecido em princípios de 1931.

O comércio externo brasileiro sofreu dramaticamente com a Depressão. Em 1931-32 as importações caíram a um terço do seu valor (em libras *esterlinas)* em 1928, enquanto as exportações correspondiam quase que à metade do seu valor no mesmo ano. Em termos de *quantum* as importações decresceram em cerca de 60% entre 1928 e 1932, enquanto as exportações declinaram apenas 17%. Os preços de importação em mil-

réis cresceram 6%, enquanto os preços de exportação caíram quase 25%. Assim, os termos de intercâmbio deterioraram-se cerca de 30% e a capacidade de importar declinou 40% no período.

A gravidade da crise econômica, de fato, foi uma causa importante para a substituição relativamente indolor de Washington Luiz pelo Governo Provisório de Getúlio Vargas em outubro/novembro de 1930. Sob o novo Governo, cujas noções iniciais de política eram rudimentares mesmo se comparadas às do Governo anterior, continuou a erosão das reservas cambiais brasileiras, não bastando a negociação de créditos de curto prazo para cobrir a posição delicada em que se encontrava o Banco do Brasil. Tornou-se impossível manter a paridade do mil-réis, que se desvalorizou 8% entre 1929 e 1930 e 42% entre 1930 e 1931, em relação ao dólar norte-americano. Isso a despeito da intervenção com o objetivo de minorar as perdas de receitas cambiais associadas ao café (com base na posição tradicional quanto à importância brasileira no mercado e à baixa elasticidade-preço da demanda internacional). Cabe ressaltar que o financiamento de estocagem de café, anteriormente assegurado pela colaboração de capitais estrangeiros, passou a ser financiado diretamente pelo Tesouro (no estágio inicial especialmente) e pela taxação de exportações. Além disso, lembre-se o esforço de controle de preços, inclusive, como é sabido, a destruição de estoques de cafés inferiores equivalentes, em 1931, a cerca de 10% da safra de 1931-32, aumentando na década até alcançar o equivalente a mais de 40% da safra de 1937-38, em 1937.

A crise cambial acarretou, ainda em 1931, a suspensão parcial do pagamento de serviço da dívida externa, pois o serviço integral absorveria uma proporção intolerável das receitas de exportação: em 1931-32 um montante de divisas superior ao saldo favorável no balanço comercial, quando este havia crescido substancialmente em vista, entre outras razões, da retratação das importações. Além disso, a depreciação do mil-réis aumentou a carga do serviço da dívida pública externa sobre os orçamentos nos três níveis de Governo, especialmente entre o final de 1930 e setembro de 1931, quando a libra esterlina e o dólar norte-americano mantiveram sua paridade em relação ao ouro.

Os dados disponíveis em relação à evolução do produto real indicam, entretanto, que a gravidade do impacto da Depressão deve ser qualificada. De fato, a queda do nível de atividades no período 1928-32 não parece ter sido notavelmente mais severa do que a que caracterizou o período 1922-26, embora seja verdade que os dados não levam em conta a destruição de café na década de 30. O impacto da Depressão sobre a renda

real foi, é claro, mais desfavorável na medida em que deterioravam os termos do intercâmbio. Em qualquer caso, a recuperação do nível de atividades da economia brasileira foi singularmente rápida se comparada à experiência de outros países.

As conseqüências relativamente suaves da crise sobre a economia brasileira têm sido creditadas tradicionalmente, pelo menos em parte, às políticas do Governo Provisório. Esta interpretação tem sido contestada, sob diversos aspectos, na literatura recente sobre o período que tende a refutar diversos aspectos da interpretação tradicional. Contrariamente ao que esta sugere, as interpretações revisionistas argumentam que a política econômica do Governo Provisório prejudicou a retomada do nível de atividades econômicas e que os anos 30 constituíram período crucial do ponto de vista da aceleração do processo de industrialização brasileira, pois neles a produção industrial não se teria expandido consideravelmente. Além disso, argumenta-se que as políticas do novo regime não teriam favorecido especialmente os interesses da indústria, em oposição aos da cafeicultura.

Limitações de espaço impedem que as sugestões revisionistas que não estejam diretamente relacionadas à política econômica externa brasileira sejam aqui examinadas. Cabe apenas mencionar que a revisão radical proposta por C. M. Pelaez tem sido consideravelmente qualificada por outros autores.[2] Em especial, a sugestão de que as políticas fiscal e cafeeira do Governo Provisório teriam sido "ortodoxas" conflita com os fatos e, em alguma medida, baseia-se no estudo de declarações de intenções dos gestores da política econômica e não na análise da própria política econômica. Curiosamente, na interpretação revisionista mais radical, a adoção de políticas econômicas "ortodoxas" é apresentada como resultado de erros de política econômica, não havendo qualquer tentativa de compreender que o Governo Provisório, não muito solidamente instalado no poder e enfrentando uma séria crise cambial, estava sujeito a pressões por parte de interesses estrangeiros no sentido de adotar políticas compatíveis com a manutenção dos pagamentos externos brasileiros. Tais pressões teriam, obrigatoriamente, de refletir-se no discurso, mas não necessariamente na ação, das autoridades brasileiras.

[2] Ver C. M. Pelaez sobre o assunto, A Balança Comercial, A Grande Depressão, Industrialização Brasileira e As Conseqüências da Ortodoxia Monetária, Cambial e Fiscal no Brasil entre 1889 e 1945, *in Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, vol. 22, nº 1, março de 1968, e vol. 25, nº 3, setembro de 1971, respectivamente. Para a qualificação das propostas revisionistas ver, por exemplo, A. Fishlow, Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil. *Estudos Econômicos*, São Paulo, vol. 2, nº 6, dezembro de 1972.

O argumento de que a recuperação do nível das atividades econômicas deveu-se a fatores externos, que resultaram em considerável expansão do saldo do balanço comercial e em déficits públicos causados pela queda da arrecadação de imposto de importação, deve ser rejeitado. A expansão do saldo do balanço comercial foi conseqüência de um sistema de controle cambial que impedia a importação de bens não essenciais, com o objetivo explícito de gerar divisas para custear o pagamento da dívida externa brasileira.

Uma outra tese revisionista, mencionada originariamente por Warren Dean,[3] que não se sustenta quando confrontada aos fatos é a de que a política econômica do Governo Provisório não teria beneficiado de forma especial o setor industrial, como sugere a interpretação tradicional. Esta tentativa de revisão apóia-se, basicamente, no argumento de que a política comercial do Governo Provisório teria sido antiprotecionista. O argumento, entretanto, pode ser facilmente refutado através da análise da legislação tarifária da época que, sem exceção, contribuiu para um aumento da margem de proteção. Em particular, Warren Dean endossa os argumentos equivocados de um autor contemporâneo[4] para sugerir que a "reforma" tarifária de 1931 teria implicado redução da proteção aos produtos produzidos domesticamente. Em qualquer caso, a importância das margens de proteção tarifária no período 1931-1934 é secundária, pois o sistema de controle cambial impedia a importação de determinados produtos, protegendo de forma absoluta a produção doméstica competitiva.

Em alguns casos, as importações foram controladas ou eliminadas por legislação específica. As adições de álcool à gasolina, de carvão nacional ao carvão importado e de mandioca ao trigo foram tornadas compulsórias. A importação de bens de capital para algumas indústrias cuja capacidade ociosa era considerada excessiva foi proibida. As tarifas que incidiam sobre produtos têxteis, cerâmica e bebida foram substancialmente majoradas. A política cafeeira, que tem sido apresentada pelos críticos da interpretação tradicional como prova de um interesse especialmente agrícola por parte dos gestores da política econômica, deve ser considerada num contexto mais amplo como determinante fundamental da manutenção de demanda efetiva por bens industriais produzidos domesticamente. Foram, entretanto, o controle cambial e a desvalorização do mil-réis

[3] W. Dean, *A Industrialização de São Paulo, 1880-1945*, São Paulo, DIFEL, 1971.
[4] A. B. de Mello, *Política Comercial do Brasil*, Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Estatística, 1933, pp. 100-101

(superior a 100% entre 1929 e 1939 e especialmente pronunciada em 1930-31 e 1934-35), associada a uma inflação modesta segundo padrões brasileiros, que asseguraram o deslocamento de produtos competitivos importados. Do ponto de vista econômico, a interpretação tradicional, embora qualificada por algumas das revisões propostas recentemente, não pôde ser rejeitada.

2. A DÉCADA DE 30

Política cambial e balanço de pagamentos

Entre fins de 1930 e 1934, a despeito de substancial desvalorização do mil-réis em relação ao dólar e à libra, as autoridades brasileiras tentaram evitar uma desvalorização "excessiva". Isso era conseqüência da crença de que se a taxa de câmbio não fosse sustentada haveria uma redução da receita cambial do café, em vista da queda dos preços do café em moeda estrangeira. Esta redução do nível de preços resultaria da importância da parcela do mercado controlada pelo Brasil e da inelasticidade do preço da demanda internacional por café. Além disso, uma taxa de câmbio artificialmente sustentada tornava menos difícil a liquidação dos compromissos do Governo em moeda conversível. A crise cambial do início da década resultou no abandono parcial dos objetivos classicamente duais da política cambial, pois se tornou extremamente difícil conciliar a maximização da renda dos cafeicultores com a maximização da receita cambial cafeeira. A política de manutenção da taxa de câmbio – "artificialmente" mais valorizada do que a taxa de câmbio que seria determinada por um mercado livre de divisas – impedia que os cafeicultores se apropriassem dos lucros que resultariam da desvalorização do mil-réis, que ocorreria não fosse a intervenção governamental no mercado de câmbio. Os interesses ligados à indústria, por seu lado, embora fossem em condições normais também favoráveis a uma política de desvalorização, eram protegidos da competição internacional pela existência do controle de importações. Entretanto, os interesses do café foram ao menos parcialmente compensados quanto às conseqüências desfavoráveis da política cambial pela anistia de débitos bancários em 1933.

As medidas iniciais do Governo Provisório acerca da política cambial foram orientadas por um liberalismo retórico extremamente primitivo, logo desmascarado pela dura realidade. De fato, a abolição do monopólio cambial que havia sido estabelecido no apagar das luzes da República Velha foi justificada com base no argumento de que tal controle era inefi-

caz e protelava o retorno da economia à normalidade. Em 1930-31, na verdade, operou-se uma política cambial aparentemente liberal, mas, na prática, extremamente restritiva, decretando-se moratórias sucessivas em relação às dívidas em moeda estrangeira. Em setembro de 1931, a situação tornou-se insustentável; os pagamentos relativos à dívida pública externa foram suspensos e reintroduziu-se o monopólio cambial do Banco do Brasil. A venda de cambiais de exportação ao Banco do Brasil era obrigatória e a distribuição de cobertura cambial deveria atender a critérios de prioridade que privilegiavam em ordem decrescente: (a) compras oficiais e pagamento (parcial) do serviço de dívida pública; (b) importações essenciais; (c) remessas em geral, incluindo lucros e dividendos, importações em consignação e atrasados comerciais. Infelizmente, não existem informações quanto à implementação do controle cambial; suas conseqüências podem, apenas, ser inferidas da análise da estrutura de importações (ver adiante). É importante notar, todavia, que a baixa prioridade das importações em consignação (tipicamente produtos químicos e combustíveis) conflitava com a prioridade elevada concedida às importações essenciais.

O sistema de controle cambial permaneceu basicamente inalterado até 1934. Foi criado em 1932-33 um mercado "cinzento" alimentado por módico montante de divisas para aliviar a escassez da oferta de divisas principalmente para remessas de lucros. Em meados de 1934, as receitas cambiais não associadas a exportações, bem como a receita cambial gerada por algumas exportações não-tradicionais, foram liberadas do controle cambial.

A escassez de divisas implicou acumulação de atrasados comerciais e financeiros em mil-réis, os quais, além de não renderem juros, ficavam expostos a risco de câmbio numa conjuntura desfavorável. Este problema seria recorrente na década de 30, tornando-se uma das principais fontes de atrito entre o Brasil e seus parceiros comerciais e financeiros. No caso dos interesses franceses e ingleses, o poder de barganha dos respectivos países não era suficientemente forte para justificar a adoção de medidas radicais preconizadas pelos credores (o Embaixador francês, por exemplo, chegou a sugerir que a gerência cambial brasileira ficasse, a exemplo do que ocorria no Egito, em mãos dos credores). Por outro lado, no caso dos Estados Unidos, que tinham real poder de barganha em função da posição do balanço bilateral de comércio, os instintos belicosos da comunidade de empresários norte-americanos no Brasil foram, em geral, contidos pela circunspecção do Departamento de Estado, que se opunha tanto a pressionar o Governo brasileiro para que fosse adotada uma política cambial

que concedesse tratamento preferencial aos créditos norte-americanos (pois acreditava nas vantagens do multilateralismo), quanto a ameaças de imposição de taxação sobre o café brasileiro no mercado norte-americano (pois a inclusão de café na lista de isenções prendia-se a razões estritamente domésticas). Tais fatos, entretanto, não impediram que, em determinadas ocasiões, o Departamento de Estado utilizasse ameaças de imposição de controle unilateral do intercâmbio comercial com o Brasil, ou de taxação aduaneira sobre o café, para extrair concessões do Governo brasileiro, especialmente na primeira metade da década.

Em 1933, em particular, tais ameaças foram ventiladas com sutileza variável, de acordo com o estágio das negociações, no contexto das discussões que resultaram no Acordo Brasil-Estados Unidos relativo a atrasados comerciais e financeiros. As autoridades britânicas inicialmente opuseram-se ao Acordo, pois temiam que os norte-americanos fossem extrair um tratamento cambial discriminatório em favor de seus interesses – a exemplo do que havia feito o Reino Unido na Argentina através do Acordo Roca-Runciman. Por fim, ainda em 1933, os termos do Acordo norte-americano foram estendidos aos atrasados britânicos. É interessante notar, quanto à política econômica externa norte-americana, que, a despeito de temores no Departamento de Estado em relação ao tratamento dispensado pelas autoridades brasileiras aos detentores de títulos da dívida pública externa brasileira, enquanto estava assegurado o pagamento dos atrasados comerciais e financeiros, Roosevelt recomendou expressamente que o Departamento, no caso da dívida pública externa, se limitasse a transmitir ao Governo brasileiro os protestos dos credores. Ainda neste caso configura-se uma clara política norte-americana no sentido de privilegiar os interesses comerciais às expensas dos interesses financeiros, em franco contraste com a política britânica relativa a prioridades cambiais.

O Acordo relativo a atrasados obviamente não resultou em melhoria da escassez crônica de cobertura cambial. Já em 1934 renovavam-se as pressões de empresários norte-americanos para que o Departamento de Estado lutasse pela obtenção de um regime de câmbio preferencial no Brasil. Estas pressões provocaram o envio ao Brasil de uma missão chefiada pelo Professor John Williams, do Federal Reserve Bank of New York, para avaliar a situação cambial brasileira. Em contraste com diagnósticos ortodoxos, tal como o de Niemeyer em 1931, Williams reconheceu que a solução do problema cambial não dependia das autoridades brasileiras e sim da recuperação do nível de comércio internacional e redução dos obstáculos ao livre comércio. O controle cambial só havia sido adotado após

o esgotamento de duas políticas: a de exportação de reservas metálicas e de divisas e a relativa à depreciação cambial; esta última, além de ter conseqüências inflacionárias, no caso do Brasil acarretara redução da receita de exportação em vista da inelasticidade da demanda de café, conjugada ao controle do mercado internacional do produto. A operação do controle cambial podia ser justificada com base na necessidade de obtenção tanto de importações essenciais quanto de divisas a preço razoável para atender aos compromissos cambiais do Governo.

A reversão da tradicional política multilateralista norte-americana só poderia ser justificada pela comprovação de tratamento discriminatório de interesses norte-americanos (a restrição das importações não-essenciais, que prejudicava relativamente mais os EUA, não sendo considerada de cunho discriminatório). Comprovou-se que, de fato, não havia discriminação contrária aos interesses norte-americanos na distribuição de cobertura cambial. Caso fosse aperfeiçoado o sistema de controle cambial e houvesse um relaxamento dos controles então vigentes, Williams não via razões para que fosse alterada a política multilateral norte-americana. Em setembro de 1934, como conseqüência de suas recomendações, toda a cobertura cambial gerada por exportações (exclusive café) foi liberada do controle cambial.

Em início de 1935, em vista da gravidade de crise cambial aparentemente causada pela liberalidade na concessão de licenças para remeter lucros, foi proposta pelo Presidente do Banco do Brasil a suspensão do pagamento do serviço, já reduzido, da dívida externa, na tentativa de manter-se o nível das importações. A crise foi contornada com o envio de uma missão chefiada por Souza Costa a Washington e Londres. Nos Estados Unidos, apesar dos esforços da missão para obtenção de créditos para descongelar os atrasados comerciais, nada foi obtido de imediato. Para apaziguar as preocupações norte-americanas, Souza Costa comprometeu-se a liberalizar o mercado de câmbio e a continuar os pagamentos referentes ao serviço da dívida. O novo regime cambial obrigava os bancos a repassar 35% das cambiais de exportação à taxa oficial para o Banco do Brasil; estas divisas seriam usadas para pagamento de compromissos do Governo. Os 65% residuais das cambiais de exportação seriam negociados no mercado "livre"; também no mercado "livre" seriam adquiridas todas as cambiais necessárias ao pagamento de compromissos no exterior, exceto os do Governo.

No Reino Unido, Souza Costa, após complexas negociações, chegou a um Acordo relativo à concessão de um crédito para descongelar os atrasa-

dos comerciais britânicos. Não teve sucesso, entretanto, em seus esforços de ampliar as negociações para cobrir as relações comerciais anglo-brasileiras, pois as autoridades britânicas tinham consciência de que não lhes interessava perturbar o *status quo*, favorável a seus interesses. Afinal, foi negociado um acordo com os credores norte-americanos nas mesmas linhas do Acordo com o Reino Unido.

É difícil entender a evolução da política cambial brasileira neste período sem referência às relações econômicas e políticas entre o Brasil e os Estados Unidos. A liberalização da política cambial foi, em grande medida, resultado das pressões norte-americanas no sentido de alinhar o Brasil entre os países pró-multilateralismo. A aplicação da política de defesa do multilateralismo por parte dos EUA levou, inclusive, à recusa de propostas brasileiras que resultariam em tratamento cambial relativamente mais favorável dos interesses norte-americanos. É preciso não esquecer, entretanto, que essa tendência à liberalização não pode ser considerada sem referência ao profundo envolvimento do Brasil no comércio de compensação com a Alemanha, que será mencionado adiante.

Depois de fevereiro de 1935, embora a taxa de câmbio para importação tenha permanecido constante até 1937, a taxa de câmbio para exportações variou consideravelmente, pois o Conselho Federal de Comércio Exterior (CFCE) autorizou, com freqüência, isenções parciais ou totais da venda obrigatória de 35% das cambiais de exportação à taxa oficial ao Banco do Brasil. Desta política, acoplada à política cafeeira, resultou uma expansão de 20% no valor das exportações entre 1935 e 1936, enquanto o nível de importações mantinha-se praticamente constante no mesmo período. Durante 1936 e início de 1937 o Banco do Brasil acumulou rapidamente – pela primeira vez na década – uma razoável reserva de cambiais. A relativa folga de posição cambial propiciou a adoção de uma política extremamente liberal em 1937 quanto à remessa de lucros, bem como um relaxamento dos controles de importação, com o intuito de criar um clima de confiança que atraísse a entrada de capitais estrangeiros. A recessão norte-americana em 1937-38, entretanto, implicou o fracasso desta política: o Banco do Brasil, que detinha reservas da ordem de £10 milhões em início de 1937, tinha um descoberto ao final do ano de £6 milhões em moedas conversíveis.

Já em meados de 1937 a Missão Brasileira que visitou os Estados Unidos parecia menos preocupada em examinar os assuntos incluídos em sua agenda (comércio de compensação teuto-brasileiro e o estabelecimento de um banco central) do que com a avaliação das possibilidades de

retaliação norte-americana no caso de suspensão do pagamento do serviço da dívida. Em fins de 1937, a escassez de divisas, fruto, em particular, da substancial elevação das importações, que cresceram cerca de 40% em valor entre 1936 e 1937, forçou a adoção, após o golpe de novembro, do monopólio cambial do Governo, com base em uma taxa única desvalorizada, introduzindo-se um sistema de controle cambial similar ao vigente entre 1931 e 1934. A adoção desta política foi justificada por Vargas como conseqüência direta da reorientação da política cafeeira do Brasil, pois se decidiu abandonar parcialmente a de sustentação de preços seguida desde o princípio do século, esperando-se redução das receitas cambiais. As premissas clássicas a respeito das características do mercado cafeeiro, entretanto, provaram ser precárias, pois a elasticidade-preço da demanda por café resultou ser superior à unidade no curto prazo: entre 1937 e 1939, os preços do café caíram 25% enquanto a quantidade exportada cresceu 40%. Foi a retração da exportação de outros produtos brasileiros que tornou inevitável a suspensão de pagamentos da dívida, considerando-se prioritária a defesa dos níveis de importação.

O controle cambial e de importações depois de 1937 tornou-se, a exemplo do que havia ocorrido na primeira metade da década, o principal instrumento de política comercial. Na prática, a aplicação dos controles de importação resultou ser um instrumento mais eficaz para conter ou reduzir o nível agregado de importações do que para discriminar em favor das importações definidas como essenciais. Não há evidência de que depois de 1937 tenha havido substituição significativa de importações de bens de consumo por importações de matérias-primas.

As dificuldades relativas à escassez de cobertura cambial em 1938 deram origem aos protestos usuais por parte dos credores do Brasil. A política norte-americana baseada na desistência de pressões para obtenção de vantagens a curto prazo, em benefício de um objetivo estratégico, é a principal explicação para a ineficácia dos protestos repetidos de credores privados norte-americanos. Em especial, no Departamento do Tesouro dos Estados Unidos esboçaram-se planos de apoio ao desenvolvimento econômico do Brasil (de longo prazo, portanto), abandonando-se as soluções clássicas de curto prazo, tais como a concessão de crédito para o descongelamento de atrasados comerciais e financeiros. Estas propostas, por mais fantasiosas que fossem, explicam em boa medida o clima favorável das relações bilaterais que possibilitou a visita da Missão Aranha aos Estados Unidos em princípios de 1939.

*

* *

A importância crescente da Alemanha como parceiro comercial do Brasil durante a década torna necessário o exame, com algum detalhe, das relações entre os dois países. Dificuldades relativas à disponibilidade de cobertura cambial levaram o Governo alemão a adotar, em 1934, políticas que assegurassem a redução de despesas em moedas conversíveis. Depois da adoção do Plano Schacht, o Governo do Reich assumiu controle integral das operações cambiais; o comércio alemão seria basicamente realizado através do uso de marcos inconversíveis de compensação e de Acordos bilaterais.

Apesar da oposição norte-americana, que chegou ao nível de ameaçar a imposição de um bloqueio unilateral das divisas geradas pela exportação de produtos brasileiros para os Estados Unidos, um Acordo teuto-brasileiro foi assinado em fins de 1934, estabelecendo o comércio de compensação como forma básica para o intercâmbio de mercadorias entre os dois países e fixando quotas para a importação alemã de alguns produtos. Esta última cláusula devia-se ao interesse brasileiro em assegurar a manutenção de uma proporção fixa entre importações alemãs de café e de algodão, pois o apetite algodoeiro do Reich era praticamente insaciável, em vista do interesse em minimizar dispêndio de divisas importando algodão norte-americano e de o poder de barganha do Reich não ser suficiente para obrigar que o comércio teuto-norte-americano fosse realizado à base de compensação. Como se sabe, a política econômica externa norte-americana – especialmente após a vitória de Sumner Welles sobre os bilateralistas em 1934 – baseava-se na defesa incondicional do multilateralismo.

Vargas fez o que se pode considerar a defesa clássica do Acordo com a Alemanha; tratava-se de não perder o mercado alemão, que absorvia os produtos brasileiros que não eram exportados para os Estados Unidos e sim produzidos em regiões politicamente importantes, como o Nordeste e o Rio Grande do Sul. Aranha, por seu lado, criticou a negociação do Acordo com base no argumento de que, para o Brasil, a Alemanha era de importância relativamente insignificante do ponto de vista econômico e financeiro quando comparada aos Estados Unidos. Subestimava assim, de forma clara, a importância das exportações brasileiras para a Alemanha como maneira de capitalizar apoio político para o Governo central. Na sua volta ao Brasil, em 1938, mostrar-se-ia mais consciente da importância do comércio teuto-brasileiro do ponto de vista político interno.

O comércio teuto-brasileiro cresceu consideravelmente à luz dos acordos bilaterais. De um lado, expandiram-se substancialmente as vendas de café e algodão, neste último caso principalmente às expensas do algodão originário dos Estados Unidos. De outro, o aumento da importância relativa das importações brasileiras originárias da Alemanha foi resultado do deslocamento de especialidades britânicas, tais como carvão, folha-de-flandres, equipamentos elétricos pesados e produtos metalúrgicos. Embora certas especialidades norte-americanas tenham sofrido pesadamente com a competição alemã, especialmente no caso de material de escritório e bens de consumo duráveis, tal competição não foi de molde a reduzir a importância relativa do total de importações originárias dos Estados Unidos, pois as perdas foram mais do que compensadas por ganhos de mercado com relação a outros produtos.

A implementação dos acordos de compensação enfrentou dificuldades entre 1934 e 1938 em vista da oposição dos Estados Unidos e, conseqüentemente, de determinados grupos de pressão dentro e fora do aparelho de Estado. Mas, de maneira geral, o intercâmbio comercial entre a Alemanha e o Brasil manteve-se em níveis significativamente mais elevados do que os típicos em princípios da década. O Brasil conservou durante esses anos uma posição ambígua, prometendo repetidas vezes às autoridades norte-americanas que o comércio de compensação seria reduzido e, ao final, sempre renovando os Acordos de comércio bilateral. Do ponto de vista do interesse nacional, e em vista da patente hesitação norte-americana em utilizar o seu poder de barganha para limitar a importância do comércio bilateral do Brasil, não cabe dúvida de que a política econômica externa adotada foi mais adequada do que a alternativa proposta pelos Estados Unidos: denunciar os Acordos de compensação sem garantia de colocação das exportações que seriam fatalmente deslocadas do mercado alemão.

É difícil concordar com algumas interpretações a respeito da formulação da política brasileira relativa ao comércio de compensação.[5] De um lado, credita-se ou debita-se, de acordo com o ponto de vista à influência dos militares à ênfase na negociação de Acordos de compensação, pois assim seria possível equipar as Forças Armadas. De outro, argumenta-se que a política brasileira foi uma "resposta oportunista" ao acirramento das rivalidades econômicas interimperialistas na década de 30, ao mesmo

[5] Ver, por exemplo, Stanley, Hilton, *O Brasil e as Grandes Potências: 1930-1939. Os Aspectos Políticos da Rivalidade Comercial,* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, *passim.*

tempo mantendo o apoio político norte-americano e expandindo seu comércio com a Alemanha. Os documentos diplomáticos disponíveis indicam que, ao contrário do que se sugere, foi a acumulação indesejável de divisas inconversíveis no contexto dos Acordos de compensação que provocou proposta *alemã* para seu uso na aquisição de material bélico. Quanto às sugestões de que a política brasileira teria sido oportunista, para aceitá-las seria necessário acreditar que padrões éticos que, idealmente, deveriam reger as relações interpessoais encontrariam aplicação automática no domínio das relações econômicas internacionais. Os Estados Unidos adotaram uma política econômica externa apoiada na defesa do multilateralismo, não porque tal política fosse eticamente "aceitável", mas porque, no juízo das autoridades norte-americanas, tal política era a mais adequada do ponto de vista de defesa dos interesses econômicos do próprio Estados Unidos. Similarmente, a política econômica externa brasileira foi definida à luz dos interesses de diferentes setores da sociedade, os quais, no caso em tela, não eram conflitantes. A expansão do comércio teuto-brasileiro favorecia exportadores (que não dispunham de mercados alternativos), importadores, consumidores (que tinham acesso a bens a preços vantajosos que não seriam importados na mesma quantidade no caso de cessar o comércio de compensação) e militares. A adoção de tal política era, além disso, vital do ponto de vista político, pois Vargas dependia do apoio político exatamente dos Estados mais engajados no comércio de compensação.

*

* *

A política econômica externa brasileira, portanto, sofreu modificações importantes no decorrer da década, adaptando-se aos novos problemas enfrentados pelo Brasil quanto às suas articulações com a economia internacional e às modificações no aparelho de Estado propiciadas pelo contínuo rearranjo político que caracterizou o período.

Dois fatores afetaram a estabilidade do balanço de pagamentos do Brasil: a queda brutal dos preços de exportação – que não foi compensada pelo aumento das quantidades exportadas – e a interrupção do influxo de capitais estrangeiros de empréstimo e de risco. Embora inicialmente os desequilíbrios tenham sido enfrentados ortodoxamente, através de uma redução de reservas, estas se esgotaram rapidamente. Por isso, implementaram-se políticas alternativas para corrigir o desequilíbrio. Até 1937, a

garantia de uma oferta "adequada" de divisas que possibilitasse a liquidação das obrigações financeiras já reduzidas era um dos objetivos explícitos da política econômica externa. Para alcançá-lo, adotou-se um regime de controle cambial e de importações que, mesmo quando relaxado em 1934-35, ainda tinha como justificativa básica a garantia de obtenção, pelo Governo, de divisas a uma taxa de câmbio favorável, especialmente para o pagamento de seus compromissos financeiros. Em 1937, entretanto, explicitou-se a contradição entre os programas de investimentos públicos e a manutenção dos pagamentos do serviço da dívida – mesmo em escala reduzida –, o que conduziu a uma reversão da política adotada desde 1930.

Desse modo, o golpe de 1937 correspondeu a um enfraquecimento definitivo da já tão frágil influência britânica no Brasil, pois foram exatamente os pagamentos que mais interessavam a Londres os afetados pela reorientação da política econômica externa. Já durante os anos iniciais da década a interrupção do tradicional fluxo de capitais havia privado o Reino Unido de seu poder de barganha baseado em considerações financeiras. Embora o tradicional saldo britânico no comércio com o Brasil tenha sido substancialmente reduzido, a manutenção de pagamentos financeiros sem contrapartida sob a forma de entrada de capitais permitia a manutenção de um saldo britânico relativo ao balanço de *pagamentos* com o Brasil. Embora a fraqueza implícita na posição do Reino Unido tenha sido inicialmente ocultada pela sua relativa boa vontade em relação à concessão de empréstimos de curto prazo e pela deterioração das relações políticas entre o Brasil e os Estados Unidos, no final da década ficava cada vez mais clara a sua fragilidade estrutural. Esta tendência era, de fato, agravada pela política britânica de privilegiar a defesa de interesses financeiros às expensas de interesses comerciais.

A posição norte-americana, embora enfraquecida no período inicial da década pela inabilidade política dos Estados Unidos em 1930, passou gradativamente a espelhar o real poder de barganha que decorria da posição dos Estados Unidos como comprador de café brasileiro. Além disso, a influência relativa dos grupos de pressão nos Estados Unidos era tal que as prioridades se concentravam na defesa dos interesses comerciais e do fluxo de remessas de lucros, invertendo, portanto, a ordenação que caracterizava a política britânica. Apesar de o Governo norte-americano haver utilizado, em alguns casos, seu poder de barganha, como, por exemplo, em 1934-35, em relação ao problema cambial, para extrair concessões do Brasil, não há dúvida de que, via de regra, a política norte-americana em

relação ao Brasil foi extraordinariamente comedida. Esta tendência da política norte-americana deveu-se, em parte, à ênfase na defesa do multilateralismo que a caracterizou a partir de 1934 e, principalmente, à prioridade das considerações de longo prazo à medida que se configurava um projeto estratégico dos Estados Unidos em relação ao Brasil.

Comércio e política comercial

Com a recuperação do nível de atividades, depois de 1931-32, tornou-se impossível manter os níveis extremamente baixos de importações que haviam caracterizado o período imediatamente após 1930. De fato, nos anos finais da década os saldos na balança comercial reduziram-se drasticamente, resultado de uma tendência crescente, por parte dos gestores da política econômica, a conceder prioridade à importação de bens necessários à manutenção de uma taxa "razoável" de expansão do produto nacional, às expensas dos compromissos em moeda estrangeira sem relação direta com o desempenho da economia.

Enquanto nos anos iniciais da década a estrutura das exportações manteve-se praticamente inalterada, a partir de 1934 a importância relativa das exportações de café declinou sensivelmente, resultado da diversificação das exportações e, em especial, da notável expansão das exportações de algodão. A participação dos EUA nas exportações totais reduziu-se ligeiramente, a exemplo de outros mercados tradicionais brasileiros. Esta tendência foi compensada pelo aumento da importância do Reino Unido e da Alemanha, bem como do Japão nos últimos anos da década. É importante frisar que a importância relativa do mercado alemão não alcançou, mesmo nos anos mais favoráveis, os níveis típicos do período anterior à guerra de 1914-18 e que a maior importância das exportações destinadas ao Reino Unido e à Alemanha decorreu em grande medida das alterações estruturais da pauta de exportações.

Após os anos iniciais da década, quando a restrição do total das importações implicou ganho relativo das importações de matérias-primas e alimentos, e a redução do ritmo de investimentos resultou em redução brusca das importações de bens de capital, a estrutura das importações estabilizou-se, reduzindo-se a importância das importações de bens de consumo não-duráveis em relação à década anterior. Em termos de quantidade, as importações de bens de consumo não-duráveis e de bens de capital para usos não-industriais mantiveram-se em torno de 50% dos níveis alcançados em 1928. As importações de bens de capital para uso na indústria, entretanto, a partir de 1935 mantiveram-se em torno de 80 a 90% das quantidades típicas do período pré-depressão.

As conseqüências da recessão sobre a distribuição de fatias do mercado brasileiro que correspondiam a cada país supridor têm sido freqüentemente mal interpretadas pelos analistas do período. De fato, com base na análise das estatísticas usuais de comércio exterior, parece ser o caso de que entre 1928 e 1938 a participação norte-americana no mercado brasileiro caiu de 27% para 23%, a britânica de 22% para 10%, a francesa de 6% para 3%, enquanto a alemã crescia de 12% para 25%. Os ganhos alemães são, entretanto, superestimados pelas estatísticas brasileiras, pois as faturas relativas a produtos alemães eram lançadas em marcos do Reich e não em marcos de compensação. As participações corrigidas indicam que a fatia norte-americana mantém-se inalterada antes de 1939, em torno de 23-25%, o mesmo ocorrendo com a participação combinada da Alemanha e do Reino Unido, em torno de 28-32%. O que houve foi uma substituição drástica de produtos britânicos por produtos alemães: a participação britânica cai de 19% para 11%, enquanto a alemã cresce de 12% para 20% das importações totais brasileiras.

Até 1933, o comércio brasileiro seguiu seu tradicional padrão triangular: saldo favorável com os Estados Unidos, França e Alemanha, desfavorável com o Reino Unido e a Argentina. Na segunda metade da década, enquanto o saldo na balança comercial com os Estados Unidos reduziu-se consideravelmente, o balanço comercial com o Reino Unido tornou-se favorável.

A tarifa nominal em vigor até 1934 era ainda a tarifa Murtinho, de 1900, que havia sofrido algumas modificações marginais durante sua vigência. Como já mencionado, entretanto, com a finalidade de evitar a erosão na margem de proteção à indústria doméstica – em vista de as tarifas serem basicamente específicas – uma proporção gradativamente mais importante do imposto de importação passou a ser calculada na base de mil-réis ouro. As condições que favoreciam o endividamento externo na década de 1920 possibilitaram a manutenção da proporção que devia ser cobrada em ouro a partir de 1923, acarretando sensível redução da proteção à indústria doméstica, apesar do reajustamento das tarifas nominais no caso de alguns produtos cujos interesses eram mais bem representados politicamente, especialmente têxteis. O Governo Provisório, não obstante as declarações de intenções antiprotecionistas, aumentou a proteção à produção doméstica através de: (*a*) aumento de impostos específicos; (*b*) aumento de ágios mil-réis papel – mil-réis ouro; (*c*) consumo compulsório de matérias-primas de produção doméstica (carvão, álcool, mandioca) e

(*d*) proibição de importação de equipamentos para determinadas indústrias, caracterizadas por sua capacidade ociosa de produção. A introdução conjunta em 1931 de uma tarifa provisória e de cobrança integral em mil-réis ouro praticamente não afetou a tarifa nominal. O cálculo direto da margem de proteção – comparação da tarifa que realmente incidia sobre as importações com os preços de importação – indica que a proteção à indústria nacional, longe de reduzir-se sob o Governo Provisório, aumentou consideravelmente até 1934 (de 30% sobre o valor importado em 1928 para 45% em 1934), reduzindo-se a níveis semelhantes aos de 1928 na segunda metade da década. Ao nível de produto específico o quadro é menos claro; a incidência do imposto de importação sobre diversos insumos (combustíveis, lubrificantes) e sobre bens de consumo não-duráveis aumentou consideravelmente na década, enquanto se reduziu no caso de outros (especialmente manufaturas de ferro e aço), estabilizando-se – surpreendentemente – no caso de bens de consumo duráveis (automóveis etc.).

Obviamente, a proteção tarifária é apenas um dos fatores relevantes para explicar a margem de proteção à indústria doméstica; a razão relevante é aquela entre preços internacionais convertidos a mil-réis (levando-se em conta a tarifa) e preços domésticos. Uma decomposição da tentativa dos diversos fatores que influenciam esta razão de preços indica que a melhoria acelerada das condições competitivas da indústria doméstica entre 1928-31 deveu-se preponderantemente à desvalorização do mil-réis em relação às moedas-referência, pouco tendo a ver com a evolução da política tarifária. De qualquer modo, tendo em vista que a oferta de cobertura cambial durante quase toda a década de 30 (excetuando o período 1934-37) esteve sujeita a uma gradação de prioridades em princípio definida na base da essencialidade das importações, comparações de nível de proteção à base da evolução da tarifa podem ser enganadoras.

Embora seja arriscado generalizar a respeito da posição dos industriais nacionais quanto à política tarifária na década, não há qualquer evidência de crítica à política tarifária implementada. Apenas quando da reforma tarifária de 1934 e do tratado de comércio com os Estados Unidos, em 1935, trataram os industriais, liderados por Roberto Simonsen e Euvaldo Lodi, de evitar – em grande medida com sucesso – graves danos à produção industrial doméstica em competição direta com produtos importados. A reforma de 1934 resultou em um aumento da tarifa específica agregada da ordem de 15%; a redução na margem de proteção que se verificou depois de 1935 – mas nunca abaixo dos níveis

de 1928 – deveu-se ao aumento considerável dos preços de importação em mil-réis, causado, em grande medida, pela desvalorização que resultou do novo regime cambial implementado no início de 1935.

De fato, se de algum modo não tivesse sido aumentada a proteção à indústria doméstica, seria extremamente difícil explicar o aumento considerável do produto industrial que caracterizou a década. Após decrescer cerca de 10% entre 1928 e 1930 e permanecer estagnado em 1931-32, o produto industrial cresceu à taxa de 10% entre 1933 e 1939. Enquanto os gêneros tradicionais (excluindo têxtil) cresciam relativamente menos, os não-tradicionais (borracha, papel, cimento, metalurgia, química), bem como a indústria têxtil, cresciam a taxas superiores a 10%. A participação das importações na oferta total (a preços de 1939) caiu de 45%, em 1928, para 25% entre 1931 e 1937 e 20% em 1939. Exceto no caso de bens de capital, consumo durável e intermediários do gênero elétrico, a produção doméstica correspondia a mais da metade da oferta; no caso de bens de consumo não-duráveis, a mais de 90% da oferta.

Quanto à política comercial brasileira, os desenvolvimentos mais importantes relacionam-se ao Acordo de comércio com os Estados Unidos em 1935, que será tratado abaixo, e às conseqüências do regime de comércio de compensação com a Alemanha, já referidas. No caso dos demais parceiros comerciais do Brasil, as tentativas brasileiras no sentido de reduzir as barreiras à entrada de seus produtos de exportação não tiveram sucesso, em parte devido às dificuldades em oferecer concessões recíprocas, em parte pela tendência das nações imperiais em concentrar suas compras nas colônias. Neste contexto, a política do Governo Provisório foi surpreendente, pois, abandonando uma posição adotada com intransigência na década de 20, decidiu-se a assinar um tratado de comércio em 1931 com o Reino Unido, no qual era aceita a posição de que as preferências recíprocas concedidas pelo Reino Unido e os países-membros do Império Britânico eram uma questão interna, não se aplicando a cláusula de nação mais favorecida. O Brasil, especialmente depois da assinatura dos Acordos de Preferência Imperial entre os países-membros do Império Britânico, em Ottawa, em 1932, viu-se na posição infeliz de obrigar-se a conceder os benefícios da tarifa mínima aos produtos originários de todo o Império Britânico, enquanto os produtos de exportação brasileiros estavam sujeitos à tarifa normal naqueles mercados. As autoridades britânicas, conscientes das vantagens implícitas no tratado de 1931, recusaram-se sistematicamente a reiniciar negociações comerciais com o Brasil na primeira metade da década. Quando o Brasil denunciou todos os seus tratados

comerciais em 1935, num esforço para evitar que as concessões tarifárias incluídas no Acordo de comércio com os Estados Unidos fossem estendidas a produtos originários de outros países sem concessões recíprocas, demonstrou-se ser na prática impossível obter quaisquer reduções de tarifas incidentes sobre produtos brasileiros. No caso de algumas das potências colonialistas, em particular a França, o comércio brasileiro em verdade viu-se gradativamente discriminado, na medida em que se tornou usual condicionar a expansão das importações provenientes de países fora da esfera colonial ao comportamento do balanço bilateral de pagamentos.

A negociação do Acordo comercial com os Estados Unidos foi, sem dúvida, a negociação comercial brasileira mais importante durante a década de 30. Como parte do esforço no sentido de negociar acordos incondicionais incluindo cláusula de nação mais favorecida, as autoridades norte-americanas, já em 1933, sugeriam o início de negociações preliminares na seguinte base: o Brasil consideraria as concessões tarifárias que poderia oferecer aos produtos norte-americanos, e os Estados Unidos comprometer-se-iam a manter as principais exportações brasileiras livres de tributos. A preparação das negociações por parte das autoridades norte-americanas envolveu referências, por parte do Departamento de Estado, aos esforços contínuos feitos no passado por determinados interesses no sentido de taxar as importações norte-americanas de café e, além disso, ao fato de que essas iniciativas haviam fracassado basicamente devido à oposição governamental. A despeito dessas manifestações públicas havia consciência no Departamento de Estado de que os brasileiros poderiam supor que as propostas norte-americanas implicariam concessões brasileiras sem uma contrapartida norte-americana; conseqüentemente, para manterem as aparências, os Estados Unidos deveriam tratar de oferecer concessões sobre alguns produtos passíveis de taxação.

As autoridades brasileiras – apesar de reconhecerem que se exigia um sacrifício real, do ponto de vista tributário e das atividades da indústria doméstica, e que a razão para a inclusão do café e outros produtos tropicais na lista norte-americana livre de tributação decorria de razões ligadas à política interna norte-americana e não a qualquer concessão aos seus parceiros comerciais – entendiam que o poder de barganha norte-americano não era de molde a permitir que o Brasil evitasse oferecer alguma concessão tarifária. Além disso, a inabilidade de Oswaldo Aranha – que explicitamente defendia a concessão de tratamento preferencial aos interesses norte-americanos – tornou possível às autoridades norte-

americanas incluírem condições relativas à operação do controle cambial brasileiro e à interrupção do comércio de compensação, especialmente com a Alemanha, no texto do Acordo comercial.

A relutância brasileira quanto à aceitação das propostas norte-americanas foi parcialmente resolvida pela ameaça norte-americana de impor um regime unilateral de compensação de pagamentos sem concessão compensatória ao Brasil. As concessões brasileiras incluíram uma extensa lista de produtos, especialmente bens de consumo durável, enquanto as concessões norte-americanas, além do compromisso de manter na lista livre o café e alguns outros produtos, abrangeram a redução à metade dos impostos de importação incidentes sobre matérias-primas diversas: minério de manganês, bagas de mamona, castanhas-do-pará etc. Cabe notar, entretanto, que as concessões finais brasileiras incluíram um número bem menor de produtos e reduções de alíquotas bastante menos radicais, se comparadas às propostas iniciais norte-americanas.

O Departamento de Estado não esperou pela ratificação do acordo pelo Congresso brasileiro para explorá-lo politicamente, como exemplo das intenções norte-americanas no sentido de facilitar a retomada dos níveis de comércio internacional típicos dos anos pré-crise e contrastar a posição norte-americana com a dos países europeus que insistiam na adoção de políticas comerciais antiliberais.

No Brasil, a repercussão do Acordo foi contraditória. Oswaldo Aranha defendeu as condições do Acordo ao argumentar que o Brasil como nação devedora devia ser capaz de gerar excedentes na balança comercial e, portanto, adotar uma política que favorecesse o comércio multilateral, em oposição ao comércio de compensação. Além disso, Aranha defendeu a posição de que o café seria certamente taxado, na ausência de um acordo comercial com os Estados Unidos. Esses argumentos são obviamente discutíveis. Por um lado, em nome de argumentos teóricos de discutível validade, obrigaram-se as autoridades brasileiras (em teoria) a abrir mão do comércio com todos os parceiros que adotassem formas bilaterais de transação, sem que os Estados Unidos se comprometessem a absorver os produtos eventualmente deslocados por essa mudança de política; por outro lado, a eventual taxação do café, na ausência de um acordo comercial com o Brasil, era considerada discutível por diversos observadores e parece, hoje, à luz dos documentos norte-americanos contemporâneos, extremamente improvável. As autoridades brasileiras pretenderam demonstrar a equivalência das concessões recíprocas com base na equivalência estática de perdas de receita de imposto de importa-

ção. Tal procedimento é todavia objetável por várias razões: concentra-se, indevidamente, no contexto fiscal, não tratando, portanto, dos efeitos das concessões recíprocas sobre o volume de comércio; ignora as diferenças de elasticidade-preço e renda dos produtos de exportação norte-americanos e brasileiros; não trata dos efeitos indiretos das concessões, em vista da adoção, em ambos os países, da cláusula de nação mais favorecida. Além disso, cabe ressaltar que, enquanto no caso das exportações norte-americanas para o Brasil a problemática relativa à competição entre importações e produção similar doméstica é relevante, o mesmo não é verdade quanto às exportações brasileiras para os Estados Unidos, basicamente matérias-primas não elaboradas sem produção similar norte-americana. A despeito disso, a evidência disponível quanto ao comportamento da produção industrial doméstica na década de 30 não parece indicar que o impacto das concessões brasileiras tenha sido particularmente danosa à indústria nacional, com a possível exceção das indústrias produtoras de artefatos de couros e de peles e certos tipos de equipamentos elétricos.

As análises que têm focalizado a atenção no crescimento das importações brasileiras de bens "não-essenciais", especialmente de consumo durável, entre 1934 e 1937, geralmente não levaram em conta as conseqüências do acordo comercial de 1935 e da liberalização do regime cambial, especialmente a partir de 1935. Se bem que o aumento das importações de bens de consumo possa ser parcialmente explicado por razões de ordem doméstica – especialmente de natureza política –, as pressões exercidas pelos Estados Unidos no sentido de ampliar o mercado para suas exportações não devem ser esquecidas.

Os termos do Acordo comercial de 1935 foram objeto de intensa polêmica no Brasil. De um lado, os industriais paulistas, liderados por Roberto Simonsen, insistindo que na tarifa anterior "não havia um só caso de proteção excessiva" e que o próprio Adam Smith se aterrorizaria com o uso indiscriminado de seus princípios de política econômica. A oposição industrial ao Acordo não se preocupou, entretanto, senão com o efeito das concessões sobre a produção doméstica competitiva. Os efeitos de liberalização sobre o balanço de pagamentos foram desconsiderados, chegando-se a propor redução drástica dos tributos incidentes sobre importações não-competitivas, especialmente automóveis.

Do outro lado, alinhavam-se, liderados por Valentim Bouças, os defensores da aproximação do Brasil com os Estados Unidos, favoráveis, portanto, a quaisquer medidas tendentes à liberalização da política econômica. A ênfase da argumentação dos defensores do Acordo centrava-se,

como no começo do século, no caráter parasitário da indústria brasileira, defendida por uma proteção tarifária despropositada, enfatizando, em suma, o "artificialismo" da industrialização brasileira. Um setor industrial que depois de tão longo período de proteção absoluta não suportasse a competição internacional deveria, de acordo com os defensores do Acordo, cerrar as portas. Além disso, insistia-se que os argumentos dos industriais – no sentido de que as barreiras alfandegárias altamente protecionistas nos moldes norte-americanos eram essenciais ao desenvolvimento industrial – não eram válidos, pois a política comercial norte-americana havia resultado em desemprego, déficits orçamentários, bancarrota da agricultura etc.

A oposição dos industriais ao Acordo concretizou-se em bloqueio de sua ratificação na Câmara de Deputados pelos representantes da classe, liderados por Euvaldo Lodi, o que sustou por um ano a entrada em vigor das suas disposições. A oposição parlamentar à ratificação só foi vencida com a interferência pessoal de Vargas, após intensa pressão norte-americana mais uma vez com base na ameaça da imposição de tarifa sobre o café brasileiro.

A dívida pública externa e o capital estrangeiro

Um dos principais problemas enfrentados pelos gestores da política econômica brasileira na década de 30 e nos anos iniciais da guerra era o de decidir como tratar a questão da dívida pública externa.[6] Cabia decidir como proceder para que a economia se ajustasse com um mínimo de dificuldades à interrupção do influxo de capitais que havia caracterizado o período anterior. Neste contexto, portanto, era necessário resolver como se adaptaria o serviço da dívida à situação de escassez crônica de divisas que caracterizou o período.

No final de 1930, os títulos em libras esterlinas correspondiam a 65% do total da dívida pública externa em circulação, os títulos em dólares a 30% e os títulos em francos franceses e florins ao resíduo. A manutenção da posição dominante britânica em termos de estoque, a despeito da maior importância absoluta dos empréstimos norte-americanos entre 1921 e 1930, deveu-se aos prazos de amortização mais longos que caracterizavam os empréstimos britânicos, bem como à suspensão das amortizações que resultou dos *Funding Loans* de 1898 e 1914. Os empréstimos norte-americanos, além disso, eram por natureza financeiramente menos

---

[6] Ver, especificamente, sobre o assunto, M. de P. Abreu, "A Dívida Pública Externa do Brasil", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, vol. 5, nº 1, junho de 1975.

sólidos (relativamente mais importantes nas áreas estadual e municipal) e mais onerosos, em vista de terem sido negociados na década de 20, quando as taxas de juros eram mais elevadas do que no período pré-1914. Essas diferenças significativas entre os empréstimos seriam causa de intermináveis atritos entre credores no futuro.

Embora a Depressão tenha marcado o início de uma retração do envolvimento britânico no Brasil, uma expressão desta tendência, sendo a redução dos investimentos britânicos, foi sem dúvida já a partir da Primeira Guerra Mundial que começou a manifestar-se o declínio *relativo* do Reino Unido como supridor de capitais ao Brasil em relação aos Estados Unidos.

A crise cambial que atingiu o Brasil a partir de 1929-30 tornou inviável a continuação do pagamento integral do serviço da dívida pública externa, uma vez que tal pagamento envolveria uma proporção excessiva do saldo da balança comercial numa conjuntura caracterizada pela interrupção dos fluxos de capital. A experiência brasileira, na verdade, conflita com as "teorias" ortodoxas relativas ao ciclo de endividamento, pois as limitações de natureza cambial se tornavam operativas muito antes do que seria previsto, transformando-se o país em exportador líquido de capitais sem que o patamar mínimo de acumulação tivesse sido alcançado. De fato, a partir de 1914, a evidência fragmentária de que se dispõe para o Brasil sugere que a contribuição líquida das inversões estrangeiras para o balanço de pagamentos foi negativa.

Uma vez que um país depende do influxo de capital estrangeiro, seja para expandir a infra-estrutura relacionada à exportação, seja simplesmente para continuar a saldar em dia seus compromissos financeiros, há um incentivo importante no sentido de evitar a suspensão de pagamentos, se os supridores de capital se mostram dispostos a continuar emprestando. Se, no entanto, como foi o caso depois de 1930, os supridores tradicionais interrompem o fluxo de empréstimos, a melhor política do ponto de vista dos devedores é suspender os pagamentos. A adoção desta política, entretanto, é obviamente dificultada pela vulnerabilidade a pressões políticas e à retaliação no terreno comercial.

A avaliação da política brasileira relativa à dívida pública externa sugere que, enquanto nos anos iniciais da década de 30 o Brasil pagou um serviço (ou aumentou a dívida em circulação) acima de suas possibilidades cambiais, o contrário ocorreu a partir de 1937, quando pagou menos do que indicava a sua presumível "capacidade de pagar". Isto não é surpreendente na medida em que se aceite que a experiência brasileira não foi exceção à

regra de que argumentos econômicos cedem lugar a critérios políticos quando se trata de reajustar o montante da dívida pública externa.

O reajuste dos pagamentos efetivos à capacidade de pagar foi, portanto, gradual. Um *Funding Loan* parcial foi "negociado" em 1931 por três anos; um esquema de pagamentos reduzidos – conhecido, indevidamente como se verá, como esquema Aranha – foi acertado em 1934, por quatro anos; em 1937 os pagamentos foram inteiramente suspensos; em 1940 novo esquema de pagamentos foi acertado por quatro anos e, finalmente, em 1943, chegou-se a um acordo permanente relativo à dívida pública externa.

O *Funding Loan* de 1931 resultou de uma decisão unilateral das autoridades brasileiras que garantiram o pagamento integral em divisas do serviço dos *Funding Loans* de 1898 e 1914 e estipularam que os juros relativos aos demais empréstimos federais seriam pagos como títulos de 5% cuja emissão corresponderia ao *Funding Loan* de 1931, durante três anos. As amortizações relativas a estes empréstimos federais seriam suspensas e nada se dispunha sobre o serviço dos empréstimos estaduais e municipais. O Acordo era claramente lesivo aos empréstimos norte-americanos em vista da sua importante participação na dívida estadual e municipal e da sua não-inclusão nos *Funding Loans* prévios. A manutenção de disposições prejudiciais aos interesses norte-americanos não pode, evidentemente, ser dissociada do estado insatisfatório das relações políticas entre o Brasil e os Estados Unidos nos anos iniciais da década. Do ponto de vista do Brasil, o arranjo mostrou-se, *a posteriori*, insatisfatório, pois implicou apenas adiamento de médio prazo do problema, resultando, por outro lado, em aumento considerável do total da dívida em circulação. O alívio trazido pelo adiamento de pagamentos foi, além disso, insuficiente como demonstra a acumulação já mencionada de atrasados comerciais em 1932-34.

Em 1934, os países credores e o Brasil decidiram iniciar negociações com o objetivo de acertar um acordo que asseguraria a retomada do serviço dos empréstimos federais, estaduais e municipais menos generosamente tratados em 1931. A pressão britânica, se bem que tenha encontrado resistência mais concreta dos negociadores norte-americanos, mais uma vez assegurou tratamento mais favorável para os empréstimos em libras (especialmente os *Funding*), por intermédio de Niemeyer, que sugeriu as linhas básicas de classificação dos empréstimos a Oswaldo Aranha. Por esse acordo o Brasil comprometeu-se a pagar cerca de £8 milhões por ano até 1938, enquanto os contratos de empréstimo estipulavam um serviço

de £24 milhões. Tal redução deu margem a uma linha de argumentação, proposta por Aranha, sugerindo que o Brasil pagaria 33 milhões de libras em vez de 90 milhões, "ganhando", conseqüentemente, 57 milhões de libras em quatro anos. É óbvio que Aranha, no afã de defender o Acordo frente à opinião pública, argumentou indevidamente que tanto os ganhos relativos à redução das taxas de juros contratuais quanto o mero adiamento do pagamento de amortizações correspondiam a um ganho efetivo, quando, de fato, isto só era verdade no primeiro caso.

A reação britânica ao Acordo foi satisfatória, uma vez que a posição privilegiada dos empréstimos em libras havia sido mantida, a despeito do imenso poder de barganha dos Estados Unidos no Brasil. Os norte-americanos, por outro lado, mostraram-se claramente insatisfeitos com o Acordo. A operação do que veio a ser conhecido como "esquema Aranha" apresentou alguns problemas em face da escassez crônica de divisas que afetava o Brasil, não havendo dúvidas de que os pagamentos teriam sido suspensos em 1935 se a situação dos atrasados comerciais não tivesse sido resolvida através de acordos específicos já mencionados.

Em 1937, logo após o golpe de Estado, decidiu-se suspender o pagamento do serviço de dívida, com base no argumento de que não seria possível respeitar as disposições do "esquema Aranha" e, ao mesmo tempo, pagar as importações necessárias ao reequipamento do sistema de transportes e das Forças Armadas. A alternativa de um novo *Funding Loan* foi descartada, pois envolveria um aumento da dívida em circulação, já desproporcional se comparada à capacidade de gerar divisas da economia brasileira. A violenta reação britânica, na imprensa e por vias diplomáticas, deve ser contrastada com a cautela norte-americana que, frise-se mais uma vez, deve ser entendida à luz dos objetivos estratégicos norte-americanos no Brasil e do papel que se esperava fosse desempenhar o Brasil no contexto da política de Boa Vizinhança.

As representações feitas pelos credores entre o final de 1937 e princípios de 1939 não tiveram sucesso. O Reino Unido não dispunha de suficiente poder de barganha para impor uma política que garantisse melhor tratamento de seus interesses financeiros. Por outro lado, não interessava aos Estados Unidos forçar a efetivação de pagamentos, pois tal procedimento comprometeria os objetivos mais amplos de sua política com relação ao Brasil.

Quanto à avaliação da política brasileira referente à dívida pública externa, parece claro que o tratamento excessivamente generoso dos

empréstimos externos em 1931 deve ser encarado em parte como manifestação específica de uma política econômica que tendia à ortodoxia sob a direção de J. M. Whitaker, notoriamente vulnerável à influência britânica, e, em parte, à inabilidade brasileira em reconhecer o caráter de longo prazo da crise que afetava o mercado internacional de capitais. Os termos excessivamente favoráveis do Acordo de 1931 influíram no sentido de que o Governo brasileiro aceitasse em 1934 um acordo ainda generoso quando comparado à capacidade de a economia gerar divisas. A suspensão de pagamentos em 1937 significou uma reversão desta tendência, facilitando a negociação de acordos mais favoráveis na década de 1940.

Do ponto de vista da disponibilidade de cobertura cambial, as reduções sucessivas do serviço da dívida pública externa equivaliam a um aumento de exportações. A diferença entre o serviço efetivo e o serviço contratual foi importante, correspondendo a cerca de 50% do total das importações nos anos iniciais da década de 30, diminuindo para 20% em 1937 (refletindo em parte a considerável expansão do total importado) e alcançando 40% em 1938-39.

Sob a ótica das despesas públicas parece também clara a impossibilidade de manter-se o pagamento integral do serviço da dívida que absorveria, nos anos menos favoráveis, mais de um terço das despesas federais. A redução do serviço permitiu um rearranjo das despesas públicas no sentido de aumentar a demanda por bens e serviços domésticos.

Poderia ser sugerido que os gestores da política econômica devessem ter introduzido políticas que assegurassem um controle mais estrito do nível das importações de bens de consumo e o aumento das disponibilidades de cobertura cambial para pagamento de serviço ou importação de bens de capital. Entretanto, tal sugestão deveria levar em conta o fato de que as importações de bens de consumo eram relativamente difíceis de controlar em vista de sua essencialidade (não duráveis) ou de sua introdução recente no mercado brasileiro. Além disso, as importações de bens de capital eram, ao menos em teoria, asseguradas pela operação do sistema de controle da distribuição de cobertura cambial (exceto entre 1935 e 1937). Quanto à opção entre importação de bens de consumo e manutenção do serviço da dívida, é óbvio que o Governo brasileiro considerou politicamente mais conveniente cortejar a opinião pública, permitindo um certo nível de importações não-essenciais, do que manter os pagamentos relativos à dívida pública externa, uma alternativa que não envolvia ganhos políticos no curto prazo. Esta decisão foi claramente facilitada pela política liberal do Governo norte-americano com relação à dívida

pública e em parte explicada pela importância das exportações de bens não-essenciais norte-americanos para o Brasil.

O exame das razões que amparavam a decisão de interromper o pagamento do serviço da dívida em 1937 é importante por ser esta a única ocasião, durante o período estudado, em que se implementou uma política que privilegiava a manutenção das importações de bens essenciais a ponto de justificar a suspensão total de transferências financeiras relativas à dívida pública. Qualquer tentativa de comparar o que ocorreu em 1937 à suspensão de pagamentos em 1931 deve ser qualificada. No período inicial da década, mesmo quando a receita de exportação havia caído a valores bem abaixo dos alcançados em 1937-38, foi mantido um serviço parcial da dívida. Além disso, embora seja verdade que o custo de oportunidade – por unidade de moeda estrangeira – dos pagamentos relativos ao serviço da dívida, em termos de importações não realizadas, tenha aumentado consideravelmente antes de 1937, ainda estava longe de alcançar os valores típicos do período crítico da crise. Finalmente, o nível das importações em 1938-39, relativamente alto em face da queda do nível de exportações, sugere também que a decisão de suspender pagamentos em 1937 não pode ser avaliada à base de considerações sobre a queda da receita de exportações: deve ser buscada à luz de uma mudança da política governamental quanto à manutenção de um nível de importações considerado essencial para o funcionamento adequado da economia.

A análise da correlação de forças que possibilitou o golpe de 1937, bem como a estabilização do Estado Novo, é de particular relevância para explicar a decisão de suspender os pagamentos relativos ao serviço de dívida. Ao colocar a decisão em termos de "ou pagamos a dívida externa, ou reequipamos as Forças Armadas e o sistema de transportes", Getúlio Vargas, ao mesmo tempo, mobilizou o apoio militar ao novo regime, esvaziou as críticas de círculos ligados a interesses estrangeiros e apaziguou os integralistas, que eram seus aliados à época e cujo programa incluía a suspensão de pagamentos.

A evidência de que se dispõe quanto à evolução das importações brasileiras, na segunda metade da década de 1930, sugere que a argumentação utilizada por Getúlio Vargas para justificar a suspensão de pagamentos, ao enfatizar a necessidade de manter o nível das importações, consistia, em parte, em racionalização *a posteriori* do que já vinha ocorrendo em 1937. De fato, ocorreu um aumento substancial das importações entre 1936 e 1937 (quase 50%), ainda mais pronunciado no caso de bens de capital. Embora o nível das importações tenha caído em 1938-39, o de

importações de bens de capital se manteve constante, resultados que foram viabilizados pela suspensão dos pagamentos da dívida.

É difícil avaliar a importância da manutenção dos níveis de importação de bens de capital para a expansão do nível de atividade sem informações desagregadas sobre utilização de capacidade. Parece claro, entretanto, que à importação maciça de equipamento ferroviário em meados da década de 1930 está associada a rápida expansão do produto setorial no ramo de transporte. O desempenho relativamente medíocre do setor industrial nos anos finais da década pode ser explicado, em larga medida, pela expansão inadequada de produção agrícola, especialmente em 1936-38 (uma vez que o gênero produtos alimentícios contribuía em 1939 com mais de 30% para o valor adicionado na indústria). Os gastos de divisas na aquisição de material bélico não parecem ter sido relativamente muito importantes como proporção de dispêndio total em moedas conversíveis: os dois principais contratos – canhões para o Exército e *destroyers* para a Marinha – somaram menos de £3 milhões em moeda conversível.

Durante o período 1930-36, apesar da precariedade dos dados disponíveis, há indicações de uma redução absoluta no estoque de inversões diretas estrangeiras no Brasil, associada tanto às dificuldades que caracterizaram a economia internacional no período quanto à crise cambial brasileira. A crise acarretou a redução do capital registrado de algumas firmas, a falência de outras, a nacionalização forçada de umas poucas e a transferência de ativos de investidores europeus para investidores norte-americanos. A proporção dos investimentos norte-americanos no investimento total aumentou sensivelmente como resultado da contração importante sofrida pelos investimentos europeus.

Entre 1936 e 1940, o investimento norte-americano cresceu sensivelmente (de US$194 milhões para US$240 milhões). Embora parte desta expansão estivesse ainda associada à compra de ativos detidos por estrangeiros não norte-americanos, parece claro que boa parte do crescimento corresponde à entrada de capitais, especialmente no caso da indústria de transformação.

Durante a primeira metade da década é difícil definir uma política brasileira coerente com relação aos capitais estrangeiros investidos no Brasil. Apesar dos inúmeros problemas acarretados pela crise cambial quanto a remessas de lucros e dividendos, especialmente até 1934, não há indicações da existência de qualquer discriminação contra firmas estrangeiras na aplicação da política cambial.

No plano das intenções, entretanto, tanto a Constituição de 1934 quanto os Códigos de Águas e de Minas incluíam provisões "radicais", limitando o campo de aplicação de capitais estrangeiros: concessões de mineração e exploração de recursos hidráulicos seriam limitadas a cidadãos brasileiros e previa-se a progressiva nacionalização de bancos de depósitos e companhias de seguro estrangeiras. A Constituição de 1937 incorporou essa legislação "radical", mencionando ainda a conveniência de serem nacionalizadas as indústrias "essenciais".

Na prática, essa legislação contrária ao capital estrangeiro foi muito atenuada. Enquanto dispositivos legais complementares asseguraram não apenas a nacionalização, mas a estatização dos modestos esforços no plano da prospecção e exploração de petróleo, nenhuma medida foi implementada quanto à nacionalização de bancos comerciais ou de companhias de seguro antes de 1939. Neste ano, entretanto, tornou-se compulsório o resseguro junto ao Instituto de Resseguros do Brasil, estreitando-se a esfera de atuação das seguradoras estrangeiras.

Não é fácil chegar-se a uma conclusão cristalina a respeito das conseqüências da legislação restritiva sobre os fluxos de capital relacionados a investimentos estrangeiros diretos no Brasil durante a década de 1930. Enquanto, por um lado, essa legislação restritiva pudesse, em princípio, ter dissuadido investidores potenciais, a retração dos investimentos parece ser mais bem explicada pela conjuntura internacional, lembrando-se sempre que o investimento norte-americano no Brasil cresceu consideravelmente após 1936, apesar do tom das declarações de intenção por parte das autoridades brasileiras. Além disso, cabe uma qualificação adicional: as dificuldades, reais ou imaginárias, relacionadas à legislação "nacionalista" referiam-se quase sempre ao envolvimento de capitais estrangeiros no setor de serviços de utilidade pública e não na indústria de transformação.

*

* *

A Missão Oswaldo Aranha aos Estados Unidos, em princípios de 1939, marca o início de longo período de relações "especiais" entre o Brasil e os Estados Unidos. Deve ser entendida no contexto das crescentes dificuldades enfrentadas pelo Brasil em seu comércio de compensação com a Alemanha, do nadir que caracterizava as relações econômicas anglo-brasileiras e da crescente consciência em Washington de que as questões econômicas de interesse dos Estados Unidos, no caso do Brasil,

deveriam ser, mais do que nunca, explicitamente examinadas à luz dos objetivos políticos norte-americanos no Brasil.

A agenda de Aranha incluía questões relacionadas à defesa nacional, às relações comerciais, à dívida pública externa e ao tratamento recebido pelos investimentos diretos norte-americanos no Brasil - a serem discutidos com o Departamento de Estado - e assuntos ligados à política cambial, criação de banco central e planos de desenvolvimento de longo prazo na órbita do Tesouro norte-americano. Curiosamente, é no Tesouro que emerge a concepção de que os objetivos da política dos Estados Unidos quanto ao Brasil não deveriam limitar-se à solução dos usuais problemas cambiais: dever-se-ia considerar prioritariamente a possibilidade de conceder-se ajuda para que o Brasil "se tornasse mais produtivo". A derrota do Secretário Morgenthau, numa crise entre Tesouro, Departamento de Estado e Eximbank, a respeito das questões bilaterais prioritárias entre os Estados Unidos e o Brasil, contribuiu para que os resultados da Missão Aranha fossem bastante magros se comparados à agenda inicial. De fato, acertou-se apenas a concessão de um crédito do Eximbank de cerca de 19 milhões de dólares para descongelar os atrasados comerciais e financeiros norte-americanos bloqueados no Brasil. Todas as idéias algo fantasiosas que tinham livre curso no Tesouro a respeito da concessão de créditos substanciais de longo prazo foram abandonadas. Como contrapartida pela concessão do crédito, Aranha comprometeu o Brasil a adotar uma política cambial mais liberal, bem como opor obstáculos ao comércio de compensação teuto-brasileiro. Além disso, o negociador brasileiro comprometeu o Governo brasileiro no sentido de retomar, no curto prazo, o serviço da dívida pública externa.

As reações no Brasil em relação aos resultados da Missão Aranha foram quase que unanimemente desfavoráveis, especialmente entre os militares, com base no argumento de que a retomada dos pagamentos do serviço da dívida interferiria com o nível desejável de importações essenciais, especialmente equipamentos militares. Não há qualquer dúvida de que Aranha foi além das instruções recebidas no que se refere à questão da dívida externa, forçando a mão no sentido de uma reaproximação com os Estados Unidos, às expensas da Alemanha. A reação dos militares deve ser entendida não apenas no contexto de uso competitivo de recursos escassos (cobertura cambial), mas também como resistência a uma precoce declaração de intenções do ponto de vista político. Embora a linha adotada por Aranha tenha sido referendada pela realidade, paira certa dúvida se não teria sido possível obter resultados mais compensadores se fosse

explorada uma linha de negociações mais próxima à visão estratégica do Tesouro norte-americano quanto ao Brasil.

Os compromissos assumidos por Aranha, ao contrário do que havia ocorrido no passado, foram de maneira geral honrados, resultado da evolução da conjuntura internacional e suas conseqüências sobre as relações econômicas do Brasil. Tratou-se de regularizar a remessa de lucros e dividendos de companhias norte-americanas; o comércio de compensação foi gradativamente sufocado à medida que se tornava perigoso acumular marcos compensados que perderiam automaticamente seu poder aquisitivo em caso de guerra.

3. A ECONOMIA BRASILEIRA E A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A reformulação da política cambial ocorrida em abril de 1939 (Decreto-Lei n.º 1.201 de 8/4/39) correspondeu parcialmente às promessas feitas por Oswaldo Aranha em Washington. O novo regime cambial liberava 70% das cambiais geradas pelas exportações para o mercado "livre" de divisas, que deveria suprir integralmente as divisas para importação de mercadorias. Os restantes 30% das cambiais de exportação deveriam ser vendidos compulsoriamente ao Banco do Brasil à taxa oficial de câmbio – mais favorável ao Governo do que a taxa "livre" – para uso no pagamento de compromissos oficiais em moeda estrangeira. Um terceiro mercado de câmbio – o livre-especial – foi criado, englobando transações financeiras privadas, especialmente remessas de lucros e dividendos de capitais estrangeiros, estabelecendo-se taxa menos favorável aos remetentes do que a taxa do mercado "livre". Esse regime de câmbio permaneceu inalterado até 1946, quando se adotou por curto período um regime livre de câmbio pela primeira vez desde 1930.

A eclosão da guerra deu origem a um considerável deslocamento das exportações brasileiras para a Europa Central, agravada, em 1940, com a ocupação de quase toda a Europa Ocidental pelo Eixo. Essa perda de mercados de exportação não foi integralmente compensada pelo aumento de exportações por parte dos Aliados e neutros antes de 1941-42, resultando em brusca diminuição do saldo na balança comercial, quando o Brasil tinha maiores compromissos financeiros decorrentes do novo Acordo da dívida pública externa e da regularização das remessas de lucros de capitais estrangeiros.

Só depois de 1941 a expansão das exportações foi assegurada pelo efeito combinado dos acordos relativos ao suprimento de materiais estratégicos aos Estados Unidos, do aumento da demanda por produtos brasileiros em mercados tradicionalmente supridos pelo Reino Unido e pelos Estados Unidos (que reduziram suas exportações à luz do esforço de guerra), de maciças compras de carne e algodão pelo Reino Unido e dos melhores preços de café garantidos pelo Acordo Interamericano. Esse aumento das exportações resultou, em vista da escassez crônica de importações, em considerável expansão dos saldos na balança comercial que se constituiu em fonte importante, mas não exclusiva, do explosivo processo inflacionário que caracterizou o período de guerra.

Também no caso das importações, as condições de guerra implicaram sensível rearranjo tanto da estrutura da pauta quanto da importância relativa dos países supridores do mercado brasileiro. Antes de 1941 – quando a política norte-americana de suprimento ainda não estava submetida às necessidades do esforço de guerra –, a escassez brasileira de divisas impedia a manutenção de um nível adequado de importações. A partir de 1941 – quando aumentaram as reservas brasileiras de moedas conversíveis –, tornou-se progressivamente mais restrito o acesso ao mercado norte-americano em função das prioridades definidas à luz do esforço de guerra aliado. Por outro lado, os termos do Acordo de Pagamentos Anglo-Brasileiro de 1940 impediam, por definição, a transformação das crescentes (a partir de 1941) reservas brasileiras de libras inconversíveis em importações de origem britânica. De fato, por esse Acordo – que seguia modelo adotado quase que universalmente pelas autoridades britânicas – o saldo das transações comerciais e financeiras entre o Brasil e o Reino Unido era depositado em contas bloqueadas em libras, sem compromisso por parte das autoridades britânicas quanto ao prazo de congelamento.

As dificuldades relativas à obtenção de importações resultaram em efeitos *a priori* contraditórios sobre o desempenho da economia. Por um lado, a produção de determinados bens podia desenvolver-se sem a alternativa de suprimento externo; por outro, o crescimento industrial era limitado pela dificuldade de obtenção de insumos essenciais e de bens de capital que possibilitassem a ampliação de capacidade. Concretamente, as dificuldades de acesso a importações não parecem ter resultado em redução substancial da taxa de crescimento da produção industrial doméstica agregada. De fato, enquanto entre 1939 e 1942 a produção industrial cresceu 3,9% ao ano, entre 1942 e 1945, quando a escassez de insumos e de bens de capital tornou-se séria, a taxa média de crescimento foi de

9,4%, comparável à que se verificou entre 1932 e 1939. O comportamento do setor agrícola no período foi, de modo geral, desapontador, especialmente após 1942-43.

Assim, em mais de um sentido, 1942 corresponde a uma viragem do ponto de vista econômico no Brasil: acelera-se o crescimento industrial; pela primeira vez, desde a década de 20, começam a acumular-se reservas cambiais em função da expansão do programa aliado de aquisição de materiais estratégicos; observa-se a entrada de capitais privados norte-americanos após longo período de desinteresse. A retomada do nível de atividades não esteve, também, dissociada das políticas monetária e fiscal claramente expansionistas adotadas pelo Governo, a partir de 1942.

Como já foi dito, a dívida pública foi objeto de dois Acordos no período de guerra. O primeiro, negociado em 1940, em decorrência das promessas de Oswaldo Aranha, era de caráter transitório e estabelecia um nível de pagamentos correspondente à metade dos fixados no Acordo de 1934. Em 1943 foi negociado um acordo permanente no qual se fixou de forma definitiva uma escala de pagamentos mais compatível com as possibilidades de pagamento do país. Nessas negociações, ao contrário do que havia ocorrido no passado, as autoridades norte-americanas exerceram pressões, coroadas de sucesso, no sentido de obter condições relativamente mais favoráveis para os empréstimos em dólares às expensas dos interesses britânicos.

À guerra parece ter correspondido um período de estagnação do total de capitais estrangeiros privados investidos no Brasil (algo inferior a US$700 milhões), ocorrendo um aumento das inversões norte-americanas, especialmente a partir de 1943 (em atividades manufatureiras), e uma redução das inversões européias. No caso das inversões britânicas, a despeito do – nas palavras de Keynes – "passado nebuloso" de algumas delas, o considerável saldo brasileiro de libras bloqueadas facilitou acordos de desapropriação certamente generosos para os acionistas estrangeiros. A expansão das inversões norte-americanas nos anos finais da guerra pode ser explicada em parte pela política liberal adotada pelo Governo brasileiro quanto a remessas de lucros a partir de 1941-42 e pela ausência de oportunidades alternativas para inversão.

As restrições ao comércio brasileiro, tanto no caso das exportações quanto no das importações, acarretaram aumento considerável de dependência brasileira com relação aos Estados Unidos, seja como mercado, seja como fonte supridora de produtos importados.

No início da guerra, o Governo norte-americano, percebendo as implicações econômicas e políticas de um agravamento dos obstáculos ao comércio exportador dos países latino-americanos e desejando garantir o seu acesso a matérias-primas necessárias à condução da guerra – bem como privar o Eixo desses produtos –, implementou uma política que, entre outros objetivos, visava atenuar as conseqüências da guerra, sustentando os preços dos produtos de exportação dos países latino-americanos. Esse foi o caso de inúmeros produtos incluídos em acordos específicos de suprimento a partir de 1941 e do café, objeto do Acordo Interamericano do Café em 1940.

Embora seja difícil estimar com precisão a parcela do comércio de exportação brasileiro regulada por acordos de suprimento com os Estados Unidos, é improvável que em 1942-43 essa proporção tenha sido inferior a 60% das exportações totais. As compras britânicas de algodão e carne, por outro lado, implicaram um controle britânico de 15% das exportações totais brasileiras. Assim, apenas 25% das exportações do Brasil independiam, ao menos diretamente, de decisões das autoridades aliadas a respeito dos suprimentos necessários ao esforço de guerra, embora dependessem da política aliada relativa à distribuição de praças em transportes marítimos.

O endurecimento da política norte-americana com relação ao Brasil, ocorrida com a aproximação da paz, resulta claro do exame da política de preços de café. À fixação de preços generosos em 1940-41, de fato, seguiu-se, a partir de 1943 especialmente, um período de crescente atrito entre os dois Governos. As pressões brasileiras no sentido de que fossem reajustados os preços de café, levando em conta a explosão dos custos de produção, foram em vão, as autoridades norte-americanas argumentando que um aumento de preços contrariaria a política de controle de preços nos Estados Unidos, perturbaria "o funcionamento ordeiro de mercado" e não beneficiaria os produtores, sendo apropriado por intermediários. Com a aproximação do fim da guerra, tornou-se mais difícil para os Estados Unidos insistir em sua política. De um lado, os consumidores europeus voltavam ao mercado; de outro, um número crescente de funcionários norte-americanos tomara consciência do alto custo político da recusa em ceder às pressões dos países produtores de café. Após uma crise na qual, de um lado, o Brasil mostrou pouco entusiasmo em preencher sua quota no mercado norte-americano e, de outro, os Estados Unidos brandiram o porrete do racionamento, chegou-se a uma solução temporária da crise com a concessão de um pequeno subsídio por parte do Gover-

no norte-americano. O caso do café talvez seja o melhor exemplo de como a política econômica dos Estados Unidos com referência ao Brasil, inicialmente generosa – se bem que não destituída de interesse próprio –, tornou-se progressivamente menos magnânima, à medida que diminuía a necessidade de recorrer a incentivos econômicos para garantir apoio político na América Latina.

Entretanto, a questão específica mais importante relativa ao suprimento de produtos norte-americanos ao Brasil é, sem dúvida, a decisão de fornecer créditos e materiais para a construção de Volta Redonda, em vista de seu impacto sobre as relações econômicas e políticas entre os dois países. É importante considerar essa decisão à luz dos objetivos estratégicos da política norte-americana referente à América Latina, que se baseava no fortalecimento do Brasil às expensas da Argentina. Embora alguns círculos mais conservadores nos Estados Unidos insistissem que o projeto contrariava os postulados da teoria das vantagens comparativas, as condições de guerra tornaram possível a vitória daqueles que pensavam que um maior desenvolvimento econômico no Brasil seria favorável do ponto de vista de expansão do mercado para as exportações norte-americanas.

A necessidade de recorrer ao exame dos objetivos *políticos* dos Estados Unidos no Brasil, para justificar o envolvimento na construção e financiamento de Volta Redonda, é reforçada se for abandonada a interpretação corrente de que Vargas usou a Alemanha como falsa alternativa para chantagear as autoridades norte-americanas no início de 1940.[7] Não é possível aceitar seja que a Alemanha estivesse disposta a interferir com a sua produção de guerra para suprir as necessidades brasileiras, seja que as autoridades encarregadas da execução do bloqueio econômico britânico permitissem o livre trânsito de tais equipamentos, especialmente em vista de sua posição contrária ao trânsito de armas compradas pelo Brasil na Alemanha antes da eclosão da guerra. O episódio é, além disso, esclarecedor do ponto de vista das condições que levaram o Governo federal a intervir diretamente na produção de aço. Neste caso, a exemplo do que ocorreria no caso da Cia. Vale do Rio Doce, a decisão não implicou qualquer fricção com interesses privados nacionais ou estrangeiros. Pelo contrário, o Governo brasileiro viu-se obrigado a participar diretamente do projeto em vista da impossibilidade de convencer – mesmo com o apoio

[7] Ver, por exemplo, L. Martins, *Politique et Développement Économique. Structures de Pouvoir et Systèmes de Décisions au Brésil* (1930-1964), tese de doutoramento de estado, Paris, 1973.

claro do Governo dos Estados Unidos – qualquer dos grandes produtores de aço norte-americanos a participar do projeto.

É importante mencionar que mesmo as modestas metas estabelecidas pelas autoridades norte-americanas e brasileiras com relação ao suprimento de bens essenciais ao Brasil não foram, em geral, respeitadas, em vista de escassez de praça marítima. A situação no Brasil, de fato, era menos favorável do que na Argentina, país que não se caracterizava por uma atitude simpática aos Aliados. Só em 1945, quando a ameaça de abertura de fontes de suprimento alternativo na Europa tornou-se menos teórica, é que os Estados Unidos trataram de retificar a situação que era especialmente grave no caso das importações de combustíveis, lubrificantes e material de transporte.

As dificuldades surgidas à raiz da implementação unilateral por parte do Governo brasileiro de um controle paralelo de importações, definido à luz de critérios de essencialidade do ponto de vista brasileiro, demonstram a reversão da política norte-americana em relação às atividades substitutivas de importações. De fato, enquanto nos anos iniciais da guerra a ênfase ao desenvolvimento dessas atividades era clara, com a aproximação da paz a política norte-americana tendia a levar crescentemente em conta os interesses do comércio exportador dos Estados Unidos. Neste contexto, fica clara a oportunidade da decisão brasileira com relação a Volta Redonda; a reversão da política norte-americana sugere que teria sido certamente mais difícil contar com o apoio do Governo dos Estados Unidos a esse projeto após a guerra, quando a obtenção do apoio brasileiro exigia recompensas menos generosas.

Ainda com relação a suprimentos norte-americanos durante a guerra, cabe sublinhar a importância de fornecimentos de material bélico às Forças Armadas, no valor de US$332 milhões, com base na Lei de Empréstimos e Arrendamentos. A escala destes suprimentos deve ser levada em conta em qualquer avaliação de concessões recíprocas entre o Brasil e os Estados Unidos durante a guerra. Além disso, este aspecto das relações entre os dois países marca o início de uma longa fase de estreita colaboração militar, que assumiria aspecto importante na história brasileira pós-1945.

As relações econômicas entre o Brasil e o Reino Unido durante a guerra desenvolveram-se à luz da principal preocupação da política econômica externa britânica do período: minimizar o custo imediato das importações necessárias ao esforço de guerra numa conjuntura de notável escassez de reservas de moedas conversíveis, especialmente dólares. Dado esse qua-

dro, as autoridades britânicas, no caso dos países com os quais o balanço bilateral de pagamentos fosse desfavorável ao Reino Unido, forçaram – aproveitando o seu poder de barganha em vista da interrupção do comércio com inúmeros países da Europa Continental – a assinatura de acordos bilaterais de pagamentos. A conseqüência concreta desses acordos era que as divisas geradas pelas exportações desses países para o Reino Unido eram bloqueadas no Banco da Inglaterra e só poderiam ser utilizadas para a liquidação de compromissos devidos a credores na área esterlina. Assim, dissociava-se o suprimento das importações britânicas, liberando capacidade produtiva para as atividades relacionadas às necessidades militares. As exportações britânicas para o Brasil, de fato, mantiveram-se em níveis extremamente reduzidos durante a guerra. Até 1941, o balanço bilateral de pagamentos manteve-se desfavorável ao Brasil, para desgosto das autoridades britânicas. Já em meados de 1941, entretanto, a posição das reservas brasileiras em libras havia mudado; as reservas, que eram nulas no final de 1940, cresceram de £2 milhões no final de 1941 para £15 milhões no final de 1942 e £35 milhões no final de 1943. Isso foi resultado de um maior volume de compras britânicas no Brasil, em vista dos esforços de racionalização do uso da frota mercante (o que explica a expansão das compras de carne), de desenvolvimentos inesperados na condução de operações militares (que resultaram na perda de fontes tradicionais de suprimento) e de compras extraordinárias não relacionadas diretamente ao esforço de guerra, tais como a constituição de reserva de algodão para uso na projetada ofensiva britânica de exportações no pós-guerra, que havia sido proposta por J. M. Keynes. Antes da entrada dos Estados Unidos na guerra, as autoridades britânicas encarregaram-se da implementação de medidas de bloqueio econômico dos interesses do Eixo na América do Sul. No caso do Brasil, bem como no de outros países do continente, a imposição do bloqueio pela Marinha britânica causou incidentes que contribuíram para um sensível esfriamento das relações anglo-brasileiras. Em especial, a recusa britânica em permitir o transporte de material bélico adquirido pelo Brasil na Alemanha antes da guerra provocou uma crise entre o Brasil e o Reino Unido, só resolvida pela interferência dos Estados Unidos. A importância desse episódio decorre, entretanto, não de seus efeitos passageiros nas relações anglo-brasileiras, mas do fato de ser exemplo adicional das vantagens para o Brasil de uma estreita aproximação política com os Estados Unidos.

Na medida em que se tornava clara a vitória aliada, evidenciou-se o desconforto das autoridades brasileiras em relação à intimidade das suas

relações com os Estados Unidos. As autoridades brasileiras aparentemente tentaram reorientar sua política internacional no sentido de usar o Reino Unido como contrapeso aos Estados Unidos, à semelhança da política classicamente adotada pelo Brasil antes de 1930. Os norte-americanos, de fato, demonstravam-se bastante menos generosos em relação ao Brasil do que havia sido o caso nos anos iniciais da guerra, quando os seus objetivos políticos e econômicos na América do Sul ainda não haviam sido alcançados. Não apenas se recusaram peremptoriamente a reajustar os preços do café, como pleiteavam insistentemente os países produtores, mas também se mostravam crescentemente hostis ao desenvolvimento de indústrias substitutivas de importações – que prejudicariam as exportações norte-americanas para o Brasil no pós-guerra – e não cumpriram suas promessas quanto ao suprimento de matérias-primas e bens intermediários e de capital escassos no Brasil. Além disso, a violenta política antiargentina adotada pelos Estados Unidos começava a parecer extrema mesmo aos brasileiros, pois a Argentina não era apenas o "bom vizinho", era o vizinho de fato, que não devia ser excessivamente provocado.

Às autoridades britânicas parecia claro, não obstante as tentativas de abertura por parte do Brasil, que a influência dos Estados Unidos no Brasil não diminuiria no pós-guerra; afinal, mais de uma vez as autoridades norte-americanas haviam insistido em que as relações entre os Estados Unidos e o Brasil deveriam ser vistas pelo Reino Unido "no mesmo plano das relações britânicas com o Egito ou a África do Sul". Havia, também, consciência de que o Reino Unido não dispunha de poder de barganha necessário para influenciar decisivamente os rumos da política brasileira; uma rivalidade ostensiva com os Estados Unidos seria, portanto, fatal aos interesses britânicos no Brasil em vista do poder retaliatório norte-americano.

A despeito do interesse brasileiro quanto ao retorno a uma política de "resseguro", os atrativos relacionados aos ganhos políticos no contexto latino-americano, que resultavam do apoio norte-americano, provaram ser mais fortes. Afinal, apresentava-se a oportunidade para que o Brasil fosse restaurado em sua posição de preeminência na América Latina, que havia sido perdida para a Argentina no início do século. Além disso, o Reino Unido – em vista de sua antecipada fragilidade econômica – não parecia oferecer as condições adequadas para a implementação de uma política de "resseguro" nos moldes daquela adotada antes da década de 30.

Com a aproximação do final da guerra verificou-se uma reorientação da política norte-americana relativa ao apoio a Governos latino-americanos

QUADRO 1

Brasil, Comércio exterior, serviço da dívida pública externa e "cobertura cambial disponível", 1891-1945[1]
(em milhões de libras esterlinas)

	(A)	(B)	(C) = (A) - (B)	(D)	(E)	(F) = (E) - (D)	(G) = (D)/(C)	(H) = (D)/[(C) + (E)]	(I) = (C)+(F)
Anos	Exportações (FOB)	Importações (CIF)	"Balanço comercial"[2]	Serviço da dívida pública externa[3]	Montante líquido de novos empréstimos	Entradas líquidas relativas à dívida pública externa	Serviço da dívida pública como proporção do "balanço comercial" (%)	Serviço da dívida pública como proporção da "entrada total" (%)	"Cobertura cambial disponível"
1891-1895[4]	30,6	26,9	3,7	1,8	1,8	–	48,7	32,7	3,7
1896-1900	27,6	23,7	3,9	2,4	2,3	- 0,1	61,5	38,7	3,8
1901-1905	39,6	24,9	14,7	2,9	6,6	3,7	19,7	13,6	18,4
1906-1910	55,7	38,8	16,9	8,5	11,0	2,5	50,3	30,5	19,4
1911-1915	61,7	47,9	11,6	11,2	7,8[5]	- 3,4	96,6	57,7	8,2
1916-1920	84,6	67,3	15,8	10,2	0,6	- 9,6	64,6	62,2	6,2
1921-1925	79,2	62,0	15,2	9,4	7,5	- 1,9	61,9	41,4	13,3
1925	102,9	84,4	18,5	10,2	3,0	- 7,2	55,1	47,5	11,3
1926	94,3	79,9	14,4	11,6	25,8	14,2	80,6	28,9	28,6
1927	88,7	79,6	9,1	13,3	24,0	10,7	146,2	40,2	19,8
1928	97,4	90,7	6,7	16,9	23,5	6,6	252,2	56,0	13,3
1929	94,8	86,7	8,1	17,3	2,5	- 14,8	213,6	163,2	- 6,7
1930	65,7	53,6	12,1	19,7	18,0	- 1,7	162,8	65,4	10,5
1931	53,8	30,1	23,7	20,4	–[5]	- 20,4	86,1	86,1	3,3
1932	51,2	30,5	20,7	6,8	–	- 6,8	32,9	32,9	13,9

1933	52,8	41,5	11,3	6,2	-	- 6,2	54,9	54,9	5,1
1934	58,0	41,9	16,1	7,1	-	- 7,1	44,1	44,1	9,0
1935	55,0	45,9	9,1	7,5	-	- 7,5	82,4	82,4	1,6
1936	64,5	46,7	17,8	7,9	-	- 7,9	44,4	44,4	9,9
1937	70,2	66,9	3,3	8,5	-	- 8,5	257,6	257,6	- 5,2
1938	60,3	60,2	0,1	-	-	-	-	-	0,1
1939	68,8	58,8	10,0	-	-	-	-	-	10,0
1940	65,2	62,1	3,1	3,4	-	- 3,4	109,7	109,7	- 0,3
1941	89,7	68,9	20,8	4,1	-	- 4,1	19,7	19,7	16,7
1942	100,0	58,1	41,9	4,0	-	- 4,0	9,5	9,5	37,9
1943	116,4	75,9	40,5	3,9	-	- 3,9	9,6	9,6	36,6
1944	143,0	108,4	34,6	18,8	-	- 18,8	54,3	54,3	15,8
1945	162,6	116,6	46,0	10,8	-	- 10,8	23,5	23,5	35,2

FONTES:

Brasil. IBGE, *Anuário Estatístico*, 1974; Brasil. Ministério da Fazenda, *Finanças do Brasil, União, Estados e Municípios e Finanças do Brasil*, vol. XIX; Banco do Brasil, *Relatório*, 1938, e United Kingdom. Department of Overseas Trade. *Brazil. Review of Commercial Conditions*, 1944.

NOTAS:

[1] Em vista da inexistência de dados sobre fluxos de capital privado, "entrada total" e "cobertura cambial disponível" são agregados que excluem estes fluxos.

[2] "Balanço comercial" não é equivalente ao conceito usual de balanço comercial, pois resulta da diferença entre exportações FOB e importações CIF.

[3] Incluindo juros, amortizações e comissões.

[4] Médias qüinqüenais de 1891-1895 a 1921-1925.

[5] *Funding loans* excluídos (£14,2 milhões em 1914-17 e £18,4 milhões em 1931-34).

QUADRO 2

Balanço de Pagamentos, 1930-1945[1]
(Em milhões de libras esterlinas)

	1930	1931	1932	1933	1934	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945
1. BALANÇO COMERCIAL	*19,3*	*28,1*	*24,7*	*16,7*	*21,4*	*14,9*	*23,4*	*11,3*	*7,6*	*19,4*	*17,0*	*35,9*	*57,6*	*61,7*	*59,9*	*76,5*
Exportações FOB[2]	65,7	53,8	51,2	52,8	58,0	55,0	64,5	70,2	60,3	68,8	65,2	89,7	100,0	116,4	143,0	162,6
Importações FOB[2,3]	46,4	25,7	26,5	36,1	36,6	40,1	41,1	58,9	52,7	49,4	48,2	53,8	42,4	54,7	83,1	86,1
2. SERVIÇOS	*-32,6*	*-26,2*	*-17,0*	*-12,3*	*-14,4*	*-19,6*	*-21,0*	*-24,5*	*-7,5*	*-9,4*	*-13,6*	*-14,5*	*-15,0*	*-21,1*	*-30,2*	*-29,7*
Fretes e seguros[4]	-7,2	-4,4	-4,0	-5,4	-5,3	-5,8	-5,6	-8,0	-7,5	-6,8	-6,9	-5,9	-4,9	-7,7	-13,2	-14,2
Rendas de Capitais Públicos	-13,4	-11,8	-3,0	-3,9	-4,6	-5,8	-5,9	-6,5	-	-2,6	-6,7	-8,6	-10,1	-13,4	-17,0	-15,5
Rendas de Capitais Privados	-12,0[6]	-10,0[7]	-10,0[8]	-3,0[9]	-4,5[10]	-8,0[10]	-9,5[11]	-10,0[11]	-[11]							
3. DIVERSAS CORRENTES	*-3,0*[6]	*-1,0*[7]	*-0,9*	*-1,0*[12]	*-1,0*[7]	*-2,0*[7]	*-2,0*[7]	*-2,0*[7]	*-1,4*[13]	-2,6	-2,3	*1,2*	*7,2*	*9,4*	*9,3*	*8,5*
4. TRANSAÇÕES CORRENTES (1+2+3)	*-16,3*	*0,9*	*6,8*	3,4	*6,0*	-6,7	*0,4*	*-15,2*	*-1,3*	*7,4*	*1,1*	22,6	*49,8*	*50,0*	*39,0*	*55,3*
5. TRANSAÇÕES DE CAPITAL	*11,2*	*-2,1*	*-7,4*	*-6,1*	*-3,9*	*-1,3*	-6,3	-4,9	-4,8	*-0,1*	*5,3*	*-9,0*	-7,2	*11,3*	*-5,1*	*-8,1*
Capitais de longo prazo:																
Públicos[5]	15,5[14]	6,5[15]	-	-	-	-	-	-	-	-	0,4	0,6	1,0	1,9	1,5	0,7
Privados[16]	2,0[6]	-[7]	0,5[8]	-[7]	-[7]	2,0[7]	2,0[17]	2,0[17]	-[18]	-0,1	5,6	-8,1	-6,6	10,9	4,6	-2,8
Amortização de dívida pública externa[5, 19]	-6,3	-8,6	-7,9	-5,1	-2,5	-1,9	-1,9	-2,0	-	-	-0,7	-1,5	-1,6	-1,5	-11,2	-6,0
Pagamento de atrasados comerciais[20]	-	-	-	-1,0	-1,4	-1,4	-6,4	-4,9	-4,8	-	-	-	-	-	-	-
6. AJUSTE RELATIVO A MARCOS DE COMPENSAÇAO[21]	-	-	-	-	-	*1,4*	*1,6*	*2,4*	*2,2*	-	-	-	-	-	-	-
7. TOTAL (4+5+6)	*-5,1*	*-1,2*	*-0,6*	-2,7	*2,1*	-6,6	-4,3	*-17,7*	*-3,9*	*-7,3*	6,4	*13,6*	42,6	*61,3*	*33,9*	*47,2*
8. ERROS E OMISSÕES	*-18,8*	-2,3	*10,8*	*-1,1*	-5,9	9,9	-12,4	*12,8*	*14,5*	*-7,5*	*-5,3*	*1,5*	*-5,3*	*1,5*	*5,2*	*-39,9*
9. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO	23,9	3,5	-10,2	3,8	3,8	3,3	16,7	4,9	-10,6	0,2	-1,1	-15,1	-37,3	-62,8	-39,1	-15,3
Variações de haveres e obrigações (inclusive ouro)[22]	23,9	3,5	-10,2	-4,5	3,5	-3,5	4,4	4,9	-10,6	0,2	-1,1	-15,1	-37,3	-62,8	-39,1	-15,3
Atrasados comerciais[20]	-	-	-	8,3	0,3	0,2	12,3	-	-	-	-	-	-	-	-	-

NOTAS:
[1] Para o período 1939-45 foram utilizadas as estimativas do Institute of Inter-American Affairs. Foreign Operations Administration, *The Development of Brazil. Report of Joint Brazil-United States Economic Development Commission*, Washington, GPO, 1953, p. 312. Para o período 1930-38 foram utilizadas estimativas de fontes diversas, discriminadas nas notas abaixo. Taxas de câmbio de *Statistical Year-Book*, diversos anos, League of Nations, Genebra.
[2] *Anuário Estatístico do Brasil*, diversos anos, IBGE, Rio de Janeiro, e *Relatório*, diversos anos, Banco do Brasil, Rio de Janeiro.
[3] Incluindo ouro não monetário, a partir de 1939.
[4] Obtido residualmente como diferença entre importações CIF e importações FOB, considerando desprezível a receita brasileira de fretes e seguros.
[5] *Finanças do Brasil*, diversos volumes, Ministério da Fazenda, Rio de Janeiro; *Relatório*, diversos anos, Banco do Brasil, Rio de Janeiro; *Anuário Estatístico do Brasil*, 1947, IBGE, Rio de Janeiro, 1948, p. 507. Inclui o serviço do empréstimo de curto prazo concedido pelos Rothschild em 1931. Capitais oficiais, a partir de 1939.
[6] Brazil, *Annual Report* 1930, pp. 32-3. A 1849/1849/6, FO 371, Arquivos do Foreign Office.
[7] Estimativas grosseiras.
[8] *Balance of Payments*, 1933, League of Nations, Genebra, 1934, pp. 57– 8.
[9] Memo, 1.11.34, 832.5151/364, RG 59, National Archives (NA), Arquivos do Departamento de Estado (ADE).
[10] Memo de Heath, 21.1.35, 832.5151/494 1/2, RG 59, NA, ADE.
[11] Supporting report (Rio Conference, 1942), p. 29, caixa 174, RG 229, NA, Arquivos do Foreign Economic Administration.
[12] *Relatório*, 1932, Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 1933.
[13] *Relatório*, 1938, Banco do Brasil, Rio de Janeiro, 1938. Não é claro se estão incluídas algumas remessas não pessoais.
[14] Exclui a "tranche" do empréstimo Coffee Realization 1930 lançada no mercado interno.
[15] Empréstimo Rothschild 1931; exclui o Funding Loan de 1931.
[16] Incluindo os de curto prazo, a partir de 1939.
[17] Ostrander para White, 4.5.37, Brasil 8, Arquivos do Departamento do Tesouro (ADT).
[18] Memo de Schmidt, novembro de 1939, ADT.
[19] Incluindo Lend-Lease, a partir de 1939.
[20] *Relatório*, diversos anos, Banco do Brasil, Rio de Janeiro; *Mensagem*, diversos anos, Imprensa Nacional, Rio de Janeiro; *Relatório*, diversos anos, Ministério das Relações Exteriores, Rio de Janeiro; memos do Departamento de Estado, sem data, 13.3.35 e 28.11.35, 832.5151/390, 573 e 763 a, RG 59, NA, ADE; A. de Souza Costa, *Panorama Econômico e Financeiro da República*, DIP, Rio de Janeiro, 1941, pp. 103-5; memo de Britain, 14.4.36, F 12659/02/7, T. 160, Arquivos do Tesouro Britânico. Ver, também, *Wileman's Brazilian Review*, Rio de Janeiro, 1930 a 1934.
[21] Em vista da superavaliação do valor das importações provenientes da Alemanha, registradas em Reichsmarks nas estatísticas de comércio exterior brasileiras, mas pagas em marcos de compensação.
[22] 1930-38: Variações de dados sobre estoque de ouro, reservas e títulos em cobrança apresentados em *Statistical Year-Book*, vários anos, League of Nations, Genebra. A inclusão de dados apenas relativos ao Banco do Brasil pode ser uma importante fonte de explicações para os valores relativamente elevados do item "erros e omissões", especialmente em 1930.

que não haviam sido eleitos por voto popular. Enquanto no final da década de 30 e nos anos iniciais da guerra o Governo brasileiro era visto em Washington como "uma ditadura mais aceitável do que outras", depois de 1943 as preocupações quanto à falta de democracia interna tornaramse evidentes. Começaram a tomar corpo tendências no Governo norteamericano, no sentido de apoiar uma solução "liberal" no Brasil que removesse as contradições entre o regime político autoritário e a política externa pró-aliada. Uma sucessão "liberal", além disso, envolveria, provavelmente, a adoção de políticas econômicas mais alinhadas com os *desiderata* norte-americanos.

É nesse contexto e como resultado de considerável agitação política interna que devem ser vistas as tentativas de Getúlio Vargas no sentido de redefinir as bases políticas do regime em 1944-45, absorvendo os segmentos mais radicais do cenário político nacional. O fracasso dessas tentativas e a conseqüente deposição de Vargas no final de 1945 devem ser considerados à luz da reorientação da política norte-americana relativa ao Brasil no final da guerra. A eleição de um novo Governo, que provou ser bastante menos apto a ter dúvidas quanto à necessidade de respeitar os compromissos implícitos e explícitos assumidos pelo Brasil em relação aos Estados Unidos, marcou, na verdade, o início de um longo período de hegemonia econômica e política dos interesses norte-americanos no Brasil. Esses desenvolvimentos confirmaram o acerto da política dos Estados Unidos em relação ao Brasil na década de 30 e nos anos iniciais da guerra, ao enfatizar a importância dos objetivos estratégicos, mesmo que às expensas de objetivos táticos relevantes.

CAPÍTULO II

RELAÇÕES ECONÔMICAS INTERNACIONAIS DO BRASIL (1945-1964)

1. A NOVA ORDEM INTERNACIONAL EM GESTAÇÃO NOS ANOS 40

As conversações diplomáticas iniciadas em 1941 entre os Estados Unidos, a Inglaterra e a União Soviética e destinadas a reorganizar o mundo do pós-guerra sob sua hegemonia se desenvolveram ao longo de duas grandes vertentes. Em ambas, a aparente unidade requerida pelo esforço de guerra encobria uma marcada divergência quanto a percepções e projetos futuros dos três grandes Aliados.[1]

A primeira vertente, que nos interessa mais de perto neste ensaio, dizia respeito à ordem econômica internacional que prevaleceria no pós-guerra. A iniciativa era inequivocamente norte-americana, com os britânicos como interlocutores privilegiados e, com freqüência, antagônicos.[2]

---

[1] As conversações tiveram lugar poucas semanas após o ataque alemão à União Soviética (22 de junho de 1941). Em agosto de 1941, Roosevelt, Churchill e o Embaixador soviético Kaisky assinaram uma declaração conjunta, conhecida como Carta do Atlântico. Esta carta representa, em parte, a tentativa da diplomacia norte-americana, tradicionalmente suspeitosa da diplomacia européia, de evitar um acordo secreto entre Churchill e Stalin sobre zonas de influência na Europa após a eventual vitória sobre Hitler e Mussolini. Ver Lloyd C. Gardner, *Architects of Illusion: Men and Ideas in American Foreign Policy,* Quadrangle Books, Chicago, 1970, pp. 30-31. O início das conversações em sua vertente econômica, restrita aos Estados Unidos e à Inglaterra e iniciada com o "Lend-Lease" em março de 1941, pode ser visto em J. K. Horsefield, *The International Monetary Fund, 1945-1965,* vol. I, Parte I, International Monetary Fund, Washington, D.C. 1969 e Richard N. Gardner, *Sterling Dollar Diplomacy,* Clarendon Press, Oxford, 1956.

[2] Ver J. H. Williams, *Post-War Monetary Plans and Other Essays,* A. Knopf, New York, 1947; Susan Strange, *Sterling and British Policy,* Oxford University Press, 1971; P. W. Bell. *The Sterling Area in the Post-War World,* Clarendon Press, Oxford, 1956, além de R. Gardner, *op. cit.,* para alguns fascinantes relatos do antagonismo anglo-norte-americano na área econômica no pré e no pós-guerra.

Apesar de uma base política heterogênea, na qual conviviam interesses internacionalistas e isolacionistas, a administração Roosevelt, desde a segunda metade dos anos 30, esteve firmemente empenhada em evitar aquilo que considerava os erros da política externa norte-americana após a Primeira Grande Guerra.[3] Uma política que, no entender de Cordell Hull, Secretário de Estado de 1933 a 1944, havia colaborado, em seu isolacionismo, para prolongar os efeitos desastrosos da crise de 1929 e havia estimulado o surgimento dos regimes nacionalistas-autoritários dos anos 30, com suas restrições ao comércio multilateral e aos fluxos internacionais de capitais privados.[4]

A proposta norte-americana visava eliminar a possibilidade de um ressurgimento dos regimes nacional-capitalistas no pós-guerra, através da eliminação das barreiras ao livre fluxo de bens e serviços, da multilateralização do comércio por meio da livre convertibilidade entre as moedas dos principais países, e da criação de organismos internacionais encarregados de estabelecer as normas, os códigos de conduta e as sanções cabíveis sobre os países. É óbvio que não se tratava apenas de uma visão de estadistas. Na verdade, a proposta encontrava amplo suporte entre os setores internacionalizados da economia americana, que vislumbravam as vastas possibilidades que se abririam ao comércio e ao investimento internacionais em um mundo organizado politicamente sob a hegemonia norte-americana. Desde 1942, o esforço maior da diplomacia Roosevelt no *front* econômico seria concentrado na criação das organizações internacionais que supervisionassem a comunidade das nações no pós-guerra: as Nações Unidas e os projetos de uma organização mundial do comércio e de uma organização financeira internacional.[5] A Guerra Fria ainda era uma expressão desconhecida, e não só Roosevelt, falecido em abril de 1945, como Truman, até 1946, esperavam contar com uma construtiva

[3] Ver E. May, *Lessons of the Past: The Use and Misuse of History in American Foreign Policy*, Oxford University Press, 1973.

[4] Ver C. Hull, *The Memories of Cordell Hull*, MacMillan, New York, 1948; R. F. Mikesell, *United States Economic Policy and International Relations*, McGraw-Hill, 1952, e L. C. Gardner, *Economic Aspects of New Deal Diplomacy*, Beacon Press, Boston, 1971. Deve ser notado que só em 1940 o produto norte-americano chegou ao nível de 1928. Ver *Economic Report of the President*.

[5] Ver J. K. Horsefield, *op. cit.*, E. Mason e R. Asher, *The World Bank since Bretton-Woods*, The Brookings Institution, Washington, 1973; R. W. Oliver, *Early Plans for a World Bank*, Princeton Studies in International Finance, 1971; R. Vernon, *America's Foreign Trade Policy and the GATT*, Princeton Essays in International Finance, 1954; W. Diebold Jr., *The End of the ITO*, Princeton Essays in International Finance, 1952.

colaboração da União Soviética para o efetivo funcionamento dos organismos internacionais em processo de criação.

À Inglaterra, em 1941, ainda não era dado avaliar integralmente a extensão em que sairia exaurida como nação do conflito, incapaz de sustentar econômica e militarmente seus interesses imperiais – de resto ameaçados pelo internacionalismo norte-americano. A atitude britânica era de estreita colaboração – que insistia fosse privilegiada[6] – com os esforços dos EUA por reorganizar o mundo do pós-guerra, mas à luz de seus interesses de potência imperial, não exatamente coincidentes com os interesses e o projeto norte-americano.

A União Soviética, ao contrário de seus aliados, envolvida diretamente em luta que lhe custaria milhões de vidas humanas pela expulsão do invasor alemão do seu solo, apenas acompanhava discretamente o que considerava os esforços anglo-americanos por reorganizar o mundo *capitalista* do pós-guerra, através de sua participação nas Nações Unidas e nas discussões preliminares que levariam à formação do Fundo Monetário Internacional. Seus interesses vitais tinham um caráter mais imediato e se localizavam naquilo que chamamos de segunda vertente de conversações iniciadas logo após a invasão da União Soviética pela Alemanha em junho de 1941.

Essa outra vertente de conversações dizia respeito diretamente à própria realidade da evolução da guerra na Europa e na Ásia, e envolvia o redesenhar das fronteiras do mundo geopolítico segundo as distintas concepções de segurança de cada uma das nações envolvidas. Aqui, não só a liderança e a iniciativa não eram claramente norte-americanas como havia vários outros "interesses nacionais" em jogo. A iniciativa, em termos de estratégia geopolítica, caberia inicialmente aos britânicos, secularmente atentos ao balanço de poder no continente europeu, com uma perspectiva histórica que freqüentemente escapava ao moralismo pragmático dos americanos. As tentativas de Churchill[7] de aliar os enormes recursos materiais dos EUA à experiência da diplomacia britânica, na definição de esferas de influência que pusessem claros limites ao que considerava o inevitável expansionismo soviético, não seriam inteiramente coroadas de

[6] Os britânicos insistiam em que a Inglaterra e os Estados Unidos deveriam chegar a um acordo sobre o sistema monetário internacional do pós-guerra "antes que qualquer outro país fosse consultado". Ver J. K. Horsefield, *op. cit.*, p. 30. Os capítulos 1 a 5 constituem uma fascinante e meticulosa história das negociações que culminaram com o Acordo de Bretton-Woods em julho de 1944. Ver também R. Gardner, *op. cit.*

[7] Ver W. S. Churchill, "*The Second World War, Vol. VI: Triumph and Tragedy*", Houghton-Mifftin, 1953.

êxito senão em 1947, quando Truman, em seu famoso discurso de março, anunciaria oficialmente a bipolarização do mundo "entre dois sistemas incompatíveis".[8]

Em dezembro de 1943, contudo, quando Roosevelt, Stalin e Churchill se encontram pela primeira vez na História, em Teerã,[9] para discutir a ofensiva militar aliada em 1944 e os problemas geopolíticos do futuro, Roosevelt, à diferença de Churchill, ainda via amplas possibilidades de acordo com seu outro grande aliado no esforço de guerra, e não parecia convencido da necessidade de conter a potencial expansão imperial soviética – que tanto preocupava Churchill – com uma explícita expansão imperial norte-americana. Explorando habilmente as divergências anglo-americanas e, principalmente, o desconforto de seus aliados – especialmente de Churchill – por não haverem ainda aberto um segundo *front* de luta no Oeste Europeu, enquanto a União Soviética enfrentava, há mais de dois anos, os exércitos de Hitler no Leste, Stalin conseguiu mais concessões do que provavelmente almejasse àquela altura. Com efeito, em retrospecto, Teerã representou para a União Soviética, diplomaticamente, o que Estalingrado havia representado do ponto de vista militar exatamente um ano antes.[10] Os Acordos de Ialta (janeiro-fevereiro de 1945) e Potsdam (julho-agosto de 1945), este após a rendição alemã em maio, essencialmente confirmaram a vitória da diplomacia soviética em Teerã, naquilo que Stalin considerava seu problema vital: as fronteiras do Leste europeu e a demarcação da potencial zona de influência soviética.[11]

---

[8] Ver H. S. Truman, *Memoirs*. Vol. II. O discurso de março através do qual os EUA assumiam pública e explicitamente a tarefa de ajudar militarmente a Grécia e a Turquia marcou, na opinião de Truman, *The turning point in America's foreign policy which now declared that whenever agression, direct or indirect, threatened the peace, the security of the United States was involved*, p. 129.

[9] Ver H. Feis, *Churchill, Roosevelt, Stalin: The War They Waged and the Peace They Sought*, Princeton University Press, 1957.

[10] Adam B. Ulam, *Stalin: The Men and His Era*, Viking Press, New York, 1973; Isaac Deutscher, *Stalin: A Political Biography*, New York, 1967. A obra de Ulam é particularmente útil, porquanto faz largo uso da correspondência entre Stalin, Roosevelt e Churchill, baseada em arquivos americanos, ingleses e na edição soviética *Correspondance of the Chairman of the Council of Ministers of the USSR with the President of the United States and Prime Ministers of Great Britain* (Moscow, 1957).

[11] Ver H. Feis, *Between War and Peace: The Potsdam Conference*, Princeton University Press, 1960, e D. S. Clemens, *Yalta*, Oxford University Press, 1970. A fonte primária de informação é *Foreign Relations of the United States – Conferences at Malta anda Yalta*, Washington, 1955, e *Foreign Relations of the United States: The Conference of Berlin (The Potsdam Conference)*, 2 vols. Washington, 1960.

Existe hoje uma ampla e controvertida literatura acerca do processo de deterioração das relações entre os Estados Unidos e a União Soviética a partir de 1945 que não nos interessa explorar no âmbito deste ensaio.[12] Cabe apenas observar que parece excessivamente simplista atribuir à morte de Roosevelt (abril de 1945) e à ascensão de Truman à Presidência uma súbita e radical mudança na política externa norte-americana. Na verdade, até 1946, Truman[13] continuaria conduzindo a vertente "econômica" de tal política, segundo as linhas gerais traçadas por Roosevelt, na busca de uma economia mundial progressivamente integrada através de fluxos de bens e capitais privados e com foros internacionais nos quais a União Soviética teria um construtivo papel a desempenhar. Não cabe também especular aqui sobre aquilo que os conservadores consideram a ingenuidade política de Roosevelt em relação a questões de Segurança Nacional, tal como percebidas pelos soviéticos, ou sobre a extensão em que uma política mais dura em relação a Stalin, em 1943, poderia ter alterado o curso dos eventos e as fronteiras políticas da Europa. Mas em inícios de 1945, com o Exército Vermelho às portas de Berlim, a questão seria retórica, apesar de os Estados Unidos terem emergido da guerra como a maior potência econômica e militar que o mundo jamais havia conhecido. Hiroxima e Nagasáqui anunciariam este fato à humanidade de maneira trágica em agosto de 1945.

O monopólio nuclear e a incontestável hegemonia militar norte-americana, contudo, não podiam contribuir para impor o projeto de uma economia mundial aberta, sob o signo do capitalismo. Os defensores de tal projeto no Governo americano teriam que enfrentar dois tipos de oposição: uma interna, associada aos tradicionais interesses não-internacionalistas, fortemente representados no Congresso norte-americano; outra externa, associada às reticências dos demais países capitalistas rele-

---

[12] Ver a respeito William A. Williams, *The Tragedy of American Diplomacy*, Dell, New York, 1962; D. F. Fleming, *The Cold War and its Origins*, Doubleday, New York, 1961; H. Feis, *From Trust to Terror: The Onset of the Cold War, 1945-1950*, W. W. Norton & Co., New York, 1970; G. Kolko, *The Politics of the War: The World and United States Foreign Policy: 1943-1945*, Random House, New York, 1968; G. Alperovitz, *Atomic Diplomacy*, Simon & Schuster, 1965; D. Horwotz, *The Free World Colossus: A Critique of American Foreign Policy in the Cold War*, Hill & Wang, New York, 1965; G. K. Kennan, *Memoirs 1925-1950*, Little Brown & Co., Boston, 1967; D. Acheson, *Present At the Creation: My Years in the State Department*, W. W. Norton & Co., New York, 1969.

[13] Ver H. S. Truman, *Memoirs*. (Vol. I; Years of Decisions).

vantes em "abrir" suas economias ao comércio nas condições de desemprego e tensão social do mediato pós-guerra.[14]

A Inglaterra era o país-chave. As possibilidades de liberalização em larga escala do comércio internacional dependiam crucialmente do grau de abertura do sistema de preferências imperiais em que se baseava a economia britânica e da sua aceitação do comércio multilateral através da livre convertibilidade da libra esterlina. Nas negociações de Bretton-Woods, os britânicos haviam tentado habilmente adiar essa decisão, convencendo os norte-americanos da necessidade de um período de transição que se poderia prolongar até cinco anos.[15]

Com efeito, em 1945-47, durante o caos político, econômico e social que se seguiu ao conflito, a fragilidade do capitalismo europeu se tornou patente. A tentativa de por intermédio de acordo assinado em dezembro de 1945 forçar a Inglaterra a adotar a convertibilidade da libra esterlina, a partir de 15 de julho de 1947, como *quid pro quo* do vultoso (US$3,75 bilhões) empréstimo norte-americano negociado por Keynes em 1945, resultou em um desastre e foi abandonada após 5 semanas.[16] As resistências externas ao projeto norte-americano acabaram – temporariamente – prevalecendo, e os adeptos do internacionalismo tiveram – à luz das circunstâncias – que rever sua estratégia. A Guerra Fria, contudo, em fermentação desde pelo menos Ialta e Potsdam, permitiria, em 1947, vencer as resistências *internas* ao projeto internacionalista. O Plano Marshall representaria a integração das duas vertentes anteriormente discutidas. Por seu intermédio, os Estados Unidos não só assumiam oficialmente o papel de conter militarmente o que era visto como insaciável expansionismo soviético, como também aceitavam adiar, para após a reconstrução européia – protegida por barreiras não tarifárias e controles cambiais –, o projeto formal de integração do capitalismo à escala internacional através da livre convertibilidade entre as moedas dos principais países.[17]

[14] Em 1947, mais de 60% do comércio europeu ainda era organizado em bases bilaterais. Ver Isaiah Frank, *The European Common Market*, Praeger, New York, 1961, p. 42.

[15] Ver Housefield, *op. cit.*, e R. Gardner, *op. cit.*

[16] Para uma discussão da importância deste famoso empréstimo e do Acordo subjacente, ver R. Gardner, *op. cit.*, caps. 10-12, e F. Block, *The Origins of International Economic Disorder: A Study of United States International Monetary Policy from World War II to the Present*, University of California Press, 1977, cap. 3.

[17] Ver R. Hinshaw, *The European Community and American Trade*, Praeger, New York, 1964; G. Patterson, *Discrimination in International Trade: The Policy Issues: 1945-1965*, Princeton University Press, 1966; e B. Balasa, *Trade Liberalization among Industrial Countries*, McGraw-Hill, 1967.

A Guerra Fria que se seguiu, como é sabido, teria efeitos desastrosos em termos da esterilização do pensamento político de pelo menos uma geração na camisa-de-força do maniqueísmo. Sua presença marcaria indelevelmente o período de que se ocupa este ensaio – e muito além. O projeto norte-americano, contudo, em mais de um sentido seria coroado de êxito, muito embora quinze anos depois de Bretton-Woods, com o retorno europeu à completa convertibilidade (1959) e o subseqüente renascimento dos fluxos internacionais de capitais privados (ausentes desde a crise de 1929) que marcariam as décadas dos anos 60 e 70.[18] A aparente vitória trazia em si mesma os germes de suas contradições, como não deixou de ser observado.[19] Mais quinze anos e (1974) o mundo estaria de novo em busca de uma nova ordem econômica internacional mais adequada a uma nova estrutura de poder político e econômico que o próprio "sucesso" do projeto americano de internacionalização do capital havia engendrado. Mas este estudo termina em 1964, e deve investigar a forma pela qual a economia e a sociedade brasileiras responderam a esses eventos a partir de 1946.

2. A AMÉRICA LATINA E O BRASIL SOB A HEGEMONIA NORTE-AMERICANA

Talvez em nenhum outro continente a avassaladora presença dos Estados Unidos se fazia sentir tão amplamente quanto a América Latina do imediato pós-guerra. Pela primeira vez na História, adquiriam o virtual monopólio de influência na região, constituindo praticamente sua única fonte de capitais, da assistência técnica e militar e seu mais importante mercado: quase 60% das importações latino-americanas no triênio

[18] Ver R. Hinshaw, *Toward European Convertibility,* Princeton Essays in International Finance, 1958; A. Schonfield (ed.), "*International Economic Relations of the Western World 1959-1971,* vol. I: *Politics and Trade,* Schonfield, Curzon, Warley & Ray, e vol. II: *International Monetary Relations* (S. Strange), Oxford University Press, 1976.

[19] Ver R. Triffin, *Europe and the Money Muddle,* Yale University Press, 1937, e R. Triffin, *Gold and the Dollar Crisis,* Yale University Press, 1961. Triffin observou que a larga utilização do dólar como moeda internacional de reserva requereria a continuidade dos déficits do balanço de pagamentos norte-americano e que isto acabaria, cedo ou tarde, por erodir a confiança no dólar como uma estável moeda de reserva, o que efetivamente veio a ocorrer no início dos anos 70. Ver também H. B. Lary, *Problems of the United States as World Trader and Banker,* National Bureau of Economic Research, New York, 1963.

1946-48 provinham dos EUA, que absorviam quase a metade das exportações latino-americanas.[20] A tentativa de exploração das rivalidades comerciais e políticas entre as Grandes Potências, que havia resultado relativamente benéfica para países como o Brasil, a Argentina e o México na década dos anos 30, não mais seria possível por pelo menos uma – crucial – década.[21] Entretanto, as elites latino-americanas, com a possível exceção da Argentina peronista, julgavam-se beneficiárias da nova dimensão – através dos EUA – que o continente assumia no mundo. O famoso "bloco latino-americano", em suas votações nas assembléias iniciais das Nações Unidas, mostraria ao resto do mundo que a região constituía uma inquestionável zona de influência política norte-americana.[22]

Por suposto, havia profundas raízes históricas subjacentes a esta "relação especial". É verdade que a Doutrina Monroe datava de 1823, mas este gesto de aparente "imperialismo defensivo",[23] de formulação nacionalista e unilateral, na verdade havia sido proposto a Monroe por Lord Canning, Ministro do Exterior britânico, como forma de conter os eventuais desígnios da "Santa Aliança" no continente. A doutrina foi aceita sem muita hesitação pelas elites *creolas* dos países latino-americanos, empenhados em sua independência política. Uma efetiva tentativa de criar um sistema pan-americano, porém, teria sua origem muito mais tarde, a partir de 1880, quando a influência européia na América Latina, particularmente na esfera econômica, estava em franca ascendência. À Doutrina Monroe se adicionaria, em 1904, o Corolário Roosevelt (Theodore), como ficou conhecida a política do *Big Stick*, expresso na simples declaração do direito de intervir – e não apenas para evitar a intervenção de outras potências.[24] A Doutrina, reformulada, foi explicitada pela primeira

---

[20] Ver *The Foreign Trade of Latin America since 1913*, Pan American Union, Washington, 1952, pp. 903-907.

[21] Ver S. E. Hilton, *Brazil and the Great Powers, 1930-1939*, University of Texas Press, 1975; H. Goldhammer, *The Foreign Powers in Latin America*, Princeton University Press.

[22] Exceção feita à Argentina, que continuaria, durante o peronismo, a desempenhar o papel de *enfant terrible* nas conferências interamericanas, constituindo o único país de peso na região a questionar publicamente a liderança norte-americana em assuntos hemisféricos.

[23] A expressão é de Roberto Campos. Ver *Ensaios de História Econômica e Sociológica*, 2ª edição, Rio de Janeiro, APEC Editora, 1964.

[24] A. P. Withaker, em *The Western Hemisphere Idea: Its Rise and Decline*, New York, 1954, reproduz o seguinte trecho do discurso em que Theodore Roosevelt anuncia, pela primeira vez, a nova Doutrina: "...the Monroe Doutrine may force the United States, however reluctantly, in flagrant cases of... wrongdoing or impotence, to the exercize of an international police power", p. 100.

vez em 1904, depois que falharam as tentativas norte-americanas de criação de um sistema regional de preferências tarifárias que compensasse a crescente influência européia.

Como é sabido, uma ativa e freqüentemente armada aplicação da Doutrina no Caribe e na América Central dominou as relações hemisféricas até a década dos 30, e, exceção feita ao interregno rooseveltiano (Franklin) 1933-1945,[25] o viés intervencionista dos EUA na América Latina se projetaria até o presente, embora mudasse sua aparente *rationale:* a Guerra Fria, em decidida escalada desde 1947, fez com que considerações de Segurança Nacional se tornassem os determinantes principais da política externa global dos Estados Unidos.[26]

A América Latina, neste contexto, era uma região de importância relativamente secundária. Entretanto, o que cabe assinalar para propósitos deste trabalho é o fato de que a política norte-americana durante a Grande Depressão e a própria natureza das colaborações de Governo durante os anos da guerra diminuíram sensivelmente as tensões acumuladas nas primeiras três décadas do século e renovariam as expectativas de cooperação hemisférica e regionalismo econômico no imediato pós-guerra.

O caso do Brasil

Talvez em nenhum outro país da América Latina fosse tão alto o nível de expectativas quanto a essa cooperação como no Brasil após a queda de Vargas em outubro de 1945. Aparentemente, havia várias razões para tal. O Brasil tinha-se caracterizado no passado recente, dentre os países grandes do continente, como o mais fiel aliado das iniciativas da política norte-americana para com a América Latina, uma lealdade que nem a Argentina nem o México poderiam exibir. Sua colaboração no esforço de guerra havia ido muito além da cessão de bases aéreas e navais no território nacional: o suprimento de matérias-primas básicas e materiais estratégicos havia sido assegurado a preços estáveis durante o conflito, e forças brasileiras se empenharam diretamente em expulsar tropas alemãs do território italiano em 1944. O Brasil havia sido um dos primeiros países do mundo a participar, lealmente aos EUA, a partir de 1943, das discussões sobre a criação das instituições internacionais projetadas para o mundo do pós-guerra. Nas conferências

---

[25] Ver D. Green, *The Containement of Latin America: A History of the Myths and Realities of the Good Neighbour Policy,* Chicago University Press, 1971.
[26] G. Connell-Smith, *The Inter-American System,* 1966, e *The United States and Latin America,* 1974, e R. H. Wagner, *United States Policy Toward Latin America,* Stanford University Press, 1970.

interamericanas a tradicional discrição da diplomacia brasileira não escondia seu apoio às iniciativas norte-americanas. Durante os anos 30 da era rooseveltiana, o realismo pragmático de Souza Costa em relação ao comércio bilateral com a Alemanha nazista era mais que compensado pela presença decidida de Oswaldo Aranha como adepto de uma crescente aproximação entre o Brasil e os Estados Unidos. Findo o comércio bilateral com a Alemanha em 1939, a aproximação econômica com os EUA foi uma conseqüência imediata: os Acordos de Washington assinados por Souza Costa em 1942 consagram definitivamente a aproximação. A instauração de uma forma democrática de Governo a partir das eleições de dezembro de 1945 e a adoção da Constituição liberal de 1946 pareciam confirmar a inevitabilidade do estreitamento das relações.

Com efeito, em 1945-1946, o Brasil, através de parcela majoritária de suas chamadas elites – civis e militares –, julgava-se no limiar de uma nova era da secular "relação especial" com os Estados Unidos da América do Norte. Aos seus olhos, o Brasil surgia, naturalmente, como o parceiro privilegiado (para a região latino-americana) na construção da nova ordem internacional que se esboçava sob a praticamente incontestável hegemonia econômica, militar e – *pour cause* – política do capitalismo norte-americano.

A relação especial, contudo, era essencialmente assimétrica. Uma assimetria que tinha menos a ver com as óbvias diferenças econômicas ou com diferenças de padrões de comércio, e mais haver com marcadas diferenças de percepções e expectativas quanto à natureza, importância e forma de relacionamento entre os dois países no mundo do pós-guerra.

Do lado brasileiro, essas expectativas se deviam em grande medida à natureza da colaboração no esforço de guerra que – em parte devido ao *New Deal*, em parte ao Estado Novo – havia envolvido uma substancial colaboração de Governo para Governo, que os brasileiros – civis e militares – esperavam que continuasse no pós-guerra.[27] A Missão Taub (1942)

[27] Em março e abril de 1945, as três Armas militares brasileiras submeteram ao Governo norte-americano seus projetos de reequipamento e modernização, elaborados com a participação das respectivas missões militares norte-americanas e aparentemente sem o conhecimento do Embaixador Berle, que criticou duramente sua grandiosidade em extensos memorandos, publicados em *Foreign Relations of the United States*, 1945. As críticas de Berle devem ter tido alguma influência, porquanto, apesar da declaração de guerra do Japão em junho de 1945 (que permitiria ao Brasil a continuidade na utilização do equipamento de Lend-Lease), em fins de 1945 os militares brasileiros "estavam ficando crescentemente desconfortáveis em relação à falta de resposta ou mesmo uma acusação de recibo do Governo norte-americano". *Foreign Relations of the United States*, 1945, vol. IX. A chamada Guerra Fria, menos de dois anos depois, ao reaproximar os militares, contribuiria para atenuar significativamente tal desconforto.

havia proposto um programa decenal de investimentos de cerca de 4 bilhões de dólares, cujo objetivo seria elevar a produção *industrial* do Brasil, para 4% da produção industrial norte-americana (a percentagem, à época, era cerca de 2%). A Missão Cooke (1943) havia proposto um explícito programa de industrialização substitutiva de importações industriais por produção doméstica, dada a escassez de transporte marítimo. Obviamente, as preocupações de certos setores da administração norte-americana com a industrialização brasileira estavam associadas à guerra e deixariam de existir com seu término.[28] Mas seu efeito sobre as expectativas brasileiras quanto ao caráter da ajuda norte-americana no pós-guerra não deve ser minimizado.

Com efeito, as vicissitudes da economia brasileira na década dos anos 30, de certa forma agravadas nos anos de guerra, haviam tornado progressivamente claro aos militares interessados em questão de segurança e desenvolvimento, bem como à reduzida parcela das elites brasileiras interessadas na diversificação da estrutura produtiva e na aceleração do ritmo de formação do capital na indústria e em infra-estrutura produtiva, que qualquer processo de transformação estrutural da economia brasileira requereria tanto um significativo grau de intervencionismo do Estado na vida econômica quanto uma expressiva contribuição da tecnologia e recursos externos, oficiais e/ou privados.[29] As questões substantivas de economia política que se seguiram – até o presente – estiveram quase todas relacionadas, em maior ou menor grau, a divergências quanto à *forma* e *extensão* tanto da participação externa quanto da intervenção do setor público na vida econômica.[30]

---

[28] Ver P. Malan, R. Bonelli, M. P. Abreu e J. E. C. Pereira, *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil 1939-1952*, INPES, Relatório de Pesquisa nº 36, Rio de Janeiro, 1977. É curioso notar que essas Missões foram consideradas por um alto funcionário do Departamento de Estado norte-americano (Walmsey) como "cativantes incursões no reino da fantasia", citado em F. M. McCann, *The Brazilian American Alliance, 1937-1942*, Princeton University Press, 1973, p. 386.

[29] É sintomático que Vargas tenha criado, em 8 de maio de 1944, uma Comissão de Planejamento Econômico, como órgão *complementar* do Conselho de Segurança Nacional, à qual encaminhou estudo sobre a planificação econômica no Brasil elaborado pelo Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial e do qual participaram Roberto Simonsen, Euvaldo Lodi, João Daudt d'Oliveira e Santiago Dantas. O Professor Eugênio Gudin foi designado Relator desse documento. Suas críticas, bem como a réplica de Simonsen, foram publicadas em 1945. Ver E. Gudin, *Rumos de Política Econômica*, Rio, 1945; Simonsen, *O Planejamento da Economia Brasileira*, Rio, 1945.

[30] Não menos importantes foram – e continuam sendo – as divergências acerca da forma institucional de absorver os conflitos sociais derivados da expansão vertiginosa do número de assalariados urbanos a partir dos anos 30, e em particular nas décadas dos anos 40 e 50. Este tema, contudo, está abordado em outras contribuições a este volume.

A intervenção do setor público, enquanto agente de política econômica, obviamente, em si mesma, não constituía novidade. Essa intervenção sempre existiu no Brasil; no século XX, até 1930, assumiu principalmente a forma de defesa dos interesses da cafeicultura (programa de valorização do café e estabilização do mil-réis) identificados como coincidentes com o "bem comum" e com os supremos interesses da nação. A depressão dos anos 30 marcou uma tendência ao intervencionismo que se observou em escala internacional, e que obviamente encontrou eco – e uma experiência pretérita no Brasil.[31] O que houve de novo na natureza da intervenção que se esboçou nos anos 30 foi a sua utilização *parcial* e *incipiente*, não apenas para assegurar níveis de dispêndio (e, portanto, renda e emprego) adequados no setor cafeicultor, mas, inicialmente, para tentar uma aceleração no ritmo da formação bruta de capital fixo *com* diferenciação da estrutura produtiva da economia; vale dizer, uma realocação de recursos reais *distinta*, tanto em intensidade quanto em composição, daquela que o setor privado realizaria na ausência da intervenção governamental. Não se tratava, portanto, apenas de induzir o setor privado, via "sinais de mercado" modificados e/ou intensificados pelos estímulos ou desestímulos governamentais, a se engajar em determinados programas de investimento.[32]

---

[31] A. Hirschman captou fenômeno extremamente significativo acerca da natureza cambiante da intervenção governamental em algumas economias primário-exportadoras: "Quanto ao café... aparece a possibilidade de uma seqüência verdadeiramente dialética: primeiro as características especiais da produção e do mercado de café provocam a formação de um forte grupo de pressão dos produtores que coloca o Estado como interventor assumindo responsabilidades pela interferência com as forças de mercado. Como resultado, o Estado torna-se consciente de sua capacidade e deveres enquanto promotor da política econômica nacional para o desenvolvimento. Em um estágio de crescimento posterior esta política irá requerer que a renda seja redistribuída em favor de outros setores a apoiar e contra os produtores de café. E essa redistribuição pode ser então levada a cabo com sucesso devido às próprias características do mercado de café (baixa elasticidade – preço da oferta no curto prazo), as quais originalmente provocaram as vigorosas e bem-sucedidas pressões dos produtores de café sobre o Estado"; in *Bias for Hope*, N. Haven, Yale University Press, 1971, p. 11.

[32] O comentário contemporâneo de uma importante e insuspeita personalidade coloca perguntas que retêm, passados mais de 30 anos, surpreendente atualidade: "Não é possível esperar pelas iniciativas particulares e deixá-las atuar desarticuladamente sem ligação entre si... Por que esperar, apenas, pela iniciativa privada? Por que não deverá o Governo provocar ou chamar a si incumbências que não a interessem ou são superiores às suas possibilidades?" Edmundo Macedo Soares e Silva, "A Engenharia Brasileira no Projeto de Volta Redonda: um Capítulo do Planejamento Econômico", *Boletim do Círculo de Técnicos Militares nº 22*, dezembro de 1944, p. 5.

Na verdade, os homens públicos brasileiros – mesmo aqueles insuspeitos de quaisquer propensões "dirigidas" ou de vieses contra o setor privado – nunca parecem ter aceito, sem grandes qualificações, a visão liberal e utópica de um setor privado eficiente, com elevada percepção para oportunidades de investimento a longo prazo, sempre pronto a assumir riscos, novas iniciativas e a reduzir custos via elevação de produtividade e incorporação de nova tecnologia.[33] Com efeito, a necessidade de algum tipo de ingerência governamental que fosse além da atividade meramente reguladora do setor público foi paulatinamente sendo estabelecida, *de fato*, desde os anos 30. As relações econômicas internacionais do Brasil no pós-guerra não deixariam de ser afetadas e de expressar politicamente este fenômeno, que, diga-se de passagem, nada tinha de especificamente brasileiro, e que, em mais de um sentido, como veremos a seguir, colidia com certos aspectos do projeto norte-americano para o mundo do pós-guerra.

3. O GOVERNO DUTRA (1946-1950): AS EXPECTATIVAS FRUSTRADAS

Os primeiros anos do Governo Dutra foram marcados pela progressiva frustração das expectativas latino-americanas e especialmente brasileiras quanto à continuidade da cooperação econômica do Governo latino-americano durante os anos de guerra, que se havia refletido em um considerável aumento das relações comerciais e financeiras na região: em 1945, 42% das importações norte-americanas eram originárias da América Latina (contra 25% imediatamente antes da guerra).[34] O Eximbank, que desde sua criação em 1934 operava essencialmente com a América Latina, havia se transformado em uma agência autônoma em 1945 e tinha tido sua capacidade de empréstimos elevada para US$3,5 bilhões (contra US$700 milhões em 1940).[35] As expectativas pareciam promissoras.

---

[33] O Professor Octavio Gouveia de Bulhões, desde o início dos anos 40 e até o presente, tem insistido no fato de que o empresário freqüentemente julga preferível "alcançar um acréscimo de receita por meio de aumento de preços a consegui-lo em função do aumento da eficiência da produção". Bulhões atribui este comportamento ao fato de que descendemos de um povo que viveu no apogeu do comércio de mercadorias de alto valor de troca. Ver *À Margem de um Relatório* (A Missão Abbink no Brasil), Edições Financeiras, Rio, 1950.

[34] *The Foreign Trade of Latin America...*, *op. cit.*, pp. 903-907.

[35] Ver R. Wagner, *op.cit.*, pp. 108-111.

Mas – retórica à parte – as reais prioridades norte-americanas estavam obviamente em outras partes do mundo.[36] Coerente com seu projeto de internacionalização da economia mundial, os Estados Unidos estavam preparados para oferecer não mais que conselhos à América Latina e insistir no caráter global, e não regional, da política norte-americana para o pós-guerra. Na Conferência Interamericana sobre Problemas de Guerra e Paz, especialmente convocada em fevereiro de 1945, esses conselhos seriam apresentados pela primeira vez: os países latino-americanos deveriam eliminar restrições e controles cambiais e encorajar o fluxo de capitais privados. A Ata da Reunião Chapultepec previa a realização de uma conferência interamericana para discutir problemas econômicos da região, que os Estados Unidos só viriam a aceitar fosse considerada em 1954, como preço pelo apoio político latino-americano à sua intervenção na Guatemala.[37]

Mas o Brasil, em 1945-1946, julgava-se um caso *especial,* confiante no caráter político da ajuda financeira norte-americana, da qual se julgava amplamente merecedor por sua leal colaboração no esforço de guerra.[38] A decepção brasileira, de início militar,[39] se agravara rapidamente. Em maio de 1946, o Ministro de Viação e Obras Públicas de Dutra, Macedo Soares, em reunião em Washington com Diretores do Eximbank e autoridades do Departamento de Estado, insiste em que não está falando como um simples "tomador a uma agência de empréstimos, mas sim como um representante do Governo brasileiro que se dirige ao Governo norte-americano" e insiste no caráter fundamentalmente político do financiamento que pretendia e para o qual o Brasil "já havia feito muito por merecer".[40]

A posição oficial dos Estados Unidos acerca dessas solicitações foi definida ainda em 1946 nos seguintes termos: (a) o Brasil deveria procurar

---

[36] Na verdade, o Eximbank concederia crédito de US$1,9 bilhão à Europa no último semestre de 1945 contra US$140 milhões concedidos à América Latina em 1946 no mesmo período. Ver Export-Import Bank, *First Semi-Annual Report, Third Semi-Annual Report.*

[37] Ver R. Wagner, *op. cit.*, pp. 63-64.

[38] O Embaixador Berle, escrevendo sobre as expectativas brasileiras em 1945, notara que "... o grupo entrincheirado no Governo sabe que cooperou com os Estados Unidos", em B. Berle e T. Jacobs (eds.): *Navigating in the Rapids, 1918:1971,* New York, Harcourt-Brace, Jovanovich, 1973, p. 517.

[39] Ver seção anterior, particularmente a nota 8.

[40] Ver FRUS, vol. XI. A atitude de Macedo Soares, deve ser notado, teve uma surpreendente permanência na diplomacia brasileira *vis-à-vis* os EUA. A expressão "relação especial" voltaria à tona 30 anos depois na retórica do entendimento Kissinger-Silveira.

ampliar suas fontes internas de financiamento *antes* de solicitar ajuda do Governo norte-americano; (b) o Brasil deveria distinguir entre seus programas de reequipamento e seus programas de desenvolvimento. Os gastos com os primeiros deveriam ser considerados como importações deferidas e financiados com as amplas reservas internacionais acumuladas nos anos de guerra; (c) para os programas de desenvolvimento, o interlocutor deveria ser não o Governo norte-americano, mas a instituição multilateral especialmente criada para tal fim - o Brasil mundial, e (d) de qualquer forma, o Brasil deveria ter presente que seu desenvolvimento, em última análise, dependeria da habilidade de criar um clima favorável ao ingresso de capitais privados.[41] Segundo um típico memorando da época: "As divisões de economia do Departamento de Estado acham que, embora o programa de desenvolvimento brasileiro seja desejável e mereça assistência, ele não tem o mesmo pedido de urgência que têm diversos países europeus devastados pela guerra."[42]

A posição norte-americana poderia ser discutida – como o foi à época. Em primeiro lugar, o Brasil queria ajuda para financiar gastos em moeda estrangeira, que não poderiam ser realizados com recursos captados domesticamente, apenas com exportações ou financiamento externo. Quanto às reservas internacionais do Brasil, é fundamental observar que ao longo de quase todo o Governo Dutra, mas em especial no período 1947-48, antes da explosão dos preços do café, o problema central do setor externo da economia brasileira era o saldo de pagamentos em moedas *conversíveis*, mais especialmente em dólares norte-americanos. As famosas reservas internacionais acumuladas durante os anos da guerra não permitiam financiar déficits da magnitude dos observados para com a área conversível: em fins de 1946, dos US$730 milhões de reservas totais apenas cerca de US$100 milhões eram reservas líquidas disponíveis para a área conversível, o restante sendo formado por libras esterlinas (bloqueadas por decisão britânica) e moedas inconversíveis (somando US$273 milhões), e por ouro depositado nos Estados Unidos (US$365 milhões).[43]

[41] Ver *Foreign Relations of the United States*, 1946, vol. XI.

[42] *Foreign Relations of the United States*, 1946, vol. XI, p. 396.

[43] Deve ser notado que a dívida externa pública consolidada em 31 de dezembro de 1946 era da ordem de 644 milhões de dólares. Ver P. Malan, *et alii, op. cit.*, p. 477. Quanto à sugestão de utilizar o Banco Mundial, deve ser notado que seu primeiro empréstimo ao Brasil foi concedido em 1949 e a um grupo privado (Light), que também receberia o segundo empréstimo para o Brasil em 1950. Ver E. Mason & R. Asher, *op. cit.*

Em início de 1946, contudo, as maiores preocupações das autoridades econômicas do recém-instalado Governo Dutra estavam voltadas para a inflação.[44] A situação econômica externa *parecia* extremamente favorável,[45] especialmente após a eliminação por parte do Governo norte-americano do preço-teto sobre o café em julho de 1946.[46] Comprometidas com a doutrina liberal e com o projeto norte-americano de uma economia mundial aberta, as autoridades monetárias relaxaram várias restrições à saída de divisas do Brasil – uma medida aparentemente destinada a estimular *novos* ingressos de capitais privados no futuro. Uma análise mais cuidadosa, não só da situação internacional como da composição das reservas e da estrutura do comércio internacional do Brasil, teria aconselhado uma atitude mais cautelosa.

Com efeito, é – e era – sabido que à época existiam estreitos controles sobre fluxos financeiros internacionais, e que os objetivos norte-americanos, especialmente os do FMI, consistiam na eliminação de restrições ao *comércio* internacional. A ausência de fluxos internacionais de capitais privados e de linhas organizadas de crédito internacional criou um problema de liquidez mundial, somente resolvido, no imediato pós-guerra, através da União Européia de Pagamentos, do FMI e de empréstimos de Governo a Governo sob a égide do Plano Marshall.

As autoridades monetárias e cambiais do Governo Dutra, contudo, aparentemente depositaram vasta confiança em uma solução duradoura para o potencial desequilíbrio do balanço de pagamentos nacional através da conta de capital, vale dizer, através de uma política liberal de câmbio que, em estimulando as saídas de capital, pudesse estimular também ingressos brutos em proporção ainda mais significativa no futuro. Como

---

[44] A resposta do Governo Dutra, após tentar inutilmente uma modificação na legislação do imposto de renda, foi reduzir os investimentos públicos, já afetados pela eliminação em 1946 da taxa de 5% sobre operações cambiais, que constituía a principal fonte de financiamento do Programa de Obras Públicas e Reequipamento iniciado em 1944. Ver P. Malan, *et alii, op. cit.*

[45] As exportações aumentaram em cerca de 50%, levando ao maior superávit na balança comercial que o Brasil conhecera até então em dólares correntes – cerca de 350 milhões de dólares. As importações, apesar de terem crescido a taxa ligeiramente superior, superaram, pela primeira vez, em dólares correntes, o valor das importações em 1928-29. Ver P. Malan, *et alii, op. cit.*

[46] O preço-teto estava fixo desde 1941-42 (em 13 centavos de dólar por libra-peso). Desde 1945, o Ministro Souza Costa se empenhava junto ao Office of Price Administration pela sua eliminação, argumentando que os custos internos haviam aumentado cerca de 50%, desestimulando novos plantios e levando à redução dos estoques governamentais. Ver *Foreign Relations of the United States,* 1945, vol. IX, p. 688.

notaram fontes insuspeitas ao analisar o período, "... evidentemente, não havendo capitais nos países europeus, o que houve foi uma saída espantosa de divisas do país".[47] De fato, entre 1946 e 1952 a economia brasileira experimentou uma saída *líquida* de divisas da ordem de 500 milhões de dólares.[48]

A alegação das autoridades monetárias e cambiais do Governo Dutra, ou, mais precisamente, da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), para a liberalização cambial de 1946: "condições favoráveis do mercado de câmbio" deveriam ter sido objetivo de uma discussão mais aprofundada, posto que as condições favoráveis se limitavam à área de moedas inconversíveis, e não era aqui que residia o problema fundamental do balanço de pagamentos brasileiro.

O problema fundamental para o balanço de pagamentos brasileiro não só em 1946, como nos dez anos que se seguiriam, era a questão da inconvertibilidade das moedas de países que absorviam cerca de metade das exportações brasileiras. O significativo superávit de 1946, por exemplo, se deveu praticamente ao comércio com áreas de moeda inconversível. O quadro a seguir mostra a extensão em que o Brasil, até 1948, estava acumulando saldos em moedas "fracas", isto é, sem poder de comando imediato sobre recursos reais e acumulando déficits em moedas fortes, especialmente em 1947, quando o déficit para com área conversível chegaria a superar os US$300 milhões (cerca de 200 milhões já no primeiro semestre), levando à necessidade de imposição de controles sobre importações já em junho, intensificada em fevereiro de 1948 através da instituição do sistema de licenciamento com uma taxa de câmbio fixa que vigoraria até o final do Governo Dutra – e ao longo de dois primeiros anos do segundo Governo Vargas.[49]

---

[47] A. Delfim Netto e C. A. Andrade Pinto, O *Café no Brasil*, Estudos ANPES nº 3, São Paulo, 1967, p. 9. O Decreto-Lei nº 9.025, de 27 de fevereiro de 1946, estabeleceu absoluta liberdade nas operações cambiais.

[48] P. Malan, R. Bonelli, M. P. Abreu e J. E. C. Pereira, *op. cit.*, pp. 187-191. Obviamente, parte da saída de divisas deveu-se à progressiva valorização do cruzeiro, dado que a taxa de 18 a 19 cruzeiros por dólar norte-americano permaneceu praticamente constante de 1939 a 1952, enquanto os preços internos mais que quadruplicaram no período. Em 1952, a taxa cambial no mercado negro era da ordem do dobro da taxa oficial.

[49] Mesmo para a conservadora Missão Abbink em 1948, era "... evidente que se deve levar a efeito restrições drásticas sobre as importações". Ver O. G. de Bulhões, *À Margem de um Relatório*, Edições Financeiras, Rio de Janeiro, 1950, p. 118. Com efeito, em fins de 1947, as reservas internacionais do Brasil em moedas conversíveis estavam reduzidas a 33 milhões de dólares, menos de 4% das importações da área.

Em 1947-48, portanto, o problema cambial do setor externo da economia brasileira era o saldo de pagamentos em moedas conversíveis, mais especificamente em dólares norte-americanos.[50]

COMÉRCIO INTERNACIONAL DO BRASIL
POR ÁREAS MONETÁRIAS: 1946-54
(em milhões de dólares)

ANO	ÁREAS CONVERSÍVEIS Exportações para		Importações de		ÁREAS INCONVERSÍVEIS Exportações para	Importações de	TOTAL Exportações	Importações
	Total	dos EUA	Total	dos EUA	(FOB)	(CIF)	(FOB)	(CIF)
1946	435	396	480	391	504	191	939	671
1947	610	449	923	755	536	310	1.146	1.233
1948	660	512	768	583	520	353	1.180	1.121
1949	663	552	645	470	433	458	1.096	1.103
1950	780	741	527	361	576	558	1.356	1.085
1951	918	869	1.088	837	851	899	1.769	1.987
1952	761	731	1.130	830	657	856	1.418	1.986

FONTE: P. Malan, R. Bonelli, M. P. Abreu e J. E. C. Pereira, *Política Econômica Externa, op. cit.*

Certamente, o problema não era apenas brasileiro. A "escassez de dólares" era um tema de repercussão mundial, resolvido – para a Europa

[50] Não parece correcto, entretanto, a noção, encontrada em certa tradição oral, de que as reservas em moedas conversíveis acumuladas durante a guerra haviam sido erodidas em pouco mais de um ano, através de uma política liberal de importações que privilegiou essencialmente bens de consumo de luxo. Na verdade, é preciso ter em conta que apenas em 1947 o *quantum* importado superou o nível de 1928. Na verdade, o *quantum* das importações de bens de capital para a indústria cresceu respectivamente em 47% e 57% em 1946 e 1947. O *quantum das* importações de matérias-primas para a indústria, apesar de ter declinado em 1946, cresceu 50% em 1947. A participação dos bens de consumo durável na pauta de importações foi de 9% em 1946 e 11,7% em 1947, aproximadamente na mesma ordem de magnitude que em 1938-39 (10,8 e 10,9%). Ver P. Malan, R. Bonelli, M. P. Abreu e J. E. C. Pereira, *op. cit.*

através de empréstimos de Governo a Governo sob a égide do Plano Marshall. O próprio General, como Secretário de Estado norte-americano, esteve no Brasil por ocasião da Conferência Interamericana sobre Defesa do Continente, da qual resultaria o Tratado de Assistência Recíproca do Rio de Janeiro que marcaria a adesão oficial da América Latina aos princípios da Guerra Fria.[51] Instado a desenhar um programa semelhante ao europeu para a região, Marshall insistiria que o desenvolvimento latino-americano requeria "um tipo de colaboração no qual cidadãos e grupos privados teriam um papel muito mais importante a desempenhar que no caso do programa destinado a ajudar a reconstrução dos países europeus".[52]

A presença do Presidente Truman no Rio, contudo, para a sessão de encerramento da Conferência, em setembro de 1947, permitiu a Dutra insistir na "Doutrina" do Brasil como caso especial e os EUA concordariam em uma missão conjunta para discutir problemas econômicos brasileiros. Entretanto, as precisas instruções que o Departamento de Estado transmitiu ao Chefe da parte americana da Missão ratificariam a orientação das linhas gerais da política do Governo americano anteriormente traçadas: "A Comissão deve dar particular atenção à capacidade do Brasil para expansão econômica através do uso máximo de seus recursos internos. A Comissão não deve se dedicar à apreciação dos méritos de projetos específicos ou analisar a desejabilidade de obter financiamento externo. A Comissão deve, no entanto, considerar medidas destinadas a encorajar o fluxo de capital privado para o Brasil."[53] O cuidado norte-americano em evitar qualquer comprometimento oficial com o financiamento de programas brasileiros de desenvolvimento pode ser explicado – prioridades quanto à reconstrução européia à parte – como uma reação à intensidade crescente das solicitações brasileiras,[54] que refletiam não apenas uma preocupação com os graves pontos do estrangulamento em transporte e energia, bem como a deterioração da situação do balanço de pagamentos

---

[51] Ver *Foreign Relations of the United States*, 1948, vol. IX, p. 364.

[52] Connell-Smith, G., *The United States and Latin America*, p. 199.

[53] Telegrama do Secretário de Estado Norte-Americano para o Chefe de Seção Norte-Americana (Abbink) da Comissão Técnica Conjunta Brasil-Estados Unidos em 24 de agosto de 1948. Ver FRUS, 1948, vol. IX, pp. 364-366.

[54] O mesmo telegrama referido à nota anterior reafirma: "... os membros da seção norte-americana não estão autorizados a oferecer nenhuma declaração oral ou escrita ou que possa ser interpretada como comprometendo este Governo a um curso definitivo de ação ou que possa envolver uma obrigação de despender fundos governamentais não previamente apropriados e alocados". FRUS, 1948, p. 366.

a curto prazo, que os preços do café no mercado internacional só eliminariam – e temporariamente – a partir de 1949.

A posição oficial norte-americana acerca das dificuldades econômicas brasileiras (e do hemisfério) permaneceu inalterada até o último ano da década de 40. Telegrama de Abbink ao Secretário de Estado norte-americano (Acheson) em dezembro de 1948 expressa a aguda insatisfação que o primeiro detectava em seu contato com as "elites brasileiras".[55] A candura de Abbink e o grau de deterioração das relações podem ser avaliados pelo seu pedido: "Espero que a próxima Mensagem Presidencial ao Congresso (dos EUA) contenha uma referência que indique que nós não esquecemos inteiramente os problemas da América Latina. Isto já será o bastante no atual estado de coisas."[56]

A criação da Organização dos Estados Americanos, em 1948, não seria o foro adequado para a discussão dos problemas econômicos do continente. Seria um órgão das Nações Unidas, a Comissão Econômica para a América Latina, cuja criação, em 1948, havia tido lugar a despeito da oposição norte-americana, que desempenharia o papel-chave na década que se seguiria, na defesa dos interesses latino-americanos contra a ortodoxia liberal sob a qual os EUA procuravam organizar o mundo, e que levaram os latino-americanos a ouvir, *ad nauseam*, conselhos que insistiam na necessidade de combater a inflação (via redução de investimentos públicos), eliminar as restrições ao comércio internacional e encorajar a empresa privada (especialmente a estrangeira) através da criação de um "clima político" propício aos fluxos internacionais de capital de risco.

A crescente divergência entre as prioridades norte-americanas (Europa, OTAN, Guerra Fria, Oriente Médio e Ásia) e as prioridades latino-americanas (e brasileiras), centradas no financiamento do desenvolvimento

---

[55] "O que eu realmente acredito é que altos funcionários no Departamento e em outros lugares dentro do Governo dos Estados Unidos têm estado preocupados com os problemas urgentes na Europa e na Ásia, que uma desastrosa impressão de negligência das relações interamericanas tem ganho considerável progresso em todo o Hemisfério, mais particularmente na América do Sul."

[56] *Foreign Relations of the United States*, 1948, vol. IX, p. 373. Esta não era a única preocupação de Abbink. As dificuldades que encontrou em levar a cabo sua missão de difundir o credo liberal no Brasil aparecem em outros memorandos dirigidos ao Secretário de Estado Norte-Americano. Abbink se preocupava particularmente "com a persistência do pensamento nacionalista na delegação brasileira, o que é particularmente verdadeiro entre aqueles não inteiramente familiarizados com os Estados Unidos e seu desenvolvimento". Ver *Foreign Relations of the United States*, 1948, Vol. XI, p. 368. Para mais detalhes e para a lista completa das dezenas de técnicos, políticos e militares brasileiros incorporados à Missão Abbink, ver P. Malan *et alii*, *op. cit.*, pp. 29-33 e Apêndice.

econômico, levou a que a suposta comunidade de interesses regionais se constituísse em não mais que uma fachada internacional na qual se expressavam não mais que vagos e consensuais desejos de colaboração – e se ouviam os conselhos norte-americanos. Como bem notou A. Fishlow, "vantagens econômicas modestas poderiam ser obtidas pelas nações latino-americanas, mas apenas bilateralmente e condicionadas a seu suporte aos mais amplos objetivos da segurança norte-americana: manter o hemisfério livre do comunismo".[57]

Do ponto de vista das relações Brasil-Estados Unidos, a situação permanece inalterada até 1950, quando ocorreram algumas mudanças que afetariam – ainda que temporariamente – o curso futuro desta relação. Em junho de 1950, o Congresso norte-americano aprova – sob o nome de *Act of International Development* – o projeto de lei e o pedido de verba que lhe havia sido encaminhado por Truman em junho de 1949, e que correspondia ao quarto ponto do seu discurso de posse em janeiro de 1949.[58] A lei continha um proviso que permitia o estabelecimento de comissões econômicas mistas para negociar conjuntos de objetivos para ajuda técnica e econômica. Apenas oito países requisitaram tais comissões, dentre eles o Brasil.[59] A escassa recepção deveu-se, em parte, ao desencanto acumulado desde 1945 e, por outro, ao fato de que a autorização para instalação das Comissões conjuntas representava "não mais para uma sugestão no sentido de que o Governo dos Estados Unidos e o Gover-

---

[57] Ver A. Fishlow, *The Mature Neighbour Policy: A New United States Policy for Latin America.*

[58] Em seu discurso de posse de janeiro de 1949, Truman propôs quatro principais cursos de ação para a política externa norte-americana: 1) apoio às Nações Unidas; 2) recuperação da economia mundial; 3) fortalecimento das nações "amantes da liberdade" e 4) tornar o conhecimento técnico norte-americano disponível para as regiões mais pobres do mundo. Especulações da imprensa sobre o significado do Ponto 4 exacerbaram as expectativas dos países subdesenvolvidos. Em junho de 1949, o projeto de lei e de verba (apenas US$45 milhões) é encaminhado ao Congresso, que o aprova apenas um ano depois, em junho de 1950 (início da Guerra da Coréia), reduzindo a verba para US$34,5 milhões. Em setembro de 1950, o Departamento de Estado assume a responsabilidade pelo plano. Ver H. Truman, *Memoirs*, vol. II, pp. 255-265. Truman reivindicou para si a paternidade da "idéia". Seu futuro Secretário de Estado (1949-52), Acheson, afirma que só tomou conhecimento do Ponto 4 ao escutar o discurso no dia da posse e que o Secretário de Estado à época (Lovett) e Paul Nitze do "Policy Planning Staff" não atribuíram qualquer utilidade ao Ponto 4. Apenas a imprensa e os países subdesenvolvidos o fizeram. Ver D. Acheson. *op. cit.*, p. 265.

[59] Os demais países foram Paraguai, Libéria, Panamá, Nicarágua, Costa Rica, Chile e Peru. Ver *Survey of United States International Finance*, 1950, Princeton University, 1950 p. 199.

no do país receptor poderiam *tentar* a administração conjunta de uma agência de programação econômica no país receptor".[60]

É curioso observar que o acordo constituindo a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos foi celebrado em dezembro de 1950 entre os respectivos Governos, quando Vargas já havia sido eleito Presidente com posse marcada para 31 de janeiro de 1951 e fazia seis meses que se lutava na Coréia. Não teria sentido especular sobre a extensão em que tais eventos poderiam eventualmente ter contribuído para acelerar a decisão norte-americana, pela qual o Brasil se empenhara desde o pós-guerra. Importa, sim, assinalar que a criação da Comissão Mista *não* representou uma continuidade natural das experiências anteriores de cooperação.[61] Pelo contrário, enquanto a Missão Abbink-Bulhões (1948), por exemplo, por ordens expressas do Departamento de Estado "não deveria considerar os méritos de projetos específicos ou avaliar a inabilidade de obter financiamento externo...", a função *principal* da Comissão Mista seria a "elaboração de projetos concretos e bem trabalhados, suscetíveis de imediata apreciação por instituições financeiras tais como o Eximbank e o Banco Mundial".[62]

Em verdade, cabe adiantar que depois de dois anos de atividades conjuntas, iniciadas em julho de 1951, a Comissão Mista fez publicar,[63] em dezembro de 1953, quando encerrou suas atividades, aquilo que constitui, certamente, não só uma das melhores análises contemporâneas da economia brasileira, como também a base para os trabalhos e projetos iniciais do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, que seria criado em 1952, em pleno Governo Vargas.[64]

---

[60] Ver P. Glik, *The Administration of Technical Assistance: Growth in the Americas*, University of Chicago Press, 1957, p. 124.

[61] A continuidade natural da cooperação em termos de uma extensão de Missões tipo Abbink havia sido sugerida ao próprio Abbink, que encaminhou a sugestão ao Departamento de Estado. Esta instruiu Abbink para que "cozinhasse" (*soft-pedal*) a idéia. Ver *Foreign Relations of the United States*, 1950, p. 757.

[62] FRUS, 1949, vol. III, p. 455.

[63] Curiosamente, a agência norte-americana encarregada de conduzir e publicar o trabalho era o Institute of Inter-American Affairs, que havia iniciado suas atividades no Brasil, associadas ao esforço de guerra, em 1942, essencialmente em pesquisas geológicas e no desenvolvimento de atividades ligadas à exploração de borracha. Em relativa inatividade no Brasil desde o pós-guerra, o Instituto foi rapidamente reativado quando as circunstâncias externas e internas ao Brasil assim o indicaram.

[64] Ver *The Development of Brazil: Report of the Joint Brazil-United States Economic Development Commission*, Institute of Inter-American Affairs, Washington, D.C., 1954.

4. O SEGUNDO GOVERNO VARGAS E AS CONDIÇÕES INTERNACIONAIS NA PRIMEIRA METADE DOS ANOS 50

Em memorando confidencial datado de 1º de maio de 1950 e dirigido ao Presidente Truman, o Secretário de Estado norte-americano (Acheson) tece a seguinte consideração sobre o significado para as relações Brasil-Estados Unidos da possível eleição de Vargas para a Presidência: "No momento (Vargas) advoga, possivelmente por razões internas, uma política socialista e definitivamente nacionalista... Caso se torne o próximo presidente (Vargas) deverá seguir esta linha, o que poderá colidir com a política que estamos tentando propagar no campo das relações internacionais".[65] Acheson nota que Vargas certamente faria persistentes e agressivas demandas por ajuda financeira e outros tipos de assistência, insistindo na contribuição brasileira durante a guerra e ao caráter de "tradicional aliado" dos EUA, mas conclui que as relações com os EUA provavelmente não se deteriorariam com a eleição de Vargas.

Com efeito, o primeiro ano do Governo Vargas foi um ano de expectativas otimistas quanto ao estreitamento das relações com os EUA. Os Ministros João Neves da Fontoura (Relações Exteriores) e Horácio Lafer (Fazenda) eram francos partidários de uma estreita cooperação com os norte-americanos, da qual esperavam resultasse substancial volume de financiamentos.[66] Como vimos, esta havia sido a expectativa – totalmente frustrada – do Governo Dutra, o qual teria enfrentado um grave desequilíbrio nas contas externas, não fora a recuperação dos preços internacionais do café a partir de 1948.[67]

---

[65] Ver *Foreign Relations of the United States*, 1950, vol. 11, pp. 759-760.

[66] A ironia é do conselheiro comercial britânico: "O Plano Lafer de Recuperação econômica consiste na obtenção de empréstimos no exterior", in *Economic and Commercial Conditions in Brazil*, Board of Trade, Londres, 1954, p. 27. Ver Luciano Martins, *Politique et Développement Économique: Structures de Pouvoir et Systèmes de Décisions au Brésil: 1930-1964*, tese de doutoramento submetida à Universidade de Paris V, 1973, para uma discussão sobre a ideologia de "cooperação internacional" e seu papel no contexto do nacional-populismo que marcou o segundo Governo Vargas.

[67] Entre 1940 e 1949, condições climáticas adversas haviam estabilizado a produção e levado a uma redução líquida de estoques estimada em 16 milhões de sacas (além dos 65 milhões de sacas queimadas durante os anos 30). Quando, em junho de 1948, o Governo Dutra – preocupado com a inflação – decidiu que não desvalorizaria e comunicou ao FMI que a paridade oficial do cruzeiro em relação ao dólar seria a mesma de 1939 (18,50), os importadores de café que estavam aguardando uma desvalorização desde a expiração, em

A política econômica externa e as relações internacionais do Brasil no início dos anos 50, contudo, teriam que refletir de alguma forma as bases sociais de sustentação do segundo Governo Vargas, bem como a própria composição – crescentemente urbana – da chamada sociedade civil brasileira. Como é sabido, a reorganização partidária e a recomposição de forças (no sentido de abertura ao populismo) que Vargas havia estimulado em 1945, até sua deposição, acabariam por levá-lo de volta ao poder em 1950, com quase maioria absoluta dos votos (48,7%) e com uma plataforma à qual não faltava uma clara dimensão nacional-populista.[68]

O segundo Governo Vargas foi marcado por divergências – no âmbito do próprio Poder Executivo – quanto à forma e extensão tanto da participação externa quanto da intervenção do setor público na vida econômica. Tais divergências foram exacerbadas ideologicamente por um duplo fermento: no plano interno, pelas tensões entre a corrente nacional-populista e as seculares bases sociais de sustentação do Estado brasileiro enquanto Pacto do Poder. No plano externo, pelo agravamento considerável da Guerra Fria, pelos graves efeitos do conflito coreano sobre as contas externas do Brasil, pela perda de credibilidade do Brasil junto a instituições financeiras internacionais a partir de 1952 e pela relativa negligência com a qual, a partir de 1953 até o final da década, a nova administração republicana (Eisenhower) trataria o Brasil (e a América Latina).

Ao longo do primeiro ano do Governo Vargas, o temor de que a Guerra na Coréia se transformasse em conflito de proporções mundiais, associado à lembrança das dificuldades de obtenção de suprimentos externos durante a primeira metade dos anos 40, levou a um extremo relaxamento dos controles sobre importações. Em dólares correntes, estas che-

---

1948, do Acordo Interamericano do Café, lançaram-se ao mercado e causaram uma surpreendente elevação dos preços em um prazo extremamente curto para um mercado que estivera, por quase três décadas, sujeito à superprodução. Entre 1948 e 1950, o preço do café aumentou em 125%, elevando-se de 23 para 51 centavos de dólar por libra-peso. Ver A. Delfim, O *Problema do Café no Brasil, op. cit.*, e P. Malan, R. Bonelli, M. P. Abreu e J. E. C. Pereira, *Política Econômica Externa..., op. cit.*, cap. III.

[68] Estas questões estão tratadas em outras contribuições a este volume, às quais remetemos o leitor interessado. Aqui se trata tão-somente de enfatizar o fato de que é impossível analisar política econômica externa e relações internacionais de um país sem vinculá-las a transformações sociais e econômicas internas. A expressão "nacional-populismo" é de Carlos Estevam Martins, *Brasil-Estados Unidos, dos Sessenta aos Setenta,* Estudos CEBRAP. Para Carlos Estevam Martins, a cooptação de parte das classes dominadas, à época (início dos anos 50), embora moderada, era requerida para compensar, em parte, a ausência, na colisão do Poder Hegemônico, do Setor Agroexportador.

garam a US$1.700 milhões em 1951, um acréscimo de 81% sobre o valor e de 40% sobre o volume importado no ano anterior. Contudo, uma vez que os preços do algodão aumentaram em 1951, as receitas de exportações chegaram a US$1.770 milhões, um nível que, em dólares correntes, só seria ultrapassado em 1968, dezesseis anos mais tarde.[69]

Em 1952, contudo, enquanto os gastos com importações continuaram exatamente em US$1.700 milhões, as exportações declinaram para US$1.416 milhões devido principalmente a uma redução de 20% no volume exportado. O déficit em conta-corrente de 1951 (US$290 milhões) mais que duplicou, chegando a US$615 milhões, financiado basicamente pelo acúmulo de "atrasos comerciais". Em junho de 1953, Oswaldo Aranha assume o Ministério da Fazenda em substituição a Lafer e em meio a uma crise cambial sem precedentes. Em setembro, Oswaldo Aranha comunica ao Senado que a dívida externa de curto prazo do Brasil se aproxima de 1 bilhão de dólares, quase o dobro da relativamente estável dívida externa brasileira do período 1947-1961.[70]

É importante notar que o grave desequilíbrio nas contas do Brasil no início dos 50 não se resumia à balança comercial. Vargas havia deixado claro, em sua campanha e desde o início de seu Governo, que não estava comprometido com a política liberal *vis-à-vis* o capital estrangeiro que havia caracterizado o Governo de Dutra. Tanto nas recomendações pessoais que fez à sua assessoria econômica (e relacionadas a projetos específicos) quanto em pronunciamentos públicos, Vargas procurou marcar uma postura nacionalista que tinha óbvios propósitos políticos internos. Esta postura combinada com os acenos à classe trabalhadora[71] contribui-

[69] Em janeiro de 1951, no contexto do processo de controle (político) de preços associado à sua intervenção na Coréia, o Governo norte-americano estabeleceu o novo preço para o café: 54 centavos de dólar por libra-peso mantido neste nível até março de 1953. Em 1952, o café chegou a representar 73% das exportações brasileiras, parte devido a estes preços, parte devido ao fato de que a taxa oficial de câmbio (Cr$18,50 por dólar) ainda era a mesma de 1939, quando ao longo do período (1939-1952) o nível de preços brasileiros havia aumentado cerca de 400% (contra cerca de 100% nos EUA). Como resultado, vários produtos potencialmente exportáveis foram sendo progressivamente eliminados da pauta, e o câmbio negro no Rio de Janeiro chegava ao dobro da taxa oficial em 1952. Ver P. Malan *et alii, op. cit.*, cap. III.

[70] Ver *Economic and Commercial Conditions in Brazil, Board of Trade*, 1953, p. 14. A dívida externa pública no Brasil em 1946 era de US$644 milhões, tendo declinado até 1950 (US$559 milhões) e voltando a subir até US$638 milhões em 1952. Em 1954 alcançava US$1.317 milhões. Ver P. Malan *et alii, op. cit.*, pp. 477 e 189.

[71] O salário mínimo, que havia permanecido constante (Cr$0,38) por 97 meses (de dezembro de 1943 a janeiro de 1952), foi aumentado em 216% (para Cr$1,20) em 1º de janeiro

ria para erodir, progressivamente, não apenas o seu relativamente precário apoio externo, como o apoio das elites militares e civis (e classes médias) partidárias de maior aproximação política e econômica com os Estados Unidos (e da preservação de diferenciais de renda na sociedade brasileira) e não deixaria de afetar negativamente as contas externas do Brasil. Por exemplo, no *front* da política econômica externa, Vargas criticou violentamente não apenas a retirada da taxa de 5% sobre as operações cambiais – que era a principal fonte de financiamento para os seus Planos de Obras Públicas de 1939/44 e 1944/45 –, mas criticou também o poder outorgado à SUMOC (embrião do atual Banco Central) para modificar como melhor lhe parecesse as normas que regulamentavam as remessas para o exterior. Além disso, determinou uma reestimativa do valor contábil do estoque de capital estrangeiro na economia brasileira, uma vez que acreditava serem esses valores sistematicamente superestimados através da inclusão indevida de reservas visando criar artificialmente uma base de cálculo mais ampla para as remessas legais.[72]

Para alguns observadores, essa atitude devia-se ao simples desconhecimento de princípios econômicos, pois o cruzeiro se encontrava tão sobrevalorizado e havia tamanha expectativa de uma "inevitável" desvalorização que uma evasão de divisas era facilmente previsível. Cabe lembrar, contudo, que o Governo estava a par do problema, tendo o Congresso recebido em maio de 1951 um projeto de lei do Executivo propondo a adoção de uma taxa de câmbio livre para exportações (exceto para o café) e para fluxos de capital. Esse projeto foi aprovado apenas em dezembro de 1952, transformado em lei (807) em janeiro de 1953, entrando em vigor em fevereiro. A demora deve ter, sem dúvida, acelerado as evasões de capital, uma vez que no final de 1952 a taxa cobrada no câmbio negro

---

de 1952 (a taxa de inflação no período foi da ordem de 200%). Em 1º de maio de 1954 foi decretado um aumento de 100% a vigorar a partir de julho (a taxa de inflação no período foi da ordem de 60%). Ver *Conjuntura Econômica*, vol. 26, novembro de 1972, Separata, "25 Anos de Economia Brasileira, Estatísticas Básicas", pp. 3.536 e 4.445.

[72] Essas remessas legais poderiam chegar até a 20% do capital registrado para amortização mais juros, e até 8% do capital registrado para lucros e dividendos. Como resultado da reestimativa, Decreto-Lei Executivo de 3 de janeiro de 1952 reduziu o estoque de capital estrangeiro registrado (em 31/12/51), para fins de base legal para cálculo das remessas, de US$750 milhões para US$372 milhões. Segundo dados oficiais dos Estados Unidos, a estimativa do estoque de capital norte-americano no Brasil teria passado de US$323 milhões em 1946 para US$644 milhões em 1950 e US$1.013 milhões em 1952. Ver *U.S. Investments in the Latin American Economy* (Washington: US Department of Commerce, 1957), p. 161.

do Rio de Janeiro chegava a Cr$35 por dólar, cerca de 100% superior à taxa oficial.

O problema adquiriu conotação altamente política, uma vez que Vargas procurou explicar em detalhes os motivos da evasão, expressando-se de maneira marcadamente nacionalista, não somente no discurso que proferiu por ocasião da passagem do ano (1951-52) como também em sua *Mensagem* ao Congresso em 1952.[73] Por outro lado, teve profundas implicações sua decisão de impor restrições às remessas de lucros e ao retorno de capital sem consulta prévia ao Governo americano ou às instituições internacionais. Houve reação imediata tanto do Departamento de Estado quanto do Banco Mundial, que enviaram violentas notas de protesto, sendo que este tentou, sem sucesso, fazer uso de sua capacidade de influência, tendo em vista que, à época, a Comissão Mista Brasil-Estados Unidos selecionava projetos a serem financiados pelo Banco. Afinal, o Banco Mundial decidiu não mais conceder empréstimos ao Brasil, a menos que fosse encontrada uma solução para a questão das remessas. Tal decisão teve sérias implicações de longo prazo; os empréstimos declinaram em 1953 e 1954 e foram nulos em 1955-1957. Exceção feita de um empréstimo isolado negociado em 1958, entre 1955 e 1964 o Banco Mundial não realizou qualquer novo empréstimo ao Brasil![74]

Com a redução abrupta das receitas de exportação, com uma pauta de importações progressivamente inflexível, com linhas bilaterais de crédito para assistência ao balanço de pagamentos praticamente exauridas e com crescente custo de serviço de sua dívida externa, o Brasil teve que alterar radicalmente seu sistema cambial em outubro de 1953,[75] após reformula-

[73] Ver Getúlio Vargas, *O Governo Trabalhista do Brasil*, Vol. II (Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1954), pp. 68-72 e 243-247.

[74] Ver E. Mason e R. Asher, *op. cit.*, pp. 657-660. É bem verdade que a preocupação do Banco não ficou restrita à questão de remessas. O Presidente do Banco Mundial, diz a história oficial deste: "Comunicou a uma sucessão de Ministros da Fazenda – Lafer, em 1953, Aranha, em 1954, e Gudin, em 1955 – que não haveria discussão sobre empréstimos até que o Banco e o Governo brasileiro, conjuntamente, levassem em consideração as perspectivas da economia brasileira (e as políticas internas seguidas pelas autoridades brasileiras)", p. 661.

[75] Os atrasados comerciais acumulados em 1952 exigiram em 1953 a contratação, entre outros, de um empréstimo junto ao Eximbank de US$300 milhões e de um consórcio de bancos europeus no montante de US$158 milhões. Ambos tinham um vencimento de curto prazo e foram negociados na suposição de que os preços de exportação (i.e., café) continuariam a subir. Quando em fins de 1954 estes preços começaram a desabar, houve a necessidade de um novo empréstimo de US$200 milhões, obtido junto a um consórcio de bancos norte-americanos, para fazer face a uma espécie de reescalonamento da dívida anterior. Ao final de 1954, a dívida externa brasileira era de US$1.317 milhões, 120% mais elevada que o nível médio da dívida externa do período 1947-51. Ver P. Malan *et. alii,. op. cit.*, pp. 189-477.

ção ministerial de meados do ano, por razões ligadas à política interna que estavam levando à progressiva erosão da base de sustentação política de Vargas e que o levariam ao dramático suicídio de agosto de 1954.

A adoção do sistema de taxas múltiplas e leilões cambiais contemplados pela famosa Instrução nº 70 da SUMOC, de outubro de 1953, não deixou de ser uma imaginativa resposta à grave crise cambial de 1952-1953 – e uma substancial alteração em relação ao sistema anterior. Em primeiro lugar porque era um sistema de restrições quantitativas que permitia um papel às "forças de mercado" através dos leilões de divisas. Em segundo porque eliminava a possibilidade de uma acumulação rápida de atrasados comerciais como em 1951-52: agora, o que estava sendo vendido *não eram* licenças de importação desvinculadas da real disponibilidade de divisas. Em terceiro porque o Governo se apropriava do diferencial entre as taxas de importação (que resultavam dos leilões) e as taxas de exportação (às quais os exportadores eram obrigados a converter suas cambiais).[76]

Eugênio Gudin, à época como hoje (1980), o principal economista liberal brasileiro, considerou o novo sistema como um sistema intermediário entre o "quase caos" (o sistema anterior) e a "normalidade" (uma taxa única de câmbio determinada pelo mercado) e chegou a escrever, após sua curta (setembro 1954-abril 1955) passagem pelo Ministério da Fazenda: "Meu apoio descompromissado à adoção do sistema foi concedido na suposição de que o plano proposto seria adotado por um período limitado, um ano ou dois no máximo... e que os recursos apreciáveis a serem obtidos com os leilões seriam totalmente usados para o combate à inflação".[77]

Na verdade, o sistema, em suas linhas gerais, permaneceu em vigor (com alterações em 1957 associadas à introdução da Lei de Tarifas) até ser alterado fundamentalmente pelo Governo Jânio Quadros em março de 1961. Da mesma forma, os apreciáveis recursos obtidos com os leilões não foram totalmente usados para o combate à inflação. Como é sabido, o saldo da Conta de Ágios e Bonificações constituiu, exceção feita ao ano de 1959, uma importante fonte da receita governamental, utilizada para

---

[76] Este efeito foi extremamente importante. As receitas brutas dos leilões cambiais representaram, no período 1955-1960, em média, cerca de 80% da receita fiscal do Governo. Ver P. Malan, *Foreign Exchange Constrained Growth in a Semi-Industrialized Economy; The Brazilian Experience*, tese de doutoramento não publicada, Universidade da Califórnia, Berkeley, 1976.

[77] Ver E. Gudin, "Multiple Exchange Rates: The Brazilian Experience", *in Economia Internazionale*, vol. IX, nº 3, agosto de 1956, p. 505.

financiar parte da substancial elevação do gasto público que teve lugar a partir de 1956, com o Governo Kubitschek.[78]

Antes de tratar deste tema, contudo, é preciso situar a reforma cambial de 1953 em um contexto mais amplo, dado que seus efeitos se prolongariam pelo restante da década. Em particular, é extremamente importante reconhecer que, do ponto de vista internacional, tais medidas, adotadas como foram após significativos desequilíbrios associados ao *boom* provocado pela Guerra da Coréia, *não* eram caracteristicamente brasileiras.

Com efeito, as condições econômicas internacionais em 1953-1954 refletiam três fatores fundamentais: a continuada recuperação européia, uma redução da atividade econômica nos EUA a partir do segundo semestre de 1953 e uma queda dos preços de produtos primários cuja produção se havia expandido ao longo do "*boom* coreano" e que agora encontravam uma demanda menor. Segundo a história oficial do FMI, o primeiro desses fatores fez renascer a esperança de um rápido retorno à convertibilidade. O segundo e o terceiro trouxeram dificuldades para vários produtores de produtos primários, o que resultou em uma série de mudanças em seus sistemas cambiais.[79]

O Brasil era apenas um entre esses países. Tanto que o Fundo Monetário Internacional adiou seu julgamento sobre o novo sistema e, em agosto de 1954, aprovou algumas pequenas alterações no mesmo como "necessárias para fazer face a uma situação crítica". Na verdade, provavelmente os Diretores do Fundo subscreveram a observação de seu historiador oficial: "... poucos sistemas cambiais são tão complicados ou tão rapidamente alterados como o brasileiro. Sua progressiva liberalização, contudo, terá que esperar pela liberalização e pela convertibilidade ainda por alcançar no mundo industrial avançado."[80]

Com efeito, a convertibilidade era a questão crucial, como havia sido desde a guerra. Em 1953 menos da metade do comércio internacional do chamado "mundo livre" era conduzido em moedas conversíveis. Caso a libra esterlina fosse livremente conversível, esta proporção seria superior a

[78] Para uma descrição detalhada deste problema, ver P. Malan, *op. cit.*, cap. III.

[79] Ver J. Horsefield. *op. cit.*, p. 378. Com efeito, a Bolívia desvalorizou o peso em 68% em maio de 1953, o Chile em 72% em outubro de 1953, o México em 31% de abril de 1954, a Nicarágua em 29% e o Paquistão em 30% em 1955. Em 1957, um estudo do *staff* técnico do FMI demonstrou que nada menos que 38 dos 60 membros do Fundo estavam, à época, aplicando sistemas de taxas múltiplas de câmbio. Horsefield, p. 435.

[80] Ver Horsefield, *op. cit.*, p. 382.

75%.[81] Entretanto, a incapacidade da economia britânica em aceitar a responsabilidade formal da convertibilidade da libra esterlina continuava a bloquear os progressos na direção da realização do projeto norte-americano. Como veremos adiante, apenas no final da década de 59 e, formalmente, em 1961, as obrigações do Artigo VIII do FMI, acordado quinze anos antes, foram afinal aceitas pela maioria dos países membros cujas moedas nacionais tinham importância no comércio internacional. Esta foi talvez a mais significativa divergência ocorrida entre os planos dos idealizadores do sistema de Bretton-Woods e a evolução do mundo do pós-guerra".[82]

As práticas cambiais brasileiras da década de 50, portanto, embora marcadamente heterodoxas, não estavam de forma alguma em total desacordo com as principais práticas internacionais que marcaram os quinze/vinte anos que se seguiram ao segundo conflito mundial.[83] Mesmo a gradual liberalização do comércio intra-europeu, que por volta de 1954 havia despertado esperanças de que a convertibilidade estava próxima, foi realizada de forma a não estimular muita confiança em uma generalizada liberalização do comércio. Com efeito, como notou Sir Arthur Lewis, "... na época em que os países avançados estavam rapidamente desmantelando as barreiras tarifárias existentes entre si, estavam, com o mesmo fervor, criando novas barreiras com o intuito de excluir as manufaturas leves provenientes dos trópicos".[84]

Em parte, isto correspondia a uma situação real. Uma fonte contemporânea estimou que, no início dos anos 50, a Europa Ocidental deveria exportar 40% mais que antes da guerra e importar não mais que 10% que os níveis de pós-guerra, para equilibrar suas contas externas.[85] Como é sabido, o Plano Marshall e uma expansão das exportações de mais de

---

[81] Ver FMI, *Annual Meeting, Summary Proceedings*, 1954, p. 14.

[82] Ver J. Horsefield, *op. cit.*, p. 598. O Artigo VIII do FMI estabelece as obrigações a que os países se submeteriam após aquilo que os norte-americanos esperavam fosse uma curta fase de transição. Essas obrigações incluíam: (a) não-imposição de restrições sobre a conta-corrente; (b) evitar acordos monetários discriminatórios e taxas múltiplas de câmbio e (c) converter, quando solicitados e sob certas condições, saldos de suas moedas detidos por outros países para as moedas destes países, ou ouro. Em fins de 1965, apenas 27 dos então 103 membros do FMI haviam aceito tais condições.

[83] Para uma detalhada descrição destas práticas ver G. Patterson, *Discrimination in International Trade: The Policy Issues: 1945-1965*, Princeton University Press, 1966.

[84] A. W. Lewis, *Aspects of Tropical Trade: 1883-1965*, Wicksell Lectures, 1969, Armquist & Wiksell, Stockholm., p. 44.

[85] Ver J. H. Adler, "World Economic Growth-Retrospect and Prospects", *Review of Economics and Statistics*, agosto 1956, p. 275.

50% entre 1946 e 1954 permitiram à Europa Ocidental não apenas alcançar, por volta de 1950-51, seu nível de produção agrícola e industrial do pré-guerra, como também fechar em 1952 a "escassez de dólares" que muitos chegaram a pensar, nos anos 40, fosse um fenômeno crônico.[86]

O término da recuperação européia por volta de 1954 teve importantes implicações para países mais avançados da periferia, porquanto os créditos comerciais (créditos de fornecedores) eram parte integrante do necessário esforço de exportação europeu. É importante notar, neste contexto, que, por volta de meados dos anos 50, os Estados Unidos estavam cada vez mais preocupados com a competição européia. O depoimento do Presidente do Eximbank ao Congresso norte-americano em 1955 é elucidativo e merece ser citado na íntegra dada sua importância para eventos posteriores no Brasil: "Nos últimos dois anos, a situação na área do comércio exterior mudou de mercado vendedor para mercado comprador. Os fabricantes de outros países, principalmente da Europa Ocidental e Japão, estão agora oferecendo prorrogação de prazos de pagamento para clientes em potencial. Em muitos casos, eles podem assim proceder devido à ajuda financeira de seus próprios governos na forma de seguro de crédito para exportação."[87]

Embora de maturidade curta e alto custo em termos das taxas de juros envolvidas, estes créditos eram, na verdade, uma espécie de financiamento para o desenvolvimento para os países importadores, uma vez que estavam ligados à compra de maquinaria e equipamento estrangeiro. Portanto, é preciso notar que eventos associados à recuperação européia mostraram-se de vital importância[88] para alguns países menos desenvolvi-

---

[86] As reservas internacionais da Europa passaram de US$7,9 bilhões em 1947 para US$14,8 bilhões em 1954. Este fato é impressionante quando se nota que foi conseguido, apesar de uma deterioração dos termos de troca de cerca de 10% para a Europa (para os EUA esta deterioração foi da ordem de 25%), da redução acentuada do comércio Leste-Oeste europeu, da perda de uma parcela considerável da renda de investimento direto no exterior e do serviço de dívida associada a empréstimos norte-americanos e canadenses. Ver Adler, *op. cit.*

[87] Congresso Norte-Americano, "House Committee on Appropriations Hearings on Supplemental Appropriation Bill" (1956), p. 3. Citado em R. Wagner, *United States Policy Toward Latin America*, Stanford University Press, 1970, p. 114. Até 1965, cerca de 90% dos créditos de fornecedores para países em desenvolvimento eram provenientes da Europa Ocidental e do Japão. Ver *Supplier's Credits from Industrialized to Developed Countries*, Banco Mundial, abril 1967.

[88] Em maio de 1955, países europeus engajados em comércio (e finanças) com o Brasil formaram o *Clube de Haia*, um sistema paralelo de arranjos bilaterais eliminando discriminação e permitindo a convertibilidade entre países participantes. Leilões cambiais para a "Área de Convertibilidade Limitada" começaram a ter lugar no Brasil em agosto de 1955 como resultados dessas negociações. Os Diretores executivos do FMI aprovaram tais arranjos, considerando-os "um passo intermediário na direção de um sistema não-discriminatório e plenamente multilateral". Ver J. Horsefield, *op. cit.*, p. 407.

dos a caminho da industrialização. O Brasil figurava de forma destacada entre esses, especialmente após a ruptura com o Banco Mundial em 1952, a atitude de negligência da administração Eisenhower após 1953, a sensacional queda de preços do café a partir de 1954 e, por último, mas não menos importante, a eleição de Kubitschek em 1955, com uma clara plataforma desenvolvimentista (com concurso do capital estrangeiro), que, além dos seus óbvios propósitos internos,[89] levava em conta as condições internacionais adversas e a restrição imposta pelo balanço de pagamentos ao desenvolvimento sustentado da economia brasileira.

5. KUBITSCHEK (1956-1960): O DESENVOLVIMENTISMO E O PAPEL DA POLÍTICA PAN-AMERICANISTA

Os quinze meses que se seguiram ao suicídio de Vargas foram marcados por acentuada instabilidade político-institucional, apenas precariamente superada com a decisão militar, de novembro de 1955, de assegurar a posse a Kubitschek, eleito em outubro (36% dos votos) com base na aliança partidária forjada por Vargas em meados dos anos 40.[90] Essa aliança, a coragem de apostar, economicamente, no desenvolvimentismo-associado e, politicamente, nas eleições presidenciais de 1955 contribuíram para que Kubitschek fosse, como ele próprio fez questão de notar: ... "o único presidente civil, em quarenta anos de vida republicana, que começou e terminou (seu mandato) nos dias marcados pela Constituição".[91]

---

[89] Ver M. V. Benevides, *O Governo Kubitschek: Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política*, Paz e Terra, 1976.

[90] Nestes 15 meses, o Brasil teve três Ministros da Fazenda: Eugênio Gudin (de setembro de 1954 a abril de 1955); José Maria Whitaker (de abril de 1955 a outubro de 1955) e Mário Câmara até a posse de Kubitschek em 31.1.1956 e a nomeação de José Maria Alkimin para o cargo. Tanto Gudin quanto Whitaker tentaram vender politicamente ao Presidente Café Filho "programas de estabilização e reajustamento cambial", inspirados por Edward Bernstein, então Diretor de Pesquisas do FMI. Ambos falharam. Ver J. M. Whitaker *Seis Meses de Novo Ministério da Fazenda*, Rio de Janeiro, 1956, no qual se reproduz o discurso de Gudin, explicando por que deixava o cargo, bem como o Relatório e as recomendações de E. Bernstein.

[91] Ver M. V. Benevides, *op. cit.*, p. 289. Como notaram Cardoso e Faletto: "Depois do breve interregno posterior ao suicídio de Vargas – quando se esboça uma política de contenção para contrapor-se às pressões inflacionárias provocadas pela situação anterior – restabelece-se a aliança populista-desenvolvimentista sob Kubitschek; mas ela toma um

Kubitschek havia estabelecido, como Governador de Minas Gerais, uma reputação desenvolvimentista, centrada no binômio "transporte e energia", que pretendia transferir, ampliada, para a esfera federal. Ainda em campanha, fez publicar as "Diretrizes Gerais" daquilo que seria seu Plano Nacional de Desenvolvimento.[92] Nesse documento, Kubitschek reconhece a "crise brasileira" e afirma que "nossas dificuldades, que decorrem do nosso progresso, só podem ser superadas mediante um esforço contínuo e austero para aumentar a capacidade nacional de investimento". Para este fim, dizia Kubitschek: "O programa de Governo que me proponho a realizar prevê, inicialmente, a adoção de um Plano Nacional de Desenvolvimento no qual se determinam os objetivos e as condições necessárias para que a iniciativa privada nacional, com o auxílio do capital estrangeiro e a eficaz assistência do Estado, possa realizar a grande tarefa de nosso progresso..." A posição que o Plano atribui ao Estado é, "predominantemente, a de um *manipulador de incentivos* e não a de um *controlador de decisões;* a de um *investidor pioneiro e supletivo* em vez de ser a de um *Leviathan absorvente*".[93]

Kubitschek tinha bem presente a extensão em que seu programa desenvolvimentista dependia, além de "manipulação de incentivos", do concurso do capital estrangeiro público e privado.[94] Em 4 de janeiro de 1956, ainda não formalmente proclamado Presidente do Brasil pelo Superior Tribunal Eleitoral, Kubitschek embarcou para viagem de três semanas aos Estados Unidos e a nove países europeus. Na véspera, falan-

---

ritmo diverso, semelhante ao que depois de anos de marasmo tentou dar Frondizi ao processo político e econômico argentino: a capitalização mediante recursos externos. F. H. Cardoso e E. Faletto, *Dependência e Desenvolvimento na América Latina,* Zahar, 1970, p. 117.

[92] Ver Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Diretrizes Gerais do Plano Nacional de Desenvolvimento,* Belo Horizonte, 1955. Neste documento são apresentadas seis grandes "metas prioritárias": a) expansão dos serviços básicos de energia e transportes; b) industrialização de base; c) racionalização da agricultura; d) valorização dos trabalhadores; e) educação para o desenvolvimento e f) planejamento regional e urbano, p. 39. Ver Celso Lafer, *The Planning Process and the Political System in Brazil – A Study of Kubitschek's Target Plan – 1956-1961.* Cornell University, Latin American Studies Program, Dissertation Series, n.º 16, 1970, para uma excelente discussão do processo de planejamento no Governo Kubitschek.

[93] J. K. de Oliveira, *op. cit.,* pp. 17-18, pp. 26-27. Grifos no original.

[94] "... em países como o Brasil, deve caber ao Estado a missão de condicionar as circunstâncias que permitam a vinda de capitais estrangeiros para se aplicarem em investimentos reprodutivos ao lado dos empresários nacionais, assim como de atrair capitais públicos estrangeiros para os investimentos em setores essenciais de energia, transportes e indústrias básicas. "Diretrizes...", *op. cit.,* p. 31.

do à imprensa, o Presidente eleito explicaria o motivo da viagem: "Desejo atrair a atenção do mundo inteiro sobre o Brasil e, em especial, a atenção do mundo econômico".[95]

É importante notar que era com seu programa de metas *físicas* de produção que Kubitschek pretendia atrair a atenção do mundo e não com "remédios prescritos para o único fim da estabilidade monetária". Para Kubitschek, "pretender solucionar a crise brasileira" com tais remédios seria semelhante "ao intento de se tratarem as crises de puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude".[96] Com efeito, o documento de campanha – e início de Governo – não fala em estabilização econômica. Vale lembrar, contudo, que um programa de estabilização monetária e reajustamento cambial foi apresentado a Kubitschek pelo grupo Lopes-Campos logo no início de seu Governo. Este programa era, essencialmente, aquele que Gudin e Whitaker já haviam oferecido a Café Filho em 1955, inspirados no Relatório Bernstein, do FMI. O programa, que envolvia a manutenção do investimento público constante nos 2 primeiros anos do Governo, não foi aceito por Kubitschek após consulta a vários assessores e a membros de seu Ministério.[97]

Com efeito, é sintomático que o famoso Programa de Metas do Governo Kubitschek não tenha tratado de questões gerais de política monetária e fiscal, bem como de modo apenas fragmentário do problema do setor externo da economia brasileira. Mesmo problemas econômicos gerais de financiamento do setor público praticamente não foram tratados, a não ser em termos dos específicos e vultuosos investimentos em transporte e energia. Estas duas áreas, na verdade, absorviam mais de 70% do total dos recursos originalmente previstos para as Metas do Programa de Kubitschek.[98]

---

[95] Essa viagem está contada, em detalhes, em C. Wrzos, *Juscelino Kubitschek – Estados Unidos – Europa,* José Olympio, Rio de Janeiro, 1960. Conrad Wrzos foi assessor de imprensa de Kubitschek nessa viagem. Apesar do (esperado) tom laudatório, o trabalho é informativo.

[96] Diretrizes..., *op. cit.*, p. 17. Neste documento, Kubitschek adia para "outra oportunidade" a análise, "mais de perto, das diretrizes de política antiinflacionária, a qual, conjugada a uma política cambial tributária e creditícia, condicionará a execução do Plano Nacional de Desenvolvimento que apresentamos em suas linhas gerais ao Povo Brasileiro", p. 35.

[97] Entrevista pessoal do autor com Lucas Lopes (8.1.1974), Eugênio Gudin (12.6.1974) e Casimiro Ribeiro (1975). O depoimento deste último, gravado e transcrito, está arquivado e disponível para consultas no Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV) como parte integrante de seu Projeto de História Oral.

[98] Ver *Resenha do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek* (1956-1961). Presidência da República, Serviço de Documentação, Rio de Janeiro, 1960, tomo III, p. 28. De uma

O Governo tinha presente a restrição ao Programa de Metas imposta pela difícil situação das contas externas: "O problema da obtenção de recursos externos para atender a parcela de aproximadamente um terço dos investimentos globais assume crucial importância à vista de nossa limitada capacidade para importar".[99] Esta insuficiência de capacidade para importar estava relacionada à esperada queda das receitas de exportação provenientes do café – e esteve na raiz da preocupação do Governo Kubitschek em atrair capital estrangeiro de risco e empréstimo (público e privado), para a economia brasileira. Esses dois temas – café e capital estrangeiro – têm tal importância para a compreensão do período e seus desdobramentos que merecem uma rápida menção, antes de situarmos as relações econômicas internacionais do Brasil durante o Governo Kubitschek no contexto mais amplo dos propósitos internos e externos de sua política pan-americanista.

O problema do café[100]

As exportações brasileiras em 1960 (US$1.269 milhões) foram inferiores às de 1950 (US$1.355 milhões). Seu comportamento durante a década mostrou acentuada oscilação, chegando, contudo, a um máximo em 1951 (US$1.769 milhões) e a um mínimo em 1958 (US$1.243 milhões). Este comportamento se deveu basicamente ao café, que representou, em média, mais de 60% das exportações totais do Brasil no período, chegando a superar a marca de US$1 bilhão em 1951, 52, 53 e 56 para declinar até US$642 milhões em 1962. Não é de estranhar, portanto, que a política cafeeira estivesse no centro do debate sobre o desequilíbrio do balanço de pagamentos brasileiro e de nossas relações comerciais com os EUA, já que o café representava, em média, 3/4 do total das exportações brasileiras para aquele país, no período 1950-1960.

---

estimativa de investimento global de Cr$356 bilhões no período 1957-1961, a distribuição seria a seguinte: Energia (154), Transporte (105), Indústria de Base (73), Educação (12), Alimentação (11,5). Kubitschek reconhece que "grande parte dos fundamentos (do Programa de Metas) está no trabalho realizado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos..." *Síntese Cronológica, op. cit.*, 1956, p. 220.

[99] Ver "Resenha do Governo...", *op. cit.*, p. 30. Os recursos necessários em moeda estrangeira, para o período 1957-1961, foram estimados em US$2.168 milhões. É bem verdade que neste total se incluíam o valor dos bens de produção importados através de receita cambial corrente, desembolso em divisas para a parcela à vista das importações amparadas por financiamento externo, encargos com amortizações e juros vencíveis no período 1957-1961 e importações sem cobertura cambial representadas por investimentos diretos.

[100] Esta subseção está fortemente baseada em A. Delfim Netto, *O Problema do Café no Brasil*, Universidade de São Paulo, Faculdade de Ciências Econômicas, 1959, e A. Delfim Netto e C. A. Andrade Pinto, *O Café no Brasil*, Estudos ANPES, nº 3, São Paulo, 1967.

Em março de 1953, o Governo norte-americano aboliu o preço-teto para o café brasileiro (Santos 4) que havia fixado em março de 1951: 54 centavos de dólar por libra-peso. Este preço era quatro vezes superior ao preço fixado em 1945, em termos nominais, e mais de 100% superior àquele preço em termos reais. Este foi, contudo, o preço mínimo de registro estabelecido pelo Governo brasileiro a partir de junho de 1953. Sua sustentação foi facilitada pela geada deste ano da qual resultou uma safra (1953/54) de apenas 15 milhões de sacas com perspectivas de uma safra também reduzida para 1954/55, o que efetivamente se verificou, servindo à política valorizacionista do Governo brasileiro.

Como resultado, as exportações do café de 1954 atingiram apenas 10,9 milhões de sacas, o nível mais baixo desde 1918, com exceção de 1942 e 1943. O preço médio anual mais alto da história cafeeira até então (cerca de 80 centavos de dólar por libra-peso) permitia, entretanto, uma receita cambial superior a US$900 milhões, confirmando a inelasticidade do preço da demanda pelo produto. Já nesta safra a participação brasileira nas exportações mundiais (38 milhões de sacas) declinava para 39%, com os africanos, pela primeira vez, chegando aos 20%. Os preços de café em dólares haviam subido, entre 1945 e 1954, cerca de 3 vezes e meia, em termos reais, isto é, corrigidos pela inflação norte-americana do período.

A revolta dos centros consumidores externos no segundo e terceiro trimestres de 1954, quando o preço chegou a quase 90 centavos de dólar por libra-peso, levou o Brasil a procurar atenuar a política valorizacionista posta em prática desde 1945.

Com efeito, no triênio 1955-1957 os preços do café estiveram estáveis em torno de 57 centavos de dólar por libra-peso. As expectativas de safras volumosas, contudo, tornavam-se cada vez mais intensas devido aos novos plantios no Paraná e ao crescimento esperado da produção africana, ambos estimulados pelo vertiginoso aumento de preços do produto do início dos anos 50.

Como notou Delfim Netto, "a política cafeeira do Brasil, sem abandonar sua constante de maximização das receitas cambiais, enveredou pelas relações diplomáticas, tentando envolver os demais produtores em acordos de restrição de oferta, a fim de garantir um nível de preços".[101]

[101] Ver A. Delfim Netto, *op. cit.* Com exceção do Brasil e da Colômbia, todos os demais produtores não tinham recursos financeiros para armazenar estoques, sua produção exportável sendo praticamente igual às suas exportações efetivas.

Assim, em outubro de 1957 firmou-se um acordo de contenção através do qual o Brasil retiraria do mercado 20% de sua produção, a Colômbia retiraria 10% e se estabeleceriam preços mínimos para a exportação. Este acordo sustentou os preços do café até o fim de 1957. A partir da safra de 57/58, contudo, iniciou-se um ciclo de superprodução no mercado internacional que se estenderia até a segunda metade dos anos 60, agravando a instabilidade do mercado cafeeiro, e, dada a importância do café como principal fonte de divisas para o Brasil, a própria instabilidade da economia brasileira.

Em meados de 1958, era clara a impossibilidade de sustentar as cotações do café no mercado internacional: a safra brasileira foi de 26,8 milhões de sacas, para exportações de 17,7 milhões. A produção africana, pela primeira vez, ultrapassou a marca dos 10 milhões de sacas. O preço do café brasileiro em dezembro de 1958 desceu a 41,8 centavos de dólar por libra-peso. As exportações de café reduziram-se em mais de 150 milhões de dólares para 688 milhões, o mesmo ocorrendo com as exportações totais, que atingiram em 1958 o nível mais baixo da década (US$1.243 milhões).

Em setembro de 1958, o Brasil conseguiria uma vitória formal para sua política sustentacionista, pois 15 produtores formavam o Convênio Latino-Americano do Café.[102] A retenção da safra brasileira seria de 40%, da Colômbia 15% e os demais países retirariam 10% de seus volumes exportáveis. Portugal e França, representando suas colônias, se dispuseram a colaborar informalmente para "disciplinar o mercado".

Estas medidas não foram suficientes para evitar a derrocada dos preços internacionais a partir do segundo semestre de 1958, dado que a safra brasileira de 1959 estava estimada em 44 milhões de sacas, volume superior às exportações mundiais em um ano. Assim, em setembro de 1959 firmou-se o Convênio Internacional do Café, abrangendo todos os produtores latino-americanos, além de Portugal e França, e com a colaboração da Inglaterra e da Bélgica. Este convênio diferenciava-se do Convênio latino-americano do ano anterior porquanto fixava quotas anuais fixas de exportação (90% das exportações efetuadas durante o melhor ano calendário do período 1949-1958) distribuídas por trimestres como forma de adequar a demanda à oferta. A quota brasileira (17,4 milhões de sacas),

---

[102] O Ministro da Fazenda, Lucas Lopes, comunica a Kubitschek, de Washington, onde se negociou o Convênio, que se havia chegado a uma "Operação Pan-Americana para o Café". *Síntese...*, *op. cit.*, 1958, p. 119.

dada a magnitude das safras, fez com que o Brasil tivesse que retirar do mercado cerca de 18 milhões de sacas de café, fazendo com que as pressões inflacionárias aumentassem consideravelmente a partir de 1959, enquanto os preços do café declinavam para 37 centavos de dólar por libra-peso em 1959 (e 1960) e as exportações totais para US$1.282 (e US$1.269 milhões) respectivamente.[103]

Essa redução quase contínua das exportações brasileiras de 1951 até 1958 e sua estagnação no triênio 1958-1960 poderiam ter comprometido seriamente o esforço de acumulação de capital e de industrialização nos anos 50 devido à escassez de divisas, não fora o recurso ao capital estrangeiro de risco (investimento direto) e de empréstimo que marcou o período.

O papel do capital estrangeiro

A participação do capital estrangeiro na economia brasileira não era um fenômeno recente. Documentos oficiais do período chamavam a atenção para o fato de que o Brasil possuía uma das mais favoráveis legislações cambiais do mundo, no tocante a inversões estrangeiras.[104] Já em fins de 1956, notava um estudo do Departamento de Comércio norte-americano, o Brasil estava em terceiro lugar, após o Canadá e a Inglaterra, como o maior receptor de capital de risco de origem norte-americana na indústria manufatureira.[105]

Esta posição, como é sabido, alterou-se rapidamente em função dos maciços investimentos norte-americanos na Europa, a partir de meados dos anos 50. Com efeito, o valor contábil do estoque de capital norte-americano na Europa mais que triplicou no período 1957-1964, quase

[103] Em setembro de 1960, os signatários do Convênio Internacional do Café resolveram prorrogar por mais um ano sua vigência. Novos Estados independentes do continente africano aderiram a essa prorrogação, elevando para 28 o número de países signatários. Ver Ministério das Relações Exteriores, *Gestão do Ministro Lafer na Pasta das Relações Exteriores*, Departamento de Imprensa Nacional, Rio, 1961, p. 41.

[104] Ver Relatório da SUMOC e *Resenha do Governo..., op. cit.*, p. 189. Esta última fonte chega a notar que a "absoluta liberdade de entrada e saída de capitais e rendas pelo mercado livre de câmbio traduz largo passo do Brasil no sentido de abolir os óbices cambiais em suas transações com o exterior. Neste particular, vai além do convencionado no Acordo de Bretton-Woods que, como se sabe, admite sejam mantidas restrições ao movimento de capitais", p. 102.

[105] Ver *U.S. Investments in Latin American Economy*, U.S. Department of Commerce, 1957. Segundo esta fonte, o investimento direto norte-americano no Brasil em 31.12.1956 era da ordem de US$1.200 milhões, dos quais 700 milhões na indústria manufatureira, quase o dobro do México (364 milhões) e quase o triplo da Argentina (265 milhões).

quadruplicando no que se refere à indústria manufatureira.[106] A criação da Comunidade Econômica Européia com a assinatura do Tratado de Roma em 1957 parece ter conferido impulso adicional para tal movimento de capitais na medida em que: a) discriminava contra exportações norte-americanas para a Europa, em favor de vendas provenientes de indústrias localizadas nos países membros e b) aumentava consideravelmente o tamanho do mercado disponível para o produtor individual, desde que localizado na Europa.[107]

Estas alterações estruturais na divisão internacional do trabalho não deixariam de afetar o Brasil. Estudos recentes têm demonstrado que o investimento direto e os financiamentos de fornecedores para a importação de máquinas e equipamentos destinados a impulsionar a industrialização brasileira, na segunda metade dos anos 50, podem e devem ser vistos como, em boa parte, associados à competição entre indústrias européias e norte-americanas por posições de mercado. É sintomático, por exemplo, que, no caso da indústria automobilística, tenham sido firmas européias as primeiras a apostar firme no mercado brasileiro, logo seguidas por empresas norte-americanas.[108] A política de atração de capitais privados estrangeiros para o Brasil, portanto, dificilmente teria tido o "sucesso" que teve no período Kubitschek não fora a alteração que estava em curso na alocação internacional do investimento direto acelerada, a partir de 1957, pelo surgimento da Comunidade Econômica Européia.

Não se trata, de forma alguma, de negar importância à "manipulação de incentivos" a que se referiu Kubitschek em suas Diretrizes de campanha eleitoral, ainda em 1955. Os dados são eloqüentes no sentido de demonstrar que a "política" de atração de capitais estrangeiros soube aproveitar as condições internacionais favoráveis aludidas acima. Por exemplo, dos 565 milhões de dólares de capital de risco (investimento direto) que ingressaram no Brasil entre 1955 e 1960, cerca de 401 milhões ingressaram nos termos da Instrução nº 113 da SUMOC de janeiro de 1955, vale dizer sem cobertura cambial e com significativo subsídio implícito, na medida em que ingressavam como "equity capita", convertido em

---

[106] Ver *American Business Investments in Foreign Countries*, U.S. Department of Commerce, 1960, pp. 92-95 e *Survey of Current Business*, setembro de 1965, p. 24.
[107] Ver B. Balassa, *Trade Liberalization Among Industrial Countries*, McGraw-Hill, 1967, p. 126.
[108] Ver E. A. Guimarães, *Industry, Market Structure and the Growth of the Firm in the Brazilian Economy*. Tese de doutoramento submetida à Universidade de Londres, 1980.

cruzeiros pela taxa mais favorável do mercado livre, e as remessas posteriores para o exterior se realizavam ao favorável custo de câmbio (aproximadamente igual à sobrevalorizada taxa média para exportações).

Da mesma forma, dos US$1.710 milhões de empréstimos e financiamentos obtidos pelo Brasil no período 1955-1960, mais de 60% (US$ 1.163 milhões) foram subsidiados pela política cambial, vale dizer, também ingressavam no país sob a forma de máquinas, veículos e equipamentos sem cobertura cambial (isto é, sem precisar comprar os dólares necessários nos leilões cambiais de categoria relevante) e tinham assegurado o direito de remessas para o exterior ao favorável custo de câmbio.[109]

Essas importações sem cobertura cambial chegaram a representar uma parcela significativa (70%), em média, das importações de máquinas, veículos e equipamentos no período 1956-1960. Mais relevante, talvez, tais importações, para as quais não havia cobertura cambial, representaram em média mais de 1/4 das importações totais do Brasil no período 1956-1960. Na verdade, essa foi uma das formas de evitar que a restrição de divisas ou o "estrangulamento externo" levasse ao abandono das inversões contempladas no Programa de Metas, dada a estagnação, ou melhor, o declínio das receitas de exportação, associadas ao problema do café.

O endividamento externo foi corolário natural, dado que importações não podem ser financiadas com cruzeiros: importações só podem ser financiadas ou com exportações ou com endividamento. A dívida brasileira, inferior a US$2 bilhões em fins de 1955, havia crescido para 2,7 bilhões em fins de 1960, mais de duas vezes o valor das exportações daquele ano. O crescimento pode não parecer excessivo, correspondendo praticamente à taxa de crescimento do produto. Mas o que causava preocupação não era tanto o *nível* da dívida externa, mas os termos em que o Brasil se estava endividando, crescentemente a curto prazo: em fins de 1960, 70% do total da dívida externa brasileira deveria ser paga nos próximos três anos.[110] O principal componente da dívida brasileira eram os

---

[109] Eugênio Gudin, em cuja gestão se criou a famosa Instrução nº 113, da SUMOC, afirma que esta não subsidiava o capital estrangeiro. Ver "The Chief Characteristics of Post-war Economic Development in Brazil" *in* H. Ellis (ed.), *The Economy of Brazil*, University of California Press, 1969. O próprio Ellis, insuspeito, discorda (p. 8, nota 3), assim como outros insuspeitos. Ver G. Gordon e E. Grommers, *United States Manufacturing Investment in Brazil*, Harvard University Press, 1962. Para uma estimativa do subsídio implícito, ver A. Fishlow, *Foreign Trade Regimes and Economic Development: Brazil* (mimeo). Para as críticas do empresariado nacional, ver a revista *Desenvolvimento e Conjuntura*, da Confederação Nacional da Indústria, que começou a circular em julho de 1957.

[110] Ver J.T. Donelly, *External Financing and Short-Term Consequences of External Debt Servicing for Brazilian Economic Development: 1947-1968*, tese de doutoramento não publicada.

créditos de fornecedores "suppliers", facilmente disponíveis (especialmente da Europa e do Japão), mas com alto custo e maturidade curta: os dados do balanço de pagamentos mostram que no último ano do Governo Kubitschek as amortizações (US$417 milhões), pela primeira vez em seu Governo, superam os novos financiamentos (US$348 milhões), gerando um sério problema de liquidez, que só seria resolvido, temporariamente, já na gestão do Presidente Quadros.

Este recebeu uma terrível herança, é bem verdade, em termos da situação de iliquidez do balanço de pagamentos a curto prazo. Mas não é menos verdade que o Governo Kubitschek procurou, de todas as formas, atrair para o esforço de desenvolvimento brasileiro capitais públicos (leia-se *norte-americanos*) com termos e condições bem mais vantajosos para o Brasil que os empréstimos privados. O instrumento político básico para tal tentativa foi sua proposta de uma "Operação Pan-Americana".[111]

O papel da política pan-americanista

Em 7 de janeiro de 1956, ainda não empossado, falando ao Conselho da OEA, o Presidente fez a sua primeira defesa do Pan-Americanismo: "... que não pode ser apenas uma coleção de documentos que honrem a nossa cultura e jurídica, nem deve reduzir-se a uma fórmula sacramental, intermitentemente invocada em tempos de crise... o Pan-Americanismo terá que ser um conjunto de ações concretas e diárias, que cheguem aos nossos povos com algo mais que simples palavras".[112]

Kubitschek tinha presente – e o notou em seu discurso – que na hierarquia da OEA as Conferências Interamericanas e, particularmente, as Reuniões de Consulta de Ministros das Relações Exteriores tinham poderes mais amplos e faculdades decisórias mais definidas para questões fundamentais e urgentes. No entanto, as Conferências Interamericanas tendiam a adotar Resoluções Gerais que permaneciam sem efetiva implementação, e a convocação das Reuniões de Consulta dependia em boa medida do interesse norte-americano na definição do que seriam "questões fundamentais e urgentes".

---

[111] "A importância maior deve ser atribuída ao aumento do volume de investimentos proveniente de capitais públicos... disso dependerá, em última análise, a materialização da Operação Pan-Americana, a qual condiciona a solução dos grandes problemas da América Latina à aplicação maciça de capitais em volume impossível de ser fornecido por investimentos privados." Discurso em 26.11.1958, na Escola Superior de Guerra. Operação Pan-Americana, vol. IV, Rio de Janeiro, 1959, p. 88.

[112] C. Wrzos, *op. cit.*, p. 156.

Exceção feita à participação de Kubitschek nas comemorações do 130º aniversário do Congresso do Panamá, em julho de 1956 [após o qual o Presidente visitou o Equador, Peru, Chile, Uruguai, e recebeu os Presidentes da Argentina (Aramburu) e da Bolívia (Siles Suazo) no Catete], e às peregrinações do Ministro Macedo Soares pelos países da América do Sul,[113] o ano de 1956 na área de política internacional foi marcado apenas pela decisão do Governo, em novembro, atendendo solicitação das Nações Unidas, de enviar um contingente de cerca de 500 homens para integrar, a partir de janeiro de 1957, as forças da ONU na faixa de Gaza, entre Egito e Israel.

A reeleição de Eisenhower em novembro de 1956 significou a continuidade da política norte-americana de relativa negligência para com a América Latina. Não que não houvesse consciência por parte dos norte-americanos de que os problemas se avolumavam. Com efeito, avaliando a IV Conferência Interamericana, realizada em Caracas em 1954 (que abriu caminho para a deposição de Arbenz na Guatemala), assim se expressou um alto funcionário do Departamento de Estado: "Nosso principal objetivo em Caracas era obter a expressão concreta de solidariedade hemisférica que foi incorporada na resolução anticomunista. Ficou perfeitamente claro para nós, contudo, que a vontade de alguns dos países latino-americanos de seguir nossa liderança em matéria política dependia diretamente de evidência concreta de preparo, por parte dos EUA, em contribuir mais amplamente para a solução dos principais problemas econômicos que afligem a região".[114]

Convocada para discutir tais questões ainda em 1954, a Conferência Econômica do Rio de Janeiro, contudo, não trouxe maiores novidades.[115] Tampouco a Conferência Econômica Interamericana, realizada 3 anos

---

[113] Ver *Síntese Cronológica,* 1956. Ao avaliar os primeiros 6 meses de seu Governo, Juscelino conclui enfatizando a política pan-americana: "Necessitamos de uma ação conjunta dos países latino-americanos, tanto no terreno político... como no terreno econômico", p. 178.

[114] Ver *Bulletin,* U.S. Department of State, XXXI setembro de 1954, pp. 413-414. A matéria é assinada pelo Assistente do Secretário de Estado para Assuntos Econômicos. O Subsecretário continua: "... A aceitação por parte dos EUA da sugestão de uma conferência especial sobre assuntos econômicos a ser realizada no Brasil este ano, no Rio, foi largamente interpretada como um reconhecimento do interesse dos EUA nos problemas de comércio e desenvolvimento que constituem a preocupação central na América Latina. Nossas preparações para a Conferência no Rio nos permitiram a ocasião para um profundo reexame da nossa política econômica para a América Latina."

[115] Além do anúncio, pelos norte-americanos, da futura criação da International Finance Corporation e da tentativa de ampliar os empréstimos do Eximbank à América Latina. Ver Wagner, *op. cit.,* pp. 65-66.

depois em Buenos Aires (setembro de 1957), avança muito, além de uma genérica "Declaração Econômica de Buenos Aires".[116] As preocupações norte-americanas continuavam em outras partes do globo, e, quando referidas à América Latina, centradas em problemas de "segurança". A este respeito, deve ser notado que a intervenção na Guatemala, em 1954, marcou o fim de duas décadas de não-interferência direta e armada dos EUA em assuntos de política interna dos países latino-americanos.

Em 1957-1958, contudo, a situação econômica da região latino-americana como conjunto era precária. A economia norte-americana havia sofrido recessões em 1953/54 e 1957/58, que tiveram importantes repercussões sobre os países mais dependentes do mercado americano. Adicionalmente, uma aguda deterioração dos termos de troca após os níveis altamente favoráveis do início dos anos 50 estava reduzindo as perspectivas de crescimento da renda real da região.[117] Deve ser notado também que, após o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, e o lançamento do *Sputnik* em 1957, a União Soviética iniciou uma ofensiva comercial no exterior que, mais por razões políticas que econômicas, alertou os EUA para a competição política e tecnológica.[118] O número de estudos sobre o tema realizados no período indica claramente tal preocupação – e seu uso engenhoso por parte de alguns países latino-americanos.[119] Vale observar, contudo, que até 1962 a União Soviética possuía embaixadas em apenas três países latino-americanos – Argentina, México e Cuba –, embora mantivesse relações comerciais com outros países da região.[120]

---

[116] Ver *Síntese Cronológica*, 1957, pp. 318-319. A Conferência foi realizada ao final do Governo Aramburu e às vésperas de eleições nas quais seria eleito Frondizi. O Presidente argentino visitaria o Brasil, oficialmente, em abril de 1958, a convite de Kubitschek.

[117] Ver Nações Unidas, Comissão Econômica para a América Latina. *Economic Survey of Latin America: 1958.*

[118] Ver *Economic Survey of Latin America: 1958*, México, setembro de 1959, pp. 62-67; R. C. Allen, *Soviet Influence in Latin America: The Role of Economic Relations*, Washington, The Public Affairs Press, 1959, *Soviet Bloc Latin American Activities and their Implications for U. S. Foreign Policy in U. S.* – Latin American Relations, Comitê de Relações Exteriores do Congresso e do Senado norte-americano, Documento nº 125, 1960; Hirschman, *Soviet Bloc – Latin American Economic Relations and U. S. Policy*, Rand Corporation, California, RM 2457, setembro 1959.

[119] Para a utilização que Kubitschek fez desta "ameaça" ver Moniz Bandeira, *Presença dos Estados Unidos no Brasil*, Ed. Civilização Brasileira, 1973, pp. 387-388, e *Operação Pan-Americana*, vol. II, p. 38, vol. III, p. 48.

[120] O Governo brasileiro criou, em janeiro de 1960, a Comissão Executiva Brasileira do Intercâmbio de Produtos do Brasil e da União Soviética. Ver H. Lafer, *op. cit.*, p. 39.

Em meados de 1958, aparentemente, quatro tipos de "respostas" aos problemas latino-americanos começam a ganhar corpo dentro da administração republicana: (a) não-oposição à Organização Internacional do Café, em gestação; (b) não-oposição à idéia da criação de uma Instituição Financeira Interamericana; (c) utilização de alguns empréstimos governamentais para projetos na área social; (d) a tentativa de identificação do Governo norte-americano com os Governos democráticos progressistas emergindo na América Latina: Kubitschek no Brasil, Frondizi na Argentina, Frei no Chile, Lleras na Colômbia e Perez Jimenez na Venezuela.

Entretanto, foram as violentas manifestações antiamericanistas, especialmente em Lima e Caracas em maio de 1958, que marcaram a viagem do Vice-Presidente Nixon à América Latina (para a posse de Frondizi) que tornaram palpável aos norte-americanos a extensão em que se haviam deteriorado as relações entre a América Latina e os EUA após mais de uma década de frustrações latino-americanas, além de uma situação econômica delicada para a maioria dos países da região, dada a deterioração dos seus termos de troca conjugada à recessão norte-americana de 1957/58.

Em 25 de maio, Kubitschek envia carta a Eisenhower "a propósito dos incidentes". Manifesta sua solidariedade e sua estima e reafirma a crença de que se trataria de "coisa de minorias". Mas, continua: "As contrariedades suportadas pelo Vice-Presidente Nixon devem ser utilizadas em favor de uma nobre tarefa no sentido de criarmos algo de mais profundo e duradouro... permita-me que lhe adiante... que soou a hora de revermos fundamentalmente a política de entendimento deste hemisfério."[121] Em 20 de junho, acompanhado de todo seu Ministério e dos Embaixadores latino-americanos no Brasil, Kubitschek pronuncia, através de cadeias de rádio e televisão, aquilo que foi, sem dúvida, o mais articulado discurso sobre a Operação Pan-Americana, tentativa de "pleitear para o Brasil uma posição mais nítida na política internacional".[122]

---

[121] Ver *Síntese Cronológica*, 1958, pp. 305-307, para a íntegra da carta e da resposta de Eisenhower, na qual este sugere que, como Kubitschek, "não adiantou um programa específico para fortalecer a compreensão pan-americana; parece-me que nossos dois Governos devem entrar em entendimento no prazo mais breve possível". Eisenhower nota, particularmente, "o problema de uma execução mais completa da Declaração de Solidariedade da Décima Conferência Interamericana, realizada em Caracas" (1954).

[122] Ver *Operação Pan-Americana*, vol. I, pp. 11-13 e 31-37 – Presidência da República, Serviço de Documentação, 7 volumes. O Texto *inicial* desses sete volumes é exatamente a carta de Kubitschek a Eisenhower em 25 de maio de 1958, o que indica que, para o Governo, a defesa do Pan-Americanismo iniciou-se nesta data, com esta carta. A resolução de "pleitear para o Brasil uma posição mais nítida na política internacional" é afirmada por Kubitschek em carta ao Marechal Mascarenhas de Moraes. Ver *Síntese...*, p. 329.

A ofensiva de Kubitschek em favor da Operação Pan-Americana prossegue com a percepção do Governo brasileiro de que o momento histórico era apropriado para capitalizar politicamente a insatisfação reinante com a política norte-americana e aumentar, com uma política externa voltada para a obtenção de capitais públicos norte-americanos – projeção natural do desenvolvimentismo –, as bases internas de sustentação política do Governo. No *front* interno, a "operação" é apresentada a 16 de julho a dirigentes e líderes partidários; a 17 de julho a mais de 300 Oficiais superiores das Forças Armadas em discurso no qual especial atenção é concedida à crise internacional (com ênfase no Oriente Médio).[123] Entusiasmado, o Governo brasileiro envia a 23 de julho mensagem ao Governo norte-americano "... sobre a necessidade de se fazer representar a América Latina em qualquer conferência que se venha a reunir para a solução da crise internacional".[124] No *front* externo, o Governo brasileiro pede aos Embaixadores das Repúblicas americanas que transmitam a seus Governos o espírito da iniciativa tomada pelo Brasil.[125] Em setembro, a OEA consagra a Operação Pan-Americana: um "Comitê dos 21" (países latino-americanos) é criado como Comissão Especial, junto ao Conselho da OEA, e inicia seus trabalhos, oficialmente, em 17 de novembro de 1958. Em novembro de 1958, Kubitschek notava, em discurso na Escola Superior de Guerra: "... pela primeira vez em nossa história de povo independente, os assuntos da política externa passam a interessar profundamente a diferentes camadas da vida nacional. Até há pouco tempo, o debate dos problemas internacionais não transcendia os limites dos gabinetes de trabalho de nossa Chancelaria. Julgo salutar a discussão sobre política exterior do Brasil na imprensa, no Parlamento, nos meios culturais e universitários, nos círculos de estudo e pesquisa das Forças Armadas.

---

[123] *Operação Pan-Americana*, vol. III, p. 79.

[124] A resposta de Eisenhower, 48 horas depois, é uma velada crítica ao entusiasmo brasileiro: "... os EUA consideram a ONU o único foro apropriado para a discussão da presente ameaça à paz no Oriente Médio e, como V. Ex.ª assinala em sua carta, a América Latina já está representada no Conselho de Segurança", *Síntese*, p. 393, e *Operação Pan-Americana*, vol. II, p. 15.

[125] Consubstanciadas em dois importantes *Aide-Mémoire*, de 9.08.58 e 22.09.58, no qual se explicitam os passos a serem dados. Ver *Operação Pan-Americana*, vol. II, p. 97, e vol. III, p. 85. No primeiro *Aide-Mémoire*, o Governo brasileiro reafirma que "... a luta pela democracia identifica-se com a luta contra a estagnação e o subdesenvolvimento. O subdesenvolvimento reinante neste hemisfério compromete, moral e materialmente, a causa que defendemos. Zonas subdesenvolvidas são zonas abertas à penetração de ideologias antidemocráticas. A batalha do Ocidente é... a luta pelo desenvolvimento", p. 100.

É que o Governo... não deseja e não pode executar senão a política que lhe seja ditada pela consciência nacional."

O encerramento do primeiro período de sessões do "Comitê dos 21", em 12 de dezembro, foi saudado como um sucesso e uma promessa. A Operação Pan-Americana, apesar de ainda apenas constituída por generosas idéias, parecia aos mais otimistas como algo irreversível, marco de uma nova era na história da colaboração hemisférica, agora no plano econômico.

Concretamente, contudo, em dezembro de 1958, apenas em relação a dois tipos de questões específicas, o campo de cooperação hemisférica estava em vias de se tornar razoavelmente delimitado: assistência técnica e criação de uma Instituição Financeira Interamericana. A própria delegação brasileira ao "Comitê dos 21" "verificou, logo após o início dos trabalhos (novembro de 1958), que o ambiente não estava ainda suficientemente maduro para uma ação concreta das delegações latino-americanas no sentido de precisarem em documentos objetivos o conteúdo da Operação Pan-Americana".[126] A própria aceitação, por parte dos norte-americanos, na antiga demanda latino-americana por uma instituição financeira para o hemisfério parece ter resultado, não da força das demandas dos países latino-americanos, mas da decisão da administração Eisenhower de apoiar a criação de um Banco Regional no Oriente Médio, o que tornaria impossível continuar afirmando aos latino-americanos sua oposição, em matéria de princípio, a Bancos Regionais.[127] Uma Comissão encarregada da negociação e da redação do instrumento constitutivo, daquilo que viria a ser o Banco Interamericano de Desenvolvimento, estabeleceu-se em Washington após o encerramento do primeiro período de sessões do "Comitê dos 21" e reuniu-se de janeiro a abril de 1959.[128]

---

[126] Ver *Operação Pan-Americana, op. cit.*, vol. V, p. 173.

[127] Ver J. Dreier, *The Organization of the American States and the Hemisphere Crisis*, Harper and Row, 1962, p. 83. Com efeito, foi em agosto de 1958 que, inesperadamente, Douglas Dillon, Subsecretário de Estado para Assuntos Econômicos, declarou na OEA que "Os Estados Unidos estão preparados para considerar o estabelecimento de uma instituição interamericana para o desenvolvimento regional que receberá o apoio de todos os países americanos", como notou Cleantho de Paiva Leite: "... a declaração de Dillon representava uma mudança na posição norte-americana..." Ver *Operação Pan-Americana*, vol. VI, p. 92.

[128] Ver o Relatório de Cleantho de Paiva Leite, publicado no vol. VI de *Operação Pan-Americana*. Neste relatório, Paiva Leite apresenta a evolução histórica da idéia de uma Instituição Financeira Interamericana desde a primeira Conferência Interamericana de abril de 1890, chamando a atenção – corretamente – "para os distintos contextos internacionais em que tais diferentes demandas se colocavam", pp. 11-250.

Ao longo de 1959, os parlamentos dos países latino-americanos sancionaram a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento, sob certo sentido o único resultado prático imediato que resultou de toda a movimentação diplomática que se gerou em torno da Operação Pan-Americana, instrumento principal de Kubitschek para lançar-se como estadista de dimensão hemisférica, articulando regionalmente a "necessidade" de capitais públicos norte-americanos para a superação do subdesenvolvimento.

Na verdade, o segundo período de sessões do "Comitê dos 21", realizado em abril/maio de 1959 em Buenos Aires, que teve como pontos altos apenas a participação de Fidel Castro como representante da Cuba pós-Batista, reclamando um programa de ajuda à América Latina da ordem de US$30 bilhões em 10 anos e a resposta oficial dos Estados Unidos, através do Subsecretário Thomas Mann, relacionou as medidas que os EUA vinham tomando para aumentar os fundos públicos na ajuda ao exterior (entre os quais o BID), mas insistiu, entretanto, na tese da primazia do capital privado e da necessidade de medidas de disciplina financeira e cambial prévias a políticas de desenvolvimento.[129]

A ruptura com o FMI

Era exatamente em torno dessas questões que vinham girando parte do debate interno no Brasil, desde meados de 1958 quando parte devido ao café, parte aos crescentes déficits do Governo, que a situação econômica começa a inspirar cuidados adicionais e o grupo de Roberto Campos assume o Ministério da Fazenda.

Em junho de 1958, Lucas Lopes assume a pasta da Fazenda em substituição a José Maria Alkimin, afastado em obediência a mandato constitucional que fixou prazos para se desincompatibilizarem os candidatos a cargos eletivos nas eleições de outubro daquele ano. O novo Ministro apresenta a Kubitschek um extenso Programa de Estabilização Monetária, que contemplava duas fases durante a primeira, de "transição e reajustamento", que se estenderia de junho de 1958 até o fim de 1959, procurar-se-ia "reduzir drasticamente o ritmo de incremento de preços"; na segunda fase, de "estabilização", a partir de 1960, procurar-se-ia "limitar a expansão dos meios de pagamento ao necessário ritmo de incremento do produto real". Isto seria conseguido, afirma o Programa, sem qualquer sacrifício do Programa de Metas que, no entender de Lopes e Campos, era "perfeitamente compatível com o Programa de Estabilização".[130]

---

[129] Ver *Operação Pan-Americana*, vol. VI, pp. 54-66. Os Discursos de Fidel Castro e Thomas Mann estão reproduzidos na íntegra neste documento, pp. 111-121.

[130] Ver *Programa de Estabilização Monetária*. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, p. 12.

Cauteloso, Kubitschek só apresentaria o Programa – que havia sido elaborado em consulta informal com o Fundo Monetário Internacional[131] – ao Congresso e ao público em 27 de outubro, após os resultados das eleições de 3 de outubro de 1958, francamente favoráveis, no geral, à aliança PSD-PTB.

Ao expor os pontos essenciais do Programa de Estabilização aos Diretores e principais redatores de jornais do Rio, em 23 de outubro, Kubitschek nega qualquer situação de crise, assinala "o fato notório, que é a produção de café em quantidade superior à capacidade de exportação e a diminuição dos recursos em moeda estrangeira", e afirma que "o Programa não importa em abrir mão das Metas Econômicas... inclusive estas serão integralmente mantidas inclusive porque todas elas são imprescindíveis ao nosso desenvolvimento".[132]

Na verdade, havia o conflito entre os dois Programas. Em dezembro de 1958, o Presidente do Banco do Brasil, Sebastião Paes de Almeida, se recusa a aplicar aos empréstimos do Banco do Brasil os limites previstos pelo Programa de Estabilização, o que significou, na prática, o abandono da "primeira fase" do mesmo. Nesse mesmo mês, o Ministro da Fazenda viaja aos Estados Unidos. Em 3 de fevereiro de 1959, o Ministro presta declarações à imprensa sobre o sistema cambial vigente no país e fala sobre "as negociações de financiamento que deverão ser precedidas de consultas com o Fundo Monetário Internacional nos termos de seu regimento".[133] O Ministro desmente que o Brasil esteja negociando um *funding loan* com o FMI; tratava-se apenas de um empréstimo de 300 milhões de dólares, para o qual era preciso o aval do Fundo Monetário.

As negociações com o Fundo se prolongam por meses. Afinal, em 12 de junho de 1959, falando na Câmara em nome do Governo, o Deputado Horácio Lafer apresenta a decisão oficial tomada pelo Governo acerca das negociações, notando que os empréstimos que o Brasil pretendia dependiam de prévia apreciação do Fundo: "... as entidades mutuantes têm em grande conta na concessão de tais empréstimos a apreciação do FMI sobre política econômica financeira, cambial e monetária dos países solicitantes. Em seus contatos com os negociadores brasileiros, os técnicos do Fundo insistiram pela adoção de outras medidas sobre cuja oportunidade o

131 Ver Mason e Ashen, *op. cit.*, p. 663.
132 Ver *Síntese Cronológica, op. cit.*, p. 165.
133 Ver *Síntese Cronológica, op. cit.*, pp. 117-118.

Governo brasileiro é o único juiz. Com efeito, algumas delas viriam a afetar sobremaneira o custo de vida, com conseqüentes perturbações sociais perigosas à tranqüilidade do país. Ao verificar o Governo que nossos representantes não logravam demover os técnicos do Fundo de sua opinião, deu o Presidente da República ordem para que os referidos negociadores retornassem ao Brasil."[134]

As manifestações de solidariedade política a Kubitschek por tal decisão vieram de fontes as mais insuspeitas[135] confirmando as relativamente amplas bases sociais e políticas de sustentação do projeto desenvolvimentista associado. Discursando no Catete, agradecendo a uma manifestação popular de solidariedade, Kubitschek reafirma este ponto, a 17 de junho: "Convém que se compreenda, de uma vez e para sempre, que o desenvolvimento do Brasil não é uma pretensão ambiciosa, um desvario, um delírio expansionista, mas uma necessidade vital. Desenvolver, para nós, é sobreviver, gravem bem os que estão em condições de colaborar conosco, que não necessitamos ápenas de conselhos... mas de cooperação efetiva e dinâmica, e que essa cooperação é altamente rentável a quem se dispuser a ajudar-nos".[136]

Em 30 de junho de 1959, o Governo enterrou, definitivamente, o pouco que restava do Programa de Estabilização Monetária em "sua primeira fase". Agradecendo a manifestação da Federação das Indústrias de São Paulo e respondendo a saudação de seu Presidente, Oscar Augusto de Camargo, Kubitschek afirma: "Mereceis mais do que simples palavras. Sinto-me feliz em anunciar-vos que acabo de reiterar aos que executam a política creditícia do Governo a necessidade de serem eliminados, no que diz respeito à produção legítima, os embaraços e impedimentos geradores

---

[134] *Síntese Cronológica, op. cit.*, p. 349.

[135] O jornal O *Globo*, em sua edição de 20 de junho, lamenta a falta de flexibilidade dos técnicos do Fundo e afirma: "É uma advertência que daqui fazemos aos nossos bons amigos americanos, aos quais dizemos que o Governo brasileiro há de ter errado muitas vezes, mas que nesta hora está com a razão, está certo ao querer evitar os efeitos à vista de uma política financeira que, embora acertada teoricamente, na prática teria efeitos imediatos desastrosos e explosivos."

[136] *Síntese Cronológica... op. cit.*, p. 335. Neste discurso, Kubitschek afirma: "O fato de atravessarmos dificuldades transitórias que nos levam a propor operações de crédito não significa que devemos ceder em matéria doutrinária, mas de imediatas conseqüências práticas, ao que possa contrariar a prudência ou o conhecimento mais aprofundado das nossas próprias condições. Não vemos como seguir orientações ditadas por motivos de ordem puramente técnica e que muitas vezes não levam em conta numerosos aspectos de outra natureza."

da estagnação e empobrecimento do patrimônio que haveis criado... Esta é a orientação de um governo que sabe ser imprudente e perigoso permitir que o Brasil retarde seu desenvolvimento."[137]

É importante observar que a intransigência do Fundo Monetário (e do Banco Mundial),[138] do ponto de vista político, foi extremamente benéfica para Kubitschek. Do ponto de vista econômico, o ano de 1959 foi certamente o mais delicado do seu mandato, a questão sucessória estava no ar desde o início do ano, e a oposição se fortalecia. Contudo, a intransigência do Fundo forneceu ao Presidente um álibi exemplar para unir os desenvolvimentistas em torno de si, bem como para transferir os problemas da inflação e, particularmente, do grave endividamento externo de curto prazo que se seguiu, para seu sucessor, mantendo intacta sua reputação desenvolvimentista, provavelmente com vistas às eleições presidenciais de 1965.

Em julho de 1959, a Comissão Executiva do PSD comunicava formalmente a Kubitschek a deliberação da agremiação em indicar o General Lott como candidato do Partido à Presidência da República. Em agosto, Lucas Lopes é substituído por Sebastião Paes de Almeida no Ministério da Fazenda, Roberto Campos é substituído por Lúcio Meira no BNDE, e José Garrido Torres cede a diretoria executiva da SUMOC a Marcos de Souza Dantas. A partir desta data e até a posse de Jânio Quadros em 31 de janeiro de 1961, a preocupação fundamental da equipe econômica do Governo esteve voltada para a tentativa de cumprimento das Metas anunciadas em 1956-1957.[139]

---

[137] *Síntese...*, *op. cit.*, p. 368.

[138] É curioso notar que a historiografia oficial do Banco Mundial, escrita no início dos anos 70, nota que "quando se observam as relações do Banco (e do Fundo) com o Brasil nos anos 50... parece claro que o Banco (e o Fundo) superestimaram seriamente sua capacidade de influenciar políticas macroeconômicas. Mais ainda, sua avaliação de solvabilidade parece ter sido extremamente estática e limitada. A taxa de crescimento do produto brasileiro foi da ordem de 6,8% ao ano em termos reais na década de 50. E, embora a taxa de inflação continuasse a 15-20% até 1959 e a política cambial deixasse muito a desejar, o Brasil dificilmente seria considerado não confiável pelos padrões atuais". Mason e Asher, *op. cit.*, p. 662.

[139] Ver Celso Lafer, *op. cit.*, C. Lessa, "Quinze Anos de Política Econômica", *Boletim Econômico de América Latina*, novembro de 1964. Para uma análise mais ampla do processo de substituição de importações neste período, ver M. C. Tavares, "Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações", *in Boletim Econômico da América Latina*, março de 1964.

A questão cubana

No *front* externo, a gestão do Ministro Horácio Lafer[140] (agosto de 1959 até o final do Governo) foi marcada pela tentativa de continuar insistindo nos princípios da Operação Pan-Americana que tantos dividendos (políticos) mesmo internos ou externos vinham permitindo ao Brasil com tão poucos resultados práticos. Assim, na V Reunião de Consulta dos Chanceleres Americanos (Santiago do Chile, agosto 1959) convocada pelos norte-americanos para debater os seus desentendimentos com Cuba, o Brasil "fez questão de introduzir, além do ponto em discussão, como item específico da agenda, o problema da relação entre instabilidade política e subdesenvolvimento econômico"... convencido de que é na debilidade econômica que reside a grande causa das perturbações políticas e sociais.[141] Mas, por insistência norte-americana, a questão cubana caminhava para tornar-se a questão decisiva.

Com efeito, o progressivo afastamento de Cuba do chamado "sistema de segurança" hemisférico, a partir de desavenças com os EUA desde meados de 1959,[142] teria conseqüências extremamente importantes para a política hemisférica e internacional que se prolongaria por décadas e obri-

---

[140] O Governo Kubitschek contou com três Ministros das Relações Exteriores: José Carlos de Macedo Soares (até julho de 1958); Francisco Negrão de Lima (julho de 1958 a agosto de 1959) e Horácio Lafer.

[141] Ver *Gestão do Ministro Horácio Lafer na Pasta das Relações Exteriores*, p. 5. Nesta reunião, a delegação brasileira chefiada por Lafer tentou aprovar a idéia de se dar forma contratual e obrigatória à cooperação econômica interamericana, sob a forma de um "Protocolo Adicional de Assistência Econômica" ao Tratado do Rio de Janeiro (1974) que se ocupava exclusivamente de problemas de segurança. Lafer, *op. cit.*, pp. 21-23. O tipo de assistência econômica desejado pelos delegados latino-americanos foi explicitado pelo Presidente Lleras, da Colômbia, nesta mesma reunião; como semelhante "... à que pôde levantar a Europa de seu desastre, deteve a expansão comunista na Ásia e promoveu, no mundo inteiro, um movimento maciço contra o atraso e a miséria". Lafer, *op. cit.*, p. 100.

[142] Essas desavenças culminaram em fevereiro de 1960 com o tratado assinado por Fidel Castro e Mikoyan, através do qual a União Soviética compraria açúcar cubano por 4 anos, emprestaria a Cuba 100 milhões de dólares a juros de 2,5% e proveria assistência técnica em vários campos. Em março de 1960, Eisenhower aprova o treinamento e o equipamento militar de guerrilhas cubanas anti-Castro pela CIA e solicita ao Congresso poderes para alterar a quota de açúcar cubano absorvida pelos EUA. Em abril, as companhias de petróleo se recusam a refinar petróleo cru de origem soviética e são expropriadas em junho. Em 6 de julho, com poderes concedidos pelo Congresso, Eisenhower reduz em US$90 milhões a quota de açúcar de Cuba. O Governo cubano expropria todas as empresas norte-americanas. Em 9 de julho, Kruschev apóia Cuba. O Governo dos EUA denuncia a interferência soviética. Em 12 de julho, Kruschev anuncia a morte da Doutrina Monroe. Uma precária convivência com este fato só é aceita após o fracasso da invasão da Baía dos Porcos em 1961 e da crise dos mísseis em 1962, ambos já em pleno Governo Kennedy. Ver R. Wagner, *op. cit.*

gariam os EUA a uma radical reconsideração de sua política para com a América Latina particularmente a partir da administração Kennedy (eleito em novembro de 1960).[143] Ainda que por um breve interregno, a posição oficial norte-americana – devido ao fenômeno cubano – cedeu lugar a um ambicioso programa de ajuda externa com fundos públicos e preocupações de cunho social e declaradamente reformista, ausentes da prática e da retórica norte-americanas nos anos 50. Mas, quando isto se deu, Jânio Quadros já havia sido eleito Presidente em outubro de 1960. O número de votantes chegou a 11,7 milhões, duas vezes mais que os eleitores de 1945 (5,9 milhões). Os deslocamentos no sistema político interno, devidos em grande parte à industrialização e à urbanização crescentes, não deixariam de se refletir na política externa dos Governos Quadros e Goulart.

6. QUADROS, GOULART E O MALOGRO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE DO INÍCIO DOS ANOS 60

Para mais de um estudioso do período, os quatro primeiros anos da década de 60 teriam sido marcados, em grande medida, pela problemática dos primeiros quatro anos da década anterior, separados apenas pelo intervalo caracterizado pela aliança desenvolvimentista liderada por Kubitschek.[144]

A comparação não parece inteiramente adequada. Nos três planos em que procuramos tratar do tema das relações internacionais do Brasil – o global, o regional e o nacional – a situação no início dos anos 60 era bastante distinta daquela que marcou o início da década anterior.

[143] Na verdade, na III Reunião do Comitê dos 21 para a Operação Pan-Americana, em setembro de 1960, ainda na administração Eisenhower, já haviam aparecido – devido a Cuba – os primeiros sinais de mudança na atitude norte-americana em relação às demandas de "cooperação econômica" pela qual a América Latina se batia desde o pós-guerra. Ver H. Lafer, *op. cit.*, p. 35.

[144] Carlos E. Martins, por exemplo, chega a ser enfático quanto a este ponto: "... parece não haver dúvida sobre o fato de que os primeiros quatro anos da década de 60 foram, em muitos sentidos, uma retomada dos primeiros quatro anos da década anterior." Ver "Brazil and the United States from the 1960's to the 1970's" *in Latin America and the United States: The Changing Political Realities*, editado por J. Cotler e R. Fagen, Stanford University Press, p. 269.

No plano global vinham se redesenhando os termos de hegemonias política, econômica e militar com as quais os Estados Unidos haviam emergido da Segunda Guerra Mundial, devido à recuperação econômica da Europa e do Japão, à descolonização e conseqüente surgimento de dezenas de novas nações politicamente independentes, e à consolidação do bloco socialista sob a liderança da União Soviética como potência militar com interesses também globais e conflitantes com as percepções de segurança estratégica dos EUA e Aliados.

No plano regional, a transformação de Cuba em país filiado ao bloco socialista acarretaria mudança radical, ainda que temporária, na posição do Governo norte-americano para com a região, especialmente após a posse de Kennedy, com a aceitação do ideário da Operação Pan-Americana através da Aliança para o Progresso.

No plano nacional, a vitória de Quadros havia representado uma ruptura com o sistema de alianças políticas que reconduzira Vargas ao poder em 1950 – e que lá não conseguira sustentá-lo. Desvinculado de compromissos partidários, eleito em boa parte por seu moralismo carismático, Quadros não possuía alianças políticas sólidas e – ver-se-ia logo – tampouco um programa de Governo para um país que havia mudado, e muito, em menos de uma década.

A comparação entre o início dos anos 60 e o início dos 50 não é muito pertinente a não ser que se pretenda concentrar a análise nas implicações da crescente importância eleitoral das camadas populares urbanas e o fato de que qualquer governo e qualquer político do período sob a vigência da Constituição de 1946 tinham que levar em conta o fenômeno crucial que foi a expressão política das massas populares, ainda que sob a episódica forma de sufrágio.[145]

Jânio Quadros foi uma das expressões mais completas deste populismo, um fenômeno que, como notou corretamente Weffort, "nas suas formas espontâneas, é sempre uma forma popular da exaltação de uma pessoa na qual esta aparece como a imagem desejada para o Estado".[146] Esta "projeção" do populismo no Estado constituiu, sem dúvida, uma das bases da relativa legitimidade deste último no período 1946-64. Mais importante, essa projeção ajudará a compreender o papel-chave que

[145] Ver F. Weffort, *O Populismo na Política Brasileira*, Paz e Terra, 1978, para uma excelente interpretação do fenômeno. Ver também O. Ianni, *O Colapso do Populismo no Brasil*, Civilização Brasileira.
[146] Ver F. Weffort, *op. cit.*, p. 36.

desempenhou o nacionalismo desde 1950 quando, com a eleição de Vargas, tornou-se uma espécie de ideologia oficial na qual o "povo" era percebido como um aglomerado de indivíduos que comungavam o sentimento de brasilidade – cuja representação geral estaria no Estado. Ao dar tal passo, o nacionalismo tornou-se uma forma de consagração do Estado, que obscureceu completamente sua dimensão de instrumento de dominação. O movimento militar de 1964 se encarregaria de relembrar, aos desavisados que mitificaram o Estado como representação geral, esta ambigüidade básica, constitutivo da realidade do Estado em qualquer sociedade moderna.

Essa observação é importante para entender por que o movimento nacionalista, que esteve contra Quadros durante a campanha eleitoral, aderiu rapidamente ao novo Governo, no qual afinal tinha obtido a Vice-Presidência da República. Nas palavras de Weffort: "A massa – cujas aspirações os nacionalistas supunham interpretar – surpreendeu-os, legitimando um outro 'intérprete' e, através dele, legitimando um novo Governo."[147]

Um Governo que surpreendeu pela heterodoxia na área da política internacional ao lançar as bases de "Política Externa Independente" e pela ortodoxia no campo da política econômica, que lhe permitiu angariar, em menos de cem dias, a confiança da comunidade financeira internacional e o amplo respaldo político e econômico da nova administração norte-americana, inaugurada praticamente no mesmo dia. A heterodoxia na área da política internacional continuaria com Goulart, até sua queda. À ortodoxia no campo da política econômica, seguiu-se uma progressiva paralisia decisória, apenas interrompida na breve tentativa de implementação do Plano Trienal de Celso Furtado e Santiago Dantas. Ambas – política externa independente e política econômica do período – merecem uma breve discussão voltada para entender seu duplo malogro, decidido em 1964 com a intervenção militar.

A política externa independente

A análise do discurso e da prática da Política Externa Independente que o Brasil ensaiou de 1961 a 1964 sugere que esta pode ser vista como a integração de três elementos. Em primeiro lugar, a retomada do ideário da Operação Pan-Americana idealizada por Kubitschek, com "uma noção mais clara das possibilidades e respon-

[147] Vale lembrar a ironia de Weffort: "O curto período de seis meses reservado a Quadros na Presidência assistiu à perplexidade nacionalista ante a escolha popular e a ambigüidade política que conduziria inevitavelmente à adesão. Todo o poder emana do povo... fiquemos, pois, sempre com o Poder e estaremos sempre com o povo". F. Weffort, *op. cit.*, p. 41.

sabilidades" do Brasil,[148] após o surto de desenvolvimentismo-associado da segunda metade dos anos 50.[149]

Em segundo lugar a política externa independente representou o estilo diplomático perfeitamente adequado ao nacionalismo que vinha funcionando como ideologia aglutinadora do esforço da industrialização brasileira – ainda que, paradoxalmente, este processo se viesse fazendo com amplo concurso do capital estrangeiro. Tanto Quadros quanto Goulart vislumbraram claramente o apoio popular nacional frente aos EUA e, portanto, sua importância para propósitos de política interna, especialmente em fase de dificuldades econômicas.[150]

Em terceiro lugar, surge aquele que talvez tenha sido o traço realmente distintivo da política externa independente do início dos anos 60. Tanto a situação regional marcada pela revolução cubana quanto a situação mundial marcada pelo agravamento da bipolaridade e pelo processo de descolonização permitiram que os Governos Quadros e Goulart explorassem um pouco mais a possibilidade de tentar afirmar a autonomia relativa do Brasil em face da hegemonia dos Estados Unidos na América Latina. Para tal, seria preciso ultrapassar o âmbito do subsistema interamericano e afirmar-se no contexto do sistema internacional, algo que nem Vargas nem Kubitschek puderam considerar nas condições dos anos 50.[151]

O nacionalismo característico de Charles de Gaulle parece ter tido uma influência intelectual direta sobre a política externa brasileira.

---

[148] Ver J. Quadros, *Mensagem ao Congresso Nacional,* 15 de março de 1961, p. 91. Este documento coloca com exemplar clareza a orientação geral pretendida para a política externa brasileira.

[149] Vale observar que ainda durante a campanha eleitoral, em memorando a Quadros, o futuro Chanceler Afonso Arinos de Mello Franco escrevia: "O mérito do Governo Juscelino foi formalizar os novos aspectos da política continental em termos políticos e não técnicos... assim, a orientação, que era visível e inevitável, do novo pan-americanismo, tornou-se popular e oficial... o Dr. Jânio deve salientar as deficiências do Governo brasileiro no encaminhamento do assunto, *sem se opor ao fundo, que está certo*", citado em Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 406 (ênfase nossa).

[150] "A política própria e independente não é partidária: inspira-se no nacionalismo radical, isto é, nas raízes de independência nacional, na idéia de progresso, nas fontes reais da conduta nacional, e na crença democrática de que o poder emana do povo." José Honório Rodrigues, "Uma Política Externa Própria e Independente" em *Política Externa e Independente*", Ano I, nº 1, maio 1965, p. 39.

[151] Celso Lafer chamou, corretamente, a atenção para o fato de que tanto Vargas quanto Kubitschek estiveram obrigados a se mover apenas no âmbito do subsistema interamericano, dadas as condições internacionais dos anos 50. Ver C. Lafer e F. Peña, *Argentina e Brasil no Sistema de Relações Internacionais*. Livraria Duas Cidades, São Paulo, 1973, pp. 101-104.

A posição nacionalista de De Gaulle teria, segundo Liska, "duas premissas básicas: a primeira afirma que a ideologia de cooperação entre aliados é um tênue disfarce que procura esconder os impulsos hegemônicos do aliado ou dos aliados mais fortes. A segunda sustenta que a subordinação aos aliados equivale à servidão imposta pelo inimigo. As premissas ditam a conclusão: a luta contra o adversário não pode obscurecer o dever de auto-afirmação dentro da aliança".[152]

Concretamente, de 1961 a março de 1964 a "posição mais afirmativa e independente" e a "auto-afirmação dentro da aliança" manifestaram-se nas seguintes áreas: (a) Cuba e as questões de autodeterminação e não-intervenção; (b) relações com países socialistas, em especial com a União Soviética; (c) anticolonialismo na África; e (d) apoio à inclusão na agenda da Assembléia das Nações Unidas da questão de ingresso na organização da República Popular da China. É em torno dessas questões específicas e não nos enunciados gerais da nova orientação da política externa que se localizaram as controvérsias políticas que a oposição interna – civil e militar – procurou explorar ao limite, buscando o retorno do Brasil à órbita do sistema regional interamericano e à liderança dos EUA, como de fato ocorreria – ainda que temporariamente – após março de 1964.

Dessas quatro questões concretas, o problema cubano, por larga margem, constituiu o foco das controvérsias em 1961 e 1962, seguido pela questão do estabelecimento das relações diplomáticas com a União Soviética. A prioridade aqui não era brasileira, mas norte-americana. Em fevereiro de 1961, o ex-Embaixador A. Berle chega ao Brasil para articular o apoio do Brasil à ação política, econômica e militar que os EUA preparavam contra Cuba.[153] Em 17 de abril tem lugar o ataque, frustrado, à

[152] Esta é a interpretação de Celso Lafer, *op. cit.*, do qual extraímos a citação de George Liska, p. 102. A hipótese de Lafer é confirmada nas *Memórias* de Arinos. Tanto Afonso Arinos de Mello Franco, duas vezes Ministro das Relações Exteriores no período (Jânio Quadros e no Gabinete Brochado da Rocha), quanto Santiago Dantas (Ministro das Relações Exteriores no Gabinete Tancredo Neves) defenderam a nova orientação de política em termos muito semelhantes. Ver Afonso Arinos, *Evolução da Crise Brasileira*, Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1965, especialmente pp. 244-258. Ver Santiago Dantas, *Política Externa Independente*, Editora Civilização Brasileira, 1962, especialmente pp. 5-25. Ver também J. Quadros, "Brazil's New Foreign Policy", *Foreign Affairs*, outubro de 1961, e Mensagem ao Congresso Nacional, de março de 1961. Em nenhum destes textos se defende uma posição "neutralista" negada explicitamente por Quadros. Ver E. Carone, *A Quarta República*, Difel, 1980, p. 172.

[153] Ver Moniz Bandeira, *op. cit.*, pp. 406-408. O autor reproduz trechos de memorando de Arinos a Quadros sintetizando as conversações com Berle: "Da longa conversação mantida com Berle, ficou-me a impressão não de que o Governo norte-americano queira apre-

Baía dos Porcos. O insucesso obrigou o Governo norte-americano a um temporário recuo, porém este recuo implicou, segundo Arinos, "a necessidade posterior de reafirmação do prestígio americano em face de Cuba e daí a série de pressões que viemos a sofrer mais tarde".[154] Desta necessidade de "reafirmação de prestígio" resultariam, em outubro de 1962, o bloqueio naval norte-americano contra Cuba e o desafio à União Soviética, forçando-a a desmontar as bases de mísseis que instalara em Cuba e a estabelecer um acordo tácito com os EUA, caracterizando a América Latina como inquestionável zona de influência norte-americana na qual não se repetiriam outras experiências como a cubana sem intervenção armada, direta ou indireta, dos EUA.

A política externa brasileira, do início de 1961 à crise dos mísseis que resolveu temporariamente a questão cubana, sob as gestões de Afonso Arinos e Santiago Dantas manteve uma impecável linha de coerência na defesa dos princípios jurídicos de autodeterminação e não-intervenção que o Brasil havia subscrito desde 1933 na VII Conferência Interamericana (Montevidéu) e que haviam sido, mais de uma vez, ratificados pelo Parlamento brasileiro a partir de 1946. Além da pressão norte-americana, contudo, havia a pressão interna, civil e militar, para que o Governo brasileiro, pelo menos, rompesse relações diplomáticas com Cuba, não as iniciasse com a União Soviética e se alinhasse mais estreitamente com os EUA.[155]

---

sentar como barganha a concessão de auxílio econômico contra apoio a sua política em face de Cuba e sim que situa nitidamente em segundo plano os problemas que, para nós, estarão em primeiro, isto é, relativos ao apoio econômico e financeiro e que dá prioridade à questão cubana. A alternativa política ontem insinuada por Berle parece-me singela: ou o Brasil aceita... considerar Cuba como instrumento de penetração comunista nos termos da decisão de Caracas de 1954... ou o Brasil, não desejando cooperar diretamente nesse cerco diplomático, aceitará, no entanto, mostrar-se como espectador de uma política... executada diretamente talvez por Venezuela, Colômbia, Nicarágua, Guatemala ou Salvador e apoiada materialmente pelos Estados Unidos." Arinos a Quadros, *Memorandum* de 28 de fevereiro de 1961.

[154] Moniz Bandeira, *op. cit.*, p. 409. Em agosto de 1961, reuniu-se em Punta del Este o Conselho Interamericano Econômico e Social que marcaria, oficialmente, o surgimento da Aliança para o Progresso, da qual Cuba estava excluída. Guevara, representante de Cuba naquela reunião, passaria por Brasília onde recebeu de Quadros a Ordem do Cruzeiro do Sul, fato que aumentaria consideravelmente a oposição interna, civil e militar, à política externa brasileira e contribuiria, entre outras até hoje inescrutáveis razões, para a renúncia de Quadros.

[155] Ver Gileno de Carli: *Anatomia da Renúncia*, Edições Cruzeiro, 1962, pp. 122-136, para uma tentativa de avaliar o papel da oposição à política externa da renúncia de Quadros. Ver também Afonso Arinos, *op. cit.*, pp. 244-258, para uma defesa de sua política e das suas atribuições em defendê-la.

Em janeiro de 1962 a reunião de Chanceleres de Punta del Este expulsaria Cuba da OEA (com a abstenção de Brasil, Argentina, México, Chile, Equador e Bolívia) e condenaria por unanimidade sua adesão ao marxismo como algo incompatível com o sistema interamericano. Poucos dias antes, quatro ex-Ministros das Relações Exteriores (José Carlos Macedo Soares, João Neves da Fontoura, Vicente Rao e Horácio Lafer) publicam nota em O *Globo*, pedindo o "rompimento de relações diplomáticas" com Cuba. A resposta de Santiago Dantas insiste na correção da política brasileira e afirma que o "rompimento de relações ou é mero passo para uma intervenção pela força, como a que os ex-Chanceleres são os primeiros a condenar, ou é um remédio inócuo e talvez contraproducente... (em termos de seu) alcance prático para reconduzir à democracia um Estado socialista".[156]

A busca de reatamento de relações diplomáticas com países socialistas, particularmente a União Soviética, no contexto da discussão do caso de Cuba, envolveu, como seria de esperar, intensa oposição interna,[157] assim como atiçou a oposição interna a nova posição brasileira em face do colonialismo (que representou uma mudança radical em relação à prévia política em particular no que dizia respeito a Portugal),[158] e o apoio à pretensão de a República Popular Chinesa ingressar na Organização das Nações Unidas.

Em todas estas questões, a postura brasileira – a história o demonstraria cabalmente – avaliava corretamente onde residiam os interesses de longo prazo em suas relações internacionais, assim como Arinos os definiria: "Na base, a política de independência, que decorre da soberania do Estado, em seguida a prática da solidariedade coletiva que deriva da interdependência de interesses e objetivos e, enfim, a paz e a segurança internacionais garantidas pela coexistência de todos... Portanto, o Brasil deve praticar a política independente como meio de assegurar a sua liberdade

[156] Ver Santiago Dantas, "Política Externa Independente", onde se reproduzem os debates no Congresso Nacional e os documentos relevantes sobre a posição do Brasil em relação à questão cubana em geral e em Punta del Este em particular, pp. 105-192.

[157] Ver os debates de Afonso Arinos no Congresso Nacional, em Gileno de Carli, *op. cit.*, pp. 136-150, e os debates de Santiago Dantas no Congresso, em novembro de 1961, em Dantas, *op. cit.*, pp. 45-101.

[158] "Não aceitaremos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperalismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para *que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção,* atinjam sua independência no mais breve prazo possível...". Mensagem ao Congresso Nacional, março de 1961, p. 96 (ênfase nossa).

de movimentos no quadro móvel da política mundial..." O Brasil, já dizia a Mensagem Presidencial ao Congresso em março de 1961, "só pode ver sua causa ideológica condicionada por seu caráter nacional e seus interesses legítimos".[159]

A situação política interna do Brasil após o final de 1962 deteriorar-se-ia rapidamente, a ponto de fazer com que as críticas, norte-americanas e internas, à política externa independente passassem a um plano secundário.[160] A arena política relevante é, naturalmente, apenas a interna, para a qual se deslocam progressivamente os argumentos maniqueístas da Guerra Fria, que contribuiriam, entre outros fatores, para o desfecho da crise em março de 1964.[161]

A política econômica externa

Em seu discurso de posse, Quadros afirma ser "terrível a situação financeira do Brasil" que lhe fora legada pelo Governo anterior. "É necessário que se saiba o que me entregam e as reais condições em que me entregam o Brasil." O déficit global do balanço de pagamentos havia chegado a US$410 milhões, para exportações totais de US$1.270 milhões. A dívida do Brasil – segundo Quadros – chegara a US$3.800 milhões, dos quais US$600 milhões venciam em 1961. O déficit orçamentário previsto para 1961 era superior a 100 bilhões de cruzeiros, cerca de 1/3 da receita prevista para o exercício. A inflação em 1959 e 1960 superara os 30% ao ano, cerca do dobro da inflação média anual do período 1950-1958. "Os dados são oficiais" – prossegue Quadros. – "Urge que o povo os conheça, fixe e decore: sacrifícios são inevitáveis... sacamos contra o futuro muito mais do que a imaginação ousa arriscar... o que logrou retumbantes repercussões publicitárias cumpre agora saldar amargamente, pacientemente, dólar a dólar, cruzeiro a cruzeiro."[162]

---

[159] Ver A. Arinos, *op. cit.*, p. 253, e Mensagem, *op. cit.*, p. 92.

[160] É oportuno lembrar que o desgaste de Santiago Dantas na defesa da política externa brasileira foi de tal ordem, que contribuiu decisivamente para a rejeição do seu nome pelo Congresso para suceder a Tancredo Neves como Primeiro-Ministro em junho de 1962. Arinos voltaria à Chancelaria, contudo, com o Gabinete Brochado da Rocha.

[161] A ação norte-americana mudou, gradativamente, de uma posição de reserva em relação a Goulart para a de franca simpatia pelas conspirações que pretendiam afastá-lo. Ver a utilização ampla que Marcos de Sá Corrêa fez dos documentos da biblioteca do Presidente Lyndon Johnson, na Universidade do Texas, sobre o papel dos EUA em 1964, *Jornal do Brasil*, edições de 18, 19 e 20, de dezembro de 1976.

[162] O discurso de posse de Quadros está reproduzido em E. Carone: *A Quarta República*, Difel, São Paulo, 1980. Ver a defesa de Kubitschek pelo próprio, em discurso na *Revista do Conselho Nacional de Economia*, ns. 1-2, junho de 1961. Na verdade, a dívida externa do Brasil em 31.12.60 era em mais de 1 bilhão de dólares inferior ao valor citado por Quadros.

Pela primeira vez desde o pós-guerra, o Brasil tentou responder à situação econômica com um austero e ortodoxo pacote de política da estabilização envolvendo uma dramática desvalorização cambial, contenção de gastos públicos e controle de expansão monetária. De março a junho, o programa do Ministro da Fazenda, Clemente Mariani (que fora Presidente do Banco do Brasil durante a gestão Eugênio Gudin na Pasta da Fazenda), foi adotado por Quadros. O sistema cambial foi simplificado, o "câmbio de custo" desvalorizado em 100%, foram reduzidos os subsídios para trigo e petróleo e tentada a contenção do gasto público e controle da expansão monetária, através de sucessivas Instruções da SUMOC (204, 206, 207 e 208) expedidas nos primeiros 150 dias de governo.[163]

Apesar da oposição interna e do apoio cada vez mais hesitante do Presidente Quadros, as medidas impressionaram a comunidade internacional pela rapidez e pela determinação e foram suficientes para garantir o aplauso do FMI e o sucesso das negociações que visavam renegociar a dívida e contratar novos empréstimos externos. O Clube de Haia, constituído pelos credores europeus do Brasil, reescalonou a dívida brasileira em 1961, assim como o fizeram os norte-americanos.[164] Novos empréstimos foram facilmente contratados junto a fontes dos EUA, com total apoio da administração Kennedy. Assim, em 1961 os empréstimos brutos chegaram a US$579 milhões (contra 348 milhões em 1960) enquanto as amortizações declinavam em 1961 para US$327 milhões (US$417 milhões em 1960). As exportações, em parte estimuladas pela desvalorização, passaram de US$1.270 milhões em 1960 para US$1.405 milhões em 1961. Como resultado, o déficit global do balanço de pagamentos em 1960 (US$410 milhões) transformou-se em um superávit de US$115 milhões em 1961.[165] As dificuldades imediatas no *front* externo pareciam afastadas em agosto, quando Quadros anuncia sua até hoje inexplicada renúncia.[166]

Na verdade, as renegociações de 1961 apenas promoveram um alívio temporário, adiando a crise de liquidez do balanço de pagamentos por

---

[163] Ver FMI *Annual Report on Foreign Exchange Restrictions*, 1962, pp 49-52, e *Relatórios da SUMOC*, 1961 e 1962.

[164] Ver E. Mason e R. Asher, *op. cit.*, p. 663.

[165] Ver o depoimento de Casimiro Ribeiro ao Centro de Pesquisa e Documentação da Fundação Getúlio Vargas para um impressionante relato sobre a facilidade que o Brasil encontrou em termos de prazos e condições para os empréstimos negociados no início de 1961.

[166] Ver Gileno de Carli, *Anatomia de uma Renúncia*, Edição Cruzeiro, 1965.

mais um ou dois anos.[167] Apesar do retorno europeu à completa conversibilidade em 1959, quinze anos após Bretton-Woods, no período 1960-1963, 28% das receitas de exportação brasileiras provinham ainda de áreas de moedas inconversíveis.[168] As exportações de café representavam ainda mais de metade (52% em média) das receitas totais de exportação no período 1961-1963. Nestes três anos, 3 dentre cada 4 dólares obtidos na exportação dependiam de 5 produtos: café, cacau, algodão, açúcar e minério de ferro. Para estes produtos uma desvalorização cambial possuía efeito limitado em termos de elevar a receita total em dólares.

A desvalorização de 1961 e a redução dos subsídios a trigo e petróleo tiveram, contudo, um efeito importante sobre a inflação interna. No primeiro semestre do ano, os preços por atacado aumentaram cerca de 15,5% contra 9% no primeiro semestre de 1960. Um plano para reduzir o gasto governamental, considerado o problema básico, foi decretado em junho, dado que o fim da conta de ágios e bonificações havia eliminado uma importante fonte de recursos parafiscais do Governo.

A renúncia de Quadros alterou significativamente o quadro. A crise política que se seguiu, "resolvida" temporariamente com a adoção do parlamentarismo, assinalou o fim do experimento ortodoxo em curso. No último trimestre de 1961 ocorreu uma substancial elevação do déficit governamental (as despesas, no ano, previstas em 302 milhões de cruzeiros, chegaram a 420 milhões). A taxa de câmbio permaneceu inalterada até maio de 1962, sobrevalorizando o cruzeiro em cerca de 30%. Em parte conseqüência desse fato, as receitas totais de exportação declinaram de US$1.405 milhões em 1961 para US$1.205 milhões em 1962. Dada a redução dos empréstimos e financiamentos (de 417 para 317 milhões de dólares), o déficit global do balanço de pagamentos chegou a quase US$350 milhões. A taxa de inflação em 1962 superou os 50%, contra cerca de 35% em 1961. O déficit do Governo chegou a 215 milhões de cruzeiros em 1962, mais de 40% da receita total e cerca de 3% do Produto Interno Bruto.[169]

---

[167] Novos empréstimos totalizando US$656 milhões foram condicionalmente negociados em 1961 para financiar o pagamento da dívida e importações correntes. O FMI *deveria* prover US$160 milhões, outras agências norte-americanas (Eximbank, Tesouro e AID) mais US$383 milhões, e o restante foi prometido por bancos privados, principalmente europeus. De uma dívida externa de US$2.655 milhões, mais de um terço (US$859 milhões) teve seus termos renegociados. Ver A. Fishlow, *Foreign Trade Regimes: Brazil,* mimeo. Universidade da Califórnia, Berkeley, 1975, p. 31.

[168] Ver *Relatório do Banco do Brasil,* 1963, p. 214.

[169] As fontes dos dados são: *Boletim da SUMOC, Conjuntura Econômica.* Para uma análise cuidadosa da conjuntura econômica deste período, ver J. Wells, *Growth and Fluctuations in the Brazilian Manufacturing Sector during the 1960's and Early 1970's,* tese de doutoramento submetida à Universidade de Cambridge, Inglaterra, 1977.

A política econômica dos sucessivos Gabinetes parlamentaristas (Tancredo Neves, Brochado da Rocha, Hermes Lima) na verdade era uma política passiva incapaz de coordenar decisões e fixar diretrizes e objetivos. Celso Furtado, que ocupou o cargo de Ministro Extraordinário para o Planejamento de fins de 1962 ao segundo trimestre de 1963, colocou esta questão em termos dramáticos em depoimento histórico: "O Governo Goulart, a rigor, nunca existiu. Essa é que é a pura realidade. Foi demasiadamente contestado pelo sistema de poder no Brasil, seja pelos setores privados, seja pelos setores militares. (Goulart) nunca conseguiu sair de uma situação de transitoriedade. No começo, sua luta foi fundamentalmente para restabelecer o poder do Presidente e, em seguida, foi absorvido pelo problema sucessório. Repito, o Governo Jango nunca existiu. Ele não pode ser comparado com um governo normal. Nunca dispôs de suficiente poder. Na verdade, durante quase todo seu Governo (Goulart) foi uma espécie de candidato a alguma coisa e não propriamente um Presidente...".[170]

A bem da verdade, houve um esforço sério no sentido de lidar com a situação econômica em rápida deterioração e, em particular, de demonstrar à comunidade financeira internacional, e ao Governo norte-americano em particular, que havia um programa de Governo a ser implementado tão logo Goulart recebesse, no plebiscito de janeiro de 1963, os poderes presidenciais que a Constituição de 1946 lhe outorgava.

Esse esforço se consubstanciou no Plano Trienal (1963-1965) elaborado por Furtado, em fins de 1962, e efetivamente implementado nos primeiros trimestres de 1963, com conseqüências que vêm se prestando a uma ampla e fecunda controvérsia.[171]

Em seus objetivos básicos, o Plano Trienal se compunha de: (i) "Assegurar uma taxa de crescimento da renda nacional compatível com as expectativas de melhoria de vida que motivam, na época presente, o povo

---

[170] Celso Furtado, depoimento ao *Estado de S. Paulo*, edições de 6 e 20 de janeiro de 1980. Para uma interpretação que enfatiza uma problemática semelhante, ver W. G. dos Santos.

[171] Com efeito, pesquisas recentes vêm atribuindo à execução do Plano Trienal uma contribuição importante para a desaceleração do crescimento observada a partir de 1963. Ver J. Wells, *op. cit.*, e A. Lara Rezende.

Para a interpretação estruturalista ver M. C. Tavares, "Auge e Declínio do Processo de Substituições de Importações no Brasil", *Boletim Econômico de América Latina*, março de 1964, e A. Fishlow, *Origins and Consequences of the Import Substitution Process in Brazil*, E. Di Marco (ed.), *Essays in Honour of Raul Prebisch*, Academic Press, N. Y., 1972. A crise econômica e política do início de 60 ainda constitui um dos mais férteis temas de investigação na recente historiografia brasileira.

brasileiro", e estimava essa taxa em 7% ao ano; (ii) "Reduzir progressivamente a pressão inflacionária em 1963", que não deveria ser superior à metade da taxa observada em 1962, enquanto em 1965 deveria aproximar-se de 10% da taxa de 1962. A previsão, portanto, era de atingir 5-6% ao ano de inflação no terceiro ano de aplicação do Plano. Os instrumentos a serem utilizados para alcançar resultados tão otimistas eram, entretanto, os tradicionalmente encontrados nos planos ortodoxos de estabilização. O déficit do Tesouro foi identificado como "o principal fator de desequilíbrio, gerador de pressão inflacionária". O realismo cambial era proposto através de uma política de câmbio orientada "no sentido de assegurar ao setor exportador um nível de renda capaz de estimulá-lo a manter um adequado esforço de vendas no exterior e de evitar que as importações sobrepassem a efetiva capacidade de importar". O Plano propunha também uma política de austeridade em relação à expansão monetária, embora ressalvasse que "o crédito ao setor privado deveria crescer em montante correspondente à elevação do nível de preços adicionado ao aumento do produto real".[172]

Não foi isso, entretanto, o que ocorreu.[173] Em janeiro de 1963, houve um aumento do salário mínimo de 56,25%. Em fevereiro, as tarifas de transportes urbanos foram corrigidas entre 22 e 29%. Em março eliminou-se o subsídio ao trigo importado, o que elevou seu preço em 100%, e ao petróleo importado, o que elevou seu preço doméstico em 70%. Em abril, o cruzeiro foi desvalorizado em 30,4%. O resultado dessas e de outras medidas do processo de "inflação corretiva", tomadas no primeiro trimestre de 1963, repercutiu imediatamente na taxa de inflação. Some-se a essas pressões inflacionárias o mau ano de agricultura, cujo crescimento foi de apenas 1% em 1963, fazendo com que o índice dos termos de troca agricultura *x* indústria estivesse em elevação desde o 2º trimestre de 1963 até o 1º trimestre de 1964. Simultaneamente, o Governo embarcava numa política de limitação da expansão do crédito. Através das Instruções nºs 234 e 235 da SUMOC, o crescimento dos empréstimos ao setor privado, tanto do Banco do Brasil como dos bancos comerciais, foi limitado em 35% em termos nominais durante o ano, enquanto a taxa de inflação do primeiro trimestre ficava em torno de 60% em termos anuais. O compulsório dos bancos comerciais foi elevado de 24 para 28%, completando o pacote de medidas restritivas na área monetária.

[172] Ver *Plano Trienal 1963-1965*, Presidência da República, 1963.

[173] Ver A. Lara Rezende, *op. cit.*, do qual reproduzimos os parágrafos a seguir.

A aceleração da inflação, por um lado, e o controle do crédito, por outro, resultaram num severo aperto de liquidez real na economia. Uma redução na liquidez real da economia, e especialmente na disponibilidade de crédito para o setor privado, em 1963, que não foi igualada em toda a década de 60, ainda que considerando os primeiros anos do programa de estabilização dos Governos militares pós-64.

Uma das possíveis causas que levaram um crítico das políticas monetaristas de combate à inflação, como Furtado, a reduzir tão brutalmente a liquidez real da economia parece ter sido a urgência que a situação do balanço de pagamentos e da dívida externa impunha na obtenção dos resultados no *front* interno. Destes resultados dependia a sorte das negociações com fontes privadas e oficiais dos EUA, assim como com o FMI, iniciadas em janeiro de 1963. A dívida externa atingira 3 bilhões de dólares em 1962, da qual 19,6% dos juros e amortizações deveriam ser pagos em 1963. Os investimentos diretos, assim como empréstimos e financiamentos, tinham-se reduzido em aproximadamente 40% em relação aos valores de 1961.

No segundo trimestre de 1963, Furtado se desliga do Ministério. Santiago Dantas parte para negociações em Washington, mantendo a política monetária restritiva do primeiro trimestre. Dantas retorna após conseguir levantar 400 milhões de dólares, dos quais apenas pequena parcela seria liberada imediatamente. O restante ficaria condicionado à implementação de uma série de medidas de política econômica. Estas medidas incluíam controle de crédito, limitação do aumento salarial do funcionalismo público, redução do déficit fiscal e outras que deveriam "sanear" as finanças do país.

No segundo trimestre de 1963, o Plano Trienal tinha perdido qualquer vestígio de apoio do setor privado. A Confederação Nacional da Indústria, em nota da Diretoria, acusava o Plano de ter-se tornado "um simples programa de estabilização" e ia adiante ao afirmar que "o volume de crédito deveria crescer em linha com o nível geral de preços... Em todos os setores da indústria se observam queda catastrófica nas vendas, aumento anormal de estoques, drástica redução das encomendas, início de desemprego, para não mencionar a completa paralisia das atividades de investimento... o problema mais sério à frente é como promover a recuperação da economia. Santiago Dantas, enfraquecido pelo caráter contingente dos créditos externos obtidos, deixou o Ministério, onde foi substituído por Carvalho Pinto, o que ainda significava uma tentativa de conti-

nuação da política econômica restritiva do Plano Trienal. Carvalho Pinto assumiu o Ministério da Fazenda com um discurso que prometia tenacidade no combate à inflação.

A oposição à estabilização do Plano Trienal era de tal ordem, contudo, que Carvalho Pinto deixou o Ministério meses depois, sendo substituído por um desconhecido burocrata do Banco do Brasil, sem qualquer força política para implementar uma política que não fosse puramente passiva.

A reviravolta na política econômica não agradou as fontes de financiamento externo diante do não-cumprimento de exigências de políticas econômicas. Os EUA bloquearam os fundos compensatórios negociados por Santiago Dantas. O Fundo Monetário decidiu reduzir de 100 para 60 milhões de dólares o empréstimo concedido. Apesar de uma melhora nas transações correntes, devida aos controles de importações mais severas, à recessão e à alta nos preços do café, o balanço de pagamentos fechou com um déficit de 244 milhões de dólares. Os 250 milhões de dólares da conta de empréstimos e financiamentos representaram o nível mais baixo nesta conta desde 1956. Os investimentos diretos caíram de 108 milhões de dólares em 1961 para 30 milhões de dólares. O financiamento do déficit do balanço de pagamentos foi parcialmente feito através da perda das reservas em ouro, que se reduziram em 75 milhões de dólares, mas foi necessário recorrer também a empréstimos de curto prazo contratados com bancos privados. Contratados em termos desfavoráveis, tais empréstimos deterioraram o perfil da dívida. O montante dos juros e amortizações devidos em 1964 passou a ser de 728 milhões de dólares, representando aproximadamente 50% da receita estimada de exportações.

A crescente tensão social e política observada em 1963 não constituía ambiente propício para lidar com uma situação estrutural e conjuntural que produziu, simultaneamente, uma grave crise de balanço de pagamentos, uma taxa negativa de crescimento real *per capita* e uma inflação de mais de 80%. O clima de polarização tornou progressivamente problemáticas as soluções de compromisso que historicamente caracterizaram as ações das elites brasileiras levando à relativa paralisia observada em fins de 1963 e início de 1964. Como notou Weffort: "Quanto mais fortes as dificuldades de composição entre os grupos politicamente dominantes e, portanto, quanto mais se desenvolve em cada grupo o anseio por golpes palacianos, mais claro se torna que os golpes já não possuem condições de sucesso duradouro se não têm cobertura popular organizada ou, alternati-

vamente, se não são capazes de alijar implacavelmente a massa popular do processo político".[174] Deste ponto de vista, o ano de 1964, ano em que termina este ensaio, é um marco crucial na história política recente do Brasil.

7. OBSERVAÇÃO FINAL: O PERÍODO 1945-1964 EM PERSPECTIVA HISTÓRICA

Que sentido interpretativo geral é possível extrair deste longo relato sobre a política econômica externa e as relações internacionais do Brasil do imediato pós-guerra à intervenção militar de 1964?

A lição talvez fundamental parece ser a de que é impossível desvincular as relações econômicas internacionais ou a política externa do Brasil das bases sociais e políticas de sustentação do Estado brasileiro e das significativas transformações que experimentaram a estrutura produtiva e as relações sociais de produção no período. Os elementos de continuidade e de ruptura na política externa brasileira não são inteligíveis senão a partir de uma compreensão dessas transformações – e de sua relação com um sistema mundial e com um subsistema regional que configuram, aquele, os parâmetros, e este, a área de manobra privilegiada pela política externa do Brasil.

As buscas de autonomia relativa na dependência do final dos anos 30, as tentativas frustradas de estabelecimento de uma "relação especial" com os EUA na segunda metade dos anos 40, o nacional-populismo do segundo Governo Vargas, as pretensões de obtenção de capitais públicos via articulação interamericana do Governo Kubitschek e a "Política Externa Independente" do período Quadros-Goulart constituem, do ponto de vista cronológico, "fases" das relações internacionais e da política externa brasileira.[175]

---

[174] F. Weffort, *op. cit.* Neste ensaio, Weffort nota com propriedade que: "Em todas as crises desde 1945, a intervenção do povo apareceu como possibilidade, mas o jogo dos parceiros reais consistiu em avaliar tacitamente a importância desta intervenção e em blefar sobre este cálculo. Ainda nos debates de 1963 sobre as reformas de base, por exemplo, todos – mesmo os mais radicais – se comportavam como se esperassem encontrar uma 'fórmula' que tornasse desnecessária aquela participação. Em país algum ter-se-á observado uma tão ansiosa busca de compromisso."

[175] Assim como, pós-1964, também constituem fases ainda por analisar adequadamente a concepção de geopolítica que marcou o Governo Castelo Branco e o pragmático neonacionalismo em gestação desde o final dos anos 60, cuja recusa explícita, após 1974, ao "alinhamento automático" com os EUA nada tem a ver com o nacional-populismo do início dos anos 50, nem tampouco com o nacional-populismo independentista dos anos 60.

Essas "fases", porém, foram menos "decisões" de diferentes Presidentes e respectivas equipes de Governo que possibilidades ou sugestões emergindo da configuração de forças internas que sustentaram (ou não sustentaram, como nos casos de Vargas e Goulart) cada um destes Governos, bem como das possibilidades ou impossibilidades associadas, por um lado, ao nível e à forma de desenvolvimento das forças produtivas internas, e, por outro, à situação internacional em mutação, particularmente no que se refere à postura norte-americana, *vis-à-vis* a América Latina.

Com efeito, a análise do período 1945-1964 ressalta o papel crucial que assumiram as relações do Brasil com os EUA no âmbito do subsistema interamericano, bem como no contexto da bipolaridade que marcou o sistema mundial de poder no pós-guerra. Essa bipolaridade e a participação no sistema internacional, contudo, só tiveram alguma fugidia importância para o Brasil durante o breve período da Política Externa Independente. Antes, o Brasil atuaria única e exclusivamente dentro do subsistema regional interamericano, a cuja órbita retornaria, temporariamente, após a intervenção militar de 1964, aceitando a definição de segurança tal como caracterizada pelos EUA e contra a qual se haviam batido, sem sucesso, tanto os Governos Vargas e Kubitschek no âmbito do sistema interamericano quanto os Governos Quadros e Goulart, na tentativa de, atuando no âmbito do sistema internacional, conseguir certa autonomia dentro do sistema regional, marcado pela presença hegemônica dos EUA.

Considerado em perspectiva histórica, o período 1945-1964 é pleno de ensinamentos sobre os elementos de continuidade e de ruptura na política externa e nas relações internacionais do Brasil. Há, por certo, uma tradição de continuidade na política de longo prazo da diplomacia brasileira que remonta a Rio Branco, expressa na busca de autonomia relativa para o Brasil no quadro de uma realidade de Poder mundial e regional que geralmente são parâmetros gerais com os quais se defronta o país. As possibilidades e as formas concretas de encontro com tal desejo de autonomia relativa – além do quadro externo – têm uma passagem crucial pelo sistema político interno e pelo estágio e forma de desenvolvimento das forças produtivas no país.

Do ponto de vista do sistema político interno, o fenômeno político crucial para o entendimento dos elementos de descontinuidade nas relações internacionais do Brasil, no período 1945-1964, é a emergência das classes populares, a partir da segunda metade dos anos 40, no quadro de uma democracia eleitoral que permitiu os experimentos de Vargas, Kubitschek, Quadros e Goulart. É sintomático que a oposição interna ao

nacional-populismo de Vargas, Quadros e Goulart, em última análise vitoriosa em 1964, tenha centrado boa parte de suas críticas a aspectos de política externa deste Governo. É sintomático o Governo Kubitschek não ter experimentado este tipo de crítica, apesar de apoiado na mesma aliança partidária que havia tentado sustentar Vargas e que tentaria, anos mais tarde, sustentar o Governo Goulart.

A razão parece residir no fato de que, mirado em perspectiva histórica e estritamente do ponto de vista econômico-estrutural, 1964 representou muito menos uma descontinuidade e muito mais a ampliação das possibilidades do desenvolvimento-associado que Kubitschek havia explorado na segunda metade dos anos 50, agora sem as pressões eleitorais do nacional-populismo que o movimento militar de 1964 colocaria em prolongada quarentena. As relações internacionais do Brasil pós-64 não deixariam de refletir este fato.

CAPÍTULO III

O DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA (1930-1970)

1. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

A maioria dos estudos sobre o desenvolvimento recente da economia brasileira identificou na industrialização do país o seu principal fator dinâmico, relegando a um segundo plano o papel nele desempenhado pelas transformações do setor agropecuário. Essa maneira de ver as coisas baseia-se, via de regra, em evidências quantificadas ou quantificáveis, reveladoras de um maior dinamismo dos setores urbanos e industriais da economia nacional e/ou de um menor ritmo de expansão das atividades do setor agropecuário. Embora não sejam suscetíveis de contestação, tais evidências não se impõem por si mesmas, precisando ser interpretadas dentro de uma perspectiva ampla e consistente.

A ocorrência generalizada de tais evidências tem sido sintetizada através da chamada "lei do declínio secular" da participação do setor agropecuário no emprego da força de trabalho e/ou no valor do produto e da renda nacionais. Segundo alguns, essa "lei" constitui "uma das generalizações empíricas mais firmemente estabelecidas nas ciências econômicas" (Johnston, 1970, pp. 369/370). É possível que seja assim. Ao mesmo tempo, todavia, a "lei" em questão não deixa de envolver algumas restrições. Uma dessas advém do fato, dificilmente contestável, de que o referido declínio não se processa indefinidamente. Mais cedo ou mais tarde, ele acaba atingindo um limite – tanto em termos absolutos como em termos relativos; ele pode inclusive reverter para um aumento, embora pequeno, das taxas de participação percentual do setor agropecuário –, algo que parece ter ocorrido no Brasil durante a década de 1970. Outra restrição, mais significativa do que a anterior, reside no sentido diverso que esse declínio assume nas economias desenvolvidas e subdesenvolvidas. Na ver-

dade, a "lei do declínio secular" não passa de um artifício descritivo *ex post,* ou de uma hipótese de trabalho sem muito conteúdo. Do ponto de vista analítico, ela serve apenas para descrever e comparar entre si o crescimento dos vários setores da economia, nunca chegando a determinar as causas das diferenças observadas e/ou a permitir quaisquer inferências acerca das características do processo de desenvolvimento.

Este, como é sabido, não se resume ao simples crescimento da economia; trata-se de um processo de transformação, histórico e estrutural, da economia e da sociedade (Singer, 1968, p. 9). Por sua vez, a contribuição do setor agropecuário ao desenvolvimento econômico de um país ou de uma região não pode ser aferida adequadamente apenas com base nas suas taxas de crescimento, tomadas em si ou em relação às dos demais setores (Ihrig, 1973, p. 141). Particularmente nas economias subdesenvolvidas em vias de industrialização, essas taxas dificilmente atingem os mesmos níveis de outros setores e/ou do conjunto da economia. Isso não impede, entretanto, que o setor agropecuário tenha nelas um desempenho perfeitamente "normal" e "satisfatório". Na verdade, muitas vezes não é necessário nem desejável que as taxas de crescimento do setor agropecuário sejam muito elevadas. Devido a seu maior tamanho relativo no início do processo de desenvolvimento – dentro da economia como um todo ou em face dos demais setores, muitas vezes ainda incipientes –, é perfeitamente "natural" e "saudável" que ele cresça menos depressa do que estes. Para serem "satisfatórias", as taxas de crescimento do produto agropecuário devem ser compatíveis não ao crescimento do produto dos demais setores ou da economia como um todo, mas às taxas de crescimento da demanda efetiva por parte de seus mercados. Isto é, ao aumento da população – especialmente da população urbana – e da sua renda, de um lado, e da capacidade produtiva dos vários ramos industriais que consomem os seus produtos, do outro. Qualquer crescimento acima dessas taxas pode acarretar, e na prática tem acarretado, problemas de superprodução para o setor agropecuário – exceto nos casos, pouco comuns, em que existe uma demanda externa não-satisfeita e em permanente expansão para o(s) seu(s) produto(s). De modo geral, os principais mercados do setor agropecuário estão dentro do país em que ele se situa; os mercados internacionais de produtos agropecuários, além de apresentarem baixas taxas de expansão a longo prazo, estão sujeitos a grandes flutuações na oferta e nos preços. A tendência secular destes últimos tem sido declinante, sobretudo em termos relativos, e isso tem constituído mais uma razão para o lento crescimento do setor.

Muito mais importantes do que as taxas de crescimento do setor agropecuário são as transferências e as vinculações que dele se originam em direção aos demais setores da economia. Ou seja, as transferências e vinculações que refletem o desdobramento e o aprofundamento da divisão social do trabalho. As transferências intersetoriais – que se materializam em termos de oferta – compreendem não apenas os excedentes do setor agropecuário, sob a forma de produtos e/ou de forças produtivas, mas também várias de suas funções ou atividades produtivas. Por sua vez, as vinculações intersetoriais – que se traduzem em termos de demanda – abrangem todas as atividades complementares às do setor agropecuário, que não se originaram nem se desenvolveram neste, mas que foram induzidas por sua existência e por seu desenvolvimento.[1]

As transferências intersetoriais de produtos e de forças produtivas constituem fenômenos bastante conhecidos e já aceitos por todos; as transferências de funções ou de atividades produtivas, contudo, nem sempre são levadas na devida conta. Trata-se, entretanto, de uma das características mais importantes do processo de desenvolvimento. Isso porque elas resultam, em última análise, da diferenciação, da especialização e do reagrupamento setorial das atividades produtivas dentro da economia. É com base nelas que se vão estabelecendo, formalmente fora do setor agropecuário, numerosos ramos de atividades antes inexistentes ou pouco desenvolvidos, os quais passam a adicionar valor aos produtos agropecuários. Disso resultam, entre outros efeitos, uma crescente especialização do setor agropecuário e um aprofundamento de sua divisão do trabalho com os demais setores. Esses dois processos vinculam-se ao progresso técnico, em cujo contexto as duas modalidades de transferências intersetoriais não só se encontram, mas até acabam interagindo (Ihrig, 1973, p. 148).

No caso específico do Brasil, as transferências de funções produtivas decorrem da diferenciação, da especialização e do reagrupamento das atividades inerentes, ou diretamente vinculadas, à produção agropecuária – atividades essas que vão se separando umas das outras e passando, em vários casos, a integrar formalmente outros setores (ou conjuntos de atividades) da economia nacional. Elas configuram a transição da chamada "economia natural" para a "economia de mercado" – transição por meio da qual o

[1] A capacidade do setor agropecuário de determinar o processo e o padrão de desenvolvimento extra-setorial tem sido reconhecida e realçada até por autores que postulam o caráter subordinado e atrasado do capitalismo agrário no país. Veja-se a esse respeito Fernandes (1972), especialmente as pp. 180 e 188-192.

"complexo rural", relativamente fechado e auto-suficiente, é substituído por um setor agropecuário especializado e mercantilizado.[2] No setor agropecuário do país, a primeira dessas modalidades (economia natural) predominou até o terceiro quartel do século passado nas grandes propriedades escravocratas (Paim, 1957) e até bem mais recentemente em muitas áreas de pequena produção familiar baseada no trabalho livre (Cândido, 1964).[3]

Embora formalmente transferidas para outros setores, como a indústria e os serviços, as atividades anteriormente desenvolvidas no setor agropecuário continuam funcional e primordialmente vinculadas a este e, de modo mais específico, à produção agropecuária (Ihrig, 1973, p. 159). O mesmo se dá com algumas outras atividades surgidas "independentemente" nos demais setores – seja para fornecer determinados bens e serviços, exclusiva ou predominantemente consumidos pelo setor agropecuário, seja para comercializar e/ou transformar industrialmente os produtos do mesmo. As aspas que figuram na frase anterior servem para indicar que, na realidade, o estabelecimento dessas atividades complementares quase nunca constitui um processo verdadeiramente autônomo. Inclusive, quando se trata de desdobramentos da industrialização substitutiva de importações e/ou da modernização da infra-estrutura de comercialização, ele sempre tem por contrapartida um desenvolvimento – real ou potencial – do setor agropecuário. Nunca é demais ressaltar que a substituição de importações pela produção nacional sempre tem muito a ver com esse desenvolvimento – de forma direta, quando o setor agropecuário participa ativamente do processo, ou de modo indireto, na medida em que propicia algumas condições essenciais à sua concretização, tais como a garantia de mercados para os bens e serviços que passam a ser produzidos internamente e/ou o fornecimento de divisas via exportação dos seus excedentes. Mas, o mais importante em tudo isso é destacar que tanto as transferências como as vinculações intersetoriais do setor agropecuário vão se traduzindo num constante aprofundamento e numa crescente complexidade da divisão do trabalho na economia nacional – em termos setoriais, regionais e sociais.

---

[2] Essa transição foi muito bem estudada por Lopes (1968), especialmente no que se refere ao gradativo desaparecimento do artesanato rural e sua progressiva substituição pelos vários ramos do setor industrial.

[3] Até o início da década de 1940, um economista estrangeiro podia fazer a seguinte constatação: "No Estado de São Paulo, coração da área industrial, a indústria ainda se acotovela com uma sociedade agrícola relativamente primitiva. Embora as grandes propriedades já não produzam tudo o que consomem, seus trabalhadores recebem ainda um mínimo apenas indispensável à compra de utilidades (mercadorias?), e as relações entre patrão e empregado mostram ainda traços da autoridade e do patriarcalismo (...) desenvolvidos sob o sistema escravocrata." (Edwards, 1942, p. 94.)

Todas essas constatações acabam suscitando a necessidade de uma *visão sistêmica* do setor agropecuário – ou seja, de uma perspectiva mais ampla do que a propiciada pelos esquemas de análise disponíveis. Por meio de tal perspectiva, o setor agropecuário é encarado não como um compartimento mais ou menos estanque e autônomo da economia nacional, como um conjunto de atividades econômicas relativamente diferenciadas, mas, pelo contrário, como um *sistema* aberto e integrado às atividades dos demais setores da economia.[4] O setor agropecuário, portanto, é definido aqui como algo mais amplo, mais complexo e mais heterogêneo do que o setor agrário, ou rural, da economia e da sociedade, ou do que o setor primário convencional. Trata-se da parte de um todo, de uma parte vinculada às demais por relações de interdependência.[5] No caso específico do Brasil contemporâneo, trata-se de um sistema produtivo que se desenvolve no contexto de uma economia capitalista e dependente (isto é, subordinada aos interesses dos grandes oligopólios multinacionais).

No presente esquema de análise, já formulado em trabalhos anteriores (Szmrecsányi, 1977), *a produção agropecuária constitui apenas um subsistema,* que se vincula funcionalmente a quatro outros, cujas atividades costumam ser incluídas habitualmente nos setores industrial e de serviços. Trata-se, respectivamente, dos subsistemas: (a) das atividades de suporte institucional (crédito, assistência técnica, pesquisa, treinamento); (b) de fornecimento de insumos extra-setoriais (máquinas e implementos; fertilizantes, defensivos etc.); (c) dos canais de comercialização (intermediários de vários tipos e cooperativas); e (d) das unidades de transformação industrial dos produtos agropecuários (agroindústria em geral). É o desempenho de todo esse sistema, vale dizer, do conjunto dos cinco subsistemas ora mencionados, que deve ser levado em conta na avaliação do

---

[4] Algo semelhante já fora assinalado antes por Ianni (1973), p. 186: "Os setores industrial e agrário não são estanques. Ao contrário, no âmbito das forças produtivas... eles são complementares e interdependentes. Na verdade, essas relações de complementaridade e interdependência tendem a desenvolver-se e aprofundar-se." E também por Silva (1976), p. 81: "O conhecimento da industrialização no Brasil... deve estar, explícita ou implicitamente, apoiado na análise das relações entre café e indústria. *E a análise correta dessas relações é impossível, se considerarmos café e indústria como elementos opostos. É indispensável reunir café e indústria como partes da acumulação de capital no Brasil...*" (os grifos são do autor). Ver sobre a mesma temática os trabalhos de Cardoso de Mello (1975), Cano (1975), Fernandes (1975) e Martins (1977).

[5] "Os estudos setoriais que não levam em conta esta interdependência tendem a assumir um caráter microeconômico impróprio e insuficiente para a análise do processo de desenvolvimento" (Ihrig, 1973, pp. 139-140). Quanto às limitações do uso indiscriminado dos modelos de desagregação setorial, ver Oliveira (1975), pp. 23-24.

papel do setor agropecuário no desenvolvimento econômico, e não apenas o comportamento do subsistema de produção agropecuária *strictu sensu*. Dentro desta perspectiva mais abrangente do setor agropecuário, o subsistema de produção pode inclusive estar perdendo participação relativa em face dos demais subsistemas e/ou com referência a outros setores da economia. Isso, contudo, em nada diminui a sua estratégica importância no desenvolvimento – seja do setor, seja da economia como um todo.

Essa visão mais integrada da realidade permite observar em toda sua plenitude as relações de mútua dependência que existem entre as atividades do setor agropecuário, de um lado, e as dos demais setores e também as do Estado do outro.[6] A estruturação e a diferenciação do setor agropecuário através do tempo são condicionadas por essas inter-relações e também exercem uma influência sobre elas. Assim, da mesma forma que a industrialização do Brasil não pode ser explicada independentemente do desenvolvimento de seu setor agropecuário, a configuração deste nos termos do esquema aqui proposto (de um sistema aberto e complexo) vincula-se necessariamente a determinado estágio de desenvolvimento industrial. Uma interdependência[7] similar pode ser constatada no âmbito das atividades comerciais e financeiras vinculadas à produção agropecuária, bem como no âmbito das políticas governamentais voltadas para o desenvolvimento do setor. Essa característica se tornou tão acentuada que, em nossos dias, "já não é mais possível atribuir qualquer parcela quantificável do crescimento econômico exclusivamente a um ou outro setor; o crescimento só pode ser medido em termos do produto nacional como um todo" (Ihrig, 1973, p. 143).

---

[6] É devido a isso que ela se torna preferível, não apenas em relação ao esquema convencional dos três setores (primário, secundário e terciário) desenvolvido por Colin Clark e outros, mas também em relação a perspectivas formalmente mais flexíveis e analiticamente mais fecundas – como a de Paul Singer, que, em vários de seus trabalhos, tem distinguido, nas economias subdesenvolvidas, os setores de mercado externo (SME), de subsistência (SS) e de mercado interno (SMI). Desse autor, entretanto, cabe conservar a noção de que o Estado não constitui uma entidade abstrata e acima da sociedade, mas sim uma instituição que "reflete os interesses da classe dominante", bem como a "correlação de forças entre os diferentes grupos da classe dominante" (Singer, 1968, p. 15).

[7] Nunca é demais insistir no uso desta palavra. Se é verdade que as transformações da produção agropecuária são induzidas pela industrialização, não é menos certo que esta só consegue alastrar-se ao setor agropecuário quando o mesmo efetivamente se torna capaz de absorver os produtos do setor industrial. Essa capacidade de absorção decorre não apenas dos preços relativos dos produtos agropecuários, mas também – e talvez principalmente – da tecnologia adotada no setor, a qual, por sua vez, sempre se vincula a determinadas relações de produção e distribuição. Cf. Ihrig (1973), pp. 143-144.

Sem deixar de levar em conta todas essas inter-relações, o presente capítulo limita-se ao exame do desenvolvimento recente do subsistema de produção agropecuária do Brasil. Tal procedimento encontra sua justificativa não apenas em termos do espaço disponível, mas também pelo fato da produção agropecuária constituir o núcleo do sistema, o componente fundamental do setor – qualquer que seja a sua participação relativa no conjunto. Na verdade, os demais subsistemas mencionados há pouco só existem e se desenvolvem em função da produção agropecuária, sempre sendo diretamente afetados por sua evolução. É por isso que o desenvolvimento da produção agropecuária pode, até certo ponto, ser estudado independentemente da evolução dos demais subsistemas. Convém realçar, entretanto, que se trata de uma autonomia extremamente relativa, particularmente a médio e longo prazos. Isso porque, através das já mencionadas transferências de excedentes (de produtos e forças produtivas) e de funções ou atividades produtivas, o subsistema de produção agropecuária interage continuamente com os demais subsistemas do setor e, por meio desses, com os outros setores da economia.

O período a que se refere esta análise compreende as décadas durante as quais se deram no país o estabelecimento e a consolidação de um novo padrão de acumulação, crescentemente baseado nos setores urbanos e industriais da economia, e cada vez mais voltado para as atividades de um mercado interno em franca expansão. Até o final dos anos 20, a economia brasileira fora, como se sabe, predominantemente rural e correspondia *grosso modo* ao chamado modelo "primário-exportador", no qual o setor agropecuário constituía o segmento dominante. Nas décadas subseqüentes à grande crise de 1929-30, ela evoluiu para uma economia urbanizada e industrializada, na qual o setor agropecuário deixou de constituir o segmento dominante, nada perdendo todavia de sua importância em termos absolutos, no que se refere à geração de renda, de empregos e de divisas. Essa evolução, já descrita por inúmeros autores, girou em torno de uma industrialização voltada para a substituição de importações e de uma urbanização em boa parte ensejada e acelerada pela intensificação do êxodo rural.[8] O referido padrão de acumulação se manteve praticamente inalterado até o final da década de 1960, quando a economia brasileira, já

[8] É claro que tanto a industrialização como a urbanização no Brasil não tiveram início, mas apenas se acentuaram, a partir da década de 1930. Trata-se de processos anteriormente induzidos pela intensidade do crescimento das atividades agroexportadoras, notadamente a partir de meados do século passado. No período de 1930 a 1970 houve, entretanto, uma crescente concentração espacial da indústria e uma difusão do processo de urbanização por todo o território nacional.

a partir de outro nível de desenvolvimento voltou a crescer "para fora", intensificando sua participação na divisão internacional do trabalho mediante um substancial aumento de suas exportações.[9]

Como seria de esperar, esses processos se refletiram no desenvolvimento da produção agropecuária, a qual, por volta de 1930 (e em vários casos até antes),[10] passou a redefinir suas relações com o "resto do mundo", primeiro em função dos efeitos da crise cafeeira e da Grande Depressão sobre a demanda e os preços do comércio internacional, e depois em função dos novos vínculos que foi assumindo no mercado interno com os setores urbanos e industriais emergentes.[11] No início, esses vínculos se estabeleceram apenas da agricultura para a indústria, cujos mercados se localizavam predominantemente nas cidades; foi só a partir da década de 1950 que o setor agropecuário passou, por sua vez, a constituir um importante mercado para os produtos industrializados no país – primeiro apenas para os bens de consumo e, depois, também para os de produção. Estes, no começo, eram todos importados, mas, a partir da década de 1960, passaram também a ser produzidos no país. Em outras palavras, foi durante o período aqui analisado que se completou a integração dos setores agropecuário e industrial da economia brasileira. Trata-se de um processo da maior importância para o desenvolvimento de ambos, inclusive porque ele se deu em âmbito nacional, e não apenas no regional.

A redefinição das relações do setor agropecuário do país com o "resto do mundo" não foi fácil nem imediata, e tampouco se deu de forma espontânea e contínua. Na verdade, ela foi sendo induzida aos poucos e de forma algo desordenada por diversos estímulos extra-setoriais (crises econômicas no mercado externo, políticas governamentais protecionistas etc.) – estímulos esses freqüentemente de caráter assistemático e descontínuo. Isso explica por que o processo em questão só adquiriu maior consistência e profundidade a partir da década de 1950, quando a industrialização começou a acelerar-se em novas bases. Desse modo, pode-se dividir o período aqui estudado em duas fases distintas: uma primeira de transição

---

[9] As conseqüências setoriais e regionais da alternância entre o incremento das exportações e a expansão das atividades substitutivas de importações foram bem analisadas por Rangel (1968) e Singer (1968).

[10] Vejam-se a respeito Prado Jr. (1945), pp. 288 e segs.; Villela & Suzigan (1973), pp. 58 e segs.; e Cano (1975), pp. 43-73.

[11] A respeito desta transição, ver a clássica análise de Furtado (1959), caps. XXXII e segs. e também Villela & Suzigan (1973), caps. I, VI e VII. Não é demais ressaltar mais uma vez que a industrialização no Brasil teve início bem antes da década de 1930 – algo que já foi comprovado por numerosos autores.

da economia primário-exportadora para a economia urbana e industrial – fase que abrange basicamente as décadas de 1930 e 1940 – e uma segunda que corresponde à industrialização e urbanização aceleradas das décadas de 1950 e 1960, durante a qual se verificou uma crescente subordinação do setor agropecuário ao setor industrial.[12]

Essa subordinação praticamente inverteu a situação que prevalecia antes de 1930, quando "os industriais das áreas dominantes" constituíam "um setor a um tempo significativo e subordinado".[13] Tal inversão pode ser atribuída em boa parte à mudança que ocorreu no processo de industrialização, o qual, antes da década de 1930, parece ter sido predominantemente promovido por pequenos e médios capitais de empresários nacionais, passando a realizar-se, principalmente a partir da década de 1950, cada vez mais sob a égide do grande capital das empresas multinacionais. Outro fator que certamente deve ter influído no mesmo sentido reside na política governamental, que, durante a primeira fase, esteve basicamente voltada para a sustentação dos interesses agrários afetados pelas conseqüências da Grande Depressão e, já na segunda, passou a se concentrar crescentemente no apoio à industrialização.[14]

As transformações que esse desenvolvimento do setor industrial ocasionou no setor agropecuário não se deram de modo uniforme e simultâneo em todo o país. Elas ocorreram antes e foram inicialmente mais intensas nas áreas diretamente vinculadas aos principais pólos de expansão urbana e industrial. Este foi o caso, notadamente, do Estado de São Paulo e de algumas áreas circunvizinhas – como o Triângulo Mineiro, o sul de Goiás e Mato Grosso, e o norte do Paraná. Em outras regiões do país, essas transformações ocorreram mais tarde, foram mais demoradas, e/ou vieram a assumir um caráter algo diverso. E, o que é muito importante, tal diversidade de situações contribuiu para consolidar uma divisão regional do trabalho, cuja gênese e desenvolvimento inicial se deram antes do período em pauta.[15]

---

[12] Essas duas fases foram denominadas por alguns autores de "industrialização restringida" e de "industrialização pesada". Cf. Tavares (1974), Cardoso de Mello (1975) e Cano (1975, 1978).

[13] Cf. Fausto (1970), p. 46; ver também a este respeito Carone (1974), pp. 82-84, e Silva (1976), pp. 100-104.

[14] Ver, a respeito da primeira fase, os trabalhos de Fishlow (1972) e de Villela & Suzigan (1973) e, sobre a segunda, os de Lessa (1964), Tavares (1972) e Singer (1976).

[15] Cf. Wythe (1955); Furtado (1959), cap. XXXVI; Lopes (1968); Rangel (1968); Nicholls (1969); Fausto (1970); Cano (1975, 1978); e Silva (1976).

Cumpre salientar neste ponto que toda essa reestruturação da economia brasileira não significou – como muitos pensam – o "começo do fim" da importância do setor agropecuário. Ao contrário do que querem fazer crer os adeptos da chamada "lei do declínio secular da agricultura", a importância do setor não só se manteve inalterada, como até aumentou sob vários aspectos. O que mudou através do tempo foram principalmente as suas funções produtivas. Em vez de estar voltado somente para as exportações, para o autoconsumo da população rural e para o abastecimento de uns poucos e pequenos núcleos urbanos, o setor agropecuário – sem deixar de alimentar sua força de trabalho e a das cidades, e sem deixar de exportar seus excedentes –, passou a atender uma crescente demanda interna por parte de numerosas cidades em rápida expansão e de um setor industrial cada vez mais amplo e diversificado, primordialmente voltado para a transformação dos seus produtos.

Dentro deste contexto, a produção agropecuária do país teve um comportamento dos mais dinâmicos durante o período em questão.[16] Pode-se dizer até que, sem esse dinamismo, o novo padrão de acumulação não teria assumido as proporções e a intensidade que chegou a alcançar nas décadas de 1930 a 1970. Ou seja, sem o desempenho satisfatório das atividades produtivas do setor agropecuário, tanto a industrialização como a urbanização não teriam sido possíveis nos moldes em que se deram. Na verdade, foram em boa parte as transformações do subsistema de produção agropecuária que condicionaram o ritmo e o caráter desses dois processos.

Nunca é demais acrescentar que a recíproca também foi verdadeira. Ou seja, que as referidas transformações foram, por sua vez, parcialmente engendradas e profundamente influenciadas pela urbanização e pela industrialização ocorridas no país durante as últimas décadas. Foi por meio desses processos que o setor agropecuário de Brasil deixou de ser apenas rural e exclusivamente agrário. Ao subsistema de produção – que constitui, como já se viu, o núcleo do setor –, foram se acrescentando os demais, quase sempre localizados nas áreas urbanas. E, com o passar do tempo, a própria produção agropecuária foi se industrializando.[17] Nem poderia ter sido de outra forma, já que – como se assinalou anteriormente

[16] Um dos autores que melhor ressaltou esse fato foi Castro (1969). Veja-se ainda a respeito Mendonça de Barros (1975) e Nicholls (1975).

[17] Esse é um processo que se acha bem caracterizado na tese de Graziano da Silva (1980). Ver também a respeito as colocações de Müller (1980).

– os setores agropecuário e industrial não constituem compartimentos estanques dentro da economia nacional.[18] Antes pelo contrário, trata-se de conjuntos de unidades e de atividades produtivas que fazem parte de, ou tendem a integrar-se em, uma mesma divisão social do trabalho. O desdobramento e o aprofundamento desta é que ocasionam e aceleram o desenvolvimento econômico.

A interdependência dos setores, que, mais uma vez, acaba de ser realçada, manifestou-se concretamente de várias maneiras e com graus diversos de intensidade, através de processos como: a ampliação dos mercados internos de gêneros alimentícios e de matérias-primas de origem vegetal e animal; a expansão da fronteira agrícola e a multiplicação dos estabelecimentos agropecuários; o aumento e a diversificação do produto setorial; a substituição de culturas e atividades estagnadas por outras mais dinâmicas e rentáveis; e, *last but not least*, a transformação das relações de trabalho e de produção.

Nem todos esses processos se acham quantificados nas estatísticas disponíveis. No campo da produção, por exemplo, essas estatísticas muitas vezes não registram a expansão das atividades de subsistência, apenas parcialmente voltadas para o atendimento do mercado e, portanto, apenas parcialmente contabilizadas nos dados de quantidades. Ao mesmo tempo, o sistema de preços administrados pelo grande capital ou pelo poder público, para a ampliação da receita de divisas e/ou para reduzir os custos da produção industrial, tende freqüentemente a distorcer para baixo os índices de valor da produção agropecuária.[19] Tanto é assim que, se, em vez dos valores monetários, fossem utilizadas quantidades físicas para aferir a evolução do produto dos vários setores, muito provavelmente a comparação entre os ritmos de crescimento do setor industrial e do setor agropecuário apresentaria resultados bem diferentes dos que ora estão disponíveis. Nunca é demais realçar que a chamada "relação de trocas" entre esses dois setores geralmente favorece o primeiro – seja devido ao maior vulto e ao maior índice de centralização dos seus capitais (da qual resulta um maior grau de monopólio na formação dos preços dos

[18] Este ponto de vista é corroborado teoricamente por Oliveira (1975), pp. 19-20 e, dentro de uma perspectiva histórica, por Silva (1976), pp. 81 e 98-99.

[19] Este aspecto é realçado por Ihrig (1973), p. 147, segundo o qual "a elevação do nível de preços dos produtos agropecuários é, via de regra, mais lenta que a dos preços da indústria, enquanto que a produtividade do trabalho cresce mais depressa na agricultura do que em outros setores". Esta última constatação é retomada na penúltima parte do presente capítulo.

produtos industrializados), seja por causa da intervenção do Estado, que, via de regra, tende a proteger os interesses dos consumidores urbanos e do capital industrial.[20]

Por outro lado, deve-se notar que a produtividade do trabalho – isto é, a produção por trabalhador – aumentou bastante no setor durante o período considerado. Este é um fato muitas vezes relegado a um plano secundário, já que a maioria das análises do desenvolvimento do setor agropecuário limita-se a enfatizar a expansão da área cultivada (que realmente ocorreu) e a constante, ou até declinante, produtividade por área (uma tendência nem sempre evidente e que, de qualquer maneira, precisaria ser mais bem qualificada, tendo em vista a heterogeneidade dos solos e dos sistemas de cultivo). Na realidade, a produção física do setor agropecuário brasileiro não cessou de crescer nas décadas de 1930 a 1970, apesar da continuidade e da intensidade das migrações rural-urbanas, e não obstante o baixo incremento relativo da força de trabalho do setor.

A crescente produtividade do trabalho na agropecuária do país aumentou a disponibilidade dos produtos de origem vegetal e animal por habitante, possibilitando o abastecimento, em níveis relativamente satisfatórios, não apenas de uma população urbana cada vez mais numerosa (e, em alguns casos, cada vez mais rica), mas também de um crescente número de indústrias transformadoras de seus produtos. Isto pode ser constatado estatisticamente no período em pauta (mas não antes, nem depois), tanto pela virtual ausência de importações sistemáticas de produtos agropecuários (com as únicas exceções do trigo, da borracha e das frutas de clima temperado), como através da comparação entre a evolução dos preços internos desses produtos e a dos preços internos dos produtos industrializados e dos serviços.[21] Não se deve esquecer outrossim o contínuo atendimento da demanda dos mercados externos,[22] através do qual o

[20] Quando isso deixa de ocorrer – ou seja, nos casos em que há uma elevação dos preços relativos dos produtos agropecuários –, o sobrelucro daí decorrente costuma fluir para os bolsos dos intermediários (capital comercial) ou dos grandes proprietários de terras (sob a forma de renda).

[21] Sobre o ritmo e os efeitos do processo de urbanização durante o período, ver Lopes (1968). Uma boa análise comparativa dos preços dos produtos agropecuários e industriais pode ser encontrada em Paiva (1969), pp. 66 e segs., e em Paiva & outros (1973), pp. 37-43.

[22] Como assinala Castro (1969), p. 108, "o próprio comportamento do setor externo reflete a suficiência da oferta agrícola", pois, apesar do crescimento demográfico e da expansão da renda *per capita*, "não fomos obrigados a ampliar nossas importações... ou a comprimir nossas exportações..."

setor agropecuário tem sido capaz de gerar, até os dias atuais, a maior parte das divisas requeridas pela crescente urbanização e industrialização da economia brasileira.[23] O fato dessas divisas nem sempre terem sido geradas em quantidades suficientes, impondo limitações à capacidade de importar do país, deve ser imputado menos a uma falta de dinamismo da produção agropecuária do que às condições de oferta e de preços normalmente vigentes nos mercados internacionais de produtos agropecuários. Convém assinalar a esse respeito que os referidos mercados estiveram estagnados durante boa parte do período em pauta.[24]

2. CRESCIMENTO E DIVERSIFICAÇÃO DO PRODUTO SETORIAL

Apesar das restrições apresentadas há pouco, não é de todo desinteressante observar a evolução do produto real do setor agropecuário (entendido de acordo com a conceituação vigente nas Contas Nacionais), e compará-la à do produto dos demais setores da economia como um todo, e ainda com o crescimento da população e do produto *per capita*. Isto pode ser feito através do quadro I.1, o qual, além de abranger também uma década anterior ao período aqui considerado, tem como fase intermediária e divisória os anos da Segunda Guerra Mundial e do imediato pós-guerra.

O quadro indica que as taxas de crescimento anual do produto real do setor agropecuário têm sido sistematicamente menores do que as da

---

[23] Vale a pena lembrar, como ressalta Ihrig (1973), pp. 144-145, que a contribuição das exportações de produtos agropecuários deve ser medida não pelo excedente de divisas que elas geram, mas pelo volume de mercadorias estrangeiras que o referido excedente permite adquirir. No caso brasileiro, essa contribuição foi mais do que proporcional durante o período em pauta, devido à política de subsídio às importações de equipamentos e insumos industriais e de taxação ("confisco cambial") das exportações de produtos agropecuários. É verdade que as importações de fertilizantes, caminhões e tratores do setor agropecuário também foram beneficiadas por taxas cambiais favorecidas; mas o valor dessas importações foi muito menor do que o volume de recursos assim transferidos do setor agropecuário para o resto da economia brasileira, notadamente para o setor industrial. Ver a respeito as considerações de Castro (1969), pp. 134-135, de Nicholls (1969), p. 327 e (1975), pp. 51 e segs.

[24] Cf. Castro (1969), pp. 105-106, e Lewis (1969), pp. 8 e segs. A respeito da evolução do *quantum* das exportações brasileiras de produtos agropecuários durante o período, ver Paiva (1969), pp. 70-71 e tabelas anexas, Paiva & outros (1973), pp. 43-62, e Villela & Suzigan (1973), *passim*.

economia brasileira como um todo, e também do que as dos demais setores, com exceção das do setor Governo durante a fase da Segunda Guerra Mundial. Ao mesmo tempo, todavia, pode-se verificar que elas têm sido – também sistematicamente – superiores às taxas de crescimento da população do país, inclusive nos anos da guerra, quando a taxa de crescimento do produto agropecuário chegou a ser inferior à do produto *per capita.* Ao observar estes números, cumpre não esquecer que "a contribuição total do setor agropecuário pode ser maior do que o simples incremento do seu produto, já que certos aumentos em outros ramos de atividades podem ter sido obtidos apenas porque a produção agropecuária cresceu, ou porque o referido setor transferiu parte de suas forças produtivas para os demais" (Ihrig, 1973, pp. 140-141).

Especialmente digna de nota tem sido a diferença entre as taxas de crescimento do produto dos setores agropecuário e industrial. É importante realçar, porém, que, até 1956, o produto do primeiro foi maior que o do segundo, e que, nas décadas de 1930 e 1940 – quando mais se acentuaram as diferenças entre as taxas respectivas –, ele era substancialmente maior.[25] Não era de admirar, portanto, que o produto do setor industrial pudesse crescer a taxas bem maiores do que o do setor agropecuário. Pode-se contrapor a isso o fato de a vantagem do setor industrial ter sido bastante grande em todo o período aqui considerado. Mas, ao mesmo tempo, de acordo com a argumentação precedente, é possível questionar o significado dos índices ora apresentados sob dois pontos de vista, indagando: (1) até onde eles não resultam de uma relação de trocas e/ou de uma política de preços favoráveis ao setor industrial; e (2) até onde eles não escamoteiam certas transferências de funções ou atividades produtivas do setor agropecuário para o setor industrial – ou seja, até onde eles não resultam da crescente especialização do primeiro na produção agropecuária *stricto sensu* e do também crescente processamento de produtos agropecuários pelo segundo.

Com relação a este último aspecto, cabe lembrar mais uma vez que o desenvolvimento da economia conduz a um desdobramento e aprofundamento da divisão social do trabalho – processos que se materializam através de um decréscimo da produção de auto-subsistência e de uma expansão da produção destinada ao mercado. E também de que este último não é constituído unicamente pelos consumidores finais ou por intermediários

---

[25] Em 1955, o valor dos vinte principais produtos agrícolas, sem incluir a pecuária, ainda era superior ao valor de toda a produção industrial do país, tanto extrativa como de transformação, e quase um quarto desta última correspondia à produção das indústrias alimentares, diretamente vinculadas ao setor agropecuário. Cf. Bernardes (1961), p. 363.

comerciais, mas também, e cada vez mais, por estabelecimentos do setor industrial. Esse tipo de constatação, evidentemente, não pode ser alcançado através de dados sintéticos como os do produto real. Para tanto, torna-se necessário desagregá-lo em seus componentes, concentrando a atenção nas quantidades físicas, em vez dos valores monetários, a fim de abstrair os efeitos da relação de trocas intersetorial e/ou da política de preços do Governo, as quais tendem geralmente a ser desfavoráveis ao setor agropecuário.

Antes de passar a esse nível de análise, que abrange as séries estatísticas de quantidades físicas dos principais produtos agropecuários, convém examinar rapidamente um outro tipo de dados agregados. Trata-se dos indicadores demográfico-econômicos apresentados no quadro I.2, que mostra as taxas de participação dos vários setores na população economicamente ativa (PEA), assim como a relação entre eles e a população total (PT) do país. Como é sabido, a primeira compreende todas as pessoas diretamente engajadas no processo produtivo, enquanto que a segunda representa a totalidade dos consumidores.

Por meio deste quadro pode-se observar que:

(1) tem-se mantido mais ou menos constante a relação entre a população total e a população economicamente ativa, ambas crescendo a taxas basicamente similares;

(2) dentro da população economicamente ativa, o setor terciário é o que tem apresentado o maior e mais constante crescimento, seguido de longe pelos setores industrial e agropecuário;

(3) especialmente a partir de 1940, o crescimento da PEA no setor agropecuário tem sido mais lento que nos demais; devido a isso, as taxas de sua participação no conjunto têm diminuído através do tempo, ao contrário do que tem ocorrido com os outros dois setores, cujas taxas de participação têm aumentado;

(4) apesar disso, a participação relativa da PEA do setor agropecuário continuava sendo, até 1970, a maior de todas, e somente a partir daquele ano deixou de ser superior à soma das dos outros dois setores;

(5) até 1960, os acréscimos absolutos da PEA do setor agropecuário têm sido maiores que os dos outros dois;[26] a partir de 1970, o maior acréscimo absoluto passou a acontecer no setor de serviços.

---

[26] Este fato foi realçado por Castro (1969), p. 111. Vale a pena mencionar, além disso, que, principalmente a partir do Censo de 1950, há indícios de subenumeração da força de trabalho feminina do setor agropecuário, a qual, se fosse corrigida, resultaria em cifras maiores do que as disponíveis. Vejam-se a respeito Borges & Loeb (1957) e Madeira & Singer (1973).

A elevada participação do setor agropecuário na população economicamente ativa, bem maior do que a apresentada por ele em termos de produto real (ver as considerações relativas ao Quadro I.1), pode dar uma idéia de "baixa produtividade" e de "reduzido dinamismo". Essa impressão, porém, se desfaz a partir do momento em que se compara a evolução dos coeficientes de população total por pessoa ocupada de cada um dos três setores (ver as três últimas linhas do Quadro I.2) – ou seja, quando se compara a evolução do número de consumidores por produtor. Tais coeficientes são maiores para os setores industrial e de serviços do que para o setor agropecuário, mas a diferença está diminuindo e, o que é mais importante, os coeficientes do setor agropecuário são os únicos que têm apresentado uma tendência crescente, enquanto que os dos outros dois tenderam a baixar. Isto, sem dúvida, constitui um sintoma da crescente produtividade do setor agropecuário.[27] Principalmente se se levar em conta que essas tendências demográficas coincidiram – conforme é indicado na terceira parte do presente capítulo – com uma grande expansão das *áreas trabalhadas* dos estabelecimentos agropecuários, pela qual aumentou consideravelmente a relação entre os meios de produção e a força de trabalho.[28]

Segundo já se assinalou, a crescente produtividade do trabalho pode ser aferida através das séries estatísticas de produção física das principais culturas e atividades do setor. Algumas dessas séries são apresentadas a seguir no Quadro I.3, por meio do qual se constata que – com exceção do café, cuja produção, depois de apresentar altos e baixos, acabou sendo menor em 1970 do que em 1930 – todos os produtos apresentaram aumentos significativos durante o período em pauta. Mas, o mais importante é que tais aumentos (exceto no caso do café) sempre foram bem maiores do que o incremento da população total, e também bem maiores do que o incremento da população economicamente ativa do setor agropecuário.

A primeira diferença se traduz em um aumento da disponibilidade interna *per capita,* enquanto que a segunda reflete um aumento da produ-

[27] O fato da produtividade do trabalho crescer mais depressa no setor agropecuário do que no setor industrial não constitui propriamente uma novidade, já tendo ocorrido em outros países. Nos EUA, por exemplo, ela teve no primeiro um crescimento três vezes maior do que no segundo durante o período de 1941 a 1960 (Schultz, 1965, pp. 21-22). Trata-se de um processo que, devido à relação de preços agricultura-indústria, não é refletido por uma correspondente elevação da renda média no setor agropecuário (Ihrig, 1973, p. 140).

[28] A referida expressão foi cunhada por Lopes (1977) para indicar o conjunto das áreas que incorporam trabalho humano – ou seja, a soma das lavouras, das pastagens artificiais e das matas plantadas.

tividade por trabalhador. Chega-se a essas constatações pela simples comparação das tendências apresentadas nos Quadros I.3 e I.2, tomando-se por base o primeiro e o último anos do período 1930-70. As menores diferenças entre o crescimento da produção e o crescimento demográfico ocorreram nos casos de duas culturas de subsistência – milho e feijão – e de um produto de exportação, o cacau, sujeito – como o café – aos azares do mercado internacional.

No que se refere às culturas de subsistência, nunca é demais lembrar que uma parte de sua produção não chega a ser registrada pelas estatísticas oficiais. Por outro lado, o fato de a produção agropecuária ter crescido, em vários casos, mais lentamente do que a população urbana não deve ser imputado à falta de dinamismo da primeira, mas à baixa capacidade aquisitiva da segunda. Levando em conta essas qualificações, os dados disponíveis parecem corroborar a opinião de alguns autores, segundo os quais "a taxa de crescimento da produção agrícola brasileira é das mais elevadas em todo o mundo", e por isso "a agricultura brasileira deve ser mais eficiente do que se julga comumente".[29]

Constatação semelhante pode ser feita com referência aos produtos de origem animal, cuja evolução é apresentada no Quadro I.4. Também os dados desse quadro revelam – com exceção do caso da lã – um crescimento da produção a taxas mais elevadas que as do crescimento da população total e da força de trabalho do setor agropecuário. Mas, como assinala Nicholls (1975, p. 57), no caso da pecuária bovina teria havido uma séria defasagem entre a produção e a demanda, sendo que esta última aumentou muito devido à rápida urbanização e aos crescentes níveis de renda *per capita* da população urbana. A referida defasagem teria sido o motivo dos maiores aumentos de preços entre os produtos de origem animal (carne, leite, ovos) do que entre os de origem vegetal (Paiva, 1961, pp. 10-95; e 1969, pp. 69-70). Resta ver, porém, até onde essa diferença na evolução dos preços não pode também ser atribuída à diversidade das estruturas de comercialização dessas duas ordens de produtos. Ou seja, em que medida ela não é devida à concentração da oferta e à atuação de empresas oligopolistas no caso dos produtos de origem animal, e à existência de uma oferta mais descentralizada e de maior competição no âmbito dos

---

[29] Cf. Delfim Netto & outros (1966), pp. 26-28. Ponto de vista similar é defendido por Castro (1969), p. 101. Para os anos mais recentes, vejam-se, no mesmo sentido, os trabalhos de Paiva & outros (1973), pp. 34-37, e de Nicholls (1975).

produtos de origem vegetal. Por outro lado, a mudança de hábitos alimentares, determinada pela urbanização e pela elevação da renda *per capita*, e envolvendo um maior consumo dos produtos de origem animal, também precisa ser algo qualificada no caso brasileiro. Isso porque, ao se urbanizar, a população passa a consumir produtos de origem animal (e também vegetal) transacionados no mercado – e, portanto, registrados pelas estatísticas – enquanto que, antes, via de regra, ela consumia produtos de sua própria lavra ou provenientes dos estabelecimentos agropecuários em que ela se inseria, cujo exato volume apenas raramente é registrado pelas estatísticas de produção.

Voltando às séries em si, deve-se reconhecer que os dados se limitam a registrar o que aconteceu durante o período e a mostrar que alguns produtos tiveram um crescimento quantitativo mais acelerado do que outros. Eles nada dizem, entretanto, sobre como e por que isso ocorreu, e tam pouco mostram onde esse crescimento foi mais intenso. Essa última questão será mais bem esclarecida no próximo item do presente capítulo. Quanto aos fatores determinantes do mais rápido crescimento da oferta de alguns produtos, pode-se mencionar, em primeiro lugar, o maior dinamismo do mercado interno, determinado não apenas pela grande queda dos preços e da demanda dos produtos exportados, e pela conseqüente diminuição das importações, mas também pela lenta – porém contínua – expansão e diversificação do consumo no país, em boa parte decorrente do aumento da população urbana.

Convém ressaltar a importância dessa diversificação e dos seus efeitos em termos de demanda sobre o desenvolvimento da produção agropecuária. Este desenvolvimento se deu não só por meio da ampliação e/ou da melhoria de culturas e atividades já existentes, mas também através da introdução de novas lavouras e criações. Ou seja, a diversificação acabou se tornando um importante fator de crescimento da produção agropecuária, e de maior integração do setor com o resto da economia nacional.

Trata-se de um processo cujas origens remontam ao início da década de 1930, e cujo alcance pode ser mais claramente percebido através da seguinte citação:

> "... durante os anos que se seguiram à Grande Depressão, a produção agrícola do Brasil passou por importantes transformações. Primeiro, dentro das próprias culturas de exportação, o algodão substituiu o café como produto mais importante... nas mesmas regiões antigas produtoras de café, no Estado de São Paulo. Em segundo lugar... as culturas para o mer-

cado interno tornaram-se mais importantes que as culturas de exportação. A partir dos anos 30, o ritmo de crescimento da produção (física) das culturas para o mercado interno superou o crescimento das culturas de exportação. No final dos anos 30 e princípios de 40, essa supremacia estendia-se também à participação no valor da produção e na área cultivada. Assim, foi a partir dos anos 30 que a produção agrícola, no Brasil, tornou-se menos dependente dos mercados externos." (Villela & Suzigan, 1973, p. 61).

Embora essa divisão da produção agropecuária em bens para o mercado interno e para exportação seja um tanto artificial – já que boa parte do algodão cultivado em São Paulo se destinava a atender a crescente demanda da indústria têxtil do Estado, enquanto que boa parte das chamadas culturas para o mercado interno também poderiam eventualmente vir a destinar-se à exportação – importa reter aqui o sentido geral e o significado específico do processo.[30] Um sentido e um significado que não passaram despercebidos aos responsáveis pela formulação e acompanhamento da política econômica governamental. Tanto assim que foi exatamente a partir da década de 1930 que se criou no país uma série de órgãos estatais encarregados de apoiar a produção agropecuária e agroindustrial voltada para o mercado interno (Andrade, 1950, vol. I). Foi também a partir daí que se aumentou paulatinamente o número de produtos agropecuários abrangidos pelas estatísticas oficiais utilizadas na elaboração dos índices de preços e das contas nacionais. Até meados da década de 1940, esse número mal ultrapassava 20, montando atualmente a várias dezenas.

Um exemplo recente e bastante conhecido de novo produto é a soja, cuja oferta interna em grande escala só teve início na década de 1960. Mas, durante o período em pauta, surgiram várias culturas antes inexistentes – como a pimenta-do-reino e a juta na Amazônia, e as frutas de clima temperado em São Paulo e no Sul. Por sua vez, a suinocultura, a avicultura e a olericultura tiveram notável incremento, o mesmo se dando com várias culturas alimentares, notadamente o arroz e o trigo.[31] Além

---

[30] A mesma perspectiva de Villela & Suzigan (1973) foi anteriormente adotada, neste caso, por Nicholls (1969), pp. 326 segs., e para o período mais recente, também por Mendonça de Barros & outros (1977), p. 113. No que se refere à expansão da cotonicultura em São Paulo durante a década de 1930, vejam-se Mombeig (1952), pp. 258 e segs.; Carone (1974), pp. 51 e segs.; Ayer & Schuh (1975), pp. 118-119; e Carone (1976), p. 52.

[31] Ver a respeito os trabalhos de Knight (1971), Smith (1973) e Lemos (1977).

QUADRO I.1

TAXAS MÉDIAS DE CRESCIMENTO ANUAL DOS ÍNDICES DO PRODUTO REAL DO BRASIL (%)

SETORES	1920/22 1930/32	1930/32 1940/42	1940/42 1945/47	1945/47 1969/71
Agricultura	3,30	2,86	2,42	4,39
Indústria	3,51	7,20	9,18	8,31
Transportes e Comunicações	5,00	6,20	5,27	5,85
Comércio	3,89	5,09	6,49	5,90
Governo	6,40	3,96	2,36	7,13
Produto Total	4,04	4,71	5,49	6,49
População	2,05	2,08	2,38	3,32
Produto *per capita*	1,95	2,56	3,02	3,03

FONTE: Haddad (1978), p. 17.

disso, a crescente urbanização e industrialização incentivaram a retomada e a expansão da exploração agropecuária nas zonas "velhas", "decadentes" e abandonadas de várias regiões – principalmente em São Paulo e nos Estados vizinhos.[32]

[32] Haja vista o que ocorreu com a pecuária bovina em São Paulo desde antes da Segunda Guerra Mundial (Mombeig, 1952, pp. 277 e segs.). Ver ainda sobre essa evolução os trabalhos de Mombeig (1957) e de Nicholls (1963).

QUADRO I.2

RELAÇÕES ENTRE A POPULAÇÃO TOTAL E A POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO BRASIL

INDICADORES	1920	1930(+)	1940	1950	1960	1970
PT(++)	30.636	35.936	41.236	51.944	70.070	93.139
PEA (++)	9.567	11.784	14.002	17.117	22.750	29.338
PT/PEA	3,2	3,0	2,9	3,0	3,1	3,1
Set. Agr. (++)	6.377	7.672	8.968	10.254	12.277	13.090
Set. Ind. (++)	1.264	1.339	1.414	2.347	2.941	5.295
Set. Serv. (++)	1.926	2.773	3.620	4.516	7.532	10.953
Agr./PEA (+++)	67	65	64	60	54	45
Ind./PEA (+++)	13	11	10	14	13	18
Serv./PEA (+++)	20	24	26	26	33	37
PT/Agr.	4,8	4,7	4,6	5,1	5,7	7,1
PT/Ind.	24,2	26,8	29,2	22,1	23,8	17,6
PT/Serv.	15,9	13,0	11,4	11,5	9,3	8,5

FONTE: Merrick & Graham (1980), pp. 64-65

Observações: (+) Estimado por interpolação linear
(++) Mil pessoas
(+++) %

Tradução das Siglas: PT – População Total
PEA – População Economicamente Ativa
Set. Agr – Setor Agropecuário
Set. Ind. – Setor Industrial
Set. Serv. – Setor de Serviços

QUADRO I.3

EVOLUÇÃO DO VOLUME PRODUZIDO EM ALGUMAS DAS PRINCIPAIS CULTURAS DO BRASIL (1 000 T)

ANOS	Algodão em car.	Arroz em. cs.	Batata-ingl.	Cacau amend.	Café coco	Cana-de-açúcar	Feijão em grão	Mandioca	Milho em grão	Trigo em grão
1925/29	(-)	876	259	68	1.239	13.672	680	4.934	4.782	129
1930	367 (+)	913	273	69	1.634	17.650	695	5.237	5.027	171
1931	377	1.078	361	77	1.302	16.250	687	5.210	4.750	142
1932	253	1.202	400	104	1.536	14.863	722	4.848	5.770	164
1933	507	1.186	380	100	1.777	15.523	705	4.983	5.608	156
1934	953	1.185	315	108	1.653	17.794	664	5.293	5.292	145
1935	988	1.369	359	127	1.136	16.631	818	4.541	5.933	146
1936	1.181	1.214	335	127	1.577	18.496	827	4.947	5.721	144
1937	1.351	1.232	323	119	1.461	15.290	829	5.013	5.776	149
1938	1.455	1.529	402	142	1.404	16.532	854	6.021	5.560	137
1939	1.430	1.485	504	135	1.157	19.938	790	7.122	5.394	101
1940	1.563	1.320	434	128	1.002	22.252	767	7.352	4.876	102
1941	1.678	1.688	452	132	962	21.463	875	7.763	5.438	231
1942	1.257	1.881	417	109	830	21.574	838	7.916	5.276	217
1943	1.653	1.908	518	178	922	22.051	916	8.936	5.210	223
1944	1.794	2.110	463	116	687	25.149	1.043	10.333	5.575	171
1945	1.146	2.147	596	120	835	25.179	1.002	11.415	4.847	233
1946	1.146	2.772	542	122	917	28.069	1.021	12.225	5.721	213
1947	1.050	2.596	575	119	947	29.990	1.046	11.845	5.503	359
1948	969	2.554	585	97	1.037	30.893	1.133	12.455	5.607	405
1949	1.199	2.720	748	133	1.068	30.929	1.257	12.616	5.449	438
1950	1.191	3.218	707	153	1.071	32.671	1.248	12.532	6.024	532
1951	995	3.182	722	121	1.080	33.652	1.238	11.918	6.218	424
1952	1.505	2.931	735	114	1.125	36.041	1.152	12.809	5.907	689
1953	1.110	3.072	823	137	2.221	38.337	1.387	13.445	5.984	772
1954	1.171	3.367	814	163	2.074	40.302	1.544	14.488	6.789	871
1955	1.282	8 737	898	157	2.740	40.946	1.475	14.863	6.689	1.101
1956	1.194	3.488	989	161	1.959	43.976	1.481	15.485	7.310	855
1957	1.178	4.076	998	164	2.819	47.703	1.582	15.442	7.763	781
1958	1.144	3.829	1.017	164	3.392	50.019	1.453	15.379	7.370	589
1959	1.399	4.101	1.025	177	4.397	53.467	1.548	16.225	7.786	611
1960	1.609	4.795	1.112	168	4.169	57.178	1.731	17 777	8.691	713
1961	1.828	5.392	1.080	155	4.905	59.378	1.744	18 058	9.036	545
1962	1.902	5.557	1.134	140	3.637	62.535	1.710	19 843	9.587	706
1963	1.957	5.740	1.168	143	2.980	63.723	1.942	22.248	10.418	393
1964	1.986	6.345	1.264	153	1.185	66.399	1.951	24.455	9.408	643
1965	1.770	7 580	1.245	160	4.588	75.853	2.289	24.023	12.111	585
1966	1.986	5.808	1.329	170	2.406	75.788	2.147	24.709	11.371	615
1967	1.865	6.792	1.465	195	3.015	77.087	2.554	27.267	12.324	629
1968	1.692	6.652	1.607	149	2.115	76.610	2.418	29.211	12.814	856
1969	2.111	6.394	1.506	211	2.576	75.247	2.200	30.074	12.293	1.374
1970	1.955	7 553	1.582	197	1.510	79.753	2.210	29.465	14.216	1.844
1971	2.270									

FONTE: IBGE, Anuários Estatísticos (vários anos)

Observação: (+) Média estimada para o período 1926/30

QUADRO I.4

EVOLUÇÃO DAS QUANTIDADES DE ALGUNS PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL

ANOS SELECIONADOS	GADO ABATIDO (1.000 cabeças)			PRODUÇÃO DE LEITE (1.000 l)	PRODUÇÃO DE LÃ (1.000 t)	PRODUÇÃO DE OVOS (1.000 dúzias)
	Bovinos	Suínos	Ovinos e caprinos			
1929	2.819	1.536	938	2.014	12,0	-
1934	3.952	2.617	740	2.438	16,5	-
1939	4.280	3.758	997	2.359	14,6	159
1944	4.036	4.917	2.417	2.263	16,0	197
1949	6.023	5.072	2.486	-	17,6	-
1954	6.171	6.328	2.883	-	25,4	-
1959	7.783	7.109	2.926	4.648	30,4	497
1964	7.523	8.768	3.701	6.150	28,1	648
1969	9.480	10.696	3.052	6.993	31,3	809

FONTE: IBGE, Anuários Estatísticos (diversos anos)

3. DIVISÃO REGIONAL DO TRABALHO E EXPANSÃO DA FRONTEIRA AGRÍCOLA

Qualquer tentativa de reconstrução e interpretação históricas do desenvolvimento da produção agropecuária do Brasil no período de 1930-70 requer a adoção de um enfoque espacialmente desagregado. Isto porque a crescente industrialização havida nesse período, além de determinar a redefinição das relações do setor agropecuário com o "resto do mundo", deu origem a uma nova heterogeneidade entre as regiões do país e passou a integrá-las numa mesma divisão do trabalho em nível nacional. Ao mesmo tempo em que o setor agropecuário foi se especializando na produção de bens para o mercado interno, relegando a um segundo plano as atividades voltadas para as exportações e para a simples subsistência de sua força de trabalho, a maioria dos bens de consumo e de produção que ele utiliza passaram a lhe ser fornecidos pelo setor industrial. Este, ao contrário do setor agropecuário, tende a se concentrar em certas áreas e regiões, com isto estabelecendo e consolidando determinadas relações de trocas entre as áreas urbanas e rurais, e entre um ou mais pólo(s) mais industrializado(s) e uma periferia predominantemente voltada para a pro-

dução agropecuária. Ou seja, uma divisão regional do trabalho surge e se aprofunda à medida que se estreitam as relações entre o setor agropecuário e os setores urbanos e industriais da economia.

Apesar de presentes em todo o território nacional, as atividades produtivas do setor agropecuário não são idênticas, e tampouco têm a mesma importância, nas diversas regiões do país. Além disso, tanto o caráter como o peso relativo da produção agropecuária tendem a mudar através do tempo, provocando alterações na divisão regional do trabalho – ou seja, na estruturação espacial das várias atividades que consubstanciam a economia nacional. Para identificar e aferir essas alterações, cumpre, numa primeira instância, confrontar o desenvolvimento da produção agropecuária com a evolução das demais atividades produtivas, através de uma análise da distribuição setorial da renda e do emprego em cada região.[33] Em seguida, cabe examinar as mudanças internas do setor agropecuário – em termos do número e das características de suas unidades produtivas e da mão-de-obra empregada por elas.

O nível de desagregação espacial aqui adotado toma como unidades básicas de análise os atuais Estados e Territórios. Esse procedimento se justifica fundamentalmente pelo fato de as modalidades convencionais de divisão do país em "grandes regiões"[34] freqüentemente contribuírem para escamotear a dimensão e o significado de alguns componentes espaciais do desenvolvimento econômico – entre eles, o processo de expansão da fronteira agrícola, examinado a seguir. Convém lembrar a esse propósito que a emergência e a consolidação de regiões socioeconômicas diferenciadas constituem fenômenos historicamente determinados e, portanto, sujeitos a constantes modificações através do tempo. Isso foi constatado, por exemplo, no que se refere ao Nordeste – cujo conceito "tem sofrido mutações importantes no curso da história econômica e social nacional" (Oliveira, 1977, p. 32). O mesmo também se aplica à Amazônia – que

---

[33] É importante assinalar que, nesta análise, não se pretende dimensionar e "explicar" as chamadas "disparidades regionais" da renda, do emprego etc., mas apenas situar e interpretar as alterações observadas através do tempo na diferenciação e especialização das várias economias regionais. Sobre o primeiro tema existe uma vasta e sempre crescente literatura, que seria evidentemente fastidioso tentar enumerar aqui; entre os trabalhos mais recentes, todavia, vale a pena mencionar os de Denslow (1973) e de Redwood III (1977). Por sua vez, a perspectiva adotada no presente capítulo também não é nova, já tendo sido desenvolvida anteriormente por Rangel (1968), Oliveira & Reichstul (1973) e Cano (1975, 1978).

[34] Tais como as que foram adotadas, por exemplo, nos trabalhos de Delfim Netto & outros (1966), Pastore (1971) e Mendonça de Barros (1975).

costuma ser definida de várias formas, sob as denominações de "Amazônia Legal", "Amazônia Clássica" etc. – e provavelmente também às demais grandes regiões em que se costuma repartir o país. Isso para não falar dos problemas suscitados pela caracterização do Estado de São Paulo – que ora é incluído na Região Sul, na Sudeste ou no chamado Centro-Sul, ora é simplesmente considerado como uma região à parte, como um pólo em relação ao qual todas as demais áreas e regiões do território nacional comporiam a periferia.[35]

Em princípio, restrições semelhantes poderiam ser feitas ao uso dos Estados e Territórios como unidades básicas de análise. Como se sabe, várias Unidades da Federação possuem consideráveis áreas territoriais e apresentam grandes diferenças regionais internas. Tal é o caso, por exemplo, do Estado de Mato Grosso, dividido em dois, e também de Goiás, da Bahia e de Minas Gerais – para não falar do Pará e do Amazonas. Em termos socioeconômicos, os limites político-administrativos podem às vezes ter menor relevância do que certas características do meio físico. Haja vista o caso do Nordeste, onde existem menores diferenças entre Estados vizinhos do que, dentro de cada um deles, entre a Zona da Mata, o Agreste e o Sertão. Apesar disso, com relação aos problemas em pauta e para o período aqui estudado, a utilização de dados desagregados em nível de Estados e Territórios ainda constitui o melhor procedimento. Isso porque os limites dos mesmos, além de constantes no tempo, "estão carregados da própria história da formação político-econômica nacional e de suas diferenciações" (Oliveira, *loc. cit.*).[36]

As alterações na divisão regional do trabalho, induzidas pela industrialização e pela reestruturação da produção agropecuária, são aqui vinculadas ao processo de expansão da fronteira agrícola – ou seja, à progressiva incorporação ao setor agropecuário de áreas antes inacessíveis ou pouco habitadas do território nacional. Esta incorporação envolve, simul-

---

[35] Esta é a perspectiva adotada por Rangel (1968), que propôs a divisão do território nacional num "centro dinâmico" (São Paulo) e em "áreas passivas de antigo povoamento", "áreas de transição" e "áreas de novo povoamento". Enquanto essas últimas se localizam no Norte e no Centro-Oeste, as duas primeiras se situam nas regiões Nordeste, Sudeste e Sul.

[36] O mesmo não se pode dizer dos Municípios, que, além de serem muito numerosos, têm sofrido constantes e consideráveis alterações quantitativas e de limites através do tempo. Por sua vez, as chamadas "zonas fisiográficas", atualmente em desuso, e as microrregiões homogêneas, de criação mais recente, embora dotada de maior funcionalidade analítica, são de origem muito recente e por isso nem sempre se prestam a análises de situações de um passado relativamente longínquo.

tânea ou sucessivamente, um processo de ocupação e povoamento de regiões até então vazias ou escassamente habitadas, e um processo de apropriação privada da terra e dos diversos recursos naturais propiciados pelos solos e pelas águas. Ela pode ser, e na realidade tem sido, tanto externa como interna aos estabelecimentos agropecuários já existentes e/ou às regiões em que os mesmos se localizam.

Mais importante do que caracterizar a dicotomia subjacente à noção de fronteira – dicotomia essa que tem sido tratada de várias maneiras pelas diversas ciências sociais – é a identificação dos fatores responsáveis pela sua existência concreta e/ou pelas suas eventuais modificações através do tempo. Em outras palavras, importa menos tentar estabelecer ou justificar uma determinada divisão espacial da economia, freqüentemente sujeita a mudanças, do que procurar identificar e caracterizar a natureza da dinâmica que tem norteado a formação e/ou as transformações históricas das áreas envolvidas.[37] Especialmente no que se refere à produção agropecuária, é muito importante observar, logo de saída, se a expansão da fronteira agrícola se resume ao simples povoamento de novas áreas por posseiros ou ocupantes, ou se ela envolve a apropriação formal dessas áreas por empreendimentos capitalistas. No primeiro caso, a terra – pelo menos no início do processo – constitui aparentemente um bem livre da natureza, do qual se apossam os produtores, à medida que vão chegando, com vistas a garantir o seu sustento através do próprio trabalho. Esse foi o caso, por exemplo, do povoamento havido, nas décadas de 1950 e 1960, no Oeste do Maranhão e em algumas áreas da Amazônia. Já no segundo caso, tanto a terra como a força de trabalho se transformam em mercadorias e a maior parte da produção agropecuária se destina ao mercado e não ao consumo dos próprios produtores. Essa foi, por exemplo, a situação vigente na mesma época no processo de povoamento do Norte do Paraná.

Nunca é demais salientar que a expansão da fronteira agrícola tem variado freqüentemente em função de condicionantes extra-setoriais e extra-regionais. No período recente do desenvolvimento da economia brasileira, ela tem sido suscitada e/ou acelerada pela ampliação da infra-

[37] Nesse sentido, cumpre realçar as valiosas contribuições dos trabalhos de Mombeig (1940, 1952, 1957), Waibel (1947, 1955), Martins (1972, 1979, 1980) e Velho (1972, 1976, 1980), essenciais para o entendimento do processo de absorção capitalista das áreas de fronteira agrícola do Brasil, através das chamadas "frentes de expansão" e "frentes pioneiras". Ver ainda a esse respeito a síntese, algo incompleta e desatualizada, feita por Petrone (1970).

estrutura de transportes (primeiro por meio das ferrovias e depois através das rodovias) e pelo aumento da oferta interna de veículos motorizados (especialmente caminhões e automóveis).[38] Mas, ao mesmo tempo, é inegável que tanto a industrialização em geral como a urbanização *lato sensu* têm estado subjacentes ao processo, e que a expansão da fronteira agrícola durante as últimas décadas constituiu, em última análise, uma decorrência do novo padrão de acumulação da economia brasileira, e da concentração – funcional, setorial e regional – da renda que ela engendrou.

Outro fator muito importante, analisado mais adiante neste capítulo, tem sido a rigidez da estrutura fundiária. Da mesma forma que para as migrações rurais-urbanas, é preciso levar em conta, nas migrações rurais-rurais, das áreas de povoamento mais antigo para as áreas de fronteira agrícola, não apenas os fatores de atração (reais ou imaginados) que caracterizam estas, mas também os fatores de repulsão que determinam a saída dos migrantes de suas áreas de origem. Neste sentido, não se pode perder de vista a importante função política exercida pelo processo de expansão da fronteira agrícola, ao absorver excedentes populacionais que de outra forma poderiam gerar focos de tensões sociais nas suas áreas de origem ou iriam aumentar o exército de desempregados e subempregados nas cidades.[39]

Feitas essas considerações preliminares, pode-se passar à análise dos dois quadros apresentados a seguir, baseados nos dados de contabilidade social levantados e divulgados pela Fundação Getúlio Vargas. Esses quadros foram construídos para caracterizar a evolução recente da divisão regional do trabalho na economia brasileira.[40]

O Quadro II.1 mostra a participação dos três grandes setores da economia (primário ou agropecuário, secundário ou industrial, e terciário ou de serviços) na renda interna de cada Estado do País. As taxas que nele aparecem podem ser tomadas como indicadores da especialização dos vários Estados na divisão regional do trabalho. Por meio delas, verifica-se que, em todos os Estados menos os de São Paulo e Rio de Janeiro, o setor agropecuário tem tido uma participação superior às médias nacionais. Exatamente o contrário pode ser observado com relação ao setor indus-

[38] A influência desse fator foi realçada por diversos autores, notadamente por Waibel (1955), Paiva (1969), Smith (1973) e Nicholls (1975).

[39] Esse aspecto foi inicialmente ressaltado por Balan (1973) e Velho (1976) e, mais tarde, simultânea porém independentemente por Sori (1980), p. 18, e Szmrecsányi (1980).

[40] Os três quadros apresentados a seguir e parte dos comentários que os acompanham foram extraídos de um relatório não publicado (Szmrecsányi, 1978).

trial, no qual São Paulo e, até 1948, também o Estado do Rio de Janeiro têm apresentado taxas de participação superiores às médias nacionais. Já no que se refere ao setor de serviços, a dispersão em torno das médias nacionais tem sido menor. Isso se deve ao fato de as taxas de participação do setor na renda total dependerem não apenas do peso relativo dos outros setores, mas também dos índices de urbanização – os quais, além de se mostrarem crescentes em todos os Estados, tornaram-se mais homogêneos durante o período.

Pode-se observar no mesmo quadro que as taxas de participação do setor agropecuário na renda interna dos Estados não evoluíram da mesma forma em todo o país. Elas só têm diminuído sistemática e acentuadamente nos Estados do Amazonas, Pará, Espírito Santo e São Paulo; e, num ritmo algo mais lento, no Rio Grande do Sul. Em muitos Estados, as referidas taxas deixaram de apresentar uma tendência declinante contínua através do tempo; e, em alguns, as flutuações registradas chegaram até a apresentar uma tendência ascendente. Mas, o mais importante é que, na maioria deles, o declínio da importância do setor agropecuário teve como contrapartida o crescimento da participação relativa do setor de serviços, e não do setor industrial. A participação deste, no período em pauta, só cresceu acentuadamente no Estado de São Paulo.

Isso, por um lado, vem desmentir algumas conclusões mais apressadas acerca do alcance e do significado da decrescente participação do setor agropecuário na renda interna do país. Esse fenômeno foi atribuído, por autores que analisaram o mesmo tipo de dados, à "lei do declínio da importância relativa da agricultura" – a qual, segundo eles, teria deixado de ser o "setor dinâmico da economia", enquanto que o setor industrial se transformou no "setor de ponta" e agora "aumenta sua participação, em detrimento da agricultura" (Oliveira & Reichstul, 1973, pp. 135-136). Ora, pelo que se pode ver no quadro aqui apresentado, este tipo de substituição somente se deu nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Santa Catarina. Na verdade, durante o período em pauta, a vigência da referida "lei", além de espacialmente confinada aos Estados mencionados, limitou-se aos anos mais recentes em todos, com exceção apenas de São Paulo. Além disso, vale a pena ressaltar que em vários Estados do Nordeste e também nos do Paraná, Mato Grosso e Goiás chegou a diminuir, durante o período de 1939 a 1968, a participação do produto industrial na renda interna.

Por outro lado, os dados deste quadro ainda permitem constatar que se manteve inalterada e até foi reforçada a divisão regional do trabalho exis-

tente no país desde antes de 1930 (Cano, 1975). Trata-se da especialização de atividades pela qual São Paulo fornece aos demais Estados a grande maioria dos produtos industrializados que eles consomem, recebendo em troca – diretamente ou por meio do comércio exterior – boa parte dos alimentos e das matérias-primas de que necessita para seu desenvolvimento.[41]

O fenômeno em questão pode ser mais claramente percebido através do Quadro II.2, que mostra a evolução das taxas de participação dos Estados no produto de cada um dos setores e na renda interna total do País. Um dos aspectos que mais chama a atenção nesse quadro é o grande aumento das taxas de participação de São Paulo no produto industrial. Esse intenso crescimento foi, com justiça, denominado "o epicentro das transformações estruturais da economia brasileira como um todo, e igualmente de uma certa redivisão inter-regional do trabalho no país" (Oliveira &Reichstul, 1973, p. 133).

A participação do referido Estado, que já era a maior de todos em 1939, quando atingia mais de 36%, evoluiu para um predomínio quase absoluto, alcançando cerca de 57% do total 30 anos mais tarde. O aumento havido entre essas duas taxas foi o principal fator do avanço de São Paulo na distribuição regional da renda interna, com sua participação se elevando de 31% para 35% durante o mesmo período.[42] Tais acréscimos tiveram por contrapartida o decréscimo das taxas de participação, no produto industrial e na renda interna, da quase totalidade dos demais Estados – particularmente do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco.[43] Por outro lado, eles coincidiram com uma redução substan-

[41] É importante enfatizar que se trata apenas de uma parte e que, em vários casos e por diversos motivos, o setor agropecuário de São Paulo também chegou a substituir importações de produtos agropecuários das demais regiões do país, passando até a competir com estas no abastecimento do mercado internacional. Isto ocorreu notadamente com a produção de algodão e de cana-de-açúcar. No caso desta última, o avanço paulista só não foi maior devido à intervenção governamental através do IAA. Ver a respeito Szmrecsányi (1979).

[42] Nunca é demais assinalar que esse processo pouco ou nada tem a ver com um "agravamento das relações internas de intercâmbio" e/ou com uma "transferência (de renda) para os setores industriais localizados principalmente no Sudeste" – processos detectados por Balan (1973), p. 43, com base nos dados de Baer (1966). Essa deterioração das relações de troca inter-regionais é também postulada, sem a necessária comprovação empírica, por Oliveira & Reichstul (1973), p. 140.

[43] Quanto aos fatores e às características do declínio relativo das taxas desses dois últimos Estados no produto agropecuário e na renda interna do país, ver Lopes (1968), pp. 13-35; e, no que se refere ao declínio da participação desses estados, e também de Minas Gerais e Pernambuco, ver Nicholls (1969), pp. 333-334.

cial da participação de São Paulo no produto agrícola do país (mantendo-se mais ou menos constantes as suas taxas de participação no produto do setor de serviços). Essa redução, entretanto, não chegou a contrabalançar os efeitos do seu crescimento industrial.

Isso provavelmente se deve ao fato de que, apesar de toda sua industrialização – ou, quem sabe, exatamente por causa dela –, São Paulo continuava a ser, até o início da década de 1970, o principal Estado agropecuário do país, tanto em termos de produção como de produtividade.[44] Além do que, é importante realçar que a sua menor participação no produto setorial teve como contrapartida a expansão da fronteira agrícola no vizinho Estado do Paraná – cujo desenvolvimento tem sido historicamente vinculado ao da economia paulista (Padis, 1970). Vale a pena salientar que o Paraná foi o único Estado a apresentar taxas de participação sempre crescentes no produto nacional dos setores agropecuário e de serviços, bem como na renda total do país.

A tendência observada naquele Estado reflete, simultaneamente, uma forte expansão da sua fronteira agrícola – em parte prolongamento da de São Paulo – e um intenso crescimento das novas cidades nele criadas para servir de apoio ao processo. Fenômenos semelhantes verificaram-se em partes dos Estados de Goiás e Mato Grosso, que também constituíram áreas de expansão da fronteira agrícola de São Paulo. No caso de Goiás, pode-se mencionar ainda o fator adicional representado pela construção, no intervalo de poucas décadas, de duas novas capitais – Goiânia e Brasília.[45] Mesmo neste caso, porém, a evolução dos eventos e tendências vincula-se, em última análise, à crescente concentração industrial em São Paulo, uma das principais causas e decorrências da consolidação do novo padrão de acumulação.

Embora sejam úteis para caracterizar a evolução recente da divisão regional do trabalho da economia brasileira, os dois quadros que acabam de ser apresentados não são suficientes para refletir em todas as suas dimensões a expansão havida na fronteira agrícola das várias regiões do país. Isso porque os dados da contabilidade social, além de serem afetados tanto pelas relações de troca entre agricultura e indústria como pela políti-

[44] Esta supremacia, muitas vezes esquecida, vem de longa data e tem sido realçada por vários autores. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Nicholls (1963, 1969), Pastore (1971) e Cano (1975).

[45] Vejam-se a respeito Mombeig (1940), cap. V; Smith (1946), p. 134; Waibel (1947, 1955) e Velho (1976), pp. 151 e segs.

ca de preços governamental, não chegam a representar por completo um processo parcialmente baseado na reprodução e multiplicação de pequenas unidades produtivas de subsistência, que apenas destinam ao mercado (e ao registro pelas estatísticas) uma pequena parcela de sua produção. Fenômenos desta natureza são talvez mais bem detectados e dimensionados através das estatísticas demográficas. Devido a isso, através do Quadro II.3, procurou-se observar, em cada Estado, a evolução da população economicamente ativa (PEA), do setor primário (I) e da economia como um todo (T), bem como das taxas de participação percentual do primeiro na segunda (I/T).

Por meio deste quadro, pode-se observar, no período de 1940 a 1970, que:

(1) Aumentaram sistematicamente as taxas de participação percentual dos Estados do Acre, Amazonas (inclusive Roraima), Maranhão, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso (inclusive Rondônia) e Goiás (inclusive o atual Distrito Federal) na população economicamente ativa do setor primário do país. Isto permite considerá-los, do ponto de vista demográfico, como áreas de imigração nas quais houve uma acentuada expansão da fronteira agrícola durante todo o período em pauta. Cabe ainda incluir neste grupo os Estados do Pará (inclusive Amapá) e do Piauí, cujas taxas de participação na mesma população também cresceram durante quase todo o período, apenas caindo em uma ou outra década intermediária.

(2) Todos os Estados que acabam de ser mencionados incluem-se, do ponto de vista demográfico e geográfico, em três grandes áreas de expansão da fronteira agrícola: a das regiões Norte e Nordeste, que compreende, no todo ou em parte, os Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí; a do Sul, representada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina; e a do Centro-Oeste, que abrange os Estados de Mato Grosso e Goiás. Além dos Estados que acabam de ser referidos, podem-se mencionar ainda os da Bahia e do Espírito Santo, em algumas de cujas áreas também tem havido expansão da fronteira agrícola. O mais importante, porém, é assinalar a inexistência no Brasil de uma única região de expansão da fronteira agrícola. A rigor, pode-se dizer que cada uma das grandes regiões do país possui a(s) sua(s) própria(s) área(s) de expansão.[46]

(3) As taxas de participação percentual desses Estados na população economicamente ativa total do país nem sempre tiveram um comporta-

[46] A descontinuidade espacial entre as mesmas já fora notada por Waibel (1955), p. 303.

mento análogo ao das taxas de participação na população economicamente ativa do setor primário. Isso se deve ao caráter regionalmente concentrado dos processos de urbanização e, principalmente, de industrialização. Devido a isso, tais taxas flutuaram nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Mato Grosso; diminuíram no Piauí, Bahia e Espírito Santo; e só aumentaram sistematicamente no Paraná, Santa Catarina e Goiás.

(4) Figuram no outro extremo a quase totalidade dos Estados do Nordeste e também Minas Gerais, cujas taxas de participação declinaram sistematicamente, tanto na população economicamente ativa total como na do setor primário. Tais Estados, portanto, constituíram áreas de emigração, fornecedoras de mão-de-obra – tanto para as áreas de expansão da fronteira agrícola como para os grandes núcleos urbano-industriais do Sudeste. Deve ainda ser acrescentado a esse grupo o Estado do Rio Grande do Sul, cujas taxas de participação têm apresentado flutuações tanto na população economicamente ativa total como na do setor primário, com uma tendência declinante naquela.

(5) Aparecem numa categoria à parte os Estados do Rio de Janeiro (inclusive o antigo Distrito Federal, depois Estado da Guanabara) e de São Paulo. Ambos apresentaram taxas decrescentes de participação na população economicamente ativa do setor primário, e estáveis ou crescentes na população economicamente ativa da economia como um todo. Trata-se, como é sabido, das áreas de mais intensa urbanização e industrialização do país. A participação conjunta desses dois Estados na população economicamente ativa total passou de 27% em 1940 para 31% em 1970.

(6) Uma concentração espacial similar pode ser observada, com relação à população economicamente ativa do setor primário. Nesta, a participação dos quatro Estados meridionais (São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) passou de quase 25% para mais de 32% durante o mesmo período. Como se sabe, a economia desses quatro Estados tem tido um desenvolvimento sincrônico, com Santa Catarina e Paraná servindo de prolongamento das áreas de expansão da fronteira agrícola do Rio Grande do Sul e de São Paulo, mais do que compensando a perda de representatividade desses dois Estados na população economicamente ativa do setor primário.

(7) Essas observações corroboram a tendência refletida pelos dados do Quadro II.2, relativos à participação dos Estados na renda interna total e no produto do setor agropecuário. Nesse último, os quatro Estados meridionais passaram de uma participação de quase 47% em 1939 para

mais de 54% em 1958 e 48% em 1968. Já na primeira, São Paulo e Rio de Janeiro sempre somaram mais do que 51% do total durante o período.

(8) Comparando os Estados com áreas de expansão da fronteira agrícola nas três grandes regiões do país, verifica-se que, entre essas áreas, as de maior dinamismo, em termos demográficos, foram as mais diretamente vinculadas ao crescimento econômico do Centro-Sul. Ou seja, as áreas de expansão do Sul (Paraná e Santa Catarina), cuja participação na população economicamente ativa do setor primário cresceu 1,37 vez entre 1940 e 1970; e a do Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), cujas taxas cresceram 1,27 vez. Já nas áreas de expansão dos Estados do Norte e do Nordeste, o crescimento observado nas taxas de participação na população economicamente ativa do setor primário foi bem menor, apenas alcançando 32% durante o mesmo período. Isso parece confirmar – seja em termos demográficos, seja em termos de contabilidade social – que a expansão da fronteira agrícola foi efetivamente determinada pela acumulação de capital no Centro-Sul, e não vice-versa, e que essa expansão pouco afetou a divisão regional do trabalho preexistente, talvez apenas a aprofundando ainda mais.

(9) Em 1940, mais de 69% da população economicamente ativa do país estava trabalhando no setor primário, e cinco Estados (Acre, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Mato Grosso) apresentavam taxas de participação dessa população na população total inferiores à média nacional daquele ano. Três décadas mais tarde, a média nacional situava-se pouco acima de 44% e apenas dois Estados (São Paulo e Rio de Janeiro) apresentavam índices inferiores a essa média. Foi neles que ocorreu o maior decréscimo das referidas taxas, o qual chegou, respectivamente, a 2,57 e 1,89 vezes entre 1940 e 1970, vindo a seguir Minas Gerais, onde a diminuição foi de 55% durante o mesmo período. Nos demais Estados, o decréscimo relativo da população economicamente ativa do setor primário foi bem menos acentuado, e no Acre a sua taxa de participação na população economicamente ativa total chegou até a aumentar entre os extremos da série. Em 1970, apenas quatro Estados (Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul) tinham menos do que metade de suas populações economicamente ativas ocupada no setor primário. Todos esses dados tendem a coincidir com os anteriormente apresentados no Quadro II.1, em que a participação dos três setores na renda interna de cada Estado foi considerada um indicador de sua especialização dentro da divisão regional do trabalho.

(10) Em termos absolutos, a população economicamente ativa do setor primário tendeu a crescer sistematicamente no período em todos os Estados, com exceção do Rio de Janeiro e de São Paulo – onde, pelo contrário, o seu declínio foi constante. Além disso, todavia, ela também deixou de crescer em outros Estados por algum tempo – como no Rio Grande do Norte e no Espírito Santo, entre 1940 e 1950, ou em Pernambuco, Sergipe e Minas Gerais, entre 1960 e 1970. O maior acréscimo em termos absolutos foi o do Paraná, cuja população economicamente ativa do setor primário aumentou em mais de 1,1 milhão de pessoas entre 1940 e 1970, fazendo com que aquele Estado se tornasse responsável por cerca de um terço do crescimento absoluto havido, durante o período em pauta, na referida população.

Apesar de proporcionarem uma boa aproximação à realidade, os dados demográficos não são suficientes em si para caracterizar a ocorrência do processo de expansão da fronteira agrícola. Isto porque o aumento das taxas de participação do setor primário na população economicamente ativa total pode resultar simplesmente de um maior emprego de mão-de-obra nos estabelecimentos agropecuários já existentes e nas áreas já exploradas. Por esse motivo, torna-se necessário complementar os dados até aqui apresentados com outros extraídos dos Censos Agrícolas – algo que é feito mais adiante, neste item, através do Quadro II.4. Como se verá, esses últimos dados também não estão isentos de problemas, pouco revelando quando tomados isoladamente.

Mas, antes de passar à análise dos mesmos, convém tentar elucidar melhor a natureza e o significado dos movimentos demográficos que acabam de ser registrados. Para isso, cumpre relacionar – como faz Rangel (1968) – a divisão regional com a divisão internacional do trabalho. Dentro dessa perspectiva mais abrangente, a integração das diversas economias regionais do Brasil num único esquema de divisão nacional do trabalho passa a depender do tipo e do grau de participação do país nos mercados mundiais. O aumento dessa participação, via crescimento das exportações (o chamado *crescimento para fora*), tende a aumentar a autonomia das regiões entre si e a intensificar as relações de cada uma com as economias de outros países. Já o decréscimo dessa participação, via redução das exportações, faz crescer a importância das atividades voltadas para o mercado interno, freqüentemente substitutivas de importações, e tende a suscitar o efeito oposto (ou *crescimento para dentro*), aumentando o intercâmbio entre as regiões. Como seria de esperar, a divisão regional do trabalho que assim se estabelece (ou se restabelece) não ocorre de

forma aleatória, mas de modo a favorecer as regiões e os setores relativamente mais desenvolvidos. Ou, como assinala Singer (1968), a integração da economia nacional não se dá de maneira homogênea em todo o país; pelo contrário, geralmente apenas uma única região se torna palco da industrialização em sua fase superior, drenando recursos e mão-de-obra das demais; a concentração industrial que daí resulta tem como contrapartida a expansão e a especialização do setor agropecuário, tanto dentro como fora da região mais industrializada.

Assim, foi apenas natural que, não obstante a intensidade da crise do complexo cafeeiro paulista e apesar de todos os problemas decorrentes da Grande Depressão, a expansão da fronteira agrícola de São Paulo não tivesse sofrido qualquer solução de continuidade, mas, pelo contrário, se intensificasse e completasse durante as décadas de 1930 e 1940, alastrando-se daí em diante para os Estados vizinhos. Diversamente do que vinha ocorrendo antes de 1930, esse processo deixou de ter como principal motivação o incremento da cafeicultura, passando a orientar-se também para a expansão de outras culturas e atividades – como o algodão, a cana-de-açúcar, a pecuária de corte e as lavouras alimentares destinadas ao abastecimento do mercado interno – dessa forma contribuindo para a substituição das importações dificultadas pela crise.[47]

Um aspecto muito importante dessa expansão residiu no fato de ter sido em boa parte deliberadamente fomentada e promovida por empresas loteadoras e de colonização, vinculadas a companhias de estradas de ferro, a estabelecimentos bancários, grupos econômicos estrangeiros e, apenas em poucos casos, a entidades governamentais. Ou seja, ela teve um caráter nitidamente comercial e especulativo,[48] acentuado pelo crônico processo inflacionário; embora objetivasse formalmente a difusão da pequena e média propriedades fundiárias, na prática ela só contribuiu para resguardar e consolidar a posição do grande capital mercantil e financeiro, algo abalado pela crise cafeeira no Brasil e pelos efeitos da Grande Depressão no mercado internacional.

Mas, por outro lado, nunca é demais lembrar que, apesar de ter sido fomentada e promovida pelo capital comercial e financeiro, a expansão da fronteira agrícola no Brasil de pós-30 foi condicionada em seu ritmo,

---

[47] Ver a respeito desse processo de expansão, entre outros, os estudos de Mombeig (1940, 1952, 1957), Waibel (1947, 1955), Padis (1970), Patrone (1970), Nicholls (1970) e Lopes (1976).

[48] Ver, especialmente, Mombeig (1952), pp. 192 e segs. e 217 e segs.

quando não na sua motivação, pelas dimensões e pelo caráter do novo padrão de acumulação, determinado pela concentração e centralização de capitais no setor industrial sediado em São Paulo. Esta constatação se aplica inclusive aos processos de expansão da fronteira agrícola aparentemente desvinculados do desenvolvimento da economia paulista – como os que ocorreram, a partir do Rio Grande do Sul, no Oeste de Santa Catarina e no Sudoeste do Paraná; ou no Planalto Central, com o surgimento da nova capital do país e de novas estradas no Norte de Goiás, oeste do Maranhão e Sul do Pará; ou ainda no extremo-oeste do país, ao longo da Rodovia Brasília-Acre.[49] Talvez a única e temporária exceção à influência da industrialização de São Paulo tenha sido o povoamento "espontâneo" de áreas do Maranhão e do Pará por "camponeses" oriundos do Nordeste.[50]

As aspas no final deste último parágrafo são devidas ao fato de essa expansão poder ser encarada como uma fuga do latifúndio nordestino, em fase de reorganização interna devido à crescente concorrência que passou a sofrer por parte do setor agropecuário do Centro-Sul, e não tanto como eventual reprodução de um campesinato que, nas regiões de origem, só pode ter tido uma existência efêmera e transitória. A abertura da Belém–Brasília e de outras estradas quebrou definitivamente o isolamento dessa frente de expansão, integrando-a ao desenvolvimento e à divisão regional do trabalho da economia nacional.

Por outro lado, inclusive no que se refere a São Paulo, a expansão da fronteira agrícola a partir de 1930 deixou de se basear na contribuição da mão-de-obra dos imigrantes estrangeiros, passando a depender quase exclusivamente das migrações internas, que foram assumindo uma crescente intensidade justamente a partir dessa época.[51] Tais migrações foram, em parte, intra-regionais e em parte inter-regionais, e não se deram apenas no sentido rural-urbano, mas também na direção rural-rural – ou seja, das áreas rurais "estagnadas" para as "dinâmicas". Estas últimas abrangiam tanto áreas de expansão da fronteira "externa" – isto é, de ampliação territorial dos estabelecimentos agropecuários e das regiões em que eles se

---

[49] Sobre o primeiro, vejam-se: Waibel (1955), Padis (1970) e Rego (1979); e sobre os demais: Waibel (1947), James (1955), Mombeig (1957), Velho (1972, 1976), Balan (1973), Lopes (1976), Goodman (1978) e Martine (1978).

[50] Cf. Velho (1976), pp. 195 e segs., e Martine (1978).

[51] Veja-se a respeito: Simonsen (1940), Mombeig (1940, 1952), Smith (1946), pp. 133 e segs. e 316 e segs. Waibel (1950), Smith (1955) e Balan (1973).

situam – como de expansão da fronteira "interna" –, ou seja, das áreas cultivadas dos estabelecimentos já existentes.

Na verdade, essas várias modalidades de migrações internas foram todas muito intensas e ocorreram simultaneamente no período aqui analisado. Elas deram origem, principalmente nas cidades, à formação do exército industrial de reserva, fator indispensável à elevação da lucratividade dos empreendimentos nos vários ramos da economia. Ao mesmo tempo em que se intensificava a urbanização em todo o país, e mais particularmente nas regiões de maior dinamismo econômico, as migrações rurais-rurais também foram ganhando ímpeto, à medida que novas áreas de fronteira iam sendo incorporadas ao setor agropecuário.[52]

A complexidade e a simultaneidade do processo podem ser bem observadas no interior do Estado de São Paulo, onde, durante o período em pauta, chegou a haver inclusive uma substituição da mão-de-obra preexistente, em boa parte constituída pelos colonos de origem ou de ascendência estrangeira, por trabalhadores rurais vindos de outras regiões do país. Essa força de trabalho, oriunda do Nordeste e de Minas Gerais, substituiu no setor agropecuário paulista a que migrou para a Capital e outras áreas urbanas do Estado, ou para as áreas pioneiras do Triângulo Mineiro, do Sul de Goiás, do Sul de Mato Grosso e, principalmente, do Norte do Paraná.[53]

Mas, o mais importante em tudo isso é que os referidos movimentos demográficos devem ser atribuídos fundamentalmente a uma única ordem de fatores, aos fatores derivados do novo padrão de acumulação da economia brasileira, do seu progressivo redirecionamento para o mercado interno. A expansão da fronteira agrícola, nos moldes e na intensidade em que ela se deu a partir de 1930, deve ser vinculada, em última análise, a estes fatores, mais do que a um eventual dinamismo interno do setor agropecuário. Isso não quer dizer, porém, que a evolução do mesmo durante o período em pauta tenha carecido de maior importância. Muito pelo contrário: conforme já se assinalou no início deste capítulo, as transformações do setor agropecuário foram tão importantes para a industrialização e a urbanização do período recente, como estas para aquelas. A com-

---

[52] Uma visão de conjunto desse processo pode ser encontrada em Graham & Hollanda Filho (1971), especialmente pp. 79-97; Balan (1972), pp. 47 e segs., e Lopes & Patarra (1974).

[53] Especialmente sobre esta última área de expansão, ver, além da literatura já citada, o trabalho de Monteiro (1961). Quanto às primeiras, e também sobre a expansão da fronteira agrícola no Maranhão, na Amazônia e no Centro-Oeste, ver Velho (1972, 1976).

preensão do processo de desenvolvimento não depende tanto da identificação, sempre discutível, de uma variável independente, como da caracterização dos vínculos de mútua dependência que existem entre os setores da economia.

O Quadro II.4 permite observar, através do tempo, a expansão da fronteira agrícola em termos espaciais, mediante o sucessivo confronto das áreas, totais e de lavouras, dos estabelecimentos agropecuários com a superfície territorial dos Estados em que se situam, bem como o respectivo total nacional. Os resultados desse confronto, fornecidos em termos percentuais, apontam para um processo que está longe de ser linear – pelo menos no que diz respeito às áreas totais (AT) dos estabelecimentos. A participação percentual dessas últimas na superfície de alguns Estados (Acre, Amazonas, Pará e Maranhão) diminuiu bruscamente de um censo para outro sem quaisquer explicações plausíveis, que não uma eventual mudança de critérios dos recenseadores. O fato causa espécie na medida em que se trata de Estados situados em regiões onde a fronteira agrícola mais se tem expandido nessas últimas décadas. Uma inconsistência similar pode ser notada com relação às taxas de participação das áreas de lavouras (AL), as quais também diminuem abruptamente na década de 1940 a 1950, em nada menos do que sete Estados (Acre, Amazonas, Pará, Piauí, Ceará, Rio de Janeiro e Mato Grosso).

Abstraindo essas imperfeições, fica-se na presença de um conjunto de dados bastante ilustrativos a respeito da progressão das áreas, totais e de lavouras, dos estabelecimentos agropecuários de cada Estado durante um período de 50 anos. Pode-se notar, logo de saída, que essa progressão – além de bastante considerável – foi bastante desigual – seja quanto aos índices alcançados no fim do período, seja no que se refere ao ritmo do processo. Assim, é possível verificar, por exemplo, que a área total dos estabelecimentos em 1970 já havia ultrapassado 80% da superfície territorial de sete Estados (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul), não chegando a metade desse nível em outros sete (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Bahia e Mato Grosso). Com base nesta constatação, pode-se dizer que, em termos da fronteira externa dos estabelecimentos, os primeiros configuram regiões de fronteira agrícola estabilizada, ou "fechada", enquanto que os segundos ainda representam regiões de fronteira agrícola "aberta", ou passível de expansão.[54]

---

[54] Esse tipo de colocação pode ser encontrado no trabalho de Dias (1978).

Da mesma forma, no que se refere às áreas de lavouras, é possível constatar que as mesmas ultrapassaram 15% da superfície territorial também em sete Estados (Ceará, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul), não chegando a 3% em outros sete (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás). Ou, ainda, pode-se perceber que as taxas de participação das áreas totais aumentaram muito rapidamente em alguns Estados (Maranhão, Bahia, Espírito Santo e Paraná), mais devagar em outros tantos, e praticamente não se alteraram em alguns poucos (como Pernambuco e Rio de Janeiro). A mesma constatação também vale para as áreas de lavouras, cujas taxas de participação, embora com flutuações, cresceram intensamente em vários Estados (como Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás), bem menos em outros, e relativamente quase nada nos restantes.

Por meio desse quadro, é possível verificar também, para cada Estado, qual é a época em que mais se expandiu a fronteira agrícola e, ainda, em cada década, quais os Estados em que ela se expandiu mais intensamente. Quanto ao primeiro aspecto, verifica-se, por exemplo, que, em São Paulo, a maior expansão – tanto das áreas totais como das áreas de lavouras – ocorreu nas décadas de 1920 e 1930, tendo-se estabilizado relativamente a partir de 1940. Já no vizinho Estado do Paraná, os maiores índices de crescimento foram registrados nas décadas de 1950 e 1960, particularmente na primeira. Nem sempre há coincidência entre as épocas de maior aumento das áreas totais e as de maior aumento das áreas de lavouras. No Maranhão, por exemplo, as primeiras cresceram mais acentuadamente na década de 1940, e as segundas na de 1950.

Com relação ao primeiro aspecto, pode-se assinalar que os Estados cujas fronteiras externas mais cresceram foram o Ceará, nas décadas de 1920 e 1930, o Maranhão na de 1940, e o Paraná nas de 1950 e 1960. Já no que se refere às fronteiras internas, os maiores índices de crescimento foram registrados, em termos absolutos, nos Estados de São Paulo nas décadas de 1920 e 1930, Rio Grande do Sul na de 1940, e Paraná nas de 1950 e 1960. Todas essas constatações são de caráter meramente descritivo. Os dados disponíveis não permitem interpretar e explicar a realidade. Um primeiro problema que se coloca é o dos parâmetros que devem ser utilizados nesse tipo de aferição. Quanto às áreas totais, pode-se usar o conceito de área disponível, ou área útil, a qual, evidentemente, é bem menor do que a totalidade da superfície territorial do Estado ou região em que se situam, variando provavelmente entre 75% e 90% da mesma.

Excluem-se dessa área os acidentes naturais e as obras humanas, que impossibilitam ou dificultam consideravelmente a agropecuária; é o caso dos rios e lagos, das cidades, estradas etc.

De acordo com o referido conceito, pode-se constatar que alguns Estados – como o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul – já esgotaram as possibilidades de ampliar as áreas totais de seus estabelecimentos, só lhes restando a opção de expandir a fronteira interna dos mesmos, representada pela relação entre as áreas de lavouras e as áreas totais. Contudo, as possibilidades de expandir estas não são apenas quantitativas, mas principalmente qualitativas, na medida em que dependem da aptidão dos solos para as várias culturas e atividades do setor agropecuário. Esta aptidão é bastante variável, não apenas em relação às condições naturais (fertilidade etc.), mas também conforme o sistema de manejo de solos adotado – ou seja, conforme a tecnologia utilizada. Dentro dos conhecimentos atualmente disponíveis, e, tendo em vista os sistemas de manejo até agora predominantes no país, pode-se afirmar que, em 1970, a maior parte das terras de melhor qualidade já se achava ocupada pelos estabelecimentos agropecuários então existentes. Isto quer dizer que a recente incorporação de novas áreas, pela expansão da fronteira "externa" aos estabelecimentos e às regiões em que eles se situam, provavelmente resultará – se já não resultou – em rendimentos decrescentes da produtividade física dos solos.[55] Essa questão é analisada mais a fundo no item subseqüente.

Outro problema, ainda mais importante, diz respeito ao significado histórico e socioeconômico dos índices registrados pelas estatísticas. Esse significado, como não poderia deixar de ser, varia através do tempo e do espaço. Em outras palavras, a expansão da fronteira agrícola, embora do ponto de vista quantitativo possa revelar resultados bastante similares, assume formas extremamente variáveis na diversas regiões do país e nos diferentes momentos do período. Tais variações decorrem não apenas da diversidade de origem dos migrantes que vão povoar as várias áreas de expansão, mas também – e talvez principalmente – das relações de produção que norteiam o processo de ocupação e povoamento dos territórios recém-desbravados. Tais variações são examinadas na última parte deste capítulo.

---

[55] Dúvidas a respeito da farta disponibilidade no Brasil de terras agricultáveis de boa qualidade e ainda não incorporadas aos estabelecimentos agropecuários existentes já eram manifestadas no início da década de 1950. Ver a respeito os trabalhos de Carlson (1951), James (1955) e Waibel (1955). Uma colocação mais recente do problema foi tentada através do relatório não publicado mencionado na nota 40 e também por Paiva (1979), cap. III.

Antes de encerrar as considerações deste item, cabe examinar sucintamente outro conjunto de informações propiciadas pelo Quadro II. 4. Trata-se das taxas de participação (% Σ) dos Estados nas somas das áreas totais e de lavouras do país. Essas taxas podem inicialmente ser comparadas à participação relativa de cada Estado na superfície territorial do país. Verifica-se por meio desta comparação que, em termos de áreas totais, só três Estados (Amazonas, Pará e Mato Grosso) mantiveram, durante todo o período, taxas inferiores à de sua participação relativa na superfície territorial do País e, no caso de outro (Maranhão), isto só deixou de ocorrer uma vez por ocasião do Censo de 1950.

Esse número cresce quando se tomam as áreas de lavouras. Nada menos que sete Estados (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás) apresentaram taxas inferiores à da sua participação relativa na superfície territorial. A diferença em questão se deve à diversidade dos graus de concentração dos três indicadores que constam do Quadro II.4. Os seis maiores Estados (Amazonas, Pará, Bahia, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás) compreendiam, em 1970, pouco mais que 56% da área total dos estabelecimentos agropecuários do país, e apenas cerca de 26% das áreas de lavouras.

Além disso, durante o período em pauta, houve algumas importantes modificações na distribuição espacial das áreas totais e das áreas de lavoura. Em 1930, mais de 50% das primeiras pertenciam a estabelecimentos localizados em quatro Estados (Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso e Rio Grande do Sul). Quarenta anos mais tarde, essa situação se mantinha quase inalterada, apenas com Mato Grosso passando à frente dos demais Estados. Já no que se refere às áreas de lavouras, os três Estados (São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul), que abrangiam quase 52% do total em 1930, deixaram de fazê-lo 40 anos mais tarde, quando a participação conjunta dos mesmos baixou para 39%. Em boa parte, isto se deveu à ascensão do Paraná, que em 1970 assumiu o terceiro posto, suplantando Minas Gerais e apenas sendo superado pelo Rio Grande do Sul e por São Paulo, cuja participação relativa também diminuiu acentuadamente. Ainda no tocante às áreas de lavouras, cabe registrar o considerável avanço de Goiás[56] e o não menos considerável recuo das taxas de participação do Estado do Rio de Janeiro.

---

[56] Com relação a este Estado, cumpre mencionar a influência exercida desde a década de 1940 pela política de colonização agrícola do Governo Federal, pela construção das novas capitais do Estado (Goiânia) e do país (Brasília) e pela implantação de vasta infra-estrutura viária. Ver a respeito Waibel (1947), Smith (1973) e Goodman (1978).

QUADRO II.1

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DOS TRÊS SETORES NA RENDA INTERNA DOS ESTADOS E DO BRASIL (%)

Estados	Anos selecionados	Agricultura	Indústria	Serviços
Amazonas	1939	41,10	16,81	42,09
	1948	37,57	9,23	53,20
	1958	31,24	20,03	48,74
	1968	30,95	17,15	51,90
Pará	1939	31,55	16,54	51,89
	1948	26,87	11,46	61,67
	1958	18,65	20,05	61,30
	1968	17,96	16,78	65,25
Maranhão	1939	57,81	11,12	31,07
	1948	44,91	8,94	46,15
	1958	46,20	10,70	43,10
	1968	50,03	7,23	42,74
Piauí	1939	59,38	6,02	34,60
	1948	47,32	3,25	49,43
	1958	42,33	5,71	51,96
	1968	43,24	5,33	51,42
Ceará	1939	43,38	8,54	48,08
	1948	43,26	7,11	49,63
	1958	23,83	11,72	64,55
	1968	40,24	8,33	51,43
Rio Grande do Norte	1939	38,76	10,89	50,35
	1948	47,08	8,93	43,99
	1958	35,07	11,00	53,93
	1968	43,63	9,00	47,37
Paraíba	1939	43,92	13,13	42,94
	1948	51,39	11,34	37,27
	1958	47,34	10,49	42,17
	1968	49,63	9,27	41,10
Pernambuco	1939	28,90	19,75	51,34
	1948	30,50	19,01	50,49
	1958	28,93	16,08	54,99
	1968	26,01	16,76	57,22

Continuação do Quadro II.1

Estados	Anos selecionados	Agricultura	Indústria	Serviços
Alagoas	1939	37,96	22,23	39,81
	1948	44,47	16,41	39,13
	1958	50,03	13,09	36,88
	1968	47,39	14,33	38,28
Sergipe	1939	36,22	17,73	46,06
	1948	39,14	14,96	45,89
	1958	44,28	9,60	46,32
	1968	41,21	7,22	51,58
Bahia	1939	38,46	10,46	51,07
	1948	43,48	7,78	48,73
	1958	35,27	13,75	50,99
	1968	36,51	8,80	54,70
Minas Gerais	1939	43,68	15,18	41,15
	1948	50,17	11,29	38,51
	1958	37,55	12,80	49,56
	1968	27,08	18,37	54,54
Espírito Santo	1939	53,57	6,02	40,41
	1948	45,42	8,04	46,54
	1958	42,18	4,60	53,22
	1968	27,05	6,74	56,21
Rio de Janeiro (+)	1939	6,51	24,24	69,25
	1948	7,47	21,74	70,79
	1958	6,90	21,98	71,12
	1968	5,54	24,22	70,25
São Paulo	1939	22,68	22,03	55,29
	1948	27,57	25,01	47,46
	1958	19,62	31,92	48,45
	1968	12,32	39,51	48,17
Paraná	1939	48,51	14,00	37,49
	1948	48,75	13,91	37,34
	1958	51,89	10,11	38,00
	1968	43,63	9,96	46,41
Santa Catarina	1939	46,81	17,10	36,09
	1948	49,35	16,90	33,75
	1958	45,78	18,38	35,84
	1968	33,95	21,83	44,22

Continuação do Quadro II.1

Estados	Anos selecionados	Agricultura	Indústria	Serviços
Rio Grande do Sul	1939	38,06	16,03	45,91
	1948	37,79	15,87	45,72
	1958	33,59	17,24	49,18
	1968	32,75	16,88	50,37
Mato Grosso	1939	48,99	12,88	38,53
	1948	54,01	6,19	39,80
	1958	53,66	6,22	40,13
	1968	41,54	5,77	52,60
Goiás (++)	1939	70,36	5,78	23,86
	1948	57,99	6,64	35,38
	1958	59,39	4,54	36,07
	1968	47,48	4,54	47,09
BRASIL	1939	25,75	19,53	54,72
	1948	27,66	21,44	50,90
	1958	21,69	25,03	53,28
	1968	17,72	28,49	53,79

FONTE: *Conjuntura Econômica,* setembro 1971.
Observações: (+) Inclusive o antigo Estado da Guanabara.
(++) Inclusive o atual Distrito Federal.

QUADRO II.2

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DOS ESTADOS NO PRODUTO DOS TRÊS SETORES E NA RENDA INTERNA TOTAL (%)

Estados	Anos selecionados	SAE/SAB	SIE/SIB	SSE/SSB	RIE/RIB
Amazonas	1939	1,56	0,96	0,87	1,08
	1948	0,99	0,42	0,89	0,84
	1958	0,99	0,77	0,78	0,83
	1968	0,94	0,47	0,66	0,68
Pará	1939	1,71	1,36	1,53	1,55
	1948	1,01	0,74	1,47	1,19
	1958	0,96	1,26	1,59	1,35
	1968	1,13	0,96	1,72	1,40

Continuação do Quadro II.2

Estados	Anos selecionados	SAE/ SAB	SIE/ SIB	SSE/ SSB	RIE/ RIB
Maranhão	1939	2,47	0,72	0,72	1,22
	1948	1,18	0,40	0,77	0,83
	1958	1,62	0,46	0,77	0,93
	1968	2,38	0,31	0,85	1,06
Piauí	1939	1,76	0,27	0,56	0,85
	1948	0,74	0,09	0,49	0,49
	1958	0,57	0,09	0,35	0,36
	1968	0,97	0,11	0,48	0,50
Ceará	1939	3,17	0,94	1,91	2,08
	1948	2,49	0,70	1,81	1,82
	1958	1,04	0,62	1,42	1,15
	1968	3,90	0,73	2,08	2,15
Rio Grande do Norte	1939	1,13	0,48	0,80	0,83
	1948	1,31	0,43	0,78	0,88
	1958	0,76	0,29	0,59	0,57
	1968	1,68	0,32	0,76	0,86
Paraíba	1939	1,98	0,90	1,05	1,29
	1948	2,33	0,88	1,08	1,44
	1958	1,73	0,47	0,78	0,96
	1968	2,30	0,39	0,80	1,03
Pernambuco	1939	4,49	4,65	4,33	4,43
	1948	3,91	4,18	4,12	4,06
	1958	3,96	2,69	3,81	3,61
	1968	3,96	2,32	3,64	3,39
Alagoas	1939	1,17	1,04	0,67	0,88
	1948	1,30	0,82	0,73	0,92
	1958	1,62	0,52	0,60	0,85
	1968	1,55	0,43	0,52	0,73
Sergipe	1939	0,77	0,57	0,54	0,61
	1948	0,69	0,45	0,51	0,56
	1958	0,85	0,23	0,45	0,51
	1968	0,92	0,15	0,48	0,50

Continuação do Quadro II.2

Estados	Anos selecionados	SAE/ SAB	SIE/ SIB	SSE/ SSB	RIE/ RIB
Bahia	1939	6,04	2,49	4,35	4,48
	1948	5,59	1,72	3,99	4,08
	1958	5,41	2,58	3,95	4,04
	1968	6,93	1,52	4,33	4,22
Minas Gerais	1939	15,28	8,04	7,81	9,99
	1948	18,30	7,07	8,95	11,57
	1958	14,26	5,93	9,49	9,98
	1968	12,21	7,52	10,26	10,02
Espírito Santo	1939	2,23	0,38	0,91	1,19
	1948	1,59	0,48	1,04	1,11
	1958	1,73	0,23	1,10	1,08
	1968	2,14	0,35	1,36	1,29
Rio de Janeiro (+)	1939	4,77	26,93	27,55	20,92
	1948	4,42	22,08	28,67	18,77
	1958	4,75	18,51	29,78	18,15
	1968	4,07	16,17	21,55	16,35
São Paulo	1939	24,72	36,37	32,69	31,10
	1948	29,15	45,50	31,92	33,53
	1958	26,34	52,36	32,87	35,35
	1968	19,51	56,85	31,85	35,23
Paraná	1939	4,91	2,14	2,06	2,89
	1948	6,37	3,12	3,11	4,14
	1958	11,47	2,73	4,24	5,82
	1968	12,03	2,50	5,34	6,13
Santa Catarina	1939	3,67	2,03	1,54	2,23
	1948	4,25	2,50	1,85	2,73
	1958	4,53	2,22	1,79	2,61
	1968	4,04	2,36	2,19	2,64
Rio Grande do Sul	1939	13,58	8,67	8,89	10,19
	1948	11,09	7,86	8,40	9,16
	1958	11,80	7,40	8,74	9,26
	1968	12,61	5,90	8,09	8,56

Continuação do Quadro II.2

Estados	Anos selecionados	SAE/ SAB	SIE/ SIB	SSE/ SSB	RIE/ RIB
Mato Grosso	1939	1,59	0,62	0,68	0,93
	1948	1,56	0,37	0,73	0,92
	1958	2,40	0,34	0,91	1,18
	1968	1,81	0,23	0,95	0,97
Goiás (++)	1939	2,89	0,36	0,53	1,17
	1948	1,75	0,34	0,68	0,95
	1958	1,19	0,30	0,98	1,42
	1968	4,91	0,43	2,07	2,30

FONTE: *Conjuntura Econômica*, setembro 1971.
Observações: SAE – setor agrícola do Estado
SAB – setor agrícola do Brasil
SIE – setor industrial do Estado
SIB – setor industrial do Brasil
SSE – setor serviços do Estado
SSB – setor serviços do Brasil
RIE – renda interna do Estado
RIB – renda interna do Brasil
(+) – inclui o antigo Estado da Guanabara
(++) – inclui o atual Distrito Federal

QUADRO II.3

DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO BRASIL

Unidade da Federação	PEA	1940		1950		1960		1970	
		Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
Acre	I	17.287	0,18	23.359	0,23	38.103	0,31	44.328	0,34
	T	27.785	0,20	38.959	0,22	48.054	0,21	64.540	0,21
	I/T	-	62,21	-	59,95	-	79,29	-	68,68
Amazonas	I	114.256	1,18	121.442	1,18	156.096	1,26	167.184	1,28
	T	149.180	1,06	162.762	0,95	220.804	0,97	280.799	0,95
	I/T	-	76,58	-	74,61	-	70,69	-	59,53
Pará	I	241.605	2,49	239.957	2,34	305.630	2,46	358.448	2,74
	T	335.252	2,39	364.378	2,12	494.448	2,17	649.418	2,19
	I/T	–	72,06	-	65,85	-	62,81	-	55,19

Continuação do Quadro II.3

Unidade da Federação	PEA	1940		1950		1960		1970	
		Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
Maranhão	I	354.250	3,65	403.183	3,93	651.378	5,25	762.900	5,83
	T	425.650	3,03	489.214	2,85	789.928	3,47	973.160	3,29
	I/T	–	83,22	-	82,41	–	82,46	-	78,39
Piauí	I	217.158	2,24	250.562	2,44	287.081	2,31	346.875	2,65
	T	267.952	1,91	303.733	1,77	378.893	1,66	484.666	1,63
	I/T	-	81,04	-	82,49	-	75,76	-	71,56
Ceará	I	521.231	5,37	604.422	5,89	690.926	5,57	749.090	5,76
	T	666.234	4,75	802.815	4,69	1.042.871	4,58	1.255.440	4,24
	I/T	-	78,23	-	75,28	-	66,25	-	59,66
R. G. Norte	I	216.539	2,23	212.910	2,08	231.202	1,86	240.955	1,84
	T	269.951	1,92	286.649	1,67	337.216	1,48	410.111	1,38
	I/T	-	80,21	-	74,27	-	68,56	-	58,75
Paraíba	I	404.754	4,17	407.338	3,97	437.615	3,53	437.937	3,35
	T	477.162	3,40	517.275	3,02	595.354	2,61	675.409	2,28
	I/T	-	84,83	-	78,74	-	73,50	-	64,84
Pernambuco	I	702.035	7,24	746.970	7,28	806.679	6,50	764.738	5,84
	T	938.501	6,69	1.120.708	6,54	1.305.034	5,73	1.505.150	5,09
	I/T	-	74,81	-	66,65	-	61,81	-	50,80
Alagoas	I	255.545	2,63	266.543	2,60	314.036	2,53	323.155	2,47
	T	322.016	2,29	352.175	2,05	426.009	1,87	482.574	1,63
	I/T	-	79,36	-	75,68	-	73,71	-	66,96
Sergipe	I	137.402	1,42	144.702	1,41	178.057	1,43	161.815	1,24
	T	189.934	1,35	210.843	1,23	258.598	1,13	265.582	0,89
	I/T	-	72,34	-	68,63	-	68,85	-	60,92
Bahia	I	1.073.417	11,07	1.096.540	10,69	1.355.576	10,92	1.437.364	10,98
	T	1.389.566	9,91	1.515.860	8,85	1.942.181	8,53	2.301.697	7,78
	I/T	-	77,25	-	72,33	-	67,79	-	62,44
Minas Gerais	I	1.658.380	17,10	1.677.985	16,36	1.925.559	15,52	1.717.333	13,12
	T	2.149.546	15,33	2.450.963	14,31	3.102.850	13,63	3.460.615	11,70
	I/T	-	77,15	-	68,46	-	62,05	-	49,63
E. Santo	I	206.186	2,13	205.215	2,00	240.223	1,94	240.383	1,84
	T	252.867	1,80	276.789	1,61	352.474	1,54	457.787	1,54
	I/T	-	81,54	-	74,14	-	68,15	-	52,50
R. Janeiro	I	373.949	3,85	332.655	3,24	318.033	2,56	256.161	1,96
	T	1.194.889	8,52	1.695.528	9,90	2.157.722	9,48	2.916.114	9,87
	I/T	-	31,30	-	19,62	-	14,73	-	8,78

Continuação do Quadro II.3

Unidade da Federação	PEA	1940		1950		1960		1970	
		Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%	Habitantes	%
São Paulo	I	1.546.610	15,94	1.482.133	14,45	1.475.732	11,89	1.301.830	9,94
	T	2.623 540	18,71	3 434.971	20,06	4.517.594	19,85	6.372.842	21,56
	I/T	-	58,95	-	43,14	-	32,66	-	20,43
Paraná	I	304.437	3,14	477 979	4,66	983 404	7,93	1.438 838	10,99
	T	412.475	2,94	694.768	4,05	1.413 460	6,21	2.276.754	7,70
	I/T	-	73,81	-	68,79	-	69,57	-	63,19
S. Catarina	I	286.858	2,96	308 753	3,01	402.149	3,24	451.697	3,45
	T	384.973	2,74	473 688	2,76	641.195	2,81	882.229	2,98
	I/T	-	74,51	-	65,18	-	62,71	-	51,19
R. G. do Sul	I	761.355	7,85	835.830	8,15	964.460	7,77	1.044.760	7,98
	T	1.113 989	7,94	1.423 149	8,31	1.759 420	7,73	2.268 935	7,67
	I/T	-	68,34	-	58,73	-	54,81	-	46,04
Mato Grosso	I	90 754	0,94	112.272	1,09	281.489	2,27	313 454	2,39
	T	143 571	1,02	171.014	0,99	302.855	1,33	528 406	1,78
	I/T	-	63,21	-	65,65	-	66,52	-	59,32
Goiás	I	216.486	2,23	297 583	2,90	439 929	3,55	631.113	4,82
	T	265.428	1,89	363 122	2,12	662.759	2,91	1.044.996	5,53
	I/T	-	81,56	-	81,95	-	66,37	-	60,39
BRASIL	I	9 700 544	100	10 253 870	100	12.408 299	100	13 090 358	100
	T	14.020 123	100	17 117 362	100	22.750 028	100	29 557 224	100
	I/T	-	69,19	-	59,90	-	54,54	-	44,28

FONTE: IBGE, *Recenseamentos Gerais – Censos Demográficos*

(1) – Foram feitos os seguintes agrupamentos: AM & RR, PA & AP, PE & FN, RJ & GB, MT & RD, GO & DF.

(2) – *Abreviações:* I: PEA do Setor Primário;

T: PEA Total;

I/T: $\frac{\text{PEA do Setor Primário}}{\text{PEA Total}}$

(3) Como se sabe, a PEA abrange todas as pessoas de 10 anos ou mais que tenham trabalhado nos 12 meses anteriores ao Censo.

O Censo de 1970 incluiu também aquelas pessoas que estivessem procurando trabalho pela primeira vez na data do mesmo.

O setor primário compreende as seguintes atividades econômicas: agricultura, pecuária, silvicultura, extrativismo vegetal, caça e pesca.

(+) Obtido por resíduo.

QUADRO II.4

TAXAS DE PARTICIPAÇÃO DAS ÁREAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL (%)

Estados +	Superfície 1.000 ha (%)++	Indicadores +++	1920	1930 ++++	1940	1950	1960	1970
Acre	15.259	AT	27,18	36,25	45,32	58,31	61,51	27,01
	(1,80)	%Σ	2,37	3,02	3,63	3,83	3,76	1,40
		AL	0,07	0,32	0,58	0,09	0,13	0,23
		%Σ	0,16	0,39	0,47	0,07	0,07	0,10
Amazonas	179.177	AT	4,19	4,47	4,74	3,45	4,06	3,39
	(21,19)	%Σ	4,29	4,38	4,46	2,66	2,91	2,06
		AL	0,01	0,10	0,19	0,03	0,05	0,09
		%Σ	0,30	1,41	1,81	0,28	0,34	0,47
Pará	136.660	AT	7,19	7,28	7,38	5,29	4,75	8,31
	(16,16)	%Σ	5,61	5,44	5,29	3,11	2,60	3,86
		AL	0,07	0,21	0,36	0,11	0,22	0,28
		%Σ	1,38	2,29	2,62	0,85	1,06	1,11
Maranhão	32.462	AT	9,24	9,25	9,27	29,38	25,31	33,25
	(3,84)	%Σ	1,71	1,64	1,58	4,11	3,29	3,67
		AL	0,19	0,54	0,88	1,01	2,76	2,35
		%Σ	0,93	1,37	1,52	1,72	3,12	2,25
Piauí	25.355	AT	21,89	20,45	18,97	31,07	35,92	37,89
	(3,00)	%Σ	3,17	2,84	2,52	3,39	3,64	3,27
		AL	0,24	0,82	1,42	0,89	1,83	2,51
		%Σ	0,93	1,65	1,91	1,18	1,62	1,87
Ceará	14.682	AT	38,48	48,21	58,62	69,48	74,54	82,45
	(1,74)	%Σ	3,23	3,87	4,51	4,39	4,38	4,12
		AL	1,25	5,10	8,94	5,63	10,66	16,07
		%Σ	2,76	5,87	6,97	4,33	5,45	6,94
R. G. Norte	5.301	AT	45,52	54,08	62,65	71,10	69,53	86,25
	(0,63)	%Σ	1,38	1,57	1,74	1,64	1,48	1,55
		AL	0,48	3,98	7,48	8,37	11,72	14,56
		%Σ	0,38	1,66	2,11	2,32	2,16	2,27

Continuação do Quadro II.4

Estados +	Superfície 1.000 ha (%)++	Indicadores +++	1920	1930 ++++	1940	1950	1960	1970
Paraíba	5.637	AT	66,56	64,75	62,94	63,99	72,20	81,30
	(0,67)	%Σ	2,14	2,00	1,86	1,55	1,63	1,56
		AL	1,58	7,30	13,02	11,72	17,96	20,97
		%Σ	1,34	3,23	3,90	3,46	3,53	3,42
Pernambuco	9.831	AT	52,45	45,94	39,43	51,09	60,27	65,04
	(1,16)	%Σ	2,94	2,47	2,03	2,16	2,37	2,17
		AL	2,54	5,68	8,81	10,16	14,03	14,98
		%Σ	3,77	4,38	4,60	5,23	4,87	4,33
Alagoas	2.765	AT	48,75	50,34	51,97	53,63	68,97	80,98
	(0,33)	%Σ	0,77	0,76	0,75	0,64	0,76	0,76
		AL	3,06	6,28	9,50	10,19	15,55	20,68
		%Σ	1,29	1,36	1,40	1,48	1,50	1,68
Sergipe	2.199	AT	34,29	36,93	39,61	50,57	66,80	79,26
	(0,26)	%Σ	0,43	0,44	0,46	0,48	0,59	0,59
		AL	2,38	3,84	5,30	6,16	8,14	9,20
		%Σ	0,79	0,66	0,62	0,71	0,62	0,60
Bahia	55.995	AT	15,09	18,62	23,94	28,10	31,55	39,76
	(6,62)	%Σ	4,83	5,70	7,03	6,78	7,07	7,57
		AL	0,76	1,66	2,56	2,45	3,85	4,22
		%Σ	6,40	7,30	7,62	7,19	7,53	6,95
M. Gerais	58.255	AT	47,02	52,24	57,46	62,88	65,81	72,11
	(6,89)	%Σ	15,64	16,64	17,55	15,78	15,34	14,28
		AL	2,67	3,77	4,87	5,04	6,18	6,08
		%Σ	23,45	17,25	15,06	15,38	12,54	10,42
E. Santo	4.560	AT	28,07	35,83	43,60	55,37	63,36	82,43
	(0,54)	%Σ	0,73	0,89	1,04	1,09	1,16	1,28
		AL	4,90	8,65	12,40	12,89	16,18	15,21
		%Σ	3,37	3,10	3,00	3,08	2,57	2,04
R. Janeiro	4.330	AT	71,69	74,71	77,71	74,34	69,82	76,58
	(0,51)	%Σ	1,77	1,77	1,76	1,39	1,21	1,13
		AL	6,71	11,99	17,27	14,09	14,34	14,79
		%Σ	4,38	4,08	3,97	3,20	2,16	1,88

Continuação do Quadro II.4

Estados +	Superfície 1.000 ha (%)++	Indicadores +++	1920	1930 ++++	1940	1950	1960	1970
S. Paulo	24.732	AT	56,13	65,63	75,13	76,86	78,05	82,55
	(2,92)	%Σ	7,93	8,87	9,74	8,19	7,73	6,94
		AL	8,03	12,75	17,47	17,21	19,28	19,15
		%Σ	29,88	24,75	22,93	22,30	16,61	13,94
Paraná	19.906	AT	26,64	29,02	31,41	40,35	57,19	73,48
	(2,35)	%Σ	3,03	3,16	3,28	3,46	4,56	4,97
		AL	1,12	2,48	3,84	6,82	17,27	23,70
		%Σ	3,36	3,87	4,06	7,11	11,98	13,88
S. Catarina	9.548	AT	37,37	44,15	50,92	55,70	62,31	73,58
	(1,13)	%Σ	2,04	2,30	2,55	2,29	2,38	2,39
		AL	1,23	3,08	4,93	7,01	10,40	13,95
		%Σ	1,76	2,31	2,50	3,51	3,46	3,92
R. G. Sul	26.753	AT	69,45	72,93	76,41	82,49	81,00	88,99
	(3,16)	%Σ	10,61	10,67	10,72	9,50	8,67	8,09
		AL	2,83	4,59	6,36	9,35	13,87	18,61
		%Σ	11,39	9,64	9,03	13,11	12,92	14,65
M. Grosso	147.459	AT	13,29	13,67	14,04	20,15	21,00	32,13
	(17,44)	%Σ	11,19	11,02	10,86	12,79	12,40	16,11
		AL	0,01	0,13	0,25	0,10	0,26	0,54
		%Σ	0,31	1,55	1,99	0,77	1,34	2,35
Goiás	64.781	AT	38,33	34,29	30,26	37,96	44,79	55,50
	(7,66)	%Σ	14,18	12,15	10,28	10,59	11,61	12,22
		AL	0,18	0,36	0,54	0,72	1,53	2,55
		%Σ	1,71	1,83	1,87	2,43	3,45	4,85
BRASIL	845.651	AT	20,71	21,63	22,55	27,46	29,55	34,78
	(100,0)	Σ	175.105	182.912	190.720	232.211	249.862	294.145
		AL	0,79	1,51	2,23	2,26	3,40	4,02
		Σ	6.642	12.739	18.835	19.095	28.712	33.984

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Agropecuários

Observações:

(+) Foram feitas as agregações espaciais do quadro II.3

(++) Os números entre parênteses representam a participação percentual do Estado na superfície total do Brasil

(+++) As siglas e os símbolos têm os seguintes significados: AT, área total; AL, área de lavouras; e % Σ participação no total do Brasil

(++++) Os dados brutos foram estimados por interpolação linear

4. PRINCIPAIS DETERMINANTES DO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

A expansão da fronteira agrícola, quando conjugada a um processo de industrialização cada vez mais intenso e a crescentes migrações rural-urbanas, não resulta numa mera reprodução ampliada do sistema produtivo preexistente. Sobretudo a médio e longo prazos, este sistema não apenas se amplia, mas também, e principalmente, se transforma, com base numa crescente tecnificação do trabalho, no uso cada vez mais abrangente dos recursos do solo e, portanto, numa produtividade cada vez maior da mão-de-obra e dos meios de produção que esta utiliza. Todas essas transformações se refletem no aumento das quantidades produzidas – por trabalhador e por unidade de área e/ou de produção. Além disso, elas permitem a liberação de forças produtivas passíveis de serem utilizadas no desenvolvimento dos demais setores da economia.

Os quadros apresentados a seguir procuram ilustrar o modo pelo qual se deu esse processo na produção agropecuária do Brasil. Antes de analisá-los, todavia, convém dizer algo mais sobre as relações entre a industrialização da economia nacional e o desenvolvimento do setor agropecuário. Nesse sentido, cabe ressaltar que foi apenas num estágio relativamente avançado de desenvolvimento que a produção do setor industrial passou a contribuir direta e decididamente para elevar a produtividade do setor agropecuário através do fornecimento de meios de produção (insumos e instrumentos de trabalho) mais eficientes.

Isso não era devido unicamente à falta de oferta por parte do setor industrial, mas também, em boa parte, à falta de demanda por parte do setor agropecuário. As importações deste, antes da produção de tais meios pela indústria do país, sempre foram relativamente modestas e restritas ao atendimento de algumas poucas culturas e atividades, especialmente as voltadas para os mercados externos. Naquele período, a influência da indústria – na medida em que realmente se fazia sentir – era apenas indireta. Aos poucos, todavia, ela foi se tornando cada vez mais poderosa, exercendo-se numa primeira instância através da demanda e dos preços pagos pelos produtos agropecuários que ela, cada vez mais, ia transformando em produtos industrializados, e também por meio do aumento e da diversificação da oferta desses.

Essa crescente oferta não foi induzida por uma crescente demanda da parte dos produtores do setor agropecuário, mas pela demanda insatisfei-

ta dos mercados urbanos, que, por vários motivos, deixou de ser adequadamente atendida pelas importações. A demanda de produtos industrializados por parte da massa dos produtores agropecuários somente surgiu e se expandiu mais tarde e paulatinamente, com a destruição da auto-suficiência rural baseada na policultura alimentar e no artesanato. Através desse processo, o setor industrial não apenas ampliou o mercado para seus produtos, como fez com que os estabelecimentos agropecuários se especializassem e ampliassem cada vez mais a produção de determinados bens. Por sua vez, a referida especialização e a crescente produtividade que ela requer foram criando as condições para a demanda e a introdução dos modernos meios de produção de origem industrial.

Antonio Candido mostrou bem como isso se deu em nível dos pequenos estabelecimentos de subsistência, os últimos a serem incorporados ao circuito da economia de mercado. "Hoje em dia" – dizia ele em meados da década de 1950 – "o fim do regime de auto-suficiência econômica não permite ao pequeno agricultor prover por inteiro as próprias necessidades alimentares... Atualmente apenas o feijão, dentre os alimentos básicos, não depende de contatos comerciais... É uma consideração realmente importante, se nos lembrarmos da vida anterior... em que os elementos da dieta eram obtidos e manipulados em casa, com a única exceção do sal" (Candido, 1964, p. 111). "O homem rural depende, portanto, cada vez mais, da vila e das cidades, não só para adquirir bens manufaturados, mas para adquirir e manipular os próprios alimentos" (*idem*, p. 112).

Mais adiante, o mesmo autor indicava como a penetração, nas áreas rurais, de novos bens de consumo fez surgir "necessidades novas que contribuem para criar ou intensificar os vínculos com a vida nas cidades" (*idem*, p. 129). "Doravante, ele (o caipira) compra cada vez mais, desde a roupa e utensílios até alimentos e bugigangas de vários tipos; em conseqüência, precisa vender cada vez mais" (*ibidem*). Isso leva a uma "profunda alteração do (seu) ritmo de trabalho, a cujo propósito pode-se falar de uma verdadeira redefinição" (*idem*, p. 132). Esse "novo ritmo de trabalho obriga-o a concentrar um esforço cada vez maior nas tarefas essenciais da produção agrícola" (*idem*, p. 142). "Assim, o aumento das horas de trabalho (na produção agrícola) leva à queda da indústria e da manipulação doméstica e, conseqüentemente, à necessidade de comprar o que antes se produzia" (*ibidem*).

O Quadro III.1, apresentado a seguir, mostra a evolução do número e do tamanho médio dos estabelecimentos do setor – medido através das áreas médias totais (AM) e de lavouras (AML), bem como pelas médias de

pessoal ocupado (MPO) e de bovinos (BOV) por estabelecimento. Enquanto o número de estabelecimentos aumentou substancialmente e de forma quase ininterrupta em praticamente todos os Estados, os coeficientes de tamanho médio apresentaram uma tendência declinante ao longo do período. É importante assinalar, contudo, que essa tendência, via de regra, tem-se mostrado menos acentuada com relação às áreas médias de lavouras. Isso constitui um indício de que se trata de algo mais do que uma simples redução das escalas médias de atividades dos estabelecimentos. Por outro lado, nunca é demais ressaltar, desde logo, que as tendências quantitativas observadas englobam vários processos – notadamente a multiplicação dos minifúndios, cujo número crescente passa a representar um peso cada vez maior no denominador que configura as médias de tamanho. Como se procura mostrar mais adiante, na última parte deste capítulo, o setor agropecuário do Brasil sempre esteve longe de ser homogêneo e, com o passar do tempo, é possível constatar que até ele foi se tornando cada vez mais heterogêneo. Essa característica acarreta a necessidade de se analisarem os dados de forma desagregada, por estratos de áreas totais.

Mas, inclusive em termos agregados, pode-se chegar a constatações bastante diversas das primeiras aparências – por exemplo, ao analisar a evolução, através do período, dos coeficientes de uso do solo dos estabelecimentos agropecuários. Tais coeficientes, apresentados no Quadro III.2, permitem observar que, ao lado da redução do tamanho médio dos estabelecimentos, houve um processo de intensificação geral do uso do solo, manifestado: (a) pelo quase contínuo aumento das taxas de participação percentual das áreas de lavouras nas áreas totais; (b) pela relativa estabilidade das taxas de participação das áreas de pastagens; (c) pelo aumento da participação conjunta de ambas; (d) pela estabilidade ou aumento das taxas de suporte de bovinos por hectare de pastagem; (e) pela relativa estabilidade, a partir de 1930, das áreas totais por pessoa ocupada.

Todas essas tendências podem ser constatadas para o Brasil como um todo e também em vários Estados. Considerações semelhantes podem ser feitas no que tange aos dados apresentados no Quadro III.3, relativos à tecnificação do sistema produtivo. Esse quadro mostra: (1) o aumento ponderável das áreas de lavouras por pessoa ocupada, e (2) uma diminuição considerável do número de estabelecimentos por arado, de áreas totais e de pessoas ocupadas por trator.

Esses três quadros comprovam que o aumento da produção agropecuária do país durante os últimos decênios se deve não apenas à expansão da área cultivada e ao crescimento do rebanho, mas também à melhoria

da produtividade das culturas da criação animal.[57] Vale a pena tentar aprofundar a análise da evolução dos vários indicadores constantes dos mesmos, comparando os Estados dotados de áreas de expansão da fronteira agrícola com os Estados de fronteiras agrícolas (relativamente) estabilizadas, e também as várias décadas que compõem o período em pauta.

Começando pelo número de estabelecimentos, verifica-se que ele tem crescido mais acentuadamente nos Estados de fronteira agrícola em expansão (exceto o Pará), vindo a seguir a maioria dos Estados do Nordeste (desde o Ceará até a Bahia) – onde tem havido um acentuado processo de minifundização, como se pode comprovar pelos baixos e decrescentes índices de áreas médias por estabelecimento. Estas têm sido sistematicamente superiores aos índices nacionais nos Estados amazônicos (Acre, Amazonas e Pará) e do Centro-Oeste (Mato Grosso e Goiás), todos dotados de fartas áreas de expansão da fronteira agrícola. Já no Maranhão, elas deixaram de ser maiores a partir de 1930, e no Paraná elas sempre foram inferiores, o contrário se dando no Piauí, onde só não foram superiores em 1970. Por seu lado, na maioria dos Estados de fronteiras agrícolas estabilizadas, elas têm sido sistematicamente menores do que os índices nacionais. Apresentam-se como exceções os Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, cujos índices têm flutuado em relação às médias nacionais; Minas Gerais, cujas médias – a partir de 1930 – têm sido superiores aos índices nacionais; e São Paulo que, a partir de 1970, passou a ter a mesma característica. Esse último Estado, além do Pará, foi o único em que houve um aumento das áreas médias na última década do período. De modo geral, os indicadores em questão mantiveram-se sistematicamente em baixa – exceto durante a década de 1940-50, na qual houve uma elevação das referidas médias em nada menos que doze Estados, situados nas mais diversas regiões do país.

Passando às áreas médias de lavouras por estabelecimento, verifica-se que elas só foram sistematicamente maiores do que os índices nacionais nos Estados do Ceará, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo durante o período todo, e, nos Estados do Rio Grande do Norte e do Paraná, a partir de 1930. Em todos os demais, essas médias têm-se mantido inferiores, com exceção de uma ou outra década. Quanto às tendências através do tempo, vale a pena ressaltar que as mesmas só deixaram de ser decrescentes nos estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul

[57] Ver as considerações a respeito de Paiva & outros (1973), pp. 62 e segs.

e Goiás. Apesar de também se apresentarem decrescentes, as médias de São Paulo sempre têm sido, de longe, as mais elevadas do país.

É interessante observar que este último Estado é um dos poucos cujas médias de pessoal ocupado por estabelecimento têm geralmente estado acima dos índices nacionais. Nesse particular, São Paulo foi apenas superado durante o período pelos Estados de Minas Gerais e do Ceará. Por outro lado, não deixa de ser significativo que os índices em questão do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Pará sempre tenderam a ser inferiores às médias nacionais, o mesmo ocorrendo, depois de 1930, com Sergipe e Maranhão. A evolução dessas médias através do tempo tem-se apresentado declinante em praticamente todos os Estados e durante todo o período; quando muito, elas permaneceram constantes por duas ou mais décadas sucessivas. As únicas exceções foram os três Estados do extremo-sul, com a média do Paraná chegando a crescer entre 1940 e 1950 (de quatro para seis pessoas ocupadas por estabelecimento); a de Santa Catarina se mantendo constante (em quatro) a partir de 1930; e a do Rio Grande do Sul crescendo entre 1920 e 1930, mantendo-se constante a partir daí até 1960. Pode-se notar ainda que em 1970 nenhum Estado apresentou um índice superior à média nacional (quatro pessoas ocupadas por estabelecimento), que assim passou a constituir-se num padrão geral.

Com relação ao número de bovinos por estabelecimento, apenas quatro Estados (Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Minas Gerais) têm apresentado índices superiores às médias nacionais. Incidentalmente trata-se dos principais Estados de pecuária bovina do país. Até 1950, o Piauí também se incluía nessa categoria e, a partir daquele ano, foi a vez de São Paulo passar a integrar-se ao grupo. Todos os demais Estados aparecem com índices inferiores. Quanto às tendências através do tempo, cumpre destacar a progressão do Espírito Santo, cujos índices têm crescido ininterruptamente a partir da década de 1930.

Na maioria dos Estados, porém, tem predominado uma tendência decrescente com interrupções parciais nas décadas de 1940 e 1960. Essa tendência, entretanto, não teve como contrapartida uma redução proporcional da participação das áreas de pastagens nas áreas totais. Antes, pelo contrário, a referida participação tendeu a crescer durante o período, e de forma progressiva. Assim, nas décadas de 1920 e 1930, ela cresceu em seis Estados; na de 1940, em nove; na de 1950, em quinze; e na de 1960, em dezesseis.

Em parte, essa expansão territorial da pecuária vinculou-se ao esgotamento dos solos por modalidades predatórias de cultivo e aos conseqüen-

tes rendimentos decrescentes auferidos principalmente pelas grandes lavouras. Como foi assinalado por Bernardes (1961), p. 376, "a fazenda de gado, tendo-se originado mais caracteristicamente em campos de vegetação aberta julgados inadequados para uma agricultura lucrativa (campos limpos, campos cerrados ou caatinga), acabou por se difundir também em terras (originalmente) florestais, via de regra em terras total ou parcialmente exauridas pela agricultura". Mas, ao mesmo tempo, ela também se deveu em parte a motivações puramente mercantis e especulativas. Segundo mostra o mesmo autor, essa expansão ocorreu igualmente "em certas áreas de mata, onde... os fazendeiros dilataram o domínio da pecuária após uma breve ocupação pioneira pela pequena agricultura". Trata-se de cultivos desenvolvidos por posseiros e meeiros, que são obrigados, "depois de algumas colheitas, a entregar a terra com o pasto formado" (*ibidem*).

Tanto num caso como no outro, isso acabou se traduzindo na permanência e difusão de uma pecuária ultra-extensiva caracterizada por baixíssimas taxas de suporte (na maioria dos casos, inferior a um bovino por hectare de pasto). Nunca é demais assinalar a esse propósito que a pecuária bovina no Brasil, além de muitas vezes constituir uma atividade funcionalmente separada da agricultura,[58] com freqüência não se destina prioritariamente a fins produtivos nem está propriamente voltada para o abastecimento habitual do mercado. Fora dos Estados mais desenvolvidos do Sudeste e do Sul, e às vezes mesmo nesses, os rebanhos tendem a ser encarados por muitos proprietários mais como uma reserva de valor do que como fonte de receita.[59] Eles desempenham esse papel não apenas em si mesmos, ao se multiplicarem "naturalmente" e por não se desvalorizarem com a inflação, mas também – e talvez principalmente – através do domínio que eles asseguram sobre a propriedade da terra, que, por sua

[58] Também sob este aspecto, o Estado de São Paulo tem constituído uma importante exceção. Nele, a pecuária acha-se muitas vezes e há tempos funcionalmente vinculada à cafeicultura – quer como fonte de adubação orgânica dos cafezais, quer como fonte de receita suplementar ou até alternativa à rubiácea, nas épocas de baixa da produção ou dos preços da mesma. Cf. Mombeig (1957), p. 722-723. Já para o Brasil como um todo, continuam sendo válidas até hoje as observações de Bernardes (1961), p. 375-376, sobre a convivência entre a pecuária extensiva e a agricultura de subsistência, e sobre a hegemonia da primeira em relação à segunda – mesmo quando esta se torna bastante intensa.

[59] A mesma constatação, mais adiante explicitada, foi feita também por Dias (1978), p. 15. Para uma visão de conjunto, crítica e diferenciada, da pecuária bovina no Brasil, ver as considerações ainda bastante atuais de Paixão (1959), pp. 65-73.

vez, também é encarada mais como reserva de valor do que como recurso produtivo. Para o proprietário de terras exclusivamente interessado na valorização de seus ativos, essa pecuária ultra-extensiva acaba constituindo um bom negócio, na medida em que lhe permite garantir a posse de grandes áreas a baixo custo. Uma boiada rala e pouco produtiva em termos de carne ou de leite sai-lhe mais barata do que um bando de capangas contratados para proteger a propriedade de terras inaproveitadas contra a intrusão dos que desejariam cultivá-las.

Até certo ponto, o mesmo se aplica a projetos de reflorestamento implantados em áreas longínquas de quaisquer centros industriais capazes de aproveitar produtivamente a madeira ou a celulose. Contudo, embora esses fenômenos se manifestem em várias regiões do país, a participação relativa das áreas de lavouras também tem aumentado durante o período em pauta. Isso ocorreu ininterruptamente não apenas nos três Estados meridionais (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), onde a participação relativa das áreas de pastagens tendeu a diminuir, mas também em Goiás e Alagoas. Por outro lado, ela tem aumentado de forma intermitente – com apenas uma interrupção na década de 1940 – nos Estados do Amazonas, Piauí, Ceará, Paraíba e Mato Grosso. Além disso, merece ser registrado que a participação das áreas de lavouras nas áreas totais nunca tendeu a diminuir, em qualquer Estado, por duas ou mais décadas sucessivas. Já o mesmo não pode ser dito da participação relativa das áreas de pastagem, embora esta, de modo geral, também tendesse a crescer.

A comparação dos índices estaduais com as médias nacionais acaba revelando uma tendência a certa especialização regional dentro do setor, pelo menos em termos de agricultura e de pecuária. Assim, pode-se notar que a participação das áreas de lavouras nas áreas totais tem-se apresentado com índices sistematicamente mais elevados do que as médias nacionais nos Estados de Pernambuco, Alagoas e Sergipe no Nordeste, e do Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná no Sudeste e no Sul. Com exceção de apenas um Censo, a mesma situação pode ser constatada em relação a outros três Estados do Nordeste (Rio Grande do Norte, Paraíba e Bahia). No extremo oposto aparecem vários Estados de fronteiras agrícolas "abertas" – como o Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás –, todos com taxas de participação sistematicamente inferiores às médias nacionais. Quanto às áreas de pastagem, esta última situação é registrada em nada menos do que nove Estados do Norte e do Nordeste, e também em Santa Catarina. Com índices sistematicamente superiores às médias nacionais apenas figuram os quatro

Estados anteriormente mencionados em relação ao número de bovinos por estabelecimento, a saber: Goiás, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.

Este último parece determinar a evolução da média nacional do número de bovinos por hectare de pastagem, tendo em vista a sua grande participação no total do país e a igualdade que se nota entre a referida média e os índices do Estado durante o período em pauta. Situam-se sistematicamente acima dessa média os índices dos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia, no Nordeste; Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, no Sudeste; e mais os do Rio Grande do Sul, indubitavelmente o Estado de pecuária mais avançada. Sistematicamente abaixo só aparecem os índices de Mato Grosso e Goiás. Quanto às tendências das últimas décadas, cabe registrar o aumento ininterrupto dos referidos índices nos três Estados meridionais (Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná), e a sua elevação intermitente no Estado de São Paulo.

As áreas totais por pessoa ocupada não têm diminuído de modo uniforme e contínuo em todo o país. Os índices de vários Estados situados em regiões de expansão da fronteira agrícola têm-se apresentado sistematicamente mais elevados do que as médias nacionais. Isso ocorreu durante todo o período nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Piauí, Mato Grosso e Goiás. No outro extremo aparecem a maioria dos Estados do Nordeste e mais o Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo – todos com índices sistematicamente menores do que as médias nacionais, uma situação que também começou a registrar-se em Santa Catarina a partir de 1930. Durante o período como um todo, a tendência predominante tem sido de baixa desses coeficientes, com interrupções nas décadas de 1940-50 e de 1960-70, quando as áreas totais por pessoa ocupada nos estabelecimentos agropecuários tornaram a aumentar em diversos Estados.

Quanto às áreas de lavouras por pessoa ocupada, houve, para o país como um todo, um aumento de 90% entre 1920 e 1970. Boa parte desse aumento se deu nas duas primeiras décadas do período. De 1940 em diante, o crescimento desses índices tornou-se bem mais lento, mas nunca se interrompeu, sendo indiscutível o seu efeito compensatório em relação à persistência dos baixos índices de produtividade por área. Como é sabido, boa parte do aumento das áreas e da produção *per capita* foi devida à expansão da fronteira agrícola, a qual – com raras e significativas exceções (notadamente no caso do Paraná) – freqüentemente se deu em terras de qualidade inferior. Mas, podem ser mencionados também outros fatores que influíram no mesmo sentido, como a melhoria – em algumas

regiões – das condições sanitárias vigentes no meio rural, como, por exemplo, via profilaxia da malária (Paiva, 1954).

Nada menos que sete Estados (Rio Grande do Norte, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás) apresentaram esse tipo de evolução. Mas apenas quatro tiveram, durante o período todo, índices superiores às médias nacionais. Trata-se dos Estados do Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Aos três últimos têm cabido sistematicamente os maiores índices do país. No outro extremo situam-se vários Estados do Nordeste (Piauí, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia) e mais o Maranhão e Minas Gerais, que têm apresentado índices sistematicamente inferiores às médias nacionais. Essa situação se deve em boa parte à maior ou menor disponibilidade de meios de trabalho por estabelecimento e/ou por pessoa ocupada. A mencionada disponibilidade pode ser aferida através dos três últimos coeficientes do Quadro III.3.

Começando pelo número de estabelecimentos por arado, verifica-se que, no país como um todo, houve uma lenta porém sistemática redução desse índice durante o período em pauta, com fases de maior aceleração nas décadas de 1920/30 e 1940/50. De certa forma, essa tendência nacional reflete o que ocorreu em São Paulo, embora num nível mais baixo. A redução ininterrupta desse coeficiente só ocorreu no Espírito Santo e em Goiás, ambos os quais figurando entre a grande maioria dos Estados com índices sistematicamente superiores às médias nacionais. A referida situação só deixou de se verificar integralmente nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul – especialmente neste último, cuja relação de estabelecimentos por arado tem girado em torno de 1 desde 1930. Trata-se de um índice que só foi alcançado por São Paulo em 1950 e por Santa Catarina em 1970.

Quanto mais elevada a relação entre o número de estabelecimentos e o de arados, tanto maior o número dos que não dispõem desse instrumento indispensável à moderna exploração da maioria das lavouras.[60]

[60] O fato foi atestado da seguinte forma por Paiva (1969), pp. 74-75: "Sabe-se que grande parte da agricultura do país é ainda feita com base na enxada, não havendo, portanto, um preparo satisfatório do solo antes e durante o plantio." Ao mesmo tempo, todavia, convém lembrar – como faz Waibel (1949), p. 249 – que o uso do arado não representa por si só qualquer garantia da adoção de técnicas agrícolas mais avançadas. *Mutatis mutandis*, o mesmo pode ser dito com relação ao uso de tratores, de outros implementos e, de modo geral, de todos os chamados "insumos modernos", que muitas vezes não são utilizados nos moldes técnicos mais adequados.

É importante ressaltar que essa relação não apenas se manteve bastante elevada em diversos Estados, como até tem crescido em vários deles, deixando entrever a expansão de uma agropecuária das mais rudimentares em termos de tecnologia e de produtividade. É o que tem ocorrido em várias décadas nos Estados do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Nessas regiões perdura até hoje uma agricultura itinerante baseada na rotação de terras, sendo ainda pouco freqüentes as lavouras sedentárias caracterizadas pelas condições ecológicas vigentes e pela rotação de culturas nas áreas exploradas.[61]

Os dois coeficientes seguintes referem-se à disponibilidade de tratores, a qual constitui um índice do grau de mecanização do sistema produtivo. Essa disponibilidade tem crescido acentuadamente no período em pauta, especialmente nas últimas décadas, fazendo diminuir tanto a relação entre as áreas totais e o número de tratores, como entre este último e a quanti-

---

[61] Essa terminologia foi tomada de Waibel (1949), que distinguia duas modalidades de rotação de terras: a *primitiva*, do tipo "roça" ou "capoeira", baseada na progressiva incorporação de terras "virgens"; e a *melhorada*, que se dá depois da derrubada da maior parte das matas primitivas e em função do adensamento da população e da melhoria das condições socioeconômicas. A segunda modalidade implica muitas vezes a utilização do arado puxado por tração animal, a qual torna possível o aumento das áreas de cultivo. Um sistema de manejo mais avançado que a rotação de terras – mas ainda pouco freqüente no Brasil na época em que Leo Waibel fez suas pesquisas e escreveu seus trabalhos – é a *rotação de culturas combinada com a criação de gado*. Este sistema supõe uma integração da agricultura com a pecuária, freqüentemente sob a égide desta última. A rotação inclui o cultivo de forrageiras para o gado e está baseada na alternância de cereais com leguminosas, ou culturas de raízes, com vistas a impedir o empobrecimento dos solos. Trata-se de um sistema voltado para a produção de mercadorias de alto valor comercial; ele requer mais trabalho e mais capital do que a rotação de terras e, por isso mesmo, *quase* nunca está ao alcance de pequenos produtores (proprietários ou não-proprietários) – não obstante o fato de ser economicamente mais viável em áreas menores do que a rotação de terras. O termo "quase" foi grifado e é aqui empregado por conta da fumicultura, que há muito tempo tem sido baseada, em diversas regiões do Brasil, na rotação de culturas. Num trabalho posterior (Waibel, 1950), essa modalidade foi chamada de *melhorada*, para distingui-la da *rotação de culturas primitiva*, feita sem criação de animais e, portanto, sem adubação orgânica. Essa última modalidade, segundo Waibel, só é possível em solos dotados de grande fertilidade natural – como os do Oeste paulista, ou do Norte do Paraná; ou então – acrescentaríamos nós – com forte apoio na adubação química. Não é por outro motivo que ela se faz presente exatamente nos estabelecimentos, nas culturas e nas regiões tecnologicamente mais avançadas – como tem sido o caso, desde a década de 1950, da grande lavoura canavieira do Nordeste e do Centro-Sul, e de boa parte das agriculturas paulista, paranaense e gaúcha, para as quais se têm destinado a quase totalidade das importações e depois da produção nacional de fertilizantes. Ou seja, essa rotação de culturas deixou de ser "primitiva" há tempos... Apenas para concluir essa longa digressão, cabe assinalar que uma classificação semelhante foi posteriormente adotada por Paixão (1959), enquanto que Bernardes (1961) também fez uma, mas com base em critérios algo mais elaborados.

dade do pessoal ocupado pelos estabelecimentos agropecuários.[62] A referida diminuição, entretanto, variou bastante de um Estado para outro, embora tendesse a predominar em todos eles durante todo o período.[63]

Os índices de áreas totais por trator só têm sido sistematicamente mais baixos do que as médias nacionais nos Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Desde 1930, os mais baixos índices têm-se verificado no Estado de São Paulo, onde em 1970 havia um trator para cada 304 hectares – contra um para cada 171.750 no Acre –, Estado que, até 1940, não possuía um trator sequer.[64] Quase as mesmas tendências podem ser observadas no que se refere ao pessoal ocupado por trator. Nesse particular apenas São Paulo e Rio Grande do Sul apresentaram ininterruptamente índices inferiores às médias nacionais – embora nos últimos anos também se tivessem juntado a eles os Estados do Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso e Goiás. Até 1940, os menores índices eram os do Rio Grande do Sul, que só passou a ser superado por São Paulo, em 1950. Com poucas e localizadas exceções, a tendência dominante tem sido de declínio sistemático desses índices.

Uma das características que mais têm chamado a atenção dos estudiosos do desenvolvimento da produção agropecuária no Brasil consiste na baixa produtividade média por unidade de área, tanto nas principais lavouras como na pecuária bovina. Essa característica, que vem se mantendo através do tempo, pode ser atribuída não apenas à qualidade extremamente desigual e à baixa fertilidade média dos solos do país, mas também, e talvez principalmente, a modalidades "tradicionais" ainda predominantes na exploração dos seus recursos – ou seja, a produção agropecuária extensiva e predatória que até hoje se mantém, tanto nas grandes lavouras de exportação e de produção de matérias-primas agroindustriais, como na pecuária, e até nas pequenas lavouras de subsistência.

---

[62] A produção de tratores no país só teve início na década de 1960, mas antes disso a disponibilidade interna dos mesmos já havia aumentado muito. As importações cresceram de 1.606 unidades em 1948 para 11.183 em 1951 e, durante a década de 1950, o estoque dos mesmos no país aumentou mais de oito vezes, passando de 8.372 para cerca de 70 mil. Ver a respeito Paiva (1954, 1961, 1969) e Paiva & outros (1973), pp. 75-77.

[63] Ela também variou de uma cultura para outra. Haja vista o caso do arroz e do trigo no Rio Grande do Sul, tidos no final da década de 1950 (e talvez até hoje) como "as lavouras mais adiantadas do país, do ponto de vista do emprego, da técnica, do grau de desenvolvimento capitalista atingido" (Paixão, 1959, p. 60). Sobre a orozicultura gaúcha, veja-se também o trabalho, mais atualizado, de Lemos (1977).

[64] Paiva (1969), p. 75, comparou a disponibilidade de tratores por hectare de lavouras do Brasil, de São Paulo e de vários outros países, situando o referido Estado "entre as regiões razoavelmente desenvolvidas nesse aspecto".

É importante salientar que essa constatação, tomada em si, não esgota a análise da produtividade do setor agropecuário. De um lado, porque ela configura apenas a visão agronômica da questão; isso porque uma baixa produtividade por área pode coincidir, e na prática tem coincidido, com uma alta e crescente produtividade por pessoa ocupada ou por capital investido, ou seja, ao lado da produtividade agronômica, não se deve perder de vista a produtividade econômica; nunca é demais lembrar que ao capital interessa não apenas a produtividade da terra, mas também e principalmente a do trabalho. Do outro lado, e dentro da perspectiva que acaba de ser delineada, lembremos que tais modalidades de exploração do solo têm a sua razão de ser, em última análise, nas relações de produção vigentes no setor agropecuário do país, ou seja, elas podem ser vinculadas à estrutura fundiária, extremamente rígida e concentrada, e aos baixos níveis de remuneração da força de trabalho. Essas características, cuja análise é feita na última parte do presente capítulo, foram também parcialmente responsáveis pelos moldes em que se deu, durante o período em pauta, a expansão da fronteira agrícola nas várias regiões do país.

Ao mesmo tempo, cumpre notar que os baixos rendimentos por hectare em nível nacional freqüentemente coincidem com altos e crescentes níveis por parte dos estabelecimentos dotados de tecnologia mais avançada e situados em regiões economicamente mais desenvolvidas. Tais estabelecimentos e regiões têm sido responsáveis, como se assinalou há pouco, pela absorção da maior parte das importações e da produção nacional de fertilizantes, defensivos e outros insumos extra-setoriais. Particularmente depois da Segundo Guerra Mundial, tanto as importações como a produção nacional desses insumos aumentaram consideravelmente. E isso, ainda mais do que o uso de tratores e de arados, acabou configurando um avanço na tecnologia e na produção do setor agropecuário.[65]

Uma primeira aproximação a esses diferenciais nos níveis de produtividade pode ser obtida através do Quadro III.4, que apresenta, para os vários Estados, a evolução dos rendimentos por hectare de algumas das principais lavouras do país. Por meio desse quadro, verifica-se que, para o Brasil como um todo, apenas três dos seis produtos em pauta chegaram a

[65] É de lamentar a inexistência de trabalhos históricos ou mesmo de séries estatísticas retrospectivas mais amplas, sobre o consumo e a produção de tais insumos no Brasil, capazes de caracterizar essa evolução. Os trabalhos específicos, publicados pelo IPEA (1973, 1975, 1978), dizem respeito apenas aos anos mais recentes. Para alguns elementos de períodos anteriores ver Paiva (1954, 1961, 1969) e Paiva & outros (1973), pp. 68 e segs.

registrar uma elevação dos rendimentos médios por hectare – sendo que, no caso do milho, o aumento em questão nem sequer chegou a 10% num período de 30 anos. Quanto aos outros três, houve, na verdade, uma diminuição desses índices de produtividade – inclusive bastante acentuada, como no caso do algodão e do feijão.[66]

Entretanto, se compararmos as médias nacionais com os índices alcançados em determinados Estados, pode-se chegar a conclusões radicalmente diversas. Verifica-se, notadamente, que, exceto no que se refere ao arroz e ao feijão, São Paulo tem apresentado via de regra índices crescentes e superiores às médias nacionais. Esse fato tem sido atribuído por alguns (por exemplo, Paiva (1969), p. 73, ao esgotamento da fronteira agrícola e à conseqüente modernização tecnológica do setor agropecuário no referido Estado. Mas o fenômeno não se resume a este, já que o mesmo pode ser observado com relação ao Paraná – exceto no que se refere ao arroz – e ao Estado de Santa Catarina, exclusive no que diz respeito ao algodão e à cana-de-açúcar. Outro Estado que tem apresentado bom desempenho com relação à produtividade de todas essas seis culturas é o de Mato Grosso.

Freqüentemente, os Estados de maiores e crescentes rendimentos por hectare em determinadas culturas têm sido também os maiores produtores do país nessas culturas. É o que se tem dado com São Paulo, no caso do algodão, da cana-de-açúcar e do milho; com o Paraná, quanto ao algodão, feijão e milho; com o Rio Grande do Sul, no que se refere ao arroz, ao feijão, à mandioca e ao milho; e com a Bahia e Santa Catarina, no que se refere à mandioca. Mas, há casos também de Estados que são grandes produtores em determinadas culturas e, não obstante, apresentam baixos e decrescentes níveis de produtividade física por unidade de área. Tal tem sido o caso notadamente do Ceará, no caso do algodão; de São Paulo e Minas Gerais no caso do arroz;[67] de Pernambuco e Minas Gerais, no caso da cana; e ainda de Minas Gerais, no que se refere ao feijão e ao milho.

[66] Quanto a este produto, os dados de rendimentos por hectare devem ser analisados com certo cuidado, tendo em vista as diferenças existentes entre culturas "solteiras" e "consorciadas".

[67] Isso para não falar do Maranhão, que é um grande produtor do cereal e apresenta baixíssimos rendimentos por hectare. É importante notar, porém, que no caso do arroz trata-se na verdade de dois sistemas de cultivo inteiramente diferentes: o do arroz irrigado – que predomina em Sergipe, Santa Catarina e Rio Grande do Sul – e o do arroz de sequeiro, existente no resto do país, e que apresenta rendimentos por hectare bastante inferiores ao primeiro.

É óbvio que tais variações não são aleatórias e que não podem ser atribuídas exclusivamente a fatores de caráter agronômico, mas dizem respeito também, e bastante, às relações de produção dominantes. Constatações semelhantes podem ser feitas com relação à pecuária bovina e a outras modalidades de criação e de produção animal. Mas, no caso específico da pecuária, existe um fator adicional a complicar a análise. Trata-se da divisão de trabalho existente dentro do subsetor, entre criadores e invernistas – ou seja, entre os estabelecimentos especializados na criação propriamente dita, especialmente de reprodutores, e os que se dedicam à simples multiplicação e engorda dos rebanhos. Não poucas vezes, tais estabelecimentos se acham localizados em Estados diferentes – como é o caso, principalmente, da chamada área pecuarista do Brasil Central, cujos rebanhos circulam de Mato Grosso e Goiás para Minas, Rio e São Paulo, onde se dão a maior parte do abate e a industrialização da carne.

QUADRO III.1

EVOLUÇÃO DO NÚMERO E DAS DIMENSÕES MÉDIAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL

Estados (+)	Indicadores (++)	1920	1930 (+++)	1940	1950	1960	1970
Acre	NE	1.170	1.108	1.047	1.701	3.676	23.102
	AM	3.545	4.992	6.605	5.231	2.553	178
	AML	8,9	44,5	84,4	8,2	5,5	1,5
	MPO	27	25	23	9	8	3
	BOV	13	17	22	15	9	3
Amazonas	NE	4.946	13.421	21.897	15.665	49.350	87.204
	AM	1.519	597	338	395	147	70
	AML	4,1	13,4	15,5	3,4	2,0	1,8
	MPO	20	7	4	4	5	3
	BOV	48	19	12	14	6	6
Pará	NE	26.907	42.521	58.135	60.331	84.203	143.757
	AM	1.519	234	173	120	77	79
	AML	3,4	6,9	8,5	2,7	3,6	2,6
	MPO	9	6	4	4	4	4
	BOV	23	16	12	13	11	8

Continuação do Quadro III.1

Estados (+)	Indicadores (++)	1920	1930 (+++)	1940	1950	1960	1970
Maranhão	NE	6.674	50.951	95.228	95.165	261.865	396.761
	AM	450	59	32	100	31	27
	AML	9,2	3,4	3,0	3,5	3,4	1,9
	MPO	31	6	5	4	4	3
	BOV	125	16	8	10	5	4
Piauí	NE	9 511	21.003	32.493	34.106	87.303	217.886
	AM	584	247	148	231	104	44
	AML	6,5	10,0	11,0	6,6	5,3	2,9
	MPO	13	9	8	6	4	2
	BOV	110	49	31	30	13	5
Ceará	NE	16.223	54.802	93.382	86.690	122.576	245.432
	AM	348	129	92	118	89	49
	AML	11,3	13,7	14,1	9,5	12,8	9,6
	MPO	18	9	8	6	7	4
	BOV	36	14	11	13	11	7
R. G. Norte	NE	5.678	20.035	34.392	34.391	49.840	103.630
	AM	425	143	97	110	74	44
	AML	4,5	10,5	11,5	12,9	12,5	7,4
	MPO	20	9	7	7	6	3
	BOV	56	19	13	13	10	6
Paraíba	NE	18.378	41.757	65.137	69.117	117.836	169.667
	AM	204	87	54	52	35	27
	AML	4,8	9,8	11,3	9,6	8,6	7,0
	MPO	12	8	8	6	5	3
	BOV	24	13	9	10	6	5
Pernambuco	NE	23.336	73.301	123.266	172.268	259.723	331.409
	AM	221	62	31	29	23	19
	AML	10,7	7,6	7,0	5,8	5,4	4,4
	MPO	20	8	6	5	5	3
	BOV	32	9	5	5	4	4
Alagoas	NE	8.840	20.810	32.781	51.961	62.484	105.160
	AM	152	67	44	29	31	21
	AML	9,6	8,3	8,0	5,4	6,9	5,4
	MPO	25	11	8	5	6	4
	BOV	44	15	7	5	7	5

Continuação do Quadro III.1

Estados (+)	Indica-dores (++)	1920	1930 (+++)	1940	1950	1960	1970
Sergipe	NE	8.202	21.390	34.579	42.769	65.014	95.276
	AM	92	38	25	26	23	18
	AML	6,4	3,9	3,4	3,2	2,8	2,1
	MPO	13	6	4	4	4	3
	BOV	38	13	8	9	8	6
Bahia	NE	65.181	145.762	226.343	258.043	381.473	541.566
	AM	130	72	59	61	46	41
	AML	6,5	6,4	6,3	5,3	5,7	4,4
	MPO	12	7	6	5	5	4
	BOV	41	19	12	15	12	10
Minas Gerais	NE	115.655	200.170	284.685	265.559	371.859	454.025
	AM	237	152	118	138	101	93
	AML	13,5	11,0	10,0	11,1	9,7	7,8
	MPO	11	8	7	7	6	4
	BOV	63	38	27	37	32	33
Espírito Santo	NE	20.941	31.430	41.919	44.170	54.795	70.712
	AM	61	52	47	57	53	53
	AML	10,7	12,5	13,5	13,3	13,5	9,8
	MPO	6	6	6	6	5	4
	BOV	8	7	7	11	16	20
R. de Janeiro	NE	25.787	41.075	56.383	45.918	57.955	77.428
	AM	120	79	60	70	52	43
	AML	11,3	12,6	13,3	13,3	10,7	8,3
	MPO	14	10	8	6	5	3
	BOV	23	16	13	17	19	16
São Paulo	NE	80.921	166.768	252.615	221.611	317.374	326.780
	AM	172	97	74	86	61	62
	AML	24,5	18,9	17,1	19,2	15,0	14,5
	MPO	11	8	7	7	5	4
	BOV	30	17	13	26	22	28
Paraná	NE	30.951	47.674	64.397	89.461	269.146	554.488
	AM	171	121	97	90	42	26
	AML	7,2	10,4	11,9	15,2	12,8	8,5
	MPO	5	4	4	6	5	4
	BOV	17	11	7	9	6	8

Continuação do Quadro III.1

Estados (+)	Indicadores (++)	1920	1930 (+++)	1940	1950	1960	1970
Santa Catarina	NE	33.744	61.106	88.496	104.429	158.268	207.718
	AM	106	69	55	51	38	34
	AML	3,5	4,8	5,3	6,4	6,3	6,4
	MPO	5	4	4	4	4	4
	BOV	18	11	8	9	8	9
R. G. do Sul	NE	124.990	177.856	230.722	286.733	380.201	512.303
	AM	149	110	89	77	57	46
	AML	6,1	6,9	7,4	8,7	9,8	9,7
	MPO	3	4	4	4	4	3
	BOV	68	45	32	30	23	24
Mato Grosso	NE	3.479	6.758	10.022	16.545	49.116	113.186
	AM	5.634	2.982	2.066	1.796	631	419
	AML	5,9	29,2	37,3	8,9	7,9	7,1
	MPO	15	10	9	5	4	3
	BOV	814	368	213	204	115	83
Goiás	NE	16.634	36.271	55.908	63.736	111.288	147.028
	AM	1.493	612	351	386	261	245
	AML	6,8	6,4	6,3	7,3	8,9	11,2
	MPO	7	6	5	5	5	4
	BOV	182	83	53	53	44	53
BRASIL	NE	648.153	1.276.371	1.904.589	2.064.642	3.337.769	4.924.019
	AM	270	143	100	112	75	59
	AML	10,2	10,0	9,9	9,2	9,6	6,9
	MPO	10	7	6	5	5	4
	BOV	53	27	18	22	17	24

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Agropecuários

Observações:

(+) Foram feitas as mesmas agregações espaciais do Quadro II.3

(+ +) As siglas têm o seguinte significado:

NE – número de estabelecimentos;

AM – área média (em hectares);

AML – área média de lavouras (em hectares);

MPO – número médio de pessoas ocupadas por estabelecimento;

BOV – número médio de bovinos por estabelecimento.

(+++) Os dados brutos desse ano foram estimados por interpolação linear.

QUADRO III.2

EVOLUÇÃO DOS COEFICIENTES DE USO DO SOLO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL

Estados (+)	Indicadores (++)	1920 (+++)	1930 (++++)	1940	1950	1960	1970
Acre	AL/AT	0,25	0,89	1,28	0,16	0,21	0,86
	AP/AT	0,91	0,90	0,89	1,16	0,22	1,54
	AT/PO	132	200	291	559	311	66
	BV/AP	0,4	0,4	0,4	0,2	1,6	1,1
Amazonas	AL/AT	0,27	2,25	4,00	0,87	1,34	2,63
	AP/AT	6,35	6,14	5,94	9,72	11,43	22,89
	AT/PO	77	82	88	74	43	21
	BV/AP	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4
Pará	AL/AT	0,93	2,94	4,89	2,25	4,67	3,32
	AP/AT	15,65	16,35	17,03	23,86	20,99	25,11
	AT/PO	41	40	39	32	19	20
	BV/AP	0,4	0,4	0,4	0,4	0,7	0,4
Maranhão	AL/AT	2,05	5,80	9,54	3,45	10,90	7,07
	AP/AT	34,77	34,58	34,37	36,65	30,11	31,06
	AT/PO	14	9	7	26	9	9
	BV/AP	0,8	0,8	0,8	0,3	0,6	0,4
Piauí	AL/AT	1,11	4,06	7,46	2,86	5,09	6,62
	AP/AT	26,89	28,73	30,92	26,67	21,71	34,90
	AT/PO	45	27	18	38	25	19
	BV/AP	0,7	0,7	0,7	0,5	0,4	0,4
Ceará	AL/AT	3,25	10,57	15,25	8,11	14,30	19,49
	AP/AT	25,66	26,47	26,70	23,45	30,80	33,41
	AT/PO	20	14	12	20	14	12
	BV/AP	0,4	0,4	0,4	0,5	0,4	0,4
R. G. do Norte	AL/AT	1,05	7,36	11,94	11,77	16,86	16,88
	AP/AT	65,95	58,07	53,40	34,88	49,92	41,66
	AT/PO	21	16	13	16	12	15
	BV/AP	0,2	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3

Continuação do Quadro III.2

Estados (+)	Indica-dores (++)	1920 (+++)	1930 (++++)	1940	1950	1960	1970
Paraíba	AL/AT	2,37	11,27	20,68	18,31	24,88	25,79
	AP/AT	23,72	29,63	35,87	37,22	46,08	44,87
	AT/PO	17	10	7	8	7	8
	BV/AP	0,5	0,5	0,5	0,5	0,4	0,4
Pernambuco	AL/AT	4,85	12,36	22,34	19,89	23,58	23,03
	AP/AT	28,91	29,07	29,29	20,37	32,81	37,31
	AT/PO	11	7	5	6	5	6
	BV/AP	0,5	0,5	0,5	0,8	0,5	0,5
Alagoas	AL/AT	6,27	12,47	18,29	19,00	22,55	25,53
	AP/AT	32,01	23,98	16,44	20,08	28,31	31,08
	AT/PO	6	6	6	5	5	5
	BV/AP	0,9	0,9	0,9	0,9	0,8	0,7
Sergipe	AL/AT	6,95	10,40	13,38	12,19	12,19	11,61
	AP/AT	41,28	35,37	30,22	36,40	50,03	58,36
	AT/PO	7	6	6	7	6	6
	BV/AP	1,0	1,0	1,0	0,9	0,7	0,6
Bahia	AL/AT	5,03	8,91	10,70	8,72	12,24	10,62
	AP/AT	39,91	32,20	24,93	29,27	35,46	40,72
	AT/PO	11	10	11	12	10	10
	BV/AP	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,6
Minas Gerais	AL/AT	5,69	7,22	8,47	8,02	9,39	8,43
	AP/AT	66,93	60,92	55,97	62,58	67,67	70,74
	AT/PO	22	19	17	20	18	21
	BV/AP	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5
Espírito Santo	AL/AT	17,46	24,14	28,43	23,28	25,53	18,45
	AP/AT	17,99	19,45	20,40	25,62	38,34	48,68
	AT/PO	10	9	9	9	10	13
	BV/AP	0,7	0,7	0,7	0,8	0,8	0,8
R. de Janeiro	AL/AT	9,36	16,05	22,23	18,96	20,54	19,31
	AP/AT	32,46	34,54	36,47	41,91	48,19	52,15
	AT/PO	8	8	7	11	11	13
	BV/AP	0,6	0,6	0,6	0,6	0,7	0,7

Continuação do Quadro III.2

Estados (+)	Indicadores (++)	1920 (+++)	1930 (++++)	1940	1950	1960	1970
São Paulo	AL/AT	14,30	19,42	23,25	22,40	24,70	23,20
	AP/AT	35,18	34,54	34,06	45,50	51,14	56,15
	AT/PO	16	12	10	12	11	14
	BV/AP	0,5	0,5	0,5	0,7	0,7	0,8
Paraná	AL/AT	4,20	8,54	12,23	16,91	30,22	32,26
	AP/AT	50,89	41,04	32,69	27,99	23,66	30,83
	AT/PO	34	28	24	16	9	7
	BV/AP	0,2	0,2	0,2	0,4	0,6	1,0
Santa Catarina	AL/AT	3,28	6,98	9,69	12,59	16,70	18,96
	AP/AT	43,04	39,78	37,39	34,37	33,50	35,13
	AT/PO	21	18	16	14	10	9
	BV/AP	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,8
R. G. do Sul	AL/AT	4,07	6,30	8,32	11,34	17,13	20,91
	AP/AT	91,39	79,87	69,39	66,23	62,51	61,47
	AT/PO	45	29	22	21	16	16
	BV/AP	0,5	0,5	0,5	0,6	0,7	0,8
Mato Grosso	AL/AT	0,10	0,98	1,81	0,50	1,25	1,68
	AP/AT	72,23	70,92	69,70	68,60	72,96	66,92
	AT/PO	364	289	242	327	162	120
	BV/AP	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3
Goiás	AL/AT	0,46	1,05	1,80	1,89	3,42	4,59
	AP/AT	60,86	65,14	70,60	63,38	66,35	66,46
	AT/PO	209	109	71	99	58	65
	BV/AP	0,2	0,2	0,2	0,2	0,3	0,3
BRASIL	AL/AT	3,79	6,96	9,88	8,22	11,49	11,55
	AP/AT	50,86	48,44	46,22	46,35	41,59	47,59
	AT/PO	27	21	17	21	16	17
	BV/AP	0,4	0,4	0,4	0,4	0,5	0,5

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Agropecuários

Observações:

(+) Foram feitas as mesmas agregações espaciais do Quadro II.3

(+ +) Significado das siglas:

AL/AT participação das áreas de lavoura nas áreas totais (%)

AP/AT participação das áreas de pastagem nas áreas totais (%)

AT/PO área total por pessoa ocupada (hectares)
BV/AP número de bovinos por hectare de pastagem (taxa de suporte)
(+++) Áreas de pastagem estimadas com base no número de bovinos e na taxa de suporte de 1940
(++++) Dados brutos estimados por interpolação linear.

QUADRO III.3

EVOLUÇÃO DOS COEFICIENTES DE TECNIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL

Estados (+)	Indicadores (++)	1920	1930 (+++)	1940	1950	1960 (++++)	1970
Acre	AL/PO	0,3	1,8	3,7	0,9	0,7	0,6
	NE/AR	78	111	174	52	175	2.569
	AT/TR	-	-	-	1.779.600	469.300	171.750
	PO/TR	-	-	-	3 181	1.507	2.587
Amazonas	AL/PO	0,2	1,8	3,5	0,6	0,6	0,5
	NE/AR	78	274	608	151	531	1.051
	AT/TR	1.503.000	1.601.600	1.700.200	515.667	259.571	77.821
	PO/TR	19.636	19.484	19.331	6.929	6.803	3.738
Pará	AL/PO	0,4	1,2	1,9	0,7	0,9	0,7
	NE/AR	708	686	684	259	186	213
	AT/TR	4.915.000	905.091	480.095	185.333	17.460	11.673
	PO/TR	120.270	22.740	12.369	5.712	912	575
Maranhão	AL/PO	0,3	0,5	0,6	0,9	0,9	0,6
	NE/AR	93	718	1.341	529	1.343	1.880
	AT/TR	750.000	600.800	501.500	596.125	167.673	64.256
	PO/TR	52.107	65.470	74.378	23 039	19.421	7.040
Piauí	AL/PO	0,5	1,1	1,4	1,1	1,3	1,2
	NE/AR	221	241	246	68	17	22
	AT/TR	-	-	1.202.750	393.850	128.268	39.373
	PO/TR	-	-	65.684	10.315	5.047	2.126
Ceará	AL/PO	0,6	1,5	1,8	1,7	2,0	2,3
	NE/AR	123	128	129	106	21	22
	AT/TR	2.825.000	372.526	232.595	318.781	52.615	16.492
	PO/TR	142.508	26.281	19.288	15.588	3.853	1.392

Continuação do Quadro III. 3

Estados (+)	Indicadores (++)	1920	1930 (+++)	1940	1950	1960 (++++)	1970
R. G. do Norte	AL/PO	0,2	1,1	1,6	1,9	2,1	2,5
	NE/AR	71	62	60	83	5	6
	AT/TR	-	-	332.100	221.706	11.170	8.021
	PO/TR	-	-	25.518	13.808	907	540
Paraíba	AL/PO	0,4	1,2	1,5	1,5	1,8	2,0
	NE/AR	113	127	131	130	28	22
	AT/TR	312.667	304.167	272.923	58.177	8.678	5.575
	PO/TR	18.086	29.466	37.705	7.002	1.180	711
Pernambuco	AL/PO	0,5	0,9	1,2	1,1	1,1	1,3
	NE/AR	10	26	38	44	19	14
	AT/TR	143.222	83.630	53.833	35.373	5.913	4.207
	PO/TR	13.212	11.327	10.384	6.196	1.261	742
Alagoas	AL/PO	0,4	0,7	1,1	1,0	1,2	1,3
	NE/AR	33	33	33	19	7	7
	AT/TR	674.000	77.333	42.265	42.371	5.832	2.320
	PO/TR	110.699	13.037	7.293	7.857	1.110	446
Sergipe	AL/PO	0,5	0,7	0,8	0,9	0,7	0,8
	NE/AR	12	34	61	53	38	36
	AT/TR	188.500	47.765	28.097	24.711	17.081	4.150
	PO/TR	26.216	7.559	4.908	3.438	2.897	640
Bahia	AL/PO	0,6	0,9	1,1	1,1	1,2	1,1
	NE/AR	123	134	138	56	17	13
	AT/TR	704.250	386.259	311.814	191.866	30.044	12.112
	PO/TR	63.667	37.410	29.212	15.644	3.095	1.157
M. Gerais	AL/PO	1,2	1,4	1,4	1,6	1,7	1,8
	NE/AR	7	6	6	4	3	3
	AT/TR	179.026	149.181	131.278	40.013	7.999	4.124
	PO/TR	8.284	7.945	7.441	2.449	436	194
Esp. Santo	AL/PO	1,7	2,2	2,4	2,2	2,6	2,3
	NE/AR	150	74	59	27	12	9
	AT/TR	1.280.000	136.167	90.364	43.534	5.687	3.324
	PO/TR	133.205	15.191	10.517	4.707	561	265

Continuação do Quadro III. 3

Estados (+)	Indica-dores (++)	1920	1930 (+++)	1940	1950	1960 (++++)	1970
R. de Janeiro	AL/PO	0,8	1,2	1,6	2,1	2,3	2,5
	NE/AR	6	6	7	4	4	4
	AT/TR	48.500	30.519	22.736	6.250	1.823	832
	PO/TR	5.811	3.995	3.210	569	159	65
São Paulo	AL/PO	2,2	2,3	2,3	2,8	2,8	3,3
	NE/AR	3	2	2	1	1	1
	AT/TR	34.621	17.935	13.177	4.977	710	304
	PO/TR	2.201	1.504	1.305	401	64	21
Paraná	AL/PO	1,4	2,4	2,9	2,7	2,7	2,4
	NE/AR	4	3	3	3	2	2
	AT/TR	55.821	72.212	96.185	28.689	2.197	786
	PO/TR	1.649	2.608	4.011	1.813	248	106
S. Catarina	AL/PO	0,7	1,2	1,5	1,8	1,7	1,7
	NE/AR	6	4	4	3	2	1
	AT/TR	37.957	50.783	68.479	129.707	5.379	1.159
	PO/TR	1.783	2.898	4.416	9.047	520	126
R. G. do Sul	AL/PO	1,8	1,8	1,9	2,3	2,8	3,4
	NE/AR	2	1	1	1	1	1
	AT/TR	22.741	20.323	18.516	9.830	1.428	596
	PO/TR	506	693	831	477	88	36
Mato Grosso	AL/PO	0,4	2,8	4,4	1,6	2,0	2,0
	NE/AR	16	14	14	15	3	3
	AT/TR	19.601.000	2.519.250	1.380.467	540.182	36.525	10.677
	PO/TR	53.864	8.715	5.705	1.654	225	89
Goiás	AL/PO	1,0	1,1	1,2	1,6	2,0	2,9
	NE/AR	520	193	162	32	7	5
	AT/TR	24.828.000	3.173.714	1.508.000	276.270	21.399	6.038
	PO/TR	118.986	29.223	22.318	3.363	370	93
BRASIL	AL/PO	1,0	1,4	1,7	1,7	1,8	1,9
	NE/AR	5	4	4	3	3	3
	AT/TR	102.641	72.212	56.443	27.737	4.073	1.773
	PO/TR	3.782	3.513	3.357	1.314	255	106

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Agropecuários

Observações:

(+) Foram feitas as mesmas agregações espaciais do Quadro II.3

(+ +) Significado das siglas:
AL/PO – área de lavouras por pessoa ocupada (hectares)
NE/AR – número de estabelecimentos por arado
AT/TR – área total por trator (hectares)
PO/TR – número de pessoas ocupadas por trator
(+ + +) Dados brutos estimados por interpolação linear
(+ + + +) Número de arados estimado por interpolação linear

QUADRO III.4

EVOLUÇÃO DA PRODUTIVIDADE FÍSICA POR ÁREA DE ALGUMAS DAS PRINCIPAIS LAVOURAS DO BRASIL (T/Ha)

Estados	Períodos	Algodão	Arroz	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho
Acre	1939/41	-	1,18	32,7	0,91	17,4	1,52
	1949/51	-	1,16	43,7	1,04	17,5	1,54
	1960/62	-	1,40	46,2	1,11	20,0	1,62
	1968/70	-	1,25	39,7	0,94	20,2	1,54
Amazonas	1939/41	-	1,20	25,0	1,00	24,3	1,20
	1949/51	0,37	1,14	29,0	0,90	18,4	1,09
	1960/62	–	1,36	31,4	1,30	21,8	1,47
	1968/70	-	1,51	39,0	1,23	28,8	1,23
Pará	1939/41	0,45	1,20	43,3	1,26	20,7	1,30
	1949/51	0,27	0,98	25,3	0,62	10,9	0,77
	1960/62	0,21	0,79	20,6	0,66	11,7	0,66
	1968/70	0,22	0,99	17,1	0,75	11,3	0,83
Maranhão	1939/41	0,60	1,70	36,7	0,77	18,3	0,66
	1949/51	0,34	1,05	24,7	0,45	8,5	0,62
	1960/62	0,37	1,40	28,0	0,60	10,1	0,83
	1968/70	0,23	1,29	30,8	0,60	9,2	0,69
Piauí	1939/41	0,45	1,25	42,3	1,00	15,9	0,90
	1949/51	0,29	1,13	27,0	0,59	10,6	0,85
	1960/62	0,40	1,10	33,3	0,74	10,5	0,87
	1968/70	0,24	1,06	23,5	0,42	9,8	0,60
Ceará	1939/41	0,52	1,25	32,3	1,11	15,0	1,49
	1949/51	0,38	1,36	42,7	0,43	12,7	0,73
	1960/62	0,40	1,74	40,8	0,53	15,3	0,87
	1968/70	0,24	1,33	39,6	0,44	14,9	0,67

Continuação do Quadro III.4

Estados	Períodos	Algodão	Arroz	Cana-de-açúcar	Feijão	Mandioca	Milho
R. G. Norte	1939/41	0,59	0,96	39,3	0,68	9,2	0,71
	1949/51	0,24	0,84	46,7	0,35	6,8	0,48
	1960/62	0,28	1,03	51,1	0,43	5,8	0,56
	1968/70	0,18	0,67	49,7	0,36	6,6	0,44
Paraíba	1939/41	0,57	1,13	41,7	0,95	12,3	1,27
	1949/51	0,27	1,58	45,3	0,53	9,5	0,69
	1960/62	0,38	1,07	46,5	0,49	11,2	0,76
	1968/70	0,24	1,14	43,7	0,44	10,1	0,68
Pernambuco	1939/41	0,48	0,90	34,7	0,80	11,8	1,05
	1949/51	0,29	1,07	35,7	0,52	11,4	0,77
	1960/62	0,27	1,62	40,4	0,46	9,8	0,77
	1968/70	0,24	1,61	45,6	0,47	11,8	0,72
Alagoas	1939/41	0,50	2,00	45,7	0,87	13,9	1,20
	1949/51	0,36	1,97	43,0	0,61	10,8	0,81
	1960/62	0,34	1,57	43,0	0,53	10,3	0,70
	1968/70	0,26	1,50	46,6	0,35	10,3	0,46
Sergipe	1939/41	0,49	1,83	43,0	0,64	19,8	0,94
	1949/51	0,38	2,02	37,7	0,68	15,0	0,89
	1960/62	0,33	2,27	40,3	0,53	16,1	0,76
	1968/70	0,26	2,01	34,0	0,31	16,8	0,59
Bahia	1939/41	0,44	1,59	47,3	1,09	15,3	1,22
	1949/51	0,45	1,18	48,7	0,69	13,9	0,90
	1960/62	0,45	1,23	40,5	0,72	13,9	0,80
	1968/70	0,64	1,62	49,1	0,79	17,6	0,95
M. Gerais	1939/41	0,52	1,21	45,0	1,01	22,1	1,06
	1949/51	0,66	1,37	34,3	0,66	16,3	1,41
	1960/62	0,54	1,54	33,0	0,60	16,2	1,37
	1968/70	0,55	1,28	38,2	0,54	16,8	1,36
Esp. Santo	1939/41	0,53	1,28	33,7	0,86	10,6	1,00
	1949/51	0,59	1,52	28,0	0,65	13,6	0,92
	1960/62	0,65	1,57	27,5	0,62	15,8	0,90
	1968/70	0,68	1,31	29,0	0,50	15,5	1,06

Continuação do Quadro III.4

Estados	Períodos	Algodão	Arroz	Cana-de-açúcar	Feijão	Man-dioca	Milho
R. de Janeiro	1939/41	0,53	1,34	61,0	0,83	9,2	0,95
	1949/51	0,44	1,61	46,7	0,57	9,0	1,00
	1960/62	0,35	1,46	42,0	0,52	11,8	0,89
	1968/70	0,43	1,41	40,8	0,54	12,6	0,84
São Paulo	1939/41	0,72	1,45	33,7	0,46	8,3	1,36
	1949/51	0,56	1,50	46,7	0,73	17,5	1,38
	1960/62	1,01	1,51	54,6	0,61	18,2	1,53
	1968/70	1,18	1,23	55,0	0,59	18,7	1,78
Paraná	1939/41	0,73	1,54	31,7	1,08	15,6	1,86
	1949/51	0,64	1,27	44,3	0,82	14,2	1,34
	1960/62	1,20	1,31	63,2	0,82	16,2	1,54
	1968/70	1,33	1,09	65,0	0,81	22,6	1,86
S. Catarina	1939/41	-	2,27	32,0	0,96	16,1	1,77
	1949/51	0,24	2,44	28,0	1,14	16,4	1,81
	1960/62	0,24	2,42	30,8	1,03	16,0	1,86
	1968/70	-	2,58	38,1	0,95	21,3	1,81
R. G. Sul	1939/41	-	2,40	16,0	0,96	6,9	1,45
	1949/51	-	2,53	17,0	0,87	11,6	1,31
	1960/62	-	2,92	18,9	0,86	11,5	1,35
	1968/70	-	3,42	23,3	0,86	12,6	1,28
Mato Grosso	1939/41	0,62	1,53	45,3	1,26	21,2	1,51
	1949/51	0,90	1,87	47,0	0,93	15,8	1,51
	1960/62	1,41	1,40	44,9	0,86	17,3	1,31
	1968/70	0,84	1,68	49,5	0,81	22,8	1,44
Goiás	1939/41	0,53	1,49	35,3	0,96	16,9	1,51
	1949/51	0,44	1,99	36,0	0,93	14,9	1,56
	1960/62	0,58	1,62	44,5	0,86	16,8	1,62
	1968/70	1,08	1,18	42,1	0,74	17,5	1,53
BRASIL	1939/41	0,65	1,53	39,0	0,82	13,1	1,27
	1949/51	0,44	1,60	38,7	0,69	13,0	1,27
	1960/62	0,56	1,66	42,8	0,66	13,2	1,30
	1968/70	0,48	1,46	45,5	0,63	14,7	1,36

FONTE: IBGE, Anuários Estatísticos

5. EVOLUÇÃO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA E DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Durante quase todo o período aqui analisado, o sistema de preços relativos do país tem favorecido o setor industrial, propiciando a expansão tanto do parque produtor como dos mercados consumidores de bens manufaturados. A ampliação do primeiro deu-se, pelo menos inicialmente, através da simples substituição das importações correntes pela produção de origem interna. Por sua vez, o crescimento dos segundos, na prática, ocorreu quase exclusivamente nas áreas urbanas (Castro, 1969, pp. 123-124), dele permanecendo marginalizada a maioria da população rural.

Não se tratava apenas de uma decorrência dos baixos índices de monetização das relações de trabalho no meio rural. O fenômeno podia ser imputado basicamente ao nível reduzido e à desigual distribuição da renda do setor agropecuário,[68] ou seja, ele se devia em boa parte às relações de produção vigentes no setor, as quais só começaram a modificar-se mais acentuadamente em algumas regiões a partir da década de 1950. Até então, e mesmo depois, tais relações se baseavam na manutenção de uma estrutura fundiária extremamente concentrada e na persistência de baixíssimos níveis de remuneração da força de trabalho.[69] Esses níveis se traduziam, e em boa parte ainda se traduzem, na existência de condições de vida as mais precárias, que, em muitos casos, inclusive foram piorando através do tempo.[70]

---

[68] Esse fato foi realçado em vários trabalhos de Ruy Miller Paiva. "O valor da produção por habitante ativo na agricultura... (é) muito baixo quando se considera o preço dos artigos que deve adquirir para si e seus dependentes. E principalmente considerando que é grande o número de agricultores não-proprietários, o que significa que parte dessa renda é destinada ao fazendeiro para quem ele trabalha ou ao proprietário de quem aluga as terras" (Paiva, 1954, pp. 6-7). "A maior falha... reside, provavelmente, nas condições gerais de vida impostas aos agricultores, principalmente aos pequenos agricultores não-proprietários. Os níveis de renda e de salários são muito baixos, não dando aos pequenos agricultores perspectivas de um melhor futuro, o que, aliás, explica a intensa mobilidade dos mesmos pelo Brasil, em busca de melhores condições de vida e salário que dificilmente encontram" (Paiva, 1969, p. 80). E, para o período mais recente, ver ainda Paiva (1975).

[69] Tais níveis eram baixos, não apenas em relação aos salários urbanos e aos preços dos produtos industrializados, mas também – e talvez principalmente – em relação aos preços da terra, incrementados pela inflação recorrente e pela escassez de melhores oportunidades de investimentos em termos de reserva de valor. Ver, a respeito, Paiva (1961), p. 1.100; Paiva (1969), p. 77; e Paiva & outros (1973), pp. 91 e segs.

[70] Cf. Cândido (1964), Prado Jr. (1966) e Paiva & outros (1973).

A remuneração da força de trabalho do setor agropecuário muitas vezes assumia e, em alguns casos, assume até hoje formas ditas "não-capitalistas" ou "pré-capitalistas" de assalariamento indireto, parcial, ou em espécie. Incluíam-se entre as mesmas o colonato da cafeicultura paulista, diversos tipos de parceria e arrendamento, bem como outras modalidades de subordinação – direta ou indireta – dos trabalhadores e de suas famílias aos proprietários das terras e/ou do capital. Essas modalidades configuraram e, até certo ponto, ainda configuram situações bastante variadas quanto às suas origens e características. Mas, tanto na sua essência como nos seus efeitos, elas indubitavelmente apresentavam uma certa homogeneidade entre si, na medida em que, de um lado, sempre envolviam um pagamento de serviços prestados – em dinheiro e/ou em produto[71] e, do outro, garantiam a subordinação e mantinham a miséria da maior parte da população que obtém o seu sustento através da produção agropecuária.[72]

Nas últimas décadas do período, as transformações engendradas pelo novo padrão de acumulação deram origem à progressiva substituição das formas acima referidas, e também das várias modalidades de pequena produção "familiar" ou "camponesa" que até hoje sobrevivem em diversas partes do país,[73] por relações de produção puramente capitalistas. Essas se têm materializado ora sob a forma do assalariamento indireto e temporário de uma numerosa mão-de-obra itinerante e pouco qualificada em termos profissionais, ora nos moldes de uma pequena produção familiar também muito disseminada – em alguns poucos casos crescentemente capitalizada, mas, na sua quase totalidade, cada vez mais subordinada ao

---

[71] Cf. Prado Jr. (1960) e Bernardes (1961).

[72] Ver a respeito, por exemplo, Cândido (1964), p. 125.

[73] Tais como as áreas de colonização estrangeira dos Estados meridionais, as frentes de expansão da fronteira agrícola no Maranhão e na Amazônia, e a região cacaueira da Bahia. Quanto a esta última, é importante, todavia, fazer certas ressalvas, pelo menos até melhores provas em contrário. Haja vista a seguinte constatação de Bernardes (1961), p. 374: "Sendo inicialmente empreendimentos em pequena escala, de caráter familiar, muitos estabelecimentos cacaueiros evoluíram para uma organização maior, após várias fases de crise que facilitaram a absorção de diversas pequenas propriedades por comerciantes abonados..." Por outro lado, é preciso nunca esquecer que "a presença das relações pré-capitalistas, a preponderância dessas relações em certos setores, ou mesmo em certas regiões de uma formação social em que o modo de produção capitalista é o modo de produção dominante, não podem ser corretamente explicadas por uma *resistência* dessas relações a relações capitalistas, porque a própria existência dessas relações é o resultado de uma forma determinada de dominação do capital" (Silva, 1976, p. 23), ou seja, que se trata de "relações articuladas e subordinadas às relações dominantes" (*idem*, p. 24).

grande capital, comercial ou industrial.[74] Através dessas mudanças, a situação da força de trabalho do setor não chegou a melhorar; antes pelo contrário. Sua oferta continuava – e ainda continua – a ser abundante, devido à rigidez e ao caráter concentrado da estrutura fundiária, que até hoje impede o seu livre acesso à posse e uso do solo, bem como à crescente saturação da capacidade geradora de empregos dos setores urbanos e industriais da economia nacional, e ainda devido ao progressivo "fechamento" da fronteira agrícola do país.

Este último fator foi apreciado no item II do presente capítulo. Quanto ao anterior, parece desnecessário salientar que existem inúmeras e crescentes evidências de subemprego, pobreza e marginalidade em todas as grandes cidades do país. Trata-se de uma situação estrutural, que foi se agravando através do tempo, não obstante alguns poucos sintomas de mobilidade social ascendente e de melhoria das condições materiais de existência entre as classes trabalhadoras menos favorecidas do meio urbano e industrial. Na verdade, o que tem havido nessas últimas décadas é uma progressiva transferência da miséria do campo para as cidades,[75] uma generalização das condições vigentes no meio rural. Tais condições deixaram de ser meramente setoriais ou regionais para transformar-se num problema social geral[76] e de âmbito nacional. Basta atentar para a multiplicação e o crescimento das favelas em todos os centros urbanos do país. Ou, então, observar a sucessão de conflitos e de violências que, aos poucos, vão deixando de ser latentes, aumentando em freqüência e intensidade à

---

[74] Sobre estas últimas modalidades, ver, entre outros, o trabalho de Lopes (1977).

[75] Um dos fatores que contribuíram para isso foi a instituição, na década de 1940, do salário mínimo exclusivamente nas áreas urbanas. A dualidade do mercado de trabalho daí decorrente perdurou até meados da década de 1960, quando a legislação trabalhista foi finalmente estendida ao campo. Ver, a respeito, Ianni (1973), p. 195; Malan & outros (1977), p. 26.

[76] Castro (1969), pp. 112-113, conseguiu sintetizar o processo de forma muito competente: "A incapacidade de assimilação da totalidade da mão-de-obra proveniente do campo, agravando-se à medida que avançava o processo de industrialização, introduziu um crônico desequilíbrio no mercado de trabalho. Tal desequilíbrio, traduzindo-se na sustentação de níveis salariais extremamente reduzidos apesar da rápida elevação da produtividade industrial – contribuiu, certamente, para a sustentação de elevada lucratividade dos empreendimentos manufatureiros. Aqui vemos a agricultura projetando suas características internas na indústria em formação: não fora a extremada miséria de grande parte da massa trabalhadora agrícola, não se verificaria uma busca a qualquer preço de oportunidades de emprego nos centros urbanos. Além do mais, é a mesma pobreza originária do campo que faz com que o ex-trabalhador rural chegue à cidade, não apenas sem economias, mas também desprovido de instrução e de qualificação."

medida que se fecham as "válvulas de escape" mencionadas no final do parágrafo anterior.

Os referidos conflitos e violências se manifestam de maneira difusa nas cidades, através de fenômenos como o do aumento da criminalidade, mas ocorrem de modo direto e em termos de acirramento da luta de classes dentro do setor agropecuário. Neste elas são condicionadas em parte pelo caráter concentracionista da expansão da fronteira agrícola (Martins, 1975 e 1980) e em parte pela natureza do processo de modernização tecnológica examinado no item III do presente capítulo. Como realça Fernandes (1972), p. 198, essa modernização "não é, em si mesma, um fator de mudança estrutural da situação ou de superação efetiva das iniqüidades socioeconômicas, culturais e políticas". Isso ocorre, entre outros motivos, porque a mesma não foi empreendida com tais objetivos, mas "de maneira a incrementar as desigualdades existentes e a aumentar a eficiência dos controles sociais diretos ou indiretos manejados pelos setores privilegiados..." (*ibidem*).

As considerações feitas a seguir dizem respeito fundamentalmente aos principais aspectos e às conseqüências do primeiro dos três fatores mencionados há pouco: a rigidez e o caráter concentrado da estrutura fundiária. O modo mais sintético de aferir a evolução dessa estrutura consiste em comparar através do tempo os valores dos chamados índices de Gini. Esses índices, como se sabe, constituem medidas estatísticas dos graus de concentração de distribuições de freqüência, cuja amplitude de variação vai de zero a um; quanto mais eles se aproximam desse número, tanto maior o grau de desigualdade da distribuição. Por meio do Quadro IV.1, apresentado a seguir, verifica-se que esses índices, no caso da posse da terra pelos estabelecimentos agropecuários do Brasil, sempre estiveram acima de 0,500, ou seja, "acima da média".[77] Entretanto, o aspecto mais significativo do quadro reside na diminuição relativamente modesta e, às vezes, até no aumento desses índices entre um censo e outro. Essas tendências revelam que, nos 50 anos do período aqui considerado, a situação fundiária do país pouco se modificou e até se tornou mais concentrada.

[77] Cf. Câmara (1949), que propôs a seguinte classificação para os valores do índice de Gini:

....

de 0,501 a 0,700 = concentração média forte,
de 0,701 a 0,900 = concentração forte a muito forte e
de 0,901 a 1,000 = concentração muito forte e absoluta.

Vale a pena insistir na importância desses fatos. O caráter da concentração observada foi bem sintetizado pelo seguinte comentário de Caio Prado Júnior:

> "Não se trata unicamente de uma concentração de terras desocupadas e vazias ou mesmo apenas semi-ocupadas. É a concentração, em poucas mãos, de terras habitadas onde se multiplicam muitas vezes as mãos ativas que as lavram; onde se localiza e comprime a totalidade da população rural brasileira. É, em suma, uma concentração de terras e propriedades, que significa também concentração de domínio sobre recursos econômicos que constituem a única fonte de subsistência daquela população" (Prado Jr., 1979, p. 34).

Esse comentário era corroborado pelas observações de outro autor:

> "Uma constante que constitui a característica da quase totalidade do território brasileiro é a predominância da grande propriedade. Quem conhece o interior do país sente como, em sua maior área, a grande propriedade, como padrão de ocupação do território, está sempre presente. É mesmo uma impressão maior que aquela inculcada pelas próprias informações estatísticas" (Bernardes, 1961, p. 367). "Em número, na verdade, é mais freqüente o que poderíamos chamar de pequeno estabelecimento. Mas, espacialmente, domina a grande propriedade e é ela que se retrata, com freqüência, em largas porções da paisagem agrária, moldando, por sua vez, a estrutura da sociedade rural" (*idem*, p. 368).

Tais constatações foram confirmadas, para o período mais recente, pelos dados do Incra, relativos a imóveis rurais.[78] Ainda mais chocante do que a extrema concentração da estrutura fundiária do país tem sido a sua permanência, e até a sua intensificação, através do tempo.[79] Isto é algo que se deu não apenas no Brasil como um todo, mas também com relação a numerosos Estados. Os índices nacionais só chegaram a diminuir, e

---

[78] Ver a respeito o exaustivo trabalho de Graziano da Silva & outros (1978).

[79] Por meio desses dados, não foi possível confirmar a propalada desconcentração fundiária que teria resultado da crise de 1929-30. Como se pode verificar no Quadro IV.1, praticamente não há diferenças entre os índices de 1920 e de 1940. É importante notar, entretanto, que os primeiros podem estar subestimados devido ao menor número de estratos em que se baseiam. Por causa desse fato, não se efetuou aqui, como nos quadros anteriores, a estimativa por interpolação dos dados de 1930.

muito pouco, na década de 1950, para voltar a crescer logo em seguida. Já os dos Estados tiveram uma evolução bastante irregular – seja no tempo, seja no espaço. Apenas um Estado, o de Santa Catarina, apresentou uma redução ininterrupta durante todo o período. Os outros dois Estados meridionais – Paraná e Rio Grande do Sul – tiveram uma evolução quase análoga, com uma ligeira reconcentração entre 1960 e 1970. No outro extremo situam-se os Estados do Ceará, da Paraíba e de Mato Grosso, cujos índices se elevaram continuamente através do período considerado. Quase o mesmo ocorreu nos Estados do Amazonas, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Rio de Janeiro – os quais só interromperam essa tendência durante uma única década.

É interessante observar também quantos e quais têm sido os Estados com índices de Gini acima e abaixo das médias nacionais. Até 1920, o número de Estados com índices superiores às médias nacionais só chegava a três: Acre, Amazonas e Pará. Em 1940, esse número passou a quatro, com a substituição do Acre pelo Maranhão e por Alagoas. Dez anos mais tarde, ele passou a cinco, com a volta do Acre. Permaneceu no mesmo nível em 1960, com a substituição do Pará e de Alagoas por Pernambuco e Mato Grosso. E, finalmente, em 1970, o número de tais Estados passou a seis – com a saída do Acre, do Amazonas e de Pernambuco; com a volta do Pará; e com o acréscimo do Rio Grande do Norte e de Sergipe.

Os Estados que acabam de ser referidos são os que têm registrado os mais altos índices de concentração. Incluem-se entre eles tanto Estados situados em regiões de expansão agrícola como Estados de fronteiras agrícolas estabilizadas, ou seja, tanto áreas de atração como áreas de repulsão das migrações rurais-rurais. Os mais baixos índices de concentração têm sido registrados sistematicamente no Espírito Santo; e os mais elevados no Acre, em 1920, no Maranhão, em 1940 e 1950, no Amazonas, em 1960, e em Mato Grosso, no ano de 1970.

Os dados que acabam de ser mencionados padecem de, pelo menos, duas limitações:[80] o elevado grau de agregação que apresentam e o fato de apenas privilegiarem uma variável – o tamanho relativo dos estabeleci-

[80] Existe uma terceira limitação que foi apontada por Paiva & outros (1973), p. 87, e acerca da qual pouco se pode fazer enquanto a unidade de análise for o estabelecimento agropecuário ou o imóvel rural. Vale a pena transcrever o que dizem os referidos autores: "É preciso considerar que esses dados se referem apenas à distribuição da terra entre os agricultores que a possuem... Nada dizem, porém, da renda... dos agricultores mais desfavorecidos que trabalham como assalariados, permanentes ou temporários. E o número desses agricultores não-proprietários é muito grande."

mentos.[81] Uma forma de superá-las consiste em desagregar os dados de base por estratos de áreas totais, bem como em associar os mesmos a outras variáveis, como o emprego e a superfície das áreas de lavouras. Isso é feito a seguir mediante a distribuição dos estabelecimentos agropecuários em três estratos de áreas totais: até dez hectares, a partir de dez a mil, e acima de mil hectares. Esse procedimento se baseia na hipótese de que o primeiro grupo abrange o maior número – ou talvez a totalidade – dos minifúndios, de que o último compreende a maior parte das áreas classificáveis como latifúndios e de que o grupo intermediário é responsável pela maior parcela da produção setorial.[82]

Antes de passar à análise dos dados assim desagregados, convém indagar até que ponto os estabelecimentos registrados pelos Censos do IBGE realmente correspondem a unidades de propriedade, e não apenas a unidades de produção agropecuária. Procura-se responder a essa indagação através dos dados apresentados no Quadro IV.2. Por meio deles,[83] pode-se observar que os estabelecimentos agropecuários sob o controle direto de seus proprietários sempre representaram, e ainda continuam representando, uma parcela ponderável do total geral – seja em termos numéricos, seja no que se refere às superfícies totais.

Em termos numéricos, para o Brasil como um todo, nota-se, a partir de 1930, uma progressiva redução das taxas de participação percentual desses estabelecimentos – uma tendência que só chega a interromper-se

[81] Essa última limitação foi bem percebida por Sorj (1980), p. 20: "Embora ao nível de distribuição da posse da terra exista uma clara continuidade nas últimas décadas, no interior da estrutura fundiária, encontramos importantes modificações. Em primeiro lugar, o número de estabelecimentos quintuplicou no período de 1920 a 1970, enquanto a área total não chegou a duplicar, determinando uma diminuição permanente – com exceção da década de 1940 – no tamanho médio da propriedade e da proporção entre área total e população agrícola, que triplicou no período. Esse crescimento da área não se deu de forma equilibrada em todo o Brasil; foi particularmente importante nos Estados de fronteira..." Evidências numéricas dessas constatações de Bernardo Sorj podem ser encontradas nos Quadros II.3, II.4, III.1, III.2, III.3 e III.4 do presente capítulo. Permanece apenas a dúvida quanto à "população agrícola" a que ele se refere, não se sabendo se o autor quis fazer menção da população rural, da população economicamente ativa no setor primário, ou do pessoal ocupado pelos estabelecimentos agropecuários. Com relação ao emprego do termo "propriedade" no lugar de estabelecimento, ver as considerações apresentadas nos parágrafos subseqüentes do texto deste capítulo.

[82] Embora pareça um tanto arbitrária, essa divisão é inegavelmente das mais úteis como primeira aproximação ao estudo da questão agrária no Brasil, tendo sido anteriormente sugerida por Paiva (1969), p. 75, e por Martins (1980), pp. 45 e segs.

[83] Este quadro e parte das considerações a ele referentes foram extraídas de Szmrecsányi (1980).

momentaneamente na década de 1940-50. Isso quer dizer que o número total dos estabelecimentos em geral tem crescido mais depressa que o das propriedades, fazendo aumentar a participação relativa de outras modalidades de gestão e direção – notadamente a dos arrendatários e parceiros, e também a dos ocupantes ou posseiros. A mesma tendência – porém mais contínua através do tempo – pode ser observada com referência à participação das propriedades no total dos estabelecimentos em termos de superfícies totais.

Antes de 1970, essa última participação sempre foi menor do que a numérica, embora o diferencial entre ambas estivesse decrescendo continuamente, exceto na já citada década de 1940-50. Também as áreas médias das propriedades apresentaram uma tendência decrescente, apenas interrompida durante a mesma década. Essas áreas, via de regra, têm sido menores do que as áreas médias dos estabelecimentos em geral,[84] dando a impressão de uma maior desconcentração fundiária ao nível das propriedades. Convém não esquecer, entretanto, que a situação real é exatamente oposta, já que numerosos proprietários de terras detêm muitas vezes a posse e o controle de dois ou mais estabelecimentos agropecuários.[85] Na verdade, os Censos Agropecuários subestimam, em termos de áreas, a participação relativa das grandes propriedades.[86]

Outro aspecto importante é que todas essas tendências se fazem sentir de maneira bastante desigual nas várias regiões do país. A participação numérica das propriedades nos estabelecimentos chegou a diminuir ininterruptamente em alguns Estados como a Paraíba, Pernambuco, Paraná e Mato Grosso. Em outros, como Sergipe e Alagoas, a interrupção do decréscimo só se deu na década de 1950, ou então durou mais de uma década – como no Acre, no Espírito Santo e em Goiás. Neste último

---

[84] Dados obtidos através da comparação das áreas médias dos Quadros III.1 e IV.2. As exceções são apresentadas mais adiante no texto do presente capítulo.

[85] Isto é algo que já fora intuitivamente constatado por Caio Prado Júnior em seu famoso artigo de 1960 recentemente reeditado. Cf. Prado Jr. (1979), p. 17. Ver também Singer (1973), pp. 175-177, para quem "a atual distribuição da propriedade agrária toma cada vez mais o aspecto de monopólio da terra".

[86] "Devemos chamar a atenção para o fato de que, justamente nas classes de propriedades maiores, se torna bem menor a discrepância entre o que o Censo considera *estabelecimento* e o que pode realmente ser aceito como *propriedade fundiária*. Isso porque o arrendamento e a parceria se fazem sobretudo para áreas quase sempre pequenas. Numerosas grandes propriedades, por abrangerem muitos rendeiros e parceiros considerados *responsáveis pelo estabelecimento*, se encontram desse modo diluídas, censitariamente, entre as de áreas menores" (Bernardes, 1961, p. 369).

Estado, inclusive, a participação numérica dos estabelecimentos sob controle direto de seus proprietários não cessou de crescer a partir de 1950. Tendências ligeiramente diferentes podem ser constatadas quanto à participação das propriedades em termos de áreas, a qual só diminuiu ininterruptamente no Paraná e, de forma quase contínua, em São Paulo. Convém notar, inclusive, que ela chegou a aumentar quase sem interrupção em Santa Catarina e Mato Grosso. Quanto às áreas médias das propriedades, nota-se uma redução ininterrupta em nada menos do que dez Estados.

O mais interessante, porém, é comparar as médias nacionais com os índices registrados nos Estados. Com respeito à participação numérica, verifica-se que quatro Estados do Norte (Acre, Amazonas, Pará e Maranhão) têm apresentado sistematicamente taxas inferiores às médias nacionais, ocorrendo quase o mesmo com o Piauí, Rio de Janeiro e São Paulo. Em alguns Estados, os estabelecimentos não-controlados diretamente por seus proprietários chegaram a constituir maioria durante uma parte, às vezes ponderável, do período aqui considerado. É o que tem ocorrido no Maranhão desde 1930; no Acre desde 1940; no Amazonas a partir de 1960; e no Pará, Piauí e Mato Grosso desde 1970.

No que se refere à participação das propriedades em termos de áreas, apenas os três Estados amazônicos (Acre, Amazonas e Pará), além do Rio de Janeiro e São Paulo, apresentaram taxas inferiores às médias nacionais durante todo o período; Maranhão, Piauí e Mato Grosso deixaram de fazê-lo em 1970. Foi somente no Estado do Acre que a maior parte das áreas totais tem estado durante todo o período sob controle direto de não-proprietários. O mesmo fenômeno, entretanto, pode ser registrado a partir de 1940 no Pará, sendo que, em 1940, 1960 e 1970 no Amazonas. Em nada menos que oito Estados – cinco do Nordeste e mais Minas Gerais, Espírito Santo e Santa Catarina – as taxas de participação das propriedades nos estabelecimentos em geral foram, em termos de áreas totais, sistematicamente superiores às médias nacionais.

Quanto às áreas médias dos estabelecimentos diretamente controlados pelos seus proprietários, pode-se notar que elas só permaneceram sistematicamente acima das médias nacionais em seis Estados com fronteiras agrícolas em expansão: Acre, Amazonas, Maranhão, Piauí, Mato Grosso e Goiás. O mesmo passou a ocorrer em Minas Gerais a partir de 1930. A maioria dos demais – nada menos que oito Estados – têm apresentado índices inferiores às médias nacionais, e, em alguns casos, bastante inferiores, deixando entrever um processo de crescente minifundização das propriedades. Ao mesmo tempo, em vários Estados, as propriedades ten-

deram a se tornar maiores do que os estabelecimentos sob controle direto de não-proprietários (isto é, de arrendatários, parceiros, administradores e posseiros). Isso ocorreu notadamente no Maranhão já a partir de 1930; no Piauí, na Paraíba, em Pernambuco e Mato Grosso desde 1960; e no Amazonas, Ceará. Rio Grande do Norte e Sergipe em 1970.

Uma vez aferida a representatividade dos estabelecimentos em relação às propriedades, pode-se voltar a focalizar apenas os primeiros, passando à análise dos dados desagregados por estratos de áreas totais. Devido a lacunas nas informações censitárias, a desagregação não pôde ser aplicada às propriedades, nem ao período como um todo; ela só foi possível a partir de 1940 e para os estabelecimentos em geral. O Quadro IV.3, apresentado a seguir, mostra a evolução das taxas de participação percentual no número, nas áreas (totais e de lavouras) e no pessoal ocupado[87] dos estabelecimentos de até dez hectares (-10ha), de dez a mil hectares (10 - 1.000 ha), e acima de mil hectares (1.000ha+) de superfície total. Nos parágrafos que seguem, essas três classes de estabelecimentos agropecuários são definidas respectivamente como minifúndios ou estabelecimentos menores, como estabelecimentos intermediários, e como latifúndios ou estabelecimentos maiores.

Começando pelos primeiros, verifica-se que, para o Brasil como um todo, a participação dos mesmos cresceu de forma acentuada durante o período em pauta – não apenas em termos numéricos, mas principalmente em termos de áreas (totais e de lavouras) e de pessoal ocupado. Enquanto as taxas de participação numérica aumentaram quase 49%, as outras três mais do que dobraram. A taxa que mais cresceu foi a da participação em termos de pessoal ocupado, que aumentou de 116%, passando de 19,5 para 42,1% do total.

Esses dados são muito significativos, já que o crescimento mais do que proporcional do pessoal ocupado dos minifúndios faz crescer neles a pressão sobre os recursos disponíveis, reduzindo os níveis de produtividade por área e por pessoa. O crescimento em questão só constituiria uma vantagem nos estabelecimentos intermediários e nos latifúndios – justamente onde ele deixou de ocorrer. Os dois fenômenos estão vinculados entre si

[87] Neste quadro e no seguinte, ao contrário dos anteriores, trata-se não de todo o pessoal ocupado, mas apenas do pessoal ocupado permanente. A omissão dos trabalhadores temporários deve-se, de um lado, à falta de dados desagregados a respeito para todo o período aqui considerado, e, do outro, ao desejo de se evitar duplas contagens – já que a mão-de-obra temporária dos médios e maiores estabelecimentos é, na maioria das vezes, constituída pela força de trabalho vinculada aos minifúndios.

por fatores de ordem tecnológica e institucional. Como se sabe, nos estabelecimentos intermediários e nos latifúndios predominam, de um lado, o uso de técnicas de maior densidade de capital, e, do outro, o emprego sazonal de mão-de-obra temporária. Esta última lhes é, em boa parte, fornecida a baixo custo pelos minifúndios, que não dispõem de áreas ou de capitais suficientes para garantir o sustento do seu pessoal ocupado permanente e dos seus respectivos dependentes.

Cinco Estados apresentaram em todas as taxas aumentos maiores do que as médias nacionais: Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Mato Grosso – sendo que este último apresentou de longe os maiores incrementos em termos relativos. De um modo geral, a minifundização tem sido crescente em todo o país. Em 1970, a participação numérica dos minifúndios ultrapassava a metade do total em nada menos que 10 Estados, merecendo ser destacadas sob este aspecto as taxas do Maranhão (85,37% – depois de ter atingido 87,65% em 1960), de Sergipe (78,03%), Pernambuco (77,59%) e Alagoas (75,01%).

Ao mesmo tempo, a participação dos minifúndios em termos de áreas totais – não obstante o crescimento havido a partir de 1940 – continuava sendo muito baixa, com as maiores taxas mal ultrapassando em 1970 os 10% no Paraná, em Pernambuco e Alagoas. Convém notar, além disso, que tanto a taxa de participação numérica como a relativa às áreas totais chegaram até a baixar em alguns poucos Estados. É o que ocorreu com a participação numérica dos minifúndios no Acre e em Goiás, e com a participação em termos de áreas totais no Maranhão e em Minas Gerais. Tais reduções refletem um intenso processo de concentração, ou reconcentração, fundiária, provavelmente vinculado à expansão da pecuária extensiva e à especulação imobiliária.

Observações análogas podem ser feitas com referência à participação dos minifúndios nas áreas de lavouras e no pessoal ocupado dos estabelecimentos agropecuários. Tanto a primeira como a segunda só chegaram a reduzir-se durante o período considerado no Estado de Goiás, crescendo – às vezes acentuadamente – em todos os demais. Em 1970, a maior taxa de participação em termos de áreas de lavouras era apresentada pelo Maranhão (70,25%), seguido de longe pelos Estados do Amazonas (41,93%), Piauí (36,96%) e Sergipe (35,43%). Quanto à participação em termos de pessoal ocupado, nada menos que seis Estados (Maranhão, Piauí, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe) apresentavam no mesmo ano taxas superiores a 50%. Como se procura mostrar mais adiante, a defasagem entre as taxas de participação dos minifúndios no pessoal ocu-

pado e nas áreas de lavouras é devida essencialmente à defasagem, já registrada, entre as taxas de participação numérica e em termos de áreas totais. É essa defasagem que dá origem às reduzidas dimensões médias dos minifúndios e à dificuldade de nelas expandir as áreas de lavouras proporcionalmente ao incremento do pessoal ocupado pelos mesmos.

No outro extremo da estratificação do Quadro IV.3, constata-se que as taxas de participação dos latifúndios diminuíram – tanto em termos numéricos como em termos de áreas (totais e de lavouras) e de pessoal ocupado. Para o Brasil como um todo, as maiores reduções se deram no âmbito do pessoal ocupado e no das áreas de lavouras, cujas taxas tiveram decréscimos de quase dois terços. Já a participação numérica tinha caído em 1970 para pouco acima de metade do nível de 1940, enquanto que a participação em termos de áreas totais só teve uma redução ligeiramente superior a 20%. Os efeitos das diferenças entre essas reduções são analisados em detalhe mais adiante. Por enquanto, basta assinalar que elas contribuíram para manter quase inalterados os padrões de concentração fundiária sintetizados pelos índices de Gini.

Quanto às áreas de lavouras, cumpre observar que, depois de 1960, a participação relativa dos latifúndios passou a ser menor que a dos minifúndios. Nunca é demais realçar o significado deste fato, pois, como lembra Ruy Miller Paiva, "a referência ao tamanho das propriedades... economicamente não é de importância fundamental", sendo muito mais importante "saber se essas grandes propriedades são exploradas (com cultura, criação ou silvicultura) ou mantidas incultas à espera de maior valorização" e também "se são exploradas com nível de técnica adequado às necessidades econômicas e sociais do país".[88] Todas as evidências disponíveis indicam que a ociosidade especulativa tem sido, historicamente, a regra nos latifúndios, e que essa situação não se modificou – mas, pelo contrário, se agravou – durante o período em pauta. Tanto nas áreas de expansão da fronteira agrícola como nas regiões de fronteiras agrícolas estabilizadas, a produção agropecuária tem sido relegada a um segundo plano em prol da simples espera pela valorização imobiliária. Trata-se de uma situação especialmente prejudicial para os pequenos produtores do setor, sejam estes proprietários ou não das terras que exploram através do seu trabalho.

Como nos casos anteriores, essas tendências se manifestam de forma bastante desigual nos vários Estados. Em alguns poucos, as taxas de parti-

[88] Cf. Paiva (1969), pp. 75-76; Paiva & outros (1973), p. 86.

cipação dos latifúndios chegaram até a aumentar – como no caso do Espírito Santo, onde houve incremento em todas as taxas, exceto a do pessoal ocupado; no de Pernambuco, cujos latifúndios aumentaram sua participação nas áreas totais e de lavouras, principalmente nestas últimas; no do Maranhão, Estado em que houve um aumento da participação dos latifúndios em termos de áreas totais; e no do Rio de Janeiro, onde houve um substancial aumento da participação dos latifúndios nas áreas de lavouras. Além disso, pode-se constatar que – exceto em São Paulo, onde as duas taxas evoluíram paralelamente – a participação numérica dos latifúndios sempre caiu mais acentuadamente do que a participação em termos de áreas totais, provocando com isso um aumento dos coeficientes de concentração fundiária.[89] Da mesma forma, salvo raras e pouco significativas exceções, as taxas de participação dos latifúndios nas áreas de lavouras sempre diminuíram menos acentuadamente do que as taxas relativas ao pessoal ocupado.

Em 1970, a participação numérica dos estabelecimentos de maior porte só ultrapassava o nível de 1% em três Estados: dois de fronteiras agrícolas em expansão – Goiás e Mato Grosso – e outro (Minas Gerais), onde predomina a pecuária extensiva. Em compensação, a participação em termos de áreas totais continuava extremamente elevada naquele ano, chegando em alguns casos (Pará, Maranhão e Mato Grosso) a ultrapassar metade do total, fazendo com que em numerosos Estados – não apenas na Amazônia e no Nordeste, mas também em Minas Gerais – ainda continuasse a predominar de forma praticamente inalterada a tradicional dicotomia latifúndio-minifúndio (ou seja, o contraste entre uma elevada participação numérica dos estabelecimentos de menor porte e uma igualmente elevada participação em termos de áreas totais dos pouco numerosos estabelecimentos de maior porte).[90] Quanto às áreas de lavouras, os latifún-

---

[89] Vejam-se a esse respeito as considerações apresentadas num trabalho anterior (Szmrecsányi, 1979 a).

[90] Nunca é demais acentuar que os efeitos dessa situação vão muito além do âmbito territorial. "Uma das principais conseqüências..., senão a principal, é a abundante disponibilidade de mão-de-obra que ela gera. Trata-se da considerável parcela da população rural que, devido à concentração da propriedade, não encontra outra alternativa para prover a sua subsistência senão alhear a sua força de trabalho e se pôr a serviço dos grandes proprietários e fazendeiros" (Prado Jr. 1979, p. 42). "As condições em que se realiza esse fornecimento de mão-de-obra... configuram assim o essencial das relações de produção e de trabalho vigentes na economia agrária brasileira (*idem*, p. 57). Os determinantes históricos e institucionais dessa situação foram bem estudados por vários autores, especialmente por Gnaccarini (1980).

dios só mantiveram ininterruptamente sua participação acima de 10% em sete Estados – Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Rio de Janeiro, São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Finalmente, no que se refere ao pessoal ocupado, esse mesmo nível de participação só se manteve em Mato Grosso; nos demais Estados, as taxas permaneceram bem abaixo disso.

Passando aos estabelecimentos intermediários (áreas totais de 10 a 1.000ha) e tomando o país como um todo, constata-se que houve no período uma redução de 25% nas taxas de participação numérica e nas taxas relativas ao pessoal ocupado, mantendo-se inalterada a situação referente às áreas de lavouras. Tais tendências coincidiram com um incremento de 20% nas taxas de participação desses estabelecimentos em termos de áreas totais. Esse acréscimo foi suficiente para que o referido estrato passasse a englobar desde 1960 a maior parte da superfície total dos estabelecimentos agropecuários do país. Até a década de 1950, esse domínio territorial pertencia aos latifúndios – ou seja, aos estabelecimentos de áreas totais superiores a mil hectares. Simultaneamente, a diminuição da participação numérica dos estabelecimentos intermediários fez com que eles deixassem de constituir a maioria a partir de 1970. Naquele ano, essa condição passou para os minifúndios. Já a menor participação em termos de pessoal ocupado não chegou a ter o mesmo efeito. Confirmando as hipóteses arroladas algumas páginas atrás, os aqui denominados estabelecimentos intermediários continuaram a concentrar durante todo o período a maior parte do pessoal do setor. O mesmo ocorreu com as áreas de lavouras, em relação às quais não chegaram a alterar-se suas taxas de participação. Em 1970, os referidos estabelecimentos continuavam a abranger três quartos das áreas de lavouras do país.

Os dados e as tendências que acabam de ser referidos constituem médias nacionais e não se reproduzem necessariamente de forma idêntica nas várias regiões do país. Começando pela participação numérica dos estabelecimentos intermediários, verifica-se que ela chegou inclusive a aumentar no Acre, no Amazonas e em Goiás, diminuindo bem menos do que as médias nacionais nos Estados do Pará, Maranhão, Minas Gerais, Espírito Santo, São Paulo e Santa Catarina. Em todos os Estados que acabam de ser mencionados – exceto o Maranhão – e ainda no Rio Grande do Sul e no Ceará, os referidos estabelecimentos representavam mais que metade do número total. Quanto às áreas totais, nota-se que os maiores aumentos das taxas de participação ocorreram nos Estados situados em regiões de expansão da fronteira agrícola (Acre, Amazonas, Pará, Mato

Grosso e Goiás) e ainda no Estado de Alagoas. Em todos os demais, os aumentos em questão foram inferiores ao das médias nacionais, ou até inexistentes. Isso não impediu que, em 1970, os referidos estabelecimentos ocupassem mais de metade das áreas totais em nada menos que 18 Estados. Já no que se refere às áreas de lavouras, foram os aumentos registrados nos Estados de fronteira agrícola em expansão que acabaram compensando a queda das taxas de participação dos estabelecimentos intermediários em todos os demais, garantindo assim a manutenção de uma situação inalterada para o país como um todo. Em 1970, apenas o Estado do Maranhão deixou de ter mais de metade de suas áreas de lavouras dentro desse estrato. As taxas de participação dos estabelecimentos intermediários nas áreas de lavouras chegaram a alcançar naquele ano 91,25% no Espírito Santo e 89,64% no Acre. Tendências semelhantes podiam ser observadas quanto ao pessoal ocupado, com relação ao qual as taxas de participação desses estabelecimentos só chegaram a aumentar nos Estados do Acre, Amazonas e Goiás. Mesmo assim, em 1970, nada menos que 15 Estados tinham nestes estabelecimentos mais de metade do pessoal ocupado do setor agropecuário.

Alguns efeitos concretos dessa evolução da estrutura fundiária do país aparecem nos coeficientes de tamanho e de intensidade do uso do solo, apresentados a seguir no Quadro IV.4.

Começando pelas áreas médias, verifica-se que, para o país como um todo, elas diminuíram nos três estratos. Ocorre, porém, que essa diminuição foi mais acentuada justamente entre os estabelecimentos de até 10 hectares; os estabelecimentos maiores, e principalmente os intermediários, tiveram, em média, alterações bem menores. Além disso, como se assinala mais adiante, as conseqüências da diminuição são diferentes conforme o estrato.

Da mesma forma que nos casos anteriores, as tendências nacionais têm por contrapartida uma considerável variação regional. Em alguns poucos Estados (Acre, Amazonas, Pará, Santa Catarina e Goiás), as áreas médias dos minifúndios chegaram até a aumentar entre 1940 e 1970, mantendo-se inalteradas em Mato Grosso. Em outros – como o Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco –, elas tiveram diminuições muito maiores do que os índices nacionais. O mesmo se deu com os estabelecimentos intermediários, cujas áreas médias aumentaram no Acre e no Espírito Santo, permanecendo inalteradas em Pernambuco e São Paulo. Também nesse estrato houve consideráveis reduções das áreas médias dos estabelecimentos do Amazonas, Paraná e Mato Grosso. Já os latifúndios tiveram

suas áreas médias aumentadas nos Estados do Pará, Piauí, Pernambuco e Espírito Santo, deixando de apresentar qualquer alteração no Ceará. Grandes reduções em suas áreas médias só ocorreram no Acre e no Amazonas, sendo que no primeiro elas ainda se mantinham num nível extremamente elevado em 1970.

Na maioria dos Estados com fronteiras agrícolas em expansão (Acre, Amazonas, Pará, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás) houve, entre 1940 e 1970, um aumento das áreas médias dos minifúndios. Nos casos de Goiás e do Acre, esse aumento chegou a ser considerável, mas no Pará sua magnitude foi suplantada pela taxa do aumento das áreas médias dos latifúndios. Estas últimas foram também as que mais cresceram no Piauí, em Pernambuco e no Espírito Santo. Nestes dois últimos Estados houve aumento das áreas médias tanto dos latifúndios como dos estabelecimentos intermediários, enquanto que no Acre isto se deu simultaneamente com os estabelecimentos intermediários e os minifúndios. Foi só no Estado de São Paulo que se produziu a situação de um pequeno aumento das áreas médias dos estabelecimentos intermediários coincidir com a redução das áreas médias tanto dos minifúndios como dos latifúndios, principalmente destes últimos.

Especialmente nos Estados do Norte e do Nordeste, as áreas médias dos minifúndios já eram, em 1970, insuficientes para garantir o sustento de uma família.[91] Naquele ano, os menores índices foram os do Maranhão e do Piauí – 1,8 e 2 hectares respectivamente – sendo os maiores os de Goiás, Acre e Espírito Santo. Também se localizavam no Maranhão as menores áreas médias do estrato intermediário (28 hectares), seguidas pelas do Paraná e de Santa Catarina (40 hectares). E, como não poderia deixar de ser, o Maranhão apresentou naquele mesmo ano uma das maiores áreas médias de latifúndios do país (4.552 hectares) – nível apenas

[91] Como se procura mostrar mais adiante neste capítulo, isto se deve, de um lado, aos baixíssimos índices de áreas de lavoura por pessoa ocupada e, por outro, à já elevada participação percentual das áreas de lavouras nas áreas totais dos minifúndios. A ampliação daqueles depende do aumento desta, algo dificilmente obtenível através dos mecanismos "espontâneos" da economia capitalista, cujas tendências "normais" – no setor agropecuário como nos demais – orientam-se exatamente no sentido contrário, no sentido da crescente concentração e centralização da propriedade dos meios de produção, inclusive da propriedade da terra. Uma alternativa a esses processos, tecnicamente possível mas economicamente inviável para pequenos produtores desprovidos de capital, consistiria na adoção de práticas mais intensivas de cultivo do solo. A inviabilidade econômica dessa alternativa se prende basicamente à maior densidade de capital que ela requer.

superado pelos estabelecimentos de maior porte do Acre, do Pará e de Mato Grosso.

Uma evolução bastante diversa pode ser observada no que se refere ao número de pessoas ocupadas por estabelecimento. Nesse caso também houve – para o país como um todo – uma redução dos índices nos três estratos, mas ela foi muito maior nos latifúndios do que nos estabelecimentos intermediários, e nestes muito mais do que nos minifúndios. É importante realçar que isto não se deu da mesma forma em todos os Estados. A exceção mais conspícua era representada pelo Paraná, cujos índices de número de pessoas ocupadas por estabelecimento não só cresceram em todos os três estratos, como cresceram mais acentuadamente nos latifúndios do que nos estabelecimentos intermediários e nestes bem mais do que nos minifúndios. Deve ser mencionado logo a seguir o Estado de Santa Catarina, que teve, entre 1940 e 1970, índices crescentes nos minifúndios e nos estabelecimentos intermediários – nestes mais do que naqueles. Embora sem acréscimos, ocorreu também uma inversão desse tipo em Goiás, e outras – entre os latifúndios e os estabelecimentos intermediários – nos Estados do Ceará, Pernambuco, Alagoas e Rio Grande do Sul. Além disso, fora dos casos já mencionados, houve aumentos dos índices de pessoas ocupadas por estabelecimento nos minifúndios de São Paulo, Espírito Santo, Pará e Amazonas. As maiores reduções desses índices, nos três estratos, ocorreram no Estado do Acre. Cabe ainda fazer referência à magnitude da queda dos índices relativos aos latifúndios do Piauí e de Sergipe. Em 1970, o maior índice de pessoal ocupado entre os minifúndios foi registrado no Pará (3,5) e o menor no Piauí e no Rio Grande do Norte (2,1); no estrato intermediário, os referidos índices variavam entre 6,1 no Paraná e 2,6 no Acre, enquanto que no dos latifúndios essa variação ia de 41,4 em Alagoas a 3,4 também no Acre.

Estes índices vinculam-se diretamente aos da intensidade do uso do solo, representados no Quadro IV.4 pelas taxas de participação percentual das áreas de lavoura nas áreas totais e pelos coeficientes de áreas de lavoura por pessoa ocupada.

No que tange às primeiras e tomando o país como um todo, verifica-se que a participação das áreas de lavouras nas áreas totais somente aumentou entre os minifúndios, mantendo-se inalterada no estrato intermediário e diminuindo consideravelmente entre os latifúndios. Quanto aos minifúndios, é interessante observar que essas taxas só deixaram de aumentar em Estados com fronteiras agrícolas em expansão – como o Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Goiás – e que os maiores aumentos

ocorreram nos Estados mais áridos do Nordeste (Rio Grande do Norte, Ceará e Piauí). Já no estrato intermediário houve aumento das taxas de participação de oito Estados e a diminuição em nove, apenas permanecendo inalterada a situação de Mato Grosso. Os maiores aumentos das taxas de participação desse estrato ocorreram em Goiás, onde elas triplicaram, e no Rio Grande do Sul, onde dobraram. Ainda mais numerosos foram os Estados em que houve aumento das taxas de participação das áreas de lavouras nas áreas totais dos latifúndios: nada menos do que 10, merecendo ser destacados os índices de aumento registrados no Rio Grande do Sul, Goiás, Paraná e Alagoas. Mas isto e o fato de a situação ter-se mantido inalterada em Santa Catarina e na Bahia não foram suficientes para impedir a redução há pouco assinalada, já que as maiores quedas nessas taxas de participação ocorreram justamente nos Estados de fronteiras agrícolas em expansão (Acre, Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí e Mato Grosso), cujas áreas totais cresceram muito mais depressa do que as áreas de lavouras.

Pode-se realçar, por outro lado, que a participação das áreas de lavouras nas áreas totais dos estabelecimentos cresceu nos três estratos em nada menos que seis Estados (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Paraná e Rio Grande do Sul) e que os maiores índices de crescimento dessas taxas ocorreram não entre os minifúndios, mas entre os estabelecimentos intermediários de Goiás e entre os latifúndios do Rio Grande do Sul. Não se pode perder de vista, entretanto, que as referidas taxas situam-se em níveis bastante diferentes nos três estratos. Assim, em 1970, elas variaram entre 89% no Maranhão e 29% no Acre para os minifúndios, entre 32% no Paraná e 1,1% no Acre para os estabelecimentos intermediários, e entre 16% em Alagoas e 0,1% no Acre e no Amazonas para os latifúndios. Isso significa que as possibilidades de expandir as áreas de lavoura são também bastante diversas em cada estrato.

As disparidades entre eles são menores no que tange à superfície das áreas de lavoura por pessoa ocupada, a qual, como não poderia deixar de ser, cresce de um estrato para outro, fazendo-o, porém, bem menos do que proporcionalmente. Este foi o único coeficiente que cresceu em todos os três estratos, embora não no mesmo ritmo. Tomando o país como um todo, verifica-se que as áreas de lavouras por pessoa ocupada cresceram principalmente nos estabelecimentos intermediários, em segundo lugar nos latifúndios, e bem menos nos minifúndios. Em boa parte, isso pode ser explicado pela menor disponibilidade e pelo maior comprometimento das áreas destes últimos. Além disso, é interessante observar que as referi-

das taxas nos minifúndios diminuíram em nada menos que sete Estados (Amazonas, Maranhão, Piauí, Pernambuco, Bahia, Espírito Santo e Paraná), mantendo-se inalteradas em outros seis (Acre, Pará, Alagoas, Sergipe, Minas Gerais e São Paulo). O aumento que houve, entre 1940 e 1970, nas médias nacionais desse estrato, correu por conta do grande crescimento dessas taxas nos Estados de Mato Grosso, Ceará, Goiás e Rio Grande do Sul.

Quanto aos estabelecimentos intermediários, é curioso notar que as referidas taxas só baixaram em cinco Estados de fronteiras agrícolas em expansão (Mato Grosso, Paraná, Pará, Amazonas e Acre), permanecendo inalteradas no Espírito Santo e crescendo em todos os demais. As maiores taxas de crescimento desse estrato foram registradas nos Estados da Paraíba, de Alagoas e do Rio Grande do Norte. Já os coeficientes dos latifúndios, embora apresentassem na média menores índices de crescimento do que os estabelecimentos intermediários, conseguiram alcançar em alguns Estados taxas de aumento extremamente significativas – como nos casos de Sergipe e Alagoas, cujas áreas de lavoura por pessoa ocupada quase quadruplicaram nesse estrato durante o período aqui considerado. Ao mesmo tempo, todavia, tais coeficientes sofreram reduções, freqüentemente expressivas, em nada menos que oito Estados – inclusive no Paraná e em Santa Catarina.

Apenas seis Estados (Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Goiás) chegaram a apresentar índices crescentes nos três estratos de áreas totais. Como já foi assinalado, as áreas de lavouras por pessoa ocupada envolvem uma menor diversidade do que a dos demais coeficientes. Em 1970, elas variavam entre 1,6ha no Paraná e 0,4ha em Sergipe e no Pará para os minifúndios; entre 4,5ha em São Paulo e 0,6ha no Acre e no Amazonas para os estabelecimentos intermediários; e entre 14,2ha em Sergipe e 0,8ha no Amazonas para os latifúndios, ou seja, embora existam imensas diferenças entre os três estratos no que se refere às áreas médias (simples ou por pessoa ocupada), com relação às áreas de lavouras por pessoa ocupada, a homogeneidade se torna bem maior, independentemente dos estratos em que se situam os estabelecimentos.

Isso vem revelar, de um lado, um certo nivelamento (por baixo) da tecnologia adotada nos três estratos e, do outro, uma excessiva disponibilidade de áreas improdutivas por parte dos latifúndios e dos estabelecimentos intermediários. Já entre os minifúndios, os excedentes se situam no âmbito do pessoal ocupado. A insuficiência que há neles de áreas de

lavouras por pessoa ocupada acaba dando origem a uma crescente oferta, efetiva ou potencial, de uma mão-de-obra abundante e barata, cuja disponibilidade – acrescida à dos trabalhadores sem terra – tem contribuído para rebaixar os salários, não apenas nas atividades agropecuárias e rurais, mas também nas urbanas e industriais.

Nas considerações desenvolvidas até aqui, a evolução do pessoal ocupado dos estabelecimentos agropecuários tem sido analisada de modo um tanto abstrato e indiferenciado. Se isto pode ser considerado suficiente para o exame das alterações da estrutura fundiária, certamente não basta para a discussão das mudanças havidas no domínio das relações de produção. Para tanto, torna-se necessário, em primeira instância, desagregar os dados relativos à força de trabalho envolvida na produção agropecuária, passando a aferir e comparar a evolução dos seus diversos segmentos. Essa tarefa pode ser mais adequadamente cumprida através da análise das estatísticas demográficas, que, sob este aspecto específico, inspiram mais confiança do que as derivadas dos Censos Agropecuários. Embora contenham maior número de informações – notadamente a respeito da mão-de-obra temporária e permanente, dos parceiros e arrendatários etc. –, os dados derivados destes últimos estão sujeitos à seríssima limitação da dupla contagem, visto que sua unidade de análise são os estabelecimentos agropecuários e não as pessoas dos produtores. Já o mesmo não se dá com os Censos Demográficos, cujos levantamentos são feitos nos domicílios da população e cuja unidade de análise são os próprios indivíduos. Isto explica as discrepâncias entre os resultados de ambos, crescentes, aliás, a partir de 1950.

O Quadro IV.5, apresentado a seguir, mostra a evolução, no período de 1940 a 1970, da população economicamente ativa no setor agropecuário, distribuída segundo a posição na ocupação. Seus dados foram reagrupados conforme a "pirâmide social" de Costa Pinto (1965). De acordo com este autor, os empregadores integram a classe alta dos "grandes proprietários de terra e arrendatários capitalistas", que empregam mão-de-obra remunerada e auferem renda e/ou lucro das terras que exploram (diretamente ou por meio de administradores). Trata-se da classe que alguns autores chamam de "burguesia agrária" ou (menos apropriadamente) de "burguesia rural". Seus membros, segundo o referido autor (*op. cit.*, pp. 266/267), são muitas vezes *doublés* de comerciantes que: (*a*) compram a produção agropecuária de terceiros; (*b*) vendem insumos e mantimentos; e (*c*) emprestam dinheiro a juros. Já os autônomos e os familiares não-remunerados se desdobram, para o mesmo autor, nas duas

classes intermediárias: a dos "pequenos proprietários" ou *sitiantes*[92] e a dos "parceiros". Incluem-se entre estes últimos os arrendatários não-capitalistas e os chamados "parceiros-autônomos" dos Censos Agropecuários.[93] Os parceiros não-autônomos fazem parte da quarta classe, mencionada a seguir. Esta classe, a dos empregados, constitui a base da "pirâmide"; os seus membros são denominados "assalariados agrícolas" (*op. cit.*, p. 263), embora nem todos o sejam formalmente.[94]

Apesar de simplificar um pouco a realidade, o esquema que acaba de ser apresentado é bastante funcional e, sem dúvida, possibilita uma boa primeira aproximação às transformações havidas durante o período. Por meio do Quadro IV.5, observa-se em primeiro lugar que, no país como um todo, o número de empregadores agropecuários vem diminuindo a partir de 1950, e que o mesmo não tem ocorrido com as demais categorias da população economicamente ativa do setor. Com efeito, o número dos autônomos nunca cessou de crescer, representando em 1970 mais do que o dobro dos existentes em 1940, enquanto o número dos familiares não-remunerados e o dos empregados tem apresentado flutuações sem uma tendência bem definida. A análise desses dados deve, de um lado, ser feita regionalmente e, do outro, ser continuamente referida à evolução da estrutura fundiária.

A constância que esta última tem apresentado através do tempo (de acordo com os índices de Gini constantes do Quadro IV.1), bem como a progressiva redução das taxas de participação, numérica e em termos de áreas, dos estabelecimentos sob controle direto dos seus proprietários (ver Quadro IV.2) mostram desde logo que a diminuição do número de empregadores, a flutuação do número dos empregados e o aumento da quantidade dos autônomos, além de fazerem parte de um mesmo processo, estão longe de refletir um movimento de desconcentração da propriedade agrária e de "campesinação" da produção do setor. Tais tendências, ao contrário, inserem-se na crescente concentração e centralização dos capitais que têm marcado, nas últimas décadas, a evolução da economia brasileira

---

[92] Esta expressão tem sido muitas vezes utilizada como sinônima da pequena produção em geral – englobando não apenas os pequenos proprietários e posseiros, mas também os pequenos arrendatários e os parceiros.

[93] Trata-se de produtores autônomos que trabalham terras alheias sem empregados remunerados, contando apenas com a ajuda de seus familiares.

[94] Nesta classe, Costa Pinto inclui os parceiros não-autônomos, os colonos da cafeicultura paulista e outras categorias de trabalhadores rurais que não direta e/ou integralmente assalariados.

como um todo. Nesse processo, o setor agropecuário não poderia constituir uma exceção. Isso, aliás, é algo que pode ser percebido através dos próprios dados do Quadro IV.5. Nesse sentido, basta observar mais atentamente a evolução do número de empregadores de um lado e do dos familiares não-remunerados do outro, e, de modo especial, a relação de cada uma dessas categorias respectivamente com a evolução do número de empregados e do de autônomos, que lhes servem de contraparte.

Tomando inicialmente os dados do país como um todo, verifica-se que tanto o número de empregados como o de familiares não-remunerados têm flutuado durante o período. Ao mesmo tempo, contudo, nota-se que essas flutuações não foram uniformes nem sincrônicas. Enquanto o número de empregados aumentou entre 1940 e 1950, diminuiu entre este último ano e 1960, voltando a aumentar a partir daí, o número de familiares não-remunerados aumentou nas duas primeiras décadas, atingiu o auge em 1960 e caiu na década seguinte para um nível inferior ao de 1940. Vale a pena observar também que, com exceção de 1960, o número de empregados sempre foi maior que o de familiares não-remunerados e, abstraindo aquele ano, percebe-se inclusive que a diferença entre as duas categorias só tendeu a aumentar.

Mas, como acaba de ser indicado, a principal diferença na evolução dessas duas categorias de trabalhadores do setor agropecuário reside nas alterações de sua relação quantitativa respectivamente com o número de empregadores e de autônomos, aos quais uma e outra via de regra se vinculam funcionalmente. Prosseguindo na análise dos dados do país como um todo, verifica-se que, enquanto o número de empregados por empregador caiu entre 1940 e 1950 (de 12,5 para 10,3), nunca cessando de aumentar a partir daquele ano (passando a 13,2 em 1960 e 15,9 em 1970), o número de familiares não-remunerados por autônomo foi diminuindo ininterruptamente durante o período (passando de 0,8 em 1940 para 0,4 em 1970). E isso não obstante a crescente adoção, no mesmo período, de tecnologias poupadoras de mão-de-obra – não pelos autônomos, mas por parte dos empregadores...

As tendências que acabam de ser referidas são mais bem percebidas ao nível dos Estados através do Quadro IV.6, apresentado a seguir. A primeira coluna desse quadro mostra a participação percentual de cada Estado no total nacional da população economicamente ativa do setor agropecuário. Como já foi visto na segunda parte do presente capítulo, os Estados cuja participação neste particular tem aumentado através do tempo geralmente são possuidores de áreas de expansão da fronteira agrí-

cola. Esse tem sido o caso do Acre, Amazonas, Pará, Maranhão e Piauí no Norte/Nordeste, e do Paraná, Santa Catarina, Mato Grosso e Goiás no Centro-Sul. Já as demais colunas ímpares do mesmo quadro mostram a participação dos Estados em cada categoria da população economicamente ativa. Comparando seus dados com os da primeira, observa-se que os índices que elas apresentam ora são menores, ora maiores do que os do total da população economicamente ativa. Isso se deve fundamentalmente ao crescimento espacialmente diferenciado dessas várias categorias.

Nos Estados com fronteiras agrícolas em expansão têm crescido mais acentuadamente o número dos autônomos e o dos familiares não-remunerados. Algo bem diverso sucedeu nos Estados de fronteiras agrícolas consolidadas, nos quais têm aumentado mais rapidamente o número de empregados e o de empregadores. Conseqüentemente, essas várias categorias de produtores acham-se distribuídas de modo bastante desigual nas diversas regiões do país. Pode-se observar, por exemplo, que seis Estados (Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Paraná) concentraram cerca de 70% dos empregados tanto em 1940 como em 1970; que seis (Bahia, Minas, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás) reuniam, nos mesmos anos, mais de 60% dos empregadores; e que outros tantos (Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) também concentraram mais de 60% dos familiares não-remunerados. A categoria espacialmente mais bem distribuída tem sido a dos autônomos, entre os quais o mesmo grau de concentração espacial só foi alcançado em 1970, e mesmo aí através da soma de nove Estados (Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Rio Grande do Sul e Goiás). É interessante observar ainda que, enquanto 13 Estados aumentaram durante o período a sua participação relativa quanto ao número de empregados, e 12 no que se refere ao de familiares não-remunerados, apenas nove o fizeram com relação ao número de empregadores e de autônomos.

Passando às colunas pares do Quadro IV.6, nota-se que, tanto em nível nacional como em nível dos Estados – com exceção de São Paulo e do Rio de Janeiro, onde têm predominado os empregados –, a categoria mais numerosa tem sido a dos autônomos, e que a participação relativa destes tem aumentado através do tempo, algo que – salvo raras exceções – não se deu com as demais categorias. Trata-se indubitavelmente de uma evolução significativa, mas que, tomada em si, representa apenas uma parte – e talvez não a mais relevante – do desenvolvimento da produção agropecuária no período considerado. Para obter uma visão abrangente

desse desenvolvimento, é preciso confrontar a evolução numérica dos autônomos com a dos familiares não-remunerados, que constituem a sua mão-de-obra auxiliar, e esta última com a dos empregados, que desempenham papel semelhante em relação aos empregadores.

Quanto à participação dos familiares não-remunerados na população economicamente ativa do setor agropecuário, verifica-se que ela tem sido decrescente em todos os Estados. E, o que é mais importante, seu decréscimo foi bem maior do que a variação para mais do número de autônomos. Disso resultou que a mão-de-obra de que estes dispõem, além da própria, tem diminuído através do tempo, conforme pode ser atestado pela evolução dos coeficientes de familiares não-remunerados por autônomo, os quais – com exceção de Sergipe e Mato Grosso – têm diminuído em todos os Estados, às vezes de forma bastante acentuada. Em 1940, havia um ou mais familiares não-remunerados para cada autônomo nos Estados do Espírito Santo, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, e pouco menos do que um (0,9) em Pernambuco e Santa Catarina. Trinta anos mais tarde, os níveis mais elevados – registrados no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina – não passavam de 0,7 e chegaram a cair para 0,1 em Goiás e 0,2 no Amazonas, Maranhão, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Os dois movimentos apontados no parágrafo acima podem ser atribuídos, pelo menos em parte, à insuficiência de terras dos autônomos, causada pela permanente expansão dos latifúndios e dos estabelecimentos intermediários em detrimento dos minifúndios, cuja fragmentação foi também contínua durante o período. Enquanto essa fragmentação se tem dado por meio do sistema de sucessão hereditária, a expansão dos estabelecimentos de maior e de médio portes tem-se produzido no bojo do processo de expansão da fronteira agrícola.[95] Devido à insuficiência das áreas dos minifúndios, o casamento dos filhos de pequenos produtores sempre acaba reduzindo a mão-de-obra familiar e aumentando o número dos autônomos. Essa dispersão das famílias extensas e a multiplicação do número de famílias nucleares no meio rural brasileiro têm sido um dos principais motores das migrações internas – tanto das migrações rural-urbanas como, principalmente, das migrações rurais-rurais – e do conse-

[95] "A partir do rápido esgotamento dos solos pelas formas tradicionais de cultivo... (e do) cercamento pelo latifúndio, cria-se um círculo vicioso de produção itinerante, que tem na vanguarda o posseiro e na retaguarda a pecuária extensiva" (Sorj, 1980, p. 16). É importante salientar, entretanto, que a pecuarização e seus efeitos sobre a estrutura agrária não se restringem apenas às áreas de expansão da fronteira agrícola, tendo ocorrido continuamente nas mais diversas regiões do país.

qüente processo de expansão da fronteira agrícola. Nesse sentido, nunca é demais assinalar – como faz Waibel (1949), p. 258 – que a emigração de produtores do setor agropecuário para as cidades ou para novas áreas rurais se dá "não tanto por causa do aumento da população, mas em conseqüência da deterioração da terra" nas áreas de origem. Essa deterioração, obviamente, precisa ser entendida no sentido lato, não se referindo apenas aos aspectos físicos dos recursos do solo, mas também à relação dos mesmos com as pessoas que os trabalham e, destas, entre si, ou seja, junto com a produtividade da terra sempre estão em jogo as relações de produção.

Salvo nos casos, bastante raros, em que o autônomo tem efetivo acesso a tecnologias poupadoras de mão-de-obra (isto é, a técnicas dotadas de maior densidade de capital), essa evolução resulta na adoção de práticas extensivas[96] e, conseqüentemente, numa diminuição da sua capacidade individual de produzir para o mercado, e de assim garantir o seu sustento e o de seus familiares. Isso acaba levando ao "progressivo empobrecimento das categorias mais modestas de proprietários rurais, cujo padrão de vida gradualmente se aproxima, e em muitos casos já se confunde com os dos trabalhadores sem terra empregados nos grandes domínios" (Prado Jr., 1979, p. 75). O mesmo se dá com os parceiros que muitas vezes não passam de "verdadeiros proletários rurais, com uma situação econômico-social apenas pouco melhor que a dos assalariados", apresentando "embora não tanto quanto esses... grande instabilidade, mudando-se constantemente de fazenda para fazenda" (Bernardes, 1961, p. 376).[97] Tais situações têm forçado os autônomos – ao que tudo indica, com uma

---

[96] Como lembra Waibel (1949), p. 256, "aplicar um sistema agrícola extensivo em pequenas propriedades é uma contradição em si mesma".

[97] Este era também o ponto de vista de Prado Jr. (1960). Uma posição mais matizada pode ser encontrada, porém, em Prado Jr. (1962), onde a parceria já não era vista como um assalariamento disfarçado, mas como "um tipo de organização agrária intermédia entre a grande exploração rural e a exploração parcelária ou individual", como um "sistema de relações de trabalho... (mais) vantajoso para o trabalhador", e como uma "situação... do ponto de vista do trabalhador, preferível à de simples assalariado". Cf. Prado Jr. (1979), pp. 103 e 105. Posição semelhante foi defendida por Cândido (1964), pp. 68-69 e 150-151, para o qual o parceiro constitui uma figura de transição entre as relações de produção não-capitalistas e capitalistas, entre o sitiante (pequeno proprietário ou posseiro) e o proletário rural (ou até urbano). Este autor fez questão de frisar que "é desprezível o número dos que, sendo parceiros, adquirem terras e se tomam proprietários", sendo porém freqüentes os casos de "donos de sítios muito pequenos *aforarem* terra", e que "o sentido em que se dá a mudança na (sua) condição econômica (é) sempre da propriedade para a parceria e quase nunca o contrário" (*idem*, p. 152). Já para Costa Pinto (1965), pp. 260-262,

freqüência crescente – a completar seus orçamentos através do assalariamento temporário nos estabelecimentos de maior e de médio porte, ou até, em outros casos, por meio de atividades desenvolvidas fora do setor agropecuário.

Tendências bastante diversas podem ser observadas no que tange à evolução do número dos empregados e, em particular, no que se refere à relação do mesmo com o de empregadores. Quanto à participação relativa dos empregados no pessoal ocupado do setor, verifica-se que ela somente aumentou em sete Estados (Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Sergipe, Rio de Janeiro, São Paulo e Mato Grosso). Ocorre, porém, que a participação numérica dos empregadores aumentou apenas em cinco (Acre, Pará, Espírito Santo, São Paulo e Rio Grande do Sul), e de forma pouco acentuada, caindo em todos os demais, muitas vezes de modo bastante intenso. Disso resulta que o número de empregados por empregador via de regra cresceu, e às vezes consideravelmente. Nos casos em que isso não se deu, os empregadores sempre têm podido recorrer, seja ao emprego temporário dos numerosos autônomos carentes de complementação da sua receita ou dos seus familiares não-remunerados, seja ao emprego de técnicas de produção dotadas de maior densidade de capital.

A disponibilidade e a efetiva utilização dessas alternativas constituem um importante fator explicativo do desenvolvimento da produção agropecuária do Brasil durante o período em pauta.[98] Esse desenvolvimento,

---

a parceria representava uma forma de renda-produto, uma etapa de transição para a forma puramente capitalista de renda da terra. Mais adiante, porém, o mesmo autor a redefiniu como "salariato espúrio", em que a remuneração é feita *in natura* (*op. cit.*, p. 271), chegando assim a uma posição que se assemelha à de Prado Jr. (1960), parcialmente retomada por este último autor em Prado Jr. (1966), pp. 52, 53, 63-68 e 160-163.

[98] No final do período aqui considerado, esse desenvolvimento foi também afetado pela extensão da legislação trabalhista ao campo. Vale a pena reproduzir, a esse propósito, sem maiores comentários, as seguintes observações de Paiva (1969), p. 90: "São muitas as formas de que os proprietários têm usado para não cumprir com (...) as obrigações do Estatuto (do Trabalhador Rural). Inclusive não mantendo empregados residentes nas propriedades, e contratando apenas trabalhadores diaristas através de *empreiteiros* que os trazem de caminhão das cidades próximas, onde os trabalhadores são obrigados a residir. Com isso, o nível de vida e as condições de vida dos trabalhadores tornam-se piores do que eram..." E ainda as de Paiva & outros (1973), p. 93: "Esse Estatuto equiparou o trabalhador rural ao urbano para efeito de recebimento do salário mínimo, mas permitiu aos proprietários descontarem o aluguel da casa, alimento fornecido, lenha etc. Desse modo, é possível que parte da elevação do salário corrente do trabalhador seja apenas uma questão contábil, e não uma melhoria geral". E, mais adiante, no mesmo texto (*op. cit.*, pp. 93-94), os referidos autores ainda acrescentam: "Concomitantemente com a aprovação do

como se viu no presente capítulo, foi pautado por uma crescente produtividade da força de trabalho do setor, a qual foi alcançada por meio do domínio cada vez mais amplo e profundo de relações de produção fundamentalmente capitalistas.

O caráter capitalista dessas relações já foi suficientemente realçado por inúmeros autores, tornando desnecessária a retomada de qualquer argumentação neste sentido.[99] A essa altura, basta assinalar que ele tem sido determinado, de um lado, pela hegemonia no meio rural da grande exploração agromercantil e, do outro, pelo relacionamento cada vez mais intenso – e íntimo – entre o setor agropecuário e os setores industriais e urbanos da economia. Se a primeira variável ainda permitia uma certa diferenciação entre a pequena e a grande produção, a segunda indubitavelmente foi, e vem, removendo as últimas compartimentações ainda existentes – seja dentro do setor agropecuário, seja entre este e os demais. Isso porque o relacionamento em questão tem-se dado cada vez mais com os grandes oligopólios multinacionais, que no Brasil como algures foram dominando progressivamente tanto a agroindústria como os vários ramos industriais fornecedores de insumos para o setor agropecuário (Guimarães, 1976).

A redução das áreas médias (totais e de lavouras) dos estabelecimentos agropecuários, examinada algumas páginas atrás, e o grande aumento há pouco assinalado do número dos autônomos, de forma alguma contra-

ção do Estatuto ocorreu a expulsão de muitos trabalhadores das propriedades em que viviam, a fim de evitar a aquisição dos 'direitos' que o Estatuto lhes dava, e a expulsão em massa provocou o surgimento de novas figuras na estrutura da força de trabalho agrícola. Surgiram assim os *volantes*." Esta última afirmação constitui apenas uma meia-verdade, já que a existência de volantes na agricultura paulista e brasileira é bem anterior à promulgação do Estatuto do Trabalhador Rural, a qual apenas contribuiu em parte, e temporariamente, para induzir um grande aumento do seu número. Sobre este ponto, ver o capítulo final de Graziano da Silva (1980). Outro fator interveniente, de grande importância nos Estados cafeeiros, principalmente em São Paulo e no Paraná, mas também no Espírito Santo, foi a política de erradicação de cafezais empreendida pelo Instituto Brasileiro do Café durante a década de 1960. Ver a respeito o trabalho de Guarnieri (1979). De qualquer forma, cumpre ainda, para concluir essa longa digressão, anotar mais a seguinte observação de Paiva&outros (1973), p. 94: "Se bem que o salário diário dos volantes acompanhe os salários das demais categorias, eles se acham sacrificados com a nova situação, devido às condições de vida a que foram levados, condições muito mais instáveis do que antigamente. Além disso, como volantes, devem ter sofrido redução no número de dias em que conseguem trabalho durante o ano, o que representa uma deterioração do (seu) nível de renda..."

[99] Ver a respeito os clássicos trabalhos de Prado Jr. (1960, 1962 e 1966); Bernardes (1961); Cândido (1964); Costa Pinto (1965); Castro (1969); e Lopes (1976 e 1977).

dizem as colocações que acabam de ser feitas. Isto porque, de um lado, a grande produção capitalista não desapareceu do campo – antes pelo contrário[100] – e, do outro, porque "a multiplicação... de minifúndios, dentro da estrutura da sociedade brasileira como um todo, na maioria dos casos, só pode ser interpretada como indício de proletarização das grandes massas rurais, já que os proprietários (...) dessas glebas ínfimas não raro se engajam como assalariados em certas épocas do ano agrícola" (Costa Pinto, 1965, p. 266). E, finalmente, porque a própria expansão da pequena produção agropecuária foi, em última análise, impulsionada pelo advento do novo padrão de acumulação, pela crescente concentração e centralização de capitais nos setores urbanos e industriais da economia nacional. Também isso foi cabalmente demonstrado por vários autores.[101]

Desse modo, foi no contexto mais amplo dos referidos processos, e não isoladamente, que se procurou analisar aqui o desenvolvimento da produção agropecuária do Brasil durante o período de 1930 a 1970. Os resultados dessa análise poderão ser considerados insuficientes para comprovação das hipóteses que a nortearam. Alguns poderão até ser refutados. Mas, algo que será bem mais difícil contestar é o fato de que, no período em questão, os grandes capitais tenderam, cada vez mais, a ser investidos indistintamente, tanto nos setores urbanos e industriais da economia como no setor agropecuário, e também na compra de terra para fins predominantemente especulativos. Se nem este fato for considerado suficiente para caracterizar a natureza capitalista do setor agropecuário do Brasil e a sua crescente integração ao resto da economia brasileira, o presente capítulo decididamente nunca deveria ter sido escrito.

---

[100] Ver a esse respeito as argutas considerações de Mombeig (1952), pp. 240 e 255, sobre a reestruturação das grandes propriedades rurais paulistas após a crise de 1929-30.

[101] "Com a mudança econômica, de mercado exterior para mercado interior, e da monocultura para a policultura, deu-se ao mesmo tempo uma transformação em toda a atividade agrícola. Como a produção de gêneros alimentícios e a cultura de plantas anuais, como algodão e fumo, exigem emprego relativamente pequeno de capital, os grandes empreendimentos das *plantations* perderam a primazia e desenvolveram-se numerosas unidades rurais de tamanhos médio e pequeno que eram explotadas pelos próprios proprietários ou por meeiros..." (Waibel, 1955, p. 297). Quanto às vantagens oferecidas pelo emprego destes últimos e pelas demais formas de pequena produção para a grande propriedade e o grande capital, veja-se Mombeig (1952), pp. 247-263. Esta obra clássica só agora acaba de ser traduzida para o português, mas os efeitos da crise de 1929-30 no setor agropecuário paulista foram também estudados por alguns trabalhos mais recentes, dando origem inclusive a posições um tanto contraditórias. Ver a respeito as dissertações de Zamboni (1979) e de Kageyama (1979), nenhuma das quais, por sinal, chegou a beneficiar-se do uso das pesquisas pioneiras de Mombeig.

QUADRO IV. I

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE GINI DA DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA ENTRE OS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL

Estados	1920 (a)	1940 (b)	1950 (b)	1960 (c)	1970 (c)
Acre	0,940	0,820	0,904	0,932	0,619
Amazonas[1]	0,902	0,909	0,924	0,958	0,736
Pará[2]	0,875	0,905	0,889	0,831	0,882
Maranhão	0,740	0,914	0,934	0,920	0,926
Piauí	0,819	0,789	0,805	0,832	0,892
Ceará	0,717	0,748	0,752	0,752	0,791
Rio Grande do Norte	0,720	0,776	0,812	0,803	0,853
Paraíba	0,743	0,779	0,811	0,817	0,823
Pernambuco	0,623	0,782	0,837	0,844	0,838
Alagoas	0,716	0,858	0,848	0,836	0,836
Sergipe	0,736	0,823	0,816	0,830	0,854
Bahia	0,797	0,793	0,802	0,786	0,801
Minas Gerais[3]	0,724	0,753	0,764	0,763	0,751
Espírito Santo[3]	0,581	0,529	0,541	0,550	0,604
Rio de Janeiro[4]	0,730	0,744	0,779	0,768	0,790
São Paulo	0,764	0,773	0,773	0,795	0,779
Paraná	0,810	0,749	0,734	0,700	0,702
Santa Catarina	0,768	0,693	0,674	0,667	0,647
Rio Grande do Sul	0,802	0,767	0,761	0,755	0,756
Mato Grosso[5]	0,769	0,819	0,834	0,902	0,929
Goiás[6]	0,784	0,787	0,768	0,767	0,738
Brasil	0,832	0,833	0,844	0,842	0,844

FONTES: (a) Índices especialmente calculados e gentilmente cedidos por Rodolfo Hoffmann;

(b) Hoffmann (1972);

(c) Hoffmann (1978).

Observações:

[1] Até 1940, inclui o antigo Território de Rio Branco, depois Roraima.

[2] Até 1940, inclui o Território do Amapá.

[3] Nos Censos de 1950 e 1960, excluída a Serra dos Aimorés.

[4] Nos Censos de 1940 e 1950, excluído o antigo Distrito Federal, depois Estado da Guanabara.

[5] Até 1940, inclui o antigo Território do Guaporé, depois Rondônia.

[6] Até 1950, inclui o atual Distrito Federal.

QUADRO IV.2

EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE PARTICIPAÇÃO E DAS ÁREAS MÉDIAS DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS SOB CONTROLE DIRETO DE SEUS PROPRIETÁRIOS

Estados[1]	Indicadores[2]	1920	1930[3]	1940	1950	1960	1970
Acre	%NE	73, 85	50,90	28,08	37,45	49,73	16,65
	%AT	29,46	34,53	37,58	37,85	29,14	7,86
	AM	1.414	3.387	8.840	5.287	1.496	84
Amazonas	%NE	82,49	73,23	71,13	72,80	45,57	33,09
	%AT	58,84	51,73	45,16	57,48	49,86	41,35
	AM	1.084	420	247	312	161	87
Pará	%NE	87,95	70,67	62,67	64,56	54,51	43,97
	%AT	63,18	53,00	43,09	44,84	46,07	36,07
	AM	262	176	119	83	65	65
Maranhão	%NE	77,21	22,07	18,20	26,35	11,80	11,32
	%AT	68,70	65,52	56,32	65,18	61,05	65,78
	AM	400	167	98	248	162	158
Piauí	%NE	78,28	73,53	72,14	80,63	53,74	31,69
	%AT	67,57	62,21	56,16	59,85	62,52	68,08
	AM	504	209	115	171	121	95
Ceará	%NE	84,42	76,72	75,39	80,59	76,51	60,18
	%AT	78,71	73,74	69,61	72,38	68,60	63,44
	AM	325	124	85	106	80	52
R. G. do Norte	%NE	85,10	74,60	72, 87	76,84	74,79	57,20
	%AT	79,03	73,42	69,41	64,55	64,73	67,13
	AM	395	141	92	92	64	52
Paraíba	%NE	88,79	81,38	79,29	76,69	65,95	61,45
	%AT	81,37	79,23	76,97	73,63	69,31	72,22
	AM	187	85	53	50	36	32
Pernambuco	%NE	87,99	77, 08	75,01	69,88	69,29	59,67
	%AT	81,89	77,04	70,59	69,92	73,89	72, 22
	AM	206	62	30	29	24	23

Continuação do Quadro IV.2

Estados[1]	Indicadores[2]	1920	1930[3]	1940	1950	1960	1970
Alagoas	%NE	88,93	80,07	77,68	65,84	70,44	67,62
	%AT	82,86	76,65	70,84	65,68	65,71	66,37
	AM	142	64	40	28	28	21
Sergipe	%NE	92,16	92,14	92,13	85,46	91,06	72,35
	%AT	77,59	78,84	80,02	75,89	79,92	75,96
	AM	77	33	22	23	20	19
Bahia	%NE	87,19	84,58	83,82	84,03	82,53	78,44
	%AT	79,64	76,08	68,15	68,53	69,06	68,67
	AM	118	64	48	50	39	36
Minas Gerais	%NE	92,57	84,98	81,90	88,43	84,36	81,00
	%AT	84,63	79,77	75,79	78,21	76,47	73,80
	AM	217	143	109	122	93	84
Esp. Santo	%NE	93,56	80,09	73,36	86,97	87,05	86,64
	%AT	89,06	80,21	73,64	82,06	80,93	81,72
	AM	58	52	48	54	49	50
R. de Janeiro	%NE	81,70	69,59	64,03	73,38	63,34	60,93
	%AT	71,59	66,62	62,05	62,26	63,81	59,11
	AM	105	75	58	59	52	42
São Paulo	%NE	89,37	70,25	64,12	64,57	52,89	56,84
	%AT	67,69	63,14	59,75	59,93	58,64	54,07
	AM	130	87	69	80	67	59
Paraná	%NE	93,86	82,84	76,76	76,69	61,67	54,28
	%AT	73,03	70,75	68,79	63,10	60,60	58,96
	AM	133	103	87	74	42	29
S. Catarina	%NE	95,09	85,10	81,27	90,40	86,41	80,45
	%AT	81,98	82,49	82,87	86,65	87,68	79,97
	AM	91	67	56	49	38	34
R. G. do Sul	%NE	88,02	80,03	75,70	79,91	75,50	71,61
	%AT	71,72	68,39	66,68	69,24	70,36	65,72
	AM	121	94	78	67	53	43

Continuação do Quadro IV.2

Estados[1]	Indicadores[2]	1920	1930[3]	1940	1950	1960	1970
Mato Grosso	%NE	81,89	78,65	77,53	71,89	50,59	48,32
	%AT	59,95	61,22	62,43	63,83	55,03	89,86
	AM	4.118	2.323	1.664	1.594	686	780
Goiás	%NE	86,03	62,50	55,60	59,44	68,81	70,03
	%AT	77,49	71,57	64,07	67,89	66,49	63,13
	AM	1.344	701	405	441	252	220
BRASIL	%NE	89,05	76,54	72,28	75,25	66,96	59,55
	%AT	72,41	69,45	66,73	66,52	64,48	60,61
	AM	220	130	92	99	72	61

Fonte dos Dados Brutos: IBGE, Censos Agropecuários.

Observações:

[1] Agregações espaciais conforme Quadro 2.3.

[2] Significado das siglas: NE – número de estabelecimentos.
AT – área total; AM – área média (hectares).

[3] Dados brutos estimados por interpolação linear.

QUADRO IV. 3

DISTRIBUIÇÃO DO NÚMERO, DAS ÁREAS E DO PESSOAL OCUPADO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL (%)

Estados	Anos	Estabelecimentos – 10ha				Estabelecimentos 10 – 1.000				Estabelecimentos 1.000 +			
		NE	AT	AL	PO	NE	AT	AL	PO	NE	AT	AL	PO
Acre	1940	22,25	0,01	0,65	4,71	45,85	0,81	14,30	43,66	31,90	99,18	85,05	51,63
	1950	23,28	0,02	6,61	7,13	55,85	0,89	46,95	24,87	20,87	99,09	46,44	68,00
	1960	21,19	0,04	11,50	9,25	65,48	1,58	50,67	79,72	13,33	98,38	37,83	11,03
	1970	9,48	0,24	8,30	9,16	89,69	54,27	89,64	89,76	0,83	45,49	2,06	1,08
Amazonas	1940	41,32	0,36	5,31	34,82	51,56	19,32	46,20	47,08	7,12	80,32	48,49	18,10
	1950	39,71	0,42	20,70	32,95	53,33	17,89	67,51	55,17	6,96	81,79	11,79	11,38
	1960	64,18	1,79	47,83	61,17	34,18	12,04	49,54	36,10	1,64	86,17	2,63	2,73
	1970	42,12	2,31	41,93	42,91	56,95	65,61	56,47	55,91	0,93	32,08	1,60	1,18
Pará	1940	36,16	0,66	5,93	29,39	61,09	27,04	56,75	64,18	2,75	72,30	37,32	6,43
	1950	38,47	1,16	17,13	32,69	60,10	28,68	71,52	63,52	1,43	70,16	11,35	3,79
	1960	41,52	2,03	21,78	38,70	57,66	42,93	67,51	59,20	0,82	55,04	10,71	2,10
	1970	47,15	2,03	27,10	44,36	51,98	33,27	66,29	53,96	0,87	64,70	6,61	1,68

Continuação do Quadro IV.3

Estados	Anos	Estabelecimentos - 10ha				Estabelecimentos 10 – 1000				Estabelecimentos 1000 +			
		NE	AT	AL	PO	NE	AT	AL	PO	NE	AT	AL	PO
Maranhão	1940	85,12	5,98	58,84	69,12	14,39	15,32	29,71	28,05	0,49	78,70	11,45	2,83
	1950	79,22	1,98	37,70	73,66	18,91	19,42	37,17	23,35	1,87	78,60	25,13	2,99
	1960	87,65	6,35	54.05	83,73	11,77	16,00	35,37	15,10	0,58	77,65	10,58	1,17
	1970	85,37	5,59	70.25	83,02	14,17	14,50	26,25	16,18	0,46	79,91	3,50	0,80
Piauí	1940	30,80	1,00	7,50	13,06	66,78	59,09	61,22	76,87	2,42	39,91	31,28	10,07
	1950	22,22	0,46	5,43	16,56	73,93	46,75	69,20	76,87	3,85	52,79	25,37	6,57
	1960	43,78	1,14	17,00	36,51	54,59	58,79	73,86	60,58	1,63	40,07	9,14	2,91
	1970	70,60	3,13	36,96	62,54	28,79	60,68	60,02	36,64	0.61	36,19	3,02	0,82
Ceará	1940	27,76	1,24	3,73	17,37	71,25	73,32	83,38	79,28	0,99	25,44	12,89	3,35
	1950	22,62	0,91	3,83	14,27	75,79	66,05	81,37	83,05	1,59	33,04	14,80	2,68
	1960	28,27	1,45	5,63	20,09	70,75	70,53	85,01	76,97	0,98	28,02	9,36	2,94
	1970	48,91	3.89	13,02	39,17	50,59	71,83	76,35	58,71	0.50	24,28	10,63	2,12
R. G. Norte	1940	27,73	1,42	5,07	14,51	71,01	65,31	76,51	77,82	1,26	33,27	18,42	7,67
	1950	33,46	1,35	5,95	17,70	65,16	57,71	72,32	29,80	1,38	40,94	21,73	2.50
	1960	41,86	2,31	8,00	27,33	57,24	66,60	75,40	67,49	0,90	31,09	16,60	5,18
	1970	61,72	4,07	14,30	48,90	37,70	63,32	69,53	47,53	0,58	32,61	15,67	3,52
Paraíba	1940	41,17	3,55	10,06	22,35	58,18	70,32	76,63	72,46	0,65	26,13	13,37	5,19
	1950	49,90	4,05	13,34	33,10	49,46	65,81	73,55	64,64	0,64	30,14	13,11	2,26
	1960	61,69	6,29	11,54	51,09	37,93	70,12	71,06	46,27	0,38	23,59	11,40	2,64
	1970	68,23	8,12	21,04	59,44	31,41	70,50	68,86	38,63	0,31	21,38	10,10	1,93
Pernambuco	1940	61,19	8,67	23,49	38,14	38,57	77,97	71,11	59,33	0,24	13,36	5,40	2,53
	1950	71,09	8,58	27,83	53,25	28,62	68,39	59,01	40,62	0,29	23,03	13,16	6,13
	1960	76,63	9,91	29,05	64,80	23,16	69,09	64,23	33,76	0,21	21,00	6,72	1,44
	1970	77.59	10,48	31,02	68,49	22,26	74,38	62,20	29,98	0,15	15,14	6,78	1,53
Alagoas	1940	63,68	5,71	16,16	28,44	35,58	55,24	65,46	61,75	0,74	39,05	18,38	9,81
	1950	72,34	3,43	26,40	55,71	27,28	66,22	61,07	40,89	0,38	25,35	12,53	3,40
	1960	69,31	7,92	22,53	53,63	30,33	65,60	62,93	43,81	0,36	26,48	14,54	2,56
	1970	75,01	10.32	23,23	63,82	24,79	69,58	64,01	33,79	0,20	20,10	12,76	2,39
Sergipe	1940	71,08	9,53	24,54	52,71	28,73	72,90	63,50	44,19	0,19	17,57	11,96	3,10
	1950	67,89	8,27	27,26	54,54	31,93	78,60	65,00	42,54	0,18	13,13	7,74	2,92
	1960	72,51	9,05	28,38	64,16	27,33	73, 86	61,74	34,39	0,16	17,09	9,88	1,45
	1970	78,03	9,52	35,43	71,96	21,83	74,76	55,96	27,56	0,14	15,72	8,61	0,48
Bahia	1940	41,83	3,22	12,74	26,21	56,70	64,79	80,42	70,85	1,47	31,99	6,84	2,94
	1950	43,41	3,06	14,64	33,80	55,81	63,34	80,06	64,31	0,68	33,60	5,30	1,89
	1960	49,27	4,23	15,90	40,21	50,27	71,41	79,32	58,64	0,46	24,36	4,78	1.15
	1970	54,85	4,68	20,17	46,64	44,74	72,09	74,87	52,47	0,41	23,23	4,96	0,89
M. Gerais	1940	21,21	1,02	5.10	9,96	76,29	65,22	87,03	84,72	1.50	33,76	7,87	5,32
	1950	19,45	0,76	4.15	9,81	78,63	60,85	85,39	83,79	1,92	33,39	10,46	6,40
	1960	27,12	1,42	7.59	17,54	71,58	66,35	82,86	78,43	1,30	32,23	9,55	4,03
	1970	27,38	1,50	8.20	18,89	71,55	70,49	84,67	77,56	1,07	28,01	7,13	3,55

Continuação do Quadro IV.3

Estados	Anos	Estabelecimentos - 10ha				Estabelecimentos 10 - 1.000				Estabelecimentos 1.000 +			
		NE	AT	AL	PO	NE	AT	AL	PO	NE	AT	AL	PO
Esp. Santo	1940	12,73	1,76	3,18	5,52	87,12	92,76	94,74	92,54	0,15	5,48	2,08	1,94
	1950	7,70	0,75	1,95	4,35	92,07	91,76	94,46	92,80	0,23	7,49	3,59	2,35
	1960	11,91	1,38	3,42	6,59	87,91	90,90	93,42	91,59	0,18	7,72	3,16	1,42
	1970	18,66	1,97	6,58	12,11	81,11	88,88	91,25	86,71	0,23	9,15	2,17	1,18
Rio de Janeiro	1940	41,22	3,36	9,64	15,18	58,21	76,05	80,08	78,03	0,57	20,59	10,28	6,79
	1950	40,96	2,67	8,74	17,36	58,10	68,53	75,29	72,60	0,94	28,80	15,97	10,04
	1960	46,98	4,37	14,96	32,14	52,46	73,96	73,02	62,53	0,56	21,67	12,02	5,33
	1970	53,70	5,16	17,66	41,39	45,88	75,45	66,46	54,54	0,42	19,39	15,88	4,07
São Paulo	1940	32,83	2,34	7,35	12,25	66,29	64,84	78,56	76,05	0,88	32,82	14,09	11,70
	1950	29,33	1,97	7,05	11,01	69,52	63,39	76,24	75,74	1,15	34,04	16,71	13,25
	1960	45,93	3,95	13,47	26,13	53,29	65,51	72,20	64,91	0,78	30,54	14,33	8,96
	1970	40,13	3,31	10.96	28,54	59,12	68,77	76,67	65,71	0,75	27,92	12,37	5,75
Paraná	1940	19,81	1,15	6,65	12,88	78,89	63,12	85,20	82,57	1,30	35,73	8,15	4,55
	1950	16,70	1,12	4,61	9,23	82,38	63,58	85,27	84,06	0,92	35,30	10,12	6,71
	1960	34,73	4,60	12,16	21,93	64,93	74,01	81,20	74,84	0,34	21,39	6,64	5,23
	1970	53,25	10,77	26,80	43,37	46,55	70,55	69,74	55,28	0,20	18,68	3,46	1,35
S. Catarina	1940	22,12	1,95	9,96	18,29	77,29	73,74	87,64	80,33	0,59	24,31	2,40	1,38
	1950	19,84	2,01	7,67	15,35	79,66	73,34	90,66	83,67	0,50	24,65	1,67	0,98
	1960	30,65	3,97	13,89	25,34	69,06	77,24	84,48	74,21	0,29	18,79	1,63	0,45
	1970	31,81	4,84	16,01	26,49	67,96	80,75	83,19	73,03	0,23	14,41	0,80	0,48
R. G. Sul	1940	16,23	1,03	6,50	12,33	82,24	57,83	85,61	84,00	1,53	41,14	7,89	3,67
	1950	16,64	1,21	6,42	12,65	82,11	59,07	87,04	84,27	1,25	39,72	6,54	3,08
	1960	26,34	2,43	9,53	20,99	72,84	62,91	83,92	77,16	0,82	34,66	6,55	1,85
	1970	34,65	3,58	11,24	28,76	64,72	67,51	82,52	69,54	0,63	28,91	6,24	1,70
M. Grosso	1940	6,58	0,01	0,50	3,71	64,44	7,64	27,94	55,37	28,98	92,35	71,56	40,92
	1950	9,03	0,02	2,23	6,52	64,65	8,15	33,72	54,19	26,32	91,83	64,05	39,29
	1960	27,82	0,21	12,88	20,51	61,52	11,27	63,94	61,67	10,66	88,52	23,18	17,82
	1970	41,78	0,45	21,77	34,34	51,86	15,18	59,43	55,00	6,36	84,37	18,80	10,66
Goiás	1940	22,76	0,26	9,25	16,83	68,98	36,02	66,74	70,65	8,26	63,72	24,01	12,52
	1950	11,91	0,15	5,81	7,90	80,54	41,96	71,86	80,14	7,55	57,89	22,33	11,96
	1960	14,47	0,33	6,52	10,00	80,76	49,48	78,64	81,58	4,77	50,19	14,84	8,42
	1970	11,52	0,28	3,61	8,49	84,09	53,99	79,25	84,85	4,39	45,73	17,14	6,66
BRASIL	1940	34,37	1,52	8,70	19,50	64,17	48,39	77,22	73,97	1,46	50,09	14,08	6,53
	1950	34,43	1,30	9,92	21,88	63,99	47,84	78,64	71,55	1,58	50,86	12,44	6,57
	1960	44,79	2,38	13,79	33,94	54,24	53,47	76,87	62,50	0,97	44,15	9,34	3,56
	1970	51,17	3,09	17,63	42,06	48,08	57,39	77,28	55,70	0,75	39,52	5,09	2,24

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Agropecuários.
Observação: Significado das siglas no Quadro III.3.

QUADRO IV. 4

EVOLUÇÃO DOS COEFICIENTES DE TAMANHO E DE INTENSIDADE DE USO DO SOLO DOS ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS DO BRASIL

Estados[1]	Anos	Área Média (ha)			PO/NE (pessoas)[2]			AL/AT (%)[3]			AL/PO (ha)[4]		
		-10	10-1.000	1.000+	-10	10-1.000	1.000+	-10	10-1.000	1.000+	-10	10 -1.000	1.000+
Acre	1940	4,3	117	20.533	4,8	21,4	36,4	57	23	1,1	0,5	1,2	6,2
	1950	5,0	83	24.837	2,3	3,4	24,7	46	8	0,1	1,0	2,0	0,7
	1960	5,1	61	18.845	3,1	8,6	5,8	58	7	0,1	1,0	0,5	2,6
	1970	5,7	140	6.312	2,5	2,6	3,4	29	1,1	0,1	0,5	0,6	1,1
Amazonas	1940	3,4	145	4.377	3,3	3,6	10,0	58	10	2,4	0,6	3,9	10,6
	1950	4,2	132	4.633	3,3	4,2	6,9	43	3	0,1	0,5	1,0	0,8
	1960	4,1	52	7.742	3,0	3,4	5,3	36	6	0,04	0,5	0,8	0,6
	1970	3,8	80	2.404	3,4	3,2	4,2	48	2	0,1	0,5	0,6	0,8
Pará	1940	3,2	77	4.564	3,2	4,1	9,1	44	10	2,5	0,4	1,9	12,6
	1950	3,6	57	5.876	2,6	3,3	8,2	33	6	0,4	0,5	1,0	12,6
	1960	3,8	57	5.151	3,1	3,5	8,6	50	7	0,9	0,6	1,2	5,4
	1970	3,4	51	5.874	3,5	3,9	7,1	44	7	0,3	0,4	0,9	2,8
Maranhão	1940	2,2	34	5.071	2,9	6,9	20,5	94	18	1,4	0,7	0,9	3,4
	1950	2,5	103	4.009	2,7	3,5	4,4	66	7	1,1	0,6	1,9	9,9
	1960	2,3	43	4.186	3,0	4,0	6,3	93	24	1,5	0,7	2,6	9,8
	1970	1,8	28	4.552	2,8	3,2	4,8	89	13	0,3	0,6	1,1	2,9
Piauí	1940	4,8	131	2.443	3,1	8,5	30,4	56	8	5,8	0,9	1,2	4,7
	1950	4,7	146	3.167	2,9	4,0	6,7	34	4	1,4	0,5	1,5	6,5
	1960	2,7	112	2.566	2,6	3,5	5,6	76	6	1,2	0,8	2,1	5,3
	1970	2,0	93	2.608	2,1	3,0	3,1	78	7	0,5	0,7	2,0	4,6
Ceará	1940	1,1	95	2.379	4,2	7,6	22,7	46	17	7,7	0,5	2,2	8,1
	1950	4,7	102	2.451	2,3	4,1	6,2	34	10	3,6	0,7	2,5	14,4
	1960	4,6	89	2.558	2,8	4,3	11,9	55	17	4,8	0,9	3,5	10,2
	1970	3,9	70	2.374	2,9	4,2	15,1	65	21	8,5	0,9	3,4	13,4
R. G. Norte	1940	4,9	89	2.540	3,5	7,3	40,4	43	14	6,6	0,6	1,7	4,2
	1950	4,4	97	3.241	2,6	6,0	8,8	52	15	6,2	0,9	2,4	22,9
	1960	4,1	86	2.552	2,9	5,3	25,8	58	19	9,0	0,8	3,1	8,9
	1970	2,9	74	2.468	2,1	4,3	16,2	61	19	8,1	0,8	4,0	12,4
Paraíba	1940	4,7	66	2.181	3,9	9,0	57,6	58	23	10,6	0,7	1,6	4,0
	1950	4,2	69	2.448	3,0	5,9	15,9	60	20	8,0	0,8	2,4	12,2
	1960	3,5	63	2.157	3,2	4,6	26,7	69	25	12,0	0,8	3,5	9,7
	1970	3,2	61	1.841	2,8	4,0	19,5	67	25	12,2	0,8	3,9	11,5
Pernambuco	1940	4,4	64	1.756	3,2	8,1	55,2	61	20	9,0	0,8	1,6	2,9
	1950	3,5	70	2.328	2,8	5,4	79,5	64	17	11,4	0,8	2,2	3,3
	1960	2,9	68	2.258	3,0	5,2	24,3	69	22	7,5	0,7	2,9	7,0
	1970	2,6	64	1.898	2,7	4,1	30,4	68	19	10,3	0,7	3,0	6,4

Continuação do Quadro IV.4

Estados[1]	Anos	Área Média (ha)			PO/NE (pessoas)[2]			AL/AT (%)[3]			AL/PO (ha)[4]		
		-10	10-1000	1000+	-10	10-1000	1000+	-10	10-1000	1000+	-10	10 -1000	1000+
Alagoas	1940	3,9	68	2.324	3,1	12,2	93,7	52	22	8,6	0,6	1,2	2,1
	1950	3,3	69	1.928	2,5	4,9	29,6	60	18	9,4	0,8	2,5	6,1
	1960	3,5	66	2.234	3,0	5,7	27,8	64	22	12,4	0,7	2,5	9,9
	1970	2,9	60	2.093	3,0	4,9	41,4	57	23	16,2	0,6	2,9	8,2
Sergipe	1940	3,4	64	2.318	2,7	5,6	59,4	34	12	9,1	0,4	1,3	3,6
	1950	3,2	64	1.872	2,1	3,5	42,1	40	10	7,2	0,6	1,8	3,2
	1960	2,8	61	2.346	2,6	3,6	25,7	38	10	7,0	0,4	1,7	6,4
	1970	2,2	63	2.015	2,5	3,5	9,0	43	9	6,4	0,4	1,6	14,2
Bahia	1940	4,6	67	3.077	3,2	6,4	24,5	42	13	2,3	0,6	1,4	2,9
	1950	4,3	69	3.018	3,1	4,5	11,0	42	11	1,4	0,6	1,7	3,8
	1960	4,0	66	2.474	3,1	4,5	9,7	46	14	2,4	0,8	2,0	6,1
	1970	6,5	66	2.352	3,1	4,2	8,0	46	11	2,3	0,5	1,7	4,4
M. Gerais	1940	5,6	99	2.639	2,7	6,4	20,6	42	11	2	0,9	1,8	2,5
	1950	5,4	107	2.753	2,6	5,3	16,8	43	11	2,2	0,9	2,3	3,6
	1960	5,4	96	2.560	2,7	4,5	13,2	50	12	2,8	1,0	2,5	6,4
	1970	5,1	91	2.432	2,6	4,0	12,4	46	10	2,1	0,9	2,3	3,6
Esp. Santo	1940	6,6	50	1.703	2,3	5,7	67,7	51	29	10,8	1,5	2,6	3,0
	1950	5,6	57	1.853	3,2	5,7	69,3	60	24	11,2	1,1	2,4	3,0
	1960	6,1	54	2.230	2,6	4,6	36,0	63	26	10,4	1,5	3,1	6,5
	1970	5,6	58	2.084	2,6	4,3	20,2	62	19	4,4	1,3	2,6	3,6
R. de Janeiro	1940	4,9	78	2.139	2,7	10,1	88,1	64	23	11,1	1,1	1,8	2,9
	1950	4,6	83	2.151	2,2	6,5	54,6	62	21	10,5	1,3	2,6	4,1
	1960	4,8	73	2.015	2,6	4,5	35,7	70	20	11,4	1,3	3,3	6,5
	1970	4,1	70	1.966	2,3	3,6	28,7	86	17	15,8	1,2	3,3	7,1
S. Paulo	1940	5,2	72	2.739	2,6	8,1	91,7	73	28	10,0	1,5	2,5	3,0
	1950	5,7	79	2.534	2,3	6,7	70,6	80	27	11,0	2,0	3,1	3,9
	1960	5,2	75	2.372	2,6	5,5	51,7	84	27	11,6	1,7	3,7	5,3
	1970	5,1	73	2.329	2,7	4,2	29,3	77	26	10,3	1,5	4,5	6,1
Paraná	1940	5,6	78	2.663	2,3	3,7	12,2	71	16	2,8	1,8	3,5	6,0
	1950	6,0	69	3.450	2,5	4,7	33,6	70	23	4,8	1,6	3,3	5,0
	1960	5,6	48	2.691	2,6	4,8	39,8	80	33	9,4	1,7	3,4	6,3
	1970	5,3	40	2.513	2,7	6,1	23,1	80	32	6,0	1,6	2,1	4,8
S. Catarina	1940	4,8	52	2.282	2,7	3,4	7,8	49	12	1,0	0,9	1,8	2,8
	1950	5,2	47	2.511	2,5	3,5	6,4	48	16	0,8	1,0	2,1	3,3
	1960	4,9	42	2.463	2,8	3,7	5,3	58	18	1,4	1,0	2,1	6,7
	1970	5,1	40	2.162	2,9	3,9	7,5	63	20	1,0	1,1	2,0	2,2
R. G. Sul	1940	5,8	62	2.389	2,8	3,9	9,0	53	12	1,6	1,0	1,9	4,2
	1950	5,6	55	2.444	2,6	3,3	8,3	60	17	1,9	1,3	2,8	5,5
	1960	5,3	49	2.404	2,5	3,4	7,2	67	23	3,2	1,4	3,3	10,8
	1970	4,8	48	2.128	2,3	2,9	7,3	66	26	4,5	1,4	4,2	10,7

Continuação do Quadro IV.4

Estados[1]	Anos	Área Média (ha)			PO/NE (pessoas)[2]			AL/AT (%)[3]			L/PO (ha)[4]		
		-10	10-1000	1000+	-10	10-1000	1000+	-10	10-1000	1000+	-10	10-1000	1000+
M. Grosso	1940	4,5	245	6.585	4,2	6,4	10,6	63	7	1,4	0,7	2,5	8,2
	1950	4,7	226	6.265	3,2	3,8	6,7	47	2	0,3	0,7	1,2	3,2
	1960	4,7	115	5.234	2,4	3,3	5,5	78	7	0,3	1,5	2,5	3,1
	1970	4,5	123	5.558	2,7	3,5	5,4	82	7	0,3	1,4	2,4	2,7
Goiás	1940	3,9	183	2.700	3,2	4,5	6,7	65	3	0,7	0,8	1,4	2,8
	1950	5,0	201	2.939	2,6	4,0	6,3	71	3	0,7	1,3	1,6	3,4
	1960	5,9	160	2.741	2,6	3,9	6,7	68	5	1,0	1,5	2,2	4,1
	1970	6,0	157	2.550	2,5	3,6	5,1	58	9	1,7	1,4	3,0	6,7
BRASIL	1940	4,4	75	3.435	3,0	6,1	23,8	57	16	2,8	0,8	1,9	4,0
	1950	4,2	84	3.620	2,7	4,7	17,5	56	14	2,0	0,9	2,4	4,2
	1960	4,0	74	3.356	2,9	4,4	13,9	67	17	2,4	0,9	2,8	8,0
	1970	3,6	71	3.153	2,7	3,8	9,8	66	16	1,5	0,9	2,9	5,5

Fonte dos dados brutos: IBGE, Censos Agropecuários.

Observações:

[1] Com relação às siglas, ver quadros anteriores.

[2] Relação entre o pessoal ocupado e o número dos estabelecimentos.

[3] Relação entre as áreas de lavouras e as áreas totais.

[4] Relação entre as áreas de lavoura e o pessoal ocupado.

QUADRO IV.5

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO SETOR AGROPECUÁRIO (PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS), SEGUNDO A POSIÇÃO NA OCUPAÇÃO

Estados	Anos	Total	Empregadores	Conta própria	Familiares	Empregados
Acre	1940	7.287	64	3.621	2.127	1.410
	1950	8.383	142	3.652	1.752	2.823
	1960	9.368	31	4.360	2.075	2.902
	1970	44.328	753	27.302	9.035	7.238
Amazonas	1940	68.932	460	37.809	23.555	5.801
	1950	61.796	771	36.321	19.193	5.424
	1960	96.953	316	57.904	32.679	6.050
	1970	167.184	1.060	123.736	29.444	12.941

Continuação do Quadro IV.5

Estados	Anos	Total	Empregadores	Conta própria	Familiares	Empregados
Pará	1940	187 948	1.640	101.039	59 512	21.861
	1950	169 552	2.751	87 090	58 425	21.173
	1960	237 093	2.076	121.296	82.673	31.033
	1970	358 448	3 234	224.743	77 950	52.521
Maranhão	1940	312.975	2.487	207 949	71.157	28 701
	1950	363 965	3 084	233 548	104.908	22.137
	1960	589 927	2.384	392.564	171.640	23 339
	1970	762.900	1.985	610 701	126.435	23 755
Piauí	1940	209 454	5.310	110 908	59 473	31.792
	1950	247 440	5.056	127 143	80 999	34.044
	1960	281.039	4.271	160 477	89 438	26.845
	1970	346.875	2.218	230 566	86.072	27 992
Ceará	1940	515.078	27 097	169 963	116.611	199 537
	1950	597 333	15.992	254.168	167 760	158 586
	1960	674.291	10 248	325.637	181.119	157 283
	1970	749 090	7 816	421.721	124.146	195.407
R. G. Norte	1940	212.084	5.856	81.362	64.616	58 766
	1950	208 050	5.745	80 665	54.394	67 017
	1960	217 567	2.780	125.582	52.609	36.589
	1970	240 955	3 442	123 680	36.538	77 291
Paraíba	1940	403 082	6.347	200 579	128 267	65.485
	1950	404.015	11.133	171.600	116.972	103 688
	1960	431.706	6.700	243 464	108 279	73 259
	1970	437 937	3 756	267 292	83 770	83 119
Pernambuco	1940	695.306	19 755	215.884	191.709	264.733
	1950	738 038	15.505	246.735	192.917	282.396
	1960	790 397	7 723	343 959	200 991	237 724
	1970	764.719	4.367	368 995	123 464	267 886
Alagoas	1940	250 238	6.066	75.203	48 718	119 540
	1950	260 268	6.409	78 615	62.175	112.887
	1960	304.042	3 070	119 623	94.118	97 224
	1970	323 155	3 842	138 899	51.296	129 114

Continuação do Quadro IV.5

Estados	Anos	Total	Empregadores	Conta própria	Familiares	Empregados
Sergipe	1940	134.637	1.762	69.048	30.510	32.616
	1950	140.757	3.285	53.206	34.758	49.400
	1960	172.923	2.019	78.051	51.124	41.726
	1970	161.815	1.149	82.694	32.570	41.388
Bahia	1940	1.053.384	21.161	461.715	283.285	279.318
	1950	1.068.174	38.121	469.346	278.065	281.154
	1960	1.310.482	22.561	659 737	412.113	216.037
	1970	1.437.364	14.862	828 632	283.669	310.182
M. Gerais	1940	1.651.949	67.496	400.603	312.517	865.216
	1950	1.618.491	78.749	393.709	296.537	848.428
	1960	1.767.729	54.934	754.538	328.090	630.147
	1970	1.717.333	47.933	890.315	206.051	572.962
Esp. Santo	1940	204.568	4.475	60.266	80.264	57.904
	1950	202.654	6.342	79.257	73.526	43.421
	1960	234.369	9.804	102.922	75.405	46.224
	1970	240.383	7.829	124.580	52.950	55.011
R. de Janeiro	1940	361.276	10.535	99.204	76.510	170.762
	1950	316.113	13.553	92.376	57.628	152.128
	1960	293.615	10.854	102.219	36.200	144.313
	1970	256.161	6.400	102.130	18.277	129.314
São Paulo	1940	1.529.055	36.597	354.375	525.152	603.453
	1950	1.449.396	59.642	278.747	412.442	697.599
	1960	1.436.537	43.725	448.056	279.721	684.665
	1970	1.301.830	32.640	421.204	180.075	667.903
Paraná	1940	301.431	8.597	99.973	100.711	90.489
	1950	470.549	12.958	148.809	145.546	162.685
	1960	963.262	13.902	405.179	316.304	227.688
	1970	1.438.838	19.889	708.634	427.086	283.208
S. Catarina	1940	279.880	3.168	118.988	112.746	43.791
	1950	298.408	5.121	144.588	110.330	37.848
	1960	373.541	2.893	186.188	147.639	36.807
	1970	451.697	4.159	236.440	162.394	48.704

Continuação do Quadro IV.5

Estados	Anos	Total	Empre-gadores	Conta própria	Familiares	Empre-gados
R. G. Sul	1940	756.392	13.711	284.078	303.078	149.686
	1950	824.629	23.072	335.815	310.390	154.492
	1960	941.155	11.946	429.621	355.116	144.461
	1970	1.044.760	22.556	498.861	371.797	151.521
M. Grosso	1940	84.500	2.247	47.153	13.740	20.520
	1950	101.208	4.369	47.696	24.397	24.583
	1960	172.379	4.148	84.144	40.046	44.037
	1970	313.454	925	184.265	47.117	82.960
Goiás	1940	215.372	7.136	98.666	55.464	51.459
	1950	297.216	11.542	137.540	81.729	65.888
	1960	430.224	9.076	231.920	101.581	87.631
	1970	531.113	12.129	362.574	50.848	105.501
BRASIL	1940	9.453.512	252.047	3.309.701	2.665.509	3.164.203
	1950	9.886.934	323.961	3.521.788	2.696.816	3.334.479
	1960	11.825.940	226.635	5.431.027	3.180.846	2.986.867
	1970	13.090.358	209.111	6.970.111	2.581.004	3.329.820

FONTE: IBGE, Censos Demográficos.

Observação: Foram omitidas, nos quatro anos, as categorias "Outros" e "Sem Declaração".

QUADRO IV.6

DISTRIBUIÇÃO DAS VÁRIAS CATEGORIAS DA POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA DO SETOR AGROPECUÁRIO

Estados	Anos	Total	Empregadores		Autônomos		Não-Remunerados		Empregados	
		%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ
Acre	1940	0,08	0,88	0,03	49,69	0,11	29,19	0,08	19,35	0,04
	1950	0,08	1,69	0,04	43,55	0,10	20,90	0,06	33,68	0,08
	1960	0,08	0,33	0,01	46,54	0,08	22,15	0,07	30,98	0,10
	1970	0,34	1,70	0,36	61,59	0,39	20,38	0,35	16,33	0,22
Amazonas	1940	0,73	0,67	0,18	54,85	1,14	34,17	0,88	8,42	0,18
	1950	0,63	1,25	0,24	58,78	1,03	31,06	0,73	8,78	0,16
	1960	0,82	0,33	0,14	59,72	1,07	33,71	1,03	6,24	0,20
	1970	1,28	0,63	0,51	74,01	1,78	17,61	1,14	7,74	0,39

Continuação do Quadro IV.6

Estados	Anos	Total	Empregadores		Autônomos		Não-Remunerados		Empregados	
		%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ
Pará	1940	1,99	0,87	0,65	53,76	3,05	31,66	2,23	11,63	0,69
	1950	1,71	1,62	0,85	51,36	2,47	34,46	2,17	12,49	0,63
	1960	2,00	0,88	0,92	51,16	2,23	34,87	2,60	13,09	1,04
	1970	2,74	0,90	1,55	62,70	3,22	21,75	3,02	14,65	1,58
Maranhão	1940	3,31	0,79	0,99	66,44	6,28	22,74	2,67	9,17	0,91
	1950	3,68	0,85	0,95	64,17	6,63	28,82	3,89	6,08	0,66
	1960	4,99	0,40	1,05	66,54	7,23	29,10	5,40	6,96	0,78
	1970	5,83	0,26	0,95	80,05	8,76	16,58	4,90	3,11	0,71
Piauí	1940	2,22	2,54	2,11	52,95	3,35	28,39	2,23	15,18	1,00
	1950	2,50	2,04	1,56	51,38	3,61	32,73	3,00	13,76	1,02
	1960	2,38	1,52	1,88	57,10	2,95	31,82	2,81	9,55	0,90
	1970	2,65	0,64	1,06	66,47	3,31	24,81	3,33	8,07	0,84
Ceará	1940	5,45	5,26	10,75	33,00	5,14	22,64	4,37	38,74	6,31
	1950	6,04	2,68	4,94	42,55	7,21	28,08	6,22	26,55	4,76
	1960	5,70	0,52	4,52	48,29	6,00	26,86	5,69	23,33	5,27
	1970	5,72	1,04	3,74	56,30	6,05	16,57	4,81	26,09	5,87
R. G. Norte	1940	2,24	2,76	2,32	38,36	2,46	30,47	2,42	27,71	1,86
	1950	2,10	2,76	1,77	38,77	2,29	26,14	2,02	32,21	2,01
	1960	1,84	1,28	1,23	57,72	2,31	24,18	1,65	16,82	1,22
	1970	1,84	1,43	1,65	51,33	1,77	15,16	1,42	32,08	2,32
Paraíba	1940	4,26	1,57	2,52	49,76	6,06	31,82	4,81	16,25	2,07
	1950	4,09	2,76	3,44	42,47	4,87	28,95	4,34	25,66	3,11
	1960	3,65	1,55	2,96	56,40	4,48	25,08	3,40	16,97	2,45
	1970	3,35	0,86	1,80	61,03	3,83	19,13	3,25	18,98	2,49
Pernambuco	1940	7,35	2,84	7,84	31,05	6,52	27,57	7,19	38,07	8,37
	1950	7,46	2,10	4,79	33,43	7,01	26,14	7,15	38,26	8,47
	1960	6,68	0,98	3,41	43,52	6,33	25,43	6,32	30,08	7,96
	1970	5,84	0,57	2,09	48,25	5,29	16,14	4,78	35,03	8,04
Alagoas	1940	2,65	2,42	2,41	30,05	2,27	19,47	1,83	47,77	3,78
	1950	2,63	2,46	1,98	30,21	2,23	23,89	2,31	43,37	3,39
	1960	2,57	1,01	1,35	39,34	2,20	27,67	2,64	31,98	3,25
	1970	2,47	1,19	1,34	42,98	1,99	15,87	1,99	39,95	3,88
Sergipe	1940	1,42	1,30	0,70	51,28	2,09	22,66	1,14	24,23	1,03
	1950	1,42	2,33	1,01	37,80	1,51	24,69	1,29	35,10	1,48
	1960	1,46	1,17	0,89	45,14	1,44	29,56	1,61	24,13	1,40
	1970	1,24	0,71	0,55	51,10	1,19	20,13	1,26	25,58	1,24

Continuação do Quadro IV.6

Estados	Anos	Total	Empregadores-		Autônomos		Não-Remunerados		Empregados	
		%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ	% Estado	%Σ
Bahia	1940	11,14	2,01	8,40	45,83	13,95	26,89	10,63	26,52	8,83
	1950	10,80	3,57	11,77	43,94	13,33	26,03	10,31	26,32	8,43
	1960	11,08	1,72	9,95	50,34	12,15	31,45	12,96	16,49	7,23
	1970	10,98	1,03	7,11	57,65	11,89	19,74	10,99	21,58	9,32
M. Gerais	1940	17,47	4,09	26,78	24,25	12,10	18,92	11,72	52,38	27,34
	1950	16,37	4,87	24,31	24,33	11,18	18,32	11,00	52,42	25,44
	1960	14,95	3,11	24,24	42,68	13,89	18,56	10,32	35,65	21,10
	1970	13,12	2,79	22,92	51,84	12,77	12,00	7,98	33,36	17,21
Esp. Santo	1940	2,16	2,19	1,78	29,46	1,82	39,24	3,01	28,31	1,83
	1950	2,05	3,13	1,96	39,11	2,25	36,28	2,73	21,43	1,30
	1960	1,98	4,18	4,33	43,91	1,89	32,17	2,37	19,72	1,55
	1970	1,84	3,26	3,74	51,83	1,79	22,03	2,05	22,88	1,65
R. de Janeiro	1940	3,82	2,92	4,18	27,46	3,00	21,18	2,87	47,27	5,40
	1950	3,20	4,29	4,18	29,22	2,62	18,23	2,14	48,12	4,56
	1960	2,48	3,70	4,79	34,81	1,88	12,33	1,14	49,15	4,83
	1970	1,96	2,50	3,06	39,87	1,47	7,13	0,71	50,48	3,88
São Paulo	1940	16,17	2,39	14,52	23,18	10,71	34,34	19,70	39,47	19,07
	1950	14,66	4,11	18,41	19,23	7,91	28,46	15,29	48,13	20,92
	1960	12,15	3,04	19,29	31,19	8,25	19,47	8,79	46,27	22,25
	1970	9,94	2,51	15,61	32,55	6,04	13,83	6,98	51,30	20,06
Paraná	1940	3,19	2,85	3,41	33,17	3,02	33,41	3,78	30,02	2,86
	1950	4,76	2,75	4,00	31,62	4,23	30,93	5,40	34,57	4,88
	1960	8,15	1,44	6,13	42,06	7,46	32,84	9,94	23,64	7,62
	1970	10,99	1,38	9,51	49,25	10,17	29,68	16,55	19,68	8,51
S. Catarina	1940	2,96	1,13	1,26	42,51	3,59	40,28	4,23	15,65	1,38
	1950	3,02	1,72	1,58	48,45	4,10	36,97	4,09	12,68	1,13
	1960	3,16	0,77	1,28	49,84	3,42	39,52	4,64	9,85	1,23
	1970	3,45	0,92	1,99	52,34	3,39	35,95	6,29	10,78	1,46
R. G. Sul	1940	8,00	1,81	5,44	37,56	8,58	40,07	11,37	19,79	4,73
	1950	8,34	2,80	7,12	40,72	9,54	37,64	11,51	18,73	4,63
	1960	7,96	1,27	5,27	45,65	7,91	37,73	11,16	15,35	4,84
	1970	7,98	2,16	10,79	47,75	7,16	35,59	14,41	14,50	4,55
M. Grosso	1940	0,89	2,66	0,89	55,80	1,42	16,26	0,52	24,28	0,65
	1950	1,02	4,32	1,35	47,13	1,35	24,11	0,90	24,29	0,74
	1960	1,46	2,41	1,83	48,81	1,55	23,23	1,26	25,55	1,47
	1970	2,39	0,30	0,44	58,79	2,64	15,03	1,83	26,47	2,49

Continuação do Quadro IV.6

Estados	Anos	Total %Σ	Empregadores % Estado	%Σ	Autônomos % Estado	%Σ	Não-Remunerados % Estado	%Σ	Empregados % Estado	%Σ
Goiás	1940	2,28	3,31	2,83	45,81	2,98	25,75	2,08	23,89	1,63
	1950	3,01	3,88	3,56	46,28	3,91	27,50	3,03	22,17	1,98
	1960	3,64	2,11	4,00	53,91	4,27	23,61	3,19	20,37	2,93
	1970	4,06	2,28	5,80	68,27	5,20	9,57	1,97	19,86	3,17
BRASIL	1940	100,00	2,67	100,00	35,01	100,00	28,20	100,00	33,47	100,00
	1950	100,00	3,28	100,00	35,62	100,00	27,28	100,00	33,73	100,00
	1960	100,00	1,92	100,00	45,92	100,00	26,90	100,00	25,26	100,00
	1970	100,00	1,60	100,00	53,25	100,00	19,72	100,00	25,44	100,00

FONTE: Quadro 4.5.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE (1950), Almir: *Contribuição à História Administrativa do Brasil,* 2. vols. (Rio de Janeiro, 1950, Livr. José Olympio Editora).

AYER, H. W. & SCHUH, G. E. (1975): "Taxas de retorno social e outros aspectos da pesquisa agrícola – O caso da pesquisa do algodão em São Paulo, Brasil", *in* P. F. C. Araújo & G. E. Schuh (orgs.), *Desenvolvimento da Agricultura: Educação, Pesquisa* e *Assistência Técnica* (São Paulo, 1975, Livr. Pioneira Ed.), pp. 117-138.

BAER (1966), Werner: *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico do Brasil* (Rio de Janeiro, 1966, Fundação Getúlio Vargas), 3ª Edição (1977).

BALAN (1973), Jorge: "Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil – ensaio de interpretação histórico-comparativa", *Estudos CEBRAP* nº 5, jul./set. 1973, pp. 5-79.

BERNARDES (1961), Nilo: "Características da agricultura brasileira em meados do século XX", *Rev. Bras. de Geografia,* XXIII (2), abr./jun. 1961, pp. 363-420.

BORGES, T. P.&LOEB, G. F. (1957): "Desenvolvimento econômico e distribuição da população ativa", *in* IBRE/FGV: *Contribuição à Análise do Desenvolvimento Econômico* (Rio de Janeiro, 1957, Livr. Agir Editora), pp. 27-40.

CÂMARA (1949), Lourival: "A concentração da propriedade agrária no Brasil", *Bol. Geográfico,* VII (77), 1949, pp. 516-528.

CÂNDIDO (1964), Antônio: *Os Parceiros do Rio Bonito* (Rio de Janeiro, 1964, Livr. José Olympio Editora).

CANO (1975), Wilson: *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo,* 2.vols. (Campinas, 1975, DEPE/UNICAMP), tese de doutoramento mimeografada.

CANO (1978), Wilson: *Questão Regional e Concentração Industrial no Brasil – 1930-1970* (Campinas, 1978, MS), versão preliminar.

CARDOSO DE MELLO (1975), J. M.: *O Capitalismo Tardio* (Campinas, 1975, DEPE/UNICAMP), tese de doutoramento mimeografada.

CARLSON (1951), R. E.: "The bases of Brazil's economy", *in* T. L. Smith & S. Marchant, *Brazil – Portrait of Half a Continent* (New York, 1951, Dryden Press), pp. 226-243.

CARONE (1974), Edgard: *A República Nova, 1930-1937* (São Paulo, 1974, Difel).

CARONE (1976), Edgard: *O Estado Novo, 1937-1945* (São Paulo, 1976, Difel).

CASTRO (1969), A. B.: "Agricultura e desenvolvimento no Brasil", *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, vol. I (Rio de Janeiro, 1969, Ed. Forense), pp. 77-144.

CONTADOR (1975), C. R. (org.): *Tecnologia e Desenvolvimento Agrícola* (Rio de Janeiro, 1975, IPEA/INPES).

COSTA PINTO (1965), L. A.: "A estrutura da sociedade rural brasileira", *Sociologia e Desenvolvimento*, 2ª Edição (Rio de Janeiro, 1965, Ed. Civilização Brasileira), pp. 247-284.

DELFIM NETTO, A. & OUTROS (1966): *Agricultura e Desenvolvimento no Brasil* (São Paulo, 1966, ANPES).

DENSLOW Jr. (1973), David: "As origens da desigualdade regional no Brasil", *Estudos Econômicos*, 3 (1), abr. 1973, pp. 65-88.

DIAS (1978), G. L. S.: *Estrutura Agrária e Crescimento Extensivo* (São Paulo, 1978, FEA/USP), tese de livre-docência mimeografada.

EDWARDS (1942), C. D.: "O quadro econômico", *A Missão Cooke no Brasil* (Rio de Janeiro, sd, Fundação Getúlio Vargas), pp. 77-125.

FAUSTO (1970), Boris: *A Revolução de 1930 – Historiografia e História* (São Paulo, 1970, Editora Brasiliense), 5ª Edição (1978).

FERNANDES (1972), Florestan: "Anotações sobre capitalismo agrário e mudança social no Brasil", cap. 6 de *Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento*, 2ª edição revista (Rio de Janeiro, 1972, Zahar), pp. 178-206.

FERNANDES (1975), F.: *A Revolução Burguesa no Brasil* (Rio de Janeiro, 1975, Zahar).

FISHLOW (1972), Albert: "Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil", *Estudos Econômicos*, 2(6), dez. 1972, pp. 7-75.

FURTADO (1959), Celso: *Formação Econômica do Brasil* (Rio de Janeiro, 1959, Fundo de Cultura), 14ª Edição (São Paulo, 1976, Cia. Editora Nacional).

GNACCARINI (1980), J. C. A.: *Latifúndio e Proletariado* (São Paulo, 1980, Editora Polis).

GOODMAN (1978), David: "Expansão de fronteira e colonização rural – recente política de desenvolvimento no Centro-Oeste do Brasil", *in* Werner Baer & outros (orgs.). *Dimensões do Desenvolvimento Brasileiro* (Rio de Janeiro, 1978, Editora Campus), pp. 301-337.

GRAHAM, D. & HOLLANDA FILHO, S. B. (1971): *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil - A Selective Analysis of the Historical Record, 1872/1970*, vol. I (São Paulo, 1971, IPE/USP), mimeografado.

GRAZIANO DA SILVA (1980), J. F.: *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura Paulista* (Campinas, 1980, DEPE/UNICAMP), tese de doutoramento mimeografada.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. & OUTROS (1978): *Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira*, 2ª Edição (São Paulo, 1978, Editora Hucitec).

GUARNIERI (1979), L. C.: *Alguns Aspectos Sócio-Econômicos do Planejamento na Cafeicultura* (Campinas, 1979, DEPE/UNICAMP), dissertação de mestrado mimeografada.

GUIMARÃES (1976), A. P.: "O complexo agroindustrial", *Reforma Agrária*, 6 (1), jan/fev. 1976, pp. 2-12.

HADDAD (1978), C. L. S.: *Crescimento do Produto Real no Brasil, 1900-1947* (Rio de Janeiro, 1978, Fundação Getúlio Vargas).

HOFFMANN (1971), Rodolfo: *Contribuição à Análise da Distribuição da Renda e da Posse da Terra no Brasil* (Piracicaba, 1971, ESALQ/USP), tese de livre-docência mimeografada.

HOFFMANN (1978), R.: "A concentração da posse da terra no Brasil", *Reforma Agrária*, 8 (5), set/out. 1978, pp. 2-8.

IANNI (1973), Octavio: "Relações de produção e proletariado rural", *in* T. Szmrecsányi & O. Queda (orgs.), *Vida Rural e Mudança Social* (São Paulo, 1973, Cia. Editora Nacional), pp. 184-198.

IHRIG (1973), Károly: "Agriculture's contribution to the growth of capitalist economies", *in* Tamás Földi (Ed.), *Economic Development and Planning* (Budapest, 1973, Akadémiai Kiadó), pp. 135-160.

IPEA (1973): *Tecnologia Moderna para a Agricultura, vol. I – Defensivos Agrícolas* (Brasília, 1973, IPEA/IPLAN).

IPEA (1975): *Tecnologia Moderna para a Agricultura, vol. II – Fertilizantes Químicos* (Brasília, 1975, IPEA/IPLAN).

IPEA (1978): *Tecnologia Moderna para a Agricultura, vol. III – A Indústria Nacional de Rações Balanceadas* e *Concentradas* (Brasília, 1978, IPEA/IPLAN).

JAMES (1955), P. E.: "Brazilian agricultural development", *in* KUZNETS & OUTROS (1955), pp. 78-102.

JOHNSTON (1970), B. F.: "Agriculture and structural transformation in developing countries – A survey of research", *Journal of Economic Literature*, III (2), jun. 1970, pp. 369-404.

KAGEYAMA (1979), A. A.: *Crise e Estrutura Agrária – A Agricultura Paulista na Década de 30* (Piracicaba, 1979, ESALQ/USP), dissertação de mestrado mimeografada.

KNIGHT (1971), P. T.: "Substituição de importações na agricultura brasileira – A produção de trigo no Rio Grande do Sul", *Estudos Econômicos*, 1 (3), 1971, pp. 71-102 e 115-117.

KUZNETS, S. & OUTROS (1955): *Economic Growth – Brazil, India, Japan* (Durham, 1955, Duke University Press).

LEMOS (1977), M. B.: *Um Estudo Comparativo sobre as Formas de Organização da Produção de Arroz no Brasil (1950-1970)* (Campinas, 1977, DEPE/UNICAMP), dissertação de mestrado mimeografada.

LESSA (1964), Carlos: "Quince años de politica economica en el Brasil". *Bol. Econ. de America Latina,* XI (2), nov. 1964, pp. 153-213.

LEWIS (1969), W. A.: *Aspects of Tropical Trade, 1883-1965* (Stockholm, 1969, Almquist & Wicksell).

LOPES (1968), J. R. B.: *Desenvolvimento e Mudança Social* (São Paulo, 1968, Cia. Editora Nacional).

LOPES (1976), J. R. B.: *Do Latifúndio à Empresa - Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo* (São Paulo, 1976, CEBRAP – Caderno nº 26).

LOPES (1977), J. R. B.: "Empresas e pequenos produtores no desenvolvimento do capitalismo agrário em São Paulo (1940-1970)", *Estudos CEBRAP,* nº 22, out./dez. 1977, pp. 41-110.

LOPES, J. R. B. & PATARRA. N. L. (1974): "Redistribuição regional e rural-urbana da população brasileira", *Cadernos CEBRAP* nº 20 (1974), pp. 17-40.

MADEIRA, F. R. & SINGER, P. J. (1973): *Estrutura do Emprego e Trabalho Feminino no Brasil* (São Paulo, 1973, CEBRAP - Caderno nº 13).

MALAN, P. S. & OUTROS (1973): *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939-52)* (Rio de Janeiro, 1977, IPEA/INPES).

MARTINE (1978), George: "Migrações internas e alternativas de fixação produtiva – experiências recentes de colonização no Brasil", *Anais do I Encontro Nacional de Estudos Populacionais* (Campos do Jordão, 1978, ABEP), pp. 51-85.

MARTINS (1972), J. S.: "Frente Pioneira – Contribuição para uma caracterização sociológica", *Cadernos do CERU* nº 5, jul. 1972, pp. 102-112.

MARTINS (1975), J. S.: *Capitalismo e Tradicionalismo – Estudos sobre as Contradições da Sociedade Agrária Brasileira* (São Paulo, 1975, Livr. Pioneira Editora).

MARTINS (1977), J. S.: "O café e a gênese da industrialização em São Paulo", *Contexto* nº 3, jul. 1977, pp. 1-18.

MARTINS (1979), J. S.: "Terra e Liberdade – a luta dos posseiros na Amazônia Legal", *Reforma Agrária,* 9 (1), jan./fev. 1979, pp. 10-19.

MARTINS (1980), J. S.: "Terra de Negócio e Terra de Trabalho – Contribuição para o estudo da questão agrária no Brasil", cap. III de *Expropriação e Violência* (São Paulo, 1980, Editora Hucitec), pp. 45-66.

MENDONÇA DE BARROS (1975), J. R.: *A Evolução Recente da Agricultura Brasileira* (São Paulo, out. 1975, IPE/USP - Trabalho para discussão nº 17), mimeografado.

MENDONÇA DE BARROS, J. R. & OUTROS (1977): "A evolução recente da agricultura brasileira", *in* J. R. Mendonça de Barros & D. H. Graham (Eds.), *Estudos sobre a Modernização da Agricultura* (São Paulo, 1977, IPE/USP – monografia nº 9).

MERRICK, T. & GRAHAM, D. (1980): "População e desenvolvimento no Brasil – Uma perspectiva histórica", *in* Paulo Neuhaus (Coord.): *Economia Brasileira: uma Visão Histórica* (Rio de Janeiro, 1980, Editora Campus), pp. 45-88.

MOMBEIG (1940), Pierre: *Estudos de Geografia Humana Brasileira* (São Paulo, 1940, Editora Martins).

MOMBEIG (1952), Pierre: *Pionniers et Planteurs de São Paulo* (Paris, 1952, Libr. Armand Colin).

MOMBEIG (1957), Pierre: "As tendências atuais da agricultura no Estado de São Paulo", *Bol. Geográfico,* XV (141), nov./dez. 1957, pp. 721-726.

MONTEIRO (1961), D. T.: "Estrutura social e vida econômica em uma área de pequena propriedade e monocultura", *Rev. Bras. de Est. Políticos,* nº 12, 1961, pp. 47-63.

MÜLLER (1980), G.: "A industrialização do campo no Brasil – Algumas notas", *Reforma Agrária,* 10 (4/5), jul./out. 1980, pp. 65-71.

NICHOLLS (1963), W. H.: *Industrial-Urban Development and Agriculture in São Paulo, Brazil, 1940-50* (Nashville, 1963), versão preliminar mimeografada.

NICHOLLS (1969), W. H.: .The transformation of agriculture in a semi-industrialized country – The case of Brazil", *in* E. Thornbecke (Ed.), *The Role of Agriculture in Economic Development* (New York. 1969, Columbia University Press), pp. 311-385.

NICHOLLS (1970), W. H.: "The agricultural frontier in modern Brazilian history – the State of Parana, 1920/65", *Rev. Bras. de Economia,* 24 (2), out./dez. 1970, pp. 64-92.

NICHOLLS (1975), W. H.: "A economia agrícola brasileira – desempenho e política recente", *in* CONTADOR (1975), pp. 47-87.

OLIVEIRA (1975), Francisco: "A economia brasileira – crítica à razão dualista", *Seleções CEBRAP* nº 1.(1975), pp. 5-78.

OLIVEIRA (1977), Francisco: *Elegia para uma Re(li)gião* (Rio de Janeiro, 1977. Ed. Paz e Terra).

OLIVEIRA, F. & REICHSTUL, P. H. (1973): "Mudanças na divisão inter-regional do trabalho no Brasil", *Estudos CEBRAP,* nº 4, abr./jun. 1973, pp. 131-168.

PADIS (1970), P. C.: *Formação de uma Economia Periférica – O Caso do Paraná* (São Paulo, 1970, PUC/SP), tese de doutoramento mimeografada.

PALM (1957), Gilberto: *Industrialização e Economia Natural* (Rio de Janeiro, 1957, ISEB).

PAIVA (1954), R. M.: *Problemas da Agricultura Brasileira* (Rio de Janeiro, 1954, MA/SIA).

PAIVA (1961), R. M.: "The development of Brazilian agriculture", *Farm Economics,* vol. 43, dez. 1961, pp. 1.092-1.100.

PAIVA (1969), R. M.: "Apreciação geral sobre o comportamento da agricultura brasileira", *Rev. de Administração Pública,* nº 1 (1969), pp. 55-118.

PAIVA (1975), R. M.: "Os baixos níveis de renda e de salários na agricultura brasileira", *in* CONTADOR (1975), pp. 195-232.

PAIVA (1979), R. M.: *A Agricultura no Desenvolvimento Econômico – Suas limitações como fator dinâmico* (Rio de Janeiro, 1979, IPEA/INPES).

PAIVA, R. M. & OUTROS (1973): *Setor Agrícola do Brasil – Comportamento Econômico, Problemas e Possibilidades* (São Paulo, 1973, Secretaria da Agricultura), 2ª Edição (Rio de Janeiro, 1975, Forense).

PAIXÃO (1959), Moacyr: "Elementos da questão agrária", *Revista Brasiliense*, nº 24, jul/ago 1959, pp. 24-48; e nº 25, set./out. 1959, pp. 51/73.

PASTORE (1971), A. C.: "A oferta de produtos agrícolas no Brasil", *Estudos Econômicos*, I (3), 1971, pp. 35-69.

PETRONE (1970), Pasquale: "Povoamento e colonização", *in* Aroldo de Azevedo (org.), *Brasil – a Terra e o Homem*, vol. 2 (São Paulo, 1970, Cia. Editora Nacional), pp. 127-158.

PRADO Jr. (1945), Caio: *História Econômica do Brasil* (São Paulo, 1945, Editora Brasiliense), 19ª edição (1976).

PRADO Jr. (1960), Caio: "Contribuição para a análise da questão agrária do Brasil", *Rev. Brasiliense*, nº 28, mar./abr. 1960; reproduzido em PRADO Jr. (1979), pp. 15-80.

PRADO Jr. (1962), Caio: "Nova contribuição para a análise da questão agrária no Brasil", *Rev. Brasiliense*, nº 43, set./out. 1962; reproduzido em PRADO Jr. (1979), pp. 81-126.

PRADO Jr. (1966), Caio: *A Revolução Brasileira* (São Paulo, 1966, Editora Brasiliense).

PRADO Jr. (1979), Caio: *A Questão Agrária* (São Paulo, 1979, Editora Brasiliense).

RANGEL (1968), I. M.: "Características e perspectivas da integração das economias regionais", *Revista do BNDE*, V (2), jul./dez. 1968, pp. 43-71.

REDWOOD III (1977), J.: "Evolução recente das disparidades de renda regional no Brasil", *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 7 (3), dez. 1977, pp. 485-550.

REGO (1979), R. M. L.: *Terra de Violência – Estudo sobre a Luta pela Terra no Sudoeste do Paraná* (São Paulo, 1979, FFLCH/USP), dissertação de mestrado mimeografada.

SCHULTZ (1964), T. W.: *Transforming Traditional Agriculture* (New Haven, 1964, Yale University Press).

SILVA (1976), Sérgio: *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil* (São Paulo, 1976, Editora Alfa-Omega).

SIMONSEN (1940), Roberto: "Recursos econômicos e movimentos das populações", reproduzido em *Evolução Industrial e Outros Estudos*, coletânea organizada por Edgard Carone (São Paulo, 1973, Cia. Editora Nacional), pp. 385-423.

SINGER (1968), P. I.: *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana* (São Paulo, 1968, Cia. Editora Nacional).

SINGER (1976), P. I.: "Evolução da economia brasileira, 1955-1975", *Estudos CEBRAP*, nº 17, jul./set. 1976, pp. 61-83.

SMITH (1973), G. W.: "Comercialização e desenvolvimento econômico – O estudo de um caso brasileiro, 1930-1970", *Estudos Econômicos*, 3 (1), abr. 1973, pp. 89-120.

SMITH (1946), L. T.: *Brazil, People and Institutions* (Baton Rouge, 1946, Louisiana State University Press).

SMITH (1955), L. T.: "Demographic factors related to economic growth in Brazil", *in* KUZNETS & OUTROS (1955), pp. 241-262.

SORJ (1980), Bernardo: *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira* (Rio de Janeiro, 1980, Zahar).

SZMRECSÁNYI (1977), T.: "Sugestão de um novo esquema de análise do setor agropecuário", *Contexto*, nº 4, nov. 1977, pp. 127-136.

SZMRECSÁNYI (1978), T.: *Divisão Regional do Trabalho e Expansão da Fronteira Agrícola* (Campinas, 1978, relatório para discussão interna), datilografado.

SZMRECSÁNYI (1979), T.: *O Planejamento da Agroindústria Canavieira do Brasil (1930-1975)* (São Paulo, 1979, Editora Hucitec).

SZMRECSÁNYI (1979a), T.: "Expansão da fronteira agrícola e mudanças na estrutura agrária", *Cadernos do CERU* nº 12, set. 1979, pp. 260-277.

SZMRECSÁNYI (1980), T.: "Anotações sobre a evolução recente da propriedade da terra e do uso do solo", trabalho apresentado no *Seminário sobre os Problemas Atuais e Perspectivas de Desenvolvimento da Economia Rural na Bahia* (Salvador, dez., 1980), datilografado.

TAVARES (1972), M. C.: *Da Substituição de Importações ao Capital Financeiro* (Rio de Janeiro, 1972, Zahar).

TAVARES (1974), M. C.: *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil* (Rio de Janeiro, 1974, FEA/UFRJ), tese de livre-docência mimeografada.

VELHO (1972), O. G.: *Frentes de Expansão e Estrutura Agrária* (Rio de Janeiro, 1972, Zahar).

VELHO (1976), O. G.: *Capitalismo Autoritário e Campesinato* (São Paulo, 1976, Difel).

VELHO (1978), O. G.: "A fronteira e o pequeno produtor", *Reforma Agrária* 8 (6), nov./dez. 1978, pp. 18-24.

VELHO (1980), O. G.: "A propósito de Terra e Igreja", *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 22, abr. 1980, pp. 157-168.

VILLELA, A. V. & SUZIGAN, W. (1973): *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira*, 1889-1945 (Rio de Janeiro, 1973, IPEA/INPES).

WAIBEL (1947), L.: "Uma viagem de reconhecimento ao sul de Goiás", *Rev. Bras. de Geografia*, IX (3), jul/set. 1947; reproduzido em WAIBEL (1979), pp. 159-182.

WAIBEL (1949), Leo: "Princípios da colonização européia no sul do Brasil", *Rev. Bras. de Geografia*, XI (2), abr./jun. 1949; reproduzido em WAIBEL (1979), pp. 225-277.

WAIBEL (1950), Leo: "O que aprendi no Brasil", *Rev. Bras. de Geografia*, XII (3), 1950; reproduzido em WAIBEL (1979), pp. 313-326.

WAIBEL (1955), Leo: "As zonas pioneiras no Brasil", *Rev. Bras. de Geografia*, XVII (4), out./dez. 1955; reproduzido em WAIBEL (1979), pp. 279-312.

WAIBEL (1979), Leo: *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, 2ª Edição (Rio de Janeiro, 1979, Fundação IBGE).

WYTHE (1955), G.: "Brazil – Trends in industrial development", *in* KUZNETS & OUTROS (1955), pp. 28-77.

ZAMBONI (1979), S. P.: *O Café no Norte Paulista – A Crise de 1929 na Fazenda Dumont* (Piracicaba, 1979, ESALQ/USP), dissertação de mestrado mimeografada.

CAPÍTULO IV

INTERPRETAÇÃO DO BRASIL: UMA EXPERIÊNCIA HISTÓRICA DE DESENVOLVIMENTO

1. ETAPAS DO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO

a) 1885-1930: a industrialização como conseqüência secundária da reorganização capitalista da cafeicultura.

POR volta de 1885 se inicia a chamada "Segunda Revolução Industrial": surgem importantes inovações técnicas, tais como a utilização industrial da energia elétrica, o motor de combustão interna e uma série de novos produtos (bens de consumo), dos quais o mais importante é o automóvel; o progresso no domínio de novas formas de energia acarreta mudanças do processo, das quais as mais conhecidas são a linha de montagem e as medidas de "racionalização" na organização do trabalho, ligadas à voga do taylorismo; o tamanho das plantas industriais se expande em conseqüência, ocasionando o surgimento da sociedade anônima, do mercado de capitais, da fusão do capital financeiro com o capital industrial, levando o capitalismo a uma nova etapa de sua existência – o capitalismo *monopolista.*

Tudo isso opera profundas alterações na economia mundial. As inovações técnicas e as novas formas de capital monopolista são postas em prática sobretudo nos Estados Unidos e na Alemanha, que passam a compartilhar com a Grã-Bretanha a liderança do mercado mundial. Formam-se grandes impérios coloniais e/ou áreas de influência, ao redor dos quais crescem as barreiras protecionistas, ligando determinadas zonas de periferia não-industrializada a cada um dos grandes centros imperiais. O comércio internacional se diversifica, multiplicando-se o número de artigos manufaturados e de matérias-primas, que, como no caso do petróleo, do cobre e da borracha, são valorizadas pelas inovações técnicas.

Neste turbilhão de mudanças, o Brasil como que fica à margem. Em 1885, *a economia do país se centra* ainda na produção para o mercado externo, realizada com base no braço escravo. Mas essa instituição está em plena crise. Tendo a importação de escravos cessado desde 1850 e garantindo-se a libertação dos filhos dos escravos, pela "Lei do Ventre Livre", aprovada em 1871, torna-se óbvio que outras fontes de mão-de-obra teriam que ser encontradas. Além disso, na massa de escravos a proporção dos já nascidos no Brasil, falando português, é cada vez maior, o que torna mais difícil mantê-los em submissão.[1] Forma-se uma coligação antiescravista integrada por escravos rebeldes e membros da classe média, que promovem a Campanha Abolicionista pela imprensa e no Parlamento, além de propiciar a fuga de escravos e a formação de quilombos (redutos libertos) fora do alcance das forças repressivas. A escravidão entra em decadência acelerada, até que é liquidada de uma vez em 1888, com a aprovação da Lei Áurea.

A crise e abolição da escravatura coincidem com a acelerada expansão do mercado mundial do café, no qual o Brasil se torna o maior fornecedor. O Setor de Mercado Externo (SME) está, portanto, em rápido crescimento, reforçado ainda pela elevação da demanda da borracha, extraída na Bacia Amazônica e exportada pelo porto brasileiro de Belém do Pará. Também a descoberta do chocolate e a difusão do seu uso dão lugar à expansão do plantio do cacau no Sul da Bahia. Tanto no café como no cacau é preciso substituir o escravo pelo trabalhador livre. Na cafeicultura, este trabalhador é assalariado – o "colono" – sendo importado da Europa sob a forma de migração subvencionada. Centenas de milhares de imigrantes vêm ao Brasil, a partir de 1885, sobretudo da Itália e da Península Ibérica, com passagens pagas pelo Governo brasileiro, sendo de notar que na última década do século este volume chega a superar os fluxos que se dirigem aos Estados Unidos e à Argentina, que constituíam então os maiores pólos de atração aos deslocados pela industrialização no Sul da Europa.

É nessa época que se inicia o processo de industrialização no Brasil. Até então, o consumo de artigos industrializados era um privilégio da classe senhorial e da minúscula classe média urbana, que os obtinham importados, sobretudo da Grã-Bretanha. Mas, com a imigração, o mercado interno se alarga consideravelmente. Os colonos do café e os demais trabalhadores do complexo cafeeiro – ferroviários, ensacadores, portuá-

[1] Conforme mostrou Dean (1977).

rios, empregados das casas de comércio e dos bancos – recebiam salários, que deveriam lhes permitir algum consumo de produtos da indústria, sobretudos, roupas e outros artigos de tecidos. Afinal, se o Brasil competia com os Estados Unidos e a Argentina, países de salários notoriamente elevados, na captação dos fluxos da migração transatlântica, o nível de remuneração da mão-de-obra do SME não poderia ser excessivamente baixo. O fato é disputado pelos que chamam a atenção para os movimentos grevistas de colonos e ferroviários, que se multiplicam no fim do século passado e início deste, e pelas queixas dos imigrantes que se sentiam desiludidos por falsas promessas dos agentes de imigração. Mas o próprio fato de que tais movimentos podiam ter lugar e algumas vezes logravam êxito prova que a substituição do escravo pelo assalariado, ao menos no café, implicou um encarecimento relativo da mão-de-obra e, portanto, no alargamento do mercado interno por bens de consumo. É verdade, como mostra Lopes (1977), que o volume de imigrantes para o café superou de longe a demanda de força de trabalho, o que serviu para manter os salários bastante baixos. Além disso, normas de sujeição pessoal, herdadas da escravidão, eram mantidas em geral nas fazendas. Mas tudo isso se deu nos quadros de uma economia capitalista em forte expansão e que constituía, apesar do reduzido poder aquisitivo do trabalhador individual, um mercado bastante dinâmico.

Teoricamente, este mercado interno em expansão poderia ser abastecido pela importação. Mas, para os artigos de menor valor, que eram os consumidos pela nova massa de assalariados, o custo do transporte onerava fortemente os preços, oferecendo substancial margem de proteção à produção local. No início da República (1890), essa margem foi ampliada pela elevação das tarifas aduaneiras, que visava aumentar a receita fiscal do Estado. Dessa maneira, começaram a se desenvolver a indústria têxtil e outros ramos da indústria leve. Durante a Primeira Guerra Mundial, os impedimentos ao comércio internacional deram forte impulso adicional a esse processo de industrialização por substituição de importações.

Nessa fase, a indústria era de caráter local. Os estabelecimentos fabris modernos eram poucos, exceto na indústria têxtil, que aparentemente era o único ramo no qual se expandia o capitalismo industrial, na verdadeira acepção da palavra. O restante se resumia numa grande quantidade de pequenos estabelecimentos, de caráter artesanal, que produziam alimentos, objetos de vestuário, toucador, velas, móveis etc. Em 1889, de acordo com Simonsen (1939), 636 estabelecimentos industriais empregavam 54.169 operários no Brasil; "dos capitais envolvidos na indústria, 60%

estavam no setor têxtil; 15% no da alimentação; 10% no de produtos químicos e análogos; 4% na indústria de madeiras; 3,5% na de vestuários e objetos de toucador e 3% na metalurgia" (p. 25). Um censo industrial realizado em 1907 revelou a existência de 3.250 estabelecimentos industriais empregando 150.481 operários. Do valor da produção, 26,7% correspondiam à indústria de alimentação, 20,6% à têxtil, 15,9% à de vestuário e toucador, 9,4% à de produtos químicos e 27,4 % a outras indústrias. Em 1920, o recenseamento geral enumerou 13.336 estabelecimentos industriais que empregavam 275.512 operários. A produção continuava concentrada nos mesmos ramos da indústria leve: 40,2% na alimentação; 27,6% na têxtil; 8,2% na de vestuário e toucador etc. (Simonsen, 1939, pp. 26 e 27).

É interessante observar que entre 1889 e 1907 o número de estabelecimentos quintuplica, ao passo que o número de operários não chega a triplicar, e entre 1907 e 1920 o número de estabelecimentos quadruplica, sendo que o número de operários não chega a duplicar. Poder-se-ia ter a impressão que o processo de industrialização estava se dando mediante a multiplicação de estabelecimentos cada vez menores. O que seria uma impressão errônea. Na verdade, são os levantamentos que se tornam sucessivamente mais abrangentes: o de 1889 deve ter-se limitado aos estabelecimentos maiores; já o "censo industrial" de 1907, realizado por uma entidade privada (Dean, 1971), foi mais amplo, embora longe de completo, ao passo que o recenseamento de 1920 deve ter tido abrangência ainda maior, embora seja duvidoso que tenha coberto todo o universo. O que os dados revelam, portanto, é que havia no Brasil, nessa época, uma ampla atividade manufatureira, realizada, em grande parte, numa miríade de pequenos estabelecimentos, organizados sob a forma de Produção Simples de Mercadorias, ou seja, operados por seus donos e familiares, com o eventual auxílio de alguns empregados.

Na verdade, a produção para o mercado externo absorvia apenas uma parcela limitada da força de trabalho do país, proporcionando uma receita também limitada em divisas, parte da qual ainda tinha que ser utilizada para cobrir o serviço da dívida externa.[2] A capacidade de importar só podia bastar para abastecer de produtos industriais importados a parcela de maior poder aquisitivo da população que vivia nos maiores centros urbanos. A maior parte da população se encontrava no campo, em economia de subsistência, produzindo para seu próprio consumo e levando

[2] Ver Anexo I para uma discussão deste aspecto.

um excedente de produção alimentar para o mercado local. Neste, isto é, nas pequenas cidades do interior, havia sempre um certo número de unidades artesanais, olarias, curtumes, destilarias, boticas, carpintarias, forjas etc., que abasteciam a população rural. O relativo isolamento dos mercados locais e o baixo poder aquisitivo dos seus participantes protegiam essa manufatura artesanal da competição do produto industrial, importado ou nacional. Este possivelmente era de qualidade superior e seria de preço mais baixo, se fosse acessível. Mas, enquanto a maioria da população rural participasse de uma divisão social de trabalho estritamente local, em que as trocas comumente ainda se faziam por escambo, a penetração do produto industrial era impossível.

A industrialização num país retardatário, como o Brasil, é sempre *substitutiva*. Ou ela avança mediante a implantação de ramos antes inexistentes, nos quais se fabricam *novos produtos*, até então importados de países mais desenvolvidos, ou ela reorganiza ramos manufatureiros preexistentes, inseridos na Produção Simples de Mercadorias, mediante a introdução de *mudanças de processo*, que permitem alcançar produtividade mais elevada por meio do uso da máquina. São duas estratégias de industrialização diferentes. Uma, de substituição de importações, se volta para o mercado urbano já inserido na economia capitalista, cuja expansão depende, no período sob a análise, do dinamismo do SME, ou seja, do crescimento da produção para o mercado mundial. A outra, de substituição da produção artesanal pela fabril, do ponto de vista técnico, ou de substituição da Produção Simples de Mercadorias pelo Capitalismo Industrial, do ponto de vista das relações de produção, implicava a unificação dos mercados locais e sua integração na divisão nacional de trabalho, dado que a maior escala de produção é a condição específica que torna os processos *industriais* de produção mais vantajosos que os *artesanais*, fundamentando a superioridade competitiva do capital em face da Produção Simples de Mercadorias.

Entre 1885 e 1930, as duas vias de industrialização estavam severamente restringidas no Brasil. A substituição de importações se limitava aos ramos em que o custo do transporte onerava a tal ponto o custo do produto importado que a produção nacional se tornava nitidamente mais barata. Nos demais, a margem de proteção oferecida pelas tarifas aduaneiras era, em geral, insuficiente para garantir ao produto nacional uma vantagem competitiva decisiva, mesmo porque, em igualdade de condições, o consumidor brasileiro sempre dava preferência ao artigo estrangeiro, atitude que prevalece até hoje. De modo que a substituição de impor-

tações estava condicionada a uma margem crescente de proteção, na medida em que se passava a produtos cujo custo de transporte representava uma proporção decrescente do seu preço final. Pois bem, antes de 1930, essa margem de proteção não foi concedida à indústria nacional. Isto se dava principalmente porque a oligarquia cafeicultora, que detinha a hegemonia política, dava prioridade à produção para o mercado externo e temia que uma política protecionista muito pronunciada ocasionasse discriminações, em represália, contra as mercadorias brasileiras nos países industrializados. Assim, p. ex., em 1906, "a lavoura cafeeira opunha-se ao projeto de João Luís Alves, expressando o receio de que, prejudicadas pela nossa política protecionista, as outras nações elevassem, em represália, os direitos sobre o café brasileiro" (Luz, 1975, pp. 134 e 135).

Além disso, os cafeicultores juntamente com a classe média urbana (que se achava em sua maior parte ocupada em serviços) se opunham à substituição de importações enquanto *consumidores*. É provável que o produto nacional fosse, ao menos durante a fase inicial de implantação da indústria, de qualidade inferior e de preço superior ao produto importado. Em face de tais "sacrifícios", não surpreende que os membros tanto da oligarquia como da classe média urbana tivessem arraigadas convicções livre-cambistas e se opusessem com veemência à proteção das indústrias consideradas "artificiais" num país cuja vocação agrícola não era disputada por ninguém.

A substituição da produção artesanal dependia da unificação física do mercado interno mediante um sistema adequado de transportes. Indubitavelmente houve considerável expansão ferroviária no período. A extensão da rede passou de 9.320km em 1888 a 31.857km em 1928 (Villela e Suzigan, 1973, p. 393). Mas essa rede servia basicamente à produção para o mercado externo. Era constituída por redes regionais que ligavam regiões produtoras a portos de embarque: Rio e Santos no Centro, Rio Grande no Sul, Recife e Salvador no Nordeste. Não havia interligação destes sistemas regionais e, quando excepcionalmente a havia, a diferença de bitolas exigia o transbordo da carga, encarecendo o transporte.

Dessa maneira, a unificação dos mercados se fazia em caráter regional e dependia, em última análise, do dinamismo do SME de cada área. O café proporcionou a aglutinação de uma boa porção do território ao redor de São Paulo, que se tornou, por isso, o centro de acumulação do capital industrial. As zonas de colonização alemã e italiana, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, passaram a encontrar na área cafeicultora um escoadouro para sua produção agropecuária, o que proporcio-

nou a difusão do capitalismo e da Produção Simples de Mercadorias no interior daqueles Estados. Como resultado, surgiu no Sul, sobretudo em Porto Alegre, um significativo impulso industrializador. O mesmo aconteceu no Nordeste, com a substituição dos velhos engenhos artesanais por usinas modernas na agroindústria açucareira. Desenvolveu-se aí um certo campo de acumulação de capital industrial, extensivo à industria têxtil, que começou por produzir a sacaria para o açúcar. Mas, a perda do mercado externo pelo açúcar brasileiro, a partir de 1900, solapou o dinamismo da industrialização no Nordeste, que passou a sofrer um atraso crescente em relação aos Centro-Sul e Sul do país.

O que ocorreu, em última análise, foi que a substituição do artesanato se deu apenas na medida em que as necessidades do SME exigiram a construção de uma rede de transporte e a constituição de uma divisão inter-regional de trabalho *agrícola*. É por isso que se pode dizer que a industrialização que se deu no Brasil entre 1885 e 1930 não passou de uma conseqüência secundária da reorganização capitalista do SME, particularmente de sua parte mais dinâmica: a cafeicultura.

No fim do período, a produção manufatureira ainda se encontra, em sua maioria, organizada como Produção Simples de Mercadorias. Carone (1974) atribui o fato de a indústria ter sido menos abalada pela crise de 1930 que a agricultura aos seguintes fatores: "à existência de um mercado interno, que é abastecido por um número infinito de pequenas empresas espalhadas pelo Brasil; à grande concentração industrial no eixo São Paulo-Rio, em parte marginalizado do resto do país, devido a problemas de transporte; ao sistema rudimentar de capitalização, que se concentra em mãos familiares, com grandes vinculações agrário-urbanas; à falta de especialização dos capitais em determinados ramos de atividades: o que explica formas industriais menos sofisticadas..." (p. 53). E mais adiante ele comprova essa descrição com dados: "O número de fábricas e operários no Brasil pode levar a pensar que há concentração razoável; porém, das 55.926 fábricas existentes em 1934, 27.090 têm menos de seis operários, 3.758 chegam a menos de 12 e 22.574 vivem de registro gratuito, isto é, o número de operários e de produção é ínfimo" (p. 55).

Pelos mesmos motivos, o Brasil permanece inteiramente à margem da Segunda Revolução Industrial até o fim desse período. Conforme um observador da época, "é pobre nossa indústria em 1934; há muito trabalho manual e pouca maquinaria; é fraco o capital disponível para nossa industrialização, não fabricamos máquinas, armas, veículos, senão que fabricamos artigos de consumo com máquinas importadas" (Martins, s./d.).

b) 1933-1955: a transição da industrialização extensiva à constituição da indústria de base.

A crise de 1930, a longa depressão que a acompanhou e a Segunda Guerra Mundial determinaram forte redução do nível de trocas entre países, com conseqüências funestas para o SME de um país tão dependente da economia mundial como o Brasil. A cafeicultura estava particularmente vulnerável à queda da demanda externa porque se encontrava, desde 1928, em superprodução. A política de defesa do preço do café estimulou enormemente o plantio na década dos anos 20, o que não só agravou as conseqüências da redução da procura no mercado mundial, mas lhe prolongou os efeitos. "Os milhões de cafeeiros plantados no período da defesa permanente atingiram sua produtividade máxima na época da depressão, agravando ainda mais a crise de superprodução" (Villela e Suzigan, 1973, p. 64).

A crise do SME foi, por assim dizer, permanente e acarretou a ruína da antiga oligarquia agroexportadora, que perdeu sua primazia política. Em seu lugar, ocupou o poder uma coligação de capitais agrícolas e industriais ligados ao Setor de Mercado Interno (SMI).

Poder-se-ia supor que a proteção "natural" proporcionada pela guerra haveria de possibilitar ampla substituição de importações e que, em conseqüência, a indústria haveria de se diversificar mediante a implantação de numerosos ramos novos. Efetivamente isso se deu, mas não no período sob análise. Em 1933-1955, verificou-se muito mais uma industrialização extensiva, ao longo da estrutura industrial já montada anteriormente ou complementar à mesma.

A crise de 1929 e a Depressão repercutiram no Brasil, causando uma baixa na produção industrial, que durou de 1928 (último ano de prosperidade) até 1932 ou 1933. Há divergências entre as diversas fontes a respeito do ano em que começou a recuperação, mas não há dúvida de que esta se deu em grande estilo, resultando até o fim da década na duplicação do nível de produção industrial. De acordo com Haddad (1974), a produção industrial apresentou as seguintes taxas de variação anual: – 1,7% entre 1928 e 1932 e 10 % entre 1932 e 1939. Os ramos que apresentaram taxas maiores de crescimento anual neste último período foram as indústrias de borracha (53%), de cimento (25%), de mobiliário (23%), de papel (22%) e siderúrgica (20%). O que chama a atenção é que quase todos estes ramos pertencem ao Departamento I da economia, isto é, produzem meios de produção, ou, mais precisamente, bens intermediários.

Não há dúvida de que o crescimento destas indústrias se deu por substituição de importações. A participação da oferta externa no suprimento total da indústria de borracha caiu de 70,7% em 1919 para 40,7% em 1939 e, no mesmo intervalo, de 58,3% para 37,5% na de papel e de 64,2% para 41,4% na metalurgia (Malan, *et alii,* 1977, Tabela V.6). Tudo indica, além do mais, que se trata da expansão de empresas capitalistas e, nos casos da indústria de borracha (pneus) e da siderurgia, sobretudo de capitais estrangeiros. Mas o peso específico destes ramos no conjunto da produção industrial era ainda muito pequeno no fim da década de 30. Ao valor adicionado pela Indústria de Transformação, em 1939, a indústria da borracha contribuía com somente 0,4%, a de papel com 1,5%, a de minerais não-metálicos (que além das fábricas de cimento e de vidro incluía inúmeras olarias e cerâmicas artesanais) com 4,3% e a metalurgia com 7,6%. Trata-se do surgimento de um germe de indústria de base, cujo desenvolvimento só se dará plenamente a partir do período seguinte (1956-1967). Na verdade, o que caracteriza a industrialização deste período é a grande expansão da fiação e tecelagem e de outros ramos do Departamento II, sobretudo dos que produziam bens de consumo não-duráveis (exceto o mobiliário).

Na verdade, taxas de crescimento relativo podem ser enganadoras quando a base da qual se parte é muito estreita. Onde o capital industrial se acumula de forma significativa continua sendo a indústria têxtil, que entre 1932 e 1939 expande sua produção a uma taxa geométrica de 13% ao ano, mais alta que os 10% do conjunto da indústria de transformação. Em 1939, esse ramo responde por 22% do valor adicionado total, que se comparam aos 22,9% representados por todas as indústrias de bens intermediários.

A expansão têxtil, neste intervalo (1932-39), não pode ser explicada inteiramente pela substituição de importações. Estas respondiam por 13,7% da oferta total de tecidos em 1919 e até 1929 flutuaram ao redor desse nível, caindo depois até 1,8% em 1939. É provável, pois, que a indústria nacional tenha conquistado os mercados de artigos mais finos e caros que antes eram supridos pela indústria estrangeira. Entre 1929 e 1938, a produção nacional de tecidos de algodão aumentou de 477.995.000 para 845.984.000 metros, a de tecidos de seda de 597 para 4.106 toneladas e a de casimira, alpaca etc., de 5.661.000 para 7.652.000 metros (IBGE, *Anuário Estatístico do Brasil,* 19-9-1940). Mas a margem de substituição já era muito estreita em 1929, de modo que a expansão têxtil após 1932 foi causada em boa medida pela elevação da demanda

interna, que, de acordo com os cálculos de Malan, *et alii* (1977, p. 275), teria duplicado entre 1927-9 e 1937-9, crescendo a uma taxa média de 7% ao ano. É esse crescimento da demanda interna que constituiu a base da industrialização no período e que tem que ser explicado.

A grande mudança que se deu, após 1930, foi que o poder passou a dar máxima prioridade ao desenvolvimento do mercado interno, ao crescimento "para dentro", adotando uma estratégia em que a industrialização aparece como instrumento para tornar a economia nacional o menos dependente possível do mercado mundial. Nas palavras de Roberto Simonsen, num parecer apresentado ao Conselho Federal do Comércio Exterior, em 1937: "...se quisermos perder algumas das características da atrasada economia em que nos debatemos, praticamente ainda em fase colonial, devemos nos orientar por um programa de fortalecimento intensivo de nossos mercados internos, e, portanto, do intercâmbio dentro de nossas próprias fronteiras." E essa orientação se justificava, no Brasil como em outros países, pelo ceticismo em relação às possibilidades de desenvolvimento à base do comércio internacional. "A criação dos 600 milhões de libras de poder aquisitivo de que ainda carecemos deve derivar da troca de coisas e serviços entre os próprios brasileiros, eis que seria uma utopia pensarmos em hauri-los no comércio internacional, mundo fechado e circunscrito a autarquias e impérios coloniais" (Simonsen, 1973, pp. 79-80).

Na prática isto significava abrir as regiões semi-isoladas, que viviam em economia de subsistência, e integrá-las na divisão inter-regional do trabalho, o que significava, ao mesmo tempo, ampliar o mercado para o capital industrial e portanto a base para sua acumulação. Até 1930, este tipo de processo também ocorreu, mas apenas subsidiariamente à expansão do SME. A infra-estrutura de transportes e comunicações, que então se construiu, se serviu para alargar certos mercados regionais, fê-lo apenas de modo acidental, já que seus objetivos eram outros: abrir o interior ao comércio internacional. Mas, a partir dos anos 30, a chamada "marcha para o Oeste" visava antes de mais nada integrar economicamente o território do país, o que significava, na prática, criar um *mercado nacional*.

Um evento nada fortuito, que veio facilitar a realização desse programa, foi o desenvolvimento do transporte rodoviário, que passou a substituir nessa época as ferrovias como principal meio de transporte terrestre. O que importa aqui é que a construção de rodovias é muito mais barata que a de ferrovias: a via permanente é de custo menor e o material rodan-

te é adquirido por uma multidão de capitais individuais em vez de ser centralizado numa única empresa. O investimento rodoviário é, portanto, muito mais flexível. A estrada pode não passar inicialmente de mera trilha, a ser alargada paulatinamente pela passagem de caminhões e ônibus, para posteriormente ser melhorada e inclusive pavimentada, num momento em que seu uso não apenas justifica esses investimentos, mas inclusive proporciona recursos para financiá-los. Em contraste, a estrada de ferro tem que ser construída de modo integral, trecho por trecho, exigindo recursos mais vultosos num prazo de tempo muito menor.

Referindo-se às zonas pioneiras brasileiras, cujo rápido crescimento populacional e expansão da área cultivada atribui "essencialmente ao aparecimento de um novo sistema de transporte – o caminhão, e à construção de estradas de rodagem", diz Waibel (1958, p. 281): "Uma condição para o transporte rodoviário é, naturalmente, a construção de estradas e sobretudo a construção de pontes sobre os rios e riachos. Estas últimas (construções) têm uma confecção sólida, enquanto as estradas muitas vezes não são mais do que trilhas na terra barrenta, poeirentas mas trafegáveis na estação seca e cheias de atoleiros, a ponto de ficarem intransitáveis, após as chuvas." Desta maneira, o investimento inicial se limita quase à construção de pontes, ao passo que os demais podem ser feitos à medida que o volume de tráfego aumenta.

A partir de 1930 a construção ferroviária quase cessa no Brasil e a rodoviária se acelera de maneira impressionante. A rede ferroviária passa de 31.851,2km em 1928 a 34.206,6km em 1938 e a 37.092 em 1955, ao passo que a de rodovias cresce de 113.570km em 1928 para 258.390km em 1939 e para 459.714 em 1955 (Villela & Suzigan, 1973 e IBGE, O *Brasil em Números,* 1960). Um outro índice que dá uma idéia do desenvolvimento do transporte terrestre nesse período é o número de caminhões em circulação, que sobe de 54.842 em 1937 para 109.210 em 1947 e para 210.244 em 1951. Ele dobra nos primeiros 10 anos, crescendo em média 7% ao ano, taxa que se eleva a 17,9% a.a. entre 1947 e 1951. Convém observar ainda que a integração rodoviária está longe de cobrir todo o território neste período. Ela se realiza sobretudo ao redor do eixo industrial Rio-São Paulo. Cerca de 85% dos veículos (ao longo de todo o período) se encontram nos Estados do Centro e do Sul do país: Minas Gerais, Rio de Janeiro, Distrito Federal, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul (Dados dos *Anuários Estatísticos* do IBGE).

A expansão rodoviária tornou os produtos do capital industrial, concentrado sobretudo em São Paulo, acessíveis à população de toda uma

vasta área tributária, que abrange o Centro-Sul do país. Mas, para que daí resultasse uma ampliação do mercado, era preciso que essa população adquirisse poder aquisitivo, de modo a torná-la capaz de consumir aqueles produtos. Para tanto, era necessário integrar essa população na economia de mercado, especializando-a na produção para o mercado *nacional.* E, efetivamente, foi o que se deu. A industrialização, nesse período, induziu a urbanização de boa parte da população do país, ampliando dessa forma a demanda urbana por alimentos, o que, por sua vez, possibilitou a expansão da agricultura comercial. Os dados disponíveis indicam que, entre 1938 e 1955, cresceu de forma notável a produção de alimentos tais como:

Produto	% de aumento	Taxa anual média
Arroz	144%	5,4%
Feijão	73%	3,3%
Batata-inglesa	123%	4,8%
Mandioca	137%	5,2%
Milho	20%	1,1%

Com exceção do milho, essas taxas de crescimento são bem superiores à do crescimento da população, que teria sido de 52% entre 1938 e 1955 (cerca de 2,5% a.a.), estando mais próximas do crescimento da população urbana.[3] Isso dá uma boa idéia da medida em que a produção agrícola passou a ser integrada no mercado nacional. Não se trata, nesse caso, de substituição de importações agrícolas, a qual já se tinha realizado, com exceção do trigo, no período da Primeira Guerra Mundial, conforme mostram Villela e Suzigan (1973). O que ocorreu foi um aumento da demanda comercial de alimentos, resultante, em última análise, da industrialização, que induziu a expansão da agricultura de mercado, que, por sua vez, ampliou o mercado não só de artigos manufaturados em si, mas de artigos produzidos com técnicas industriais *em massa,* em empresas capitalistas.

Dessa maneira, foi através do automóvel e do caminhão que a Segunda Revolução Industrial penetrou no Brasil. Foi o primeiro "novo produto" que o Brasil passou a importar em grande quantidade desde os anos 20:

[3] A população urbana cresceu de 12.880.182 habitantes em 1940 para 18.782.891 em 1950 e para 32.004.817 em 1960, a uma taxa média anual de 3,84% em 1940-50 e de 5,47% em 1950-60.

	Automóveis, caminhões (unidades)	Chassis com motores (t)	Gasolina e óleos combustíveis (t)
1907	366	-	1.110
1913	3.218	-	38.661
1919	4.537	-	187.279
1925	43.714	-	404.426
1931	4.429	-	606.481
1937	14.539	10.932	913.889
1943	533	187	643.042
1949	29.815	11.453	3.228.859
1955	5.149	6.438	4.425.970

FONTE: IBGE, *O Brasil em Números*, 1960

Os dados indicam que o automóvel, o caminhão e os combustíveis derivados do petróleo passam a ocupar um lugar cada vez mais importante na pauta de importações, a partir de meados da década dos anos 20.[4] Em 1931, a crise internacional força a diminuição das importações de veículos mas não do combustível, pois a frota em circulação o requer para continuar em movimento. Como conseqüência da limitação da capacidade de importar, procede-se, a partir de meados dos anos 30, a uma primeira etapa de substituição de importações de veículos, que passam a vir desmontados. Surge assim um novo ramo industrial: a montagem de veículos, já desde o seu início capitalista e dominada pelas subsidiárias dos fabricantes estrangeiros. Durante a Segunda Guerra Mundial, restringe-se a importação também dos chassis, o que induziu o surgimento de oficinas que passaram a fabricar peças de reposição.[5] Nesse período, como se pode observar, até mesmo a importação dos combustíveis diminuiu, o que

[4] Dos gastos com importações, estes itens representavam 9% em 1925, 15% em 1949 e 13% em 1955.

[5] "...em 1944, a indústria brasileira podia oferecer mais de duas mil peças diferentes para automóveis e caminhões, inclusive radiadores, pistões e molas. Também se produziam rodas para veículos, tambores de freio, cubos de roda, suportes de mola, pinos e buchas, correias de ventilador, discos de engrenagem, pontas de eixo, camisas, engrenagens para câmbio, cardãs, pinhões para diferenciais... Nesse período também eram fabricados, no Brasil, praticamente todas as carrocerias para ônibus e caminhões" (Nascimento, 1972, pp. 15 e 16).

levou à produção, no Brasil, de "gasogênios", os quais, adaptados a automóveis, utilizavam como combustível o carvão. Dada a contínua limitação da capacidade de importar, antes e durante a Segunda Guerra Mundial e mesmo no período de pós-guerra, exceto num curto intervalo (1946-48) no qual se importaram em média mais de 50.000 veículos (montados e desmontados) por ano, colocava-se com urgência cada vez maior a substituição das importações tanto de automóveis e caminhões como de derivados de petróleo. Aliás, cumpre observar que, em valores, as importações de combustíveis superam as de veículos a partir de 1931. É no enfrentar esses problemas que as limitações do processo brasileiro de industrialização, tal qual ele transcorre nesse período, se revelam.

Terminada a Segunda Guerra Mundial, restabeleceram-se pouco a pouco os níveis do comércio internacional, no início de forma unilateral, na medida em que os países europeus e o Japão tiveram que reconstruir primeiro suas economias, arrasadas durante o conflito. Os Estados Unidos contribuíram de forma ampla para essa reconstrução, de modo que durante a primeira década do pós-guerra não havia grande disponibilidade de capitais dos países desenvolvidos para serem investidos em países, como o Brasil, que estavam se industrializando.

A capacidade de importar do país aumentou, sem dúvida, no pós-guerra, o que se reflete no crescimento das importações, cujo valor passou de 449 milhões de dólares em 1945 para 1.217 milhões em 1947 e para cerca de 2 milhões em 1951 e 1952. Mas, as necessidades de produtos importados haviam se ampliado ainda mais, apesar de toda substituição de importações havida entre 1930 e 1945, como conseqüência da substituição de produção artesanal por produção fabril. A produção artesanal, como parte integrante da economia de subsistência, é, por definição, auto-suficiente. Assim como a agricultura, praticada nessas condições, não requer insumos industriais, também a manufatura não utiliza equipamentos ou matérias-primas que não sejam produzidas localmente. Quando essa manufatura é substituída pela indústria capitalista, localizada nos grandes centros urbanos, surge a necessidade de matérias-primas e de bens de capital importados. Os processos de produção industriais aplicados no Brasil são todos provenientes dos países industrializados e sua implantação requer, como é óbvio, suprimentos desses países.

Isso é fácil de entender ao se pensar no que ocorre quando se substitui o carro de bois pelo caminhão ou o consumo de produtos artesanais (remédios à base de ervas, alimentos não processados, moradias autoconstruídas etc.) pelos seus correspondentes industriais.

Entre 1939 e 1952, a produção industrial brasileira cresceu a uma taxa média de 8,3% ao ano. Os ramos que mais se desenvolveram neste período foram a indústria de borracha (18,4% a.a.), de material de transporte (16,1% a.a.), metalúrgica (15,2% a.a.). de minerais não-metálicos (12,1% a.a.) e química e farmacêutica (10,5% a.a.) (Malan, *et alii*, 1977, tabela V.2). Não por acaso, esses também foram os ramos em que as importações cresceram mais durante esses anos, como se pode ver pelos dados a seguir.

	Participação no total de importações		
Ramo	1939	1946	1952
Material de transporte	11,5%	13,7%	19,0%
Mecânica	12,4%	10,0%	17,0%
Química	14,9%	11,8%	17,3%
Metalurgia	15,7%	15,0%	11,5%

FONTE: Malan, *et alii*, 1977, Tabela III.12.

Revela-se dessa maneira um aspecto essencial do processo de industrialização de um país retardatário, como o Brasil. Este se dá mediante importação de tecnologia, tanto sob a forma de novos produtos como de mudanças de processos. As mudanças de processo são importadas com atraso, pois a mão-de-obra é mais barata, não justificando sua substituição por capital na mesma medida que nos países industrializados e também porque os mercados são menores, não permitindo grandes escalas de produção. Não obstante, a importação de processos de produção que proporcionam maior produtividade do trabalho é essencial ao capital para dominar as áreas da economia em que pretende se expandir. A superioridade do capitalismo industrial em face da Produção Simples de Mercadorias consiste precisamente na sua maior produtividade, que se reflete em custos mais baixos. Mas esta superioridade só se materializa na medida em que o capital pode dispor de equipamentos e matérias-primas adequadas, que, pelo menos numa primeira fase, têm que ser importados.

O mesmo se dá com a importação de novos produtos, que se incorporam ao consumo na medida em que a população se urbaniza. O estilo de vida urbano é um produto do capitalismo industrial, que se transforma cada vez que novos produtos são lançados no mercado. O automóvel, a televisão, o telefone, a geladeira e centenas de outros produtos caracterizam um padrão de vida que constitui a razão de ser do "desenvolvimento"

para a maioria da população. É claro que a importação desses novos produtos tende a crescer na medida em que parcelas crescentes da população são incorporadas à economia capitalista.[6]

De tudo isso resulta um crescimento intenso da demanda por importações, que tende a ultrapassar a disponibilidade de divisas do país. Essa se achava limitada, no período sob exame, primeiro pela crise e depressão, que reduziram a demanda externa pelos produtos brasileiros, depois pela Segunda Guerra Mundial, e, no pós-guerra, pelo fato de que o Brasil dispunha apenas de um número reduzido de artigos de exportação, todos eles mercadorias coloniais. Em 1952, por exemplo, o café respondia por 73,7% da receita de exportações, vindo a seguir o cacau com 2,9%, o algodão com 2,5%, o pinho com 2,3%, o arroz com 1,9% etc. A diversificação da pauta de exportações mostrou-se inviável, neste período, basicamente porque a indústria recém-implantada no país não tinha capacidade de competir num mercado mundial, que continuava ainda, como em 1937, "circunscrito a autarquias e impérios coloniais".

Impunha-se desta maneira a substituição de importações como condição básica para a continuidade do processo de industrialização. Cumpria produzir no país os novos produtos (de consumo), os equipamentos e as matérias-primas que não podiam ser importados. Acontece que estas mercadorias já eram produtos da Segunda Revolução Industrial, provenientes de um capitalismo que se tornou monopolista. Isto significa que a produção de automóveis ou caminhões, derivados de petróleo ou produtos farmacêuticos, eletrodomésticos ou material de comunicação não poderia ser feita em pequena escala, por empresas familiares, que cresceriam paulatinamente mediante a acumulação de seus próprios lucros. A substituição de importações que se impunha, a partir dos anos 30, requeria uma reestruturação em profundidade das relações de produção. Era preciso fazer inversões de grande vulto, com longos prazos de maturação, o que exigia formas de acumulação, apenas realizáveis num mercado de capital capaz de concentrar numerosas poupanças privadas, e de assegurar-lhes taxas de desconto adequadas de modo a possibilitar sua participação em projetos de grande porte e com retorno a longo prazo. Um mercado de capital dessa espécie não pôde ser formado no Brasil, seja porque não havia uma classe média poupadora mas não investidora bastante rica, seja porque o

[6] A dinâmica da introdução de mudanças de processo e de novos produtos nas economias não-desenvolvidas é analisada mais detidamente em Singer (1977).

capital brasileiro não se dispunha a dar o passo correspondente no sentido de entregar a gestão das suas empresas a uma tecnoburocracia profissional, sob o controle dos agentes do capital financeiro.

Em suma, a partir da década de 30 tornava-se necessário que o Brasil passasse à etapa do capitalismo monopolista. Essa passagem, não podendo ser feita sob a égide do capital privado nacional, ainda embrionário e débil, teve que ser realizada mediante a intervenção do capital estatal e, mais tarde, do capital multinacional. No período 1933-55, pelos motivos já expostos, o capital monopolista dos países industrializados não se mostrou interessado em se inserir, em proporções significativas, no processo de industrialização do Brasil. Houve numerosas tentativas neste sentido, sobretudo na criação de uma usina siderúrgica integrada, nos anos anteriores à Segunda Guerra Mundial. O Governo brasileiro fracassou tanto em conseguir a participação dos Du Pont ou da United States Steel como em atrair capital privado brasileiro para o empreendimento (Baer, 1969). Este acabou sendo feito com capital público nacional e financiamento governamental dos Estados Unidos, que o concederam como contrapartida da participação brasileira ao lado dos Aliados na guerra. A usina de Volta Redonda da Cia. Siderúrgica Nacional foi construída durante a guerra e começou a produzir em 1946, contribuindo para baixar a participação da metalurgia na pauta de importações em 1952, como se viu acima. Foi a primeira empresa de capital monopolista a surgir no panorama industrial brasileiro, marcando dessa maneira uma mudança qualitativa no processo de industrialização.

O Governo criou ainda durante a guerra a Fábrica Nacional de Motores, que se tornou a primeira empresa brasileira a *fabricar* veículos (35% de nacionalização do peso do caminhão, em 1952), em vez de se limitar a montá-los. Outro setor em que se iniciou a substituição de importações foi o do petróleo. Jazidas foram descobertas no Brasil, por essa época, e sua exploração foi objeto de vivos debates. Uma grande campanha nacionalista contra a entrega do petróleo brasileiro a companhias estrangeiras se desenvolveu entre 1948 e 1953 e acabou logrando êxito. Estabeleceu-se o monopólio estatal da exploração e do refino do petróleo por lei, constituiu-se a Petrobras, que começou a construir refinarias, criou uma frota de petroleiros e organizou a exploração. Por essa época também se iniciaram as inversões estatais em energia elétrica, com a construção da grande usina hidrelétrica de Paulo Afonso, no Rio São Francisco. A incapacidade das concessionárias privadas de ampliar adequadamente o suprimento de energia elétrica levou à paulatina estatização

do setor, que culminou com a proposta da criação da Eletrobras, simultaneamente "holding" e órgão de financiamento das empresas estaduais de energia elétrica, que se multiplicam a partir dos anos 50.

Surge assim o setor monopolista do capitalismo industrial brasileiro, que opera significativa substituição de importações a partir do período seguinte, viabilizando a continuidade da industrialização, apesar do estrangulamento externo. Este se agrava, a partir do fim da Guerra da Coréia, quando os termos de intercâmbio se tornam cada vez mais desfavoráveis aos países, como o Brasil, que participam da divisão internacional do trabalho como exportadores de produtos primários. Coloca-se então o problema de acelerar, de forma decisiva, a substituição de importações, já que a crescente substituição de produção artesanal por fabril continuava expandindo a demanda por importações.

c) 1956-1967: a expansão do capital monopolista (multinacional e estatal)

Esse período se caracteriza, no plano mundial, pelo término da reconstrução das economias dos participantes da Segunda Guerra Mundial, pela constituição do Mercado Comum Europeu e pela grande expansão das multinacionais americanas no novo espaço econômico assim criado. Fortalece-se o sistema de trocas comerciais entre os países capitalistas industrializados, cujas economias são cada vez mais integradas pelas multinacionais tanto americanas como européias e japonesas. Este esquema de integração começa a ser estendido, em 1956-1967, a alguns países não-desenvolvidos, entre os quais o Brasil.

Após uma série de crises políticas, que culmina com a deposição de dois presidentes – Vargas, que se suicida, em 1954, e Café Filho, em 1955 – toma posse, regularmente eleito, o Presidente Juscelino Kubitschek, que se dispõe a acelerar de forma nítida o processo de industrialização. Seu programa de Governo visa completar a integração física do território nacional mediante a mudança da capital para o Centro do país e a construção de ampla rede rodoviária, para interligá-la a todas as partes do Brasil. Já prevendo que isso dará lugar a intensa substituição de produção artesanal por fabril, seu Programa de Metas visa, entre outros objetivos, elevar, entre 1956 a 1960, a produção siderúrgica de 1.150.000 para 2.300.000t/ano, a refinação de petróleo de 6.500.000 para 16.500.000t/ano, a de alumínio de 2.600 para 30.000t/ano, a de cimento de 2,7 para 5 milhões de t/ano, a de celulose de 90.000 para 500.000t/ano, e assim por diante.

É preciso considerar que, de uma forma geral esses objetivos acabaram sendo alcançados. Em 1960, Brasília foi inaugurada como a nova capital e as principais rodovias estavam prontas. Das realizações industriais do período, a mais impressionante, sem dúvida, foi a implantação da indústria automobilística. O Governo ofereceu às empresas uma série de incentivos, desde que implantassem fábricas de veículos capazes de produzir no Brasil, até 1961, 98 a 99% do peso dos veículos. E esses índices foram alcançados, embora apenas em 1962. A produção de caminhões e de ônibus passou de 19.855 unidades em 1957 para 51.325 em 1960; a de automóveis começou apenas em 1958, com 2.189 unidades e atingiu 37.843 em 1960 (Nascimento, 1972, p. 76).

Na verdade, a aceleração do crescimento industrial foi mais ampla. Entre 1957 e 1962, a produção industrial aumentou 11,9% em média por ano, com particular destaque para os ramos de Material de Transporte e de Material Elétrico, ambos com 27% a.a., Química com 16,7% a.a., Mecânica com 16,5% a.a., Metalúrgica com 15,6% a.a. e de Borracha com 15% a.a. (Suzigan *et alii*, 1974, Tabela II.13). Esses ramos são os que produzem bens de capital (capital fixo), bens intermediários e bens duráveis de consumo. As indústrias de bens não-duráveis de consumo apresentam taxas menores, embora significativas: 8,8% a.a. a indústria Têxtil e 7,5 % a indústria de Alimentos, o que mostra que a demanda interna aumentou nesses anos, independentemente da substituição de importações, que estava na base do crescimento mais rápido dos ramos mencionados anteriormente.

As indústrias que mais se expandiram, entre 1957 e 1962, são todas (com exceção da Mecânica) criações da Segunda Revolução Industrial, cuja tecnologia foi aperfeiçoada após a Primeira Guerra Mundial, tendo por condição fundamental a produção em grande escala. Nessas indústrias, a presença do capital estrangeiro sempre foi conspícua no Brasil e seu desenvolvimento acelerado após 1956 se deu sob a égide das multinacionais. Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída em 1968 para examinar as "transações efetuadas entre empresas nacionais e estrangeiras", apresentou as seguintes estimativas da participação do capital estrangeiro em diversos ramos industriais, em 1960:

Alimentos e Bebidas	35%
Papel e Celulose	30%
Farmacêutica	86%
Química	48%
Siderurgia	17%
Máquinas	59%
Autopeças	62%
Veículos a Motor	100%
Mineração	20%
Alumínio	48%
Vidro	90%
Cimento	15%
Pneus (Borracha)	100%
Indústria	31%

FONTE: Estimativas preparadas pela Editora Banas S.A. (Medina, 1970, Tabela III-I)

É fácil de ver que os ramos que mais se expandiram são aqueles em que a participação do capital estrangeiro é maior. Uma das mudanças que ocorreram entre o período 1933-55 e o período 1956-67 é precisamente esta: enquanto no primeiro a implantação das indústrias de caráter monopolista se deu basicamente sob a égide do capital estatal, no segundo esse processo foi essencialmente dominado pelo capital multinacional.

Poder-se-ia perguntar por que o Brasil, após ter lançado os fundamentos de uma estrutura industrial moderna com recursos próprios, abriu a economia ao capital estrangeiro a tal ponto que este acabou dominando suas indústrias mais dinâmicas. A resposta mais óbvia é que o aporte de capital das multinacionais era indispensável. Mas os dados não chegam a confirmar essa hipótese. É verdade que o volume de investimentos estrangeiros se elevou de 17,6 milhões de dólares anuais, em média, no período 1947-55 para 106 milhões no período 1956-62, mas mesmo esse montante para uma economia das dimensões da brasileira não chega a ser significativo. Somando-se os reinvestimentos das empresas estrangeiras feitos no Brasil, aqueles valores médios anuais chegam a 62,3 milhões em 1947-55 e 145,7 milhões em 1956-62, o que tampouco é muito em comparação com o valor da formação bruta de capital fixo, que era de 1.912 milhões de dólares em 1956 e chegou a 3.019 milhões em 1962 (FGV, *Conjuntura Econômica*, 9-1971).

Além dos investimentos diretos, pode-se considerar também o capital de empréstimo, que em boa parte foi trazido pelas multinacionais. Os valores dessa rubrica já são mais significativos, tendo passado da média

anual de 202 milhões de dólares em 1947-55 para 549,2 milhões em 1956-62. Embora somando empréstimos e inversões se pudesse chegar à conclusão que o capital estrangeiro pode ter contribuído com algo mais de 20% para a formação bruta do capital fixo no período 1956-62, é mais provável que seu aporte tenha sido de maior importância para elevar a capacidade de importar, condição possivelmente essencial para se atingir as metas de industrialização propostas pelo Governo Kubitschek. Mas mesmo isso é duvidoso. Em primeiro lugar porque descontando os rendimentos do capital estrangeiro (juros, lucros e dividendos) remetidos ao exterior e as amortizações, a entrada líquida cai a uma média anual de 159,6 milhões de dólares. E, em segundo lugar, porque das inversões diretas entradas no país, entre 1956 e 1960, 69,3% vieram sob a forma de equipamentos (Medina, 1970), em grande parte já usados, havendo boas razões para crer que seu valor tenha sido superestimado por ocasião do seu registro.

Nessas condições, a resposta mais provável é que a abertura da economia ao capital estrangeiro tenha sido o resultado da correlação de forças, dentro da aliança no poder, dos que se colocavam contra e a favor da industrialização acelerada e contra e a favor da participação das multinacionais e do Estado nesse processo. Sendo a alternativa à entrada do capital multinacional a expansão ainda maior do capital estatal, já que o capital privado brasileiro continuava incapaz de atingir um grau de concentração monopolístico, é possível que os partidários da industrialização tenham-se aliado aos adversários do capital estatal para neutralizar a oposição de outros setores da coligação no poder, sobretudo os que davam prioridade à agricultura de exportação, optando dessa maneira por uma política de portas abertas ao capital estrangeiro.

No período 1956/67 se completa a integração do território nacional mediante a interligação efetiva de todas as grandes regiões do país, geograficamente ao redor de Brasília, mas economicamente por intermédio do pólo industrial instalado em São Paulo. Se até meados da década de 50 apenas a metade Sul do país estava integrada, a expansão rodoviária e a instalação da indústria automobilística levaram à integração do Nordeste e do Centro-Oeste, o que deu lugar a um processo de concentração ainda mais profundo. O alargamento do mercado nacional levou às últimas conseqüências o processo de substituição da produção artesanal pela industrial e lhe acrescentou um processo de centralização do capital, mediante o qual o capital monopolista tomava o mercado dos pequenos e médios capitais individuais. Isso provocou no Nordeste séria crise industrial nos anos 50, levando o Governo federal a instituir a SUDENE e a

planejar a industrialização da área. O sistema de incentivos fiscais, adotado para desenvolver a região, induziu sua industrialização, a partir de 1960, pelo capital monopolista do Centro-Sul e, após 1964, também pelo capital multinacional. Segundo a apta expressão de Francisco Oliveira, iniciou-se a "homogeneização monopolista" do espaço brasileiro.

Cabe assinalar, também, que foi entre 1956 e 1967 que as relações de produção capitalistas se tornaram hegemônicas no campo. A ampliação do mercado interno para alimentos e matérias-primas agrícolas atraiu o capital monopolista para a agricultura. Com incentivos fiscais, grandes fazendas de gado começaram a ser abertas ao longo das estradas de penetração, acarretando não poucas vezes a expropriação de posseiros e sua transformação em trabalhadores diaristas. De uma forma geral, colonos e parceiros foram expulsos das fazendas e substituídos por diaristas, conhecidos pelas alcunhas de "volantes" ou "bóias-frias". Pequenos arrendatários, parceiros e camponeses começaram a se organizar em Ligas Camponesas, a partir de 1955 no Nordeste e, depois de 1960, em outras partes do país para resistir a este processo. Também surgiram sindicatos de trabalhadores agrícolas para defender os interesses dos assalariados rurais.

Pode-se dizer que o capitalismo monopolista, que antes de 1930 só existia nos serviços de infra-estrutura, lança raízes no Brasil entre 1933 e 1955 para passar a *dominar* o processo de industrialização a partir de 1956. O capital monopolista continua sendo, em sua maior parte, multinacional ou estatal, mas alguns grupos privados brasileiros, em ramos como o da fabricação de máquinas, papel e metalurgia, começam a se transformar também em capitais monopolistas por essa época.

A partir de 1962 o ímpeto do processo de industrialização começa a diminuir e a economia passa por uma série de recessões até o fim do período. O crescimento médio do produto real da indústria cai de 10,2% a.a. entre 1956 e 1962 para 2,9% entre 1962 e 1967. Essa queda se explica por uma série de contradições, cujo aguçamento se traduz em crescentes pressões inflacionárias. O deflator implícito do Produto Nacional sobe de 33,3% em 1961 para 54,8% em 1962, para 78% em 1963, atingindo seu auge com 87,8% em 1964.

Essas contradições podem ser sumariadas do seguinte modo:

a) crescente desequilíbrio no Balanço de Pagamentos como resultado do grande endividamento externo assumido em 1956/61, da incapacidade de diversificar as exportações e, portanto, de ampliá-las e pela impossibilidade de comprimir as importações pelos motivos mencionados;

b) crescente desequilíbrio do orçamento público, como conseqüência da ampliação dos gastos de inversão estatal nos setores industriais a seu cargo (siderurgia, petróleo) e em serviços de infra-estrutura, sendo o Governo politicamente impotente para elevar, de forma adequada, a renda tributária, o que o leva a cobrir o déficit por meio de emissões;

c) crescente grau de organização e combatividade dos assalariados, provocada pela contínua elevação do custo de vida. Os aumentos de salários nominais concedidos, nessas condições, alimentam a corrida preços-salários.

As tentativas de combater a inflação antes de 1964, mediante medidas clássicas como contenção dos gastos públicos, restrição ao crédito e limitação dos aumentos salariais, somente servem para arrefecer as inversões privadas e provocam agudos choques políticos que levam afinal ao movimento militar que põe fim ao regime constitucional em abril daquele ano.

O novo regime político se caracteriza por forte concentração de poder no Executivo federal, o qual é utilizado para resolver as contradições no plano econômico que o impasse político tinha agravado. O sistema fiscal foi reformado, elevando a participação do Estado no produto: "A participação da receita fiscal no PIB, que oscilava entre 17 e 21% no período 1957-64, começou a subir a partir de 1965 e alcançou 26,7% em 1968... o déficit orçamentário da União, como percentagem do PIB, atingiu seu máximo em 1962 e 1963 – 4,3% – passando a cair a partir de 1965 até chegar a 0,6% em 1969" (Singer, 1975). Além disso, o Governo instituiu a chamada "correção monetária" dos títulos da dívida pública, permitindo-lhe financiar os déficits sem multiplicar os meios de pagamento. Em última análise, a centralização do poder, após 1964, superou as numerosas resistências tanto de interesses regionais como do setor privado da economia a que o Estado se apropriasse de uma parcela maior do excedente. Tornou-se, assim, viável praticar uma política de equilíbrio fiscal e se fortaleceu a capacidade de decisão da burocracia estatal em face de outras frações da classe dominante.

Os assalariados perderam o direito de barganhar coletivamente por aumento de salários. O reajustamento periódico dos salários nominais passou a ser decidido, para todas as categorias de trabalhadores de todo o país, pelo Governo federal. Entre 1965 e 1967 esses reajustamentos foram consideravelmente inferiores ao aumento do custo de vida, ocasionando uma queda dos salários reais. Mas essa queda não foi geral. Os salários do

pessoal administrativo e dos técnicos não deixaram de subir, ao passo que os dos trabalhadores pouco qualificados diminuiu fortemente. Na indústria de transformação, entre 1964 e 1967, em termos reais, o salário médio caiu 2,7%, mas o salário mediano, que exprime o teto de remuneração dos 50% pior pagos, foi reduzido em 14%.

O desequilíbrio no Balanço de Pagamentos foi corrigido "naturalmente", na medida em que a recessão, que foi particularmente severa entre 1963 e 1965, reduziu a demanda por produtos importados. O valor das importações se manteve ao redor de 1.300 milhões de dólares entre 1960 e 1963, caindo para 1.086 em 1964 e para 941 em 1965, só voltando a 1.103 milhões em 1966. Entre 1964 e 1967, o saldo da balança comercial foi positivo, totalizando nada menos de 1.650 milhões de dólares. É interessante observar que a contração das importações coincidiu com forte queda das inversões na indústria de transformação. Em milhões de cruzeiros de 1969 elas evoluíram do seguinte modo:

1962	3.111
1963	2.644
1964	2.411
1965	2.463
1966	2.893
1967	2.773

FONTE: Suzigan, *et alii*, 1974, Tabela II.5.

Também foram tomadas medidas para estimular a exportação de produtos manufaturados, mas seus efeitos só se fizeram sentir de 1969 em diante. A desaparição do desequilíbrio no Balanço de Pagamentos, no período da recessão, comprova a tese que a industrialização de um país retardatário, que implica importação de tecnologia, gera forte demanda por produtos importados, a qual só se reduz quando a industrialização cessa temporariamente.

d) 1968-1980: a consolidação das transformações estruturais

O período 1955-67 representou a integração final do mercado nacional e o estabelecimento da hegemonia do capital monopolista. A partir de 1968, a incorporação de novas áreas à produção capitalista começa a se

esgotar. A economia de subsistência e a produção artesanal, que a complementa, estão longe de ter desaparecido, mas o seu volume é relativamente pequeno, em face do tamanho já alcançado pela produção capitalista,[7] de modo que a mera *extensão* mediante a incorporação de setores "atrasados" passa a representar um papel cada vez menor na dinâmica da acumulação do capital. Mudanças de processo continuam ocorrendo – a mecanização da agricultura, por exemplo, toma grande impulso a partir de 1970 – mas o crescimento econômico é comandado cada vez mais pela introdução de novos produtos, ou seja, pela diversificação do consumo das camadas de maior poder aquisitivo.

Além disso, as relações da economia brasileira com o resto do mundo, vale dizer, com as nações capitalistas industrializadas, sofreram mudanças significativas. Até então o Brasil participou da divisão internacional do trabalho como fornecedor de produtos primários, cuja receita servia para pagar a compra no exterior de manufaturados e para a remessa dos rendimentos do capital estrangeiro. A partir dos fins da década dos anos 60, o país começa a se integrar numa nova divisão do trabalho, criada pelas multinacionais, cuja participação na economia mundial capitalista passa a um nível qualitativamente diferente. As multinacionais surgem nos países industrialmente mais avançados, principalmente nos Estados Unidos, e estabelecem subsidiárias em outros países, que se acham em diferentes estágios de desenvolvimento. Na medida em que o comércio entre estes países é liberado, os diferenciais de nível de desenvolvimento dão lugar a vantagens comparativas cuja exploração é o fim específico das multinacionais. O elevado grau de desenvolvimento tecnológico em certos países e a abundância e baixo custo da mão-de-obra em outros tornam possível alocar internacionalmente determinadas linhas de produção, de modo a minimizar os custos e ao mesmo tempo explorar ao máximo as vantagens decorrentes das posições oligopólicas nos mercados de todos eles. E é isso que as multinacionais fazem, criando desta maneira uma divisão internacional do trabalho consideravelmente diferente.[8]

Como foi visto, as multinacionais começaram a participar da industrialização brasileira a partir de 1956 principalmente, mas no período 1956-67 limitaram-se a produzir para o mercado interno. A partir de

---

[7] Cuidadosa estimativa do tamanho da população rural brasileira que vivia em áreas "pouco mercantis", em 1970, leva a concluir que representavam apenas 31,4 % do total da mesma (Lopes, 1976, Quadro 47).

[8] O assunto é explorado de maneira mais completa em Singer, 1977a.

1964, o Governo brasileiro começa a conceder incentivos fiscais e creditícios aos exportadores de manufaturados. Estes ampliam sucessivamente sua participação no valor total das exportações, de 9,3% em 1964 para 15,1% em 1967, para 25,9% em 1972 até chegar a 29,8% em 1975 e a 45,5% em 1979-80. Convém observar que, neste período, as exportações totais se expandem fortemente, ao passar de 1.430 milhões de dólares em 1964 para 1.654 milhões em 1967, para 3.991 milhões em 1972 e para 8.669 milhões em 1975, até alcançar 17.158,7 milhões em 1979-80. Entre 1967 e 1979-80, as exportações brasileiras foram decuplicadas, crescendo em média 19,7% ao ano, ao passo que as exportações de manufaturados tiveram seu valor multiplicado por 31, tendo se elevado em média 30,3% ao ano. Do aumento global das exportações do país neste período (15.504,7 milhões de dólares), a expansão das exportações de manufaturados representou 48,7%. (Dados de Suzigan, *et alii,* 1974, Tabela II.16 e FGV, *Conjuntura Econômica,* agosto de 1980, p. 43).

Não são apenas as multinacionais que exportam manufaturados do Brasil. No início da expansão desse tipo de exportação, foram empresas da indústria de bens não-duráveis de consumo (têxteis, vestuário, calçado) as que mais participaram dele, presumindo-se que nestes setores predomine o capital privado nacional. Mas, nos últimos anos, os setores que se destacam são outros. Em 1976, estava em 5º lugar na pauta de exportações o Material de Transporte, em 6º Máquinas, Caldeiras etc., em 9º Máquinas e Aparelhos Elétricos e apenas em 10º Calçados e 19º Fios de Algodão. E, como é sabido, nas indústrias produtoras de bens duráveis de consumo e de bens de capital predominam as multinacionais.

O modo como se dá a inserção do país na nova divisão internacional do trabalho é bem exemplificado pelo setor de máquinas de escritório. "A oferta nacional de equipamento de escritório é controlada por três grupos internacionais, cada qual com sua unidade de produção específica. Dois desses grupos fabricam máquinas de escrever mecânicas e somadoras enquanto o outro produz máquinas de escrever elétricas e equipamentos periféricos para processamento de dados. ...os grupos dividiram entre si o mercado mundial, nele incluída a América Latina, procurando otimizar as vantagens referentes às economias de escala e às tarifas preferenciais dos Mercados Comuns."

"No caso do Brasil, a maior empresa instalou aqui a única unidade produtora de máquinas de escrever da América Latina (existindo, porém, linhas de montagem em outros países), sendo ela responsável pelo atendimento deste mercado. A Argentina foi escolhida para a fabricação de

máquinas elétricas e calculadoras e o México para calculadoras manuais". (Doellinger e Dupas, 1971, p. 63).

O extenso mercado interno, a participação na ALALC, o reduzido custo da mão-de-obra e a considerável infra-estrutura industrial já instalada constituem as vantagens comparativas que atraem as multinacionais ao Brasil, que tendem a torná-lo uma das suas principais bases de exportação para o mercado mundial. O Governo brasileiro aprovou, há alguns anos, um programa especial de incentivos – o BEFIEX – para empresas que se vêm implantar no país com o fito precípuo de exportar sua produção. Dessa maneira, apóia o Governo a integração da economia brasileira na nova divisão internacional do trabalho.

Outra política, no mesmo sentido, é a criação de "joint ventures" entre o capital multinacional, o capital estatal e o capital privado, tendo por finalidades suprir o mercado interno e exportar. Há numerosos casos já concretizados na área da petroquímica, da siderurgia e da indústria automobilística, além de projetos ambiciosos, em parte paralisados por causa da recessão mundial, nos setores de papel e celulose, aço e alumínio.

É preciso considerar que essa nova estratégia de desenvolvimento para fora tem conseqüências para as diferentes classes sociais. Do ponto de vista do capital nacional e, em particular, do que se poderia chamar de comunidade técnico-científica (na qual se incluiriam desde as universidades até as empresas de consultoria), ela prolonga e tende a perpetuar a dependência tecnológica, já que as multinacionais (todas estrangeiras) mantêm a produção de tecnologia em geral nos países em que estão situadas suas matrizes. Além disso, a importância que as multinacionais assumem para o Balanço de Pagamentos (elas são não só grandes exportadoras, mas sobretudo as maiores importadoras de mercadorias e de capitais) reduz a capacidade de decisão, no campo econômico, tanto do capital nacional quanto do Estado brasileiro. Do ponto de vista dos assalariados, os efeitos são mais diferenciados. O reduzido valor da força de trabalho é condição indispensável para tornar competitivos, no mercado mundial, os manufaturados brasileiros. O que requer uma política de contenção salarial permanente. Mas esta política não atinge os escalões médios e elevados da administração das grandes empresas, cujos níveis de ganho tendem a acompanhar as tendências mundiais de remuneração da chamada "nova classe média".

Criou-se, assim, um desnível crescente entre dois tipos de assalariados, ambos tendo seus ganhos condicionados em termos de competição internacional. Os trabalhadores de linha de produção têm seu nível sala-

rial condicionado pelos que vigoram em outros países não-desenvolvidos que também estão sendo integrados na nova divisão do trabalho. Uma amostra dos salários médios vigentes na Indústria de Transformação de diversos países é a seguinte:

País	Data	Salário mensal (em dólares)
Gana	1971	39,50
Marrocos	1972	50,40
Maurício	1972	39,00
Colômbia	1970	74,40
México	1972	156,60
Panamá	1971	221,00
Índia	1970	30,00
Coréia do Sul	1972	50,40
Filipinas	1971	38,10
Iugoslávia	1972	93,60
Brasil	1972	86,70
Estados Unidos	1972	914,00
Alemanha Ocidental	1972	545,00

FONTE: Fröbel, *et alii,* 1977 (os dados de salário-hora para alguns países foram convertidos em mensais à base de 240 horas/mês para torná-los comparáveis com os demais).

Por esses dados, os salários são duas a quatro vezes mais elevados na América Latina do que na Ásia e na África. O Brasil, na América Latina, se situa no mesmo nível que a Colômbia, com salário bem inferior ao do México e do Panamá. Por aí se vê que o Brasil apresenta nítida vantagem comparativa, do ponto de vista do capital multinacional, em relação a outros países de desenvolvimento industrial análogo, mas deve sofrer a pressão das alternativas locacionais asiáticas e africanas, onde a mão-de-obra é ainda mais barata.

Entretanto, para os executivos das grandes empresas o quadro é outro. Pesquisas têm demonstrado que esses usufruem, no Brasil, de níveis de remuneração iguais aos mais altos do mundo, comparáveis aos dos Estados Unidos e da Alemanha Ocidental, que são, não por acaso, os dois maiores investidores estrangeiros no país. Ao que parece, há uma espécie de mercado internacional de trabalho para executivos, no qual os níveis de remuneração tendem a se equalizar em nível mundial. Dentro das gran-

des empresas, os ganhos do pessoal técnico e de direção intermediária são regulados em função da cúpula executiva. Daí resulta forte polarização de níveis de salário entre esta camada (a "tecnostrutura" de Galbraith) e os trabalhadores restantes (Bacha, 1976),[9] que se reflete na distribuição da renda em geral. A parcela da renda pessoal apropriada pelos 10% mais ricos passa de 39,66% em 1960 para 47,79% em 1970, ao passo que no mesmo período a parte da renda apropriada pela metade mais pobre da população ativa caiu de 17,71% para 14,90% (Langoni, 1973).

O curso encetado pela industrialização brasileira, de 1968 em diante, tende a polarizar socialmente o país, não mais em termos de heterogeneidade estrutural (setor "moderno" *x* setor "tradicional"), que naturalmente persiste, embora em declínio, mas dentro mesmo do setor dominado pelo capital monopolista. À dicotomia de ganhos corresponde uma dicotomia de padrões de vida e de mercados de bens de consumo, que vão caracterizando cada vez mais a vida do país. Trata-se, em última análise, de um desenvolvimento desigual e combinado, em que as novas formas de combinação com o capital tradicional geram formas também novas de desigualdade.

2. ESTADO, ECONOMIA E LUTA DE CLASSES

Todo esse processo de desenvolvimento capitalista mediante industrialização teve por conseqüência transformações muito amplas da estrutura de classes e da estrutura de dominação e, portanto, no relacionamento entre as classes e entre Estado e sociedade. Convém, à guisa de conclusão, delinear essas transformações em largos traços.

A experiência histórica de desenvolvimento pela qual passou o Brasil do fim do século XIX até o último quartel do século XX pode ser vista como um período de transição entre uma sociedade escravista e uma sociedade burguesa. O escravismo não era um modo de produção "nacional", mas sim de fato internacional: sua reprodução se dava no quadro de

[9] "Em 1969 o salário médio de um gerente-geral de média e grande empresas em São Paulo e Rio de Janeiro era 65 vezes maior que a de um servente de construção civil em São Paulo; em 1972, 81 vezes maior e, em 1975, 90 vezes maior. Incluindo-se os benefícios adicionais recebidos pelo gerente-geral, avaliados pela Morris & Morgan apenas em 1975, a remuneração do gerente-geral, no caso de um executivo local, era 144 vezes a do servente; no caso de um executivo estrangeiro no Brasil, era 162 vezes a do servente" (Suplicy, 1977, p. 77).

um comércio trilateral entre Europa, África e América Latina, que ruiu em conseqüência de transformações revolucionárias ocorridas primordialmente na Europa, no fim do século XVIII: Revolução Industrial (na Grã-Bretanha) e Revolução Francesa. Mas ele sobreviveu em terras americanas por mais algumas décadas, embora em crise. No Brasil, o escravismo acabou em virtude do fechamento das fontes africanas de abastecimento de escravos e da incapacidade de reproduzir, dentro do país, a mão-de-obra cativa. Mas dessa crise do modo de produção escravo não surgiu, por si mesmo, um outro modo de produção que imediatamente assumisse as suas funções de dominação.

O período 1888-1930 foi tipicamente um período de transição em que o capitalismo industrial ainda era muito débil para desempenhar o papel de líder do processo de desenvolvimento, enquanto o setor hegemônico – dominado pela chamada "oligarquia agroexportadora" – combinava em seu interior relações de produção servis e assalariadas que tinham por base uma ampla produção de subsistência, da qual apenas uma pequena proporção passava pelo mercado. Nem a força de trabalho nem o produto do trabalho assumiam, no Setor de Mercado Externo (SME), integralmente a forma de mercadoria (V. Spindel, 1980). Por isso mesmo, inexistem no Brasil, neste período, uma classe dominante burguesa e um Estado democrático moderno. Fazendeiro do café e colono ou seringalista, "aviador" e seringueiro formavam conjuntos sociais que se ampliavam ou contraíam em função das vicissitudes no mercado mundial, mas cuja persistência era garantida por um lastro de economia natural, o que proporcionava a cada unidade de produção considerável autonomia em face da economia "nacional". Localismo, formas caipiras de "idiotia rural", isolamento entre as estruturas de produção e de poder local e o todo nacional, em grande parte fictício – tudo conspirava para manter o Brasil no atraso, mesmo quando se compara com outras partes da América Latina. Ainda em 1939, o PIB *per capita* do Brasil (em dólares de 1970) era de 196, em face da uma média de 326 dólares de 10 países latino-americanos. Entre esses 10 países, o Brasil ocupa o 8º lugar, seguido apenas por Honduras (com 195 dólares) e Equador (com 157 dólares) (Cepal, 1978).

Quando se traçam as grandes linhas do desenvolvimento, é natural enfatizar as condições que o tornaram possível, enfocando o surgimento de uma burguesia industrial e de um proletariado industrial, em constante crescimento, cuja produção vai sistematicamente conquistando o mercado interno e, de certa maneira, constituindo esse mercado interno. Convém, no entanto, ser claro que, até praticamente a Segunda Guerra Mundial, a

grande maioria do povo brasileiro estava ausente tanto desse mercado quanto dessa nova economia, que o processo de desenvolvimento estava gestando. É só assim que se explica que até mesmo a Revolução de 1930 e o novo poder que dela surge estão longe de ter um projeto de desenvolvimento, mediante a industrialização do país. A prioridade continua sendo a recuperação das atividades do SME, principalmente do café, sendo a industrialização por substituição de importações considerada pouco mais do que um expediente provisório, aceitável e necessário apenas até que a situação internacional, conturbada pela crise de 1930, voltasse ao seu normal. "A plataforma de Vargas só era favorável à proteção das indústrias que utilizavam matérias-primas nacionais e repetia as queixas dos fazendeiros contra as 'indústrias artificiais que fabricam com matérias-primas importadas, aumentando o custo de vida em benefício de indústrias privilegiadas', (...) Vargas, contudo, limitou sua interpretação desse compromisso à defesa dos interesses existentes, como os produtores de algodão e de açúcar e os colhedores de borracha, que desejavam um mercado garantido. O Governo continuou a encarar as dificuldades do Brasil não como uma questão de colimar objetivos autárquicos, mas de reconstruir o mercado externo" (Dean, 1971, pp. 196 e 198).

O principal mérito da Revolução de 1930 foi ter guindado ao poder uma aliança heterogênea de correntes políticas e militares que, para se consolidar, não podiam se dar ao luxo de seguir a ortodoxia liberal no campo econômico, assistindo de braços cruzados à hecatombe de atividades produtivas que a crise mundial estava acarretando. O pragmatismo na condução da política econômica levou o Governo Revolucionário à prática de um keynesianismo pré-Keynes, cujo resultado não-antecipado foi o florescimento das atividades industriais. O "boom" industrial dos anos 30 e 40, resultante dessas condições, levou a um novo equilíbrio de forças no seio da classe dominante: a oligarquia agroexportadora, economicamente arruinada, teve que ceder o papel de fração hegemônica à coligação industrializante de tecnocratas, militares e empresários, que veio ganhando poder e acumulando capital ao longo de todo esse período.

Octavio Ianni (1971) aponta que foi durante a Segunda Guerra Mundial e, em boa parte, como resultado de preocupações com a segurança nacional, que o projeto industrializador e *ipso facto* desenvolvimentista ganhou preeminência nos círculos do poder. Já às vésperas do conflito, o Governo tomou decisões cruciais no campo da siderurgia (das quais resultou a construção da usina de Volta Redonda), que definem um novo papel para o Estado no processo de industrialização. Durante a guerra, a impor-

tância estratégica do desenvolvimento deve ter se tornado óbvia, convertendo a cúpula militar ao desenvolvimentismo. Na estrutura de poder, durante o Estado Novo, o peso dos militares era particularmente grande.

No pós-guerra, a hegemonia da burguesia industrial tornou-se nítida. Com a paz, o comércio internacional se restabeleceu e em linhas marcantemente livre-cambistas. Os Acordos de Bretton-Woods e especificamente o GATT *(General Agreement on Tarifs and Trade)* condenavam o protecionismo e procuravam criar um quadro institucional que garantisse a liberdade das trocas no mercado mundial. Nessas condições, propícias à recuperação do SME, poder-se-ia imaginar que a antiga oligarquia agroexportadora voltaria a impor os seus interesses como expressão última do "interesse nacional". Mas nada disso aconteceu. Os exportadores de café, que constituíam a nata daquela oligarquia, estavam reduzidos a um mero grupo de pressão, cuja influência sequer bastava para garantir um tratamento cambial "eqüitativo". Muito pelo contrário, o valor do dólar, em cruzeiros, foi congelado (até 1953), apesar da inflação interna, o que equivalia a um tributo implícito sobre as receitas dos exportadores. Era o chamado "confisco cambial". O dólar assim barateado vinha beneficiar os importadores e, como só eram permitidas importações de insumos para a indústria (exceto trigo e alguns poucos artigos de consumo), o resultado do confisco cambial se convertia num subsídio ao reequipamento da indústria. Dessa maneira, sucessivos Governos no pós-guerra forçaram os exportadores de café e outros produtos "tradicionais" a subvencionar o capital industrial.

A subordinação da ex-oligarquia não se deu só no plano econômico, mas também no político. O regime democrático, restaurado em 1945, consagrou o sufrágio universal como forma de escolha dos governantes em todos os níveis, mas excluiu do voto os analfabetos. Isto significou reduzir drasticamente o voto rural, já que a proporção de iletrados era muito maior no campo que nas cidades. De acordo com o Censo de 1950, de um total de 10,2 milhões de moradores (de 20 anos e mais) em áreas urbanas e suburbanas, 28% não eram alfabetizados, ao passo que entre 14,6 milhões de moradores de áreas rurais (de 20 anos e mais), aquela porcentagem era de nada menos que 67,8%. Assim os alfabetizados com 20 anos e mais, e portanto potencialmente eleitores, eram, em 1950, 7,3 milhões nas cidades e apenas 4,7 milhões no campo. Embora a população ainda fosse majoritariamente rural (63,8% viviam no campo), o eleitorado era, em sua maioria, urbano. Na medida em que a burguesia industrial tinha suas bases políticas nas cidades, as regras do Código Eleitoral lhe

garantiam uma vantagem decisiva sobre a burguesia agrícola. É claro que, nos decênios seguintes, essa vantagem só foi se acentuando, graças à forte migração rural-urbana, que o próprio desenvolvimento ia suscitando.

Pode-se dizer que a burguesia industrial se tornou a fração hegemônica da classe dominante a partir de 1945, quando pela primeira vez se instaurou no Brasil o que se poderia chamar de "democracia burguesa moderna". Contudo, o desenvolvimento não fortaleceu apenas a burguesia industrial, mas também o proletariado industrial. Fortaleceu-o *quantitativamente,* ao multiplicar a quantidade de empregos na indústria e em atividades paraindustriais, como construção civil, transporte, comunicações, serviços de eletricidade, gás, água e esgoto. E fortaleceu-a *qualitativamente,* ao concentrá-lo nas metrópoles e abrir-lhe as portas à participação na vida política e cultural. Antes de 1945, o proletariado industrial era pequeno e "estrangeiro", tanto no sentido de que a maioria de seus membros não era nativa como no sentido mais profundo de que estava excluído do processo histórico. Sua ideologia, assim como suas organizações políticas, sindicais, culturais etc., guardavam um estilo "europeu" totalmente estranho ao modo de ser do resto da sociedade, que se mantinha presa aos valores e tradições gestados ainda no escravismo ou, na melhor das hipóteses, na luta contra o mesmo. Mesmo os assalariados que exerciam trabalho "não-manual" - funcionários públicos, empregados de escritório e do comércio, professores – de modo algum desejavam se identificar com o proletariado fabril e muito menos aceitar sua liderança.

Tudo isso se altera no período pós-1945. Partidos políticos que se baseiam no proletariado industrial – o Partido Comunista do Brasil, o Partido Trabalhista Brasileiro e o Partido Socialista Brasileiro – começam a ganhar ascendência junto aos assalariados industriais e não-industriais, inclusive a partir da segunda metade dos anos 50, junto aos trabalhadores agrícolas. A atividade sindical do proletariado fabril ganha expressão, sobretudo a partir da grande greve de 1953, em São Paulo, e se torna o modelo para as lutas das outras camadas assalariadas. Na véspera do golpe militar de 1964 pode-se notar que o proletariado industrial adquiriu certo papel hegemônico nas chamadas "classes populares urbanas", embora o populismo tivesse conseguido colocar o crescente movimento operário de certo modo "a serviço" da industrialização, ou seja, do capital industrial.

A constituição da burguesia industrial como fração hegemônica das classes dominantes e do proletariado industrial como fração hegemônica

das classes dominadas acabou por alterar completamente as condições de equilíbrio político no país e, nas circunstâncias de forte crise conjuntural a partir de 1962, levou à polarização social e à agudização da luta de classes, com greves de massas nas cidades e ocupações de terras e choques armados no campo. As instituições políticas, definidas pela Constituição de 1946, pressupunham um elevado grau de consenso entre essas classes, o qual parecia ter sido atingido durante o mandato de Juscelino Kubitschek (1956-1961), quando a acumulação acelerada de capital permitiu elevar, nos setores de ponta, a produtividade do trabalho em tal medida que modestos aumentos de salários reais não chegavam a afetar as margens de lucro. Tudo parecia então marchar no melhor dos mundos: a economia se desenvolvia, o nível de emprego nas cidades se expandia, os sindicatos conquistavam reajustamentos salariais mais ou menos equivalentes ao aumento do custo de vida, o capital monopolista, estatal e multinacional, expandia velozmente novos ramos de produção. Orgulhosamente, o Brasil inaugurava, em 1960, sua nova capital, cujo arrojo arquitetônico despertava admiração mundial.

Mas a inversão da conjuntura, a partir de 1962, arruinou o consenso. O proletariado se percebia expropriado pela inflação cada vez mais intensa, o campesinato começava a se organizar em Ligas para lutar pela terra, enquanto as classes dominantes tomavam conhecimento, com alarme, de que o sufrágio universal e as liberdades públicas tornavam a máquina do Estado permeável às pressões das classes trabalhadoras. As novas frações hegemônicas, produzidas pela industrialização, se encontravam em campos antagônicos e, na medida em que a situação piorava, as margens de negociação se tornavam mais estreitas e o confronto inevitável.

O golpe militar de 1964, independentemente da ideologia que o inspirou, reformulou as forças em presença e definiu um novo bloco hegemônico. O proletariado e seus aliados perderam suas prerrogativas políticas e suas instituições representativas no plano social. As posições de mando, no aparelho de Estado, deixaram de ser preenchidas por eleições, e os cargos que continuaram a ser eletivos deixaram de proporcionar poder. Dessa maneira, o sufrágio restrito aos alfabetizados deixou de ter efeito político. As Ligas Camponesas foram dissolvidas à força e os sindicatos operários foram colocados sob o controle do Ministério do Trabalho. A crise econômica ainda perdurou por quase 4 anos e foi resolvida mediante forte queda dos salários reais. O novo bloco no poder não tinha mais como fração hegemônica a burguesia industrial, mas a tecnoburocracia militar e civil, aliada ao capital multinacional de propriedade estrangeira

(o capital multinacional de propriedade brasileira só começará a se formar na década de 70).

O novo ciclo de conjuntura, que se inicia em 1968, difere do anterior em muitos aspectos, dos quais o principal é que o crescimento passa a se voltar "para fora", para o mercado mundial – e não mais "para dentro", para o mercado interno, como foi o caso nas duas etapas anteriores, de 1933-1955 e 1956-1967. Isso significa, antes de mais nada, que o Brasil deixa de se rebelar contra a posição que lhe designa o capital mundial na divisão internacional de trabalho, passando a procurar suas oportunidades de desenvolvimento *dentro* desta divisão, em harmonia com a tendência à integração internacional das economias nacionais, que domina o período pós-guerra pelo menos até 1974. No período 1953-1967, o valor transacionado no comércio internacional dos países capitalistas aumenta 142%, ao passo que o Produto Interno Bruto desses países aumentou apenas 82,1%, o que mostra bem aquela tendência (dados do *Anuário Estatístico da ONU*, 1968). Nesse mesmo período, as exportações do Brasil cresceram apenas 7,5%, baixando a participação do país no total mundial de 2,1% em 1953 para 0,9% em 1967. Fica claro que, no período anterior a 1967, o desenvolvimento brasileiro por substituição de importações se fez em detrimento da participação do país no comércio mundial.

De acordo com o "World Development Report" de 1981, do Banco Mundial, em 1960-70, as exportações brasileiras cresciam apenas 5,1% ao ano, bem menos que as dos países capitalistas industrializados que, nesse decênio, se expandiram 8,4% ao ano; já em 1970-79, as tendências se invertem: as exportações do Brasil aceleram seu crescimento para 7% ao ano, ao passo que as dos países capitalistas industrializados reduzem seu crescimento para 5,9% ao ano. Esses dados mostram que, na década de 70, o Brasil reverteu à tendência anterior e passou a participar de forma mais intensa no comércio mundial, graças à conquista de uma nova posição na divisão internacional de trabalho, a de exportador de produtos industrializados, como se viu acima. Junto com essa reversão, o Brasil se tornou o principal devedor, entre todos os países do Terceiro Mundo, junto aos banqueiros internacionais, passando também a receber significativo aporte de inversões diretas do exterior. Tudo isso pode ser resumido na expressão: "crescente internacionalização da economia brasileira", tendência que se impõe a partir da mudança do bloco no poder, que resultou do golpe vitorioso em 1964.

O combate entre nacionalistas e internacionalistas perpassa todo o período histórico sob análise, entrecruzado com a luta entre classes e fra-

ções de classe pelo domínio do poder de Estado. Antes de 1930, a fração internacionalista era representada pela oligarquia agroexportadora. Com a crise mundial dos anos 30 e a Segunda Guerra Mundial na primeira metade dos anos 40, os interesses internacionalistas deixam de representar possibilidades reais de desenvolvimento das forças produtivas, o que reforçou as correntes nacionalistas, entre as quais se destacava a burguesia industrial, cuja prosperidade dependia da substituição de importações no *mercado interno*. Entre 1930 e 1945, essa forma de industrialização não somente era viável – era, na verdade, a *única* viável. Mas, com o restabelecimento da paz e a instituição de um sistema de comércio mundial favorável à integração internacional – que surgiu a partir dos Acordos de Bretton Woods (1944) – uma outra alternativa de desenvolvimento se abriu a países como o Brasil: a de crescer não mais mediante substituição de importações, e sim através da *diversificação de exportações*, aproveitando as oportunidades de um mercado mundial em forte expansão.

O fato é que durante cerca de duas décadas essa alternativa não foi explorada, o que só se explica pelo predomínio dos interesses da burguesia industrial dentro do conjunto das classes dominantes. Esses interesses, convém reiterar, não se opunham à entrada do capital estrangeiro nem à entrega a este último de ramos vitais da economia. A burguesia industrial estava de fato voltada para o mercado interno e sua estratégia de acumulação contemplava quase exclusivamente o atendimento da demanda neste mercado, protegido da concorrência externa. E os capitais multinacionais, que penetram na economia brasileira de forma avassaladora, depois de 1955, se adaptam à estratégia de desenvolvimento da burguesia nacional e se limitam a ocupar espaço nesse mercado protegido, sem utilizar sua capacidade de produção instalada no país para suprir o mercado mundial. Dada a estreiteza do mercado interno, do qual grande parte da população está excluída, as multinacionais operam com tecnologia obsoleta, utilizando equipamento de segunda mão e passando o ônus da baixa produtividade ao consumidor brasileiro, através de preços elevados. A lógica da acumulação na fase pré-1964 pode ser descrita como a construção do "capitalismo num só país".

É duvidoso que a fase de baixa conjuntural dos anos 60 possa ser entendida com o "esgotamento" desse modelo de substituição de importações. Em tese, a incorporação de novas camadas de população ao mercado através da expansão dos empregos secundário e terciário, tal qual ocorreu entre 1933 e 1961, poderia ter prosseguido, viabilizando o desenvolvimento voltado para dentro. Aliás, essa é a vocação dos países de

grande população, entre os quais está o Brasil. O exame da estrutura social brasileira, no início dos anos 60, mostra que essa potencialidade era imensa. Basta mencionar que, em 1960, 72,5% da população economicamente ativa estavam contidos no subproletariado, ou seja, eram constituídos por pessoas com rendimento inferior a um salário mínimo e que representaram ponderável reserva ao mesmo tempo de trabalhadores e de consumidores em disponibilidade para o capital. A acumulação poderia mobilizá-los, como de fato os mobilizou, em parte, quando da fase de "boom" do novo ciclo de conjuntura, que começou em 1968 e se estendeu pela primeira metade dos anos 70.

O que ocorreu não foi o esgotamento de um modelo, entendido como a impossibilidade de continuar a industrialização voltada para o mercado interno, de 1962 em diante. A crise econômica e que logo mais se tornaria político-institucional tinha caráter conjuntural: o Governo não tinha autoridade nem para assegurar sua própria participação no Produto Social, num nível correspondente às suas necessidades de recursos, nem para impor sacrifícios a qualquer setor da sociedade, seja para deter a inflação, seja para equilibrar o Balanço de Pagamentos. O que, portanto, se esgotou foi o *modelo político,* consubstanciado na Constituição de 1946, que pressupunha a aquiescência das massas urbanas a uma aliança de classes no poder, em que o papel hegemônico era desempenhado pela burguesia industrial. Em 1963-64, a aquiescência começou a ser substituída pelo protesto e, em alguns casos, pela rebelião, o que ensejou a união das demais frações das classes dominantes contra o Governo populista e, em última análise, contra *as duas* frações até então hegemônicas: a burguesia industrial e o proletariado industrial.

É isso que explica a mudança de estratégia econômica que se deu na segunda metade dos anos 60. A nova aliança no poder certamente não excluía a burguesia industrial, mas não dava aos interesses dela a prioridade que detinham no regime anterior. Era natural que a alternativa "internacionalista" passasse a ter mais chance, sobretudo porque ela apresentava melhores possibilidades de aliviar o chamado "estrangulamento externo". Já estava claro, então, que a substituição de importações não acarretava, por si mesma, uma diminuição da necessidade de importar. A substituição de importações nunca é completa – matérias-primas, componentes e sobretudo equipamento e *know-how* continuam sendo comprados no exterior. Na medida em que o consumo total do produto em questão se expandia, as importações da nova indústria passavam a ser ponderáveis, podendo o seu valor até ultrapassar o nível que era despendido antes

de se ter substituído a sua importação. De uma forma geral, como já foi visto, o ritmo de acumulação de capital dependia da capacidade de importar do país, a qual se baseava na exportação de um pequeno número de produtos primários. Diversificar as exportações mediante o subsidiamento das vendas de produtos não-tradicionais (principalmente manufaturados) ao exterior era uma solução lógica, embora sua aplicação exigisse recursos financeiros que, de outra maneira, seriam aplicados à substituição de importações. No fim dos anos 60, a política econômica passou a dar clara prioridade à diversificação de exportações, em detrimento da substituição de importações. Essa última foi até revertida, em parte, nos ramos de bens de capital, em cujo suprimento as importações passaram a crescer mais do que a produção nacional.

A "internacionalização da economia brasileira" mudou, em boa medida, a constelação dos interesses favorecidos, entre os quais passaram a ganhar destaque as multinacionais. Como este tipo de empresa tem acesso privilegiado ao mercado externo, ela tem mais condições de se beneficiar dos maciços incentivos às exportações. Além disso, como o capital multinacional está presente em numerosos países que se encontram nos mais diversos graus de desenvolvimento, ela pode explorar as diferenças de custo entre os parceiros de intercâmbio, já que a maior parte das transações são realizadas entre subsidiárias do mesmo grupo. Com a abertura da economia brasileira ao exterior, as multinacionais puderam explorar a fundo os baixos níveis salariais, vigentes em nossa indústria, combinados em certos ramos com níveis de produtividade do trabalho assaz elevados. A política trabalhista do regime militar, principal responsável pela manutenção dos salários baixos, representou assim um subsídio adicional para os capitais capazes de competir nos mercados mundiais de manufaturados.

No entanto, mais importante talvez do que as margens de lucro proporcionadas pelos negócios com o exterior, foi o efeito da internacionalização sobre a mentalidade da classe dominante, sobretudo de sua fração hegemônica, que passou a ver o país do mesmo ângulo que os dirigentes das multinacionais, ou seja, como um *segmento de uma economia mundial capitalista* cada vez mais integrada internacionalmente. A nova geração de formuladores da política econômica, recrutada em grande parte nos meios acadêmicos, não só operacionalizou a nova estratégia de desenvolvimento "para fora", mas certamente foi influenciada pela sua lógica. É o que provavelmente explica a multinacionalização de importantes empresas estatais, como a Petrobras ou o Banco do Brasil. Praticamente

nada sobrou nos círculos do poder, da velha ideologia nacionalista que via, na progressiva diversificação da produção para o mercado interno, a base principal sobre a qual montar a estratégia de desenvolvimento.

Houve, na verdade, uma sensível transformação da ideologia econômica que norteava a formulação da política econômica. A ideologia do desenvolvimento voltado "para dentro" era não só nacionalista, mas sobretudo intervencionista.

De acordo com ela, cabia ao Estado tanto suscitar como controlar o processo de substituição de importações. O Estado definia os ramos em que a substituição deveria ocorrer, fixava as condições a serem preenchidas pelas firmas que iriam constituir o novo ramo (cronogramas de inversão, metas de nacionalização do produto), distribuía subsídios sob a forma de crédito favorecido e isenções fiscais, garantia a reserva de mercado etc. Era normal que, nessas circunstâncias, o Estado dispusesse de amplos poderes de regulação do comércio externo, do sistema de crédito, dos preços das mercadorias, além de gerir um amplo setor público da economia. A ideologia do desenvolvimento voltado "para fora" é liberal. A principal vantagem esperada da abertura do país ao comércio internacional é a maior eficiência das atividades econômicas, que resulta da competição. O desenvolvimento deve decorrer do usufruto das "vantagens comparativas" de que o país dispõe na divisão internacional do trabalho, vantagens essas que são aproveitadas pelos capitais individuais, competindo, entre si, dentro e fora do país. Ao Estado cabe manter uma postura neutra, mediante política de estabilidade monetária (e, portanto, cambial), deixando que o mercado determine a estrutura de produção e de trocas com outros países.

É curioso constatar que a prevalência do liberalismo, enquanto ideologia econômica (mas não política), pós-1964, não causou, de imediato, mudanças profundas na política econômica, além da já mencionada prioridade dada à diversificação de exportações. Na realidade, os poderes de regulação do Estado foram até reforçados, ampliando-se o seu controle sobre os reajustamentos salariais e sobre o conjunto dos preços. Mesmo a abertura da economia ao exterior se processou não mediante medidas de liberalização das trocas (como fez, por exemplo, Pinochet no Chile, após 1973), mas mediante subsídios aos exportadores. Em suma, entre ideologia e prática, verificou-se um hiato que não poucas vezes alcançou as dimensões de uma contradição. Enquanto os economistas do Governo aderiam à ortodoxia liberal, sua ação tendia a aproveitar e até mesmo a ampliar todo o instrumental intervencionista herdado do período anterior.

Essa contradição explica muito da coligação de interesses favorecida pelo poder após 1964. A tecnoburocracia que manejava os negócios de Estado era, na verdade, muito menos liberal do que os porta-vozes ideológicos do Governo e não estava disposta a perder poder para o capital privado em nome da "magia do mercado". Nesse sentido, a tecnoburocracia estatal fala a mesma linguagem da tecnoburocracia do capital monopolista, seja ele privado ou público, nacional ou multinacional. A tecnoburocracia que administra preços de empresas com poder de monopólio se entende perfeitamente com a tecnoburocracia que controla esses preços em nome do Estado, tendo em vista objetivos que ambas compartilham. O liberalismo é uma espécie de arma ideológica de que se lança mão quando determinados setores perdem a proteção do Estado e são forçados a estabelecer sua vitalidade competindo livremente nos mercados em que compram e vendem. Como o regime militar não se sente obrigado a amparar todos os setores e nem a dispensar a todos os grupos de interesse o mesmo tratamento, a tecnoburocracia é livre para usar os instrumentos de política econômica com máxima desenvoltura, sem deixar de invocar o liberalismo sempre que algum setor deixe de lhe merecer as boas graças.

A principal conseqüência da mudança de regime, ocorrida em 1964, não foi tanto a substituição da tutela do Estado pelo arbítrio do mercado como o reforço do poder da tecnoburocracia estatal, reforço esse inteiramente visível no caso dos militares, mas menos notório no caso dos civis. A ausência de democracia no plano político se refletiu numa perda de controle do Estado por parte da sociedade civil, inclusive por parte das classes dominantes enquanto conjunto concreto de grupos de interesse. Mudanças fundamentais de política econômica, como a referida "internacionalização da economia", foram decididas sem consulta explícita sequer aos interesses estabelecidos. O mesmo tornou-se válido para as políticas salarial, fiscal, agrícola, educacional, sanitária etc. O processo decisório, que se desenrola no seio do Governo, no mais das vezes é sigiloso e o "público" muitas vezes sequer chega a conhecer as alternativas contempladas.

Os excluídos do poder, do proletariado à burguesia, dos sindicatos às academias, da Igreja aos meios de comunicação de massa, começaram a reagir a essa estrutura de dominação, sobretudo quando a fase de alta do ciclo de conjuntura terminou. A inversão da conjuntura não se deu, como em 1962-63, sob a forma de crise inflacionária e recessão, mas através de paulatino declínio das taxas de crescimento, acompanhado por contínuo agravamento da inflação e do endividamento externo. A piora da situação

econômica exacerbou o descontentamento. A burguesia embarcou em vigorosa campanha antiestatizante, cobrando dos donos do poder o cumprimento dos postulados liberais. Os assalariados passaram a se rebelar contra a imposição, pelo Estado, dos índices de reajustamento salarial. Os intelectuais, estudantes, bispos, jornalistas e outras categorias sociais começaram a se mobilizar pela redemocratização do país. Em pouco tempo, a perda de bases de apoio social ao regime militar ficou evidente, sendo periodicamente confirmada pelos resultados das consultas eleitorais.

Para restabelecer, de algum modo, a aliança de classes e frações de classes que garantiu sua instauração, o regime militar decretou a "abertura política", a qual consistiu essencialmente na autolimitação dos poderes repressivos do Estado e na autorga de liberdades públicas a diversas correntes políticas (mas não a todas) da Oposição. Isso permitiu vir à tona a vasta auto-organização que variados setores da sociedade civil foram gestando ao longo dos anos. O fato é que, de uma perspectiva de tempo um pouco mais ampla, a transformação estrutural da economia, resultante do desenvolvimento, acarretou amplas mudanças sociais. No limiar dos anos 80, as classes sociais "modernas" – a burguesia empresarial, a burguesia gerencial e o proletariado (fabril e dos serviços) – já abarcavam a maior parte da população. O temor, manifestado por muitos estudiosos, de que a industrialização se mostrasse incapaz de incorporar à economia capitalista a maioria da população não se mostrou realista. Essa incorporação se deu e as diferentes classes sociais revelaram certo vigor organizativo, passando a preencher o espaço oferecido pela abertura: operários, médicos, professores, estudantes e outras categorias começaram a se apoderar de seus sindicatos e associações ou de fundar novos, bem como a se mobilizar em função de pautas reivindicatórias que iam além da questão salarial. Entre 1978 e 1980, amplas ondas de greves varreram o país, enquanto em numerosas áreas do interior os camponeses passaram a apresentar resistência crescente às tentativas de expulsá-los da terra. Nas periferias das metrópoles e cidades, os moradores passam a se organizar para exigir das autoridades serviços indispensáveis à vida urbana.

Desde 1974, o ciclo de conjuntura iniciado em 1968 se encontra em sua fase de baixa, o que significa que a retomada do crescimento econômico, mediante o início de um novo ciclo, requer transformações estruturais. De certa forma, cada um dos ciclos anteriores - 1933-1955; 1956-1967 e 1968 em diante – foi precedido por mudanças de caráter sociopolítico, que permitiram o surgimento do que já se chamou de "novo padrão de acumulação". Esse "padrão" define a coligação no poder e,

portanto, a constelação de interesses que o processo de desenvolvimento irá favorecer. Enquanto essas definições não se derem, a fase de baixa irá se prolongando, com o provável agravamento das recessões.

A crise energética e a fase recessiva da economia capitalista mundial, iniciada em 1974, levam a crer que o impasse em que se encontra o Brasil tem na verdade dimensões mundiais. Não obstante, sua superação dependerá do processo político que se desenrola *dentro* do país, cujo peso na economia internacional não é mais negligenciável. Se o processo político desembocar numa nova redemocratização que conduza ao poder uma coligação de classes que dê máxima prioridade à eliminação da miséria, é possível que o Brasil possa vir a exemplificar uma nova via de desenvolvimento para outros países em situação similar.

ANEXO I

A assertiva (pág. 266) de que o SME absorvia apenas uma parcela limitada da força de trabalho é aparentemente desmentida por cálculos de Villela e Suzigan (1973), que estimam em 67,9% a parcela da produção agrícola brasileira exportada em 1907, proporção que teria caído para 36,1% em 1919 e para 36,7% em 1939. Se fosse verdade que 67,9% da produção agrícola era destinada ao mercado externo, em 1907, seria mínima a proporção da população agrária inserida em economia de subsistência. No anexo, em que é exposta a metodologia, os autores relatam: "Os dados básicos para 1907 são os referentes ao valor da produção dos produtos agrícolas de exportação, os únicos para os quais existiam informações..." Após deduzir 10% de consumo intermediário, "foi adicionado o montante de 87.000 contos de réis relativo à estimativa da produção animal e derivados..." (pp. 242 e 243). Ao que parece, os autores só consideraram como produção não destinada à exportação a de animais e derivados, o que seria uma subestimação inacreditável. Havia obviamente ampla produção vegetal (mandioca, feijão, frutas etc.) para consumo interno.

Uma maneira de avaliar o contingente populacional *fora* do SME no começo do século é a seguinte: de acordo com Villela e Suzigan (1973), em 1898-1910, o valor da exportação brasileira dependia em 52,7% do café e em 25,7% da borracha, os dois principais produtos da pauta. No início deste século, de acordo com dados apresentados por Simonsen (1973, p. 220), Holloway (1972), Delfim (1959), Furtado (1959, p. 207), São Paulo produzia 2/3 do café brasileiro. São Paulo possuía apenas

13,1% da população do país em 1900 e 15% em 1920. De acordo com Villela e Suzigan (1973), o café representava 39% da produção agrícola brasileira em 1907. Mesmo admitindo que toda população agrícola de São Paulo se dedicasse ao café (o que é inverossímil), teríamos que concluir que 13% da população agrícola do país* teria sido responsável por 26% (2/3 de 39%) do produto agrícola. A população dos Estados do Norte, isto é, da região em que se extraía toda a borracha, representava somente 4% da do Brasil em 1900 e 4,7% em 1920. De acordo com a mesma inacreditável hipótese de que toda a população agrícola do Norte se dedicava apenas à produção de borracha, ter-se-ia que concluir que de 4 a 5% da população agrícola do país seria responsável por algo como 17,4% (67,9% de 25,7%) do produto agrícola brasileiro.

Parece óbvio que a realidade era bem outra. Nas primeiras duas décadas desse século, cerca de 80% do SME estavam no Norte, em São Paulo e em certas partes de Minas Gerais (Zona da Mata) em que se produziam respectivamente borracha e café. A produção desses artigos poderia absorver no máximo 20% da população do país (proporção dos que viviam no Norte e em São Paulo). Os demais artigos de exportação (cacau, couros e peles, mate etc.) contribuíam com cerca de 1/5 para a receita das exportações, sua produção poderia ocupar, portanto, cerca de 4% (1/5 de 20%) da população, ou melhor, do tempo de trabalho social despendido no País. Em suma, no começo do século, algo como um quarto da população agrícola deveria estar inserida no SME, estando os outros três quartos ocupados na produção para os mercados interno nacional e local e para autoconsumo.

BIBLIOGRAFIA

BACHA, Edmar, *Os Mitos de uma Década,* Paz e Terra, Rio, 1976 (ver cap. "Hierarquia e Remuneração Gerencial").

BAER, Werner, *The Development of the Brazilian Steel Industry,* Vanderbilt University Press, Nashville, 1969.

CARONE, Edgard, *A República Nova (1930-1937),* DIFEL, São Paulo, 1974.

CEPAL, *Séries Históricas del Crecimiento de América Latina,* Cuadernos de la CEPAL, Santiago do Chile, 1978.

DEAN, Warren, *A Industrialização de São Paulo (1880-1945),* DIFEL, São Paulo, 1971.

* Estamos admitindo ainda que a participação de São Paulo (e do Norte) na população *agrícola,* em 1900 e 1920, fosse igual à sua participação na população *total.*

DEAN, Warren, *Rio Claro. Um Sistema Brasileiro de Grande Lavoura 1820-1920*, Paz e Terra, Rio, 1977.

DELFIM NETTO, A., *O Problema do Café no Brasil*, FCEA-USP, São Paulo, 1959.

DOELLINGER, Carlos Von & DUPAS, G., *Exportação de Manufaturados*, IPEA/INPES, 1971.

FRÖBEL, Folker, HEINRICHS, Jürger & KRWEYE, O.: "The Tendency Towards a New International Division of Labor", *Review*, vol. 1, nº 1, Summer, 1977.

FURTADO, Celso, *Formação Econômica do Brasil*, Editora Fundo de Cultura, Rio, 1959.

HADDAD, C. L. S.: "The Growth of Brazilian Real Output, 1900-1947", Dissertação de doutorado apresentada à Universidade de Chicago em 1974 (citado em Malon, *et alii*, 1977).

HOLLOWAY, Thomas H.: Condições do Mercado do Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915. Uma Análise Preliminar, *Estudos Econômicos*, IPE/USP, vol. 2, nº 6, 1972.

IANNI, Octavio, *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, Civilização Brasileira, 1971.

LANGONI, Carlos G., *Distribuição de Renda e Desenvolvimento Econômico do Brasil*, Ed. Expressão e Cultura, 1973.

LOPES, Juarez R. Brandão: *Do Latifúndio à Empresa: Unidade e Diversidade do Capitalismo no Campo, Caderno 26*; CEBRAP, São Paulo, 1976.

__________. *Capitalism in the Periphery: Agrarian Conditions and the Development of the Working Classes in São Paulo*, CEBRAP, São Paulo, 1977 (mimeo).

LUZ, Nícea Vilela: *A Luta pela Industrialização do Brasil: 1808 a 1930*, 2ª edição, Editora Alfa-Omega, S. Paulo, 1975.

MALAN, P., BONELLI, R., ABREU, M. de P. & PEREIRA, J. E. do C.: *Política Econômica Externa e Industrialização no Brasil (1939-52)*, IPEA, Rio, 1977.

MARTINS, Ivan Pedro de: *Introdução à Economia Brasileira*, s./d. (citado por Carone, 1974, pp. 55/7).

MEDINA, Rubem: *Desnacionalização, Crime contra o Brasil?* Editora Saga, Rio, 1970.

NASCIMENTO, Benedito H.: *Política e Desenvolvimento Industrial em uma Economia Dependente: Formação da Indústria Automobilística Brasileira*, Tese de doutoramento apresentada à FFLCH/USP, São Paulo, 1972 (mimeografada).

SIMONSEN, Roberto C.: *A Evolução Industrial do Brasil*, Federação das Indústrias de São Paulo, São Paulo, 1939.

__________. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Ensaios*, Cia. Editora Nacional, 1973.

SINGER, Paul: *A Crise do Milagre*, Paz e Terra, Rio, 1975.

__________. *Economia Política do Trabalho*, Hucitec, São Paulo, 1977.

SINGER, Paul "Divisão Internacional do Trabalho e Empresas Multinacionais", *Caderno, 28,* CEBRAP, São Paulo, 1977a.

SPINDEL, Cheywa R.: *Homens e Máquinas na Transição de uma Economia Cafeeira,* Paz e Terra, Rio, 1980.

SUPLICY, Eduardo Matarazzo: *Política Econômica Brasileira e Internacional,* Vozes, Petrópolis, 1977.

SUZIGAN, W., BONELLI, R., HORTA, M. H. T. T. & LAWDER, C. A., *Crescimento Industrial no Brasil: Incentivos e Desempenho Recente,* IPEA/INPES, Rio, 1974.

VILLELA, Annibal V. & SUZIGAN, W.: *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945,* IPEA/INPES, Rio, 1973.

CAPÍTULO V

DINÂMICA POPULACIONAL E URBANIZAÇÃO NO BRASIL: O PERÍODO PÓS-30

1. INTRODUÇÃO

AS transformações populacionais que operam concomitantemente às transformações globais que conduzem uma sociedade ao modo de vida urbano-industrial são freqüentemente referidas à conhecida síntese que se convencionou chamar de *transição demográfica.*

Pautada em séries estatísticas históricas referentes, inicialmente, à Inglaterra e outros países europeus, depois aos Estados Unidos, Japão, Austrália, Nova Zelândia etc., enfim países que até a crise mundial de 1930 haviam se transformado definitivamente em sociedades capitalistas industrializadas, essa síntese da evolução populacional estabelece três etapas distintas quanto ao ritmo de crescimento e ao potencial ou efetivação de um controle, natural ou social, sobre esse crescimento: a primeira fase, chamada de alto *crescimento potencial,* é a fase pré-industrial, na qual as taxas de natalidade e de mortalidade permanecem em níveis altos, com flutuações devidas à maior ou menor mortalidade, sujeita esta última aos efeitos das injunções constantes da fome, da guerra e da peste, a trilogia da morte que acompanhou a evolução das sociedades durante a Idade Média; a segunda fase, chamada de *crescimento transitório,* acompanha o processo de industrialização, inaugurando um declínio da mortalidade sem precedentes, por ser contínuo, apesar de pequenas oscilações, enquanto a natalidade manifesta-se estável nas primeiras décadas, iniciando também um declínio sem precedentes, em torno de 50-60 anos depois; sendo, portanto, uma fase de crescimento populacional também sem precedentes históricos, a fase intermediária apresenta, segundo os adeptos dessa teoria, o ajuste específico da população ao novo modo de vida, que,

entre outras coisas, garante ao ser humano a capacidade de extensão de vida, até seu limite biológico, e a capacidade de controlar sua reprodução; dessa forma, a dinâmica populacional, antes sujeita às circunstâncias históricas e/ou naturais, passa a ser uma das dimensões incorporadas à racionalidade e ao avanço científico-tecnológico da "nova sociedade"; a terceira fase, finalmente, chamada de *declínio incipiente*, imbuídos os adeptos da teoria do que estava acontecendo nos anos anteriores ao aparecimento das primeiras formulações da transição demográfica (década de 1920), sintetiza uma fase onde as taxas de natalidade haviam declinado a ponto de se tornarem mais baixas que as taxas de mortalidade, relação essa que exprime um declínio da população.

Refletindo, como foi dito, a experiência dos países que primeiro chegaram ao modo capitalista de vida, essa síntese foi, muitas vezes, e por muitos, considerada uma teoria populacional, à qual não faltariam os ingredientes científicos das teorias concebidas num modelo de ciência gerada pela própria sociedade (e sua racionalidade) capitalista: *explicação, generalização* e *predição.*

O elemento explicativo da transição é dado por uma série de ingredientes que necessariamente se instalam com a nova etapa de evolução da humanidade, a sociedade urbano-industrial: o novo padrão e as novas funções da família, com mudança no papel da mulher e dos filhos; a escolarização crescente; o pensamento racional oposto ao fatalismo característico de etapas anteriores; condições de trabalho, transporte, habitação etc. Todos esses elementos conduzem ao ajuste, por parte dos indivíduos e das famílias, no seu tamanho, uma vez que a família nuclear, pequena, é vista como adequada ao novo modo de vida.

A generalização fica, do ponto de vista dos autores, garantida, na medida em que essas transformações constituem *respostas* populacionais à nova sociedade; esbarrando numa tautologia, toda sociedade que se transforme em urbano-industrial passaria por uma fase de transição, com alto crescimento populacional, até chegar ao novo equilíbrio com taxas baixas, adequado à nova etapa.

Finalmente, dado o caráter evolutivo, seqüencial e "natural" da transição, a previsibilidade como elemento garantidor do estatuto de teoria seria a capacidade de se medir pelos níveis e tendências demográficas o ponto das curvas de mortalidade e de natalidade, e por essa medida saber-se que momento da evolução a sociedade estaria atravessando.

São bastante frágeis as colocações apresentadas para se conceder à transição demográfica poder maior do que o de sintetizar a evolução de

indicadores demográficos durante um período de tempo considerável.[1] Não obstante, tem constituído um referencial empírico que se impõe ao se analisar as transformações populacionais dos países que, neste século, estão em processo de desenvolvimento industrial. Isso porque, basicamente, o que acontece nesses países, *grosso modo,* inverte a proposta inicial.

A partir da década de 40, e principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, os países da América Latina, alguns países da Ásia e alguns países da África passaram por um processo de declínio da mortalidade acentuado, e em intervalos de tempo muito menores.[2] Esse declínio, no entanto, não constituiu uma resposta interna das sociedades a um novo estilo de vida; é, antes, fruto da importação de técnicas de saúde, fruto das novas modalidades de assistencialismo internacional que acompanham as relações de dependência desses países com os países capitalistas nucleares, particularmente os Estados Unidos; caminha com relativa autonomia em face das injunções do processo de industrialização. Passado o impacto do ganho inicial de declínio da mortalidade, através de vacinação, de uso de antibióticos, de dedetização e outras formas de controle de doenças transmissíveis, as condições de saúde e nutrição gerais impõem no entanto os limites da continuação do declínio; há situações, inclusive, onde uma certa inversão ocorre, principalmente nos meios urbanos, onde essas condições são sabidamente precárias para a grande maioria da população.

Contudo, esse declínio da mortalidade frente a níveis de natalidade que, salvo algumas exceções, permaneceram estáveis em altos níveis, gerou um crescimento populacional a taxas sem precedentes. Se, na Inglaterra da fase de crescimento transitório, as taxas atingiram 1 ou 1,5% anuais, foram comuns, na América Latina, taxas ao redor de 3% anuais de crescimento populacional, principalmente nas décadas de 50 e 70.

---

[1] Uma sistematização das principais formulações da transição demográfica, bem como das principais críticas a ela apresentadas, podem ser vistas em N. L. Patarra. "Transición Demografica: Resumen Histórico o Teoria de Población?" *Demografia y Economia,* vol. VII, nº 1, El Colegio de México, 1973, pp. 86-95.

Há contribuições mais recentes, de caráter diverso, como por exemplo, W. Alonso, "The Population Factor and Theories of Transition in Development", trabalho apresentado no seminário sobre Pobreza Urbana e Desenvolvimento, Recife, 1978.

[2] Para uma visão global dos níveis e tendências dos indicadores demográficos, nos mais diversos países e regiões, ver U. N., *The Determinants and Consequences of Population Trends,* New York, 1973.

Em face dessa situação e das vicissitudes do desenvolvimento econômico, ganha força um pensamento malthusiano, que considera, invertendo a proposta da transição demográfica, o crescimento populacional um obstáculo ao crescimento econômico. Daí a emergência da problemática populacional com ímpeto e a discussão sobre controle da natalidade e/ou planejamento familiar ganharem corpo, principalmente nos momentos de crise econômica.

É necessário avançar-se pela década dos 60 para se observar nos países em desenvolvimento, particularmente alguns países latino-americanos, um início de declínio considerável da natalidade, um início de reversão de tendências. Especialistas se ocupam em analisar o que parece ser uma nova situação, que, se se confirmar, trará elementos totalmente novos para se pensar nas vinculações entre dinâmica populacional e desenvolvimento econômico.

As novas tendências, contudo, ultrapassam o período histórico a ser aqui considerado, o qual representa, sem dúvida, um dos momentos mais significativos em termos de transformações quantitativas e qualitativas da população brasileira.

2. ANTECEDENTES*

As vinculações entre o processo de urbanização e a dinâmica populacional, no período aqui considerado, não podem ser estabelecidas sem se levar em conta o longo processo de transformações na organização econômica, consubstanciadas no surto de exportação de café. É como fornecedor desse produto primário que o Brasil, já independente, passa a integrar, a partir do segundo decênio do século passado, a nova divisão internacional de trabalho, em consolidação sob a égide do capitalismo industrial.

A população brasileira, desde então, reestrutura-se em decorrência do dinamismo da economia brasileira, baseado principalmente na produção do café, que se estendeu na Região Centro-Sul (Rio de Janeiro, Zona da Mata mineira e São Paulo). Os requisitos populacionais da economia,

---

* Algumas das idéias básicas, que se seguem, surgiram de um trabalho conjunto com o Prof. Juarez Rubens B. Lopes, que resultou no artigo intitulado "Redistribuição Regional Rural-Urbana da População Brasileira", *in* Estudos CEBRAP 20, s./d. A longa familiaridade do Prof. Juarez com a temática da estrutura fundiária e migrações no Brasil propiciou algumas interpretações, bem como a periodização e regionalização apresentadas no mencionado artigo, e aqui incorporadas.

anteriores a 1850, haviam sido satisfeitos, em parte, por pequenos contingentes de imigrantes europeus que formaram colônias nos Estados do Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) voltados para a economia de subsistência e, em parte, pela importação de escravos africanos, no que se refere a atividades voltadas para o mercado.

No período em que cessou o tráfico negreiro, mas se manteve a escravidão (1850-1888), o comércio interno de escravos assumiu o papel de fornecedor de mão-de-obra, que tornou possível a rápida expansão da economia cafeeira em Estados do Centro-Sul, nesse período. A partir de então, uma conjugação de fatores externos e internos, incluindo-se o esgotamento do estoque de escravos, conduziu à solução da imigração subsidiada de trabalhadores europeus, que se tornou a principal fonte de mão-de-obra para a cafeicultura.

É de considerar a possibilidade de que a economia brasileira de então se movesse com escassez de mão-de-obra, dado que o tamanho da população em economia de subsistência era pequeno demais para propiciar a quantidade de trabalhadores suficientes à economia de mercado em expansão. De fato, o ciclo da borracha atraiu, entre 1870 e 1920, um fluxo migratório para a Amazônia, em parte acionado pelas severas secas que assolaram o sertão nordestino dos anos 70 do século passado. Do mesmo modo, houve nas últimas décadas do século movimentos migratórios do Nordeste para o Sul da Bahia, onde se desenvolvia a cultura do cacau. Considerando-se ainda que nesse mesmo período, embora a economia do açúcar houvesse estagnado, o cultivo do algodão e a indústria de fiação e tecelagem estavam em expansão no Nordeste, é de aceitar a inexistência de um excedente populacional que alimentasse fluxos migratórios capazes de satisfazer as necessidades de mão-de-obra na cafeicultura.

Por outro lado, apesar da existência de fluxos espontâneos de não-escravos para São Paulo (provindos principalmente de Minas Gerais), dada a situação de disponibilidade de terras, esses fluxos dirigiam-se para áreas não utilizadas pelo café. Representavam a expansão no espaço de uma camada camponesa, em vez de constituírem força de trabalho livre ("livre" de terras); e assim, nesse período de transição para o trabalho assalariado, não formavam um contingente de mão-de-obra utilizável para a expansão do capital agrário.[3] Daí o recurso à imigração estrangeira.

---

[3] Existe já uma bibliografia considerável a respeito do papel das imigrações de estrangeiros no desenvolvimento da economia, nesse período. Entre outros, pode-se mencionar D. H. Graham e Buarque de Holanda Filho – "Migration, regional and urban growth and deve-

Em função de sua expressão numérica, bem como das proporções de nacionalidades contidas nos contingentes envolvidos, foram caracterizados quatro períodos distintos de fluxo de imigração estrangeira no Brasil, a saber:

1. De 1820 a 1876, com entrada de 350.117 imigrantes com predominância do grupo português, seguido do alemão, dirigindo-se aos núcleos de colonização, por iniciativa governamental ou particular, e alguma fixação urbana, como no caso da capital federal;
2. De 1877 a 1903, com intensa participação do grupo italiano, entrando no Brasil um total de 1.927.992 pessoas, tendo como ponto máximo a década dos 90;
3. De 1904 a 1930, com a entrada de 2.142.781 imigrantes, havendo uma diminuição no número de entradas durante a Primeira Guerra Mundial e mudando substancialmente as nacionalidades envolvidas, com imigrantes da Polônia, Rússia, Romênia e outros, depois do término do conflito. Os subsídios à imigração terminam nesse período (1927), bem como surgem as primeiras medidas restritivas à entrada de estrangeiros, que culminarão com o estabelecimento de quotas, nas Constituições de 1934 e 1937;
4. De 1931 a 1963 entram no Brasil 1.106.404 imigrantes, com considerável contingente japonês durante os anos 32 a 35, redução considerável de entradas durante os anos de guerra e aumento da parti-

lopment in Brazil: a selective analysis of the historical record, 1872-1970", São Paulo, IPE, 1971, onde os autores analisam o papel dos movimentos migratórios nacionais e estrangeiros, que se constituíram no fator demográfico preponderante na redistribuição populacional no período. O recurso à imigração estrangeira ao final do século passado é atribuído a uma conjugação de fatores atuantes na sociedade brasileira e na sociedade italiana.

J. Balan, "Migrações e desenvolvimento capitalista no Brasil: ensaio de interpretação histórico-comparativo". *Estudos CEBRAP 5*, São Paulo, jul./set., 1973, enfatiza o processo de trabalho, que conduziria à necessidade de constituição de força de trabalho livre e não camponesa, para a expansão do capital agrário. J. de S. Martins, "A produção capitalista de relações não-capitalistas de produção: o regime de colonato nas fazendas de café" *in O Cativeiro da Terra*, Livraria Editora Ciências Humanas, São Paulo, 1979, analisa o regime de colonato nas fazendas de café, entendido como regime engendrado pelas necessidades do capital sem, contudo, se definir um regime de trabalho assalariado: é interessante, nesse caso, a colocação de que o regime de colonato criou uma *subpopulação relativa* no campo; ver, ainda, P. I. Singer, "Implicações Econômicas e Sociais da Dinâmica Populacional Brasileira" e J. R. B. Lopes e N. L. Patarra, "Redistribuição Regional e Rural-Urbana da População Brasileira", ambas *in Estudos CEBRAP, 20*, São Paulo, s.d.

cipação de italianos e espanhóis nos anos posteriores ao conflito, incluindo a imigração dirigida, principalmente, para o setor industrial, a partir de 1953.[4]

O período agroexportador, como se sabe, estende-se até 1930, sobrepondo-se, no entanto, durante a Primeira República, a um descontínuo processo de industrialização, cuja vitalidade e cujos limites são dados, em grande medida, pela dinâmica da acumulação no setor cafeeiro.[5]

Em termos de ocupação do espaço, o processo de industrialização acentuou a rede urbana preexistente, configurada desde o período colonial,[6] formada por centros que se haviam constituído em mercados para a importação de produtos fabris. Por sua vez, o crescimento industrial intensificou a urbanização; cresceram assim os centros urbanos do Centro-Sul, impulsionados pela economia do café (São Paulo, Rio de Janeiro, cidades do Vale do Paraíba e da Zona da Mata mineira). Concomitantemente, cresceram e surgiram núcleos sulinos, à base da economia de mercado interno, fornecedora de mantimentos às populações urbanas da própria região e do Centro-Sul (Porto Alegre, Rio Grande, cidades do Vale do Itajaí, de Santa Catarina). No Nordeste (Salvador, Recife) e no Norte (Manaus, Belém) desenvolveram-se núcleos urbanos com base, respectivamente, nas economias exportadoras da cana-de-açúcar e da borracha.[7]

A industrialização desse período foi, basicamente, a de bens de consumo corrente (bebidas, alimentos, tecidos e outros), para atender à demanda de mercados regionais, praticamente quase estanques; apesar da incipiente industrialização, a economia brasileira continuou fundamentalmente agroexportadora e regionalmente dividida até 1930 – café na Região Centro-Sul, cacau e cana no Nordeste e borracha no Norte. Para tanto, a autonomia político-administrativa e financeira dos Estados no sistema oligárquico da Primeira República, somente quebrada após 30, era imprescindível.[8]

---

[4] M. S. F. Levy, "O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972), *in Revista de Saúde Pública*, Suplemento, São Paulo, 1974, pp. 49-90.

[5] S. Silva, *Expansão Cafeeira, Origens da Indústria no Brasil*, Editora Alfa-Ômega – São Paulo, 1976, cap. IV.

[6] P. I. Singer, *in* "Campo e Cidade no Contexto Histórico Latino-Americano", *Economia Política da Urbanização*, Editora Brasiliense, São Paulo, 1973, pp. 91-114.

[7] J. R. B. Lopes e N. L. Patarra, *op. cit.*

[8] J. R. B. Lopes e N. L. Patarra, *op. cit.*

3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

O período pós-30 pode ser caracterizado pela consolidação do processo de industrialização iniciado, como referido anteriormente, no final do século passado e início deste, em decorrência da dinamização do setor agroexportador.

Para fins analíticos, pode-se dividir o período em duas etapas, com características próprias, sendo a primeira uma extensão da fase de formação do mercado interno, com industrialização substitutiva de importações, iniciada em 1890 e que se estende até 1950; a partir de então inicia-se a segunda etapa, caracterizada pela internacionalização do mercado e aprofundamento do caráter monopólico da economia.[9]

A configuração econômica e populacional que caracterizou a etapa anterior vai marcar este período, conferindo novas especificidades às inter-relações entre economia e população. Em primeiro lugar, é preciso mencionar que após 30 inicia-se o processo de unificação do espaço econômico, ou seja, a unificação dos mercados de capital e trabalho, tendo a indústria como fulcro do processo de acumulação do capital.

A Revolução de 30 e seus efeitos sociopolíticos são fundamentais como viabilizadores do processo, que concentrou espacialmente o desenvolvimento econômico, conferindo novo sentido à regionalização subseqüente, ao mesmo tempo em que generalizou, por todo o Brasil, o processo de urbanização, como veremos a seguir.

De fato, a Região Centro-Sul passou a constituir a ponta-de-lança da indústria e da agricultura mais desenvolvidas, passando, à medida que o mercado nacional se unificava, a debilitar essas atividades nas outras regiões do país – Nordeste, extremo Sul e Norte. Exemplo disso é a destruição do artesanato das zonas rurais e das pequenas vilas e povoados, bem como de pequenas fábricas locais, através da penetração nas demais regiões de produtos fabris do Centro-Sul.[10]

Esse processo é acompanhado de um ciclo de migrações internas que, durante mais de três décadas, fornece mão-de-obra para as áreas de concentração do desenvolvimento econômico, o que só foi possível porque o crescimento vegetativo da população se acelerou consideravelmente.

---

[9] Essa divisão corresponde à periodização adotada no trabalho "Redistribuição Regional e Rural-Urbana da População Brasileira", já citado.

[10] Ver, a respeito, J. R. B. Lopes, *Desenvolvimento e Mudança Social,* São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1968, 1ª parte.

A dinâmica populacional brasileira caracteriza-se, após 30, por um forte crescimento vegetativo e ampla migração interna, a qual teve o papel de viabilizar um modelo de desenvolvimento espacialmente concentrado, com um mercado urbano relativamente reduzido, apoiado em amplos recursos naturais e na extrema pobreza da população rural.[11]

Já a partir da década dos anos 50, o dinamismo da industrialização advém da produção de bens intermediários e de bens de consumo duráveis – indústria automobilística, petroquímica, metalurgia, eletrodomésticos etc. Essa "nova industrialização", de caráter monopolista, consolidada por empresas internacionais ou nacionais associadas, passou também a ocupar novos espaços, através de políticas oficiais deliberadas. A par da intensificação dos pólos iniciais, a indústria tem criado pólos no Nordeste – perto de Salvador, no Recife, e em Fortaleza – através de incentivos fiscais criados com esse objetivo. Por outro lado, o capitalismo industrial monopolista expande-se, vinculado à economia de subsistência, que sob diversas modalidades articula-se com o latifúndio tradicional: daí a necessidade de uma política de transportes e de construção de estradas, propiciando a constituição de frentes de expansão agrícola e de ocupação do Centro-Oeste, parte da Região Norte e parte da Amazônia.[12]

Esse processo foi alimentado por e, ao mesmo tempo, propiciou uma população que, em seu conjunto, mais do que duplicou no período, passando de 35.532.192 habitantes em 1930 para 92.411.611 habitantes em 1970. A Tabela I apresenta a evolução da população brasileira ao longo do período censitário, que se inicia com a data do primeiro recenseamento realizado no Brasil, 1872; a importância de se reunir num só quadro a evolução é por permitir uma visão comparativa dos períodos de crescimento maior, da participação relativa do crescimento vegetativo e imigratório, bem como a ordem de grandeza, em números absolutos, na qual as proporções operam. Assim, pode-se observar a proporção tendencialmente decrescente do contingente imigratório, que se anula, em termos quantitativos, nas duas últimas décadas, dando lugar à participação crescente do crescimento vegetativo, o qual atinge seu ponto máximo na década de 50.

---

[11] O papel que o crescimento populacional desempenhou no desenvolvimento econômico brasileiro é pormenorizadamente discutido no livro pioneiro do Prof. Paul I. Singer, *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento,* Hucitec, São Paulo, 1976.

As idéias centrais do autor são retomadas no texto "Implicações Econômicas e Sociais da Dinâmica Populacional Brasileira", *op. cit.*

[12] J. R. B. Lopes e N. L. Patarra, *op. cit.*

TABELA I

POPULAÇÃO BRASILEIRA

Período	População no início do período	Incremento global	Saldo vegetativo	Saldo migratório	Crescimento total	% do crescimento total que é devido à imigração	Taxa geométrica anual	Parcela do crescimento anual	
								Devido ao crescimento vegetativo	Devido à imigração
1872–1890	9.930.478	4.403.437	3.533.171	570.266	44,34	12,95	2,06	1,79	0,27
1890–1900	14.333.915	3.104.519	2.201.065	903.454	21,66	29,10	1,98	1,40	0,58
1900–1920	17.438.434	13.197.171	11.257.218	939.953	75,68	7,12	2,86	2,66	0,20
1920–1940	30.638.605	9.529.684	8.669.842	859.842	34,60	9,02	1,50	1,35	0,14
1940–1950	40.165.289	10.986.340	10.879.106	107.234	25,97	0,98	2,34	2,32	0,02
1950–1960	51.151.629	18.174.674	18.174.674	-	36,67	-	3,17	3,17	-
1960–1970	69.526.603	23.085.308	23.085.308	-	33,12	-	2,91	2,91	-
1970-	92.411.611	-	-	-	—	-	-	-	-

FONTE: GONÇALVES, M.A.I., "A População Brasileira de 1872 a 1970: Crescimento e Composição por Idade e Sexo", *in Cadernos CEBRAP 16*, São Paulo, 1973.

Esse crescimento populacional, em termos demográficos, deveu-se à diferença entre as taxas de natalidade e de mortalidade; como pode ser observado na Tabela II, as taxas de natalidade permaneceram praticamente constantes durante todo o período censitário, apresentando um declínio mais significativo apenas na última década; por sua vez, os índices de mortalidade apresentam-se em declínio já desde o final do século passado, declínio esse que se acentua a partir de 1920, e principalmente na década dos anos 50.

TABELA II

COEFICIENTES DE NATALIDADE E DE MORTALIDADE
PARA O BRASIL: 1871-1970

Período	Nascimentos/1.000 hab.	Óbitos/1.000 hab.
1871-1890	46,6	29,5
1891-1900	46,0	27,8
1901-1920	45,0	26,4
1921-1940	43,5	24,8
1941-1950	44,4	20,0
1951-1960	43,3	14,2
1961-1970	40,8	13,0

FONTE: Dados apresentados em MERRICK, T. W. e GRAHAM, D. H., *Population and Economic Development in Brazil: 1800 to the present*, the John Hopkins University Press, Baltimore - London, 1979, baseados em estimativas de Giorgio Montara e outras da Fundação IBGE.

As tendências representadas por esses coeficientes evidenciam uma evolução que se aproxima das tendências da transição demográfica, mencionada anteriormente. É difícil a passagem do nível descritivo, apontado pelos coeficientes demográficos, a um nível interpretativo, no qual se associem esses coeficientes às mudanças socioeconômicas mais significativas da sociedade. Um declínio moderado na mortalidade no Brasil iniciou-se mais cedo do que o declínio específico do pós-guerra, movido por importação de técnicas de saúde mais modernas. O declínio do final do século passado parece estar relacionado às mudanças econômicas no período, à imigração e às campanhas sobre saúde pública; no entanto,

ainda há escassez de estudos a respeito das relações entre os padrões de mortalidade e as condições econômicas, bem como a respeito do impacto de tecnologia médica importada para permitir uma interpretação mais conclusiva das tendências observadas.[13] De qualquer modo, embora admitindo-se um relativo distanciamento entre as condições de mortalidade e as condições econômicas, verifica-se que o maior avanço no declínio da mortalidade deu-se na década de 50, justamente no período de maior propulsão do esforço desenvolvimentista e de expansão do processo de industrialização; já na década seguinte, o combate à mortalidade encontra sérias barreiras na condição de vida das camadas mais pobres da população, particularmente no que diz respeito à mortalidade infantil nos centros urbanos, cujos coeficientes aumentaram a partir de 1962-63.[14]

A natalidade, cuja relativa estabilidade alimenta as taxas altas de crescimento no período, passa a ser o elemento mais decisivo na dinâmica populacional recente. Apresentando diferenciais significativos desde os dados censitários de 1950, a natalidade é mais alta no meio rural, menor nos grandes centros urbanos e metropolitanos atuais, diferenciando-se ainda de acordo com a estrutura de classes, apresentando declínio mais cedo nos grupos sociais mais altos.[15]

---

[13] Ver, a respeito, T. W. Merrick e D. H. Graham, *op. cit.*, caps. III e X.

[14] Ver J. Yunes e V. S. C. Ronchezel, "Evolução da mortalidade geral, infantil e proporcional no Brasil", *in Revista de Saúde Pública*, Suplemento, FSP/USP, 1974, e R. Laurenti, "Alguns Aspectos da Mortalidade de Crianças Menores de Cinco Anos em Três Áreas Brasileiras", *in Cadernos CEBRAP 16*, São Paulo, 1973.

[15] Ver, a respeito, as características e tendências da fecundidade no Brasil: G. Mortara – "Estimativas da taxa de natalidade para o Brasil, as unidades da Federação e as principais Capitais", Rio de Janeiro, Serviço Nacional de Recenseamento, Gabinete Técnico, 1948 (Estudos de Estatísticas Teórica e Aplicada, Estatística Demográfica, 4). G. Mortara, "The Brazilian birth rates: its economic and social factors", *in* F. Lorimer, *Culture and human fertility: a study of the relation of Cultural conditions to fertility in non-industrial and transitional societies*, New York, Greenwood Press, 1958, pp. 407-501. J. V. D. Saunders, *Differential fertility in Brazil*, Jainesville, University of Florida Press, 1958. B. Hutchinson, "Fertility, social mobility and urban migration in Brazil", *in* T. R. Ford and G. F. Djong, ed. *Social Demography*, Englewood Cligges, Prentice Hall, 1970. S. Iutaka, *et al.* – "Factors affecting fertility of natives and migrants in urban Brazil", *Population Studies*, 25 (1): 55-62, 1971. B. C. Rosen and A. L. Simmons – "Industrialization, family and fertility: a structural-psychological analysis of the Brazilian case", *Demcgraphy*, 8 (1): 46-69, 1971. O. Batista Filho *et al.* – *Atitudes masculinas em relação à fecundidade e tamanho da família*, São Paulo, 1967, mimeo. R. Z. de Campos – Fatores sociais e variações na fecundidade e no tamanho da família. Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, 1971. E. Berquó, M. C. F. A. de Oliveira, e C. P. F. Camargo de – *A Fecundidade em São Paulo*, Edições CEBRAP, 1978, N. L. Patarra. *O Estudo sobre Reprodução Humana no Distrito de São Paulo*, USP/FAU/CEDIP, São Paulo, 1976.

De um modo geral, a interação dos três elementos da dinâmica populacional – natalidade, mortalidade e migrações – configura uma população resultante que influencia e é influenciada pelas diferenças regionais acentuadas no Brasil, as quais, por sua vez, resultam da modalidade de acumulação capitalista e das relações cidade-campo que essa acumulação implica. Por isso, as análises das relações entre população e economia devem ser vistas a partir das diferenças regionais e do processo de urbanização que acompanhou o crescimento industrial.

4. INDUSTRIALIZAÇÃO E CRESCIMENTO URBANO

As profundas transformações ocorridas na sociedade brasileira a partir do surto do café são acompanhadas de pronunciadas alterações na distribuição da população no espaço, redefinindo a participação relativa de cada região no conjunto do país. Esse processo de redistribuição populacional pode ser observado através de um agrupamento das unidades da Federação, de acordo com o papel econômico relevante que tiveram em algum momento do longo período de transformações, a saber:

1. Área de penetração econômica incipiente, constante, *grosso modo,* da Amazônia (Região Norte);
2. Antigas áreas primário-exportadoras, do Piauí ao Espírito Santo, incluindo Minas Gerais (Região Nordeste-Leste);
3. Pólo industrial, compreendendo Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo (Região Centro-Sul);
4. Fronteira de expansão agrícola, incluindo Maranhão, Goiás, Mato Grosso e Paraná;
5. Antigas áreas de colonização estrangeira, incluindo Santa Catarina e Rio Grande do Sul.[16]

A Tabela III, constituída a partir do agrupamento proposto, evidencia, ao longo do tempo, o papel predominante e decrescente da população

[16] Essa divisão foi elaborada por Juarez R. B. Lopes e utilizada no trabalho "Redistribuição Regional e Rural-Urbana da População Brasileira", já citado. O autor faz ressalvas quanto ao tipo de agrupamento adotado, na medida em que, ao basear-se em dados censitários, teve o Estado como unidade mínima de agrupamento, em alguns casos mesclam-se, ao nível de Estado, situações bem distintas. Apesar disso, o agrupamento favorece uma visão de conjunto e uma aproximação das mudanças ao longo do período.

TABELA III

DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR ESTADOS E REGIÕES DO BRASIL - 1890 A 1970

Regiões*	Fase de formação do mercado interno				Fase de internacionalização do mercado		
	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970
População (milhares)	14.333,9	17.438,4	30.635,6	41.236,3	51.944,4	70.992,3	94.508,6
Norte	3,3	4,0	4,7	3,5	3,5	3,6	3,7
Acre	-	-	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2
Amazonas	1,0	1,4	1,2	1,1	1,0	1,1	1,1
Pará	2,3	2,6	3,2	2,3	2,2	2,3	2,4
Nordeste/Leste	*62,1*	*57,6*	*54,5*	*50,2***	*48,4***	*44,1***	*41,3***
Piauí	1,9	1,9	2,0	2,0	2,0	1,8	1,2
Ceará	5,6	4,9	4,3	5,1	5,2	4,7	4,8
R. G. Norte	1,9	1,6	1,8	1,9	1,9	1,6	1,7
Paraíba	3,2	2,8	3,1	3,5	3,3	2,8	2,6
Pernambuco	7,2	6,8	7,0	6,5	6,5	5,8	5,6
Alagoas	3,6	3,7	3,2	2,3	2,1	1,8	1,7
Sergipe	2,2	2,0	1,6	1,3	1,2	1,1	1,0
Bahia	13,4	12,2	10,9	9,5	9,3	8,4	8,0
Esp. Santo	0,9	1,2	1,5	1,8	1,7	1,7	1,7
M. Gerais	22,2	20,5	19,2	16,3	14,9	13,8	12,3
Centro/Sul	*19,4*	*23,1*	*23,9*	*26,2*	*26,6*	*27,7*	*28,5*
R. Janeiro	6,1	5,3	5,1	4,5	4,4	4,8	5,1
Guanabara	3,7	4,7	3,8	4,3	4,6	4,7	4,6
S. Paulo	9,7	13,1	15,0	17,4	17,6	18,3	19,0
Frente Pioneira	*7,0*	*6,9*	*7,6*	*9,8*	*10,5*	*13,9*	*16,2*
Maranhão	3,0	2,9	2,9	3,0	3,1	3,5	3,2
M. Grosso	0,7	0,7	0,8	1,1	1,1	1,4	1,8
Brasília DF	-	-	-	-	-	0,2	0,6
Goiás	1,6	1,5	1,7	2,0	2,3	2,7	3,2
Paraná	1,7	1,9	2,2	3,0	4,1	6,1	1,4
Sul	*8,2*	*8,4*	*9,3*	*10,9*	*11,8*	*10,7*	*10,2*
S. Catarina	2,0	1,8	2,2	2,9	3,0	3,0	3,1
R. G. Sul	6,3	6,6	7,1	8,1	8,0	7,7	7,1

FONTE: Censos Demográficos.

* As populações dos Territórios de Roraima, Amapá e Rondônia estão incluídas, respectivamente, com as dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso. O Estado da Guanabara coincide, praticamente, com a cidade do Rio de Janeiro.

** O total da população Nordeste-Leste inclui a do Território de Fernando de Noronha e a do Território em litígio da Serra dos Aimorés.

dos Estados da Região Nordeste-Leste, contrabalançado pelo aumento constante da participação dos Estados do Centro-Sul; evidencia ainda a relativa estabilidade de participação dos Estados do Norte, e um leve aumento da participação dos Estados sulinos; é de se notar o contínuo e acentuado aumento na proporção de população no Estado de São Paulo, bem como, a partir de 1940, o incremento da Frente Pioneira.

Essa redistribuição populacional representa o efeito, de um lado, da concentração das atividades econômicas mais dinâmicas em áreas específicas e, de outro lado, os efeitos do processo de urbanização, que implicou deslocamentos sucessivos e constantes de população das áreas rurais para centros urbanos. Se se considera apenas o aspecto quantitativo, a sociedade brasileira seria considerada até recentemente eminentemente rural; nos três últimos decênios passa-se de uma situação na qual aproximadamente 75% da população era classificada como rural (em 1940), para outra situação na qual, pela primeira vez, a maioria da população foi classificada como urbana (52% da população, em 1970, habitava núcleos de mais de 2.000 habitantes). Mesmo assim, comparado com outros países, o contingente populacional rural no Brasil ainda é consideravelmente elevado.[17]

No entanto, o sentido da urbanização não é apenas quantitativo; historicamente determinada, a urbanização representa, em cada momento significativo, uma modalidade específica de divisão de trabalho, particularmente de divisão de trabalho cidade-campo; neste sentido, a cidade passa a significar o *locus* da estrutura de poder, de atividades comerciais e financeiras necessárias, bem como de instituições burocráticas que viabilizam o fluxo de mercadorias, em cada situação concreta.

A urbanização brasileira encontra suas raízes nas peculiaridades da economia colonial, que se traduzem num "urbano" cujo sentido é dado pela cidade enquanto *locus* de poder e enquanto sede do capital comercial, elemento de ligação entre a economia agroexportadora e a circulação internacional de mercadorias. A sua feição de cidade burocrática, sede do poder e, ao mesmo tempo, sede do capital financeiro, lançando ao mercado internacional os produtos primários, implica certas peculiaridades, entre elas, o seu tamanho; a rede urbana brasileira é formada, assim, por poucas mas grandes cidades, situação essa que perdura até fins de década de 20.[18]

---

[17] Ver, a respeito, M. A. Costa, *Urbanização e Migração Urbana no Brasil*, IPEA/INPES, Rio de Janeiro, 1975.

[18] Francisco de Oliveira, "O Estado e o Urbano no Brasil", São Paulo, 1978, mimeo.

De fato, como pode ser observado na Tabela IV, já no primeiro levantamento censitário aparecem cidades com mais de 100.000 habitantes; Recife, com 116.671 habitantes; Salvador, com 129.109 habitantes e, Rio de Janeiro, com 274.972 habitantes. A partir de então pode-se observar o crescimento vertiginoso de São Paulo. No fim do século passado, o Brasil tem como Capital Federal uma cidade com mais de 800.000 habitantes, e mais cinco cidades de porte considerável para a época – Belém, Recife, Salvador, São Paulo e Porto Alegre. Em 1920, a Capital Federal já apresenta uma população superior ao milhão, enquanto São Paulo chegava a quase 600.000 habitantes. Belém, Recife e Salvador haviam superado a cifra dos 200.000 e Porto Alegre atingia 180.000 habitantes.

A industrialização vai redefinir o antigo urbano, na medida em que, somando-se ao papel de sede da burocracia e do capital comercial, a cidade também vai constituir o *locus* da atividade produtiva. No período anterior à industrialização, o caráter monocultor da produção agrícola, aliado ao fato de por longo tempo ser essa movida por trabalho escravo, impede o desenvolvimento de atividades simultâneas e uma divisão de trabalho mais desenvolvida no interior das unidades produtivas. Quando a indústria começa a se desenvolver, ela deve suprir todas as dimensões da atividade produtiva, sem contar com uma divisão de trabalho preexistente, oriunda das atividades agrícolas; daí o caráter fundamentalmente urbano da industrialização brasileira. Essa peculiaridade favorece taxas de urbanização muito elevadas e muito acima do crescimento da força de trabalho empregada nas atividades industriais, sendo por muitos chamada de urbanização sem indústria, ou "inchaço" do setor terciário.[19]

A extensão desse processo, em termos quantitativos, pode ser observada ainda na Tabela IV; o crescimento das capitais brasileiras, tomado aqui como aproximação ao crescimento das maiores cidades brasileiras, expressa-se de maneira sucinta através das taxas geométricas de crescimento; a década de 50, que, como vimos, representa um novo patamar no processo de acumulação de capital, coincide com os índices mais altos de crescimento urbano. É de notar, no conjunto, uma tendência à homogeneização do crescimento nos períodos mais recentes; de fato, no início, as capitais da Região Centro-Sul cresceram a ritmo muito mais acelerado, enquanto que nos últimos trinta anos as taxas de crescimento das demais regiões tendem a elevar-se de maneira acentuada, chegando a sobrepor-se às taxas encontradas para as capitais da Região Centro-Sul. São esses ele-

---

[19] *Idem, ibidem.*

mentos indicativos da generalização, em escala nacional, de processos de desarraigamento de populações rurais e de pequenas cidades. Embora relacionada ao desenvolvimento geral do país, a urbanização tende a processar-se em muitas regiões, com relativo desligamento do crescimento da indústria local.[20]

De fato, o crescimento industrial implicou uma transferência considerável de populações rurais para centros urbanos, de início poucos e grandes, posteriormente tendendo a ramificações em núcleos menores e periféricos dos pólos de desenvolvimento. Considerando-se particularmente a redistribuição de população rural-urbana que se processou a partir de 1940,[21] pode-se verificar que em todas as regiões a população urbana praticamente quadruplicou em 30 anos. A Tabela V apresenta a evolução da população urbana e rural, de acordo com as regiões indicadas anteriormente. No conjunto, o crescimento da população rural foi pequeno, embora as diferenças regionais, neste caso, mereçam algumas considerações, pois resultam de processos concomitantes mas distintos. Por um lado, estão os Estados da Região Centro-Sul, que sofreram um processo de despopulação rural, perdendo, no período, quase 1.000.000 de habitantes. Pode-se supor aqui tratar-se de um efeito da mudança tecnológica em operação como parte da dinâmica de sua economia agrícola, de caráter nitidamente capitalista. Por outro lado, o crescimento rural modesto dos Estados da região Nordeste-Leste pode ser atribuído a fatores de estagnação e dependência dos pólos industriais, responsáveis pelo desenraizamento contínuo de população rural para centros urbanos, próximos ou distantes.[22]

O crescimento da população rural dos Estados da Frente Pioneira chama a atenção e pode ser atribuído a duas situações concomitantes; no Paraná, Sul de Mato Grosso e Sul de Goiás foi resultado da extensão para novas áreas, da economia rural capitalista de São Paulo, enquanto que, no Norte de Goiás e no Maranhão, foi resultado da extensão para novas áreas da economia de subsistência do Nordeste. O crescimento rural modesto dos Estados sulinos pode ser também conseqüência da ação

---

[20] J. R. B. Lopes e N. L. Patarra, *op. cit.*

[21] Não é possível estabelecer um rebatimento, em termos estatísticos, das datas-chave, 1930 a 1964, período considerado neste volume, em primeiro lugar, porque não houve levantamento censitário em 1930; em segundo lugar, porque informações separadas para áreas rurais e urbanas só surgem a partir do censo de 1940. Por isso, a maior parte das tabelas cobrem o período 40-70.

[22] A idéia de fatores de estagnação e fatores de mudança no processo de expulsão da população rural é apresentada, pela primeira vez, no artigo de P. Singer, "Migrações Internas: Considerações Teóricas sobre o seu Estudo", *in Economia Política da Urbanização, op. cit.*

TABELA IV

POPULAÇÕES E TAXAS GEOMÉTRICAS DE CRESCIMENTO DAS CAPITAIS DOS ESTADOS, POR REGIÕES – 1872-1970

Regiões	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	Taxas de crescimento **					
									1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1920	1940 a 1950	1950 a 1960	1960 a 1970
NORTE	*91.331*	*88.784*	*146.860*	*312.106*	*236.472*	*349.117*	*589.327*	*1.005.061*	*0,2*	*5,2*	*3,8*	*4,0*	*5,4*	*5,5*
Manaus	29.334	38.720	50.300	75.704	66.854	89.612	154.040	286.083	1,6	2,7	2,1	3,0	5,6	6,4
Boa Vista *	–	–	–	–	–	5.132	10.180	17.154	–	–	–	–	7,1	5,4
Belém	61.997	50.064	96.560	236.402	164.673	225.218	359.988	572.654	1,2	6,8	4,6	3,2	4,8	4,8
Porto Velho *	–	–	–	–	–	10.036	19.387	41.635	–			–	6,8	7,9
Rio Branco *	–	–	–	–	4.945	9.371	18.147	34.988	–		–	6,6	11,0	6,8
Macapá *	–	–	–	–	–	9.748	27.585	52.547	–		–	–	–	6,7
NORDESTE-LESTE	408.455	455.484	540.334	931.022	1.261.306	1.397.538	3.155.972	4.947.415	0,6	1,7	2,8	4,2	5,2	4,6
Teresina	21.692	31.523	45.316	57.500	34.695	51.418	100.006	190.256	2,1	3,7	1,2	4,0	6,9	6,6
Fortaleza	42.458	40.902	48.369	78.536	140.901	205.052	354.942	529.933	0,2	1,7	2,5	3,8	5,6	4,1
Natal	20.392	13.725	16.056	30.696	51.479	94.812	154.276	256.223	2,2	1,6	3,3	6,3	5,0	5,2
João Pessoa	24.714	18.645	28.793	52.990	71.158	89.517	135.820	203.935	1,6	4,4	3,1	2,3	4,3	4,1
Recife	116.671	111.556	113.106	238.843	323.177	512.370	788.569	1.070.078	0,2	0,1	3,8	4,7	4,4	3,1
Maceió	27.703	31.498	36.427	74.166	80.045	99.088	153.305	248.667	0,7	1,5	3,6	2,2	4,5	5,0
Aracaju	9.559	16.336	21.132	37.440	50.306	67.539	112.516	182.386	3,0	2,6	2,9	3,0	5,2	4,9
Salvador	129.109	174.412	205.813	283.422	290.443	389.422	630.878	1.017.591	1,7	1,7	1,6	3,0	4,9	4,9
Belo Horizonte	–	–	13.472	55.563	177.004	338.585	642.912	1.128.368	–	–	7,3	6,7	6,6	5,8
Vitória	16.157	16.887	11.850	21.866	42.098	49.735	82.748	121.978	0,2	3,5	3,1	1,7	5,2	4,0

Continuação da Tabela IV

Regiões	1872	1890	1900	1920	1940	1950	1960	1970	Taxas de crescimento **					
									1872 a 1890	1890 a 1900	1900 a 1920	1940 a 1950	1950 a 1960	1960 a 1970
CENTRO-SUL	*351.815*	*621.854*	*1.104.696*	*1.823.144*	*2.901.999*	*4.490.956*	*6.700.793*	*9.854.698*	*3,2*	*5,9*	*2,5*	*4,5*	*4,1*	*3,9*
Niterói	47.548	34.269	53.433	86.238	124.507	170.868	228.826	297.720	1,8	4,5	2,4	3,2	3,0	2,7
Rio de Janeiro	274 972	522.651	811.443	1.157.873	1.519.010	2.303.063	3.307.163	4.315.746	3,6	4,5	1,8	4,2	3,7	2,7
São Paulo	31.385	64.934	239.820	579.033	1.258.482	2.017.025	3.164.804	5.241.232	4,1	14,0	4,5	4,8	4,6	5,2
FRENTE PIONEIRA	*99.401*	*88.857*	*134.421*	*186.816*	*191.979*	*281.525*	*643.766*	*1.402.254*	*0,6*	*4,2*	*1,7*	*3,9*	*8,6*	*8,1*
São Luís	31.804	29.308	36.798	52.929	58.735	79.731	123.519	171.406	0,4	2,3	1,8	3,1	4,5	3,3
Curitiba	12.651	24.553	49.755	78.986	99.410	138.178	344.560	497.626	3,8	7,3	2,3	3,3	9,6	3,7
Cuiabá	35.987	17.815	34.393	33.678	18.861	23.745	43.112	858.598	3,8	6,8	0,1	2,3	6,1	7,1
Goiânia	19.159	17.181	13.475	21.223	14.943	39.871	132.577	3.709.619	0,6	2,4	2,3	10,3	12,8	10,8
Brasília	-	-	-	-	-	-	-	2.775.005	-	-	-	-	-	-
SUL	*69.707*	*88.108*	*105.903*	*220.601*	*284.260*	*423.313*	*691.952*	*10.075.626*	*1,0*	*2,5*	*3,7*	*4,1*	*5,0*	*3,8*
Florianópolis	25.709	30.687	32.229	41.338	25.014	48.264	74.323	1.201.281	1,0	0,5	1,3	6,8	4,4	4,9
Porto Alegre	43.998	52.421	73.674	179.263	259.246	375.049	617.629	8.878.338	1,0	3,5	4,5	3,8	5,1	3,7
BRASIL	1.020.709	1.338.087	2.032.214	3.473.689	4.876.016	7.442.449	11.781.812	18.217.053	1,5	4,3	2,7	4,3	4,7	4,5

FONTE: Censos Demográficos

* Capitais de Territórios

** Omitimos deste quadro o período 1920-1940 devido à incompatibilidade dos dados referentes, no caso da época mais recente, apenas à proporção *urbana* das capitais, e na da mais antiga, à população *total* dos seus municípios

conjunta de fatores de estagnação e da penetração de tecnologia moderna, principalmente no Rio Grande do Sul. No caso específico de Minas Gerais, único Estado além dos da Região Centro-Sul em que houve decréscimo em números absolutos, ademais do caráter misto da atuação de fatores de mudança e fatores de estagnação, soma-se o papel da pecuária como fator de expulsão da mão-de-obra.[23]

TABELA V

POPULAÇÕES URBANAS E RURAIS*, POR REGIÕES DO BRASIL, E SEUS INCREMENTOS PERCENTUAIS – 1940-1970

REGIÕES	1940	1950	1960	1970	Incrementos percentuais			
					1940/50	1950/60	1960/70	1940/70
NORTE	1.462.420	1.807.720	2.530.736	3.534.130	23,6	40,0	39,7	141,7
Rural	1.155.806	1.353.277	1.705.673	2.089.786	17,1	26,0	22,5	80,8
Urbana	306.614	454.443	825.063	1.444.344	48,2	81,6	76,1	371,1
NORDESTE/ LESTE	20.752.428	25.129.591	31.315.122	38.900.848	21,1	24,6	24,2	87,5
Rural	17.166.245	19.721.855	21.547.512	22.735.668	14,9	9,3	5,5	32,4
Urbana	3.586.183	5.407.736	9.767.610	16.165.230	50,8	80,6	65,5	350,8
CENTRO-SUL	10.792.314	13.809.068	19.684.590	27.069.017	28,0	42,6	37,5	150,8
Rural	5.818.929	6.089.031	6.729.834	5.095.450	4,6	10,5	24,3	12,4
Urbana	4.973.385	7.720.037	12.954.756	21.973.567	56,0	67,8	69,6	341,8
FRENTE PIONEIRA	3.730.124	5.472.695	9.866.163	15.318.640	46,7	80,3	55,3	310,7
Rural	3.212.065	4.553.893	7 503 410	10.086.987	41,8	64,8	34,4	214,0
Urbana	518.059	918.712	2 362 753	5.231.653	77,3	157,2	121,4	909,9
SUL	4.499.029	5.725.323	7.595 732	9.685.869	27,3	32,7	27,5	115,3
Rural	3.473.198	4.214.894	4.888 532	5.216.309	21,4	14,1	8,5	50,2
Urbana	1.025.831	1.510.429	2.787 200	4.469.560	47,2	84,5	60,4	335,7
BRASIL	41.236.315	51.944.397	70.992.343	94.508.554	26,0	36,7	33,1	129,2
Rural	30.826.243	35.933.040	42.994.961	45.224.200	16,6	17,7	6,9	46,7
Urbana	10.410.072	16.011.357	28.697.382	49.284.354	53,8	79,2	71,7	373,4

FONTE: Censos Demográficos

* Populações urbanas são as dos núcleos urbanos (cidades ou vilas) com mais de 2 mil habitantes, e as populações rurais são as consideradas rurais pelo censo mais as dos núcleos urbanos que não atingem 2 mil habitantes.

[23] J. R. B. Lopes e N. L. Patarra, *op. cit.*

5. COMPONENTES DEMOGRÁFICOS DO PROCESSO DE REDISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO

Migrações Internas

A redistribuição rural-urbana e regional da população brasileira, que acompanhou o processo de consolidação e internacionalização da economia urbano-industrial, operou em base a um crescimento populacional alto e fluxos migratórios constantes; frente a isso, o crescimento vegetativo das áreas de concentração urbana, ainda que apresentando diferenciais significativos, constitui fator de importância secundária.

Uma idéia do volume e direção dos movimentos migratórios internos pode ser obtida através dos saldos (positivos e negativos) e as respectivas taxas de migração dos Estados a partir de 1920 (Tabela VI). Pode-se observar que o período foi marcado por intensos movimentos migratórios, sendo a década de 40 a de menor e a de 50 a de maior intensidade desses movimentos. A ordem de grandeza, expressa em números absolutos, duplica ao longo do período, uma vez que enquanto entre os anos 20 a 40 o saldo migratório é de aproximadamente um milhão e quatrocentas mil pessoas, na última década esse mesmo saldo atinge a cifra de três milhões e duzentas mil pessoas, para o Brasil como um todo.[24]

Durante todo o período sobressai a Região Nordeste-Leste como área de origem dos movimentos migratórios. A partir de 1940 aumenta consideravelmente o número de Estados dessa região que passam a ter saldos negativos, em função dos fluxos migratórios dirigidos à Região Centro-Sul; trata-se, como foi mencionado anteriormente, do movimento de expansão do pólo industrial, expansão essa que gerou o enfraquecimento da economia das antigas áreas de exportação. O êxodo mais intenso verifica-se na década dos 50, coincidindo com a ocorrência das secas de 1953 e 1958, com um ligeiro declínio na década dos 60. Por outro lado, é nessa mesma década que se intensifica a saída de população dos Estados da Região Leste, sendo que Minas Gerais sozinha é responsável por metade da migração da região em seu conjunto (aproximadamente um milhão, duzentas e setenta mil pessoas).

A Região Norte constitui, até 1950, área de emigração, tendência essa alterada com a transferência de população para o Estado do Pará, principalmente na década de 1960, efeito da expansão da frente pioneira, vinculando a economia primitiva à reconstituição do latifúndio em moldes

[24] J. A. M. de Carvalho, *op. cit.*

TABELA VI

SALDOS MIGRATÓRIOS INTERCENSAIS (MÉTODO DAS TAXAS DE SOBREVIVÊNCIA GLOBAL) E TAXAS DE MIGRAÇÃO, DE BRASILEIROS NATIVOS, POR ESTADOS E REGIÕES – 1920-1970

REGIÕES	Totais em milhares				Taxas de migração			
	1920-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970	1920-1940	1940-1950	1950-1960	1960-1970
NORTE	- 191,2	-48,8	- 7,1	+ 67,7	-	-	-	-
Acre	- 18,8	+ 6,3	- 2,8	-3,7	- 21,2	+ 8,1	-2,4	-2,3
Amazonas	-22,5	-23,9	+ 1,3	- 18,0	- 6,5	- 5,6	+ 0,2	- 2,4
Pará	- 150,0	-31,3	+ 8,6	+ 89,4	- 15,6	-3,4	+ 0,7	+ 5,5
NORDESTE-LESTE	- 929,8	- 1.095,2	-2.587,8	-2.532,8	-	-	-	-
Piauí	- 20,0	-25,1	- 157,7	- 18,9	- 3,3	- 3,1	- 15,1	- 1,5
Ceará	+ 89,5	-36,8	- 330,7	- 82,9	+ 6,8	- 1,8	- 12,3	- 2,5
R. G. do Norte	+ 23,7	-16,0	- 133,7	+ 26,2	+ 4,4	- 2,1	- 13,8	+ 2,3
Paraíba	+ 45,8	-81,2	- 256,4	- 204,4	+ 4,8	- 5,7	- 15,0	- 10,1
Pernambuco	- 74,6	-14,3	- 372,6	- 203,2	- 3,5	- 0,5	- 11,0	- 4,9
Alagoas	- 168,8	-98,1	- 182,6	- 92,9	- 17,3	-10,3	- 16,7	-7,3
Sergipe	- 39,5	-40,2	-99,1	- 88,3	- 8,3	- 7,4	- 15,4	- 11,6
Bahia	- 233,1	- 135,5	- 506,2	- 366,8	- 7,0	- 3,5	- 10,5	- 6,1
Espírito Santo	+ 55,8	-46,2	+ 44,6	- 227,8	+ 12,8	- 5,9	+ 4,7	- 16,1
Minas Gerais	- 608,5	- 601,8	- 593,4	-1.273,7	- 10,5	- 9,0	- 7,6	- 12,8
CENTRO-SUL	+ 589,5	+ 638,5	+ 1.281,4	+ 1.566,9	-	-	-	-
Rio de Janeiro	- 112,3	- 19,1	+ 195,8	- 201,3	- 7,5	-1,1	+ 8,5	+ 5,9
Guanabara	+ 268,9	+ 345,4	+ 372,8	+ 372,2	+ 29,5	+ 22,6	+ 15,7	+ 11,3
São Paulo	- 432,9	+ 362,3	+ 712,7	+ 993,4	+ 11,5	+ 5,7	+ 7,8	+ 7,7
FRENTE PIONEIRA	+ 261,3	+ 436,9	+ 1.516,3	+ 1.287,2	-	-	-	-
Maranhão	+ 42,1	+ 5,1	+ 212,2	- 220,5	+ 4,8	+ 0,4	+ 13,4	- 8,9
Mato Grosso	+ 47,0	-2,3	+ 131,9	+ 268,5	+ 21,3	-0,5	+ 23,6	+ 27,4
Goiás	+ 50,4	+ 91,8	+ 259,3	+ 449,1	+ 9,9	+ 11,2	+ 21,3	+ 21,4
Paraná	+ 121,8	+ 342,3	+ 912,9	+ 790,2	+ 19,6	+ 29,3	+ 43,6	+ 18,4
SUL	+ 270,4	+ 17,6	- 226,0	- 389,1	-	-	-	-
S. Catarina	+ 88,8	+ 4,1	- 63,4	- 49,2	+ 14,0	+ 0,4	- 4,1	- 2,3
R. G. do Sul	+ 181,6	+ 13,5	- 162,5	- 339,9	+ 9,0	+ 0,4	- 3,9	- 6,2
BRASIL	- 1.448,2 - 1.448,1	+ 1.170,8 - 1.171,8	+ 2.861,1 - 2.861,2	+ 3.190,3 - 3.190,3	+ 5,0	+ 2,9	+ 5,5	+ 4,5

FONTE: Graham e Buarque de Holanda Filho, *op. cit.*, pp. 98-102.

capitalistas-monopolistas. Também a partir de 1950 surge como área de emigração a Região Sul, principal área de colonização do século passado.

Como região de destino sobressai, durante todo o período, a Região Centro-Sul, seguida da Frente Pioneira. Como pode ser observado, essa última região, na década de 50, apresenta um saldo migratório positivo superior ao da Região Centro-Sul; nas duas últimas décadas a Frente Pioneira recebe aproximadamente dois milhões e oitocentos mil habitantes.

Crescimento vegetativo

É praticamente impossível recompor, por regiões ou áreas urbano-rurais, a parcela de crescimento populacional devido ao crescimento vegetativo. A inexistência de dados precisos, principalmente quando se pretende uma evolução no tempo, não permite quantificar os diferenciais de mortalidade e de natalidade, a ponto de fazer corresponder, nas séries históricas, o que aconteceu com o crescimento diferencial. Estudos recentes indicam ter estado a mortalidade no Brasil altamente diferenciada, nas diferentes regiões e em grupos sociais; por outro lado, há indicações da variabilidade relativa das taxas de natalidade, com dife-

TABELA VII

TENDÊNCIAS REGIONAIS DA ESPERANÇA DE VIDA AO NASCER, 1940-50 A 1960-70

Região	Esperança de vida ao nascer (anos)		Diferença percentual
	1940-50	1960-70	1940-50 a 1960-70
Amazonas-Pará	42,7	54,9	28,6
Maranhão-Piauí	43,7	50,6	15,8
Nordeste	34,0	44,8	31,8
Bahia-Sergipe	39,2	44,9	27,3
M. Gerais-E. Santo	46,1	55,2	19,7
R. Janeiro-Guanabara	48,7	57,7	18,5
São Paulo	49,4	58,8	19,0
Paraná	45,9	57,0	24,2
S. Catarina-R. G. do Sul	55,3	62,6	13,2
Centro-Oeste	49,8	58,3	17,1
BRASIL	43,6	53,7	23,2

FONTE: J. A. M. de Carvalho, "Analysis of Regional Trands in Fertility, Mortality and Migration in Brazil: 1950-70", Ph. D. Dissertation, London School of Economics, 1973, e "Fecundidade e Mortalidade no Brasil", *op. cit.*

renciais urbano-rurais nítidos, mais acentuados quando se trata de regiões mais atrasadas frente ao pólo industrial.[24]

A mortalidade, cujo declínio mais acentuado inicia-se como foi visto, em 1940, apresenta diferenças regionais acentuadas, e que se mantêm no período, de acordo com estimativas feitas para as décadas 40/50 e 60/70; como pode ser observado na Tabela VII, os índices de mortalidade mais altos são encontrados na Região Nordeste, e os de mortalidade mais baixa na Região Sul, principalmente Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Tomando-se como indicador a esperança de vida ao nascer, observa-se que essas duas situações extremas (Nordeste e Sul) apresentam uma diferença de 22 anos na década de 40, baixando um pouco na década dos 60, porém ainda mantendo uma diferença de 18 anos. Finalmente, no que se refere à mortalidade, é interessante lembrar que, neste caso, os diferenciais urbano-rurais são praticamente inexistentes; a Tabela VIII, apresentando dados mais recentes e utilizando a esperança de vida e a mortalidade infantil como indicadores, evidencia, ademais das diferenças regionais acentuadas, que, em alguns casos, os índices de mortalidade rural indicam condições melhores do que os da mortalidade no meio urbano.

No que se refere à natalidade, estudos que analisam as tendências também através das décadas 40/50 e 60/70 evidenciam que os níveis obedecem a uma divisão Norte-Sul, sendo os mais altos encontrados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, e, os mais baixos, no Sudeste e Sul. Comparando-se os dados pode-se tentar uma aproximação, em termos de crescimento vegetativo, afirmando que os diferenciais de mortalidade e de fecundidade tendem a se contrabalançar, ainda que mantendo um crescimento maior para a Região Norte/Nordeste; os dados também evidenciam uma tendência à diminuição dos diferenciais de mortalidade e aumento dos diferenciais de natalidade, resultando daí um certo aumento no crescimento vegetativo (Tabela IX).

---

[24] M. A. Costa, *op. cit.*

TABELA VIII

ESTIMATIVAS DE ESPERANÇA DE VIDA E MORTALIDADE INFANTIL POR ESTADOS, REGIÕES E RESIDÊNCIA RURAL/URBANA - 1960-70

Região-Estado	Esperança de vida *(a)*			Mortalidade infantil *(b)*		
	Rural	Urbana	Total	Rural	Urbana	Total
NORTE	54,5	55,6	54,9	94,3	88,5	92,0
Amazonas	54,6	54,8	54,7	93,5	92,6	93,3
Pará	54,4	55,9	55,0	94,7	86,9	91,4
NORDESTE	47,7	45,4	47,3	137,8	153,2	141,5
Maranhão	50,4	49,5	50,5	117,0	122,5	117,9
Piauí	52,3	48,1	50,9	106,2	131,0	114,5
Ceará	47,3	42,9	45,5	137,5	169,3	150,1
R. G. do Norte	40,3	40,9	40,6	191,4	196,0	189,1
Paraíba	44,7	42,5	48,2	156,1	173,1	163,1
Pernambuco	43,0	44,4	43,8	168,7	157,8	163,0
Alagoas	45,0	45,2	45,1	153,5	152,3	153,0
Sergipe	46,8	46,8	46,8	141,0	140,5	140,7
Bahia	51,4	48,4	50,3	111,0	130,0	118,1
SUDESTE	56,4	57,5	57,2	82,9	79,4	81,2
Minas Gerais	55,2	54,4	54,8	85,7	94,3	90,2
Espírito Santo	58,8	56,8	58,4	73,2	82,6	84,9
Rio de Janeiro	57,0	56,2	56,4	81,5	85,5	84,5
Guanabara	-	59,2	59,2	-	71,5	71,5
São Paulo	57,7	59,1	58,8	78,6	72,0	73,4
SUL	60,0	60,0	60,0	76,2	68,5	67,3
Paraná	56,9	57,4	57,0	82,1	79,8	81,4
Santa Catarina	61,0	58,8	60,0	64,2	73,2	68,3
R. G. do Sul	64,0	62,3	63,8	47,3	58,6	51,9
CENTRO-OESTE	58,4	58,3	58,3	74,7	75,6	74,8
Mato Grosso	56,7	58,1	57,3	83,0	76,3	80,1
Goiás	59,2	58,4	58,8	71,6	75,2	73,4
BRASIL *(c)*	53,3	54,0	53,7	100,9	96,7	98,7

(a) Anos de esperança de vida ao nascer.
(b) Óbitos entre 0 e 1 ano, por 1.000 nascidos vivos.
(c) Inclui territórios e Distrito Federal, não incluído acima.

FONTE: J. A. M. de Carvalho, "Fecundidade e Mortalidade no Brasil", Relatório de Pesquisa, Belo Horizonte, *CEDEPLAR*, 1977.

TABELA IX

TENDÊNCIAS REGIONAIS NAS MEDIDAS DE FECUNDIDADE, 1940-50 A 1960-70

Região	Taxa bruta de natalidade		Diferença percentual	Taxa de fecundidade total		Diferença percentual
	1940-50	1960-70		1940-50	1960-70	
Amazonas-Pará	45,9	46,2	+ 0,6	7,3	7,8	+ 6,8
Maranhão-Piauí	46,8	44,0	- 6,0	7,0	7,3	+ 4,3
Nordeste	52,1	49,6	- 4,8	7,7	7,6	- 1,3
Bahia-Sergipe	47,9	48,5	+ 1,3	7,3	7,5	+ 2,3
M. Gerais-Espírito Santo	44,7	39,9	- 10,7	6,8	6,3	- 7,4
R. Janeiro-Guanabara	33,9	31,1	- 8,3	4,0	4,0	0,0
São Paulo	37,9	33,0	- 12,9	4,4	4,0	- 11,1
Paraná	43,7	45,3	+ 3,7	5,9	6,4	+ 8,5
S. Catarina-R. G. do Sul	41,1	35,9	- 12,7	5,5	5,0	- 9,1
Centro-Oeste	43,8	43,6	- 0,5	6,4	6,5	+ 1,6
BRASIL	43,5	40,5	- 7,7	6,3	5,8	- 7,9

FONTES: T. W. Merrick, "Interregional Differences of Fertility in Brazil, 1950-1970". Demography II (August): 423-40, 1974.
J. A. M. de Carvalho, "Analysis of Regional Trends in Fertility, Mortality and Migration in Brazil: 1950-70", *op. cit.*
M. A. Costa, "Componentes do Crescimento Demográfico Urbano, Rural e Total entre 1960-70" *in Política de Desenvolvimento Urbano*, Joseph Barat (ed.), pp. 87-120, Rio de Janeiro: IPEA/INPES, série monográfica nº 22.

6. CONCLUSÕES

O período aqui considerado (1930-64) corresponde a uma etapa de alto crescimento populacional, em função da diferença entre o declínio da mortalidade e manutenção da fecundidade em níveis altos, como apontam as generalizações apresentadas na Transição Demográfica; a par disso, corresponde a uma etapa de intensos fluxos migratórios, rurais-urbanos e rurais-rurais, com concentração urbana significativa, de início em poucos núcleos, e mais recentemente com alguma ampliação para crescimento, em várias regiões, de núcleo de tamanho médio.

A dinâmica populacional desse período é resultante, em grande parte, do impacto da migração estrangeira que a precedeu, vinculada ao surto

do café e primórdios do processo de industrialização. Já a partir de 30 são os fluxos migratórios internos e o crescimento vegetativo os determinantes do crescimento populacional diferencial por regiões e áreas urbano-rurais.

As migrações internas estiveram ligadas às características específicas do processo de desenvolvimento urbano-industrial do Brasil; o declínio da mortalidade, ainda que acompanhando a tendência em praticamente todos os países latino-americanos, também foi influenciado pelos momentos mais significativos do impulso desenvolvimentista, encontrando barreiras nos momentos de crise econômica; a fecundidade, com diferenciais regionais e urbano-rurais durante todo o período, permaneceu, no conjunto, em níveis altos, só esboçando uma tendência mais nítida de declínio a partir da década de 60.

IGREJA, EDUCAÇÃO E CULTURA

LIVRO SEGUNDO

CAPÍTULO VI

A IGREJA ENTRE A REVOLUÇÃO DE 1930, O ESTADO NOVO E A REDEMOCRATIZAÇÃO

1. INTRODUÇÃO

A quadra que vai de 1930 a 1945 configura um momento extremamente complexo da vida brasileira.

No plano econômico, a crise de 1929 leva a um impasse a economia cafeeira e à perda da hegemonia política por parte das oligarquias do café. São Paulo e Minas perdem o monopólio do poder central, e Vargas, vindo do Rio Grande do Sul, vai guardar o comando ao longo dos 15 anos seguintes, seja como Chefe do Governo Provisório, seja como Presidente constitucional, seja como homem forte do Estado Novo. O Estado passa a intervir de modo crescente na economia e na sociedade.

Novas classes sociais emergem, disputando um espaço, ainda que subalterno, na sociedade brasileira: classes médias urbanas, o operariado industrial, o mundo estudantil, a baixa oficialidade do Exército. A burguesia industrial vê crescer seu papel e sua força econômica e política.

O Governo tenta administrar a dependência externa, articulando-se comercial e diplomaticamente com a Alemanha e a Itália, afrouxando os laços com a Grã-Bretanha, mas terminando por, no momento da guerra, estabelecer profunda aliança militar e econômica com os Estados Unidos, rompendo com as potências do Eixo.

Finalmente, entre 1944 e 1945 esboça-se o processo de redemocratização da sociedade brasileira, com a queda de Getúlio Vargas.

Nesse período também, a Igreja, no Brasil, vê abrir-se um espaço real para redefinição de sua situação dentro da sociedade civil, de sua articulação com as classes emergentes e com o novo bloco no poder. Enfrenta de modo crescente a concorrência ideológica na orientação da pequena burguesia, com o integralismo e, das classes subalternas, com o socialismo e a

intervenção corporativa do Estado. Internamente a questão do laicato, em suas relações com a sociedade, com a política e com a hierarquia, sobe ao primeiro plano. O debate sobre um partido católico e sobre as formas de atuação política da Igreja, na sociedade, coloca-se de modo agudo.

A historiografia republicana e a Igreja

Os livros de História, mesmo os mais recentes, não dedicam espaço, a não ser acidental, à questão da Igreja no período republicano. O exemplo mais flagrante é Edgard Carone na sua série de importantes estudos sobre a República, onde a economia, as classes sociais e o sistema político recebem tratamento aprofundado, abrindo-se espaço para duas instituições pouco estudadas, o Exército e o Partido Comunista, por sua ligação com a classe e o movimento operário. A Igreja, porém, instituição fundamental na vida brasileira, tanto social como política, recebe apenas uma linha na República Velha, para constatar sua separação do Estado, no amanhecer da República.[1]

Os que se ocuparam mais recentemente com o estudo da Igreja neste período hesitam em fornecer uma explicação global. Paulo J. Krischke propõe o nacionalismo como a chave para a compreensão das mudanças da Igreja católica no período em que este mesmo nacionalismo levaria à formação de um Estado propriamente nacional-burguês fruto de sua crescente centralização, intervenção na economia e mobilização das classes sociais urbanas. Para ele, trata-se de explicar o papel da Igreja dentro da revolução nacional-burguesa do período.[2]

Luiz Werneck Vianna, a propósito de seu projeto de estudo sobre o Partido Democrata Cristão, faz sugestões extremamente estimulantes sobre o papel da Igreja no período, onde, no vazio provocado pela Revolução de 1930, ela teria se tornado "uma forma absolutamente indispensável no processo político". Vianna privilegia a relação da Igreja com as classes subalternas, concluindo que seu modelo de neocristandade, ao renunciar a uma clara política para essas classes, se tornaria uma fórmula vazia.[3]

Thomas Bruneau, no seu trabalho, *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição,* interpreta a Revolução de 1930 como o momento da reintegração da Igreja ao Estado brasileiro, embora se defenda dizendo

---

[1] Edgard Carone, *A República Velha – I* (Instituições e Classes Sociais), São Paulo, Difel, 1975, 3ª ed. *A República Velha II* (Evolução Política) São Paulo, Difel, 1974, 2ª ed.

[2] Paulo Krischke, "A Igreja na formação do populismo", *in A Igreja e as crises políticas no Brasil,* Petrópolis, Vozes, 1979, pp. 119-170.

[3] Luiz Werneck Vianna, "O Sistema partidário e o Partido Democrata Cristão" (notas de pesquisa).

que não pretende focalizar "diretamente 'Igreja e o Estado', no sentido tradicional de estudo de concordatas e intrigas de núncios com líderes políticos. Também a Igreja, como grupo de pressão, é apenas uma parte de meu programa. Pretendo, neste livro, identificar, o mais claramente possível, o caráter institucional da Igreja e mostrar suas ligações com a sociedade e com a política".[4]

Pablo Richard, estudioso chileno, apresenta uma hipótese estimulante para a compreensão do período ao se interrogar sobre o projeto de nova cristandade da Igreja, no quadro do Estado liberal-oligárquico e após 1930, no contexto do Estado populista que estabelece em toda a América Latina alianças com a Igreja. Ele volta a propor o conceito de nacionalismo, como uma das bases da nova aliança entre o Estado e a Igreja, ao perderem a hegemonia os grupos oligárquicos liberais ligados a um esquema agrário-exportador. O seu modelo de interpretação apóia-se na proposta de Gramsci de uma distinção entre a sociedade civil e a sociedade política. Para Pablo Richard o projeto de nova cristandade significa a opção da Igreja de utilizar a mediação da sociedade política (do Estado), com seu aparelho coercitivo como meio para o exercício de sua hegemonia na sociedade civil.[5]

Enfoque adotado e fontes

Optamos em nosso esquema de interpretação por seguir passo a passo os momentos-chave desses 15 anos, buscando as articulações entre a Igreja no Brasil com a sociedade civil, com o Estado e, finalmente, com a Santa Sé. Num primeiro período que vai até 1934, a Igreja detém nitidamente a iniciativa; em 1935 é a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora que disputam entre si o espaço político, rapidamente preenchido pelo Governo a partir da Lei de Segurança Nacional (março 1935), do estado de sítio (novembro 1935) e sobretudo do Estado Novo em 1937.

A Santa Sé merece um exame atento, pois seus movimentos, seja estabelecendo concordatas e um *modus vivendi* com a Itália fascista (Tratado de Latrão de 1929), e com o regime de Hitler (concordata com o Reich em 1933), seja estimulando em todo o mundo a Ação Católica e a militância leiga ou retirando seu apoio aos partidos católicos (Partido Popolare de

[4] Thomas Bruneau, "O catolicismo brasileiro em época de transição", São Paulo, Ed. Loyola, 1974, p. 11.
[5] Pablo Richard, *Mort des chrétientés et naissance de l'Église – Analyse historique et intérprétation théologique de l'Église en Amérique Latine*, Paris, Centre Lebret "Foi et Dévéloppement", 1978.

Don Sturzo na Itália e o Zentrum na Alemanha), seja tomando partido na Guerra Civil Espanhola ou condenando mais tarde o regime nazista e o comunismo, vão ter repercussão imediata nas posições da hierarquia católica no Brasil. Nesse período, as flutuações ideológicas e religiosas da Europa e sobretudo de Roma influenciam fortemente as posições no Brasil, mormente após 1934, quando a Igreja perde a iniciativa para o Estado e para outros grupos da sociedade civil.

Quanto às fontes, procuramos diversificá-las, pois a presença absolutamente marcante do Cardeal Dom Sebastião Leme, Arcebispo do Rio de Janeiro, o movimento dos intelectuais católicos do Centro Dom Vital e da revista *Ordem*, no Rio, somados à sua condição de Capital Federal no momento, levam a maioria dos estudiosos a se restringirem à Igreja do Rio de Janeiro e ao estudo das posições do Cardeal Leme. Ora, para o período que se abre em 1930, o Rio Grande do Sul ocupa lugar destacado, e é ali, e em nenhum outro lugar do Brasil, nas regiões de colonização alemã e italiana, que vamos encontrar a Igreja no exercício de uma absoluta hegemonia sobre a sociedade civil, com uma enorme vitalidade de vocações sacerdotais e religiosas, com uma rede de cooperativas de crédito, produção e consumo entre os colonos, uma sólida classe de pequenos proprietários, pequenos industriais e comerciantes inteiramente ligados à Igreja, uma rede de escolas, colégios e hospitais que não encontravam concorrente nem mesmo no Estado, jornais e boletins e finalmente laços bastante importantes de militares e políticos com a Igreja. A Revolução de 1930 parte do Rio Grande sob as bênçãos, os aplausos e a participação da Igreja local. Dedicamos, pois, minuciosa atenção às fontes da Igreja no Rio Grande do Sul. Igual atenção deveria ser dada a Minas Gerais, com sua tradição de catolicismo urbano e a rápida superação do isolamento da Igreja em face do Estado ainda no período da República Velha. O mesmo se diga para um Estado como o Ceará e o Nordeste em geral. Infelizmente não pudemos realizar a mesma pesquisa aprofundada para a Igreja dessas duas áreas, salvo para os documentos de ordem mais geral e com divulgação nas revistas católicas do Sul do país.

2. ANTECEDENTES DE 1930

A Igreja na ascensão e na crise da ordem liberal

A ascensão e crise da ordem liberal no Brasil pode-se inscrever num grande arco que vai do final da Guerra do Paraguai (1870) até a Revolução de 1930.

Com o advento da República, as oligarquias dependentes nascidas da nova articulação com o capitalismo, tanto no campo como nos setores financeiros e comerciais, impõem sua hegemonia, sob a liderança da oligarquia do café.

As antigas oligarquias perdem muito do seu poder e tornam-se subordinadas dentro do novo processo. É o caso dos senhores de engenho do Nordeste e mesmo dos fazendeiros de café do Vale do Paraíba fluminense, arruinados pela abolição da escravatura.

A Igreja perde por toda parte seu poder, com base anteriormente numa delegação implícita aos senhores de escravos que impunham à sua escravaria a religião católica, fazendo-a batizar e participar, vez por outra, da missa e das festas religiosas. As elites afastam-se rapidamente da Igreja, encontrando no liberalismo, no protestantismo e no positivismo o substituto para a visão de mundo proposta pelo Catolicismo. A franco-maçonaria oferece um quadro social substitutivo para as Irmandades e Ordens Terceiras.

A Igreja não é mais vista como uma fonte possível de legitimação do poder do Estado, mas "como força política contrária aos interesses do Estado e da sociedade. ...A tendência é de rejeitar a Igreja como instituição social".[6]

Assim, pois, não é de se estranhar que, a partir de 1870, a iniciativa dentro da sociedade escape da Igreja. Ela não se empenha no grande debate sobre a escravidão que vai resultar na Lei do Ventre Livre de 21 de setembro de 1871.

Nesse mesmo ano, estala no Rio de Janeiro o conflito entre a Igreja e a Loja Maçônica da Rua do Lavradio e que vai rapidamente evoluir para o conflito entre a Igreja e as irmandades, culminando com a prisão dos Bispos de Olinda e do Pará e a assim chamada "Questão Religiosa". Essa questão religiosa aberta com a prisão do Bispo de Olinda, Dom Vital, vai se prolongar com altos e baixos até 1930, momento da dissolução do predomínio da ordem liberal.

Na questão religiosa assistimos à crise do regalismo do Império, não só no sentido de que a Igreja passa a resistir a ele, mas também em dois outros sentidos: a Igreja não sente mais no Estado, que evolui para a idéia liberal, a instituição apta a apoiá-la na sua missão, e o Estado perde o interesse em reformar e modificar a Igreja, passando muito mais a lutar para diminuir sua influência e afastá-la dos seus negócios de Estado.

---

[6] *Ibidem*, p. 73.

Para liberais e positivistas "a Igreja é uma instituição 'anticientífica' e por isso 'irracional', contrária ao 'progresso' e à 'modernização'".[7]

É nesse contexto, enfraquecida ideologicamente e nos seus apoios tradicionais, que a Igreja no Brasil não tem condições de negociar uma posição de força, um novo pacto com o Estado Republicano que se instala a 15 de novembro de 1889. A iniciativa está com o Estado, que impõe, pelo decreto de 7 de janeiro de 1890, a separação entre a Igreja e o Estado.

Para a Igreja, tratada durante quase 400 anos como parte da estrutura do Estado e instância geradora dos valores tanto do Estado como da sociedade, foi um tremendo choque a separação imposta pelo primeiro e a sua exclusão da ordem pública e social.

Entende-se, pois, que todo o projeto da Igreja, durante os primeiros 40 anos da ordem republicana, tenha sido o de conseguir uma mudança substancial desta ordem que restabelecesse no plano constitucional e do funcionamento das instituições a sua presença, quando, não, sua hegemonia.

Como se elabora a estratégia da Igreja em face da nova ordem? A Igreja não rejeita inteiramente a nova ordem liberal, pois essa lhe trouxe um bem apreciável, sua liberdade, depois de 400 anos de submissão ao Estado. Se a divisa liberal "Igreja livre no Estado livre" fê-la perder praticamente todos os seus direitos e privilégios, por outro lado livrou-a da contínua intervenção do Estado e abriu caminho para sua reforma interna.

Quais serão as alianças da Igreja dentro da sociedade que emerge das mudanças de 1889? Não só a Igreja mas também outros grupos sociais sofrem as conseqüências da aliança da oligarquia liberal com o capitalismo externo e a extensão da agricultura voltada para a exportação. As revoltas contra a nova ordem vão estalar no campo: é Canudos na Bahia (1893-97), é Juazeiro e Caldeirão no Ceará, o Contestado entre Santa Catarina e Paraná.

São revoltas camponesas diante da penetração capitalista no campo, e da ruptura das antigas formas de relações de produção e de relações sociais. Todas essas revoltas buscam na religião seu ponto de partida e sua força de aglutinação. A Igreja, porém, marca sua distância de todo esse povo despossuído e explorado dentro dessa nova ordem liberal. Ela é a primeira a condenar o que chama de fanatismo religioso dos seguidores de Conselheiro e a emprestar seu apoio à repressão do Estado que vai se seguir. Não é diversa sua atitude com o Pe. Cícero de Juazeiro, suspenso

---

7 *Ibidem*, p. 73.

de ordens até o fim de sua vida (1933), ou com o monge José Maria do Contestado.

O que ela busca é sua aceitação pelos detentores da nova ordem. Os grupos urbanos que se articulam para lutar contra a exploração capitalista não encontram na Igreja uma aliada, pelo contrário. A nascente classe operária encontra no anarquismo, no socialismo e no maximalismo sua visão de mundo, nos jornais operários, liberais de esquerda, anticlericais e anarquistas, sua forma de expressão e, nos clubes, mutualidades, sindicatos e centros operários suas formas de organização. Não que não tenham existido associações operárias católicas, nos bairros operários. Elas estão, porém, ideologicamente na franja do movimento dominado por inteiro pelos anarquistas e mais tarde pelo Partido Comunista do Brasil. Não é o catolicismo e sim o anarcossindicalismo que fornece os instrumentos de análise e de luta ideológica da classe operária.

Pe. Júlio Maria pregou nos primeiros anos da República uma aliança entre a Igreja e o povo que viesse enfim substituir sua tradicional aliança com o Estado. Júlio Maria via na separação entre a Igreja e o Estado antes um bem do que um mal e a possibilidade histórica de esta voltar-se enfim para o povo.[8]

Seu projeto tem voltado sistematicamente em certos momentos da história recente do Brasil, cada vez que acontecimentos políticos e sociais têm permitido o avanço das classes populares. Esse projeto de aliança com o povo não está de todo ausente, em que pesem todas as ambigüidades no correr das grandes manifestações populares arregimentadas por Dom Leme no curso do ano de 1931. O recurso à ampla mobilização popular é rapidamente abandonado desde que os primeiros resultados foram alcançados.

Esse projeto de aliança com o povo renasce nos primeiros anos da década de 60, com o Movimento de Educação de Base, a mobilização do campo através dos sindicatos rurais e a radicalização da Juventude Universitária Católica. A intensa repressão de 1964 e o recuo da Igreja fizeram-no abortar novamente.

É somente na década de 1970 que as comunidades de base no campo e na cidade vão selar um novo pacto entre segmentos importantes da Igreja e movimentos populares tanto urbanos como rurais.

Seria viável o projeto do Pe. Júlio Maria, nas primeiras décadas da República? A resposta deve ser não, consideradas as alianças de classe da

[8] Margareth Todaro, *Pastores, prophets and politicians: – study of the Brazilian catholic Church, 1916-1945*, Univ. Microfilms, Ann Arbor, Michigan, 1971.

Igreja, herdadas de sua prática anterior. Cortada do aparelho do Estado e do pequeno círculo das oligarquias liberais, ela continuava profundamente ancorada em sua aliança de classe com as oligarquias conservadoras, participando ativamente do sistema coronelístico e guardando através dessa aliança com os proprietários rurais sua hegemonia sobre a grande massa rural. Num único lugar há uma alteração sensível dessa aliança: nas zonas de colonização italiana e alemã do Rio Grande do Sul e em Santa Catarina. Estabelecem-se, aí, entre a sociedade dos imigrantes, proprietários de pequenos lotes de terra e a Igreja, profundos laços.

É em torno das capelas por eles mesmos construídas, na ponta das linhas e dos travessões das demarcações, que se estrutura toda a sociedade local. Nas colônias alemãs, ao lado da capela, funciona a escola de primeiras letras, e, nas colônias italianas, o campo de "boccia" e o salão de reuniões e festas do grupo. A religião constitui a tessitura mesma dessas sociedades.

Aqui a aliança da Igreja não é com o grande, mas com o pequeno proprietário e mesmo com os operários e os donos das pequenas indústrias, de caráter artesanal e familiar, que vão brotando em todas as vilas e pequenas cidades da região da colônia.

Na área da grande imigração para São Paulo não se repete essa aliança da Igreja. Ela volta a lançar mão, para o seu acesso aos colonos das fazendas de café, da mediação do fazendeiro, que é quem constrói a capela, organiza as festas e manda buscar o padre. O grande proprietário continua apropriando-se da religião e sendo o elo de ligação obrigatório entre a Igreja e a massa rural.

Não é, pois, de estranhar que a grande corrente imigratória vinda para São Paulo, mesmo provindo de regiões profundamente católicas do Norte ou do Sul da Itália, da Espanha rural ou de Portugal, não tenha conseguido guardar nem língua, nem tradições e nem essa espontânea ligação com a religião, que fez as comunidades rurais gaúchas e catarinenses fornecerem milhares de vocações sacerdotais e religiosas à Igreja. No Sul, a religião e a Igreja são propriedade do próprio povo, a capela foi por ele construída e entre a comunidade e o padre não se interpõe nenhuma outra autoridade social.

Seria possível estender o mesmo modelo de articulação da Igreja verificado no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina para o restante do país? Certamente que não. Faltavam as condições objetivas para a sua implementação. De um lado, o acesso à terra que libertasse o trabalhador rural de sua secular subordinação ao grande proprietário; de outro, é necessário

considerar o caráter de imigração dessas sociedades implantadas no Sul. Os seus sacerdotes vinham diretamente da Itália e da Alemanha, ou então da Polônia. Nessas regiões não existe choque algum.

Nas outras áreas do Brasil, a Igreja que emerge com a República corre o risco inverso.

Do mesmo modo que as elites dirigentes do país se subordinam às ideologias dominantes na Europa e nos Estados Unidos, ao liberalismo, ao positivismo, a Igreja vai seguir um caminho paralelo, na sua reforma. Se as elites tornam-se "estrangeiras" na sua cultura, também a Igreja, fazendo vir da Europa uma centena e meia de congregações e ordens religiosas masculinas e femininas, num curto período de 30 anos, vai se europeizar e romanizar, tornando-se estranha à religião luso-brasileira, até então praticada pelo povo e veiculada pela Igreja.

Essa nova religião entra em conflito com os costumes do povo e nos santuários tradicionais trava-se uma luta surda entre os missionários vindos da Europa e a prática do povo rotulada de ignorância e superstição, quando não de fanatismo.

Como estabelecer nesse momento de romanização do catolicismo brasileiro uma aliança com o povo?

O ganho desse catolicismo europeizado, mais intelectual e racionalista, vai se dar justamente no seio das elites também europeizadas, e é entre elas, abaladas pela guerra e pelo fim do mito do progresso e da racionalidade capitalista e liberal, que a Igreja vai colher uma série importante de conversões de homens de letras, homens de Estado, diplomatas e cientistas. Muitos retornam à fé de sua infância e de seus pais.

A estratégia principal da Igreja na época republicana não visa diretamente ao povo e sim às elites. É estabelecendo uma rede importante de colégios em todo o país que a Igreja conta cristianizar as elites, para que estas por sua vez "cristianizem" o povo, o Estado, a Legislação. É uma estratégia de reforma pelo alto, sobrando para o povo, sobretudo da zona rural, as visitas do missionário para a desobriga pascal, os batizados e casamentos e a pregação das Santas Missões. No mais, o povo continuará a viver uma religião doméstica de "muito santo e pouca missa" afastado do padre e da prática sacramental da Igreja.

Para esse povo, nada mudou com a separação entre a Igreja e o Estado, a não ser a nova orientação da Igreja apoiada no crescente concurso de padres e congregações estrangeiras, que os afetava apenas esporadicamente em sua prática doméstica e privada da religião ou, então, em seus terços e festas do padroeiro. E do mesmo modo em que há um conflito entre o

aparelho eclesiástico e o Governo, há um conflito que se instala entre o povo e suas devoções e o clero e sua doutrina. O povo vivendo uma pauta tradicional luso-brasileira; o clero esmerando-se por uma pauta europeizante e romanizante.

Neste sentido é preciso reexaminar a fundo o discurso tanto da Igreja contra o Estado laico,quanto do Estado liberal em relação à Igreja.

Divórcio entre o Estado e a nação e entre a Igreja e o povo

Consumada a separação entre a Igreja e o Estado, a Igreja não cessará de denunciar o divórcio entre o Estado leigo, para não dizer laicista, e a nação católica, em sua grande maioria. O ensino principalmente era visto como uma grande violência imposta à consciência católica. Seu caráter leigo conflitava com a fé da maioria dos alunos e com a fé professada pela nação.

Toda a campanha da Igreja – e ela será constante – está vazada na luta pelos "direitos" da maioria que deviam traduzir na legislação e na prática do Estado os sentimentos católicos do povo brasileiro.

Uma distinção proposta por Pedro Ribeiro de Oliveira entre aparelho eclesiástico e aparelho religioso pode aclarar as realidades ocultadas pelo discurso eclesiástico.[9]

Se a separação entre a Igreja e o Estado afetava profundamente o aparelho eclesiástico a ele ligado, por outro lado nada ou quase nada alterava, no funcionamento do aparelho religioso, a religião vivida pelo povo e não pelo corpo de dirigentes eclesiásticos.

O povo continuava em suas práticas religiosas, com seus santos e suas devoções, com suas promessas e peregrinações aos santuários tradicionais. Continuava batizando seus filhos e casando-se quando passava o padre. Todo o problema do registro civil e do casamento civil não se coloca no vasto interior e em toda a zona rural do início da República, por ser sua prática impossível. Até hoje, passados 90 anos da República, não é raro que o único documento de muita gente do interior seja apenas a certidão de batismo.

Toda a questão escolar, ponto nevrálgico da disputa entre a Igreja e o Estado, não atingia a população pobre, inteiramente ausente do sistema escolar. Também a Igreja não se preocupava em abrir escolas para o povo, salvo na situação toda especial já mencionada dos imigrantes das áreas de colonização do Sul, estando sua estratégia voltada para os filhos das clas-

---

[9] Pedro A. Ribeiro Oliveira, *Religion et Hégemonie de Classe dans l'instauration du Capitalisme au Brésil*, Université Catholique de Louvain, Louvain, 1979, vol II.

ses dominantes. Essa mesma questão do ensino religioso nas escolas oficiais não chegava a sensibilizar e mobilizar as classes dominantes, pois essas podiam sempre enviar seus filhos e filhas para os colégios de padres e freiras a elas destinados e aí obter sua educação religiosa.

Por isso mesmo, as reclamações da Igreja contra o Estado adquirem um caráter mais retórico do que real.

Só na década de 20, as questões até então agitadas pelo aparelho eclesiástico ganham a opinião pública, através do grupo de intelectuais católicos que fazem suas as causas da Igreja hierárquica. O momento apresenta-se propício, pois o Estado oligárquico entra em crise e seu discurso sobre o progresso e a modernidade perde consistência numa situação de crise. Há uma crise de legitimidade do Estado oligárquico liberal, e a Igreja oferece-se para socorrê-lo, em troca da mudança de seu estatuto na sociedade e nas suas relações com o poder.

Duas figuras são centrais nesse novo processo: o convertido Jackson de Figueiredo e o então Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme. Jackson vai por todos os meios tentar acordar os católicos, mobilizar os indecisos, organizar a "reação" católica. Segundo o testemunho de Alceu Amoroso Lima, o último qüinqüênio da vida de Jackson de Figueiredo, que morre em 1928 aos 37 anos, "foi marcado por uma extraordinária atuação através do jornalismo e da militância em defesa da Igreja. Divergindo das idéias esteticistas dos jovens intelectuais brasileiros, do Rio e de São Paulo, empenhados na revolução das artes, como dos "Tenentes" de 1922 e de 1924, que se propunham a reformar os costumes políticos, lançou-se com todo o entusiasmo e energia em promover a Revolução Espiritual, iniciando o movimento católico de formação intelectual.

Jackson era um conservador, um tradicionalista, um antiliberal, mas ao mesmo tempo um nacionalista jacobino e um feroz antiplutocrata".[10]

No primeiro número da revista *A Ordem*, do Centro Dom Vital, de agosto de 1921, Jackson declara que o nacionalismo não corresponde a um movimento de ódio contra o estrangeiro europeu, mas um movimento para que seja "um fato a autonomia do brasileiro em sua própria terra, para que a direção intelectual e política da nação tenha caráter positivamente brasileiro".[11]

---

[10] Alceu Amoroso Lima, *Memórias Improvisadas – Diálogo com Medeiros Lima*, Petrópolis, Vozes, 1973, p. 118.

[11] Jackson Figueiredo, "Nosso Programa", *in A Ordem*, Rio de Janeiro, Centro D. Vital, vol. I, nº 1, agosto, 1921, pp. 1-2.

Para contrapor-se à vaga revolucionária, tentará organizar um partido católico que materializasse no plano político as reivindicações da Igreja e que oferecesse ao Estado acuado pela vaga revolucionária o apoio sólido da maioria da população. Contido por Dom Leme no seu propósito de fundar um partido político católico, canaliza para a revista *A Ordem* e para o Centro Dom Vital seu combate. Reúne em torno de si um grupo pequeno, mas crescente, e extremamente combativo de intelectuais, que se convertem ao Catolicismo ou trocam um catolicismo tradicional e acomodado por um catolicismo praticante e militante.

Dom Leme, por sua vez, com a Carta Pastoral dirigida em 1916 aos seus diocesanos ao tomar posse da Arquidiocese de Olinda, inaugura uma tomada de consciência nova do Catolicismo brasileiro, traçando ao mesmo tempo um programa de luta. Não se restringe a descrever a situação do Catolicismo no Brasil e a apontar suas deficiências. Procura ademais identificar as causas e a propor um plano de ação que vai perseguir de modo incansável ao longo de toda sua vida de Arcebispo de Olinda (1916-1921), Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro (1921-1930) e de Cardeal-Arcebispo do Rio (1930-1942).

Parte Dom Leme da constatação corrente de que os católicos são uma maioria no país, mas pergunta-se: "Que maioria *católica* é essa, tão insensível, quando leis, governos, literatura, escolas, imprensa, indústria, comércio e todas as demais funções da vida nacional se revelam contrárias ou alheias aos princípios e práticas do Catolicismo? (...) Obliterados em nossa consciência os deveres religiosos e sociais, chegamos ao absurdo de formarmos *uma grande força nacional, mas uma força que não atua e não influi, uma força inerte. Somos, pois, uma maioria ineficiente*".[12]

A causa dessa ineficiência é a ignorância religiosa, tanto dos intelectuais como dos simples, e a falta de ação social católica.[13]

Mas essa causa tem também sua raiz no próprio regime republicano: "Tenhamos a sinceridade cristã de o confessar: somos uma maioria que não atua, dizíamos há pouco; agora acrescentamos: *somos uma maioria asfixiada.*

O Brasil que aparece, o Brasil-nação, esse não é nosso. É da minoria.

A nós, católicos, apenas dão licença de vivermos.

Que humilhação para a nossa fé".[14]

---

[12] Dom Sebastião Leme, *Carta Pastoral de D. Sebastião Leme, Arcebispo metropolitano de Olinda, saudando a sua arquidiocese*, Petrópolis, Vozes, 1916, p. 6.

[13] *Ibidem*, p. 15.

[14] *Ibidem*, pp. 16-17.

Retórica e realidade na separação entre Igreja e Estado

Deixando de lado a retórica laicista do Estado na Primeira República e também o discurso oposicionista da Igreja frente ao Estado leigo, cumpre investigar a realidade que emerge bem mais complexa e matizada.

Tendo a Assembléia Constituinte de 1891 rejeitado algumas medidas que constavam do Anteprojeto de Constituição, como a expulsão dos jesuítas do país, a proibição das ordens religiosas, a ruptura de relações diplomáticas com a Santa Sé, consagrou, entretanto, a plena separação entre a Igreja e o Estado, incluindo os seguintes dispositivos: 1) liberdade de crença e de culto; 2) casamento civil; 3) secularização dos cemitérios; 4) ensino leigo nas escolas públicas; 5) proibição de qualquer subsídio do Estado ou qualquer relação de dependência ou aliança entre o Estado e qualquer Igreja ou de qualquer interferência na prática de qualquer culto religioso; 6) perda de direitos políticos de quem se isentasse de algum dever cívico por motivo de crença religiosa; 7) proibição de votar e de ocupar cargos eletivos aos membros das ordens monásticas, associações, congregações ou comunidades sujeitas a voto de obediência, regra ou estatuto que implicasse a renúncia à liberdade individual.[15]

Na República Velha, o princípio federativo abre espaço para que cada Estado trace em sua Constituição e em sua prática uma linha de conduta amoldada às realidades locais. Seria preciso um exame exaustivo das Constituições estaduais para retraçar o estatuto jurídico da Igreja nos Estados. Não padece dúvida, entretanto, que nem todas as Constituições alcançam a homogeneidade ideológica e programática impressa por Júlio de Castilhos à Constituição do Rio Grande.

A Constituição rio-grandense caracteriza-se, no dizer de Joseph Love, por "uma estrita e exagerada separação entre os poderes 'espiritual' e 'temporal'". Ao invés, figura no preâmbulo da Constituição de Minas Gerais o nome de Deus, abolido da Carta Magna do país.

A interdição absoluta de subvenção a cultos religiosos, explícita no art. II, § 2º da Constituição Federal, é contornada, por exemplo, no Estado de São Paulo, em cujo orçamento, sob o item Auxílio e Subvenções, é destinada regularmente aos missionários capuchinhos determinada soma para a "Catequese dos Índios do Estado".[16]

Além da latitude deixada pelo princípio federalista, percebe-se a incapacidade do Estado em tornar efetiva sua legislação referente à Igreja, seja

---

[15] Thales Azevedo, *Igreja e Estado em Tensão e Crise*, Ática, São Paulo, 1978, pp. 81-82.
[16] Horta L. B. Barboza, "Notas sobre a Catequese em São Paulo", pp. 75 e segs.

pela resistência da população, seja pela absoluta ausência de meios para pô-la em execução, como é o caso do registro civil.

Entre os casos de resistência, pode-se citar a recusa generalizada do casamento civil entre as populações do interior. Antônio Conselheiro pregava pelos sertões da Bahia a desobediência civil: "...Essas verdades demonstram que o casamento é puramente da competência da Igreja, que só seus Ministros têm poder para celebrá-lo; não pode, portanto, o poder temporal, de forma alguma, intervir nesse casamento..." "Assim, pois, é prudente e justo que os pais de famílias não obedeçam à lei do casamento civil...".[17]

Mais corrente era a ausência pura e simples de cartórios de paz e de registro civil em extensas regiões, as dificuldades financeiras e de locomoção da população. Mesmo a Igreja, para muitas populações do interior, só chegava de forma esporádica durante a desobriga pascal ou pela passagem de algum missionário. Muitos dos casamentos eram apenas de reparação, por ocasião do batismo do primeiro filho.

As leis da República laica não chegavam lá onde mesmo a Igreja tinha dificuldades de manter um atendimento regular.

A proibição de assistência religiosa às Forças Armadas foi habilmente contornada durante a campanha de Canudos, como relata Frei Pedro Sinzigo: "Nesse meio-tempo (agosto de 1897), se havia formado na Bahia um Comitê Patriótico para o tratamento das vítimas da guerra civil; por toda parte angariavam donativos e em todas as esquinas mais movimentadas da cidade haviam colocado caixas para esmolas. Já que o Governo da nação, aliás católica, nada fazia para o bem moral dos soldados e feridos, não admitindo capelães militares, o Senhor Wagner, protestante, Presidente do Comitê Patriótico, dirigiu-se aos superiores do convento franciscano, alemães, e ao convento dos capuchinhos italianos, pedindo-lhes enviassem ao sertão um ou mais sacerdotes... O Governador do Estado ordenou, por sua parte, que se pusesse à disposição dos respectivos religiosos um trem especial, para os levar até Queimadas, onde poderiam preparar tudo".[18]

Ainda no campo da assistência religiosa às Forças Armadas, o Presidente da União Católica dos Militares, em carta ao Cardeal Dom Leme de 23 de julho de 1941, relatava: "Devemos recordar ainda que foi com a

---

[17] Ataliba Nogueira, *Antônio Conselheiro e Canudos – Revisão Histórica. A obra manuscrita de Antônio Conselheiro que pertenceu a Euclydes da Cunha*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1974, p. 178, nº 607.

[18] Frei Pedro Sinzigo, "Diário inédito de um frade franciscano nos Canudos – 1897", *in* Vozes, Petrópolis, ano 69, nº 5, jun./jul., 1975, p. 382.

emulação desses primeiros movimentos de apostolado que a União Católica dos Militares solicitou e obteve, pela primeira vez na vigência da República, por designação da Arquidiocese de São Paulo, na campanha do Paraná, em 1925, o seu primeiro Capelão dos Militares em serviço de guerra, na pessoa do então Frei Luiz de Sant'Ana, hoje ilustre Bispo de Botucatu".[19]

3. A IGREJA E A REVOLUÇÃO DE OUTUBRO

Não é uniforme a reação, tanto mais que a Igreja do período republicano, sem instrumentos de coordenação, não tem uma feição nacional, nem uma oposição comum perante as situações e acontecimentos.

A linha divisória das opiniões e simpatias no seio da Igreja corre o mais das vezes paralela às divisões existentes na sociedade brasileira e nos diferentes Estados. De modo geral, a Igreja não tinha por que alinhar-se com a República Velha, que consumara a separação entre a Igreja e o Estado e a mantivera excluída da ordem pública.

Os votos da classe média, do eleitorado urbano, das oposições oligárquicas tendiam em 1929-30 para a Aliança Liberal em oposição a Washington Luiz e a seu candidato Júlio Prestes. O situacionismo continuava com o Governo central, salvo em Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba. A campanha aliancista aprofunda-se com a cisão das oligarquias e com o apoio da pequena burguesia e de boa parte do *Tenentismo* também dividido. Os temas sociais que poderiam mobilizar a classe operária encontram pequena guarida na sua plataforma e na campanha eleitoral.

A derrota da Aliança nas urnas, apontada como fraudulenta, o assassínio de João Pessoa na Paraíba, a profunda crise econômica em que se debate a lavoura cafeeira abrem caminho para a Revolução de outubro. Damos a seguir a posição que assume o Episcopado em alguns dos Estados.

São Paulo e Minas Gerais

A situação da Igreja em São Paulo é peculiar. Dom Duarte Leopoldo e Silva (1907-1938) procurava manter a Igreja afastada da política. A oligarquia cafeeira e a burguesia financeira e comercial eram uma classe triunfante que não buscava aliados e intentava

[19] General-de-Divisão Francisco José Pinto, "Carta ao Cardeal D. Sebastião Leme", Rio de Janeiro, 23 de julho de 1941, *in REB*, Petrópolis, vol. I, fasc. 4, dez. 1941, p. 925.

manter a Igreja, o quanto possível, no âmbito das sacristias e de suas funções religiosas. "O velho Partido Republicano Paulista", escreve o cônego Castanho, "ainda tratava de longe a Igreja."[20]

Uma aproximação se esboçara durante as Comemorações do Centenário da Independência em 1922 e com a eleição de Washington Luiz para o Governo estadual. Na crise de 1930, o Presidente recebe manifestação de apoio do Arcebispo metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva.[21]

Por ocasião da Revolução Constitucionalista de 1932, o Arcebispo vai postar-se decididamente ao lado dos paulistas contra o Governo Federal.

Em Minas Gerais, o movimento de reaproximação entre a Igreja e o poder republicano é facilitado pela presença, no Governo do Estado, de um Presidente que professa publicamente sua fé católica, Antônio Carlos Ribeiro de Andrade. Também no Episcopado mineiro, a chegada de dois Arcebispos mais jovens, Dom Helvécio Gomes de Oliveira, em Mariana (1921-1960), e Dom Antônio dos Santos Cabral, em Belo Horizonte (1921-1967), sem ligação com o passado monarquista, é de molde a facilitar os entendimentos.

Antônio Carlos, antes mesmo da eleição para Presidente do Estado, expõe sua visão das relações entre a Igreja e o poder público: a formação religiosa é fundamental para a organização da sociedade e da política; à religião cabe encaminhar as novas forças sociais emergentes e colaborar na manutenção da ordem: "No Brasil, a ação católica tem de servir, imediatamente, de muralha à invasão dos propósitos revolucionários, que, tentando subverter ou comprometer a ordem social ou política, de fato só preparam e objetivam a ruína e o aniquilamento dos povos".[22]

À posse de Antônio Carlos, como Presidente, a 7 de setembro de 1926, a seu convite comparece todo o Episcopado mineiro. Dois dias antes, em discurso em Barbacena, toca em ponto essencial das reivindicações católicas, o ensino religioso dentro das Escolas do Estado:

> "Preciso salientar a verdade sabida de que a religião constitui fator máximo para a formação e aperfeiçoamento do caráter individual? O Estado leigo afeta aos pais de família esse importante aspecto da educa-

---

[20] Côn. Luiz Castanho Almeida, *São Paulo, filho da Igreja*, Petrópolis, Vozes, 1957, citado por Riolando Azzi, "O início da Restauração Católica no Brasil – 1920-1930 (II)", *in* SPES, Rio, nº 11, p. 79, nota 1.

[21] Hélio Silva, *1930, A Revolução Traída*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1966, p. 357, citado por Azzi, art. cit., p. 79.

[22] Azzi, art. cit. p. 68.

ção infantil; mas eu entendo que lhe é vedado ir até o extremo de proibir o ensino religioso nas escolas, desde que, em tal sentido, se verifique o pronunciamento expresso e includível dos que, pais ou tutores, diretamente respondem pelo destino da criança.[23]

Em 1928, por ocasião do Congresso Catequístico de Belo Horizonte, consegue a Igreja que se tornem realidade as palavras do Presidente Antônio Carlos: este autoriza o ensino religioso dentro do horário escolar. No ano seguinte, a autorização é convertida em lei pela Assembléia Legislativa e sancionada pelo Executivo a 12 de outubro de 1929. O Arcebispo de Belo Horizonte, dirigindo-se ao Presidente na cerimônia de assinatura da lei, diz: "Sim, Exmo Sr. Dr. Antônio Carlos, porque é V. Exa., sem possível contestação, o primeiro entre os estadistas e homens públicos brasileiros que, após 40 anos de esbulho, desde o início do regime republicano, ouve e acata os protestos e clamores da consciência católica, restituindo-nos o imprescritível e insofismável direito de ministrar aos nossos filhos, nas escolas oficiais mantidas com extremos sacrifícios do povo, o ensinamento vivificante da doutrina e da moral de Nosso Senhor Jesus Cristo."[24]

Em 1929, o Presidente Antônio Carlos e Minas Gerais comprometem-se com a Aliança Liberal e contam com a simpatia do Episcopado.

Estalando a Revolução, Dom Helvécio Gomes, no dizer de Riolando Azzi, desempenhou "papel análogo ao de Dom Leme no Rio na pacificação dos espíritos em prol da nova ordem que se estabelecia no país. A atuação de Dom Helvécio junto ao 11º Batalhão Federal, aquartelado em São João del-Rei, foi importante: sob seu conselho os chefes militares desistiram da luta, evitando vítimas e danos à cidade.

Ao ser fundada em Minas, no ano seguinte à revolução, a "Legião de Outubro", contando com nomes como os de Francisco Campos, Gustavo Capanema, Amaro Lanari e outros, tenta obter o apoio da hierarquia católica, endereçando carta a Dom Helvécio:

"O Reverendíssimo Mons. Artur de Oliveira foi por nós encarregado de levar a V. Ex.ª Reverendíssima, mais uma vez de viva voz, a certeza de que a Legião de Outubro consigna, no seu programa, as mais relevantes

---

23 *Ibidem*, p. 73.

24 *Ibidem*, p. 81.

reivindicações católicas, e empenhará todos os seus esforços no sentido de vê-las realizadas. Entre tais reivindicações já se articularam os efeitos civis ao casamento religioso, o reconhecimento da Igreja Católica como da maioria dos brasileiros, a sanção civil às penas eclesiásticas, e a estas acrescentaremos agora a assistência religiosa às Forças Armadas.

Tais propósitos não nasceram do mero desejo de conciliar o aplauso da maioria dos brasileiros, nem unicamente do profundo sentimento católico dos seus fundadores, senão ainda e, sobretudo, da firme convicção que nutrimos de que é incorrer em grave erro político fazer o Governo de um povo, sem a precisa atenção a seus verdadeiros sentimentos.

A Legião de Outubro pretende continuar a obra da Revolução e assegurar a plena efetivação de seus objetivos; os quais todos se encaminham para o maior desenvolvimento material e espiritual do Brasil: assim tem forçosamente que apelar para a Igreja Católica, que lutou em todos os tempos pelos maiores e mais belos ideais humanos, sob pena de soçobrar, como todos os nossos partidos políticos, que a ela não pediram nem inspiração nem concurso".[25]

A presença de Francisco Campos no Ministério da Educação foi canal importante para fazer chegar ao Governo Provisório as reivindicações católicas, em especial no campo da educação.

Rio Grande do Sul

Aí, a Igreja alinha-se decididamente ao lado de Getúlio Vargas, seguindo a tendência de todo o Estado, ao ter pela primeira vez um candidato gaúcho à Presidência da República. A unanimidade num Estado tão irremediavelmente dividido entre republicanos e libertadores só foi possível pelo Acordo entre as oligarquias no poder e a oposição, firmado em Pedras Altas, com o concurso da Igreja, entre outros, conforme depoimento do Arcebispo Dom João Becker: "Não quero alardear grandezas nem merecimentos, mas, os arquivos mudos falarão, um dia, com uma eloqüência irrespondível." E depois de enumerar outras suas intervenções quando das revoluções de 1923 e 1924 no Estado, acrescenta: "E quando as negociações de paz em Pedras Altas estavam na iminência de fracassar, consegui ainda que os delegados não se retirassem antes que o convênio fosse assinado. Cessada a pugna e assinado o pacto de pacificação, recebi, de ambos os lados, as manifestações

[25] *Ibidem*, p. 97.

mais inequívocas de apreço e aplausos à minha atuação pacificadora durante aquela luta fratricida...".[26]

Durante a campanha da Aliança Liberal, o Arcebispo presta inequívoco apoio a Getúlio Vargas em sermão durante a missa, mandada celebrar pela Irmandade do Divino Espírito Santo, em ação de graças pelo feliz regresso de Getúlio Vargas de sua excursão política ao Rio e a São Paulo. O arcebispo conclui seu sermão, dizendo: "Falta-nos na suprema direção da Pátria um novo Moisés que tenha a audácia cívica de escolher a N. Senhor Jesus Cristo para guia da Nação, que tenha a coragem de restabelecer os direitos, os ensinamentos e as leis de Deus em todos os departamentos da sociedade brasileira. Quem o será? Como todos os Estados, o RS tem o direito inconcusso de apresentar seu candidato, como o fez. Eu quisera, como todos os presentes o desejam, que este Moisés regenerador da República surgisse do meio do heróico povo gaúcho, que partisse do alto das nossas coxilhas verdejantes e, sob as bênçãos da Igreja e as aclamações de todos os rio-grandenses e todos os brasileiros, realizasse esse sublime ideal da grandeza e felicidade do Brasil".[27]

O apoio não é menos discreto no momento em que estala a Revolução contra Washington Luiz a 3 de outubro de 1930. A Igreja do Rio Grande do Sul se mobiliza. Respondendo a convite da Cúria de Porto Alegre, 52 padres apresentam-se como voluntários para seguirem as tropas como Capelães militares. A 8 de outubro, o Arcebispo dirige-se em visita a Getúlio Vargas, reiterando o oferecimento, já anteriormente expresso, de "seguirem sacerdotes para o campo das operações militares, para assistência espiritual das tropas. O Sr. Presidente aceitou com muito agrado e baixou desde logo as necessárias determinações, em virtude das quais, na mesma tarde, uma hora depois, seguia com o Corpo de Saúde, o primeiro Capelão Militar".[28] Este primeiro capelão foi o Pe. Vicente Scherer, hoje Cardeal-Arcebispo de Porto Alegre, e na época Secretário Particular de Dom João Becker. Nas igrejas foram organizadas coletas para a compra das alfaias e cálices, missais e altares de campanha, além de material religioso a ser distribuído entre a tropa.

---

[26] Dom João Becker, "Discurso no 26° aniversário de sagração episcopal (13/9/1934)", *in* UNITAS, Porto Alegre, ano XXI, ag./set./out, 1934, pp. 368-369. Cf. Edgard Carone, *A República Velha – Evolução Política*, Difel, São Paulo, 1971, pp. 364-367.

[27] Dom João Becker, "Discurso proferido por ocasião da Missa (...) em Ação de Graças pelo feliz regresso da excursão política ao Rio e São Paulo do Ex.mo Sr. Dr. Getúlio Vargas e sua digníssima esposa". (Porto Alegre, 12/1/1930), *in UNITAS*, ano XVII, n.os 1-2, jan./fev. 1930, p. 51.

[28] "Capelães militares", *in UNITAS*, ano XVII, n.os 10-11-12, out./nov./dez. 1930, pp. 501-504.

Os sócios da União de Moços Católicos formaram um grupo de padioleiros e seguiram para a frente com seu Capelão. Religiosas se apresentaram para os hospitais de sangue.

Dom Becker não se contentou com a prestação de socorros humanitários e religiosos assumindo clara posição política. Diante da propaganda do Governo central que apresenta a Revolução como comunista e desordeira, o Arcebispo irradia mensagem aos episcopados nacional e estrangeiro: "Condenando a campanha difamatória movida contra nossa terra e nossa gente, faço essa declaração como Bispo brasileiro em testemunho da verdade. A Revolução do Estado do Rio Grande do Sul tem caráter puramente político, está completamente alheia ao comunismo, cujas doutrinas e perversas práticas repele com energia. As instituições sociais e religiosas nada têm sofrido... O sentimento religioso anima e fortalece nossos soldados. O Governo nomeia Capelães militares de pleno acordo comigo. O clero está identificado com o povo... Queira o Deus dos exércitos abreviar os dias de luta e conceder-nos a paz de Norte a Sul, para a felicidade da Pátria e glória da religião".[29]

Em 16 de outubro envia o Arcebispo carta ao Cardeal Eugênio Pacelli, Secretário de Estado, reiterando os propósitos da mensagem radiodifundida e pedindo que transmita a comunicação ao Papa Pio XI e ao corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé.[30]

Telegrafa também a Dom Sebastião Leme no Rio de Janeiro, a 21 de outubro: "A Revolução não tem caráter comunista, mas exclusivamente político. Rogo a Vossa Eminência intervir na sorte dos presos políticos. Vossa Eminência prestará grande serviço à Nação, se promover a única solução possível que o caso atualmente oferece, a fim de evitar o derramamento inútil de sangue e poupar a vida a muitos brasileiros".[31]

Dom Becker concede entrevista ao jornal argentino *La Nación*, na mesma linha das declarações anteriores.

Confirmada a vitória da Revolução, passa telegrama a Getúlio Vargas: "Aceite V. Ex.ª minhas calorosas congratulações e cumprimentos fulgurante triunfo. Meus votos se realizaram. Regenerador República surgiu do meio nosso heróico povo gaúcho. Partiu do alto de nossas coxilhas verde-

---

[29] "Uma Mensagem do Arcebispo Metropolitano" (11/10/1930), *ibidem*, pp. 504-505.
[30] "Epístola dirigida pelo Arcebispo Metropolitano à Santa Sé" (16/11/1930), *ibidem*, pp. 505-506.
[31] "Um telegrama a Dom Sebastião Leme" (21/10/1930), *ibidem*, p. 506.

jantes. Chegou Rio sob as bênçãos de Deus e aplausos delirantes da Nação."[32]

Getúlio responde: "Sinceros agradecimentos pelas vossas congratulações, que refletem no seu entusiasmo a nobre atitude do clero riograndense."[33]

No mesmo dia 1º de novembro realiza-se solene *Te Deum* de ação de graças pela vitória da Revolução, celebrado no campo da Redenção em Porto Alegre, pelo Arcebispo, na presença de 20.000 pessoas.[34]

Rio de Janeiro

No Rio de Janeiro, a atitude da Igreja, na pessoa de Dom Leme, é bem diversa, cautelosa e de absoluta neutralidade. O Arcebispo desembarca da Europa, onde fora receber sua investidura cardinalícia em meados de outubro, quando a rebelião já é vitoriosa no Sul e avança para a capital. "Desde bordo, fora procurado por um amigo, jovem oficial, que lhe comunicara, da parte dos Generais, o projeto de golpe, e lhe dissera as esperanças nele depositadas pelos Chefes militares no sentido de obter do Governo a aceitação de um Acordo. O Cardeal fora taxativo: poderia trabalhar *espontaneamente* pela paz, não poderia jamais ligar-se a um movimento revolucionário, fosse ele qual fosse. A doutrina da Igreja é, neste ponto, formal. Passados dias, sempre através do mesmo oficial, Dom Leme insiste junto aos Generais para que renunciem a um golpe de armas. Ele, Cardeal, tentará obter que o Presidente aceite uma fórmula de conciliação que evite mais derramamento de sangue, mas que ressalve "o princípio da Autoridade, a Ordem Constitucional, a dignidade da Lei e dos depositários do Poder".[35] As gestões de Dom Leme junto a Washington Luiz foram infrutíferas e só quando as fortalezas decidem bombardear o Palácio Guanabara, já cercado por tropas insurretas, consegue o Cardeal um Acordo *in extremis* com os Chefes militares, visando apenas salvar a vida do presidente e de seus auxiliares. Este sai do Palácio, acompanhado pelo Cardeal sob o apupo e as ameaças da multidão e mesmo da tropa, sendo conduzido prisioneiro para o Forte de Copacabana ao anoitecer de 24 de outubro. A Primeira República, que iniciara sua história estabelecendo a separação entre a Igreja e o Estado, e excluindo a Igreja da nova ordem liberal positivista, sai paradoxalmente de cena,

---

[32] "Telegrama do Dr. Getúlio Vargas" (1/11/1930), *ibidem*, p. 509.

[33] *Ibidem*, p. 509.

[34] "O Deum da Vitória", *ibidem*, pp. 510-511.

[35] Irmã Maria Regina do Santo Rosário, *O Cardeal Leme (1882-1942)*, Rio, José Olympio Ed., 1962, p. 218 - Cf. cap. XVI, "Revolução outubrista", pp. 216-226.

40 anos depois, pelas mãos de um membro da hierarquia da Igreja. Ingressa o Presidente deposto na mesma fortaleza, de onde a 5 de julho de 1922 saíram os primeiros jovens oficiais, os Tenentes, para combater a República oligárquica.

De todo o episódio se depreende que não há uma atitude de conduta uniforme perante os acontecimentos da Revolução, mesmo entre as mais altas figuras da Igreja.

Algumas conclusões emergem porém dos acontecimentos: 1. Há no RS e em Minas Gerais uma secreta esperança de que a mudança política leve a uma mudança da situação da Igreja na sociedade brasileira e nas suas relações com o Estado. Estava quebrado na prática o alheamento entre as duas instituições ao longo dos anos 20 e nos episódios decisivos da Revolução de outubro. 2. Ao insistir Dom Becker que a Revolução é puramente política e não comunista, contrapondo político a comunista, o Arcebispo tenta apenas negar a outra face da Revolução. No bojo da revolta política cresce, de fato, a reivindicação social e outras classes assomam à cena. No dizer de uma arguta observadora: "A revolta de ora em diante não seria apenas um movimento de elites políticas – revolução "aristocrática" de Chefes liberais – mas traria no seu bojo toda a paixão e todas as ameaças das reivindicações populares".[36] E, de fato, a década de 30 será dominada pelo aprofundamento da questão social, pelo crescimento e pela radicalização política da pequena burguesia e do operariado.

Em 1930, a Igreja já está mudando o registro de suas preocupações. Na medida em que o Estado laico se aproxima de seu fim, é outro o adversário que se perfila: Leonardo Van Acker, Professor de filosofia tomista, ao registrar a fundação em São Paulo, no primeiro semestre de 1930, do Instituto Ozanam, "que como o Centro D. Vital objetiva a concentração das forças intelectuais católicas", acrescenta: "Enquanto o Centro Dom Vital encarna a luta contra o Liberalismo, o Instituto Ozanam simboliza a luta contra o comunismo."[37]

Também no Rio Grande do Sul, a 19ª Carta Pastoral de Dom Becker de 13 de setembro de 1930 versa sobre "O Comunismo russo e a civilização cristã". A carta tem nítido endereço, reagindo contra a Confederação Geral do Trabalho do Brasil fundada no Congresso Trabalhista de 26 de abril de 1929.

---

[36] *Ibidem*, p. 216.

[37] Leonardo Van Acker, "Por que o Instituto Ozanam?" *in A ORDEM*, vol. 10, nº 7, junho 1930, pp. 241-247.

A carta faz um apelo às Forças Armadas, às classes conservadoras, cuja existência se ameaça destruir, aos poderes públicos, aos fazendeiros, aos intelectuais, à imprensa para que se defendam contra "a onda vermelha que no seu advento os pretende destruir". Apela também para as dignas classes operárias, "tão livres e tão pacíficas", para que não se deixem iludir.[38]

Antes mesmo de desencadeada a Revolução de 30, a mudança de registro já é notável e, se a Igreja vai lutar pela mudança de seu estatuto jurídico na sociedade brasileira, o fará em grande parte no sentido de prestar seu concurso espiritual e ideológico ao fortalecimento do Estado e do bloco das classes dominantes, em face da ascensão política das classes subalternas.

Quinze anos depois, ao apagar das luzes do Estado Novo, quando a sociedade se apresta a reassumir tarefas confiscadas pelo Estado, e é reaberto o debate político e social, o Episcopado do Rio Grande do Sul retorna com uma pastoral coletiva, tendo novamente por tema "O comunismo e o momento nacional".[39] Se a posição continua sendo de combate e repulsa, há uma certa mudança do tom. Não se atribui mais o comunismo a causas exclusivamente religiosas, nem o horizonte principal é a Rússia. Ao lado de causas religiosas e morais, a carta acrescenta com toda clareza: "Um capitalismo egoísta e ateu, lenta e silenciosamente, gerou a injustiça social. Mas, se constitui um dever acenar para a presença do capitalismo na origem e na evolução da questão social, urge registrar, igualmente, com espanto e ansiedade, no tratamento comunista dessa crise, a presença da mesma concepção materialista que a gerou. Não será pelo comunismo que se há de superar essa angústia coletiva, amplamente desencadeada pelo capitalismo".[40]

O povo, os Tenentes e a Igreja

A 5 de novembro de 1930, o novo Ministro da Justiça Oswaldo Aranha concede entrevista ao *Correio da Manhã*: "O programa é o da Revolução. Estou aqui como delegado do povo. Não farei nada contra este e obedecerei aos seus ditames. Até aqui o povo obedecia aos programas dos Governos; agora é o Governo que vai obedecer ao povo".[41]

---

[38] Dom João Becker, "19ª Carta Pastoral – O comunismo russo e a civilização cristã" (13/9/1930) *in UNITAS*, ano XVII, nº 9, set. 1930, pp. 323-410 (pp. 406-407).

[39] "O comunismo e o momento nacional." Carta Coletiva do Episcopado do Rio Grande do Sul, (5/7/1945) *in UNITAS*, ano XXXIV, n.os 7-9, jul./set. 1945, pp. 181-184.

[40] *Ibidem*, p. 181.

[41] Hélio Silva, 1931 – *Os Tenentes no Poder*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, 2ª ed., p. 56.

Todos vão reclamar e vão se valer do povo nesta nova conjuntura aberta pela Revolução de 1930. Na realidade, três grupos ignorados ou combatidos pela República Velha desempenham papel importante no ano de 1931: dentro das Forças Armadas, os Tenentes, dentro do povo, o proletariado e, finalmente, dentro da Igreja, a mobilização popular.

A linguagem de Getúlio, a de 7 de novembro, é mais precisa do que a de seu subordinado ao apresentar o programa de seu Governo. Promete "instituir o Ministério do Trabalho, destinado a superintender a questão social, o amparo e a defesa do operariado urbano e rural".[42] Promete também "promover, sem violência, a extinção progressiva do latifúndio...".[43]

Quanto à extinção do latifúndio é escusado assinalar que nada foi feito e a questão entra novamente em pauta no atual Governo (1980), encobrindo o propósito de total abertura do campo às multinacionais e à capitalização intensiva. De 1930 a 1945 nenhuma melhoria vai atingir os trabalhadores do campo, privados das leis sociais urbanas, pois Getúlio lança mão da aliança com os grupos oligárquicos nos Estados atrasados. O PSD continuará depois de 1945 a política da aliança com os grandes proprietários enquanto o PTB exprimirá a aliança com os trabalhadores urbanos, numa política onde estes não podem obter a condução do processo social e político.

O decreto criando o Ministério do Trabalho e nomeando como seu primeiro titular Lindolfo Collor é dos primeiros atos do Governo, logo a 28 de novembro. A classe operária, temperada nas greves gerais de 1917 e 1919, duramente reprimida nos anos seguintes, passa do âmbito da polícia para o do Ministério do Trabalho, sem que se dispense o recurso à polícia, deixado sempre à mão. Colocada sob a tutela do Ministério do Trabalho em 1930, ela ganhará maior liberdade com a Constituição de 1934, mas sofrerá logo no ano seguinte os efeitos devastadores da Lei de Segurança Nacional, da dissolução da Aliança Nacional Libertadora, da repressão de novembro de 1935 e do regime corporativo de 1937. Lindolfo Collor deixa claro logo nos seus primeiros contatos com as lideranças operárias que o seu propósito é obter a colaboração entre as classes.

O Tenentismo é o outro elemento-chave neste primeiro momento da Revolução de 30. Começando com a revolta do Forte de Copacabana em 1922, ele marca uma forte politização do Exército, não mais nos seus

[42] *Ibidem*, p. 55.

escalões superiores, afeitos de longa data à possibilidade do poder e comensais do jogo político das oligarquias, mas, em sua base, provocando o rompimento da escala hierárquica. Os Tenentes propunham de um modo geral a "abertura do sistema político, o voto secreto, melhorias sociais e materiais".[44] Seu programa é nacionalista, antiliberal e com forte dose de autoritarismo. Se não é revolucionário nas suas reivindicações, ele o é certamente em seus métodos, pois não hesita em levantar-se em armas em 1922, 1924 e durante a longa trajetória da Coluna Prestes. São eles o braço armado da Aliança Liberal para a Revolução de 1930. Apresentam-se, porém, divididos neste momento: um grupo, tendo à frente Prestes, recusa-se a tomar parte na frente formada pela Aliança Liberal e cujo controle permanece em mãos da oligarquia. Suas reivindicações ganham cada vez mais uma pauta social ao lado da política e buscam uma aliança não mais com os políticos, mas com as classes exploradas para um projeto revolucionário. Em 1931, os Tenentes do segundo grupo, de conotação mais política, estão no poder em quase todos os Estados, sendo utilizados por Getúlio e pela Revolução para substituir os antigos políticos. Em muitos lugares eles tentam formar Legiões populares de apoio à Revolução de 30 ou multiplicar os Clubes 3 de Outubro, nem sempre com sucesso. Cerram fileiras para preservar o "espírito revolucionário" e impedir a volta das oligarquias, opondo-se firmemente à realização de eleições e à convocação de uma Constituinte.[45]

A Igreja apresenta-se também com uma estratégia própria no ano de 1931: prepara grandes concentrações populares, a fim de pressionar o Governo Provisório no sentido de atender às reivindicações católicas e impedir que o mesmo se incline para a esquerda.

Um traço comum une as atitudes do Governo, dos Tenentes, da Igreja. Com a criação do Ministério do Trabalho, o Governo tenta ganhar para si o concurso e o apoio da classe operária, neutralizando, porém, uma política autônoma da classe e submetendo-a duramente a partir de 1935. Os Tenentes tentam, por sua vez, de modo canhestro, ganhar apoio populista para sua manutenção no poder, sendo quase sempre ultrapassados em seus projetos pela habilidade dos políticos tradicionais, ou vencidos pelo controle que estes exerciam sobre a massa rural através do coronelismo

---

[44] Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*, Difel, São Paulo, 1976, 2ª ed., p. 384.

[45] Sobre o fenômeno tenentista, cf. Carone, *o.c.* "Apêndice – Exército e Tenentismo", pp. 381-394. Do mesmo autor, *O Tenentismo*, Difel, São Paulo, 1975, com a bibliografia anexa.

político e sobre o eleitorado urbano através do clientelismo. Subsistiram finalmente os Tenentes que se aliaram não ao povo, mas às oligarquias e aos coronéis, como Juracy Magalhães na Bahia. A Igreja mobiliza por sua vez o povo, no intuito de atingir propósitos nem sempre do povo em si, mas do aparelho eclesiástico.

Nessas atitudes todas, encontram-se as raízes do processo popular, onde o povo se faz presente, mas como aliado subalterno e servindo aos propósitos dos grupos em busca de hegemonia ou de participação no poder. Esse processo sobreviverá ao Estado Novo e vai constituir a base de todo o processo político-social de 1946 a 1964.

4. AS MANIFESTAÇÕES DE 1931

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil

As manifestações de 1931 são precedidas de um acontecimento importante pela força do seu simbolismo. Em toda a década de 30, a Igreja Católica perseguirá o objetivo de consolidar sua unidade em plano nacional, através de uma centralização e coordenação da direção episcopal e do apostolado dos leigos. Essa unidade havia sido assegurada durante o período colonial pelos mecanismos do Padroado, onde o Estado detinha o controle da Igreja. O rei e depois o Imperador eram virtualmente o Chefe da Igreja no país. Proclamada a República em 1889, cria-se um vazio de poder, logo preenchido por Roma, quando fracassam as tentativas dos Bispos brasileiros de criarem seus próprios mecanismos de articulação interna, guardando um certo controle sobre a Igreja brasileira.

A reivindicação dos Bispos brasileiros por um Concílio Plenário Brasileiro, datando dos primeiros dias da República, só se realiza em 1939, quarenta anos depois. Mas, em 1930, um primeiro acontecimento sela esta reunião do povo católico, em torno de um centro interno, ainda que seja a nível de uma devoção.

A 16 de julho de 1930, o Papa Pio XI, a pedido do Episcopado brasileiro, declara Nossa Senhora Aparecida como Padroeira do Brasil.

Até então, o padroeiro principal era São Pedro de Alcântara, por força do nome do primeiro e do segundo Imperadores do Brasil, ambos com o nome de Pedro. Impunha-se à nação o santo protetor da Casa reinante, de escassa penetração popular.

O fim da Monarquia não levou a Igreja a alterar o santo padroeiro do país. Num Episcopado, todo ele escolhido e nomeado pelo Imperador,

único segmento do antigo regime a não sofrer decapitação com a entrada da República, era impossível uma mudança, que, naquele momento, seria uma afronta.

O que guiou a Igreja em 1930 na escolha do padroeiro principal da nação, ao passar-se São Pedro de Alcântara para o padroeiro secundário?

Entre as invocações mais veneradas pela piedade católica, algumas havia que acompanhavam o país, praticamente desde os seus inícios como a de Santa Cruz, primeiro nome da terra descoberta por Cabral, cuja festa ocorre a 3 de maio. Esse dia chegou mesmo a ser considerado o do descobrimento, tendo-o José Bonifácio designado para início da Assembléia Constituinte de 1823. O erro se perpetuou a partir daí e, em 1935, Getúlio Vargas decretou feriado nacional "3 de maio, consagrado à comemoração da data da descoberta do Brasil" (Lei nº 108 – 29/10/1935).

Outro título venerável era o do Salvador, da Catedral da Bahia e padroeiro da primeira diocese brasileira e da Sé primacial, desde 1551.

Entre os santos podíamos encontrar Santo Antônio de Lisboa e São Francisco de Assis, de grande devoção popular em todo o país.

Entre as Virgens, algumas eram particularmente antigas, como a da Penha de Vitória no Espírito Santo, cuja primeira ermida foi erguida pelo irmão franciscano, Pedro Palácios, em 1558, ou a da Penha de França em São Paulo, do início do século XVII. Muito populares também eram as Virgens da Conceição, as Nossas Senhoras do Rosário, Padroeira dos escravos e homens de cor, N. S. de Nazaré, em Belém do Pará.

Por que a escolha de Aparecida?

Sua história é singela. Tirada das águas do Paraíba por pescadores encarregados do peixe para a comitiva do Conde de Assumar, em viagem de São Paulo para Minas, em 1717, é guardada na casa de Felipe Pedroso. Só em 1743, pede o Vigário de Guaratinguetá licença ao Bispo do Rio de Janeiro para erigir uma capelinha no local.

A escolha podia se justificar pelo fato de Aparecida ter-se tornado pouco a pouco um dos santuários de maior devoção popular do país. Entretanto, santuários de grande devoção e muitas romarias havia por todo o país, como o do Bom Jesus da Lapa, na Bahia, ou mesmo de Pirapora e Iguape, em São Paulo, ou São Francisco do Canindé, no Ceará.

A primeiríssima razão reside provavelmente no caráter mariano do santuário de Aparecida.

Outras razões podem ter pesado na escolha. Aparecida está no Vale do Paraíba paulista, num momento da história nacional em que a hegemonia econômica havia se transferido do Norte açucareiro e da minera-

ção do ouro nas Gerais, para o Sul cafeeiro, cujo primeiro berço de prosperidade foi o Vale do Paraíba fluminense e paulista.

Aparecida deita raízes na etapa colonial de nossa história, em que as vias de comunicação são os rios e em cujas margens nascem os santuários, quer seja nas margens do São Francisco, quer do Tietê, do Paraíba ou do Iguape.

Aparecida estava plantada no importante caminho ligando o Sul à antiga capital Rio de Janeiro e próxima da bifurcação que, franqueando a serra da Mantiqueira, levava a Minas Gerais. Por ali passou uma das primeiras estradas de ferro do Segundo Império.

Por outro lado, a imagem e o primeiro oratório não pertenceram a nenhum membro da classe dos grandes proprietários e senhores de escravos, coisa tão comum no Brasil colonial, onde as capelas eram construídas pelos senhores de engenho, de minas e de fazendas de gado ou café. Não fazia parte daquelas invocações apropriadas por alguma classe em particular ou algum grupo dominante, como era praxe acontecer. São José de Botas, retratado nos trajes do senhor de engenho, era padroeiro dos grandes senhores. Sant'Ana vinha sob os traços de uma senhora da aristocracia rural. N. S. dos Navegantes ou da Penha eram invocações de marujos, N. S. do Ó e do Bom Parto eram invocadas pelas mulheres grávidas. N. S. do Carmo era sempre das confrarias dos "homens bons", os brancos de posses, ficando N. S. das Mercês com os homens pardos e N. S. do Rosário para os homens pretos.

Aparecida estava em mãos dos que podíamos chamar, como Maria Sylvia de Carvalho Franco, os "homens livres dentro da ordem escravocrata".

Aparecida, ademais, não tinha por origem uma iniciativa diretamente episcopal ou clerical: a imagem foi encontrada por pescadores, vivendo do trabalho diário, e abrigada em casa de família e posteriormente numa capela tosca e humilde.

E, por último, sem ser menos importante, a pequena imagem retirada do rio era uma virgem negra. No México, uma virgem morena, aparecida ao índio Diego, tornou-se a principal devoção de índios pobres e mestiços. No Brasil, terra construída inteiramente pelo suor de escravos negros, agrilhoados por quase 400 anos a um brutal sistema de produção e de relações de trabalho, discriminados pela condição de escravos e pela cor da pele, numa Igreja dominada até hoje pela camada branca da população, não é de estranhar que as camadas populares pretas ou mulatas, em sua maioria, se aproximassem com maior confiança da pequena Virgem

negra. Sendo uma Virgem dos mais pobres podia ser uma Virgem de todos.

Aparecida serviu muitas vezes na história mais recente do país como um imenso capital espiritual e social acumulado pelo apego e fidelidade do povo à Mãe de Deus, utilizado finalmente em benefício dos interesses da hierarquia eclesiástica e da ideologia das classes dominantes. Em época de duros embates ideológicos, Aparecida foi apresentada como a melhor barreira à penetração do comunismo no Brasil, a palavra *comunismo* servindo o mais das vezes de fachada à reação das classes dominantes a reformas e mudanças necessárias para a sobrevivência do próprio povo.

Mas Aparecida pode também representar uma profunda interrogação levantada à consciência católica: o que é feito da população negra e mestiça deste país?, o que é feito dos pobres e excluídos que não cessam de buscar Aparecida para cumprir seus votos e promessas?, o que é feito da religião popular, patrimônio cultural e espiritual das camadas populares e duramente combatida ao longo de quase toda a nossa história recente, de 1870 em diante?

A história de toda uma década em que o Estado brasileiro se centralizou e modernizou e em que a Igreja buscou paralelamente criar estruturas nacionais, abrangendo o conjunto do país, inaugura-se com a unificação espiritual do povo brasileiro debaixo de uma Padroeira nacional sob a invocação da Virgem da Conceição Aparecida.

Visita da Virgem Aparecida ao Rio de Janeiro

A primeira grande concentração católica após a Revolução de 1930 será no final do mês de maio no Rio de Janeiro, trazendo a Virgem da Aparecida do Norte para uma homenagem na capital da República perante todo o Governo Provisório. Celebração religiosa sim, mas com repercussão política, como bem nota a biógrafa do Cardeal Leme:

> "Mas havia outro motivo para a enorme concentração de forças católicas planejada pelo Cardeal. O país refazia-se mal do abalo terrível provocado pela Revolução de 30. Germens de discórdia política debilitavam-no. Surdos perigos o ameaçavam. A fisionomia da República Nova – como se intitulara o regime instaurado pela Revolução – mantinha-se enigmática, numa época em que a idéia comunista fermentava nos países da América. Não se podia prever o que o futuro reservava para o Brasil. De qualquer modo, haveria uma renovação dos moldes políticos e legislativos, em que a Igreja deveria influir, em nome da imensa maioria católica do país.

Uma grande concentração de elementos católicos na Capital da República, em momento assim decisivo, valeria por uma demonstração de força moral, perante os poderes públicos ainda hesitantes entre correntes diversas. E valeria ainda como uma oportunidade de despertar a consciência católica aos seus deveres cívicos. Essas circunstâncias providenciais não escapavam ao consumado senso político de D. Sebastião".[46]

Encerrando a Semana Arquidiocesana de N. Senhora, na véspera da chegada da imagem ao Rio, Dom Leme traça no seu discurso todo o programa para o catolicismo militante brasileiro no período que se inaugura com a Revolução. O projeto é claro: fim do laicismo da República, respeito nas instituições públicas e legislação familiar de acordo com a doutrina da Igreja, impedindo-se a entrada do divórcio na legislação civil.

Se o programa era conhecido, os métodos a serem empregados são novos: "Que os responsáveis pelo país não dêem crédito aos observadores superficiais que só nos julgam capazes de defendermos os nossos direitos ao perfume das flores que ajardinam os altares ou das flores de retórica que trescalam em nossas assembléias.

Enganam-se! Para defender os direitos de Cristo, sabemos também sair às ruas e cerrar fileiras junto às urnas".[47]

No dia seguinte, 31 de maio, chega a imagem conduzida de Aparecida em trem especial pelo Arcebispo D. Duarte. De tarde percorrerá em procissão as ruas do Rio até a Esplanada do Castelo, onde na presença de imensa multidão, do Presidente e do seu Ministério, do corpo diplomático convidado pelo Itamarati, o Cardeal consagra o país à Virgem da Conceição Aparecida.

Em outubro repete-se a concentração popular e dessa vez reunindo 45 Bispos vindos de todo o Brasil para a inauguração do Cristo Redentor no alto do Corcovado. Projeto idealizado no momento do centenário da Independência em 1922, venceu um longo e difícil caminho, primeiro de ordem jurídica e depois financeira, para não falar dos problemas técnico e artístico.

"A primeira coisa a resolver era a dificuldade jurídica... Uma estátua de Cristo não poderia ser erigida num pico da Capital, sem autorização dos poderes públicos, ou, mais precisamente, sem um decreto do

[46] Rosário, *op. cit.*, pp. 227-228.

[47] *Ibidem*, p. 236.

Presidente da República. Mas, num regime de separação entre a Igreja e o Estado, teria o Presidente o direito de assinar semelhante decreto? Muitos julgavam que não. Sondado pela autoridade eclesiástica, Epitácio Pessoa fez depender a sua resolução de parecer do Consultor-Geral da República. Movimentou-se a opinião católica. Uma comissão feminina foi mesmo se instalar junto ao Chefe do Governo, em Petrópolis. Mas a grande influência sobre este era a sua própria senhora, ardentemente desejosa da ereção da estátua. A 28 de maio de 1922, o Consultor-Geral da República, o jurisconsulto Rodrigo Otávio, como Epitácio Pessoa, simpático à idéia e, como ele, "trabalhado" por uma família piedosa, entregou ao Presidente um parecer que fazia cair quaisquer escrúpulos jurídicos. E logo o Chefe do Governo assinou o decreto...".[48]

O projeto ficou sob a supervisão do arquiteto Heitor da Silva Costa que confiou a confecção da estátua, um Cristo em forma de cruz com os braços abertos, ao escultor francês Paul Landowsky.

No dia 12 de outubro, dia do Descobrimento da América, depois de intensa mobilização católica com uma semana do Cristo Redentor, é inaugurado o Cristo no alto do Corcovado. O Presidente e todo o Ministério encontram-se na estreita plataforma onde Dom Leme consagra a nação ao Coração Sacratíssimo de Jesus, reconhecendo-o "para sempre seu Rei e Senhor".

> "O argumento prático foi tão persuasivo que Oswaldo Aranha, confessaria, anos mais tarde, ao próprio Cardeal: "Quando chegamos do Sul, nós pendíamos para a Esquerda! Mas depois que vimos os movimentos religiosos populares em honra de Nossa Senhora Aparecida e do Cristo Redentor, percebemos que não podíamos ir contra o sentimento do povo".[49]

Aproveitando-se da presença dos Bispos no Rio de Janeiro, pelas festas do Redentor, Dom Leme entrega ao Presidente Getúlio Vargas a lista das reivindicações católicas na futura Constituição, exaradas em nome do Episcopado Brasileiro.

Depois de 40 anos, o Episcopado Brasileiro reaparece unido perante o Governo, para discutir o estatuto da Igreja dentro da nação e perante o Estado.

---

[48] *Ibidem*, p. 245.
[49] *Ibidem*, p. 289.

Ensino religioso nas escolas oficiais

A questão do ensino leigo era uma das grandes reivindicações liberais e republicanas, de fato inscrita na Constituição de 1891: "Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos" (art. 72, § 6º).

Inversamente, a Igreja se batia pela possibilidade de o ensino religioso ser ministrado nas escolas públicas para os alunos católicos, estando os pais de acordo.

Logo depois da Revolução de 1930, esta se apresentava ao lado da legislação familiar, como a reivindicação fundamental dos católicos. A educação era encarada como um prolongamento do direito familiar.

O que estava em jogo em 1930 era muito mais do que uma questão de princípios. As transformações econômicas, com a rápida expansão das atividades industriais e com a crescente importância dos núcleos urbanos, determinam uma forte pressão para a implantação das oportunidades educacionais. A educação, reservada tradicionalmente a uma pequena camada saída das classes dominantes, sofre agora a pressão dos segmentos médios, que reclamam uma educação secundária, e mesmo das classes populares, que pedem educação primária para seus filhos. Entre 1922 e 1930 várias reformas de ensino nos Estados intentavam responder a esta pressão e introduzir novas técnicas pedagógicas.

O grupo de educadores conhecidos como da Escola Nova, agrupados em torno de Lourenço Filho, Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo e outros, entra na batalha pela democratização do ensino. O debate torna-se vivo durante a IV e a V Conferências Nacionais da Educação em 1931 e 1932. Em 1932, o grupo lança o "Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova". As principais reivindicações eram a gratuidade e obrigatoriedade do ensino, sua laicidade, a co-educação e um Plano Nacional de Educação. Os católicos opunham-se a essa corrente, vendo nela o perigo de que a interferência do Estado levasse finalmente ao monopólio do ensino pelo mesmo. Combatiam também a laicidade e a co-educação por ferirem princípios da filosofia educacional católica.

O debate tornou-se veemente e continuou por muitos anos, para só arrefecer durante o Estado Novo. Retornou desde que se começou a discutir em 1948 a reforma do ensino, prolongando-se até final da década seguinte, por ocasião dos debates da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sancionada em 1961.

A distância pode-se ver que, do lado católico, além dos princípios em jogo, havia o quase monopólio de fato da Escola Católica no ensino

secundário da época. Perto de 90% deste ensino era particular e, em sua maior parte, nas mãos da Igreja.

Parece-nos entretanto que o real busílis da questão era outro. Exatamente no momento em que a Igreja é excluída do acesso aos estabelecimentos de ensino do Estado, dá-se uma rápida e contínua expansão das matrículas. De 250.000 na Proclamação da República, elas saltam para 1.033.421 só no ensino primário em 1920 e chegam próximo aos 2 milhões em 1930. No ensino médio as matrículas atingem 109.281 em 1920, devendo beirar as 170.000 em 1930. Em 1940, há 3.068.269 crianças no primário e 260.202 no secundário.[50] O problema não residia de imediato no secundário, onde a Igreja controlava praticamente a rede de ensino existente. Estava nessa rápida formação da sociedade de classes dentro da ordem capitalista, num processo urbano e secular. A Igreja, com sólidas raízes na zona rural, sentia que seu futuro podia estar comprometido se de algum modo não tornasse ativa sua presença junto às classes populares em constituição nas cidades e cuja formação se dava mais e mais através do aparelho escolar.

A República não impediu que a Igreja abrisse escolas primárias e populares. Na realidade, sendo o ensino primário gratuito por lei, só em poucos lugares, como nas zonas de colonização alemã e italiana, pôde a Igreja arcar com uma rede de escolas paroquiais de ensino primário.

No mais, sua educação era no secundário e estritamente elitista, com colégios internos onde vinham estudar os filhos da oligarquia rural e das famílias tradicionais inclusive da burguesia. A concorrência aos colégios católicos de nível secundário não a fazia propriamente o Estado e sim os colégios protestantes que ofereciam uma educação de estilo norte-americano mais pragmática e menos humanística do que a católica.

Na outra ponta da linha, a Igreja se preocupava com a formação de intelectuais católicos. Toda a formação superior no país era agnóstica, positivista e anticlerical. Dom Leme compreendia o papel do intelectual como vanguarda do catolicismo e por isso deu enorme atenção ao grupo do Centro D. Vital, estendeu sua influência, confiando-lhe tarefas políticas como a LEC, tarefas pedagógicas como a Associação dos Professores Católicos, transformada bem cedo em Confederação Católica Brasileira de Educação, de âmbito nacional (1935), tarefas de formação como o Instituto Católico de Estudos Superiores (1932), tarefas de militância

[50] Otaiza de Oliveira Romanelli, *História da Educação no Brasil, 1930-1973*, Petrópolis, Vozes, 1980, 2ª ed., p. 64.

apostólica através da Ação Católica (1935) e finalmente a tarefa coroamento de todas as outras, repensar a cultura nacional à luz da fé, através da Universidade Católica (1942). Nessa caminhada da inteligência duas figuras se destacam: Alceu Amoroso Lima entre os leigos e o Pe. Leonel Franca no clero.

O que se decidia nas discussões de 1931 era a possibilidade da ação pedagógica da Igreja junto às classes mais populares no quadro da educação primária, ação essa tão crucial para a condução moral e intelectual da sociedade. Sem isso a Igreja corria o risco daquela fratura fatal entre uma religião de intelectuais e uma outra para o povo. A educação das massas era tão importante quanto a conquista espiritual e cultural das elites. A luta no campo político podia dar à Igreja acesso ao Estado e à legislação, mas seria um erro se se descuidasse do acesso direto à população através da educação. O sentido da luta de 1931 está nos resultados alcançados. Em 1924, apenas 25% das crianças no Distrito Federal recebiam nas Igrejas ensino do catecismo. Regulamentando em 1935 o acesso da Igreja às escolas oficiais, graças ao trabalho do Conselho Arquidiocesano de Ensino Religioso, 91% das crianças das escolas primárias passaram a receber instrução religiosa, ministrada por 1.906 catequistas voluntárias.[51]

Talvez o erro maior da Igreja nessa quadra derive de sua incapacidade de suscitar os intelectuais de cada classe. Apostando nos intelectuais das elites, em que pese suas organizações entre as classes populares, como os Círculos Operários, as Congregações Marianas, ela privilegiou os intelectuais vindos da pequena burguesia ou da antiga aristocracia, abafando a emergência de intelectuais orgânicos dessas outras classes. A Ação Católica, recebendo mandato sobre todos os outros organismos leigos da Igreja, que a ele se subordinam, estancou todo um processo de emergência de lideranças católicas nos meios operário e popular.

A licença para o ensino religioso nas escolas públicas passou por uma série de marchas e contramarchas.

A primeira vitória veio rápida. Em meados de abril de 1931, Dom Leme encarrega o Pe. Leonel Franca de consultar o Ministro da Educação sobre a oportunidade de uma reação da Igreja sobre essa questão. "Quinze dias mais tarde, a 30 de abril de 1931, é assinado o decreto, de efeitos incalculáveis, permitindo o ensino da religião nas escolas públicas.

---

[51] Stella Faro, "Palavras proferidas na sessão conjunta da Confederação das Associações Católicas pela Secretária da secção feminina" (29/11/1942), *in* *AÇÃO CATÓLICA*, órgão oficial da Ação Católica Brasileira, ano 5, n.os 11-12, nov./dez. 1942, p. 325.

O grande jesuíta, a pedido do Ministro, redigira a Exposição de Motivos e a fórmula de decreto. Infelizmente, o ensino religioso obrigatório, *dentro do horário escolar*, consignado na minuta do Pe. Franca, fora, na redação oficial, substituído pelo ensino religioso facultativo, *fora do mesmo horário*, o que restringia de muito o alcance da concessão".[52]

A dificuldade maior foi obter a regulamentação da concessão e conseguir sua aplicação prática.

Na Constituição de 1934, o artigo 153 confirma a conquista de 1931: "O ensino religioso será de freqüência facultativa, e ministrado de acordo com os princípios da confissão religiosa do aluno manifestada pelos pais ou responsáveis, e constituirá matéria dos horários nas escolas públicas primárias, secundárias, profissionais e normais."

A Constituição de 1937, outorgada pelo Governo e fora das possibilidades de pressão exercidas em 1934 pela Igreja, reduz o alcance da medida no seu artigo 133: "O ensino religioso *poderá* ser contemplado como matéria de curso ordinário das escolas" ... "*não poderá*, porém, constituir objeto de obrigação dos mestres ou professores, nem de freqüência compulsória por parte dos alunos".[53]

5. ESTRATÉGIA ELEITORAL - 1932-1934

Se 1931 havia sido o ano das grandes mobilizações populares, o final de 1932 e 1933 serão para a Igreja os anos da estratégia eleitoral.

Durante a Revolução paulista de 1932, a oligarquia local, "sublinhando os temas da humilhação de São Paulo e da volta à Constituição, procura identificar-se como democrática, mas o operariado olha esse patriotismo com desconfiança; compreendendo que a luta não é sua, dela não participa".[54] O clero paulista, porém, tendo o Arcebispo de São Paulo à frente, posta-se a favor do movimento armado.[55] No Rio de Janeiro, Dom

---

[52] Rosário, *op. cit.*, pp. 292-293.

[53] Sobre a controvérsia do ensino religioso nas escolas públicas, cf. Leonel Franca, *Ensino Religioso e Ensino Leigo*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1931; Romanelli, *op. cit.*, cap. 4.4 – "As lutas ideológicas em torno da educação na 1ª fase do novo regime", pp. 142-152; Fernando Azevedo, *A Cultura Brasileira*, São Paulo, Melhoramentos, 1953, 3ª ed., vol. 3. Para a posição católica, cf. ainda os artigos da revista *A Ordem* de 1931-1934.

[54] Edgard Carone, *As revoluções do Brasil Contemporâneo, 1922-1938*, Difel, São Paulo, 1975, 2ª ed., p. 101.

[55] Carta Aberta de D. Duarte Leopoldo e Silva, "Ao Povo Brasileiro" *in UNITAS*, nºs 10-11, out./nov. 1932, p. 442, cf. Rosário, *op. cit.*, p. 296.

Leme silencia, recusa-se a assinar um manifesto de apoio à Revolução que lhe levam os intelectuais católicos do Centro Dom Vital, mas em particular "torce e reza por São Paulo".[56]

No Rio Grande do Sul. Dom João Becker move-se intensamente no sentido de obter uma trégua e o fim da luta armada, alegando os horrores da luta fratricida, mas advertindo também as classes dominantes que, enquanto lutam entre si, estão abrindo caminho para o comunismo![57] Em plena luta, a 9 de setembro, lança sua 22ª Carta Pastoral, sob o título: "Os católicos e a futura Constituição."

Terminada a revolução e marcadas as eleições para maio de 1933, colocou-se para a Igreja o dilema de como enfrentar a batalha eleitoral. Por duas vezes na história republicana falhara a Igreja em sua estratégia política: em 1890 e em 1926.

Em 1932 a Igreja está convencida de que a batalha se decide no seio da opinião pública, nos partidos, nas urnas e só depois no Parlamento. A dificuldade está em se decidir pelos caminhos a serem trilhados para a mobilização popular, para as batalhas eleitoral e legislativa. Quanto ao elemento legislativo a estratégia já estava montada. Enquanto não convocava a Constituinte, o Governo havia criado um Conselho para a reforma das leis de ordem privada. Dom Leme apressa-se em criar um grupo de trabalho que atuasse junto a esse Conselho Legislativo. Com essa finalidade reuniu em 1931 uma comissão geral de jurisconsultos, pensadores e publicistas católicos.

"Trata-se", explicou a um grupo de juristas que chamara ao palácio, "de proceder à revisão dos nossos textos legislativos, para deles escoimar, quanto nos seja possível, as disposições contrárias à doutrina católica. Trata-se de acompanhar a obra das diversas comissões e subcomissões legislativas que, por determinação do Governo Provisório, estão elaborando os diversos projetos de reforma. Depois de apresentados e aceitos esses projetos, será mais difícil expungi-los de faltas.

Para não cairmos, pois, no erro de aguardar os fatos consumados para depois levantarmos a nossa voz, é que se pensou em organizar uma Comissão Central de juristas e pensadores católicos".[58]

[56] Rosário, *op. cit.*, pp. 296-298; Alceu Amoroso Lima, "Notas para a História do Centro Dom Vital – XI", *in A ORDEM*, vol. LX, set. 1958, p. 228.
[57] "Dom Becker pede negociações", *in UNITAS*, n.os 8-9, ag./set. 1932, pp. 369-371; 374.
[58] Rosário, *op. cit.*, p. 290

Essa comissão continuará atuando, depois das eleições, junto ao Parlamento. Ficava de pé o problema propriamente eleitoral e de mobilização popular.

Um partido católico

A questão não era recente e vinha voltando regularmente desde que entrara em crise o modelo de inserção da Igreja na sociedade brasileira, consubstanciado na sua existência como parte importante e fundamental do aparelho do Estado.

Essa articulação entra em crise aberta, pela primeira vez, durante a Questão Religiosa (1872-74). Em face da incriminação, processo e condenação dos Bispos Dom Vital e Dom Macedo Costa, os católicos deixam de se sentir seguros diante do Estado e uma das reações é a proposta de se criar um Partido Católico para defender os interesses e os direitos da Igreja e da Religião, como se dizia na época.

O torpor da Igreja oficial, inteiramente aninhada nas estruturas do poder, impedia-na de passar à oposição, de lutar na sociedade civil por uma posição que lhe era assegurada, com humilhações e restrições, é certo, pelo poder do Estado.[59]

Com a separação entre a Igreja e o Estado em 1890 e a instalação de um Governo liberal e laico, volta à baila a criação de um Partido Católico. A hierarquia prefere porém seguir o caminho do Acordo em alto nível, já presente na elaboração do decreto de separação redigido após consultas entre Dom Macedo Costa e o Ministro do Governo Provisório, Rui Barbosa. Tenta extrair, por pressão direta dos Bispos sobre o Marechal Deodoro da Fonseca e sobre o Congresso Constituinte, o que não podia obter por uma bancada de parlamentares católicos eleitos.

O fracasso foi quase total.

Nos anos seguintes, aqui e ali, ao sabor dos acontecimentos, de um projeto de emenda divorcista, um pedido de rompimento de relações diplomáticas com a Santa Sé, da ameaça de nacionalização dos bens dos religiosos, reaparece a movimentação na opinião católica leiga em prol de um partido político católico, mas que nunca é concretizado, talvez pelo pouco entusiasmo que mostram os Bispos para com a idéia.

Em 1915, o ardor de Carlos de Laet leva o projeto para a frente em seguida a um mal-entendido que lhe faz supor a aprovação do Cardeal Arcoverde. Às vésperas das eleições, o Cardeal faz saber, através do seu Bispo auxiliar, pela imprensa, que não aprova o Partido Católico. Uma

[59] Antonio Carlos Vilaça, *História da Questão Religiosa*, Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1974.

ducha de água fria nos leigos católicos empenhados numa iniciativa que a própria Igreja desaprova por sua mais alta autoridade.[60]

Em 1922 é a vez do neoconvertido, Jackson de Figueiredo, partir para a mesma luta, vendo a apatia dos católicos e entrevendo a necessidade que os mesmos tinham de atuar na sociedade. É um ano agitado e em que se definem muitos dos rumos futuros do país. Desta vez o Arcebispo-Coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, corta rente qualquer veleidade e convence o amigo a não fundar o partido. Em seu lugar, Jackson de Figueiredo funda o Centro Dom Vital, sem deixar de imprimir-lhe uma direção de militância política autoritária e reacionária, como acreditava devia ser a posição da Igreja diante da agitação revolucionária que começava a se desenhar.[61]

Com os sucessos da Revolução de 30 a situação era outra e, pela primeira vez nos 40 anos de República, havia real possibilidade de a Igreja influir nos acontecimentos. Retorna com força a discussão sobre o Partido Católico. Havia para respaldar os argumentos a favor dessa solução a presença de fortes partidos católicos na Alemanha, com o Zentrum, e, na Itália, com o Partido Popolare de Don Sturzo, precursores da Democracia Cristã do pós-guerra. Mas havia, por outro lado, a atuação de Pio XI, que após a Concordata com o Estado Italiano pedira a Don Sturzo que se afastasse da direção do partido. Na Alemanha, o Zentrum, que poderia ser o fiel da balança na luta contra a ascensão do nacional-socialismo, libera em 1933 o voto de seus Deputados, contribuindo para a indicação de Hitler como Chanceler do Reich. A Concordata entre a Santa Sé e o Reich alemão, em 1933, elimina a possibilidade da atuação de um partido católico em oposição ao Estado. Na realidade, Pio XI joga todo o peso da estratégia da Igreja, não em partidos, mas numa nova associação de leigos destinada ao combate religioso, social e mesmo político, sem ser um partido e sob estrito controle da hierarquia eclesiástica, a Ação Católica.

A tradicional política da hierarquia brasileira que, desde os sucessos de 1872, sempre descartara o apoio a uma solução partidária, a nova orientação que se desenhava nas atitudes de Pio XI, assim como as convicções pessoais de Dom Leme devem ter pesado muito na opção por um instrumento de atuação política suprapartidário. No dizer de Dom Leme, "partido" e "católico" são duas denominações que se repelem, são dois

[60] Rosário, *op. cit.*, pp. 56-57; Antonio Carlos Vilaça, *O pensamento católico no Brasil*, Zahar, Rio de Janeiro, 1975, pp. 61 e segs.

[61] Rosário, *op. cit.*, pp. 180-182.

termos em completa antítese. Partido quer dizer "fração", "parte", e católico quer dizer "universal".[62] Além da questão de princípios havia a questão prática e propriamente política: "Não houve, nem há no Brasil", observava Dom Leme, "partido, que *ex professo* combata a Igreja. Em todos os partidos os católicos podem militar, como de fato militam. Formado o partido, os atuais militantes católicos das outras agremiações partidárias não seriam delas expulsos?"[63]

A Liga Eleitoral Católica (LEC)

A fórmula encontrada para uma atuação indireta mas eficaz dos católicos na política foi a LEC, que se apresentava, em seus Estatutos, como organização com dupla finalidade: "1º) Instruir, congregar, alistar o eleitorado católico; 2º) assegurar aos candidatos dos diferentes partidos a sua aprovação pela Igreja e, portanto, o voto dos fiéis, mediante a aceitação, por parte dos mesmos candidatos, dos princípios sociais católicos e do compromisso de defendê-los na Assembléia Constituinte."[64]

Em depoimento, Alceu Amoroso Lima, Secretário da LEC, assim se exprime sobre seu caráter: "Todo o nosso propósito ao elaborar os Estatutos da Liga Eleitoral Católica era precisamente, como providencialmente o via o Cardeal Leme, encontrar o meio-termo justo entre o partido e a omissão. A Liga veio servir, como uma luva, a essa intenção. Era uma instituição suprapartidária. Era aquilo que os americanos chamam de *pressure group* e que atua na base de um corpo de princípios, cuja aceitação não implica nenhuma submissão confessional ou partidária. Assim é que o próprio Cardeal redigira, de seu punho, o artigo primeiro da Liga, que declarava a ela pertencerem – "todos aqueles que aceitarem seu programa" (*sic*), católicos ou não. E esse programa era apenas o de um conjunto de princípios de ordem social, como o ensino religioso facultativo, a indissolubilidade matrimonial, a assistência religiosa às Forças Armadas, um programa de justiça social do trabalho, em suma, pontos aceitáveis por *católicos e não-católicos*".[65]

Na atuação da LEC alguns pontos merecem atenção especial:

---

[62] *Ibidem*, p. 309.
[63] *Ibidem*, p. 310.
[64] *Ibidem*, p. 310. Cf. Leonel Franca, C. Pedrosa, Alceu Amoroso Lima, *Os católicos e o voto*, Rio, Tip. Patronato, 1932.
[65] Alceu Amoroso Lima, "Notas para a História do Centro D. Vital – VIII", *in A ORDEM*, vol. LIX, junho 1958, pp. 43-44.

1) A estratégia de mobilização em relação aos eleitores e aos partidos. Uma primeira batalha a ser ganha era a de alistar o maior número de eleitores católicos, instruindo-os ao mesmo tempo sobre a questão política em si e sobre as chamadas reivindicações católicas. A Igreja jogou todo o peso de sua organização nesta campanha.

No Rio Grande do Sul, por exemplo, a Cúria de Porto Alegre suspende as licenças de férias de todos os padres entre dezembro de 1932 e março de 1933, devido "aos trabalhos da Ação Católica e da Liga Eleitoral Católica".[66]

Ao mesmo tempo são convocados congressos regionais e assembléias locais para a instalação da LEC em todas as paróquias. O esquema era o mesmo nas várias localidades. O vigário devia convocar uma grande assembléia popular para a manhã do domingo, com missa e, em seguida, comício de informação sobre o momento político, as reivindicações católicas e a LEC. Na parte da tarde, reunião com os delegados de todas as capelas rurais cuja principal responsabilidade era percorrer todas as linhas, núcleos e povoações das colônias, para que cada um se inscrevesse como eleitor e fosse instruído sobre o dever do voto e sobre o programa da LEC.

A direção arquidiocesana da LEC e o próprio Arcebispo se faziam presentes aos Congressos regionais, enquanto comissões percorriam cada paróquia, nos dias das assembléias.[67]

No Rio de Janeiro, a organização geral recaía menos sobre as paróquias e os vigários e mais sobre as organizações leigas: "A habilitação dos eleitores, muito especialmente a do eleitorado feminino, mereceu os maiores cuidados da LEC. Em todos os recantos da cidade, os elementos jovens da Ação Católica faziam propaganda do voto. As moças da JFC (Juventude Feminina Católica) e, sobretudo, os rapazes da AUC (Ação Universitária Católica) encarregavam-se de levar até as paróquias mais distantes instruções e fichas, listas de alistamento, os "dez pontos de Dom Leme", e traziam de volta relatórios estatísticos. "Para intensificar o alistamento, combinara-se distribuir o trabalho por equipes; quer na seção masculina, quer no ramo feminino da LEC, havia chefes de centúrias e decúrias responsáveis por certo número de eleitores. Era um meio engenhoso de impedir abstenções. O que se passava no Rio passava-se também, em ponto menor, nos Estados. O Alistamento da Liga Eleitoral, no

[66] *UNITAS*, nº 12, dez. 1932, p. 461.
[67] *Ibidem*, pp. 492-502.

país inteiro, revelar-se-ia o mais disciplinado e coeso, e também o mais numeroso, se considerarmos que se tratava de uma organização "isolada". Era também o mais compreensivo, pois, ao passo que cada partido tinha âmbito apenas regional, a LEC "manteria do primeiro ao último dia o seu âmbito nacional. Trabalharia em todo o Brasil, com suas juntas de âmbito decrescente, que iam do nacional ao local, coordenando assim, com unidade e variedade, todo o corpo (eleitoral), do Acre ao Rio Grande do Sul".[68]

2) O voto feminino. As eleições de 1933 serão as primeiras em que a mulher irá votar no Brasil. "O primitivo projeto do Código Eleitoral concedia o direito de votar tão-somente às mulheres desquitadas ou abandonadas ou que tivessem economia própria. Tal dispositivo golpeava os direitos da Família, colocando as mulheres casadas, de modo geral, em situação de inferioridade política."[69] A Igreja, através da Confederação Católica do Rio de Janeiro, batalha pela extensão do voto feminino a todas as mulheres. Era fundamental o voto feminino na estratégia da Igreja, pois ali poderia encontrar seu maior apoio quanto à legislação familiar e escolar e quanto ao fim do laicismo na Constituição.

3) O Programa da LEC estava resumido em 10 pontos:

"1º – Promulgação da Constituição em nome de Deus.
2º – Defesa da indissolubilidade do laço matrimonial, com a assistência às famílias numerosas e reconhecimento dos efeitos civis ao casamento religioso.
3º – Incorporação legal do ensino religioso, facultativo nos programas das escolas públicas primárias, secundárias e normais da União, dos Estados e dos Municípios.
4º – Regulamentação da assistência religiosa facultativa às classes armadas, prisões, hospitais etc.
5º – Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham as mesmas garantias dos sindicatos neutros.
6º – Reconhecimento do serviço eclesiástico de assistência espiritual às Forças Armadas e às populações civis como equivalente ao serviço militar.

[68] Rosário, *op. cit.*, p. 315.
[69] Rosário, *op. cit.*, p. 315.

7º – Decretação de legislação do trabalho inspirada nos preceitos da justiça social e nos princípios da ordem cristã.
8º – Defesa dos direitos e deveres da propriedade individual.
9º – Decretação da lei de garantia da ordem social contra quaisquer atividades subversivas, respeitadas as exigências das legítimas liberdades políticas e civis.
10º – Combate a toda e qualquer legislação que contrarie, expressa ou implicitamente, os princípios fundamentais da doutrina católica".[70]

Dos partidos exigia-se o compromisso mínimo com os três princípios, referentes à família, à escola e às Forças Armadas, pontos 2, 3 e 4 do programa.

O que se pode depreender do programa da LEC é que a Igreja monta uma estratégia de cerco ao Estado, indo direto aos mecanismos mais sensíveis da formação dos valores e da representação do mundo, a família, a escola, sem descuidar dessa outra instituição-chave, pois igualmente nacional e com funções diretamente ligadas ao exercício do poder no Estado, que são as Forças Armadas.

A Constituição de 1934

As eleições de maio de 1933 levaram à Assembléia Constituinte a maior parte dos candidatos recomendados pela LEC. Alceu Amoroso Lima, Secretário da LEC, continuou incansável nessa etapa pós-eleitoral juntamente com o Cardeal Leme e o Pe. Leonel Franca.

"Mercê da infatigável ação conjunta, manteve-se na Constituinte o que se pode chamar de supremacia católica. Já no próprio mês de maio registravam-se as primeiras vitórias, pela aprovação de dois dispositivos que não se enquadravam nas 'reivindicações mínimas' e, portanto, não decorriam dos compromissos partidários: a invocação do nome de Deus no preâmbulo do Pacto Fundamental e o art. 17, nº 111, que consagra o direito de colaboração recíproca entre o Estado e a Igreja, 'em prol do interesse coletivo', e abria assim à ação evangelizadora da Igreja perspectivas imensas".[71]

Quanto à legislação trabalhista, "sem uma só exceção, todos os dispositivos da Ordem Econômica e Social (Título IV) na Lei Básica de 1934

[70] Luiz Werneck Vianna, *art. cit.*, p. 12.
[71] Rosário, *op. cit.*, p. 315.

corresponderam a sugestões do programa de organização social elaborado e divulgado pela LEC, antes das eleições".[72]

Se a Carta Magna de 1934 representou uma vitória da posição católica muito mais ampla do que se podia esperar e mesmo imaginar, ela vai ser testada logo depois nas ruas, onde entram em choque a Ação Integralista Brasileira e a Aliança Nacional Libertadora.

A Igreja acertara, depois de 40 anos, sua rearticulação ao nível do Estado, através de uma bem montada estratégia de mobilização da opinião pública em 1931, de um denodado esforço de organização e criatividade no embate eleitoral e de acompanhamento e assessoria nos debates parlamentares e Comissões da Constituinte. Nessa rearticulação ela preservava sua liberdade perante o Estado, mas ao mesmo tempo eliminava os empecilhos que o Estado leigo lhe antepunha para penetrar nos aparelhos ideológicos do Estado, a fim de informá-los segundo sua doutrina e princípios. Estabelece mesmo o princípio da cooperação entre a Igreja e o Estado, o que significou, na prática, verbas do Governo para escolas, hospitais e instituições de beneficência mantidas pela Igreja, que amplia assim de modo gigantesco sua rede assistencial subvencionada.

Entretanto, fazendo passar sua estratégia de ação, pela intervenção e proteção do Estado, a Igreja entra a fazer parte do bloco no poder, junto com as várias frações das classes dominantes: antigas oligarquias rurais, a burguesia comercial e financeira e a recém-articulada burguesia industrial.

Ela não terá maiores dificuldades em arrastar em seu projeto a pequena burguesia que forma o grosso de suas organizações ativas, sobretudo nas grandes cidades, mas terá dificuldades crescentes em montar uma estratégia junto às classes subalternas.

6. A IGREJA E O OPERARIADO

No período anterior a 1930 é difícil rastrear a atividade da Igreja no meio operário, por falta de pesquisas específicas. Em 1899 já está em funcionamento em São Paulo um Centro dos Operários Católicos.[73] No Brás funciona desde 1907 um Centro Operário Católico Metropolitano, reunindo 60 operários. O de São João Batista reúne 57 operários, em 1919, e

---

[72] *Ibidem*, p. 319.

[73] Edgard Carone, *Movimento Operário no Brasil, 1877-1944*, Difel, São Paulo, pp. 223-235.

80 operárias. Igualmente na Penha, na Lapa, no Belém, na Mooca, no Pari e em São José de Belém funcionam na década de 20 Centros Operários Católicos. Desde 1917 há na capital paulista uma Confederação Católica dos Círculos Operários. Nessa mesma época há notícias de Centros Operários Católicos também em Ribeirão Preto, Jundiaí e Campinas, onde além do Centro funciona uma Federação Operária Católica de Campinas.[74]

Em outras capitais, como Recife, há desde o início do século núcleos ativos de operários católicos e uma imprensa operária católica, como o jornal *O Operário*, de São Paulo, aparecendo pelo menos desde 1913.

A hegemonia na condução das lutas sociais e políticas dos operários pertence ao anarcossindicalismo, a organizações socialistas e depois de 1922, também, com altos e baixos, ao Partido Comunista do Brasil. Quase todas essas organizações juntamente com sua imprensa carregam um caráter nitidamente anticlerical, herdado em boa parte das lutas operárias da Itália e da Península Ibérica, somados aos conflitos com a Igreja dentro do Brasil, cuja doutrina é nitidamente anti-socialista.

Por outro lado, desde Leão XIII com a *Rerum Novarum* (1891) e na esteira do "catolicismo social", há uma forte pressão a partir de Roma para que a Igreja se comprometa com os problemas da classe operária, não só religiosos, mas também econômicos e sociais.

Não se pode dizer que todas essas recomendações tenham caído no vazio e a Pastoral Coletiva de 1915 traça todo um programa de trabalho: "Recomendamos de modo particular, aos Revs. Párocos e a todos os sacerdotes, pregadores e confessores, *o cuidado e a direção dos operários,* e a defesa dos seus direitos: nos tempos difíceis que atravessamos, talvez não haja questão que mais merece da parte do clero e de todos os que se interessam pelo bem geral do povo e da sociedade".[75]

Para os Bispos é essa talvez a questão mais importante de que deva cuidar a Igreja. A insistência porém recai não tanto sobre a defesa dos direitos dos operários quanto sobre sua condução por parte do clero.

No país, a questão operária tende a ganhar corpo pela própria expansão da indústria e da massa operária. A população operária não só cresce, mas também se concentra. Os dados gerais do censo de 1920 indicam a

[74] Aziz Simão, *Sindicato e Estado,* Dominus Editora/EDUSP, São Paulo, 1966, p. 207; Pesquisa inédita de Ir. Madalena Aguilo sobre Associações Católicas em São Paulo na 1ª República, São Paulo, 1980.

[75] *Constituições Eclesiásticas do Brasil – Nova Edição da Pastoral Coletiva de 1915,* Tip. La Salle, Canoas, 1950, nº 1.441, p. 309.

existência de 13.336 estabelecimentos industriais, com 275.512 operários. Em 1940, o número de trabalhadores na indústria sobe para 781.185, triplicando em 20 anos. A concentração maior está no Distrito Federal, com 93.525 operários, em 1929, e, em São Paulo, com 148.376 operários na mesma data.[76]

O Estado, ao contrário do que parece, não esperou a Revolução de 1930 para intervir no campo do trabalho, além da tradicional função policial de impedir greves, dispersar manifestações operárias, prender e expulsar militantes operários de origem estrangeira. Por força do Tratado de Versalhes surgem as primeiras leis trabalhistas, amparando o operário contra acidentes de trabalho (Lei nº 3.724, de 15/2/1919), instituindo caixas de aposentadoria e pensões para os ferroviários (Lei Elói Chaves nº 4.682 de 24/2/1923) e criando o Conselho Nacional de Trabalho (Lei nº 16.027 de 30/4/1923).

A Emenda Constitucional de 1926 institui a Lei de Férias, o Código de Trabalho dos Menores e as Caixas de Seguros contra Doenças, sob cerrada oposição dos patrões.

A Revolução de 1930 serve entretanto para liberar forças sociais represadas pelos longos anos de repressão, e assim a questão operária salta ao primeiro plano das preocupações do Governo Provisório.

O Ministério do Trabalho é criado logo a 26 de novembro de 1930, fechando um ciclo onde as questões do trabalho e do capital eram deixadas ao jogo livre das forças do mercado (1891-1919) ou sofriam apenas moderada ação do Estado (1919-1930).

É nessa nova fase que nos propomos analisar a posição da Igreja perante a classe operária. A pauta intervencionista do Estado define-se desde o primeiro momento como tendendo a harmonizar os conflitos entre capital e trabalho, favorecendo a "modernização" industrial do país, criando uma legislação de proteção ao trabalho, mas amarrando as organizações operárias ao Estado. Tomando como noção central a nação e os seus interesses, o Estado tende a definir dentro dos quadros do corporativismo as relações entre patrões e operários e a esbater para um segundo plano os conflitos de classe. Nesse sentido só poderia ir contra o sindicalismo até então vigente, combativo e livre frente a uma burguesia e um Estado que lhe moviam contínua luta.

---

[76] Boris Fausto, *A Revolução de 1930*, São Paulo, Brasiliense, 1970, pp. 19-28; Edgard Carone, *O Estado Novo (1937-1945)*, Difel, São Paulo, 1976, pp. 119-140.

Na liquidação do antigo sindicalismo e na decapitação de suas lideranças, abre o Estado um espaço para a atuação da Igreja, tanto mais que sua doutrina só favorecia as concepções que o Estado tentava implantar no campo social.

Perspectivas da Igreja

Havia alguma possibilidade real de a Igreja criar uma forte presença na classe operária através de um sindicalismo confessional, estendendo para essa área crucial a hegemonia que ela tentava alcançar nos outros setores da sociedade?

A situação não era de todo adversa às pretensões da Igreja. Entre 1920 e 1921 declinam os movimentos grevistas liderados pelos anarquistas. De 1922 a 1924 longa luta opõe anarquistas e comunistas, dividindo a liderança operária. Os anos seguintes são de ascensão do Partido Comunista, mas com a Revolução de 1930 o PCB entra em crise, com muitos de seus quadros e militantes bandeando-se para o lado da Revolução de outubro. O Decreto nº 19.770, de 19 de março de 1931, concebe os sindicatos "como pára-choques entre as tendências conflitivas nas relações entre capital e trabalho. Nesse decreto é feita a opção pelo sindicato único, definindo-se o sindicato como órgão de colaboração com o poder público".[77] Este decreto liquida as pretensões de uma direção autônoma da classe operária, num quadro de luta de classes, sob a direção ideológica anarquista ou comunista.

Acrescente-se a isso que "o diploma legal regulador do sindicalismo não escondia sua ação desmobilizadora das antigas lideranças sindicais, muitas delas, principalmente em São Paulo, de origem estrangeira. O número de associados brasileiros, natos ou naturalizados, deveria atingir 2/3 do total de filiados de cada corporação sindical. Para os cargos de chefia os naturalizados deveriam contar com 10 anos de residência no país, enquanto que para os estrangeiros esse tempo de carência era acrescido de mais 10 anos. Com isso, decapitava-se politicamente uma boa parcela das lideranças mais aguerridas e conscientes".[78]

Outro aspecto que favorecia a atuação da Igreja era a rápida mudança na composição da classe operária. Recrutada inicialmente entre os imigrantes, muitos deles antigos operários e militantes sindicais e políticos, expulsos de seus países de origem, a classe operária ressente-se do declínio da migração estrangeira a partir dos anos 20, justamente no momento de

[77] Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, 2ª ed., p. 146.

seu maior incremento. A migração interna substitui a imigração estrangeira no abastecimento do mercado de mão-de-obra. Entre 1891-1900, quando a corrente imigratória atinge perto de um milhão de imigrantes, na maioria dirigidos para São Paulo, o Estado recebe das outras unidades da Federação 91 nacionais. Entre 1921-30 este número sobe para 225.183. A maioria desta mão-de-obra segue para a agricultura, mas muitos já começam a pressionar a oferta da mão-de-obra industrial nas cidades.

Esta população vinda da zona rural não é infensa à Igreja e busca com mais facilidade suas organizações do que os núcleos militantes da classe operária de origem estrangeira.

Monopólio sindical do Estado

A lei de março de 1931 barra, porém, o acesso da Igreja à organização sindical da classe operária e por isso vai reunir paradoxalmente numa mesma oposição as oligarquias depostas pela revolução, a burguesia, anarquistas, comunistas e a Igreja. As oligarquias se opunham porque vislumbravam na lei um fortalecimento e consolidação do Estado nascido da Revolução de 30; a burguesia porque este se afastava de uma pauta liberal e começava a intervir fortemente no mercado da mão-de-obra; anarquistas e comunistas porque liquidava com o sindicalismo livre e com a direção autônoma da classe operária; a Igreja porque um dos dispositivos da lei vetava sindicatos confessionais, exigindo: "Abstenção, no seio das organizações sindicais, de toda e qualquer propaganda de ideologias sectárias, de caráter social, político ou *religioso* (o grifo é nosso), bem como de candidaturas a cargos eletivos, estranhos à natureza e finalidade das associações" (art. 1º, f).[79]

Ao mesmo tempo em que o Estado cedia à Igreja na questão do ensino religioso nas escolas, não estava disposto a dividir com ninguém o controle da classe operária.

A Igreja, que se mobilizava para registrar como sindicatos as associações operárias católicas já existentes, vê-se barrada por causa do caráter confessional dessas associações e reage vivamente:

> "... A nossa 'lei de sindicalização' deixou que o sectarismo de um fanático introduzisse em seu texto um dispositivo que *vem negar o direito de associação* aos patrões e operários católicos. Proibindo no seio das associações de classe todas as manifestações de *caráter religioso*, veio a nossa incipiente legislação do Trabalho criar entre nós o princípio odioso

---

[79] "Monismo sindicalista" *in A ORDEM*, ano X, vol. IV (nova série), 1931, p. 323.

do *monismo sindicalista*, com o fito de congregar todas as forças econômicas nas mãos do Estado leigo.

Esse princípio de laicismo obrigatório e de absolutismo estatista é a negação dos princípios do sindicalismo católico. Segundo este, o caráter *religioso* das associações de classe *faz parte integrante* dessas associações. Nós não separamos a finalidade religiosa da finalidade econômica ou da finalidade política".[80]

Encíclica Quadragesimo Anno

Nem os antigos sindicatos, nem a Igreja vão se deixar conter nos limites propostos pela lei. A Igreja em particular intensifica seu trabalho, recebendo novo impulso com a publicação da Encíclica *Quadragesimo Anno*, sobre a Restauração e o Aperfeiçoamento da Ordem Social, do Papa Pio XI, publicada a 15 de maio de 1931, em comemoração aos 40 anos da *Rerum Novarum* de Leão XIII.

Nesta encíclica, Pio XI oferece um balanço do que se conseguiu de positivo a partir da *Rerum Novarum*. Apresenta a defesa da doutrina social de Leão XIII e o seu desenvolvimento. Trata em seguida das mudanças ocorridas desde então na economia, no socialismo e nos costumes.

Na economia denuncia a concentração e a monopolização do capital: "É coisa manifesta que em nossos tempos não só se amontoam riquezas, mas se concentra um poder imenso e um verdadeiro despotismo econômico nas mãos de poucos, que as mais das vezes não são senhores, mas simples depositários e administradores de capitais alheios, com que negocia a seu talante" (*Q. A.* 105). O Papa aponta as conseqüências: "...a livre concorrência matou-se a si própria; à liberdade do mercado sucedeu a ditadura econômica; à avidez do lucro seguiu-se desenfreada ambição de predomínio; toda a economia se tornou horrendamente dura, cruel, atroz" (*Q. A.* 109).

Quanto ao socialismo, constata sua evolução depois de Leão XIII em duas frações, a do comunismo e a do socialismo mitigado que professa abster-se da violência e abranda e limita a luta de classes e a proposta de extinção de toda propriedade privada. O Papa reitera a rejeição de todo socialismo, mesmo em sua forma mitigada: "O socialismo, quer se considere como doutrina, quer como fato histórico, ou como 'ação', se é verdadeiro socialismo, mesmo depois de se aproximar da verdade e da justiça nos pontos sobreditos, não pode conciliar-se com a doutrina católica, pois concebe a sociedade de modo completamente avesso à verdade cristã" (*Q. A.* 117).

---

[80] *Ibidem*, p. 324.

Lamenta o Papa que muitos católicos se hajam passado ao socialismo: "... Com quanta dor vemos em algumas regiões não poucos dos nossos filhos, de cuja fé e boa vontade não queremos duvidar, desertar dos arraiais da Igreja e passar às fileiras do socialismo...". "Ora nós, com paterna solicitude, ansiosamente vamos considerando e indagando como foi possível que chegassem a tal aberração; e parece-nos ouvir a resposta com que muitos se escusam: a Igreja e todos os que se lhe proclamam obedientes favorecem os ricos, desprezam os operários, e não têm deles o mínimo cuidado; por isso é que se viram na necessidade de se inscrever no socialismo, para salvaguardar os próprios interesses"(*Q. A.* 122-123). O Papa rejeita essas acusações apontando o trabalho dos últimos 40 anos e pede que voltem à casa paterna, propondo como remédio para os males econômicos e sociais a cristianização da vida econômica pedindo que a lei da justiça se acrescente à da caridade e a união de todas as forças católicas para pôr fim ao trabalho disperso.

Uma novidade, porém, sobre a encíclica de Leão XIII vai ser a análise do corporativismo fascista: "Recentemente iniciou-se, como todos sabem, uma nova organização sindical e corporativa, à qual, vista a matéria desta nossa carta encíclica, não podemos deixar de nos referir, com alguma consideração oportuna.

O Estado reconheceu juridicamente o 'sindicato', dando-lhe porém caráter de monopólio, já que só ele, assim reconhecido, pode representar respectivamente operários e patrões, só ele pode concluir contratos e pactos de trabalho. A inscrição no sindicato é facultativa, e só neste sentido se pode dizer a organização sindical é livre, pois a quota sindical e certas taxas especiais são obrigatórias para todos os que pertencem a uma dada categoria, sejam eles operários ou patrões, como obrigatórios para todos são também os contratos de trabalho estipulados pelo sindicato jurídico. Verdade é que nas regiões oficiais se declarou que o sindicato jurídico não exclui a existência de fato de associações profissionais.

As corporações são constituídas pelos representantes dos sindicatos dos operários e dos patrões pertencentes à mesma arte e profissão e, como verdadeiros órgãos e instituições do Estado, dirigem e coordenam os sindicatos nas coisas de interesse comum.

É proibida a greve; se as partes não podem chegar a um acordo, intervém a autoridade.

Basta refletir um pouco para ver as vantagens desta organização, embora apenas sumariamente indicada: a pacífica colaboração das classes, repressão das organizações e violências socialistas, a ação moderada de uma magistratura especial.

Para não omitir nada em matéria de tanta importância, e em harmonia com os princípios gerais acima recordados e com o que em breve acrescentaremos, devemos contudo dizer que não falta quem receie que o Estado se substitua a livres atividades, em vez de se limitar à necessária e suficiente assistência e auxílio; que a nova organização sindical e corporativa tem caráter excessivamente burocrático e político; e que, não obstante as vantagens gerais apontadas, pode servir a particulares intentos políticos mais que à preparação e início de uma ordem social melhor" (*Q. A.* 91-96).

O corporativismo católico

A longa citação se justifica pelo peso que terá na vida brasileira. O Papa tem diante dos olhos ao discorrer sobre o corporativismo fascista a *Carta Del Lavoro* do regime de Mussolini. Não aporta nenhuma condenação como o faz em relação ao liberalismo capitalista e ao socialismo. Empresta uma indisfarçada simpatia à fórmula no que tange à colaboração entre as classes, à repressão às organizações socialistas e à criação de uma justiça trabalhista, peças basilares do corporativismo fascista.

A crítica se dirige ao controle do Estado sobre os sindicatos, implícito na fórmula.

Ora, essa concepção do sindicalismo inspirada na *Carta Del Lavoro* e elogiada pelo Papa estará na base de legislação trabalhista do Estado Novo, em cuja elaboração e posterior consolidação prestarão diuturna colaboração bom número de juristas católicos.

"O Ministério do Trabalho teve Oliveira Viana como seu primeiro consultor jurídico que formou uma equipe de jovens juristas, geralmente católicos, o que infundiu caráter não revolucionário ao Direito do Trabalho brasileiro. Isto é: em vez de inspirar-se em posições socialistas, procurou-se, ao contrário, abeberar-se nas encíclicas, mesmo em fontes francamente fascistas, como a *Carta Del Lavoro*, de Mussolini, além de sugestões puramente práticas e isentas de conotações ideológicas" "... O princípio central era, de fato, de inspiração católica, a justiça realiza pela colaboração entre o capital e o trabalho sob a égide do Estado."[81] Entre estes juristas do Ministério do Trabalho cumpre recordar Luís Augusto do Rego Monteiro, que foi primeiro Presidente das Congregações Marianas em nível nacional, Waldemar Falcão, Ministro do Trabalho de 1938 a

[81] João Camilo de Oliveira Torres, *História das Idéias Religiosas no Brasil*, São Paulo, Grijalbo, 1968, p. 206.

1941, Francisco Karam, Max do Rego Monteiro, Moacyr Cardoso de Oliveira.[82]

Essa legislação trabalhista do Estado Novo, no espírito das encíclicas sociais, em especial a *Quadragesimo Anno*, levou muitos católicos que se opunham ao Estado Novo no campo político a elogiarem e apoiarem sua atuação no campo social. Alceu Amoroso Lima esclarece em suas *Memórias:* "Eu distinguia perfeitamente, no Estado Novo, aquilo que me parecia socialmente acertado daquilo que julgava politicamente errado. Repassando os acontecimentos daqueles anos percebo nitidamente que o povo, em virtude do atendimento de muitas das suas reivindicações no campo social, depositava suas esperanças em um sistema político fascistizante. Resumindo, esta foi a minha posição: fora da política partidária (como Presidente da Ação Católica Brasileira), contra o Estado Novo em relação ao seu autoritarismo e ao seu centralismo, e concordando com o Estado Novo através de sua política social".[83]

Com relação à luta política dos católicos em 1931, a encíclica trouxe um enorme apoio e respaldo doutrinal para suas propostas. Num ponto, entretanto, os católicos brasileiros não se alinham sobre a encíclica: na questão sindical. O projeto de um sindicalismo católico passava pela rejeição da legislação de 1931, que atrelava o sindicalismo ao Estado e vedava o confessionalismo religioso dentro dos sindicatos.

Por isso mesmo, campanha da LEC vai incluir entre os 10 postulados católicos para as eleições de 1933 a proposta nº 5: "Liberdade de sindicalização, de modo que os sindicatos católicos, legalmente organizados, tenham a mesma garantia dos sindicatos neutros."

A Igreja nesse período, movendo-se numa pauta autoritária e corporativa, guarda, entretanto, essa proposta de sindicalismo livre e autônomo, reivindicação tanto socialista quanto anarquista.

O motivo profundo é sua possibilidade de atuação livre para organizar a classe operária em concorrência com outras forças sociais, ou na secreta esperança de que o Estado viesse reprimir essas outras forças, deixando-a sozinha para essa tarefa. No momento o seu inimigo principal são o Estado e seu projeto de monopólio sindical.

Na Constituição de 1934 vence a posição católica consagrada no art. 120: "Os sindicatos e as associações profissionais serão reconhecidos de conformidade com a lei."

---

[82] *Ibidem*, pp. 206-209.

[83] Alceu Amoroso Lima, *Memórias Improvisadas*, Petrópolis, Vozes, 1973, pp. 220-221.

Parágrafo único – A lei assegurará a pluralidade sindical e a completa autonomia dos sindicatos."

Círculos operários católicos

A Igreja não esperou a nova legislação para tentar estender sua atuação no meio operário.

A 15 de março de 1932, um padre jesuíta italiano, Leopoldo Brentano, funda em Pelotas, no Rio Grande do Sul, o Círculo Operário Pelotense. Os Círculos se multiplicam. Três anos depois, no primeiro congresso organizado no Rio Grande do Sul, eram 18 os Círculos, com 14.000 aderentes. Em 1936, os Círculos já estavam também organizados em São Paulo, Santa Catarina, Minas Gerais e Rio Grande do Norte.

> "Com o sucesso com que se expandiu o movimento, Brentano foi chamado ao Rio de Janeiro pelo Cardeal Leme para organizar um movimento nacional unificado. Foi convocado neste mesmo ano o Primeiro Congresso Nacional Católico do Trabalho e fundada a Confederação Nacional dos Operários Católicos (CNOC). Neste momento a Confederação consistia em 34 Círculos com 31.000 membros, repartidos em cinco Estados".[84]

A finalidade do movimento era defender a fé e os interesses básicos dos trabalhadores. Seus princípios eram os ensinamentos morais do Evangelho, as encíclicas *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno,* o repúdio ao comunismo e à luta de classes, a defesa do direito natural de propriedade, a necessidade da intervenção do Estado na questão social e a colaboração com outros trabalhadores em organizações similares. Os Círculos inspiravam-se largamente no corporativismo fascista.

Quando o Estado Novo se organiza dentro dos mesmos moldes e Getúlio favorece a doutrina e a organização dos Círculos, reprimindo ao mesmo tempo o movimento operário de esquerda, os Círculos, encontrando terreno livre, crescem muito. São 150.000 filiados em 1942, chegando a 200.000 no final do Governo de Vargas.[85]

Com a liquidação do Estado Novo, os Círculos perdem sua influência e, mesmo dentro da Igreja, mais e mais o trabalho no meio operário já vinha sendo realizado pela Juventude Operária Católica (JOC) nos

---

[84] Howard J. Wiarda, *The Brazilian Catholic Labor Movement. The Dilemma of National Development,* University of Massachusetts, 1969, p. 15.

[85] *Ibidem,* cap. III, Programs, ideologies, objectives, pp. 22-29.

moldes e dentro do espírito da JOC belga de Mons. Cardijn e pela Ação Católica Operária (ACO) para os operários adultos.

Por decreto federal de 12 de maio de 1941 (nº 7.164), o Círculo é reconhecido como órgão técnico e de assessoramento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, tornando-se, se não formalmente, pelo menos na prática, uma agência governamental no meio operário.

No quadro mais geral do país, o interregno para um sindicalismo livre propiciado pela Carta Magna de 1934 foi na prática abolido pela Lei de Segurança Nacional, de março de 1935, cujo artigo 14 "possibilitava entender como crime a simples percepção de que a sociedade se constituía em classes com interesses opostos". O que estava na mira da Lei era a recém-criada Confederação Unitária dos Trabalhadores, saída da Convenção Nacional de Unidade dos Trabalhadores, convocada sob os auspícios da Aliança Nacional Libertadora. Com a nova Lei de Segurança Nacional essa foi dissolvida.

Nesse momento e sobretudo a partir de novembro de 1935, quando se instala no país o estado de sítio (que vai sendo renovado até 1937 sob pretexto de combate ao comunismo), tanto as classes dominantes como a Igreja recuam inteiramente na defesa do pluralismo sindical. A 10 de novembro de 1937 a nova Constituição liquida a pluralidade e autonomia sindicais.

Liberais e a Igreja entregam ao Estado a tarefa de contenção das classes subalternas. A Igreja sobretudo retrai-se, definindo sua missão mais e mais como religiosa e espiritual, desistindo de construir sua hegemonia no seio da classe operária através de um sindicalismo católico. O sucedâneo foram os Círculos Operários que, insistindo na cooperação com os patrões, admitindo mesmo que ocupassem postos de direção no movimento, na subordinação ao Estado e à Igreja, a ponto de os diretores efetivos serem os padres, nomeados pela hierarquia como assistentes eclesiásticos dos Círculos, não podiam pretender a condução moral e intelectual da classe operária, segundo seus interesses e suas lutas.

7. 1935-1937 – A IGREJA E O DEBATE IDEOLÓGICO

A nosso ver, 1935 é o ano-chave da década onde se definem muitos dos rumos que até hoje marcam as opções político-sociais do país. Para a classe operária e para os sindicatos, o Estado Novo não começou em

1937 e sim em 1935. Nesse ano, há um rápido reagrupamento das várias frações das classes dominantes. Seu liberalismo encolhe-se todo, perdendo até mesmo sua retórica em vista de dotar o Estado de todos os elementos legais para conter e reprimir as classes populares que se articulam em torno da Aliança Nacional Libertadora.

As eleições de 1933 já haviam sido uma derrota para a ala mais radical do tenentismo. A Constituição de 1934 é conservadora no seu espírito e as eleições para as Assembléias Constituintes nos Estados neste mesmo ano devolvem o poder às oligarquias locais. Nas eleições indiretas que se seguem em 1935, retomam o controle das máquinas político-administrativas estaduais, fazendo eleger Governadores membros das oligarquias ou mesmo Tenentes que se fizeram seus aliados, como Juraci Magalhães, na Bahia.

Eliminada a influência tenentista, sobretudo a mais radical, e consolidado seu poder político, a burguesia e a oligarquia estão com as mãos livres para utilizar todo o peso do Estado para combater a pequena burguesia radical, a classe operária, o comunismo e restabelecer a ordem.

O Integralismo

Desde a década de 20, o grande debate ideológico entre o socialismo e os diversos fascismos chegara ao Brasil, ativado pela vitória da Revolução de 1917 na Rússia, por um lado, e pela bem-sucedida Marcha sobre Roma, dos fascistas italianos, em 1922, de outro. A vitória do nazismo na Alemanha, através das eleições em 1933, estendeu às colônias alemãs do Sul e a vários segmentos da pequena burguesia simpatias pela doutrina e pelo regime.

Ao lado da criação do Partido Comunista em 1922, vários grupos fascistas nascem e morrem nesse período. A Revolução de 1930 permite o desbloqueio de inúmeras forças sociais que se radicalizam mais profundamente em 1935, quando começa a se fechar o espaço, para essas forças populares emergentes, ocupado cada vez mais pelo reagrupamento das classes dominantes e pela intervenção do Estado.

Como se posiciona a Igreja perante essas forças emergentes?

A 19ª Carta Pastoral de D. João Becker de setembro de 1930 é consagrada ao "Comunismo Russo e à Civilização Cristã". Em julho, num discurso público, aos operários, Dom Becker exclama: "O bom operário deve fugir dos homens perversos, que com discursos artificiosos lhe sugerem esperanças exageradas, fazendo-lhe grandes promessas de que só resultam lamentações estéreis e ruínas de fortuna." Propõe como solução dos problemas sociais:

"Para reparar os males que surgem da má compreensão da desigualdade social, há um poder mais elevado que a filosofia, mais eficaz do que a ciência econômica; um poder que explica o sofrimento e o faz suportável aos homens como germe de uma felicidade eterna;

... Para solucionar os problemas sociais há um poder que tem ação sobre todos os homens, sobre os que possuem e sobre os que nada têm.

... Esse poder social alimenta o trabalho, sustenta a ordem pública, favorece a parcimônia nas classes pobres, sobe e desce os degraus da escala social, unindo os extremos pelo respeito, pelo amor, pela virtude. Esse poder já durante dezenove séculos se empenha pelo bem-estar, pela dignificação do trabalho e pela paz nas camadas humildes da sociedade.

... Esse poder ensina o amor fraterno a todos e alista no serviço do povo ricos e sábios, sacerdotes e seculares, ordens religiosas de homens e mulheres, fundando asilos para a infância abandonada e escolas para todas as classes sociais. Esse poder ensina aos infelizes que a repartição desigual dos bens não é uma injustiça, que o rico tem por missão na Terra a Providência divina, que a condição humilde dos trabalhadores não é uma desonra, mas uma prova evidente que a posição brilhante dos grandes é mais uma responsabilidade do que um mérito.

... Esse poder que trabalha com zelo e desinteresse para melhorar a sorte dos pobres procura reconciliar o rico com o indigente, o patrão com o operário, o grande com o pequeno, o forte com o fraco, no terreno da caridade, da gratidão, da justiça, do direito e do respeito mútuo. Esse poder multissecular que se eleva à margem dos séculos, como farol luminoso à beira-mar, é a Igreja Católica".[86]

Neste discurso Dom Becker apresenta a Igreja como a melhor garantia para o funcionamento social, político e econômico de uma ordem capitalista desigual, pois é a única instituição que pode falar ao mesmo tempo, "subindo e descendo os degraus da escala social" aos dois extremos, convidando as classes humildes a se conformarem com sua sorte, os ricos a assumirem a missão de representar a Providência divina enquanto a Igreja

[86] Dom João Becker, "Discurso na inauguração da Capela de Santa Teresinha nas Minas de Butiá" (6/7/1930) *in UNITAS*, nºs 5-6, mai./jun., 1930, pp. 291-301.

se encarrega de minorar os sofrimentos dos pobres, assumindo os trabalhos de assistência social.

Numa sociedade dividida e em conflito a pretensão de dizer uma palavra igualmente correta para os dois lados, mas coonestando a legitimidade da ordem vigente, só pode favorecer a classe dominante, e a burguesia encontra no discurso da Igreja um novo papel religioso no desenvolvimento de sua tarefa econômica e social.

Às classes subalternas, porém, nenhum projeto que altere a ordem vigente é proposto. Cabe-lhes apenas compreender que a repartição desigual dos bens não é uma injustiça.

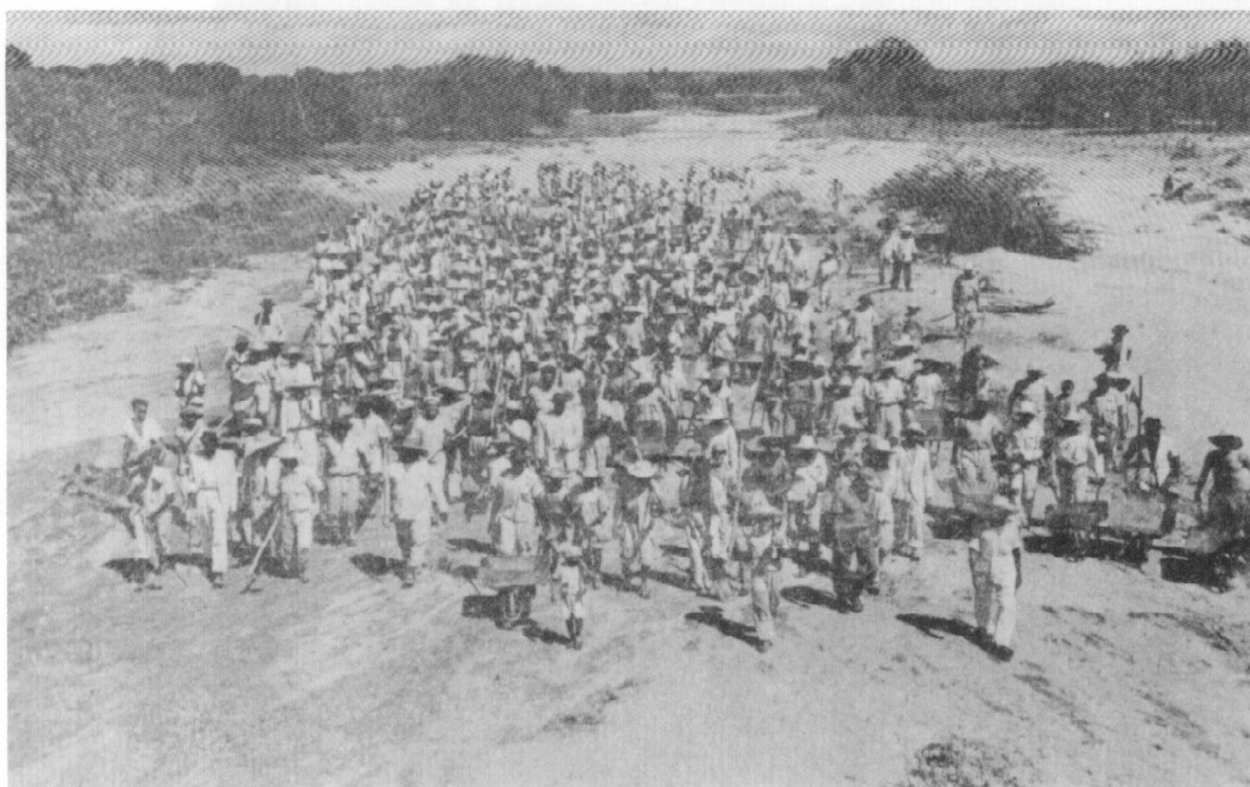
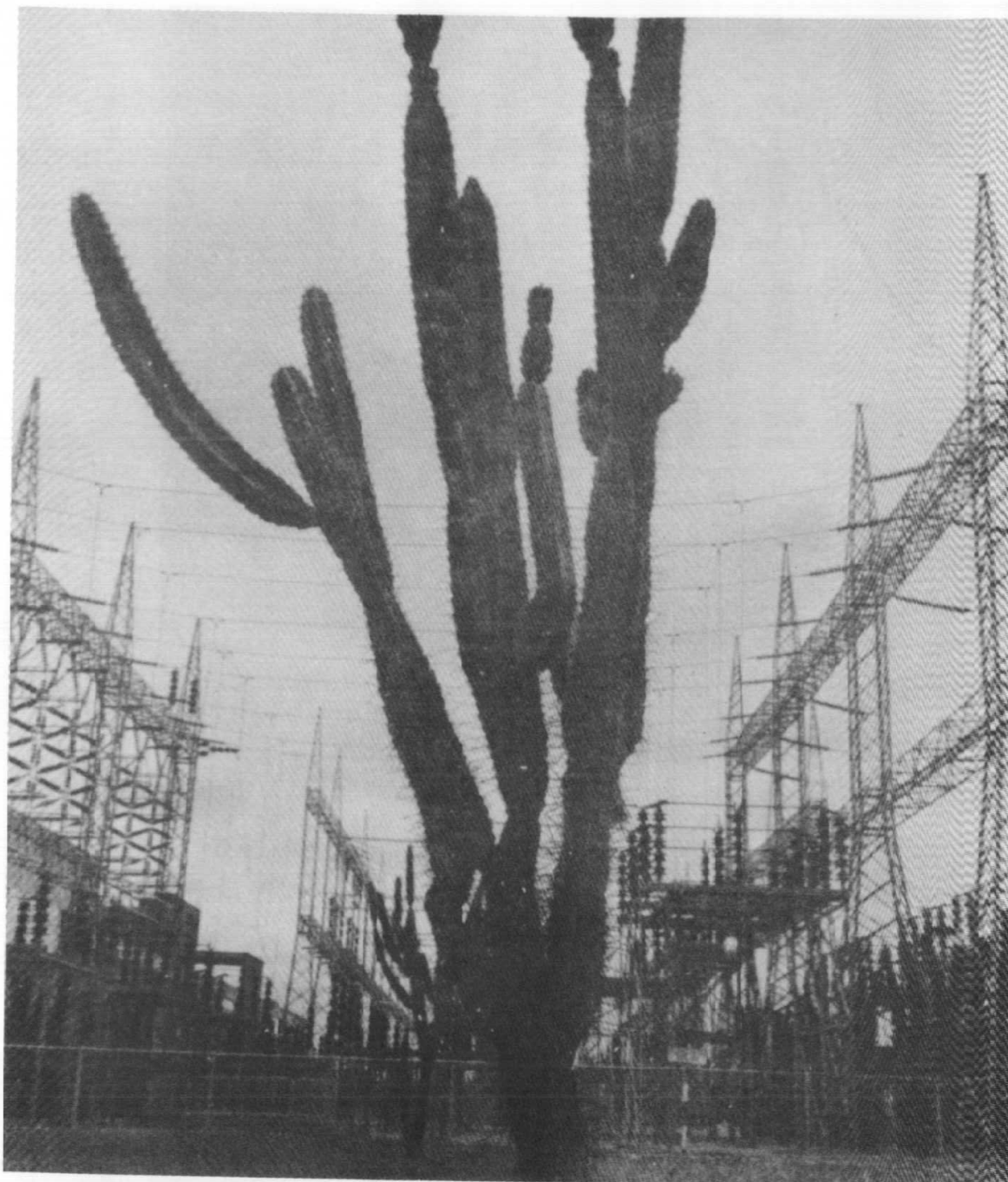
Não é de estranhar que a defesa da ordem social vigente, do princípio de autoridade e da necessidade de combater o comunismo, lance a Igreja no campo contrário à classe operária e a aproxime facilmente da proposta integralista.

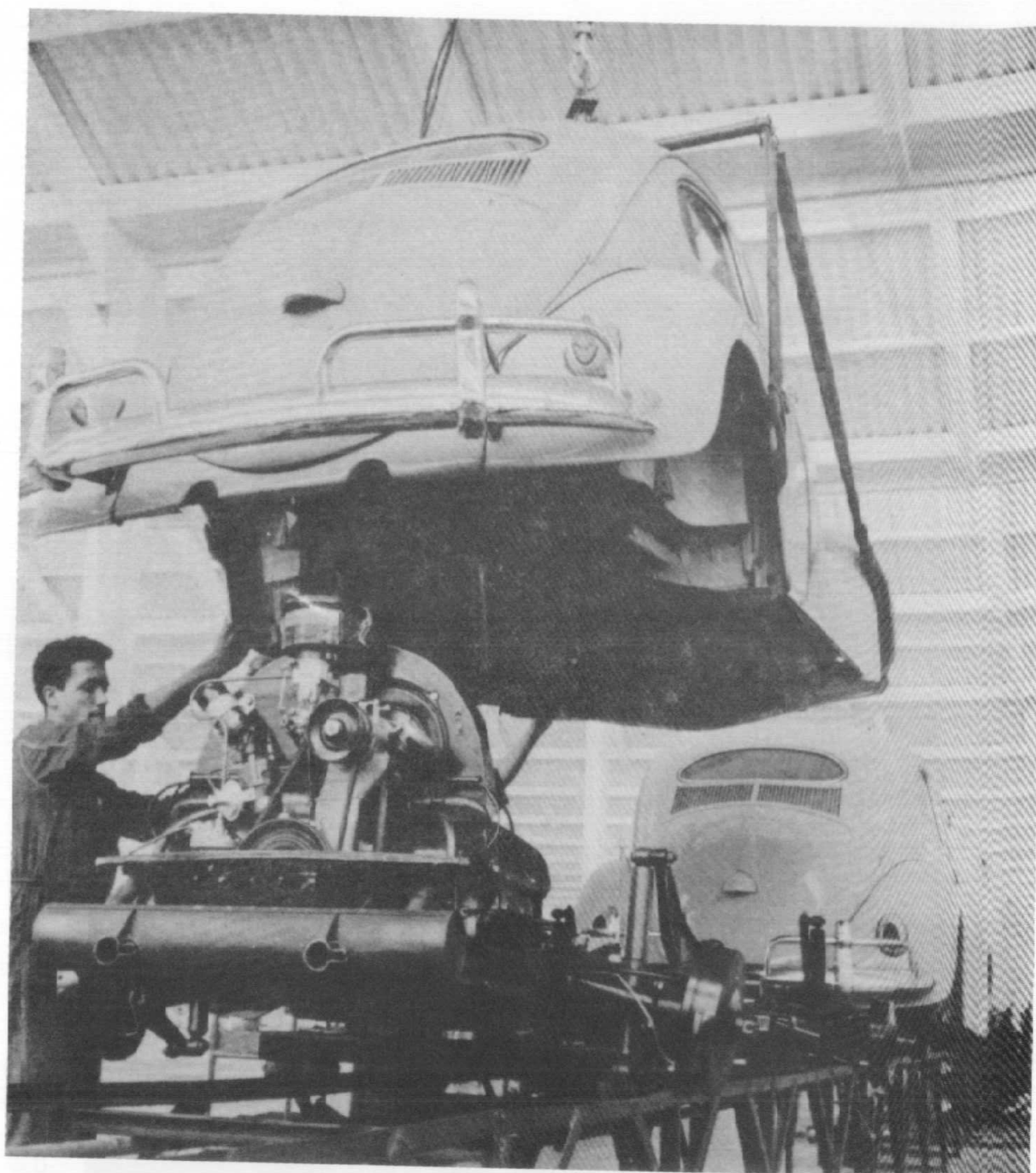
Em alguns pontos do país, a articulação integralista passa diretamente por elementos ligados à Igreja, como no Ceará, onde o Tenente Severino Sombra, elemento católico militante, se nega a participar da Revolução de 1930, por ser "liberal-democrática" e por ser ele mesmo da escola antiliberal de Jackson de Figueiredo. É para dar um "sentido ideológico" à Revolução de 30 que ele funda a Legião Cearense do Trabalho de cunho fascista. Apresenta-a tão anticapitalista e tão antiburguesa quanto anti-socialista e anticomunista.[87]

A Liga recebe adesão de outras associações e sindicatos, ganha ampla penetração popular e passa a contar com a participação do jovem padre cearense Hélder Câmara, a mando de seu Bispo. Ela cresce muito até outubro de 1932, quando se integra na Ação Integralista Brasileira de Plínio Salgado. Essa forte militância política da Igreja no seio do integralismo local fará com que o Ceará seja o único Estado em que a Liga Eleitoral Católica perca o seu caráter estritamente suprapartidário para se envolver como um partido, aliado ao integralismo e aos coronéis do interior para disputar as eleições de 1933, ganhas finalmente pela própria LEC.

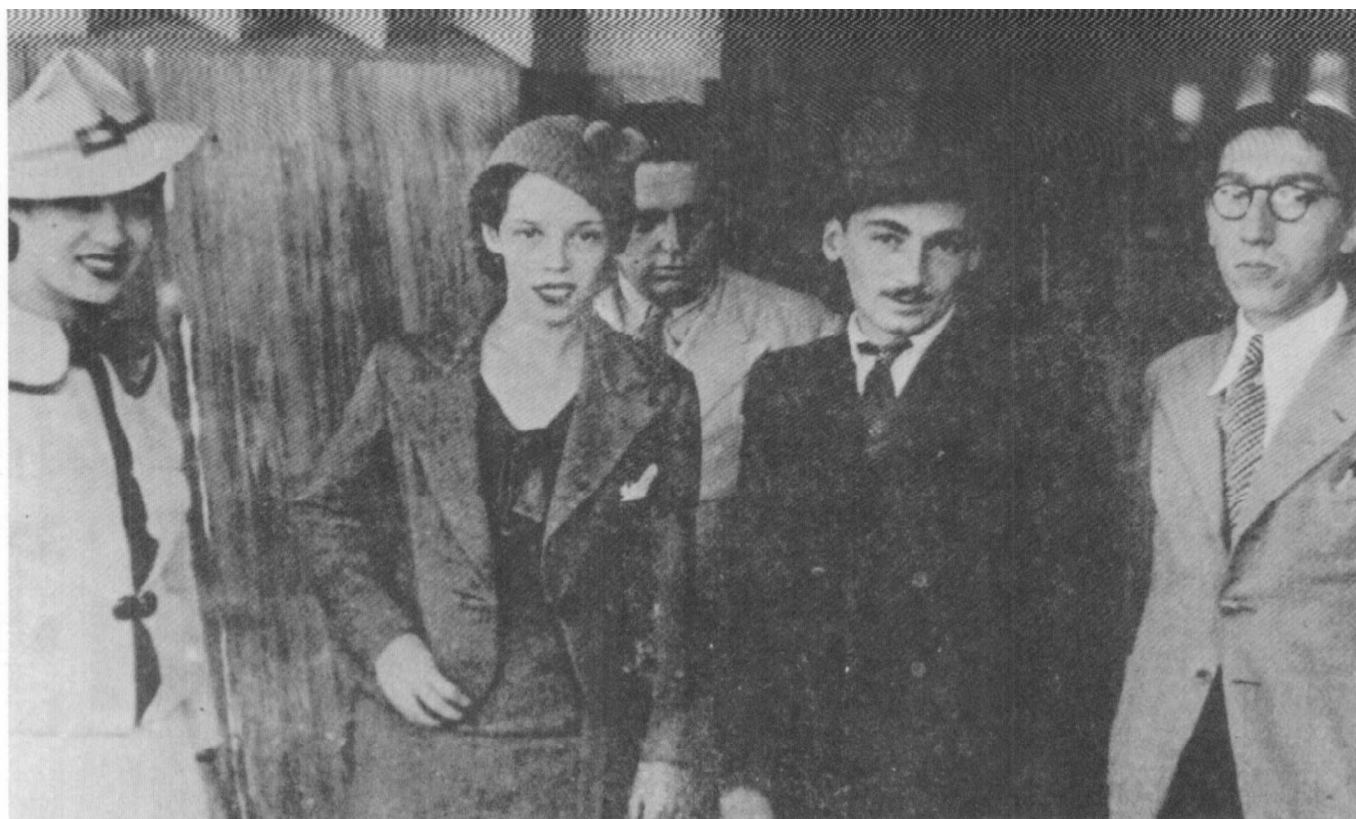
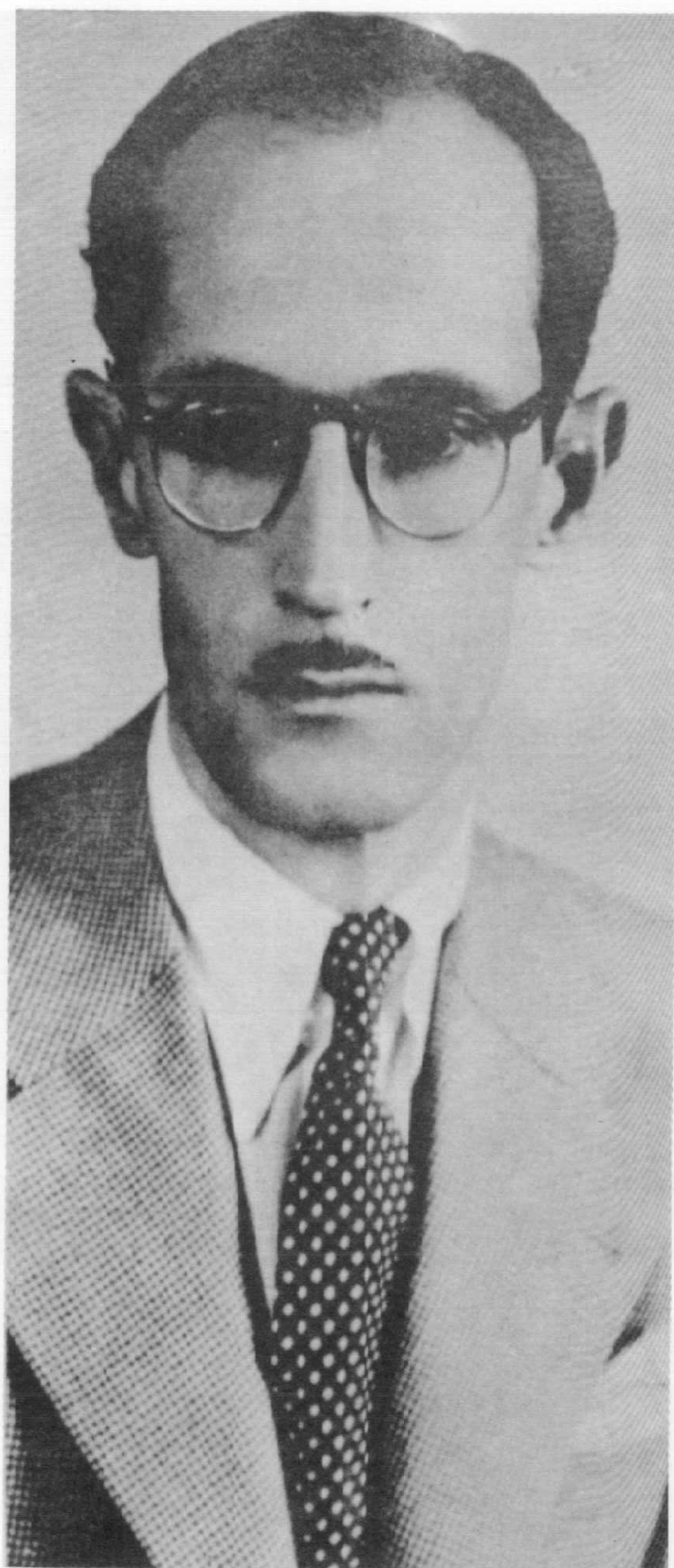
No Rio de Janeiro, a atitude muito clara do Cardeal Leme impede que a Igreja se envolva diretamente com qualquer partido político, mas não pode evitar que sejam manifestadas simpatias de intelectuais católicos pela AIB.

Tristão de Athayde, na revista *A Ordem*, dizendo que tentara afastar o Centro Dom Vital da política reacionária que lhe imprimia Jackson de

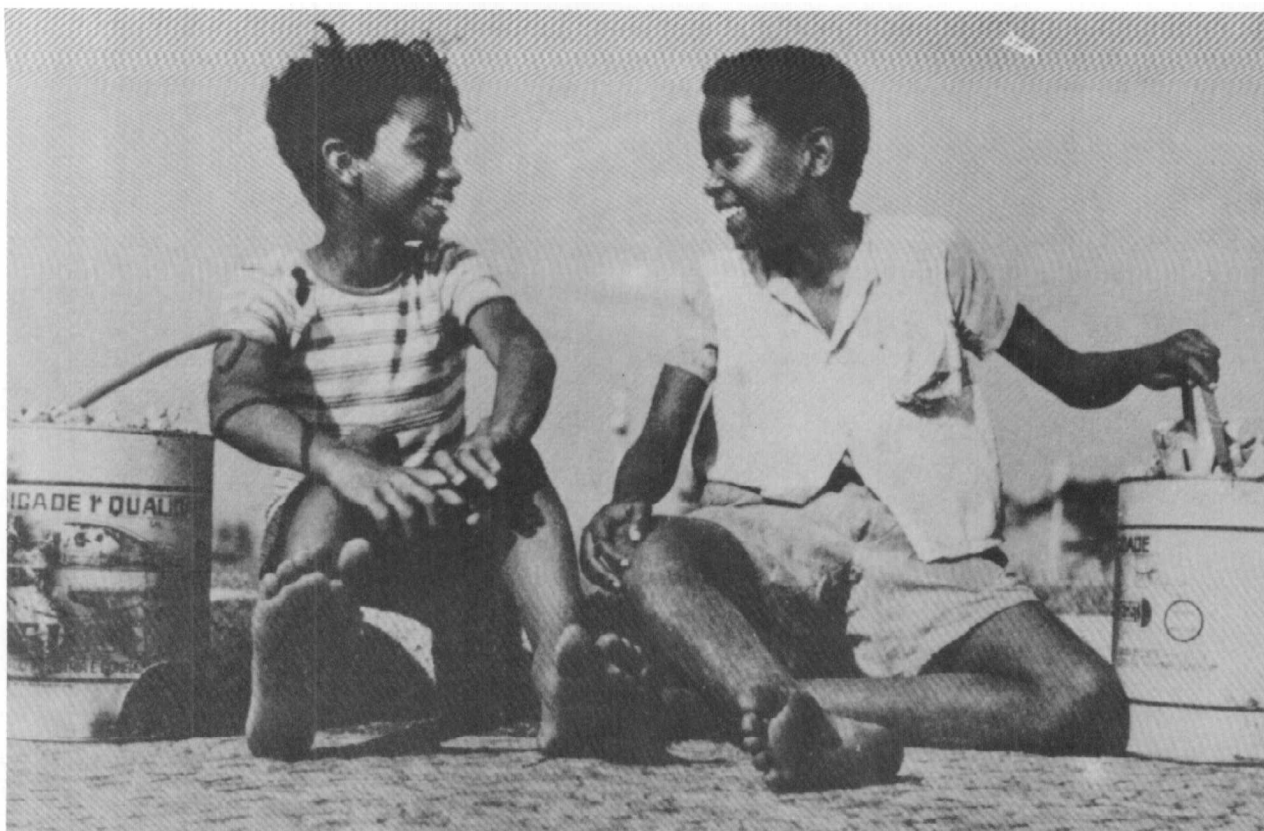
[87] Edgard Carone, *A República Nova (1930-1937)*, Difel, São Paulo, 1976, pp. 198-199.

PRANCHA 1 – Flagelados do Nordeste, 1951. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 2 – Eletrificação do Nordeste, 1965. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 3 – Desfile de carros construídos na Fábrica Nacional de Motores. (31 de dezembro de 1949, Arq. Nosso Século)

PRANCHA 4 – Fábrica Volkswagen, 1956. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 5 – O Cardeal D. Sebastião Leme e o Presidente Vargas, na inauguração do monumento a Cristo Redentor, 1951. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 6 – D. Helder Câmara discursando, tendo ao lado o Presidente J. Kubitschek, 1958. (G. R. Gafner)

PRANCHA 7 – Jorge Amado e sua mulher e Oswald de Andrade (ao fundo), Estação do Norte, 1938. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 8 – Carlos Drummond de Andrade, 1941.
(Arq. Nosso Século)

PRANCHA 9 – Grande Otelo e Ankito, em *É de Chuá*. (Cinédia, Arq. Nosso Século)

PRANCHA 10 – Cena do filme *Caiçara*, da Vera Cruz; produção de Alberto Cavalcanti e direção de Adolfo Cali, 1950. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 11 – Cena de *Rio Quarenta Graus;* direção de Nelson Pereira dos Santos, 1955. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 12 – Norma Benguell e Jece Valadão, em *Os Cafajestes*, 1962. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 13 – Noel Rosa e sua mulher, 1934. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 14 – Chico Buarque de Holanda e Nara Leão, 1966.
(Arq. Nosso Século)

PRANCHA 15 – Programa da peça *Revolução na América do Sul,* dirigida por Augusto Boal. (Arq. Nosso Século)

PRANCHA 16 – Sérgio Cardoso e Nídia Alicia em *Hamlet*, no Teatro Bela Vista, 1956. (Arq. Nosso Século)

Figueiredo, confessa, porém: "Mas não deixava de considerar, então, com muita simpatia, os movimentos direitistas, especialmente o fascismo, na sua luta contra o totalitarismo comunista.

"... Foi nessa época (em que Plínio Salgado lançou o integralismo), que escrevi na *A Ordem*, três artigos que iam provocar o mal-entendido entre o "vitalismo" (Centro Dom Vital) e "integralismo", e até hoje me valem as injúrias dos integralistas. Neles me colocava em situação de simpatia para com o novo partido, que me parecia mesmo o único com o Partido Comunista, a ter uma base definida e coerente de princípios, sobretudo na sua mística do Chefe e o "naturalismo" latente em sua estrutura, e sem a mínima intenção de pertencer aos seus quadros partidários, considerava entretanto o partido, por suas explícitas proclamações de fidelidade aos princípios católicos e por sua posição – antiindividualista como anti-socialista – como perfeitamente digno de receber em seu seio os moços à procura de uma política militante".[88]

Tanto bastou para que os integralistas tomassem a declaração de Alceu Amoroso Lima como adesão ao integralismo. No momento das eleições, Plínio Salgado busca para seu partido um estatuto de partido quase oficial da Igreja, provocando um incidente com a LEC.

> "Quando a Liga distribuiu, entre as várias agremiações partidárias, a sua consulta, constante de várias perguntas, fez uma lista de 10 pontos, dos quais três constituíam os "pontos mínimos", para que um partido ou candidato recebessem a aprovação da LEC e a sua recomendação ao eleitorado católico. Recebemos, então, da Ação Integralista Brasileira, um protesto baseado na exigência de que, tendo ela aceito os *dez princípios* do programa total da LEC, devia merecer uma *recomendação especial*. Em suma, queria que a AIB fosse declarada como partido oficial da Igreja."

Um encontro entre Alceu Amoroso Lima, o Pe. Leonel Franca e Plínio Salgado em casa de Alcebíades Delamare colocou as coisas nos devidos lugares, não sem provocar uma observação entre amarga e ameaçadora do líder integralista: "Está bem. Respeito a decisão da LEC. Mas diga-lhes uma coisa: desta vez triunfará a LEC; em outra eleição, triunfarão os comunistas e, finalmente, triunfaremos 'nós'".[89]

---

[88] Alceu Amoroso Lima, "Notas para a História do Centro D. Vital – VIII" *in A ORDEM*, vol. LIX, nº 5, maio 1958, pp. 60-61.
[89] *Ibidem*, p. 61.

No Rio Grande do Sul, podemos dizer que a posição do Arcebispo D. João Becker, preservando sempre uma incondicional admiração pelos regimes totalitários, sofre certas evoluções.

Em suas diversas pastorais e discursos D. Becker elogia freqüentemente Mussolini, "que ressuscitou a alma romana", e o fascismo que salvou a Itália do bolchevismo. Nem mesmo a guerra colonial da Itália contra a Etiópia fá-lo recuar no seu apoio ao Duce: "... Pode-se porventura contestar o direito da Itália nesse assunto? Toda a questão se funda, em última análise, numa nova distribuição eqüitativa dos domínios coloniais entre os povos europeus. Neste ponto assiste à Itália o direito de suas justas reclamações."[90]

Em 1937 sua admiração toma acentos religiosos: "Enquanto Mussolini e o fascismo trabalham para o bem da Itália, seguem eles o caminho misterioso traçado pela Providência. No agiológio político internacional, Mussolini é sem dúvida o taumaturgo máximo, o iluminado que elevou ao mais alto grau o nome dessa Itália dinâmica e gloriosa e o nome da latinidade universal."[91]

Em relação ao nacional-socialismo na Alemanha, o tom é o mesmo: "Adolfo Hitler é o grande condutor. Ele salvou sua pátria do domínio comunista. Se, de fato, segundo notícias da imprensa, foram abaladas as boas relações entre o Estado nacional-socialista e a Igreja e outros credos religiosos, contudo nutrimos a firme esperança de que a clarividência de Hitler achará meios eficazes para solucionar, com justiça e eqüidade, esse grave problema religioso."[92] Entre 1933 e 1936, o Papa Pio XI dirigiu ao Governo de Hitler 34 notas de protesto, por descumprimento das cláusulas da Concordata assinada entre a Santa Sé e o Reich alemão em 1933.

O tom só irá mudar em 1940, depois que em 1937 Pio XI condena o nacional-socialismo com sua Encíclica *Mit Brennender Sorge* e que a guerra já estalara. Ainda assim Dom Becker irá distinguir entre Estados totalitários pagãos e cristãos. O pagão "faz do mesmo Estado um Deus. Exalta sobre todas as coisas o interesse nacional, sem atender os direitos de Deus". Cita como exemplos a Rússia e a Alemanha. "Mas existe um regime totalitário cristão. Este regime respeita os direitos de Deus e da pessoa... Por isso rejeitamos o Estado totalitário nazista e soviético e preferi-

---

[90] D. João Becker, *in UNITAS*, nov. 1935, nº 11, p. 500.
[91] *Ibidem*, 7/11/1937, *in UNITAS*, nº 11, nov. 1935, pp. 501-503.
[92] *Idem*, *in UNITAS*, nº 8, agosto 1934, pp. 351-356.

mos o regime totalitário de Portugal".[93] Sobre o regime fascista de Mussolini, apenas o silêncio. O modelo passa a ser o salazarismo em Portugal.

No plano interno, Dom Becker propõe o integralismo e o Estado integral como a melhor solução para os problemas sociais e políticos. Em 1933, dá, entretanto, todo apoio ao trabalho da LEC e, em 1935, não vê mais por que a Igreja deve apoiar o integralismo como partido e programa político, pois tudo o que o integralismo lhe propunha, uma vez no poder, a Igreja já o obtivera do atual Governo, através da Constituição de 1934.

Não deixa, entretanto, de fundar em 1935 a "Ação Brasileira de Revolução Social", que se inspira nos princípios do fascismo.[94]

As posições de Dom Becker, e de outros Bispos como D. José Maurício da Rocha (de Bragança Paulista 1926-1969), de franco apoio ao fascismo e ao integralismo, podem ser talvez explicadas sob uma dupla luz: internamente, uma longa tradição colocava a Igreja do lado dos conservadores, da direita, do autoritarismo, da ordem. O integralismo trazia em seu programa o tríplice lema: Deus, Pátria e Família, valores extremamente caros à Igreja. Mais profundamente, para além das afinidades ideológicas, atuavam os mecanismos de solidariedade de classe: a base ativa tanto do integralismo como da Igreja estava na classe média urbana. Internacionalmente, a Igreja, depois de sustentar uma luta secular contra o liberalismo e a burguesia, buscava desde Leão XIII um *modus vivendi* com os Estados modernos burgueses. A Revolução russa (1917), seguida dos conflitos religiosos no México (1926-1936) e da guerra na Espanha (1936-39), perfilou o comunismo como seu maior inimigo. Nesse contexto, os fascismos e mesmo o nacional-socialismo, a Falange na Espanha e o salazarismo em Portugal são vistos pela Igreja como a única barreira militante que se ergue contra o comunismo. No afã de obter um *modus vivendi* que lhe resguardasse no Estado moderno os direitos religiosos mínimos, a Igreja mostrou-se disposta a concessões limites de onde precisou posteriormente recuar, tanto em relação ao fascismo com a Carta Encíclica de Pio XI *Non Abbiamo Bisogno* quanto, de modo mais grave, em relação

---

[93] *Idem, in UNITAS*, n° 5, maio 1940, p. 146.

[94] *Idem, in UNITAS*, nos 9-10, set./out. 1935, pp. 209-432, "25ª Carta Pastoral – Normas de Renovação Social". Cf. especialmente, cap. XXXVIII, "O Estado Fascista", pp. 344-351; cap. XXIX. "O Nacional Socialismo", pp. 351-359; cap. XXXI, "A República Brasileira e o Integralismo", pp. 366-372 e cap. XXXIII, "Ação Brasileira de Renovação Social", pp. 387-392.

ao nacional-socialismo, com a Encíclica *Mit Brennender Sorge* (14/3/1937). O comunismo foi condenado reiteradas vezes nas Encíclicas de Leão XIII a Pio XI, mas de maneira extremamente dura na Encíclica *Divini Redemptoris* (19/3/1937), publicada uma semana depois da condenação do nacional-socialismo, talvez para que a condenação do nazismo não viesse indiretamente a fortalecer o campo socialista.

A posição do Cardeal Leme, sem qualquer envolvimento em posições político-partidárias, guardava em relação ao Estado norma de conduta bastante corrente naquela época: "... aceitar a situação pública, sem discutir-lhe praticamente a legitimidade, pois isto pertence à instância temporal e não religiosa. Ver e respeitar no Governo *de facto* o eventual detentor da Autoridade e responsável pelo bem comum. E – aceitando-o e respeitando-o – garantir a segurança da comunidade católica, a paz na Igreja brasileira na vigência desse Governo e, ao mesmo tempo, esforçar-se por obter, numa conjunção histórica excepcional, condições de vida mais *cristãs* para a Nacionalidade."[95]

Essa linha de conduta bastante rígida quanto à defesa dos princípios religiosos e do seu livre exercício torna-se inteiramente flexível perante os diferentes regimes políticos, inclusive totalitários e ditatoriais, aproximando-se, em política, de um comportamento quase oportunista e aético. Esta radical separação entre esfera política e esfera religiosa teve funestas conseqüências nessa quadra da vida da Igreja e pode explicar a tibieza, quando não o franco apoio, com relação à ditadura do Estado Novo.

Do ponto de vista ideológico, se houve namoro da Igreja com o integralismo, nunca houve dúvida sobre sua radical rejeição do socialismo, que aparece em todos os documentos, sob o nome restritivo de comunismo.

Em 1937, quando se pressente os rumos que o país podia tomar e no Congresso se forma movimento contrário à perpetuação das medidas de exceção pedidas pelo Governo para combater o comunismo e que inviabilizavam a estratégia eleitoral de Armando de Salles Oliveira e de José Américo de Almeida, a Igreja toma nítida posição pela manutenção da ordem e combate ao comunismo. A 8 de setembro de 1937, publicam os Bispos uma Pastoral Coletiva sobre o Comunismo Ateu, redigida pelo Pe. Leonel Franca, sob a orientação de Dom Leme. A Pastoral conclui com estas palavras:

[95] Rosário, *op cit.*, pp. 297-298.

"Pedi a Deus que preserve do flagelo do comunismo ateu o nosso querido Brasil; pedi-lhe que assista as nossas autoridades no cumprimento dos árduos deveres de conservar a ordem social e defender o patrimônio de nossa civilização ameaçada...".[96]

A posição da Igreja deve ter pesado na estratégia global que se preparava para a implantação do Estado Novo. Ela não se inclina mais para o integralismo como forma de se antepor ao comunismo, nem se apóia exclusivamente em estratégia própria para fazer face dentro da sociedade civil à concorrência ideológica, mas convida os católicos a cerrarem fileiras em torno das autoridades para a conservação da ordem social e do patrimônio da civilização ameaçada.

É para o Estado que a Igreja se volta e empresta-lhe todo seu apoio.

Da LEC à Ação Católica

Terminada a grande batalha que representaram para a Igreja a mobilização pré-eleitoral e as eleições, concluídos os longos trabalhos da Assembléia Constituinte, com a promulgação da Constituição em julho de 1934, cria-se um vazio na atuação pública da Igreja. Seu principal instrumento de ação nesta quadra, a LEC, calibrada para intervir num período eleitoral, findas as eleições, tornava-se inútil.

A experiência da LEC, apoiada no trabalho de leigos, estendendo-se em âmbito nacional, oferece pistas para a criação de um instrumento de ação permanente, formado por leigos e com estrutura nacional.

Esse instrumento vai ser a Ação Católica Brasileira. A expressão ação católica nasce de toda uma corrente crítica dentro do catolicismo que, mais e mais ao longo do século XIX, havia-se refugiado na piedade particular, estabelecendo radical separação entre a esfera pública e a esfera privada da vida. A religião passou a pertencer aos assuntos da esfera privada. Entre a crença pessoal e manifestação pública abriu-se um fosso, sobretudo entre os homens. A prática pública da fé ficou apenas para as mulheres e crianças.

Uma radical separação entre o sagrado e profano estabeleceu uma esfera própria da atividade religiosa, circunscrita às igrejas, ao recesso do lar e à consciência individual e um campo social, político, econômico e científico onde a religião nada tinha a dizer ou fazer.

A Ação Católica pretendia estabelecer uma ponte entre a esfera privada e a esfera pública, entre o domínio do sagrado e o do profano. Religiosos e sacerdotes, segregados do mundo e das atividades profanas, de

[96] Rosário, *op. cit.*, p. 369.

pouca valia seriam para ligar dois mundos estranhos entre si, quando não habitado por mútuas desconfianças e em franca oposição.

Nesse contexto, os leigos, com um pé na instituição religiosa e com outro no mundo profano, através do trabalho profissional, ocupam posição estratégica para estabelecer os primeiros contatos e implementar a presença da Igreja nessas áreas "dessacralizadas".

Nas grandes cidades, as transformações foram mais profundas. Aí criou-se um espaço não religioso, no mundo dos negócios, nas fábricas, no campo intelectual e político em que a Ação Católica encontra seu terreno privilegiado e onde os intelectuais recrutados para a Ação Católica exercem função crucial.

Trata-se finalmente de uma certa aristocracia do laicato que será convocada para a Ação Católica, localizando-se nessa base social a força e os limites da organização.

Esse grupo escolhido é chamado a trabalhar em estreito contato e, no decorrer do tempo, cada vez mais em subordinação à hierarquia eclesiástica. O Papa Pio XI orienta seu pontificado no sentido de implementar no mundo inteiro a atuação cada vez maior da Igreja em todos os campos da vida pública. A Ação Católica recebe então uma definição precisa e lapidar: "A Ação Católica é a participação dos leigos organizados no apostolado hierárquico da Igreja, fora e acima dos partidos, para o estabelecimento do reino universal de Cristo."

A insistência vai no sentido de apostolado organizado, sob mandato da hierarquia, fora e acima dos partidos, com finalidade religiosa de estabelecer o reino universal de Cristo. Nesse momento, o objetivo adquire uma forte conotação de se lutar pelo estabelecimento de uma *nova cristandade,* isto é, de uma ordem econômica, social e política sob a direção dos princípios cristãos definidos pela Igreja.

A 24 de agosto de 1934, o Cardeal Leme envia a Pio XI, com pedido de aprovação, os estatutos da Ação Católica Brasileira.

Em 1935, quando maior é a efervescência na sociedade brasileira, com enfrentamentos de rua entre integralistas e membros da ANL, a 9 de junho a Igreja chama praticamente todos seus militantes para, em certo sentido, bater em retirada e assumir de modo mais direto uma tarefa de cunho religioso sob direta orientação da hierarquia.

A nova organização calcada sob o modelo de Ação Católica Italiana absorve iniciativas anteriores como a Ação Universitária Católica, transformando-a num dos ramos da A.C., exige que todas as demais associações e grupos na Igreja se tornem organismos auxiliares da Ação Católica.

O mandamento de criação da Ação Católica vem assinado pela totalidade dos Bispos e Prelados brasileiros, pois Dom Leme, nesta única vez, lança mão de um expediente previsto para ocasiões graves. O Cardeal do Rio tinha em suas mãos papel com a assinatura de todos os Bispos do Brasil para que, numa emergência, pudesse falar em nome de toda a Igreja do Brasil, sem precisar passar pelo dificílimo processo de colher assinaturas de todos os Bispos, em todos os rincões do país.[97]

Estranho que num momento muito mais grave, em outubro de 1942, quando da entrada do Brasil na guerra e em que a Igreja sofrera um ataque público de um ex-Bispo, duvidando de seu patriotismo, Dom Leme faça questão de enviar aos Arcebispos todos sua declaração para colher as assinaturas. Isto fez com que a Circular só viesse a ser publicada, devido ao atraso, após a sua morte.

O modo talvez como a Ação Católica foi implantada, a novidade do apostolado confiado aos leigos, numa Igreja extremamente clerical, a hegemonia não contestada da Igreja em extensas áreas do país, tudo isso fez com que a acolhida à Ação Católica fosse por vezes fria e reticente. As antigas irmandades, ordens terceiras e associações viam-se relegadas a um segundo plano, devendo ceder seu lugar à Ação Católica. O relacionamento entre a Ação Católica, as Congregações Marianas, bem organizadas e disseminadas por todo o país, as Conferências Vicentinas e outras associações não foi sempre tranqüilo e pacífico. Além do mais, a Ação Católica veiculava o mais das vezes uma nova espiritualidade, um novo espírito litúrgico, uma militância que provocavam retraimento e críticas dos grupos mais tradicionais. O seu recrutamento, em muitos lugares, circunscreveu-se a elementos saídos da pequena burguesia, egressos de colégios católicos e de famílias de posses. O recrutamento atingia o mais das vezes as camadas mais jovens da população.

A Ação Católica, criada num momento em que a Lei de Segurança Nacional fechava os espaços políticos, em que a repressão passa a se abater sobre as forças populares desde o fechamento da ANL em julho de 1935 e, em particular, após o levante de novembro de 1935 em Natal, no Recife e no Rio, vai dar maior importância à formação religiosa de seus membros, a problemas internos da Igreja, do que à militância na sociedade. A implantação do Estado Novo vem agravar essa tendência.

---

[97] Marina Bandeira, *História Geral da Igreja na América Latina,* Brasil, vol. III/2, p. 51 (manuscrito).

Esse ano de 1935 encerra talvez a fase mais criativa, de embates e lutas da Igreja dentro da sociedade brasileira, inaugurada em 1922, com Jackson de Figueiredo e os intelectuais agrupados em torno de suas duas iniciativas, a revista *A Ordem* e o Centro Dom Vital. Os anos de 1922 a 1935 foram ricos de iniciativas e em torno de um punhado de leigos, e às figuras de Dom Leme e de Alceu Amoroso Lima multiplicaram-se conversões e adesões espontâneas de almas de escol.

Neste momento de arrefecimento da militância direta, um fruto inesperado da Ação Católica foi a leva de jovens universitários e de jovens profissionais tanto rapazes como moças que entram para a vida religiosa entre os jesuítas, beneditinos, dominicanos, clero secular e ordens e congregações femininas tanto contemplativas como de vida ativa.

8. A IGREJA E O ESTADO NOVO

As suas relações podem ser lidas em dois planos: no constitucional e no prático. No plano constitucional, com a nova Carta, inteiramente outorgada pelo Governo e nunca submetida à consulta popular, com o Parlamento fechado, os partidos extintos e Interventores nomeados no lugar dos Governadores, todo o poder se concentrou, de modo arbitrário, nas mãos do Chefe do Executivo. A Carta de 10 de novembro elimina todas as chamadas emendas católicas da Constituição de 1934, exceto a que se refere ao ensino religioso, que é mantida, mas diminuída no seu alcance.

Volta-se ao laicismo do Estado: "É vedado à União, aos Estados e aos Municípios estabelecer, subvencionar o exercício dos cultos religiosos" (Art. 32, *b*). Suprime-se a cláusula de 1934, que abria caminho para a mútua colaboração: "sem prejuízo da colaboração recíproca em prol do interesse coletivo".

Desaparece o nome de Deus do Preâmbulo da Constituição, a faculdade de se prestar assistência religiosa às Forças Armadas, silencia-se sobre a representação diplomática junto à Santa Sé e não se cogita de casamento civil ou religioso. Reintroduz-se o princípio da secularização dos cemitérios, sem resolver o caso dos cemitérios de religiosos e de Irmandades.

Na prática, entretanto, o Governo faz saber ao Cardeal Leme, por pessoa interposta, que em nada seriam alteradas as cordiais relações entre a Igreja e o Estado.

Dom Leme toma conhecimento do texto constitucional antes de 10 de novembro e verifica que este incluía legislação divorcista. "Imediatamente pede à D. Luizinha Aranha, mãe de Oswaldo Aranha, que vá ao palácio levar ao Presidente o seu veemente apelo. Getúlio Vargas sorri, tranqüilizador: 'Diga a Dom Sebastião, D. Luizinha, que eu só decretarei o divórcio, no dia em que receba uma petição neste sentido, assinada pelo Cardeal Leme e Dona Luizinha Aranha'."[98]

A Igreja é obrigada a adequar-se à situação de fato, de insegurança jurídica, imposta, de resto a toda a nação.

No banquete do Itamarati oferecido pelo Governo aos Bispos reunidos para o Concílio Plenário Brasileiro, em julho de 1939, insiste-se de parte e de outra, nos discursos, sobre a colaboração mútua, dentro do respeito das funções de cada um.

Getúlio afirma: "Apesar de separados os campos de atuação do poder político e do poder espiritual, nunca entre eles houve choques de maior importância; respeitam-se, auxiliam-se. O Estado deixando à Igreja ampla liberdade de pregação, assegura-lhe ambiente propício a expandir-se e a ampliar o seu domínio sobre as almas; os sacerdotes e missionários colaboram com o Estado, timbrando em ser bons cidadãos, obedientes à Lei civil, compreendendo que sem ela – sem ordem e sem disciplina, portanto, – os costumes se corrompem, o sentido da dignidade humana se apaga e toda a vida espiritual se estanca. Tão estreita cooperação jamais se interrompeu; afirma-se, de modo auspicioso, nos dias presentes e há de intensificar-se certamente no futuro, mantendo a admirável continuidade de nossa história (...)".[99]

Na resposta, o Arcebispo Primaz da Bahia, Dom Augusto Álvaro da Silva, reafirma os mesmos princípios: "Queremos transmitir os nossos agradecimentos e, com eles, a afirmação e a garantia de que o Governo poderá contar com a nossa colaboração na grande obra de elevação nacional. (...) Repetidas vezes, V. Ex.ª no seu Governo tem dado provas inequívocas de quanto estima esta cooperação benfazeja e de quanto deseja conciliar sempre, numa harmonia leal, os interesses do Estado, com os direitos imprescritíveis da Igreja. Fazemos votos de que estas relações se estreitem, certos de que a Pátria comum será a grande beneficiária".[100]

---

[98] Rosário, *op. cit.*, pp. 371-372.

[99] Getúlio Vargas, "Discurso em homenagem ao Episcopado Nacional, reunido no 1º Concílio Plenário", *in* *AÇÃO CATÓLICA*, ano II, nº 10, out. 1939, pp. 289-290.

[100] D. Augusto Álvaro da Silva, "Discurso por ocasião do banquete do Itamarati", *in* *AÇÃO CATÓLICA*, ano II, nº 11, dez. 1939, pp. 321-322.

No terceiro aniversário do regime, a 10 de novembro de 1940, pregou Dom Aquino Corrêa perante o Presidente da República e todas as altas autoridades do Governo. Insiste em dois temas: na colaboração com o Estado e na tecla de que os regimes políticos seriam indiferentes em sua estrutura, para a Igreja: "(...) a tribuna sacra não discute formas de Governo nem regimes políticos, senão à luz da fé e dos ditames da moral católica. Respeitadas essas normas supremas, todas as formas de Governo são boas, mas os Governos são os homens que os fazem. É isto, senhores, que viemos aqui hoje agradecer à Providência Divina: um Governo tão forte quão tolerante, esta situação de ordem e de progresso, de que goza o Brasil, em se completando o decênio da Presidência Getúlio Vargas.

Eu contemplo aí em primeiro lugar a Igreja Católica e a vejo como nunca prestigiada pelo Chefe da República, que não somente mantém com ela as melhores relações de cordialidade, senão que timbra também em evocar, a cada passo, as tradições cristãs de nossa história e, ainda há pouco mais de um ano, no memorável discurso do Itamarati, por ocasião do Concílio Plenário Brasileiro, traçou, por assim dizer, a Concordata moral entre o Estado e a Igreja no Brasil."[101]

Quando da entrada do Brasil na guerra, acentua-se a aproximação entre a Igreja e o Estado. O Episcopado emite uma Circular Coletiva em que apóia a medida tomada: "A honra e os interesses mais sagrados da Nação, para repetirmos a palavra autorizada do Chefe da Nação, exigiam imperativamente a atitude que tomamos". E num conselho geral: "Antes de tudo disciplina e obediência ao Chefe do Governo, a quem a Providência confiou, nesta hora de tão pesada responsabilidade, os destinos do Brasil."[102]

Em 1944, o Decreto-Lei n.º 6.535 cria o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas em operação de guerra. Em julho do mesmo ano sai a Portaria n.º 6.573 com as Instruções para o SAR à Força Expedicionária Brasileira. Vinte e seis padres e dois pastores seguem juntamente com a FEB para o *front* na Europa.

Os pontos de atrito foram contornados sem conflitos maiores, pelo menos em nível oficial.

Em 1938, por duas vezes, em março e em maio, os integralistas se levantam contra o regime. Há pressão sobre a Igreja, pois segundo

---

[101] D. Aquino Corrêa, "Discurso no Rio de Janeiro por ocasião do 3º aniversário do Estado Novo", *in UNITAS*, n.ºs 11-12, nov./dez. 1940, p. 363.

[102] Rosário, *op. cit.*, p. 473.

Getúlio há padres simpatizantes do movimento e as Congregações Marianas abrigam integralistas. Vargas pede, através de Filinto Müller, que a Igreja afaste os Padres da política e que seja relembrado aos fiéis o preceito da obediência às autoridades constituídas. No que foi atendido.[103]

Outra dificuldade mais séria surgiu com as leis de 7 de fevereiro de 1938, proibindo em todo o território nacional as transmissões radiofônicas e os jornais e revistas em língua estrangeira e, sobretudo, a de 5 de abril, nacionalizando o ensino em Santa Catarina e, no dia seguinte, no Rio Grande do Sul. Aí funcionavam 2.845 escolas alemãs.

Esta legislação escolar, atingindo também o trabalho pastoral, pois ficavam proibidos os sermões em alemão ou em italiano, além do uso dessas línguas, em público, sob pena de prisão, trouxe problemas quase insolúveis e mesmo revolta entre os imigrantes. Boa parte da população da zona de imigração, em particular os velhos e as mulheres, não falava e, por vezes, não entendia o português. O cumprimento da lei foi exigido pela hierarquia eclesiástica, mas na prática muitos vigários continuaram o trabalho, utilizando-se, sempre que preciso, do alemão ou do italiano, sendo os incidentes locais quase sempre superados, embora não diminuísse a tensão.

A oposição ao regime, sufocada pela censura e pela repressão, só começa a despontar de modo mais público a partir de 1943, intensificando-se em 1944 e 1945. A entrada do Brasil na guerra ao lado dos aliados contra o nazismo e o fascismo tornava precária a situação interna do Governo. Dentro da Igreja, a influência crescente sobre suas elites de Jacques Maritain, de Bernanos, que se refugiara no Brasil, da corrente de opinião pública internacional e nacional a favor da democracia, pressiona pelos direitos humanos, por uma política democrática e por uma visão liberal do mundo. Dentro do Centro D. Vital perece a corrente autoritária e totalitária, herdada de seu fundador, e muitos intelectuais católicos, da velha e da nova geração, comprometem-se com a oposição ao regime. O Cardeal Leme falecera em outubro de 1942 e a Igreja não contava mais com a figura que criara a moderna Igreja do Brasil. Nenhuma nova liderança surgiu que pudesse aglutinar o conjunto do Episcopado nacional. Só 10 anos depois, a liderança carismática de Dom Leme seria substituída em nível nacional, não mais por pessoa, mas por um organismo colegiado e democrático – a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil –, fundada em 1952, por um ex-colaborador de Dom Leme, o Pe. Hélder Pessoa Câmara.

---

[103] Edgard Carone, *A Terceira República (1937-1945)*, Difel, São Paulo, 1976, p. 16.

Muitos dos intelectuais católicos ingressam na União Democrática Nacional na sua ala mais liberal, enquanto outros prestam seu apoio para o surgimento do pequeno Partido Democrata Cristão. Este não contou com o apoio da hierarquia, que retornou com menos brilho à fórmula da LEC, que não inova com relação ao programa de 1933.

9. CONCÍLIO PLENÁRIO BRASILEIRO

A análise do Concílio será desdobrada em três pontos: sua significação para a Igreja no Brasil, internamente, e para suas relações com a Santa Sé e com o Governo.

A realização de um Concílio Plenário Brasileiro era necessidade vital para a Igreja no Brasil já em fins do século passado. A Igreja chegara à República com a velha legislação das Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia de 1707. No restante da América Latina, a ruptura com a situação anterior de Padroado Régio dera-se entre 1810-1823, no momento da Independência e da formação dos Estados nacionais. A expulsão da maioria dos Bispos espanhóis nas vicissitudes das guerras de Independência deu ensejo à criação de uma nova hierarquia, forjando-se uma situação em descontinuidade com o passado. No curso da segunda metade do século XIX, vários países da América Latina realizaram concílios nacionais, como o Chile e a Colômbia.

Em toda a América Latina, o Brasil faz figura de anacronismo histórico do ponto de vista eclesiástico, guardando a estrutura do Padroado até 7 de janeiro de 1890. Ao contrário dos outros países da América Latina, o Brasil guarda intacto seu aparelho eclesiástico tanto na passagem da Colônia para o Império, como do Império para a República.

Era natural que o Episcopado brasileiro, advinda a separação entre a Igreja e o Estado, se aprestasse a reorganizar a Igreja no Brasil, tanto mais que se criava um vazio de direção, com o afastamento de todos os órgãos do Estado que controlavam a vida da Igreja, da nomeação dos Bispos à colação dos vigários.

Roma incentiva e apóia as reuniões iniciais em 1890, que deviam levar a um plano de reorganização da Igreja do Brasil e à realização de um concílio. A morte prematura de Dom Macedo Costa, líder do Episcopado e primaz do Brasil, interrompe o processo iniciado.

A pedido do Chile, Leão XIII decide convocar um Concílio Plenário Latino-Americano. O Brasil insiste em realizar seu concílio nacional em

separado, visto a peculiaridade de sua situação, mas acaba tendo que se curvar às razões romanas, e o Concílio Plenário Latino-Americano reúne-se em Roma no curso de 1899, tendo seus decretos sido aprovados para toda a América Latina em 1º de janeiro de 1900.

Voltando de Roma, os Bispos brasileiros insistem na convocação para logo de um Concílio Plenário Brasileiro, para adaptar à situação nacional a legislação latino-americana. E aqui começa a longa odisséia em que Roma não permite essa articulação nacional e permanece o centro de todas as decisões para a Igreja do Brasil. Incentiva sim que os Bispos se reúnam em separado por Províncias, de três em três anos, a fim de irem adaptando pastoralmente ao Brasil, mas sem força de lei, os decretos de 1899.

Ao final de 15 anos, o Episcopado das Províncias do Brasil meridional tem em mãos um amplo conjunto de normas e o Cardeal Arcoverde declara, então: "Não será a Providência divina que nos prepara os caminhos para um Concílio Nacional?" Relembra a longa trajetória já percorrida: "Em 27 de dezembro de 1900, há 14 anos, o Ex.mo e Rev.mo Sr. Internúncio Apostólico Dom José Macchi sobre este assunto me escrevia nos seguintes termos: "Participou-me o Ex.mo Cardeal Secretário de Estado, que tendo sido referidos ao Santo Padre os vários pareceres, emitidos pelos Ex.mos Arcebispos e Bispos do Brasil a respeito do projeto de um Concílio Nacional, Sua Santidade julgou mais oportuno que o projetado Concílio fosse ainda por algum tempo adiado e que, entretanto, os Rev.mos Metropolitanos procurassem, no correr do ano próximo (1901), convocar os respectivos sufragâneos para conferências provinciais, com o fim de deliberarem sobre cousas mais urgentes, e ao mesmo tempo prepararem a matéria que terá de ser tratada e discutida no referido Concílio."[104]

O "algum tempo" que Roma pedia aos Bispos brasileiros para prepararem a matéria levou perto de 40 anos, embora já em 1915, no entender do Cardeal do Rio, tudo estivesse preparado: "Esta matéria, Srs. Arcebispos e Bispos, esta matéria quer me parecer a mim já está quase preparada, discutida, organizada. Nas conferências que imos iniciar, lhe dareis vós a forma definitiva, o último aperfeiçoamento para servir de Schema do Concílio Plenário Brasileiro, objeto e termos de nossos trabalhos e sacrifícios".[105]

---

[104] D. Joaquim Arcoverde, "Alocução aos Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas do Brasil Meridional", (12/1/1915) *in Pastoral Coletiva de 1915*, Typ. Martins de Araujo, Rio de Janeiro, 1915, p. XVI.
[105] *Ibidem*, p. XVI.

Sem poder contar com o Concílio, os Bispos brasileiros resolvem, na prática, a situação. A Pastoral Coletiva dos Bispos do Sul do país, resultado das reuniões em Friburgo, RJ, em janeiro de 1915, é adotada como norma também para suas dioceses, pelos Arcebispos e Bispos das Províncias do Norte do país. Unifica-se assim a Igreja do Brasil debaixo de um conjunto de normas pastorais, vazadas em linguagem simples e sábia e que constituíram o vade-mécum dos Bispos, Vigários e associações leigas de todo o país.

A idéia, entretanto, do Concílio não morreu e, em 1928, é formada uma Comissão, sob a Presidência do Núncio Apostólico Dom Bento Aloisi Masella. Entre outros Prelados aí estavam o Arcebispo Coadjutor do Rio de Janeiro, Dom Sebastião Leme, e o Arcebispo de Diamantina, Dom Joaquim Silvério da Silva.

"A Comissão de 1928 realizou trabalho de valor. Baseou-se na Pastoral de 1915, que verteu para um latim de excelente quilate, e da qual aproveitou inúmeras disposições, mas introduziu também no seu esquema as novas determinações do Código. Ainda assim, o molde escolhido era antiquado e pouco viável."[106]

O que a Irmã Maria Regina do Rosário chama de antiquado e pouco viável eram, em realidade, os aspectos da Pastoral de 1915 que se adequavam às necessidades pastorais do Brasil, mas se afastavam das disposições vigentes do Código de Direito Canônico de 1917, elaborado no sentido de uma extrema centralização romana e imposto ao conjunto da Igreja Universal.

Essa Comissão desfez-se, provavelmente, devido à Revolução de 1930 e ao período extremamente agitado que se seguiu.

Nele se empenhou toda a Igreja na alteração do seu estatuto jurídico dentro da nação brasileira. Obtido isso na Constituição de 1934, um verdadeiro pacto constitucional entre a Igreja e o Estado, volta-se o Cardeal Leme para a reorganização interna da Igreja, atacando em duas frentes: a do Laicato e a do Episcopado a ser reunido em Concílio.

Desde agosto de 1934 envia Dom Leme os estatutos da Ação Católica a Roma para aprovação. Em 9 de junho de 1935 eles são promulgados. Ficava pendente o Concílio. Dom Leme vai a Roma e insiste com Pio XI. O impasse estava provavelmente no tipo de esquema preparado no Brasil, tomando por base a Pastoral de 1915. O Cardeal pede a Pio XI alguém que pudesse acompanhar de perto os trabalhos e orientá-los. O Papa indica

[106] Rosário, *op. cit.*, p. 378.

o próprio Secretário da Sagrada Congregação do Concílio, Mons. Giuseppe Bruno.

A nosso ver, essa medida viabilizou o Concílio, pois Roma passa a ter inteiro controle da preparação do mesmo e não serão mais necessárias medidas dilatórias. O mesmo havia sucedido com o Concílio Plenário Latino-Americano inteiramente preparado em Roma pelos canonistas da Cúria, sem que depois, no próprio desenrolar do Concílio, fossem admitidos em aula conciliar os canonistas e teólogos trazidos pelos Bispos latino-americanos.

"A partir de então, estabelecem-se contato e correspondência ininterrupta entre o Cardeal Leme e o canonista insigne indicado pelo Santo Padre, trabalhando juntos os dois homens da Igreja na 'discussão e resolução de todas as dificuldades."

Dois anos mais tarde, a 18 de agosto de 1937, Mons. Bruno envia ao Cardeal Leme o esquema de sua composição, pedindo que, juntamente com o Episcopado brasileiro, lhe faça as "correções, reduções e acréscimos que julgar necessários e oportunos para a redação mais perfeita do texto e para melhor adaptá-lo às condições e necessidades locais".

Mons. Bruno não se limitara a aperfeiçoar, mas tivera que transformar o esquema da Comissão episcopal de 1928. Com efeito, a reforma do Código de 1917 não renovara apenas o conteúdo da legislação eclesiástica, mas também, como frisa Mons. Tapajós, "introduzira uma nova forma de legislação, a forma das legislações modernas, em artigos, cânones, decretos ou como se queiram chamar, breves, exatos, claros, imperativos". Pautando-se por esse modelo, o Secretário da S. C. do Concílio "resumira 900 páginas miudamente datilografadas em 250 páginas com 493 decretos vazados em linguagem estritamente canônica. Para maior clareza, adotara a própria ordem da matéria do Código, e estabelecera relação constante entre os cânones deste e os decretos do Concílio".[107]

O principal é que se abandona definitivamente o trabalho de 15 anos dos Bispos brasileiros das Províncias meridionais e os trabalhos da Comissão de 1928. Os esforços anteriores visavam a adaptar uma legislação elaborada precipuamente por Roma, no Concílio Plenário Latino-Americano, à realidade brasileira. O trabalho de Mons. Bruno inversamente tentou encaixar os problemas pastorais do Brasil dentro da legislação canônica romana.

---

107 *Ibidem*, p. 378.

O esquema vindo de Roma foi enviado pelo Cardeal Leme a todos os Bispos e Prelados brasileiros com prazo até janeiro de 1938 para serem enviadas propostas de modificações, redigidas em latim. Apenas 26 Bispos sobre cem responderam, sendo apresentadas 498 observações, encaminhadas pelo Cardeal a Roma.

A 25 de agosto de 1938 é devolvido a Dom Leme o esquema definitivo do Concílio, com carta de Mons. Bruno, que traça os limites dentro dos quais foram acolhidas as propostas dos Bispos brasileiros:

> "Antes de tudo, fiz no esquema do Concílio Plenário as correções ordenadas por V. Ex.ª com respeito a (...) Além disso, procurei introduzir no mesmo esquema, dentro porém dos limites do Código Canônico, as principais modificações propostas pelos Ex.mos Bispos, a fim de conciliar as diversas tendências que, em grande parte, parecem provir das grandes diferenças de condições locais e pessoais que se observam na imensa extensão do Brasil. Não deixei porém de atualizar o esquema de acordo com as recentes decisões da Santa Sé".[108]

Tudo estava pronto para o Concílio quando morre Pio XI. Pio XII apressa-se a confirmar a nomeação do Cardeal Leme como legado *a latere* para o Concílio e este é convocado para os dias de 2 a 20 de julho de 1939.

O significado do Concílio para a Igreja do Brasil foi imenso. Era a primeira vez, de fato, em toda a sua história que o Episcopado se reunia em conjunto para deliberar sobre os problemas da Igreja e sobre seus rumos, ainda que dentro dos estreitos limites fixados por Roma. O Sínodo da Bahia de 1707 contara apenas com a presença do Arcebispo da Bahia, nenhum dos outros Bispos tendo podido comparecer.

Para os Bispos é um pouco o reconhecimento da maturidade a que chegara a Igreja no Brasil, tanto mais que o Concílio será aprovado rapidamente pela Santa Sé, com altos elogios pelo trabalho realizado.

No terreno pastoral ganhava o país uma legislação única, brotada de um consenso que nem sempre foi fácil de conquistar, pois durante os trabalhos conciliares foram apresentadas duzentas e setenta emendas.

O Concílio realizava também o sonho de Dom Leme, de união e convergência dos esforços de todos os Bispos brasileiros, sonho que perseguia com tenacidade através de acontecimentos "nacionais". Podem ser cita-

---

[108] *Ibidem,* p. 380.

dos, entre outros, a reunião de 45 Bispos no Rio, em outubro de 1931, na inauguração do Monumento a Cristo Redentor, a criação da LEC (em 1932) com apoio de quase todo o Episcopado, os Congressos Eucarísticos Nacionais (Salvador, 1933; Belo Horizonte, 1936; Recife, 1939; São Paulo, 1942), a Ação Católica Brasileira com sua Junta Nacional (1935), a Pastoral Coletiva sobre o Comunismo em 1937.

A Igreja no Brasil começara a agir como um corpo nacional e não mais como dioceses isoladas, articuladas apenas com Roma e desarticuladas entre si.

O Concílio traçava ainda um caminho de prioridades pastorais às quais o conjunto da Igreja devia dedicar sua atenção. Aprovava uma vez mais a Ação Católica, como nova forma de apostolado dos leigos a ser implementada pela hierarquia.

Ao longo dos debates internos, o Concílio criou comissões que trabalhassem melhor três temas: o protestantismo, o espiritismo, a questão social. Eram os três problemas que ameaçavam mais de perto a hegemonia da Igreja católica nas classes dominadas. O protestantismo, até então um fenômeno ligado à imigração alemã do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Espírito Santo e algumas cidades do Rio, como Petrópolis e Friburgo, luterano em sua doutrina e sem espírito de conquista, vinha sendo rapidamente suplantado pelo protestantismo das seitas norte-americanas, cuja propaganda se intensifica depois dos anos 30. Com o seu individualismo acentuado, seu agudo senso do dever no trabalho, seu entusiasmo pela Bíblia e a aceitação de pastores vindos do povo miúdo, esse protestantismo militante conseguia penetrar com facilidade nas novas camadas populares, fruto do capitalismo industrial dependente. A religião é o cosmopolitismo das classes subalternas na ordem capitalista e aí o protestantismo das seitas norte-americanas desempenha papel-chave.

O espiritismo encobre duas realidades diferentes. Os Bispos reagem tanto ao espiritismo kardecista ou de importação norte-americana, que encontra adeptos na classe média e se apresenta como espiritismo branco e científico, quanto à lenta eclosão dos cultos afro-brasileiros, que emergem de modo cada vez mais autônomo no seio dos descendentes de africanos, estendendo-se como mancha de óleo também entre a população mais pobre.

O intenso debate ideológico dos anos 30, com sua radicalização de direita no integralismo e de esquerda na Aliança Nacional Libertadora, foi obrigado a recolher-se pela devastadora repressão desencadeada pelo Estado, a partir de 1935. Mas a mesma luta das classes subalternas conti-

nua se expressando em linguagem religiosa. A Igreja Católica ofereceu um ideário às elites, propondo uma reconciliação com o mundo moderno, pela aceitação da ordem nacional-burguesa. Confia também a essas elites a cristianização e conversão dessa ordem, para a construção de uma nova cristandade. Oferece em troca muito pouco às camadas populares que iam pagando um preço bastante elevado para a implantação do desenvolvimento industrial capitalista. Se alguma coisa lhes era oferecida, era muito mais através do paternalismo da legislação trabalhista do Estado Novo encarnado na figura de Getúlio Vargas, aclamado como "pai dos pobres".

A Igreja dedicará boa parte do seu esforço durante os anos do Estado Novo a lançar uma grande ofensiva antiprotestante e antiespírita, no quadro do Secretariado da Defesa da Fé, criado adrede pelo Concílio. Trata-se porém de um ataque, de uma defesa, mas muito pouco em termos positivos. A parte positiva é concebida mais como esclarecimento doutrinal do povo, na ilusão de que apenas aí residisse sua lenta desafeição à Igreja católica e o seu deslocamento para outras religiões. O diagnóstico não ultrapassava a clássica reclamação de falta de padres e a ignorância do povo, como causas para o progresso do protestantismo e do espiritismo.

Quanto à questão social, pouco se avança em relação ao debate dos anos anteriores e esta se torna mais retórica nesse período de intenso controle exercido pela ditadura do Estado Novo, onde os conflitos estão impedidos de vir à tona. Tanto assim que a preocupação tão viva com o comunismo cede lugar à luta antiprotestante e a uma pregação de ordem moral pela preservação dos costumes e da família.

Além desses limites do Concílio em relação ao projeto da Igreja para as classes subalternas, alguns outros são também bastante claros.

A experiência mais fecunda da Igreja no Brasil na década de 20 e na primeira metade da década de 30 consistiu no aparecimento de uma elite intelectual leiga que permitiu a rearticulação de seu discurso com o discurso da sociedade. Ora, o Concílio excluiu a contribuição dessa elite leiga já então firmemente enquadrada dentro da Ação Católica. No Concílio, a Igreja encontra-se autocentrada sobre si mesma e não sobre o pólo de sua articulação com a sociedade. Por isso mesmo, privilegia enormemente a hierarquia, Bispos e Sacerdotes e não os leigos.

Sinal disso é a língua em que foi vazado o Concílio e em que se desenrolaram as discussões, o latim.

Tendo sido posteriormente publicados os decretos também nessa língua, tornou-se ele inteiramente inacessível inclusive à elite leiga da Ação Católica, onde apenas uns poucos podiam valer-se, com facilidade, da

língua de Virgílio. Não se podia confiar também que todo o clero freqüentasse com gosto e compreensão a língua latina.

Na Carta Pastoral que os bispos escrevem ao final do Concílio, transparece claramente esse caráter eclesiástico, quase clerical do Concílio. Aí se define a formação religiosa do povo, visto como sem instrução e ignorante, como a grande necessidade do Brasil. A principal causa apresentada é a penúria de sacerdotes. O restante da Carta subdivide-se entre o auxílio a se prestar às vocações sacerdotais e religiosas e à colaboração que os leigos podem trazer aos padres na formação religiosa do povo, incluindo-se aí a família, escolas, colégios, universidade católica a ser fundada, as associações e a Ação Católica.

Embora a Pastoral trate a Ação Católica como a pupila dos olhos dos nossos Bispos, ela já perdeu muito de seu mordente e sua missão parece retroceder para dentro de limites mais acanhados: "Ao nosso lado hão eles (os leigos) de militar, não só para empecer graves danos, que ao nosso povo e à integridade de sua fé vai fazendo a propaganda funesta dos erros do protestantismo e do espiritismo, senão também para extinguir de todo, entre nós, as sobrevivências anacrônicas do liberalismo e do indiferentismo religioso que tanto atrasaram em nosso desenvolvimento a nossa vitalidade cristã. Na primeira linha de combate, achar-se-ão sempre os militantes da Ação Católica, nesta grande cruzada preservadora da família brasileira, ameaçada, na digna austeridade de suas tradições, pela desenvoltura dos costumes e pela ação dissolvente de tantas diversões modernas."[109]

Paradoxalmente, pois, o Concílio enrijece muito da extrema vitalidade do período anterior, dá maior unidade e consistência à Igreja em nível nacional, ao preço porém de privilegiar seu segmento episcopal e clerical.

Se a própria realização do Concílio é uma conquista alcançada pela pertinácia do Episcopado em relação a Roma e, nesse sentido, uma afirmação da Igreja do Brasil, por outro lado interioriza ao máximo as estruturas, a legislação e o espírito do centro hegemônico da Igreja, Roma. Seu modelo é o mais impessoal e, de certo modo, o mais abstrato, o Código de Direito Canônico. Este modelo aproxima o Concílio das normas jurídicas

---

109 "Carta Pastoral do Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro e dos Arcebispos e Bispos do Brasil, por ocasião do 1° Concílio Plenário Brasileiro (20/7/1939)", *in AÇÃO CATÓLICA*, ano II, n° 9, set. 1939, pp. 266-267.

Para os decretos do Concílio, cf. *Concilium Plenarium Brasiliense in Urbe S. Sebastiani Fluminis Januarii, Anno Domini MDCCCCXXXIX celebratum, Sebastiano S.R.E. Card. Leme da Silveira Cintra S. Sebastiani Fluminis Januarii Archiepiscopum Summi Pontificii Pii PP. XII legato a latere praeside*, Typis Vozes, Petrópolis, 1940.

no que podem conter de clareza e universalidade, mas afasta-o, ao mesmo tempo, da realidade brasileira e de suas necessidades pastorais que se expressam numa cultura e numa história próprias.

A Santa Sé consegue obter com o Concílio, dessa Igreja no Brasil, que desponta como a terceira mais importante da época pelo seu número de fiéis e de dioceses, um máximo de conformidade às normas romanas, com um mínimo de imposição. O compasso de espera a que foi submetida a Igreja Brasileira permitiu-lhe emergir para uma unidade maior, através dos quadros e dos limites tecidos lentamente por Roma.

Esse máximo de sacrifício da identidade própria em prol de um conformismo mais profundo teve seu preço na unidade interna. O surto de nacionalismo trazido pela guerra abre uma cisão com a fundação por um Bispo católico, Dom Carlos Costa, de uma Igreja dissidente nacional, a Igreja Católica Brasileira (ICAB).

O fenômeno, analisado na época como passageiro e sem maior sentido, deitou raízes e se expandiu.

Dos decretos do Concílio Plenário Brasileiro não se providenciou nenhuma tradução em português e não haviam passado 10 anos de sua promulgação, quando os Bispos brasileiros resolvem surpreendentemente reeditar a velha Pastoral Coletiva de 1915, aduzindo as seguintes razões: "Apresentando, pois, ao nosso amado Clero, Secular e Regular, este 'despertador e guia da piedade sacerdotal', fazemo-lo com o intuito de promulgar um indispensável complemento dos Decretos do Concílio Plenário Brasileiro, em forma mais popular e acessível a todos os fiéis."[110]

A preocupação pelos fiéis, a forma popular e acessível da Pastoral de 1915 fazem-na indispensável como complemento ao Concílio Plenário. Abandonada como ultrapassada e inadequada para servir de esquema ao Concílio, é reeditada em 1950, como indispensável para a vida da Igreja enquanto povo fiel. Finalmente, com relação ao Governo brasileiro, a Igreja apresenta-se como um bloco. Para um Governo forte no Estado Novo emerge também uma Igreja forte e centralizada na liderança inconteste do Cardeal Leme. Privada no golpe de 1937 do pacto constitucional de 1934, que havia definido suas relações com o Governo, por ocasião do Concílio Plenário e, mais precisamente, durante o banquete do Itamarati

[110] *Constituições Eclesiásticas do Brasil* – Nova Edição da Pastoral de 1915, adaptada ao Código de Direito Canônico, ao Concílio Plenário Brasileiro, e às recentes decisões das Congregações Romanas, Tip. La Salle, Canoas, 1950, 2ª ed., p. 7.

sela-se, no dizer de Dom Aquino Correa, uma "concordata moral" entre o Estado brasileiro e a Igreja.

10. CONCORDATA ENTRE A SANTA SÉ E O ESTADO BRASILEIRO?

Nos anos 30, sobretudo após o estabelecimento do Estado Novo, foram dados diversos passos no sentido de se estabelecer uma concordata entre a Santa Sé e o Estado brasileiro.

Em nota reservada de Filinto Müller a Getúlio Vargas, datada de 26 de novembro de 1938, este relata a conversa que mantivera com o Pe. César Dainese, Sacerdote jesuíta e Diretor nacional das Congregações Marianas. A conversa versara sobre queixas do Governo em relação à infiltração integralista na Igreja, e, no decorrer da mesma, Pe. Dainese apresenta também a posição da Igreja sobre certos aspectos das relações entre a Igreja e o Estado, a concordata, entre outros: "... mas por sua vez pedia (o Pe. Dainese) que o Governo brasileiro examinasse a possibilidade de ser assinada uma concordata com a Santa Sé, mantendo o *statu quo,* isto é, a Igreja separada do Estado com a mesma liberdade de ação que até agora tem tido.

Declarou-me mais que, em princípios do ano vindouro, se realizará no Rio de Janeiro um grande Concílio de todos os Bispos do Brasil e que essa será a ocasião oportuna para a assinatura de uma concordata, a qual prestigiará a Igreja indubitavelmente, mas prestigiará da mesma forma o Dr. Getúlio Vargas. Respondi que transmitiria ao Senhor Presidente este desejo do Clero brasileiro e que, de antemão, podia afirmar a simpatia da boa vontade do Chefe da Nação, mas que esse assunto seria tratado oportunamente pelo Itamarati. No entanto, eu estava pronto a realizar as primeiras *démarches*, caso o Presidente me autorizasse a isso.

Mons. Dainese declarou-me que tão logo tivesse entendimento com Dom Leme me poria a par do que ficasse entre ambos estabelecido".[111]

Na mesma nota, diz Filinto Müller que dez dias após recebera comunicado da conversa mantida pelo Pe. Dainese com Dom Leme acerca dos vários problemas ventilados na entrevista anterior e das providências que haviam sido tomadas pela Igreja. Sobre a concordata, acrescenta: "Mani-

[111] Edgard Carone, *A Terceira República (1937-1945)*, Difel, São Paulo, 1976, Carta de Filinto Müller a Getúlio Vargas, p. 15.

festou Dom Leme grande desejo de que se firmasse por ocasião do Concílio dos Bispos a Concordata com a Santa Sé e o Brasil, e declarou mais que por ocasião desse concílio ao qual comparecerão todos os Bispos e Arcebispos do Brasil seria prestada uma grande e significativa homenagem ao Dr. Getúlio Vargas.

Mons. Dainese pôs à minha disposição duas íntegras de concordata, a fim de que examinasse a possibilidade de vazar a nossa nos termos gerais dessa já em vigor (...) Mons. Dainese aguarda um aviso meu para prosseguir nossas conversações iniciadas, mas já agora tendo cumprido, de sua parte, a exigência por mim feita em nome do Governo, quer dar andamento às conversações reservadas sobre as bases da futura concordata. (...) Devo acrescentar que Mons. Dainese deseja nesta segunda fase das conversações estabelecer contato entre mim e o Núncio Apostólico. Aguardo instruções como deva proceder."[112]

Pe. Dainese, interrogado sobre essa entrevista, esclareceu em carta de 9 de novembro de 1976 que de fato a entrevista se dera em casa de Filinto Müller, em companhia do Dr. Júlio Barata, então Diretor do jornal *A Batalha*, e, mais particularmente sobre a concordata, disse: "Conversamos realmente sobre o assunto mais de uma vez. Relatei tudo a Dom Leme e ao Núncio. Desde o primeiro momento, Dom Leme mostrou-se terminantemente contrário, ao passo que o Núncio se manifestou favorável. Bem depressa tive a impressão de que o assunto estava sendo encaminhado também por outras vias." Com efeito, eis o que encontrei na vida do Pe. Leonel Franca:

"Em 1937, a pedido de alguns políticos católicos e com plena aprovação do Cardeal Leme (sic!), chegou (o Pe. Franca) a elaborar um esboço completo de concordata entre o Brasil e a Santa Sé. Talvez essa preciosidade não tenha saído do seu arquivo, mas revela bem o arrojo do seu ideal religioso-patriótico." (O *Pe. Leonel Franca, SJ*, pelo Pe. Luiz Gonzaga Silveira D'Elboux, SJ, Ed. Agir, 1953, p. 200).[113]

Confirma ainda o Pe. Dainese o encaminhamento do assunto para a Nunciatura: "Uma vez que o assunto parecia ir amadurecendo e, por outro lado, era de competência do Governo e da Santa Sé, resolvi retirar-me, indicando a conveniência de entrar em contato direto com a Nunciatura."[114]

---

[112] *Ibidem*, p. 16.

[113] Carta do Pe. César Dainese S. J. ao Pe. José Oscar Beozzo (9/11/1976). Arquivo do autor.

[114] *Ibidem*.

Dos dois relatos alguns pontos ficam claros:

1. Com o Estado Novo, que retira da Constituição todas as garantias e privilégios conquistados pela Igreja na Carta de 1934, há uma movimentação por uma Concordata que envolve políticos católicos e figuras da Igreja, como o Pe. Dainese e o Pe. Leonel Franca SJ.

2. O Cardeal Leme manifestou-se terminantemente contrário, segundo Pe. Dainese, favorável segundo Filinto Müller, e o Pe. D'Elboux na vida de Leonel Franca. Colaboradores diretos de Dom Leme na época, como Dom Hélder Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife atualmente, e Dom João Baptista da Mota e Albuquerque, hoje Arcebispo de Vitória ES, testemunharam ao autor que Dom Leme era inteiramente contrário a uma concordata. O mesmo afirmou o Dr. Alceu Amoroso Lima, então Presidente da Ação Católica Brasileira.

3. Alguns passos foram dados, e o Pe. Franca teria redigido um esboço completo de concordata. Se não chegou a tanto, é certo que o Pe. Franca preparou um longo estudo sobre as relações entre a Igreja e o Estado, publicado bem depois de sua morte e cujo capítulo quarto era precisamente sobre o regime concordatário entre a Igreja e o Estado. Nesse estudo, Pe. Leonel Franca mostra-se inteiramente favorável ao regime concordatário como sendo a melhor solução para o problema das relações entre a Igreja e o Estado, entre nós.[115]

4. A Nunciatura Apostólica, tendo na ocasião como núncio Dom Aloísio Masella, é favorável a que seja assinada a concordata entre o Brasil e a Santa Sé e é bem provável que tenham sido dados passos de parte e de outra nessa direção.

5. Filinto Müller assegura, de antemão, a simpatia e a boa vontade do Chefe da Nação no encaminhamento desse pedido do clero por uma concordata.

Qual o significado teórico e prático de se estabelecer ou não uma concordata entre o Governo brasileiro e a Santa Sé?

A questão de fundo, a das relações entre Igreja e Estado, é complexa e envolve problemas não apenas de ordem prática, mas doutrinais e históricos. Agrava-se, no caso da religião católica, pelo fato de essa existir como instituição organizada dentro de Estados nacionais e ao mesmo tempo sua suprema direção enfeixar uma autoridade espiritual e moral, a do Papado, e uma autoridade temporal na qualidade de Chefe de Estado do Vaticano.

---

[115] Leonel Franca, "Relações entre a Igreja e o Estado", *in Alocuções e Artigos*, tomo I, Obras Completas, V, Agir, Rio de Janeiro, 1954, pp. 11-54.

As relações entre a Igreja e o Estado podem estar eivadas de cesarismo, ou, como se dizia entre nós, durante a Questão Religiosa, de regalismo, quando "se absorve o espiritual no político e se visa transformar a religião num ramo da administração civil".[116]

O abuso oposto é quando há uma absorção do poder civil pelo religioso nas teocracias.

O liberalismo propôs radical separação entre Igreja e Estado, na já consagrada fórmula: "Igreja livre num Estado livre."

A tese tradicional na Igreja Católica era da união entre a Igreja e o Estado, com veemente condenação da doutrina liberal por Pio IX no "Syllabus".

Leão XIII, na "Immortale Dei", coloca noutra luz a doutrina tradicional. Ele trata, em primeiro lugar, de assegurar a independência da Igreja dentro de sua ordem: "Utraque (potestas) est in suo genere maxima." Um e outro poder, tanto o da Igreja quanto o do Estado, são o mais elevado em sua ordem, e acrescenta: "um encarregado das coisas divinas, outro das humanas". "As verdadeiras relações entre a Igreja e o Estado exigem, portanto, em primeiro lugar que os dois poderes reconheçam os limites de sua competência, pela própria natureza e soberania do outro".[117]

Leão XIII, ainda que insista na tese de que a melhor solução é a união entre os dois poderes, pois agem sobre os mesmos indivíduos que devem obediência tanto a um quanto ao outro, como cidadão e como fiel, aceita, na prática, o que se chamou de hipótese para contrapor à tese da união – a hipótese de que, vistas as tendências do mundo atual, as diversidades internas dos Estados, pode-se aceitar um *modus vivendi* que não seja a união entre a Igreja e o Estado.

Esse *modus vivendi* traduziu-se muitas vezes na prática moderna da Igreja e dos Estados em uma instituição jurídica destinada a reger as suas relações, sob o nome de concordata.

A Igreja passa a aceitar a situação de separação, desde que lhe seja assegurado um mínimo de direitos indispensáveis ao seu funcionamento. Entre esses direitos os canonistas da Igreja alegavam os seguintes:

1º Reconhecimento da Igreja como sociedade, com seus direitos e privilégios.

---

[116] Franca, *op. cit.*, p. 30.
[117] *Ibidem*, p. 29.

2º Liberdade da Igreja no exercício dos seus Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.
3º Liberdade no culto público e privado.
4º Direito de instruir religiosamente a juventude, sobretudo eclesiástica.
5º Direito de adquirir, possuir e administrar bens temporais.
6º Liberdade de existência do estado religioso, sem diminuição de direitos civis para os que o abraçarem.[118]

Na realidade, os pontos cruciais que estiveram em discussão nas modernas concordatas, celebradas sob Pio XI (1922-1939) entre a Santa Sé e diversos Estados, foram a legislação concernente à família e à escola, à livre organização da Ação Católica e ao direito de a Santa Sé escolher, livremente, os bispos sem consulta prévia ao Governo.

Pio XI, em sua atividade diplomática, procurava obter de todos os Estados medidas legislativas favoráveis ao ideal cristão ou pelo menos sua neutralidade perante os esforços da Ação Católica. Onde houvesse possibilidades, Pio XI procurava ir adiante e assim obter a garantia diplomática de uma concordata.[119]

Foi grande o número das Concordatas assinadas sob Pio XI: Letônia (1922), Baviera (1924), Polônia (1925), França (1926), Lituânia (1927), Tchecoslováquia (1928), Portugal I (1928), Itália (1929), Portugal II (1929), Romênia I (1927), Prússia (1929), Baden (1932), Romênia II (1932), Alemanha (1933), Áustria (1933) e Equador (1937).

Não é de estranhar que a Nunciatura no Rio de Janeiro tentasse obter junto ao Governo brasileiro o mesmo tipo de tratado.

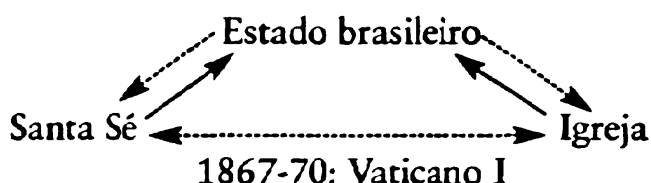
Nem todos na Igreja estavam de acordo com o modo de agir da Santa Sé e criticavam em Pio XI sua "mania concordatária". Duas concordatas sobretudo suscitaram reservas: a concluída com o regime fascista de Mussolini, o Tratado de Latrão de 1929, que pôs fim à Questão Romana, e a de 1933 com a Alemanha, logo depois da ascensão de Hitler ao poder.[120]

No caso do Brasil, seria necessário entender o que moveria cada uma das três partes interessadas – a Igreja local, a Santa Sé e o Governo – a buscar ou rejeitar uma concordata.

Trata-se de relações triangulares, em que uma das três instâncias ocupa uma posição central e está com a iniciativa dependendo do momento

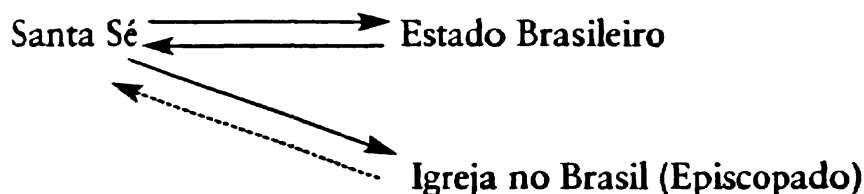
[118] Cf. Capello, *Epit. juris publici ecclesiastici*, p. 281, citado por Franca, *op. cit.*, p. 43.
[119] Aubert, *et alii*, *Nova História da Igreja*, V-3, Vozes, Petrópolis, 1976, p. 110.
[120] *Ibidem*, pp. 110-111.

histórico. Para melhor compreensão propomos quatro modelos simplificados – mas que tentam refletir a dinâmica dessas relações dentro da nossa história.

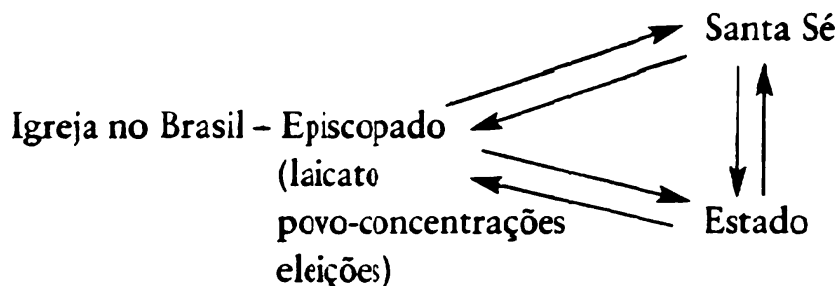
1. 1823-1890 – 1º e 2º Impérios – Regime de Padroado

A posição do Governo brasileiro é absolutamente central. A Santa Sé, em função do Padroado, que delega ao Estado brasileiro, inclusive, a função de escolha dos Bispos, está em posição menor e sem possibilidade de acesso mais direto à Igreja, sem passar pelo Governo. A Igreja no Brasil acha-se submetida ao Estado e é um dos órgãos da administração pública. Há uma linha intermitente estabelecida entre a Igreja do Brasil e a Santa Sé durante o Concílio Vaticano I, devido à presença de Bispos brasileiros em Roma, para a Celebração do Concílio.

Quem mais força uma mudança da situação é a Igreja do Brasil, principalmente após a condenação e prisão do Bispo de Olinda, Dom Vital, e do Bispo do Pará, Dom Macedo (1872-1874).

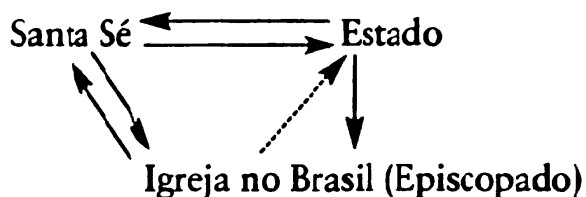
Há uma busca de aproximação da Igreja do Brasil com a Santa Sé para melhor se opor ao Governo e conquistar sua liberdade.

2. 1890-1930 – República Liberal – Igreja livre no Estado livre

A Santa Sé ocupa posição central, pois mantém relações de Estado para Estado com o Governo brasileiro e ao mesmo tempo assume o controle sobre a Igreja no Brasil, anteriormente exercido pelo Estado. Estado e Igreja no Brasil desconhecem-se oficialmente um ao outro, embora na prática, sobretudo a partir de 1922, a situação tenda a se alterar.

Quem se opõe à situação é a Igreja no Brasil, excluída dessa articulação a dois, sentindo-se exilada dentro do próprio país. Em relação a Roma, insiste sem êxito na possibilidade de reunir um Concílio nacional.

3. 1930-1937 – Estado Populista – Pacto entre a Igreja do Brasil e o Estado

Pela primeira vez todas as três instâncias mantêm relações recíprocas, mas quem está com a iniciativa é a Igreja do Brasil. Continua subordinada à Santa Sé que, por isso, ocupa uma posição superior, mas estabelece, praticamente de igual para igual, um pacto com o Estado, de "mútua colaboração", detendo a iniciativa, seja pela mobilização popular através de manifestações públicas de massa (1931) ou de arregimentação eleitoral (1932-1933), seja pela movimentação dos seus intelectuais (Centro Dom Vital e laicato organizado em Ação Católica: 1934-1935). Na Constituição de 1934, estabelece-se o modelo de relações entre a Igreja no Brasil e o Estado, onde é a Igreja quem alcança todas as suas reivindicações.

Tanto o Estado como a Santa Sé são nesse momento participantes menores neste espaço político ocupado pela mobilização interna da Igreja no Brasil. São os que teriam interesse em conseguir uma mudança deste quadro numa etapa seguinte.

4. 1937-1945 – Estado Novo – Substituição do Pacto constitucional de 1937 por um Pacto moral entre a Igreja no Brasil e o Estado

O Estado brasileiro está com a iniciativa e rompe unilateralmente o pacto inscrito na Constituição de 1934, eliminando da Carta de 1937 todas as reivindicações católicas. Ao mesmo tempo, tranqüiliza a Igreja, assegurando que na prática nada mudaria nas relações entre a Igreja e o Estado. A nova situação da Igreja no Brasil, ainda que inalterada externamente, mudou na substância. Sua posição não é mais fruto de um direito

inscrito na Constituição, mas de uma concessão que dependia do arbítrio do Governo.

Os dois que estavam em posição menor, na situação anterior – Santa Sé e Governo – podiam mover-se para um pacto entre si. O Estado, porém, dispondo de todos os poderes de um Governo discricionário, não necessita amarrar-se a um compromisso jurídico e diplomático que lhe ataria as mãos. É a Santa Sé que insiste em lograr a elaboração de uma concordata.

A Igreja no Brasil, representada na pessoa do Cardeal Leme, opõe-se firmemente a um pacto entre o Governo e a Santa Sé, pois seria apenas o objeto do pacto celebrado entre os dois Governos e ficaria duplamente controlada. Sem poder reagir, a Igreja no Brasil tenta conviver com o Estado, que se encontra em posição de força e tenta ao mesmo tempo evitar que entre ele e a Santa Sé surja a concordata. Num momento excepcional, em que toda a Igreja do Brasil se reúne para o Concílio Plenário, entre a Igreja no Brasil e o Estado, se estabelece o que Dom Aquino chamou de "concordata moral".

Concluímos com dois pequenos comentários:

Nas várias situações, a Igreja no Brasil descartou duas soluções possíveis. Uma que seria a mobilização permanente no campo político dos católicos brasileiros, através de um partido. Nesse caso, o garante da posição da Igreja nas suas relações com o Estado seria a atuação parlamentar e eleitoral do Partido Católico.

Essa mediação foi descartada. A Igreja mobilizou o povo em manifestações de massa para se fortalecer perante o Governo, mobilizou também os eleitores através da LEC para fortalecer-se perante o Estado, mas não abriu mão desse controle sobre a mobilização. Neste sentido, a posição não pôde ser ocupada nem por um partido católico nem pelo laicato e sim pelo Episcopado. Isso resultou na prática desse período de que os únicos que podiam falar pela Igreja, inclusive no campo político, eram os Bispos.

Essa posição foi a força e a fraqueza da Igreja perante o Estado. Tendo o Episcopado mobilizado e logo depois desmobilizado o povo, desde que conseguiu seu intento junto ao Estado (Constituição de 1934); tendo também de um certo modo desmobilizado o laicato em 1935, pelo excessivo controle que passou a exercer sobre a Ação Católica depois da aprovação de seus Estatutos e pela ordem de que esta se retirasse do embate político, para cuidar mais dos aspectos religiosos, a Igreja não pôde opor-se ao Estado quando esse armou o golpe de 1937 contra toda a sociedade civil, inclusive a Igreja.

A força da Igreja em 1931-34 não residia no Episcopado simplesmente, mas na capacidade que esse teve de mobilizar o povo e uma fração da intelectualidade brasileira católica em torno de alguns objetivos.

Por entre os escolhos desse período, a Igreja no Brasil conseguiu, apesar de tudo, preservar um certo espaço de liberdade tanto diante do Governo como da Santa Sé, ao evitar a concordata, espaço fundamental para sua evolução posterior seja num sentido mais institucional, com a criação de um centro de decisão e coordenação como a CNBB (1952), seja num sentido mais eclesial com o aprofundamento de sua aliança com as classes populares depois de 1964.

CAPÍTULO VII

IGREJA CATÓLICA: 1945-1970

PARA a Igreja Católica no Brasil, o período compreendido entre 1945 e os últimos anos da década iniciada em 1970 corresponde a uma fase de intensas mudanças em sua organização e em sua ideologia. Se a falta de perspectiva temporal aconselha prudente questionamento a respeito da persistência e do alcance de tendências política e socialmente progressistas observáveis em importantes segmentos do catolicismo brasileiro, as transformações ocorridas de modo efetivo nos últimos 30 anos representam – considerando o ritmo tradicionalmente lento de mudanças nas instituições religiosas – um processo rápido e radical que colocou a Igreja Católica como um renovado e importante protagonista na história contemporânea brasileira.

A estrutura e a dinâmica da Igreja Católica no período considerado explicam-se tanto pelo desdobramento de virtualidades internas à instituição como em relação com os processos econômicos, sociais e políticos mais abrangentes na sociedade brasileira, condicionantes que necessariamente influenciaram fundamentais opções da hierarquia católica no país.

No período em estudo foram esboçadas ideologias contraditórias que simultaneamente com reorganizações estruturais constituem ampla gama de posturas que se desenvolveram no catolicismo, especialmente nos países da América Latina.

Nesta sucinta interpretação da história da Igreja Católica no Brasil, um aspecto será privilegiado: o que diz respeito às relações entre a Igreja e a sociedade abrangente, especialmente se analisando o evolver de ideologias católicas em relação a temas econômicos, sociais e políticos relevantes para a sociedade nacional. A escolha do tema central não parece arbitrária. Ela se impôs pela sistemática ênfase da Igreja Católica em sua dimensão de ética social e, portanto, de política, aspecto crescentemente

legitimado e privilegiado. Se formalmente outras dimensões religiosas, como as litúrgicas e as vidas de oração e espiritual, continuam naturalmente presentes na prática religiosa, a preocupação com uma ética social entendida não como algo de externo à Igreja, mas como cerne da vivência religiosa, vem de modo crescente dominando as prioridades definidas nas dioceses mais ativas do país. A ênfase nessa vertente ético-política, entendida teologicamente como a prática eficaz do amor ao próximo – e trajetória da construção do Reino de Deus –, representa uma inversão na hierarquia das prioridades na vida religiosa comparada com a práxis católica em um passado recente. A alteração não ocorreu apenas no nível formal que redefiniu prioridades privilegiando uma dimensão da experiência religiosa, mas, principalmente, pela inclusão da estrutura da sociedade como objeto legítimo de julgamento moral. Neste sentido, a moral social avalia em termos éticos – necessariamente políticos – os fatores determinantes da organização social e suas conseqüências para as categorias sociais nela envolvidas. O irregular mas crescente envolvimento da Igreja na problemática política do país levou a cisões internas no Episcopado, entre os que prosseguiam enfatizando dimensões chamadas "espirituais" e os que valorizaram a responsabilidade "social" do catolicismo.

A história desta reformulação religiosa desenvolveu-se de modo irregular, constrangida por determinantes sociais e impulsionada por uma redescoberta preferência por classes subalternas. Necessariamente ambíguo – senão contraditório –, o evolver histórico da Igreja nesse período incluía a manutenção da unidade institucional de uma entidade cujos segmentos se diversificaram ideologicamente. E, se a atualização política garantia espaços para a vivência religiosa nas formas emergentes da sociedade brasileira, o espírito de conservação das imagens tradicionais que retratavam a Igreja não era inútil para garantir uma relativa imunidade, especialmente em face do arbítrio do Estado autoritário. Avanços e recuos caracterizaram essas décadas, refazendo a Igreja sua própria identidade, instável, na travessia entre posturas diametralmente opostas.

*

Dom Leme, que com seu carisma havia centralizado em sua pessoa a organização eclesiástica no Brasil desde os idos de 1916,[1] morreu em 1942. E deixou acéfalos tanto o Episcopado, disperso pelas dioceses sem

[1] Ver Margaret P. Todaro, *Pastors, Prophets and Politicians: a Study of the Brazilian Catholic Church, 1916-1945*. Ann Arbor, Michigan, University Microfilms, 1971.

qualquer linha de ação comum além das normas ditadas pelo Vaticano em nome dos objetivos e interesses genéricos da Igreja como organização mundial, quanto os setores mobilizados do laicato, que haviam girado em torno da aura do criador, coordenador e animador de movimentos como o Centro D. Vital, a Ação Católica Brasileira e a Liga Eleitoral Católica (LEC).

Seu sucessor, D. Jaime de Barros Câmara, herdaria a posição geográfica – a Sé do Rio de Janeiro – de uma liderança que, de fato, se mostraria incapaz de levar adiante o esforço de centralização do bloco eclesiástico empreendido por seu antecessor. De todo modo, das manifestações públicas do Episcopado brasileiro, são as do Cardeal do Rio de Janeiro as que ainda continuam a ganhar maior publicidade e repercussão. E muitas vezes será o Cardeal do Rio quem falará "por si e pelo Episcopado do Brasil".[2]

Se se levam em conta as desconfianças em relação ao capitalismo, contidas no *Syllabus* de Pio IX (1864), nas Encíclicas *Libertas* (1888) e *Rerum Novarum* (1891) de Leão XIII, e *Quadragesimo Anno* (1931) de Pio XI, não é de estranhar que nos discursos do Episcopado brasileiro, no período que se abre com o término da Segunda Guerra Mundial, se encontrem alusões críticas ao capitalismo. Não diretas, contudo, nem muito menos incidindo na própria natureza do sistema capitalista como tal. Ataques frontais não os há, como mandava o figurino da tradição romana. Mas é certo que, também dentro da linha tradicional do pensamento social da Igreja, aqui e ali desponta a recusa do direito absoluto e ilimitado à propriedade privada, para a qual a Igreja postula uma indefinida "função social". Como também é certo que se lamenta a "desmedida ganância que maneja o capital" e se reprova o individualismo anárquico que preside à vida econômica e entrava a distribuição mais eqüitativa dos frutos do progresso técnico. Mas o pior do capitalismo não está aí.

> "Deparamos, é certo, com desigualdades chocantes na vida econômica: de um lado o esbanjamento, de outro a miséria; (...) lastimavelmente é desmedida a ganância que maneja o capital, como, por exemplo, no problema de habitação para as classes média e pobre... Tudo isso é detestável. Mas a grande crise, a verdadeira, a que explica todas as outras, é a espiritual".[3]

Eis para onde a Igreja dirige suas prédicas anticapitalistas: o perigo maior do capitalismo está em que ele expõe a sociedade – o mundo e a

[2] *Manifesto do Episcopado Brasileiro,* REB 5(2): 423, jun. 1945.

[3] D. Jaime de Barros Câmara, *Exame de Consciência. 7ª Carta Pastoral.* REB 7(1): 193-194, mar. 1947.

pátria – a perigos ainda mais graves. Ao descontentamento das massas, pela desordem econômica de um sistema movido pela ambição e pela desenfreada busca de riquezas. E às perversões morais, pela desordem fundamental de um sistema baseado no primado – "indevido" – do econômico sobre o moral, do material sobre o espiritual. De um e de outro modo, o capitalismo liberal concorre para pôr em perigo a religião. Donde o imperativo de uma "volta para Deus", de todos e de cada um; a exortação aos ricos para que não percam "a visão sobrenatural da existência neste mundo, mesmo nadando em opulência";[4] a necessidade de uma norma que ordene a vida econômica e corrija os desvios de um sistema deixado ao livre jogo do mercado e da cobiça.[5]

Existem, portanto, reparos a fazer no sistema econômico vigente no Brasil. Mas é à crítica do socialismo, assimilado ao comunismo, assimilado ao bolchevismo, que se concede o lugar mais importante nos discursos da hierarquia católica neste imediato pós-guerra. E é aí que o anátema assume todo o vigor de um ataque feroz e absoluto. Rejeita-se a luta de classes, desconhecendo-a como processo inerente ao desenvolvimento de uma sociedade dividida em classes antagônicas. A luta de classes não é um dado objetivo; ao contrário, constitui um meio tático e violento de instaurar definitivamente a desordem e o caos, algo provocado intencionalmente pelos agentes do mal. "A luta de classes é abominável aos olhos de Deus porque divide os homens sob o signo do ódio, da violência e da morte", proclama o *Manifesto do Episcopado Brasileiro sobre a Ação Social,* em 1946.[6]

Ao contrário do que pretendem os comunistas, a solução das desigualdades sociais não está no acirramento da luta de classes. As desigualdades flagrantes diminuiriam e os conflitos sociais seriam mais raros se, no interior das empresas e em plano de nação, se praticasse uma fraterna colaboração entre as classes em vez da desastrosa luta entre elas: "O grande ideal cristão é que se chegue, pelo feliz encontro de soluções harmoniosas, a uma transformação social em que as riquezas se espalhem, em justo equilíbrio, por todos os homens que trabalham. Em vez da supressão total da propriedade privada, apontamos outra modalidade mais humana, garantidora da liberdade e da independência: 'mais propriedade para

---

[4] *Id., ibid.*, p. 194.

[5] Ver Luiz Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil.* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

[6] *Manifesto do Episcopado Brasileiro sobre a Ação Social.* REB 6(2): 479-484, jun. 1946.

todos'. Para se chegar a isso, cristãmente, é preciso que os homens, dirigidos e dirigentes, empregados e empregadores, se tratem dentro do critério de respeito, dignidade, justiça e fraternidade."[7]

A crítica ao socialismo, entretanto, se desdobra: da impossibilidade de resolução das desigualdades pela luta de classes à antinaturalidade utópica do projeto coletivista. "Utopismo antinatural", porquanto impossível de se realizar desde que o egoísmo se instalou na natureza humana pelo pecado original, vencível apenas pela graça, da qual somente a Igreja católica é depositária, guardiã e dispensadora. Um segundo desdobramento, por conseguinte, uma vez que se passa daí à condenação do materialismo teórico, filosofia confessa do comunismo ateu, perigo maior que o materialismo prático, filosofia inconfessada do capitalismo. Mais perigoso aquele porque ativo e militante. E de seu abominável dá testemunho a situação por trás da "cortina de ferro", "sob a pressão de um Estado que domina e regula o campo interior da vida pública e particular, penetrando até no terreno das concepções e persuasões da consciência".[8]

Em 1937, na Encíclica *Divini Redemptoris*, Pio XI havia lançado o mais cabal anátema contra o comunismo, basicamente por ateu. E ateu, do ponto de vista da Igreja de então, queria dizer algo como "inimigo do gênero humano". Se o capitalismo podia ser mau em seus excessos, o comunismo é *intrinsecamente perverso*. Pois bem, no Brasil de 1945, diante das perspectivas que se abriam de liberalização do jogo político, os Bispos brasileiros julgam "oportuno lembrar" que "permanecerão sempre de pé as condições explícitas do comunismo ateu contidas na Encíclica *Divini Redemptoris* de Pio XI e na Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro".[9]

Recém-saídos de um período em que, como Chefes dos católicos numa "Nação Católica", haviam apoiado a ditadura de Vargas e dela se favorecido, tratava-se agora para os Bispos de tatear nas novas sendas, inseguras, da redemocratização que soltava as massas, sobretudo urbanas, ao livre jogo das disputas partidárias e à livre circulação das idéias. E não há dúvida de que a Igreja atuou no sentido de apoiar as forças mais conservadoras, reforçando, portanto, o caráter conservador da democratização que se iniciava. Antes mesmo da restauração efetiva do sistema de representação democrática e da convocação de eleições gerais no país (que se

[7] *Ibid.*, p. 483.
[8] *Manifesto do Episcopado Brasileiro.* REB 5(2): 423, jun. 1945.
[9] *Ibid.*, p. 423.

faria em outubro de 1945), o *Manifesto do Episcopado Brasileiro*, em maio, torna público o alerta da hierarquia:

> "Nenhuma ideologia materialista pode ministrar os fundamentos de uma ordem social digna de nossa grandeza. Negar a realidade do espírito e a imortalidade de seus destinos é reduzir o homem a um simples animal gregário, essencialmente semelhante a um rebanho ou a uma colméia; é esvaziar a ordem moral, a ordem jurídica, a dignidade da pessoa, do seu conteúdo próprio e reduzir a realidade dessas idéias à ineficácia de sonoridades vazias".[10]

Com a volta do jogo político-partidário em 1945, a Igreja, mantendo a práxis – que se firmara sob D. Leme – de acercar-se do Estado através de grupos de pressão e amistosas relações pessoais com os Governantes, desestimulando por isso a organização de um partido católico,[11] tinha no entanto que enfrentar novamente a questão das eleições. Chama a atenção o fato de pensá-las ainda como ocasião de mobilizar o eleitorado católico em seu próprio proveito, de canalizar o voto das massas católicas para a defesa introvertida de interesses "religiosos" do clero, ou seja, dentro do espírito de corporação que havia motivado a LEC e que, aos olhos dos Bispos, tantos benefícios havia trazido à Igreja nos idos pré-Estado Novo. Novamente agora, depois de encerrado um ciclo em que "nosso país sofreu, por muito tempo, do alheamento da maior parte da população em relação à vida política", a Igreja brasileira tenta ver as possibilidades que se lhe abrem de, através do voto católico, fazer valer na Constituinte seus "direitos e prerrogativas". Párocos, Vigários e lideranças leigas são conclamados não só a lembrar aos fiéis o "dever do voto", mas também a divulgar entre o povo católico as normas de *como* e *em quem* votar. O clero deveria se manter "rigorosamente alheio às lutas partidárias, de caráter temporal". Aos leigos que eram membros das associações religiosas, caberia percorrer as residências, espalhar os folhetos da LEC, com vistas a "unir, esclarecer e orientar os eleitores católicos". Os quais, por sua vez, deveriam examinar os candidatos "principalmente por suas idéias" e, basicamente, a pergunta a ser feita era uma só: "Qual a posição do candi-

---

[10] *Ibid.*, p. 422.

[11] Ver, entre outros, Thomas C. Bruneau, *O catolicismo brasileiro em época de transição*. São Paulo, Loyola, 1974, cap. III; e Luiz Werneck Vianna, *O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão*. Caderno CEDEC 1. São Paulo, Brasiliense, 1978.

dato perante a Igreja?" Donde, a obrigação de examinar tanto o passado do candidato, vale dizer, a adesão constante (*sic*) em sua vida pública e privada aos princípios da Igreja, quanto o programa do partido. O alvo, aqui, era o Partido Comunista, sem dúvida. Desde que diferentes partidos não avançassem princípios contrários às reivindicações da LEC, era indiferente para a hierarquia este ou aquele partido. Mesmo depois de fundado o PDC em 1948, a Igreja brasileira jamais o apoiaria diretamente como o partido dos católicos, avessa à idéia de pensar-se como parte no todo e satisfeita com a estratégia de achegar-se ao Estado por meios não vinculados às vitórias e derrotas de um possível partido próprio.[12]

Com os olhos na Assembléia Constituinte, as reivindicações da LEC, que se autoproclamavam estribadas no "direito natural", eram a indissolubilidade do vínculo conjugal, a condenação do aborto, o ensino religioso nas escolas públicas, a assistência religiosa às Forças Armadas, prisões e hospitais mantidos pelo Estado... Acresciam ainda outros princípios da Doutrina Social da Igreja, que os programas dos partidos não deveriam contrariar para merecer o voto católico: a função social da propriedade privada, "sem deformações desse conceito" que pudessem favorecer "a ação invasora e absorvente do Estado na vida econômica, consoante certa doutrina socialista"; a ação meramente supletiva do Estado em matéria de ensino e assistência, cabendo aos poderes públicos amparar, por todos os meios, a iniciativa privada; e o direito das diversas classes de se congregarem em sindicatos livres e autônomos, evitando a rigidez do sindicalismo único. A ênfase dada a esses três pontos, frisariam os Bispos mais tarde, "manifesta a oposição fundamental que nos separa dos grupos comunistas".[13]

Mesmo não tendo mais a LEC a capacidade mobilizadora dos tempos do Cardeal Leme, os resultados obtidos na Constituição de 1946 foram triunfalmente saudados pela Igreja, como se pode ver por essa fala do Cardeal Mota, de São Paulo:

> " ... o Brasil católico aí está altaneiro, na vanguarda das nações mais católicas de toda a cristandade.
>
> Mais de dois milhões de batizados, cada ano. Tem o Brasil tantos católicos quanto a Ásia, a África e a Oceania em conjunto.

---

[12] Ver L. Werneck Vianna, *O sistema partidário e o Partido Democrata Cristão, op. cit.*, pp. 25-27.

[13] REB 10(3): 740, set. 1950.

A família é constituída pelo casamento de vínculo indissolúvel e terá direito à proteção do Estado - assim o artigo 163 da Constituição brasileira, de 1946. É o Brasil, sim, um dos poucos países (mesmo dos que se dizem católicos) que não admite o divórcio matrimonial na sua legislação.

As leis sociais baseiam-se na doutrina social da Igreja. O art. 145 da Constituição prescreve: "A ordem econômica deve ser organizada conforme os princípios da justiça social" (...).

O ensino religioso é facultado nas escolas do Estado.

A Igreja tem plena liberdade de ter e manter as suas escolas, colégios e universidades, como ensino equiparado ao ensino oficial.

Os eclesiásticos não estão obrigados ao serviço militar das armas, que é substituído por outro serviço público.

Goza a Igreja de isenção de impostos do Estado.

É constitucionalmente concedida assistência religiosa às Forças Armadas e aos estabelecimentos oficiais de internação coletiva.

O artigo 196 da Constituição estatui: "É mantida a representação diplomática junto à Santa Sé".

Apesar da separação oficial, reinam entre a Igreja e o Estado ótimas relações oficiosas. Embora não se tenha estabelecido nenhuma concordata, há todavia perfeita harmonia entre ambos os poderes. E até, segundo o texto constitucional, "colaboração recíproca em prol do bem coletivo".

Aliás, a Constituição Brasileira foi promulgada pela Assembléia Constituinte 'reunida sob a proteção de Deus', consoante palavras formais da Carta Magna."[14]

É bem verdade que, não obstante o *esprit de corps* que subentendia à prática da LEC, a Igreja cumpria o papel de educadora de uma certa cidadania: valoriza o voto, urgido como um "grave dever", e recusa o comportamento clientelístico ao condenar o voto dado "por motivos de parentesco, simpatia pessoal, favores prestados ao eleitor, aos seus ou à cidade..." Voto e partido, lembra a Igreja, remetem a um ideário. Por isso mesmo, os louvores entoados às excelências do regime democrático se fazem desde logo acompanhar de advertência aos fiéis de que podem votar e militar em qualquer partido, *desde que* "não contrastem com as

[14] *Boletim Eclesiástico da Arquidiocese de S. Paulo*, nºs 7 e 8, ano XXX, pp. 236-237. *Apud* Mons. Paulo Florêncio da Silveira Camargo, "A Igreja no Brasil desde o fim da época colonial até aos nossos dias". *In* K. Bihlmeyer e H. Tuechle, *História da Igreja*, vol. III. São Paulo, Paulinas, 1965, pp. 762-763.

exigências superiores do bem comum e da consciência católica.[15] Os "Estatutos da Ação Católica Brasileira", aprovados pelo Vaticano em março de 1946, diziam algo parecido no artigo 5º, § 3º: "Os membros da Ação Católica, individualmente, não como representantes dela, podem filiar-se a qualquer partido político que não contenha em seus programas e atividades nada de contrário às leis de Deus e de sua Igreja."[16] O genérico de tais advertências se desfaz quando a virulência do discurso episcopal impõe à evidência o anticomunismo inequívoco do aparelho eclesiástico no Brasil daquele período. Não era outra a orientação do Vaticano de Pio XII, potentíssima caixa de ressonância do vozerio anticomunista orquestrado, em seguida, pela guerra fria.

Em janeiro de 1947, o Governo Dutra deflagra uma campanha contra o Partido Comunista. A 2 de fevereiro do mesmo ano, o Cardeal Câmara escreve uma carta pastoral, publicada pela REB, à maneira de uma chamada de atenção *pública* ao clero e aos fiéis: "Estava faltando um documento público que levasse a todos aquilo que ensinávamos aos que nos ouviam no interior dos templos."[17] A carta se intitula "Exame de Consciência": o que têm feito os católicos "para impedir a onda avassaladora dos males sociais de nossa época e de nossa gente?".[18] São tantas "as grandes chagas" da sociedade contemporânea que o Cardeal não encontra um critério para determinar qual "a mais triste". E passa a enumerar as "pústulas de todos os graus de malignidade" que "rebentam" na sociedade:

> "Na ordem econômica: o fenômeno do proletariado e o câmbio negro; na ordem familiar: infanticídios e limitação da natalidade, crise de fidelidade e de estabilidade dos lares; na ordem política: confusão em torno de liberdade e democracia, choques de interesses que ameaçam a paz do mundo; na ordem cultural: inversão de valores no domínio do conhecimento, hipertrofia da técnica; na ordem religiosa: comunismo ateu, burguesia materialista, além da mediocridade cristã."[19]

Cassado o registro do PC pelo TSE em abril de 1947, os comunistas seriam o alvo de represálias e medidas sempre mais rigorosas por parte do Governo, do Congresso, da Polícia, da grande imprensa. E a Igreja, pela

---

[15] REB 5(2): 419, jun. 1945.
[16] *Estatutos da Ação Católica Brasileira*. REB 6(2): 469, jun. 1946.
[17] D. Jaime de Barros Câmara, *op, cit.*, p. 186.
[18] *Id., ibid.*, p. 186.
[19] *Id., ibid.*, p. 193.

voz do Cardeal de São Paulo, D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, veria o "Brasil católico" sair triunfante do episódio, porquanto "o comunismo e o Partido Comunista foram postos fora da lei".[20] Em abril de 1949, dois anos depois de declarada a ilegalidade do PCB, o Cardeal do Rio volta a apontá-los como ainda mais perigosos, porquanto agora se escondem sob os mais variados disfarces. Esses "inimigos da Pátria e da religião", esses "agitadores mundiais" estão "infiltrados" em "instituições aparentemente inócuas", porém "mais do que tendenciosas, na preparação ao domínio comunista". A carta pastoral cita os Congressos pró-Paz, os comitês femininos de bairros, "clubes humildes de rapazes nos bairros", movimentos estudantis etc.

> "Enfim, não tem sido pequena a contribuição, lenta mas constante, do comunismo ateu, para a desorganização das famílias, a decadência dos costumes, o nível cada vez mais baixo da moral, até a exploração do "existencialismo" cru e vergonhoso. (...) Nada há que estranhar. É seu caldo de cultura. Explorar a miséria material e moral deste mundo anarquizado é favorecer o comunismo que não move uma palha para melhorar a situação do povo, mas só agrava os descontentamentos e ódios."[21]

No calor da guerra fria, o perigo do comunismo é a ameaça de um inimigo que está não apenas por vir, mas já presente, não apenas fora, mas dentro e disfarçado sob mil máscaras, explorando a miséria material, que gera "descontentamentos e ódios", e a miséria moral, que se traduz numa variada gama de perversões morais em uma sociedade "anarquizada", sem uma normatividade que penetre a própria organização da economia. Dessa maneira, a atitude escancaradamente hostil ao comunismo, por parte da hierarquia, reverte em crítica moralista da situação mesma que "é seu caldo de cultura":

> "Bem sabemos que, se o comunismo encontra ambiente para sua nefanda proliferação, todavia não lhe cabe exclusivamente a responsabilidade da situação atual. Outras causas têm sido já denunciadas em nossas pastorais anteriores. Não é mister agora repetir quanto contribuem, para o generalizado espírito de revolta, as injustiças e venalidades, o egoísmo e a desenfreada busca de riquezas, o abastardamento de caráter de certos

---

[20] Cf. nota 14, p. 762.

[21] D. Jaime de Barros Câmara, *Não transigir*. REB 9(2): 508-509, jun. 1949.

chefes, a jogatina e a imoralidade, a decadência na educação familiar e colegial, o descaso pelas causas públicas, as fraudes e o câmbio negro, "proh dolor", até em sacristias!"[22]

Todos esses desmandos redundam no pior: em cooperar, embora indiretamente, com o comunismo. Porém, pior ainda são as "mais aproximadas colaborações", diz o Cardeal, ao lançar "o grito de defesa nacional": *não transigir!* "Sim, não transigir com os comunistas, pois quem tal fizer tornar-se-á cúmplice de futuras desgraças em nossa estremecida Pátria".[23]

Vale ressaltar que a não-transigência com os comunistas constitui apenas o lado mais agressivo da intransigência católica, que só via saída para os males sociais na restauração integral de uma ordem cristã. *Instaurare omnia in Christo:* este o refrão do aparelho eclesiástico universal desde a virada do século e que o Arcebispo do Rio de Janeiro relembra com insistência como o antídoto, "eficaz remédio para tantos e tão graves males".[24] Desde Leão XIII, o núcleo do pensamento social da Igreja católica aparecia circunscrito na intransigência de uma posição que rejeitava, ao mesmo tempo, o liberalismo econômico e o socialismo. Este, funesto fruto daquele. E apresentava a restauração da ordem social cristã como *a* solução dos problemas econômicos e dos conflitos sociais e políticos, *a única solução* condigna dos graves problemas que agitavam as sociedades modernas desde o momento em que "um temível conflito surgiu entre as classes", conforme as palavras da *Rerum Novarum*.[25] Desde o final do século XIX, portanto, já se torna claro, no nível do discurso oficial da Igreja, qual o seu principal concorrente ideológico: o socialismo. A tensão que existe entre ambos assume, em primeiro lugar, a forma de uma condenação do socialismo e de seus métodos ("raiva", "arrogância", "violência"...) e, num segundo momento e no mesmo movimento, de uma correlata afirmação da Igreja e de suas prerrogativas. Na rejeição do socialismo, a Igreja fazia sua auto-afirmação.

*

[22] *Id., ibid.*, p. 511.
[23] *Id., ibid.*, p. 512.
[24] D. Jaime de Barros Câmara, *Rumos cristãos* (1948). *In: Cartas Pastorais*. S. Paulo, Paulinas, 1955, pp. 193 e segs.
[25] LEÃO XIII – *Rerum Novarum*, nº 1. *In: Encíclicas dos Sumos Pontífices*. São Paulo, Brasil Editora, 1961.

Ao identificar no comunismo seu principal adversário, a Igreja desde logo reconhecia nele a grande força de atração que exerce sobre as massas pauperizadas, nas cidades sobretudo, mas também no campo. E no reconhecimento dessa força estava a percepção de um desafio lançado aos católicos. Estes, os leigos, passariam a ser conclamados a atuar *como cristãos* nos diferentes meios em que vivem, trabalham, estudam. Diante da escalada das forças comunistas, os leigos seriam convocados a se organizar para competir. Reconquistar suas próprias bases, as massas católicas, disputadas por adversários combativos e atraentes: eis a tarefa que os setores mais ativos da Igreja se imporiam no final dos anos 40. No mero nível do discurso eclesiástico já é possível constatar o papel estimulante que representou para a Igreja católica a presença militante do adversário comunista. Contudo, não se trata mais, agora, de propor, em nível de discurso, uma restauração da ordem cristã: começa-se a elaborar os elementos de uma estratégia de reconquista. Lutar primeiro contra a inércia dos cristãos que sucumbem, na prática cotidiana, aos "erros modernos". Por conseguinte, recristianizar os cristãos. Mas, sobretudo, mobilizá-los, organizar uma ação católica em todos os domínios para recristianizar a sociedade. A criação da JOC em 1948, movimento da Ação Católica especializada, se constituiria no primeiro passo de laboriosa busca de um novo modo de atuação dos leigos a partir de pequenos núcleos de liderança. Uma elite de militantes católicos passa a ser recrutada por sua situação de iguais no meio social em que vivem, para atuarem "dentro" e "de dentro" de seu meio, ligados porém à hierarquia por um "mandato", garantia de autenticidade católica de sua ação. Suas pretensões são as de um catolicismo ofensivo, nem de direita nem de esquerda, como postula aquilo que lhes define a ação: católica *tout court*, assim como é católica a solução que propõem para as questões sociais.

No conjunto, a década de 40 havia sido para a Igreja católica no Brasil um período de relativa estagnação, em que se limitava a hierarquia a repetir fórmulas envelhecidas tanto na doutrina quanto na prática pastoral. O hábito de pensar-se a si mesma como "romana" levava-a a ecoar ou, quando muito, a parafrasear retoricamente as "eternas verdades" emanadas do Vaticano de Pio XII, o que, convenhamos, era um modo de não pensar-se a si mesma em sua especificidade. Basta um ligeiro contato com os textos produzidos pelo Episcopado brasileiro de então para que se evidenciem o campo estreito dos problemas formulados, o mimetismo em relação à problemática do catolicismo europeu, a certeza de que "as portas do inferno não prevalecerão contra ela". Até os anos 50, a problemáti-

ca que dominava os pronunciamentos (e, portanto, o pensamento) da Igreja católica no Brasil era uma problemática apologética, de autodefesa, produto tanto da transformação social por que passava a sociedade civil brasileira e que, no limite, continha uma crítica corrosiva da religião dominante, quanto da insistência em afirmar a validade de uma pastoral de cristandade bem ao gosto das elites tradicionais. Os problemas abordáveis dentro desta problemática diziam respeito, antes de mais nada, à incolumidade e aos direitos inerentes a uma "sociedade perfeita" de origem divina, à inalterabilidade de sua doutrina, à malignidade de um mundo corrompido porque sempre mais afastado de Deus e da verdadeira Igreja, a católica. Como contraparte dessa face defensiva, a outra face: uma vontade de conquista, mas uma vontade impotente que não se concretiza em pautas de ação adequadas e, portanto, sem o desejado retorno.

Uma das razões dessa relativa estagnação estava, sem dúvida, na dispersão em que haviam ficado os Bispos com a falta de um líder à altura de D. Leme. Com a fundação dos grupos de Ação Católica especializada, a cuja testa estava o então Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro, D. Helder Câmara, um projeto começou a germinar: "O Núncio Apostólico D. Carlos Chiarlo, desde 1949, acompanhou o sonho de um órgão que reunisse os numerosos Bispos do Brasil, tentando ajudá-los a enfrentar os problemas, sempre mais complexos, da vida de hoje. A união entre os Bispos tornava-se tanto mais necessária quanto mais a complexidade dos problemas não permite que eles sejam enfrentados, adequadamente, a não ser em esforço conjunto".[26] É de grifar, portanto, que as novas lideranças leigas (JOC e JUC, essencialmente) estiveram na origem de uma reestruturação do próprio Episcopado. A confluência das décadas de 40 e 50 assistiu a essa procura de novas formas de organização no nível da hierarquia: encontros regionais de Bispos começaram a acontecer, "à sombra da Ação Católica", acolhendo o germe de uma união mais efetiva do Episcopado brasileiro, culminando na criação da CNBB em outubro de 1952.[27]

Na fraseologia de T. Bruneau, a partir dos anos 50 a Igreja Católica no Brasil muda sua "estratégia de influência". Como se verá, essa mudança significaria, a médio prazo – mais claramente a partir dos meados da década de 50 –, ir ao encontro das aspirações daquelas camadas populares que constituem sua base social. No decorrer desses anos, o comportamen-

[26] Depoimento de D. Helder Câmara em *A CNBB e seu 20º aniversário*. SEDOC 5(54): 561-562, nov. 1972.
[27] *Id., ibid.*

to da Igreja configuraria uma ofensiva geral nas mais diversas frentes, fechando-se desse modo o ciclo meramente defensivo ou de ofensiva puramente verbal. A percepção das ameaças e a identificação do principal competidor foram determinantes nessa mudança de estratégia.

Seria preciso que as transformações estruturais por que passava a sociedade brasileira arrastassem ou fizessem emergir, entre os católicos – vale dizer, na população brasileira de maioria católica –, setores "modernizantes" (novas classes médias, técnicos, estudantes, profissionais liberais, operários, setores camponeses, clero jovem etc.) com uma problemática histórica específica, sem referências imediatas no ensinamento dos Papas, e, portanto, com exigências novas de opção pastoral em confronto com os setores políticos e religiosos tradicionais. Mais: seria preciso que a crescente urbanização do país *urbanizasse* massas crescentes de fiéis, libertando-os sempre mais do conservadorismo que provinha, ao mesmo tempo, de cima e de baixo: de cima, isto é, da influência das classes dirigentes, e de baixo, a saber, do peso específico das massas camponesas tradicionais submetidas a um clero autoritário no marco de uma prática religiosa estática e dispersa.[27a] Não é de mais supor que as transformações da estrutura econômica, trazendo consigo um movimento real das massas, tenha exercido forte pressão sobre uma crença antiga e uma Igreja sem criatividade. Na medida do avanço progressivo (e rápido) das formas capitalistas de organização da produção, os fiéis católicos nas cidades eram, em número cada vez maior, assalariados, operários, funcionários, universitários etc., vendo seu dia-a-dia impregnar-se pela ciência e pela técnica, por novas informações e ideologias, por problemas novos e objetivos a germinar novos interesses, reais e imaginários. O avanço do pensamento marxista, o exercício do voto, o aumento do peso relativo da classe operária, além da pronta penetração de um protestantismo agressivo e da propagação popular do espiritismo e da umbanda, obrigariam os Bispos a levar em consideração aspirações populares e a reformular seu modo de atuação. Numa palavra, se a Igreja começa a mudar nos anos 50, é porque as grandes massas de católicos, ao serem mobilizadas pelo rápido processo de penetração e expansão do capitalismo industrial, começam a passar, visivelmente, da mera passividade política a uma certa atividade reivindicativa e passam a ser disputadas por concorrentes ideológicos decididos, não apenas de cunho profano mas também de caráter religioso.

27a Ver Gilbert Mury, "El Concilio como Reforma". *In: Cristianismo primitivo y mundo moderno*. Barcelona, Ed. Península, 1968.

O aumento do peso relativo do pólo urbano na composição das massas católicas, que colocava a Igreja na situação de ter que reformular seus projetos e métodos pastorais, tinha sua contraparte na percepção do risco iminente que ela corria de perder as massas rurais, justamente essa parcela da população em que o peso cultural do catolicismo tradicional ainda assegurava ao clero condições de hegemonia ideológica. Essa segurança, que no entanto já começa a se perceber abalada, ainda se reflete no ruralismo idílico que não hesita em apontar como valores do homem do campo, comparado ao da cidade, a família patriarcal numerosa, a solidão e o conservadorismo político. É o que se pode constatar, por exemplo, na Carta Pastoral sobre o Problema Rural que os Bispos do Rio Grande do Norte escreveram como resultado da *1ª Semana Rural* em 1951:

> "Avulta a situação vantajosa do homem rural e decresce a do urbano. Aquele pode fazer face à crise econômica muito mais facilmente que este. (...) Na ordem política, ainda é melhor a situação do homem rural sobre seus irmãos da cidade. A estabilidade política daquele é invejavelmente superior à do urbano. As idéias revolucionárias no ambiente citadino são não somente mais abundantes como mais aceitas, ao passo que rareiam no campo, onde o povo é mais conservador e desconfiado com as novidades ousadas. A fermentação ideológica na cidade é auxiliada pela superficialidade do senso popular, empobrecido graças à má imprensa, ao mau rádio e conversar imoderado, do mais desencontrado feitio. A competição de interesses influi até na capacidade crítica dos mais sensatos. A confusão mental é muitas vezes invencível entre os da cidade. No campo cresce o poder de penetração da inteligência, na medida em que aumentam as distâncias entre umas e outras casas e os homens vivem naturalmente mergulhados na solidão, tão favorável a aprofundar o conhecimento das coisas. A unidade da família é outra riqueza surpreendente da vida rural do Estado. Os laços de família no campo, em diversas regiões do Rio Grande do Norte, são magníficos e sempre maior é a família rural, em comparação à da cidade. Como sucede na vida econômica e na vida política, também na vida doméstica rural o pai é verdadeiro centro de gravidade de inúmeras existências, tendo que se movimentar muito mais em função da harmônica marcha progressiva de todos. (...) A ninguém escapa a beleza e realismo que se escondem dentro destas poucas considerações".[28]

[28] "Pastoral sobre o Problema Rural". *In:* CNBB, *Pastoral da Terra*. São Paulo, Paulinas, 1977, pp. 55-57.

A ninguém escapava, isto sim, nem mesmo a Bispos, a profunda preocupação que se escondia dentro de tanto bucolismo. E com efeito: em declaração à imprensa, na qual comentava a citada carta, o Arcebispo do Maranhão, D. José Delgado, diria que "esta situação, longe de dispensar a nossa vigilância, exige o seu desdobramento, a fim de preservarmos o homem do interior dos males que assolam a cidade e começam a irradiar as suas primeiras desastrosas conseqüências".[29] Que desastrosas conseqüências seriam essas aos olhos dos Bispos, é fácil identificar: a agitação. Desenhando um quadro bem menos idílico do mundo rural brasileiro, o Bispo da cidade mineira de Campanha, D. Inocêncio Engelke, já havia lançado em 1950 um alerta para o "padrão infra-humano" da vida dos trabalhadores rurais, sem terras e sem uma legislação que lhes garantisse os mínimos direitos:

> "Ao passo que o trabalhador das cidades já se vê amparado por leis que lhe garantem uma remuneração adequada e protegem as suas fadigas e esforços, o trabalhador rural, num país onde 70% da população vive das nobres atividades do cultivo da terra, não possui nenhuma garantia para o seu futuro e o de seus filhos, ao mesmo tempo que as suas condições presentes de vida indicam um padrão muitas vezes infra-humano. (...) Uma enorme massa de trabalhadores sem terras e enormes áreas de terras sem trabalhadores."[30]

Este, o quadro real, no dizer do Bispo, o "quadro terrível que está a desafiar os esforços dos sociólogos, dos legisladores, dos órgãos técnicos governamentais e dos apóstolos cristãos". E mais terrível ainda porquanto "os agitadores sociais estão chegando ao campo. Se agirem com inteligência, nem vão ter necessidade de inverter coisa alguma. Bastará que comentem a realidade, que ponham a nu a situação em que vivem ou vegetam os trabalhadores rurais".[31] Diante disso, o Bispo apelava por uma ação social com vistas a "desproletarizar o operário do campo" antes mesmo de qualquer legislação ou iniciativa governamental. E o que se lhe afigurava mais urgente era um programa social de formação de líderes "tirados de seu meio", com o objetivo de defender o homem do campo "contra as

---

[29] *TRIBUNA DA IMPRENSA*, 06.11.1951. *In: A ORDEM* 47(2): 154-156, fev. 1952.
[30] D. Inocêncio Engelke, "Conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural". *In:* CNBB, *Pastoral da Terra, op. cit.*, pp. 51-52.
[31] *Id., ibid.*, p. 45.

perigosas seduções daqueles que enxergam nele um caldo de cultura fecundo para o bacilo das agitações e das revoluções violentas".[32]

Importa ressaltar que o apelo se fazia do ponto de vista dos "patrões cristãos", porquanto as palavras do Bispo foram enunciadas no contexto de uma *Semana Ruralista,* da qual participavam, além de padres e freiras, 270 professores rurais e 250 *fazendeiros.* Donde: "longe de nós *(sic),* patrões cristãos, fazer justiça movidos pelo medo". Cabia, sim, "antecipar-se à revolução", "fazer por espírito cristão o que indicam as diretrizes da Igreja", porque "conosco, sem nós ou contra nós se fará a reforma rural". Que não acontecesse com os camponeses brasileiros o que ocorrera com os operários europeus do século XIX – a Igreja perdê-los! "Já perdemos os trabalhadores das cidades. Não cometamos a loucura de perder, também, o operariado rural".[33]

O tema da reforma agrária também seria tratado no Encontro dos Bispos do Vale do São Francisco, em agosto de 1952, dentro da mesma ótica, a saber, como um meio de deter o avanço da agitação no meio rural: "Lembrar que, no Brasil, a questão (da reforma agrária) é complexíssima, é apenas provar que urge estudá-la no Norte, no Nordeste, no Centro e no Sul, estudá-la enquanto é tempo, enquanto resta serenidade e os agitadores, interessados no caso, não cheguem com suas tochas incendiárias".[34] Clamando por um desenvolvimento humano em oposição ao meramente econômico, o Episcopado daquela região nordestina discutiu problemas de saúde, migração, educação e, com a esperada cautela, reivindicou uma reforma agrária nos seguintes termos: se, por um lado, se justifica a desapropriação (parcial ou total) de um latifúndio que não preenche mais as suas funções sociais, desde que devidamente indenizado, por outro lado, parece preferível a colonização de terras devolutas, uma vez que, no tocante às terras ocupadas, aos Bispos parece "utópico no nosso meio e nas nossas circunstâncias pensar-se em desapropriações em larga escala", visto que "não há recurso, nem clima psicológico, nem maturidade política para tanto".[35]

Dentre as muitas significações de que se revestiram os encontros episcopais de alcance regional promovidos por iniciativa do Secretariado Nacional da Ação Católica, três merecem ser ressaltadas. Em primeiro

---

[32] *Id., ibid.,* p. 50.
[33] *Id., ibid.,* p. 44.
[34] "A Igreja e o Vale do São Francisco". *In:* CNBB, *Pastoral* da *Terra, op. cit.,* pp. 69-70.
[35] *Id., ibid.,* p. 72.

lugar, representaram passos decisivos no sentido de maior organização e organicidade dos esforços pastorais do Episcopado até então excessivamente dispersos: neste sentido, foram como balões de ensaio da criação da CNBB no final de 1952. A primeira reunião dos Prelados da Amazônia, realizada em Manaus no mês de julho de 1952, daria ênfase a este aspecto: no documento "A Igreja e a Amazônia", os Bispos dizem ter experimentado nesse encontro a necessidade de, doravante, "conjugar cada vez mais nossos esforços e agir sempre mais em colaboração." E consideram esse fato "o melhor do nosso encontro", pois "tomamos uma consciência ainda mais viva da nossa unidade no Corpo Místico de Nosso Senhor Jesus Cristo. Sentimos, de modo particular, a urgência de dar aos serviços oficiais o exemplo de uma perfeita união entre nós, representantes de Jesus Cristo na Amazônia".[36] Unidade, coesão: o Episcopado brasileiro começa a experimentar uma nova força neste país de "distâncias imensas" e, nesta primeira declaração *coletiva,* anterior à dos Bispos do Vale do São Francisco, dizem-se "a postos para novas lutas":

> "Aqui estamos para dizer em que termos podemos colaborar em pleno domínio econômico-social e para anunciar o trabalho espiritual a que nós também, com a graça divina, imprimiremos ritmo novo e impulso maior".[37]

Este, o segundo aspecto a ressaltar: as declarações desses grupos de Bispos abordam problemas socioeconômicos, entendendo-os já como "capítulos fundamentais" para a ação pastoral da Igreja. Tais documentos, portanto, assinalam um ponto de viragem ao mostrar um Episcopado despertando para problemas peculiares do país e de suas regiões, deixando de lado o genérico discurso romanizado.

O terceiro aspecto a frisar é que a Igreja se reafirma disposta a colaborar com o Estado, a prestigiar moralmente o Governo, a "multiplicar por dez, por cem, por mil a ação dos órgãos oficiais". O documento da Amazônia é pródigo em afirmar a força moral da Igreja e oferecer aos poderes públicos sua colaboração efetiva: "aquilo que o Governo sozinho não pode fazer, poderá fazer apoiando as iniciativas particulares"; "o Governo sozinho não conseguirá livrar a Amazônia do paludismo que a esgota e debilita"; "o Governo sabe que as nossas religiosas, agindo por

---

[36] *A Igreja e a Amazônia.* REB 12(3): 708, set. 1952.
[37] *Id., ibid.,* p. 701.

espírito de fé e por apostolado, são, em Maternidades e Postos de Puericultura, garantia de ordem, eficiência e economia"; "a força moral da Igreja poderá (...) conseguir um pouco daquilo que seria sempre letra morta se só os trâmites oficiais fossem seguidos". Em troca de sua colaboração, a Igreja pede plena liberdade de movimentos para ampliar sua rede de influência em áreas onde, até então, ela reinara absoluta, detendo o controle das instituições de ensino, saúde, assistência e, até mesmo, de comunicação.

O espírito dos encontros regionais de Bispos reflete, de modo extremamente esclarecedor, o tipo de relação que vigora entre a Igreja e o Estado nesse período: uma relação de apoio mútuo, de quase-concordata ou mesmo de "concordata implícita", como quer Werneck Vianna.[38] Se, na chamada primeira era de Vargas, a Igreja se comportara como um forte aliado do Estado, aliança esta que tinha na amizade entre Vargas e o Cardeal Leme uma garantia, mais que mera expressão,[39] a partir dos anos 50 a relação quase concordatária continuaria, acrescida agora de um outro sentido. Segundo Alves,[40] o Governo passa a utilizar a Igreja "para tornar seus projetos mais aceitáveis aos setores das classes dominantes suscetíveis de serem atingidos pela modernização pretendida". Já, segundo Vianna,[41] no pacto Igreja-Estado em processo nos anos 50, "o novo era dado pelo objetivo de atingir as classes subalternas, e não as classes médias e elites intelectuais e econômicas, o que se refletia no tipo de concordata celebrada com o Estado: o projeto capitalista agora deveria conter, para as regiões a serem cobertas pelo planejamento oficial, um componente reformador". Grandes momentos de celebração deste pacto seriam os encontros dos Bispos do Nordeste durante o Governo Kubitschek, o primeiro em Campina Grande, em 1956, e o segundo em Natal, em 1959, contando ambos com a presença do próprio Presidente da República.

No Encontro de Campina Grande (1956), 19 Bispos do Nordeste, ao mesmo tempo que se alinhavam no projeto modernizador do Governo Kubitschek e celebravam novo tipo de aliança com o Estado, declaravam sua solidariedade primordial com as camadas mais oprimidas e sua total ausência de responsabilidade "em face das tremendas injustiças" presentes "nas atuais estruturas econômico-sociais que constituem a nossa orga-

[38] L. Werneck Vianna, *op. cit.*, à nota 11, pp. 43-44.
[39] Ver, entre outros, Ralph Della Cava, "Igreja e Estado no Brasil do século XX". Estudos CEBRAP 12, pp. 5-52, 1975.
[40] Márcia Moreira Alves, *L'Église et la politique au Brésil*. Paris, Cerf, 1974, p. 166.
[41] L. Werneck Vianna, *op. cit.*, à nota 11, p. 31.

nização política e o sistema de nossa economia privada".[42] Essa declaração, marcando uma visível guinada nos discursos da hierarquia que já se dizia "colocar-se ao lado dos injustiçados, para cooperar com eles numa tarefa de recuperação e redenção", seria, no dizer de M. M. Alves, o "sinal verde" para os assistentes e militantes da Ação Católica aprofundarem o significado dessa solidariedade com os pobres. Por conseguinte, na aliança com o Estado desenvolvimentista, a oportunidade de experimentar uma nova estratégia de aproximação com as massas pauperizadas; e, na aproximação com as massas "injustiçadas", os primeiros laços de outras alianças, com outras forças da sociedade civil, momento e lugar em que os setores progressistas da Igreja aprofundam suas desconfianças em relação ao capitalismo, abrindo-se a novas alternativas de organização da sociedade.[43]

Nesse contexto, o próprio anticomunismo inequívoco da Igreja vai assumir matizes relativizantes. Aliás, já na Semana Nacional de Ação Católica, realizada no Rio de Janeiro em maio de 1957, promovida pela CNBB e contando com a presença do Núncio, os 24 Arcebispos e bispos participantes fazem publicar uma declaração na qual afirmam ter aprendido muito dos leigos presentes ao encontro:

> "No domínio econômico-social, a palavra que mais nos calou foi o quíntuplo aviso: *evitar e fazer evitar as aparências de compromisso da Igreja com as estruturas capitalistas; evitar, diante do comunismo, uma atitude negativa, de simples anticomunismo, sem combater, também, o materialismo capitalista que trouxe a revolta e, portanto, o comunismo;* conhecer e levar a conhecer o movimento operário e o problema operário em sua realidade total para não sermos incapazes de falar uma linguagem acessível aos trabalhadores: evitar e fazer evitar nas relações com os movimentos operários a atitude paternalista de quem simpatiza com os trabalhadores mas os considera incapazes de liderar a promoção da própria classe; evitar, em um país onde a escassez do clero é alarmante, que os Padres se engolfem na Ação Social, com prejuízo de atividades especificamente sacerdotais. O campo é próprio dos leigos".[44]

[42] Citado por Cândido Procópio Ferreira de Camargo, *Igreja e desenvolvimento*. São Paulo, Ed. CEBRAP, 1971, p. 94.
[43] Cf. Francisco C. Weffort, "E por que não a Igreja na política?". RELIGIÃO E SOCIEDADE (2): 119-121, nov. 1977.
[44] *Declaração dos Arcebispos e Bispos participantes da Semana Nacional da Ação Católica*, 06.05.1957. REB 17(2): 508, jun. 1957.

Vale enfatizar que essa reunião conjunta de Bispos e dirigentes leigos, em que os Bispos primeiro escutam para depois falar, expressa, além de uma nova maneira de encarar os problemas sociais, uma nova forma de relacionamento intra-eclesiástico entre pastores e fiéis. Aliás, o Encontro de Campina Grande em 1956, além do significado mais amplo que teve em termos de reelaboração da prática (e do discurso) social da Igreja no Brasil, já havia marcado esse avanço do ponto de vista organizacional: foi a primeira reunião de Bispos preparada por uma equipe de peritos leigos, que a partir de então exerceriam crescente influência nas posições desenvolvimentistas da cúpula do Episcopado brasileiro, o secretariado nacional da CNBB.[45] O novo dinamismo de que a Ação Católica vinha dando mostras começava a incidir sobre a atitude dos Bispos e a reavivar as desconfianças que a Igreja sempre teve em relação ao capitalismo: é ele que traz a revolta e, portanto, o comunismo. Logo, por que atacar a este sem combater aquilo que o gera?

O Vaticano, porém, está vigilante. No ano de 1957, fazendo eco à I Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano (CELAM), reunida no Rio em 1955 – e que havia apontado os mais graves inimigos do catolicismo na América Latina: o protestantismo, o comunismo, o espiritismo e a maçonaria –, o Papa Pio XII, falando ao II Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos, lembraria a urgência da formação de apóstolos leigos "para suprir a falta de Padres na ação pastoral" e fazer frente aos "quatro perigos mortais" que ameaçam a Igreja na América Latina: "A invasão das seitas protestantes; a secularização da vida toda; o marxismo, que nas universidades se revela o elemento mais ativo e tem em mãos quase todas as organizações de trabalhadores, e, finalmente, um espiritismo inquietador."[46] Dentre esses "quatro perigos mortais", um é o mais ameaçador, como se depreende da continuação da fala do Papa: Pio XII se queixa de que na América Latina a Doutrina Social da Igreja é pouco conhecida, donde a necessidade de formar os leigos com base nessa doutrina, sobretudo os do meio operário, "para disputar pacientemente as organizações de trabalhadores à influência do marxismo". Finalmente, não mais se dirigindo à América Latina, mas a todo o mundo católico, o Papa afirma em termos suficientemente explícitos:

---

[45] M. M. Alves, *op. cit.*, p. 166.

[46] Pio XII – *Normas aos participantes do II Congresso Mundial para o Apostolado dos Leigos*. REB 17(4): 1060, dez. 1957.

"O apostolado leigo tem, aliás, como qualquer outro apostolado, duas funções: a de conservar e a de conquistar, ambas as quais se impõem com urgência à Igreja atual. E, para o dizermos bem claramente, *a Igreja de Cristo não cogita de abandonar sem luta o terreno ao seu inimigo declarado, o comunismo ateu.* Este combate será prosseguido até o fim, mas com as armas de Cristo!"[47]

Dois anos depois, em 1959, o Papa João XXIII manifestaria à CELAM o desejo de que se elaborasse um plano de pastoral adequado à realidade da América Latina, que traçasse metas e congregasse os esforços pastorais com vistas a uma "mobilização geral da Igreja" no continente. E em 1961, João XXIII voltaria à carga em carta dirigida ao Episcopado latino-americano, "urgindo" a elaboração de um plano de pastoral, "como conseqüência dos acontecimentos de Cuba".[48] Reunidos no Rio de Janeiro em abril de 1962, os Bispos brasileiros discutiram e votaram o *Plano de Emergência.* E, conforme se pode depreender das palavras do Episcopado, a mobilização geral da Igreja que o referido plano se colocava como meta tinha como um dos seus alvos evitar a irrupção de uma outra Cuba: "Aqui estamos – no tocante ao nosso país – procurando corresponder plenamente ao apelo da Santa Sé. Aqui estamos tentando pôr a Igreja do Brasil à *altura das circunstâncias excepcionais de que é exemplo o sistema Cuba,* país não menos católico do que o nosso.[49] O campo de ação apostólica no Brasil, constatam os Bispos, se acha "trabalhado por forças adversas". E, para nomeá-las, retomam a fala de Pio XII em 1957:

"Aplica-se ao Brasil o que disse o Santo Padre quanto a quatro perigos mortais para a América Latina: o naturalismo que leva até cristãos a não terem, muitas vezes, a *visão* cristã da vida; o protestantismo que tenta entre nós seu esforço máximo de expansão e se acha, de fato, em maré montante; o espiritismo cuja difusão, nas grandes cidades, nos meios de miséria, tem ares de endemia; o marxismo, que empolga as Escolas Superiores e controla os Sindicatos Operários".[50]

---

[47] *Id., ibid.*, p. 1.062.

[48] D. Helder Câmara, "Apresentação" do *Plano de Emergência.* Rio de Janeiro, Livraria D. Bosco Editora, 1962, p. 3.

[49] CNBB – *Plano de Emergência, op. cit.*, p. 8.

[50] *Id., ibid.*, p. 8.

Dois aspectos importantes a ressaltar: o *Plano de Emergência* explicita a ruptura da Igreja católica com a Revolução Cubana, separando a experiência do povo cristão da experiência nascente da construção do socialismo no continente; por outro lado, o anticomunismo episcopal aparece matizado pela crescente tomada de consciência, de parte dos Bispos, da inoperância das soluções capitalistas para o "estado da ignomínia", o "pauperismo" e a "fome" da população brasileira. Que passa a dar mostras, nesse período, não só de um crescente "desespero", no dizer dos Bispos, como sobretudo de maior consciência "das verdadeiras causas desses males" e, em conseqüência, apresentam "maior organização de classe". O estado real das massas não melhorou, mas aumentou o seu grau de consciência ou, pelo menos, de inconformismo. E isso muda o quadro para os Bispos, induzindo-os a mudar o foco de percepção dos problemas. O que equivale a dizer que é a mudança de atitude das massas católicas que se reflete e se inscreve na nova inflexão dos pronunciamentos episcopais. O despertar das massas passa agora a ressoar, até onde isso é possível, no discurso oficial da Igreja brasileira:

> "Ninguém desconhece o clamor das massas que, martirizadas pelo espectro da fome, vão chegando, aqui e acolá, às raias do desespero. Já não era menor e nem menos grave o grau de pauperismo entre as camadas mais humildes da população. Mas os homens, conformados, por assim dizer, com a miséria, apresentavam-se impassíveis. Agora, seja pelo agravamento das sucessivas crises econômicas, políticas e sociais, que têm abalado o país, seja pela facilidade das comunicações e da divulgação das idéias e dos acontecimentos, seja pela crescente organização das classes, o povo das cidades e dos campos começa não apenas a tomar conhecimento das verdadeiras causas desses males, como, sobretudo, a compreender que, sem participação na vida das instituições e da própria sociedade, jamais será libertado do estado de ignomínia em que se encontra".[51]

Diante disso, volta a aflorar o anticapitalismo da Igreja, que compromissos assumidos com um dos lados da guerra fria e vínculos sociais com as classes dominantes e médias, profundos e remotos, haviam deixado praticamente no silêncio. E desponta um esboço de autocrítica: "Somos solícitos no combate ao comunismo, mas nem sempre assumimos a

---

[51] Mensagem da Comissão Central da CNBB, 14-7-1962. *Plano de Emergência, op. cit.*, p. 50.

mesma atitude diante do capitalismo liberal. Sabemos ver a ditadura do Estado marxista, mas nem sempre sentimos a ditadura esmagadora do econômico ou do egoísmo nas estruturas atuais que esterilizam nossos esforços de cristianização."[52] À lista dos "quatro perigos mortais" os Bispos brasileiros acrescentam um outro: as estruturas atuais, que esterilizam os esforços de evangelização. Se a situação do país se agrava, isso se deve ao "rolo compressor de certos grupos insaciáveis, pela dinâmica do lucro exorbitante, pelo suborno da área da política e, sobretudo, pela ganância incontrolável e ilimitada".[53] "Não nos referimos, evidentemente, às pequenas e médias empresas, nem à classe média sempre mais sacrificada e rarefeita. Referimo-nos aos que, a pretexto *de combaterem o comunismo,* com medo de perderem seus privilégios, alimentam, paradoxalmente, a propaganda das idéias subversivas e esgotam a paciência dos pobres".[54] Donde a afirmação de que "o comunismo ateu explora ativamente a situação, enquanto o capitalismo liberal, não menos ateu, se beneficia da agitação comunista".[55] A grande pecha tradicionalmente lançada contra o comunismo – "ateu" – é dirigida agora também contra o capitalismo – "não menos ateu" –, à idéia tradicional de que o comunismo se vale dos abusos do capitalismo para subverter as massas, junta-se agora a percepção de que o mero combate ao comunismo pode ser um pretexto para defender os privilégios de determinados grupos, uma vez que "jamais houve, neste país, nem maior nem mais criminoso domínio das forças econômicas".

Restabelecida assim a dicotomia capitalismo/comunismo, ressurge no mesmo movimento, afirmando-se "vivo", o terceirismo católico clamando por uma "ordem social baseada nos princípios da verdade revelada e das normas da justiça e da eqüidade",[56] que não deve ser confundida com as pseudo-soluções de um e de outro campo.

> "Ela (a Igreja) saberá seguir o seu caminho, sem desviar-se nem para o duro e esmagador ateísmo do comunismo, nem para o maleável e frouxo ateísmo de um sistema capitalista não menos condenável. A Igreja tem uma concepção definida e definitiva do homem e da vida. Sua doutrina, no campo social, está viva e claramente expressa nos documentos pontifícios ...[57]

[52] CNBB – *Plano de Emergência, op. cit.*, p. 10.
[53] Cf. nota 51, p. 51.
[54] *Id., ibid.*, p. 51.
[55] *Id., ibid.*, p. 51.
[56] *Id., ibid.*, p. 50.
[57] *Id., ibid.*, p. 51.

Convém notar, a essa altura, que a mudança de estratégia não significou, de início, o abandono do pressuposto intransigente de que *somente o catolicismo* pode oferecer à sociedade a solução profunda e verdadeira de seus problemas. Do ponto de vista da hierarquia católica, a visão do socialismo como alternativa única para o capitalismo não passava de uma falácia, tendo ambos, capitalismo e socialismo, seu ponto de encontro no mesmo caminho que leva ao abismo. E na "enganosa dicotomia" capitalismo/socialismo, a Igreja introduzira desde a virada do século um terceiro modelo: a ordem social cristã, revelada no cristianismo e desconhecida dos apóstatas deste século apóstata. A história do pensamento social católico, ou, mais especificamente, da Doutrina Social da Igreja, é bem a história dessa embaraçosa procura de uma "terceira via" que, pelo menos, apresentasse alguma credibilidade. No Brasil dos anos 50, porém, a atuação concreta dos católicos, sobretudo nas fileiras jovens da Ação Católica especializada, viria mostrar a inviabilidade dessa "terceira via", cujas proposições concretas dificilmente poderiam deixar de significar um compromisso inevitável e diversificado, particularmente no nível político, com as diferentes forças sociais em jogo. O desmentido da intransigência enunciada em termos de "nem capitalismo nem socialismo" se daria na prática, dada a difícil credibilidade de um modelo católico de organização da sociedade para fazer frente às soluções apresentadas pelas diferentes correntes de opinião, grupos sociais, classes ou frações de classe. E, dos inevitáveis compromissos dos diferentes setores católicos com esses diferentes grupos e classes, bem como da inevitabilidade para os católicos de tomarem posição perante acontecimentos e problemas específicos carentes de referência imediata no abstrato modelo católico de uma ordem cristã, as soluções ditas católicas se multiplicariam. Isso trazia implícita, é claro, uma constatação de impotência diante de constrangimentos e situações objetivas novas de que o modelo intransigente não dava conta. Por isso mesmo, o intransigentismo de uma "terceira via" o mais das vezes não passou de uma proposta de moralizar e, quando muito, corrigir as regras do jogo capitalista que, concretamente também no Brasil, já não eram as regras do capitalismo liberal vituperado nas Encíclicas dos Papas. Dito de outro modo, a terceira via católica acabou reduzida aos reclamos por um capitalismo corrigido de seus desvios e excessos, com base no pressuposto antiliberal de uma normatividade anterior e superior às leis do mercado.[58]

[58] Cf. L. Werneck Vianna, *Liberalismo e sindicato no Brasil, op. cit.*

Um capitalismo corrigido: é onde a Igreja se compromete, confessadamente ou não. Para tanto, concorreu sem dúvida o fato de que a condenação vaticana do comunismo era absoluta, ao passo que a do capitalismo jamais se fez sem qualificações. A Doutrina Social da Igreja toma partido e se reduz a um reformismo no interior do sistema capitalista: legislação social e trabalhista, assistencialismo, liberdade de organização, normatividade ética na economia via Estado etc. A dicotomia rejeitada de início mostra, no meio do caminho, uma aliança possível. É que, entre os dois inimigos, a história já se havia encarregado de definir qual deles era o inimigo principal: na bipolaridade acentuada com a deflagração da guerra fria, a Igreja já escolhera seu aliado. Roma, sob muitos aspectos e de diferentes maneiras, é agora uma poderosa caixa de ressonância ideológica de Washington, o centro hegemônico que comanda essa nova fase da internacionalização do capital e do desenvolvimento, em moldes capitalistas, dos países periféricos. Não há por que se admirar de que o desenvolvimentismo, em diferentes formulações, tenha encontrado, em setores progressistas do Episcopado brasileiro, aliados fervorosos. E tenha transformado esses setores no alvo dos ataques das classes conservadoras.[59]

Para pôr em execução sua estratégia reformulada de reconquista das massas, a Igreja é constrangida a fazer alianças táticas oportunas, mais ou menos sutis, mas sobre as quais o acordo não se faz de maneira unânime: até onde ir sem avançar demais? Até onde conceder sem ceder em demasia? Pela diversidade mesma de sua clientela, o catolicismo joga em muitos tabuleiros. É o que vai aparecer, com nitidez meridiana, no início dos anos 60, quando, ao se generalizar no Brasil uma situação de conflito social aberto, a Igreja brasileira se divide. Na primeira metade dos anos 60, Bispos, Padres, Freiras e leigos se engajam em lados diferentes, senão opostos, do xadrez político, sem deixar de compartilhar a mesma mentalidade intransigente do tipo "nem isto nem aquilo". Esse engajamento, no entanto, premente em face das tensões sociais que se aguçavam no período, repercutiria decisivamente no projeto pastoral da Igreja no Brasil nos anos pós-64, que para ela seriam também, coincidentemente, os anos pós-Vaticano II.

Externa e internamente à Igreja no Brasil, a situação nos primeiros anos da década de 60 não transpirava mais a calma relativa dos anos anteriores. De uma parte, a situação social (política e econômica) do país reforçava a percepção dos riscos, a curto prazo, dos diferentes compro-

---

[59] C. P. F. de Camargo, *Igreja e desenvolvimento, op. cit.*, pp. 103-104.

missos táticos assumidos pelos setores progressistas da hierarquia e do laicato. De outro lado, o clima de debate franco e legitimado, aberto no interior da Igreja pelo Concílio Vaticano II, desfazia a frágil unidade de pensamento que o triunfo do neotomismo, como sistema pontificalmente privilegiado, havia conseguido se estabelecer junto ao clero brasileiro, que se ultramontanizara já no decorrer da primeira metade do século XX. Toda essa efervescência ideológica, interna e externa, favoreceria enormemente a produção de discursos, dessa vez dissonantes,[60] críticos em relação à postura anterior, relativizada agora pelo clima de tensão instalado no interior dos templos, dos conventos e dos seminários, dos encontros e reuniões de Bispos, de Padres e de leigos. Por outro lado, a unificação dos esforços e a canalização de recursos pastorais, iniciadas com a criação da CNBB em 1952, começavam então a traduzir-se em planos de ação pastoral conjunta, sob a liderança dos setores mais esclarecidos do Episcopado (*Plano de Emergência,* em 1962, *Plano de Pastoral de Conjunto,* em 1965), alterando significativamente a relação de forças no interior do aparelho eclesiástico e aumentando o próprio peso relativo do Episcopado no conjunto das forças sociais no Brasil. Afirma-se cada vez mais a unidade organizacional do alto clero, ao mesmo tempo que se desfaz a aparência de sua unidade ideológica basicamente quanto a temas referentes às "realidades terrestres".

A publicação, em maio de 1961, da *Mater et Magistra* de João XXIII, primeira Encíclica a tratar explicitamente dos problemas do mundo subdesenvolvido, foi acolhida como "oportuníssima para o Brasil", conforme declaração da Comissão Central da CNBB.[61] E, por assim dizer, reavivou nos meios católicos progressistas menos radicais a confiança na Doutrina Social da Igreja e reacendeu debates em torno de questões controvertidas, como a ênfase na função social da propriedade privada, a participação dos trabalhadores nos lucros das empresas, a socialização dos meios de produção, a reforma agrária etc. Com base na Encíclica, os porta-vozes da hierarquia brasileira reafirmaram a gravidade da situação do meio rural brasileiro, chegando mesmo a esboçar um "roteiro de atividades" no intuito de "ajudar a integrar a agricultura brasileira no ritmo do desenvolvimento nacional". Para tanto, propunham a melhoria dos meios de comunicação, assistência local a todos os setores da cultura, profissionali-

---

[60] Conforme expressão de M. M. Alves, *op. cit.,* p. 155.

[61] *Declaração da Comissão Central da CNBB,* 05.10.1961. REB 21(4): 950-953, dez. 1961.

zação e aproveitamento da mão-de-obra, seguros e previdência sociais, além de uma política econômica adequada. O documento praticamente era dirigido à Ação Católica Rural, postulando maior dinamismo dos movimentos leigos específicos para o meio agrícola – Juventude Agrária Católica (JAC) e Liga Agrária Católica (LAC) – no sentido de "assegurar" às massas católicas no campo "mística bastante forte para contrabalançar e superar a mística comunista". Nesse contexto, a CNBB aplaudia como iniciativas dignas de apoio e chancela a sindicalização rural, em processo na Igreja do Nordeste, as "frentes agrárias" de iniciativa dos Bispos do Norte do Paraná e do Rio Grande do Sul e, especialmente, o Movimento de Educação de Base (MEB).

Em face da insatisfação crescente no meio rural, os Bispos da Comissão Central voltavam a denunciar "os agitadores vermelhos em várias frentes", preparados "para a tática de guerrilhas, de acordo com os melhores exemplos cubanos e chineses", numa alusão evidente às Ligas Camponesas. Mas, ressalvavam eles, não pretendiam pregar o "mero anticomunismo simplista e contraproducente", mas sim apoiar movimentos que promovessem a recuperação econômico-social dos meios rurais, tendo em vista "a retaguarda e os flancos invadidos pelos guerrilheiros".

Os anos 50 foram de importância crucial para a Igreja no Brasil. É quando consideráveis setores da Igreja modernizam sua atuação na sociedade, pensam e atuam como "promotores do desenvolvimento", vão ao encontro das camadas populares, sobretudo nas regiões mais atrasadas e subdesenvolvidas, mantêm relações de bom entendimento e colaboração com o Estado, ou seja, no movimento de se atualizar e agilizar seus métodos de evangelização, de aumentar a sua credibilidade tornando-se útil, a Igreja se transforma num poderoso agente ideológico da expansão nacional da hegemonia da grande burguesia do Centro-Sul, via Estado, processo que se verbaliza na fraseologia ideológica da "integração" de "áreas atrasadas" ao "ritmo do desenvolvimento nacional". E se faz, também, mobilizadora das forças populares despertadas nesse processo, ainda que em competição declarada com os "agitadores vermelhos". Impossível ficar preso a uma interpretação que atribuísse ao estamento clerical hierárquico ampla autonomia com respeito às diferentes classes e grupos sociais que integram o seu diferenciado contingente de fiéis. Não há como não ver a Igreja, em sua ambigüidade, envolvida nesse período *ao mesmo tempo* pelas forças que assumiram dinamicamente a modernização capitalista e que começam a impor em âmbito nacional, via Estado, sua hegemonia econômica e política, e pelas forças populares que, mesmo não dis-

pondo das alavancas do poder econômico, afirmam-se então na luta política e regionalmente conquistam para a sua causa aliados no nível das instituições superestruturais. Tudo leva a crer que foi isso, especificamente, o que ocorreu com determinados setores regionais do Episcopado brasileiro, mormente no Nordeste. Em se fazendo mobilizadora das forças populares (alfabetização, conscientização, sindicalização etc.), essa Igreja regional estava, antes, se vendo alinhar e aliar com forças antagônicas na erosão ideológica, em curso nos anos 50, do poder das velhas classes dominantes regionais.[62] É nesse sentido que cabe afirmar que a desestabilização das antigas oligarquias regionais, quando menos no nível da dominação ideológica, se deu *também* graças à ação de uma parcela progressista e bastante ativa do Episcopado brasileiro, parcela essa que, na ocasião, dispunha de considerável controle sobre o aparato da CNBB e acesso direto ao Executivo federal.[63] Os conflitos que freqüentemente surgiram entre essa Igreja e as velhas oligarquias ficaram evidentes em certos desdobramentos do chamado "Movimento de Natal", de inspiração nitidamente modernizante e anticomunista. No entanto, não era raro que certos Bispos (D. Eugênio Sales, por exemplo) condenassem como "capitalismo" a velha ordem oligárquica[64] e, em contrapartida, fossem acusados de "comunistas" por alguns coronéis e outros setores conservadores.[65]

A "erradicação de uma ordem social anticristã", empresa na qual crescentes setores da Igreja se confessam empenhados, iria coincidir assim, ao fim e ao cabo, com o solapamento da antiga ordem de dominação, no mesmo processo em que o poder político e econômico das oligarquias regionais se vê absorvido pelo grande capital monopolista do Centro-Sul em seu movimento de expansão. Se a Igreja, preocupada sim com a própria sobrevivência e aceitação entre as massas que então se mobilizavam, valeu-se de órgãos do Governo federal para "minorar os males" advindos das "condições subumanas de vida" de grande parte da população brasileira e que, conscientemente ou à revelia, se tenha feito presa e arma da crescente hegemonia das classes dominantes do Centro-Sul, foi porque a sua essencial ambigüidade casou-se, num "plano de quase intimidade",[66] com a ambigüidade aparente do próprio Estado no período populista. No afã de acompanhar o desenrolar da história e pôr-se em dia com os porta-

[62] Ver Francisco de Oliveira, *Elegia para uma re(li)gião*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
[63] Ver T. C. Bruneau, *op. cit.*, pp. 195 e segs.
[64] C. P. F. de Camargo, *op. cit.*, p. 97.
[65] *Id., ibid.*, pp. 103-104.
[66] Ver Marcos de Castro, *Dom Helder*, Rio de Janeiro, Graal, 1978, pp. 53 e segs.

dores do progresso, essas parcelas da Igreja tomaram a peito a tarefa de "promover o desenvolvimento". No que entraram em choque ideológico, de um lado, com as classes conservadoras, e, de outro, com as forças populares mais à sua esquerda, que lhe haviam "invadido a retaguarda e os flancos". A apressada sindicalização dos trabalhadores rurais por iniciativa do clero, a formação das Frentes Agrárias, o próprio MEB revelam muito do espírito de conquista e disputa que tomou conta, nesse período, dos segmentos mais dinâmicos e renovadores do clero.

O pavor das Ligas e dos grupos mais à esquerda aparece também explicitamente associado às preocupações do estamento clerical com a esquerdização dos movimentos urbanos da Ação Católica, máxime da JUC. Não apoiar as Ligas Camponesas nem o Movimento de Cultura Popular, mas sim o MEB e o Sindicalismo Rural, por se tratar de movimentos coerentes com os objetivos sociais e apostólicos da Ação Católica: esta seria uma das normas ditadas pela Comissão Episcopal da ACB e do Apostolado dos Leigos para a insubordinada JUC, no ano de 1961.[67] Importa notar que, visando primariamente à JUC, os Bispos da Comissão Episcopal atingiam também os outros movimentos da Ação Católica. Dada a sua condição de universitários, os jucistas mais facilmente trabalhavam os princípios de reflexão sobre sua prática e mais rapidamente elaboravam conclusões para o engajamento social como exigência do cristianismo. E, em razão da continuidade dos contatos entre as equipes nacionais dos diferentes ramos da Ação Católica especializada, que tinham em comum um mesmo método de trabalho, a JEC, a JOC, a JAC e mesmo a JIC também passaram a revisar suas posições, seguidas dos movimentos de adultos: ACO e ACI. Assim, nos primeiros anos da década de 60, grande parte da Ação Católica entrou em efervescência e se esquerdizou, distanciando-se das orientações da Igreja oficial. A guinada foi de tal monta que o golpe de 1964 lhe dedicaria especiais atenções repressivas. As tensões com a hierarquia se agravariam ainda mais com a crescente participação da JUC na UNE em coalizão com elementos da esquerda não-católica. No I Seminário Nacional de Reforma Universitária, reunido em Salvador (BA) em maio de 1961 e promovido pela UNE, a JUC, coerente com a posição assumida de adesão global ao órgão nacional de representação estudantil, combateu o projeto da *Lei de Diretrizes e Bases*, o qual vinha sendo publicamente apoiado pela hierarquia. No mês seguinte, durante o XI Conselho Nacional da JUC, em Natal, o Arcebispo

[67] Ver REB 21(4): 944-950, dez. 1961.

D. Eugênio Sales desliga a representação diocesana da vinculação com a direção nacional. Um relatório, de punho clerical, denunciando a "linha ideológica" do movimento, repercute no seio do Episcopado que, em outubro, envia à JUC severa admoestação oficial. Em 1962, como desdobramento dos rumos tomados – de um lado, o engajamento direto na ação revolucionária como resposta aos desafios da realidade brasileira; de outro, as relações cada vez mais tensas com a maioria do Episcopado – um número considerável de militantes, ex-jucistas, fundaria a Ação Popular (AP), organização desligada de quaisquer vínculos institucionais com a Igreja, independente inclusive de laços puramente confessionais com o catolicismo. Por essa época, D. Helder Câmara é afastado do cargo de assistente nacional da Ação Católica, sendo substituído por D. Padim. Por volta de 1963, as comunicações entre o movimento jucista e a maior parte do Episcopado já estavam completamente obstruídas.[68]

Em suma, se os esforços da hierarquia no sentido de se organizar em âmbito nacional (CNBB) e mesmo continental (CELAM) ainda se achavam marcados por uma preocupação eminentemente defensiva frente aos seus mais perigosos inimigos – o espiritismo, o protestantismo, a maçonaria e o comunismo –, o impulso dado ao apostolado dos leigos, por um lado, que de alguma forma acompanhou a emergência popular como força política no processo de desenvolvimento industrial e urbano característico da segunda metade dos anos 50, e, por outro, a relação de intimidade palaciana com o Estado populista desenvolvimentista, arrastariam a Igreja rumo aos anos 60 em malhas tão contraditórias que fariam dela uma força bem mais progressista do que se poderia supor na primeira metade dos anos 50 e, ao mesmo tempo, muito mais dividida em sua força, porquanto ela viria a significar ao mesmo tempo freio e estímulo à expressão das insatisfações de diferentes camadas da população, no campo e na cidade.

*

A partir de 64 alteram-se de modo fundamental as relações entre o Estado e a Igreja, perdendo esta, em vários de seus setores de liderança, a anterior posição de prestígio e poder assegurada por harmonioso entendimento que mantivera com o Governo em iniciativas que vinha desenvolvendo, desde a segunda metade da década de 50, tanto em âmbito local como ainda nacional.

---

[68] Cf. T. C. Bruneau, *op. cit.*, p. 186.

Comparecendo a Encontros do Nordeste, no ano de 1956 em Campina Grande e no ano de 1959 em Natal, o Presidente Kubitschek reconhecera a decisiva influência da Igreja para que viessem a ser criadas organizações como a OPENO (Operação Nordeste), que redundaria na SUDENE: "Como se executaria o planejamento regional agora feito pela Operação Nordeste, se a força normal da Igreja não tivesse ajudado o Governo a articular e entrosar elementos oficiais e particulares que, embora atuando na mesma região, não se prestavam mútuo auxílio, não se completavam, trabalhando fragmentariamente, com grande desperdício de verbas e técnicos?"[69]

Escolas radiofônicas, ampliadas em 1960 para âmbito nacional (Rede Nacional de Emissoras Católicas - RENEC), sob a orientação da CNBB, como Movimento de Educação de Base (MEB), vêm no ano seguinte a ser financiadas, pelo período de 5 anos, através de decreto do Presidente Jânio Quadros.[70]

Após a renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart, abre-se de modo mais claro uma cisão no seio da Igreja. Nenhuma manifestação da CNBB põe em questão a legitimidade do novo Governo ou de sua orientação política. Pelo contrário, documentos da CNBB dão cobertura ao populismo reformista do Governo Goulart e, estribados nos princípios da *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), recomendam as chamadas "reformas de base". No dia da publicação da Encíclica *Pacem in Terris*, 30 de abril de 1963, a Comissão Central da CNBB emite mensagem sobre a situação do país, dizendo que as desigualdades sociais não levam à paz anunciada pela Encíclica; refletem, isto sim, "os grandes entraves de um país subdesenvolvido, em que as massas populares não participam do processo brasileiro, onde subsistem a miséria e a mortalidade prematura em números clamorosos, no qual o impacto das realidades rural e urbana gera conseqüências gravíssimas de despersonalização".[71]

A declaração foi recebida como inequívoco apoio da cúpula do Episcopado às reformas preconizadas pelo Governo Goulart e surpreendia pelo tom progressista com que denunciava a ordem vigente no país, "ordem viciada pela pesada carga de uma tradição capitalista que dominou o Ocidente nos séculos passados", bem como pela denúncia que fazia

[69] Juscelino Kubitschek de Oliveira, *Discursos*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1960, *apud*: BRUNEAU, T. C., *op. cit.*, p. 155.

[70] Para uma análise desse programa de ação da Igreja, ver, em especial: Cândido Procópio Ferreira de Camargo, *Igreja e Desenvolvimento, op. cit.*

[71] *Mensagem da Comissão Central da CNBB* (30.04.63). Coleção Bem Comum, nº 5, Documentário do Governo de Minas Gerais, série "Pronunciamentos de nosso tempo".

das posições dos que "contribuem para manter o *status quo*". A mensagem da CNBB urgia a imperativa necessidade de profundas transformações, aludindo explicitamente às reformas administrativa, fiscal, educacional, eleitoral e agrária. No item sobre a reforma agrária, afirmava-se que "ninguém pode desconhecer a situação de milhares de nossos irmãos que vivem nos campos, sem poder participar do nosso desenvolvimento, em condições de miséria que constituem uma afronta à dignidade humana", e que, por isso mesmo, a "desapropriação por interesse social" é coerente com a Doutrina Social da Igreja, não constituindo ataque ao direito de propriedade. Segundo M. M. Alves, foi "o documento mais progressista assinado coletivamente pelos Bispos antes do golpe de Estado".[72] Além de somar com as forças partidárias das reformas anunciadas pelo Governo Goulart, a mensagem da CNBB representou, em termos do equilíbrio de forças internas à Igreja, clara desaprovação à ala integrista do Episcopado, cujos corifeus eram D. Geraldo Sigaud e D. Castro Mayer, autores do livro *Reforma agrária, questão de consciência.*

Prosseguem os movimentos de incentivo à formação de sindicatos rurais e a Igreja continua a promover o Movimento de Educação de Base. Também nessa época, um grupo de religiosos dominicanos e leigos lança, em São Paulo, o jornal *Brasil, Urgente,* que supera as generalidades da Doutrina Social da Igreja e defende pontos de vista bastante radicais nos campos social e político.

Dividida, porém, a hierarquia aqui e acolá previne contra os riscos de uma secularização insidiosa e de um esquerdismo inaceitável. Setores da Ação Católica são repreendidos por autoridades eclesiásticas, que vêem nas posturas dos jovens cristãos uma adesão ao socialismo, implicando, necessariamente, um afastamento da ortodoxia católica. Espocam alertas aos católicos sobre as "perigosas incursões comunistas, principalmente nos meios rural e estudantil".[73] A imprensa de orientação conservadora apóia e se solidariza com a Igreja quando seus pronunciamentos seguem essa via de orientação, afirmando a "impossibilidade de conciliar a doutrina cristã tanto com o socialismo como com o comunismo".[74]

---

72 M. M. Alves, *op. cit.*, p. 171.

73 Especiais menções a esse respeito podem ser encontradas nos seguintes documentos da Igreja: *Declaração da Comissão Central da CNBB: a Igreja e a situação do meio rural brasileiro.* REB 21(4): dez. 1961.

Diretrizes da Comissão Episcopal da A. C. B. e do Apostolado dos Leigos para a JUC Nacional. REB 21(4): dez. 1961. CNBB, *Plano de Emergência, op. cit.*

Declaração dos Cardeais, Arcebispos e Bispos do Brasil. In: Plano de Emergência, op. cit.

74 O *ESTADO DE S. PAULO*, Editorial, 30.05.1963.

Expressivo exemplo de conflito entre a hierarquia e um dos órgãos auxiliares da Igreja ocorrera já em 1961, quando a Comissão Episcopal da Ação Católica Brasileira e do Apostolado dos Leigos advertia os dirigentes e militantes da Juventude Universitária Católica (JUC),[75] de que não se deixassem envolver pelas "tendências neolaicistas atuais", apoiando as soluções socialistas, doutrinas de violência e organização não coerentes com os objetivos sociais e apostólicos da Ação Católica, como as das Ligas Camponesas e do Movimento de Cultura Popular. Assumindo posições de liderança no movimento universitário (UNE), apoiando reivindicações de sindicalismo rural e de conscientização em nível regional, em programas promovidos ou não pela Igreja, criando, em 1962, a Ação Popular (AP), que rompe com a vinculação à hierarquia da Igreja,[76] a JUC – especialmente sua liderança – viria a ser duramente punida a partir do 1º Ato Institucional de 1964.

Algumas vozes, no seio da própria Igreja, já vinham não só explicitamente condenando movimentos católicos como os do MEB, mas também concitando as forças vivas da nação a reagirem perante a ameaça comunista. D. Jaime de Barros Câmara, Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, afirmava de modo enfático em seu programa radiofônico semanal "A Voz do Pastor", dos meses de janeiro a março de 64: "... Os que têm maior obrigação de adotar providências e assumir posições, de tal forma se portam, que dão a triste impressão de que tudo está perdido e já não vale a pena lutar." Diante da intensa mobilização popular como efeito de uma "doutrinação anticristã, antibrasileira, nitidamente absoluta e totalitária", nada fazem as autoridades "que têm por obrigação precípua, em face do compromisso constitucional, manter o regime democrático".[77] Denunciava ainda o Cardeal que o próprio sentido das Encíclicas estaria sendo deturpado, vendo-se estas "exploradas até pelo comunismo, que delas faz bandeiras". Desse modo, "o povo fica desorientado, não sabe em quem acreditar, nem onde encontrar a legítima voz da Igreja para segui-la". A propósito dos caminhos errôneos que podem os fiéis seguir,

[75] Para uma análise da ação da JUC e da AP, ver Emanuel de Kadt, *Catholic Radicals in Brazil*. London, Oxford University Press, 1973.

[76] Sobre o sentido para o qual se volta a Ação Popular, o próprio documento que a cria mostra-se bastante explícito: "A Ação Popular é a expressão de uma geração que manifesta na ação revolucionária as opções fundamentais que assumiu como resposta ao desafio de nossa realidade e como conseqüência da análise realista do processo social brasileiro na hora histórica que vivemos." *Ação Popular* (mimeo), 1964, s. 1. p.

[77] *O ESTADO DE S. PAULO*, 24.01.1964.

continua D. Jaime, acham-se os oferecidos pelo MEB, "contaminado pelos propagandistas do credo vermelho" e que "nos últimos tempos vêm sendo retirados do controle da CNBB para ficar sob orientação do MEC e dos comunistas infiltrados nesse Ministério".[78]

Bispos da Província eclesiástica da Bahia firmam documento no qual alertam que a situação de injustiça social predominante no Brasil serve de pretexto para a vitória de "interesses subalternos criminosos sobre o genuíno interesse do povo", impondo-se, em resposta, uma reação: "A volta decidida e heróica do fervor democrático cristão, repudiando o comunismo e seu ameaçador avanço nas terras do Brasil", se "o altar e a pátria estão em perigo, nosso dever é povoar, se for preciso, trincheiras para garanti-los."[79]

No clima político precedente ao golpe, Carlos Lacerda, como Governador da Guanabara, autoriza, em fevereiro de 1964, o confisco pelo DEOPS de 3.000 exemplares da cartilha *Viver é lutar*, do MEB. Prenuncia-se o que em breve ocorreria, a partir do Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964:[80] organizações católicas, como as da Ação Católica e MEB, passam a ser encaradas como "subversivas" e de inspiração comunista, justificando, portanto, "no interesse da paz e da honra nacional", o rigor de medidas punitivas aplicadas a seus integrantes, fossem eles religiosos ou leigos.

Significativo momento da divisão ideológica dos católicos nos estertores do Governo Goulart foram as "Marchas da Família com Deus pela Liberdade", manifestações de massa substancialmente lideradas pela "Cruzada do Rosário em Família". O movimento foi apoiado pelo Cardeal D. Jaime de Barros Câmara, do Rio de Janeiro, bem como por numerosos outros representantes de alas conservadoras da Igreja,[81] mas não contou com o apoio de outros Bispos, entre os quais D. Carlos Carmelo de Vasconcelos Mota, Cardeal de São Paulo, e D. João Resende Costa,

---

[78] *O ESTADO DE S. PAULO*, 14.03.1964.

[79] *O ESTADO DE S. PAULO*, 08.03.1964.

[80] Segundo o *CORREIO DA MANHÃ*, de 01.04.65, a conseqüência imediata do primeiro Ato Institucional do Governo Castelo Branco é a punição, entre 18 de abril e 15 de junho de 1964, de 378 pessoas cujos direitos políticos são suspensos por 10 anos, de 10.000 funcionários do serviço público, de 40.000 pessoas atingidas por processos (*Apud:* Charles Antoine, *L'Église et le pouvoir au Brésil*. Paris, Desclée de Brouwer, 1971, p. 37).

[81] Antoine e Alves descrevem de forma pormenorizada o quadro político de março de 1964 no qual eclodem as "Marchas da Família": Charles Antoine, *L'Église et le pouvoir au Brésil*, *op. cit.*, pp. 103-106.

Arcebispo de Belo Horizonte, onde as "Marchas da Família" foram numericamente expressivas.[82] Enquanto amplos setores católicos experimentavam as marchas na mesma clave em que as interpretava e estimulava a imprensa conservadora, isto é, como expressões da ação por meios pacíficos com vistas a "salvar o patrimônio comum de liberdade e o comum direito de crer em Deus e de exercer os direitos civis",[83] setores minoritários do clero e do laicato as enfrentavam como expressões da reação, prenúncio de sua iminente repressão.

Constituem, pois, as "Marchas da Família" um dos mais expressivos marcos das tensões internas que vinham dividindo os vários setores e níveis hierárquicos da Igreja, pautando-se Bispos, Sacerdotes e leigos segundo convicções que os levariam a apoiar ou repudiar essas demonstrações de massa que acabaram por servir de legitimação aos articuladores do golpe de 64.

Não houve, porém, soluções de compromisso entre a Igreja e o novo regime instaurado no país. Um ponto poderia aliá-los – o combate às "tendências comunizantes" como via alternativa para sanar os problemas socioeconômicos no Brasil – e servir para mediar alguma aproximação entre ambos. No entanto, descortina-se pela primeira vez para a Igreja brasileira a perplexidade perante a surpresa de um alijamento de sua privilegiada posição em relação ao Estado. Este não busca apoio para legitimar-se, pois, segundo reza o Ato Institucional nº 1, em seu preâmbulo, "a Revolução Vitoriosa, enquanto poder constituinte, se legitima a si própria".

A Igreja, dividida, vai encontrar no golpe de 1º de abril o desafio que separa mais rigidamente os que se apegam à tradição e às formas de dominação com que habitualmente compactuaram dos que pretendem construir uma Igreja renovada. Convém lembrar que o Concílio Vaticano II desencadeara um processo de insatisfação generalizado sobretudo entre o clero, configurando o que se chamou de "crise de autoridade". Nesse contexto, passam os pronunciamentos do órgão de cúpula do Episcopado brasileiro a enfatizar a tônica da obediência e da unidade na Igreja. Ademais, um outro tipo de cisão começa a se insinuar no seio mesmo do Episcopado, entre os que agora aplaudem o novo regime político e os que o contestam. No dia 13 de abril de 1964, 17 Bispos presentes à posse de

[82] A Ação Católica, em manifesto de 20.03.1964, solidariza-se com D. Carlos Carmelo Mota e D. João Resende Costa por não terem apoiado as "Marchas da Família" (*Apud*: Ulisse Alessio Floridi, *O radicalismo católico brasileiro*. São Paulo, Hora Presente, 1973.
[83] *O ESTADO DE S. PAULO*, Editorial, 22.03.1964.

D. Helder, como Arcebispo do Recife, assinam declarações em que se mostram contrários ao golpe e na qual afirmam que "as necessárias reformas, tantas vezes lembradas pela Igreja, devem ser promovidas". Na mesma ocasião, D. Helder diz, em seu discurso de posse, que o homem do Nordeste tem direito à justiça e que "é preciso superar a aparência de concórdia que existe na impossibilidade do diálogo".[84]

As divergências de avaliação entre os Bispos faziam com que se protelasse um pronunciamento "oficial" da CNBB, que expressasse do modo mais amplo os pontos de vista do colegiado episcopal. Enquanto isso, a repressão caía sobre a Ação Católica, acusada de comunista ou "comunizante". Somente no final do mês de maio é que a Comissão Central da CNBB emitiria pronunciamento extremamente cauteloso e ambíguo.[85]

Perplexa diante da violência das inúmeras punições pelo Governo militar, a cúpula da hierarquia assume, no documento em tela, duas posições aparentemente contraditórias: procura, por um lado, reafirmar sua aliança com o Estado, apoiando a ação militar que "arrancou o país do comunismo" e que deve continuar para "consolidar a vitória, mediante o expurgo das causas da desordem"; por outro, lembra a necessidade de que os acusados não sejam punidos pela força e tenham direito à defesa, pois a restauração da ordem social não virá "apenas com a condenação teórica e a repressão policial do comunismo". A possível aliança com o Estado, em nome da luta contra o avanço comunista no país, e a ineludível defesa aos punidos pelo Governo militar colocam-se como alternativas presentes na mensagem da CNBB, declarando-se os Bispos "prontos a prestigiar, acatar e facilitar a ação governamental", mas não silenciando "a voz a favor do pobre e das vítimas da perseguição e da injustiça".

O documento assumia timidamente a defesa dos punidos política e policialmente, prenunciando de algum modo posições de solidariedade corporativa que, nos anos seguintes, se sobreporiam às cisões internas dos católicos e da própria hierarquia, a partir da necessidade sentida de manter-se a Igreja una e coesa na defesa incondicional de seus integrantes. Parece oportuno lembrar, por outro lado, a interpretação de Charles Antoine, segundo a qual esta declaração da Comissão Central da CNBB descortina "o jogo da oposição e da conciliação entre os Bispos",[86] o que

---

[84] Riolando Azzi, "A Igreja Católica no Brasil no período de 1950 a 1975". *Religião e Sociedade*, nº 2, nov. 1977, p. 91.

[85] *Declaração da Comissão Central da CNBB*, de 27.05.64. REB 24(2): 491-493, jun. 1964.

[86] Charles Antoine, *op. cit.*, pp. 40-42.

tornaria o texto uma arte de compromisso que poderia ser usada pelo Governo como fonte legitimadora para a ação repressiva dos grupos não-católicos.

Com efeito, persiste nas alas conservadoras da Igreja o ferrenho combate ao comunismo, de cuja ameaça poderia o país se libertar com o novo regime. Essa euforia transpareceria em vários sermões das missas comemorativas do primeiro aniversário da "revolução" de 64, como o proferido por Dom Agnelo Rossi, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, que adverte seus ouvintes sobre os constantes perigos do comunismo, especialmente no meio estudantil, e afirma que o "povo brasileiro deseja salvaguardar o precioso patrimônio de nossa terra: a fé cristã e as liberdades democráticas".[87]

À tentativa de conciliação insinuada no documento da CNBB, não corresponde porém qualquer resposta do novo Governo, quer divulgando partes da mensagem dos Bispos que poderiam servir ao propósito de legitimar medidas de exceção, quer passando a dar tratamento diferenciado aos membros da Igreja punidos pelo novo regime militar.

Os próprios Prelados da Igreja começam também a ser alvo de pressões, sofrendo admoestações, interrogatórios e até mesmo envolvimento em inquéritos policiais. A CNBB, em nota oficial de 13.06.65, ao término do encontro da Comissão Central para estudar um anteprojeto do Plano de Ação Pastoral, menciona, ainda que de modo velado e pouco esclarecedor, a D. Carlos Carmelo Mota, Cardeal-Arcebispo de São Paulo, transferido, em abril de 64, desta cidade para Aparecida do Norte, "cujo nome paira acima de quaisquer alegações desprimorosas de que tenha sido alvo", bem como a D. José Newton de Almeida Batista, Arcebispo de Brasília, "incluído injustamente em inquérito político-militar". Sabe-se que tal inquérito fundou-se na acusação de que o Arcebispo teria falado em defesa de João Goulart, pela Rádio Nacional, no dia 1º de abril de 1964. Antoine apresenta extensa lista de Bispos que sofrem punições do regime e são rotulados como comunistas, sob alegações as mais variadas.[88]

No 1º aniversário do golpe militar, D. Helder Câmara se nega a celebrar missa comemorativa, alegando o caráter político do ato, de exclusiva competência do Governo militar e não da Igreja. Repercute mais profundamente outra atitude de D. Hélder, em discurso que profere na inauguração do Seminário Regional do Recife, em Camaragibe, perante autoridades eclesiásticas, civis e militares. Nesse discurso, amplamente divulgado

---

[87] *O ESTADO DE S. PAULO*, 1-4-1965.

[88] Charles Antoine, *op. cit.*, pp. 38-40.

pela imprensa, afirma em síntese D. Helder que o Brasil faz parte do Terceiro Mundo, "cabendo-lhe a missão de encabeçar e orientar os destinos das nações que se enquadram na mesma categoria". Afirma D. Helder que "cabe à Igreja um papel relevante no Terceiro Mundo que desperta", contrariando aos que desejam vê-la "mancomunada com a burguesia e seus interesses". No caso específico do Brasil, "é iníquo pregar Deus e a religião a um povo faminto, como é o caso de 2/3 da população nordestina". Nesse contexto, devem os Padres não só se dedicar a pregar a religião, mas "preparar e orientar o povo para derrubar as barreiras do subdesenvolvimento e das velhas estruturas".[89]

No segundo aniversário, festejado em todo o país com missas de ação de graças e *Te Deum* solenes, novamente Dom Helder se recusa a participar das comemorações, explicando, em carta dirigida ao Comandante do IV Exército, que "não se trata de uma cerimônia religiosa, e, sim, de uma reunião cívico-militar com tonalidades políticas".

No decorrer do ano de 1966, a partir de manifesto da Ação Católica Operária (ACO), denunciando as inúmeras injustiças de que é vítima o trabalhador no Nordeste, desencadeia-se um conflito aberto e declarado entre a Igreja e o Estado. Apoiando este documento da ACO, ao qual se somam, dentro do mesmo espírito de denúncia, declarações da Ação Católica Rural (ACR) e da Juventude Agrária Católica (JAC), 15 Bispos do Nordeste II (Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte) assinam manifesto no qual declaram "inteira solidariedade aos trabalhadores, especialmente àqueles que passam fome, sofrem pressões ou são vítimas de injustiças". O manifesto, de 14.07.66, tem sua publicação interditada por ordem das autoridades militares do IV Exército; subseqüentemente, a 10.ª Região Militar, de Fortaleza, divulga entre o clero duas circulares secretas acusando D. Helder de estar "sempre agitando idéias e, através delas, os homens; tudo isso o coloca, nitidamente, no campo dos esquerdistas ligados à Ação Popular".

Crescem boatos sobre pedidos de afastamento de D. Helder, no que estariam empenhados o próprio Presidente Castelo Branco e o Embaixador Juracy Magalhães. Ao passo que a imprensa de orientação conservadora se volta contra o Arcebispo de Olinda e Recife, desenvolve-se, em contrapartida, campanha a seu favor, que parte do clero e se amplia por todo o país, extravasando o âmbito da Igreja de tal forma que, em fins de agosto, listas de solidariedade a D. Helder já contam com 20.000 assina-

[89] *O ESTADO DE S. PAULO*, 5-5-1965.

turas em todo o país. Nesse mesmo mês, há a transferência do Comandante do IV Exército, responsável pelas circulares contra D. Helder, substituído pelo Gen. Souza Aguiar. Dom Helder não comparece à posse do novo Comandante, mas encontra-se posteriormente com ele, noticiando a imprensa que se reveste o encontro de "clima de cordialidade".[90]

Paralelamente a esse episódio, desenvolve-se outra situação de conflito entre a Igreja e o Governo, provocada pela proibição, em julho de 1966, de que se realize em Belo Horizonte o 28º Congresso da UNE. Sob alegação de que o órgão de representação nacional dos estudantes universitários fora extinto, a Polícia Federal proíbe aos hotéis de Belo Horizonte que recebam os congressistas. Dominicanos, franciscanos e monjas beneditinas se solidarizam com os membros da UNE, abrigando-os em suas casas religiosas, permitindo assim que o congresso previsto se realize. A imprensa noticia o fato, dando cobertura tanto aos manifestos de solidariedade à iniciativa das ordens religiosas mineiras como também aos que se mostram a ela contrários, como é o caso da carta aberta, assinada por 200 católicos mineiros, na qual se manifesta "estranheza e apreensão ante a concordância que tanto a Ordem de São Domingos como a de São Francisco se dispuseram a oferecer a um movimento que tinha todas as características de uma rebelião contra a ordem estabelecida".[91] O episódio acaba por ter maior repercussão quando um comunicado oficial da Arquidiocese de São Paulo desmente noticiário do jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro, no qual se afirma que Padres paulistas teriam sido presos em Belo Horizonte por estarem ligados ao congresso da UNE. O comunicado da Arquidiocese nega as prisões, afirmando que o referido jornal está interessado em fazer sensacionalismo em torno dos acontecimentos em que se envolveram os estudantes, "imiscuindo nos mesmos o clero de São Paulo".

Ainda em 66, a partir de setembro, a questão estudantil continua a contar, em diversos pontos do país, com o apoio da Igreja. Greves e passeatas se sucedem em Piracicaba, Ribeirão Preto, Recife, Salvador, São Paulo e Botucatu, sofrendo forte repressão policial. Conventos e igrejas abrem suas portas aos estudantes, chegando por vezes membros do clero e até mesmo Bispos, como D. Melillo, de Piracicaba, a sair à frente de passeatas.[92]

Vozes do clero se pronunciam, ainda em 1966, sobre tema de interesse nacional, às vésperas das eleições de novembro: em São Paulo, D. Jorge

---

[90] Os pormenores dos episódios que envolvem os Bispos do Nordeste e em especial a D. Helder são especialmente narrados em *PAZ E TERRA*, nº 2, 1966, pp. 241-285.
[91] *O ESTADO DE S. PAULO*, 5-8-1966.
[92] Relato pormenorizado sobre a posição de apoio de alas da Igreja ao movimento estudantil pode ser encontrado no boletim: *Notícias da Igreja Universal* (NIU), nº 15, 1966.

Marcos recomenda a seus diocesanos que "votem só nos candidatos cujos temas se afinem com os legítimos interesses do povo brasileiro" e Frei Bernardo Catão, no próprio dia das eleições, afirma que "hoje o povo brasileiro deposita, em silêncio de cemitério, a expressão de seu gemido, o ridículo simulacro de sua opressão".

A partir de 64, vê-se a Igreja, que marcara sua relação com o Estado por um movimento ambíguo e pendular – quer de apoio e colaboração, quer de crítica diante de antagonismos e entraves mais agudos –, necessariamente compelida a redefinir posições, a começar por sua própria estruturação interna. A repressão política dos movimentos de Ação Católica especializada nos anos pós-64, que apressou a decisão da hierarquia de retirar-lhe o apoio institucional – que, de resto, já vinha sendo recusado pelos setores radicais desses movimentos –, obrigaria o Episcopado a investir esforços e recursos em novas modalidades de apostolado leigo, que se configurassem como menos vanguardistas e menos arriscadas: a renovação da vida paroquial através daquilo que, já em 1965, o *Plano de Pastoral de Conjunto* denominava de "comunidades de base".

Nos anos de 1967 e 68, os conflitos entre a Igreja e o Estado se multiplicariam na medida mesma em que a nova ordem estatal escalava o caminho da direita e da força e voltava contra a sociedade o rosto do terror.

Em 1968, dois eventos díspares vieram marcar profundamente a história do país e a situação da Igreja Católica: neste ano o Governo promulga o AI-5, e a Igreja da América Latina se reúne em Medellín, com a presença do Papa Paulo VI. Arma-se o Estado com o seu instrumento mais discricionário e as resoluções de Medellín legitimam posições de vanguarda da Igreja, inclusive as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs).

Os documentos do II Encontro do Episcopado Latino-Americano (CELAM) em Medellín, emitidos com o máximo caráter oficial, definem duas linhas básicas de ação que se transformariam no estandarte legitimador e referencial de novos grupos de cristãos: a opção pelos pobres e as comunidades de base.

> 1) "Defender, segundo o mandato evangélico, os direitos dos pobres e oprimidos (...). Alentar e favorecer todos os esforços do povo para criar e desenvolver suas próprias organizações de base, pela reivindicação e consolidação de seus direitos e busca de uma verdadeira justiça".[93]

[93] CELAM – *A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do concílio. Conclusões de Medellín*, 2, 22 e 27. Petrópolis, Vozes, 1970, pp. 63-64.

2) "A comunidade cristã de base é o primeiro e fundamental núcleo eclesial, que deve, em seu próprio nível, responsabilizar-se pela riqueza e expansão da fé, como também pelo culto que é sua expressão. É ela, portanto, célula inicial da estruturação eclesial e foco de evangelização e atualmente fator primordial de promoção humana e desenvolvimento".[94]

Na década de 70 aprofunda-se o conflito entre a Igreja e o Estado, que se manifesta de maneira multiforme, em níveis variados da estrutura hierárquica, tanto do Estado como da Igreja. As mudanças do catolicismo, apoiando movimentos de emancipação de categorias sociais excluídas e defendendo os direitos humanos contra o arbítrio e a violência do Estado autoritário e ditatorial, parecem ocorrer de modo gradual, prosseguindo em ritmo irregular, mas seguindo tendência coerente.

Cultivando o mito – e a vantagem tática – de uma unidade que não possui as tão óbvias alterações da Igreja e sua participação na sociedade civil resultam em imagens contraditórias e superpostas da própria Igreja que eludem uma definição homogênea e precisa de um processo que avança ratificando o antigo e o rejuvenescimento no novo. O gradualismo das transformações da Igreja funda-se na diversidade das posturas políticas dos Bispos que defendem, entretanto, simultaneamente, a preservação da unidade institucional. O próprio evolver ideológico não se realiza abruptamente: inicia-se em um confinado ensaio teológico, em uma discreta experiência pastoral, para ser posteriormente legitimado nos documentos colegiados do Brasil ou da América Latina.

As dicotomias freqüentemente divulgadas, opondo hierarcas "progressistas" e "tradicionalistas", escondem uma composição política muito mais complexa que permite preservar o vital consenso da unidade e abrigar as formulações politicamente mais radicais e antagônicas.

Dessa forma, em algumas dioceses desenvolve-se uma pastoral centrada na ética social que coloca no primeiro plano da vida religiosa a "libertação dos oprimidos". Assim, por exemplo, desde 1975 são quatro as prioridades definidas no plano pastoral da Arquidiocese de São Paulo. As prioridades aceitas envolveram quatro ênfases pastorais: *Pastoral do Mundo do Trabalho,* voltada para a classe operária e para outros trabalhadores das categorias subalternas; *Pastoral dos Direitos Humanos e Marginalizados,* preocupada com as violações de direitos fundamentais, quer os de natureza constitucional, quer os relativos às relações de traba-

[94] *Id., ibid.,* 15, 10, p. 152.

lho e à própria sobrevivência de camadas sociais oprimidas; *Pastoral da Periferia,* voltada para as populações mais pobres, tangidas para as áreas periféricas da cidade; *Pastoral das Comunidades Eclesiais de Base,* objetivando estimular novas formas de sociabilidade, intencionalmente diversas de padrões de relacionamento humano na metrópole.

Elas representam a conversão dos principais recursos humanos e materiais da Arquidiocese para uma dimensão de ética social, fundamentalmente crítica do sistema vigente de exploração econômica e dominação social. O semanário oficial da Arquidiocese, *O São Paulo,* censurado durante vários anos na década dos 70, expressa com veemência contradições de classes subalternas, partindo geralmente da consciência empírica das privações a que são submetidas. Em termos de direitos humanos destacou-se a Arquidiocese na defesa dos presos políticos, especialmente dos torturados. A Comissão de Justiça e Paz Arquidiocesana participou ativamente dessa atividade ética e política. A intervenção direta e pessoal do Cardeal Arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns foi crucial para denunciar e, até certo ponto, coibir a prática e a organização sistemática da tortura implantada pelos aparelhos militares e policiais de repressão. Essa inequívoca atuação da Igreja de São Paulo contribuiu para reformular sua imagem, redirecionar suas alianças e constranger o próprio poder do Estado.

Em 1973, dois documentos ilustram a ética social de importantes segmentos colegiados do Episcopado nacional. A radical crítica ao capitalismo brasileiro é deduzida das condições de vida das regiões mais pobres do país, em face das exigências do Evangelho. Assim, em *Eu Ouvi os Clamores do meu Povo**:

> "O processo histórico da sociedade de classe e a dominação capitalista conduzem fatalmente ao confronto das classes. Embora seja isto um fato, cada dia mais evidente, este confronto é negado pelos opressores, mas é afirmado também na própria negação. As massas oprimidas dos operários, camponeses e numerosos subempregados dele tomam conhecimento e assumem progressivamente uma nova consciência libertadora.

---

* Documento assinado pelos seguintes Prelados e superiores de Ordens Religiosas:
Dom Helder Pessoa Câmara, Arcebispo de Olinda e Recife, Pernambuco.
Dom José Lamartine Soares, Bispo Titular de Fussala e Auxiliar de Olinda e Recife, Pernambuco.
Dom Severino Mariano de Aguiar, Bispo de Pesqueira, Pernambuco.
Dom Francisco Austregésilo Mesquita, Bispo de Afogados da Ingazeira, Pernambuco.
Frei Walfrido Mohn O. F. M., Provincial dos Franciscanos do Recife, Pernambuco.

A classe dominada não tem outra saída para se libertar, senão através da longa e difícil caminhada, já em curso, em favor da propriedade social dos meios de produção. Este é o fundamento principal de gigantesco projeto histórico para a transformação global da atual sociedade, numa sociedade nova, onde seja possível criar as condições objetivas para os oprimidos recuperarem a sua humanidade despojada, lançarem por terra os grilhões de seus sofrimentos, vencerem o antagonismo de classes, conquistarem, por fim, a liberdade".[95]

Preferindo linguagem mais popular e menos elaborada, o documento *Marginalização de um Povo, Grito das Igrejas*** fundamenta a mesma ética na interpretação da realidade social e econômica do Brasil Central à luz das ciências sociais e da mensagem cristã.

"É preciso vencer o capitalismo. É ele o mal maior, o pecado acumulado, a raiz estragada, a árvore que produz esses frutos que nós conhecemos: a pobreza, a fome, a doença, a morte da grande maioria. Por isso é preciso que a propriedade dos meios de produção (das fábricas, da terra, do comércio, dos bancos, fontes de crédito) seja superada. Enquanto uns

---

Pe. Hidenburgo Santana S. J., Provincial dos Jesuítas do Nordeste, Recife, Pernambuco.
Pe. Gabriel Hofstede C. SS. R., Provincial dos Redentoristas, Recife, Pernambuco.
Dom João José da Motta e Albuquerque, Arcebispo de São Luís, Maranhão.
Dom Manoel Edmilson da Cruz, Bispo Titular de Vico de César e Auxiliar de São Luís, Maranhão.
Dom Rino Carlesi F. S. C. J., Bispo Titular de África e Prelado de Santo Antônio de Balsas, Maranhão.
Dom Frei Pascásio Rettler O. F. M., Bispo de Bacabal, Maranhão.
Dom Francisco Hélio Campos, Bispo de Viana, Maranhão.
Dom Antônio Batista Fragoso, Bispo de Crateús, Ceará.
Dom José Maria Pires, Arcebispo de João Pessoa, Paraíba.
Dom Manoel Pereira da Costa, Bispo de Campina Grande, Paraíba.
Dom José Brandão de Castro, Bispo de Própria, Sergipe.
Dom Timóteo Amoroso Anastácio, O. S. B., Abade do Mosteiro de São Bento da Bahia
Pe. Tarcísio Botturi S. J., Vice-Provincial dos Jesuítas da Bahia.

[95] *Eu ouvi os Clamores do meu povo.* Salvador, Editora Beneditina Ltda., 1973, p. 29.

** O documento é assinado pelos seguintes Prelados:
Dom Fernando, Arcebispo de Goiânia.
Dom Epaminondas, Bispo de Anápolis.
Dom Tomás, Bispo de Goiás.
Dom Pedro, Bispo de São Félix.
Dom Estevão, Bispo de Marabá.
Dom Celso, Bispo-Auxiliar de Porto Nacional.

poucos são os donos desses lugares e meios de trabalho, a grande maioria do povo está sendo usada e não tem vez. A grande maioria trabalhará para enriquecer uns poucos e estes enriquecerão à custa da miséria da maioria. Enquanto, de um modo especial para nossa região, uns poucos são ou vão ficando donos da maior parte das terras, a maioria fica e ficará cada vez mais com menos chances de trabalho."

Os textos citados constituem uma das expressões mais fortes da hierarquia católica brasileira; não representam o consenso do Episcopado que, em geral, se encastela nas formulações abstratas da CNBB e em sua sistemática ambigüidade. Se é correto afirmar que a Igreja abandonou o tema do anticomunismo, a crítica ao capitalismo brasileiro formula-se de modo circunstancial, dirigida antes aos "excessos" do que à essência da exploração econômica e dominação social.

Os documentos citados, entretanto, representam novidade histórica na Igreja não por denunciar a exploração dos pobres – tema recorrente na consciência cristã –, mas sim por fazê-lo utilizando a sistemática das ciências sociais e consubstanciar o compromisso religioso-político de importante segmento da hierarquia.

A postura da ética social católica, crítica da realidade social brasileira, manifesta-se, igualmente, em órgãos da CNBB como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Comissão Pastoral da Terra. Alterações na estrutura da Igreja, em sua organização e na maneira de formular a teologia constituem expressão das mudanças apontadas e, igualmente, meios indispensáveis para sua efetivação. Além da CNBB e dos órgãos interdiocesanos voltados para problemáticas específicas, como a dos indígenas e a do acesso à terra, desenvolveu-se novo módulo eclesiástico: as Comunidades Eclesiais de Base. Este último, florescendo nas periferias urbanas e na zona rural, organiza-se como um pequeno grupo de fiéis dedicado à oração, ao auxílio mútuo e à constituição de modalidades renovadas de solidariedade em face dos atritos da sociabilidade competitiva e dissociativa predominantes no modelo econômico e social do país. Surgem das Comunidades de Base reivindicações imediatamente sentidas pelas camadas sociais mais excluídas que se inspiram no propósito de manter autonomia decisória em relação ao Estado e, até certo ponto, em relação à própria estrutura eclesiástica, multiplicando-se em dezenas de milhares por todo o país; algumas Comunidades encontram suas reivindicações bloqueadas pelos determinantes mais gerais da sociedade nacional e começam a questionar a validade de uma ética social e política que corresponda aos

anseios das classes mais pobres. Os encontros nacionais das Comunidades Eclesiais de Base servem para fortalecer liames, além de oferecer uma pedagogia e ampliar as perspectivas locais para uma problemática política comum de âmbito nacional.

No campo ideológico, elabora-se a Teologia da Libertação que representa a primeira emergência histórica de um pensamento teológico original da América Latina. Nessa nova abordagem, o procedimento metodológico funda-se em primeiro lugar em uma interpretação científica de realidade social, julgada, em um segundo momento, pelos padrões de libertação inscritos na vida do Cristo. Nesse pensamento teológico se legitimam as prioridades da prática pastoral.

O processo de transformação política ocorrido na Igreja Católica, marcadamente em alguns de seus segmentos, tem suas raízes nas potencialidades da própria instituição eclesiástica e em fatores econômicos, sociais e políticos da sociedade inclusiva. Não há de se negar a potencialidade revolucionária da Bíblia e o modelo de libertação inscrito na prática de Cristo e dos primeiros cristãos. A renovação dessa legitimidade fundamental constitui a um tempo ideologia institucional de uma reprodução transformadora e raiz da íntima motivação pessoal dos cristãos. Processaram-se, entretanto, as mudanças referidas neste capítulo em um contexto social cujos determinantes essenciais foram o Estado capitalista autoritário e a mais aguda emergência da consciência de classes e de seus antagonismos. Em sua fase atual, o Estado, no modo de produção capitalista dependente, tende a dispensar a ideologia religiosa, fundando sua legitimidade no crescimento econômico e na doutrina da segurança nacional. Igualmente o característico antagonismo das classes, com a acentuada pauperização das camadas trabalhadoras, dificulta a difusão de uma ideologia da conciliação social de tipo organicista que atribuía a cada classe o valor de um órgão essencial ao funcionamento do todo. Neste contexto decrescem os interesses recíprocos de colaboração entre a Igreja e o Estado e o catolicismo se defronta em sua prática cotidiana com a massa de explorados e oprimidos.

CAPÍTULO VIII

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE NO BRASIL APÓS 1930

1. A DEMOCRATIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES DE ACESSO À ESCOLA

A educação escolar no Brasil vem registrando profundas modificações ao longo de todo o período ora examinado. Essa fase da evolução das instituições educacionais no país tem sido analisada sob diversos pontos de vista e em seus múltiplos aspectos. Mas o significado maior das mudanças é inquestionável: a progressiva extensão das oportunidades de acesso à escola, em todos os níveis do ensino, para setores cada vez mais amplos da coletividade – ou, em outras palavras, o denominado *processo de democratização do ensino* – sem dúvida alguma aparece como o elemento central nas mudanças então observadas. Sob o impacto dessa democratização das oportunidades, em poucas décadas, o antigo ensino criado e organizado para atender às necessidades de minorias privilegiadas vem sendo substituído por um novo sistema de ensino, relativamente aberto no plano formal e, pelo menos tendencialmente, acessível à maioria da população.

Observam os analistas que a democratização do ensino no Brasil veio ganhando substância sobretudo mediante o desenvolvimento de dois movimentos diversos, mas, de certo modo, complementares. O primeiro deles consiste no crescente aumento relativo da matrícula nos vários níveis do ensino e, especialmente, naqueles cursos entendidos como destinados à *formação comum* de todos os habitantes. E a esse propósito é conveniente observar que os conteúdos da formação comum do cidadão e os cursos nela envolvidos também se alteram, durante o período, como conseqüência direta da própria democratização das oportunidades. O segundo dos

movimentos mencionados consiste na gradual eliminação dos antigos diferentes tipos de ensino de nível médio, destinados a diferentes tipos de clientela, e sua substituição por um modelo único de escola. As páginas seguintes são reservadas à descrição sucinta desses dois movimentos e à análise de suas inter-relações.

A expansão das matrículas

As descrições estatísticas da evolução do atendimento escolar no Brasil durante todo o período são insatisfatórias e pouco claras em numerosos aspectos. Mas os dados disponíveis bastam ao menos para ilustrar a magnitude das mudanças no que respeita à ampliação da escolaridade.

O crescimento do ensino comum pode ser avaliado mediante o confronto entre os dados de "população em geral" e de "matrícula geral" na antiga escola de nível primário, nas datas dos recenseamentos nacionais.

Ensino de nível primário

Anos	População	Matrícula	%
1920	30.635.605	1.033.421	3,4
1940	41.236.315	3.068.269	7,4
1950	51.944.397	4.366.792	8,4
1960	70.119.071	7.458.002	10,6
1970	94.501.554	13.906.484	14,7

FONTE: Romanelli, O. O. – *História da Educação no Brasil, 1930-1973*. R. J., Vozes, 1978, pp. 62 e 64.

O crescimento da matrícula, em números absolutos, e as porcentagens da população total já absorvidas pela escola primária, no final do período, são consideráveis. E a esses resultados é necessário acrescentar, também, os resultados de uma série de iniciativas adotadas com a finalidade de estender a educação comum aos adultos não alcançados pela escola primária nas idades próprias. Após a instituição da "Campanha de Educação de Adultos"[1] do antigo Ministério da Educação e Saúde, em 1947, a União articulou os recursos das administrações das unidades fede-

[1] Cf. Beisiegel, Celso de Rui. *Estado e Educação Popular*. Caps. IV e V. São Paulo, Pioneira, 1974.

radas num amplo esforço voltado para a educação supletiva de adolescentes e adultos analfabetos. A Campanha determinou a criação de serviços de ensino supletivo em todas as unidades da Federação.[2] Lourenço Filho, o principal inspirador e articulador desse movimento, descreve o crescimento do número de alunos matriculados após a inauguração da Campanha e a instalação do ensino primário supletivo em todo o território:[3]

Anos	Matrículas
1945	138.562
1946	164.988
1947	659.606
1948	731.795
1949	667.720
1950	707.934
1951	737.891
1952	684.551
1953	662.327
1954	633.329
1955	520.169
1956	580.650
1957	456.497
1958	560.594
1959	484.498

Embora as informações arroladas por Lourenço Filho não ultrapassem o ano de 1959, o ensino supletivo continuou a funcionar regularmente, nas unidades federadas, nos anos seguintes. Outras campanhas de alcance nacional ou regional foram iniciadas durante as décadas de 1950 e 1960.[4] Em 1970, o Governo da União deu início às atividades do Movimento Brasileiro de Alfabetização – Mobral – que, entre 1970 e 1972, teria alfabetizado 3.338.477 habitantes.[5]

---

[2] *Idem*, p. 119.

[3] Lourenço Filho, M. B. "Evolução da Taxa de Analfabetismo de 1900 a 1960". *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, R. J., MEC, INEP, nº 100, p. 261.

[4] Paiva, Vanilda Pereira. *Educação Popular e Educação de Adultos*. Edições Loyola, São Paulo, 1973.

[5] Romanelli, Otaiza de Oliveira. *História da Educação no Brasil* – 1930/1973. R. J., Vozes, 1978, p. 75.

De acordo com depoimentos da Presidência da Fundação Movimento Brasileiro de Alfabetização, a partir de 1970 "... o Brasil passou a ser o único país do mundo em que o número absoluto de analfabetos adultos decresceu, além do índice de analfabetismo declinar, mas já então aceleradamente. Pelas estimativas do Mobral, a situação hoje modificou-se para 12,3% de analfabetismo, correspondendo a 8,4 milhões de adultos que não sabem ler e escrever. Mantido o ritmo observado até o momento, chegar-se-á a 1980 com 10 % de analfabetos adultos, equivalendo a 7,3 milhões de pessoas iletradas. Sem dúvida alguma foi a atuação do Mobral que permitiu essa inversão de tendência".[6] Não obstante as sérias controvérsias que geralmente envolvem as estatísticas fornecidas pelo Movimento, é inegável que, durante o período, conjugados, o ensino primário comum infantil e o ensino primário comum supletivo alargaram consideravelmente as oportunidades de ingresso no ensino comum. As estatísticas educacionais descrevem a correspondente diminuição das taxas de analfabetismo na população brasileira.

Anos	População de 15 anos ou +	Analfabetos de 15 anos ou +	Taxas de analfabetismo
1940	23.639.769	13.279.899	56,17
1950	30.249.423	15.272.432	50,48
1960	40.187.590	15.815.903	39,35
1970	54.336.606	17.936.887	33,01

FONTE: Romanelli, *op. cit.*, p. 75.

As informações divulgadas com a intenção de atestar a melhoria do nível geral de instrução dos habitantes não escondem a dimensão dos problemas ainda existentes. Mesmo tendo em conta os dados fornecidos pelo Mobral, o número absoluto de analfabetos continua sendo muito elevado. Além disso, os critérios e os instrumentos de medida utilizados na aferição do analfabetismo seriam discutíveis,[7] deixando em aberto a questão do

[6] Corrêa, Arlindo Lopes. "Solução definitiva para superar o analfabetismo." *O Estado de S. Paulo*, SP, 18/3/1979.

[7] Ver, a respeito, as publicações da UNESCO a propósito do conceito de "alfabetização funcional": Soria, Luís Eduardo. *Alfabetización Funcional de Adultos*. CREFAL, México, 1968.

verdadeiro significado desses índices de alfabetização. No entanto, em seu aspecto quantitativo, no que diz respeito à *abertura de oportunidades de acesso à educação escolar*, os resultados obtidos são reais. O ensino supletivo estendeu as oportunidades de acesso à educação comum a amplos setores da população antes completamente excluídos do sistema escolar.

O ensino de nível médio também apresentou notáveis índices de crescimento durante o período. O fenômeno pode ser igualmente observado mediante o confronto entre os números da "população em geral" e da "matrícula geral" nas datas dos recenseamentos nacionais.

Anos	População	Matrícula	%
1920	30.635.605	109.281	0,36
1940	41.236.315	260.202	0,63
1950	51.944.397	477.434	0,91
1960	70.119.071	1.177.427	1,68
1970	94.501.554	4.989.776	5,28

FONTE: Romanelli, *op. cit.*, pp. 62 e 64.

Ainda aqui o crescimento da matrícula tanto em números absolutos quanto em relação à totalidade dos habitantes é considerável.

Certamente é preciso não esquecer, também para este nível da escolaridade, o grande número de indivíduos "habilitados" mediante a passagem pelo ensino supletivo ou, ao menos, pelos exames de "madureza". Acompanhando a expansão da procura de freqüência nas escolas médias, aumentaram igualmente os candidatos à obtenção do certificado de "madureza", recrutados entre os cumulativos contingentes de população que não freqüentaram os cursos regulares ou não chegaram a concluí-los nas idades próprias.[3] Essa procura possibilitou a multiplicação dos cursos de ensino supletivo ou de "madureza", de primeiro e de segundo ciclos, do antigo ensino de nível médio, ou de primeiro e de segundo graus, na presente organização do sistema escolar. Os quadros seguintes ilustram perfeitamente as dimensões já alcançadas pelo fenômeno, no final do período:

[3] Cf. Barroso, Carmem e Oliveira, Lólio Lourenço de. *O Madureza em São Paulo*, Fundação Carlos Chagas, SP, 1971. CBPE – *Os Exames de Madureza na Guanabara*, RJ, MEC, INEP, 1971; e ver, também, conclusões do livro *O Ensino Secundário no Império*, de Maria de Lourdes Mariotto Haidar. SP, Grijalbo, Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

Resultados de Exames Supletivos
1975

Região	Inscrições	Aprovações	%
	(Primeiro Grau)		
Norte	28. 319	13.122	46,3
Nordeste	216.380	81.998	37,9
Centro-Oeste	110.282	33.966	30,8
Sudeste	839.574	289.072	34,4
Sul	55.505	20.188	36,4
	(Segundo Grau)		
Norte	36.374	13.353	36,7
Nordeste	189.443	66.239	35,0
Centro-Oeste	155.653	42.762	27,5
Sudeste	913.137	315.396	34,5
Sul	80.496	23.082	28,7

FONTE: MEC-DSU, *Ensino Supletivo*, nº 10, ano 4, 1977, em Emerenciano, Maria do Socorro Jordão, "Ensino Supletivo: do Transitório ao Permanente", versão preliminar mimeografada de trabalho realizado no âmbito do Convênio Senado Federal-Fundação Universidade de Brasília.

A expansão do ensino de nível médio e a não desprezível contribuição dos exames supletivos colocaram às portas do ensino superior um crescente número de candidatos. O quadro seguinte registra o aumento do número de matrículas nos cinco principais ramos do ensino superior (Direito, Filosofia, Engenharia, Economia e Medicina), entre 1932 e 1964:

Anos	Matrículas
1932	15.943
1940	15.909
1951	40.220
1960	71.634
1964	112.641

FONTE: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, RJ, MEC, INEP, nº 101, p. 123.

O número de matrículas no ensino superior cresceu aceleradamente nos últimos anos:

Anos	Matrícula total
1960	93.202
1962	107.299
1964	142.386
1966	180.109
1968	278.295
1970	425.478
1972	688.382
1974	897.200
1976	1 035.000

FONTE: SEEC/MEC - 1960/73 e CODEAC/DAU/MEC - 1974-1977, em Marques, Juracy. "O Ensino de Graduação: em Busca da Flexibilidade e Realismo", trabalho realizado no âmbito do Convênio Senado Federal-Fundação Universidade de Brasília. Versão preliminar, mimeografada.

Podem parecer destituídas de fundamento quaisquer observações a propósito da existência de um ensino supletivo de nível superior no país. Na verdade, não há um ensino superior supletivo e nem há indícios de que já se tenha cogitado, seriamente, da criação de escolas superiores supletivas ou de eventuais "exames de madureza" para o ensino de terceiro grau. No entanto, é necessário não desconsiderar pelo menos certas analogias observáveis entre o desenvolvimento de uma escolaridade supletiva, paralela à escolaridade regular, nos degraus iniciais e intermediários do sistema de ensino, e o desenvolvimento recente da escola superior no Brasil.

A oferta de vagas de ensino superior, nas escolas mantidas pelos poderes públicos e, de igual modo, pelas entidades particulares tradicionalmente envolvidas com este nível do ensino, não veio acompanhando a expansão da procura de oportunidades. Os grandes números anuais de diplomados pelas escolas de nível médio e os excedentes acumulados da procura de vagas não atendida nos períodos anteriores propiciaram o aparecimento de um *novo tipo* de escola: o empreendimento voltado para a realização do lucro, independentemente de outras considerações. A existência desse novo tipo de escola provocou uma gradual relativização das representações coletivas outrora vigentes a propósito desse nível do ensino.

Amplos setores da população antes excluídos de quaisquer possibilidades de ingresso na escola superior passaram a entendê-lo como objetivo agora viável. Pouco a pouco, as barreiras ao ingresso na escola superior foram sendo eliminadas. A existência desse novo tipo de escola possibilitou a multiplicação de sua própria clientela e, por sua vez, os grandes contingentes de candidatos daí resultantes abriram perspectivas mais promissoras à ampliação dos investimentos nos negócios do ensino. Coexistem, pois, no ensino superior brasileiro, atualmente, tipos bem diferentes de escolas. Num dos pólos, a escola que de certo modo dá continuidade ao ensino superior que veio sendo constituído no país desde os tempos de D. João VI, seletivo, "elitista", caracterizado por crescentes índices de competição em torno das poucas vagas disponíveis e, no outro pólo, escolas criadas para absorver toda a clientela que puderem alcançar, exigindo dos candidatos somente a indispensável habilitação legal de nível médio e o rigoroso pagamento das mensalidades. No espaço delimitado entre esses dois extremos, uma ampla variedade de situações confere ao ensino superior brasileiro uma fisionomia bastante complexa.

Assim, também o ensino superior evoluiu em direção a uma relativa abertura de oportunidades. É bem verdade que sua transformação não pode ser comparada às mudanças observadas no ensino comum, onde a abertura das oportunidades se fez sobretudo mediante a multiplicação das vagas em escolas públicas gratuitas. Mas, sem nenhuma intenção de fazer ironia, é perfeitamente cabível afirmar que, hoje, mesmo o adolescente ou o adulto analfabeto têm algumas possibilidades reais de ingressar no ensino comum, no Mobral, e caminhar ao longo da escolaridade até à obtenção de um diploma do ensino superior.

Guardadas as cautelas obviamente impostas pela grande diversidade regional no âmbito do desenvolvimento social da nação, seria interessante examinar, para o país como um todo, algumas observações feitas a propósito das tendências da educação escolar no Estado de São Paulo, por volta de 1970: "A tendência à democratização das oportunidades de acesso aos serviços do ensino vem se constituindo em ponto de referência obrigatório nas análises da situação educacional... A multiplicação das oportunidades de ingresso nas escolas de níveis primário, médio e superior e a diferenciação dos serviços que tendem a exprimir, no interior do sistema escolar, a crescente complexidade da vida social moderna, sem dúvida alguma se impõem ao observador e chegam mesmo a obscurecer outras dimensões significativas da educação sistemática em seu desenvolvimento atual. Uma apreciação de conjunto indica que o sistema escolar, no Estado, já está

caminhando no sentido da extensão das oportunidades educacionais de nível primário à totalidade da procura. O ensino de nível médio, por sua vez, já é compreendido como a continuação natural da formação iniciada nas escolas primárias e, pelo menos nas áreas urbanas, aparece como possibilidade efetivamente acessível aos jovens egressos dos cursos de primeiro grau. As barreiras seletivas vêm sendo pouco a pouco empurradas para os degraus mais elevados da pirâmide escolar – do primário para o primeiro ciclo do nível médio e deste para os cursos médios de segundo ciclo e para o ensino superior. Mais recentemente, mesmo nos últimos escalões da escolaridade, o progressivo aumento do número de estabelecimentos de ensino e a ampliação do número de vagas nas escolas já existentes começam a estender a oferta de oportunidades a setores cada vez mais amplos da população. A expansão das oportunidades já alcança também aqueles contingentes populacionais não absorvidos pela escola no passado, quando a oferta de vagas ainda não se estendia a todos os setores da coletividade. Somados aos cursos regulares do ensino primário e médio, o denominado ensino supletivo de nível primário e os cursos de preparação para os exames de madureza, de primeiro e segundo ciclos, criaram as condições institucionais de atendimento escolar de toda a população... Em conjunto, o Governo estadual, os Municípios, a iniciativa particular e a União promoveram, em São Paulo, durante as últimas décadas, o desenvolvimento de um sistema escolar institucionalmente habilitado a proporcionar os serviços da educação às diversas modalidades da procura."[9] Mesmo tendo em conta as mencionadas diferenças no desenvolvimento regional, é evidente que, após 1930, sob a perspectiva da evolução de sua organização formal – objeto de exposição no próximo item – e mesmo sob a luz do desenvolvimento quantitativo já alcançado, o sistema escolar, como um todo, avançou bastante na direção da democratização das oportunidades. É preciso reter essa conclusão inegável para o posterior exame do novo padrão de expressão das desigualdades sociais no âmbito da educação escolar.

A eliminação das desigualdades formais

No período ora considerado, o ensino brasileiro modificou-se bastante também sob o ponto de vista de sua organização formal.

Heládio Antunha descreve perfeitamente a organização escolar vigente no país, no final da Primeira República:

---

[9] Beisiegel, Celso de Rui. *Op. cit.*, pp. 1-2.

"Examinemos, primeiro, as origens do processo. A Constituição Republicana de 24 de fevereiro de 1891, que instituiu o regime federativo no Brasil, prosseguiu a tradição iniciada com a edição do Ato Adicional de 1834, transferindo a instrução primária aos Estados, aos quais ficou assegurada a organização do ensino em geral, e reservando-se (ao Governo Central), mas não privativamente, a atribuição de criar instituições de ensino secundário e superior nos Estados e prover a instrução no Distrito Federal, antigo Município Neutro. A Constituição de 1891 atribuía ao Congresso Nacional (e não propriamente ao Poder Executivo) a faculdade de legislar sobre a organização municipal do Distrito Federal, bem como sobre a Polícia, o Ensino Superior e os demais serviços que, na Capital, forem reservados para o Governo da União (art. 34, inciso 30). Por sua vez, o artigo 35 estabeleceu que incumbe outrossim ao Congresso, mas não privativamente: 3º) criar instituições de ensino superior e secundário nos Estados; 4º) prover a instrução secundária no Distrito Federal.

Reafirmou-se, assim, acentuando-se, aquilo que Fernando de Azevedo denominou de dualidade de sistemas, originária dos tempos imperiais, pela qual a educação brasileira se repartia efetivamente em estruturas independentes e com reduzidos pontos de contato e de relacionamento efetivo: a federal, preocupada basicamente com a formação das elites e constituída por estabelecimentos de ensino superior (o que acorre até hoje) e secundários; e as estaduais (diversas, e separadas por sua vez uma das outras), com possibilidades legais de instituir escolas de todos graus e tipos, mas, na realidade, por força dos limitados recursos econômicos estaduais, especializando-se na manutenção da educação das camadas populares."[10]

Definia-se, exatamente aqui, nessa coexistência de dois "sistemas" de educação, um organizado para o atendimento das classes privilegiadas e o outro tendo em vista a educação do povo em geral, o significado mais profundo daquela "dualidade de sistemas" mencionada por Fernando de Azevedo. Mas o Autor continua:

[10] Antunha, Heládio César Gonçalves. "Tendências da Educação Brasileira durante a República", em *Introdução ao Estudo da História da Educação Brasileira*. Primeiro Seminário de Estudos Brasileiros, SP, IEBUSP, 1971, p. 101.

"Durante a Primeira República manteve-se a 'dualidade de sistemas', preocupando-se o Governo Federal com o exercício da atividade normativa, principalmente através da edição da legislação concernente à educação de segundo e de terceiro níveis. São desse período as diversas reformas federais que atingiram o ensino secundário e o superior (Rivadávia, de 1911; Carlos Maximiliano, de 1915; Rocha Vaz, de 1925). Excetuando-se a Reforma Rivadávia, de breve duração e que desoficializou o ensino e estabeleceu amplo regime de liberdade para os estabelecimentos, as demais não chegaram a efetuar mudanças de grande significação em relação ao ensino oriundo do Império. O secundário (o ginasial) foi o nível mais afetado por essas reformas: elas correspondiam na verdade às tentativas de transformação desse tipo de ensino, de início funcionando como um curso exclusivamente destinado às elites, de preparatório aos estudos superiores, sem estrutura e duração padronizadas, caracterizado sobretudo por cursos e exames parcelados, em um curso com objetivos próprios, com estrutura especial, seriado, com um número de anos rigorosamente determinado, com currículo fixo, padronizado para todos os estabelecimentos.

A Primeira República, apesar de todas as tentativas feitas, não conseguiria dar uma duração uniforme e uma estrutura básica ao ensino secundário; isso viria a ocorrer, como uma das primeiras medidas da Revolução de 30, através da Lei Francisco Campos, e que levaria à expansão desse nível de ensino e ao início de sua articulação com as demais modalidades de grau médio...".[11]

O exame das alterações da legislação concernente ao ensino de nível médio e, especialmente, ao ensino médio de tipo secundário, após 1930, constitui, na verdade, como o sugere o Autor, um bom caminho para a compreensão das orientações mais gerais da evolução do sistema escolar, no Brasil contemporâneo. Certamente não cabe nos limites de uma exposição dessa natureza a análise de toda a legislação escolar produzida durante o período. Mas é viável pelo menos indicar os documentos legais mais importantes e apontar quais foram as direções que imprimiram à organização do ensino de nível médio.

No âmbito da denominada Reforma Francisco Campos, é conveniente registrar algumas inovações resultantes de três documentos legais: o Decreto n.º 19.890, de 18 de abril de 1931, que dispunha sobre a organização do ensino secundário; o Decreto n.º 20.158, de 30 de junho de

[11] *Idem*, pp. 101-102.

1931, que organizava o ensino comercial; e o Decreto nº 21.241, de 14 de abril de 1932, que consolidava as disposições sobre a organização do ensino secundário. Esses documentos já exprimiam, na área da educação de nível médio, o impulso centralizador da Revolução de 1930. Dispunham sobre a organização dos ramos secundário e comercial do ensino de nível médio para todo o território nacional. E substituíam o antigo ensino secundário, parcelado e preparatório aos exames de admissão ao ensino superior, por escolas organizadas em séries e currículos definidos, subdivididos em dois ciclos, o fundamental, de cinco anos, e o complementar, com dois anos letivos.

Atribuindo à União a competência privativa de traçar as diretrizes da educação nacional e de fixar o plano nacional de educação, a Constituição de 1934 dava continuidade à orientação centralizadora antes imprimida às questões do ensino. As observações de Fernando de Azevedo, a propósito das disposições constitucionais sobre a educação, definem claramente as orientações que então prevaleceram: "Estabelecendo que ao Governo central caberia 'fixar um plano nacional de educação, compreensivo de todos os graus e ramos, comuns e especializados, e coordenar e fiscalizar a sua execução em todo o território do país' (art. 150), criando o Conselho Nacional e os Conselhos Estaduais de Educação (art. 152) e determinando a aplicação de nunca menos de 10% da parte dos Municípios e nunca menos de 20% da parte dos Estados, da renda resultante dos impostos, 'na manutenção e no desenvolvimento dos sistemas educativos' (art. 156), a Constituição de 16 de julho de 1934 fazia o país entrar numa política nacional de educação de conformidade com os postulados e as aspirações vitoriosas na Conferência de Niterói, em 1932, e no manifesto dos pioneiros pela reconstrução educacional do Brasil."[12]

Idêntica orientação viria a prevalecer na Constituição de 1937, que encarregava a União de fixar as bases e determinar os quadros da educação nacional, traçando as diretrizes do ensino. Não obstante a incontornável imprecisão dos termos em que se colocaram essas questões das diretrizes e das bases da educação nacional nos textos constitucionais de 34 e 37, abrigando, ambas as Constituições, diferentes possibilidades de interpretação quanto à latitude que atribuíam à ação do Governo federal, a direção centralizada que imprimiam à evolução do ensino era inequívoca e se consolidaria, um pouco depois, nas disposições, de 1942 e de 1946, sobre as "leis orgânicas" do ensino de nível médio.

---

[12] Azevedo, Fernando de. *A Cultura Brasileira*, SP, Melhoramentos, pp. 691-2.

Em 1942, nos termos do Decreto-Lei n.º 4.073, de 30 de janeiro, o Governo da União estabeleceu a denominada "Lei Orgânica do Ensino Industrial". Neste mesmo ano, o Decreto-Lei n.º 4.244, de 9 de abril, estabelecia a denominada "Lei Orgânica do Ensino Secundário". Logo no ano seguinte, o Decreto-Lei n.º 6.141, de 28 de dezembro, estabelecia a "Lei Orgânica do Ensino Comercial". Alguns anos mais tarde, em 1946, o Decreto-Lei n.º 8.530, de 2 de janeiro, e o Decreto-Lei n.º 9.613, de 20 de agosto, estabeleciam, respectivamente, as denominadas "Lei Orgânica do Ensino Normal" e "Lei Orgânica do Ensino Agrícola". Acrescentando-se a estes documentos, o Decreto-Lei n.º 4.048, de 22 de janeiro de 1942; os Decretos-Leis n.ºs 8.621 e 8.622, de 10 de janeiro de 1946, que dispunham, respectivamente, sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, e o Decreto-Lei n.º 8.529, de 2 de janeiro de 1966, que estabelecia a denominada "Lei Orgânica do Ensino Primário", viriam a complementar o quadro legal que organizava e articulava a educação escolar de níveis primário e médio. Essa organização prevaleceria, com algumas alterações, mais ou menos significativas, até a promulgação da Lei n.º 4.024, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 20 de dezembro de 1961.

Valnir Chagas sintetiza claramente as principais características da organização que então prevaleceu para o sistema de ensino:

> "Não se elaborou um instrumento básico para disciplinar a educação em conjunto, preferindo encarar os vários graus ou ramos em leis orgânicas separadas, cuja edição começou nesse ano de 1942, no Ministério Gustavo Capanema, e se completou em 1946, quando outro já era o quadro político do país. Todas, porém, foram esboçadas na mesma administração e sob idêntica inspiração; daí a inegável unidade que revestiam" (...)
>
> "A (Lei Orgânica) do ensino primário foi a segunda de âmbito nacional que tivemos para este nível desde a Lei de 1827... Nela se acenava com o tríplice objetivo de desenvolvimento da personalidade, de preparação à vida familiar e cultural e à defesa da saúde e de iniciação ao trabalho, tudo com um sentido acentuadamente brasileiro. Dividia-se a escolarização em fundamental e supletiva, destinada aquela às crianças de 7 a 12 anos e essa aos adolescentes e maiores de 13 anos. A fundamental compreendia quatro anos do curso elementar e um do complementar que era, no fundo, o anterior 'cursinho' de adestramento para o exame de admissão ao ginásio (...) Numa feliz sistematização do que a experiência

já construíra, os estabelecimentos de ensino primário abrangiam quatro categorias: a escola isolada, com uma só turma de alunos; as escolas reunidas, com duas ou quatro turmas; o grupo escolar, com cinco turmas ou mais; e a escola supletiva, sem previsão de turmas...".[13]

Ao lado da rígida segmentação instituída entre os "ramos" do ensino de nível médio, o legislador procedeu à homogeneização das respectivas organizações.

Ainda segundo as observações de Valnir Chagas, eram muitas as soluções comuns ao ensino secundário e aos "ramos" do ensino profissional:

> "Todos estes, por exemplo, tinham dois ciclos paralelos aos daquele. Os currículos eram estabelecidos em leis e os programas das disciplinas, com as correspondentes 'instruções metodológicas', fixados nacionalmente em portarias ministeriais. Os do ensino profissional, ante a preocupação de propiciar uma 'formação humana' e evitar 'a especialização prematura e excessiva', continham uma base de cultura geral que repetia, em última análise, o conteúdo do secundário, certamente ajustado à natureza e aos objetivos do curso".[14]
>
> "Em nível de segundo grau, o ensino secundário constituía o que se chamava na época a grande 'estrada real' e, assim, comandava todo o sistema então estruturado. Era o único a ensejar efetiva circulação horizontal e vertical, pois todos os demais ficavam circunscritos ao seu próprio âmbito, ainda quando eventualmente algum trânsito se admitisse para o mesmo nível ou para nível mais alto. O seu objetivo centrava-se na formação da personalidade adolescente, o que não há que discutir, mas endereçava-se à preparação de individualidades condutoras e, portanto, dos homens portadores das concepções e atividades espirituais que é preciso infundir nas massas. Como se houvesse uma adolescência predestinada a conduzir e outra marcada para ser conduzida".[15]

Era preciso atentar, ainda, para os problemas de articulação entre o ensino de nível primário e o primeiro ciclo do ensino de nível médio:

---

[13] Chagas, Valnir – *Educação Brasileira: o Ensino de 1º e 2º Graus. Antes, Agora e Depois?* SP, Saraiva, 1978, p. 52.
[14] *Idem*, p. 55.
[15] *Idem*, p. 53.

"Nem sequer a escola primária, em rigor, estava articulada com o primeiro ciclo, pois o exame de admissão, também denominado vestibular em algumas modalidades especiais, era exigido mesmo dos candidatos que se apresentassem com a escolarização completa. O ginásio – este sim – levava a todos os cursos de segundo ciclo, mas a recíproca não ocorria: o primeiro ciclo de um ramo profissional não dava ingresso no colégio e só conduzia ao segundo ciclo desse próprio ramo. Por outro lado, o colégio abria caminho para todos os cursos superiores, enquanto o diploma de técnico ou de professor primário só dava acesso, em nível superior, para carreira diretamente relacionada com o curso concluído".[16]

Esta organização do sistema escolar instituía duas barreiras, uma no plano vertical, na passagem do primário para o primeiro ciclo do nível médio, quando o exame de admissão surgia como um obstáculo real no acesso ao ensino secundário, e outra no plano horizontal, caracterizada pela separação entre os diferentes ramos do ensino de nível médio. Mantinha-se, pois, o que já havia sido designado por Anísio Teixeira como o "padrão dualista" do ensino brasileiro. A legislação em vigor nas décadas de 40 e 50 preservava a antiga organização "dualista" do ensino, caracterizada pela coexistência de algo como dois "sistemas" paralelos de educação, um para o povo em geral e outro para as elites, o primeiro iniciado na escola primária e continuado depois nas escassas escolas profissionais de nível médio então existentes, e o segundo, igualmente iniciado na escola primária e continuado depois na escola secundária, organizada com a intenção de encaminhar sua clientela para as escolas superiores e para as posições mais privilegiadas na sociedade.

"Entre nós, o dualismo se conservou até bem pouco, com escolas puramente acadêmicas e escolas práticas ou profissionais. Recentemente, as últimas passaram a chamar-se industriais, no que já revelam um como pressentimento da sua capacidade de formação técnica, e os cursos secundários acadêmicos se fizeram ecléticos, pretendendo ensinar um pouco de tudo.

Com o progresso do espírito democrático, que é, acima de tudo, um espírito de unificação e de destruição dos dualismos intelectuais, que, se não encobrem, disfarçam os dualismos sociais, o povo resolveu ingressar, não na escola prática, que *a priori* se lhe destinou, mas na acadêmica,

[16] *Idem*, p. 56.

com tanto maior razão, quanto se pretende que seja essa a escola de formação da elite, e o povo não vê a razão de ele também não fazer elite. Além do mais, tal escola acadêmica nunca foi uma escola cara e por isso pode existir e até multiplicar-se em períodos de grande pobreza social. (...) A esperança – sem paradoxos – está nessa mesma expansão. Buscada como um privilégio, deixará de ser tal, em virtude de sua própria generalização e, nesse dia, um novo processo terá início – o de sua transformação na escola moderna de nível médio, que se há de criar também no Brasil, em virtude mesmo do seu progresso real".[17]

As esperanças do educador de certo modo viriam a confirmar-se: a expansão da rede de escolas públicas de ensino secundário ganhou grande e crescente impulso nas décadas seguintes e acabou por determinar ou ao menos criar as condições para uma radical transformação de todo o ensino de nível médio e, por extensão, de toda a organização formal do sistema escolar no país.

A magnitude da expansão do ensino secundário pode ser bem observada mediante o registro de poucas indicações. Examinando as estatísticas educacionais do ano de 1932, Teixeira de Freitas[18] apontava a existência de apenas 394 unidades escolares de ensino secundário para todo o país, 58 mantidas pelos poderes públicos e 336 pela iniciativa particular. Matriculavam-se nessas escolas 56.208 alunos: 15.903 nas escolas públicas e 40.305 nos estabelecimentos particulares. A participação do ensino oficial era, pois, bastante reduzida. Nas décadas seguintes, a rede de escolas secundárias mantidas pela iniciativa particular cresceu consideravelmente. Mas o ritmo de expansão das escolas oficiais foi bem maior e acabaria por inverter as respectivas posições.

Não há estudos exaustivos a respeito dos fatores do crescimento da rede de escolas secundárias nas diferentes regiões do país. Os modos de realização desse crescimento e os seus condicionamentos sociais podem ter variado bastante, de acordo com as peculiaridades e as diversas situações regionais no âmbito do desenvolvimento socioeconômico da nação. Mas o processo pode ser pelo menos ilustrado mediante observações contidas em dois estudos, um sobre o Estado de São Paulo e outro sobre o Estado da Paraíba.

---

[17] Teixeira, Anísio. "A Educação no Brasil", em Hans, Nicholas, *Educação Comparada*, Nacional, SP, 1971, pp. 454-5.

[18] Freitas, M. A. Teixeira de. *O que Dizem os Números sobre o Ensino Primário no Brasil*, Melhoramentos, SP, 1937.

O primeiro descreve e analisa a expansão da rede de escolas públicas de ensino secundário no Estado de São Paulo, entre 1940 e 1962.[19] Neste período, quando já se evidenciam as conseqüências do desenvolvimento da moderna sociedade capitalista nas condições morais e materiais da existência do homem na região, o aumento da importância relativa das populações urbanas, a multiplicação de novas profissões, nos empreendimentos públicos e particulares que surgem na indústria, nos serviços e no comércio e a abertura de amplas perspectivas de mobilidade social vertical, possíveis em virtude do grande aumento de ocupações mais prestigiadas socialmente do que os trabalhos manuais urbanos e agrícolas, ou, em outras palavras, a profunda transformação observada nos modos de vida e na estrutura ocupacional estariam provocando a generalização de novos padrões reguladores do êxito social e profissional. A escola secundária aparece então para as populações como o caminho natural na ascensão segundo esses novos padrões. A gradual generalização dessas expectativas de ascensão determinaria, assim, a crescente procura de oportunidades de matrícula no ensino secundário. O ginásio, gradualmente, vai perdendo a antiga condição de escola que atendia às necessidades de ilustração e encaminhamento escolar das camadas superiores e passa a representar, para as diferentes camadas sociais, o meio de conquista de novas e melhores posições na sociedade em transformação. Em 1940, havia no Estado 41 ginásios públicos, 3 na capital e 38 no interior. Em 1962, a rede de escolas oficiais de ensino secundário contava com 561 estabelecimentos criados: 96 na capital e 465 nos Municípios do interior. Já em 1961, segundo informações do *Anuário Estatístico do Brasil*,[20] a iniciativa particular havia perdido a anterior situação predominante, passando a absorver somente 47% dos alunos então matriculados nesse ramo do ensino. O crescimento da matrícula na rede oficial de escolas secundárias começou a ganhar impulso a partir de 1945, após a queda do Estado Novo. A deposição da ditadura e o fim da Segunda Guerra Mundial abriam possibilidades de manifestação de reivindicações antes reprimidas. Com a retomada do regime político baseado no voto, as aspirações populares de melhoria de vida mediante a passagem pela educação escolar encontram, no agente político em busca de eleitores, um defensor intransigente da necessidade de criação de mais escolas. A ação do político forçou decisivamente a

---

[19] Beisiegel, Celso de Rui – "Ação Política e Expansão da Rede Escolar", Pesquisa e Planejamento, nº 8, CRPE, SP, 1964.

[20] *Idem*, p. 131.

ampliação dos gastos públicos na rede de escolas secundárias. Em 1962, com poucas exceções, as cidades do Estado de São Paulo já haviam conquistado um ou mais ginásios públicos.

O estudo sobre a expansão do ensino secundário no Estado da Paraíba encontra uma realidade diversa. Aí também a rede de escolas multiplicou as oportunidades abertas à população. A matrícula, igual a 1.644 alunos em 1940, subiu para 9.924 alunos em 1960 e para 40.471 em 1970. Enquanto a população total do Estado cresceu, em números índices, de 100 para 172, entre 1940 e 1970, a matrícula no ensino secundário, nas mesmas datas, cresceu de 100 para 2.462.[21] Em 1940, havia 1,16 aluno de escola secundária por 1.000 habitantes. Em 1970, essa relação era igual a 16,55 alunos por 1.000 habitantes. No entanto, esse crescimento da rede não se explicaria pelos efeitos da urbanização e da industrialização no próprio Estado. A urbanização, lenta, abaixo da média registrada no país, e o crescimento industrial, pouco significativo, não teriam provocado alterações no processo produtivo que pudessem explicar a ampliação da procura de escolas. É verdade que a modernização da vida social na região envolvia o desenvolvimento do comércio em geral e dos serviços públicos, bem como a expansão dos meios de transporte e de comunicação de massa. Entretanto, as alterações no mercado de trabalho não foram assim tão amplas. "A despeito dos esforços (...) envolvendo medidas que vão dos investimentos do Governo estadual à atuação de órgãos como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e Banco do Nordeste Brasileiro (BNB), ela – a industrialização – é ainda bastante pobre...".[22] Examinando a contribuição dos setores básicos da economia no processo produtivo, o Autor observa que ao setor primário correspondiam 71,26% dos valores totais produzidos em 1969, cabendo aos setores secundário e terciário, respectivamente, apenas 19,46% e 9,28% desses valores. A urbanização e a industrialização do Estado da Paraíba não poderiam, pois, explicar a grande demanda por educação observada a partir dos anos 40. A generalização dessas expectativas seria mais bem compreendida como produto de um processo de "modernização" gerado pelas transformações da sociedade em suas áreas mais dinâmicas, no Sul do país. A industrialização e o desenvolvimento social em geral nessas áreas estariam constituindo um mercado de

---

[21] Rodrigues, Cláudio José Lopes. O *Magistério Secundário Estadual da Paraíba*, Dissertação de mestrado, FFLCH da USP, SP, mimeografado, 1976.
[22] *Idem*, p. 47.

trabalho nacional e determinando a mudança em outras regiões do território. Assim, conclui, "a industrialização nessas áreas teria implicado influências modernizadoras em outras (inclusive a Paraíba), levando à modificação em seus sistemas de valores. Entre essas modificações, estaria a maior importância que passou a ser dada à educação como instrumento de ascensão social e que estaria em consonância com a disseminação de um sistema estratificatório que começava a se desprender de seus traços estamentais e a adotar características mais próximas às de uma sociedade de classes".[23]

O Autor examina também os mecanismos que presidiram o atendimento das reivindicações educacionais da população: "... paralelamente à progressiva importância que ia sendo emprestada à educação, surgia um fato novo que daria poder de barganha às populações: o voto secreto... O povo poderia agora 'vender' ou 'trocar' o seu voto por certas reivindicações; podia pressionar os políticos e os coronéis..." Concordando com outras análises do comportamento político, o Autor reafirma que "... o exercício de sucessivas eleições vai valorizando, para o eleitor (principalmente após 1945), o voto. Ele começa a descobrir-se exigido, solicitado: descobre o poder de barganha que possui. Passa a pedir, a exigir... favores, roupas, sapatos, empregos..."[24] e, lembra o Autor, passa a exigir também escolas.[25] Acrescenta, finalmente, que em 1975 a Secretaria da Educação foi considerada pelo consenso geral como a mais política dentre todas as Secretarias do Estado da Paraíba.[26]

Não obstante as diferentes posições dos Estados de São Paulo e da Paraíba no âmbito do desenvolvimento social da nação, o crescimento das respectivas redes de escolas secundárias apresenta importantes analogias. Em ambos os casos, a transformação da estrutura ocupacional, nas regiões mais desenvolvidas do país, provoca a generalização de aspirações de ascensão social, sobretudo mediante a passagem pela escola secundária. As populações identificam no Poder Público as possibilidades do atendimento de suas aspirações. E o agente político aparece como o mediador entre as reivindicações educacionais dos habitantes e a atuação do Poder Público na área do ensino.

Os resultados desses estudos sugerem algumas observações a propósito das orientações imprimidas à legislação escolar nas últimas décadas. É

[23] *Idem*, p. 48.
[24] Vilaça, M. V. e Albuquerque, R. C. – *Coronel, Coronéis*. RJ, Tempo Brasileiro, 1965.
[25] Rodrigues, Cláudio José Lopes – *Op. cit.*, p. 51.
[26] Idem, p. 51.

inegável que a expansão das oportunidades de matrícula na escola secundária provocou um crescente desencontro entre a *ordenação legal* e a *situação real* do atendimento escolar nesse ramo do ensino de nível médio.

> "... os resultados desse processo implicariam profundas mudanças no ideário educacional da época. A abertura de oportunidades fez com que perdessem qualquer significado as teses que definiam a escola secundária como uma escola de formação e encaminhamento das futuras elites do país. Encampadas pelo agente político apenas na medida em que se apresentavam como um elemento do processo de competição pelas posições de poder, as pressões populares acabaram, no entanto, por imprimir uma nova direção ao desenvolvimento do sistema de ensino. Não obstante a estrutura do ensino de nível médio e mesmo os conteúdos do currículo não tenham sofrido transformações mais significativas durante esse período, ainda assim a escola secundária passou por mudanças qualitativas profundas: de escola seletiva, como ainda a definia a legislação federal de 1942, passou a escola comum, tendencialmente aberta a todos. Desajustado às novas funções da escola, o currículo tradicional, embora ainda persistisse sem grandes alterações, na verdade já estava modificado: sua revisão já estava implícita no processo de transformação da escola secundária em escola comum. A concretização dessa mudança curricular (...) era apenas uma questão de tempo. Mais ainda, a democratização da escola secundária implicava, também, a eliminação dos antigos ramos do ensino de nível médio e sua unificação em estabelecimentos destinados à formação geral de todos".[27]
>
> "Estas análises deixam claro que as inovações introduzidas na legislação escolar em 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases, ou mesmo 10 anos depois, com a Lei da Reforma do Ensino de Primeiro e Segundo Graus, já estavam de alguma forma realizadas na evolução de fato do atendimento escolar, pelo menos nas áreas urbanas das regiões mais desenvolvidas...".[28]

A tendência à eliminação dos diferentes tipos de escola de nível médio encontrou alguma expressão na Lei de Diretrizes e Bases (Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961). Era bem esse o significado da consolidação de

[27] Beisiegel, Celso de Rui – "A Reforma e a Qualidade do Ensino", em Nagle, Jorge (org.) – *Educação Brasileira: Questões da Atualidade*, Edart, SP, 1976, pp. 35-36.
[28] *Idem*, p. 36.

um núcleo comum de disciplinas obrigatórias no currículo das várias escolas desse nível. Mas, a lei não chegou a comprometer a educação nacional com um padrão definido de desenvolvimento: "... eliminou, é certo, parte das diferenças entre os ramos do nível médio, atribuiu às diversas escolas a denominação geral de ginásios – secundário, industriais, comerciais e agrícolas –, mas, persistiam, ainda, os diferentes tipos de estabelecimentos, exigia-se, como antes, a adaptação curricular para efeito de transferência. A lei incentivava a procura de novos modelos de organização escolar e essa flexibilidade ensejou diversas experiências mais ou menos significativas. Discutem-se, na época, os "ginásios voltados para o trabalho", os ginásios "vocacionais", os ginásios "único-pluricurriculares", e, já no final da década de 60, os "grupos escolares-ginásios", instituídos, em São Paulo, como projeto-piloto de uma ampla experiência votada à integração progressiva do ensino primário e do primeiro ciclo da escola de nível médio. Encontram-se, já nessas experiências, inúmeros indícios das principais alterações que seriam introduzidas no quadro normativo da educação escolar, um pouco depois, com a Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971. Na verdade, esses ensaios de novas modalidades de organização escolar podem ser entendidos como produtos de uma busca – mais ou menos consciente – de respostas institucionais para tendências que já se delineavam, claramente, na evolução dos serviços educacionais, pelo menos nas regiões mais desenvolvidas do país. E essas tendências encontrariam uma expressão formal radical na Lei nº 5.692.

A Lei da Reforma do Ensino fixou em princípio na legislação escolar a obrigatoriedade do ensino comum de oito anos, eliminou a anterior descontinuidade entre o nível primário e o primeiro ciclo do nível médio, agora integrados e substituídos por um modelo único de escola internamente flexível e adaptável às peculiaridades regionais e locais.[29] É necessário observar, porém, que, se estas inovações já estavam implícitas no padrão de transformações observadas nos serviços educacionais nas regiões mais desenvolvidas do país, a lei foi muito além e fixou objetivos que ultrapassam a capacidade de realização do sistema escolar. Repetia-se, com a Reforma do Ensino, um fenômeno comum na história das leis no Brasil: fixava-se, nos códigos, uma situação fictícia, comprometida com alguma coisa que se queria alcançar no futuro e ainda muito distante das possibilidades de realização do Estado brasileiro no presente.[30]

[29] *Idem*, p. 36.
[30] *Idem*, p. 31.

Já é possível reafirmar, assim, as conclusões do primeiro item desta exposição. Em sua organização formal, o sistema escolar avançou bastante na direção da democratização das oportunidades. Não tem outro significado a progressiva eliminação das desigualdades consubstanciadas na existência de sistemas paralelos e incomunicáveis de educação para diferentes clientelas. A progressiva extensão de uma escola formalmente igual para setores cada vez mais amplos da coletividade é um fenômeno real e dificilmente comporta discussões quanto ao seu conteúdo democratizador. A legislação escolar, em sua evolução no país, no período ora examinado, teve uma orientação inequivocamente democratizadora e já prenuncia, no plano formal, a possível realização dos ideais igualitários no ensino. *Obviamente não pode ser ignorado que a história individual, que, na maior parte dos casos, em última instância, reflete a situação dos indivíduos na estrutura não igualitária da sociedade de classes, ainda condiciona a probabilidade de aproveitamento das oportunidades legalmente abertas a todos.*[31] Mas a discussão desse tema exige a prévia descrição das agudas desigualdades que subsistem no âmbito de educação escolar.

2. AS LIMITAÇÕES DA DEMOCRATIZAÇÃO DAS OPORTUNIDADES

O processo de democratização das oportunidades ainda encontra grandes limitações mesmo no aspecto "quantitativo".

Inicialmente é preciso notar que o avanço da escolaridade não teve desenvolvimento homogêneo em todo o país. As informações globais até aqui registradas escondem agudas desigualdades no atendimento. Enquanto em algumas regiões o sistema de ensino parece finalmente aproximar-se da realização do antigo ideal pedagógico de uma escola comum universalizada, em outras áreas, nos Estados mais pobres e, de modo geral, nas zonas rurais ou então em alguns setores da periferia dos centros urbanos, também em geral povoados por maciços contingentes migratórios de áreas rurais, a rede de escolas ainda está longe de absorver a totalidade dos habitantes "escolarizáveis", mesmo na primeira série da escola comum. Há diversas descrições dessa situação. Entre elas, as análises possibilitadas pelo Censo Escolar de 1964.[32]

[31] Beisiegel, Celso de Rui. *Estado e Educação Popular, op. cit.*, p. 3.

[32] Pasquale, Carlos. *O Desenvolvimento do Ensino Primário e o Plano Nacional de Educação, op. cit.*

Regiões fisiográficas	Extensão territorial em relação à superfície do país	População da região em relação à população do país	Taxa de escolarização					
			7-11 anos			12-14 anos		
			geral	urbana	rural	geral	urbana	rural
Norte	42,07	3,7	69,7	87,6	54,1	74,1	90,6	58,4
Nordeste	11,35	22,1	52,6	78,5	37,3	57,7	81,7	42,3
Leste	14,80	34,9	65,6	80,1	47,9	67,7	80,5	50,7
Sul	9,70	35,0	73,8	83,4	64,6	69,3	79,9	58,1
Centro-Oeste	22,08	4,2	67,4	78,2	51,1	73,5	83,6	56,4
Brasil	100,00	100,0	66,0	81,4	51,4	66,4	81,0	46,0

FONTE: Pasquale, Carlos. O *Desenvolvimento do Ensino Primário e o Plano Nacional de Educação*, CRPE, SP, 1966, p. 27.

Examinando as deficiências do ensino primário brasileiro a partir das informações do Censo, o Autor observa que, em 1964, de 9.419.162 crianças de 7 a 11 anos, freqüentavam a escola 6.230.129 (66%) e que os índices de escolarização variavam significativamente segundo regiões e zonas, registrando 87,6% nas zonas urbanas da Região Norte, 83,4% nas áreas urbanas da Região Sul e caindo para 37,3% nas áreas rurais da Região Nordeste. Relações muito semelhantes eram observadas para a população de 12 a 14 anos de idade: de 4.516.540 crianças de 12 a 14 anos, freqüentavam a escola 3.007.244 (66%), variando os índices de escolaridade de 90,6% nas áreas urbanas da Região Norte para 42,3% nas áreas rurais da Região Nordeste.

Apoiando-se também nas indicações do Censo Escolar, João Roberto Moreira observa, com discutível otimismo, que "... se não a totalidade da população urbana em idade escolar (7 a 14 anos), pelo menos a grande maioria dessas crianças estavam freqüentando ou já haviam freqüentado a escola primária: ... as cidades e vilas do Brasil estariam dando oportunidade de educação primária comum a todas as crianças em idade escolar, embora de modo insatisfatório, porque tudo indica que uma parte dessas crianças não completa quatro anos de escolaridade mínima." O maior problema do ensino primário do "... ponto de vista quantitativo seria ainda o que se refere às áreas rurais".[33]

[33] Moreira, João Roberto. "Censo Escolar de 1964 e perspectivas de erradicação do analfabetismo no Brasil", RBEP, MEC, INEP, nº 100, p. 48.

Proporção de pessoas de 14 anos de idade que não sabem ler e escrever, segundo unidades da Federação e zonas urbana e rural

Unidades da Federação	Zona urbana	Zona rural	Total
Rondônia	11,1	46,4	25,3
Acre	73,8	72,2	55,5
Amazonas	11,9	57,5	37,4
Roraima	4,3	38,7	22,7
Pará	8,0	43,8	25,9
Amapá	8,0	34,1	19,0
Maranhão	16,1	64,5	50,9
Piauí	23,3	72,0	55,6
Ceará	25,4	31,6	50,4
Rio Grande do Norte	24,6	61,3	43,3
Paraíba	28,4	63,3	48,9
Pernambuco	23,0	65,1	42,2
Alagoas	25,3	72,1	53,5
Sergipe	20,6	64,3	44,0
Bahia	19,7	63,7	45,2
Minas Gerais	8,9	37,4	22,2
Espírito Santo	9,1	29,5	20,3
Rio de Janeiro	8,8	29,1	13,7
Guanabara	–	–	4,7
São Paulo	3,2	12,1	5,2
Paraná	6,1	26,4	19,2
Santa Catarina	3,9	10,1	7,5
Rio Grande do Sul	4,4	11,4	7,9
Mato Grosso	10, 1	39,8	26,4
Goiás	10,5	40,1	26,7
Distrito Federal	6,3	24,9	7,1
BRASIL	9,8	41,9	24,3

FONTE: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, *Censo Demográfico do Brasil – 1970*, tabela 10.

Analisando as informações do Recenseamento Nacional de 1970, Luiz Antônio Cunha chega a conclusões menos otimistas, mas, em geral, compatíveis com as observações anteriores. Os dados que apresenta, espe-

cialmente os da tabela antes transcrita, são esclarecedores quanto às limitações quantitativas do processo de democratização da escolaridade.[34]

Perto de "... um quarto (24,3%) dos jovens nessa idade não sabiam ler e escrever em todo o país. Apenas quatro Estados – Guanabara, São Paulo, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e também o Distrito Federal tinham menos de 10% de não-letrados. Cinco Estados e Territórios apresentavam mais de 50% dos jovens de 14 anos nessa condição: Acre, Ceará, Maranhão, Piauí e Alagoas. O desempenho da zona urbana é sensivelmente mais elevado do que o da zona rural: 9,8% contra 41,9% de não-letrados com 14 anos..."[35] Mesmo tendo em conta os limites mínimos do processo de instrução, isto é, o mero domínio das técnicas elementares da leitura e da escrita, a situação educacional do país, em 1970, era ainda bastante precária. No final do período, na década de 1970, o sistema escolar vinha estendendo as oportunidades de matrícula na série inicial da escola comum à grande maioria da população escolarizável, crianças ou adultos, notadamente nas áreas urbanas. O rendimento obtido, no entanto, ainda não correspondia à magnitude dos esforços desenvolvidos. Amplas regiões rurais do território não eram servidas por escolas de qualquer tipo. Mesmo nas áreas urbanas mais densamente povoadas, ainda subsistiam parcelas de população não alcançadas pela escola. Porém, como sugerem algumas informações preliminares divulgadas a propósito do Censo Escolar realizado pela Prefeitura Municipal de São Paulo, em 1977, essas crianças, em grande parte, permaneciam excluídas da escola não por falta de oportunidades, mas porque suas condições de vida ainda não as habilitavam nem ao menos à procura de ingresso na escola comum.

Não obstante os grandes números de crianças que não chegam a ingressar na escola, o mais grave desafio que ora se coloca para o sistema escolar consiste na curta permanência dos alunos no ensino comum. As análises da situação educacional apontam a denominada "evasão escolar" como o principal indicador das deficiências do ensino. A tabela seguinte, organizada por Otaíza de Oliveira Romanelli,[36] a partir de informações do Ministério da Educação e Cultura, já oferece algumas indicações a propósito do acentuado desbastamento da população escolar durante a seqüência da escolaridade.

---

[34] Cunha, Luiz Antônio, *op. cit.*, p. 138.

[35] *Idem*, p. 139.

[36] Romanelli, Otaíza de Oliveira, *op. cit.*, p. 91.

Evolução da matrícula no sistema escolar, em números relativos, nos períodos de 1942-53, 1950-61 e 1961-72

Período escolar	Ensino primário				Ensino médio							Ingresso no ensino superior
					Ginasial				Colegial			
	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	4ª Série	1ª Série	2ª Série	3ª Série	
1942/1953	1.000	404	274	155	71	54	44	35	34	27	20	10
1950/1961	1.000	385	267	160	87	70	55	45	44	32	26	10
1961/1972	1.000	446	328	239	152	124	106	91	96	74	64	56

Um outro conjunto de informações, organizadas por Nize Pires[37] a partir de elementos arrolados no Serviço de Estatísticas da Educação e Cultura, confirma o quadro delineado. De acordo com a Autora, "... quando não ocorrem mudanças significativas nas taxas de promoção, como é, em geral, o caso do Brasil, os dados de anos sucessivos oferecem indicações úteis sobre amplitude cumulativa do abandono escolar e a respeito dos pontos modais de evasão dentro do sistema..." Tal procedimento levou às seguintes observações:

> "No período de 1947 a 1954, de cada 1.000 alunos que se encontravam no início de 1947 na primeira série, 416 alcançaram a segunda série em 1948, 286 a terceira série em 1949, 172 a quarta série em 1950, 81 a quinta série em 1951, 64 a sexta série em 1952, 53 a sétima série em 1953, 43 a oitava série em 1954.
>
> No período de 1957 a 1964, de cada 1.000 alunos que se encontravam no início de 1957 na primeira série, 416 alcançaram a segunda série em 1958, 316 a terceira série em 1959, 207 a quarta série em 1960, 106 a quinta série em 1961, 89 a sexta série em 1962, 75 a sétima série em 1963, 64 a oitava série em 1964.
>
> No período de 1967 a 1974, de cada 1.000 alunos que se encontravam no início de 1967 na primeira série, 454 alcançaram a segunda série

[37] Pires, Nize – "Evasão e Repetência no Ensino de 1° Grau: Doenças ou Sintomas?" (versão preliminar de estudo realizado no âmbito do Convênio Senado Federal-Fundação Universidade de Brasília).

em 1968, 367 a terceira série em 1969, 294 a quarta série em 1970, 234 a quinta série em 1971, 210 a sexta série em 1972, 192 a sétima série em 1973, 161 a oitava série em 1974."

Mesmo considerando as dificuldades que o sistema de estatísticas educacionais do país ainda coloca para uma descrição "segura e confiável" da situação do ensino,[38] a Autora conclui que as informações disponíveis permitem apontar, com clareza, os indicadores mais expressivos do "fracasso escolar" de grande parte da população:

> "... a grave retenção/evasão de alunos...", "o estrangulamento do sistema na primeira série... e o conseqüente "descumprimento do preceito constitucional de obrigatoriedade escolar dos educandos de 7 a 14 anos de idade"[39].

As explicações escolares do "fracasso escolar"

A bibliografia disponível registra um relativo consenso a respeito das causas mais gerais das deficiências do ensino e do "fracasso escolar" da maioria da clientela.

Boa parte da responsabilidade pelo exíguo rendimento da vasta rede de escolas é atribuída às características de organização e de funcionamento do próprio ensino no país. A inexistência de escolas em diferentes regiões do território, sobretudo nas áreas rurais mais distantes e de menores densidades demográficas, ou mesmo em áreas de rápido crescimento, nas periferias das grandes cidades, explicaria, em parte, os elevados contingentes de população sem nenhuma escolaridade. Os grandes índices de reprovação nas séries iniciais da escola comum são entendidos, simultaneamente, como indicadores de baixo rendimento do ensino e também como fatores privilegiados na explicação da evasão escolar. O despreparo do corpo docente, constituído em amplas regiões do território mediante o recrutamento de grande número de "leigos", as deficiências materiais e a escassez ou, em alguns casos, a falta absoluta de recursos didáticos, a exis-

---

[38] *Idem*, pp. 7-8.

[39] *Idem*, p. 19. A Autora adverte quanto à possível imprecisão desse tipo de análise: "O grande defeito dessa classe de dados é inerente a serem eles transversais – de anos reais e de séries escolares, não considerando a repetência. A real diminuição da matrícula de uma série para outra é derivada da conjugação de três elementos: *a)* o número de alunos que abandonam a escola, mais *b)* o número de alunos que são reprovados e repetem o ano, menos *c)* o número de alunos desta série subseqüente que não são promovidos e repetem. Os dados de corte aparente, não estabelecendo distinção entre esses três elementos..."

tência de numerosas escolas de professor único para alunos de séries diversas – as antigas *escolas isoladas* –, a curta duração diária dos trabalhos escolares, e a monotonia que acompanha um ensino em geral arcaico, resistente a quaisquer tentativas de modernização..., estariam também contribuindo para o fracasso que se exprime tanto na reprovação quanto no abandono precoce da escola. Ainda sob o ponto de vista dos fatores intrinsecamente escolares, apontam-se, entre as causas do escasso rendimento, os múltiplos aspectos de um desencontro da escola com as características socioculturais de significativas parcelas da população, um desencontro que se exprimiria, entre outras formas, nos conteúdos de um ensino desvinculado dos estilos de vida das populações ainda não urbanizadas, ou mesmo na ordenação dos trabalhos letivos, que não atendem às condições peculiares do trabalho do menor nas áreas rurais.

As análises da situação educacional associam às variações dessas características da organização e do funcionamento do ensino diferentes possibilidades de rendimento escolar. As diversas alternativas de variação e associação dessas características definiriam um amplo contínuo de situações. Num dos extremos, as boas escolas, com instalações materiais adequadas, bem fornecidas de materiais didáticos, selecionando seus Professores, Diretores, Orientadores, Psicólogos etc. entre profissionais competentes, respeitando nos currículos e na organização em geral os estilos de vida de sua clientela. No outro extremo, as escolas desprovidas de prédios e materiais didáticos, abrigando alunos de séries diversas sob os cuidados de um professor leigo, algumas vezes quase tão despreparado quanto sua própria clientela. Mesmo admitindo uma hipotética inexistência de variações entre as respectivas clientelas, as possibilidades de rendimento de uma e de outra dessas escolas seriam, sem dúvida alguma, muito diferentes.

As explicações extra-escolares do "fracasso escolar"

Mas é necessário considerar também as variações das respectivas clientelas. A bibliografia aponta essas variações quando examina as denominadas causas extra-educacionais das deficiências da escola.

A questão foi perfeitamente colocada por Florestan Fernandes, em artigo escrito já em 1959:

> "Em primeiro lugar, a educação escolarizada aparece como um privilégio econômico e social. De um lado porque só uma minoria pode arcar com os ônus diretos e indiretos da educação dos imaturos. De outro, porque a compreensão da importância da instrução e sua valorização societária dependem de convicções e conhecimentos compartilhados, em

regra, pelos círculos sociais dominantes. Em segundo lugar, porque existem gradações na distribuição desse privilégio. A desigualdade econômica, cultural e social tende a fomentar condições impróprias ao aproveitamento das oportunidades educacionais, fazendo com que as dificuldades financeiras sejam consideravelmente reforçadas pela indiferença diante da instrução ou pelo poder coercitivo variável do dever de instruir-se. O jogo desses fatores extra-educacionais beneficia, naturalmente, as minorias bem instaladas na estrutura do poder da sociedade..."[40]

Essas determinações extra-educacionais do rendimento escolar assumem formas diversas.

Ao lado da mencionada falta de escolas em amplas regiões do território, outros fatores, especificamente sociais, ajudam a explicar as grandes porcentagens de crianças que nem sequer chegam a ingressar no sistema de ensino. Inicialmente é preciso ter em conta os contingentes de menores marginalizados nas populações urbanas, entre os quais os "trombadinhas" talvez constituam apenas os exemplos limites de situações bem mais generalizadas de crianças e famílias que vivem os estritos desafios do dia-a-dia da existência. Obrigadas a descobrir o que fazer, o que comer, como obter algum dinheiro ou como roubar alguma coisa hoje, ou mesmo onde dormir hoje – e, é conveniente insistir, o "trombadinha" surge somente como o seu caso-limite –, essas crianças definem a situação extrema de uma *variável* incompatibilidade bem mais geral, uma incompatibilidade socialmente determinada, de amplos contingentes de menores diante do processo da escolaridade. Pois a noção de ordenação racional da vida no tempo é essencial no processo de escolaridade. Crianças, ou mesmo famílias, socialmente destituídas da possibilidade de projetar a vida no futuro, estão incompatibilizadas com a idéia, implícita na escolaridade, de um caminho em direção a um futuro pensado e desejável.

Entre as causas extra-educacionais mais mencionadas na explicação do "fracasso escolar", a mais aguda aparece na subnutrição ou, mais diretamente, como o sugere Luiz Antônio Cunha, na fome, na "carência alimentar" das mães durante a gravidez e que se estende depois à criança em processo de crescimento e pode provocar o retardamento mental de inten-

---

[40] Fernandes, Florestan. "Dados sobre a situação do ensino" (Relatório preparado para a Comissão de Problemas Econômicos do II Congresso Sindical dos Trabalhadores de São Paulo, como subsídio para a análise do Projeto de Lei sobre "Diretrizes e Bases da Educação Nacional"), em *Educação e Sociedade no Brasil*, SP, Dominus Editora, 1966.

sidades diversas.[41] A incapacitação relativa daí resultante está associada ao não ingresso na escola ou ao seu abandono antes do tempo.

Talvez em singular analogia com essa subnutrição em sentido estrito, alguns estudiosos advertem quanto às conseqüências desastrosas de uma outra forma de "subnutrição", a denominada "carência cultural", a que estariam expostas as populações subalternas. As críticas de Labov a esses exemplares subprodutos da atividade intelectual são conclusivas. Estudando o desempenho verbal de crianças formadas em "guetos negros" urbanos, o Autor adverte que o conceito de "privação verbal", utilizado por muitos estudiosos para explicar o problema educacional dessas crianças, não tem correspondência na realidade. As crianças do gueto negro receberiam pequena estimulação verbal, ouviriam pouco a linguagem bem formada, e como resultado seriam pobres em seus meios de expressão verbal: como resultado, não poderiam falar sentenças completas, desconheceriam os nomes de objetos comuns, não poderiam formar conceitos ou transmitir pensamentos lógicos. "Infelizmente" – afirma –, "essas noções são baseadas no trabalho de Psicólogos educacionais que conhecem muito pouco sobre linguagem e menos ainda sobre crianças negras. O conceito de privação verbal não tem base na realidade social: de fato, as crianças negras nos guetos urbanos recebem grande quantidade de estimulação verbal, ouvem mais sentenças bem formadas do que as crianças da classe média, e participam plenamente de uma cultura altamente verbal; elas têm o mesmo vocabulário básico, possuem idêntica capacidade para o aprendizado de conceitos, e usam a mesma lógica que qualquer outro estudante da língua inglesa."[42] Na verdade, a idéia de uma "carência" de cultura é insustentável, mesmo em relação às populações mais "rústicas" ou "atrasadas". Mas, por estranho que possa parecer e não obstante a precariedade teórica das formulações relativas a essa "ausência" de cultura, é necessário observar que sob o ponto de vista da escola o fenômeno apontado aparece como um problema real. O tema foi perfeitamente delineado por Luiz Pereira, num antigo estudo sobre o rendimento do ensino primário brasileiro.[43] Para o Autor, o escasso rendimento do ensino primário nas áreas rurais ou mesmo entre os segmentos inferiores das populações urba-

[41] Cunha, Luiz Antônio, *op. cit.*, p. 181 e segs.
[42] Labov, W. *The Logic of Nonstandard English*, Georgetown Monographs on Language and Linguistics, vol. 22, 1969.
[43] Pereira, Luiz. "Rendimento e Deficiências do Ensino Primário", em *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*, Pioneira, SP, 1971, p. 179.

nas resultaria, fundamentalmente, de um choque cultural entre os conteúdos do ensino e as condições de vida econômica, social e cultural das comunidades rurais e semi-urbanas, bem como das camadas citadinas inferiores. Extraído dos modos de vida e da cultura das camadas médias e superiores das áreas urbanas, o conteúdo da escola primária entraria em choque com os estilos de vida das populações ainda não "urbanizadas". Assim, o rendimento e, conseqüentemente, as deficiências do ensino primário "apresentam-se como função do grau de integração das variáveis intra-escolares, de natureza urbana, com as variáveis extra-escolares, urbanas ou não". Amplos segmentos das populações subalternas, sobretudo nas zonas rurais e nas periferias das áreas urbanas, vivem segundo valores, normas de comportamento, atitudes, sentimentos, crenças, enfim, segundo uma *cultura* em geral ausente dos conteúdos e da organização do processo educativo, que não a valoriza, não a aceita e não a leva em consideração. Por mais complexos e adaptativos que possam ser esses contextos culturais, eles estão excluídos da escola. Assim, do ponto de vista de uma *cultura dominante* que define as orientações e os conteúdos da escolaridade, essas populações são de fato "carentes" – e essa "carência", dificultando a assimilação dos conteúdos da cultura conspícua, se exprime sob a forma de deficiências de rendimento na escola.

Um outro fator extra-educacional do precário rendimento do ensino, um fator apontado, aliás, como um dos grandes responsáveis pelo abandono precoce da escola, consistiria na imperiosa necessidade do trabalho do menor nas famílias de baixa renda. O exemplo mais apontado na bibliografia específica é o do menor das áreas rurais, que se evade da escola nas épocas de plantio e colheita. Mas o fenômeno ocorre também nas grandes cidades, quando as exigências da subsistência impõem o trabalho a todos os membros "úteis" da comunidade familiar.

É bem mais extensa a relação das expressões da determinação social do "fracasso escolar" das populações desfavorecidas. Mas, tendo em conta as limitadas intenções dessa exposição, é desnecessário continuar a enumerá-las. O que foi exposto basta para o encaminhamento do raciocínio. Já é evidente que, também sob o ponto de vista das características da clientela, o rendimento da escolaridade pode variar bastante. Já é possível afirmar que escolas semelhantes, com idênticas condições materiais, humanas e organizatórias de funcionamento, apresentariam rendimento muito diverso, de acordo com as variações nas características socioculturais de suas clientelas.

A convergência das explicações

É preciso considerar, finalmente, que as variações da escola, segundo as condições internas de seu funcionamento, e as variações da clientela, de acordo com suas características socioculturais, aparecem estreitamente associadas. Em outras palavras, afora alguns casos excepcionais, que de fato existem, as melhores escolas atendem às populações privilegiadas e as escolas "carentes" atendem às populações desfavorecidas. Luiz Antônio Cunha descreve e analisa cuidadosamente essa associação.[44]

Os fatores restritivos à procura de escola, mesmo quando elas são acessíveis, e os fatores restritivos ao bom rendimento escolar e à permanência nos cursos estariam estreitamente associados à situação de classe das populações desfavorecidas. As informações arroladas pelo Autor indicam que as taxas mais elevadas de escolarização correspondiam aos Estados de maiores rendas. Os piores índices apareciam nas áreas rurais: "... a existência de um número reduzido de escolas na zona rural, a migração sistemática dos trabalhadores e suas famílias, a incompatibilidade entre o ano agrícola e o ano escolar e a importância da escolarização urbana, em termos político-eleitorais, são fatores que dificultam o aumento da taxa de escolarização, mesmo que se eleve a renda..."[45] Concentram-se nas áreas rurais as escolas em piores condições materiais e humanas de funcionamento, as escolas isoladas, de professor único, geralmente leigo, para alunos de diferentes séries: "... são justamente os professores das escolas unidocentes os que têm pior preparo. As mesmas causas que fazem com que haja, numa certa área, escolas unidocentes, determinam, também, a localização aí dos professores menos qualificados." As informações examinadas por Luiz Antônio Cunha indicam também que os custos indiretos da escolaridade pesam excessivamente sobre as famílias de baixas rendas, mesmo quando os menores ingressam em escolas públicas gratuitas, e podem determinar tanto o não-ingresso quanto a impossibilidade da permanência nos cursos. Mais ainda, como os custos indiretos da escola aumentam para os níveis mais elevados do ensino, essa variável continuaria atuando no progressivo desbastamento escolar das populações destituídas de recursos econômicos, durante todo o processo da escolaridade.

O Autor adverte ainda quanto aos efeitos das diferenças de condições materiais, humanas e funcionais das escolas particulares, freqüentadas

---

[44] Cunha, Luiz Antônio. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil, op. cit*

[45] *Idem*, p. 150 e segs.

por populações de altas rendas, e das escolas públicas gratuitas, acessíveis à população de baixa renda. As conclusões extraídas das informações então examinadas são irrecusáveis:

> "Os dados comentados até aqui, relativos à qualidade do ensino, mostram que ele é bastante desigual no que se refere à qualificação do corpo docente. Essa desigualdade está associada ao nível de renda da população. Outras informações, relativas ao preço do ensino, sugerem também que a qualidade é melhor nas escolas que atendem à classe dominante e às camadas médias. A população de mais baixa renda está escolarizada em estabelecimentos de qualidade inferior.
>
> A distribuição desigual da qualidade do ensino reforça as disposições desfavoráveis à escolarização da classe trabalhadora. (...) sua escolarização é prejudicada pela insuficiência de escolas, pelas diferenças de padrões culturais familiares e escolares, pela admissão tardia. Vemos, agora, que a qualidade do ensino que recebem é inferior. Assim, os aspectos "quantitativos" e "qualitativos" se somam para produzir, consistentemente, o mesmo efeito; alto desempenho escolar para a classe dominante e para as camadas médias e baixo desempenho escolar para a classe trabalhadora".[46]

Informações semelhantes sobre as desigualdades do atendimento escolar para as populações socialmente desiguais, também no ensino de nível médio, sugerem ao observador que "... tanto para o ensino primário quanto para o ensino médio, a qualidade do ensino depende da classe social a que os alunos pertencem. Dito de outro modo, os estudantes provenientes de famílias de altas rendas têm, provavelmente, um ensino de melhor qualidade do que o dos filhos dos trabalhadores. Este fato vai produzir dois resultados. Produz em primeiro lugar a desigualdade do ensino concluído, quando estudantes de nível de renda distintos chegam a terminar o curso primário, o curso médio e até mesmo o ensino superior. Em segundo lugar, produz a crescente dificuldade para que os estudantes de rendas mais baixas progridam no sistema de ensino".[47]

[46] *Idem*, p. 158.

3. A POLÍTICA EDUCACIONAL DEMOCRATIZADORA NA SOCIEDADE NÃO IGUALITÁRIA

O reconhecimento da presença dessas desigualdades no âmbito da educação escolar não implica, necessariamente, a negação das orientações democratizadoras da política educacional dos poderes públicos – desde que se entenda a democratização nos estritos limites que vêm condicionando o emprego do conceito nessa exposição.

A atuação educacional dos poderes públicos, no Brasil, após 1930, vem sendo orientada com vistas à extensão de um maior número de anos de escolaridade ao maior número possível de habitantes. E quando essa orientação encontrou obstáculos, seja nas características de organização do próprio sistema escolar, seja nas condições da vida nas comunidades, a administração tem procurado atuar sobre os fatores entendidos como responsáveis pelas distorções então diagnosticadas. Um amplo elenco de providências testemunha a permanência dessa orientação. Durante todo o período, procurou-se, simultaneamente, estender a rede de escolas comuns por todo o território e estimular a procura de educação entre as populações ainda não escolarizadas. O trabalho desenvolvido pelo Professor Lourenço Filho à frente da "Campanha de Educação de Adultos" é exemplar quanto a essa dupla orientação: a Campanha procurou instalar sua rede de escolas em todas as regiões do país, voltando-se, prioritariamente, para as áreas rurais, mais desprovidas de recursos escolares; e, ao mesmo tempo, desenvolveu intenso esforço de arregimentação, procurando motivar as populações a buscarem a matrícula nas escolas então instaladas.[48] Além das providências destinadas a promover a procura de escolas junto às populações iletradas, a administração vem buscando encontrar procedimentos que favoreçam a maior permanência dos alunos no ensino comum. Entre as medidas ensaiadas com essa finalidade, a mais importante consiste na instituição das denominadas "classes de recuperação".[49] Possibilitando maior assistência aos alunos circunstancialmente atrasados no processo da escolaridade, em uma ou outra disciplina ou em conjunto de disciplinas, a recuperação poderia determinar a diminuição dos índices de repetência e atuaria, assim, mesmo que indiretamente, sobre um dos principais fatores da evasão escolar. Nessa mesma linha de

---

[48] Beisiegel, Celso de Rui. *Estado e Educação Popular, op. cit.*, p. 97.

[49] Ver, a esse respeito, Vale, José Misael Ferreira do. *Os Estudos de Recuperação*, Dissertação de mestrado, SP, FEUSP, 1975, edição mimeografada.

preocupações, também a "merenda escolar" tem sido defendida pelas autoridades como um instrumento de fixação dos alunos pobres na escola.

A administração do sistema de ensino *vem procurando enfrentar, no interior da escola,* os efeitos escolares negativos de situações definidas fora da escola. Inscrevem-se nessa orientação as medidas votadas à compensação dos efeitos negativos da "carência alimentar" e da "carência cultural". Os diversos programas de suplementação alimentar já praticados – desde a antiga "sopa escolar" até à contemporânea "merenda escolar" – pretenderiam atenuar, dentro da escola, as conseqüências da subnutrição produzida pelas condições da vida nos meios pobres. Essa linha de preocupações encontra reforços nos programas de assistência alimentar desenvolvidos por outras entidades. Em São Paulo, como exemplo, os programas de distribuição de leite e do "gestal"[50] são entendidos como importante contribuição da Secretaria da Saúde para a melhoria de rendimento do ensino entre as populações de baixa renda. Acompanhando as providências voltadas para a suavização dos efeitos escolares negativos da "carência alimentar", as autoridades têm procurado encontrar procedimentos que favoreçam também a compensação dos efeitos negativos da "carência cultural". É exatamente essa a orientação que vem presidindo os esforços voltados para a ampliação da rede da denominada "pré-escola". Contribuindo para a relativização dos efeitos da "carência" cultural, afetiva, estimuladora, verbal etc. dos alunos oriundos dos meios pobres, a pré-escola criaria condições para o melhor desempenho posterior dessas crianças no ensino comum.

O inventário das principais iniciativas votadas à ampliação das oportunidades de acesso aos serviços do ensino não poderia deixar de incluir a instalação dos cursos noturnos, notadamente nos níveis médio e superior da escolaridade. Entre todas as medidas antes enumeradas, a tão discutida criação de cursos noturnos de ensino secundário e de ensino superior talvez apareça como a de maior eficácia real na multiplicação das oportunidades de estudo dos segmentos menos favorecidos da coletividade.

*

* *

Não obstante as mudanças observadas no sistema escolar nas últimas quatro décadas, numerosos estudiosos ainda insistem em colocar o con-

[50] Cf. Relatório Setorial – Governo do Estado de São Paulo – 1975 a 1979 – Secretaria de Estado da Saúde, p. 6: "Suplementação alimentar à gestante, à nutriz e ao pré-escolar."

ceito de *democratização do ensino* entre aspas. Isso não quer dizer que desconheçam o significado social da expansão das oportunidades de acesso à matrícula. Também não ignoram que em sua organização formal o sistema escolar caminhou bastante na direção da igualdade das oportunidades educacionais. Não discutem a inegável persistência da atuação administrativa orientada para a suavização de expressões das desigualdades sociais no âmbito da educação escolar. Mas advertem que a escola, no Brasil, não teria sofrido alterações significativas em suas atribuições na reprodução das desigualdades sociais. Ignorando as reiteradas afirmações liberais sobre as possibilidades de realização individual associadas ao desenvolvimento de uma igualdade de oportunidades na educação, a escola brasileira, antes, como agora, de nenhum modo estaria colocando em questão os fundamentos não igualitários da sociedade de classes. *As alterações já mencionadas somente teriam modificado o padrão de expressão das desigualdades no interior do sistema escolar e a modalidade das articulações entre as desigualdades no ensino e no âmbito da sociedade.*

No passado, a exclusão escolar das populações subalternas aparecia sob a forma simples e direta da inexistência de possibilidades de acesso aos setores mais decisivos do ensino. Hoje, o processo de exclusão continuaria operando eficazmente, mas sob formas menos transparentes. A generalização das oportunidades de acesso à escola comum e o alargamento das possibilidades de ingresso nos degraus superiores da escolaridade estariam somente disfarçando a persistência dos mecanismos de discriminação. Quando os habitantes encontram possibilidades reais de ingresso no ensino comum e vêem progressivamente eliminadas ou, pelo menos, enfraquecidas as barreiras que impediam sua progressão na seqüência da escolaridade, já não seria tão evidente a existência desses mecanismos. Já não seria tão fácil perceber que a grande maioria dos habitantes agora ingressa no ensino comum, mas é excluída logo nos primeiros momentos da vida escolar e que essa exclusão, intensa nos primeiros estágios do ensino, é menor, mas persistente, durante todo o processo da escolaridade, é uma exclusão condicionada sobretudo pela situação social, cultural e econômica dos alunos. Mais ainda, ao dificultarem a clara percepção da permanência das desigualdades sociais na educação, as mudanças já enunciadas estariam emprestando foros de legitimidade às afirmações da existência de uma sociedade aberta, em que a possibilidade de plena realização das potencialidades individuais estaria assegurada pela igualdade das oportunidades de aproveitamento dos serviços da educação. Assim, o alargamento das oportunidades educacionais estaria

reforçando as idéias que afirmam o desenvolvimento de uma democratização real na sociedade. Em outras palavras, *embora a extensão das oportunidades escolares e a transformação formal do sistema de ensino não tenham de fato produzido conseqüências mais significativas na situação de classe da grande maioria dos habitantes, ao integrarem o aparato ideológico dissimulador do real estariam na verdade consolidando a própria desigualdade que pretendiam combater*

Um outro argumento, seguidamente reafirmado pelos estudiosos que relativizam a significação das mudanças observadas, avança um pouco mais a crítica ao processo de democratização das oportunidades. Para esses autores, a extensão do ensino à coletividade, além de aparecer como elemento constitutivo das representações já delineadas no argumento anterior, apareceria também como processo de fortalecimento do *principal instrumento de inculcação* dessas mesmas representações mistificadoras do real. Nesses termos, a ampliação das oportunidades somente levaria à ampliação da ação ideológica desenvolvida pelo sistema escolar.

Quando essas linhas de argumentação conduzem ao desconhecimento da importância da democratização do ensino ou, em casos extremos, mesmo à negação de quaisquer significados ao movimento democratizador, elas exigem, no mínimo, algumas ponderações.

Em primeiro lugar é necessário convir que a ação pedagógica não se esgota no processo de inculcação ideológica. A escolaridade envolve outras dimensões e, entre elas, não devem ser ignoradas as sempre óbvias e tradicionais conseqüências associadas ao aprendizado de técnicas básicas de comunicação e de ajustamento às condições da vida moderna. Igualmente não podem ser esquecidas as conseqüências associadas ao domínio de informações e ao desenvolvimento de habilidades que, bem ou mal, favorecem a obtenção de um emprego. É bem verdade que a inculcação, a instrução e a formação constituem apenas elementos de um mesmo processo. A inculcação ideológica tem lugar no próprio interior das atividades voltadas para a transmissão dos conhecimentos, e a formação das habilidades está presente nos conteúdos dos conhecimentos e habilidades. Ao transmitir técnicas de comunicação e outros conhecimentos, ao desenvolver em seus alunos um conjunto de habilidades, a escola transmite e desenvolve simultaneamente conhecimentos, atitudes, sentimentos e valores em que se exprimem e mediante os quais se consolidam determinadas representações da existência social. Mas o aprendizado das técnicas e o desenvolvimento das habilidades têm *conseqüências específicas* que inegavelmente implicam vantagens reais para a população escolar. Tanto é

assim que a expansão das oportunidades escolares possibilitou a mobilidade social vertical, em magnitudes variáveis, para grandes contingentes das populações urbanas. E mesmo que essa ascensão somente apareça sob a forma de ganhos individuais e não afete os fundamentos estruturais da sociedade de classes, para os indivíduos alcançados, e eles são muito numerosos, os benefícios obtidos são indiscutíveis. Não pode ser ignorado que a expansão das oportunidades nos setores mais decisivos do ensino, na antiga escola secundária e no ensino superior, ocorreu, sobretudo, como expressão do alargamento das reivindicações educacionais das populações urbanas, e essa modalidade de exercício de participação popular na determinação de suas condições de vida tem implicações relevantes, inclusive sob o ponto de vista de uma política popular.

É preciso refletir um pouco mais também sobre a natureza da própria inculcação na escola brasileira. Há poucas informações provenientes de pesquisas sobre a qualidade, a extensão e a eficácia do processo. Mas alguns elementos que certamente condicionam o seu desenvolvimento são conhecidos e devem ser levados em consideração. Nas últimas quatro décadas, a intensa expansão do ensino comum e o crescimento dos degraus superiores da escolaridade provocaram mudanças na composição da clientela e do corpo docente das instituições escolares. A multiplicação do número de alunos e de Professores traduziu a incorporação progressiva de contingentes extraídos de setores cada vez mais heterogêneos da população, aí incluídos amplos segmentos das classes populares. A escola, notadamente no ensino comum e, em menor escala, também nos níveis médio e superior, vem evoluindo no sentido de apresentar-se como local de encontro de todos os setores da população e como campo de repercussão de todas as tensões que conturbam a vida coletiva na sociedade moderna. O Professor, quase sempre caricaturado como o arauto mais ou menos consciente das necessidades de uma estrutura de dominação, vem sendo transformado, gradualmente, num tipo social diverso, mais complexo, no profissional submetido às duras injunções do empobrecimento relativo, obrigado a lutar pela defesa de seus níveis de remuneração, dividido diante das muitas alternativas teóricas e políticas de encaminhamento de suas reivindicações. Os alunos, ora recrutados em todos os estratos da população, aparecem no interior da escola como portadores das representações da existência social e das expressões concretas das situações de vida dos diferentes segmentos da sociedade. As possibilidades de reelaboração coletiva dessa multiplicidade de representações e vivências provavelmente variam bastante segundo o tipo de escola, o degrau da escolari-

dade e as conjunturas particulares. Mas a história recente indica que o ensino, no Brasil, já não corresponde à imagem, sugerida pela teoria, de um amplo, homogêneo e eficaz processo de transmissão e consolidação de representações, conhecimentos, sentimentos e atitudes comprometidas com a tranqüila aceitação da "ordem" dominante. A situação atual do sistema de ensino já não comporta a pura e simples identificação entre o processo da escolaridade e a inculcação ideológica a serviço de uma determinada ordenação da vida coletiva. Se a realidade respondesse fielmente às explicações extraídas de uma aplicação dedutiva de rígidos e fechados referenciais teóricos, muitas vezes mal assimilados, talvez não tivessem ocorrido as tão freqüentes incursões dos sistemas coercitivos do Estado nos domínios da educação escolar. A escola, ao lado de outras instituições envolvidas na formação de atitudes, sentimentos, conhecimentos..., tem realmente sua parcela de contribuição no processo de inculcação ideológica. Mas sua atuação nesse processo é complexa, é contraditória, e de nenhum modo poderia justificar a oposição aos esforços comprometidos com a maior democratização das oportunidades.

São igualmente discutíveis, e por razões semelhantes, os argumentos que atribuem pesos negativos à democratização das oportunidades, porque a democratização é por demais imperfeita ou porque a consideram como elemento constitutivo do sistema de representações mistificadoras da realidade social.

As premissas em que tais posições se fundamentam são irrecusáveis. Mas, em seus desdobramentos, consideram somente um dos lados da questão e conduzem a interpretações parciais e, por isso mesmo, inadequadas. Não é imperioso que o reconhecimento da persistência de fundas desigualdades na educação escolar conduza à negação da validade de uma política educacional democratizadora. E o envolvimento dessa política na retórica legitimadora da ordem social contamina, mas não desqualifica irremediavelmente o trabalho dos educadores e as conquistas populares na educação. Não é razoável o desapreço a um movimento voltado para a suavização das desigualdades sociais, mesmo quando essas desigualdades ainda não tenham sido e nem possam vir a ser completamente eliminadas na escola ou pela escola, ou porque essa suavização tem funções estabilizadoras da ordem social não igualitária. Certamente é possível – e necessário – diagnosticar e submeter à crítica tanto as desigualdades que insistem em permanecer quanto as distorções ideológicas comprometidas com a sua manutenção no interior do sistema de ensino e, ao mesmo tempo, reconhecer e apoiar as orientações democratizadoras da política educacio-

nal, nas iniciativas dedicadas à ampliação da rede de escolas, nas providências votadas à reforma das características não igualitárias internas ao ensino e nos procedimentos adotados com a finalidade de suavizar, dentro da escola, os efeitos educacionais negativos de condições sociais, culturais e econômicas definidas fora da escola.

É quase um lugar-comum observar que a estrutura não igualitária da sociedade de classes impõe limites às possibilidades de democratização nas diferentes áreas da vida social. *Esses limites, no entanto, são flexíveis e podem ser ampliados mediante a prática democratizadora.*

*

* *

Essa noção de *limites estruturais ao desenvolvimento da igualdade na sociedade capitalista* sugere, finalmente, uma última observação a propósito das vicissitudes do ensino no Brasil, após 1930.

Conscientes da impossibilidade de eliminar, dentro da escola, mediante providências especificamente educacionais, os efeitos negativos de situações geradas fora da escola, alguns educadores têm procurado descobrir procedimentos que pudessem estender a atuação do processo educativo à própria origem social dos desafios então enfrentados. Essa perspectiva já estava de alguma forma presente nas justificativas de Lourenço Filho à Campanha de Educação de Adultos. Ao instalar sua rede de escolas supletivas em todo o território, a Campanha, entre outros objetivos, procurava obter a valorização do ensino nas comunidades e promover, assim, a melhoria do próprio ensino infantil. "O adulto provido de alguma instrução, em meio igualmente rude, pode contribuir para transformá-lo, seja atuando no seio do lar, sobre os filhos, seja nas suas relações mais extensas, sobre toda a comunidade."[51] Mas a Campanha poderia atuar também na melhoria das condições de vida material nas comunidades. Por um lado, permeabilizando as populações aos esforços modernizadores dos poderes públicos. E, por outro lado, interferindo diretamente nas atividades sociais e produtivas, mediante a constituição de Missões Rurais de Educação de Adultos. Reunindo equipes de especialistas – Professores, Médicos, Veterinários, Agrônomos, Sanitaristas etc. – as Missões Rurais deveriam realizar diagnósticos das condições gerais da vida local e

[51] Beisiegel, Celso de Rui, *op. cit.*, p. 97.

empreender programas integrados de educação para o desenvolvimento comunitário.[52]

Inscreviam-se na mesma linha de preocupações vários programas de educação popular empreendidos nos primeiros anos da década de 1960. O Movimento de Educação de Base (MEB), os movimentos de cultura popular (MCP), os centros populares de cultura (CPC) e o Programa Nacional de Alfabetização,[53] além de outros, menos significativos, tinham em comum a intenção de estender a atuação do processo educativo às origens sociais das desigualdades que buscavam combater. A curta história do Programa Nacional de Alfabetização de certo modo caracteriza a evolução desses trabalhos. Instituído nos termos do Decreto nº 53.465, de 22 de janeiro de 1964, o programa previa o desenvolvimento de suas atividades mediante a adoção do método "Paulo Freire de alfabetização de adultos". Desde as primeiras providências votadas à sua articulação, já aparecia profundamente envolvido no clima de tensões políticas e sociais que marcam esse período. O Governo Federal, na época, entendia que a aceleração do crescimento econômico e a extensão de seus benefícios a um maior número de cidadãos implicariam mudanças estruturais profundas. Impunha-se, por isso,

> "... o fortalecimento do Governo diante das resistências externas e internas às mudanças. Era necessário deslocar para a administração nacional maior parcela de poder de decisão diante de Governos e empresas do exterior, ao mesmo tempo em que, no plano interno, buscava-se o desenvolvimento mediante a promoção das denominadas reformas de base – entendidas, na época, como indispensáveis à incorporação não revolucionária das massas à nação. A tarefa básica do momento no âmbito desse projeto de 'mudança não-negadora-do-capitalismo' consistia, pois, 'em dar maior flexibilidade às estruturas', por meio da realização das reformas agrária, administrativa, bancária e fiscal. A afirmação da necessidade de reformas se estenderia a outros setores de atividade, incluindo questões relativas ao sistema eleitoral, à organização urbana, ao ensino universitário, ao capital estrangeiro e, também, à educação comum. Entendia-se, porém, que embora as 'tensões estruturais' provo-

---

[52] *Idem*, p. 100.

[53] Ver, a esse respeito, Paiva, Vanilda Pereira, *Educação Popular e Educação de Adultos, op. cit.*, p. 230 e seguintes. Sobre o Programa Nacional de Alfabetização, ver Manfredi, Sílvia Maria, *Política e Educação Popular*, SP, Símbolo, 1978.

cadas pelo desenvolvimento fossem de várias ordens, 'em nenhuma parte seriam tão óbvias e significativas como no setor agrário'. A reforma agrária, capaz de eliminar pontos de estrangulamento que impediam a rápida dinamização da produção agrícola e de 'salvaguardar a massa de camponeses das pregações demagógicas', catalisava as atenções.

Ao mesmo tempo em que davam forma aos objetivos da ação do Governo Federal, a 'reforma agrária' e as outras 'reformas estruturais' apareciam também como meio de mobilização do apoio indispensável à sua própria realização e, principalmente, como instrumento de incorporação de novos contingentes populares às bases de sustentação política dos grupos que se propunham a realizá-las. O apelo 'aos Estudantes, aos Operários, aos Empresários, aos Intelectuais, quiçá aos Camponeses, por meio de suas organizações incipientes', era freqüentemente reiterado nesse período. Assumindo o Executivo em situação de crise e submetido a pressões e resistências crescentes durante toda a duração de sua permanência no poder, o Governo Goulart associava suas possibilidades de sobrevivência e fortalecimento político à ampliação de suas 'bases populares' – e a luta pela realização das reformas, examinada sob este prisma, aparecia como o principal instrumento de catalisação do apoio popular ao Governo. Os partidos e os grupos de esquerda eram componentes indispensáveis à condição dessa 'política de massas'. Apelava-se, certamente, sobretudo para as denominadas 'esquerdas positivas'. Mas, uma incorporação dos grupos da 'esquerda positiva' com o cerceamento concomitante dos grupos da 'esquerda negativa', embora possível no plano das formulações, era, na prática política, dificilmente realizável. Na verdade, as análises da atuação do Governo Federal, nos primeiros anos da década de 1960, têm salientado as ambigüidades da política posta em prática pelos grupos que então dominavam o Executivo. *No âmbito de um projeto social de desenvolvimento, que se afirmava estar comprometido com a 'persistência da sociedade capitalista', criavam-se condições propícias à atuação de grupos virtual ou de fato já orientados para a mudança do sistema.* Essa ambigüidade permearia a atuação do Governo Federal também no campo da educação de adultos. As justificativas dos programas dirigidos aos adolescentes e adultos analfabetos decorriam, coerentemente, das formulações mais gerais do projeto de desenvolvimento que se procurava realizar. Mais ainda, esses programas não escondiam sua condição de componentes de uma política de ampliação das bases populares de sustentação dos grupos no poder. E, por outro lado, seriam conduzidos, em

grande parte, sob a orientação de lideranças estudantis de esquerda ao menos *virtualmente* contestadoras do sistema capitalista.[54]

Nos primeiros anos da década de 1960, a educação de adultos passou a ser entendida, também pelas lideranças universitárias, como possível recurso de dinamização do "movimento estudantil".

"Em documento de setembro de 1962, a 'Comissão de Alfabetização' da *União Nacional de Estudantes* analisava as perspectivas de atuação que aí já se delineavam e consolidava a orientação a ser seguida nos próximos anos. A *Campanha de Alfabetização de Adultos* da entidade era definida como 'um elo a mais na luta popular então levada a efeito', pois daria 'ao estudante um contato direto e aprofundado com a realidade brasileira, particularizada em cada caso concreto na pessoa do analfabeto', e com ela se 'enrijeceriam os laços da aliança operário-estudantil-camponesa'. 'À luta contra o subdesenvolvimento, a miséria, a fome, pelas reformas básicas, que a UNE tomou a si, juntava-se então a humana e política tarefa de restituir ao povo um pouco do privilégio que gozavam os estudantes, a fim de que o povo melhor pudesse lutar contra todos os privilégios.' A essa altura já se acumulara alguma experiência de trabalho no setor da alfabetização. A 'Comissão' fora estruturada em outubro de 1961. Uma 'experiência', então iniciada na Guanabara, num primeiro período se desgastara 'em reuniões que se perdiam em discussões teóricas, tais como as referentes à cartilha...'; 'esse período de extremo teoricismo prolongou-se até fins de dezembro quando a Comissão, ainda sem nenhuma prática ou plano de trabalho concreto, caiu em si e decidiu iniciar sem maiores delongas a alfabetização. A experiência não chegou a durar um mês, devido à não-planificação do trabalho e também por não aquilatar a viabilidade das atividades iniciadas. Assim, tentando corrigir o teoricismo, caíra-se no praticismo'. A reflexão sobre as dificuldades e os desacertos do passado recente apontava para novas modalidades de atuação. Concluía-se nada haver no Brasil que pudesse ser utilizado dentro dos objetivos fixados para a Campanha. Atribuía-se, por isso, aos alfabetizadores, inteira liberdade de atuação, 'a fim de que utilizassem criticamente os meios que a experiência demonstrasse serem os mais eficazes'. Os ensaios ainda se desenvolviam em setembro de 1962, 'embora numa fase superior de metodização'. Com efeito, em meados desse ano, a

[54] Beisiegel, Celso de Rui, *op. cit.*, p 161.

'Comissão' já se apresentava mais bem estruturada para a condução das atividades. Criaram-se um 'Departamento de Levantamento de Locais', um 'Departamento de Recrutamento de Alfabetizadores', um 'Departamento de Publicidade', uma 'Secretaria' e uma 'Coordenação Geral'. Funcionavam diversas escolas, ainda na Guanabara, e fora organizado um 'Curso de Preparação de Alfabetizadores', bastante freqüentado de início, e quase que inteiramente abandonado pelos candidatos, durante sua realização. Concluía-se, mais tarde, que a melhor maneira de formar alfabetizadores era a prática; (...) colocavam-se dois ou três novos alfabetizadores como monitores de classe, para ali aprenderem com o alfabetizador mais experiente. Depois, confirmada a necessidade de uma cartilha, criou-se o 'Departamento Pedagógico', que optou pela adoção e adaptação da cartilha do Movimento de Cultura Popular do Recife. Discutia-se, em setembro de 1962, a dificuldade encontrada na mobilização de universitários para a execução dos trabalhos. Mas, o interesse despertado pelo movimento e a segurança obtida nas atividades anteriores já sugeriam a possibilidade de empreendimentos mais ambiciosos. A UNE inicia então os contatos formais com as uniões estaduais de estudantes visando à articulação de um movimento de âmbito nacional. Já se fixara a intenção de realizar, em janeiro de 1963, o *Primeiro Seminário Universitário Nacional de Alfabetização*. Chegava-se, finalmente, 'no limiar de uma Campanha de grandes proporções'.

Não obstante o avanço dos entendimentos mantidos com as organizações estaduais e mesmo tendo em conta a existência de uma cartilha 'oficial', preservava-se ainda a flexibilidade de procedimentos. A cartilha era entendida como experimental, 'sujeita às modificações impostas pela prática'. Era autorizado o uso de quaisquer outros guias de leitura para adultos, desde que se tivesse em conta o caráter experimental dos trabalhos. Apesar de que as discussões incorporadas ao documento já exprimissem a influência dos trabalhos e dos debates então centralizados no Recife, uma influência que se revelava, seja na idéia de buscar no 'povo' as fontes do processo de sua educação, seja na adoção da 'cartilha do MCP', na verdade a 'Comissão' ainda procurava um instrumental mais adequado à realização dos objetivos do movimento estudantil".[55]

Pelas suas características, o método Paulo Freire respondia às expectativas dos grupos dirigentes, no Governo da União, e aos objetivos fixados

[55] *Idem*, p. 164.

para o movimento estudantil na área da educação. Centralizando a realização dos trabalhos no exame crítico das condições de vida dos adultos matriculados nos "círculos de cultura", levando os adultos a discutirem os problemas envolvidos em suas experiências existenciais, sob o estímulo e a orientação de um "coordenador de debates", e remetendo a reflexão sobre esses problemas para a investigação de suas origens no modo de organização da sociedade brasileira, a educação popular assim concebida atendia integralmente às necessidades dos grupos governamentais e estudantis comprometidos com a política das "reformas estruturais". "Um projeto educacional assim concebido comportava diferentes tentativas de aproveitamento. Certamente não era difícil encontrar na discussão das características de vida das comunidades as expressões da miséria, das desigualdades e dos inconformismos populares em que se apoiavam as afirmações da necessidade das *reformas estruturais,* então reivindicadas pelas lideranças políticas populistas."[56] Mas o projeto atendia também às expectativas dos grupos orientados para uma transformação mais radical da sociedade: "De igual modo, também não era irrealista pretender que as discussões, nos 'círculos de cultura', conduzissem à reflexão e ao exame crítico das 'experiências existenciais do analfabeto enquanto expressões de sua situação de classe e, com isso, possibilitassem a conscientização entendida agora como identificação de interesses comuns de classe contra os interesses de outras classes'."[57]

Essas possibilidades reformistas ou revolucionárias de utilização do método Paulo Freire não passaram despercebidas entre segmentos conservadores da sociedade. "Se, por um lado, a adesão ao método traduzia expectativas de atuação política reformista ou revolucionária, por outro, as críticas – e o combate direto ao método e ao seu Autor – também atenderam sobretudo aos receios despertados pelas possíveis conseqüências políticas associadas aos trabalhos de alfabetização."[58] Francisco Weffort observou que as preocupações de Paulo Freire, nessa época, eram fundamentalmente educativas.[59] Mas, as lideranças estudantis, "taticamente interessadas na educação de adultos", e as lideranças políticas que criaram as condições para a realização do Programa Nacional de Alfabetização "orientavam seus interesses sobretudo para o campo da

[56] *Idem,* p. 168.
[57] *Idem,* p. 168.
[58] *Idem,* p. 169.
[59] Weffort, Francisco Correa. "Educação e Política", introdução ao livro *Educação como Prática da Liberdade,* de Paulo Freire, RJ, Paz e Terra, 1967.

política, mesmo quando a política se realizava mediante a atividade educacional. Desde o início, os trabalhos de Paulo Freire foram assimilados mais pelas suas virtualidades por meio de mobilização do que por expressão de um conjunto articulado de idéias educacionais. A prática educativa inspirada nos trabalhos do Autor seria avaliada, prestigiada e, finalmente, recusada, no Brasil, a partir de estimativas centradas em suas implicações políticas".[60]

Não é difícil entender por que as atividades do Programa Nacional de Alfabetização foram encerradas logo após 31 de março de 1964. *Ao tentarem atuar sobre as matrizes estruturais das desigualdades que procuravam combater,* os movimentos de educação popular empreendidos no âmbito do Estado "populista" *talvez estivessem finalmente ultrapassando os limites possíveis do processo de democratização do ensino e da sociedade,* na ordem social capitalista, no Brasil.

[60] Beisiegel, Celso de Rui, *op. cit.*, p. 168.

CAPÍTULO IX

POESIA E PROSA DE FICÇÃO

1. POESIA

O Modernismo, instaurado em 22, com a Semana de Arte Moderna, assumiu a vanguarda de modo ambicioso. Quis influir nas letras, nas artes em geral e mesmo na política do país. E conseguiu imantar as elites culturais, despertando reações ou engajando inteligências desgostosas e inconformadas com a rotina em que se viam envolvidas. O momento, também no resto do mundo, era propício a uma revisão de projetos, sobretudo os mais diretamente relacionados com a vida mental, a difusão das artes e o exercício da literatura em particular.

Modernismo e descentralização

Este estudo, por conseguinte, tem de ser entendido segundo uma perspectiva ampla, integrado na que os outros colaboradores dessa obra se propuseram rasgar ao leitor. Na parte que me compete abordar, considero que o ponto de partida para a compreensão do Modernismo deve ser o da poesia, que representou o centro nervoso, em nossa literatura, até então mais sensível às mudanças de ordem estética. Desde muito, a contar do instante em que se formou, na Colônia nascente, à luz ofuscante do esplendor clássico, a poesia se fez muito ativa como veículo de cultura, de tal modo que o jogo das influências, a formulação dos ideários políticos, como que se articularam por meio dos temas por ela explorados. Em suma, tal como ocorreu no mundo ibérico, o lirismo foi aqui instrumento primordial no afeiçoamento de um tipo de civilização.

Antes de nossa prosa de ficção se dar conta das inquietações que eclodiram nos dois primeiros decênios do século XX, os poetas o fizeram, captando o que andava no ar, fosse na Europa, fosse em outros continentes. Quer me parecer que, do ponto de vista temático, apesar de nem sem-

pre felizes na composição de seus versos, os parnasianos da primeira hora perceberam os rebates do racionalismo atual, a hipertrofia da técnica, o esmaecer da moral consagrada, e assim por diante.

O profetismo de um Victor Hugo, na fase romântica, não encontrou grandes seguidores por aqui; mas não há dúvida de que o abolicionismo retórico de Castro Alves, a despeito das restrições que lhe têm feito bons críticos, versou problemas da hora com uma veemência a que não estávamos afeitos, salvo nas diatribes, contra Deus, o diabo e o mundo, de Gregório de Matos.

Modernistas de 22, muitos deles já imbuídos de idéias avançadas, como é o caso de Oswald de Andrade, em vez da lição "positiva" de Tobias Barreto e Sílvio Romero, adotaram um nacionalismo de base indigenista, como que fugindo à responsabilidade de enfrentar a realidade posta na ordem do dia pelo afro-brasileirismo. Bilac havia feito o mesmo. Mergulhando poeticamente na floresta, viu as monções, os caçadores de esmeralda, mas olvidou o índio, quero dizer, fechou os olhos à triste realidade de um grupo humano tão desgastado – numérica e culturalmente.

O índio tem-se prestado melhor a generalizações desse tipo; é o símbolo da terra-de-ninguém em que todos os brasileiros nos reunimos para chorar o Eldorado perdido. Essa versão neo-romântica distingue em particular a fase heróica do Modernismo. E só muito depois de 30 o negro tomaria importância real, em nossa literatura, como agente expedito de interação cultural.

Vejamos outro ponto. Toda reforma literária, por ser em síntese um questionamento do *Logos*, parte necessariamente da expressão, da forma, ou mesmo da intuição criadora, como diria Croce. Devo lembrar o fato incontestável de que a poesia, muito antes dos outros artefatos estéticos, foi a primeira atividade do espírito a sair, prospectivamente, em busca de uma "arte" nova. Os teóricos do Modernismo, a exemplo de Mário de Andrade, manifestaram de início uma preocupação de ordem formal quase obsessiva; era preciso reformar o verso, antes de mais nada, e para isso um dos postulados do Futurismo, o da "palavra em liberdade", passou a ser a tônica da moda. Ao versilibrismo, portanto, para resumir num termo essa querela em torno da modernidade, devemos os sinais premonitórios da mudança iminente.

Nenhum outro movimento literário, nem sequer o romântico, se desdobrou tão insistentemente nesses dois planos: o doutrinar e o fazer. Por outras palavras, o Modernismo teve caráter polêmico desde a primeira hora. E, não obstante o despreparo teórico do nosso intelectual, numa

época em que o estudo das Letras era no Brasil uma opção sujeita ao autodidatismo, a vanguarda de 22 conseguiu algo muito importante: institucionalizar a pesquisa estética como um dever indeclinável do escritor.

Por mais atenuada que fosse a repercussão de tal proposta no interior, o certo é que ela anunciava coisas efetivamente interessantes, diferentes, aos que por lá pelejavam isolados. O circuito da moda enriqueceu-se, porém, ali com a divulgação dos manifestos, das revistas, dos livros vindos de fora, em proporções nunca dantes registradas. Para resumir: cinco anos depois da Semana, o Modernismo era reconhecido em vários Estados, nos seus melhores círculos, como forma eficaz, totalizadora, de representação mental. Digo assim porque então apareceram, aqui e ali, inclusive em pequenas cidades, tais como Cataguases, Passa Quatro, Ubá, grupos homogêneos (enquanto signo de época): muitos se organizaram em torno de revistas e jornais ou fundaram órgãos de difusão desse gênero, com o propósito certo de defender o "espírito moderno", consoante a expressão de Graça Aranha. Mas no Rio de Janeiro, onde atuava o autor de *Canaã*, recém-chegado da Europa, o Modernismo foi menos agressivo, mais bem-comportado do que em São Paulo.

Quer no *Movimento Brasileiro* (a revista de Graça, Ronald de Carvalho e Renato Almeida), quer em *Festa*, dirigida por Tasso da Silveira e Andrade Muricy, a insubmissão ao oficialismo dominante foi talvez demasiado cautelosa. De todos os grupos surgidos no decênio, foi esse o que de modo mais visível incorporou a herança simbolista. O romantismo congenial de Tasso da Silveira, por isso mesmo, talvez não chegasse a perceber a importância das diabruras estilísticas de Adelino Magalhães, que também colaborou em *Festa*. Nessa plêiade figurou Cecília Meirelles, tão discreta sempre, infensa a ousadias formais. Na sua serenidade, não se gastou na propaganda do Modernismo; assimilou-o, porém, arrependida talvez de ter cedido aos amavios do Simbolismo – nos seus poemas da primeira fase *(Baladas para El-Rei*, por exemplo) –, mas a falta de agressividade de *Festa* despertou desconfiança em outros grupos estaduais, que ostensivamente haviam adotado uma posição batalhadora. Se foi menor o ímpeto modernizante de *Festa*, essa falha foi compensada pela constante presença, em suas colunas, de um colaborador: Adelino Magalhães, a quem devemos uma ficção surpreendente de novidade, antecipação feliz da aventura de um Joyce no plano da linguagem.

Entre *Klaxon* (1922), a primeira revista do Modernismo, e *Festa* (1927-1928 – 1934-1935), apareceu *Estética* (1924), a revista onde Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes, neto (Pedro Dantas) busca-

ram aliviar o Movimento Modernista de certos equívocos. Muitos desses foram da responsabilidade dos "novos" que a ele haviam aderido açodadamente. Igual culpa tiveram escritores mais velhos, presos à visão oitocentista da arte. Graça Aranha, para dar um exemplo, continuava a endeusar a energia cósmica, à maneira de Nietzsche, e, na sua estratégia, destinada a conquistar as novas gerações, chegava a postulados como este: "A Estética é uma filosofia de mocidade, porque só a mocidade sabe e pode vencer o Terror e transformar tudo em alegria."

Como quer que seja, o Modernismo, na antiga capital, encontrou maior resistência; pois ali, claro está, o espírito moderno teve de competir com forças organizadas, pessoas e instituições representativas da *belle-époque,* sobreviventes de uma situação que a Primeira Grande Guerra havia modificado em suas bases. Além disso, na moldura festiva da Guanabara, dissolve-se a identidade do nosso provincialismo visceral de mineiros, paulistas, paranaenses, catarinenses, gaúchos, baianos, goianos, nortistas, nordestinos. A heterogeneidade desses componentes é a regra; e, de fato, no que concerne ao Modernismo, isso ficou comprovado com a atitude de certos periódicos de grande tiragem, a exemplo de *Ilustração Brasileira* e *Para todos...,* ambos dirigidos por Álvaro Moreyra. Ali "futuristas" e "passadistas", como era de preceito dizer-se, conviveram cordialmente. Mas nos centros menores, onde o peso específico da cultura não é levado em conta, a irrupção modernista, anunciando mudanças radicais, constituía uma pedra de escândalo. Mário de Andrade, na sua conferência de 1942, *O Movimento Modernista,* observa que São Paulo, por motivos especiais, se antecedeu ao Rio, na importação inicial dos germes europeus que suscitaram a insurreição de 22. E acrescenta: "Ora, São Paulo estava muito mais 'ao par' que o Rio de Janeiro. E, socialmente falando, o Modernismo só podia mesmo ser importado por São Paulo e arrebentar na Província. Havia uma diferença grande, já agora menos sensível, entre Rio e São Paulo. O Rio era muito mais internacional, como norma de vida exterior. Está claro: porto de mar e capital do país, o Rio possui um internacionalismo ingênito. São Paulo era espiritualmente muito mais moderna, porém fruto necessário da economia do café e do industrialismo conseqüente. Caipira de serra-acima, conservando até agora um espírito provinciano servil, bem denunciado pela sua política, São Paulo estava ao mesmo tempo, pela sua atualidade comercial e sua industrialização, em contato mais espiritual e mais técnico com a atualidade do mundo."

Lembro que no Rio de Janeiro, cidade grande, os "marginais" desapareciam na indiferença do número. Foi o caso de Adelino Magalhães, e

ainda o de Manuel Bandeira. Este, acossado pela tuberculose, que o levou a longo estágio na Suíça, onde conviveu com poetas de vanguarda, fez-se aqui, de volta, um precursor. Mário aplicou-lhe o epíteto de "São João Batista do Modernismo". Modernista de tons suaves, arredado das confrarias belicosas (embora houvesse dado franco apoio à Semana de 22), sua influência agrandou-se no interior do país.

Inovava sem chocar, e o mesmo pode-se dizer de Ribeiro Couto. Este, explorando uma poesia menineira, nostálgica, bem cadenciada, realizou uma obra a que não faltaram traços "provincianistas". Suas repetidas evocações, em verso e prosa, das cidades e das coisas humildes, dos ambientes suburbanos, das tardes cinzentas, dos dias de chuva – insistindo numa temática de abandono e melancolia –, influiu bastante os nossos poetas jovens durante o decênio modernista e mesmo depois. Em Portugal, onde viveu, o poeta teve inúmeros seguidores, tais como os que se reuniram em torno do "Novo Cancioneiro". Adolfo Casais Monteiro, poeta e crítico, e João José Cochofel, entre outros, não ocultaram o *sortilégio* sobre eles exercido pelo autor dos *Poemetos de Ternura e de Melancolia* (1924). Isso é confirmado e encarecido por Eduardo Lourenço, excelente crítico, em obra fundamental sobre essa fase do lirismo português.

O grupo paulista foi estudado, no vol. 9º desta obra, por Alfredo Bosi, mas resta considerar, numa perspectiva de conjunto, o que houve nas demais Províncias do Brasil com respeito à fermentação modernista, precursora do renascimento literário verificado de 30 a 80. Nesse quadro de inquietações nascentes, coube papel moderador, mas altamente eficaz, ao grupo de *A Revista* (1925), que surgiu em Belo Horizonte e deixou marcas indeléveis. Dele fizeram parte Carlos Drummond de Andrade, Emílio Moura, Pedro Nava, João Alphonsus, Martins de Almeida. Foi talvez o grupo mais homogêneo da fase heróica. Atirou no certo, sem demasias, com um equilíbrio que não excluiu franqueza e destemor. Caracterizou-os, a todos, apurado senso crítico. A poesia, o conto, a crônica, o memorialismo, o ensaio político, de tudo se encontram sinais positivos na produção desses autores; projetaram-se devagar, numa construção bem planejada, e daí a importância da obra que os credencia hoje perante a crítica e o público. A ação catalítica de Drummond, cuja estréia em livro só se deu em 1930, com *Alguma Poesia,* permanece até hoje vivaz e abrangente. De início, fez-se notar sobretudo no interior de Minas, graças à constância com que ele aparecia nos periódicos de Belo Horizonte. Em tempo relativamente curto, ao grupo de *A Revista* juntaram-se outros,

oriundos de cidades menores, num belo esforço pela afirmação de sua mineiridade, um dos vincos originais da cultura brasileira.

No editorial com que se apresentou, *A Revista* deixou patente o caráter nacionalista da sua postulação estética. Assim: "Não somos românticos; somos jovens. Um adjetivo vale o outro, dirão. Talvez. Mas, entre todos os romantismos, preferimos o da mocidade e, com ele, o da ação. Ação intensiva em todos os campos: na literatura, na arte, na política." Dirigindo-se, depois, aos espíritos criadores, o editorialista acrescenta: "Falamos aos céticos; chegou a vez de falar aos espíritos criadores. Trazemos outra serenidade. Vimos reafirmar a nossa orientação no sentido da mais franca nacionalização do nosso espírito. Há no nosso tempo uma volta à realidade. Não nos abismamos mais nas mentirosas ideologias das gerações passadas, que fantasiavam a nossa terra com cores quiméricas. Sofremos uma aproximação mais íntima, um contato mais vivo do nosso meio. Eis por que cabe a nós uma obra de dura disciplina e de serenidade construtiva. Precisamos não só de atos de inteligência, mas, sobretudo, de atos de fé. Há uma necessidade inadiável de afirmação em todos os sentidos. Entrando em choque com a vida real, temos de confiar na nossa força para não cairmos na inação e no indiferentismo. Não queremos atirar pedras ao passado. O nosso verdadeiro objetivo é esculpir o futuro. Aí estão problemas essenciais da nacionalidade exigindo uma solução imediata. Pretendemos realizar, ao mesmo tempo, uma obra de criação e de crítica. Deixamos a cada colaborador a mais ampla liberdade de ponto de vista e de opinião. Apenas desejamos imprimir ao nosso trabalho uma unidade em harmonia com a nossa tendência nacionalista. Sem preconceitos rígidos. Sem exclusivismos estéreis. Procuramos concentrar todos os esforços para construir o Brasil dentro do Brasil ou, se possível, Minas dentro de Minas."

Os órgãos de imprensa mais representativos, em Minas, não hostilizaram abertamente o grupo que surgia. E as "pedras no meio do caminho", apesar do sarcasmo dos bem-pensantes (estímulo que nunca falta aos reformadores), foram pouco a pouco criando barreiras à facção parnasiana, murando-a numa convicção já tão escassa quanto envergonhada. De sorte que alguns discípulos de Mendes de Oliveira e Augusto de Lima prudentemente se calaram. E o mais curioso é que a batalha modernista se desenrolou em jornais de chamejante representatividade burguesa. A exemplo do *Diário de Minas*, órgão oficial do Partido Republicano Mineiro. Ali, seu redator-chefe, Carlos Drummond de Andrade, ao lado

de João Alphonsus e Emílio Moura, atacou rijo (com o ferro de Itabira) a velha ordem literária.

Prova do espírito liberal daquela gente dar-se-ia também mais tarde, quando João Dornas, Achilles Vivacqua e eu fundamos o *Leite Criôlo*, em 1928. Após circularem os dois primeiros números, como houvesse falta de recursos, fomos continuar a nossa campanha numa página do *Estado de Minas*, o jornal de maior circulação da nossa Província e modelo da austeridade montanhesa. Oswald de Andrade entusiasmou-se e quis atrair-nos para o grupo da *Revista de Antropofagia*. Planejou até um "Congresso Brasileiro de Antropofagia", que seria realizado em Vitória, com a participação do triângulo São Paulo-Minas-Espírito Santo.

Pequenas cidades mineiras tiveram também suas revistas, sustentadas por gente moça. A *Elétrica*, em Itanhandu, *A Montanha*, em Ubá, e a mais conhecida de todas, a *Verde*, de Cataguases (1927-1929), engrossaram as fileiras do Modernismo. Esta última deitou manifesto, onde se lê que o grupo trabalhava "independentemente de qualquer outro"; que tinha "perfeitamente focalizada a linha divisória" entre ele e os demais modernistas brasileiros e estrangeiros. Além de outras afirmações, enunciou esta, de conteúdo programático: "Somos objetivistas, embora diversíssimos uns dos outros."

A revistinha cataguasense foi movimentada sobretudo por quatro poetas: Ascânio Lopes, Rosário Fusco, Francisco Inácio Peixoto e Enrique de Resende, mas os seus colaboradores locais éramos uns meninotes esbraseados de paixão literária. A despeito de imatura, a geração de *Verde* despertou a atenção complacente de outros grupos, menos pelo que ela dizia do que pela integração nacional que seu esforço espelhava. Caso talvez único, numa revista do interior, nela colaboraram os maiores nomes do Modernismo e alguns do exterior, a exemplo de Blaise Cendrars.

Estávamos em 1927-1929 – e a questão principal já não era destruir, mas construir a desejada arte nova. Mas para isso eram necessários esforço continuado, paciência, concentração; e isso foi dito por um dos mais jovens integrantes de *Verde*. Com efeito, aos 17 anos, Rosário Fusco lançava na revista um artigo-advertência, intitulado "É preciso paz na arte moderna". Que dizia o rapazinho? Vejamos: "Cada um que rompa o matagal com o seu machado – como disse num grito de entusiasmo o Sr. Austen Amaro. Esse é o melhor processo de paz na arte moderna. Bom. Sincero. E prático, por enquanto. É o que eu adoto... até que apareça outro melhor."

Essa aspiração, enunciada por um autor recém-saído da adolescência, equivale a uma chamada à responsabilidade individual do artista. E de

certa maneira teve caráter premonitório, como que anunciando, lá dos cafundós de Minas, a floração de 1930-1940, quando tantas das melhores inteligências nacionais se afirmariam na ficção e na poesia.

Deixo de lado, para não me alongar, referência mais ampla às conseqüências da Semana na própria cidade de São Paulo. De resto, são bem conhecidas. Mas não posso omitir o que se passou com o poeta Guilherme de Almeida.

Convém recordar, em abono do trabalho pioneiro de São Paulo, as duas viagens de Guilherme de Almeida, em 1925, a pretexto de propagar o novo credo. Com efeito, um ano depois de publicar "Velocidade", no 1º número de *Estética*, o autor de *Meu* e *Raça* saiu de casa para "missionar infiéis" em dois extremos: Porto Alegre e Recife. No Sul, os jornais se ocuparam longamente do episódio, emprestando-lhe a significação de um *jumellage* cultural dos "novos" do Rio Grande com os de São Paulo. A velha-guarda porto-alegrense só então veio a tratar com simpatia os modernistas em geral. O tom "conservador" de Guilherme, resquício da prática parnasiana, facilitou o entendimento.

Aliás, por diversos motivos, a Semana de 22 estava mesmo destinada a repercutir com menos ênfase no Rio Grande do Sul. A fúria destrutiva que ela suscitou em muitos pontos do país abrandou-se nos pagos.

É possível que a razão disso se encontre menos na literatura do que na sociologia. Vincadas por traços inconfundíveis, conseqüentes à maneira de ser regional, as letras gaúchas haviam já passado, desde longa data, pelo abrasileiramento postulado na fase heróica do Modernismo. Não será, portanto, exagero dizer que o nacionalismo pregado em São Paulo, direta ou indiretamente, pela Semana; a busca, empreendida por Mário, Oswald, Cassiano, Menotti e Antônio de Alcântara Machado, das vivências do meio, segundo sua maior tipicidade; a pesquisa, consciente ou intuitiva, de uma expressão menos portuguesa, inclusive na preferência dada à oralidade – tudo isso, que fundamenta um amplo processo de inovação, já o conquistara a literatura rio-grandense, antes dos primeiros rebates da "poesia pau-brasil".

Afirmei uma vez que a originalidade própria, matizada, que extrema o gaúcho entre os brasileiros, não só pelas peculiaridades de sua vida campeira – técnicas de trabalho, vizinhança do platino, insulamento geográfico, convergência ordenada de açorianos para essa área – como pelo sainete de sua linguagem coloquial, de há muito trasladada à literatura (pelo menos desde 1848, com Caldre e Fião), tivera já como principal decorrência compenetrá-lo de seu papel no abrasileiramento da cultura portuguesa

matriz. O gaúcho – para resumir – colheu muito cedo, na estrutura de uma sociedade fronteiriça de pastores e guerreiros, sólido fundamento para atuar com desembaraço em favor de um Brasil mais original.

Ora, num meio como esse, os poetas da primeira geração modernista – Augusto Meyer, Raul Bopp, Vargas Neto, Theodemiro Tostes, Athos Damasceno, Pedro Vergara, Rui Cirne Lima, os "ases" da revista *Madrugada* (1926), não fizeram grande esforço para embeber a sua poesia de sumos nativos. Uma forte humanidade de pastores e guerreiros, à qual J. Simões Lopes Neto deu, a partir de 1910, o maior ensejo de recriação estética que ela já teve antes de Érico Veríssimo, apresenta-se a esses autores como tema inevitável.

Bastou a cada um deles virar-se para dentro de si mesmo e ver. Feito isso, ganharam naturalmente a partida da autenticidade, no jogo entre o local e as sugestões européias – que não lhes faltaram, por força inclusive da variada composição de seu tecido antropológico. Aquilo que em Oswald, em Graça Aranha, ou em Ronald, criaturas europeizadas pelo *séjour* alicerçado no conforto, representou uma concessão até certo ponto constrangida, um dever de cidadania – por implicar o abandono de uma polidez longamente sonhada na mocidade, na época da formação definitiva – naquela rapaziada sulina foi como que um estar-em-casa, nas larguezas da bombacha. Conseqüentemente, o Modernismo não trouxe maiores novidades à literatura gaúcha, ao valorizar a experiência estética baseada no cotidiano. Fechado até então dentro de suas fronteiras, o gaúcho sentia a Província atuar nele de modo absorvente. Sua própria formação tumultuária ajudou-o a perceber os localismos por vezes em detrimento do universal; mas essa posição foi por ele assumida sem complexos de inferioridade diante das Oropas e seus borzeguins.

A propósito, basta citar uma figura-símbolo: Augusto Meyer, que aparece como poeta em 1920 e vem a ser um dos nomes mais representativos do Movimento Modernista. Ou esse extraordinário primitivista de *Cobra Norato*, Raul Bopp, que faria em São Paulo, integrado no grupo de Oswald, a sua estréia em livro. E eis-nos chegados, com esse autor, ao ponto culminante da épica, na fase modernista.

Filho de um Estado onde o falar regional tem tanto caráter, seria normal que Bopp sobrecarregasse o seu poema de gauchismos vocabulares. Saindo de casa na juventude, para suas andanças em terras do Sem-Fim, já havia experimentado ao vivo a diversidade e riqueza do linguajar do interior brasileiro. Adquiriu a esse respeito uma experiência que teria faltado,

talvez, a Mário Andrade, conhecedor dessa linguagem sobretudo por via da fonte impressa. A linguagem de Bopp representa, ao contrário, uma aquisição afetiva do idioma, donde podermos afirmar que só mesmo uma absorção realizada em tais circunstâncias permitiria a combinação de efeitos, o tratamento estilístico que faz de *Cobra Norato,* em suas diferentes versões, um poema que junta sua forte originalidade a igual poder de comunicação. O mito amazônico, recriado por um gaúcho de descendência alemã, em termos tão brasileiros, tem ademais um sentido nacional raramente atingido entre nós em qualquer período literário.

A conquista do Nordeste para o Modernismo foi batalha mais árdua. E constitui sabidamente um dos aspectos polêmicos da cultura brasileira contemporânea. É fora de dúvida que a Semana de 22 não teve imediata repercussão nas maiores cidades daquela área; nem mesmo no Recife, malgrado sua tradição cultural. Foi preciso que um jovem estudante, Joaquim Inojosa, entrando em contato com os paulistas, no ano da realização da Semana, transladasse ao Recife, com entusiasmo invulgar, os estopins preparados na Paulicéia e no Rio pela vanguarda modernista. Com Ascenso Ferreira e Austro Costa, mais os seus neófitos da Paraíba, Inojosa rasgou ali (com que dificuldades, só ele sabe – e relatou numa obra fartamente documentada) imensas clareiras por onde penetraram as inovações.

Em Natal, curioso como sempre, Luís da Câmara Cascudo, compreendendo desde logo os rumos a que tendia o Modernismo, tornou-se não só um de seus divulgadores, como principalmente um dos estudiosos da cultura brasileira em várias de suas manifestações. Mas as simpatias que aproximaram Mário de Andrade e Cascudo, Jorge Fernandes e Ascenso não foram meros liames de camaradagem, mas inserção da inteligência num complexo cultural de que o Modernismo foi o divisor de águas.

Em Alagoas, Jorge de Lima, já muito comprometido no cartório parnasiano, levou tempo a sair da toca – os seus *Poemas* são de 1928; mas daí por diante se aprofundou nos motivos do primitivismo regional (especificando: o negrismo, a mestiçagem, o localismo pitoresco), aproveitando um assunto que só muito depois, através de *Casa Grande & Senzala,* seria explorado por Gilberto Freyre com as conseqüências que todos sabem – no âmbito da Sociologia. Mas não há dúvida: o estímulo para isso nasceu em grande parte das promoções escandalosas da Semana de 22. Seria pueril negá-lo. Antes dela não houvera receptividade franca para grandes obras que divergissem do cânone oficial – e a prova é que um Simões

Lopes Neto, apesar de sua originalidade exemplar, fora simplesmente esquecido. Só o regionalismo bem-falante, sonoramente bonito, ao modo de Arinos, ou o traço caricatural do costumismo naturalista, tomado de Monteiro Lobato, tinham hora e vez nos quadros nacionais.

Foi preciso que em 28, irrompendo da sua Paraíba agreste, um José Américo de Almeida viesse espertar os nossos Brasis, mostrando-lhes uma ficção meio bárbara, de indisfarçável conotação antiliterária, vale dizer, a traduzir revolta contra aquilo mesmo que a antecedera por entre rendados de estilo – modismo que Lúcia Miguel-Pereira chamou de "literatura sorriso da sociedade".

O Nordeste, o Norte, a Bahia, estavam aí todos maduros para a colheita. Justamente naquela área em que fora tão atuante uma tradição cimentada, desde a Colônia, pela retórica tradicional, o despojamento modernista (seu verismo atrevido, mal-ajambrado, seus desrespeitos ao não-senhor das lusitanidades consagradas), teria de ser – e foi – a longo prazo, uma de suas vitórias mais positivas. A evangelização dos Gálatas – lá longe – seria evidentemente um feito mais brilhante do que a conversão ao cristianismo de um vizinho cabeça-dura de Samaria. Assim, ao empolgar Eneida, nos igarapés do Grão-Pará, ao pescar Abguar Bastos nos seringais do Amazonas, para o seu sistema, o Modernismo demonstrou estar de posse de uma força de atração irresistível.

O mesmo aconteceu na Bahia. Um velho mineiro lá radicado, Carlos Chiacchio, animou a gente moça, que viria a se congregar em torno da revista *Arco e Flecha* (1928), onde Eugênio Gomes daria os primeiros sinais de sua inteligência e de onde se destacaram para formar nova ala, entre outros, Jorge Amado e Edison Carneiro. O romancista de grandes recursos não teve papel saliente nessa hora de vanguarda – era ainda muito moço –, mas a sua obra futura viria consagrar, em linhas gerais, as normas do Modernismo, no que este propusera como indispensável à recriação de nossa realidade física e moral: a vizinhança do povo.

Figuras isoladas, em remotos confins, deram sinal de presença, juntaram-se de um modo ou de outro aos líderes do movimento: Brasil Pinheiro Machado, em Ponta Grossa; Wellington Brandão, em Passa Quatro; Paulo Sarazate, com a *Maracajá* (1929), em Fortaleza.

É lógico: tudo isso foi possível graças a uma pregação em cadeia, como se vê em *Klaxon, Estética, Terra Roxa e Outras Terras, Novíssima, Revista de Antropofagia, Revista Nova,* todas de São Paulo, a par de outros periódicos já citados.

Poesia reformada

Numa perspectiva histórica, qual a requerida pela natureza desta obra, pode-se considerar o Modernismo desdobrado em três fases - de 22 a 30, de 30 a 45, e daí aos dias atuais. O primeiro segmento foi estudado por Alfredo Bosi. Do segundo em diante, houve diversificações, na poesia, infinitamente maiores que as ocorridas no instante em que os reformadores se agitavam, rubros de inconformismo, impulsionando as vanguardas insurgentes. Passara a floração, na embriaguez primaveril; tratava-se agora de vigiar a qualidade dos frutos e saborear devagarinho a sua polpa.

Começo o exame do assunto lançando mão de um dado crítico. Ou seja, ainda que se desprezasse o que a poesia nos deu de belo, de permanente, de 30 para cá, ela estaria de pé, afirmativa e pugnaz, pelo que realizou no tocante à elaboração de um corpo crítico. Isso mesmo: usando o verso como veículo, os autores – e não apenas os principais – englobados sob qualquer um dos rótulos costumeiros (primitivistas, neomodernistas, concretistas etc.) construíram, reconstruíram, desmancharam e tornaram a construir uma Arte Poética brasileira, como nunca tivéramos. Com a particularidade de que ela se reparte em artes poéticas menores, quero dizer: cada um, grande ou pequeno, buscou se definir, achar rumos, fazer planos, propor soluções que assegurassem a tipicidade do seu produto.

Se antes de 30 a "pesquisa estética" insistentemente proposta por Mário de Andrade - que a praticava e exigia que os outros o fizessem - esteve confinada ao gabinete de uma ativa minoria, não é menos certo que a partir da Segunda Grande Guerra ela se generalizou, chegando a soluções brilhantes e imprevistas. Veja-se a contribuição de Mário Chamie, Haroldo e Augusto de Campos e alguns mais.

Inúmeros estágios foram vencidos pelo nosso lirismo, em conseqüência, de modo a projetar, a um tempo, grupos e figuras que felizmente tiveram capacidade bastante para individuar a poesia brasileira, levando-a a influir extensas camadas de gente culta, dentro e fora do país. Mas, infelizmente, por outro lado, essa preocupação do cânone, sendo problema secundário para o consumidor comum, não contribuiu para difundi-la em níveis populares. Mas no patamar superior da teoria, hoje ocupado por um sem-número de cursos de Letras, o alunado encontra aí, nas poéticas correntes, enorme deleite espiritual – motivo para amplas incursões. Ainda que discutíveis seus resultados, a implantação de uma consciência artesanal vigilante é fator positivo. O beletrismo ornamental, tão corrente em épocas anteriores, recua diante das aquisições técnicas daí emergentes. O artefato estético – poesia – tem de acompanhar o ritmo, o tom e o

modo da civilização a que serve, como parte de um sistema de valores subjetivos em que a concomitância estilística, quanto maior, mais serve ao objetivo da cultura. Enuncio trivialidades? Sem dúvida, mas esse é o caminho oferecido pela arte a quem a pratique sem desconhecer a sua "finalidade sem fim", consoante as categorias de Kant, mas procurando adequá-la, sempre que possível, sem sacrifício do essencial, ao prazer do usuário de todas as raças, tempos e latitudes.

Outro ponto a considerar são os temas. Mário de Andrade, a quem recorro mais uma vez, afirmava num trabalho polêmico, no aceso da batalha modernista: "O assunto poético é a conclusão mais antipsicológica que existe. A impulsão lírica é livre, independe de nós, da nossa inteligência. Pode nascer de uma réstia de cebolas como de um amor perdido. (...) Todos os assuntos são *vitais*. Não há temas poéticos. Os modernistas derruindo esses alvos mataram o último romantismo remanescente: o gosto do exótico." Uma crítica especiosa poria de quarentena tal afirmação. Mas o seu valor prático é que me interessa. Esse conceito, espraiando-se, veio em realidade lesar nas bases a sacralização temática – sabidamente inflada de exotismos – de que os parnasianos tiraram dós-de-peito consideráveis. Liberou ainda o medo de ferir esse ou aquele teminha local, como se houvesse, no caso, o grande e o pequeno temas. Ora, o tema – um pretexto – só se individualiza, ganhando ressonância, quando a "impulsão" mencionada no texto andradino o absorva e transfigure.

A crítica não o compreendeu logo. Um homem inteligente dos anos 30 – Medeiros e Albuquerque – ao criticar *Alguma Poesia*, de Drummond, escandalizou-se diante da liberdade temática do itabirano e castigou-o com uma ironia áspera.

Os tímidos, de pena em punho, receberam, porém, aliviados a liberação que lhes anunciava o insurreto de *Paulicéia Desvairada*. Os corajosos não precisavam dela: eram corajosos. A desierarquização, aliás, atendia ao gigantismo nosso, vale dizer, à multiplicidade de aspectos, às peculiaridades do meio e dos grupos sociais brasileiros. Na poesia de Ronald de Carvalho está claramente expresso o sentimento de que nós, brasileiros, no que se refere ao versicolor da temática, temos oportunidades de que a mãe Europa não faz idéia. *Europeu, tu não sabes o que é ser americano* – está dito em *Toda a América*.

Estuda-se a poesia, no Brasil, muito pela rama. Se se fizessem levantamentos mais objetivos, ver-se-ia como é grande a variedade temática nessas parcelas que decidem da grandeza da soma: Bandeira, Drummond, Jorge de Lima, Cassiano Ricardo. Em verdade, Cecília Meirelles ilustra

igualmente o que digo. Seu intimismo quase não se diversificou até *Viagem:* daí por diante, contudo, ela não vacilou em "sujar as mãos" até mesmo no acontecimento histórico de *O Romanceiro da Inconfidência.* João Cabral de Melo Neto, da mesma forma, invariável na lucidez, foi o primeiro a reconhecer – no ordenamento de *Duas Águas* – que sua poesia se biparte, claramente, entre o realismo social e a modelagem intemporal das coisas e sensações.

Falo em tese, porque o Drummond de *Sentimento do Mundo* já estava em *Alguma Poesia,* mas as exterioridades, o que primeiramente se gruda aos olhos da gente, a "cor local" da velha fórmula – tudo quanto se faz modo-de-ser de alguém – ainda que seja um só ponto de luz – na arte poética tem fulgurações próprias.

Isso posto, e visto como não me resta outra solução, nos limites que impuseram a este trabalho, o melhor é passar para as grandes figuras da Poesia Reformada. Os poucos, na legião do decênio de 20, que, sobrevivendo à fase heróica, estabeleceram uma corrente geral. Vou acrescentar: aquela que tanto convalida o ideário de 22, dando consistência ao fazer poético, fundindo obras-primas.

Manuel Bandeira (1886-1968), a rigor, manteve incólume o seu lirismo. Se *Libertinagem* (1930) rompe com a dolência, o boleio decadista de *A Cinza das Horas* (1917), aquilo que o singulariza já fora em definitivo maturado por sua sensibilidade. Por isso mesmo, nunca um título de livro foi tão expressivo como o da obra completa do poeta pernambucano – *Estrela da Vida Inteira* (1966). A unidade é o "clima geral" da sua poesia, conforme Péricles Eugênio da Silva Ramos, que acrescentou: "Sua posição em nosso Modernismo jamais foi abalada, sendo ele uma das maiores figuras do movimento."

Mário de Andrade (1893-1945), pressentindo talvez a morte, acelerou a redação final de trabalhos que o preocupavam; entretanto, não acrescentou coisa de maior peso ao que fizera até *Remate de Males* (1930). Sua missão estava cumprida. Não sucedeu o mesmo a um autor que depois de 30 – e, só então, apareceria em livro.

Refiro-me a Carlos Drummond de Andrade, que estréia com *Alguma Poesia* (1930). Intransigente consigo mesmo, lúcido e penetrante, só se animou a publicar livro, embora houvesse participado do Movimento Modernista desde a primeira hora, ao atingir plena maturidade intelectual. Numa sucessão de imprevistos, contagia e subjuga. *Sentimento do Mundo* (1951) e *A Rosa do Povo* (1945), por exemplo, cristalizam o enunciado humano que fizera o maior encanto de sua mensagem anterior.

Mas o artífice não está contente; e em *Claro Enigma* (1951) sublima o que haveria de distingui-lo: a intensidade da emoção unida ao *humour* pungente. E não esqueçamos isso – em toda a sua obra, o afeiçoamento prepara a linguagem para suportar a injúria do tempo, tornando-a "clássica". O fato é que o seu lirismo quebrou barreiras, lançou por terra convenções, muitas delas do primeiro Modernismo; trouxe o social, sem ostentações vãs, para o posto que lhe cabe na estética moderna não propagandística. Criou ainda os seus mitos, aqueles que a arte honestamente estrutura para continuar a ser arte. Por exemplo: fez de Itabira, a cidade sonolenta, perdida na montanha, o centro da nossa comum utopia, encarnação de tudo quanto há de nostálgico no mineiro, digo, no brasileiro comum, cuja efígie dolorosa, a par de altos temas sugeridos pela conjuntura mundial, lograram despertar o interesse do alto poeta. Como todo artista de exceção, Drummond de Andrade (também prosador de categoria) é um dos poucos cidadãos do mundo ungidos pelo louvor unânime da crítica.

Surgem, igualmente, em 1930 os *Poemas* de Murilo Mendes (1901-1975). Irrompeu, num ímpeto de subjetividade, cercado de seus anjos, a tirar a imagística do fundo da consciência de culpa, a sentir-se imerso no pecado, temente da morte. Mostra-se zangado com a realidade; áspero, nada complacente com o ritmo, mas sabendo captar o caótico do mundo onírico, deu uma nota diferente ao lirismo. Atraído de passagem pelo poema-piada, à maneira de Ascenso Ferreira, mas com outra malícia, ei-lo depois numa vertente oposta, a da "poesia em Cristo", onde encontrou um aliado, Jorge de Lima, com este publicando *Tempo e Eternidade* (1935). Não posso acompanhá-lo. Murilo foi poeta múltiplo: do hermetismo inicial (a que voltou nas suas poesias da fase derradeira, a do "exílio" em Roma) libertou-se para escrever a sua *Contemplação de Ouro Preto* (1954), um tributo que pagou à sua mineiridade, um símile da *Lira Paulistana* de Mário de Andrade, ou da "Evocação do Recife", o poema que deu ingresso a Bandeira na falange moderna.

O burgo natal, o lugar onde a geografia que cada um traz grudada no espírito, estabeleceu uma constante nessa fase. É visível em Ribeiro Couto, Ronald de Carvalho, Cassiano Ricardo, Emílio Moura, Augusto Meyer; e volta a aparecer, com grande força, em *Boi Tempo,* de Drummond. Os dois primeiros chegaram a 30 com a sua obra concluída. O último livro de Ronald, *Toda a América* (1926), foge à cronologia aqui estabelecida; mesmo assim, devo lembrá-lo em face da projeção que teve entre nossos poetas jovens da época. O tom whitmaniano, transparente em *Toda a América,* ocorre também na poesia de Fernando Pessoa, de quem Ronald

foi parceiro na publicação de *Orpheu*, a primeira revista do Modernismo português.

Ribeiro Couto, pelo menos até os anos 30, recrutou sua clientela entre os moços, que o estimavam e imitavam. Saindo do período heróico, sem se gastar no combate, ficou porém alheio a seguir aos grupos que se digladiavam no cenário nacional. Acontece que, diplomata, passou temporadas no exterior; embora continuasse a poetar, desligou-se do nosso meio intelectual e foi assim praticamente esquecido da crítica. Pouco antes de morrer, publicou *Longe* (1961), insistindo na mesma nota de desalento, desencanto e melancolia. Em seus últimos trabalhos, contudo, voltou aos poemas de forma fixa; produziu, então, diz Péricles Eugênio da Silva Ramos, "alguns dos mais altos e perfeitos sonetos da língua". Ombreou com Vicente de Carvalho no cultivo do neoparnasianismo; por sinal, eram ambos naturais de Santos.

Guilherme de Almeida (1890-1969) participou de Semana de 22. Transigiu com o Modernismo nascente e deixou dois livros que lhe prestam vassalagem *(Meu* e *Raça,* 1925), mas era um parnasiano visceral. A perfeição da escola, teve-a de modo completo. Aliás, podia escrever à maneira de todas as escolas; talvez não assimilasse o que plana acima delas – o não datado da autenticidade. Revelando-se o maior artífice da poesia brasileira de todos os tempos, fez o que entendeu com o verso, e até abrasileirou, em traduções admiráveis, autores parnasianos e simbolistas da Europa.

Emílio Moura (1901-1971) começou a escrever em tom elegíaco. Doce de temperamento, acomodou-se a modelos que o levaram à contemplação. Terno, sentimental, mas desconfiado, evitou o gesto largo; refluiu para dentro de si mesmo; fascinado pelo mistério da vida, perguntou, indagou, sondou como um poeta – ou filósofo – do Zen, ocultando a ansiedade em arminho. Há certo fatalismo oriental em seus livros, desde *Ingenuidade* (1931) até *Itinerário Poético* (1969), que enfeixa todos os seus livros anteriores, acompanhados de inéditos.

Murilo Araújo, natural do Serro, muito cedo radicado no Rio de Janeiro, onde fez vida literária, identificou-se, porém, com a poesia de Alphonsus de Guimaraens, no início da sua atividade, e, de outra parte, entregou-se a um experimentalismo de quem conhecia amplamente os teóricos da arte poética.

As marcas deixadas por Alphonsus nos dois poetas que acabo de mencionar são ainda visíveis nos primeiros poemas de Henriqueta Lisboa, hoje plenamente realizada, como o demonstram, entre outros, *Prisioneira*

da Noite (1941), *O Menino Poeta* (1943), *A Face Lívida* (1945), *Flor da Morte* (1949), *Além da Morte* (1963) e *Alvo Humano* (1973), ou, o mais recente, *Casa da Pedra*. Num belo esforço de superação, o rigor que se propõe, e tão nobremente a distingue, aprofundou-lhe a percepção das coisas.

Jorge de Lima (1895-1953) é um continente poético. Veio do parnasianismo ortodoxo (*XIV Alexandrinos*, 1914). Converteu-se (é o termo apropriado) ao Modernismo com o poema "O mundo do menino impossível". Sofreu uma reversão poética, digamos, formidável; pois, se adotou novas técnicas, o fundo neoclássico voltou a impor-se em *Invenção de Orfeu* (1952), sua derradeira mensagem. Nesse livro em que história e follore, sensibilidade e razão, o claro e o obscuro, o mítico e o ascético – em que todas as cores se misturam – não parece composto por um só autor. De Camões a Pessoa, de Bilac a Mário de Andrade, de Proust a Joyce, as sugestões da arte universal, em suma, aqui se acumulam, num rumor, num colorido, numa turbulência extraordinários.

Cassiano Ricardo (1895-1974) aceitou tarde a estética modernista, tanto quanto Jorge, mas aclimou-se depressa. Chegou até, na última instância da vida, a experimentar a "poesia concreta". Sua atualização literária principiou no fausto tropical de *Borrões de Verde e Amarelo* (1926) e *Vamos Caçar Papagaios* (1927), e pelo seu nacionalismo bulhento foi tão admirado quanto ridicularizado. Entra depois numa fase mais trabalhada, de que são exemplos *Um Dia Depois do Outro* (1947) e *Face Perdida* (1950). De repente, nova invenção, que impressiona as vanguardas da época. E muito justamente, porque *O Arranha-Céu de Vidro* (1956) e *João Torto e a Fábula* (do mesmo ano) levaram-no para o debate, para o exame acurado dos problemas formais. Escreveu ainda *Jeremias sem Chorar* (1964) e *Os Sobreviventes* (1971), livros que comprovam a versatilidade e plasticidade de seu espírito, então à beira dos 80 anos.

No grupo de *Festa*, que "optara por uma revolução espiritual e não simplesmente intelectual", no dizer de Tristão de Athayde, distinguiram-se dois poetas: Tasso da Silveira (1895-1968) e Cecília Meirelles. A melhor porção de sua obra, escreveu-a o autor de *As Imagens Acesas* antes de 30. A partir daí, apenas depura a sua comovente espiritualidade em *O Canto Absoluto* (1940). Cecília Meirelles (1901-1964), porém, iria muito mais longe; senhoreou-se de um lirismo intemporal, cheio de leveza e musicalidade. Saindo de uma atmosfera indecisa, entre parnasiana e simbolista, aprendeu a conhecer-se, desinibiu-se; e em *Viagem* (1939) alçou o vôo com segurança. Sem perder o roteiro que sempre perseguira: a poesia do imponderável, jogo da alma dolorida num mundo hostil. Já depois de

se firmar, surpreendeu a todos com o *Romanceiro da Inconfidência* (1953), evocação belíssima, ao gosto dos romances populares da Idade Média, do sacrifício imposto pela tirania aos homens de Minas que sonharam a independência na conjuração de Tiradentes.

Augusto Frederico Schmidt (1906-1965) deve ser também estudado à luz da poesia de conteúdo espiritual. Acontece, porém, que se derramou, foi abundante e eloqüente, mas reivindicou a poesia neocasimiriana, lamentosa, na quadra em que *a Revista de Antropofagia* pregava aos jovens o barbarismo, a anticultura, o inorgânico da "revolução caraíba". Foi pronta – e causou interesse – a reação, expressa de modo torrencial no *Canto do Brasileiro Augusto Frederico Schmidt* (1928). Pedia ele, simplesmente, que houvesse moderação; que não se falasse tanto do Brasil, pois estavam todos cansados de ouvir as mesmas sovadas metáforas verde-e-amarelas. Reação compreensível, a que respondeu, de forma indireta, um poeta gaúcho.

Com efeito, Raul Bopp, alistado nas fileiras da *Revista de Antropofagia*, publica logo a seguir o hoje famoso *Cobra Norato* (1931), sem dúvida o poema longo em que o *epos* modernista, votado à celebração da vida primitiva, se perfez de modo cabal. Combinando ação e contemplação, terror cósmico, superstições imemoriais, costumes indiáticos, esse livro – de que se conhecem sucessivas versões, pois o autor não cessa de retocá-lo – é uma poderosa metáfora do primitivo, na "floresta cifrada", do Rio-Mar. Inventivo, seivoso, cadenciado pelo ritmo oral, Bopp se encarregou, sozinho, de revitalizar o manifesto da Antropofagia, redigido por Oswald de Andrade. Em outros livros, produziu poemas de vivaz tonalidade afro-brasileira (*Urucungo*, 1933), reunindo poesias cuja composição, em parte, ela publicara no *Almanaque do Globo*, de Porto Alegre, antes da "descida" de seus companheiros "antropófagos".

Mais ou menos pela mesma época, no Nordeste, Jorge de Lima sai com um fascículo – *Essa Negra Fulô*, 1929 – mais tarde incorporado aos *Poemas Negros* (1947). Peça fundamental de sua obra, índice de uma tendência que a marcaria em vários lances decisivos, esse "romance" tem a boa simplicidade da poesia de cordel, tão valorizada pelos pesquisadores de agora.

A torrente primitivista não parou aí. Nela madrugou, é sabido, a poesia *pau-brasil* de Oswald; teve o mérito de combater os resíduos parnasianos, sem representar, entretanto, validez em si mesma. Ascenso Ferreira (1895-1965), o pernambucano de *Catimbó* (1927) e *Cana Caiana* (1939), Tirteu Rocha Viana, o gaúcho, com *Saco de Viagem* (1928), representa-

ram melhor, na sua despretensão, o fluxo poético inconsciente que brota de todo ser humano sensível ao sortilégio da palavra. Jorge Fernandes (*Livro de Poemas*, 1927), rio-grandense-do-norte, descoberto na sua Província por Mário de Andrade, documenta o que acabo de afirmar.

Com a geração de 1925, marcada pela atuação de Augusto Meyer na poesia, o Modernismo dos gaúchos em verdade só se prolongou com a produção deste último, que entretanto fez longa pausa, após *Literatura e Poesia* (1931). Muito mais tarde é que revelaria os poemas escritos de 1940 a 1955, num volume que teve o caráter de obras reunidas – *Poemas* (1957). Adotou quanto à temática um gauchismo liberto do palavroso; e fez mais: ultrapassou em muitos pontos o localismo. Desprezando já as escolas, inclusive aquela em que havia militado, pôde compor então a sua melhor poesia.

Algo parecido se dá com esse outro porto-alegrense – Athos Damasceno Ferreira, cujos versos mais afirmativos de *Poemas da Minha Cidade* (1936) diferem de tudo quanto antes escrevera. Deixou, contudo, inéditos, que de um lado confirmam a persistência de sua adesão afetiva ao berço natal, mas de outro lado mergulham numa introspecção dramática, eivada de amargar (*Poesia Reunida*, 1980).

Mário Quintana, o poeta hoje mais representativo do Rio Grande do Sul, surge em livro com os sonetos de *Rua dos Cataventos* (1940). Surpreende pela delicadeza do lavor, discretamente matizado com as tintas do Simbolismo, já familiares ao gosto local, desde as formas evanescentes de Alceu Wamosy e Eduardo Guimaraens. Em *Sapato Florido* (1948), poemas em prosa, quando o Neomodernismo retornava empenhadamente ao metro e à rima, aí é que Mário Quintana se desprende de quaisquer sujeições. O poeta-demiurgo vinha perto: em *Aprendiz de Feiticeiro* (1950) e *Apontamentos de História Sobrenatural* (1976), o que vemos é uma poesia em que se acomodam as linhas de força da literatura atual, no que concerne ao lirismo de tons delicados.

Alphonsus de Guimaraens Filho, estreando-se muito jovem (*Lume de Estrelas*, 1940), foi colocado por alguns entre os membros da Geração de 45, mas a mim me parece que ele ainda pertence à fase anterior. Ao ritmo inicial, numeroso, permeável às ressonâncias simbolistas, opôs uma contenção que é hoje a sua marca. Dentro da forma atual, continua plástico, vivaz, e isso está claro em *Poemas Reunidos* (1960), mas devo acrescentar que Alphonsus Filho não parou de evoluir. É hoje uma das vozes ressoantes da poesia brasileira, ao lado de autores como esse raro Joaquim Cardozo, morto recentemente, em idade avançada (nasceu em 1897),

Conciliou, com lucidez, os extremos: apanhou no ar a lição das coisas nativas, apreendeu o drama do seu povo, experimentou a criação lírica em verdadeiras figuras geométricas. Construiu, em suma, uma arte poética precursora da que viria a prevalecer na fase imediata. A sua recusa em aparecer mais cedo repete-se no caso de Dante Milano. Estréia-se este último ao redor dos 50 anos (*Poesias*, 1948), e nunca será demais louvá-lo em qualquer estudo que se faça em torno da lírica moderna, porque foi artista como poucos. Traduziu admiravelmente três cantos da *Divina Comédia.*

Dantas Mota (1913-1974), a despeito de sua estréia em 1945, não pertence à geração que juntou esta data ao epíteto que a individua no quadro nacional. Porejante de poesia, num ritmo às vezes "prosaico", tem afinal o seu feitio peculiar: retomou a linha de pesquisa iniciada por Mário de Andrade; passou de raspão por *Toda a América;* assimilou o cromatismo das montanhas e das águas, as lendas e os costumes de sua terra nas *Elegias do País das Gerais* (1961), livro que introduziu golfadas de ar puro num lirismo que se afastara depressa do convencionado no primitivismo de escola.

O experimentalismo de Vinicius de Moraes (1913-1980) foi uma resultante de poderosa intuição, para não dizer volubilidade. *O Caminho para a Distância* (1933) e *Forma e Exegese* (1935) podiam pressagiar tudo, menos a guinada que ele deu. Perdulário de formas e de atitudes, não só variou de poesia como conseguiu efetivamente dessacralizá-la. Levou, portanto, o Modernismo às últimas conseqüências, instaurando a liberação de todo constrangimento. *Cinco Elegias* (1943) nos traz um autor diferente, se comparado com o de *Novos Poemas,* publicados cinco anos antes. Voltando de um estágio em Oxford, ele nos aparece outro, denso na sua transparência; mudara de tom, mas a formulação romântica, nele congenial, seria a luz do seu roteiro. Poeta de sentimento amoroso, e por isso mesmo, concentra às vezes nas filigranas mais despretensiosas uma carga erótica quase religiosa, que daria para o gasto de muitos poetas ao mesmo tempo. Na elaboração de seus sonetos, abrandou os padrões da forma fixa com extremo bom gosto. Para fazer o seu mel, aproveitou o pólen onde ele se achasse, na vida ou na obra dos grandes mestres, sôfrego, mas artesão sempre. O "seresteiro" da última fase, popularizando lirismos, completou-lhe a efígie. Vinicius, o menestrel.

Da geração de 45 até hoje

Discutiu-se, durante algum tempo, a legitimidade do termo Neomodernismo, aplicado por Alceu Amoroso Lima à quadra literária iniciada em 1945. No que toca à poesia, obser-

vou o grande crítico, a mudança se fizera de modo quase imperceptível, ao contrário de 22, quando a Semana de Arte Moderna esbraseou os ares com a sua pregação espetacular. E acrescenta: "A partir de 45, a coisa vem de mansinho, sem grandes chefes, sem manifestos, sem gritos de combate, sem o 'sus' aos infiéis, sem o caráter de cruzada que, há 35 anos, ostentava a arrancada dos novos bárbaros de São Paulo e Rio, com revistas que invocavam a "antropofagia, para assustar o povo pacato dos arraiais parnasianos e simbolistas."

O rótulo pegou, porque efetivamente havia muitos autores, mais ou menos igualados pela idade, que, embora diferentes entre si, num ponto estavam concordes: a necessidade de revalorizar a composição, restituir à palavra a dignidade que lhe compete na articulação do contexto. Acontece que essa aspiração uniu no mesmo esforço poetas de várias regiões. Daí nasceu o nome – Geração de 45 – que em São Paulo começou a ser usado para englobar esse grupo – espalhado no espaço geográfico, mas homogêneo quanto aos propósitos. Domingos Carvalho da Silva foi um de seus integrantes mais entusiastas. Pelo *Correio Paulistano*, de que era redator, promoveu, de parceria com Péricles Eugênio da Silva Ramos, uma campanha de esclarecimento. O Clube de Poesia e sua *Revista Brasileira de Poesia* tiveram aí atuação decisiva. João Cabral de Melo Neto pronunciou em São Paulo, a convite do mesmo clube, conferência que ficou famosa, em torno dos problemas da criação. A realidade abonou o intento: numerosos autores, trabalhando com mais capricho, imediatamente se distinguiram, às vezes refluindo a fontes que haviam sido abandonadas. Mais tarde, caracterizando o tom geral da sua geração, diria Carvalho da Silva:

> "Foi a partir de 1948 que os poetas neomodernistas adquiriam uma consciência de geração, que antes não existia. O que os aproximava, em 1945 e anos vizinhos, era apenas a atitude comum de busca de uma expressão pessoal, sem a repetição do temário e das fórmulas verbais da geração anterior. Adotavam qualquer tipo de versos ou de estrofe e opunham, às tendências regionalistas e à linguagem descuidada e 'prosaica' do Modernismo de 22, o universalismo temático, o senso de medida e uma dicção literária coerente com o seu conceito de poesia como arte. Partindo de Croce e de Mário de Andrade, de Rimbaud e de Jorge Guillén, de Fernando Pessoa e dos surrealistas, o Neomodernismo brasileiro tomou contato, principalmente a partir de 48, com a poesia de língua inglesa e as modernas idéias estéticas anglo-americanas, definindo e fortalecendo assim a sua posição teórica."

Ora, ao contrário do Modernismo, que agiu sob o signo da liberdade (a observação é de Alceu Amoroso Lima), o Neomodernismo preferiu fazê-lo sob o signo da disciplina, e isso levou-o a defender "em poesia o primado do verso".

Questão de gosto, portanto. Mas, seja como for, a essa geração não faltaram valores a quem devemos alta contribuição. De resto, a história literária do país havia registrado preocupações análogas. Na "Profissão de Fé", Bilac; em "Os Sapos", Bandeira; em "O Lutador", Drummond – este último falando pelos homens de hoje e pelos do futuro – já haviam posto a palavra no centro do universo poético, tal como havia feito, aliás, premonitoriamente, Mallarmé. O assunto é fascinante, mas aqui não cabe discuti-lo. À literatura brasileira, considerada no seu todo orgânico, interessam principalmente as obras que daí até hoje vieram enriquecê-la. E são muitas.

O problema da precedência tem naturalmente importância muito relativa. No complexo abrangido pelos produtos da imaginação, as fronteiras são elásticas. Mas é oportuno recordar que Bueno de Rivera, em *Mundo Submerso* (1944), poesia enxuta, bem trabalhada, sem a exaltação romântica de certos autores de seu meio – Belo Horizonte – a essa época, lançou de forma prática o que seria (e tem sido considerado) um "manifesto" geracional. Um crítico rio-grande-do-sul, Moysés Vellinho, não afeiçoado à "libertinagem" formal do Modernismo, saudou-o calorosamente na *Província de São Pedro*. Não me parece, porém, que esse poeta mineiro estivesse engajado, conscientemente, numa reforma literária. Seu pioneirismo fora talvez involuntário; deve-se interpretá-lo em sentido relativo, no que concerne à intencionalidade; digamos: ao desejo de inovar. Em datas ulteriores, Rivera insistiria, porém, na objetividade realista daqueles poemas inaugurais: *Luz do Pântano* (1948) e *Pasto de Pedra* (1971).

O conteúdo teórico, nos limites comportados pela ideação, se há de encontrar em João Cabral de Melo Neto. Não no seu livro de estréia (*Pedra do Sono,* 1942), que me pareceu à época – fui um dos primeiros a escrever sobre ele – um grito do inconsciente, mas na obra ulterior. Na *Psicologia da Composição com a Fábula de Anfion e Antiode* (1947), aí, sim, esboça-se uma teoria poética cuja diretriz talvez seja esta: enxugar o poema do irracionalismo, moldá-lo segundo o risco do construtor. Não pretendera outra coisa, aliás, num livro anterior. *O Engenheiro* (1945), uma "errata" à estréia de 42. Isso não impediu, contudo, sua marcha em busca dos temas sociais que o Nordeste propicia ao observador. Na

variante temática por ele escolhida, as carências do oprimido e injustiçado se fazem maiores, justamente porque João Cabral associa o meio físico – no árido e no magro da paisagem e do relevo florístico – ao seu jogo. Jogo? Poder-se-ia também dizer – luta. Mas jogo me parece melhor, pois o que sua grande obra nos vem dando, a partir daí – até *Museu de Tudo* e *Escola das Facas* – equivale à recuperação de uma consciência artesanal que parecia definitivamente derrotada pelos surrealistas, em nome da psicologia. Esse pernambucano, resistindo, tem exercido entre nós – conforme se disse de Valéry em França, um *ministério da Linguagem.* Houve tempo em que ele se recusou a aceitar a vinculação – por via geracional – apontada pela crítica. De qualquer forma, seria impossível negar a constante – a da "ascese formal" – que a João Cabral irmana, queira ele ou não, inúmeros autores seus coetâneos. Nem todos – claro está – pertencentes, pela analogia, à fase inicial do Neomodernismo.

O espaço não me permite considerá-los individualmente. Muitos ainda estão a meio caminho; outros já se calaram; mas há entre eles muitos poetas de valor que são também excelentes críticos de poesia. Os que melhor conheço formam um grupo que seria expressivo em qualquer época de nossas letras: Mauro Mota, Ledo Ivo, Domingos Carvalho da Silva, Péricles Eugênio da Silva Ramos, Fernando Mendes Viana, Afonso Ávila, Darcy Damasceno, José Paulo Moreira da Fonseca, Geir Campos, Tiago de Melo. E ainda Carlos Pena Filho e Lupe Cotrin Garraude, já mortos; ou José Paulo Paes, Gilberto Mendonça Teles, Heitor Saldanha, Walmir Ayala, Lara de Lemos, José Eduardo Degrazia.

Um nome feminino, nos últimos anos, logrou merecido êxito: Adélia Prado, da família espiritual oposta, a dos instintivos. Carlos Nejar (*Sélesis,* 1960) adquiriu boa posição, com a sua musicalidade e a enumeração caótica, traços inseparáveis do seu lirismo.

Diversos movimentos, correntes, tendências e grupos se formaram de 70 em diante. Divergências, competições acirradas, debates calorosos – nada faltou para provar a vitalidade literária do presente. Abandonando a posição concretista, Ferreira Gullar surpreende com *A Luta Corporal* e *Poema Sujo,* livros admiráveis. O mesmo Concretismo serviu de estímulo ao aparecimento de Haroldo de Campos, com seus originais, sua crítica e suas traduções recriadoras; aos poemas *pop-concretos* de Augusto de Campos; à *poesia práxis* de Mário Chamie e aos poemas-códigos de Décio Pignatari. Como vêem, a inquietação continua.

2. PROSA DE FICÇÃO

Metamorfoses da ficção

De 1922 a 1930, período demasiado curto, ainda mais se consideradas as limitações do meio cultural, o desenvolvimento das letras foi no entanto considerável, em volume de produção e atualização dos processos.

Na prosa, o modelo realista, levado já à perfeição por Machado de Assis, conservaria o seu prestígio e força de contaminação. Ou porque a lembrança do "monstro sagrado" pesasse na hora da opção, ou por qualquer razão que me escapa, os prosadores remanescentes da década de 20 levaram tempo a popularizar-se; a maioria foi suplantada e até escarnecida: Coelho Neto, por exemplo, caiu da preferência do público, tão logo despontaram os "ases" do *romance de 30.* Este se beneficiou, e muito, do pioneirismo da primeira geração modernista. E soube, realmente, apropriar-se da linguagem do homem comum, levando-a a bons níveis de expressividade sem afetação, ao contrário do que no geral se fazia. Começava a produzir-se a dessacralização da literatura em busca de uma afetividade que parecia desterrada da arte, em nome das fórmulas.

A nova posição era arriscada. Tratava-se de errar aparentemente com o povo, para acertar com o seu instinto infalível, essa energia subterrânea a que as sociedades devem a sua coesão. Mas foram poucos os que se dispuseram a isso, e entre os ficcionistas do período a história literária guardou estes nomes: Ribeiro Couto, o sensitivo da *Casa do Gato Cinzento* e *O Crime do Estudante Batista* (1922); Plínio Salgado, antes do Integralismo, em *O Estrangeiro* (1926); Mário de Andrade *(Amar, Verbo Intransitivo,* 1927, e *Macunaíma,* 1928); Antônio de Alcântara Machado, na crônica e nos contos que viriam a compor as *Novelas Paulistanas;* João Alphonsus, a partir de *Galinha Cega,* conto divulgado em 1926 e posteriormente (1931) enfeixado no livro homônimo; Darcy Azambuja (*No Galpão,* 1925), que retoma a ficção gauchesca inovando Alcides Maya e Simões Lopes Neto. Todos os mencionados, em diversas partes do Brasil, fizeram com que o conto, um gênero que emagrecera desde Machado de Assis, adquirisse novas carnes e novas cores. Voltou a impor-se numa sociedade que parecia ter-lhe virado as costas.

Quase ao findar a "fase destrutiva" do Modernismo, para ficarmos com a nomenclatura de Péricles Eugênio da Silva Ramos, uma obra veio do Nordeste – no gênero romance – como que centrada na preocupação de incorporá-lo ao esforço que se fazia no Sul pela modernidade da prosa:

A Bagaceira (1928), de José Américo de Almeida, autor desconhecido em São Paulo e Rio. Estavam introduzidos o engenho, a cana-de-açúcar, os cambiteiros, a sociedade patriarcal latifundiária na ficção moderna. Tristão de Athayde (Alceu Amoroso Lima) discerniu a mensagem premonitória difundida por essas páginas aparentemente triviais:

> "Pois esse livro é um romance da seca, e embora a considerando apenas em suas repercussões e não diretamente – talvez o grande romance do Nordeste pelo qual há tanto tempo eu esperava. O romance que Euclides da Cunha teria escrito se fosse romancista. De um Euclides da Cunha sutil e bárbaro a um só tempo. O romance daquilo de que *Os Sertões* foram a epopéia. Nem apenas um romance social; nem apenas um romance de instintos, embora exagerando um pouco esta face em prejuízo daquela. Ambas as coisas, ao mesmo tempo, e ambas com tal originalidade, tal firmeza de traço, tal angústia de sentimentos profundos, bárbaros, primitivos, e ao mesmo tempo tal requinte de psicologia em recolher a cada passo gotas de verdade profunda – que acabei o livro sentindo que nascera realmente alguém para exprimir não apenas o horror do inexprimível daquela terra do Nordeste, mas um pouco de todo o homem brasileiro de hoje. E dizê-lo duramente, mas sem grosseria. Asperamente, mas sem brutalidade. Dizê-lo com o coração ferido e ao mesmo tempo com a alma apaixonada e uma inteligência extraordinariamente penetrante."

Ainda não se fizera a Revolução de 30, mas a conjuntura econômica incerta, as carências da população, mormente na área da seca, o cangaço, a hipertrofia dos latifúndios, o coronelismo opressor, enfim, o marginalismo de consideráveis parcelas da população corria a fixar-se na literatura de protesto, de denúncia, sem os requintes de expressão do passado recente. O país fazia, na escolha do ficcional, uma opção. Machado de Assis perdera já uma boa parte de seu público para Lima Barreto – inclusive perante os críticos, que passaram a exaltar o autor de *Clara dos Anjos*, o seu nacionalismo exacerbado. O que significou uma redescoberta do social, que a literatura "sorriso da sociedade", estigmatizada por Lúcia Miguel-Pereira, havia mascarado, enredando-o sob o artificialismo confrangedor de Coelho Neto e Afrânio Peixoto. Sem embargo dos assuntos nossos, da boa intenção, logo desfeita pelo purismo à lusitana. E isso besuntou de verde-amarelo a nossa reação, alegre e descontraída. Os leitores, tanto quanto os autores – falo dos responsáveis – se propunham

novos padrões: queriam principalmente o brasileirismo de Euclides, sua atitude moral, não o seu estilo.

A denúncia social das desigualdades fora feita, por igual, no romance oitocentista de Aluísio e, à entrada do novo século, pela *Canaã,* de Graça Aranha, mas depois da Primeira Grande Guerra ganhou uma feição contundente, sarcástica, nos *Urupês* (1919) de Lobato. No Vale do Paraíba, antes de acelerar-se o ritmo industrial, o escritor de Taubaté, utilizando o barro das fazendas em decadência, modelou o *Jeca Tatu,* um dos poucos tipos paradigmáticos da ficção brasileira. Vitorioso o movimento revolucionário de 3 de Outubro, extintos os partidos republicanos históricos, que se haviam eternizado no poder graças ao caciquismo dos "coronéis" e da farsa eleitoral, entrou o país numa fase de reformulação do modelo institucional. Avanços e recuos, indecisões e perplexidades, não faltaram ao quadro político. Nessa emergência, o espírito de nacionalidade passou por um tratamento de choque.

Para ficarmos apenas no literário, o que então se dá – nos romances, contos e novelas – é uma ebulição similar, que no tempo cronológico se manifestava, contudo, muito antes de 30, precedendo os levantes paulistas de Isidoro e as repressões do Governo Bernardes. De qualquer modo, a Revolução que efetivamente inovou, essa nós vamos identificá-la no terreno das artes. Daí para cá, a preocupação estética assume um tom e um som diferentes. Na maioria dos autores novos, o Modernismo, tal como fora postulado de início, ainda subsistia como diretriz. Sobretudo como aspiração de mudança, a transitar da estética para a política, do verso para a essência do poema, da forma arredondada, mas anêmica, para a rusticidade vigorosa, tão mais eficaz quanto menos comprometida com o beletrismo e a eloqüência ornamental.

Não exagero se disser que só então, uma vez consolidado o avanço modernista, as letras conheceram – em sentido global – o seu mais fecundo período de planejamento e execução. No estético e no social, o ocorrido na ficção alargou consideravelmente as perspectivas, dando ao escritor possibilidades de ver melhor as coisas. E isso, em última análise, resultou como que no alargamento do *ecúmeno* espiritual da Nação. A variedade da nossa ficção, na hora presente, é um fato de cultura tão importante que seria imprudente enquadrá-lo, de modo redutor, num esquema.

As correntes que se cruzam ou se interpenetram, ou mesmo se negam, já não se repetem passivamente, como antes ocorria. Deu-se uma reviravolta nos meios intelectuais, hoje menos propensos a copiar a França. Haja vista a quase nenhuma repercussão do *nouveau roman* nos centros

literários de maior expressão nacional, os quais, por outro lado, ganharam uma autonomia antes desconhecida. É incontestável que o meridiano literário do Brasil já não passa, como outrora, por uma rua (a do Ouvidor, no tempo dos parnasianos, centralizava o bom gosto), nem, em caráter exclusivo, por qualquer das maiores metrópoles do exterior de onde recebemos constantes sugestões. E isso contou muito, permitindo que as obras de ficção se diversificassem enquanto artefato artístico e enquanto escavação no social, nas peculiaridades do meio e dos falares. Num país imenso, com fortes nuanças regionais, a submissão a um módulo, a um cânone estreito, levaria evidentemente o criador a reprimir impulsos legítimos, coartando o embebimento da prosa nos sumos nativos – a expressão coloquial, entre outros fatores, constando aí, no conjunto, como elemento de primeira ordem.

Pois é lógico: o Brasil não fez a sua língua; herdou-a da Península Ibérica, já fixada, a par de uma literatura assente na melhor tradição grecolatina. Mas, aqui, numa sociedade tropicalizada, temos hoje a nossa autonomia, pois não nos falta um "sistema", constituído pela conjugação de Autor, Obra e Público, condição indispensável à existência das literaturas nacionais, segundo estabelece Antônio Cândido na *Formação da Literatura Brasileira.* Inserido no circuito, o criador de mundos imaginários, na hora presente, pode inovar com largueza, num parâmetro nunca dantes ousado.

Ora, num lapso como o delimitado neste texto – de 1930 a 1980 –, prende-se menos a ficção à história (ou "estória", como preferia dizer João Guimarães Rosa), salvo naturalmente nas novelas policiais ou de mistério. Mercê de entendimento tácito, ela já não precisa também demorar-se no descritivo, na ornamentação do espaço romanesco. Basta uma indicação breve. A comunicação visual, a partir do cinema, e à força de divulgá-los, tornou banais todos os panoramas, trivializou os costumes e os exotismos do planeta. De resto, aos leitores cultivados, cujo número aumenta dia a dia, até mesmo em países subdesenvolvidos, a ficção interessa hoje, acima de tudo, enquanto aventura de linguagem.

Já se afirmou que sem o Modernismo, sem o pavio aceso em 22, na Semana de Arte Moderna, a Revolução de 30 não teria consumido em suas labaredas – tão depressa e quase sem derramamento de sangue – a ordem republicana liberal estabelecida na Carta Magna de 91. Alega-se da mesma forma, e é verdade, que, se os homens da Aliança Liberal, artífices daquela Revolução, não sabiam exatamente o que pretendiam fazer, para encher o vazio conseqüente, o mesmo se deu nas hostes literárias

arregimentadas em 22. Donde a frase de Aníbal Machado, que se popularizou, segundo a qual "os modernistas não sabem o que querem; sabem o que não querem".

Num aspecto programático, todavia, assumiram posição nitidamente diferenciada. Refiro-me ao espírito nacionalista que animou a vida literária, antes e depois de 30. Correntes de pensamento canalizadas para a extrema direita, a exemplo do Integralismo, ou para a extrema esquerda, respondendo ao sentimento coletivo, feriram insistentemente essa tecla, como está dito em outra parte desta obra.

Seria lícito perguntar: o que resultou daí, quer da discriminação, quer da indiscriminação ideológica, dadas as múltiplas tendências apontadas neste estudo? Basta ver o que fizeram, que caminho escolheram, após a República Velha, os escritores principais. Vejamos antes, porém, outro fator que nos ajudará a compreender esse movimentado período de nossa história cultural.

O aparecimento de editores corajosos, na senda aberta por Monteiro Lobato, facilitou-lhes a divulgação. Menos talvez no Norte e no Nordeste. Muitos dos autores surgidos nessa vasta área, tal como se dera no século XIX, continuam a migrar para o Rio e São Paulo, em busca de trabalho. Essas duas, ao lado da capital gaúcha, centraram nos últimos anos o desenvolvimento da indústria livreira. Enquanto o Brasil Central, onde Minas pesa consideravelmente, desenvolvia também seu parque de artes gráficas, embora a maior porção das obras ali escritas ainda hoje venha à luz fora do Estado.

Expansão do conto

Se antes de 30 a poesia lírica monopolizava a preferência do público, essa posição cabe agora aos gêneros em prosa. Notadamente o conto, que entre nós cresceu extraordinariamente; de tal sorte, que os escritores em germe já não começam a vida literária pelo infalível voluminho de versos do antigo costume. Os periódicos, por sua vez, abrem espaço de raro em raro à poesia, enquanto os contistas encontram geral acolhida em todos eles, por motivos que a lei da oferta e da procura basta para explicar.

O arranque dos primeiros reformadores do gênero – Adelino Magalhães, Herman Lima, Antônio de Alcântara Machado, Mário de Andrade, Marques Rebelo, Gastão Cruls – cobriu praticamente o território nacional. Nesses que acabamos de citar temos um pouco de tudo: a cidade, o campo, o sertão, o garimpo, a selva amazônica, o ítalo-brasileiro de certas camadas da população paulista, o espírito carioca, a reflexão e a malícia dos mineiros, e assim por diante. A variedade dos temas não constitui a

nota principal; interessa, porém, como indício de que o conto se difundiu por toda a parte. Há que considerar, antes de tudo, o tom modernista, deliberado ou não, desses prosadores no momento de seu ingresso nas letras – e isso fica meridianamente claro ao se examinar o estilo dos mais inovadores. Dentre esses últimos, Mário de Andrade foi ousado; mas na simplicidade de João Alphonsus e de Rebelo, ou na linguagem elíptica, nervosa, de Adelino, a criatividade revolucionária não é menor.

O conto veiculou, assim, processos desconhecidos, atingiu camadas diversas; de desprezado que fora, passava a disputar a atenção do leitor apressado dos grandes centros; e por isso, no decênio de 40, já contava a seu serviço um bom número de autores e de obras. A difusão, antes do Modernismo, de um livro como *Urupês,* de Monteiro Lobato, teve participação efetiva em todo esse processo de rejuvenescimento da história curta. Nem se deve esquecer a parcela que nisso também coube às sugestões bebidas na literatura estrangeira. Quer na Europa, quer na América do Norte, como de resto na América Latina (notadamente no Caribe, com Alejo Carpentier, por exemplo, a partir de 1927, e, no Prata, com Jorge Luis Borges), entre as duas Grandes Guerras, registrou-se fenômeno parecido.

De outra parte, estreantes de grandes possibilidades, tais como Bernardo Élis, Lígia Fagundes Telles (e ainda o veterano Aníbal Monteiro Machado, que em livro se apresenta tardiamente – *Vila Feliz,* 1944), chamam a atenção por suas qualidades incomuns que, mais tarde, confirmariam de modo brilhante.

Em Minas, surgem Francisco Inácio Peixoto (*Dona Flor,* 1940), Murilo Rubião (*O Ex-Mágico,* 1947), Fernando Sabino, Otto Lara Resende, Valdemar Versiani (na linha do costumismo sertanejo, este comparte com seu irmão Antônio Versiani um registro bem-sucedido da linguagem nortenha do Vale do São Francisco). No plano do realismo mágico, mais tarde explorado por Sabino em *O Grande Mentecapto,* Rubião obteve imediata aprovação da crítica; esta, no entanto, foi mais longe, atribuindo-lhe influência direta de Kafka, autor que ele até então nunca havia lido...

Mas a floração do conto estava apenas em começo. Ao Norte, no grupo mais brilhante de Fortaleza, Fran Martins e Braga Montenegro tiram bons efeitos de sua vivência regional, e o mesmo aconteceria no extremo meridional do Brasil, anos mais tarde, com Salim Miguel e Flávio José Cardozo, em Florianópolis, Moacyr Scliar (*O Carnaval dos Animais,* 1968) e Josué Guimarães, em Porto Alegre. Esses dois iriam dedicar-se depois ao romance, como sucedeu, aliás, com muitos dos autores aqui mencionados.

O fato é que, na década de 40, ingressaria ruidosamente no conto o mineiro João Guimarães Rosa (*Sagarana*, 1946). Apresentando os originais desse livro, concorrera ele, sem êxito, anos antes, a um concurso de contos. A comissão julgadora desentendeu-se. O candidato vitorioso, Luís Jardim, venceu a disputa com o texto de *Maria Perigosa*, uma composição de primeira ordem.

Esse episódio da vida literária, por envolver autores de tal categoria, e pelo interesse que suscitou, comprova a importância que o conto passara a ter no conjunto de nossa produção intelectual. Seus cultores já formavam, em 1950, uma legião, com tendência a crescer.

Uns e outros articulam a fase em que o conto veio a tirar efeitos seguros do erotismo e da política. O rural e o urbano aí se cruzam, como de hábito no Brasil, e o veio popular fornece ao gênero, para melhor caracterizá-lo, peculiaridades diversas, que desconhecíamos, e por isso atraem igualmente o público de outras latitudes. Mas o que avulta, na corrente que se engrossa, é a transposição romanesca da parafernália urbana, a selva de espigões de cimento em que os marginalizados sociais são corroídos pelos contrastes, as opressões, a desumanidade do consumismo. Coisa que se mostra, numa atmosfera de equívocos, na ficção de Dalton Trevisan.

Esse autor de Curitiba como que acompanha, na sua obra, a modernização da cidade em que se radicou. Durante cinco anos foi editado modestamente, na sua terra, mas em 1959 irrompe no cenário nacional com as *Novelas Nada Exemplares*, às quais se seguiram outras, todas expressivas, num ritmo febril.

Curitiba, a capital paranaense, já tem representação efetiva no mundo ficcional com as personagens de Trevisan. Uma ficção diferente, num meio diferenciado, em razão dos contatos de cultura conseqüente à imigração estrangeira.

Mas esse Estado, desde 1969, contribui também para estimular a nossa prosa; seu Governo instituiu prêmios anuais de conto, que lograram atrair a atenção de muitos concorrentes. De um desses certames saiu vitorioso Rubem Fonseca, que havia estreado com *Os Prisioneiros* (1963), mas só mais tarde, em *Lúcia MacCartney* e *Feliz Ano Novo* (1975), dominou a sua matéria, que é a violência urbana. Na projeção do desajuste social, nos seus aspectos degradantes, ele ultrapassou, em qualidade, tudo quanto se fizera por aqui; em conseqüência, seu nome já figura, na literatura universal, entre os bons autores do gênero. É o caso também de João Antônio. Ao submundo do crime juntou esse o dos "malditos" de outra

categoria: os famintos, os malandros, os sem-trabalho, a salsugem emgente, como diria Pessoa, que tem em *Malagueta, Perus e Bacanaço* uma água-forte inesquecível. Insulamento de outra ordem, com implicações que vão do pauperismo à segregação racial, ao religioso e ao filosófico, vem sendo explorado por Samuel Rawett, desde 1956, num clima de tensão que se repete (de algum modo, na maioria dos casos, desfeita em sátira) no livro de estréia de Moacyr Scliar (*O Carnaval dos Animais*, 1968). Mas o autor em que isso reveste aspectos intrigantes, merecedores de análise cuidada, é o goiano José J. Veiga. A linha iniciada por Murilo Rubião toma aqui uma direção igualmente premonitória. O fato é que *Os Cavalinhos de Platiplanto* (1959) e *A Hora dos Ruminantes*, que lhe é posterior, asseguram a Veiga posição culminante na ficção moderna.

Numa cena de irrealidade, de levitação psíquica, movem-se muitas vezes as personagens de Breno Acioli, autor alagoano que estreou em 1944 com *João Urso*, uma promessa de originalidade que se transferiu ao romance. Jorge Medauar, que desde 58 constrói uma ficção sólida, colorida, é outro exemplo curioso, que não tem tido por parte da crítica a valorização que merece, apesar do sugestivo de suas observações, do brilho que consegue no seu artesanato. A prosa crispada, o sincopado, o teor da angústia, em José Louzeiro, impressionam também. Já o catarinense Flávio José Cardoso, que escreve invariavelmente bem, quis ficar como o ficcionista do mundo açoriano transplantado para a Ilha de Santa Catarina, tema aflorado anos antes por Almiro Caldeira, em *Rocamarana*, novela de ambiente. Enquanto isso, Salim Miguel, um dos integrantes do grupo da revista *Sul*, responsável pela atualização das letras nesse Estado, se propôs uma temática mais geral.

Nos últimos anos, três contistas mineiros avultaram no panorama regional: Luís Vilela, que teve uma estréia brilhante (*Tremor de Terra*, 1967), Elias José (*Mal Amada*, 1970) e Maura Lopes Cançado (*O Sofredor do Ver*, 1968), um caso literário curiosíssimo, de um patético em que o real e a imaginação dolorosamente se mesclam.

No Rio Grande do Sul, a safra de contos é cada vez maior. Além de Scliar, que agora tem preferido, com aplauso, o romance, Josué Guimarães fez a mesma opção, que se repetiu ainda com Flávio Moreira da Costa. Jane Tutikian, integrante da novíssima geração, revelou-se quase ao mesmo tempo que João Gilberto Noll (*O Cego e a Dançarina*, 1981), mas este último acaba de fazer uma entrada triunfal no romance (*A Fúria do Corpo*, 1982) e será estudado em outro ponto deste trabalho.

Quanto a Clarice Lispector, que fez caminhada inversa – do romance para a história curta (*Laços de Família,* 1960; *A Legião Estrangeira,* 1964), reservo-lhe espaço entre os romancistas de projeção nacional.

Guimarães Rosa

A um médico mineiro, futuro diplomata de carreira, deve-se a maior surpresa de nossas letras, em meados deste século. Longa e duramente, afastado das rodas literárias, elaborou em silêncio uma obra incomparável pela originalidade. Chamou-se João Guimarães Rosa (Cordisburgo, 1908 – Rio, 1967).

Já na estréia (*Sagarana,* 1946), a sua personalidade estarreceu inclusive alguns letrados, mas o seu modo de ser atingiu e conquistou, sem exceção, quantos o estudaram em profundidade.

Desprezou a literatura digestiva; retorcido, estranho, bruto, meigo, poeta sempre, saltou do conto para as novelas de *Corpo de Baile* (1956) e daí para *Grande Sertão: Veredas* (1958), o romance brasileiro que motivou a mais extensa, meticulosa (e apaixonada) exegese estilística já feita em torno de um escritor nosso, de 30 para cá. No estrangeiro, sobretudo entre universitários, não tem sido menor o entusiasmo dos especialistas pelo deslinde de sua obra.

Na maior parte dela, Guimarães Rosa trata do viver agreste, das paixões vividas por homens rudes, longe da civilização litorânea. E nisso, pela abrangência a que se alçou, ele como que vê pelo prisma numeroso de um Marcel Proust que houvesse optado pelo campo de provas mais difícil – a introspecção de que é capaz, numa sociedade de ergologia elementar, o homem comum, joguete do subdesenvolvimento e da incultura.

A composição é orquestral, soberba. A sonoridade vai e vem, os signos sonoros se combinam numa solfa imprevista. Daí resultam prodígios de invenção; imagens e achados tropológicos surpreendentes permeiam a massa elocutiva, resultando num registro sensorial a que nada escapa. Riobaldo, a grande figura criada por Guimarães Rosa, ao narrar na primeira pessoa a sua "travessia" terrena, infunde à narrativa uma grandeza só encontrável nos mais altos monumentos da literatura. Basta ver a gama de interesses, de projetos de trabalho, a que ele, generoso, oferta o seu rico material romanesco. A ficção rosiana entende-se com a estética literária, a lingüística, a sociologia da literatura, a onomástica, a toponímica, a poética; vai do sertão ao mundo, rejuvenescendo o arsenal de que os ficcionistas se servem para preservar a imaginação, o maior cabedal da humanidade.

Diante dessa obra, a crítica se pergunta, deslumbrada: arte, jogo, magia? O inesperado do golpe – compreende-se – atingiu o leitor comum, os ficcionistas, os críticos. O que parecia incêndio de coivara, foguinho de

pouca dura, com os contos de *Sagarana,* revelou-se queimada imperial. Guimarães Rosa, autor de tal proeza, viera disposto a se medir pela altura dos jequitibás.

Não estranha, pois, que tenha morrido do coração, à mesa de trabalho. Sua obra obrigou-o a viver em estado de tensão: a do malabarista no trapézio, alucinado pelo relevo das formas no espaço, a iminência da vertigem fatal. Escrever assim, só Euclides da Cunha, outro voluptuoso do perigo, tão vizinho do mau gosto quanto do sublime.

O "fingidor" de *Grande Sertão: Veredas* tinha várias faces, porém. Na prosa brasileira, ninguém simulou com maior felicidade. Justamente porque fez questão de se apresentar num plano de mágica, o demiurgo aponta nele para o incerto, para os longes da fábula e do mito. Foi ele o primeiro a mitizar-se a si mesmo. Nas ambigüidades dilacerantes de Diadorim, ou de Riobaldo, em complexas criaturas imaginárias, viu-se refletido o próprio escritor.

Já observei, em outra oportunidade, que Rosa não inventou sozinho uma fórmula; parte dela já estava em Bernardo Guimarães, em Afonso Arinos, o de *Pelo Sertão,* e em Euclides da Cunha. Bernardo e Arinos revelaram o sertão mineiro, dando-nos a contemplar a realidade descoberta por uma literatura ainda presa a clichês estilísticos e variações sentimentais de fundo romântico, tal como lhes havia sugerido a Europa de George Sand. Seguindo a trilha de Euclides, que projetou o brasileiro de fins do século XIX, com suas preocupações e idéias sociais, no sertão baiano, Rosa nos projetou a nós – homens do século XX, torturados por duas Grandes Guerras – no sertão mineiro, que é o sertão de todo lugar – diz ele – onde quer que o ser humano esteja plantado.

Ademais, o homem rosiano centraliza a ação na pauta de uma desconformidade que aceita o mistério como raiz do prazer e da dor, da vida e da morte. Enquanto os jagunços euclidianos lutam (saberiam por quê?) para se defender dos soldados do Exército, os de Rosa pelejam entre si, matam-se uns aos outros por serem "filhos do homem"; pelejam com o amor, com a pureza, com o "Diabo na rua, no meio do redemoinho". Não há fome – reparem – nem misérias desgastantes; não há propriamente carências físicas no sertão rosiano. No sertão de Euclides, há fome, sujeiras, doenças; a natureza é sempre hostil e severa. O homem das Gerais está relativamente bem posto no seu ambiente; o *habitat* estável não lhe violenta o estilo de vida, que herdou com o umbigo. Pertence ao chão; vive nele como o canto no bico do pássaro.

E mais: esse homem sabe que pode superar-se, ganhar outro estilo, realizar-se em outras dimensões. Não luta com o meio. Tem bastante tempo para cuidar de algo acima do estômago e do sexo; em suma, possui inquietações, busca arranhar com as unhas a fímbria do metafísico. Para ele, o inverno excessivo e o verão sobrecarregado, a fartura e a pobreza são incidentes menores; a criatura humana não se sente ameaçada na fonte da vida por tais poderes. De modo que, homem, sua ação importa mais além do vegetativo – no "viver é negócio muito perigoso". A noção de vida dura transfere-se do estômago para a cabeça.

A grandeza de Rosa está aí: o maior sertanista da prosa brasileira, sem renegar o sertão, insere o romanesco no drama existencial, tão agudamente perscrutado, neste século, por escritores de todo o mundo.

O romance do Nordeste

Não há dúvida: o romance, nos anos 30, adquire identidade que em muitos pontos o afasta do similar oitocentista mais bem-sucedido. Contudo, pouco adianta incluir debaixo da mesma denominação – *Romance de 30* – um José Geraldo Vieira e um Jorge Amado. Tanto quanto estes, Graciliano Ramos e Cornélio Pena, ou Otávio de Faria e Amando Fontes. São muito dessemelhantes entre si, quer pela ambientação da trama, quer pelo tratamento da linguagem. Quanto a esta última, todavia, os liames são maiores, mas não no *quid,* no que há de irredutível a esquemas lógicos em toda arte complexa, como a baseada na palavra e nos seus entretons.

As carências, não apenas as individuais, mas sobretudo as resultantes de uma natureza hostil ou madrasta, balizam os primeiros contrastes. Assim, usos arraigados, condicionadores de atitudes coletivas, diante das quais o indivíduo isolado, sem poder de reação, é presa fácil de manipulações diversas, servem para explicar muita coisa. O contraste se estabelece, numa escala maior, na diferenciação Norte-Sul, quando vista a desigualdade à luz da economia. Por esses aspectos, nos quais o escritor, intérprete que é da vida, jamais deixa de prestar atenção, ainda que de forma translata, creio que o nosso romance, de 30 a esta parte, tem gravitado muito, talvez mais do que na era romântica, em torno das regiões. O "arquipélago cultural" que o Brasil configura, segundo a tese de Vianna Moog, tem aí sua validade confirmada. E, por isso, prefiro ver simplesmente o que na ficção novecentista bem pode constituir um ponto de encontro, o território "comum" da ilusão literária. Nele - e não digo nenhuma novidade – cabe perfeitamente, acomodado como o caroço dentro do fruto, o romance do Nordeste. Ao qual se ligam, por afinidades que seria longo explicar, os romances do Norte, da região amazônica, excluídos, porém, desse con-

junto o caso específico do Maranhão, onde o enraizamento lusitano se denuncia não só nos costumes sobreviventes do período colonial, como também no próprio manejo do idioma literário.

Por outro lado, três subáreas culturais – consideradas aqui como províncias fornecedoras de material romanesco (no gênero daquela "matéria da Bretanha" de que falavam velhos estudiosos da literatura européia) – aparecem na grande região setentrional do país; a saber: a mesopotâmia amazônica, de onde não desapareceu ainda o aborígine; o Nordeste semi-árido, e a Zona da Mata em que se estabeleceu a velha lavoura da cana-de-açúcar. Já o magma baiano, em redor de Salvador, onde a cultura afro-brasileira tem a sua representação mais viva, pitoresca e criadora, constituiria do mesmo modo uma subárea, hoje muito atuante, na música, na sobrevivência dos ritos mágicos oriundos da África, como das crenças e costumes típicos de povos americanos e europeus.

Não admira – num espaço tão vasto – que tenham sido igualmente díspares as manifestações literárias. De lá nos vieram autores como Abguar Bastos (*Safra,* 1937), ou mais tarde o ciclo amazônico de Dalcídio Jurandir. Este, com tenaz aplicação (*Chove nos Campos de Cachoeira,* 1941, e *Marajó,* por exemplo), faz o retrospecto sociológico, em termos ficcionais, da maior significação. E ainda ocorre esforço idêntico com outros prosadores cearenses. Todos ajudaram a caracterizar a literatura contemporânea em sua diversidade regional.

A unidade, entretanto, não é nem pode ser completa. Sirvam de exemplo, para ilustrar as variantes, os dois ficcionistas seguintes – um do Maranhão, o outro do Piauí. Josué Montello, polígrafo brilhante, tem evocado com insistência a sua cidade – São Luís do Maranhão; traçou-lhe o painel vivaz, todos esses anos, desde sua estréia (*Janelas Fechadas,* 1941). São numerosos os seus romances, dentre os quais *Tambores de São Luís* e *Cais da Sagração* têm recolhido a unanimidade da crítica. No vizinho Piauí, apareceu, em 1953, O. G. Rego de Carvalho (*Ulisses entre o Amor e a Morte*), um paradigma de composição em prosa. Ora, vistos no conjunto, sem maior exame, podem parecer integrados na mesma corrente do romance de 30, mas não é exatamente isso o que acontece. Pertencem a outra família, mais vizinha talvez do realismo bem-comportado de um Maupassant, corrente no final do século XIX.

Mas é no âmbito do patriarcalismo rural nordestino, no mundo criado pela atividade açucareira – um tema estudado magistralmente por Gilberto Freyre – que se fundamenta o romance do Nordeste. Aí, sim, a ficção bra-

sileira moderna erigiu uma vasta galeria de personagens simbólicas, nos limites de condições ambientais típicas. A exemplo de José Américo de Almeida, já mencionado, Rachel de Queiroz, em 1930, com *O Quinze,* retoma e amplia o tema da seca. Daí por diante, até chegar ao seu recente *Dôra, Doralina* (1975), ela descreve uma curva ascendente que passa também pela crônica. Mas o seu *terruño,* como o de José Lins do Rêgo, é sobretudo o da infância e da juventude. Nem todos os nordestinos que fazem literatura no Sul, apartados do meio original, são neo-realistas. Há os que preferem o realismo mágico como instrumento de apreensão do mundo perdido. Um exemplo: Jorge de Lima. Em duas novelas, *O Anjo* (1934) e *Calunga* (1935), o grande poeta combinou sutilmente alegorias e disfarces, o onírico e o real, construindo um chão nativo quase utópico.

José Lins do Rêgo, em *Menino de Engenho* (1932) e *Fogo Morto* (1943) e ainda nesse extraordinário *Pedra Bonita* (1938) ilustra melhor, com elementos colhidos da vida ou do imaginário, um campo individuado onde a antropologia cultural teria muitos tesouros a descobrir. Abeira-se do econômico, descreve nostálgico certas mudanças implacáveis – a do engenho à usina, por exemplo – e ao cabo de tudo nos transmite uma sensação de vazio e desesperança. Está irremediavelmente preso ao passado, tanto quanto Vitorino Carneiro da Cunha, personagem-símbolo de uma tradição que se recusa a aceitar as exigências do futuro. Tudo isso ele registra na sua linguagem desalinhavada, mas saborosa, que em *Fogo Morto* atinge talvez o ponto alto. De qualquer forma, ele nos ensina a compreender a unidade do Nordeste no seu cotidiano de penúria, superstição, desníveis econômicos gritantes. Mas o leitor que não lhe peça nuanças psicológicas: contente-se com a nitidez da fotografia.

Com respeito a este último ponto, sua obra cede a primazia a Graciliano Ramos (1892-1953), o temperamento mais finamente artístico do grupo nordestino. Eis aí um grande escritor. Era homem feito, sofrido, ao estrear verdadeiramente (*Caetés,* 1933). Tudo, nele, contribuiu para configurar a excepcionalidade. Maturou a expressão antes de vir para o Rio, e aí, passando por maus momentos, ficou fiel às raízes, à sua dignidade pessoal bravia, traço que importa realçar em quem viveu tão aperreado o drama da pobreza. Inteligência crítica apurada, serviu-se dela, antes de tudo, para não cair na ficção minimizada pelo panfleto. Não permitiu, de resto, que sua ideologia política – e ele a tinha, conscientemente esposada – interferisse nos planos de seus romances e contos.

Seu legado literário compõe-se, no entanto, de poucos títulos, se atentarmos nas habituais exuberâncias da confraria. Graciliano compunha

devagar, com extremo cuidado. Por isso mesmo, além do romance de estréia, que é o seu trabalho menos realizado, e de *Viventes de Alagoas*, coletânea de contos de várias épocas, o que melhor define esse escritor está em *São Bernardo* (1934), *Angústia* (1936) e nesse lapidar *Vidas Secas* (1938). Memorialista de rude franqueza, em primeiro lugar para consigo mesmo, deixou em *Infância* (1945) um documento em que se desvenda por inteiro, de forma viril. Esclareceu ali muitas situações que trasladou, por via ficcional, para a sua galeria de tipos de exceção, flagrados no meio interiorano – de horizontes limitados – em que passou a melhor porção da vida. Custa crer que esse homem do sertão houvesse atingido, na maturidade, o sentido universalista, a visão desimpedida com que se analisa em *Memórias do Cárcere*, livro que não tem paralelo em nossa vida literária pela sua grandeza, mas escapa aos limites deste estudo.

O baiano Jorge Amado pertence à família dos romancistas nordestinos. Afora ligeiras variantes, usa a mesma técnica, isto é, serve-se do instinto e da relação homem-natureza segundo o padrão naturalista. E possui, a maior, uma coisa que os naturalistas de escola desdenham: um poderoso hausto poético. Aparece em 1930, ao mesmo tempo que Graciliano Ramos, e seus trabalhos iniciais são romances de protesto. De fato, *Cacau* (1933), *Suor* e *Capitães de Areia* somente diferem dos escritos de Zola no particular da linguagem. Constituíram novidade, entre nós, pela escolha dos motivos e temas afro-baianos, timidamente presentes, antes disso, em algumas páginas de Xavier Marques. Aliás, o autor que assim aparecia não é nada livresco. Sua composição lavada, clara, é persuasiva. A indulgência do criador para com as suas personagens, o modo como as descreve, com bondade e conivência, amolecem a resistência do leitor preconceituoso, conquistam-lhe a empatia. Mas, depois de *Jubiabá* e *Mar Morto*, Jorge parte para uma temática de violência. Só então adquire grandeza como narrador, ao transplantar para o papel os lances de paixão, cobiça e brutalidade, que o olhar grapiúna divisa nas fazendas de cacau do Sul da Bahia. *Terras do Sem-Fim* (1942) inaugura na sua carreira uma visão trágica do homem; os sentimentos são másculos, a luta pela sobrevivência vai do ódio ao sangue. Mas, somando as qualidades e os senões de Jorge Amado, *Gabriela, Cravo e Canela* (1958) aprofunda algo que o escritor sabe explorar habilmente: o erótico, a lascívia tropical, o picaresco de certas situações que nas sociedades imaturas acentuam o domínio do macho sobre a fêmea. De súbito, todavia, inflete para outro rumo e produz uma autêntica obra-prima, *Os Velhos Marinheiros*, cuja novela de abertura – "Quincas Berro d'Água" –, ao contrário da maioria

dos textos de Jorge, é admiravelmente talhada, inclusive no que concerne ao estilo, de uma transparência e mordacidade exemplares. Daí por diante, mormente em *Dona Flor e seus Dois Maridos, Teresa Batista Cansada de Guerra* e *Tieta do Agreste,* as heroínas de Amado se universalizam, levadas a todas as latitudes por numerosas traduções.

Adonias Filho e Herberto Salles cultivam o romance de timbre baiano. No primeiro, após longa vivência no interior de Ilhéus, na região do cacau, o romancista só se externou, em letra de fôrma, aos 37 anos. *Os Servos da Morte* (1946) impressionaram favoravelmente os leitores, que então não conheciam talvez como hoje certas peculiaridades da velha província. Pouco a pouco, o escritor se firma, e em *O Corpo Vivo* (1962) comprova sua maturidade de narrador. O contexto espiritual, uma dominante da sua personalidade, ganha relevo ainda quando esse autor trata da gente inculta da área rural. Quer dizer, em vez de um naturalismo subalternizador da pessoa, ele busca o outro lado da besta. Tal nota de vida interior não artificializa, porém, a condição humana das criaturas humildes; completa-lhes a imagem, e, no caso de Adonias, sem forçar a mão, nem cair no clichê. O outro ficcionista, Herberto Salles, é mais jovem; tem do Naturalismo o senso de observação, e do tom picaresco retira formas de ataque aos vincos caricaturais dos seres e da sociedade. Os garimpos baianos, tema aflorado no século anterior, retomou-o em *Cascalho* (1944), e em outros livros, de modo a constituir, sem variações de monta, um regionalismo bem representativo.

Além de José Américo de Almeida, o já mencionado precursor do romance do Nordeste, inclui-se nessa rubrica um prosador espontâneo, carregado de humanidade: Amando Fontes, autor de *Os Corumbas* (1933) e *Rua do Siriri* (1937). Contudo, apontou com verismo, às vezes repetindo chavões literários, de efeito duvidoso, uma perspectiva populista ao romance urbano. Sua ficção denuncia os desacertos sociais, apresentando os dolorosos afluentes humanos que escorrem das fábricas, em remotos lugarejos, ou das suburras onde se acotovelam mulheres da vida. Comove sempre o leitor, ainda que não lhe apresente uma arte realizada. Retratando deformações resultantes de uma ordem social imperfeita, os romances do autor sergipano caracterizam na justa medida o desconforto físico e moral que aflige o operariado em muitas indústrias do país.

Não é tudo. Combinando o social (neurose urbana, opressão do poder, arbítrio policial, radicalismos ideológicos, sexo e terror) com os dados da subjetividade (a busca de Deus e da justiça dos homens é a principal), Hermilo Borba Filho nos deu uma tetralogia – "Um Cavaleiro da

Segunda Decadência". A efabulação nervosa, angustiante, é feita por um intelectual, personagem que narra o seu caso, sem esquecer a conjuntura do país entre duas revoluções (de 1930 e 1964). Páginas de ansiedade febril, primeiramente oferecem aos pernambucanos – pois que em Recife transcorre grande parte da ação –, e depois a todos os leitores uma visão dolorosa de nossa vida coletiva nos últimos tempos.

Entre Hermilo Borba Filho e Osman Lins, conterrâneos, há pontos de afinidade explicáveis pela contemporaneidade, como pela convivência, mas sobretudo porque ambos, a despeito de se interessarem pela cultura local, em diferentes modalidades, tenderam à extraterritorialidade temática.

Este último, na elaboração ficcional, foi requintado. Partindo de elementos simples atingiu uma complexidade que se divide entre o cerebralismo e o sentimento erótico. O resultado foi excelente; a crítica universitária entusiasmou-se com os seus achados, e de certo modo o êxito de *O Fiel e a Pedra* (edição definitiva, 1968) se repete, nos mesmos círculos, com o surpreendente *Avalovara* (1974) e *A Rainha dos Cárceres da Grécia* (1976). O imbricamento da composição lembra vários nomes da vanguarda européia, nos limites do *nouveau-roman;* contudo, o nosso autor preserva a sua humanidade, não atinge a crueldade mental manifesta em outros textos similares da literatura do Ocidente. Preocupações humanísticas, exteriorizadas em vários trabalhos (basta ver *Guerra sem Testemunhas – O Escritor, Sua Condição e Realidade Social*), matizam todos os seus textos (ficção, impressões de viagem e dramaturgia).

As inovações pretendidas por Ariano Suassuna, além da criação dramática, plano em que se notabilizou com o *Auto da Compadecida,* foram de outra índole ao publicar o *Romance d'A Pedra do Reino e o Príncipe do Sangue do Vai-e-Vem* (1971), que leva este subtítulo esclarecedor: "romance armorial-popular brasileiro". O pitoresco, assente no gosto do povo, na ingenuidade e no descontraído da elocução, vem assim amenizar o romance do Nordeste, tão crispado, tão cheio de revolta. Prova de que a sociedade, em qualquer latitude, possui enormes reservas de bondade e paciência; sofre com resignação, e ainda sabe sorrir. Não perdeu a esperança, força centrípeta do amálgama que ela é.

O subjetivo e o concreto

O caso de Guimarães Rosa parece confirmar o fundo humanista, generalizado e persistente, da ficção mineira. Algo tão arraigado que não desaparece diante do sortilégio imemorial do primitivismo ou da vertente regionalista inçada de laivos dialetais. Os autores do Norte de Minas (Manuel Anselmo, Antônio Versiani, Nélson Soares de Faria, Valdemar Versiani) ou os do Sul e do Triângulo (a exem-

plo de Amadeu de Queiroz e Mário Palmério), registrando o matiz dos falares de seu *terruño*, prestam todavia mais atenção, em seu todo, ao psicologismo de que Machado e Pompéia foram paradigmas. Esse analitismo, uma invariante prestigiosa, a contar das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*, infletiu até para o naturalismo destabocado de Avelino Fóscolo (*O Caboclo*, 1902), mas foi retomado, em 1939, por Emil Farhat no romance *Cangerão*, em que fervilha um populismo que não teve em Minas continuadores, salvo depois de 60, com uma figura do porte de Benito Barreto, cujo talento tem sido, porém, silenciado em favor de outros autores menos convincentes.

Nos anos anteriores e posteriores a 30, o regionalismo à mineira, de que fora um marco a *Vida Ociosa* (1920) de Godofredo Rangel, continuou com este último, e ainda com Abílio Barreto, Soares de Faria, Gilberto de Alencar, Agripa de Vasconcelos e Amadeu de Queiroz. O autor de *A Voz da Terra* (1938) e *Os Casos do Carimbamba* (1939), cuja ficção, sem deixar de todo o chão nativo, se enraizou também no cosmos paulistano, em *O Quarteirão do Meio*, não constitui exceção.

Nesse conjunto, quero dizer, na clerezia literária de Minas, cabe lugar de honra a Eduardo Frieiro (1892-1982), prosador que nasceu feito, segundo o juízo de Mestre João Ribeiro. Sua independência de espírito adaptou-se confessadamente ao ideário da "Geração de 98", com a qual a Espanha, rompendo com a Escolástica, se atualizou através da heterodoxia e da inquietação agônica de Unamuno. Escreveu bons romances, saindo abruptamente do anonimato: *Clube dos Grafômanos* (1927), caricatura vivíssima de "igrejinhas" literárias belo-horizontinas, e ainda *O Mameluco Boaventura*, romance histórico, *Inquietude, Melancolia e Cabo das Tormentas*.

Todavia, os romances pós-modernistas da Província central só se difundiram com Lúcio Cardoso, João Alphonsus, Ciro dos Anjos e Cornélio Pena. Coloco aí este último pelas razões que mencionarei a seu tempo. Não lhes faltam, aos quatro, a maneira e a cor local definidoras da origem. Ocorre que Lúcio, transferindo-se moço para o Rio, não as perdeu; e Cornélio, um petropolitano aclimado em Itabira, adquiriu essa cor local, no seu caso específico reforçada por valores sonoros e cromáticos de um decadismo singular.

Há, sem dúvida, nessa família de homens de letras, certo aristocratismo intelectual, se a expressão cabe, sem desmerecê-los, a todos os escritores que em qualquer situação, até mesmo ao caírem na crueza naturalista, não perdem a contenção do espírito e da forma.

João Alphonsus, prosador imbuído do espírito de 22, fará em dois livros – *Totônio Pacheco*, 1935, e *Rola-Moça*, 1938 – um corte vertical na sociedade mineira, partindo do arrivismo urbanístico de Belo Horizonte e da região castiça que envolve a capital. Explora manhosamente o caricato, o pretensioso, o atrito da Minas barroca, parada no tempo, com as novidades do século XX. E isso individuou igualmente o contista exemplar de *Galinha Cega* e *Eis a Noite!*

Lúcio Cardoso (1913-1968), embora vivesse pouco em sua terra, é mineiro típico. Evocou cenários da infância em seu primeiro livro (*Maleita*, 1934), ainda imperfeito. Adquiriu, porém, larga experiência; escreveu romances, novelas e contos; dissecou almas, tal como ocorre em *Crônica da Casa Assassinada* (1959), que concentra talvez as suas melhores qualidades. "É o nosso Julien Green", disseram os críticos quando ele apareceu. Não erraram.

Na sua primeira fase, Ciro dos Anjos escreveu dois romances: *O Amanuense Belmiro* (1936) e *Abdias* (1945). Se aquele nos mostra um funcionário público imaginativo, às voltas com o "mito de Arabela" – ou seja, o amor impossível –, o segundo, perquirindo no cerne das motivações sentimentais, esboça um como que tratado da paixão. O primeiro, além disso, é exuberante de lirismo; em certos trechos tem a delicadeza das éclogas. Em *Montanha* (1956), romance *à clé*, as transposições do confessional abarcam o universo moral da política, e também aí o componente erótico sobreleva a ação, a trama política que a sustenta, para caminhar desimpedido no encalço do intemporal.

Autran Dourado continua essa tradição. Surgiu com o grupo da revista *Edifício* (1947) e, desde esse ano, em que publicou *Teia*, persevera com afinco. Tem cultivado o conto e a novela, mas o romance já lhe deve excelente contribuição. Teorizou também sobre esse gênero, cujos segredos tem dominado, em situações complexas, a exemplo de *Os Sinos da Agonia* (1974). Nesse texto, os planos se combinam numa construção arriscada: o pano de fundo histórico, o problema do incesto, a sociedade pintalgada das cidades do ouro, o *pathos* romântico, tudo que nele se agita, enquanto fábula, adquire severa beleza. Em outros livros, aparecem jovens sôfregos, a viver experiências eróticas frustrantes ou dolorosas. Aí, a tangente do sonho, peculiar aos indivíduos emparedados no passionalismo, ganha dimensões surpreendentes. No espaço romanesco de hoje, meio brutalizado pelo depoimento direto, vulgar, o claro-escuro de Autran leva o leitor a um jogo de espelhos em que mito e realidade o subjugam.

Em 1956, Fernando Sabino, já nome feito como cronista, após breve estágio no conto, escreve a *Educação Sentimental* da sua geração, à qual pertencem ainda Paulo Mendes Campos, Otto Lara Resende e Hélio Pelegrino. *Encontro Marcado* respira adolescência, fruição imoderada da vida; o liame introspectivo é uma corda tensa. Mais tarde, voltou o autor ao romance. *O Grande Mentecapto,* saído há pouco, na sua feição picaresca assume relevo singular.

Mário Palmério, nascido em Monte Carmelo, mas radicado em Uberaba, de um dia para o outro ganhou notoriedade. Aos 40 anos, surge com um romance (*Vila dos Confins,* 1956), que possui todos os ingredientes da receita: a intriga é interessante; a linguagem bordeja o pitoresco regional; a forma é limpa; a crítica de costumes e o dramático transitam sem esforço do real para o imaginário. *O Chapadão do Bugre* (1965) fixa o quadro social crispado, leva o mandonismo local à tragédia, requintando na verossimilhança que constitui ponto de honra do Naturalismo. Os incidentes são fotográficos. Os entretons não aparecem, porém, com a delicadeza a que nos habituaram os autores citados pouco antes. Mas o romanesco de Palmério nem por isso deixou de ser manipulado à mineira. Algo idêntico sucede com Darcy Ribeiro; sem embargo do seu indigenismo temático, a marca pessoal desse escritor é um dado subjetivo intrigante, a ressaltar, por outro lado, sua formação mediterrânea.

Minas tem no Rio grande número de seus ficcionistas. A proximidade geográfica e os atrativos da vida intelectual explicam a migração. Entre os componentes dos grupos literários da década de 20 – o de *A Revista* e da *Verde* de Cataguases – quase todos se fixaram na terra carioca.

É o caso de Rosário Fusco, autor de quatro romances (o primeiro, *O Agressor;* o último, *Dia de Juízo,* 1961) até agora não valorizados, como seria de justiça, talvez porque a sua crispação, o tumulto interior, o escatológico da linguagem e das situações (formas por ele dominadas) devem ter afastado os bem-pensantes. Contudo, há nele, como em Otávio de Faria, uma ardente aspiração de Deus, à semelhança do que se dá no romance-cíclico de Hermilo Borba Filho. Os três se irmanam, formando uma corrente digna de melhor apreciação.

Com outra delicadeza, e não menor intensidade psicológica, Osvaldo Alves surpreendeu a todos com *Um Homem Dentro do Mundo* (1938); publicou ainda um livro de contos, e logo após, inexplicavelmente, calou-se. Maria Julieta Drummond de Andrade escreveria aos 17 anos a novelinha *A Busca* (1946), de uma vitalidade que o tempo respeitou. Em crôni-

cas ulteriores, confirmou a boa forma literária com que se inseriu num gênero raro por aqui – a novela de tensão, finamente elaborada.

Rui Mourão, a partir de *As Raízes* (1956), prefere uma ficção ambientada no quadro mineiro, especialmente o belo-horizontino, e nessa perspectiva situa-se bem. As narrativas de Mário Garcia de Paiva, revolvendo a subjetividade, são das que levam à perfeição a prosa brasileira dos três últimos decênios. Poderia citar mais alguns, mas creio que os principais aí estão. Numerosos outros, em busca da afirmação, prometem frutos abundantes. Nos que surgiram depois de 60, dentro e fora de Minas, observo que o Naturalismo, revigorado pelo pensamento socialista, ainda preside à irrupção de uma literatura talvez menos trabalhada, mas indubitavelmente mais solidária com o bicho-homem.

A primeira geração modernista, em São Paulo, combateu o regionalismo como forma de apequenamento do literário; e como uma das causas maléficas disso, apontou o vezo de se transplantar a linguagem, nos moldes em que o fizera Valdomiro Silveira: atendendo em primeira instância ao registro dialetal. Mário de Andrade, conforme ele próprio proclamou, a despeito das aparências em contrário, quis justamente o oposto: "desgeografizar" a prosa, na ficção e no teatro. Mário Neme, nos contos de *Donana Sofredora*, cedeu imoderadamente ao dialetal, procedimento que não mais se repetiu, entre os paulistas, com autores de categoria.

José Geraldo Vieira (1897-1977) deixou o Rio para morar em São Paulo; e ali escreveu, com o seu espírito cosmopolita, uma série de romances perturbadores. A naturalidade não foi o seu forte. Procurou fixar ambientes exóticos ou pelo menos estranhos ao nosso tipo de vida. Passeou pelo mundo com as suas personagens, fez uma exibição de cultura (sobretudo a artística) que por sinal inunda, caudalosamente, o romance de Aldous Huxley, com quem José Geraldo nisso se parece. Prosador vigoroso, porém, deixou páginas magistrais. Acontece que o seu ecumenismo, exigindo do leitor um nível elevado de cultura, não se ajustou ainda, e talvez não se ajuste nunca ao gosto geral. De qualquer modo, considero-o representativo dessa elaboração romanesca – já encontrável no século anterior – que erigiu as "cidades tentaculares" em aquarelas impressionistas. Creio que José Geraldo, com muito mais força, ampliou em grande parte o projeto de Oswald de Andrade na sua "Trilogia do Exílio", iniciada em 1922.

Menotti del Picchia, que freqüentou o regionalismo temático em *Juca Mulato*, na ficção e na doutrinação estética defendeu certo nacionalismo que resultou epidérmico. Não obstante suas notórias simpatias pelo dina-

mismo de Marinetti, perdeu-se nos desvãos da heterogeneidade, mesclando o cerebral e o afetivo, o rural e o urbano, o real e o imaginário, o aventuroso e o inverossímil.

A presença do social, transposto a quadros de vida peculiares, tais como os da urbanização concentrada, aparece com outra eficácia nos contos e novelas de Orígenes Lessa. Como narrador, nos começos de 30, aparece sob o signo da simplicidade em *Garçon, Garçonette, Garçonnière*. A seguir, lapidando-a, ainda mais, sua imaginação cresceu; suas figuras tornaram-se nítidas. Não seria impróprio acrescentar: criou no Brasil um molde de histórias curtas; algo original na sua "pureza" narrativa.

Maria de Lourdes Teixeira e a Senhora Leandro Dupré (esta última desdenhada, sem razão, pela crítica), Dinah Silveira de Queiroz e Lygia Fagundes Telles avivam os caminhos do romance de enredo. Após a experiência inicial (*Floradas na Serra*, 1939), encaminhou-se Dinah para o romance de fundo histórico. *A Muralha* (1968) consolidou a sua popularidade. Lygia é hoje, no conto, uma autora indispensável à caracterização do gênero. No romance *As Meninas*, aprofundando-se na análise de três adolescentes, num pensionato de freiras, trocou o fantástico, o mágico, dos contos anteriores, por uma sondagem implacável no espírito movediço das jovens-em-flor.

A massificação, a coisificação do indivíduo, é um acidente quase trivial nas grandes urbes de hoje. João Antônio, um paulista transladado para o Rio, retrata essa confrangedora situação, uma das chagas triviais na carne burguesa das metrópoles. Sem o rendado e os ademanes da tradição "beletrística", sua prosa é um achado. Roland Barthes, que já se foi, não teve oportunidade de conhecê-la; ficaria feliz por encontrar aí um exemplo da "linguagem neutra", da massa elocutiva asséptica, que outra coisa não é realmente o "grau zero" da escrita. Pois esse prosador brasileiro chegou até lá; e talvez por isso, porque no seu horizonte o narrador e a personagem usam essa expressão franciscanamente despojada de ornamento, ela adquire, ao revés, a maior luminosidade existencial. Fulgura na sua verdade, sem deixar de pertencer, por força de não sei que afinidades, à melhor categoria da literatura.

Nélida Piñon, à medida que avança, deixa para trás certo imbricamento que a prejudicava. Mas isso mesmo é ainda visível em Antônio Callado da última fase. Menos pela correção do que pelo hábito de requintar tudo, tornando-se opaco. Na atmosfera agreste, lidando com a humanidade dominada pelos taumaturgos provincianos, é excelente.

Ao pé dos arranha-céus, da opulência, a pobreza institucionalizada não é mais feia que no interior. Nos lugares remotos, desassistidos, a brutalização viceja nos resíduos de um monopólio injusto: o que dirige o crédito, os meios de produção, a máquina burocrática. A agropecuária de subsistência é absorvida pela empresa, que vem da cidade. Grandes áreas do Leste e Nordeste documentam isso. A ficção trouxe-nos de lá exemplos pungentes.

Antônio Torres, baiano também, como Antônio Callado, elaborou uma ficção que se qualifica com a densidade desse romance – *Um Cão Uivando para a Lua* (1972). Em conjunto, o seu neonaturalismo aparenta-o com os autores do Nordeste, e com Jorge Amado tem afinidades. No entanto, Torres possui qualidades muito suas; é rápido, incisivo, colore sem empastar; o esforço artesanal não aparece.

João Ubaldo Ribeiro faz sua humanidade brotar do chão; impressiona pelo fluxo insopitável, a cada passo irisado por notações picarescas, por uma vivacidade maliciosa. Sente-se, com ele, a vida como a sentiria o povo, se uma entidade de múltiplas faces e opiniões pudesse opinar pela pena de um só autor, pela boca de um só contador de desgraças. O *Sargento Getúlio*, precedido e sucedido por outros trabalhos de ficção, é por isso mesmo um divisor de águas. Depois dele ficou mais difícil escrever um relato desse gênero.

Diante disso, teriam envelhecido as histórias tão bem escritas de Luís Jardim, sua perícia em dosar os contrastes, as sensações, o pitoresco dos costumes nordestinos? Creio que não. Mas a transformação operada nos últimos 30 anos, de uma forma ou de outra, desativou parte dos poderes ofensivos que o romance do Nordeste – na versão inicial – teve até ontem.

A tônica do erotismo e da violência continua a sentir-se na obra de escritores já feitos da mesma área. Odylo Costa Filho, em *A Faca e o Rio* (1965), Ledo Ivo, nos contos e no romance *Ninho de Cobras*, ou Ricardo Ramos, contista excelente, confirmam a vitalidade da ficção contemporânea.

De Marques Rebelo até hoje, cresceu a linhagem carioca de nossos prosadores mais expressivos. O curioso é que ela acompanhou a evolução material da cidade; sua mina é agora a Zona Sul e explora-a, em parte, segundo a lição do realismo socialista. Depois do "dialeto" de Copacabana e de Ipanema, apropriou-se de toda a gíria urbana; copia-lhe a graça e o colorido genuínos. Isso é transparente, por outro lado, em autores já feitos, comprometidos com o realismo ortodoxo. Veiculando o coloquial saboroso, marca distintiva muito conhecida, mas em constante mutação, vemos autores oriundos do interior brasileiro, e mesmo estrangeiros. Dou

estes exemplos; Samuel Rawet, já citado, e Clarice Lispector (1925-1977). Prosadora introspectiva, por isso mesmo sombria, comunica-se no entanto com qualquer tipo de leitor, desde que este saiba apreciar as filigranas do poético. Ela não conta, verdadeiramente, fatos – tece a sua trama. No conto, porém, sua perfeição é maior, mas as inovações menos ostensivas. No romance, onde se permite grande liberdade, desde o surpreendente *Perto do Coração Selvagem* (1944), sua estréia, e *A Maçã no Escuro* (1961), Clarice Lispector multiplica o veio lírico. A ficção deve-lhe muito, quer por sua significação intrínseca, quer pela influência que tem exercido. Ucraniana de nascimento, só aprendeu o português na escola pública; inseriu-se, porém, no circuito artístico nacional como gente de casa, reeditando entre nós o caso de Conrad na língua inglesa.

Gastão Cruls (1888-1959) assistiu ao aparecimento do romance de feição modernista, estimulou-o como editor, mas preferiu para seu uso o tradicional. Eclético do ponto de vista temático, praticou a narrativa de costumes, a ficção científica, o fantástico, o caso clínico. Nos contos (*Coivara,* 1920, *Ao Embalo da Rede,* 1923, *História Puxa História,* 1938) e nos romances (*Amazônia Misteriosa,* 1925, *A Criação e o Criador, Elza e Helena* e *Vertigem*) concentrou todo o seu esforço na articulação do enredo. Prosador ameno, carioca visceral, a sua despedida literária foi uma obra de amor à sua cidade; com efeito, *De Pai a Filho* (1954) deu-lhe a oportunidade de versar, saudosa e lhanamente, velhos costumes do Rio de Janeiro da *belle-époque.*

A essa altura, o estilo epocal havia mudado. Tornara-se mais sóbrio, no formal, e mais direto no engajamento político, na denúncia de tudo quanto, nesta segunda metade do século, tem cerceado o exercício pleno da democracia no país. Paralelamente, o recrudescimento do erotismo abriu novas perspectivas comerciais, favorecendo a proliferação da literatura e do cinema *pornô.* Há muito de inconformismo, desencanto e revolta nesses escritores voluntariamente situados à margem da vida burguesa.

Carlos Heitor Cony, surgido em 1958, é um dos que com maiores dons manifestaram sua náusea. Grita, recorre a termos fortes, estigmatiza a hipocrisia social, o farisaísmo de vária pinta, e no atinente ao meio carioca, conhecendo-o bem, tornou-se um dos clássicos da comédia urbana.

O pernambucano José Condé (1918-1971) combinou a reminiscência da vida sertaneja, em Caruaru, Pernambuco, com a vertigem citadina em que se viu mergulhado na última parte de sua vida.

Dotado de mais energia literária, e subindo a planos ousados, José Cândido de Carvalho, depois de *Olha para o Céu, Frederico,* novela de

1939, voltou ao interior fluminense para compor uma obra inesquecível. *O Coronel e o Lobisomen* realiza o romance em tempo de tragicomédia. A baixada açucareira de Campos, palco da decadência do patriciado provincial, sob a República, é também um dos campos de ação do Coronel Ponciano, personagem-chave de pitorescas aventuras, nos quais a mitologia cabocla, as crendices e o componente mágico artisticamente se mesclam, como raramente tem ocorrido em qualquer parte. O que há de inusitado nessa história, enquanto fábula, se transporta igualmente ao estilo – uma conquista pessoal de José Cândido de Carvalho. Para interpretar um escritor assim, não servem os processos comuns de aferição do teor artístico. Seria preciso criar, para tanto, uma estilística própria.

A originalidade de Ary Quintela, em *Combati o Bom Combate,* é inegável. Condensa como poucos a efabulação; a palavra, em seu texto, se valoriza através das imagens translatas. Centra-se muitas vezes num verbo, num substantivo, aquilo que outro autor levaria uma página para dizer. O turbilhão é a sua matéria essencial. Vê as personagens por um olho mágico, transfigurando-as. Uma experiência assim lembra a melhor ficção norte-americana da *lost generation.* Com uma diferença: o nosso autor, sem inibição, emprega uma afetividade transbordante para corrigir a coisificação a que condenaram o homem na era do robô.

Sem levar em conta outros aspectos, a firmeza e limpidez desses três prosadores solitários – Geraldo Ferraz (*Doramundo,* 1957), Antônio Olavo Pereira (*Marcoré,* 1957) e Ascendino Leite (*A Viúva Branca* e *O Salto Mortal*) – mereceriam da crítica atenção mais minuciosa.

No Rio Grande do Sul, depois de Talmo Vergara, que urbanizou o conto, com *Cadeiras na Calçada* (1936), e de *Os Ratos* (1935), de Dionélio Machado; depois de Érico Veríssimo, há uma geração muito ativa. Paralelamente, descobriu-se um autor que morreu deixando na gaveta um romance escrito no início de 30; o qual, por todos os seus aspectos, se filia ao ciclo de então. Refiro-me a Aureliano de Figueiredo Pinto, que assim tomou lugar próprio nas letras com as *Memórias do Coronel Falcão,* uma caricatura da comédia política – e dos costumes regionais – digna de sobrevivência. A tentativa de Pedro Wayne (*Charqueada,* 1937) fora também interessante. Mas o autor que, nesse terreno da crônica provinciana, de fato moveu a curiosidade da crítica local foi Ivan Pedro de Martins, nascido em Minas, mas com parte de sua experiência colhida no interior da Campanha sulina. É de justiça dizer que ele, com *Fronteira Agreste* (1944), reativou a chama do velho fogão gaúcho, e tanto nesse, como em seu romance posterior, *Caminhos do Sul,* conduziu a "pequena pátria" do

guasca a uma boa situação perante o espírito regional que anos antes despertara com o ciclo da cana-de-açúcar.

Vianna Moog, após *Um Rio Imita o Reno* (1939), não voltou a tratar especificamente de temas gaúchos. Mas esse romance abriu janelas a um tema que ficara oculto no espesso nevoeiro dos preconceitos: os conflitos raciais e políticos (da época de Hitler) ocorridos no Vale do Rio dos Sinos.

A cidade-típica da zona colonial alemã é cenário parcial em duas novelas de Lya Luft (*As Parceiras* e *A Asa Esquerda do Anjo*), editadas recentemente. A transplantação do ambiente é feita por via subjetiva, com argúcia, fluidez, estilo. Uma força nova que se incorpora à ficção do país, apresentando-lhe modelo de cunho universal, de linhas habilmente combinadas, sem afetação ou modismos impertinentes.

Idêntico procedimento, mais tarde, teve o malogrado Gladstone O. Mársico. Autor de contos e de dois excelentes romances (*Cogumelos do Outono,* 1971, e *Cágada*), demorou-se a caricaturar, com verve cáustica, os costumes implantados por colonos estrangeiros nas matas do Noroeste. E desses aglomerados conservadores, ninho de abusões e reminiscências, de projetos de vida estranhos ao meio, extraiu uma língua, uma filosofia, um conceito existencial. O conjunto estabelece, sem favor, um paradigma na paisagem literária nacional.

A minoria judaica do bairro do Bonfim, em Porto Alegre, tem o seu Michael Gold em Moacyr Scliar. Estreou com *O Carnaval dos Animais* (1969); nos romances *A Guerra do Bonfim* e *Exército de um Homem Só,* impregnados de realismo mágico, e sobretudo em *O Centauro no Jardim,* evoluiu do ambiente típico para as ressonâncias universais do afeto e da inteligência.

Essa província meridional possui um vinco literário ***sui generis:*** o regionalismo gauchesco, cujas raízes se confundem com as do falar fronteiriço de que se serve. Os poetas e prosadores incluídos nessa derivante da norma culta são também chamados "tradicionalistas", e o mesmo público assim os denomina e distingue. Sua força, extravasando do campo para a cidade, explica a moldura épica e lendária que cinge a figura do campeador antigo, um mito que a literatura já projetou em todos os gêneros, inclusive no teatro. Raros escritores do extremo meridional terão escapado à sugestão desse maneirismo carregado de sugestões que remontam à fase colonial, quando o "monarca das coxilhas" demarcou a pata de cavalo, e golpes de lança, a raia que nos separa do mundo platino. Sirva de exemplo o romancista Reinaldo Moura, que escreveu várias obras inspiradas no mais lídimo modelo francês, pois também ele, ao fim

de sua carreira, cedeu à atração do localismo e compôs uma história de amor, violência e morte (*Romance no Rio Grande*, 1958) na qual a paisagem e as ações se fundem sob o envolvimento épico.

Com outra técnica e outra força, Josué Guimarães, cuja iniciação, no conto, remonta a 1962, nos últimos tempos dedicou-se à elaboração de romances; seu melhor momento é o díptico "A Ferro e Fogo". Ambos os volumes – *Tempo de Solidão* e *Tempo de Guerra* – se distinguem pelo cerrado da narrativa, em dois planos: um drama do povoamento, a fixação dos colonos alemães, na primeira metade do século XIX, na concha do Guaíba, seus trabalhos e vicissitudes, e a participação dos imigrantes ao lado dos "pêlos duros", na Guerra dos Farrapos, a mais prolongada luta fratricida da história regional. São páginas que hão de ficar; a composição equilibrada se iguala ao que apareceu de mais bem-sucedido na ficção latino-americana. Ultrapassando em muitos casos a pequenez das personagens reais, recria com talento cenas e figuras que deixaram lembrança na cena histórica e aqui verdadeiramente renascem com individualidade própria, no clima permissivo em que se movem os seres imaginários.

Dionélio Machado, apesar da idade avançada (nasceu em 1895), prossegue trabalhando. *Os Deuses Econômicos, Os Endiabrados*, e o mais que tem publicado (e revisto em sua obra anterior) trazem a seus companheiros de ofício uma lição permanente. A feição íntima do escritor, não obstante o correr do tempo e o trânsito das modas, não se descaracterizou: seus textos primam pela secura; não faz concessões ao sentimentalismo fácil.

A última novidade, entre os gaúchos, é o romance *A Fúria do Corpo*, de João Gilberto Noll, lançado logo após os contos de *O Cego e a Dançarina*. Um criador poderoso salta dessas páginas. Dará que falar à crítica do futuro.

Romances cíclicos ao Sul

Diante do êxito de seus dois primeiros livros, de cenário nordestino, a crítica sugeriu a José Lins do Rêgo – e ele adotou – o projeto de compor um "ciclo da cana-de-açúcar". O *roman-fleuve* europeu, que renascia, e o êxito de *Casa Grande & Senzala* contribuíram para isso.

O ano de 1933 é uma data feliz na literatura nacional: além da estréia de Graciliano e Jorge Amado, no romance, anuncia a de Érico Veríssimo, com *Clarissa*. Este, escritor do extremo-sul, inovou num ponto: em vez da maioria, submissa ao figurino parisience, preferiu o condicionamento romanesco às maneiras inglesa e norte-americana. Atento ao primado da história, às peripécias do enredo, notoriamente bem conduzido pelos clás-

sicos do gênero no mundo anglo-saxônico, a cada nova incursão Veríssimo apurava a sua técnica de narrador.

Mas, não se contentando com o renome que lhe deram, de saída, *Olhai os Lírios do Campo, Um Lugar ao Sol* e *O Resto É Silêncio* (1943), Veríssimo se prepara, durante cerca de 10 anos, para escrever o romance cíclico que veio a chamar-se *O Tempo e o Vento,* cuja realização vai de 49 a 62. Nele se enredam destinos individuais e episódios coletivos, com uma força verdadeiramente épica, abarcando várias gerações, desde o início da colonização do Rio Grande até os tempos de hoje. Numa construção literária que exigiu mais de três lustros de trabalho, seriam normais as fissuras; mas não: o arcabouço é perfeito.

Nesse escritor, a consciência artesanal não é uma atitude, mas um estilo procuradamente linear, quero dizer, não sofisticado. Desprezando preciosismos vocabulares e artifícios outros, seu propósito é criar vida, ação, introduzir no "anedótico" o que melhor seja para torná-lo interessante. É tão verossímil a humanidade que ele movimenta, tão bem individuados os tipos, cada qual debaixo da sua própria pele, que não sentimos o deus *ex machina* do autor a dirigi-los. Como os criadores generosos, Balzac e Dickens, Érico deixa livres suas personagens. Num mundo cruel, como esse nosso, o autor gaúcho parece ter-se interessado principalmente pelo homem da classe média, por essa engrenagem complexa, mas não corroída pela desesperança, que mantém a coesão social. As virtudes e defeitos que a caracterizam, no Brasil, acham-se por isso mesmo referidas em *O Tempo e o Vento* de maneira indelével. A sociedade liberal da Segunda República, numa quadra particularmente aflitiva – o interregno do Estado Novo –, foi retratada por mão de mestre. Considerada, portanto, a ficção brasileira desde sua origem, julgo oportuno acrescentar: Érico Veríssimo completou um painel que jazia inacabado. Com efeito, Alencar deu representatividade, no romance, ao passado colonial e acompanhou a sociedade até a formação da burguesia sob o Segundo Reinado; Machado de Assis seguiu os passos dessa burguesia – notadamente a carioca – até o princípio do século XX. Érico, refluindo à quadra em que dominavam os partidos republicanos históricos, por outra parte já anuncia a ruptura definitiva, tomados como vetores a industrialização e os conflitos ideológicos de meados desse século.

A sociedade sul-rio-grandense, extremamente matizada, teve uma vida rural aventurosa, nas propriedades indivisas; e na região da Campanha, formada pelas planícies onde nasceu o *gaúcho,* as técnicas de tra-

balho, em torno da pecuária, solicitaram o esforço do homem a cavalo, que se tornou campeador e guerreiro. Onde havia a largueza sem rei nem roque, a propriedade veio sendo retalhada, a agricultura invadiu os campos de cria, destruiu as pastagens nativas. Daí resultou, num choque de conseqüências dramáticas, a marginalidade do peão de estância, ou seja, do antigo vaqueiro da legenda heróica. Esse tipo é o "gaúcho a pé", expulso para os arredores da cidade, onde vegeta ou se exaure, mal remunerado em trabalhos ocasionais. O tipo aparece, em toda a sua penúria, nos livros de Cyro Martins. Esse romancista (dos contos de *Campo Fora,* 1934, a *Estrada Nova,* 1954), passando por vários títulos igualmente expressivos, sem anunciar expressamente sua intenção, em verdade elaborou um romance-rio, numa prosa lhana, no tom descansado dos narradores clássicos. Situado além do modernoso e do bonitinho, sua obra completa de certo modo a de Érico Veríssimo.

Marques Rebelo (1907-1973), sem sair tematicamente do Rio de Janeiro, contribuiu para inovar o conto, como nenhum outro na antiga capital. A atmosfera urbana dessa cidade apresenta um contraste: diante da natureza festiva, num quadro de rara beleza, move-se uma população que recebe todos os estímulos para amar a vida, fruí-la amorosamente. *Oscarina* (1931) e os demais contos desse autor trazem ao tempo de hoje uma cidade que desapareceu, tragada pela máquina, enfeada pelos arranha-céus, estrangulada pela violência. Mas a outra cidade, a que se esvaiu, está fixada nesses contos, dos quais partiu Rebelo para o romance. Depois de *Marafa* (1935) e *A Estrela Sobe* (1938), tentou um romance cíclico – *O Espelho Partido*, que, com sua morte, ficou inacabado. Os dois tomos aparecidos – *O Trapicheiro* e *A Mudança* – revelam o pungente dessa realização intelectual inconclusa. Sob a frase serena e translúcida, arde a chama. O espírito irreverente, a inquietude no amor, as ternuras represadas, os ardis da política, os enredos e desconchavos da atividade literária, refletidos nas rodas de livraria – numa caminhada que vai do sarcasmo ao sentimental, move-se Rebelo com agilidade e segurança. A construção é a do mosaico. Aqui e ali, trechos admiráveis, a composição perfeita no que concerne ao equilíbrio, ao colorido, ao senso de humor. De todos os nossos romances cíclicos, é talvez o mais refinado; sumaria a vida de um grande centro pelo prisma da caricatura e do humor.

Centrado na mesma cidade, o romance-rio constitui o permanente, o que há de ficar, no legado de Octavio de Faria (1908-1980). O ensaísta que se revelou jovem, o homem de fé, o espírito fascinado pelo debate

político, o temperamento esquivo dirigem o ficcionista no amplo recorte de *A Tragédia Burguesa*, que fez desse autor um dos maiores nomes de nossa literatura. O narrador é demiurgo: multiplica à vontade suas criaturas, leva-as de um para outro sítio, de um meio a outro, sem se esgotar, isto é, valorizando-as pela intensidade do fluxo psicológico e das crises morais em que vivem mergulhadas. Na crápula ou na virtude, no amor ou nos negócios, o que conduz essa imponente, estranha concepção ficcional é a dúvida. Além do que *A Tragédia Burguesa* explora uma realidade urbana opressiva: a grande metrópole, voraz e cega, Babel e Sodoma em que sofrem os homens decaídos da Graça. De qualquer modo, esse *roman-fleuve* é o mais angustiante painel já traçado, em língua portuguesa, de um tempo histórico. O século XX, dentro da perspectiva brasileira, encontrou aí um visão agônica que não se casa, em geral, com o nosso temperamento; somos mais imaginativos que reflexivos. Aliás, nos enredos de Octavio, o que conta não são os incidentes, nem muito menos o caso pessoal de Branco ou de Armando; o que sobrenada é o enigma existencial. Nesse sentido, ele entendeu plenamente a proposição pascaliana segundo a qual o próprio da criatura é procurar, gemendo, a explicação da vida.

Num país, principalmente numa cidade como o Rio, onde as formas e volumes, o colorido e a variedade da natureza se conjugam num cálido apelo ao prazer, descobre o grande romancista, por trás do cenário perturbador, o caminho da lucidez, a vinculação ao Eterno.

Concentração urbana, diversidade temática

São Paulo e Rio, cidades que ponteiam a condensação populacional, sem adequado planejamento, oferecem ao ficcionista um vasto campo de observação. Os frutos da selva urbana primam pela variedade. Aí, as energias sobrantes, as que o homem não canaliza para o seu trabalho diário, facilmente derivam para a competição feroz, a violência, o heterossexualismo, o conflito ideológico.

Metido na vertigem urbana, restam ao escritor duas opções: ou se apropria do material à mão, ou reflui, nostálgico, quando de lá originário, ao quadro rural, atitude que hoje soa falso em numerosos casos.

A verdade é que a ficção – dos anos 60 a esta parte – corre para a multidão, para retratá-la ou simplesmente conquistá-la. Isso é tão verdade que o processo redutor, diante das condições do nivelamento social resultante, já não passa pela contemplação do rústico, mas pela "urbanização" do rústico. Nesse ambiente, os autores que têm a oportunidade (melhor seria dizer: a coragem) de incursionar pelo interior, em busca de motivos romanescos, são uma escassa minoria, e não raro falsificam a realidade.

Quero dizer: o drama existencial e mesmo o contexto ideológico, sob cuja luz apresentam o mundo rural, ultrapassam de muito a medida do razoável. De Guimarães Rosa para cá, a impulsão do pensamento, da angústia humana, ficou desta forma bem acima da verossimilhança.

Por outro lado, a politização do literário criou formas de ataque à realidade não muito convincentes. As boas intenções do ficcionista perdem-se no automatismo da linguagem – a partir da linguagem do citadino, que certos autores emprestam também ao homem da área rural. Tudo somado, tem-se em muitos casos a impressão de que nossos autores de ficção correm o perigo de se dissolver num cosmopolitismo anódino, que se contenta com a aceitação fácil do leitor. O ponto capital da questão talvez seja esse. Para sobreviver, a indústria do livro precisa obviamente de compradores. De resto, a imaginação de cada um, no âmbito da classe média – a classe que está constantemente renovando, oxigenando a energia nacional –, carece de nutrientes literários. Acontece que esses últimos estão hoje sujeitos a descaracterizações constantes, que vêm de fora, contrapondo-se ao que nos é, por assim dizer, congenial em termos brasileiros. Isso fica patente na própria mecânica das competições geracionais. E, por último, enquanto avança o pragmatismo, quase não se escreve para criar literatura, mas para faturar um produto. Não pretendo dizer – longe de mim – que isso invalide a escrita literária. Toda ela, inclusive a menor, tem validez específica. Mas, no caso, está havendo algo novo que afeta o sistema brasileiro tradicional.

Os maiores escritores nossos, à parte consabidas exceções, tiveram no Brasil origem provincial ou viveram em pequenos centros boa parte da vida. Ultimamente, porém, avultaram os "clérigos" nascidos e criados à sombra do cimento afinado. Ora, uma literatura, evoluída ou não, reúne e galvaniza estilos de vida. No Brasil, porém, os fluxos imigratórios ou simplesmente migratórios são notoriamente ativos em vários pontos. E servem logicamente para acentuar as divergências, mas o papel das cidades, no sentido de dissolver quistos culturais, de outra parte se anula pela criação de novos quistos - urbanos. Veja-se a diversificação interna de nossas grandes metrópoles. Bairros inteiros, nesse gigantismo, abrigam etnias, línguas e culturas diferentes da nossa cultura matriz. O certo é que as cidades grandes "regionalizam" também o homem, o que evidentemente não o inferioriza; isso talvez resguarde melhor – para nos lembrarmos de Sartre – a "autenticidade".

Rio e São Paulo ilustram perfeitamente a diversificação a que aludo. Atraindo gente de todos os quadrantes, a primeira já não comporta mais a

"linha carioca", algo inconfundível que vem de Manuel Antônio de Almeida, Machado de Assis, Lima Barreto e Marques Rebelo. O Rio, no plano literário, são vários Rios – o de Copacabana, o do Leblon etc. Da mesma forma, no cosmopolitismo dinâmico de Piratininga, aparece cada vez menos o "regionalismo caipira" nos costumes e na própria linguagem.

A tipicidade buscada no geral pelo escritor, em tais meios, acomoda-se também ao conforto urbano, esquece por completo o campo, o interior agreste, os pequenos centros onde se refinam os costumes nacionais, dando ao homem uma linha de rumo que o situa no espaço.

Aliás, está tudo certo. A nossa mais importante façanha coletiva – aclimar e transformar a cultura européia que nos herdaram – ainda não está terminada; falta povoar inúmeros espaços vazios, a maior parte, por sinal, do corpo físico em que se assenta a Federação.

Multiplicam-se, porém, em todas as modalidades de ficção, as personagens submetidas à hipertrofia da mecanização, da propaganda, do consumismo – de uma ordem tão atordoante como despersonalizadora. Um bem? Um mal? Só o futuro poderá responder.

CAPÍTULO X

CINEMA BRASILEIRO: 1930-1964

A revolução sonora atinge o Brasil no final dos anos 20, com conseqüências marcantes para a modesta produção nacional de filmes. Na passagem para os anos 30, o cinema brasileiro vive um momento de grande animação. Os primeiros filmes falados criavam a ilusão de que o cinema estrangeiro tinha perdido a vez no nosso mercado. Se a imagem é universal e pode ser compreendida por todos os povos, o mesmo não acontece com a fala: supunha-se que o cinema falado em língua estrangeira não seria aceito pela grande maioria do público brasileiro, ignorante de qualquer outra língua que não a sua. Não se tinha desenvolvido ainda a técnica dos letreiros superpostos à imagem, e quando se cogitava deles supunha-se que tal sistema seria inviável, jamais o público se acostumaria a ver e ler ao mesmo tempo. Passado o primeiro entusiasmo que qualquer novidade provoca, o público certamente se afastaria dos filmes estrangeiros e se voltaria para a produção nacional, falada em português. Restava ao cinema brasileiro aproveitar a oportunidade: chegara a sua vez.

O cinema brasileiro vivia totalmente marginalizado do mercado exibidor. Durante os 30 anos anteriores, desenvolvera-se lenta e penosamente uma produção cinematográfica artesanal bastante primitiva que enfrentava toda sorte de dificuldades. Fazia-se cinema quase sempre sem ter a menor idéia do que fosse fazer cinema a não ser tentar imitar o que se via na tela vindo de fora; sem conhecimentos técnicos mais do que amadorísticos; sem equipamento e material adequado; e sobretudo sem dinheiro, numa época que a produção cinematográfica desenvolvida já implicava grandes investimentos. Apesar disso, essa produção precária, parca e marginalizada conseguia a pouco e pouco tomar pé; ainda que à custa de inúmeras tentativas malsucedidas, aprendiam-se os procedimentos técnicos, desenvolvia-se a linguagem, superavam-se – com variados esquemas de

cavação subdesenvolvida – os problemas de financiamento, contornavam-se as dificuldades de produção. No final dos anos 20, uma produção cinematográfica nacional variada e estimulante, embora pouco numerosa e sem dúvida ainda precária, atestava um domínio crescente dos recursos de expressão do cinema. Datam desse período, justamente, os melhores filmes mudos brasileiros: *Barro Humano*, de Adhemar Gonzaga; *Brasa Dormida* e *Sangue Mineiro*, de Humberto Mauro; *Fragmentos da Vida*, de José Medina; e o legendário *Limite*, de Mário Peixoto, única incursão do cinema mudo brasileiro na vanguarda estética. Porém isso ocorria na virada da década, quando toda a linguagem cinematográfica laboriosamente construída durante tantos anos, baseada nos pressupostos técnicos e estéticos de uma arte muda, já estava condenada pela revolução sonora. E ainda – o que é mais importante – tratava-se de uma produção eminentemente artesanal, que não tinha a menor condição de concorrer em mercado com a produção estrangeira industrializada.

A indústria estrangeira – e fundamentalmente a americana – atulhava os nossos mercados com grande quantidade de filmes de todos os tipos que satisfaziam plenamente o público. Acostumado à qualidade e ao bom acabamento do cinema estrangeiro, o público rejeitava o primarismo da produção nacional, nas raras oportunidades que tinha de vê-la nos cinemas; acostumado a ver refletida na tela a imagem reconfortante da realidade de países desenvolvidos, não recebia bem o reflexo do próprio subdesenvolvimento, traduzido sem disfarces e sem intenção na crueza das imagens do cinema brasileiro.

Em torno do cinema estrangeiro se organizara toda uma estrutura de importação, distribuição e exibição cinematográfica na qual a produção brasileira não era necessária nem tinha função. Evidenciava-se o fato de que o cinema brasileiro não teria vez no seu próprio mercado enquanto, de algum modo, não se conseguisse barrar o cinema estrangeiro. Removido esse obstáculo fundamental, os outros se superariam. Ao cinema brasileiro – dizia-se – com todas as suas deficiências não faltavam vigor e potencialidades. De algum modo encontraria o seu rumo – e desde logo é preciso que se diga que o rumo almejado para o cinema brasileiro era precisamente o de igualar-se ao cinema estrangeiro.

O aparecimento do falado parecia indicar que, finalmente, a situação tendia a inverter-se: o cinema estrangeiro seria preterido em favor do brasileiro. O próprio cinema estrangeiro criara uma barreira – a da língua – que iria afastar dele o público e permitir ao cinema brasileiro a ocupação

do seu mercado. Acreditava-se que o desenvolvimento da produção nacional viria fatalmente como resultado de um processo natural e necessário. A demanda do público faria com que se produzissem cada vez mais filmes; com o aumento da quantidade, os filmes iriam se aprimorando e em pouco tempo se igualariam em qualidade aos estrangeiros. E mais: desenvolvida a cinematografia nacional, o Brasil poderia mesmo substituir os Estados Unidos nos mercados latino-americanos – a proximidade das línguas faria com que os filmes brasileiros tivessem aceitação garantida. É claro que se cogitava também na possibilidade de a recíproca ser verdadeira: filmes falados em espanhol, ou mesmo em italiano, da mesma forma seriam compreendidos no Brasil. Porém não se temia a concorrência de filmes italianos ou hispano-americanos: a produção de outros países latino-americanos era tão ou mais precária que a brasileira, e o nosso público, acostumado durante anos à preponderância da produção americana, apreciava menos os filmes europeus – muito lentos, muito pobres, muito antiquados em face do moderno cinema americano. Mas, mesmo se admitindo a hipótese da presença de filmes falados em espanhol ou italiano no nosso mercado, e a aceitação desses filmes por parte do público, eles não constituíam perigo: não se tratava de cinematografias desenvolvidas e poderosas como a indústria americana; com elas o cinema brasileiro poderia facilmente concorrer. Por qualquer lado que se encarasse a questão, previam-se o fim do domínio norte-americano e o fatal desenvolvimento da cinematografia brasileira.

Porém, para enfrentar o desafio do tempo, era necessário industrializar-se rapidamente, superando a fase da precária produção artesanal que até o momento tinha caracterizado os nossos filmes. Era preciso criar uma verdadeira indústria cinematográfica, com estúdios, maquinaria adequada, eficiente e moderna, e com técnicos profissionais competentes. Era imprescindível acabar com o precário financiamento de cavação, com a produção amadorística, com a improvisação generalizada do cinema brasileiro, sem o que seria impossível a superação rápida do estágio primitivo de desenvolvimento em que ele se encontrava. E, evidentemente, era preciso interessar capitalistas dispostos a investir na atividade cinematográfica, porque sem dinheiro não se faz nada disso; fundamentalmente, não se importam máquinas nem se constroem fábricas. O equipamento e os estúdios são verdadeiros mitos no pensamento cinematográfico da época; é como se, por si sós, por sua simples existência, fossem resolvidos todos os problemas do cinema nacional. Bom cinema se faz com estúdios modernos, bem equipados e organizados; fábricas de filmes capazes de produzir em quantidade e em

condições adequadas que permitissem a produção de qualidade. *Indústria cinematográfica* – eis a chave para o desenvolvimento.

Por um curto período de tempo, a ilusão pareceu tornar-se realidade. No Rio de Janeiro, em 1930, é fundada a Cinédia, produtora que concentra em si as grandes esperanças do momento, visto que tem à frente um dos maiores entendidos em cinema de que o Brasil dispunha então: Adhemar Gonzaga, Crítico e Redator da revista *Cinearte* e realizador de *Barro Humano* (1929). Ao mesmo tempo, a atriz Carmen Santos, que já havia participado da produção de alguns filmes nos anos 20, funda a Brasil Vita Filmes, outra produtora que tem o objetivo explícito de desenvolver um cinema industrial de qualidade. Em vários Estados, alguns ciclos regionais agonizantes se reanimam, contagiados pelo entusiasmo geral. Em São Paulo, muitos produtores lançam-se avidamente à novidade do som; dependendo de suas possibilidades técnicas e financeiras, adquirem, adaptam, improvisam ou tentam inventar aparelhamento de registro e sincronização sonora, produzindo filmes total ou parcialmente sonorizados, falados ou meramente musicados, ou limitando-se a sonorizar filmes originalmente mudos. Embora de existência efêmera, é enorme a quantidade de companhias que surgem, tentam produzir ou efetivamente produzem um ou dois filmes antes de desaparecer. Alguns homens de dinheiro – é verdade que poucos (Joaquim Garnier, Isaac Saidemberg, Alberto Byington) – dispõem-se a investir em cinema, a criar no Brasil a verdadeira indústria cinematográfica. Alguns estúdios, bastante precários ainda, são instalados, e importam-se algumas câmaras modernas, especialmente para a filmagem de uma ou outra produção mais ambiciosa. Os jornais comentam com orgulho os altos custos (relativos) de algumas produções – *Escrava Isaura, Iracema, Às Armas* –, a grande figuração de que se utilizam, a qualidade da fotografia e o seu bom acabamento (precisão de detalhes, reconstituições de ambientes de época) como resultado direto da filmagem em "estúdios modernos e equipados". O cinema brasileiro finalmente começava a construir as suas "fábricas de filmes".

Os resultados imediatos de toda essa animação são promissores. Muda, falada ou semi-sonorizada, na passagem da década a produção brasileira se revitaliza, cresce a olhos vistos, é exibida sem grandes problemas. Os primeiros filmes sonoros brasileiros obtêm um sucesso notável.

De início, o falado tem em São Paulo o seu grande centro produtor. O primeiro filme nacional totalmente sonorizado é um filme paulista, *Acabaram-se os Otários* (1929), de Luís de Barros – um dos mais ativos realizadores brasileiros. Sincronizada com discos, esta "super-comedia em

seis actos" contava as aventuras de dois caipiras (Genésio Arruda e Tom Bill). A história do matuto Arrudinha, que chega à cidade grande e acaba comprando um bonde, lembra a primeira comédia cinematográfica brasileira, *Nhô Anastácio Chegou de Viagem* (1908) – bem do gosto popular. Aproveitando o sucesso do filme, logo surgem outros com a mesma dupla cômica: *Lua-de-Mel, O Babão, Campeão de Futebol.* Esses filmes indicavam um rumo que teria boas possibilidades práticas de continuação no cinema brasileiro. A produtora (a Syncrocinex), sem dispor de recursos que lhe permitissem seguir os conselhos da crítica da época, construindo estúdios ou importando equipamento refinado, filma nas precárias condições com que conta, em barracões improvisados e com o equipamento disponível, da mesma forma que a grande maioria das produtoras nacionais do momento. O resultado são filmes baratos e de grande aceitação popular.

Ao lado da chanchada caipira de Luís de Barros, outro rumo profícuo para o cinema nacional era apontado por *Cousas Nossas* (1931): o aproveitamento dos cantores e atores que a rádio nascente começava a tornar populares. Alberto Byington Jr. e Wallace Downey, respectivamente produtor e realizador desse primeiro "musical" brasileiro, interessam-se pelo cinema com espírito realmente empresarial e continuarão ativos durante a década de 30. Alberto Byington pertencia a uma família de industriais e negociantes que incluía, em sua atividade, o ramo da aparelhagem elétrica; Wallace Downey era um americano ligado à casa Byington, e ocupando posição de destaque na fábrica de discos Colúmbia. O aparecimento, depois de décadas de cavadores modestos, de personalidades como essas à testa de uma produtora brasileira (a Sonofilmes) parecia realmente significativo de mudanças radicais na cinematografia nacional. Com *Cousas Nossas,* o cinema brasileiro procurava canhestramente imitar os primeiros musicais americanos que chegavam ao Brasil, porém o resultado nada tinha de semelhante: criava-se um gênero cinematográfico profundamente brasileiro que seria fartamente explorado pelo cinema carioca dos anos 30. O veio da chanchada e o do musical se fundiriam em comédias entremeadas de canções populares, enraizadas nas tradições do teatro ligeiro e do circo, que em função dos artistas e temas populares sempre teriam o seu lugar entre as camadas menos sofisticadas da população. Esses filmes, sem se preocuparem em procurá-la, encontravam uma forma realmente brasileira – e duradoura – para o nosso cinema. *Cousas Nossas* apresentava desde Paraguaçu, veterano de serenatas boêmias e de serões familiares paulistanos, até os cômicos e cantores da Rádio Educadora Paulista; havia

também música fina, e um rapaz cantava *Singing in the Rain* debaixo do chuveiro; Procópio Ferreira dizia um monólogo; e a personalidade apresentada no prólogo era Guilherme de Almeida. O filme não tinha propriamente um enredo, era uma sucessão de números artísticos com um epílogo em estilo de *grand-finale* cinematográfico, que mostrava a grandeza e o dinamismo de São Paulo. As imagens dos edifícios maiores eram sobrepostas, a fim de dar a impressão de arranha-céus nova-iorquinos, e a montagem rápida de cenas de transeuntes e automóveis projetadas em ritmo acelerado procurava sugerir um trânsito infernal. A fita passou praticamente em todas as cidades brasileiras que possuíam salas aparelhadas e foi um triunfo. Nunca antes um filme brasileiro tinha dado tanto dinheiro.

O entusiasmo de críticos, produtores e cineastas com o desenvolvimento do cinema brasileiro parecia plenamente justificado. Porém a reflexão em torno da cinematografia nacional, embora justificada pela aparência dos fatos, se apoiava em premissas falsas. Fundamentalmente, na previsão da derrocada do cinema americano nos mercados estrangeiros e, em decorrência, na possibilidade de desenvolvimento de uma indústria cinematográfica num país em que não havia embasamento de capitais, tecnologia, e muito menos legislação protecionista para a produção industrial em qualquer campo. O que não foi possível perceber no Brasil da época foi o fato de que estávamos apenas sofrendo os reflexos passageiros de uma crise que atingira momentaneamente a indústria americana e tendia à rápida superação.

Nos Estados Unidos, os problemas específicos que enfrenta a indústria cinematográfica decorrentes da introdução do sonoro são agravados pelo craque financeiro de 1929. Em meio à atmosfera geral de retração de todos os negócios, as produtoras americanas concentram-se no seu próprio mercado – base de sustentação de toda a indústria cinematográfica – relegando a segundo plano os mercados estrangeiros. Procurando capitalizar e consolidar o interesse do público pela novidade, atiram-se à produção de *talkies*, e com eles conseguem contornar a crise interna. Porém, os mercados estrangeiros efetivamente entram em crise.

As conseqüências desse momento de transição da indústria cinematográfica podem ser claramente percebidas através de seus reflexos nas distribuidoras americanas atuando no mercado brasileiro. Não há condições de importar em grande escala a nova produção sonora americana porque os cinemas não estão aparelhados para exibi-la, e não tem sentido importar filmes mudos quando a grande novidade é o som; mais que isso, dentro de pouco tempo praticamente não há mais produção muda a ser

importada. As dificuldades de importação provocam a exibição de inúmeras reprises. O problema do reaparelhamento dos cinemas restringe a exibição de filmes falados a umas poucas salas das grandes cidades que têm condições aceitáveis de reprodução sonora. Os exibidores, incertos quanto à permanência do som, hesitam em fazer os investimentos necessários para se equiparem, improvisam aparelhagens mal-adaptadas. Com a precariedade do equipamento técnico, a reprodução sonora é em geral literalmente um embrulho. Resolvidos os problemas técnicos de instalação e conseguida uma reprodução razoável, o falado é igualmente incompreensível: justamente é falado em língua estranha.

O desnorteamento em que fica o comércio cinematográfico brasileiro é patente. Os jornais registram o retraimento do público, queixam-se dos programas repetitivos, da importação de películas velhas. A dificuldade de obtenção de filmes é a principal razão pela qual o cinema brasileiro conhece nesse momento um relativo sucesso: os filmes nacionais podem ser feitos e exibidos – vários com lucro – porque a produção estrangeira chega aqui em quantidade insuficiente e de modo irregular. Mesmo algumas distribuidoras estrangeiras se interessam em negociar com filmes nacionais. O momentâneo sucesso da produção nacional não se deveu na verdade a nenhum desenvolvimento orgânico do próprio cinema brasileiro. Tampouco foram as tentativas industrialistas que criaram condições para atrair o público, melhorando a qualidade dos filmes – pelo contrário, os filmes brasileiros que maior sucesso alcançam na época não são os que saem dos precários "estúdios" que mal começam a se construir. Não havia nenhuma "indústria cinematográfica" sequer esboçada –, o que havia era o mito industrialista, mera construção de idéias inteiramente desvinculadas da realidade concreta. Em resumo, o cinema brasileiro teve a sua chance porque exibidores e distribuidores não tinham melhor escolha.

Porém o cinema americano supera rapidamente a crise de transição. Resolvidos os seus próprios problemas, volta a se ocupar dos mercados estrangeiros, e lança mão de múltiplos recursos para superar a barreira da língua. Pesquisam-se diferentes técnicas de dublagem e aposição de letreiros. Enquanto elas não são viáveis, ainda em 1930 as companhias americanas abrem sucursais na Europa para a refilmagem de originais americanos em diferentes línguas. O Brasil logo é invadido por filmes falados em espanhol e mesmo em português. Tais recursos, caros e complexos, logo se tornam desnecessários. A técnica das legendas superpostas progride rapidamente e, contrariamente ao que se previu, o público se acostuma de imediato com elas. Paralelamente, evidenciada a permanência do falado,

os cinemas do mundo todo se reequipam com aparelhagem sonora. O mercado mundial se reorganiza. A indústria americana, revigorada pelo falado, produz em grandes quantidades e se aperfeiçoa incessantemente. O mercado brasileiro volta à normalidade, e o cinema brasileiro entra em decadência.

Toda essa animação durou pouco tempo. Independentemente das questões de mercado, a crescente complexidade do cinema falado – sobretudo após a substituição do primitivo sistema Vitafone, de sonorização com discos, pelo sistema Movietone, de som ótico – criava imensas dificuldades técnicas e aumentava enormemente os custos de produção. A oportunidade passou, e o cinema brasileiro voltou a ocupar a posição de marginalidade que sempre foi a sua no mercado nacional, inteiramente dominado pela produção estrangeira.

Quaisquer que tenham sido os seus resultados práticos, este período de fictícia euforia do cinema brasileiro é extremamente revelador. Nele se explicitam com extrema clareza os mecanismos de relacionamento entre a produção local e a importada: em que pese a sua precariedade, a uma simples diminuição da presença do cinema estrangeiro no mercado nacional, o cinema brasileiro floresce, vem à tona com estimulante vigor. Por outro lado, mais uma vez se demonstrou a incapacidade da precária produção local de concorrer com um produto industrial importado. A sujeição do cinema brasileiro ao estrangeiro claramente decorre da impossibilidade de a atividade artesanal enfrentar no mercado a indústria – o que leva a enxergar como única solução viável para o cinema brasileiro a industrialização. À indústria se associa, além da produção em série, a idéia de "qualidade". Porém, não tendo possibilidade de concretizar-se, o ideal da indústria cinematográfica vira mera construção ideológica. Ignora-se o fato de que o desenvolvimento industrial é totalmente inviável sem a existência de condições infra-estruturais que o sustentem, supõe-se possível a industrialização em decorrência da vontade de dois ou três produtores de criarem "fábricas", onde se fariam filmes tão bem-feitos quanto os estrangeiros. Não se aceita o fato de que a produção artesanal – com todos os seus percalços – para o cinema brasileiro é condição de existência. Num momento em que pequenos filmes despretensiosos e baratos, como vários dos que se faziam então, eram pelo menos viáveis, lutava-se contra o sistema de produção em que eles se baseavam sonhando com a grande indústria, esta, sim, totalmente inviável. Seria impossível montar do dia para a noite uma indústria cinematográfica no Brasil, mesmo porque – como não se cansavam de repetir críticos e produtores – não tínhamos capitais, tec-

nologia, e muito menos uma política governamental protecionista que criasse barreiras alfandegárias à produção estrangeira e incentivos à produção local. É evidente que os filmezinhos artesanais desse período estavam fadados eles próprios a serem massacrados pela produção estrangeira, tal como os ambiciosos projetos industriais. Mas ao menos havia a possibilidade prática de se continuar tentando fazer um cinema modesto e artesanal sem que os prejuízos fossem grandes demais, enquanto que as tentativas industrialistas – como bem o demonstraram as experiências da época e muitas outras anteriores ou posteriores – não tinham a menor viabilidade.

Durante toda a década de 30, o cinema brasileiro continuou a ser feito artesanalmente – só que dentro das "fábricas de filmes" do Rio de Janeiro.

A década de 30: a consolidação do falado

A produção cinematográfica brasileira dos anos 30 é fundamentalmente a produção carioca. Passada a animação dos primeiros filmes sonoros, o cinema paulista perde o vigor, e praticamente desaparece após 1934. Nos próximos 15 anos, a contribuição de São Paulo ao cinema brasileiro não vai além de meia dúzia de filmes, que passam inteiramente despercebidos em meio à massa de filmes estrangeiros que atulhavam os nossos mercados. No final dos anos 30, uma produtora mais ambiciosa (a Companhia Americana de Filmes), que tem a sustentá-la o capital de alguns grandes fazendeiros, tenta fazer renascer o sonho industrialista: é iniciada a construção de grandes estúdios, importam-se equipamentos modernos, contrata-se um técnico estrangeiro, obtém-se um financiamento oficial para a produção – mas todo esse esforço traz como resultado um único filme – que ironicamente se chamou *Eterna Esperança* – e em seguida a falência.

No resto do Brasil, o cinema só não acaba completamente porque surge a lei da obrigatoriedade de exibição do complemento nacional (promulgada em 1932, mas que entra em vigor efetivamente apenas em 1934). Desde o início da década de 30, paralelamente à produção de filmes de enredo, são numerosos os filmes naturais. As Revoluções de 30 e 32 são fartamente filmadas por toda parte onde se desenrolam os acontecimentos, e o mesmo acontece com o movimento integralista.

A obrigatoriedade de exibição do curta-metragem nacional foi a primeira medida efetiva de proteção ao cinema tomada pelo Governo brasileiro. O período de animação provocado pelo advento do sonoro fez com que aumentasse consideravelmente o número de pessoas interessadas em cinema. É bom lembrar a vitalidade que conheceu, nos anos posteriores à

Revolução de 30, o espírito associativo. No campo que nos interessa, surgiram então a primeira Associação de Produtores Cinematográficos e o primeiro Sindicato de Técnicos de Cinema, que organizam convenções e manifestações de classe junto a Getúlio Vargas. Estava também no ar a idéia da importância do cinema na educação, graças às reiteradas campanhas de Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho, Roquette Pinto, Mário Behring e Canuto Mendes de Almeida. O Governo nomeia uma comissão para tratar do assunto, formada por comerciantes de cinema, produtores, educadores e jornalistas. E então acontece algo que se repetiria muitas vezes depois: em vez de cuidar dos problemas do *cinema brasileiro*, a comissão aborda os problemas da *classe cinematográfica brasileira*, num sentido amplo que abrangia toda a gente que, no Brasil, tinha a sua atividade ligada ao cinema – isto é, em primeiro lugar, o setor do comércio cinematográfico, diretamente vinculado aos interesses da indústria americana. O Governo aceitou as sugestões da comissão e prometeu: aos comerciantes, a diminuição de 60% das taxas que incidiam sobre os filmes importados; aos produtores, uma lei obrigando os cinemas a passarem um complemento nacional por programa e uma fita de longa-metragem por ano; e, aos educadores, prometeu que iria cuidar do cinema educativo.

A promessa aos comerciantes foi cumprida imediatamente e ampliou-se ainda mais a entrada de filmes norte-americanos no mercado brasileiro. As outras demoraram, mas acabaram sendo efetivadas. O comércio cinematográfico lutou o quanto pôde contra a obrigatoriedade de exibição do filme nacional. Uma fita de enredo por ano não era muita coisa, mas projetar um complemento nacional por sessão parecia demasiado. Os exibidores não queriam abrir mão dos jornais cinematográficos americanos, que recebiam praticamente de graça.

A exibição compulsória de longas-metragens é posta efetivamente em vigor apenas em 1939. A lei do curta-metragem, sozinha, era pouquíssima coisa, porém os seus resultados quantitativos não se fizeram esperar. Após 1934, é a exibição compulsória dos complementos nacionais que assegura a subsistência de cinegrafistas e laboratórios, e um mínimo de continuidade cinematográfica em vários pontos do país. Era sobretudo o Rio que produzia, mas como o Brasil inteiro precisava de complementos nacionais para cumprir a lei, cinegrafistas paulistas e de outros Estados sempre encontravam trabalho.

Porém a situação se modifica com o Estado Novo. O Departamento de Imprensa e Propaganda começa a produzir documentários e jornais

cinematográficos, e com a produção oficial institucionalizada as produtoras independentes perdem boa parte do seu mercado. Além da concorrência desigual, têm de enfrentar censura sistemática. Alguns produtores e cinegrafistas conseguem transformar-se em funcionários públicos, filmando diretamente para o DIP, ou para suas agências estaduais, mas a maior parte é marginalizada.

Oficial ou não, essa produção documental dos anos 30 – que tem prolongamentos até hoje –, de péssima qualidade e fundamentalmente baseada em propaganda governamental ou privada, acabou tendo uma importância muito maior do que se poderia supor na época: transformou-se em preciosa documentação a suprir a carência de imagens de longos períodos do passado brasileiro.

Afora a produção de documentários, o cinema brasileiro sobrevive apenas no Rio de Janeiro. Em torno de Adhemar Gonzaga e Carmen Santos, sobretudo, agitar-se-á, até meados da década de 40, um pequeno mundo de técnicos e cineastas, artesãos humildes e vivos, freqüentemente aventureiros, que com seus parcos recursos continuarão tentando construir a *indústria cinematográfica* brasileira.

Com a Cinédia, Adhemar Gonzaga procura pôr em prática as idéias sobre cinema que durante anos defendera enquanto jornalista. Adhemar Gonzaga e Pedro Lima foram os primeiros homens de imprensa a se interessarem fundamentalmente por cinema brasileiro. Era através das duas páginas que a revista *Cinearte* dedicava semanalmente à cinematografia nacional que as pessoas que pretendiam – e eventualmente conseguiam – fazer filmes ficavam se conhecendo. *Cinearte* liderou a primeira campanha relativamente organizada em prol do cinema brasileiro, cujo fim coincide com os primeiros anos da década de 30. Nos conselhos, reprimendas e entusiasmos semanais com que Adhemar Gonzaga e Pedro Lima recebiam a produção nacional que chegava ao Rio de Janeiro, é possível detectar todo um ideário estético que propõe, como valores ambicionáveis para o cinema brasileiro, os elementos correntes na linguagem do bom cinema comercial americano da época.

Fundada a Cinédia, em 1930, Adhemar Gonzaga se lança a um projeto realmente ambicioso: a construção do primeiro estúdio cinematográfico brasileiro verdadeiramente moderno e equipado para a produção industrial, dotado de todos os recursos necessários para uma produção de qualidade – um estúdio "à americana". Os poucos estúdios brasileiros até então existentes, em que pese a animação de alguns jornalistas em torno

deles, não passavam na verdade de barracões improvisados. A Cinédia pretendia ser realmente uma "fábrica de filmes".

Desde o início, a companhia é um centro de atração para jovens realizadores de todo o país. Tem-se muita confiança no seu futuro e esperança de poder participar da atividade da nova produtora. Para dirigir seu primeiro filme, *Lábios sem Beijos*, Adhemar Gonzaga contrata Humberto Mauro, que realizara em Cataguases alguns dos melhores filmes brasileiros do período mudo.

Os primeiros três anos da Cinédia são de grande atividade. A companhia se prepara para produzir intensamente: constrói o estúdio, importa equipamento, contrata técnicos. A Cinédia foi a primeira produtora brasileira com organização realmente empresarial – é uma sociedade por ações, com quadros fixos na folha de pagamento e atividade contínua. O entusiasmo em torno do seu equipamento dá uma boa idéia do que era o mito da maquinaria àquela altura. A importação da primeira câmara *Mitchell* que o cinema brasileiro conheceu é anunciada pelos jornais, ansiosamente esperada, e fotografada à chegada. As pretensões industrialistas da companhia se explicitam com clareza, bem como os objetivos que se propõe a alcançar. Embora almeje à qualidade do cinema estrangeiro, a Cinédia não pretende imitá-lo, e sim procurar uma forma brasileira de fazer cinema: um cinema brasileiro de qualidade, que possa atrair e satisfazer o público nacional tratando de temas brasileiros em que se mostre o que há de melhor no Brasil. Alguns textos explicitam ainda outras idéias: a necessidade de produção rápida, por exemplo – um dos problemas sérios que a companhia enfrenta logo de início é justamente a lentidão da produção. Ou a possibilidade de desenvolvimento de uma tecnologia cinematográfica nacional – o equipamento importado que tanto entusiasma os produtores é caro demais para as suas possibilidades. Em 1932, a Cinédia tem em seus quadros Moacyr Fenelon (o técnico de som de *Acabaram-se os Otários*) que planeja utilizar na companhia uma aparelhagem de som inventada por ele próprio. Provavelmente a invenção não funciona a contento, ou, de qualquer modo, a idéia é posta de lado. Adhemar Gonzaga procura adquirir aparelhagem mais barata, por vezes de segunda mão, mas não pode prescindir de equipamento importado.

Em 1931, enquanto os estúdios são construídos, tem início a produção do segundo filme, *Mulher*, dirigido pelo paulista Otávio Gabus Mendes, com algumas cenas já realizadas nos novos palcos de filmagem. E a terceira produção, novamente confiada a Humberto Mauro e baseada

em argumento de Gabus Mendes, é *Ganga Bruta*, uma das obras mais significativas e vigorosas já produzidas no Brasil. *Ganga Bruta* é o documento mais importante que se conhece hoje sobre o início do falado brasileiro. Em termos de linguagem e concepção estética se evidencia a intensa procura de harmonização dos recursos adquiridos durante o período mudo com as novas possibilidades do som. Além dos diálogos gravados em disco, há ainda letreiros; a música e os ruídos demonstram a preocupação bem-sucedida de utilização dramática dos recursos sonoros. Na época do seu lançamento, o filme passou praticamente despercebido pelo público, exibido pouco e mal, e de um modo geral não foi dos mais apreciados pela crítica. Redescoberto nos anos 50, foi insistentemente apontado como fonte de inspiração – juntamente com o resto da obra de Humberto Mauro – para os primeiros cineastas do Cinema Novo.

Em 1933, a Cinédia faz sua primeira experiência com som gravado diretamente na fita, o curta-metragem de propaganda *Como se Faz um Jornal Moderno*. No mesmo ano, aproveitando cenas documentais do carnaval carioca e filmando especialmente algumas cenas de estúdio, a companhia inaugurava o ciclo *musicarnavalesco* no cinema brasileiro com *A Voz do Carnaval*. Nessa pequena fita improvisada por Adhemar Gonzaga e Humberto Mauro estreava Carmen Miranda, e o comediante Palitos representava o Rei Momo; como conteúdo, a produção carnavalesca de um dos anos de maior inspiração da música brasileira, com a presença de Lamartine Babo, Mário Reis, Moreira da Silva, Francisco Alves, João de Barro e muitos outros.

Paralelamente, a produtora de Carmen Santos – a Brasil Vita – lançava em 1933 o seu primeiro filme, *Onde a Terra Acaba*, de Otávio Gabus Mendes. E no ano seguinte a mesma companhia realizava *Favela dos Meus Amores*, de Humberto Mauro.

Humberto Mauro é, sem dúvida, a figura de maior relevo nesses primeiros anos 30. Deixando a Cinédia após terminar *Ganga Bruta*, faz para a Brasil Vita Filmes alguns documentários (a série *Maravilhas do Rio de Janeiro*) e dois longas-metragens (além de *Favela dos Meus Amores*, também *Cidade Mulher*, ambos de 1934). Bem mais tarde, em 1940, dirigirá ainda para Carmen Santos mais uma produção: *Argila*.

Com *Favela dos Meus Amores*, baseado em argumento de Henrique Pongetti, temos um importante acréscimo temático ao falado brasileiro: os morros cariocas, que são pela primeira vez contemplados com simpatia e lirismo. Quebra-se o tabu até então existente no cinema nacional de mostrar aspectos pouco lisonjeiros da nossa realidade – bairros humildes,

índios e mulatos, sertão, pobreza etc. – que poderiam expor a olho nu a nossa miséria subdesenvolvida. Porém, embora já não se renegue o morro, certamente se adoça a sua crueza. Os morros deixam de ser fator de vergonha para se transformar em fonte de exotismo. Deles o que se guarda é sobretudo a exuberância da sua música, e possivelmente a visão romantizada dos morros em *Favela dos Meus Amores* era tão distorcida quanto a dos filmes brasileiros anteriores que neles enxergavam simplesmente a moradia de bandidos. Será preciso esperar Nelson Pereira dos Santos para que o cinema brasileiro os encare em sua verdadeira significação social. No entanto, há a considerar a sensibilidade de Humberto Mauro e o fato de que muitas cenas foram filmadas no próprio Morro da Favela, o que certamente contribui para aumentar o interesse do filme. *Favela dos Meus Amores* foi muito bem recebido pelo público e pela crítica, e considerado a coisa mais séria que se fez no cinema brasileiro nesse início do falado, sobretudo em razão do que se qualificou de seu sentido popular, apontando mais uma vez um rumo para o cinema brasileiro. Já *Cidade Mulher* – que, segundo a crítica, tentava sem conseguir ser um musical carnavalesco –, repetindo a fórmula do filme anterior, com o mesmo diretor e o mesmo argumentista, não teve êxito nenhum, o que cortou o impulso inicial da produtora. Depois dos três primeiros filmes, a produção da Brasil Vita é rarefeita e instável. Carmen Santos não se dá por vencida, continua tentando fazer filmes de qualidade, sem esmorecer, até o final da década de 40. Porém, diferentemente do que acontecerá com a Cinédia, a Brasil Vita Filmes não consegue criar uma infra-estrutura mínima de atividades rentáveis que permitissem a manutenção do estúdio. A produtora aceita uma ou outra encomenda de filmagem, faz alguns poucos *shorts* e documentários, eventualmente aluga estúdios ou equipamento, mas tudo isso rende muito pouco. Os projetos de produção se arrastam intermináveis, os filmes feitos são poucos e mal exibidos. Entre um e outro, os estúdios ficam por vezes anos inteiros parados. O mais importante e ambicioso dos projetos de Carmen Santos – *Inconfidência Mineira* – alongou-se por quase 10 anos, iniciado e reiniciado inúmeras vezes, caríssimo, com reconstituições de época, figuração numerosa e mil percalços de produção. Quando finalmente foi lançado, em 1948, o que deveria ser uma grande produção cuidada e caprichosa era decididamente um filme antiquado – o cinema se modificara muito nesses 10 anos – que já não fazia o menor sentido para a evolução do cinema brasileiro. Acabou passando quase despercebido no seu lançamento, feito em Belo Horizonte no dia de Tiradentes, e pouco depois se perdeu num incêndio.

Após os primeiros filmes, a Cinédia também enfrenta problemas sérios. Fica clara a dificuldade que encontra Adhemar Gonzaga em levar a frente a sua proposta de fazer cinema de boa qualidade. O produtor continua investindo em instalações e adquirindo equipamento, tentando aparelhar-se para a produção industrial –, mas jamais atingirá a quantidade e a qualidade almejadas. Os filmes enfrentam problemas de exibição e distribuição, não rendem o suficiente para sustentar a empresa. A Cinédia se mantém precariamente, durante toda a década de 30. A partir do momento em que Adhemar Gonzaga não tem mais condições de investir, lança mão de expedientes diversos para garantir a sobrevivência da companhia: aluga estúdios e equipamentos, faz serviços de laboratório para terceiros, *trailers* de filmes estrangeiros, aceita encomendas de propaganda governamental ou particular. Com a obrigatoriedade de exibição dos complementos nacionais, procura lançar-se à produção contínua de *shorts,* eventualmente posados, com os quais pudesse aproveitar a lei; mas tal gênero de produções não vai adiante no Brasil – logo se estrutura todo um sistema de produção e exibição de curtos baseados fundamentalmente em propaganda que ocupavam todo o mercado aberto pela exibição compulsória, expulsando qualquer outro tipo de curtas-metragens. A companhia se concentra então nos naturais: produz um jornal falado, faz reportagens com som direto, filma para o DIP, e durante algum tempo as encomendas de propaganda paga são bastante numerosas. A partir de 1935, a Cinédia encontra mais uma forma de manter-se em atividade sem grandes investimentos: a co-produção de longas-metragens, em que a empresa entra fundamentalmente com um capital já empatado – estúdios, equipamento, quadros técnicos, serviços de laboratório – e o investimento específico da produção cabe ao co-produtor de fora. É, por exemplo, o caso dos filmes que faz com Líbero Luxardo, *Aruanã* (1938), semidocumentário filmado entre os índios, e *Caçando Feras* (1936), comédia misturando cenas documentais de caçadas com cenas filmadas em estúdio. Desse modo, atuando como co-produtora e executando serviços variados para terceiros, a Cinédia consegue manter-se e sustentar as suas próprias produções. Porém, os sonhos da grande indústria caem por terra. Na verdade, em que pese a existência do estúdio relativamente equipado e da ideologia industrialista, o sistema de produção da Cinédia pouco difere do posto em prática pela produção cinematográfica artesanal do período mudo, fundamentalmente baseada na infra-estrutura de cavações variadas. Simplesmente se faz um cinema artesanal dentro do estúdio. Paradoxalmente, a esperança de desenvolvimento industrial da Cinédia acaba

se concentrando nas chanchadas e carnavalescos, que são precisamente o oposto do que se esperava de um bom cinema industrial: malfeitos, mal-acabados, de produção rápida e descuidada.

O musical carnavalesco, que se anunciava em *A Voz do Carnaval* e fracassara em *Cidade Mulher*, tomará impulso com a volta de Wallace Downey à produção. Importando um novo aparelhamento sonoro já Movietone, Downey transfere-se de São Paulo para o Rio de Janeiro. Funda uma nova produtora, a Waldow, faz alguns documentários e se associa à Cinédia para a produção de uma série de comédias musicais, os famosos "alô-alôs": *Alô, Alô Brasil, Estudantes, Alô, Alô Carnaval.* Em *Alô, Alô Brasil* (1935) se firma o prestígio de Carmen Miranda, já imensamente popular por rádio e discos. Mas em 1939 Carmen parte para os Estados Unidos, e daí por diante sua presença nos filmes americanos será motivo de grande orgulho para todas as revistas de cinema no Brasil, que dedicam a ela, durante anos a fio, mais espaço do que a todo o cinema brasileiro em conjunto.

Depois de *Alô, Alô Carnaval* (1936) – um dos melhores filmes do gênero, com história de João de Barro e Alberto Ribeiro –, Wallace Downey deixa de co-produzir com a Cinédia para associar-se a Alberto Byington Jr. (o produtor de *Cousas Nossas*), que reabre a Sonofilmes no Rio de Janeiro. A nova companhia também se especializará em comédias musicais: *Banana da Terra, Laranja da China, Céu Azul* etc. Além da Cinédia e da Brasil Vita, a Sonofilmes será a única produtora carioca a existir com continuidade até o final dos anos 30. Vistos os fatos a distância, tem-se a impressão de que, embora menor e menos importante do que as outras, foi das três a mais sensata. Sem se preocupar com grandes estúdios ou proposições de princípios, a Sonofilmes desde o início procura adequar a sua produção às condições de mercado. Em função da lei da obrigatoriedade, produz documentários; aproveitando o sucesso quase certo dos filmes carnavalescos, todo ano faz seu musical; e lança mão de produções de "meio-de-ano" com comédias ligeiras, baseadas em adaptações de peças teatrais do repertório já testado de autores como Gastão Tojeiro ou Joracy Camargo: *O Bobo do Rei* (1937), *Bombonzinho* (1937), *Anastácio* (1939), *Pega Ladrão!* (1939), *O Simpático Jeremias* (1940) etc. O filme mais importante da Sonofilmes foi uma comédia dramática escrita especialmente para a tela por João de Barro: *João Ninguém*, dirigida e interpretada por Mesquitinha. O filme tinha uma seqüência feita em cores, e foi a primeira experiência do cinema brasileiro com o colorido. Nele o

tema era a crônica da população modesta do Rio de Janeiro, com uma história construída em torno das desventuras de um compositor popular. Havia, em *João Ninguém*, a tentativa de captar um tipo eminentemente carioca e documentar aspectos característicos da vida do Rio de Janeiro. Talvez se pudesse encontrar neste filme as raízes das observações de Alinor Azevedo (o melhor roteirista que o cinema brasileiro conhecerá na década de 40) sobre a vida carioca, um dos aspectos mais interessantes da futura produção da Atlântida.

A Cinédia tem também suas produções de meio-de-ano. Em 1935 tenta a comédia ligeira com *Bonequinha de Seda*, de Oduvaldo Viana, estrelada por Gilda de Abreu. Esse musical de enredo romântico alcança enorme sucesso, mas a nova linha apontada não tem continuidade; uma segunda tentativa de comédia musicada ligeira, *Alegria* (1937), com o mesmo diretor e a mesma atriz, fica inacabada. Há também adaptações de peças teatrais, como *O Jovem Tataravô* ou *Maridinho de Luxo* (1936 e 1937), filmes de encomenda, como *Alma e Corpo de uma Raça* (1938), feito para o Clube de Regatas Flamengo, a tentativa de enveredar para o filme de aventuras, com *Sedução do Garimpo* (1937), e ainda um documentário sobre os índios, *Tapirapés* (1936). E há o melodrama, que se prolonga pelos anos 40 – *A Mulher que Passa* (1937), *Onde Estás, Felicidade?* (1939), *24 Horas de Sonho* (1941), *Romance Proibido* (1944) etc. A produção é em geral apressada e desleixada, porém é clara a preocupação de diversificação de gêneros e a procura de novos caminhos. Mais para o fim da década se anuncia com toda a nitidez uma tendência nova, que terá importância decisiva nas décadas seguintes. Talvez o melhor exemplo que se possa encontrar para caracterizá-la é um filme de 1938, estrelado por Mesquitinha e realizado por Luís de Barros em apenas 18 dias, cujo título é todo um programa: *Tererê não Resolve*. Seguem-se muitos outros do mesmo tipo: *O Samba da Vida, Está Tudo Aí, Berlim na Batucada* etc. Delineia-se o gênero cinematográfico mais vivo que o Brasil conhecerá durante muito tempo: a típica chanchada carioca.

No final dos anos 30, Adhemar Gonzaga se lança num projeto ambicioso: a adaptação cinematográfica do romance *Pureza*, de José Lins do Rêgo. Certamente desejando técnicos mais competentes do que os nossos, importa de Portugal o diretor Chianca de Garcia e toda uma equipe. A produção da fita é caríssima, com numerosos cenários reconstituídos em estúdio (inclusive uma estação de estrada de ferro em tamanho natural), porém o resultado é penoso. A crítica não perdoa o ridículo do diálogo, a

comicidade involuntária das situações, e o primarismo da construção ressalta ainda mais diante da pretensão do empreendimento. O investimento frustrado exaure as forças da companhia quase por completo.

A Cinédia alterna fitas sérias (e enormes prejuízos) com musicais carnavalescos e chanchadas, de produção rápida e baixo custo (equilíbrio financeiro, às vezes lucro). Esses últimos são em geral dirigidos por Luís de Barros, que se especializa na realização de filmes sem qualquer pretensão artística, mas de comunicação fácil e imediata com o público.

Afora a Cinédia, a Brasil Vita e a Sonofilmes, ou associada em maior ou menor grau a essas produtoras estáveis, muita gente tenta produzir – e por vezes consegue. Muitas outras companhias, que se fundam com os mesmos sonhos industrialistas, porém sem recursos para construir estúdios ou adquirir equipamento, constituem o que poderíamos considerar os independentes dos anos 30. Alguns alugavam estúdios e equipamentos das produtoras maiores, outros contavam com equipamento próprio e filmavam improvisando estúdios em qualquer barracão, à maneira dos antigos produtores da década de 20. Os velhos cineastas do período anterior, que sobrevivem se arrumando como podem (montam laboratórios de revelação e copiagem, trabalham para exibidoras ou distribuidoras, para o DIP ou para diferentes financiadores de cavação, e com sorte conseguem emprego nas produções dos estúdios estabelecidos) por vezes com tais expedientes arrumam também dinheiro para tentar um filme de enredo. Alguns independentes, com freqüência autores de obra única, fazem filmes sobre os quais praticamente nada se sabe, e que eventualmente poderiam ser interessantes. Por exemplo, o que seria um filme chamado *Noites Cariocas* (1935), dirigido por Enrique Cadicamo (nome sem caracterização no cinema brasileiro), com Mesquitinha, Jardel Jercolis, Grande Otelo e Oscarito no elenco? Ou *Maria Bonita* (1936), adaptação do romance de Afrânio Peixoto feita pelo francês Julien Mendel e reunindo na equipe técnica o veterano Edson Chagas, do ciclo de Recife, Moacyr Fenelon, o técnico de som mais competente do momento, o futuro diretor José Carlos Burle, um dos melhores da Atlântida, e um fotógrafo da qualidade de Ruy Santos? Ou, ainda, qual o significado de filmes que não passam de meros registros, como *Joujoux e Balangandans,* reprodução cinematográfica de um espetáculo semi-amador de variedades?

Dentre os independentes, o realizador que despertou as maiores esperanças da época foi Raoul Roulien, que já havia sido motivo de orgulho para os brasileiros estrelando filmes americanos do início da década, falados e cantados em inglês ou espanhol. Roulien volta ao Brasil com enor-

me prestígio, e lança-se à produção no maior entusiasmo, ele também disposto a fazer filmes nacionais de qualidade e em quantidade. Não chega a montar estúdios, mas dá freqüentes entrevistas à imprensa falando da urgente necessidade de que eles existam, modernos e bem equipados como os americanos. Sua primeira experiência é *O Grito da Mocidade* (1937), em que pretende retratar a vida dos jovens médicos e estudantes de medicina no Rio de Janeiro. O filme é muito bem recebido pela crítica, e Roulien dispõe-se a prosseguir. Em 1939, faz *Aves sem Ninho*, que é outro sucesso, dessa vez também de público. Porém um terceiro filme – *Asas do Brasil* (1940) – pega fogo depois de quase pronto, e o realizador desanima durante um longo tempo. Em 1949, voltará com *Jangada*, em que, procurando registrar os costumes e o folclore nordestino, é acusado de transformar Fada Santoro numa nordestina hollywoodiana, com *sarong* à Dorothy Lamour (o que, a se julgar pelas fotografias, é realmente verdade). Mas também *Jangada* foi destruído por um incêndio.

Esses filmes todos, mesmo os mais precários, iam abrindo novas perspectivas para o cinema nacional, e enquanto tal eram certamente – e independentemente de qualquer que fosse a sua qualidade técnica, seu valor estético ou a acuidade social e psicológica – aproximações válidas da realidade brasileira.

Afora os filmes de ficção, cabe mencionar a produção documental de Humberto Mauro, fartíssima e de boa qualidade. Deixando a Brasil Vita Filmes após a realização de *Cidade Mulher*, Humberto Mauro faz um documentário de reconstituição histórica, financiado pelo Instituto do Cacau e musicado por Villa-Lobos – *O Descobrimento do Brasil* (1937), transposição cinematográfica da carta de Pero Vaz de Caminha. E em seguida trabalha para o Instituto Nacional de Cinema Educativo, criado graças à ação de Roquette Pinto. As duas centenas de documentários que fará no INCE, nos 30 anos seguintes, certamente teriam feito escola, se a inexistência de uma exibição regular não tivesse sido sempre um obstáculo ao curta-metragem cultural brasileiro. Somente em 1952 Humberto Mauro voltará ao longa-metragem, realizando em Volta Grande (Minas Gerais) *O Canto da Saudade*, obra madura e vigorosa que marca a plenitude do cineasta.

No final dos anos 30, a Brasil Vita continuava empenhada no interminável *Inconfidência Mineira*, a Sonofilmes ia se acabando aos poucos, e a própria Cinédia mal conseguia manter acesa a chama do cinema brasileiro.

A década de 40: a era da Atlântida

Na passagem da década, o cinema brasileiro vive um momento particularmente difícil: a guerra acarreta a escassez de filme virgem, dificultando enormemente a produção, mesmo de documentários e jornais cinematográficos. Duas novas empresas recém-fundadas (a Régia e a Pan-América) duram muito pouco tempo e sua contribuição ao cinema nacional não vai além de uns poucos filmes realmente precários.

Após o fracasso de *Pureza*, a Cinédia se lança a uma produção mais modesta: *24 Horas de Sonho* (1941), em que procura capitalizar para o cinema brasileiro o prestígio do que o teatro brasileiro tinha então de melhor: Dulcina e Odilon como intérpretes, e Joracy Camargo como argumentista; embora a crítica tenha recebido a fita com simpatia, os resultados em matéria de público foram extremamente modestos. Em meados de 1941, a companhia está quase parada, e no final do ano parece que acabou de vez. Em 1942 a produção se interrompe, e os estúdios são alugados pela RKO Pictures, para serem utilizados por Orson Welles, que pretende fazer um filme ambientado no Brasil.

Esse melancólico panorama se modifica radicalmente com a fundação de uma nova produtora: a Atlântida. Os anos 40 no cinema brasileiro são fundamentalmente o período da Atlântida. A companhia foi criada com o objetivo explícito de produzir com *continuidade* um cinema *brasileiro* de *boa qualidade*. No manifesto divulgado na sua fundação, em 1941 – verdadeira declaração de princípios redigida por Arnaldo de Farias e Alinor Azevedo –, a Atlântida propõe-se a "contribuir para o desenvolvimento industrial" do cinema brasileiro fundada "em seguras razões de capacidade". Propõe-se ainda a produzir em série, uma vez que a continuidade de produção é condição básica para a criação de qualquer indústria e para o seu aprimoramento. E a filmar temas brasileiros que pudessem dar à realidade nacional uma existência cinematográfica. O manifesto da Atlântida, e todo o noticiário em torno da sua criação sintetizam bem a ordem de idéias que serviam de apoio à ideologia do cinema industrial. Em todos os textos, a idéia de cinema é explicitamente associada à idéia de progresso, e isso especificamente em função do caráter industrial da produção proposta. A posição explicitada no manifesto, porém, bem como a própria existência de um manifesto de fundação não devem fazer supor a existência de uma consciência crítica maior no grupo fundador da Atlântida do que nos grupos anteriores. A rigor, já eram estas também as intenções de Adhemar Gonzaga, Carmen Santos, da Americana de São Paulo, e serão ainda as da Vera Cruz, da Maristela, da Multifilmes e de tantas outras

futuras produtoras. A novidade foi a maneira como a proposta se concretizou na Atlântida.

No grupo fundador da companhia estão, entre outros, Moacyr Fenelon, José Carlos Burle, Alinor Azevedo e Edgar Brasil (um dos melhores fotógrafos que o cinema brasileiro já conheceu). A figura-chave desse início da Atlântida – ou pelo menos a personalidade que conseguiu aglutinar o grupo em torno do projeto – parece ter sido Moacyr Fenelon. Enquanto homem de cinema – técnico, produtor, diretor –, Fenelon representou um papel realmente importante (e pouco estudado) no cinema nacional da época, inicialmente em São Paulo, depois na Cinédia, na Sonofilmes, e também como produtor independente. Foi em torno do seu nome – e do apoio que dava a jovens estreantes, como o diretor José Carlos Burle ou o roteirista Alinor Azevedo – que se firmou de início o prestígio da Atlântida, recebida pelo pequeno grupo de imprensa que se interessava pelo assunto e por todo o meio cinematográfico brasileiro como a nova esperança do futuro cinema nacional.

Porém, nos primeiros tempos após a sua fundação, a companhia decepciona: demora dois anos para lançar o seu primeiro filme. E mais, um projeto de Alinor Azevedo que entra em preparo de produção, interessante e vivo – tratava-se de um "filme de contos", *Tumulto,* reunindo quatro "histórias bem cariocas" de diferentes autores, interligadas pelas atividades de um foca de jornal – é abandonado antes mesmo do início das filmagens. Na verdade, por uma vez ao menos, essa demora não foi mau sinal. A Atlântida não perdia tempo, simplesmente fincava pé solidamente na realidade. Dois anos de embasamento, engrenando a equipe, tomando contato com o mercado, produzindo curtas-metragens, planejando e desistindo sensatamente em tempo de projetos muito ambiciosos, sem dar meu passo maior do que as pernas. Deixando de lado pretensões mais complexas, é com toda a segurança que a companhia produz, em 1943, *Moleque Tião,* outro argumento de Alinor Azevedo.

Com esse primeiro filme, a Atlântida retoma a linha iniciada por Mesquitinha em *João Ninguém* e se evidencia com clareza uma tendência até então difusa no cinema brasileiro que (à falta de melhor termo) poderíamos chamar de pré-neo-realista, expressa na preocupação de enraizamento social dos filmes na realidade carioca. *Moleque Tião* foi bem recebido pelo público e muito elogiado pela crítica, que apreciou a história popular e despretensiosa – baseada na biografia do ator Sebastião Prata (o próprio Grande Otelo) – e o bom acabamento técnico. O fato de se escolher um ator negro para o intérprete principal de um filme de estréia foi considerado na época uma grande ousadia (embora Grande Otelo já fosse

conhecido e apreciado por sua atuação em teatros, cassinos, e mesmo em outros filmes), a demonstrar coragem e postura crítica diante de problemas sociais. Independentemente do seu tema, o lançamento de *Moleque Tião* marcou uma etapa no desenvolvimento do cinema brasileiro. A partir desse filme, há um importante acréscimo na reflexão em torno da indústria cinematográfica: à idéia de qualidade se associa o baixo custo de produção e se institui como modelo ideal para o cinema brasileiro a produção simples e despretensiosa, que por isso mesmo pode ser bem cuidada sem grandes despesas. O que se salienta daqui por diante, a propósito da Atlântida, é a realística seriedade de seus propósitos.

Logo em seguida, a Atlântida surpreende o meio cinematográfico carioca com a espantosa rapidez de sua produção: *Moleque Tião* é lançado em novembro de 1943; no final de dezembro, a companhia tem pronto mais um filme. *É Proibido Sonhar,* estrelado por Mesquitinha; em fevereiro apresenta o seu primeiro carnavalesco, *Tristezas Não Pagam Dívidas,* em que além dos números musicais havia o que a revista *A Scena Muda* qualificou de "um enredo do outro mundo"; e no mês seguinte já tem em produção *Romance de um Mordedor,* baseado na novela de Galeão Coutinho.

O primeiro filme deu o tom de toda a produção inicial da companhia: procura de temas populares, na linha da crônica de costumes, e relativo capricho na feitura. Enquanto empresa, a Atlântida era uma sociedade anônima sem grandes capitalistas a sustentá-la. A constituição do capital se fez em boa parte por meio da venda de ações populares oferecidas de porta em porta, juntamente com um exemplar de *A Scena Muda*, em que uma animada reportagem previa um grande futuro para o cinema brasileiro. São inúmeros os depoimentos de participantes dessa fase inicial da Atlântida, que recordam as grandes dificuldades com as montagens e o equipamento, quase todo improvisado, adaptado e readaptado, com muita coisa já comprada de segunda mão. Os filmes são revelados no próprio estúdio, enrolados manualmente num grande tambor de ripas de madeira. E neste trabalho todo ele artesanal não há especialização técnica, todo mundo faz de tudo. A maquinaria e as instalações são precaríssimas, mas mesmo assim a companhia caminha bem – e é altamente significativo o fato de a Atlântida não fazer de estúdios e equipamento um mito.

O sucesso dos primeiros filmes garantiu a continuidade da companhia, assim como a gradativa melhoria na qualidade técnica das produções. Ao lado das comédias e musicais, há alguns projetos culturalmente mais ambiciosos; por vezes ingênuos filmes de tese, como *Vidas Solitárias*, de Moacyr Fenelon, que defendia a socialização da medicina; ou *Luz dos*

Meus Olhos, melodrama frustrado nas suas proposições realistas, mas que introduz no cinema uma nova atriz de fundamental importância no futuro teatro brasileiro: Cacilda Becker. Ou, ainda, *Terra Violenta,* baseado no romance *Terras do Sem-Fim,* de Jorge Amado, e *Também Somos Irmãos,* cujo tema era o preconceito racial.

A produção de meio-de-ano é razoavelmente bem aceita e eventualmente prestigiosa, mas os verdadeiros sucessos são as comédias carnavalescas. Depois de *Tristezas Não Pagam Dívidas* (1944), e sobretudo *Não Adianta Chorar* (1945), dirigido por Watson Macedo, a Atlântida descobre a mina de ouro juntando num mesmo filme Oscarito e Grande Otelo, a "dupla do barulho" que garantirá o sucesso de inúmeras produções: *O Fantasma por Acaso* (1946), *Este Mundo É um Pandeiro* (1947), *É com Esse que Eu Vou* (1948), *Falta Alguém no Manicômio* (1948), *O Caçula do Barulho* (1949), *Carnaval no Fogo* (1949), *Aviso aos Navegantes* (1950), e tantos outros.

Lançados nos cinemas de Luís Severiano Ribeiro, o maior exibidor brasileiro dos anos 40, esses filmes dão grandes bilheterias, que chamam a atenção do comércio cinematográfico sobre as efetivas possibilidades de lucro dessa produção brasileira mais popular. Em 1946, a obrigatoriedade de exibição de longas-metragens nacionais é triplicada. A reserva de mercado para filmes brasileiros continuava ainda ridiculamente pequena – três filmes por ano –, mas, já que ela existia, alguns comerciantes de filmes, e especialmente Severiano Ribeiro, dispõem-se a produzir, a fim de beneficiarem-se eles próprios com o cumprimento da lei. Severiano Ribeiro começa a adquirir quotas da companhia de pequenos acionistas isolados, e dentro de pouco tempo é o maior acionista da Atlântida. No final dos anos 40, assume o controle majoritário da companhia – o que resulta no imediato afastamento de Moacyr Fenelon e posteriormente de outros.

Com a entrada de Luís Severiano Ribeiro para o campo da produção, a situação do cinema brasileiro – ou pelo menos do cinema que ele produz – se modifica radicalmente: os filmes feitos, qualquer que seja a sua qualidade (a preocupação com a qualidade é relegada a segundo plano, com a saída do grupo inicial da Atlântida), têm exibição garantida.

O resultado mais evidente da vitalidade que o cinema brasileiro conheceu, então, é a proliferação da chanchada. Vistos hoje, esses filmes acabam compondo o primeiro movimento cinematográfico brasileiro prolongado e realmente significativo em termos de contato com o público. Embora fundamentalmente formado por crianças e pelas camadas mais pobres da população, trata-se de um público extremamente numeroso, e

que estabelece com a chanchada um efetivo relacionamento. Este cinema, que continua malfeito e mal-acabado, como foi quase sempre o cinema brasileiro, apesar disso se desenvolve e avança pelos anos 50 com extraordinário vigor. Desvinculado da imitação do filme estrangeiro, num enraizamento popular muito grande, aproveitando as tradições do circo, do mambembe, do teatro de revista, do rádio, do anedotário efêmero próximo à crônica de costumes, do espírito carioca, é realmente um cinema brasileiro vivo e atuante.

Desse modo, a Atlântida acabou sendo efetivamente a primeira "indústria cinematográfica" que o cinema brasileiro conheceu.

Ao lado da Atlântida, desenvolvia-se uma produção carioca que se anima bastante mais para o final da década. Em parte isso se deveu à própria vitalidade da Atlântida, mas sem dúvida foi também conseqüência do aumento da obrigatoriedade de exibição, e ainda de uma lei federal que isentava de impostos a importação de equipamento e material cinematográficos.

A Cinédia, revigorada pelos aluguéis da RKO, volta à produção em 1943, com musicais e melodramas. Em 1945, lança uma produção mais ambiciosa: *O Cortiço,* baseado no romance de Aluísio Azevedo, sob a direção de Luís de Barros, que pouco mais tarde dirigirá para a Brasil Vita Filmes uma adaptação de *Inocência*, de Taunay, com penosos resultados em ambos os casos. O mesmo acontece com outras adaptações de romances brasileiros encenadas por produtores independentes: *Iracema,* de Gino Talamo e Vittorio Cardinalli, *Escrava Isaura,* de Eurides Ramos. Novamente em péssima situação financeira em 1946, a Cinédia lança o seu maior sucesso, e um dos maiores que o cinema brasileiro já conheceu em toda a sua história: *O Ébrio,* exatamente o dramalhão popular que o nome indica, dirigido por Gilda de Abreu e interpretado por Vicente Celestino. E, no ano seguinte, Gilda de Abreu dirige *Pinguinho de Gente,* melodrama popular que é também bastante apreciado pelo público. A Brasil Vita Filmes tenta reanimar-se co-produzindo melodramas e chanchadas, sem no entanto alcançar, num campo ou noutro, o êxito da Cinédia.

Dentre os produtores independentes, o nome que mais se destaca nesse final de década é o de Silveira Sampaio. Seu primeiro filme, *Uma Aventura aos 40,* encantou a crítica da época pela sofisticação e ironia inteiramente inusitadas no cinema brasileiro – apesar da espantosa precariedade dos recursos de produção. Outro argumento de Silveira Sampaio, *A Inconveniência de Ser Esposa,* é levado à tela por Moacyr Fenelon, já

agora atuando como produtor independente, porém não alcança o sucesso do primeiro filme. Em compensação, *Obrigado, Doutor,* dirigido por Fenelon em co-produção com a Cinédia, foi um dos maiores recordistas de bilheteria dos anos 40. O filme aproveitava a popularidade de um programa de rádio de Paulo Roberto, do qual é extraída a frase-título. Também do rádio deriva *Mãe,* co-produção de Afonso Campiglia e Adhemar Gonzaga, outro grande sucesso de público, a indicar que, à parte a chanchada, o que o cinema brasileiro tem de mais vigoroso na época é efetivamente o melodrama.

O êxito de todos esses filmes chama a atenção para o cinema brasileiro, despertando o interesse de muita gente que nunca antes se preocupara com o assunto. Porém a consciência da presença de modo algum implicava, fora das camadas populares, na apreciação do cinema brasileiro. Continuava disseminado o sentimento de que, apesar dos filmes, não havia cinema no Brasil. As próprias revistas de cinema podiam elogiar sinceramente Oscarito e Grande Otelo, e os sucessos de bilheteria tão animadores para o cinema brasileiro, mas jamais ousariam dizer que a chanchada era cinema. Diziam que os cenários eram apressados, as situações ilógicas, o corte descuidado, as histórias malcosturadas, os diálogos ridículos, o som ininteligível, a fotografia chapada, a produção paupérrima. Achavam, no fundo, tudo aquilo muito pouco "sério". E reclamavam que o Brasil, afinal, não era só carnaval: havia o sertão, a selva amazônica, os pampas, o Nordeste, as lendas e tradições, um folclore riquíssimo, os grandes personagens históricos, o desenvolvimento industrial, o progresso urbano, a arte e a cultura. Por que o cinema brasileiro não explorava esses temas? O sucesso das chanchadas provara que podia haver no Brasil uma atividade cinematográfica contínua e rendosa: por que não poderia haver cinema?

A década de 50: afirmação industrial e raízes do Cinema Novo

O final da década de 40 assiste a um revigoramento geral do cinema brasileiro, visível pela abertura de novas companhias produtores, não só no Rio de Janeiro como também em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul, e sobretudo em São Paulo. O entusiasmo mineiro e gaúcho traz pouco resultado – apenas um filme em Minas *(Caraça, a Porta do* Céu) e um no Rio Grande do Sul *(Vento Norte).* Porém o paulista terá conseqüências radicais para o desenvolvimento do cinema brasileiro.

Durante os anos 30 e 40, o cinema em São Paulo mal existiu. Além da produção documental, que garantiu um mínimo de continuidade para a atividade cinematográfica durante todo esse tempo, e da tentativa frustra-

da da Companhia Americana, tivemos um filme em 1943 (*O Canto da Raça*, baseado no poema de Cassiano Ricardo, apreendido e queimado pela censura do Estado Novo sob a acusação de "bairrismo"), e outro em 1946 (*Palhaço Atormentado*, filmado pelo veterano Gilberto Rossi, com o palhaço Arrelia).

Na passagem para os anos 50, porém, o panorama se modifica inteiramente. Em 1949, dois filmes são produzidos em São Paulo (*Luar do Sertão* e *Quase no Céu*), e entre 1949 e 1950 nada menos do que cinco companhias produtoras são criadas. Nos próximos três anos, a quantidade de novas produtoras ultrapassa a casa das duas dezenas. A maior parte não vai em frente, porém dentre elas há pelo menos três empreendimentos de vulto, sustentados por grupos industriais paulistas: a Vera Cruz, a Maristela e a Multifilmes, que pela primeira vez dariam à crítica de cinema no Brasil a possibilidade de falar em "indústria cinematográfica" sem eufemismos.

São Paulo vivia então um momento de intensa atividade cultural, um pós-guerra rico de idéias e de realizações. Num curto espaço de tempo – cinco, seis anos, talvez – a cidade assiste ao nascimento de dois museus de arte, à formação de uma companhia teatral de alto nível, à multiplicação de concertos, escolas de arte, conferências, exposições, à criação de uma filmoteca, à inauguração de uma bienal internacional de artes plásticas – a tudo quanto é sinal de existência e expansão de um interesse cultural vivo e atuante. Todo esse processo vem no bojo do desenvolvimento industrial, e é em boa parte promovido pela burguesia paulista. O cinema se inclui nessa movimentação geral: pela primeira vez em São Paulo, nos anos 50, essa até então considerada "arte menor" passa a ser encarada como manifestação cultural respeitável, que se coloca no mesmo nível que o teatro, as artes plásticas ou a literatura, formas de arte tradicionalmente respeitadas.

Algumas das mais importantes iniciativas culturais da burguesia paulista desse período se devem ao grupo liderado por Francisco Matarazzo Sobrinho, e será ao conjunto de instituições que têm por base o seu prestígio e a sua fortuna – fundamentalmente o Museu de Arte Moderna e o Teatro Brasileiro de Comédia – que irá se ligar a Companhia Cinematográfica Vera Cruz. No Museu de Arte Moderna (como também no Museu de Arte, criado por Assis Chateaubriand) desenvolve-se intensa atividade cinematográfica, em torno de projeções e discussão sistemática de filmes, o que contribui para fomentar o crescente interesse cultural pelo cinema. Ao Teatro Brasileiro de Comédia – fundado por iniciativa de Franco Zampari, engenheiro que ocupava um alto posto nas Metalúrgicas

Matarazzo – se deve um importante movimento de renovação do teatro nacional; desvinculando-se da modesta atividade teatral até então existente no Brasil, o TBC se propôs a criar um movimento inteiramente novo, encenando um repertório refinado de textos clássicos e contemporâneos, em montagens modernas e bem cuidadas, importando da Europa diretores e cenógrafos, e compondo o seu elenco com atores provenientes de conjuntos amadores.

Em 1949, o mesmo grupo funda a Companhia Cinematográfica Vera Cruz, que se propõe a repetir com o cinema o que fizera o TBC com o teatro: partindo do nada, criar um cinema brasileiro inteiramente novo e totalmente desvinculado do que existia até então, um cinema que, pela primeira vez no Brasil, fosse "expressão de cultura".

Em São Paulo, o desprezo pelo cinema brasileiro anterior é total. Vista de São Paulo, a produção carioca é exclusivamente a chanchada – e a chanchada não era cinema. A Vera Cruz explicitamente repudia o tom popularesco e vulgar da chanchada carioca e quaisquer vinculações com os seus quadros técnicos e artísticos. Pretende, ela também, fazer um cinema "essencialmente brasileiro", mas de qualidade internacional, um cinema "igual ao estrangeiro", que possa ser mostrado às platéias de todo o mundo. Para isso constrói estúdios gigantescos e caríssimos, tomando como modelo os de Hollywood, importa o melhor equipamento, contrata técnicos europeus de alto nível, capacitados a garantir à sua produção a almejada qualidade. Do TBC vêm a maior parte dos diretores e cenógrafos, e inúmeros atores. E, para dirigir a empresa, a Vera Cruz tem como produtor geral Alberto Cavalcanti, o único cineasta brasileiro que havia alcançado projeção internacional, por sua participação nos movimentos da *Avant-Garde* francesa e do documentarismo inglês. A Vera Cruz implanta no Brasil um sistema de produção altamente complexo, que o cinema brasileiro nunca antes tinha visto e poucas vezes veria depois. A sua existência é tida como garantia de que, finalmente, a cinematografia nacional iria alcançar a fase da verdadeira industrialização, racional e moderna. O prestígio dos nomes de Matarazzo, Cavalcanti e Zampari à testa da nova produtora garantiu à Vera Cruz o apoio de toda a imprensa, dos meios culturais, da alta burguesia paulista e mesmo do Governo do Estado.

No entanto, o deliberado afastamento da companhia com relação ao cinema brasileiro traria como resultado um total desconhecimento do que fossem as condições reais da atividade cinematográfica no Brasil. A Vera Cruz partiu da ilusão de que a boa qualidade da produção seria condição suficiente para garantir a seus filmes um lugar no mercado, ignorando

inteiramente as limitações que a própria estruturação do mercado impunha aos filmes brasileiros. Visando a alcançar essa boa qualidade, a Vera Cruz se lança a grandes investimentos totalmente incompatíveis com as restritas possibilidades do mercado nacional. Se a produção carioca se equilibrava, e eventualmente obtinha grandes lucros num mercado de baixo rendimento como era o brasileiro, isso só podia acontecer porque os seus custos de produção eram também baixíssimos, justamente adequados às condições do mercado. Os filmes da Vera Cruz custavam em média dez vezes mais do que a produção carioca corrente; as "superproduções", como *Tico-Tico no Fubá, O Cangaceiro* ou *Sinhá Moça,* chegavam perto da dezena de milhões, e os filmes mais baratos da companhia eram mesmo assim caríssimos se se levasse em conta o fato de que eles teriam de ser pagos no mercado nacional. Porém, para os dirigentes da Vera Cruz, tais questões não se propunham, porque os problemas de mercado eram equacionados em âmbito muito mais amplo: sua meta era o mercado internacional, e muito embora os seus filmes fossem caríssimos para os padrões brasileiros eram muito mais baratos do que filmes americanos ou europeus do mesmo nível, o que – supunha-se – possibilitaria à companhia concorrer com vantagens no mercado externo. Para atingir as platéias do mundo, bastaria que os filmes se apoiassem numa temática regional, traduzida em termos formais na boa qualidade técnica de uma produção de nível internacional. Embalada no sonho de produzir para o mundo, a companhia voltou-se fundamentalmente para o mercado exterior, sem pensar que a base de rendimento de qualquer cinematografia, mesmo a americana, é o mercado interno. Para a distribuição de seus filmes, tendo em vista a exportação, a Vera Cruz contratou empresas norte-americanas, inicialmente a Universal International e em seguida a Columbia Pictures.

Desde os seus primeiros lançamentos (*Caiçara,* de Adolfo Celi, *Terra É Sempre Terra* e *Ângela,* de Tom Payne e Abílio Pereira de Almeida, e os documentários *Painel* e *Santuário,* de Lima Barreto), foi sensível a melhoria técnica que a companhia introduziu no cinema brasileiro – um verdadeiro salto de qualidade na fotografia, no som, na montagem, no tratamento de laboratório etc. Incorporava-se à cinematografia nacional, de um só golpe, toda a linguagem cinematográfica convencional do bom cinema da época, garantida pela atuação de técnicos competentes como o Iluminador Chick Fowle, o Engenheiro de som Erick Rasmussen ou o Montador Oswald Haffenrichter. Porém, ao mesmo tempo, havia um tom de impostação e artificialismo no tratar a realidade brasileira que incomo-

dou a maior parte da crítica da época. A acusação mais freqüente que se fazia aos filmes da Vera Cruz era qualificá-los de "estrangeiros", e o estrangeirismo vinha não apenas dos diretores e técnicos importados, mas da intenção deliberada de fazer um cinema "em moldes internacionais", que por isso mesmo descaracterizava a realidade nacional. Vistos a distância, há nesses filmes todos uma impregnação muito grande de Brasil – talvez difícil de definir, mas inegavelmente presente, mesmo nos mais "estrangeiros" dos filmes da Vera Cruz – que escapava à crítica da época. No entanto, permanece o fato de que eles efetivamente não correspondiam ao ideal de um cinema que fosse "expressão cultural" da realidade brasileira. Na sua forma mais aparente, o caráter de "brasilidade" que se pretendia imprimir aos filmes efetivamente se esgotava em exotismo e folclore, e os verdadeiros problemas do homem e da terra ficavam à margem.

Não demorou muito tempo para que a companhia começasse a se dar conta dos problemas específicos em que implicava atividade cinematográfica no Brasil. Não obstante a maciça propaganda e o bom acolhimento do público aos seus filmes, a lentidão de retorno do capital investido impossibilitava que o rendimento dos primeiros filmes pudesse financiar os próximos. O mercado externo, por sua vez, logo após as primeiras tentativas revelou-se praticamente inatingível. O desinteresse das distribuidoras americanas em patrocinarem o desenvolvimento de qualquer cinematografia que pudesse constituir-se em eventual concorrente, mesmo que modesto, se patenteia de modo flagrante. A companhia tenta agir por conta própria, promovendo os seus filmes no exterior. Mas a despeito dos enormes gastos com o envio de filmes e delegações a festivais internacionais (Punta del Este, Cannes, Edimburgo, Veneza etc.), e de alguns prêmios conquistados, os resultados são modestíssimos: alguns contratos de exibição para Portugal ou países latino-americanos, cujas negociações se alongam por um tempo enorme. No mercado internacional, a Vera Cruz tem de enfrentar, além dos trustes de distribuição que o dominam inteiramente, toda sorte de barreiras impostas pela legislação da maior parte dos países europeus visando à proteção das cinematografias locais (pesadas taxas alfandegárias, estabelecimento de quotas de entrada, vinculação a tratados comerciais, obrigatoriedade de legendação, dublagem ou copiagem no próprio local etc.). A Vera Cruz volta-se então para o mercado interno. Tendo em vista a lentidão de retorno dos rendimentos dos filmes, procura produzir muito, para que a quantidade de filmes circulando no mercado fosse suficientemente grande para garantir um rendimento conjunto que possibilitasse a produção contínua. Tentando deslanchar esse

processo, a companhia lança mão de empréstimos bancários, a juros altos e prazos curtos, totalmente incompatíveis com o ritmo de circulação financeira do capital empatado na atividade cinematográfica, em que um filme demora cerca de cinco anos para percorrer o mercado. De início foram financiamentos de bancos particulares, e em seguida de instituições oficiais, o Banco do Brasil e o Banco do Estado de São Paulo, afogando a companhia num círculo vicioso de empréstimos, dívidas e mais empréstimos para cobrir as dívidas.

Evidenciava-se a necessidade de adequar a produção – seus custos, seus prazos, os próprios temas – às condições do mercado. Embora tardiamente, a Vera Cruz procura diversificar a sua produção, iniciando, paralelamente aos filmes de prestígio e altos custos, que visavam à conquista do mercado externo, uma linha de produções comerciais de nível médio para o mercado interno e uma linha de produções populares, rápidas e baratas. Todo o processo de desenvolvimento da companhia foi marcado por uma progressiva conscientização dos problemas do mercado, resultando numa aproximação muito maior com o cinema brasileiro corrente do que desejaria a própria Vera Cruz. Os seus filmes mais populares (*Família Lero-Lero, Esquina da Ilusão, Sai da Frente, Nadando em Dinheiro, Candinho*), embora tecnicamente melhores e sem dúvida mais cuidados e bem acabados, se apóiam em situações e personagens muito próximos aos desenvolvidos pela chanchada carioca. A partir de 1952, a Vera Cruz tem mesmo em seus quadros algumas figuras de projeção do cinema carioca: o galã Anselmo Duarte, o fotógrafo Edgar Brasil, o argumentista Alinor Azevedo, os diretores Fernando de Barros e Alberto Pieralisi, e vários atores. Porém tais medidas de pouco adiantam. O próprio sistema de produção da companhia – a manutenção dos estúdios caríssimos, a contratação permanente de toda a equipe técnica e artística, as várias unidades de produção atuando concomitantemente –, agravado pela má administração e desorganização geral, impedia a efetivação de uma política de barateamento de custos. Em meados de 1953, no momento mesmo em que a Vera Cruz alcançava o seu maior sucesso com *O Cangaceiro* – premiado em Cannes, distribuído por 22 países e recordista absoluto de bilheteria no Brasil – o Banco do Estado de São Paulo suspende o financiamento que vinha sustentando a companhia, e a Vera Cruz é obrigada a cerrar as portas, interrompendo em meio a produção de quatro filmes. No ano seguinte, graças à intensa campanha de imprensa e dos meios cinematográficos e culturais, um novo empréstimo oficial permite a finalização das películas

em andamento, porém pouco depois o Banco do Estado executa a dívida acumulada e encampa a companhia.

A Vera Cruz desenvolveu uma atividade intensíssima de 1950 a 1953, produzindo 18 filmes de longa-metragem e alguns documentários. Cavalcanti supervisiona a produção dos dois primeiros filmes (*Caiçara* e *Terra É Sempre Terra*) e no início da terceira produção (*Ângela*) se afasta da companhia. Longe da Vera Cruz, dedica-se à elaboração de um anteprojeto para o Instituto Nacional de Cinema, encomendado pelo Presidente Getúlio Vargas, e dirige três filmes. A Vera Cruz tenta vários gêneros cinematográficos: o drama de época (*Sinhá Moça,* de Tom Payne); a comédia à americana (*É Proibido Beijar,* de Ugo Lombardi); o policial (*Na Senda do Crime,* de Flamínio Bollini, *Luz Apagada,* de Carlos Thiré); a comédia sofisticada (*Uma Pulga na Balança,* de Luciano Salce); o melodrama musical (*Tico-Tico no Fubá,* de Adolfo Celi); o melodrama expressionista (*Veneno,* de Gianni Pons); a comédia urbana e suburbana (*Esquina da Ilusão,* de Ruggero Jacobbi, *Família Lero-Lero,* de Alberto Pieralisi, *Sai da Frente* e *Nadando em Dinheiro,* de Abílio Pereira de Almeida); o *western* brasileiro (*O Cangaceiro,* de Lima Barreto). Das contribuições da Vera Cruz ao espetáculo cinematográfico brasileiro merecem destaque especial *O Cangaceiro* – um dos filmes mais famosos da história do cinema brasileiro – e os três filmes dirigidos por Abílio Pereira de Almeida com o cômico Mazzaropi, a maior contribuição paulista à chanchada nacional: *Sai da Frente, Nadando em Dinheiro* e *Candinho.* Em *O Cangaceiro,* a forte personalidade do seu autor conseguiu amalgamar os elementos mais díspares: influências do cinema épico mexicano e do faroeste, diálogos de Rachel de Queiroz, canções de Zé do Norte e partituras de Gabriel Migliori, fotografia acadêmica do inglês Chick Fowle – e com tais ingredientes criar um filme que impressionou o Brasil inteiro, além de dar origem a um veio temático dos mais fecundos no cinema brasileiro. *O Cangaceiro* teve ainda o mérito de conseguir furar o bloqueio do mercado internacional, exibido com sucesso por toda a Europa. Infelizmente, para a Vera Cruz, um sucesso que veio tarde demais: afogada em dívidas, a companhia vende à Columbia Pictures os direitos de exploração do filme. Os filmes estrelados por Mazzaropi, oriundo do mambembe, do espetáculo de variedades e do rádio, também alcançam grandes rendimentos no mercado interno. Acabada a companhia, Mazzaropi enriqueceu lançando pontualmente, todos os anos, um filme seu. O tipo suburbano dos primeiros filmes é substituído pelo caipira que procura aproximar-se do Jeca

Tatu de Lobato, retomando a personagem encarnada por Genésio Arruda nos anos 30.

Ao lado de Mazzaropi e do filme de cangaço, uma contribuição mais geral e difusa da Vera Cruz – mas nem por isso menos concreta e de importância fundamental – foi uma melhoria generalizada no padrão técnico do cinema brasileiro, que atingiu até a chanchada. O domínio da linguagem de expressão cinematográfica foi conquista irreversível, incorporada ao cinema brasileiro como um todo.

Afora a Vera Cruz – e em parte por sua influência – surgiram em São Paulo nos anos 50 dois outros empreendimentos industriais importantes, embora de menor porte: a Cinematográfica Maristela e a Multifilmes. Ambas as companhias pretenderam colocar como alternativa à produção cara e complexa da Vera Cruz um tipo de filme de nível médio, de bom acabamento e orçamento modesto, que poderia enfrentar melhor as condições de baixo rendimento do mercado brasileiro. Alguns dos filmes da Maristela efetivamente corresponderam a essa proposta: *O Comprador de Fazendas,* adaptação do conto de Monteiro Lobato, estrelado por Procópio Ferreira e Henriette Morineau; *Simão, o Caolho,* primeiro filme dirigido por Cavalcanti no Brasil, após a sua saída da Vera Cruz, com Mesquitinha no principal papel; e ainda *Presença de Anita,* baseado no romance de Mário Donato, *Suzana e o Presidente,* que tentava copiar a comédia popular italiana, e algumas co-produções que enveredavam decididamente pelos caminhos da produção carioca: o melodrama, com *Meu Destino É Pecar* e *Quem Matou Anabela?* e a chanchada, com *Carnaval em Lá Maior* (co-produzido por Adhemar Gonzaga), e *A Pensão de Dona Estela.* A Multifilmes inicia a sua produção com *Modelo 19*, em que pretendia retratar os problemas da imigração no Brasil, e prossegue com uma linha de produção próxima à da Maristela, com comédias ligeiras (*A Sogra, O Craque, O Homem dos Papagaios* etc.) que tiveram boa acolhida do público, e alguns dramas menos bem-sucedidos (*Fatalidade, Fortunas Escondidas, Chamas no Cafezal* etc.). Em 1953, a companhia produz o primeiro filme brasileiro colorido, *Destino em Apuros,* revelado nos Estados Unidos. A figura-chave nessas duas produtoras foi o italiano Mário Civelli, que teve muita influência no cinema paulista da época. Inicialmente chefiando a produção da Maristela, Civelli criou um padrão de filmes comerciais de nível médio cujas características essenciais – filmagem rápida, equipes pequenas, baixos custos – constituíram a base para as propostas de adequação da produção paulista ao mercado, influenciando a própria Vera Cruz e toda a produção independente. A Maristela, porém,

desviou-se progressivamente da proposta inicial, tendendo a aproximar-se do sistema de grande produção da Vera Cruz. Afastado da Maristela, Civelli tenta pôr em prática na Multifilmes a mesma linha de produção, com idênticos resultados: também a Multifilmes almeja à grande produção de qualidade, e se encaminha para a trilha da Vera Cruz e da Maristela. Nenhuma dessas produtoras, no entanto, dura o tempo suficiente para que seus filmes de produção rápida e barata pudessem ter efetivamente testado o seu rendimento no mercado nacional.

Afora a Maristela e a Multifilmes, uma terceira empresa cinematográfica que se apresentou como empreendimento industrial com perspectivas de uma produção vultosa foi a Kino Filmes, dirigida por Alberto Cavalcanti. Enquanto proposta, a Kino Filmes se aproximava mais da Vera Cruz do que das outras duas produtoras paulistas menores, porém na prática a sua atuação foi a mais restrita. Os ambiciosos estúdios planejados não chegaram sequer à construção, e logo após o primeiro filme (*O Canto do Mar,* dirigido pelo próprio Cavalcanti) a companhia enfrenta problemas financeiros de tal ordem que abre falência antes mesmo da finalização do segundo *(Mulher de Verdade,* também dirigido por Cavalcanti). Arrastadas pela crise geral que atingiu o cinema brasileiro com a derrocada da Vera Cruz, a Maristela e a Multifilmes também interromperam a sua produção, sobrevivendo apenas como co-produtoras ou alugadoras de estúdios e equipamentos por mais alguns anos.

Paralelamente à produção paulista, a chanchada carioca vive nos anos 50 o seu período áureo. A Atlântida, estreitamente ligada ao comércio exibidor, domina incontestavelmente toda a primeira metade da década, com os grandes sucessos que foram: *Aviso aos Navegantes* (1950) e *Aí Vem o Barão* (1951), de Watson Macedo; *Barnabé, Tu És Meu* e *Três Vagabundos,* dirigidos por José Carlos Burle em 1952; *Matar ou Correr* e *Nem Sansão nem Dalila,* realizados em 1954 por Carlos Manga. Mais para o fim da década, notam-se em algumas chanchadas da Atlântida um certo desprezo pela intromissão do samba e um empenho em fazer um tipo de comédia mais pura, apoiada sobretudo na atuação de Oscarito – é o caso, por exemplo, de *O Cupim* (1959), de Carlos Manga. Lentamente, a chanchada em geral vai se modificando e se afastando do musicarnavalesco. Deixando a Atlântida, Watson Macedo funda sua própria companhia produtora, e procura alcançar a qualidade do musical americano esforçando-se por harmonizar samba e cinema, "glamourizando" a chanchada musical, em filmes como *Sinfonia Carioca* (1957), por exemplo. No

final da década, a chanchada se volta menos para o carnaval do que para a pequena crônica do cotidiano e o folclore do Rio de Janeiro, com seus aluguéis atrasados, prestações, azares, vigaristas, otários, sogras, esposas rabugentas, o custo de vida, lotações e muitas boates, com seus números musicais – briga, mulheres e samba: *O Batedor de Carteiras, Camelô da Rua Larga, Maluco por Mulher, Mulheres à Vista, Pé na Tábua, Com Jeito Vai, O Feijão É Nosso, Rico Ri à Toa, Minha Sogra É da Polícia, Garota Enxuta* e dezenas de outras, estreladas por Oscarito, Grande Otelo, Zé Trindade, Ankito, Costinha, Violeta Ferraz ou Dercy Gonçalves. A própria chanchada carnavalesca se renova e se aprimora em filmes como *Tudo Azul,* de Moacyr Fenelon e Alinor Azevedo. Pouco a pouco, porém, a chanchada vai perdendo o vapor, à medida que perde estrelas, cantores e vedetes para a televisão, que se afirma definitivamente por volta de 1960 através da extensão de suas redes retransmissoras pelo país.

Em São Paulo, após a falência dos grandes estúdios, a produção recomeça lentamente. Assumindo a direção da Vera Cruz, o Banco do Estado de São Paulo coloca à testa da sua produção Abílio Pereira de Almeida, que modifica todo o sistema de produção da companhia. Lançadas com uma nova marca - Brasil Filmes –, as novas produções filmadas nos estúdios da Vera Cruz procuram aliar a boa qualidade ao baixo custo, aproveitando as lições da Maristela e da Multifilmes. Abílio Pereira de Almeida entrega a direção de seus filmes a jovens cineastas paulistas, quase todos estreantes: Walter George Durst, Agostinho Martins Pereira, Walter Hugo Khoury, os irmãos Santos Pereira, César Mêmolo Jr., Carlos Alberto de Souza Barros, Rubem Biáfora. Produções como *O Sobrado,* de Walter George Durst, *Osso, Amor e Papagaios,* de César Mêmolo e Souza Barros, ou *Estranho Encontro,* de Walter Hugo Khoury, suscitam discussões sobre o "cinema de autor" e as possibilidades de desenvolvimento de diferentes estilos no cinema brasileiro; *Rebelião em Vila Rica,* de Geraldo e Renato Santos Pereira, transpondo para o período getulista o episódio histórico da Inconfidência, sugere o interesse de uma reflexão sobre o presente apoiada na história; o crítico Rubem Biáfora assina a produção mais ambiciosa e mais cara de toda a série, *Ravina;* e Agostinho Martins Pereira, com base num argumento de Abílio Pereira de Almeida, dirige a produção de maior sucesso da Brasil Filmes: *O Gato de Madame,* estrelada por Mazzaropi. Vista em conjunto, essa produção variada e estimulante abria novos temas e diferentes caminhos que poderiam ter continuidade no cinema brasileiro. Porém, após dois anos de atividade, o Banco do

Estado novamente suspende o financiamento que vinha sustentando a companhia, e a Vera Cruz mais uma vez é obrigada a cerrar as portas.

O fracasso da produção industrial paulista, que tinha como proposta básica a ilusão do universalismo, a aparência do filme estrangeiro e a obsessão da *qualidade*, criou um violento esforço de superação dos modelos que até então se pretendia impor ao cinema brasileiro. Na segunda metade dos anos 50, contrapondo-se à fatuidade da pretensão industrial, surge pela primeira vez um cinema independente realmente significativo em termos culturais. Não só em São Paulo, mas também no Rio, e pouco mais tarde também em Minas e na Bahia, procura-se refletir sobre o cinema brasileiro, seus caminhos e descaminhos, extraindo as lições da falência industrial e do sucesso da chanchada. Organizam-se congressos para a discussão dos problemas do cinema no Brasil, cujo resultado é um processo de conscientização dos mais fecundos que já viveu o cinema nacional. Nesses encontros delineiam-se praticamente todos os temas que iriam preocupar o pensamento cinematográfico durante os próximos 20 anos. E – o que é fundamental – as reflexões sobre cinema se ligam visceralmente à produção, ao contrário do que até então acontecia, em que o pensamento crítico girava sobretudo em torno de um ideal a ser atingido – a indústria cinematográfica – e não das condições concretamente existentes para a produção. O pensamento sobre cinema brasileiro se desenvolve em várias direções simultâneas: além das indagações sobre a sua significação presente, calcadas na discussão crítica da produção do momento, a reflexão se volta para o passado, procurando compreender e incorporar as experiências de Humberto Mauro, Adhemar Gonzaga ou Alinor Azevedo, e se atira a conjeturas sobre os rumos que tomará no futuro; as análises dos filmes feitos, quer se aprovem, quer não as propostas em que se apóiam, conduzem a discussões sobre a temática e a linguagem do cinema brasileiro. Os problemas que enfrenta a produção industrial paulista e as sucessivas crises dos estúdios – demonstrando claramente o fato de que não bastava ter dinheiro, modernas instalações, equipamento adequado, técnicos competentes, seriedade empresarial etc., para ter sucesso na produção cinematográfica – apontavam para a necessidade de reformular os termos clássicos em que se colocava o problema do cinema no Brasil desde os tempos de *Cinearte*. Um sólido embasamento industrial não era, ao contrário do que se pensou durante 30 anos, condição suficiente (independentemente do fato de que se discutiria ao mesmo tempo a eventualidade de não ser condição necessária) para o desenvolvimento do cinema brasileiro. Evidenciava-se a necessidade de se compreenderem concreta-

mente os mecanismos do complexo processo de produção-distribuição-exibição de filmes no Brasil, o que estimula estudos e pesquisa sistemática sobre o mercado cinematográfico. Os conhecimentos sobre o mercado e a frustração de boa parte das propostas do cinema industrial levam à formulação de novas propostas como alternativas de produção: são as origens de um novo tipo de *cinema independente* brasileiro – um cinema que, contrapondo-se às propostas industriais, é pela primeira vez artesanal, não apenas por contingência, mas por opção.

Os primeiros estudos rigorosos atinentes ao funcionamento do mercado brasileiro chegam a conclusões espantosas, demonstrando cabalmente a total inviabilidade de desenvolvimento de uma indústria cinematográfica brasileira sem a implantação de uma legislação protecionista que modificasse radicalmente a situação. Durante os Congressos de Cinema Brasileiro, faz-se de maneira sistemática a denúncia da estrutura de dominação construída pelo cinema estrangeiro para a manutenção do mercado. Reequacionam-se velhos problemas que vinham dos anos 20 e surgem novas questões suscitadas pela recente industrialização do cinema paulista. Denunciam-se diferentes tratados e convênios do Brasil com os Estados Unidos criando condições favoráveis à importação de filmes americanos para o Brasil, em detrimento de filmes estrangeiros de outras procedências, sobretudo europeus, que poderiam diversificar o mercado e eventualmente diluir a sua estrutura dominante. Denuncia-se o boicote das distribuidoras estrangeiras aos filmes nacionais; denuncia-se a prática da distribuição em lotes, que força o exibidor – que depende do distribuidor estrangeiro para a sua programação – a aceitar todos os filmes que acompanham um único em que esteja interessado. Cifras e mais cifras comprovam a quantidade de cambiais que o Brasil perde por ano com remessa de lucros de filmes estrangeiros. Reivindica-se a limitação da entrada de filmes estrangeiros no país por meio do estabelecimento de quotas e por taxação. Inúmeras outras reivindicações e recomendações atinentes à organização do mercado cinematográfico brasileiro são encaminhadas ao Congresso Federal à guisa de sugestões e solicitações para a regulamentação do futuro Instituto Nacional do Cinema e de uma legislação cinematográfica inteiramente nova, tendo em vista a conquista pelo cinema brasileiro do seu próprio mercado. E, finalmente, denuncia-se o artifício cambial que autorizava as companhias cinematográficas estrangeiras a exportarem para os países de origem, pelo câmbio oficial, 70% dos lucros obtidos na exploração de seus filmes em território nacional.

A descoberta do mecanismo cambial de remessa de lucros das empresas americanas atuando no Brasil lança uma luz inteiramente nova no problema das relações do cinema brasileiro com o cinema estrangeiro. Até então, tinha-se a ilusão de concorrer em mercado com uma potência forte, sem dúvida, mas auto-suficiente. Nesse momento se compreendeu que, na verdade, o Governo brasileiro financiava a exibição de filmes americanos no Brasil cobrindo a diferença entre o câmbio oficial, que mantinha o dólar artificialmente fixado em C$18,80, e o câmbio livre, em que o dólar valia no momento (meados dos anos 50) por volta de C$100,00. Com a violenta inflação de todo o período, o tabelamento dos ingressos de cinema reduzira em cinco vezes o seu valor, transformando o espetáculo cinematográfico num símbolo mistificador de não-inflacionismo. Efetivamente o preço das entradas de cinema no Brasil estava entre os mais baixos do mundo, cerca de cinco vezes inferior aos preços médios estabelecidos no mercado internacional. Para evitar a (remota) possibilidade de afugentar a produção estrangeira oferecendo lucros muito pequenos, o Governo brasileiro, ao mesmo tempo em que reduzia pelo tabelamento a renda do cinema em cruzeiros, aumentava essa renda em divisas pelo artifício cambial. A indústria cinematográfica nacional, que contava com uma renda em cruzeiros e não em divisas, era a grande vítima do tabelamento, recebendo em cada entrada paga cinco vezes menos do que o seu valor em termos de mercado mundial.

A clara compreensão de todas essas questões conduziu, por um lado, a uma série de campanhas reivindicatórias de medidas protecionistas para o cinema brasileiro, pela primeira vez fundamentadas efetivamente num conhecimento global do mercado que até então possuíam apenas as distribuidoras estrangeiras. E, por outro lado, tentativas de adequação da produção – agora também fundamentadas em maior conhecimento de causa – às mesquinhas possibilidades de rendimento do mercado. Cabalmente comprovada a impossibilidade de desenvolvimento de uma indústria cinematográfica baseada no sistema de produção do cinema americano, pesquisam-se novas formas de produção fundamentalmente artesanais, que dispensem grandes estúdios e todo o aparato técnico que caracterizava a produção estrangeira. E diretamente relacionado com tais propostas, há todo um processo de descoberta e de reflexão sobre a significação cultural do cinema no Brasil.

Tentando resumir os temas fundamentais do pensamento cinematográfico da época, temos, em primeiro lugar, a proposta de um novo tipo de produção: artesanal, rápida, barata, feita por pequenas equipes e de

preferência fora dos estúdios – a idéia de que o estúdio conduz a um falseamento da realidade impõe-se cada vez mais. E de certo modo sem escrúpulos técnicos, uma vez que se procurava enfatizar a necessidade de dar maior atenção ao "conteúdo" dos filmes do que ao refinamento formal. O modelo do conteúdo é claramente sugerido pelo neo-realismo italiano, que impressionava grandemente a crítica cinematográfica brasileira da época. Contrapunham-se o humanismo e a pungente "realidade" dos filmes italianos, tecnicamente precários e muito pobres em termos de produção, mas plenos de significação social, política e cultural, ao artificialismo e superficialidade do cinema hollywoodiano corrente. No que diz respeito aos assuntos a serem pesquisados para o cinema nacional, tratava-se de desenvolver uma "temática brasileira": implícita na proposta do "tipicamente nacional" está a procura do homem brasileiro – sobretudo o homem do povo – do seu trabalho, da sua estrutura mental, da sua maneira de andar, de falar, de vestir, de se mexer, de ser, de existir. Pensava-se em retratar "sem disfarces", como no neo-realismo, a realidade subdesenvolvida que era a nossa – porém se pensava num retrato que fosse ao mesmo tempo verdadeiro e elaborado, submetendo a realidade a um trabalho intelectual que a refinasse, transformando-se em obra de arte. Tratava-se de transpor para o cinema a visão crítica da realidade social que fora a do romance brasileiro pós-modernista. E ainda havia a aspiração de submeter a realidade a uma elaboração teórica que a explicasse, a partir do tratamento dado aos temas, e dos próprios temas e problemas abordados. O cinema deveria ser antes de mais nada "meio de expressão" a serviço da cultura, da *criação* de uma cultura autenticamente brasileira. Implícita, há a negação da arte como objeto de mera fruição e a aspiração de utilizá-la como forma de questionamento da realidade. O que havia realmente era um anseio muito grande de autenticidade e a aspiração de uma maior acuidade psicológica e sociológica no retratar o povo brasileiro no cinema. Convém precisar mais alguns componentes dessas idéias, que se desenvolveriam sobretudo no final da década: ambições políticas, declaradas ou não, mas sempre claríssimas – o linguajar da esquerda nacionalista brasileira da época é inconfundível; pretensão de fazer ao mesmo tempo obras de arte e de reflexão; uma luta para "autenticizar" a nossa cultura – aliada à denúncia ideológica da "colonização cultural" resultante da situação de dependência econômica do país – embrenhando-se nas suas raízes. A atitude crítica em face do cinema é fundamentalmente uma atitude crítica também em face da sociedade. Tudo quanto se tentava ou se pensava traduz uma procura penosa de uma forma cinematográfica adap-

tada às exigências e às possibilidades de um país subdesenvolvido e inculto, onde está tudo por fazer, e não só em matéria de cinema. Tratava-se da tentativa de alcançar, e se preciso fosse inventar, uma expressão cinematográfica adequada a uma certa realidade cultural, econômica, política, social, que ao mesmo tempo fosse reflexo dessa realidade e fator atuante na sua superação. Propunha-se que o cinema ajudasse a formar uma nova cultura, apoiando-se na preexistente para enriquecê-la e transformá-la. Assim, em termos sociológicos, entendia-se o cinema enquanto manifestação representativa de uma realidade histórica determinada que se pretende desvendar e analisar criticamente, e enquanto fator interveniente nessa realidade. E em termos estéticos – enquanto arte – o cinema deveria ser não apenas objeto de fruição, meramente espetáculo, mas também e sobretudo uma forma de reflexão, um meio de se relacionar e interagir com a realidade brasileira, e seria esse o critério do seu valor artístico.

Concretamente, tenta-se pôr em prática essas idéias em alguns filmes que tinham em comum sobretudo a procura deliberada de expressão cultural da realidade brasileira e a precariedade das condições de produção. O *Saci* (1953), de Rodolfo Nanni, tomando como ponto de apoio as histórias de Monteiro Lobato, procurava descrever o modo de vida dos sítios e fazendas brasileiras; *Cara de Fogo* (1958), de Galileu Garcia, também se ligava à terra, tendo como tema os mitos e superstições dos caboclos paulistas. Na mesma linha ainda, temos uma comédia, *A Carrocinha* (1955), de Agostinho Martins Pereira, que trabalhava a crônica do vilarejo de interior. *A Estrada* (1957), de Oswaldo Sampaio, descrevia a vida dos choferes de caminhão. Algumas produções da Brasil Filmes – sobretudo *Osso, Amor e Papagaios* – se aliam a este movimento pela procura temática. Alguns filmes independentes, cujos autores não participam deste movimento de idéias, trazem contribuições importantes para a renovação do cinema paulista – é o caso de *Absolutamente Certo* (1957), por exemplo, em que Anselmo Duarte tomava como ponto de partida alguns temas, personagens e situações da chanchada carioca, e ao tratá-los com acuidade, esmero técnico e sobretudo leveza de humor obtinha um resultado inteiramente novo. A essa produção independente paulista correspondiam alguns filmes cariocas buscando os mesmos objetivos. Alex Viany realiza no Rio *Agulha no Palheiro* (1953), em que explicitamente tenta concretizar as lições do neo-realismo: um cinema de rua, com personagens populares (um condutor de bonde, uma mocinha do interior, a população de um bairro operário), linguagem simples e despojada. Mesmo na produção

empresarial carioca vez por outra surge um filme com as mesmas propostas – *Amei um Bicheiro* (Atlântida, 1953), por exemplo, em que Jorge Ileli faz a crônica do jogo do bicho. Independentes ou não, essas produções impregnadas de neo-realismo se aproximam do homem do povo, procurando (com maior ou menor sucesso) aprofundar as crônicas urbana e rural até transformá-las em visão crítica. De modo ainda desajeitado e canhestro, os filmes tentam compreender e refletir diferentes aspectos da vida brasileira pesquisando temas, personagens, situações.

As propostas teóricas do neo-realismo e a possibilidade de novos esquemas de produção sugeridos pela produção paulista ou carioca se encarnariam de modo pleno num filme de 1955, realizado no Rio de Janeiro pelo paulista Nelson Pereira dos Santos (que fora assistente de Alex Viany em *Agulha no Palheiro* e de Rodolfo Nanni em *O Saci*): *Rio, Quarenta Graus*. Do ponto de vista da produção, a nova fórmula era a associação da equipe em cooperativa. Do ponto de vista temático, era um filme *popular* num sentido novo: procurava revelar o povo ao povo, numa visão aguda, de idéias claras e expostas com a maior simplicidade, sem subterfúgios e sem sombra de retórica, desvendando miséria e marginalidade. Ambientado em cenários naturais como o Maracanã, o Corcovado, as favelas, as praças públicas, *Rio, Quarenta Graus* era povoado de malandros, soldados rasos, deputados, favelados e pivetes. Foi um espetáculo inusitado, e de um tal poder de choque, no seu despojamento, que a censura apreendeu o filme. A campanha de intelectuais e estudantes em torno da liberação de *Rio, Quarenta Graus* correspondeu a uma verdadeira explosão de consciência no cinema brasileiro. A revelação de que o cinema efetivamente poderia servir como instrumento de expressão e denúncia de nossas deformidades sociais emocionou uma juventude inteira, marcando as origens do que seria o Cinema Novo. Após *Rio, Quarenta Graus*, Nelson Pereira dos Santos dirige *Rio, Zona Norte* e produz em São Paulo *O Grande Momento* (1958), dirigido por Roberto Santos. Este filme admirável, de um equilíbrio e de um rigor de construção que não existiam em nenhum dos anteriores, alcança, partindo da pequena crônica de bairro, uma ressonância dramática inteiramente inédita na comédia brasileira.

No final dos anos 50, em que pesassem a frustração industrial e o esvaziamento da chanchada, existia afinal no Brasil um cinema que expressava culturalmente a realidade nacional, sem precisar do empenho e da benevolência de críticos e estudiosos para ser considerado importante e válido.

Os primeiros anos 60: a eclosão do Cinema Novo

O processo esboçado na década anterior explode vigorosamente nos anos 60 com os primeiros filmes do chamado movimento de Cinema Novo. Composto notadamente por cariocas, porém com fronteiras maldefinidas, o Cinema Novo engloba de modo mais ou menos arbitrário tudo quanto se fez de estimulante, em matéria de cinema, em vários pontos do país. A prática cinematográfica e/ou o processo crítico a ela ligado atingem vários Estados. Em São Paulo, a Cinemateca Brasileira estimula o pensamento e a pesquisa sobre cinema e promove a discussão de filmes, sobretudo dos que tinham como proposta básica a procura de caminhos para o cinema brasileiro. Em Minas, o grupo reunido em torno da *Revista de Cinema* estuda e divulga textos do novo cinema europeu, procurando refletir sobre a adequação das suas idéias à realidade nacional. Em vários Estados, jovens isolados partem para a prática cinematográfica. Em 1960, Nilton Nascimento dirige no Sul *O Negrinho do Pastoreio*, ao mesmo tempo em que Linduarte Noronha, na Paraíba, realiza *Aruanda*. Apresentado em sessões especiais no Rio e em São Paulo, este último foi mais um filme deflagrador, abrindo novas perspectivas para a reflexão e a prática cinematográfica: a espantosa precariedade dos recursos técnicos e de produção não impedia que o filme cumprisse a sua função, documentando a penúria das condições da existência humana em longínquas regiões do Nordeste, e – mais ainda – a força expressiva do documentário vinha em boa parte da própria crueza das imagens. Na passagem da década, a atividade documental ganha vulto – sobretudo no Rio, mas também em São Paulo e na Bahia. Grupos de jovens sobem os morros cariocas, descobrem a miséria das favelas paulistas nas margens do Tietê, dos alagadiços nordestinos, da meninada solta pelas ruas nos centros urbanos; filmam as fábricas, as comunidades rurais e litorâneas, as estações de subúrbio; documentam a imigração nordestina para o Sul, os terreiros de macumba e candomblé, gafieiras, cortiços e estádios de futebol. Vinculados ou não uns aos outros, acabam compondo um movimento orgânico e coeso de dissecação da realidade brasileira, que se prolonga pelos anos 60 adentro em filmes os mais variados: *Rampa* (1958), de Luís Paulino dos Santos, *Arraial do Cabo* (1959), de Paulo César Sarraceni, *Moleques de Rua* (1960), de Álvaro Guimarães, *Apelo* (1961), de Trigueirinho Neto, *Garrincha, Alegria do Povo* (1962), de Joaquim Pedro de Andrade, *Marimbás* (1963), de Vladimir Herzog, *Meninos do Tietê* (1963), de Maurice Capovilla, *Integração Racial* (1964), de Paulo César Sarraceni, *Maioria Absoluta* (1964), de Léon Hirszman, e tantos outros.

No campo do longa-metragem, são os filmes feitos no Nordeste e no Rio que compõem as obras mais significativas do movimento. Na Bahia, tem lugar um vigoroso surto de cinema (entre 1958 e 1964), nascido da atividade cineclubista e do processo de reflexão em torno do cinema e da cultura no Brasil. Não apenas os jovens cineastas baianos, mas também paulistas e cariocas que descobrem na Bahia um fecundo manancial de temas e problemas, traçam um quadro descritivo, analítico e interpretativo, de enorme amplitude, sobre a situação do Nordeste, enfocando a marginalidade urbana, as aldeias de pescadores, a aridez do sertão: *Redenção* (1959), de Roberto Pires, *Bahia de Todos os Santos* (1960), de Trigueirinho Neto, *Barravento* (1961), de Glauber Rocha, *A Grande Feira* (1961), de Roberto Pires, *Sol sobre a Lama* (1961), de Alex Viany, *Tocaia no Asfalto* (1962), de Roberto Pires, e finalmente *Vidas Secas* (1963), de Nelson Pereira dos Santos, e *Deus e o Diabo na Terra do Sol* (1964), de Glauber Rocha – as duas maiores obras de todo o ciclo nordestino. *Vidas Secas*, baseado no romance de Graciliano Ramos, segue a tradição do espetáculo cinematográfico realista, porém de um modo exacerbado, em que a monotonia dos sons ambientais ou a fotografia estourada do causticante sol do sertão adquirem extraordinário vigor expressivo; a extrema concisão da narrativa, que acompanha passo a passo a retirada de uma família nordestina, e a obstinação em não adulterar a realidade com truques cinematográficos acabam transformando o filme num documentário dramático do nosso desequilíbrio social. Inversamente, a tentativa de Glauber Rocha em *Deus e o Diabo na Terra do Sol* era a completa liberação da linguagem de seus entraves convencionais – a pesquisa de uma linguagem cinematográfica própria para o cinema brasileiro; enfocando a realidade nordestina com recursos formais e dramáticos radicalmente opostos, alcança o mesmo resultado pungente e revelador do primeiro filme. Os planos finais de *Vidas Secas* e de *Deus e o Diabo* – as personagens sumindo por largos horizontes – se tornariam clássicos nos filmes do Cinema Novo, exprimindo bem a ampliação de perspectivas que se julgava ter então.

No Rio de Janeiro, após um filme desequilibrado, mas estimulante – *Cinco Vezes Favela*, produzido em 1962 pelo Centro Popular de Cultura e formado da junção de cinco episódios autônomos enfocando diferentes aspectos da vida dos favelados –, uma série de outros alcança enorme repercussão nos meios intelectuais: *Os Cafajestes* (1962), de Rui Guerra, *Porto das Caixas* (1963), de Paulo César Sarraceni, *Ganga Zumba* (1963), de Carlos Diegues, *Canalha em Crise* (1963), de Miguel Borges, *Os Fuzis* (1964), de Rui Guerra, e uma série de outros posteriores ao período que enfocamos.

O desenvolvimento do Cinema Novo foi favorecido por uma conjuntura histórica extremamente estimulante, em que o pensamento crítico e a preocupação com a cultura, nas mais diversas áreas (no teatro, na música, na literatura, na sociologia), se aliaram à animação social e à esperança política que caracterizaram o intenso nacionalismo desse período. O Cinema Novo se norteou basicamente pelo pensamento de esquerda, no qual se enraízam as propostas ideológicas da maior parte dos filmes feitos. Nas suas origens, notadamente no Rio de Janeiro, teve estreita ligação com a efervescência do movimento estudantil dos primeiros anos 60; boa parte dos seus quadros técnicos e a quase totalidade do seu público se constituíram de jovens universitários e intelectuais.

Fora das fronteiras ideológicas do Cinema Novo, a procura de caminhos expressivos para o cinema brasileiro se manifesta em obras as mais diversas entre si, tais como O *Pagador de Promessas* (1962), de Anselmo Duarte, ou *Noite Vazia* (1964), de Walter Hugo Khoury. E paralelamente a esse cinema culturalmente ambicioso, desenvolve-se uma produção cinematográfica corrente de boa qualidade e bastante diferenciada, que tenderia a firmar-se mais para o final da década. Um importante veio temático foi o que se originou com O *Cangaceiro*, de Lima Barreto, compondo o gênero que significativamente se chamou de "nordestern" brasileiro: *A Morte Comanda o Cangaço* (1960), *Três Cabras de Lampião* (1962), *Lampião, Rei do Cangaço* (1963) etc. Foi também muito explorada a crônica policial, tendendo a assumir postura crítica ao enfocar a criminalidade e o marginalismo enquanto problemas sociais: *Cidade Ameaçada* (1960), *Assalto ao Trem Pagador* (1962), *Crime do Sacopã* (1963) etc. Vários filmes tentavam criar um panorama de tragédia urbana, como, por exemplo, os baseados em textos de Nelson Rodrigues: *Boca de Ouro*, (1962), *Asfalto Selvagem* (1963) *Bonitinha mas Ordinária* (1963) etc. A comédia ligeira, que se desenvolveria bastante mais para o fim da década, é anunciada por filmes como *Crônica da Cidade Amada* (1964) ou *Society em Baby-Doll* (1964/65). Na produção mais popular, há sobrevivência da chanchada e o florescimento do cinema de Mazzaropi: *As Aventuras de Pedro Malazartes* (1960), *Jeca Tatu* (1962), *Casinha Pequenina* (1963) e tantos outros. Entre os filmes artisticamente ambiciosos e os endereçados ao público mais popular, o desenvolvimento de uma produção intermediária de bom nível técnico representou um papel fundamental: o encaminhamento em direção à conquista de um público mais amplo e diversificado para o cinema brasileiro.

O movimento do Cinema Novo – que pela primeira vez conseguira aglutinar em torno do cinema brasileiro o interesse e a adesão de artistas e intelectuais – foi rejeitado pelo grande público. A expressão concreta da realidade brasileira, tal como a apresentavam os filmes, era crua demais, e por vezes brutal. O impacto que causaram foi muito grande. A estética desagregadora, inquieta e agressiva deixava o público na maior perplexidade, afastando-o dos filmes. Por outro lado, os problemas de exibição que enfrentou o Cinema Novo dificultavam um contato maior com o público. Esse vigoroso surto de cinema – que até hoje exerce influência no cinema brasileiro, estimulando a renovada reflexão sobre os temas e questões que trabalha – só teria chance de atingir globalmente a sociedade brasileira, cumprindo a função conscientizadora a que se propôs, se fosse amparado por condições de comercialização que permitissem um amplo acesso ao mercado, condições econômicas que possibilitassem a continuidade de produção, e ainda condições políticas que garantissem a liberdade de expressão. O movimento, no entanto, teve pouco tempo para se expandir e solidificar-se antes que os acontecimentos de abril de 64 inaugurassem uma nova fase política, econômica e cultural no Brasil. Depois de 1964, o Cinema Novo não morre imediatamente, mas se modifica bastante. Mais do que o apoio dos intelectuais, o que sustenta o movimento e alimenta o seu vigor é a repercussão internacional que alcançam os filmes. Porém, no Brasil, a proposta inicial já não encontra eco na nova situação. Os filmes mergulham de modo crescente na alegoria, e a sua temática se transforma: o Cinema Novo se volta sobretudo para si próprio e para o grupo restrito com que se identificam os seus autores, tentando refletir sobre as relações dos intelectuais com a nova direção que tomava a história do Brasil, e refletindo de fato a perplexidade geral de toda a intelectualidade diante dos acontecimentos.

Na segunda metade dos anos 60, fundamentalmente após a criação do Instituto Nacional do Cinema, em 1966, a crescente intervenção do Estado na atividade cinematográfica iria acarretar um progressivo deslocamento de toda a problemática do cinema no Brasil. A história do cinema nacional se encaminhava para novos rumos, que se delineiam com clareza nos primeiros anos 70, com a participação do cinema no chamado "milagre brasileiro".

CAPÍTULO XI

A MALANDRAGEM E A FORMAÇÃO DA MÚSICA POPULAR BRASILEIRA

Abre-alas

O poder do canto que conspira. Grito e manifesto. Estouro da voz coletiva. Oh! abre-alas: na virada do século – entre vaticínio e desrecalque – o canto que emerge do lado avesso da nossa História.

Três décadas mais tarde, o nome da primeira escola de samba manteria acesa a chama da maestrina Chiquinha Gonzaga: *Deixa falar* (a voz popular).

Entre os dois gritos, uma República envelhecia. A pedir passagem, os acordes de uma nova época. A música popular cresce contemporânea da miséria, do desequilíbrio, do inconformismo, da rebeldia: febre, cangaço, Canudos, Chibata, Coluna Prestes, movimentos proletários, Modernismo... No seu andamento, desfraldando o estandarte dos (en)cantos, a música popular apresentava-se como uma das vozes da voz geral que desatinava. Arma presa na garganta. Operários, malandros, vadios, boêmios – o desajuste sendo entoado por novos timbres. Acende-se o luminoso de um novo Brasil, urbano-industrial, de personalidade inquieta e ruidosa. Brasil sonoro. As classes dominadas passavam a movimentar-se no terreno político-social, a conquistar um espaço cultural, a reescrever a História do país:

Quem foi que inventou o Brasil
Foi seu Cabral
No dia 21 de abril
Dois meses depois do carnaval.

A música popular nos anos 30

Tudo indica que por volta dos anos 30 estavam bastante amadurecidas as condições para se plasmar uma vida regular e sistematizada da música popular entre nós: a existência de músi-

cos, compositores e cantores com uma produção estável e em fase de profissionalização; o conjunto fértil de canções, estabelecendo um fluxo sonoro contínuo e cheio de energia, dificilmente encontrado em outras manifestações artísticas brasileiras – mesmo em anos posteriores; a diversificação e ampliação do público, potencializando um consumo musical extraordinário, seja através do carnaval, seja pelo desenvolvimento técnico dos meios de reprodução e comunicação com o grande público (na época, os principais: a impressão de partituras, os jornais de modinhas, o disco, o rádio e o cinema), ou mesmo pelo teatro popular das primeiras décadas do século; e ainda as músicas de rua, das bandas, dos pregões etc. Poderíamos dizer mais do que isso: a presença, a essa altura, já marcante de uma tradição musical interna, que servia como referência e modelo criativo, indicando que a voz brasileira soava com sotaque próprio, apesar das grandes diferenças regionais e das influências musicais estrangeiras. Compunha-se assim uma espécie de mínimo múltiplo comum musical, onde as disparidades regionais e exteriores giravam como os cacos de um caleidoscópio sonoro – esse movimento constituindo a própria patente musical nacional. As diferenças exalavam a nossa diferença; era possível, então, no meio das mais variadas formas musicais, descobrir, quando não composições particularmente brasileiras, um estilo moreno e dengoso de cantar, uma malícia de sincopar a quadratura do compasso europeu, um jeito de corpo ao dançar.

A música popular brasileira foi misturando-se à garganta nacional e aumentando seu público à medida que se intensificava, no século XIX, a vida urbana no Brasil, enquanto o tecido social cedia a uma maior diferenciação de classes. Em contraste com as estruturas rígidas e violentas do latifúndio e da escravidão, os centros urbanos mais desenvolvidos apresentavam uma relativa flexibilidade social, molejo esse que fornecia subsídios para uma prática musical mais sincrética. O florescimento do ambiente urbano permitiu o ponto de mistura criativa entre os sons cindidos pela Casa Grande e a Senzala, criando o espaço de uma síntese original entre influências musicais africanas, européias e, em menor grau, do índio da terra. Nas cidades, à sombra do favor, os primeiros gêneros de nossa música popular (modinha, lundu, maxixe, tango, choro) passaram a compor a trilha sonora da experiência cotidiana dos frágeis setores intermediários da sociedade escravocrata local; entre os homens livres, na "alma encantadora das ruas", como dizia o cronista de costumes cariocas João do Rio, formava-se o primeiro ambiente da MPB.

De meados do século XIX até o final da República Velha, podemos arriscar uma periodização que corresponderia ao processo de formação da música popular brasileira. Trata-se de um movimento que escoa no leito histórico da constituição da sociedade de classes, da intensificação da urbanização e do desenvolvimento das atividades industriais no Brasil. Quando o escravo conquista o direito (e a necessidade) de vender sua força de trabalho, estamos diante de um momento decisivo: a voz do negro adquire uma posição que modifica profundamente a composição cultural brasileira. A musicalidade circunscrita ao latifúndio – em si, expressão acabada de um documento de barbárie –, ao se libertar com a Abolição, invade a cidade: um grito que ecoa pela Nação, animando a festa (carnaval), embriagando a atmosfera urbana com uma música popular envolvente, de grande ressonância nas diversas nervuras da sociedade. No compasso histórico da constituição da MPB encontra-se aquilo que Chico de Oliveira chamou de "emergência do modo de produção de mercadorias"; insinuando-se, o desenvolvimento do capital industrial convoca os estoques de força de trabalho do país; então, o canto popular se manifesta com toda sua força, percorre ruas e praças, formando o "imenso cordão".

Música e trabalho

Uma longa tradição na historiografia musical pensa a música como prolongamento do gesto do trabalhador manual; o ritmo musical como uma imitação do ritmo físico no trabalho. Harmonia do movimento *que produz* – a cadência do braço e da perna, da mão habilitada – inspiradora do *corpo no prazer* (da voz que preenche uma ausência no ato de trabalhar, da carne que dança celebrando a sua regeneração).

O trabalho é um tema que se irradia intensamente na música popular brasileira, de João da Baiana a Milton Nascimento. O percurso histórico da nossa canção é contemporâneo do processo local de formação da classe operária – fato que não ocorre sem conseqüências profundas. Porém, a esfera do trabalho projeta-se sobre a MPB como uma poderosa *imagem invertida;* o exercício sistemático e radical de negação dos valores positivamente elevados pelo trabalho tornou-se o assunto poético predileto de nosso compositor popular, nas décadas de 20 e 30 desse século – uma das épocas mais fecundas e notáveis da MPB. Nessa, a história do trabalho é narrada a contrapelo. O operário é a principal personagem à sombra, ofuscado pela ruidosa e alegre consagração da figura do *malandro.* Sem o proletariado, restam o séquito de marginais, vadios, impostores, a constelação da *malandragem* em torno da qual giram as estrelas da música popular brasileira.

A temática da malandragem aparece na literatura brasileira com o ensaio de Antônio Cândido, "Dialética da Malandragem". Analisando o folhetim *Memórias de Um Sargento de Milícias,* de Manuel Antônio de Almeida, ele revela que o mesmo princípio que organizou o romance serve para generalizar um momento da vida social brasileira do "tempo do Rei": a malandragem, ou a dialética da ordem e da desordem, que estruturava texto e contexto. "Ordem dificilmente imposta e mantida, cercada de todos os lados por uma desordem vivaz (...) *Sociedade na qual uns poucos livres trabalhavam e os outros flauteavam ao deus-dará, colhendo as sobras do parasitismo, dos expedientes, das munificências, da sorte e do roubo miúdo.* Suprimindo o escravo, Manuel Antônio suprimiu os controles do mando. *Ficou o ar de jogo dessa organização bruxuleante fissurada pela anomia, que se traduz na dança das personagens entre* o *lícito e* o *ilícito, sem que possamos afinal dizer* o *que é um e* o *que é* o *outro, porque todos acabam circulando de um para outro, com uma naturalidade que lembra o modo de formação das famílias, dos prestígios, das fortunas, das reputações, no Brasil urbano da primeira metade do século XIX".*[1]

A dialética da ordem e da desordem situa-se no lugar meio esquisito criado pelo escravismo: "Dá generalidade a experiências de um setor da sociedade, o intermediário, que nem trabalha regularmente nem acumula ou manda", como diz Roberto Schwarz, comentando o ensaio de Antônio Cândido.

Podemos dizer que a música popular brasileira nasce nesse berço folgado, à margem do trabalho pesado. Ela encontra sua origem e formação no espaço irregular propiciador da "dialética da malandragem", abençoada pela estrutura do favor. Se a ordem escravocrata repartia a musicalidade européia e o ritmo africano, é na relativa flexibilidade social da vida dos homens livres citadinos, nessa esfera intermediária, que se criarão as condições para o florescimento da mistura criativa popular. A MPB aparece então envolta por um clima social ameno, deslocado das injunções do trabalho compulsório, soando entre o arbítrio e as relações de favor. O trânsito da incipiente sonoridade fluía em um setor capital da sociedade, os homens livres, que, no dizer de Roberto Schwarz, "não sendo escravos nem senhores, viviam num espaço social intermediário e anêmico, em que

[1] Antônio Cândido, "Dialética da Malandragem", *in Revista do Instituto de Estudos Brasileiros,* nº 8, São Paulo, USP, 1970, p. 82. O ensaio foi republicado na edição crítica das *Memórias de Um Sargento de Milícias,* Rio de Janeiro, LTC, 1978.

não era possível prescindir da ordem nem viver dentro dela".[2] A gênese da música popular brasileira se dava no local mesmo das oscilações entre a ordem e a desordem, nas artes e manhas da malandragem do final do Império.

Aliás, algumas das primeiras personagens ligadas à história da MPB perambulavam na corda-bamba da malandragem: Francisco de Vacas (século XVI) – situado como a primeira biografia do livro *Raízes da Música Popular Brasileira (1500/1889)*, do pesquisador Ary Vasconcellos –, cantor e bandurrista, professor de música contratado pelos jesuítas com a promessa de ordená-lo Sacerdote, logo se transformando numa "ovelha tresmalhada", que "desembaraçada do compromisso canônico foi o primeiro boêmio do Brasil, tornando-se incorrigível comparsa de D. Álvaro da Costa, filho do 2.º Governador-Geral, e enchendo a cidade, como hábil menestrel e perito bandurrista, com o calor de sua voz que penetrava no próprio sobradinho do Bispo, ali na Rua da Ajuda, avivando a cólera do Prelado contra o tolerante representante do Rei"; o Poeta barroco baiano Gregório de Matos (1636-1696), o "Boca do Inferno", considerado como um dos primeiros compositores da história da MPB e desencadeador da tradição malandra na literatura brasileira; ou, ainda, o famoso mulato modinheiro Domingos Caldas Barbosa (1740/1800), filho de pai português e de mãe angolense, aluno do Colégio dos Jesuítas, militar e depois

[2] Roberto Schwarz. "Pressupostos, salvo engano, de 'Dialética da Malandragem' –, *in Esboço de Figura. (Homenagem a Antônio Cândido)*, São Paulo, Duas Cidades, 1979, pp. 142-3. "Finalmente a última parte, a mais degradada, incômoda e nociva é a dos desocupados permanentes, vagando de léu em léu à cata do que se manter e que, apresentando-se a ocasião, enveredam francamente pelo crime. É a casta numerosa dos 'vadios' que nas cidades e no campo é tão numerosa, e de tal forma caracterizada por sua ociosidade e turbulência, que se torna uma das preocupações constantes das autoridades e o *leitmotiv de* seus relatórios; e não se ocupam menos dela outros observadores da vida colonial (...) Os vadios não escapam também à observação dos viajantes estrangeiros: Saint-Hilaire e Martius referem-se a eles amiúde, e sentiram muito bem que não se trata de casos esporádicos, mas de uma verdadeira endemia social". Caio Prado Jr., *Formação do Brasil Contemporâneo*, 14.ª ed., São Paulo, Brasiliense, 1976, pp. 283-4. Nesse capítulo, "Organização Social", ressalta-se também o caráter pouco digno do trabalho para os homens livres, graças ao "poder absorvente da escravidão". A esse respeito seria conveniente lembrar, como o faz Chico de Oliveira, que a própria cidade gera um setor improdutivo: "O caráter medíocre da urbanização no Brasil não refletia, pois, o predomínio do campo sobre a cidade, mas o travejamento estrutural da produção, quase sempre monocultora e fundada no trabalho compulsório, escravo, destituindo a cidade como *mercado* tanto das mercadorias quanto da força de trabalho." "Acumulação Monopolista, Estado e Urbanização: a Nova Qualidade do Conflito de Classes", *in Ensaios de Opinião*, n° 6, Rio, Inúbia, 1978, p. 109.

boêmio inveterado – que chegou a fazer sucesso na Corte interpretando as primeiras manifestações "da sensibilidade e do sentimento musical do povo brasileiro", como escreveu o musicólogo Mozart de Araújo.[3]

Costuma-se dizer que só podemos pensar em uma arte popular se já existe em curso, no interior da sociedade, um processo de diversificação de classes. No Brasil das últimas décadas do Império, as relações sociais nas grandes cidades alcançavam um nível complexo, capaz de permitir o aparecimento do músico ou do compositor popular – que estruturava seu material composicional e seu virtuosismo no espaço social dos homens livres (ainda que muito de sua matéria musical apresentasse influências diretas da música senhorial e/ou da rítmica negra). Entre religiosos (ou ex-religiosos) que tinham recebido instruções musicais; entre os funcionários e os prestadores de serviços públicos; no meio do pequeno comércio, de algum ofício mecânico, das armas (local de formação de grande parte dos músicos, com suas bandas militares), enfim, entre os indivíduos de ocupações incertas e aleatórias, os "desclassificados, inúteis e inadaptados", os vadios de qualquer hora, circulavam os primeiros gêneros da MPB, encontrando nesse estamento intermediário seus autores e seu público. Em sua fase heróica – no período de formação – a música popular encontrava seu circuito à margem do trabalho que, no dizer de Caio Prado Jr., "se torna ocupação pejorativa e desabonadora". Fora da escravidão, o músico escapava às fronteiras do trabalho braçal, sobrevivendo graças às imposições do arbítrio, às migalhas do favor senhorial, aos biscates escusos. Nossa música popular nascia parceira do sereno e da preguiça.

[3] Ary Vasconcellos. *Raízes da Música Popular Brasileira (1500/1889)*, São Paulo, Martins, Brasília, INL, 1977. As citações são do livro de Afonso Rui, *Boêmios e Seresteiros Baianos do Passado*. Citando França Júnior, José Ramos Tinhorão descreve o malandro/cantor/compositor do século passado: "Amigo em excesso das instituições livres, ostenta na cabeça, perfeitamente traçada, a *estrada da liberdade*, que lhe divide a hirsuta (cabeleira) como em dois morros (...) O chapéu mal o resguarda do sereno, caindo-lhe sobre uma das orelhas, e deixando descoberta a outra (...) Traja velho paletó, calças de cor duvidosa, e assenta os pés em vetustas chinelas de couro que já foram outrora botinas". *Pequena História da Música Popular Brasileira*, Petrópolis, Vozes, 1972, p. 23. A simples biografia desses compositores, é claro, não justifica uma possível presença da malandragem em suas obras ou a inclusão de seus nomes como precursores do filão malandro na nossa música popular. O que se pretende chamar atenção é para o próprio fenômeno da MPB já nascer sob o signo da malandragem, episódio que a marcará profundamente até os nossos dias. O fato dos primeiros compositores da nossa música popular perambularem pela malandragem não é ocasional: eles revelam o parentesco original que existe entre música popular e malandragem no Brasil.

A malandragem

Pelo menos no imaginário da nossa canção popular, ela permanece mesmo depois do colapso da escravidão no Brasil. Assim, por exemplo, nos indicam os versos de *O Creoulo*, do compositor de lundus e palhaço Eduardo das Neves (1874/1919), o "Diamante Negro" – ele mesmo, aliás, autor de um folheto de modinhas intitulado *Trovador da Malandragem* (incluindo versos escritos entre 1903 e 1930):

Fui crescendo, fui aprendendo
Fui me metendo na malandragem
Hoje sou cabra escovado,
Deixo os mestres na bagagem.

Outro documento dessa relação de recíproca determinação entre os pólos da ordem oficial e da desordem malandra podemos encontrar no famoso *Pelo Telefone* (1917, atribuído a Donga), que costuma ser apontado como o primeiro samba gravado em disco:

O chefe da polícia
Pelo telefone
Manda me avisar
Que na Carioca
Tem uma roleta
Para se jogar

Um chefe da polícia (através de veículo moderno, o telefone) que fornece o local do vício proibido; o canto popular desnudando os limites nebulosos em que a gandaia e a repressão se reconheciam.[4] Na chamada República Velha, a esperteza amaciava os confrontos ostensivos entre o desvio e a

---

[4] Em estudo que vem desenvolvendo sobre as relações entre a poesia e a música brasileiras, José Miguel Wisnik, a certa altura, afirma: "Se na Europa o avanço do capital desde cedo parece ter contribuído para desativar o amálgama da festa carnavalesca, e desfazer o mínimo (múltiplo) comum da festa pública, no Brasil a industrialização e a modernização (penso nas primeiras décadas do século) contribuíram para, num primeiro momento, amplificar a festa, o espaço da cidade, a indústria do disco, dar voz elétrica e urbana ao substrato carnavalesco atuante na cultura popular, e *criar o próprio fenômeno da música popular brasileira como cruzamento de classes numa 'dialética da ordem e da desordem'.*" *Dança Dramática*, São Paulo, mimeog., pp. 29-30. Grifo nosso. Sobre as tentativas da repressão em demarcar os limites da gandaia, em São Paulo, na República Velha, ver o documento publicado e comentado por Paulo Sérgio Pinheiro. "A Gandaia e a Repressão", *in Almanaque* nº 10, São Paulo, Brasiliense, 1979.

norma – de que é testemunha a própria história nebulosa desse samba (acusações de falsa autoria, proibições etc.). O fato é que para manter-se a reputação da ordem – e não dissolver a desordem – alterou-se a letra:

O chefe da folia
Pelo telefone
Manda me avisar
Que com alegria
Não se questione
Para se brincar

De resto, o episódio em torno da autoria de *Pelo Telefone* esclarece os expedientes que se antepunham à implantação local da mercantilização da vida musical. A produção racional da música, para o mercado, teria que se acomodar ao roubo do direito autoral, ao plágio, à compra de música de compositores desconhecidos por parte de cantores famosos, ao suborno das estações de divulgação, e assim por diante. Como afirma o pesquisador e historiador José Ramos Tinhorão, com a necessidade de produção de música destinada à gravação em discos "nasceram também a falta de respeito à criação alheia e a exploração do talento dos compositores populares pelas indústrias do disco, a começar pelo pioneiro Frederico Figner".[5] A esperteza da afirmação de Sinhô, o "malandro inteligente", ilustrava exemplarmente a situação carregada de imposturas: "Samba é igual passarinho. É de quem pegar primeiro."

Ordem e desordem convergiam para um lugar-comum, fecundando-se mutuamente. Se, nas imagens consagradas mundialmente por Carlitos, o vagabundo é alguém sempre perseguido pelo policial, ao contrário, o malandro da MPB pode receber favores de um guarda-civil gentilíssimo (que funcionava inclusive como seu relógio-despertador):

Meu cortinado é um vasto céu de anil
E o meu despertador é um guarda-civil.

Com a agravante de que a situação financeira do guarda não era muito diferente da penúria do vagabundo, conforme a observação do breque de Noel Rosa e Kid Pepe:

[5] José Ramos Tinhorão. *Música Popular: do Gramafone ao Rádio e TV*. São Paulo, Ática, 1981, p. 24.

Que o salário ainda não viu!

No início da Segunda República, a malandragem se tornaria a temática predileta do nosso compositor popular – configurando-se ao mesmo tempo como um código poético e uma regra de saber-viver. A partir daí, a figura do compositor popular passou a ser confundida cada vez mais com o rosto do malandro, num processo progressivo de interiorização de uma personalidade na outra. Samba e malandragem tornaram-se sinônimos; de um jeito ou de outro, o compositor acaba se aproximando da malandragem – seja como recurso temático, seja pelo modo boêmio de viver e de não trabalhar, seja através da observação caricatural do próprio malandro. Isso não quer dizer, porém, que a origem social do compositor seria o único critério para podermos avaliar criticamente o fenômeno da malandragem na MPB. Durante os anos 30, batizados como a "época de ouro", cita-se, por exemplo, o aparecimento notável de Noel Rosa (que, como se sabe, era branco, filho de baixa classe média carioca e que chegou a cursar os primeiros anos da Faculdade de Medicina), um dos mais fecundos intérpretes da sensibilidade popular da época – incluindo o seu excepcional manejo do repertório próprio da malandragem. No poeta de Vila Isabel, a expressão do malandro na canção popular brasileira atinge suas dimensões mais profundas, revelando as asperezas da experiência, as angústias que provocavam uma nota dolorosa na vadiagem e na destemperada orgia.

Se na década anterior, um período de definição do samba, a malandragem era cantada pelos chamados compositores primitivos (João da Baiana, Donga, Sinhô, Caninha, Heitor dos Prazeres, Pixinguinha...), iletrados ou semiletrados, descendentes de escravos, freqüentadores das casas das "tias" baianas, na década de 30 essa mesma malandragem se tornaria um dos assuntos poéticos dominantes, citado – com maior ou menor freqüência, direta ou veladamente – por quase todos compositores de expressão do período. Por parte dos compositores de origem negra, o tema seria fertilmente explorado nos sambas de Ismael Silva (e a turma do Estácio, berço do samba e reduto da marginália carioca: Bide, Rubem Barcelos, Baiaco, Brancura e outros),[6] Wilson Batista, Geraldo Pereira e

[6] Segundo Nei Lopes, o samba produzido pelos compositores do Estácio já era bastante diferente na estrutura rítmica daqueles cantados nas reuniões da casa da "Tia" Ciata: "... como os sambas de Ismael Silva e outros que passaram à posteridade, já bem diferentes em ritmo e andamento dos sambas amaxixados de *Sinhô* e do pessoal da casa da "Tia" Ciata, *in O Samba na Realidade...*, Rio, Codecri, 1981, p. 25.

outros. Mais tarde receberia variantes regionais, como foram os casos de Jackson do Pandeiro, com os ritmos nordestinos, e de Adoniram Barbosa, em São Paulo, cantando uma malandragem brasileira com sotaque italiano, própria do bairro do Bexiga; podemos ainda citar os casos de cantores e/ou compositores que fizeram da malandragem o seu estilo, tal como Germano Matias – mas já com traços muito irregulares, não raro resvalando pelo lado caricatural, artificial, da malandragem (como ocorre também, em épocas mais recentes, com as canções de João Nogueira). Já Moreira da Silva é um caso à parte: ele ficou como o tipo de malandro-padrão da música popular, com criações excelentes, além de ser apontado como o introdutor do *breque* no samba, um dos recursos mais maliciosos da canção brasileira, portador de distanciamento irônico.

A MPB formou-se sob a insígnia da malandragem; esta se transformou em uma espécie de *poética obrigatória* dentro de nossa música popular. O complexo de malandro (Tom Zé: "Todo compositor brasileiro é um complexado"), eis uma das obsessões de nosso compositor. Sua presença insidiosa atingiu um grau de estereótipo; a ilusória imagem do sucesso do compositor ou do cantor emoldurada e dourada pela indústria musical tornou-se um símbolo de ascensão social pela caminhada mais curta e menos tortuosa, fora das multidões do trabalho no Brasil. A procura da via artística representaria para o negro uma necessidade de *categorização social*.[7]

[7] A expressão é de João Batista Borges Pereira, que também afirma, referindo-se à inserção do negro no mundo do rádio: "Através da profissionalização numa esfera de atividade onde as perspectivas de alta remuneração econômica, de prestígio, popularidade e até de glória, se apresentam irresistivelmente tentadoras para um grupo social cujas oportunidades de enquadramento na estrutura global, e mesmo ocupacional, têm-se mostrado tradicionalmente tão limitadas". *Cor, Profissão e Mobilidade – O negro e o Rádio de São Paulo*. São Paulo, Pioneira, 1967, pp. 108-9. Segundo José Ramos Tinhorão, a profissionalização do compositor representava uma alteração qualitativa na sua condição de marginal: ele ascendia do papel de "vagabundo" ao *status* de "malandro", embora isso representasse um bloqueio na sua liberdade de criação artística. Mas mesmo o malandro profissionalizado (é certo que irregularmente) passava seus apertos, como demonstra o samba-choro *Me dá, Me dá*, gravado por Carmen Miranda: "Você não reflete que está trapalhado/ Sempre com a mania de ser cantor de rádio/ Vou lhe dar um conselho: arranje uma colocação/ Porque sopa de vento não é alimentação" (Portela Juno e Cícero Nunes). Tinhorão, *ob. cit.*, p. 132. Já Nei Lopes procurava relativizar a idéia de que o samba representa a possibilidade de ascensão social do sambista. Seu argumento centra-se na tese de que o contingente de sambistas ligado a escolas de samba e cordões, só no Rio de Janeiro, atinge a casa de 120 mil pessoas, número impossível de ser absorvido pela indústria de diversão nacional, *ob. cit.*, p. 74. Sobre uma modalidade de malandro apresentado no rádio, através dos programas "Histórias das Malocas" e "Bangalôs e Malocas" (Rádio Record, São Paulo, de 1954 até 1966), que tinham como intérprete principal Adoniram Barbosa, ver Miriam Goldfelder, *Por Trás das Ondas da Rádio Nacional*. Rio, Paz e Terra, 1980, pp. 122-123.

Mamãe eu não quero
Mamãe eu não quero
Trabalhar de sol a sol
Quero ser cantor de rádio
Jogador de futebol...
(Nássara e J. Cascata)

A carreira de cantor/compositor projetava uma imagem brilhante de ascensão, de prestígio social; neste contexto, a malandragem musical encarnava um desejo de felicidade fora da ordem do trabalho. A partir daí, formou-se uma linhagem malandra na MPB, uma espinha dorsal que se ramifica, em momentos mais recentes, nas canções de Paulo Vanzolini, Zé Kéti, Élton Medeiros, Paulinho da Viola, Chico Buarque, Caetano Veloso, Jorge Ben, Gilberto Gil, Moraes Moreira, Jards Macalé, Luiz Melodia e outros. Afinal, muito tempo depois do aparecimento do samba, o grande poeta e letrista Torquato Neto, na sina da paupéria, não dizia que "sem malandragem não há mesmo solução"?

A aversão ao trabalho

A aversão do malandro ao trabalho não era socialmente abstrata: cicatrizado historicamente pela experiência cruenta da escravidão, o novo trabalhador assalariado ingressa no mundo da superexploração do trabalho, que a forma de acumulação capitalista determinou entre nós. A antena do compositor popular logo percebeu que o trabalho assalariado possuía, no Brasil, "pequeno valor estrutural como fonte de realização da condição burguesa", como diz Florestan Fernandes. Dessa forma, a malandragem torna-se "a única alternativa de sobrevivência numa sociedade cuja estrutura social converte o homem que trabalha num marginal econômico, empobrecendo-o dia a dia".[8] Wilson Batista cantava em *Lenço no Pescoço* (o samba que originou a sua famosa polêmica com Noel Rosa, em torno da malandragem):

Sei que eles falam desse meu proceder
Eu vejo quem trabalha andar no miserê...

Não deixa de ser indicativo que os primeiros sambistas a expressar ardentemente o desejo de não trabalhar sejam negros descendentes diretos de escravos – a exemplo de Donga e João da Baiana. Uma forte *intuição*

[8] Gilberto Vasconcellos. "Yes, nós Temos Malandro", *in Música Popular: de Olho na Fresta*, Rio, Graal, 1977, p. 107.

social (que, no entender de Antônio Cândido, é uma das características mais admiráveis do malandro) parece avisar o malandro de que a acumulação de capital se efetivava sobre a degenerescência do valor do trabalho assalariado. Assim, o trabalho livre não surge em um mercado que divide, opõe, mas ao mesmo tempo valoriza e classifica socialmente:

Estou cansado dessa vida de otário
Afinal o meu salário já não chega para mim
(Moreira da Silva)

O exercício da malandragem requer uma recusa constante à inserção na produção. O canto do vadio tem como pano de fundo a substituição do trabalho servil pelo trabalho livre, momento em que as relações capitalistas tomam corpo e se articula, embora de maneira incipiente, a polaridade entre capital e trabalho assalariado. Diante dessa cisão, que começa tardia e contraditoriamente no Brasil (dada a herança escravista), o compositor popular vislumbra o espectro do pauperismo, a acumulação de miséria a que está sujeita a labuta cotidiana, "a prontidão sem-fim" cantada por Noel Rosa. Fica difícil desenvolver amplamente uma ideologia centrada nos valores do trabalho ou uma modalidade matuta da "ética protestante" – na qual Max Weber vislumbrou um dos pilares da acumulação de capital. Para se ter uma idéia das implicações desse quadro na vida das camadas subalternas da população, seria interessante recorrer às palavras de Florestan Fernandes sobre o destino precário dos ex-escravos: "Não só viam limitadas compensações materiais e morais no engajamento como assalariados; não possuíam razões para compartilhar das convicções que levavam o assalariado a encarar o trabalho organizado, disciplinado e permanente como algo necessário, útil e dignificante."[9] A rotina do batente não parecia seduzir o compositor popular:

Se eu precisar algum dia
De ir pro batente
Não sei o que será
Pois vivo na malandragem
E vida melhor não há
....

[9] Florestan Fernandes. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes*, 2ª ed., São Paulo, Ática, 1977, p. 57.

Trabalhar só obrigado
Por gosto ninguém vai lá...
(*O que será de mim* – Ismael Silva,
Newton Bastos e Francisco Alves)

O fenômeno da malandragem sofreu os desdobramentos dramáticos da escravidão na forma do caráter contraditório da integração do negro na sociedade de classes. Além disso, para melhor compreender a aversão ao trabalho que caracteriza o malandro cantado pela música popular brasileira, torna-se preciso situá-lo nas repercussões sociológicas das fileiras da mão-de-obra estocada que, no Rio de Janeiro, reuniu "contingentes de população em proporção superior às limitadas necessidades do setor industrial e dos serviços"; os ex-escravos passaram a cumprir funções "de um exército industrial de reserva".[10] Neste sentido nos diz Muniz Sodré: "Vale recordar que a Abolição, além de dificuldades econômicas, criou imensos problemas psicossociais para o negro brasileiro. Excluída a viabilidade de um modo de vida rural auto-suficiente, o negro se converteu numa mão-de-obra em eterna disponibilidade, flutuando sem definição, entre o campo e a cidade. (...) A marginalização socioeconômica do negro já se tornava evidente no final do século XIX através da sistemática exclusão do elemento de cor pelas instituições (escola, fábrica etc.) que possibilitariam a sua qualificação como força de trabalho compatível com as exigências do mercado urbano.[11] Se essa marginalização não explica tudo, pelo menos nos ajuda a perceber as dificuldades de se valorizar um ideário nucleado nos valores do trabalho entre os compositores da MPB – em meio a uma população que não encontrava finalidade moral ou prática no trabalho:

Você quer comprar o meu sossego
Me vendo morrer no emprego
Pra depois então gozar
Esta vida é muito cômica
E eu não sou caixa econômica
Que dá juros a ganhar...
(Citado por Orestes Barbosa, em O *Samba,* p. 138)

Para Fernando Henrique Cardoso, "o negro livre tinha de optar entre continuar trabalhando nas mesmas condições que antes, com um *status*

[10] Boris Fausto. *Trabalho Urbano e Conflito Social,* São Paulo, Difel, 1977, pp. 25-26.
[11] Muniz Sodré. *Samba, O Dono do Corpo,* Rio de Janeiro, Codecri, 1979, pp. 18-19.

formal de cidadão, ou reagir a tudo o que o trabalho desqualificado pela própria escravidão significava, passando a viver na ociosidade e no desregramento". Além disso, "o trabalho aparecia como a qualidade anti-humana por excelência, sendo necessário, por isso, que o *homem negro se afirmasse primeiro como ocioso*, para sentir-se livre e poder recomeçar todo o caminho da lenta e penosa reconstrução de si na sociedade de classes que começava a formar-se".[12] A negação do trabalho passava a ser uma questão estrutural, um princípio vital: "Eu tenho orgulho em ser vadio", cantava Wilson Batista.

De Jeca Tatu ao compositor popular

De Jeca Tatu ao compositor popular, passando pelo *Macunaíma*, a preguiça desenha o perfil psicológico e sentimental do brasileiro. Ela seria o nosso traço distintivo em relação ao trabalho – uma doença exportada pelo colonialismo europeu. Paul Lafargue, num panfleto publicado nos inícios do movimento proletário internacional, construía a visão paradisíaca dos novos continentes como libertos do mal do trabalho: "Reparem no pobre selvagem, que os missionários do comércio e os comerciantes da religião ainda não corromperam com o cristianismo, a sífilis e o dogma do trabalho, e comparem-no com nossos miseráveis escravos das máquinas." Tropical sossego, um malandro dormindo à sombra de uma palmeira; na interpretação de *Macunaíma*, feita por Gilda de Mello e Souza, a exclamação *Ai que preguiça* – pronunciada pelo "herói de nossa gente" – nos definia como uma diferença em relação à Europa, como uma recusa dos valores ocidentais do trabalho (o princípio da realidade, o boi, "os imperativos da realidade, da luta pela existência, das restrições e das renúncias, que caracterizam a civilização e o progresso"). O que nos exprime: a apologia do ócio, o princípio do prazer, o bicho preguiça. Nosso gesto mais íntimo seria avesso ao trabalho: o malandro colocar-se-ia do lado do princípio do prazer em oposição ao trabalho – princípio da realidade – estabelecendo uma tensão "entre a tendência espontânea a mergulhar no repouso integral do mundo inorgânico, no Nirvana, e o esforço de obedecer aos imperativos da realidade, da luta pela existência, das restrições e das renúncias que caracterizam a civilização e o progresso, simbolizado em Prometeu".[13]

---

[12] Fernando Henrique Cardoso. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, São Paulo, Difel, 1962.

[13] Gilda de Mello e Souza. *O Tupi e o Alaúde*, São Paulo, Duas Cidades, 1979, p. 58. Segundo Josef Peiper, "A festa é a origem, íntima e fundamental, do ócio. É seu caráter festivo o que faz que o ócio não seja somente carência de esforço, senão o contrário do esforço". *El Ocio Y La Vida Intelectual*, 4ª ed., Madrid, Rialp, 1979, pp. 48-49.

Ainda em Mário de Andrade, a preguiça se articulará com a música popular na alegoria da tribo "Do-Mi-Sol". Nesse povo, descendente do bicho preguiça, música, sexualidade liberada e ócio tornam-se princípios que se equivalem. "Do mesmo modo o ócio propício ao gozo, a fruição da intensidade do movimento, ou, de qualquer modo, o ato não acorrentado aos fins, timbre de prazer não-adiado, vem equiparado à sexualidade liberada e à linguagem entregue às expressões da matéria musical."[14] A ojeriza do malandro ao trabalho se traduz como uma recusa à totalidade produtiva moderna, uma negação antropológica e uma vontade dissoluta de mergulhar na festa, no vinho e na música.

O contraste entre a preguiça e o progresso, entre a languidez cabocla e a acumulação do desenvolvimento técnico industrial, esteve também presente em alguns *flashes* tropicalistas – movimento que fez desses desajustes próprios do desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo a sua configuração artística. Na musa suburbana *Lindonéia,* por exemplo, inspirada em um quadro de Rubens Gerchman, perdida na "preguiça, no progresso"; ou na moleza latina e colorida, marota, ao desconfiar do choque multifacetário da modernidade estampada pela imprensa: "O Sol nas bancas de revistas / Me enche de alegria e preguiça / Quem lê tanta notícia?" *(Alegria, Alegria).* O próprio compositor encontra o seu ato de artista na plenitude do ócio, na composição que brota gratuitamente: "Quero comer, quero mamar, quero *preguiiiiça* / Quero querer, quero sonhar / Felicidade" (*Tempo de Estio,* Caetano Veloso).

O que exprime a malandragem é a pulsão do desejo, o gozo da felicidade fora das finalidades produtivas, esvaziado de qualquer teleologia. O trabalho aparece nos domínios do princípio do desempenho, "lugar da chamada *mais repressão* na sociedade que acumula cada vez mais seus bens sem reparti-los, acorrentada à premência da produtividade que se escoa para um futuro nunca alcançado, ou, diríamos, *o adiamento do prazer,* que funda o princípio da realidade...".[15] Um despudor ostensivo, um jeito libertino de nomear o reprimido, a sensualidade à flor da pele:

Nem tudo que se diz, se faz
Eu digo e serei capaz
De não resistir
Nem é bom falar
Se a orgia se acabar

[14] José Miguel Wisnik, *ob. cit.,* pp. 17-18.
[15] *Idem, ibidem,* p. 18.

Tu falas muito e precisas deixar
Tu falas muito e precisas deixar
Se não eu acabo
Dando pra gritar na rua
Eu quero uma mulher bem nua
(*Nem é bom falar* – Ismael Silva, Newton Bastos e Francisco Alves)

As determinações do trabalho se projetam como uma autoridade repressiva, como raios inibidores da manifestação vital do desejo. E a frente "musical-sexual-ociosa" desafia o tempo-do-trabalho, avançando pelo dia, instalando-se no campo produtivo para, da cama (Luís Melodia: "O corpo é natural da cama"), negá-lo abusivamente:

Eu faço samba e amor até mais tarde
E tenho muito sono de manhã
Escuto a correria da cidade, que arde
E apressa o dia de amanhã

De madrugada a gente ainda se ama
E a fábrica começa a buzinar
O trânsito contorna nossa cama, reclama
De nosso eterno espreguiçar

No colo da bem-vinda companheira
No corpo do bendito violão
Eu faço samba e amor a noite inteira
Não tenho a quem prestar satisfação

Eu faço samba e amor até mais tarde
E tenho muito mais o que fazer
Escuto a correria da cidade, que alarde
Será que é tão difícil amanhecer

Não sei se preguiçoso ou se covarde
Debaixo do meu cobertor de lã
Eu faço samba e amor a noite inteira
E tenho muito sono de manhã...
(*Samba e Amor*, Chico Buarque)

O espectro do trabalho circunda o malandro, mas envolve apenas a mulher desejada:

Quando o apito da fábrica de tecidos
Vem ferir os meus ouvidos
Eu me lembro de você
Mas você anda
Sem dúvida bem zangada
Ou está interessada
Em fingir que não me vê
Você que atende
Ao apito de uma chaminé de barro
Por que não atende ao grito, tão aflito
Da buzina do meu carro
Você no inverno
Sem meias vai pro trabalho
Não faz fé com agasalho
Nem no frio você crê
Mas você é mesmo
Artigo que não se imita
Quando a fábrica apita
Faz reclame de você
Nos meus olhos você vê
Como eu sofro cruelmente
Com ciúmes do gerente impertinente
Que dá ordens a você
Sou do sereno
Poeta muito soturno
Vou virar guarda-noturno
E você sabe por quê
Mas você não sabe
Que enquanto você faz pano
Faço junto do piano
Estes versos pra você.

(*Três Apitos*, Noel Rosa)

À margem do espírito do trabalho, a vida libertar-se-ia da angústia do não-produzir, criando um mundo vazio de culpabilidade (Jorge Ben: "Dona Culpa ficou solteira"); como diz Antônio Cândido, a dialética da

ordem e da desordem funda um *mundo sem culpa*, "um universo que parece liberto do peso do erro e do pecado". Por outro lado, a culpabilidade e a angústia inconscientes encarnam alguns dos fundamentos para o agrilhoamento autocompulsivo do indivíduo à finalidade produtiva; a visão do trabalho projeta sobre o corpo social a perversão de ócio, o mal-estar da preguiça.

A malandragem insinua uma desmontagem antropológica do padrão produtivo moderno, uma nova (des)ordem vital, onde o desejo e a música se sobreponham à produção, ao trabalho, à sociedade acumulativa: nem luxo nem lixo, apenas saúde pra gozar no final (Lessing: "Preguiçosos em tudo, menos no amor e no beber, menos na preguiça". Rita Lee: "Nada melhor do que não fazer nada / Só pra deitar e rolar com você").

Contribuição portuguesa à música popular brasileira

Os portugueses trouxeram até nós uma modalidade de mensuração musical rígida, o esquematismo da rítmica tonal clássica; a ela poderiam ser associados os valores de uma visão de mundo, da concepção ocidental da razão que, inclusive, alimenta toda uma leitura da história da música como um progressivo racionalismo. Ocorre que, no Brasil, o enquadramento do compasso depara com fenômenos musicais de uma tradição indígena/africana que desenvolve um estilo livre de rítmica-oratória, carente das noções conscientes da hierarquia dos tempos musicais. Mário de Andrade – que encontrava na síncopa uma das questões decisivas para o problema árduo da formação de uma música nacional – afirmava que "se deu, pois, na música brasileira um conflito entre a rítmica diretamente musical dos portugueses e a prosódica das músicas ameríndias, também constante nos africanos aqui. E a gente pode mesmo afirmar que uma rítmica mais livre, sem medição isolada musical, era mais da nossa tendência..." A nossa rítmica era mais aberta, mais inacabada: "O brasileiro se acomodando com os elementos estranhos e se ajeitando dentro das próprias tendências adquiriu um jeito fantasista de ritmar. Fez do ritmo uma coisa mais variada mais livre e sobretudo um elemento de expressão racial."[16]

A síncopa apresenta-se como o elemento essencialmente característico da rítmica da música popular brasileira. Sua origem, porém, ainda permanece obscura; para Mário de Andrade ela é européia, modificando-se ao se mestiçar com a liberdade rítmica que emanava das sonoridades afro-

---

[16] Mário de Andrade. "Evolução Social da Música no Brasil", *in Aspectos da Música Brasileira*, São Paulo, Martins, 1965, pp. 30-31, e *Ensaio sobre a Música Brasileira*, 3ª ed., São Paulo, Martins; Brasília, INL, 1972, p. 31.

indígenas ("as síncopas européias, desenvolvidas pelo afro-americano, nos deram o principal da prodigiosa riqueza rítmica que em nossa música popular se manifesta"). Segundo Muniz Sodré, no entender de Luciano Gallet, "a síncopa brasileira teria se originado numa alteração do compasso 6/8, comum nas formas rítmicas da Península Ibérica, acompanhada pela divisão e subdivisão binária da percussão africana".[17] Se a síncopa européia era fundamentalmente melódica – ainda segundo Muniz Sodré – e a africana, rítmica, a brasileira se desenvolveria numa síntese inovadora entre os dois elementos musicais, sendo, portanto, de natureza rítmico-melódica (podendo, inclusive, manifestar-se espontaneamente em frases desprovidas da obrigação do compasso).

O negro encontrou, no momento tangenciador da síncopa, uma possibilidade de dissimulação, de ocultamento de uma outra linguagem. "Através dela o escravo – não podendo manter integralmente a música africana – infiltrou a sua concepção temporal-cósmica-rítmica nas formas musicais brancas. Era uma tática de falsa submissão: o negro acatava o sistema tonal europeu, mas ao mesmo tempo o desestabilizava, ritmicamente, através da síncopa – uma solução de compromisso."[18] Minavam-se por dentro os alicerces musicais europeus; a síncopa desenvolvia-se como uma linguagem malandra por excelência, como um poder astucioso de jogar e negar as regras do jogo simultaneamente, duplicidade, disfarce, máscara (Gilberto Gil: "Eu não te ensino minha malandragem / Nem tampouco a minha filosofia / Quem dá luz a cego é bengala branca / E Santa Luzia").

A recorrência obsessiva da síncopa possibilita a manifestação instintiva da carne, o aliciamento de paixões, a liberação de prazeres físicos. Como sentenciava a virtuose Siomara Ponga, o orgulho de Mentira – cidade onde se passa o *Banquete*, de Mário de Andrade –, a "síncopa é antimoral, apaixonante, um desvio. Um gozo sensual (...) a síncopa é da profanidade, é a colaboração do pecado. A síncopa é do amor, como se diz".[19] Inscreve-se na síncopa um traço definidor, o índice de esclarecimento do Outro nos procedimentos sonoros da gramática européia. Música, prazer e preguiça elevando o corpo fragmentado pela divisão social do trabalho; pelos flancos, franqueia-se uma virtualidade de totalidade sonhada através do canto e da dança. "A insistência da síncopa, sua natureza iterativa, constituem o índice de uma diferença – entre dois modos de significar

---

[17] Muniz Sodré. *Ob. cit.*, p. 25.

[18] *Idem, ibidem*, p. 25.

[19] Mário de Andrade. O *Banquete*, São Paulo, Duas Cidades, 1977, p. 134.

musicalmente o tempo, entre a constância da divisão rítmica africana e a necessária mobilidade para acolher as variadas influências brancas. Entre o tempo fraco e o forte, irrompe a mobilização do corpo, mas também o apelo a uma volta impossível, ao que de essencial se perdeu com a diáspora negra. Fraca e forte: os dois tempos em contraste são os elementos genitores desse som, também transportado por um terceiro termo, aquela 'terceira pessoa' que canta no *blues* ou samba – *Exu Bara,* o dono do corpo".[20]

Minha gente
Era triste amargurada
Inventou a batucada
Pra deixar de padecer
Salve o prazer
Salve o prazer
(Assis Valente)

A linha rítmica da música popular brasileira alimenta uma resposta libidinal, um movimento de tensão e relaxamento. "No ritmo recorrente e sincopado a durabilidade perversa-polimorfa de gozo: a tensão/relaxamento que suporta o prazer é infinitamente repetida no limite em que o orgasmo é adiado".[21] Inversão, falsa acentuação, ordem e desordem, Eros e Tanatos, arsis e tesis, Deus e o Diabo: para animar a Festa. E se é legítimo, como querem os musicólogos com preocupações sociológicas, divisar no íntimo das relações musicais um andamento maior da estrutura social, poderemos dizer que o processo de adaptação local da síncopa ostenta os sinais do espaço historicamente irregular no qual se desenvolveu. A adulteração dos valores de tempo na estrutura dos compassos insinua, quem sabe, um desejo de deslocamento, uma necessidade de viés, de tangente, que forneceria um novo jogo de cintura às imposições da duração do tempo no compasso. A síncopa foi realizando nos gêneros musicais (no maxixe, no lundu, no tango) aquilo que a nossa estrutura social apresentava como uma "anomalia"; o movimento pendular entre a ordem e a desordem – espaço no qual se formou a nossa música popular.

Psicologia do malandro

O malandro – diz Antônio Cândido –, como o pícaro, é espécie de um gênero mais amplo de aventureiro astucioso, comum a todos os folclores. O rastreamento dos antecedentes da esperte-

[20] Muniz Sodré. *Ob. cit.*, p. 24.
[21] José Miguel Wisnik. *Ob. cit.*, p. 58.

za do malandro nos leva até a Antiguidade clássica, à categoria grega da *métis* – uma forma particular de inteligência astuta, uma *prudência avisada* (se é que podemos traduzir assim), dotada de um poder de embuste. Sua origem mítica é uma divindade feminina, filha de Oceano e primeira esposa de Zeus; trata-se de uma forma de inteligência, de pensamento, um modo de conhecer; refere-se ao olfato, à sagacidade, à previsão, à agilidade do espírito, à dissimulação (finta), à esperteza para fugir de apuros, à atenção vigilante, ao sentido de oportunidade, às habilidades diversas, a uma experiência longamente adquirida; ao movimento em realidades fugazes, movediças, desconcertantes e ambíguas, a capacidade de ir e voltar entre pólos opostos. A *métis* poderia ser surpreendida no comportamento prático de homens e animais, no trabalho do artista, na habilidade do sofista, na astúcia do político, na sabedoria do navegador (que aprende seu ofício com as estrelas e as aves marinhas), na arte do ferreiro, nas armadilhas do pescador e do caçador,[22] na esperteza da raposa e do polvo, na habilidade do cavaleiro... A sua eficácia é testada na prática, no domínio de uma ação; é sempre uma arma contra um inimigo mais forte e poderoso, possuindo uma habilidade para localizar o momento oportuno, a ocasião (*kairós*) propiciadora do embuste. Portanto, a *métis* é um manejo de imposturas, de astúcia manifestada através do disfarce, da produção do efeito de ilusão (*apáte*) que induz o adversário ao erro.

A *métis* é capaz de operar uma inversão nas regras do jogo; reveste-se da forma de um poder de afrontamento, utilizando as qualidades intelectuais – prudência, perspicácia, prontidão e penetração de espírito, visão; como a água corrente, ela escapa entre os dedos de seu adversário,[23] num

---

[22] A *métis* encontra-se brilhantemente estudada no livro *Les Ruses de l'Intelligence*, de J. P. Vernant e Marcel Dettiene. Paris, Flammarion, 1974. Não deixam de ser curiosos os versos de *Logunedé*, de Gilberto Gil:

> Logunedé é demais
> Sabido puxou aos pais
> Astúcia de caçador
> Paciência de pescador
> Logunedé é demais...

Essa esperteza, essa sabedoria é herdada geneticamente dos pais – filho de Oxum –, mas também, metaforicamente, pode ser uma alusão aos pais, no sentido de ancestrais, arquetípicos, presente tanto nas divindades afro-brasileiras como nos gregos.

[23] Essa disposição astuciosa é uma arma de artista: "Tudo aquilo que o malandro pronuncia/ Que o otário silencia/ Toda festa que se dá ou não se dá/ Passa pela fresta da cesta/ E essa vida há." A arte teria sempre a fresta, o poder de escapar aos interditos mais poderosos.

momento de surpresa, ela se faz polimorfa; faz o jogo das aparências; ambígua, invertida. Essas características representam uma força terrível, uma ameaça aos poderes instituídos, uma inteligência empregada no sabotamento das hierarquias.

A *métis* encontraria ainda repercussões na economia dos mitos de uma grande parte de povos (por exemplo, com a divindade sumeriana *Enki-Ea* – inventor das técnicas e depositário de um saber pleno de astúcia). Alinha-se, portanto, ao que os antropólogos anglo-saxões designam como *trickster,* aquele que pratica a astúcia pela astúcia, manifestando um amor pela gratuidade do embuste – cujas encarnações zoomórficas são o macaco, a raposa, o jabuti. Existiriam ainda as imagens arquetípicas do espírito da desordem, do inimigo dos limites, que tornariam possível, em uma ordem estabelecida, o que não é permitido por essa ordem; uma divindade (Hermes entre os gregos, por exemplo) que seria o ancestral das figuras picarescas.

O pícaro – personagem do romance espanhol de finais dos séculos XVI e XVII – possui uma astúcia com finalidades concretas, pragmáticas. De origem humilde (portanto, não-divina), amigo da ociosidade (trabalhando aqui e ali, em pequenas jornadas), extrai da sua experiência uma visão amarga da vida, uma espécie de azedo pessimismo (principalmente no *Vida del Pícaro Guzmán de Alfarache,* de Mateo Aleman). A sua veia satírica é marcada pelo ressentimento. Procurando sempre um sentido moral para suas experiências – e adepto do estoicismo –, o herói picaresco se defende com a inteligência, a agudeza na arte de enganar e de escapar quando o embuste é descoberto. "Idéias movem os heróis", afirma Pedro Salinas, mas o "pícaro carece de ideal e unicamente responde a estímulos imediatos e materialistas".[24]

Como se vê, através desse rápido inventário, o nosso malandro é herdeiro de uma longa tradição de tipos astuciosos (que se não o explicam inteiramente, pelo menos nos permitem situá-lo em um amplo contexto histórico-cultural, do qual certamente o espertalhão nacional preservou alguns traços). Em comum com a *métis* e a picardia, a malandragem apre-

---

[24] Pedro Salinas. *Ensayos de Literatura Hispanica (Del Cantar del Mio Cid a García Lorca),* 2ª ed. Madrid, Aguilar, 1961, pp. 57 até 72. O malandro possui, contudo, diferenças profundas com o pícaro; para citar um exemplo decisivo, ele não apresenta nenhum traço de estoicismo. Segundo Roberto DaMatta, "a astúcia pode ser vista como um equivalente do *jeito* (ou do *jeitinho)* como um modo estruturalmente definido de utilizar as regras vigentes na ordem em proveito próprio, mas sem destruí-las ou colocá-las em causa". *Carnavais, Malandros e Heróis,* Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 226.

senta uma sabedoria que inicia o seu vôo rasteiro, colado à vida vivida, paralela ao chão das experiências mais imediatas. O mundo percorrido é uma lição duramente aprendida, originando "essa espécie de aprendizagem que amadurece e faz o protagonista recapitular a vida à luz de uma filosofia desencantada" ("Uma filosofia viva, um tratado ético, tomando corpo no exemplo de um homem fora da lei e da felicidade"). Esta não seria a própria *Filosofia*, de Noel Rosa?

O mundo me condena
E ninguém tem pena
Falando sempre mal do meu nome
Deixando de saber
Se eu vou morrer de frio
Ou se eu vou morrer de fome
Mas, a filosofia
Hoje me auxilia
A viver indiferente assim
Nesta prontidão sem fim
Vou fingindo que sou rico
Pra ninguém zombar de mim
Não me incomodo, que você diga
Que a sociedade é minha inimiga
Pois cantando neste mundo
Vivo escravo do Meu Samba
Muito embora vagabundo
Quanto a você, da aristocracia
Que tem dinheiro
Mas não compra alegria
Há de viver eternamente
Sendo escrava desta gente
Que cultiva a hipocrisia

Saber (sobre)viver: a dissimulação, o fingir, estratégias para uma vida melhor na sociedade adversa – contra a qual não adianta medir forças em um confronto direto; é preciso a máscara, o fingimento, o comportamento sofístico; o malandro popular cava um viver paródico, um aparente aceitar das regras instituídas que se torna um ato de inversão, uma maneira de o excluído conviver com o excludente.

A malandragem
É um curso primário
Que a qualquer é bem necessário
É o arranco prático da vida
Que só a morte decide o contrário
(Sinhô)

O malandro cresce "olhando a vida com malícia". Sua batucada reflete, para usarmos uma expressão de Mário de Andrade, "uma filosofia fatigada da existência":

João Ninguém
Que não é velho nem moço
Come bastante no almoço
Pra se esquecer de jantar
Num vão de escada
Fez a sua moradia
Sem pensar na gritaria
Que vem do primeiro andar
João Ninguém
Não trabalha um só minuto
Mas joga sem ter vintém
E vive a fumar charuto
Este João
Nunca se expôs ao perigo
Nunca teve um inimigo
Nunca teve opinião
João Ninguém
Não tem ideal na vida
Além de casa e comida
Tem seus amores também
E muita gente
Que ostenta luxo e vaidade
Não goza a felicidade
Que goza João Ninguém

Como o pícaro, o malandro não possui um ideal além da casa e comida. A dissimulação serve, em todo caso, para aparentar felicidade, além de toda a sua esperteza desenvolvida para não enfrentar conflitos: não se

expor, não ter inimigos, não ter opinião. A vida é lição e a matéria do artista. O canto popular é alguém que revela a sua própria experiência. A relação com a música encontra-se tão medida pela vida, que as idéias mais gerais, mais especulativas e abstratas, só fazem sentido se passam pelo seu crivo empírico. Para Noel Rosa (em parceria com Orestes Barbosa), por exemplo, uma corrente filosófica como o positivismo é importante porque ilustra um desencontro amoroso:

O Amor vem por princípio
A Ordem por base
O Progresso é que deve vir por fim
Desprezaste esta lei de Augusto Comte
E foste ser feliz longe de mim...

No universo da canção popular, as idéias são testadas no corpo-a-corpo da experiência vivida; o universo poético corre solto no dia-a-dia, nas esquinas e nos botecos, no beijo partido, na morena maldita, no palco, na praça, no circo, no banco do jardim, nas alcovas, na vida mais comezinha: "ninguém aprende samba no colégio". Essa linguagem esfolada nos momentos cotidianos encontra uma de suas expressões mais sublimes nos versos de *São Coisas do Mundo, Minha Nega,* de Paulinho da Viola:

As coisas estão no mundo
Só que eu preciso aprender...

O compositor popular está na companhia dos "poetas do mundo terreno"; a presença íntima da canção na vida do brasileiro é uma via de acesso ao poder de iluminar profanamente, de lançar uma luz sobre as coisas mais simples do mundo; através de uma composição não muito elaborada (*humilde*), ele vai recortando o objeto de seu estado natural, pintando-o com novas cores vivas; o oculto no óbvio, o objeto não identificado, re-ve-la-ção: o canto é o próprio *realce,* enfatizando o real teor de beleza. O canto eleva o gosto mais simples, como uma mulata na dança que se torna um instantâneo divino e fulgurante na voz/visão do cantor:

Oh! Esta mulata quando dança
É luxo só
Quando todo seu corpo se embalança
É luxo só...

O compositor é uma espécie de cronista: adaptado à sensibilidade de todo dia, ele "pega o miúdo e mostra nele uma grandeza, uma beleza ou uma singularidade insuspeitadas". Como a crônica, a MPB possui um jeito machucado de se chegar a nós e fazer parte da experiência de cada um...[25] Essa aderência à experiência ao "rés-do-chão", mais recentemente, aproximou novamente a música popular da literatura (ou vice-versa), criando uma comunidade entre o letrista e o poeta marginal, conforme as bonitas palavras de Davi Arrigucci Jr.: "O poema se cola como um selo à boca que beijei ou não beijei ontem (...) E quer tocar a vida, como se registra no reino da canção, hoje também espaço comum da poesia: o que importa a forma ou a norma, se a palavra dança sem o corpo, descoberto como se saído de águas lustrais para ficar odara, para o que der e vier, para o canto e o amor, para dizer suado que valeu a pena, mesmo se a bomba o espatifar amanhã."[26]

Com a sagacidade do polvo que se confunde com a rocha na qual repousa, o malandro simula seu contrário; a malandragem faz retornar a deusa Métis através da metamorfose: a necessidade vira uma virtude, o infortúnio um arremedo de felicidade, o pobre finge-se de rico. A malícia da dissimulação, a transformação no outro, o jogo das inversões, a escapada pelo pólo oposto, aparecem num clássico do samba malandro, *Senhor Delegado,* de Antonilho Lopes e Jaú, devidamente interpretado por Germano Matias:

Senhor doutô Delegado
Seu auxiliar está muito equivocado comigo
Acontece que eu já fui malandro, doutô
Hoje estou regenerado
Os meus documentos, eu esqueci
Mas foi por distração, comigo não
Sou rapaz honesto, trabalhador
Veja só minha mão, sou tecelão
Se eu vivo alinhado
É porque gosto de andar na moda
Se eu piso macio

---

[25] A primeira citação sobre a crônica é de Antônio Cândido em "A Vida ao Rés-do-Chão", prefácio de *Para Gostar de Ler – vol.* 5, São Paulo, Ática, 1979-80, pp. 5 e 6. A segunda é de Davi Arrigucci Jr., "Onde Andará o Velho Braga", *in Achados e Perdidos.* São Paulo, Polis, 1979, p. 158.

[26] Davi Arrigucci. "Recompor um Rosto", *in Discurso* n° 12, São Paulo, Ciências Humanas, 1981, pp. 70-71.

É porque tenho um calo que me incomoda na ponta do pé
Se o senhor me prendê
Vai cometer uma grande injustiça, na Lapa
Amanhã é domingo
Preciso levar minha patroa à missa, na Penha.

Na ginga do sambista, percebem-se a orientação prática, o interesse imediato da astúcia do malandro, seja para escapar do Delegado ("Olha o Padilha!"), seja para não trabalhar e manter as aparências sociais. O jogo tem suas regras desvirtuadas para permitir a continuidade do jogador mais frágil. Inscrito na longa linhagem dos perseguidos vitoriosos da ficção de todos os tempos, como diz Gilda de Mello e Souza, o malandro é um vencido-vencedor, que faz da fraqueza a sua força, do medo a sua arma, da astúcia o seu escudo: que, vivendo num mundo hostil, perseguido, escorraçado, às voltas com a adversidade, acaba sempre driblando o infortúnio.[27] Astúcia do viver: camisa do malandro brasileiro, quebrando o maior galho. Ao mesmo tempo, dia da caça e de caçador: a ordem, o mundo, a sociedade não são destituídos: o malandro subverte e convive; destrói e repõe as forças que lhe são hostis. Um confronto de espelhos entre ordem e desordem suspende todos os valores, todos os (pré)juízos. Jorge Ben: "Se malandro soubesse como é bom ser honesto, seria honesto só por malandragem." E é sempre bom lembrar: tudo aquilo que ele, com voz macia, pronuncia *não tem mesmo tradução.*

[27] Gilda de Mello e Souza. *Ob. cit.*, p. 89.

CAPÍTULO XII

TEATRO: 1930-1980 (ENSAIO DE INTERPRETAÇÃO)

1

DOIS fatos abrem dramaticamente a década de 30: no plano internacional, a crise de 1929; no nacional, a nossa Revolução de Outubro. Dois fatos históricos capitais, mas agindo, de certo modo, em sentido contrário.

O fim de uma situação política que durava já 40 anos – um tempo imenso para a instabilidade brasileira – apresentava-se como um renascimento de esperanças, a sonhada possibilidade de uma renovação cívica. O povo, entusiasmado, saiu às ruas, incendiou jornais governistas e casas lotéricas, como se quisesse sepultar, de uma só vez, todas as taras da nacionalidade. Uma aragem de otimismo patriótico percorreu o país.

A crise, em contrapartida, além de suscitar o fantasma da pobreza, que pairava um pouco sobre todos, até sobre os ricos, lançaria por muitos e muitos anos uma sombra de insegurança, de perplexidade, de dúvida em relação à equanimidade e viabilidade de um sistema econômico que não parecia saber distribuir tão bem quanto acumular. Que estranha crise era essa, não de sub, mas de superprodução, de excesso de café e de trigo? Como a abundância em certos setores podia engendrar a miséria em tantos outros?

A imagem de uma Rússia rejuvenescida (a revolução comunista não completara ainda 15 anos), empenhada a fundo numa ampla campanha de eletrificação, dominando e disciplinando o futuro através dos famosos planos qüinqüenais, opunha-se à de um capitalismo enfermo, incapaz de resolver as próprias contradições, atingido, talvez mortalmente, em seu centro vital, uma rua mítica de Nova York que todos sabiam chamar-se Wall Street.

Panorama do teatro nacional no início dos anos 30

O teatro nacional não se mostrou indiferente a essa onda de inquietação, procurando, de vários modos, escapar aos limites estreitos da comédia de costumes. Essa revelara notadamente alguns atores de grande veia cômica, mas já se achava esgotada, enquanto personagens, assuntos e processos dramáticos, após o surto criador de 1920. As ingênuas farsas de um Gastão Tojeiro e de um Armando Gonzaga, armadas, às vezes com engenhosidade, em termos de minúsculas crises domésticas, "desaguisados de família" como as chamou Antônio de Alcântara Machado,[1] já não satisfaziam as exigências morais e artísticas nascidas com a Revolução.

Se procedêssemos, nesse momento crucial, a um levantamento sobre o teatro, menos como literatura do que como instituição, teríamos aproximadamente o quadro a seguir.

As salas de espetáculo, construídas em sua maioria sob a forma de cineteatro, para atender tanto a uma quanto a outra arte, localizavam-se todas no centro da cidade, para onde convergiam os bondes, meio de locomoção que só muito lentamente ia sendo substituído pelo automóvel. O edifício, em si mesmo, obedecia a padrões arquitetônicos estabelecidos no século XIX. Palco amplo, com boa altura, para que os cenários de papelão ou de pano pudessem subir e descer com facilidade, separado do público não só pelo proscênio como pelo fosso da orquestra, sem o qual não se poderia montar operetas e revistas. Os espectadores distribuíam-se por vários planos – platéia, balcão, galeria –, numa divisão aparentemente pouco democrática, mas que, correspondendo à hierarquia social, não negava aos menos afortunados, estudantes ou modestos funcionários públicos, o acesso aos espetáculos.

As representações efetuavam-se à noite, sem descanso semanal, em duas sessões, às 20 e 22 horas, afora as vesperais de domingo. As companhias, sobretudo as de comédia, que nos interessam mais de perto, trocavam de cartaz com uma freqüência que causaria espanto às gerações atuais, oferecendo não raro uma peça diversa a cada semana. Estréias tão seguidas pressupunham, além de muita disciplina, com pelo menos 8 horas de atividade diária (4 para os ensaios, à tarde; 4 para os espetáculos noturnos), uma forma especial de organização do trabalho, que possibilitasse essa como que permanente improvisação.

Os elencos deviam comportar em princípio um intérprete para cada diferente tipo de papel. Entre os homens, por exemplo, um galã, um cen-

---

[1] A. A. Machado, *Cavaquinho e Saxofone*, José Olympio, Rio, 1946, p. 434.

tro cômico, um centro dramático, sem computar os numerosos "caracte-rísticos", encarregados de conferir pitoresco às chamadas pontas. Entre as atrizes, no mínimo, uma ingênua, uma dama-galã (mulher já em plena posse de sua feminilidade), uma caricata (as solteironas espevitadas) e uma dama-central, que viveria no palco as mães dedicadas ou as avós res-mungonas e compassivas. Assim aparelhada, com atores cobrindo todas as idades e todas as especializações interpretativas, podia a companhia enfrentar com segurança qualquer texto, tanto mais que esse também fora concebido quase certamente obedecendo a essa mesma tipologia dramáti-ca. Variavam as palavras, as peripécias do enredo seriam outras, mas a linha geral do desempenho já estava assegurada de antemão pela expe-riência que tinha o ator naquele gênero de personagem.

A orientação geral do espetáculo cabia ao ensaiador, figura quase invisível para o público e para a crítica, mas que exercia funções impor-tantes dentro da economia interna da companhia. Competia-lhe, em parti-cular, traçar a mecânica cênica, dispondo os móveis e acessórios necessá-rios à ação e fazendo os atores circularem por entre eles de modo a extrair de tal movimentação o máximo rendimento cômico ou dramático. Papel bem marcado, dizia-se, meio caminho andado.

Saber marcar, marcar não apenas com eficiência mas com rapidez, já que as estréias se sucediam, dependia mais de tarimba do que de criativi-dade. Por isso confiava-se o cargo seja ao primeiro ator, empresário da companhia, seja a algum artista veterano, aposentado ou em vias de se aposentar, depositário dos legendários "segredos do palco" – conjunto dos recursos empregados tradicionalmente para vencer essa ou aquela di-ficuldade, para obter esse ou aquele efeito. Havia também, claro está, alguns profissionais especializados, muitos deles portugueses, como Eduardo Vitorino e Eduardo Vieira.

Os cenários, a não ser quando se tratava de uma peça julgada de muito boa qualidade literária ou muito promissora em termos de bilheteria, confeccionavam-se a partir de elementos pertencentes ao acervo da compa-nhia, resquícios de encenações anteriores. O cenotécnico, cuja missão era exatamente idealizá-los e realizá-los, colocava-se num plano artístico entre o do Cenógrafo atual e o do Chefe dos maquinistas, ligando-se à empresa por vínculos contratuais permanentes, na qualidade de empregado da com-panhia. Quanto às roupas usadas em cena, se eram modernas, como acon-tecia na quase totalidade das peças, constituindo exceção as chamadas "de época", cabia aos atores fornecê-las, de modo que esses igualmente iam formando, ao longo dos anos, o seu pequeno cabedal artístico.

A importância do ponto nos espetáculos da época

Pronto o espetáculo, desferidas as "pancadas de Molière" que há séculos autorizavam o pano a subir, digladiavam-se no palco, se assim podemos dizer, as forças da ordem e da desordem. Aquelas viam-se representadas em primeiro lugar pelo ponto, que, de sua caixa embutida no proscênio e cheia de botões elétricos, comandava a distância a representação, suprindo as falhas de memória dos intérpretes, indicando o momento exato das luzes se acenderem ou do pano baixar novamente. Contrafazendo ruídos que se supunham vir do palco – toques de telefone, tabefes trocados entre as personagens – garantia, com a sua vasta prática de resolver impasses, a continuidade do desempenho. Luiz Iglezias, que se formou como homem de teatro por volta de 1930, definia dessa forma os deveres do ponto: "A função do *ponto* é ler, em voz baixa, toda a peça para que os artistas repitam em voz alta a parte correspondente ao papel de cada um, função cheia de responsabilidade, principalmente nas primeiras representações de uma peça, quando os artistas ainda não estão seguros de seus papéis. Após cinco dias de espetáculos a função do ponto passa a ser de simples acompanhante, soprando as primeiras palavras, socorrendo os artistas nos seus lapsos de memória, lembrando movimentos de marcação. No Brasil, entretanto, na maioria das vezes, o ponto tem de pontar a peça do princípio ao fim, durante todo o tempo em que se mantiver em cena, visto que uma grande parte de nossos artistas, principalmente a maioria das nossas primeiras figuras, nunca chega a saber seguramente seus papéis".[2]

Se o ponto se esforçava para chamar o espetáculo de volta ao que fora escrito e ensaiado, a contribuição do grande ator, como deixa entrever Luiz Iglezias, desenvolvia-se antes em sentido contrário, instituindo no palco o aleatório e o indeterminado. Não tanto pela dificuldade que pudesse sentir em decorar a peça, mas, fundamentalmente, por não atribuir à palavra escrita o caráter quase sagrado que a prática literária moderna lhe concede. Liberto da rotina pouco inspiradora dos ensaios, de que ele, aliás, não participava nem com empenho nem com assiduidade, o seu trabalho criador só se manifestava de verdade no momento em que se punha em contato com o público, o seu amigo e o seu adversário de todas as noites. Pobre do comediante que não soubesse improvisar livremente, emprestando a sua imaginação verbal a textos freqüentemente inferiores. O "caco", as frases enxertadas com maior ou menor habilidade, não surpreendiam e não chocavam ninguém, uma vez que faziam parte das regras do jogo, sendo bem recebidos tanto pelo autor, que ficava feliz com o enri-

[2] L. Iglezias, O *Teatro de Minha Vida*, Zelia Valverde, Rio, p. 189. Grifo do original.

quecimento de sua peça, quanto pelos espectadores, que, de qualquer forma, tinham vindo ao teatro para ver menos a comédia do que um determinado ator. Alguns espetáculos extras de Leopoldo Fróes, famoso pela sua presença de espírito dentro e fora de cena, não puderam ser repetidos, apesar do sucesso, simplesmente porque o ator já pouco se lembrava do que dissera na noite anterior.

Tudo se correspondia, portanto, nesse sistema fechado: a importância do ponto compensava, como princípio disciplinar, a relativa desimportância do ensaiador, ao passo que a criação momentânea de palco supria o que pudesse ter havido de insuficiente no período de preparação da peça.

Situação geográfica do espetáculo teatral: o Rio e as outras praças

Para completar o quadro, provindo todo ele, enquanto estrutura, do século XIX, é necessário situá-lo geograficamente. Os espetáculos originavam-se sempre no Rio de Janeiro, foco de irradiação de toda a atividade teatral brasileira. Lá as representações eram mais cuidadas; lá as peças demoravam mais tempo em cartaz. Organizado o repertório, entretanto, ou esgotada a curiosidade do público carioca pelo elenco, partia este normalmente em excursão, disposto a explorar em outras praças – era o termo regulamentar – o seu patrimônio dramático, constituído por uns tantos cenários e por cinco ou seis comédias semimemorizadas. À medida que a companhia se afastava do Rio, as peças, em geral já cortadas, quando estrangeiras, para caber nas duas horas habituais de espetáculo, tendiam a se esfacelar. Aboliam-se os papéis menores, adaptavam-se outros conforme os recursos humanos disponíveis, substituíam-se artistas consagrados por outros de menor prestígio, aproveitavam-se amadores locais, persistindo do elenco inaugural, muitas vezes, somente o primeiro ator e a primeira atriz, nomes imprescindíveis por atuarem como chamariz de bilheteria. A partir de uma certa distância, antes cultural que espacial, as grandes companhias eram substituídas na tarefa de propagar o repertório do momento pelos numerosos "mambembes" que formavam, no dizer pitoresco de Luiz Iglezias, "o curso primário do profissional de Teatro": "O *mambembe*, criação da linguagem teatral brasileira, acrescentou um verbo à gramática portuguesa, verbo que todos conjugam: eu mambembei, tu mambembaste, nós mambembamos'..."[3]

Predominância da comedia no gosto do público

Se a nossa forma era a do teatro itinerante, como objetivo não havia praticamente outro senão o de divertir, ou seja, suscitar o maior número de gargalhadas no menor espaço de tempo possível. "Rir! Rir! Rir!" – prometiam não só

[3] L. Iglezias, O *Teatro de Minha Vida*, Zelia Valverde, Rio, 1945, p. 197.

modestos espetáculos do interior, mas também a publicidade impressa nos jornais pelas companhias mais caras do país. Entre as 174 peças nacionais apresentadas no Rio de Janeiro, no triênio 1930-1932, apenas duas intitulavam-se dramas, contra 69 revistas e 103 comédias.[4]

O ator cômico vinha assim se colocar, sem que ninguém sequer lhe disputasse esse direito, no centro do teatro nacional. O que se exigia dele, de resto, não era tanto preparo técnico, recursos artísticos extraordinários, versatilidade, e sim, ao contrário, que se mantivesse sempre fiel a uma personalidade, a sua, naturalmente engraçada e comunicativa.

Leopoldo Fróes e Procópio Ferreira

Os intérpretes menores do nosso teatro, os chamados "característicos", procuravam diversificar até mesmo no físico os seus desempenhos, usando e abusando de perucas que iam terminar no meio da testa, de bigodões postiços, de rugas pintadas grosseiramente no rosto. Faziam rir, conquistavam não raro as platéias pela regularidade de seus desempenhos ou pela facilidade com que mudavam de voz e de fisionomia, mas não possuíam personalidades suficientemente fortes para sustentar o espetáculo. Já os cômicos de primeira linha – um Procópio Ferreira (1898-1979), um Jaime Costa (1897-1967) – apresentavam ao público, a vida inteira, salvo ligeiras modificações, a mesma imagem, o rosto e as inflexões que os espectadores tinham aprendido a admirar e a querer bem.

Leopoldo Fróes (1882-1932), ator carismático por excelência, encarou a questão com muito senso profissional, numa carta endereçada a Procópio, então no começo de carreira, na qual o aconselhava a não ceder caso lhe viessem cobrar mais variedade interpretativa: "Daqui a tempo, quando tiveres firmado a tua personalidade, encontrarás quem te diga por escrito, numa gazeta mais ou menos lida, que te *repetes,* que não estudas, que és vaidoso... Não te importes. Feliz daquele que, em Arte, consegue repetir-se. Le Bargy foi sempre Le Bargy".[5]

A vaidade do intérprete, em suma, coincidia com o seu interesse comercial. Identificar o artista, física e psicologicamente, conhecer-lhe os sestros, as manhas, era um prazer que não convinha negar às platéias. "Que culpa tenho eu – indagava Procópio, anos depois, defendendo-se da acusação de ser excessivamente personalista – se um autor da Hungria,

[4] Cf. F. M. Ogawa, *O Teatro Brasileiro dos Anos 30: um Estudo Sociológico,* Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade de S. Paulo em 1972. A autora engloba na categoria "comédia" os seus subgêneros "sainete", "burleta" e "farsa".

[5] Cf. R. Magalhães Jr., *As Mil e Uma Vidas de Leopoldo Fróes,* Civilização Brasileira, Rio, 1966, p. 141. Grifo do original.

que não me conhece, escreve uma peça cujo tipo central se casa perfeitamente comigo? Por outro lado, se esse tipo requer o primeiro ator da companhia e se eu sou o primeiro ator? E mais, se eu anuncio Procópio Ferreira, o público quer Procópio, compra Procópio? Se eu apresentar a esse público outro ator é roubá-lo (...). Agora, se, apesar disso, o público continua a preferir Procópio, que culpa tenho eu? É o caso: entra um sujeito no bar e pede café. Se lhe servem cerveja, ele estrila. Pediu café, quer café."[6]

Podemos sorrir do narcisismo de Procópio, tão candidamente exposto, mas não negar às suas palavras uma base mais ampla do que a mera satisfação pessoal. Os hábitos conservadores do público, o sistema do empresário-primeiro ator, a prioridade tacitamente concedida ao gênero cômico conjugavam-se para conferir sólidas razões de bilheteria ao que de outro modo poderia parecer apenas imodéstia e egocentrismo. Realmente, o público não pedia teatro. Pedia Procópio, qualquer que fosse o pretexto, um pouco melhor, um pouco pior, para vê-lo em cena.

Tal o panorama que a Revolução de 30 veio encontrar e que perduraria, aliás, em suas linhas mestras, por mais de uma década. As primeiras tentativas de renovação partiram de autores que, embora integrados econômica e artisticamente no teatro comercial, dele vivendo e nele tendo realizado o seu aprendizado profissional, sentiam-se tolhidos pelas limitações da comédia de costumes. Pessoas, enfim, que, sem romper de todo com o passado, desejavam dar um ou dois passos à frente, mais no campo da dramaturgia em que atuavam do que no do espetáculo.

O êxito e a importância de Deus lhe pague...

Deus lhe Pague..., de Joracy Camargo (1898-1973), abriu o caminho nos últimos dias de 1932, trazendo para o palco, juntamente com a questão social, agravada pela crise de 1929, o nome de Karl Marx, que começava a despontar nos meios literários brasileiros como o grande profeta dos tempos modernos. Quem o invocava, vestido num elegante *robe-de-chambre* e no aconchego de sua biblioteca, era um mendigo duplamente paradoxal, por ser milionário, apesar de sua profissão, ou justamente por causa dela, e também por amar frases de espírito, jogos de palavras e de pensamentos.

A sensação foi intensa. Proclamou-se o nascimento do verdadeiro teatro nacional, ou pelo menos o surgimento de uma nova era dramática,

---

[6] *Melancólica informação de Procópio, in Jornal das Artes*, nº 1, S. Paulo, janeiro de 1949. O índice da revista dá à entrevista o título de "O teatro está morrendo", atribuindo-lhe a autoria a Daniel Linguanotto.

porque a peça, com não pequena ambigüidade, oferecia um pouco para cada gosto. Uns viam nela a própria Revolução, a grande, a de 1917, não a de 1930. Outros, certamente mais numerosos, admiravam-lhe acima de tudo o entrecho, um clássico triângulo de amor no qual a inteligência, representada pelo Mendigo com suave displicência, acabava por triunfar sobre o dinheiro e sobre a juventude.

No Prefácio, Procópio Ferreira, assumindo o tom solene adequado ao momento histórico, tratava o autor de "camarada" – "o camarada Joracy Camargo" –, palavra que por si só significava, àquela altura, um sério compromisso ideológico, vaticinando revolucionariamente: "Estamos nas vésperas do grande dia de juízo de uma época. Dia do Deve e Haver, do prêmio e do castigo."[7] Aproximava-se a hora da decisão, mas ninguém sabia ao certo se ela viria aos poucos, sem choques, pela própria força das coisas, ou sob a forma de uma hecatombe, da qual a humanidade sairia purificada.

Deus lhe Pague... inclinava-se abertamente para a primeira hipótese. Bastaria, para que tudo se consumasse, "a supressão de uma palavra do dicionário": "Egoísmo é o grande obstáculo! É o castelo feudal em cuja arca está guardada essa palavra abominável: Propriedade!" Comunismo, por sua vez, seria "uma palavra que quer entrar para o dicionário, com escalas pela polícia..."[8]

Quando, finalmente, todos compreendessem a estupidez do sistema capitalista – é o que fica subentendido – a transição econômica se faria sem dor, quase por si mesma. Assim como o Mendigo conquista a Mulher sem outra arma senão com a dialética, a inteligência, valor mais alto que qualquer outro, saberia sobrepor-se aos conflitos sociais.

Sexo, *de Renato Viana*

Não tardou para que a efervescência reinante no Brasil fizesse descer sobre a nossa cena a segunda grande divindade da ciência e da arte do século XX: Freud. Novamente, é curioso, a encarnação do pensamento abstrato se dava por intermédio de um senhor de meia-idade, dono de uma bela biblioteca, dessa vez médico (mais da alma que do corpo), capaz de tudo compreender e tudo explicar, aos espectadores e aos seus companheiros de elenco, em poucas e incisivas palavras. E novamente pesava sobre o palco, como sinal dos tempos, a sensação do apocalipse iminente: "Estamos sofrendo a hora mais revolu-

[7] J. Camargo, *Deus lhe Pague...*, Alba, Rio, 1933, p. 13. A palavra "camarada" desapareceu em edições posteriores.
[8] J. Camargo, *Deus lhe Pague...*, Alba, Rio, 1933, pp. 112-113.

cionária da História: a da transição do passado, da destruição do mundo velho para o renascimento do mundo novo... Precisamos esperar a hora que vem, a hora que vai passar... Esperar... e não desesperar!."[9]

Não se pode dizer que *Sexo*, de Renato Viana (1894-1953), haja causado, em 1934, o mesmo impacto que *Deus lhe Pague...* dois anos antes. As revelações de Freud sobre a infra-estrutura da vida emocional, tão determinante para o indivíduo quanto seria a econômica para a sociedade, não pareciam ter alcance e contundência comparáveis às de Marx. De qualquer forma, a peça, ao denunciar a tirania sexual masculina e ao insinuar que o ciúme dos maridos e dos irmãos se alimentava às vezes de motivos menos nobres do que eles mesmos supunham, alargava o âmbito de nossa tímida literatura dramática, inserindo nela um *leitmotiv* que só em tempos recentes receberia a sua competente orquestração. A hora da revolução sexual ainda não havia soado.

Ambas as peças, audaciosas quanto ao conteúdo, mas não a ponto de afugentar o público, pouco possuíam de renovador no respeitante aos padrões dramatúrgicos, derivando-se quase diretamente da peça de tese do século passado. Daí a importância atribuída por elas ao protagonista, *raisonneur* encarregado de explicitar o ponto de vista do autor, fazendo o enredo girar em torno desse eixo, numa exaltação da inteligência que não passava de uma homenagem prestada por Joracy Camargo e Renato Viana, talvez inconscientemente, à própria sabedoria. A diferença é que *Deus lhe Pague...* aliava a peça de tese ao "teatro de frases", cujo precursor no Brasil havia sido João do Rio, ao passo que *Sexo* se apoiava de preferência na técnica do dramalhão, embora dramalhão de idéias, com as suas tiradas altissonantes, as suas calculadas reviravoltas de enredo e os sensacionais fechos de ato.

Oduvaldo Viana

Amor..., de Oduvaldo Viana (1892-1972), tentava em 1933 uma outra espécie de abertura. O seu intuito mais sério era defender o divórcio, libertando o amor, como apregoava a conclusão: "Que os Catões arranquem as velhas barbas de papão. Jeová receberá os que amam com sinceridade, com pureza, com verdade. Essa é a lei verdadeira. Amor! Que o casamento não seja um negócio comercial, abençoado pela Igreja, e os que vivem infelizes procurem, na sinceridade

[9] R. Viana, *Sexo e Deus*, A Noite, Rio, s/d, p. 65. A alusão a Freud encontra-se na p. 103: "Você já leu Freud? (folheando o livro). Tenho um respeito por esse homem... Não há quem lhe escape... (lê) "a consciência e o inconsciente" (folheia), "censura e repressão" (folheia). Este homem é o Diabo..."

de um amor verdadeiro, a felicidade a que têm direito os que nascem, e crescem, e vivem."[10]

Mas a novidade da peça consistia menos neste núcleo dramático, envolvido por tantas camadas de comicidade que acabava por se tornar inócuo, do que no desejo de livrar o teatro das restrições costumeiras de espaço e de tempo. O cenário dividia-se nos sentidos vertical e horizontal, dando origem a cinco áreas de representação e permitindo ao espectador, por exemplo, acompanhar uma ligação telefônica em suas diversas fases: primeiro, alguém fazendo a chamada, a seguir, a telefonista atendendo, e, por fim, a campainha começando a tilintar no outro extremo do palco. Os três atos habituais fragmentavam-se em 38 quadros, usando-se a iluminação, o corte da luz por alguns segundos, como um pano de boca que funcionasse instantaneamente, deixando correr, sem outras interrupções, o espetáculo. Era a maneira nacional, menos sofisticada do que os palcos giratórios europeus, de competir com o cinema, roubando-lhe um pouco de sua fluidez narrativa, do seu ritmo vivo e dinâmico, aspiração de não poucos homens de teatro, Escritores e Encenadores, durante toda a década de 30. Oduvaldo Viana, de resto, não demoraria em se deixar seduzir pelos recursos supostamente mais modernos do rádio e da arte cinematográfica.

Todas essas manifestações de inconformidade, ainda que relativa, desenvolviam-se dentro do teatro comercial, sem questionar nem os seus métodos nem os seus fins. Não só as peças mencionadas obtiveram grande êxito de público, como foram encenadas pelas companhias mais representativas do momento, tais como a de Procópio (*Deus lhe Pague...*) e a de Dulcina-Odilon (*Amor...*). Mesmo Renato Viana, talvez o mais inquieto de todo o grupo na sua dupla função de Autor dramático e de Ensaiador exigente, não tencionava, ao que tudo indica, reformar o teatro senão para dar ao drama uma possibilidade de florescer ao lado da comédia, querendo antes fazer melhor do que fazer diferente – o que ele não conseguiu, seja dito de passagem, em parte por falta de meios econômicos, em parte pela visão antiquada que tinha da dramaturgia. Foi um disciplinador, não o instaurador de uma nova estética, como pretendia.

O teatro nacional e a Semana de Arte Moderna

Para chegar-se a uma verdadeira contestação da ordem vigente teria sido necessário que o espírito da Semana de Arte Moderna houvesse agido sobre o teatro com virulência igual à que já estava dando frutos em outros gêneros literários. Se tal não sucedeu, culpa não cabe, é bom frisar, aos modernistas, que tenta-

[10] O. Viana, *Teatro*, Civilização Brasileira, Rio, 1934, pp. 114-115.

ram em vão, durante anos, forçar as portas da cidadela conservadora em que se convertera o palco brasileiro.

Antônio de Alcântara Machado (1901-1935), crítico e ensaísta teatral, além do contista e do admirável cronista conhecido por todos, empreendeu uma vigorosa e inteligente campanha contra a inércia do nosso teatro, acusando-o de não ser, paradoxalmente, nem nacional nem universal: "Alheio a tudo, não acompanha nem de longe o movimento acelerado da literatura dramática européia. O que seria um bem se dentro de suas possibilidades, com os próprios elementos que o meio lhe fosse fornecendo, evoluísse independente, brasileiramente. Mas não. Ignora-se e ignora os outros."[11] A saída estaria na aplicação dos processos dramáticos modernos, importados da Europa, a assuntos nacionais. Haveria, segundo ele, toda uma face popular e moderna do Brasil que os nossos comediógrafos, fechados em seus estereotipados esquemas de enredo e de personagem, simplesmente ignoravam: "A cena nacional ainda não conhece o cangaceiro, o imigrante, o grileiro, o político, o ítalo-paulista, o capadócio, o curandeiro, o industrial. Não conhece nada disso. E não nos conhece."[12]

Pelo lado da atualização cênica pouco há a assinalar de moderno antes de 1930, apenas a tentativa frustrada de Álvaro Moreyra (1888-1964) em 1927, com a criação do Teatro de Brinquedo, que nunca foi além do que sugeria o seu nome – uma diversão amadora inteligente. As intenções eram sem dúvida as melhores, mas terrivelmente vagas, faltando ao conjunto seja conhecimento específico do palco, seja uma consciência estética mais clara do que se ambicionava implantar. Álvaro Moreyra encarava a sua iniciativa como "uma brincadeira de pessoas cultas que enjoaram de outros divertimentos e resolveram brincar de teatro".[13] Mas desse Teatro de Brinquedo (nome porventura inspirado pelo *Voulez-vous Jouer avec Moâ?*, de Marcel Achard) ficaria alguma coisa mais séria, um pequeno grupo de pessoas empenhadas na divulgação de um repertório menos concessivo ao grande público.

Mário e Oswald de Andrade

Quem fala em modernismo, na acepção vibrante, ao mesmo tempo lúdica e corrosiva, que marcou a palavra para a geração da Semana de Arte Moderna, fala necessariamente em

[11] A. A. Machado, *Cavaquinho e Saxofone*, José Olympio, Rio, 1940, p. 443.

[12] A. A. Machado, *Indesejáveis*, em *Terra Roxa e Outras Terras*, S. Paulo, ano I, nº 1, janeiro de 1926.

[13] Cf. G. A. Doria, *Moderno Teatro Brasileiro*, Serviço Nacional de Teatro, Rio, 1975, p. 30.

Mário de Andrade (1893-1945) e Oswald de Andrade (1890-1954), os dois Andrades já agora indissoluvelmente ligados pelas vicissitudes da fortuna crítica, que os faz ora adversários irredutíveis, ora faces complementares da mesma moeda literária. Ambos se interessaram pelo teatro, como se interessaram, com maior ou menor intensidade, por todos os setores da atividade artística.

Para Oswald, em particular, o teatro foi uma paixão da adolescência que reviveu com ímpeto na idade madura, levando-o a escrever 3 peças, quase sucessivamente, entre os 40 e 50 anos. O *Rei da Vela*, de 1933, participa a seu modo da atmosfera otimista, de expectativa de profundas reformas estruturais, que originou *Deus lhe Pague...* e *Sexo*. Não erraríamos se a puséssemos sob a dupla égide de Marx e Freud, nessa ordem de precedência. O descobridor da psicanálise não passaria para Oswald, falando como sempre através de suas personagens, do "último grande romancista da burguesia", "subversivo", sim, mas só "um bocadinho": "Ele ignora a luta de classes! Ou finge ignorar."[14] Submetia-se assim a moral sexual à moral econômica, dentro da mais pura ortodoxia marxista, e é esse entrelaçamento entre duas decadências, a familiar e a social, que configura no enredo a morte da burguesia, enquanto classe, e a do capitalismo, enquanto sistema.

Com O *Rei da Vela* não chegamos a sair do âmbito da burguesia. A revolução, sendo uma certeza histórica, não se manifesta a não ser como uma ameaça latente ("É! Mas dizem por aí que a Revolução Social está próxima. Em todo mundo. Se a coisa virar?") ou como um eco que se ouve esperançosamente a distância: "Moscou irradia a essas horas. Você sabe! Abra o rádio. Abra. Obedeça! É a última vontade de um agonizante de classe!."[15] Em O *Homem e o Cavalo*, escrita um ano depois, deu-se o inevitável salto para a frente. A revolução venceu, ou está prestes a vencer, em escala cósmica. O preço não foi pequeno – "o sacrifício de milhões de vidas"[16] – mas valeu. O mundo novo idealizado por Oswald livrara-se de todos os vícios acumulados por séculos de injustiça e opressão.

No plano econômico, reina o cavalo-vapor, em substituição ao cavalo propriamente dito, ao velho cavalo de Tróia, ao cavalo branco de Napoleão das anedotas e adivinhas infantis, ao cavalo guerreiro de Átila, ao cavalo camponês, aos cavalos aristocráticos dos prados londrinos. No

---

[14] O. Andrade, *Teatro*, José Olympio, Rio, 1937, p. 97.
[15] O. Andrade, *Teatro*, José Olympio, Rio, 1937, pp. 98, 149.
[16] O. Andrade, *O Homem e o Cavalo*, S. Paulo, 1934, p. 81.

campo social, o avanço não foi menor. Desapareceram da face da Terra, varridas pelo ciclone revolucionário, juntamente com a propriedade, as suas inevitáveis seqüelas: a herança, a monogamia, a família, a prostituição, o adultério, a sífilis, as neuroses, a loucura, a religião ("matamos a inquietação e o mistério e somos felizes!"), sem esquecer "todos os recalques catalogados pelo Professor Freud", tais como "a falsa virtude, a hipocrisia, a libidinagem...".[17]

Esse mundo higienizado, asséptico, um tanto dessexualizado (os pecados sociais associam-se sempre no espírito de Oswald aos da carne) só surge no palco através de poucos quadros, entre os quais se destaca o de "três crianças soviéticas" totalmente, senão totalitariamente, socializadas ("nossa família é a sociedade socialista"), que defendem "a teoria de Marx" e de "nosso Engels", regozijando-se de passagem com o fato de que os "donos dos cavalos" – quando ainda havia cavalos – tivessem sido "fuzilados com os outros exploradores do povo".[18]

Mas tais episódios, que por vezes nos fazem pensar com um arrepio no *1984*, de George Orwell, constituem exceção. O retrato da virtude, ainda que revolucionária, não era o forte de Oswald. A pressão exercida por sua verve satírica obrigava-o, por mais que admirasse os tempos novos, a refugiar-se artisticamente nos antigos, dando preferência aos heróis negativos sobre os positivos. As injunções do seu temperamento não lhe permitindo compor *A Tragédia Otimista* da revolução, que os russos escreveram e encenaram por essa mesma época, tinha ele de se contentar, a maior parte do tempo, em imaginar a farsa da contra-revolução, a epopéia grotesca dos destinados a perecer (como, por exemplo, a sua outrora amada Igreja Católica).

Ainda aqui, entretanto, a peça não convence. Abrindo o foco até abranger o céu e a terra, o passado, o presente e o futuro, à maneira de Maiakowski em *O Mistério Bufo*,[19] recorrendo como únicos processos criadores à esquematização e à hipérbole, Oswald não só perde o seu principal ponto de apoio – o conhecimento íntimo que tinha da burguesia paulista, fonte inesgotável do seu sarcasmo –, mas termina por fabricar

---

[17] O. Andrade, *O Homem e o Cavalo*, S. Paulo, 1934, pp. 83-84. A religião reapareceria bem mais tarde, na vida e no sistema filosófico de Oswald, sob o nome de "sentimento órfico".

[18] O. Andrade, *O Homem e o Cavalo*, 1934, pp. 78-81.

[19] Sobre a dramaturgia oswaldiana, em especial sobre as relações entre *O Homem e o Cavalo* e o *Mistério Bufo*: S. Magaldi, *O Teatro de Oswald de Andrade*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de S. Paulo em 1972.

uma espécie de magma histórico, massa uniforme em que tudo remete ou pode remeter a tudo, de Maria Madalena a Al Capone, de Cleópatra a Lord Byron. A falha básica de *O Homem e o Cavalo* é o de ligar-se menos a uma experiência social concreta, como acontecia em *O Rei da Vela,* do que ao filósofo da história que Oswald pretendeu ser a partir de uma certa idade, filósofo prejudicado sempre pela mania de síntese expressiva, pelo vezo de abstratizar, de generalizar, até cair na gratuidade e na vacuidade.

Até que ponto o mito escatológico da Revolução, banho lustral de sangue capaz de devolver ao homem a pureza perdida, marcou literariamente a década de 30 fica bem evidente se compararmos duas obras tão diferentes, como *O Homem e o Cavalo* e *Café,* a ópera que Mário de Andrade ruminou de 1933 a 1942. O ponto de partida dessa última, ainda próxima de 1929, é a crise da superprodução, o paradoxo da queima de café coincidindo com o desemprego e a miséria rural. Quanto ao ponto de chegada, só poderia ser, naturalmente, a Revolução (com R grande, para distingui-la das revoluções sul-americanas). Embora o seu tom seja inteiramente diverso, mais social do que político, mais poético do que panfletário, alguma coisa, um substrato comum, aproxima as duas peças. Às vezes, até algumas expressões se assemelham. Oswald fala em "homens novos", Mário no "Dia Novo" – "o dia da vitória da Revolução" (...).[20] Tanto uma quanto outra foi concebida com "a perversidade impiedosa da idéia definidora por exagero",[21] só que o exagero de Mário, por ele mesmo assim definido, jamais atinge a perversidade de que Oswald se mostra capaz. *Café* tem, aliás, a prudência de parar exatamente no limiar do Dia Novo – no dia seguinte, como sabemos, é que principiam as dificuldades.

O seu defeito, contudo, enquanto obra dramática, não está nesse comedimento, que se lhe tira a audácia de *O Homem e o Cavalo,* garante-lhe por outro lado maior coerência, e sim no que parece ter sido hesitação, confirmada talvez pelo prolongado período gestatório da peça, entre mais de um gênero teatral. Mário de Andrade chamou-a de "concepção melodramática" e essa ausência de qualificação indica porventura a sua dificuldade em optar entre o poema dramático, a ópera de natureza coral e o "ballet" expressionista (esboçado na minuciosa descrição do espetáculo que antecede o texto). A menos que nos enganemos e que *Café* deva ser lido como simples "libretto" de ópera, estando aguardando apenas a música que lhe imprima o necessário toque épico.

[20] M. Andrade, *Poesias Completas,* Martins, S. Paulo, 1955, p. 451. Cf. O. Andrade, *O Homem e o Cavalo,* S. Paulo, 1934, p. 69.

[21] M. Andrade, *Poesias Completas,* Martins, S. Paulo, 1955, p. 458.

Voltando a Oswald de Andrade, *A Morta* encerra-lhe, em 1937, o ciclo teatral. Se a intenção revolucionária persistia incólume, haviam-se desvanecido as ilusões quanto a uma próxima revolta social. Ao contrário, ele se queixa na Carta-Prefácio deste "ato lírico" estranho e hermético, cuja decifração está ainda por se completar, de ter sido enterrado nas "catacumbas" do teatro poético: "Dou a maior importância à MORTA em meio de minha obra literária. É o drama do poeta, do coordenador de toda ação humana, a quem a hostilidade de um século reacionário afastou pouco a pouco da linguagem útil e corrente".[22]

O teatro durante o Estado Novo

O ano seria o da implantação do Estado Novo – versão caricata dos "homens novos" e do "Dia Novo" imaginados pelos poetas. O comunismo perdera o tom róseo que *Deus lhe Pague...* lhe emprestara, tornando-se a partir de 1935 alvo de uma implacável repressão que, começando pela esquerda, acabaria por alcançar o próprio centro. Com a ascensão do nazismo e o espectro da guerra desenhando-se de forma cada vez mais concreta, a luta aos poucos se deslocava, passando a ser travada mais em termos de fascismo e antifascismo que de comunismo e capitalismo (refeito, nesse ínterim, de sua crise econômica).

Com relação ao teatro, a perspectiva também mudara. A pequena abertura ensaiada logo após 1930 desaparecera. Caíra sobre o nosso palco, tão acostumado à censura em seu penoso calvário histórico, um dos mais pesados regimes censórios que ele já conheceu. Durante alguns intermináveis anos tudo seria proibido, até referências à guerra de que então o Brasil já participava. Talvez por isso, talvez pelo morno ambiente moral e intelectual imperante, de conformismo em face do inevitável conflito internacional, inclinava-se a dramaturgia brasileira para outros gêneros, menos comprometidos e menos comprometedores. Os grandes êxitos nesse desapontante final de década serão todos de peças históricas. Em 1938, *Marquesa de Santos,* de Viriato Corrêa (1884-1967), com Dulcina e Odilon revivendo as rusgas e reconciliações tempestuosas entre Domitila de Castro e D. Pedro I. Em 1939, *Carlota Joaquina,* de R. Magalhães Jr. (1907-1982), oferecendo-nos a oportunidade de ver D. João VI, interpretado pitorescamente por Jaime Costa, destrinchando em cena o seu franguinho e enfrentando com astúcia disfarçada em bonomia os desvios de variada natureza de sua real consorte. Ligando ambas as peças, não só a presença obrigatória do Chalaça, amenizando com suas tiradas cômicas

---

[22] O. Andrade, *Teatro,* José Olympio, Rio, 1937, p. 5.

as crises amorosas e políticas, mas também a mesma teatralidade simples, recortando com nitidez para o público as imagens criadas pela realidade ou pela legenda histórica. Como encenação, muitas roupas de gala, muitos vestidos de baile, muitas fardas, muitos figurantes, muitas personalidades e muitos episódios conhecidos desde os bancos escolares – algo, em suma, com que encher os olhos e não apenas os ouvidos dos espectadores.

A cena nacional enriquecia-se, na medida de suas possibilidades, esperando ainda poder sustentar em pé de igualdade o confronto econômico e artístico com o cinema, ao copiar-lhe, se não o ritmo irreproduzível, pelo menos a pompa, o esplendor. Se Hollywood tinha os seus épicos, por que não deveríamos ter os nossos?

Na mesma linha de peça histórica, ou semi-histórica, visto que o enredo e as personagens eram imaginários, incluiríamos os dois sucessos populares de Ernani Fornari (1899-1964), *Iaiá Boneca* (1938) e *Sinhá Moça Chorou...* (1940), que aproveitavam a aura romântica do período regencial para nos contar duas histórias de amor, entrelaçando com certa habilidade drama e comédia, não nos fazendo sofrer no segundo ato senão para que pudéssemos sorrir com mais gosto no terceiro. A parte política (a Maioridade de D. Pedro II, a Revolução Farroupilha) servia de pano de fundo patriótico para esses verdadeiros romances de mocinha, simpáticos, tão sentimentais quanto seus nomes indicam, contemporâneos pelo espírito da *Moreninha* de Macedo, nos quais a escravaria, elemento indispensável da cor local, fazia as vezes de um benévolo coro doméstico, proporcionando ao espetáculo ao mesmo tempo a nota humorística (pela ingenuidade infantil) e a nota patética (pela afeição aos patrões). Eventualmente, competia-lhe dizer a palavra derradeira: "BALBINA E PRUDÊNCIO (felizes, juntando as mãos e volvendo os olhos para o alto, como em prece): Sinhá Moça chorô!... Sinhá Moça chorô!..."[23]

Decadência do teatro musicado

Em plano mais modesto, do ponto de vista literário, não do comercial, outras transformações, efetuadas lentamente, iam chegando ao fim. A opereta, próspera nas duas primeiras décadas do século, já revelando sinais de decadência entre 1920 e 1930, sumira discretamente de cena desde que o cinema aprendera a falar e a cantar. Também a revista se enfraquecia a olhos vistos, privada de suas duas funções primordiais: a crítica política e a divulgação da música popular (na primeira, pela ação da censura e pela ausência de eleições presidenciais diretas; na segunda, pela concorrência vitoriosa do rádio).

[23] E. Fornari, *Sinhá Moça Chorou*, Martins, São Paulo, 1941, p. 243.

Em breve, seria ela substituída pelo "show" – e este pela televisão. Rompera-se a aliança entre música ligeira e teatro ligeiro firmada desde os dias de Artur Azevedo.

O balanço final da década de 30 não lhe é favorável. O teatro comercial, em seu nível mais ambicioso, não realizara nenhum dos seus intentos estéticos ou de suas obrigações históricas: não resistira ao impacto do cinema, perdendo continuamente terreno enquanto diversão popular; nada dissera de fundamental sobre a vida brasileira, não conseguindo passar adiante, como almejara certo momento, as mensagens revolucionárias de Marx e de Freud; e, sobretudo, não soubera incorporar as novas tendências literárias (nem a ópera de Mário, nem as peças de Oswald de Andrade foram encenadas em vida de seus autores), como já vinha acontecendo, de um modo ou de outro, com a poesia e com o romance. Entre o gueto modernista e o repertório corrente em palcos nacionais não surgira qualquer compromisso aceitável para ambas as partes.

Algum progresso se fizera, evidentemente. O espetáculo ganhara em amplitude e flexibilidade, não se restringindo necessariamente à modesta "sala de visitas" da comédia de costumes. Preocupações de ordem social ou moral perturbavam, vez ou outra, a tranqüilidade dos conflitos familiares. Mas não se tocara no essencial, na maneira do teatro considerar-se, em si mesmo e em suas relações com o público. Persistiam os mesmos métodos de encenação, a mesma rotina de trabalho, a mesma hipertrofia da comicidade, a mesma predominância do ator, a mesma subserviência perante a bilheteria. Não era competência artesanal o que faltava. Não há dúvida de que os autores sabiam escrever, e os atores sabiam representar o gênero de peça apreciado e esperado de antemão pelas platéias. Se de algum mal padecíamos seria antes o de excesso de profissionalismo, no sentido de teatro concebido exclusivamente como meio de vida (poucas vezes bem-sucedido, acrescente-se). Comediógrafos, intérpretes e espectadores fechavam um círculo que seria perfeito, como tinha sido durante decênios, se não estivesse francamente exaurido, entrando já em estado pré-agônico. Um homem experimentado como Procópio Ferreira não dava ao teatro, em 1948, mais do que 15 anos de existência, não admitindo, como medidas salvadoras, nem mesmo os remédios heróicos ministrados pelos amadores: "São injeções de óleo canforado. Aliás, repare como procuram novidades, sofisticação – *Tobacco Road, Desejo, Hamlet* – no afã de agitar o público, tentando uma revivescência inútil. No máximo conseguirão os amadores formar alguns atores, nada mais, pois também não resistirão à pressão econômica, que esta, sim, é um fato respeitável.

Eu, contudo, prefiro ficar no que chamam de *ramerrão*. É a única maneira de resistir temporariamente à morte."[24]

Procópio enganava-se num ponto: quem estava morrendo era o "ramerrão". Para salvar o teatro, urgia mudar-lhe as bases, atribuir-lhe outros objetivos, propor ao público – um público que se tinha de formar – um novo pacto: o do teatro enquanto arte, não enquanto divertimento popular. A única possibilidade de vencer o cinema consistia em não enfrentá-lo no campo em que ele a cada ano se ia mostrando mais imbatível. A arte de representar e a dramaturgia nacional precisavam de menos, não de mais profissionalismo.

Tarefa que, por necessidade lógica e histórica, só poderia ser levada avante por pessoas que não pertencessem aos quadros do teatro comercial.

2

Renovação pelo amadorismo

A ação renovadora do amadorismo não é fato incomum na história do teatro. Assim aconteceu na França, com Antoine, e na Rússia, com Stanislavski, para que o naturalismo pudesse brotar e florescer. Assim aconteceu nos Estados Unidos, com os *Provincetown Players*, para que Eugene O'Neill reformulasse a dramaturgia americana. O ciclo em suas linhas gerais se repete: um teatro excessivamente comercializado; grupos de vanguarda que não encontram saída a não ser à margem dos palcos oficiais, tendo sobre esses a vantagem de não necessitar tanto da bilheteria para sobreviver; a formação de um público jovem que, correspondendo melhor às aspirações ainda mal definidas do futuro, acaba por prevalecer; e o ressurgimento triunfal do profissionalismo, proposto já agora em bases diversas, não só artísticas, mas às vezes até mesmo econômicas e sociais.

No Brasil, esse movimento, esboçado por Álvaro Moreyra na década de 20, permaneceu durante todo o decênio seguinte como simples possibilidade, manifestando-se de preferência sob a forma de espetáculos avulsos, com muito de mundano, de festinha familiar, mesmo quando efetuados com grande pompa. Somente a partir de 1940 é que o amadorismo começa a ganhar consistência, à medida que a prática, mais do que a reflexão teórica, obrigou-o a delimitar com precisão os seus objetivos. Essa

[24] *Melancólica informação de Procópio*, em *Jornal das Artes*, São Paulo, nº 1, janeiro de 1949. Grifo do original.

difícil passagem do velho para o novo obedeceu à orientação de um pequeno número de pioneiros, homens nascidos entre 1900 e 1910, acostumados portanto a enfrentar quase sozinhos o pior adversário daquele momento: o descrédito em que havia caído o teatro.

Os dois de mais forte e duradoura presença foram certamente Alfredo Mesquita, em São Paulo, e Paschoal Carlos Magno (1906-1980), no Rio de Janeiro. Ambos impregnados de cultura européia, ambos com passagem pela crítica e com boa bagagem literária, ambos dotados de enorme capacidade de realização, divergiam em tudo o mais, em temperamento, em métodos de trabalho, na trajetória que percorreram. O primeiro, fundador do Grupo de Teatro Experimental e da Escola de Arte Dramática, hoje incorporada à Universidade de São Paulo, caminhou do diletantismo para o rigor profissional, exigindo dos seus discípulos, cada vez mais, disciplina e preparo especializado. O segundo, ao contrário, como diretor do Teatro do Estudante do Brasil ou como incansável animador de festivais realizados nos mais diversos lugares, nunca dispensou por completo aquela margem de improvisação inerente à atividade amadora, exercendo influência mais pelo entusiasmo do que pela preocupação com os aspectos artesanais da arte de representar. Pode-se dizer que Alfredo Mesquita restringiu deliberadamente o seu campo de ação, para explorá-lo em profundidade, empenhando-se em aparelhar moral e tecnicamente o nosso incipiente teatro profissional, ao passo que Paschoal Carlos Magno, agindo antes em extensão, inclusive geográfica, alargou o seu raio de atividades até abarcar praticamente o Brasil inteiro.[25]

Os Comediantes e Nelson Rodrigues

Coube, entretanto, a outros da mesma geração, a Brutus Pedreira (1904-1964) e Tomás Santa Rosa (1909-1956), Diretores do grupo carioca Os Comediantes, colher, em 1943, os primeiros frutos dessa até então pouco articulada campanha, trazendo o teatro para o centro das cogitações nacionais, num golpe de sorte ou de clarividência, através de uma só temporada, mais ainda, de um só incrivelmente bem-sucedido espetáculo. Tal milagre explicava-se pelo encontro entre um drama irrepresentável se não em termos modernos e o único homem porventura existente no Brasil em condições de encená-lo adequadamente. *Vestido de Noiva,* de Nelson Rodrigues (1912-1980), diferia

---

[25] Sobre o Grupo de Teatro Experimental, e outros conjuntos amadores paulistas: A. Mesquita, *Notas para a História do Teatro em São Paulo,* São Paulo, 1975. Sobre o Teatro do Estudante do Brasil e a ação de Paschoal Carlos Magno: *Dionysos,* Serviço Nacional de Teatro, Rio, nº 23, 1978.

com efeito de tudo que se escrevera para a cena entre nós, não apenas por sugerir insuspeitadas perversões psicológicas, a seguir amplamente documentadas em outros textos do autor, mas, principalmente, por deslocar o interesse dramático, centrado não mais sobre a história que se contava e sim sobre a maneira de fazê-lo, numa inversão típica da ficção moderna. A essa singularidade inicial, Zbigniew Ziembinski (1908-1978), encenador polonês exilado pela guerra, somou as suas próprias, não menos significativas, pelo menos dentro do nosso acanhado panorama dramático. O que víamos no palco, pela primeira vez em todo o seu esplendor, era essa coisa misteriosa chamada *mise-en-scène* (só aos poucos a palavra foi sendo traduzida para "encenação"), de que tanto se falava na Europa. Aprendíamos, com *Vestido de Noiva*, que havia para os atores outros modos de andar, falar e gesticular além dos cotidianos, outros estilos além do naturalista, incorporando-se ao real, através da representação, o imaginário e o alucinatório. O espetáculo, perdendo a sua antiga transparência, impunha-se como uma segunda criação, puramente cênica, quase tão original e poderosa quanto a instituída pelo texto. Não faltou quem atribuísse maldosamente o êxito da peça mais a Ziembinski do que a Nelson Rodrigues.

O choque estético, pelo qual se costuma medir o grau de modernidade de uma obra, foi imenso, elevando o teatro à dignidade dos outros gêneros literários, chamando sobre ele a atenção de poetas como Manuel Bandeira e Carlos Drummond de Andrade, romancistas como José Lins do Rêgo, ensaístas sociais como Gilberto Freyre, críticos como Álvaro Lins. Repentinamente o Brasil descobriu essa arte julgada até então de segunda categoria, percebendo que ela podia ser tão rica e quase tão hermética quanto certa poesia ou certa pintura moderna. Evocou-se a propósito a grandeza da tragédia grega, discorreu-se sabiamente sobre os méritos do expressionismo alemão, que na véspera ainda ignorávamos, proclamou-se com unanimidade raras vezes observada a genialidade da obra de Nelson Rodrigues.

O Teatro do Estudante do Brasil

O ciclo heróico do amadorismo encerra-se em 1948, com a estréia não menos rumorosa do *Hamlet*, apresentado pelo Teatro do Estudante do Brasil. Novamente o encenador era estrangeiro, o alemão Hoffman Arnisch, novamente se insistiu no caráter expressionista do espetáculo. Mas a revelação, desta vez, era um ator de 23 anos, Sérgio Cardoso (1925-1972), que vinha nos provar, com inigualável exuberância, que também nós, brasileiros, podíamos representar Shakespeare.

A missão, porém, já parecia agora outra: conter nos limites mais severos do profissionalismo a flama amadora, traduzir em dados orçamentários as conquistas estéticas, evoluir das temporadas fortuitas para a continuidade das companhias permanentes. O teatro não podia viver numa perpétua festa, num estado de exaltação nervosa que exigia demais de todos, atores, críticos e espectadores. Os próprios Comediantes tentaram a transição em 1946, não chegando a encontrar o ponto de equilíbrio que lhes permitisse capitalizar o sucesso de bilheteria e de agitação polêmica, para não falar no artístico, obtido com a montagem de peças como *Desejo (Desire Under the Elms,* de Eugene O'Neill) ou com remontagens de *Vestido de Noiva,* sempre sob a direção inspirada de Ziembinski.

Nesse momento em que o teatro novo, ou permanecia para sempre algo amadorístico, auferindo as vantagens e sofrendo as desvantagens do vanguardismo, ou se inscrevia resolutamente nos quadros da normalidade empresarial, dependendo mais do público e menos de incentivos passageiros, mostrou-se fundamental o papel desempenhado por duas atrizes-encenadoras, ambas nascidas também entre 1900 e 1910.

Dulcina de Morais e Henriette Morineau

Dulcina de Morais, filha de bons atores da velha guarda (Átila e Conchita de Morais), ela mesma tendo estreado ainda adolescente na companhia de Leopoldo Froés, construíra com pertinácia uma carreira de comediante, um pouco na linha fantasista de Elvire Popesco, de quem reencenou não poucos sucessos parisienses. O seu repertório não ia além do *vaudeville* bem-acabado, tipo Louis Verneuil, mas os espetáculos que oferecia a um público predominantemente feminino já se distinguiam pelo apuro material e pela homogeneidade do elenco. Tendo-se tornado, em meados da década de 40, o maior nome do teatro brasileiro, jogou com grande desprendimento todo o seu prestígio artístico e popular na aventura da renovação, subindo, em algumas poucas e corajosas temporadas, da comédia ligeira à comédia de idéias (Bernard Shaw, Giraudoux), ao drama (*Chuva,* de Somerset Maugham) e ao teatro poético (*Bodas de Sangue,* de García Lorca).

Henriette Morineau, francesa de nascimento e de formação, fora descoberta no Rio de Janeiro por Louis Jouvet, participando de seu elenco durante o período em que este, uma das maiores figuras do teatro universal, permaneceu no Brasil, afastado da Europa pela guerra. Mais tarde, já falando o português com desembaraço, mas sem perder o forte sotaque de origem, Mme. Morineau fundaria, em 1946, *Os Artistas Unidos,* companhia que por muitos anos seria apontada como modelo de bom profissionalismo. Foi ela, por exemplo, quem nos deu a conhecer o teatro america-

no de pós-guerra, encenando *A Streetcar Named Desire,* de Tennessee Williams, sob o título, julgado mais provocante, de *Uma Rua Chamada Pecado.*

Nenhuma das duas, em verdade, podia competir com Ziembinski em imaginação e originalidade de visão. Mas pela seriedade de suas montagens (caindo às vezes no luxo excessivo, nem sempre de bom gosto, no caso de Dulcina), bem como por suas qualidades invulgares, quer artísticas, quer pessoais, pesaram ambas decisivamente sobre o público, inclinando-o para o lado dos espetáculos menos rotineiros.

A criação do TBC

A consolidação do que poderíamos chamar de novo profissionalismo veio em 1948, com a criação do Teatro Brasileiro de Comédia. Até aquele instante o centro da criatividade dramática havia sido o Rio de Janeiro, não faltando motivos para que assim acontecesse. Não só contava ele com uma tradição modernista que, apesar dos pesares, remontava ao Teatro de Brinquedo, como era a única cidade que, pela proximidade física e política, tinha possibilidade de pleitear e eventualmente receber subvenções governamentais, como sucedeu, notadamente, em 1937, com a Companhia de Arte Dramática, dirigida por Álvaro Moreyra, e com Os Comediantes, em 1939.[26]

O TBC – sigla que logo se popularizaria no meio teatral – deslocou a iniciativa para São Paulo. É que um Engenheiro industrial, Franco Zampari (1898-1966), nascido na Itália mas radicado desde a mocidade no Brasil, dispusera-se a colocar a sua não pequena experiência de homem de negócios a serviço do palco, dando-lhe uma estrutura administrativa como ele nunca tivera. O seu programa, esteticamente, não se distanciava muito do que já se fazia no Rio, apoiando-se sobre dois pilares de comprovada solidez: textos consagrados e Encenadores estrangeiros. A diferença seria antes de caráter empresarial, consistindo numa economia interna mais perfeita e num considerável salto quantitativo. Em vez de um Diretor europeu, dois ou três (de preferência italianos); em vez de oito ou dez Atores contratados, quinze ou vinte.[27] Como repertório, para equilibrar receita e despesa, clássicos universais, antigos ou modernos,

[26] Cf. Gustavo Doria, *Moderno Teatro Brasileiro,* Serviço Nacional de Teatro, Rio, pp. 19, 38, 47.

[27] Em 1953 o TBC chegou a ter 47 pessoas em sua folha de pagamento: 18 Atores, 4 Encenadores, 1 Cenógrafo, 11 Auxiliares Técnicos e 13 Funcionários. Tanta prodigalidade justificava-se em parte pela associação com a Companhia Cinematográfica Vera Cruz. Sobre o TBC: *Cenografia e Indumentária no TBC,* Edição Fundação Padre Anchieta, São Paulo, 1980; *Dionysos,* Serviço Nacional de Teatro, Rio, nº 25, 1980.

alternavam-se com peças de apelo popular, em geral comédias americanas ou francesas. Todos os originais, no entanto, bons ou maus, mereciam o mesmo tratamento cênico esmerado, tentando-se recuperar através do espetáculo o que porventura se perdera na qualidade literária. O Brasil saía assim do seu casulo, atualizava-se e internacionalizava-se, travando conhecimento com autores tão diversos quanto Sófocles e William Saroyan, Oscar Wilde e Schiller, Gorki e Noel Coward, Arthur Miller e Pirandello, Goldoni e Strindberg, Ben Jonson e Anouilh.

Oito Diretores europeus, seis italianos e um belga (Maurice Vaneau), além de Ziembinski, passaram pelo TBC em seus 15 anos de existência. Mas nem lá permaneceram, nem se limitaram a atuar em São Paulo, de modo que podemos estender sem medo a sua influência à totalidade do teatro nacional. A princípio, mais que encenadores, foram professores, *stricto sensu*, alguns deles, e todos no sentido mais generoso da palavra, ao transformar simples amadores em competentes profissionais, preparando toda uma geração que, pelo lado técnico, continua a ser a mais brilhante do Brasil. Revelaram-se preciosos, nessa fase de aprendizagem, o virtuosismo de um Ziembinski, capaz de encarnar durante os ensaios qualquer personagem, e a sólida formação cênica de Adolfo Celi (o primeiro Diretor artístico do TBC), Luciano Salce e Flaminio Bollini (1924-1978), os três diplomados pela Academia de Arte Dramática, de Roma. Em complemento a esse trabalho de base, estenderam-se muitos deles em outras direções, seja a de cenografia, como Gianni Ratto, já reputado profissional ao deixar a Itália, seja a da crítica, como Alberto D'Aversa (1920-1969), e particularmente Ruggero Jacobbi (1920-1981), autor, entre outros ensaios, de um livro sobre o teatro brasileiro publicado na Itália. A cultura européia, em suma, pesou em todos os níveis, dos técnicos até o da difusão de idéias. Coube a Flaminio Bollini, por exemplo, revelar o teatro épico de Brecht em sua mais pura ortodoxia, ao dirigir *A Alma Boa de Se-Tsuan*, em 1958, para a companhia Maria Della Costa-Sandro Polloni.

O TBC durou muito, pelos critérios nacionais: 10 anos sob a direção de Franco Zampari, e mais cinco, aproximadamente, sob outras orientações, entre as quais a da Comissão Estadual de Teatro de São Paulo. Sucediam-se os Encenadores, revezavam-se os Atores, mas o espírito da companhia e o nível do elenco mantinham-se com poucas oscilações. Sendo para os intérpretes uma espécie de campo neutro, onde todos podiam se exercitar e competir mas nenhum aspirar à chefia absoluta, nunca deixou de se renovar, já que à saída dos veteranos, que partiam

para formar os seus próprios conjuntos, correspondia sempre a entrada de uma nova leva, menos experiente mas não menos capacitada. Nesse sentido foi durante uma década o denominador comum do palco brasileiro, ao mesmo tempo que o seu mais alto padrão de qualidade. A lista completa dos Atores que por lá passaram daria um verdadeiro *Who's Who* do teatro nacional, incluindo desde Cacilda Becker (1921-1969), que por ter sido das primeiras em ordem cronológica e talvez a maior artisticamente ficou como emblema de toda uma geração, desde Maria Della Costa, Tonia Carrero, Cleide Yaconis, Nydia Licia, Sérgio Cardoso, Paulo Autran, Jardel Filho, Sergio Brito, até Fernanda Montenegro, Natalia Timberg, Teresa Raquel, Fernando Torres, Walmor Chagas, Léo Vilar, Juca de Oliveira, Gianfrancesco Guarnieri, Raul Cortez (só citando, um tanto ao acaso, alguns poucos nomes).

A empresa de Franco Zampari não foi, claro está, a única a proporcionar bons ou excepcionais espetáculos durante o período. Se ela merece tanto destaque será antes por ter encarnado com mais persistência e maior soma de recursos as aspirações da época. Tomando-a, portanto, como ponto de referência, poderemos cotejar a década de 50, em suas linhas mestras, com a de 30, medindo de passagem o caminho percorrido.

As novas salas de espetáculos

Os teatros, em comparação com os amplos edifícios do começo do século, haviam como que encolhido. Nada de frisas, camarotes, balcões, galerias. Apenas a platéia, reduzida via de regra a trezentos ou quatrocentos lugares. O palco diminuíra em altura e profundidade, perdendo ainda o fosso da orquestra. Na maioria dos casos, não se tratava nem mesmo de salas de espetáculos construídas para tal fim, mas de adaptações um tanto quanto improvisadas, a cujas irregularidades a polícia e o corpo de bombeiros fechavam os olhos. O que significavam tais modificações não é difícil de interpretar: o teatro aceitara finalmente a sua posição secundária como diversão popular, renunciando aos gêneros musicais, mais dispendiosos e mais lucrativos, para se concentrar no drama e na comédia.

O outro lado da medalha, contudo, não deixava de apresentar aspectos francamente compensatórios. Os Atores, desobrigados de projetar a longa distância a voz e a máscara, podiam dar-se ao luxo de desempenhos mais sóbrios, próximos do intimismo e da verossimilhança introduzidos pelo cinema. A dicção não tinha de ser tão cuidada, não caindo naquele desagradável martelamento silábico não incomum na velha geração. A vantagem maior, no entanto, dizia respeito aos objetivos visados. Se o grande público já não comparecia ao teatro, por que não recorrer aos

pequenos públicos, aos "happy few" das artes de vanguarda? O enfraquecimento econômico não podia servir de trampolim para o renascimento artístico? Expressiva de tal estado de espírito era a sofreguidão com que as jovens companhias buscavam uma sede permanente, a exemplo do TBC, fugindo à servidão da itinerância. O teatro estabilizava-se, não apenas para sobreviver, mas para defender-se contra as tentações da comercialização. O desprendimento herdado do amadorismo funcionava a um só tempo como solução prática e como alvo moral. Que todos servissem ao teatro, já que ele mal conseguia servir-se a si mesmo. Não sendo mais comércio, tinha forçosamente de ser arte.

Pelo lado interno, as alterações processadas não pareciam menores. O comando passara das mãos do primeiro Ator, preocupado principalmente em escolher o repertório mais propício à sua carreira, para as do Encenador, que, entre outras atribuições, tinha a de conter dentro de limites toleráveis a vaidade natural de cada intérprete. A sua tarefa específica, como se sabe, era a de harmonizar os diferentes elementos constitutivos do espetáculo, integrando na mesma leitura da peça as diversas individualidades (Cenógrafo, Atores, Técnicos de luz e de som) envolvidas na criação teatral. Mas este poder absoluto ele não o devia exercer em benefício próprio. Acima de tudo e de todos, conforme a lição de Stanislavski e de Copeau, brilhava, intangível, o texto literário. Não admira, em face disso, que os ensaios começassem em torno de uma mesa, onde se procediam com rigor quase acadêmico as análises preliminares – psicológicas, sociais, filosóficas, estilísticas –, que seriam, já no palco, transmudadas em signos cênicos e interpretativos.

O Ator, paradoxalmente, não era o menos favorecido por tal sistema. Instigado pelo Encenador, que não o deixava cristalizar-se em achados fáceis ou maneirismos pessoais, beneficiava-se ainda com a estreiteza artística das gerações anteriores, que quase só haviam explorado um gênero, entre o "vaudeville" francês e a velha comédia de costumes brasileira. Os movimentos que fecham o século XIX – naturalismo, simbolismo – e os que abrem o século XX, a partir do expressionismo, permaneciam virgens para o palco nacional, como também o eram a tragédia antiga e o drama moderno, e até mesmo a comédia um pouco mais requintada em seus procedimentos.

Autorizados pelo ecletismo do repertório, lançaram-se os nossos intérpretes em múltiplas direções, procurando reproduzir em cena um pouco de tudo: a sofisticação inglesa – ou aquilo que nos Atores não ingleses parece sempre sofisticação; a malícia do "boulevard" parisiense;

o balbuciante realismo nacional; as modulações de voz, próximas do canto, do teatro grego; a intensidade emocional e física das peças americanas. Os resultados variavam do péssimo ao excelente, mas deixando sempre um saldo favorável, um alargamento dos meios expressivos. Este tateamento não se completava sem a pesquisa técnica, visto que se tornava necessário inventar, em língua portuguesa, com gestos e inflexões forçosamente nossos, soluções dramáticas que correspondessem aos modelos estrangeiros. Tratava-se, na verdade, de um experimentalismo, mas de tipo especial: a recriação em termos nacionais de práticas alheias.

O antagonismo entre duas gerações de intérpretes

O corte histórico revelou-se tão abrupto que cindiu os atores em dois blocos exclusivos. Os elencos egressos do amadorismo não admitiam normalmente intérpretes de mais de 30 anos – Sadi Cabral e Eugênio Kusnet (1898-1975) foram honrosas exceções –, não por intolerância geracional, embora esta também existisse, mas por incompatibilidade de métodos e estilos. A quem se habituara a meses de ensaios, para dar um pequeno e significativo exemplo, a presença do ponto, mais do que uma inutilidade, afigurava-se um estorvo. As falas tinham de vir de dentro, com as inflexões ditadas pela convicção interior. Já Atores como Jaime Costa e Procópio Ferreira, não obstante a longa prática, ou talvez por causa dela, não se sentiam seguros no palco sem aquela voz sussurrante que garantia a continuidade do espetáculo. Modesto de Souza, bom intérprete de papéis populares, criador de "Cachacinha" na comédia *Anastácio* de Joracy Camargo, negou-se a trabalhar no TBC, então em seu apogeu, porque julgava a ausência de ponto um desrespeito à profissão. O mesmo se diga com referência ao "caco", às improvisações em cena. Para os veteranos, nas palavras já citadas de Procópio, surgia ele como o complemento indispensável da peça, emprestando à representação o seu toque final. Os jovens, em contrapartida, não podiam considerá-lo senão uma insuportável excrescência. A dignidade do ator residia no respeito ao texto. Ele era o executante, não o compositor ou o maestro.

Não se compreenderia bem o internacionalismo do período sem o pano de fundo da Segunda Guerra Mundial. Do lado de cá do Atlântico, estávamos ansiosos por reatar laços momentaneamente rompidos. Do lado de lá, dificuldades econômicas facilitavam o êxodo de artistas e intelectuais. O que sucedia no teatro acontecia igualmente nas artes plásticas, com a realização das primeiras bienais paulistas, e nas universidades, com a política de contratação de professores europeus. O Brasil sentia a necessidade de expandir-se, escapar de quadros demasiado provincianos, ter acesso à comunidade internacional.

Ao representarmos peças estrangeiras entrávamos na posse de um patrimônio a que também tínhamos direito – e nem foi outro o processo pelo qual manifestações literárias de tão fortes raízes nacionais como o romantismo e o modernismo se aclimataram em solo brasileiro. Diante de nossa inocência teatral, encenar um García Lorca ou um Sartre, um Bernard Shaw ou um O'Neill significou em certo momento uma aventura tão revolucionária quanto, logo após a Semana de Arte Moderna, escrever um poema livre, à maneira de Blaise Cendrars, ou pintar um quadro de inspiração cubista.

O internacionalismo, se estimulou certos setores, não deixou de inibir momentaneamente outros. Os candidatos a Encenador – Encenador brasileiro capaz de competir com os estrangeiros não havia mesmo nenhum – ou se refugiavam à sombra dos europeus, como assistentes de direção, ou iam buscar na fonte, de preferência na França e nos Estados Unidos, os conhecimentos que lhes abririam as portas do teatro. O momento era de aprender em silêncio, ninguém se arriscando a confrontos prematuros e desiguais.

A temática estrangeira na dramaturgia nacional

Quanto à criação literária, também ela passou por uma fase difícil de adaptação. Os mais arrojados entre os nossos autores saíram a campo para enfrentar os de fora no próprio terreno deles, se assim podemos dizer. Na primeira temporada moderna de repertório estritamente nacional, a da companhia Fernando de Barros, em 1949, encabeçada por Tônia Carrero, Ziembinski e Paulo Autran, duas peças, justamente as de maior sucesso, passavam-se em tempos e terras distantes. *Amanhã se não Chover*, de Henrique Pongetti (1898-1979), colocava em cena anarquistas europeus de fins do século, que pareciam então, ao contrário de hoje, ridiculamente anacrônicos e simpaticamente inofensivos. *Um Deus Dormiu lá em Casa*, de Guilherme Figueiredo, traduzia em linguagem tropical, de irreverente comicidade carioca, o enredo clássico de *Anfitrião*, nascido na Grécia e rejuvenescido em termos franceses por Jean Giraudoux nas vésperas da guerra. Tanto bastou para que a crítica saudasse com entusiasmo o seu autor como o Giraudoux brasileiro.

Em outra temporada com a mesma orientação nativista, a da companhia organizada pelo Serviço Nacional de Teatro em 1953, novamente dois originais não tratavam de assuntos locais. *A Canção Dentro do Pão*, de R. Magalhães Jr., farsa de qüiproquós não destituída de graça e leveza, ocorria em Paris durante a Revolução Francesa, enquanto *A Raposa e as Uvas*, também de Guilherme Figueiredo, tinha como pretexto as fábulas

de Esopo, partindo daí para narrar, por sua vez, uma espécie de fábula dramática sobre a liberdade humana.

Por duas vezes cruzamos com o nome de Guilherme Figueiredo – e não por acaso. Foi ele, efetivamente, quem explorou mais metodicamente o filão internacionalista, de aproveitamento dos grandes mitos literários ocidentais, justificando-se, a propósito das obras citadas, com as seguintes palavras: "Insisto em dizer que uma e outra peça – assim como *A muito Curiosa História da Matrona de Efeso* e os *Fantasmas,* que com elas completam o volume das *Quatro Peças de Assunto Grego,* publicado pela Editora Civilização Brasileira – são pelo tratamento do assunto, pela intenção do conteúdo, pela linguagem, peças brasileiras, tanto quanto a Grécia seria francesa com Racine, alemã com Goethe, inglesa com Shakespeare."[28] Para alguma coisa, de resto, valeu-lhe a universalidade clássica: ele foi dos autores nacionais mais representados no exterior durante o período, sobretudo por intermédio de *A Raposa e as Uvas,* não obstante a sua pesada retórica.

O próprio Nelson Rodrigues, tão entranhadamente carioca, não permaneceu de todo imune à tentação universalizante. As peças que denominou "tragédias", escritas muitas delas em sucessão imediata a *Vestido de Noiva,* inspiravam-se no modelo supremo com que tantas vezes lhe acenara a crítica – o teatro grego, nada menos que o grande teatro grego, de Ésquilo, de Sófocles, de Eurípides. Mas a travessia da Grécia para o Brasil não se fizera sem intermediários. Eugene O'Neill, querendo criar em moldes clássicos a tragédia americana, procurou em *Mourning Becomes Electra* um equivalente atual para a noção de Destino, encontrando-o na psicanálise, nos complexos complementares de Electra e de Édipo, possível ponto de junção entre a Fatalidade religiosa de outrora e o moderno determinismo psicológico. O homem de fato está condenado, conclui O'Neill, mas não por deuses, por seus demônios interiores. Esse, indubitavelmente, o alicerce de peças como *Álbum de Família, Anjo Negro, Senhora dos Afogados,* concedendo-lhes uma inconfundível semelhança com a tragédia grega: enquanto forma, por exemplo, a divisão nítida entre os protagonistas, portadores dos conflitos, e o coro que emoldura a ação, formada por vizinhos, parentes, circunstantes; e enquanto conteúdo, as famílias marcadas pelo sofrimento, designadas para o dilaceramento interior, com a maldição que as obriga ao crime e ao castigo passando de pais

[28] G. Figueiredo, *A Raposa e as Uvas, Um Deus Dormiu lá em Casa,* Civilização Brasileira, 2ª edição, Rio de Janeiro, 1970, Prefácio (sem numeração de página).

a filhos. O incesto é a única lei que conhecem, já que nem para o amor nem para o ódio conseguem sair de si mesmas. As antinomias em que se debatem são sempre extremas – pureza ou impureza, puritanismo ou luxúria, virgindade ou devassidão, religiosidade ou blasfêmia –, em consonância com os sentimentos individuais que se definem (ou se indefinem) pela ambivalência, indo e vindo constantemente do pólo da atração para o da repulsão, em reviravoltas bruscas que proporcionam as surpresas do enredo. A psicanálise não é um dado científico, nem uma reflexão pessoal sobre a conduta do homem, mas apenas o suporte sobre o qual se constrói o edifício dramático. As personagens são brasileiríssimas e do nosso tempo, mas sem que exista nessas peças qualquer intuito de retratar a realidade em seus níveis habituais, psicológicos ou históricos. Teríamos, quando muito, a irrupção, surpreendente no contexto do cotidiano, de impulsos primevos, elementares – e aí é que estaria o laço de parentesco com a tragédia grega, na interpretação dada a esta por Freud.

Paralelamente, Nelson Rodrigues, brincando com os gêneros teatrais, ia escrevendo as suas "tragédias cariocas" e "tragédias de costumes" *(A Falecida, Boca de Ouro, Beijo no Asfalto, Perdoa-me por me Traíres),* ligadas mais de perto à paisagem social do Rio de Janeiro, além de esporádicas "divinas comédias" *(Os Sete Gatinhos)* e até mesmo algumas "farsas irresponsáveis" *(Dorotéia, Viúva porém Honesta),* o máximo de irresponsabilidade que o palco se pode permitir, posto que a farsa, por si mesma, já não costuma responder por nada do que faz em cena.

A nova temática nacional

Dois escritores nem que quisessem conseguiriam universalizar-se, no sentido de escapar ao Brasil, por sua especialidade – o teatro cômico, sempre mais circunstancial – e também por seu tipo de saber dramático, derivado do contato com o palco, não de leituras. Homens de poucas veleidades literárias, desviados de prósperas carreiras liberais pelo avanço social do teatro, que lhes facultava passar à cena sem desdouro, o forte empirismo de suas peças não os impediu de se tornarem importantes chamarizes de bilheteria. É que falavam, mais que de seu país, da cidade onde haviam nascido e onde moravam, Rio e São Paulo respectivamente, com pleno conhecimento de causa.

Silveira Sampaio (1914-1964) retratou Copacabana na *Trilogia do Herói Grotesco (A Inconveniência de Ser Esposa,* de 1948; *Da Necessidade de Ser Polígamo* e *A Garçonnière de Meu Marido,* de 1949), no momento exato em que a esposa, a tradicional dona-de-casa, principiava a arrogar-se direitos "psicossexo-sentimentais" (a expressão é dele) idênticos aos do marido. O mecanismo das três peças praticamente se sobrepõe:

no primeiro ato, o homem, seguro de si, afirma com grande liberalidade as suas aspirações ao amor fora e acima do casamento; nos dois restantes – e é isso que o surpreende, arrancando-lhe frases do mais inflamado moralismo – percebe que a mulher, não qualquer uma, mas a sua, a companheira sacrossanta do lar, não só o acompanha, mas até o ultrapassa em tal direção, completando a poligamia com a mais descarada poliandria. O contraste entre as palavras altissonantes – "não há mais pudor... mais dignidade... mais nada"[29] – e a nova realidade sexual acentuava-se através de processos clássicos na comédia: a simetria, a inversão de perspectiva, a repetição das mesmas falas em situações opostas. O homem de sociedade, fino, educado, bem-falante, desconjuntava-se – na personalíssima interpretação do Autor – frente à traição conjugal, transformando-se de repente num caricato boneco de engonço, de voz fanhosa, traços apalermados, pernas desconexas e exageradamente compridas – a imagem do ego masculino ferido em sua vaidade. Nem esse estilo cômico, que a crítica aproximou do expressionismo pelo grotesco, nem esse adultério estranhamento bilateral, tinham qualquer coisa a ver com a tradicional comédia brasileira, que admitia no máximo ligeiras escapadelas masculinas. Se algo ainda lhe faltou foi o que o meio não lhe exigiu, um esforço maior no sentido de extrair as últimas conseqüências das ótimas idéias que tinha, não as deixando no estágio de esboço interessante.

Abílio Pereira de Almeida (1906-1972) encarava por outro ângulo as modificações que ao mesmo tempo se operavam em São Paulo. Do meio para o fim as suas comédias tendiam a cair no dramalhão, à medida que o observador de costumes cedia lugar a um feroz e limitado moralista. Ao passo que Silveira Sampaio parecia dizer "como tudo isso é divertido", sem se manifestar pró ou contra, Abílio não calava a sua indignação (em parte falsa, para satisfazer a platéia) perante o que, sem a leveza carioca, assumia ares desagradáveis de devassidão burguesa. Peças como *Moral em Concordata* (1956) e *Rua São Luís, 27, 8.º Andar* (1957) revelavam uma alta sociedade pouco imaginosa até em seus prazeres materiais, não acreditando nos próprios valores, mas incapaz de encontrar substitutos para eles. O que em circunstâncias diversas poderia ser tido como liberação sexual expunha-se como pura depravação, tirando da baixeza motivos extras de comprazimento. Daí a ambigüidade dessa dramaturgia ale-

---

[29] S. Sampaio, *A Trilogia do Herói Grotesco*, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1961, pp. 69, 39.

gre por fora e amarga por dentro, que saciava duplamente o público, tanto ao exibir quanto ao condenar o vício.

As suas peças mais penetrantes são as relacionadas com o dinheiro, considerado tacitamente como a força motriz das ações humanas. A contradição entre a consciência moral do indivíduo e a prática coletiva, entre a difícil honestidade pessoal e a irresistível impulsão para o enriquecimento lícito ou ilícito, inspirou-lhe cenas bem menos convencionais, de sutil acomodação entre palavras e atos, de transações que não se formalizam, ficando nas entrelinhas. *Santa Marta Fabril S. A.* (1953) e *... em Moeda Corrente do País* (1960) reproduzem com exatidão fotográfica – e também com as limitações da fotografia – dois momentos importantes da vida brasileira: a reconciliação entre Getúlio Vargas e a indústria paulista, ambos desejosos de sepultar no esquecimento a rebeldia de 1932; e a onda generalizada de corrupção, apanhando grandes e pequenos, que acompanhou o furor desenvolvimentista desencadeado por Juscelino Kubitschek.

Bom observador (e a sua banca de advocacia deve ter-lhe valido como excelente posto de escuta), hábil no manejo do diálogo teatral, Abílio só não se completou por não possuir um arcabouço literário e ideológico mais sólido. Desbravador de terreno, em sua condição de primeiro comediógrafo paulista, tentado além do mais pelo sensacionalismo que lhe proporcionou mais de uma vez polpudos rendimentos, estava destinado a enxergar de longe a terra prometida da nova dramaturgia sem nunca chegar a ingressar nela.

Pedro Bloch – para não esquecer nenhum dos Autores de sucesso do período – foi o mais desinibidamente comercial dos três, não tanto por amor à bilheteria – médico, como Silveira Sampaio, não dependia do palco –, mas porque os seus limites, como pensador e como especialista em teatro, coincidiam exatamente com os do grande público. Ele nunca hesitou em compor peças sob medida para determinadas personalidades (*Dona Xepa* para Alda Garrido, em 1952) ou em imaginar situações carregadas de melodramaticidade, abrindo as comportas para o histrionismo latente em tantos atores, mesmo entre os maiores.

As Mãos de Eurídice correu mundo, a partir de sua primeira representação brasileira, feita por Rodolfo Mayer em 1950, porque tinha a sabedoria, ou a esperteza, de comprimir todo um elenco imaginário de personagens – marido, mulher, amante, sogro, sogra, filhos – na figura de um único intérprete. Através das reminiscências caóticas deste é que se definiam espaço e tempo, é que revivia para o público a sua constelação familiar. Mas esta liberdade formal, esta licença poética própria do teatro

moderno, funcionava apenas para que o protagonista, arrependido de sua fuga ao lar, voltasse à esposa ao cair do pano, exclamando com ênfase equivalente às maiúsculas do texto: "DULCE! EU VOLTEI, DULCE! Chora e ri ao mesmo tempo e cai de joelhos como em prece, EU VOLTEI!" Se o sentimentalismo parecer excessivo, bastará lembrar a escusa que o Autor – ou alguém por ele – colocou no prefácio de *Esta Noite Choveu Prata!* (1957), outra peça, seja dito de passagem, com várias personagens distintas e um só Ator verdadeiro no palco: "Sim, a peça tem muita coisa simples e primária. Não tenhamos vergonha nem da simplicidade, nem do primarismo. É a volta ao sentimento primário, o pisar de novo a terra com pé descalço, que dão à vida sua verdadeira beleza, sua autenticidade verdadeira (*sic*). O mundo atravessa os momentos que atravessa porque ignora a profundidade das coisas mais simples".[30]

Do seu teatro, em qualquer caso, restou uma lição que não tem sido esquecida. A peça com duas ou três personagens, se o monólogo não for mesmo exeqüível, acaba por agradar a todos: aos Empresários, pela economia; aos Atores, por isolá-los, ressaltando-os em cena; e ao público, por se prestar às exibições de virtuosismo.

Situação do teatro nacional nos fins da década de 50

Guilherme Figueiredo, ao encaminhar-se a década de 50 para o seu final, traçou com muito espírito de síntese um panorama que destacava seja o progresso realizado, seja as esperanças relativas ao futuro: "O teatro brasileiro se abre em largas e promissoras perspectivas. A qualidade da criação melhora, o público se torna mais denso; as editoras se voltam para as obras teatrais; o Comentarista, o Crítico, o repórter ganham mais espaço nas revistas, jornais e emissoras de rádio e televisão; os cursos oficiais e particulares começam a apresentar o resultado dum ensino que aos poucos se sistematiza; os teatros estudantis e de amadores se multiplicam; o rádio, o cinema e a televisão já oferecem um relativo campo de estabilidade para o Ator; as companhias e grupos aceitam a concepção de 'teatro com um todo', exigindo igual compreensão por parte dos Atores, Diretores, Cenógrafos, Músicos e Técnicos; (...) porções da sociedade economicamente confortável desta terra pobre reservam aparas do seu esbanjamento para o mecenato teatral; e até o homem público brasileiro, em geral tão alheio ao que não se refira a cargos e nomeações, ao gosto fisiológico do poder, já se ensaia em toscas sugestões ao amparo, breves centelhas de legislação no

[30] P. Bloch, *As Mãos de Eurídice* e *Esta Noite Choveu Prata!*, Edições de Ouro, Rio, s.d., pp. 106, 117.

meio da politiquice sem Política, visando ao teatro como expressão de gênio de um povo. Tudo isto indica um crescente interesse geral pelo teatro." E acrescentava, em outro período e outro tom: "É para este interesse que pretendo trazer a minha contribuição, na tentativa de seduzir uma geração de jovens escritores que não é mais a minha, e pode ter a ventura de se formar fora do signo do autodidatismo."[31]

Guilherme Figueiredo tinha razão tanto no entusiasmo com que saudava o renascimento do teatro quanto na ligeira restrição que terminava por fazer, aludindo ao autodidatismo dos Autores nacionais. A sua geração conseguira o milagre de ressuscitar uma arte julgada moribunda, tocando-lhe em alguns pontos essenciais. O repertório alargara-se de modo a incluir o passado clássico e o presente europeu ou americano. O Encenador ascendera de funções meramente práticas para as de verdadeiro criador do espetáculo. O Ator libertara-se da eterna farsa nacional. E o público voltara, em quantidade não suspeitada nem mesmo pelos mais otimistas. As primeiras representações do TBC, para conservar o nosso paradigma, ficavam em cartaz de três a quatro semanas, atraindo um público médio de dez mil pessoas. Quinze anos depois, *Os Ossos do Barão*, de Jorge Andrade, com direção de Maurice Vaneau, teve 110 mil espectadores, permanecendo em cena por mais de um ano. Não era uma companhia isolada, mas todo o teatro que avançava, causando uma euforia coletiva de que dão bom testemunho as palavras de Guilherme Figueiredo. Em números absolutos a comunidade teatral continuava pequena, mas, crescendo em progressão geométrica, ocupava momentaneamente o centro das atenções.

Esse interesse avultava ainda pela freqüência com que éramos visitados pelos melhores conjuntos franceses e italianos – ou seja, sobretudo àquela altura, alguns dos melhores do teatro ocidental. Por entre a variedade de Autores apresentados e por sobre a diversidade de estilos e de propostas, muitas já apontando para a década de 60, pairava um padrão que poderíamos classificar de internacional: montagens ricas, grandes elencos, repertório em parte clássico, cenografia (mesmo quando reduzida a dispositivos cênicos) e indumentária faustosas. Era um teatro sereno, requintado, imaginoso, bem cuidado materialmente, ainda não sensibilizado pelas convulsões revolucionárias que se aproximavam. O Modernismo fora digerido, assimilado, perdendo a agressividade dos primeiros

[31] G. Figueiredo, *Xantias, Diálogos Sobre a Criação Dramática*, Editora Civilização Brasileira, Rio, 1957, pp. 2-3.

"ismos" – futurismo, dadaísmo, surrealismo. Quanto à política, anunciava-se ela, nesse interregno de "guerra fria", mais como confronto de potências que como experiência revolucionária pessoal.

Esse o quadro no qual o Brasil desejava ingressar. O teatro, se não figurava entre as mais vanguardistas de suas artes, parecia sem dúvida a mais inquieta, a de maior vitalidade no momento. Certas nuvens, no entanto, começavam a surgir na linha do horizonte. Em tudo que nos vinha do estrangeiro, sob a forma de textos literários ou de projetos de encenação, brilhávamos. No que competia especificamente a nós, só com imensa dificuldade vencíamos as incertezas geradas pelo autodidatismo. Quase não havia Encenadores e Cenógrafos nacionais – estes um pouco mais numerosos que aqueles – e a dramaturgia, em vez de constituir o nosso ponto forte, como eixo que é da criação dramática, acusava, ao contrário, a nossa irrecusável debilidade. Os Autores com que contávamos ou provinham de outros gêneros literários ou eram Médicos e Advogados que, em plena maturidade, tentavam encontrar uma carreira mais condizente com as suas aspirações profundas. Alguns demonstravam uma aguda intuição, aprendendo à própria custa tudo o que sabiam sobre o teatro. Tal era o caso, notadamente, de Nelson Rodrigues, no drama, e de Silveira Sampaio, na comédia. Mas, de modo geral, faltavam aos nossos escritores a familiaridade, o domínio técnico da profissão, de quem se formou como homem e como artista já dentro do palco, falando a linguagem dramática como se fosse a própria.

Em suma, o teatro brasileiro consumara o primeiro daqueles dois "trancos" reputados por Antônio de Alcântara Machado, em 1926, como imprescindíveis à implantação do Modernismo: "Sim, porque o primeiro tranco foi no sentido de integrar a literatura brasileira no momento. No momento universal, claro está. Daí o espanto. Demos de repente um pulo de 50 anos pelo menos. Para podermos emparelhar com o resto do mundo decente." Chegara agora a vez do "segundo tranco", justamente o mais difícil: o da "integração no ambiente. Fazer literatura brasileira (...)."[32]

Os Autores e Encenadores nacionais que atingiam a idade da razão nas vésperas de 1960 não tinham, pois, motivos de queixa. Sobrara ainda tanta coisa por fazer que eles, com a inconsciência criadora dos filhos, podiam perfeitamente sustentar que os pais nada haviam realizado. A revolução cênica continuava – e não como simples disputa de gerações.

---

[32] A. A. Machado, *Cavaquinho e Saxofone*, José Olympio, Rio, pp. 395, 309.

3

Novos Autores

Aos poucos, aqui e ali, por todo o Brasil, mas concentrando-se particularmente em São Paulo, foram surgindo as peças que o nosso teatro reclamava para completar a sua maturidade. Em 1955, *A Moratória*, de Jorge Andrade. Em 1956, no Recife, com a descida triunfal ao Rio de Janeiro no ano seguinte, o *Auto da Compadecida*, de Ariano Suassuna. Em 1958, *Eles não Usam Black-Tie*, de Gianfrancesco Guarnieri. Em 1959, *Chapetuba Futebol Clube*, de Oduvaldo Viana Filho (1936-1972). Em 1960, *O Pagador de Promessas*, de Dias Gomes, e *Revolução na América do Sul*, de Augusto Boal. Descontando os de atuação mais efêmera, em média, a revelação de um Autor importante por ano.

Todos eles tinham em comum a militância teatral e a posição nacionalista. Jorge Andrade fizera os quatro anos da Escola de Arte Dramática de São Paulo. Ariano Suassuna participava do movimento amador suscitado em Pernambuco por Hermilo Borba Filho (1917-1976) com a finalidade de criar uma dramaturgia nordestina.[33] Dias Gomes apurara longamente no radioteatro a técnica da comunicação sintética e efetiva. Os outros eram ou Encenadores (Boal) ou atores (Guarnieri, Vianinha), contando somente com o palco como meio de subsistência. Quanto ao lado nacionalista, todos o representavam, seja por inclinação política, seja por retratar em cena aspectos menos conhecidos ou menos explorados dramaticamente do Brasil, seja, enfim, pela simples presença em palco de suas peças, o que, em face do predomínio de repertório estrangeiro, significava sempre uma tomada de posição, se não deles, ao menos das empresas que os encenavam. Começava-se a apostar no Autor brasileiro, como antes se apostara na possibilidade de se fazerem espetáculos modernos entre nós.

O fenômeno, resultando de um processo natural de crescimento, nada tinha de restrito, estendendo-se também aos Encenadores nacionais, que principiavam a substituir sem desvantagem os europeus. Mas, como no caso do TBC, houve uma companhia paulista que compreendeu e exprimiu melhor do que as outras os imperativos da década, chamando para si a tarefa de nacionalizar os nossos palcos. O elenco de Franco Zampari havia influenciado mais pelo exemplo, pela prática, ao contrário do Teatro de Arena, que não só teorizou com abundância, através de notas de programa, entrevistas, prefácios de livro, como procurou sempre rees-

[33] Sobre o teatro em Recife: Joel Pontes, *O Teatro Moderno em Pernambuco*, Buriti, S. Paulo, 1966.

crever em benefício próprio a história recente. Para isso concorreram vários fatores: a vocação ensaística e o espírito polêmico de Augusto Boal; a fase em que entrava o Brasil, de agudo questionamento político; e a necessidade de estabelecer novas bases estéticas e sociais para a renascente dramaturgia nacional.

O Teatro de Arena

Em seus primeiros passos, contudo, o Teatro de Arena, fundado por José Renato ao sair da Escola de Arte Dramática, em 1953, não ambicionava mais do que abrir caminho para os iniciantes na carreira, propondo-lhes uma disposição cênica diferente – Atores no centro, espectadores ao redor –, já experimentada com êxito nos Estados Unidos e que facilitava enormemente a formação de novas companhias. Se os teatrinhos adaptados, como o TBC, haviam dado um passo à frente no sentido de barateamento da produção, o chamado *arena stage* ia muitíssimo além, dispensando cenários elaborados e, mais do que isso, reduzindo radicalmente o espaço teatral. Era colocar ao alcance de todas as bolsas, ou quase, a possibilidade de organizar um pequeno grupo profissional – mas com sede própria, condição indispensável em face da carência de salas de espetáculos.

Não foi, todavia, a forma "teatro de arena", embora ela obrigasse a uma reformulação completa das relações quer entre os Atores em cena, quer entre estes e o público, que deu prestígio ao conjunto. A projeção só lhe veio quando se juntaram a José Renato três jovens homens de teatro destinados a revolucionar a dramaturgia brasileira. Augusto Boal trazia dos Estados Unidos a técnica do *playwriting*, no que diz respeito ao texto, e, quanto ao espetáculo, uma preocupação maior com a veracidade psicológica, conseqüência já do "método Stanislawski", difundido por intermédio do Actor's Studio de Nova York. Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Viana Filho, por seu lado, ambos filhos de artistas esquerdistas, ambos ligados desde a adolescência a movimentos estudantis, chamavam o teatro para a realidade política nacional, cuja temperatura começava a se elevar. Da interação entre esses elementos, artísticos uns, sociais outros, do jogo de influências, travado entre pessoas com pouco mais de 20 anos, na idade da maior incandescência emocional e intelectual, resultou a fisionomia definitiva do Teatro de Arena.

A sua grande originalidade, em relação ao TBC e tudo o que este representava, era não privilegiar o estético, não o ignorando, mas também não o dissociando do panorama social em que o teatro deve se integrar. Desta postura inicial, deste "engajamento" – palavra lançada pouco antes por Sartre – é que adviriam os traços determinantes do grupo, o esquer-

dismo, o nacionalismo e o populismo (em algumas de suas acepções), a tal ponto entrelaçados que apenas a abstração conseguirá separá-los.

O teatro político ou social

O esquerdismo não nos vai ocupar, já que a sua aplicação ao palco não exigiu qualquer esforço de originalidade – nem a originalidade estava nos planos de uma esquerda sedimentada, senão mesmo estratificada, desde 1935. Quanto ao nacionalismo, ele fora no passado brasileiro, como se sabe, uma arma da direita, alicerçada na admiração pela natureza tropical ou na atração exercida por forças sociais algo místicas, aureoladas de espiritualidade e religiosidade, como a raça e a tradição. O nacionalismo de esquerda, autorizado na década de 30 pelo exemplo russo, tinha caráter oposto: era crítico, voltado para os fatos econômicos, com um forte cunho pessimista, de quem carrega nos males presentes, já de si bastante carregados, para melhor justificar as esperanças do futuro.

No teatro, a posição nacionalista foi extremamente fecunda porque tinha uma missão imediata: restituir aos brasileiros o lugar que lhes competia, restabelecendo o equilíbrio momentaneamente perdido. O sucesso de *Eles não Usam Black-Tie,* sucesso completo, maciço, de imprensa e de bilheteria, restaurou a crença no valor, inclusive comercial, das peças nacionais, com o Arena marchando à frente dos acontecimentos. A esta primeira etapa, de incentivo à produção local, sucedeu aquela que Augusto Boal chamou de "nacionalização dos clássicos". Tratava-se agora de transportar ao espetáculo a intenção nacionalizante, encontrando-se um estilo brasileiro capaz de preservar a nossa peculiar maneira de ser, as nossas idiossincrasias idiomáticas e gestuais, mesmo perante as grandes peças estrangeiras. Se o ideal do TBC havia sido o de adequar o Ator ao texto, qualquer que fosse a procedência deste, visava-se agora quase ao contrário: ao texto é que teria de se adaptar aos intérpretes e sobretudo ao novo público a que se dirigia.

O populismo, das três idéias acima referidas, talvez fosse a dominante, já que as outras vinham desaguar nela. A noção de luta de classes valorizava naturalmente o povo, compreendido, segundo a ótica marxista, como a soma do operariado e do campesinato, ao passo que o conceito de nação restringia-se sem dificuldade às camadas populares, com exclusão da burguesia – o antipovo e a antinação por excelência.

A presença de gente humilde não era fato inédito em palcos brasileiros. A comédia de costumes, entre 1920 e 1930, através de Autores como Viriato Corrêa e Oduvaldo Viana, este já tocado pelo anarquismo e pelo socialismo, comprazera-se na contemplação das vidas simples, das exis-

tências medíocres, do encanto emanado do campo ou dos subúrbios. Mas as entrelinhas sugeriam invariavelmente que os pobres, a título de compensação, possuem uma inocência, uma pureza de sentimentos, uma alegria de viver e uma felicidade superiores a tudo que os ricos possam ter. Bem-aventurados os necessitados de bens materiais porque deles será o reino do palco...

Nas primeiras peças de Guarnieri – *Gimba, A Semente,* além de *Eles não Usam Black-Tie* – subsiste ainda muito desta visão lírica, deste carinho especial pelo povo, encarado enquanto modo de viver, não enquanto classe social. Mas o sentimentalismo, a nota romântica, corrigiam-se na medida em que as personagens viam-se arrancadas de sua vida idílica e lançadas em plena luta social, com greves, manifestações coletivas, repressões policiais violentas – o panorama, em suma, do Brasil das últimas décadas. Passando a agir como Operários em luta contra os Patrões: e não mais como simples indivíduos, assumiam eles não só a sua classe mas também uma herança revolucionária que, invertendo a expectativa (filhos rebeldes, pais acomodados), recaía sobre os mais moços como uma carga dura de suportar, tirando-os de seu sossego e prejudicando-os em seus projetos de ascensão econômica.

O populismo das peças acarretava o da representação. Os Atores faziam tudo para romper as convenções do palco, para escapar ao formalismo cênico, aproximando-se tanto quanto possível da maneira como de fato o povo anda e fala. Se é verdade que há dois Brasis (talvez haja muitos mais), o esforço do Arena sempre se fez no sentido de descobrir para o teatro o outro Brasil, o segundo Brasil certamente não aquele visto por Silveira Sampaio e Abílio Pereira de Almeida, nem mesmo o de Nelson Rodrigues, que nunca ultrapassa a classe média baixa.

A popularização alcançava igualmente os clássicos, que eram não só nacionalizados, mas reinterpretados em termos de comicidade popular, o único traço estilístico, na opinião de Boal, que se encontra em todos os gêneros de comunicação teatral brasileiros, da peça de costumes às pantomimas circenses, dos números de televisão aos *sketches* do teatro de revista. As grandes comédias européias (tragédias e dramas não faziam parte do programa), encenadas por esse ângulo, pendiam mais para o riso grosso, para a agressividade devastadora da farsa – realizada, aliás, com muito talento – do que para a graça sutil e elegante.

Nesse ponto – e não apenas nesse, como veremos – o Arena se distanciava das concepções européias de "teatro popular", surgidas, ou melhor ressurgidas, após a Segunda Grande Guerra. Companhias como o

"Piccolo", de Milão, na Itália, e o Teatro Nacional Popular, na França, preocupavam-se principalmente com duas metas: de um lado, aumentar o público, até atingir todas as classes sociais; de outro, montar as peças mais significativas do repertório clássico, livrando-se da estreiteza estética e humana do realismo burguês. O espetáculo seria uma cerimônia de confraternização social em torno das obras-primas universais. Partia-se do princípio de que o povo também tinha direito ao teatro – ao melhor teatro, bem entendido, sem nenhuma concessão paternalista.

A perspectiva do Arena não era bem essa. Com relação ao público, não obstante as eventuais e generosas tentativas que fez para chegar às fábricas, aos sindicatos, ou mesmo aos camponeses do Nordeste, jamais se libertou ele do seu teatrinho, daquelas escassas 167 cadeiras que impediam qualquer campanha efetiva de barateamento de ingresso. O máximo que conseguiu, em caráter permanente, foi trocar em parte o público burguês pelo estudantil, mais aberto às reivindicações sociais e mais afeito à linha política do grupo. Quanto ao repertório, as peças clássicas não eram consideradas em si mesmas, por seus valores próprios, servindo antes como argumento a serem lançados na luta pelo poder que se travava no Brasil. Quando diziam o que se desejava ouvir, muitíssimo bem. Em caso contrário, não se hesitava em alterá-las de modo drástico – veja-se, por exemplo, a adaptação de *O Melhor Juiz, o Rei,* de Lope de Vega, em que, apesar do título, o melhor juiz deixava de ser o rei.

Se os teatros populares europeus tinham por mira congregar a todos, sem distinção de classe, no mesmo ritual dramático, o Arena seguia outro caminho, achando, como Brecht disse a Giorgio Strehler, que "o bom teatro deve dividir, não unir".[34] Ou seja, a militância revolucionária marxista, com a sua tradição de luta, vinha em primeiro lugar, o teatro apenas em segundo, ao contrário do que sucedia na Europa.

Em verdade, o conjunto paulista não era popular nem por inspirar-se no povo, não se interessando em pedir-lhe emprestado técnicas e motivos artísticos, nem por dirigir-se especialmente a ele, e sim por retratá-lo com genuína simpatia, e, mais ainda, por representar, real ou supostamente, os seus verdadeiros interesses. Teatro de intelectuais de esquerda, agiu sempre de cima para baixo, através da propaganda doutrinária.

Tal imagem, no entanto, precisa ser retocada. O populismo, no Arena, além de plataforma política e estética, também foi um modo de viver. Os seus Atores, quanto à origem social, não diferiam talvez fundamentalmen-

[34] G. Strehler, *Un Théâtre Pour la Vie,* Fayard, Paris, 1978, p. 27.

te dos do TBC. Mas ao passo que estes se aristocratizaram, refinando elocução e maneiras para estar à altura dos textos estrangeiros, reflexos de sociedades mais civilizadas, o Arena, formado já em outra circunstância histórica, procedeu ao inverso. Não apenas acolheu pessoas de nível econômico modesto como lhes deu condições para exprimir em cena esse lado de suas personalidades, não o julgando nem desairoso nem desprezível artisticamente – antes pelo contrário.

As primeiras peças de Gianfrancesco Guarnieri e Oduvaldo Viana Filho eram dramas realistas. O realismo já não se apresentava como o naturalismo de Zola, no qual o autor devia manter a isenção que se atribui habitualmente à fotografia. Ibsen e Tchecov, no final do século, tinham ensinado como se pode, sem quebrar a naturalidade do retrato, usar símbolos e discutir idéias, deixando transparecer por intermédio das próprias personagens, com maior ou menor discrição, o ponto de vista do Escritor. Era essa técnica, atualizada e posta ao gosto do dia, que o Arena empregava. Mas o realismo, por flexível que seja, nunca cessa de opor obstáculos a quem pretenda expor sem subterfúgios o seu pensamento político, tanto por dar preferência ao concreto, ao indivíduo, sobrepondo com freqüência o psicológico ao social, quanto por postular a ausência de qualquer tipo de mensagem direta.

Revolução na América do Sul, de Augusto Boal, modificava a fórmula da casa, trocando o dramático pelo farsesco e abandonando de vez os processos naturalistas. Realista, no sentido de ligar-se à realidade brasileira imediata, a peça certamente o era. Mas o clima eleitoral de 1960, o nacionalismo demagógico, o falso populismo, a honestidade brandida como bandeira pseudo-revolucionária, o mecanismo democrático funcionando no vazio eram denunciados através da abstração, da tipificação, da redução ao caricatural. O entrecho desenrolava-se numa sucessão de cenas curtas, exemplares, lembrando a técnica – não o espírito – do expressionismo. O intuito era justamente ultrapassar o retrato, desvendando a verdade profunda das infra-estruturas econômicas e mentais. Essa proposta básica, de claras intenções políticas, ajustava-se com perfeição ao temperamento de Boal, pronto a exagerar, a desfigurar o adversário para melhor combatê-lo por meio do riso. Não obstante as desigualdades de nível cômico, as digressões do enredo, as alusões a fatos e personagens esquecidos, o texto permanece ainda vivo, enquanto sátira social, em muitas de suas partes.

Brecht como padrão do teatro de protesto após 1964

A inflexão anti-realista de *Revolução na América do Sul* marcava o início da influência de Brecht no Brasil. As peças seguintes do Arena (atendo-se somente

às mais significativas), escritas depois de 1964 e sob a forma de protestos políticos que pudessem atravessar as malhas ainda não tão apertadas da censura, já são do ponto de vista estilístico respostas brasileiras ao teatro épico. Não se queria aplicar ao pé da letra as suas lições, bastante conhecidas a essa altura, mas assimilá-las, integrando algumas delas em soluções dramatúrgicas originais, adaptadas às condições específicas do Brasil.

Arena Conta Zumbi (1965) e *Arena Conta Tiradentes* (1967), escritas em colaboração por Boal e Guarnieri, tomavam ambas como pretexto a história nacional para evocar rebeliões sufocadas violentamente ou mortas em seu nascedouro – e não por simples coincidência, quer-nos parecer.

Na primeira, os negros do quilombo de Palmares têm unicamente virtudes – vigor físico, sexualidade exuberante, apego às mulheres e aos filhos, amor ao trabalho, disciplina guerreira – e os brancos unicamente defeitos: ou são senis, como D. Pedro, ou de comportamento cênico "o mais repugnante possível" (Domingos Jorge Velho), ou "fresquíssimos todos, afetados, artificiais" (os figurantes em geral). Surpreendentemente, é verdade que, lançando mão de recursos ignóbeis como a disseminação da varíola, os brancos vencem.[35] Interpretada à luz do que acabara de acontecer no Brasil a peça queria dizer apenas uma coisa: nós, da esquerda, nós, o povo, nós, os jovens, somos fortes e puros; vocês, os decrépitos, os impotentes da direita reacionária, só ganham mediante a traição e a torpeza. Um desabafo, portanto, ingênuo politicamente, equivalente às injúrias trocadas entre inimigos nas antigas batalhas campais. A esquerda, abalada pela derrota, denegria os adversários, com um marcado toque machista, reafirmando a crença em si mesma.

Em termos teatrais tudo isso se traduzia, a par de um certo fervor cênico que contagiava e entusiasmava a platéia, numa curiosa inovação: os Atores não interpretavam determinada personagem, passando por todas elas, conforme as circunstâncias. Não custa reconhecer em tal descoberta a influência do famoso distanciamento proposto por Brecht. Ele mesmo sugerira a permuta de papéis durante a fase de elaboração do espetáculo, como meio de objetivar a personagem, desvinculando-a desta ou daquela interpretação particular. A diferença é que o Arena integrava no espetáculo, à vista do público, o que Brecht aconselhava não mais do que como exercício preparatório.

---

[35] As intenções da peça tornavam-se mais claras na encenação do que no diálogo. Todas rubricas acima citadas pertencem ao Roteiro de Montagem que acompanha a edição do texto: *Arena Conta Zumbi*, Musical em 2 atos de G. Guarnieri, Augusto Boal e Edu Lobo, *in Revista de Teatro*, da SBAT, Rio, nov.-dez. de 1970, pp. 29-30.

Arena Conta Tiradentes levava às últimas conseqüências os embriões contidos em *Arena Conta Zumbi*, erigindo a partir deles um bloco teórico compacto intitulado Coringa: "*Coringa* é o sistema que se pretende propor como forma permanente de se fazer teatro – dramaturgia e encenação. Reúne em si todas as pesquisas anteriores feitas pelo Arena e, nesse sentido, é a súmula do já acontecido. E, ao reuni-las, também as coordena, e neste sentido é o principal salto de suas etapas." Sendo pura forma, embora fixa e rígida enquanto tal, seria suscetível de abrigar em seu bojo todos os estilos, cada um atribuído a uma cena em especial, e todos os conteúdos, até os próprios "da conferência: *slides*, leitura de poemas, documentos, cartas, notícias de jornal, exibição de filmes, de mapas, etc.". Se esta anexação do real à trama fictícia da peça lembra de imediato o *Teatro Político*, de Piscator – livro certamente lido por Boal –, Stanislawski e Brecht não deixavam também de comparecer, confraternizando-se, nessa tentativa de somar e superar dialeticamente as antíteses em que se debatia o teatro moderno. Ao "método Stanislawski" caberia "a função protagônica", "na qual se dá a vinculação perfeita e permanente Ator-Personagem: um só ator desempenha só o protagonista e nenhum outro". Estabelecer-se-ia assim a necessária empatia, a identificação afetiva entre o herói (no caso Tiradentes) e o público, "que se perde todas as vezes em que o espetáculo tende a um alto grau de abstração".[36] O distanciamento aplicar-se-ia às demais personagens, interpretadas sucessivamente pelo elenco inteiro, à maneira de *Arena Conta Zumbi*, fazendo-se incidir sobre elas o espírito crítico dos espectadores. Em palavras mais claras: Tiradentes, o herói positivo, com o qual o público deveria simpatizar, era visto como indivíduo, conservando a sua personalidade e seus traços físicos do princípio ao fim; os seus companheiros de conspiração simbolizariam, negativamente, categorias econômicas ou humanas: por exemplo, o Poeta, o proprietário de escravos, o Latifundiário, o Padre, o Militar, o Jurista.

Quanto à estrutura, o texto a recebia quase pronta da tragédia grega, com a sua alternância entre momentos de ação, os episódios, e momentos de reflexão, de comentário ao sucedido, a cargo do coro, nas diversas modalidades imaginadas por Boal. É aqui, precisamente, que intervém a figura do Coringa, síntese de várias experiências feitas pelo teatro ocidental e oriental no sentido de criar um elo intermediário entre o Autor, os Atores e o público: "Em cena funciona como *meneur du jeu, raisonneur,*

[36] A. Boal, *Elogio fúnebre do teatro brasileiro visto da perspectiva do Arena*, prefácio de *Arena Conta Tiradentes*, Sagarana, S. Paulo, 1967, pp. 28, 41, 37 e 38.

Mestre-de-Cerimônias, dono do circo, Conferencista, Juiz, Explicador, Exegeta, Contra-Regra, Diretor de cena, *regisseur, kurogo,* etc. Estaria resolvido desse jeito um dos mais sérios problemas da dramaturgia política: "apresentar dentro do próprio espetáculo a peça e a sua análise", fazendo-se sobressair sem evasivas "o ponto de vista do escritor".

Um último argumento, de outra natureza, não pode ser esquecido neste breve sumário. O Coringa permitiria ainda a encenação de "qualquer texto com número fixo de Atores, já que cada Ator de cada coro multiplica suas possibilidades de interpretação. Reduzindo-se o ônus de cada montagem, todos os textos são viáveis".[37] Instituindo em princípio estético o que já se procedia na prática por mera necessidade econômica nas peças de elenco numeroso – o desdobramento do Ator por mais de uma personagem – a companhia voltava por assim dizer às suas origens, oferecendo uma solução capaz de baratear a produção e popularizar o teatro. Ao formato "Arena" somava-se o "sistema Coringa".

Esse sistema servia perfeitamente aos desígnios políticos de *Arena Conta Tiradentes,* formando um conjunto peça-espetáculo de não pequena originalidade, em que se fundiam as informações históricas sobre a Inconfidência Mineira (colhidas nos *Autos da Devassa)* e as extensões analógicas aplicáveis ao Brasil contemporâneo, tudo isto dentro de um quadro cênico de constante mobilidade, que ia da mais deslavada molecagem nacional (o lado alegre, farsesco, do Arena) até a emoção libertária. O único erro de Boal parece ter sido o de considerar as invenções formais do texto e da representação como fórmulas definitivas, válidas para todos os Autores e todas as representações – uma espécie de pedra filosofal do teatro brasileiro.

Duas tendências se contradizem no Teatro da Arena. Por sua composição, fundamentada sobre afinidades pessoais e ideológicas, ele nunca se abriu, nem quanto a Atores, nem quanto a Autores, quase só encenando os que de alguma forma se ligavam ao grupo (Francisco de Assis, Flavio Migliaccio, Roberto Freire). Mas pelas excursões que empreendeu, por sua contínua e convincente pregação nacionalista e populista, que coincidia ponto por ponto com o clima político da época, estendeu largamente a sua zona de influência, abarcando até as companhias mais velhas. Basta dizer que a segunda peça de Guarnieri, *Gimba,* foi representada pelo Teatro Maria Della Costa, e a terceira. *A Semente,* pelo Teatro Brasileiro de

---

[37] A. Boal, *Elogio fúnebre do teatro brasileiro visto da perspectiva do Arena,* prefácio de *Arena Conta Tiradentes,* Sagarana, S. Paulo, 1967, pp. 39, 31, 35.

Comédia, já ocupado por Encenadores brasileiros simpáticos à esquerda, como Flavio Rangel e Antunes Filho.

A geração de Os Comediantes e do Teatro Brasileiro de Comédia contentara-se em fazer bom teatro. A modernização do espetáculo parecia – e era naquele instante – um fim suficiente em si mesmo. Já os mais jovens passaram adiante, formulando outras questões. Qual o papel do teatro enquanto instituição social? Que teria ele de novo a dizer não só aos artistas, mas aos homens e à sociedade de seu tempo? Tais perguntas, inspiradas por Marx e reavivadas por Brecht, estão na base de tudo que fez o Arena em seu período mais produtivo. Por 10 anos, de 1958 a 1968, funcionou ele como ponta-de-lança do teatro político brasileiro, encenando alguns espetáculos memoráveis, revelando Atores e Autores, e, antes de mais nada, realizando um notável trabalho de teorização – quaisquer que sejam as restrições que *a posteriori* se lhe possam fazer.

Escola do Recife

Paralela e independentemente, o teatro social, quando não político, ia conquistando os palcos do Brasil. No Recife a curva traçada pelos acontecimentos não deixava de reiterar, antecipando-se às vezes, a de São Paulo – se os fatos não se repetiam, a lógica interna era a mesma.

O Teatro de Amadores de Pernambuco, fundado na década de 40 pelo Médico, Professor e Crítico de Arte Waldemar de Oliveira (1900-1977), representava o papel de um TBC menor, valendo-se fartamente do repertório estrangeiro, importando do Sul Encenadores europeus (lá estiveram Ziembinski e Bollini), buscando e achando com freqüência o ponto exato de equilíbrio entre o sucesso comercial e o sucesso artístico. Sem passar ao profissionalismo e sem abandonar o regime de temporadas esporádicas, o TAP assegurou, com admirável pertinácia, até os dias de hoje, a continuidade da vida teatral pernambucana, mantendo sempre alto o nível da interpretação e chegando até mesmo a construir – e a reconstruir, após um incêndio – a sua própria sala de espetáculo, num exemplo único de junção entre o desinteresse amador e as responsabilidades econômicas do profissionalismo.

Em oposição a este teatro que se poderia considerar oficial, pelo prestígio alcançado junto à imprensa, ao público e às autoridades, levantaram-se sucessivas levas de grupos amadores mais jovens e menos organizados, todos de duração efêmera, porém desfraldando precocemente, alguns deles, a bandeira do nacionalismo e da popularização do espetáculo. Hermilo Borba Filho, centro dessa agitação ao mesmo tempo prática e teórica, inspirava-se confessadamente na famosa Barraca com a qual García Lorca alguns anos antes percorrera as estradas da Espanha. O seu intui-

to maior, escrevia ele em 1946, por ocasião da estréia do Teatro do Estudante de Pernambuco, era "plantar no meio do povo a semente do bom teatro". Para tanto propunha-se a oferecer "espetáculos gratuitos (...) com as grandes peças do repertório universal", e a aproveitar no palco, como Lorca fizera em relação à Andaluzia, a rica matéria dramática e humana posta à disposição dos dramaturgos pela região nordestina.[38]

A sabedoria estética de tal programa patentear-se-ia, 10 anos depois, com o êxito, e não apenas no Brasil, do *Auto da Compadecida,* peça não menos nacionalista e populista que as do Teatro de Arena, mas em chave praticamente oposta. Ariano Suassuna identificava-se com o povo do Nordeste não só por ser povo, mas, sobretudo, por ser do Nordeste. Ele não põe em cena o camponês ou o trabalhador braçal, entendidos enquanto classe social ou força revolucionária, e, sim, especificamente, o "amarelo", o cangaceiro, o repentista popular, com toda a carga de pitoresco que a região lhes atribui.

Suassuna não ignora que a sociedade é injusta e a riqueza pessimamente dividida. Mas se a burguesia tem o dinheiro, e o imenso poder que ele dá, os pobres, em suas peças, são capazes de enfrentá-la e até de eventualmente vencê-la, lançando mão da mentira, da astúcia, da presença de espírito, qualidades imaginativas que a própria luta pela sobrevivência, travada dia a dia, hora a hora, se incumbiria de despertar. O sertanejo, em suma, viveria ao mesmo tempo em estado de fome e em estado de graça poética, compartilhando com o Artista os dons da fantasia, celebrando também ele, a seu modo, sem o saber, o triunfo do pensamento criador sobre a matéria. O nacionalismo, dentro dessa perspectiva, é uma conseqüência natural do regionalismo, com os mesmos subtons de nostalgia social e conservadorismo. Que venham o progresso econômico, as transformações, mas lentamente, cautelosamente, sem mutilar o perfil do Nordeste e do país, sem que o brasileiro perca a sua inocência e a sua identidade nacional.

Quanto à universalidade, este teatro basicamente simbólico encontra-a, de preferência à política, na visão metafísica ensejada pelo catolicismo. Dois fatos centrais impor-se-iam ao homem: a morte, que "de um ponto de vista meramente humano (...) não só não tem sentido, como retira toda e qualquer possibilidade de sentido à vida";[39] e a existência de Deus, que restitui ao universo a racionalidade e a significação moral perdidas.

---

[38] H. Borba Filho, *Teatro, arte do povo, in Arte em Revista,* nº 3, S. Paulo, 1980, pp. 60-63.
[39] A. Suassuna, *O Santo e a Porca,* Imprensa Universitária, Recife, 1964, p. 11.

Antes da morte – o quê? O espetáculo risível da cegueira humana, a corrida desenfreada – tratada em tom de farsa, como convém – atrás dos prazeres, o desfile dos vícios e dos pecados, alguns mais aceitáveis, quase simpáticos, o medo, a mentira, a luxúria, outros intoleráveis, porque ligados à riqueza e à ostentação social, como a avareza, a cobiça e a soberba. Transposto aquele limiar terrível – e duas peças de Suassuna ousam ir além da morte –, o confronto com a eternidade é também esperança de salvação, artisticamente porque a comédia não poderia renegar a unidade de tom, teologicamente porque a misericórdia divina é grande a ponto de tudo poder perdoar. Jesus Cristo e Nossa Senhora asseguram a ligação entre a finitude dos homens e a infinitude de Deus, como nos espetáculos medievais. O amor pelos "amarelos", pelos deserdados, não é, portanto, somente apego às particularidades do Nordeste, fazendo parte ainda daquele paradoxo – os últimos serão os primeiros – em que consistia, para Chesterton, a essência do cristianismo. Ariano Suassuna gosta dos humildes exatamente porque o são, como abomina a burguesia, por sua empáfia e seu farisaísmo. Os julgamentos de que parte ou a que chega são morais, nunca políticos.

Mas o populismo comporta ainda uma terceira e derradeira camada – a artística. Teatro popular, para o Autor de *O Santo e a Porca*, baseado na *Aulularia* de Plauto, e *A Pena e a Lei*, derivada do fabulário nordestino, significa cruzar duas correntes que não se contradizem porque fluem da mesma fonte. Uma, de natureza erudita, vem-nos de Roma, passando por Gil Vicente, Autor de sua especial predileção. A outra, ao contrário, emana do povo, subindo ao palco profissional após ter hibernado em manifestações teatrais tão modestas e tão fundamente arraigadas em solo nordestino como as danças dramáticas, as pantomimas circenses e o teatrinho de bonecos (mamulengos, na expressão local). Recebendo do povo não só personagens e sugestões de enredo, mas a própria forma de comicidade, sempre descosida, construída em torno de pequenos embustes, de ingênuas espertezas, de elementares jogos de palavra, com a incessante reviravolta de situações e a inevitável vitória final dos fracos sobre os fortes, o Escritor brasileiro sendo fiel à sua terra, se integra igualmente numa das mais respeitáveis tradições da literatura ocidental – a do teatro cômico popular.

Para fugir ao realismo burguês, considerado por ele o pior inimigo da arte, com o seu horror à imaginação, as suas preocupações com o rigor psicológico e social, Suassuna recorre freqüentemente ao metateatro, envolvendo a representação principal numa falsa segunda representação, que lhe serve de moldura. É assim que o *Auto da Compadecida* se apre-

senta como função circense, com o Palhaço fazendo as vezes de Autor, e *A Pena e a Lei* introduz-se ao público sob as vestes de um espetáculo de mamulengo, no qual os bonecos, ao morrerem, recobram a postura de pessoas de carne e osso, de acordo com aquele outro paradoxo cristão, de que a vida é morte e a morte, vida.

O regionalismo, em algumas de suas modalidades, aproveitando as peculiaridades locais – a seca, o cangaço, o coronelismo, a religiosidade – ou valendo-se das manifestações de arte popular tão freqüentes no Nordeste, marca o que poderíamos chamar, um tanto abusivamente, de Escola do Recife, nome que, além de já consagrado em literatura, permite-nos unir Escritores tão díspares quanto José Carlos Cavalcanti Borges (Autor de "comédias municipais") e Joaquim Cardoso, Hermilo Borba Filho (menos feliz nos textos cênicos do que no romance) e Aristóteles Soares, Luiz Marinho e Aldomar Conrado (em peças como *O Apocalipse ou O Capeta de Caruaru),* Osman Lins e Francisco Pereira da Silva, piauiense radicado no Rio, mas trabalhando o mesmo veio estético e social.

A única peça deste vasto ciclo nordestino a adquirir projeção igual às melhores obras de Ariano Suassuna foi, talvez inesperadamente, *Morte e Vida Severina,* um "auto de natal pernambucano" concebido mais como poesia do que como teatro. É curioso que João Cabral de Melo Neto, seu Autor, haja enfrentado o mesmo binômio que Ariano Suassuna, vida-morte, mas com pressupostos e conclusões divergentes. A verdadeira morte, para ele, pode-se dizer que é a "vida severina", "menos vivida que defendida", ardendo "sempre com a mesma chama mortiça", desde que se traduza o pitoresco, sem dissolvê-lo, em termos de sofrimento individual e coletivo. Ainda assim, conclui a peça, antes essa existência miserável do que a morte (não concebida em sentido religioso, de redenção), porque o ato de nascer é belo em si mesmo, "belo como a coisa nova na prateleira até então vazia", "ou como o caderno novo quando a gente o principia", "belo porque com o novo todo velho contagia".[40]

Cristo acha-se na raiz desta poética e metafísica reflexão natalina, inspirada nos autos pastoris pernambucanos (ainda aqui a arte popular fecundando a erudita), mas sem que tal procedência lhe dite qualquer expectativa de felicidade futura ou de compensação extraterrena. Se nos derradeiros versos, que aliás não eram os derradeiros na primeira versão, para que a conclusão ficasse em suspenso, vibra uma nota menos amarga,

---

[40] J. C. de Melo Neto, *Poesias Completas,* Sabiá, Rio, 1968, pp. 211, 233, 240.

a crença na força criadora do novo, nem mesmo esta nota de mitigado otimismo se desliga do nosso destino terrestre. É o apego à terra, de resto, que confere à peça o seu valor social, traindo, sob a contenção dos versos, sob o tom de aparente neutralidade, um interesse angustiado pelas vicissitudes econômicas e humanas do Nordeste.

Morte e Vida Severina, escrita em 1954-1955, teve de esperar um decênio até receber a encenação que a consagraria, no Brasil e na França, ao ser apresentada no Festival de Nancy. O nosso teatro precisou progredir muito, no sentido de quebra de convenções realistas, para que pudesse evidenciar a dramaticidade latente de um poema como este, em que predomina o coletivo, sem enredo e quase sem personagens (só dois, José e Severino, são nomeados pelo Autor). Foi o que conseguiu compreender e realizar a belíssima, a forçosamente original – não havia modelos – encenação feita pelo TUCA, Teatro da Universidade Católica de São Paulo, sob a Direção de Silnei Siqueira.

Dias Gomes

Com Alfredo Dias Gomes chegamos ao Rio de Janeiro, sem nos despedir do Nordeste, que lhe forneceu o local de *O Santo Inquérito*, a Paraíba do século XVIII, e uma das personagens, o Padre Cícero Romão Batista, ou Padim Cirso, de *A Revolução dos Beatos*, isso contando à parte a Bahia, palco de numerosas peças suas.

Este carioca, nascido em Salvador, mas educado no Rio, com passagem por São Paulo, onde se iniciou no rádio sob o Comando de Oduvaldo Viana, é um caso ímpar no teatro brasileiro: um escritor da velha guarda, comediógrafo oficial a certo momento de Procópio Ferreira, que acabou por se tornar um dos nomes de maior prestígio da nova dramaturgia. Parte do milagre se desvanece, no entanto, explicando-se que ele escreveu as primeiras peças ainda na adolescência, estreando como Autor com apenas 20 anos, em 1942. Não seria errado datar a sua carreira a partir de 1960, quando o TBC levou à cena *O Pagador de Promessas*, drama que, transformado em fita por Anselmo Duarte, ganharia a Palma de Ouro do Festival de Cannes. Escritor de profissão, vivendo da TV como já vivera do rádio, se não participou do processo de renovação teatral, em sua fase mais aguda, foi um dos seus primeiros e maiores beneficiários, uma vez que a comédia de costumes, como a conheciam Procópio e seus contemporâneos, longe estava de esgotar-lhe as possibilidades.

Mas esse princípio, esse contato com públicos mais simples, pesou decerto em sua técnica, que, crescendo em complexidade, nunca perdeu a capacidade de se comunicar de maneira clara e direta. Concentrando a ação no espaço e no tempo, ao modo antigo, para evitar freqüentes

mudanças de cena, sempre demoradas e custosas no palco realista, ou expandindo e abrindo a estrutura da peça, dividindo-a, à maneira moderna, em pequenos quadros sucessivos, jamais esquece ele a perspectiva, fazendo caminhar o enredo sem com isso confundir os planos ou conturbar a hierarquia estabelecida entre as personagens. Não sendo um Escritor aventuroso, nem experimentalista, serve-se com habilidade de todos os recursos, inclusive os mais recentes, integrando-os nesse tipo de carpintaria segura, de bom artesanato, característicos do meio em que se formou.

Se a essência do teatro ocidental é o impulso para a frente, a atração pela meta predeterminada, herança talvez da fatalidade grega, nenhuma obra será mais puramente teatral que a sua. Assentam-lhe com perfeição as palavras com que Emil Staiger demarcou o estilo dramático, separando-o do épico e do lírico: "Essa rápida exposição nos mostra que o móvel do drama, a força que o leva adiante, é exclusivamente uma inexorável coerência com a questão final, que no fundo é a mesma inicial."[41] Muitas das peças de Dias Gomes poderiam ser resumidas numa só idéia, causa primeira e última, que se vai desdobrando – porém não demais – em peripécias até formar a totalidade do enredo: um homem que quer entrar numa igreja com uma cruz e só o consegue depois de morto *(O Pagador de Promessas)*; o pseudo-herói de guerra que é assassinado ao voltar à cidadezinha natal porque a sua presença destrói a exploração comercial gerada por sua falsa imagem *(O Berço do Herói)*; o politicóide que acaba sendo enterrado no cemitério que ele mesmo edificara e para a inauguração do qual em vão procurara um defunto *(Odorico, o Bem-Amado)*. O fato de se tratar de comédia ou drama é irrelevante, sob esse aspecto, dependendo não do desfecho, que em ambos os casos pode ser a morte, mas da natureza do protagonista, herói ou anti-herói, santo (no sentido moral, político) ou bufão. O importante é que a peça se organize sobre um achado feliz de enredo, lógico, mas um tanto paradoxal, com os acontecimentos correndo como em plano inclinado, ganhando força num ritmo sempre acelerado, até explodir no seu ápice – patético ou irônico.

Em dramaturgias como esta, não preocupadas com sutilezas, as personagens dividem-se naturalmente em positivas e negativas. Maus, numa graduação que vai da hipocrisia à violência, da subserviência ao exercício arbitrário do poder, são os que desejam manter as coisas no pé em que estão, tirando vantagem das desigualdades econômicas: policiais safados, jornalistas cínicos, políticos exímios em explorar a credulidade alheia.

---

[41] E. Staiger, *Conceitos Fundamentais da Poética*, Tempo Brasileiro, Rio, 1972, p. 145.

Bons são os que se rebelam, por motivos conscientes ou inconscientes, contra a estrutura de uma sociedade injusta. Significativo, a esse respeito, é o tratamento dado à religião. Todo o sarcasmo do Autor dirige-se à Igreja, aos Padres, ou complacentes ou fanáticos, com o seu feroz cortejo de beatas. E toda a sua simpatia ao misticismo popular, ingênuo, tolo, mas puro como sentimento e interessante como expressão de uma revolta mal compreendida e mal endereçada. É que uns estão dentro e os outros fora do quadro das regalias sociais.

Jorge Andrade

Jorge Andrade reconduz-nos a São Paulo. Se existe alguma coisa para ressaltar em seu ciclo de dez peças, *Marta, a Árvore e o Relógio*, seria a diversidade de temas, o aproveitamento pessoal das mais variadas influências. Ele próprio, de resto, indicou as suas raízes literárias, dependurando no escritório de Vicente, Autor teatral e seu *alter ego*, fotografias de Ibsen, Tchecov, O'Neill, Arthur Miller e Bertolt Brecht. Se adicionássemos o Sófocles de *Antígone* e o Tennessee Williams de *Um Bonde Chamado Desejo* obteríamos o elenco completo dos dramaturgos – entre os romancistas apenas Dostoiewski participa de sua galeria de retratos – que o ensinaram a pensar o teatro e a entender os homens.

Mas, na verdade, o centro de sua dramaturgia é ele mesmo – e por extensão o Brasil. As experiências e vivências pessoais formam o núcleo de uma reflexão que se foi dilatando através da geografia e da história até constituir um painel como não há outro pela extensão e coerência em nosso teatro.

As suas primeiras peças, *O Telescópio* e *A Moratória*, dependentes ainda do realismo, mas já procurando fugir ao fotográfico pelo uso imaginativo do espaço e do tempo, examinam com muita penetração o ambiente social que ele conheceu em menino, de fazendeiros atrasados nos costumes e métodos de trabalho, melhores caçadores que administradores de terras herdadas de pais, avós e bisavós, aristocratas quanto ao mando, mas simples e rústicos em sua maneira de ser. *Pedreira das Almas*, escrita a seguir, recua para a Minas do século XIX (de onde provinha esta tradição agrária, paulista pela localização, mas mineira em sua essência), em busca de terreno mais firme, de tempos não tão equívocos quanto o nosso, de homens e mulheres feitos de uma peça só, descompassados e excessivos tanto nos acertos quanto nos erros. É o passado nacional engrandecido pela poesia, em obediência aos cânones da tragédia grega. O Autor, no desfecho da peça, não se decide em face do problema da tradição, aceitando seja os que a renegam em nome da liberdade individual

ou da construção de uma sociedade mais justa, seja os que se sacrificam para não sacrificar a herança paterna.

Esgotado de momento esse filão mineiro, Jorge Andrade volta a atenção, com uma ponta de malícia, para outra linhagem histórica, a dos paulistas de 400 anos. *A Escada, Senhora na Boca do Lixo* e *Os Ossos do Barão* enchem o palco com senhoras maduras e senhores no limiar da senilidade, orgulhosos por terem aportado ao Brasil ao lado de Martim Afonso de Sousa, ocupados em discutir genealogia – quem é parente de quem e através de quem – nos poucos intervalos de tranqüilidade que lhes concedem as agruras econômicas da vida moderna, onde não encontram mais o seu lugar. A solução, apontada numa das peças, estaria no casamento com algum descendente de emigrantes enriquecidos, numa fusão de correntes sangüíneas e monetárias, em que uns entram com a tradição e outros com o dinheiro. O drama desliza para a comédia molieresca, na qual novos ricos e novos pobres aprendem a conviver entre si, acostumando-se à repentina troca de posições, tudo para o bem de São Paulo.

Jorge Andrade está agora maduro para deixar a sua classe, de que traçou um retrato cada vez mais crítico e menos enternecido, na proporção em que se distanciava das imagens da infância. Em *Vereda da Salvação,* pela primeira e última vez, ele vai ao outro extremo da escala, encenando a tragédia das populações marginalizadas, isoladas econômica, social e moralmente. Um episódio real, noticiado pelos jornais e estudado por sociólogos, enseja-lhe um mergulho a fundo na questão tão brasileira do messianismo popular. O que nas peças anteriores não parecia mais do que desajuste, incapacidade de encarar a realidade, apego doentio a um passado sacralizado pelo memória familiar, evolui de neurose a psicose generalizada, alienação mental e não mais apenas social. A "vereda da salvação" que resta a suas personagens é a saída para cima, o impulso a um paraíso celestial que as livrará da penúria e das fraquezas da carne, da fome e do pecado, da miséria do corpo e das misérias da alma, dos conflitos interiores e exteriores.

As três últimas peças do ciclo, *Rastro Atrás, As Confrarias* e *O Sumidouro,* perfazem uma trilogia sobre o teatro: o dramaturgo enquanto homem, em luta contra preconceitos e obstáculos de toda espécie; o Ator como membro de uma classe não só menosprezada, mas que se autodilacera; e o escritor interrogando-se e interrogando os outros através das fantasias brotadas de sua imaginação.

Jorge Andrade parece aprovar as personagens realistas, as que têm os olhos voltados para o presente: as mulheres em relação aos homens, os filhos em relação aos pais, como regra geral. Mas o seu elã criador fica

invariavelmente com os outros – os artistas, os sonhadores, os ineptos, os lunáticos. A utopia, a aspiração por um mundo melhor, projetada no passado (*A Escada*), no futuro (*Pedreira das Almas*), em algum lugar perdido na mata (*O Sumidouro*) ou mesmo para além da terra (*Vereda da Salvação*), é o mais forte pilar de sustentação de *Marta, a Árvore e o Relógio*. Das três palavras que compõem esse título um tanto enigmático, a primeira, Marta, refere-se a uma mulher que é a mola propulsora do ciclo, encarnando o espírito crítico e revolucionário do povo; a segunda, evocando a árvore genealógica, remete-nos ao passado, sem o qual não se compreende o presente; e a terceira relaciona-se com o tempo, estagnado para certos grupos sociais, correndo aceleradamente para outros.

Pelo lado técnico, o caminho percorrido por Jorge Andrade, entre 1955 e 1970, refaz o percurso, ou pelo menos uma das trilhas principais, do teatro brasileiro. Os seus primeiros dramas são dos mais realistas que possuímos, não por retratar melhor a realidade, questão sujeita a infinitas interpretações, políticas, religiosas, filosóficas, mas por se inscrever num determinado programa estético. Tal realismo, no entanto, já de terceira ou quarta geração, tingido desde o início do século por toques simbolistas, contamina-se progressivamente por efeitos expressionistas e teatralistas. A solidez do realismo autêntico vai perdendo a consistência, ao privar-se, além da personagem una e coesa, da estabilidade espacial e da ordenação cronológica. O espetáculo, por sua vez, começa a recorrer a cenários tendentes ao abstrato, muitos deles com acentuado predomínio dos sentimentos subjetivos sobre os fatos. Ao produto resultante dessa fusão de tendências chamamos de realismo poético – a realidade psicológica e social, ainda existente, refratada por processos que visam a lhe dar maior alcance e originalidade artística.

A ruptura com o realismo, contudo, só se consuma no fecho do ciclo, com *O Sumidouro* e *As Confrarias*. Enquanto metateatro, ambas as peças funcionam como um espelho que refletisse também a si mesmo e não apenas a realidade. E enquanto textos épicos, ou epicizantes, não vacilam, mormente o primeiro, em aproveitar os mais modernos recursos cenográficos, como preconizava Piscator: projeção de *slides*, de filmes, de tudo que faça o palco narrar, completando a ação. O social acabara por suplantar o psicológico, o histórico impusera-se ao individual, concedendo a última palavra, através de Marta, ao povo, e não aos fazendeiros mineiros ou aos aristocratas mais urbanizados de São Paulo.[42]

[42] Sobre Jorge Andrade: A. Rosenfeld, *A visão do ciclo*, *in* J. Andrade, *Marta, a Árvore e o Relógio*, Perspectiva, São Paulo, 1970, pp. 599-617.

Os heróis típicos no teatro após 64

Os anos imediatamente anteriores e posteriores a 1964 enfatizaram a dramaturgia política, ainda mais que a social. Se não era esse todo, nem talvez o melhor teatro, foi sem dúvida aquele em que a comunidade teatral, representada por suas facções mais combativas, melhor se reconheceu. O país dividia-se e ninguém, Autores ou público, Críticos ou Intérpretes, aceitava ficar à margem dos acontecimentos. A idéia de que a arte é sempre engajada, por ação ou omissão, por dizer sim todas as vezes em que deixa de dizer não ao *status quo*, fornecia o diapasão pelo qual cada um afinava o seu instrumento.

Alguns tipos de personagem destacavam-se, repetindo-se com variações em mais de uma peça. Os patrões – Majores e Coronéis no Interior, donos de fábricas nas Capitais – pouco apareciam, principalmente os segundos, que não contavam sequer com os atrativos do pitoresco. Eram em geral substituídos em cena por seus agentes, Delegados de Polícia truculentos, incumbidos de reprimir qualquer anomalia ameaçadora da ordem social. Nessa qualidade, apesar de sua importância na vida real, não passavam no palco de antagonistas destinados a ressaltar as figuras de primeiro plano.

Nos grandes centros urbanos, bem no âmago do capitalismo, como sua principal célula econômica e também como seu pior inimigo, lá estava o Operário, pobre, ignorante, mas já começando a tomar conhecimento de suas potencialidades, a perceber que os fracos, unindo-se, derrotam os fortes. A greve e a união em torno do sindicato significavam para ele menos uma oportunidade de luta por reivindicações precisas, salariais ou de outra natureza, do que o estopim deflagrador de um processo de esclarecimento político que se começou a chamar de conscientização. Quanto ao líder, cujo exemplo mais acabado encontra-se em *A Semente*, de Gianfrancesco Guarnieri, já não se pode dizer que esteja dentro do capitalismo, mesmo quando Operário e Chefe Sindical. Herói que pela clarividência e pelo esforço de vontade instala-se no plano superior da História, onde tudo é presente, enxergando o que os outros têm dificuldade de discernir, liberto das contingências e das peias do individualismo, declara-se pronto, pelo exemplo, a sacrificar a sua felicidade e se preciso for a sua vida para que a humanidade dê um passo à frente.

Os heróis positivos, no entanto, não são os mais freqüentes. Os escritores, sabendo que a ficção dá-se melhor com os vencidos, preferiam mostrar o tecido revolucionário pelo avesso, focalizando grupos que, ignorados pela sociedade oficial, não participando nem de seus ônus nem de seus proventos, protestavam da única maneira que conheciam, com escassa ou

nenhuma consciência política. Na cidade, quando se tratava do Rio de Janeiro, seria o malandro do morro, engraçado, mulherengo, vivendo de expedientes, simpático por sua coragem e perigoso por seu revólver ou sua navalha, ainda mais vítima do que criminoso. Antônio Callado estilizou-o comicamente, em *Pedro Mico*, e Guarnieri dramaticamente, em *Gimba, o Presidente dos Valentes*.

Foi no campo, todavia, que esse filão mostrou-se mais rendoso. Pululavam, de modo especial no Nordeste, as formas de viver anti-sociais ou a-sociais, potencialmente revolucionárias – ou assim se pensou –, desde o cangaceirismo até o messianismo. Modelos reais, em todo caso, é que não escasseavam – Lampião, Antônio Conselheiro, Padre Cícero. Todos eles compareceram ao palco, com maior ou menor freqüência, mas, via de regra, despidos de suas peculiaridades, considerados antes como símbolos, poetizados ou mitificados pela palavra cênica, para que a lição não se restringisse. Os arquétipos, não as pessoas, a organização e o funcionamento social, não as individualidades, eram os objetos desta dramaturgia resolutamente não realista.

O teatro de rua

Não se podia manter o teatro em tal estado de tensão, de empenho político, sem que alguém, a certo instante, chegasse à conclusão de que o palco, com as suas dimensões exíguas e o seu público reduzido, constitui uma arma bem pouco eficaz para a ação revolucionária. Largar os camarins, sair para a rua, participar mais de perto da luta, dirigir-se ao povo não tendo obrigatoriamente a bilheteria como intermediário, é uma tentação constante quando se quer, com Marx, não descrever mas transformar o mundo. Algumas tentativas foram feitas nesse sentido. A mais extremada, a que melhor desempenhou o seu papel, coube ao núcleo de teatro do Centro Popular de Cultura, fundado no Rio de Janeiro em fins de 1961. Dependente da União Nacional de Estudantes, mas com relativa autonomia, contrapôs-se ao Teatro de Arena de São Paulo, de que era filho rebelde, por não ter escrúpulos em submeter totalmente a arte à política, em teoria como na prática. O propósito do grupo, desde o início, era fazer um teatro rápido, ágil, improvisado a várias mãos, sem pretensões exceto a de servir, capaz de atender às necessidades imediatas da propaganda revolucionária, de trocar em miúdos os temas ideológicos, de acorrer em poucas horas ao local de um comício ou de subir aos morros cariocas para debater sob forma dramática as dúvidas do operariado. Todos os seus participantes – e havia entre eles gente da melhor qualidade artística e humana – rememoram com saudade o ambiente de camaradagem então reinante, o prazer de trabalhar por uma causa que julgavam justa e para uma vitória que parecia

iminente. Mas também assinalam, em seus depoimentos, as barreiras que teriam de ser vencidas e nunca o foram: a distância existente entre artista e povo; os problemas econômicos surgidos desde que se dispense a bilheteria e não se queira atrelar a empresa teatral a partidos políticos ou a órgãos de Governo; as censuras internas, exercidas por algumas das muitas tendências em que a esquerda já principiava a se ramificar; o choque, às vezes dentro do mesmo indivíduo, entre a vocação artística e as exigências propagandísticas; as falhas devidas à precipitação com que os espetáculos deviam ser realizados.

A aliança entre teatro e povo era o que todos pretendiam celebrar naquele momento, mas por motivos e sob formas diversas. Alguns esperavam encontrar na arte popular, na paraliteratura dos romances de cordel ou no parateatro dos autos pastoris e dos espetáculos de mamulengo, a chave de uma dramaturgia medularmente nacional, que refletisse o Brasil através de suas manifestações mais autênticas e mais primitivas. Outros viam no palco um veículo precioso a quem desejasse ministrar à massa trabalhadora as noções de que ela necessitava não só para se defender como para contra-atacar no momento oportuno.

Ninguém sabia se as palavras proferidas aqui chegavam de fato até o lado de lá, se o canal funcionava nos dois sentidos, ou mesmo num só, levando-se em conta que o sistema de comunicação empregado, o teatro, não estava equipado materialmente para tão gigantesca tarefa. Mas o povo, em qualquer das alternativas, nunca deixava de aparecer como o interlocutor ideal do teatro. Bastava a sua presença, não no palco ou na platéia, mas no pensamento dos Autores e Intérpretes, para que a peça e a representação tomassem novos aspectos.

Porém, não quanto aos seus fundamentos estéticos. O que se modificara dizia respeito antes a fatores que poderíamos chamar de externos: em nome de quem, sobre o que e para quem fala a obra de arte. As relações internas, a precedência entre os elementos constitutivos do espetáculo, não tinham sido tocadas. Primeiro, escrevia-se o texto, em moldes dramáticos ou épicos. Depois, cuidava-se de transportá-lo para a cena, sem que ele perdesse nenhum dos seus valores nessa delicada operação, efetuada sob as vistas atentas do Encenador, o elemento de ligação entre a literatura e o palco. Os próprios métodos de montagem permaneciam basicamente os mesmos, enriquecidos aqui e ali por certas inovações técnicas (exercícios de laboratório etc.). Se havia ruptura de fins, havia igualmente continuidade de meios, entre, por exemplo, o Teatro Brasileiro de Comédia e o Teatro de Arena.

É o que não se tardaria a perceber. Outras contestações, outras revoluções viriam. Estéticas e radicais.

4

Os abalos de 1968 estão ainda tão próximos que a rigor dispensariam comentários. Os acontecimentos de Cuba haviam convencido a mocidade, sobretudo a latino-americana, que um pequeno grupo de pessoas, guiadas por um Chefe decidido a matar e a morrer, é capaz de mudar o destino de um país. A Revolução Cultural Chinesa, interpretada do nosso ângulo ocidental, parecia dizer que está ao alcance do homem, dependendo da determinação de cada um de nós, a possibilidade de recomeçar a vida social a partir de zero, não sendo necessário esperar que se cumpram lentas modificações econômicas para que o pensamento e a prática diária se reformulem. A imagem projetada a distância era de uma planta que se poda impiedosamente para que refloresça. Essas esperanças de um renascer não apenas político, mas abrangendo a totalidade da atividade humana, infra e supra-estrutural, recrudesceram em maio de 1968, quando a classe estudantil francesa dominou Paris por alguns dias, ameaçando instalar a imaginação no poder e estabelecer, como princípio único, que seria proibido proibir. Revolução e anarquia davam-se as mãos, não importa que para um reinado improvável e efêmero. Alguma coisa tinha despertado no espírito da juventude.

A arte, sacudida pelas sucessivas ondas revolucionárias, veleitárias ou reais, retornou ao clima do primeiro pós-guerra, ressuscitando em variantes atuais a iconoclastia dadaísta ou o onirismo surrealista. Quanto ao teatro, já perturbado pela dramaturgia do absurdo, que apresentava versões leve e ambiguamente absurdas de um universo julgado absurdo em suas próprias bases metafísicas e existenciais, retirou do limbo a figura impressionante e contraditória de Antonin Artaud, Esteta e louco de hospício, Ator e Vidente, Profeta e Artesão do palco. Se por um lado ele dava indicações precisas sobre o que pretendia realizar cenicamente, por outro divagava com enorme força poética sobre o que chamava de teatro da crueldade, teatro ao mesmo tempo selvagem e moderno, primitivo e refinado, capaz de desvincular-se das amarras intelectuais, de retornar ao concreto do corpo do Ator, conferindo ao espetáculo as proporções de um ritual mágico coletivo, que apagasse as fronteiras entre circunstantes e celebradores do culto e irmanasse no mesmo fervor místico e estético carne e intelecto, indivíduo e sociedade.

O teatro da sub-humanidade marginalizada

No Brasil os primeiros indícios de insatisfação com o teatro político apareceram em 1967, ano em que Plínio Marcos surpreende a todos, e talvez a si mesmo, com o sucesso nacional de peças a princípio lançadas modestamente como *Dois Perdidos numa Noite Suja,* inspirada no conto "O terror de Roma" de Alberto Moravia, e *Navalha na Carne.* A intenção do Autor não era menos de esquerda que a do Teatro de Arena. Mas os seus textos, com não mais do que duas ou três personagens, atribuía ao social apenas a função de pano de fundo, concentrando-se nos conflitos interindividuais, forçosamente psicológicos. Além disso, a estranha humanidade – se é que merecia tal nome – que habitava os seus dramas, composta de prostitutas de terceira categoria, desocupados, caftens, garçons homossexuais, não constituía propriamente o povo ou o proletariado, nas formas dramáticas imaginadas até então. Seriam antes o subpovo, o subproletariado, uma escória que não alcançara sequer os degraus mais ínfimos da hierarquia capitalista. Em vez de propósitos revolucionários, ou de uma encantadora ingenuidade, revelavam em cena um rancor e um ressentimento que, embora de possível origem econômica, não se voltavam contra os poderosos, por eles mal entrevistos, mas contra os seus próprios companheiros de infortúnio. Nessa luta áspera, cotidiana, a agressão verbal, o palavrão usado se possível com certo requinte, valia alguns pontos. A agressão física, muitos pontos. De acordo com a velha sabedoria popular brasileira, quem pode mais chora menos. Até a sexualidade não passava de uma arma de combate, através da qual o homem inferioriza a mulher – daí o binômio prostituta-cáften – e tenta inferiorizar os outros homens, negando-lhes a sua condição de machos. Nesse sentido, como outras peças demonstrariam, notadamente *Barrela,* a expressão suprema de triunfo, para uns, e de humilhação, para outros, seria o estupro masculino, efetuado coletivamente contra alguém que por sua petulância ou inconformismo desafia o poderio do grupo.

Plínio Marcos, acreditamos que sem o querer, orientado unicamente por seus instintos de Escritor, abria assim caminho para os protestos de grupos que se julgavam oprimidos – as mulheres e os homossexuais. Por essa brecha transitaram e continuam a transitar muitos Autores, e também Autoras, já que foi nesse momento que as dramaturgas começaram a freqüentar os nossos palcos. Anatol Rosenfeld, escrevendo sobre o ano de 1969, admirava "o número surpreendente de novos talentos" então surgidos, relacionando os nomes de Leilah Assumpção (*Fala Baixo senão eu*

Grito), Isabel Câmara (*As Moças*), Consuelo de Castro (*À Flor da Pele*), José Vicente (*O Assalto*) e Antônio Bivar (*O Cão Siamês*). Salientando que todos os estreantes, ou quase estreantes, deviam um pouco de sua inspiração a *Zoo Story* de Edward Albee, reduzia esses seus textos, sem com isso diminuí-los, à mesma configuração básica: "As cinco peças mencionadas se assemelham pela estrutura: duas personagens apenas, das quais uma, marginal e *outcast*, anárquica, livre ou neurótica e inconformada, agride a outra, mais "quadrada", de tendência conformista, assentada e estabelecida, de mentalidade "burguesa" embora não pertença necessariamente à classe burguesa. Realistas pela linguagem coloquial e drástica, eivada de palavrões – linguagem sem dúvida influenciada por Plínio Marcos – avançam para uma expressividade que, em muitos momentos, se abeira do expressionismo confessional, do surrealismo e do absurdo."[43]

O que acontecia é que os dramaturgos nacionais estavam se agitando em busca de uma liberdade maior, ou diversa, não exatamente igual à definida pelo liberalismo clássico. No que diz respeito às personagens, começavam a encarar com grande simpatia as condutas aberrantes, consideradas anormais, nos limites ou às vezes já entrando pelo delírio adentro, reclamando para elas a permissão de exprimir sem censuras lógicas ou morais a parte mais irredutível e original de suas personalidades. Colocavam-se assim contra a ordem, qualquer que fosse, tanto a burguesa quanto a da esquerda oficial, erigidas ambas sobre a submissão do indivíduo à sociedade. Também no referente à peça, em sua organização interna ou em suas relações com o mundo exterior, exigiram os novos Autores liberdade de atender às sugestões do inconsciente ou da imaginação poética, quebrando as regras dramáticas e a estrita verossimilhança psicológica, incorporando ao real o grau de loucura não menos necessário à existência diária do que à obra de arte. Os Escritores pediam para si, em suma, a mesma autonomia de ação que estavam dispostos a dar às suas personagens. Vida e teatro deviam escapar juntos à servidão da racionalidade excessiva.

Em *Fala Baixo senão eu Grito*, por exemplo, Leilah Assumpção não separava rigidamente ficção e realidade, mantendo o público na incerteza sobre até que ponto a intrusão súbita de um homem, talvez um ladrão, no quarto de uma moça solteira e recatada, era um fato ou uma fantasia libertadora de pulsões recalcadas – ou ambas as coisas. *Apareceu a Margarida*, de Roberto Athayde, produzida pouco depois, em 1973, não

---

[43] A. Rosenfeld, O *teatro brasileiro atual, in Comentário*, vol. 10, nº 4, 1969, p. 319.

só tratava do mesmo tema, a repressão sexual da mulher, como misturava igualmente plausibilidade e implausibilidade na figura de uma professora de primeiras letras – os alunos éramos nós, na platéia –, tirânica e anárquica, que passava sem meio-termo das prédicas cívicas ao palavrão, dos ensinamentos morais às explosões histéricas e escatológicas. Os dois textos, por coincidência, foram interpretados com enorme senso cômico-dramático por Marília Pera, sendo a seguir traduzidos e apresentados na Europa.

Não era alheia a essa curiosa amálgama do sólito e do insólito, do que sói e do que não sói acontecer, a presença longínqua do surrealismo, como anotou de passagem Anatol Rosenfeld. O teatro do absurdo, que reviveu nas décadas de 50 e 60 tais tendências irrealistas – ou supra-realistas, melhor dizendo –, não chegou a existir no Brasil enquanto movimento autóctone e permanente. Encenamos Ionesco e Beckett, mais tarde Pinter e Arrabal, a exemplo do que ocorreu por toda parte, mas não nos aventuramos por um terreno que estava demasiado longe de nossas preocupações enquanto nacionalidade, com exceção de algumas experiências isoladas de Ari Chen (*O Excluso*) e Edgard da Rocha Miranda (*O Estranho*), este já com peças representadas pelos Comediantes e pelo Teatro Brasileiro de Comédia.

Indiretamente, no entanto, o fermento do absurdo não deixou de levedar, quer introduzindo entre os Autores mais jovens uma nota de heterodoxia, quer provocando a reavaliação dos textos mais polêmicos e extravagantes de Nelson Rodrigues – *Dorotéia* seria o melhor exemplo –, quer, enfim, exumando o vulto há muito tempo enterrado de José Joaquim de Campos Leão (1829-1883), que se assinava em literatura, na sua particularíssima ortografia, Qorpo-Santo. Homem de algumas letras e alguns haveres, a vocação dramática viera-lhe com uma crise mística, ou ataque de loucura, que o levaria a escrever quase de um jato, entre janeiro e junho de 1866, um total de 16 peças, em geral curtíssimas, e cujas personagens se chamavam, para dar uma pequena amostra, Pêdra, Inesperto, Almeida Garrê, Fernando Noronha, Ostralâmio e Revocata. Não incluiríamos esse verdadeiro fluxo do inconsciente, interessante e talvez revelador como tal, esse teatro antes absurdo que do absurdo, em nenhuma corrente artística definida, por lhe faltar para tanto consistência e até mesmo intenção estética. Assim não pensam, contudo, os seus mais ferventes admiradores. Guilhermino César, a quem cabe o mérito da descoberta, chegou a escrever: "Embora não merecesse a imediata compreensão dos críticos, parece-nos que a importância de sua obra, precursora do teatro

de Ionesco, de Ghelderode, de Jarry, de Vian, será um dia unanimemente reconhecida."[44] Que assim seja, se possível for.

O teatro da crueldade

De qualquer maneira, o teatro da crueldade já havia substituído a essa altura o teatro do absurdo na linha de frente da vanguarda nacional e internacional, propondo uma revolução estética a partir do espetáculo, não do texto literário. A iniciativa passava da mão dos Autores para a dos Encenadores, confirmando uma tendência que vinha do começo do século.

O Teatro Oficina, sediado em São Paulo e principal agente dessa transformação, apresentara-se a princípio como um continuador do Teatro de Arena e do Teatro Brasileiro de Comédia. Do primeiro, junto ao qual se iniciara no profissionalismo, recebera a preocupação política, o desejo de exprimir o país e o momento histórico, a intenção de não isolar o palco de seu contexto social. Do segundo herdara, ainda que sem o admitir, o empenho estético, o cuidado com o lado material do espetáculo, a preferência pelo repertório estrangeiro e a abertura do elenco a elementos vindos de fora. A fórmula, sintetizando o que de mais sensato ou de mais avançado se fizera até então, chegou ao ponto máximo de rendimento com a montagem de *Pequenos Burgueses,* drama que Máximo Gorki escrevera para a Rússia pré-revolucionária de 1902 e que se aplicaria, segundo se acreditou, também ao Brasil pré-revolucionário de 1963. A originalidade da encenação, tão perfeita que vários Intérpretes foram trocados sem que o conjunto se ressentisse, atestava, para o público e para a crítica, unidos no mesmo entusiasmo, que o teatro brasileiro atingira finalmente a sua maioridade, mostrando-se capaz de organizar só com recursos locais representações tão bem acabadas cenicamente e tão significativas ideologicamente quanto as melhores estrangeiras.

Mas o Oficina ainda não alcançara o apogeu. O seu papel realmente inovador data de 1967, quando José Celso Martinez Corrêa, mentor do grupo, encontrou "o aqui e agora" do teatro nacional, como escreveu na ocasião, numa farsa de 1933 – *O Rei da Vela,* de Oswald de Andrade.

Esse "aqui e agora" deve entender-se em vários níveis. Politicamente, quer dizer que na peça o marxismo não surgia apenas no âmbito nacional, enquanto luta de classes, ampliando-se ao confronto imperialista entre nações ricas, representadas no palco por Mister Jones, o Americano, e

---

[44] Qorpo-Santo, *Teatro Completo,* SNT, Rio, 1980. Prefácio de Guilhermino César (sem numeração).

nações pobres, entre as quais figurava um país de economia arcaica e feudal como o Brasil. Socialmente, que a sexualidade era posta em questão de um modo cru, cínico, debochado, que feria a moral burguesa mais do que qualquer polêmica séria. E teatralmente, que o espírito paródico, corroendo por dentro o próprio texto, se não constituía bom teatro talvez fosse um ótimo exemplo desse antiteatro de que tanto se vinha falando ultimamente. Para uma nacionalidade que não caminhava no sentido de resolver os seus problemas, que tinha uma revolução de esquerda engasgada desde a década de 30, nada melhor que a espinafração propugnada por Oswald: "A burguesia só produziu um teatro de classe. A apresentação da classe. Hoje evoluímos. Chegamos à espinafração."[45] Ou como disse José Celso: "O *Rei da Vela* ficou sendo uma revolução de forma e conteúdo para exprimir uma não-revolução."[46]

O ufanismo, virado de cabeça para baixo, dava origem, no teatro, ao tropicalismo: a aceitação, alegre e selvagemente feita, do nosso subdesenvolvimento material, mental e artístico. Já que somos atrasados, vamos assumir sem inibições o nosso atraso. Já que temos algo de ridículo em nosso anacronismo histórico, sejamos os primeiros a rir de nós mesmos. Para a criação desse novo estilo nacional, Oswald dava a chave ao descrever o cenário do seu segundo ato: "Uma ilha tropical na baía do Rio de Janeiro. (...) Bebidas e gelos. Uma rede do Amazonas. Um rádio. Os personagens se vestem pela mais furiosa fantasia burguesa e equatorial. Morenas seminuas. Homens esportivos, hermafroditas, menopausas."[47] Projetando-se sobre o tempo, ele parecia estar contemplando a nossa época. E fazia involuntariamente um comentário sobre a derrota de 64, mais feroz e contundente que os ataques desferidos pelo Teatro de Arena, porque criticava a burguesia, não a repressão militar, atingindo o âmago da questão.

Por outro lado, a técnica dramática propositadamente primitiva, o inacabado do texto, mais *sketch* que teatro, com o Autor falando sempre por cima da cabeça das personagens, dava ao encenador uma latitude de movimentos que José Celso soube aproveitar. O seu trabalho não era mais o de interpretar o texto, contentando-se com essa função subsidiária, como até aquele instante se fizera, mas o de abrir asas à imaginação,

[45] O. Andrade, O *Rei da Veja*, Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1967, p. 64.
[46] J. C. Martinez Corrêa, "O Rei da Vela: Manifesto do Oficina", *in* O. Andrade, *O Rei da Veja*, Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1967, p. 46.
[47] O. Andrade, O *Rei da Veja*, Difusão Européia do Livro, S. Paulo, 1967, p. 97.

criando um universo cênico que se animava no palco quase com vida própria, prolongando até o grotesco cada ligeira indicação – sobretudo as alusões obscenas – que Oswald semeara generosamente em seu painel.

O teatro político, pensado em termos racionais, com um programa definido e por isso mesmo estreito, cedia lugar a uma espécie diferente de revolta, que pretendia atingir o homem como indivíduo e não como ser comunitário, afastando-o de qualquer comodismo intelectual, de qualquer autocomplacência. Devia-se ousar tudo, explorar tudo, ir aos confins da razão, chegar ao desvario, à loucura, mesmo sob pena de não achar o caminho de volta. A droga, usada por Artaud, foi não raro o excitante de que se precisava para escapar à mornidão da normalidade.

Uma atitude que no passado havia sido de alguns poucos, de Poetas malditos como Verlaine e Rimbaud, de pintores excluídos da sociedade como Gauguin e Van Gogh, tornava-se de repente moda para uma juventude que não admitia mais divisas entre arte e revolta. Não caberia ao teatro promover a revolução. Ele mesmo é que tinha de ser um ato revolucionário. As barbas cresceram, os cabelos se emaranharam em protesto contra o artificialismo da civilização – já se tinha visto coisa semelhante no romantismo –, as roupas como que endoideceram, repudiando o recato burguês, indo de um desleixo às vezes cuidadosamente estudado até aquela furiosa "fantasia equatorial" antevista profeticamente por Oswald. Certas estréias teatrais desenrolavam-se, como espetáculo, em dois planos – no palco e na platéia.

Representar, após o "Living Theatre", que permaneceu por longo tempo no Brasil, e após Grotowsky, que conhecíamos de leitura, já não significava empostar a voz, cuidar da dicção, estudar o papel, apreender o sentido geral da peça. Constituía-se num modo de viver, numa estranha ascese pessoal e coletiva em que entravam como ingredientes a frugalidade, o desapego aos bens materiais, o erotismo, a volta à natureza, os tóxicos e laivos de misticismo oriental. No palco, o Ator tentaria o êxtase, o desnudamento completo de sua personalidade, com o corpo desvestindo-se parcial ou totalmente para que pudesse comunicar tudo que lhe fora interditado em séculos de pudor cristão e predominância artística da palavra. O texto, quando havia Autor, quando o espetáculo não se improvisava lentamente em meses e mesmo anos de ensaio, não era considerado mais do que um pretexto para a criação a cargo do encenador, a única verdadeiramente importante. O público teria de abandonar a sua cômoda privacidade, integrando-se à representação, por bem, na melhor das hipóteses, ou por

mal, através da agressão verbal ou de gestos, quando não estivesse disposto a desempenhar a sua parte. Quanto ao local desta cerimônia, que desejava reconduzir o teatro às suas origens ritualísticas e religiosas, não era necessariamente ou preferentemente a sala de espetáculos, em sua antiga disposição ou sob formato de arena. Qualquer lugar servia, desde que permitisse infinitas variantes nas relações entre Atores e espectadores. À compartimentação da cena chamada à italiana, na qual palco e platéia se defrontavam enquanto sede de atividades distintas e complementares, uns agindo, outros contemplando, opunha-se o anseio por uma nova comunhão, por uma fusão por assim dizer integral de corpos e de espíritos.

Não se pode dizer que este ideal de um "teatro sagrado" – a expressão é de Peter Brook – se haja corporificado com freqüência nos palcos brasileiros. Permanecendo embora como um dos pontos de referência obrigatórios, reaparecendo volta e meia se não na totalidade do espetáculo ao menos em alguns de seus aspectos capitais, viu-se menos contestado que completado pela posição contrária, pela crença na força revolucionária da destrutividade, por aquilo que José Celso, em 1968, chamou de "teatro da crueldade brasileira – do absurdo brasileiro – teatro anárquico, grosso, cruel", "de rompimento com todas as grandes linhas do pensamento humanista", teatro "de provocação", não "de proselitismo", cuja "eficácia política" se mediria "pelo nível da agressividade".[48]

Dilacerado entre tendências opostas, entre a agressão e a comunhão, entre o político e o estético, entre a racionalidade brechtiana e o misticismo de Artaud, entre ciência e magia, o Oficina, emblema e guia de sua geração, viveu com a maior intensidade as contradições de um momento confuso e generoso, de negações violentas e esperanças desmedidas. Passou pela exaltação do espírito crítico de *Galileu Galilei*, retrocedeu ao Brecht próximo do niilismo de *Na Selva das Cidades*, até acabar percorrendo o Brasil, antes como seita que como companhia teatral, à busca de uma identificação que os seus integrantes já não conseguiam encontrar dentro de si mesmos. Por fim o grupo dissolveu-se, esfacelado, exausto, não se sentindo mais com força para executar a missão que se impusera, de renascer inteiramente diverso a cada novo espetáculo, sempre queimando as etapas anteriores, jamais aproveitando o impulso adquirido. O mito revolucionário da criação absoluta, *ex nihilo*, que servira de início a José Celso, terminou por se revelar pesado demais para os seus ombros.

---

[48] "A guinada de José Celso", Entrevista a Tite de Lemos, *in Revista Civilização Brasileira*, Caderno Especial 2, Rio, julho de 1968, pp. 118-119.

O teatro da crueldade – denominação cômoda para designar várias experiências independentes porém aparentadas entre si –, concentrando-se sobre o homem, não sobre as condições econômicas e sociais, favoreceu a reaproximação com a Europa, a nossa grande fornecedora de teorias estéticas. Dois dos espetáculos mais celebrados de 1968-1969, ambos produzidos pela atriz e empresária Ruth Escobar, ligavam-se não só a Autores estrangeiros como a um Diretor argentino radicado em Paris, Victor Garda. A sensação que causaram, de resto, não se explicava pelo texto ou pela qualidade dos desempenhos e sim por uma encenação excepcionalmente inventiva pelo lado plástico, que redimensionava com ousadia o espaço teatral. *Cemitério de Automóveis,* de Arrabal, desenrolava-se num imenso barracão, antiga garagem ou estacionamento, com numerosas áreas de representação disseminadas por entre os espectadores. O *Balcão,* de Jean Genet, realizado num verdadeiro teatro, erguia-se sobre a platéia, demolida para que sobre ela pudessem pairar os Atores, dentro de uma espécie de plataforma ou gaiola presa ao teto por correntes. A cenografia confinava com a engenharia e o público, instalado lateralmente, vinha mais para ver – e para se ver em tão singular disposição cênica – que para ouvir.

Os Diretores nacionais não tardaram em assimilar a lição. *A Viagem,* texto de Carlos Queiroz Teles extraído dos *Lusíadas,* encenação de Celso Nunes, explorava o edifício teatral de alto a baixo, desde os porões até as saídas para a rua, carregando consigo, nesse passeio a pé e nessa peregrinação artística que acompanhava o desenvolvimento da saga camoniana, tanto o público quanto o elenco. Mas a melhor representação brasileira do gênero talvez tenha sido, paradoxalmente, um espetáculo carioca que se destacava menos pela originalidade da concepção que pelo altíssimo nível interpretativo: *O Arquiteto* e *O Imperador da Assíria,* também de Arrabal, com Rubens Corrêa e José Wilker nos dois únicos papéis, sob a inspiradíssima orientação de Ivan de Albuquerque.

O teatro da crueldade, para os Encenadores, teve conseqüências bastante parecidas às do teatro do absurdo em relação aos Autores. Se não baniu de todo o realismo de nossos palcos – e talvez precisemos de algum tipo de realismo, como país novo, na medida em que necessitamos nos conhecer –, instigou, em compensação, a fantasia poética, liberando o espetáculo de uma verossimilhança compreendida muito ao pé da letra. Após o seu refluxo, verificou-se que algo havia mudado em definitivo. Já não se dirigia peça alguma, clássica ou moderna, mais próxima ou menos próxima da realidade social, de acordo com a mesma *praxis* e segundo os mesmos modelos teóricos. Se antes se apreciava a competência artesanal

ou o possível impacto político, só se aceitava agora o desmedido, o obsceno, o grotesco, o blasfematório, o onírico, o surreal – a genialidade, em suma. Decifra-me ou devoro-te, propunha a velha esfinge tebana. Cria, usa toda a tua imaginação e toda tua audácia, ou morre enquanto artista, era o novo desafio imposto aos homens de teatro.

Tanto o Arena quanto o Oficina, e seus seguidores naturalmente, sonharam a certo instante em romper os limites de sua profissão e de sua arte, colocando-as em contato direto com a vida. Num caso, passava-se à ação política, ao comício disfarçado e menos convincente, ao espetáculo que não ousava confessar em praça pública a sua natureza estética. No outro, entrava-se pelo terreno da investigação psicológica, da autoanálise, próxima mas não igual ao psicodrama, quando não se enveredava para um misticismo sem mitologia a não ser artística e para uma religião curiosamente profana (*Missa Leiga* chamou Francisco de Assis, não sem razão, a uma de suas peças). Sacrificava-se o lado interno do teatro, a sua consistência própria, sem se alcançar de fato e por inteiro o lado de fora.

É que ambas as soluções continham uma contradição em termos, manifestando a vontade de sair do espetáculo nele de algum modo permanecendo, de extrapolar fronteiras sem derrubá-las. Nem se acreditava nem se deixava de acreditar na autonomia da obra de arte. Ora, o teatro ocidental nasceu como simulação de alguma coisa que não acontece, mas que se supõe acontecer. Édipo não fura os olhos, Hamlet não morre em cena. É esse, aliás, o sentido da palavra representação. Transformá-la em ação seria mudar-lhe a essência, negar-lhe os fundamentos históricos e filosóficos.

Daí as dificuldades enfrentadas pelos dois Chefes de fila do período. José Celso, tendo examinado e rejeitado toda a estrutura do teatro, não pode obviamente voltar a uma atividade profissional comum. Enquanto busca, com inegável paixão, outras modalidades artísticas, semelhantes e diferentes do teatro, contenta-se com a descoberta de um nome: te-ato, ou seja, ao que parece, já que só a prática determinaria o vocábulo, um ato que te ataria – você, espectador – a ele. Augusto Boal, embora escrevendo ainda eventualmente peças, dedica-se de preferência a iniciativas como a do Teatro-Foro e a do Teatro Invisível, no qual os Atores, ao provocar um incidente na rua ou numa loja, sabem que estão representando um papel e um roteiro previamente combinados, ao passo que os circunstantes ignoram que estejam participando de uma cerimônia dramática. Brecht criticara o realismo por seu ilusionismo, por burlar os espectadores, dando-lhes a falsa impressão de realidade. Boal, partindo do brechtianismo, chega a um engano muito maior, quase a uma cilada. O seu teatro só é invisível

para os outros, para os que não estão por dentro do segredo. Esse título, aliás, em seu duplo movimento de afirmação e negação, já diz tudo. Viva o teatro, desde que invisível para o público.[49]

Com o desaparecimento quase simultâneo do Teatro de Arena e do Teatro Oficina, ocorrido por volta de 1972, terminava um ciclo histórico. Durante três decênios havíamos tido uma companhia-padrão que encabeçava a vanguarda e pela qual se julgava tudo o que se fazia no momento. Primeiro, no Rio, Os Comediantes, Dulcina, Mme. Morineau. Depois, em São Paulo, o TBC, o Arena, o Oficina. Em meados de 70, abalado o consenso que fizera a força daquelas companhias, entrávamos numa fase de tateamento e indecisão. A verdade é que depois de tanto ardor revolucionário, político e estético, tantas experiências apontando para as mais disparatadas direções, ninguém sabia ao certo qual deveria ser o próximo passo. O teatro renovara-se brutalmente, mas à custa de perder o seu ponto de equilíbrio.

Externamente, a pressão da censura tornara-se asfixiante. Logo após 1964 a comunidade teatral conhecera um período de inesperada euforia, imaginando que poderia desempenhar uma importante função como centro de oposição ao regime. Calada a imprensa liberal e de esquerda, atemorizados os partidos, abolidos os comícios e a propaganda política, as salas de espetáculo eram dos poucos lugares onde ainda era lícito a uma centena de pessoas se encontrarem e manifestarem a sua opinião, guardadas certas precauções. A própria necessidade de falar indiretamente, em linguagem semicifrada, criava uma exaltante sensação de cumplicidade, de perigoso desafio aos poderes constituídos. Bastava uma referência dos Atores à liberdade – essa famosa liberdade formal democrática a que não se dava valor enquanto ela existia – para despertar no público uma onda de entusiasmo patriótico. Tiradentes passou a ser um símbolo malvisto pelo Governo e uma simples canção como *Carcará*, cantada por Maria Bethania com a energia de uma justiceira e implacável ave de rapina – "pega, mata e come!" –, assumia ares de inflamado hino revolucionário. Mas o que 1964 permitira, talvez como necessária e no fundo inofensiva válvula de escape, 1968 acabara por sufocar. Alguns escritores viram-se forçados a se expatriar – Augusto Boal, Ferreira Gullar –, outros permaneceram na brecha, Guarnieri, Vianinha, Dias Gomes, o João das Neves de *O Último Carro*, mas valendo-se crescentemente da metáfora e do discurso alusivo.

[49] Sobre o Teatro-foro e o Teatro Invisível: A. Boal, *Stop, C'est Magiquel*, Civilização Brasileira, Rio, 1980, pp. 81-162.

Mais fortes do que esse fator externo eram os internos, atuantes em nível internacional. A revolução do teatro, extremamente eficaz no destruir, não se mostrava tão segura na parte construtiva. O público burguês, o único que possuíamos, agredido com freqüência por ser burguês e às vezes só por ser público, começava a se afastar. O Encenador, tomando o lugar do Autor, nem sempre correspondia à expectativa, limitando-se a substituir uma má peça por uma má não-peça. A expressão corporal não se articulava com a nitidez e a extensão da palavra, expulsando do palco uma quantidade enorme de assuntos. E as salas improvisadas apenas por exceção tinham a indispensável comodidade, servindo para espetáculos isolados, merecedores de todos os sacrifícios por parte do público, não para uma freqüência contínua.

Na base de muitos desses desacertos escondia-se uma contradição mais profunda. Durante séculos, desde a falência do mecenato, o teatro aceitara submeter-se às leis do mercado, funcionando em dois planos, o comercial e o artístico. Até mesmo os movimentos de vanguarda – metáfora militar surgida para a arte em fins do século XIX – podiam ser interpretados como mecanismos através dos quais novas idéias e novos contingentes se incorporavam com o correr do tempo ao grosso da tropa.

Pois era essa realidade histórica que a teoria do "teatro sagrado" vinha subitamente pôr em xeque, dando origem a problemas incontornáveis. Se o espetáculo é realmente um ritual místico, em que os Atores atuam como sacerdotes e os espectadores comparecem na qualidade de iniciados ou iniciantes – quem é que paga a conta? Como, em tais circunstâncias, manter a bilheteria, a publicidade, a troca constante de repertório, a máquina administrativa, todo o esquema empresarial inventado pelo teatro para ter meios de subsistir não só como arte, mas também como profissão inscrita nos quadros do mundo capitalista moderno?

Se há resposta a essas inquietantes perguntas, não foram as companhias brasileiras que a souberam dar.

5

Situação atual do teatro no Brasil

Se não nos enganamos, a última década ainda não se desvencilhou da sombra projetada pelos três decênios que vão de 1940 a 1970, tão vivos, tão dinâmicos, de tantas e tão rápidas conquistas. O presente permanece preso ao passado, voltando-se nostalgicamente sobretudo para 1968, esse ano mágico, essa espécie de orgasmo juvenil e coletivo, esse clímax histórico em que tudo se fez e se

desfez. Uma pergunta continua a nos atormentar. O que sucedeu, quando e onde se rompeu o fio da meada, por que o nosso caminhar de um momento para outro se desorientou, não possibilitando que os 10 anos mais próximos marcassem um avanço teatral tão decisivo quanto os anteriores? Na verdade, ainda não nos reencontramos, ainda não saímos da encruzilhada, nem sequer liqüidamos a herança deixada pelo TBC, pelo Arena e pelo Oficina, se tomarmos essas companhias, como vimos fazendo, menos como entidades de que como símbolos de três épocas e três atitudes perante o teatro.

O espírito do TBC parece-nos sobreviver no que os mais jovens costumam chamar com uma ponta de ironia ou indiferença de teatrão – o teatro resolutamente empresarial, as peças bem-feitas, não importa se nacionais ou estrangeiras, os espetáculos ricos e caprichados. Nem eles desapareceram de nossos palcos, nem decaíram artisticamente, nem perderam o prestígio junto ao público. Há diferenças, no entanto. Outro é o sistema de produção, desde o desaparecimento das companhias estáveis. Cada espetáculo é uma unidade isolada, resultado da reunião mais ou menos ocasional de pessoas – empresário, Autor, Diretor, Cenógrafo, Atores – cujo compromisso não ultrapassa o termo das representações. Esse constante reagrupar-se, se assegura uma exata distribuição de papéis, não havendo no elenco ninguém contratado de antemão, impede o desenvolvimento de qualquer programa a longo prazo. Ora, o senso de continuidade, a formação de um estilo e de uma personalidade própria, é que, caracterizando cada companhia, dava, ao se passar de uma para outra, a sensação imediata de progresso. Sem contar que a boa qualidade profissional já não provoca surpresa ou admiração nesta fase em que todos os setores da vida cultural brasileira vão-se livrando do ranço amadorístico. Realizações que seriam saudadas entusiasticamente não há muito tempo, quando representavam no mínimo a consolidação de territórios pouco explorados, ou são aceitas hoje em dia com naturalidade, nada mais do que isso, ou despertam uma ligeira reação de tédio, em face do "déjà vu" (expressão que entrou com força devastadora no vocabulário crítico nacional). O teatro, para justificar a sua existência, não pode ficar ao nível da televisão, mesmo da melhor.

A dramaturgia política, descendente longínqua do Teatro de Arena, foi a que mais e a que menos sofreu com a censura. Durante a repressão, retraiu-se para sobreviver, limitando-se a ocupar todo o pequeno espaço que lhe era consentido. Mas ao recuperar a palavra, com a abertura de

1980, ressurgiu quase intata em seus métodos e objetivos, apoiada que estava sobre a base sólida fornecida pelo marxismo. Se mesmo antes havia persistido em valorizar o verso e até a estrutura trágica grega, em peças como *Gota d'Água,* versão moderna de *Medéia* feita por Chico Buarque de Holanda e Paulo Pontes (1940-1976), mais motivos teria para não abandonar o único instrumental – a palavra – adequado à sua temática. Muitos Escritores, assim que puderam ver os seus textos encenados, passaram a fazer o processo de 1964, revivendo no palco a odisséia dos exilados (*Murro em Ponta de Faca,* de Augusto Boal), evocando as razões e desrazões do terrorismo (*Campeões do Mundo,* de Dias Gomes), encarando os dramas de consciência dos militantes de esquerda que se acovardaram (*Sinal de Vida,* de Lauro César Muniz) ou retomando a gravíssima questão da tortura oficializada ou semi-oficializada (*A Patética,* de João Ribeiro Chaves Neto, *Milagre na Cela,* de Jorge Andrade), já focalizada de modo transparentemente alegórico no período de maior arrocho censório (*Ponto de Partida,* de Gianfrancesco Guarnieri). A peça mais inovadora desta safra dramatúrgica, contudo, refere-se às perplexidades do presente, não aos erros ou crimes do passado. *Rasga Coração* não reabre o debate já um tanto exaurido dramaticamente entre esquerda e direita, liberdade e ditadura, direitos humanos e opressão policial. O conflito armado por Oduvaldo Viana Filho nas vésperas de morrer, aos 38 anos, o que torna a sua peça ainda mais pungente, trava-se no bojo da própria esquerda, dentro de uma mesma família, entre o pai, velho revolucionário que leva uma vida anódina enquanto trama e sonha com a explosão futura, sempre adiada, e o filho, rebelde de 1968, que deseja se modificar antes de modificar os outros, acreditando que as transformações sociais advirão não de doutrinas abstratas, desligadas da realidade corrente, mas da prática diária de novas formas de viver e conviver. A revolução terá de ser imediata e de toda a personalidade, unindo num só bloco corpo e espírito, sexo e sentimento, pensamento e ação, sem intromissões indevidas da sociedade na concepção de felicidade pessoal de cada um. É a idéia do *Paradise Now,* paraíso anárquico prometido pelo "Living Theatre", a preocupação com "o aqui e o agora", tão característica das gerações seguintes a 1968.

À liberalização da censura, forçoso é reconhecer, não correspondeu o esperado fluxo inventivo, talvez porque o teatro político também tenha os seus impasses interiores. Demasiado preso à racionalidade enquanto técnica, não pôde aproveitar o jorro do inconsciente que a vaga neo-surrealista lançou no palco, sob a forma de imagens oníricas, sensações,

metáforas, associação livre de idéias. E como assunto depende de um fluir histórico, de um desenrolar de fatos e conceitos, que não pertencem à esfera artística. Conforme for o destino da esquerda, assim será o seu.

Quanto ao legado do Teatro Oficina, parece exercer-se ele indiretamente, não tanto pela imitação de certos cacoetes de encenação, embora estes ainda persistam, como pela determinação de opor-se ao esquema empresarial, a que mesmo a dramaturgia política nem sempre escapa. É o teatro que se declara independente ou alternativo, firmando já nesses rótulos o intuito de se contrapor ao chamado teatrão em seu ponto mais central – o sistema de produção. Em vez do desmembramento de funções de qualquer empresa comercial bem organizada, estes conjuntos propõem-se a criar coletivamente, durante os ensaios, ao sabor das improvisações de cada intérprete. Texto e espetáculo nascem assim, lado a lado, produtos do mesmo impulso gerador, enunciando não experiências ou emoções alheias, mas vivências específicas do grupo. O Encenador, em tal caso, é menos mestre que agente catalítico, nada impedindo que seja auxiliado por um escritor, desde que este renuncie a seus antigos privilégios, aceitando trabalhar em equipe e para a equipe.

Devem-se ao teatro alternativo algumas das mais originais representações dos últimos anos. Foi assim, por exemplo, que o grupo Asdrúbal Trouxe o Trombone – nome provocantemente gratuito – retratou no palco, em *Trate-me Leão,* as vicissitudes cômicas e dramáticas de certa juventude das praias cariocas, como foi assim que o Pessoal do Victor – outro nome um tanto aleatório –, guiado na parte textual por Carlos Alberto Soffredini e na cênica por Paulo Betti, evocou, em *Na Carrera do Divino,* os estertores de uma cultura em agonia, fadada a só subsistir na falsa música popular – a cultura caipira paulista. Não falta no haver dessa tendência nem mesmo uma obra-prima, a transcrição para o palco, feita por Jacques Thiériot e Antunes Filho, do *Macunaíma,* de Mário de Andrade.

Poderíamos, quem sabe, enxergar na criação coletiva uma saída para o teatro, se o interminável período de maturação de tais espetáculos não os tornasse dificilmente compatíveis com as realidades econômicas modernas. Ou os Atores se sujeitam nos longos meses preparatórios a salários mínimos, só suportáveis para principiantes, e então o elenco corre o risco de não passar de uma ponte introduzida entre o amadorismo e o profissionalismo, dissolvendo-se no momento em que alcança sucesso, ou todo o projeto se coloca sob a proteção do Estado, perdendo o direito de intitular-se alternativo. Um espetáculo pode realizar o milagre de ser subsidiado e independente, não uma companhia que pela continuidade do amparo governamental aos poucos se estatiza e se oficializa.

Ao lado dessas três tendências – a estetizante e universalizante, de cunho marcadamente empresarial, a do teatro político de inclinação esquerdista e nacionalista, e a dos grupos comunitários – situa-se uma quarta que, mantendo com as outras relações de boa vizinhança e de eventual troca de influências, filia-se na verdade a uma linhagem bem mais antiga: a da comédia brasileira, só comprometida consigo mesma. Escritores como Millôr Fernandes e João Bethencourt, ambos cariocas e ambos vindos da década de 40, passaram por todos esses anos de turbulência sem se amarrarem a companhias, escolas ou programas.

Millôr Fernandes, com uma visão crítica mais ampla e um talento menos específico para o teatro, retoma a comédia quase exatamente onde Silveira Sampaio a deixou. Uma de suas últimas peças, *É...*, interpretada com muita graça pelo casal Fernanda Montenegro-Fernando Torres, coloca-nos, a partir do título, em face da dificuldade que temos todos nós, no palco ou na platéia, em estabelecer quais são precisamente os limites toleráveis da permissividade feminina (a masculina sempre existiu em terras de Santa Cruz). As constantes reacomodações entre o que se fazia e se dizia em épocas não tão remotas e o que se faz e se diz hoje em dia abre-lhe um amplo campo de situações equívocas, não regulamentadas pela sociedade e, portanto, potencialmente cômicas. Como deve proceder, por exemplo, uma mulher de 45 anos, até então bem casada e de conduta exemplar, perante um divórcio que ela não desejou e uma liberdade sexual que não sabe desfrutar com naturalidade? Até que ponto os senhores de certa idade e as senhoras de idade incerta têm a obrigação de se submeter a regras estipuladas – e mal estipuladas – pela e para a juventude? Será que a única resposta possível às incertezas do presente consiste num dubitativo e desalentado *É...*?

Outro fio solto do tecido social refere-se ao homossexualismo. De que modo encará-lo, depois que ele ingressou, confusa e reticentemente, nos hábitos das grandes cidades brasileiras? Sinal de progresso ou de decadência? Motivo de drama ou de comédia? *Greta Garbo, Quem Diria, Acabou no Irajá*, de Fernando Melo, sem responder evidentemente a tais questões, explora, talvez com mais verve que suas competidoras nacionais, esse filão recém-descoberto, opondo um adolescente provinciano (o indispensável elemento de contraste) a um senhor que tenta ser tão espirituoso quanto Oscar Wilde, quando não se imagina, nos momentos de maior desvario erótico, uma nova Greta Garbo, infelizmente desconhecida e suburbana. É a nossa modesta, porém apreciável contribuição para um dos temas mais em voga no teatro universal.

João Bethencourt, o comediógrafo de maior bilheteria de nossos palcos, provavelmente o único que vive só do teatro, como autor ou como Tradutor e Encenador de peças de *boulevard*, é um caso à parte. Mais interessado no indivíduo que na sociedade, acreditando antes na eficácia do enredo bem construído que nas facilidades proporcionadas pela liberdade formal moderna, inscreve-se mais do que qualquer outro escritor brasileiro nas linhas clássicas da comédia ocidental, quer na escolha dos assuntos, não necessariamente locais (*O Dia em que Raptaram o Papa* passa-se em Nova York), quer nos recursos de que lança mão – contraste de personalidades, efeitos de ritmo (o "crescendo" cômico), expectativa sobre o que poderá vir a acontecer a seguir, reviravolta de situações etc.

A diferença entre a comicidade atual e a do passado está freqüentemente mais na forma que no fundo. O que fazia rir por ficar nas entrelinhas, tendo de ser decifrado pela malícia sempre alerta do público, agora é engraçado muitas vezes pelo motivo oposto, por ser dito cruamente, com todas as letras, inclusive, claro está, as que formam os palavrões. O linguajar até há pouco reservado aos homens e às conversas privadas passou de repente a ser reivindicado pelas mulheres, caindo em domínio público. Admira-se não a finura mas a grossura, por seu efeito de choque, pela violência com que agride os antigos códigos sociais.

A comédia paulista, não sendo mais puritana que a carioca, longe disso, colore-se não raro de uma tonalidade menos lúdica, menos fantasiosa, menos liberta das contingências econômicas. É o que sucede, notadamente, com as peças de Maria Adelaide Amaral (*Bodas de Papel, Arquivo Morto*), de teor já bem mais realista e que disfarçam sob uma ligeira mas efetiva capa de comicidade uma crítica vigorosa à chamada sociedade de consumo.

Outros Escritores, Domingos de Oliveira no Rio, Naum Alves de Souza em São Paulo, não obstante os êxitos já obtidos, parecem ainda em evolução, ainda à procura de um estilo próprio, o primeiro caminhando do lirismo irônico para formas mais dramáticas e menos desligadas da vida diária, o segundo elaborando com técnica cada vez mais firme a matéria um tanto imponderável dos sonhos infantis e das reminiscências escolares.

Entre os novíssimos, cuja figura exponencial por enquanto talvez seja Hamilton Vaz Pereira, principal inspirador de *Trate-me Leão*, transparece o desejo de ousar mais, de sair do relativo comedimento da comédia para a loucura total da farsa. Esse humor desabrido, extravagante, que não teme abusar da caricatura e da paródia e que não poupa a pudicícia, se

corresponde a certo gosto moderno pelo grotesco, nem por isso deixa de se reportar às vezes a antecessores históricos, alegando o seu parentesco ou com o *cabaret* literário europeu, que se começa a descobrir, ou com o nosso antigo teatro de revista, ora em processo de mitificação, visto como algo saborosamente popular e mal comportado que seria preciso recuperar para vitalizar o palco brasileiro.

A valorização da vulgaridade, desde que expressiva estética ou socialmente, trouxe de volta o nome de Nelson Rodrigues, um tanto obscurecido logo após 1964 por suas posições políticas de direita. Mas o que se vê nele em 1980 já não é o trágico grego celebrado por volta de 1940, nem o precursor do teatro do absurdo. Ressalta-se presentemente o iconoclasta da moral burguesa (somente no que se refere ao sexo) e, mais ainda, o retratista impiedoso de uma realidade tanto mais nacional por ser arraigadamente suburbana. Os elementos de melodrama e de "chanchada" (dois gêneros sempre florescentes entre nós) que Ronaldo Lima Lins discerniu em seus textos,[50] o fato de o escritor parecer por momentos assumir por inteiro a mediocridade de suas personagens, a ponto de transformar os mitos populares do Rio de Janeiro – a macumba, o jogo do bicho, o futebol – em destino trágico, aproximam-no da crueldade de Escritores atualíssimos como Rubem Fonseca, em alguns de seus contos, e Dalton Trevisan, na quase totalidade de sua obra. A fusão entre escrita e personagem dá-se em certas peças suas de modo tão completo que é impossível dizer onde termina o sarcasmo e onde começa a compaixão, o que é sentimento autêntico e o que já se apresenta como paródia. Nelson retorna assim à tona, com uma ambigüidade de tom bem moderna, provando o seu fôlego de sete gatos (maior que o de seus desafortunados "sete gatinhos"), a sua inesgotável capacidade de reencarnar-se em diferentes personalidades literárias conforme se seguem as gerações. Elogiado a princípio pela grandeza universal de seu teatro, acabou por ser admirado – ao menos provisoriamente – pelas qualidades contrárias, por estar tão colado, através de uma quase inperceptível camada de ironia, a um Brasil feio, sofrido e pobre.

O teatro infantil

Não fazia e não faz parte de nossas intenções falar do teatro infantil, nesta síntese que se pretende menos história factual que interpretação de tendências. Mesmo assim não poderíamos calar a atuação nesse campo de um grupo amador carioca que, mantendo-se um tanto à margem da evolução dramática tal como a sugerimos aqui,

[50] R. Lima Lins, O *Teatro de Nelson Rodrigues,* Francisco Alves, 1978, p. 73.

nunca cessou de realimentar o nosso melhor profissionalismo com a formação não só de Atores mas igualmente, em proporções menores, de Cenógrafos, Diretores, Figurinistas, e até mesmo de Críticos (de suas fileiras saiu Yan Michalski). O Tablado, fundado em 1951, vem desempenhando desde então um tríplice papel, como centro de irradiação intelectual, por meio da revista *Cadernos de Teatro,* como escola prática de arte dramática, mediante a montagem sempre cuidada de Autores clássicos e modernos, desde Shakespeare, Molière e Goldoni até Ghelderode, Camus e Arrabal, e, em primeiro lugar, como criador praticamente do teatro infantil moderno no Brasil, gênero dos mais prósperos entre nós. Maria Clara Machado, a sua fundadora e Diretora, foi das primeiras, ao lado de Lúcia Benedetti, a pedir que as peças para crianças – de que *Pluft, o Fantasminha,* de sua autoria, foi durante anos, se não o é ainda, o mais feliz modelo – tivessem a mesma qualidade literária e o mesmo tratamento cênico dos demais espetáculos. Se há, de resto, uma característica que marca os 30 anos do Tablado, conferindo unidade às suas diversas atividades, é a fidelidade ao texto poético – e desse ponto de vista a diferença entre literatura para adultos e para não adultos muitas vezes se anula. Para além das restrições nascidas da maior ou menor capacidade de entendimento, encontra-se ou pode encontrar-se em ambas a mesma crença na força criadora da imaginação, poderosa a ponto de abolir ocasionalmente as fronteiras estabelecidas pela lógica entre o verossímil e o inverossímil.

Encerradas essas digressões, destinadas a sanar algumas lacunas e a reintegrar um pouco do muito que fora excluído pelo ângulo de observação adotado, estamos aptos a retomar e concluir o nosso epílogo.

Considerações finais

Num derradeiro olhar lançado sobre o passado, na tentativa de apreender o essencial, o que mais ressalta é a nossa dependência em relação às idéias e aos sistemas estéticos estrangeiros, não obstante as ilusões louvavelmente patrióticas dos que reduzem a nossa história cultural recente a uma luta entre o nacionalismo (o protagonista) e o internacionalismo (o detestável antagonista). Se já eram europeus, franceses ou portugueses, os envelhecidos padrões vigentes no Brasil em 1930, ainda estribados sobre a primazia da comédia ligeira enquanto diversão popular e do primeiro ator enquanto razão de ser do espetáculo, também o foram todos os movimentos surgidos após 1940. Basta conferir os nomes tutelares que se sucederam com tanta celeridade: Copeau, Stanislawski, na fase estética; Piscator, Brecht, por volta de 1960; Artaud, Grotowsky, nos anos mais próximos. A diferença é que o pensamento europeu, agindo em nível universal, ora nos impele para as nossas peculia-

ridades nacionais, forçosamente passageiras, quando insiste sobre o caráter social e engajado da arte, ora nos lança à busca de uma perfeição menos contingente, quando nos persuade que os valores artísticos transcendem espaço e tempo ("a thing of beauty is a joy forever", disse o poeta), não visando a fins exteriores a si mesmos. Ambas as posições, de resto, a primeira talvez mais comodamente que a segunda, cabem no âmbito espaçoso e mal delimitado do nosso modernismo.

A última e a mais radical dessas mensagens recebidas da Europa, a de Antonin Artaud, se significou por um lado a culminação de um processo histórico que remonta a Max Reinhardt e a Gordon Craig, momento em que principia a ascensão do Encenador, por outro, ao inspirar-se nas danças primitivas balinenses, conduziu o teatro a um beco sem saída, ao menos enquanto não adequarmos economicamente o universo aos nossos propósitos artísticos, ao negar-lhe o caráter profano e profissional. Na prática, não se pode dizer que o mundo tenha vindo abaixo: quase tudo, na verdade, continuou como antes. Mas no plano da consciência estética o choque foi tremendo, abalando, não se sabe se para sempre, a confiança que todos depositávamos no teatro tal como se fora constituindo através dos séculos. Confiança, aliás, concedida inclusive por Brecht, que desejava alargar e diversificar a tradição aristotélica, não desfazer mais de dois mil anos de história. Em suma, o teatro atual – e o teatro brasileiro nesse contexto – não parece capaz nem de esquecer, nem de realizar os altíssimos desígnios imaginados por Artaud. O tremor de terra passou, mas ainda não retornou o antigo sentimento de segurança.

Com isso chegamos às frustrações do presente. A crise, é bom que se repita, não se prende e não se explica pela penúria de talentos individuais, por um súbito e incompreensível esmorecimento da inspiração. A experiência individual passa misteriosamente de geração a geração, mesmo quando os filhos pensam desmentir os pais. Quatro decênios não decorreram em vão e os que se iniciam no teatro em 1980 fazem-no em outro nível de conhecimento, em comparação com o zero quase absoluto de 1940. Para ficar apenas entre os Encenadores, categoria em torno da qual – e das companhias dela resultantes – estruturou-se o nosso ensaio, podemos citar, além das referidas anteriormente, personalidades tão marcantes, pela competência profissional ou pelo espírito de aventura, quanto as de Sérgio Brito, Fauzi Arap (também Autor), Cecil Thiré, Amir Haddad, Antônio Abujamra (e deixamos de propósito para os Historiadores vindouros os que estão despontando agora, alguns já com grande originalidade).

Também quantitativamente, não empobrecemos. Só na cidade de São Paulo, sobre a qual possuímos dados à mão, realizaram-se, em 1981, "104 espetáculos profissionais regulares, com temporadas que variaram de uma semana a dez meses, e 108 espetáculos amadores, de escolas de teatro, grupos alternativos, companhias estrangeiras, num total de 212 encenações". Clóvis Garcia, que nos dá essas reconfortantes informações, comenta, entretanto: "O aumento dos espetáculos de amadores e grupos alternativos, e mesmo de espetáculos profissionais, parece representar não um crescimento do teatro, mas uma pulverização dos grupos (...). Todo mundo quer realizar o *seu* espetáculo e para isso se improvisam conjuntos, quase sempre com uma só montagem e, na maioria das vezes, com resultados inexpressivos."[51]

A multiplicação pode ser vista, portanto, também como divisão: teatrinhos cada vez menores, textos de um ou dois Atores, produção pobre, público reduzido etc. Se nos tempos heróicos do amadorismo teatral, sofremos, conforme ficou consignado, de um certo complexo de inferioridade que nos inibia de escrever ou dirigir peças, esmagados que estávamos pela superioridade estrangeira, encontramo-nos ao que tudo indica na situação inversa. À medida que cresce o culto da chamada criatividade (a idéia de que qualquer um, vencidos os seus bloqueios, é capaz de dar origem a uma obra de arte, ainda que modesta, valendo mais esse desenvolvimento da personalidade que considerações de ordem técnica ou estética), alarga-se o círculo de pessoas que se julgam habilitadas a tentar o teatro. Se a questão é de espontaneidade, de liberação de impulsos, não de vocação ou de aprendizado, por que não eu?

Ainda uma vez, o que inexiste para disciplinar essa possivelmente benéfica democratização da cultura, convertendo a quantidade em qualidade, é uma doutrina central, um padrão de julgamento (que tornava outrora a crítica tão mais fácil), uma visão unitária a respeito da natureza e da função do teatro, que possa aglutinar e organizar o esforço coletivo. Sempre que tivemos tal apoio teórico e prático, desde Os Comediantes até o Oficina, tudo caminhou razoavelmente bem. Esgotada a vanguarda, que se autodevorou no afã de ir sempre adiante, de considerar transitórias todas as verdades (a filosofia já nos devia ter ensinado que a dúvida, uma vez posta em marcha, não há dogmatismo que a faça parar), estacamos no deserto, desorientados, cansados de mudar constantemente de rumo, à

[51] C. Garcia, *A intensa atividade teatral e a diluição do espectador, in* O Estado de *S. Paulo,* 24-12-1981.

espera do guia ou do profeta que nos ajude a atravessá-lo. Depois de Brecht e Artaud – quem?

Enquanto aguardamos, uma dúvida insidiosa infiltra-se em nosso espírito. Renascerá o teatro sob formas ainda inimagináveis, como tantas vezes sucedeu, ou morrerá, havendo cumprido honrosamente o seu destino histórico? Terá terminado o ciclo da obra de arte como fenômeno insuscetível de ser reproduzido mecanicamente, com a sua aura de fato único, tão bem descrita por Walter Benjamim? Caberá o futuro, no que tange às artes do espetáculo, ao cinema, à televisão, ao videoteipe, ao videocassete, produtos de uma revolução tecnológica que se acelera e cujos resultados não conseguimos sequer conjeturar? Não temos dúvida sobre o lado para o qual pendem os nossos desejos e as nossas esperanças. Mas não nos sentimos obrigados a responder a tão desagradáveis perguntas. Felizmente, quando começam as projeções sobre o que virá, cessam as atribuições e a responsabilidade do historiador.

ORIENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

ABRANCHES, Dunshee – *Governos e Congressos da República dos Estados Unidos do Brasil, 1889-1917,* São Paulo, s. ed., 1918. *Atas e Atos do Governo Provisório,* Rio de Janeiro, D. de Abranches, 1930, 2ª ed. *Rio Branco e a Política Exterior* do *Brasil,* Rio de Janeiro, Oficinas Gráficas do "Jornal do Brasil", 1945. *O Golpe de Estado. Atas e Atos do Governo Lucena,* Rio de Janeiro, s. ed., 1954.

ACHILES, Aristeu – *Aspectos da Ação do* DIP, Rio de Janeiro, 1941.

AFFONSECA, L. (Jr.) – *O Custo de Vida na Cidade do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1920.

ALBUQUERQUE, E. P. Cavalcanti – *Getúlio Vargas. Esboço de Biografia,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1941.

ALBUQUERQUE, L. – *A Crise Financeira e suas Soluções,* Rio de Janeiro, Imprensa Americana, 1897.

ALBUQUERQUE, M. C. Cavalcanti – *Quatro Séculos de História Econômica Brasileira,* São Paulo, Ed. MacGraw-Hill do Brasil, Ltda., 1977.

ALBUQUERQUE, Maurício M. – *Pequena História da Formação Social Brasileira,* Rio de Janeiro, Graal, 1981, 2ª ed.

ALENCASTRE, A. – *A Revolução e seus Aspectos Militares,* Bahia, G. Loureiro, 1931.

ALEXANDER, Robert J. – "Brazil's Communist Party: a Case Study" *in Problems of Communism,* IV, nº 5 (September, October), 1955.

ALMEIDA, A. Figueira – *A Constituição de 10 de Novembro Explicada ao Povo,* Rio de Janeiro, DIP, 1940.

ALMEIDA, Cândido Mendes – *Nacionalismo e Desenvolvimento,* Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, 1963.

ALMEIDA, José – *A Implantação da Indústria Automobilística no Brasil 1910/1976,* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1976.

ALMEIDA, José Américo – *A Palavra e o Tempo: 1937-1945,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1965.

ALMEIDA, João Pio – *Borges de Medeiros,* Porto Alegre, Julio Dias Alleud, 1928.

ALMEIDA, M. Hermínia T. – "O Sindicato no Brasil: Novos Problemas, Velhas Estruturas" *in Debate e Crítica,* nº 6, 1975.

ALMINO, João – *Os Democratas Autoritários,* São Paulo, Brasiliense, 1980.

ALVES, Branca M. – *Ideologia & Feminismo: A Luta da Mulher pelo Voto no Brasil,* Petrópolis, Vozes, 1981.

ALVES, F. Rodrigues (Fº) – *Campos Salles,* São Paulo, Cultura do Brasil, 1940.

ALVES, Mota (Sobrinho) – *A Civilização do Café (1820-1920),* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1967.

AMADO, Gilberto – *Eleição e Representação,* Rio de Janeiro, Of. Ind. Gráfica, 1931. *Perfil do Presidente Vargas,* Rio de Janeiro, DNP, 1936.

AMARAL, Azevedo – *A Aventura Política do Brasil,* Rio de Janeiro, s. ed., 1935. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

AMARAL, Luís – *História Geral da Agricultura Brasileira no Tríplice Aspecto Político, Social e Econômico,* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1940.

AMARAL, Rubens – *A Campanha Liberal: 1929-1930,* São Paulo, Imprensa Paulista, 1930.

ANDRADE, Almir – *Contribuição à História Administrativa do Brasil: na República até o ano de 1945,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1950.

ANDRADE, Antônio Carlos R. – *Finanças e Financistas de 1822 a 1922,* Rio de Janeiro, Nacional, 1922. *Aliança Liberal. A Palavra do Presidente Antônio Carlos,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1930.

ANDRADE, Manoel Corrêa – *A Terra e o Homem no Nordeste,* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Mário – *Aspectos da Literatura Brasileira,* São Paulo, Liv. Martins, Ed., 1974.

ANDRADE, Régis de Castro – "Perspectivas no Estudo do Populismo Brasileiro", Rio de Janeiro, *Encontros com a Civilização Brasileira,* nº 7, 1979.

ANTONACCI, Maria Antonieta – *Rio Grande do Sul: as Oposições e a Revolução de 1923,* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

ANTUNES, Ricardo – *Classe Operária, Sindicatos e Partido,* São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.

ARANHA, Osvaldo – *A Revolução não se fez pelo poder, fez-se pelo Brasil.* Rio de Janeiro, s. ed., 1932.

ARARIPE, Tristão de Alencar – *Tasso Fragoso: um pouco da História do nosso Exército,* Rio de Janeiro, 1960.

ARAÚJO, Maria Celina S. – *O Segundo Governo Vargas: 1951-1954,* Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

ARAÚJO, José Ribeiro (Fº) – *Santos, o Porto do Café,* Rio de Janeiro, 1969.

ARAÚJO, R. M. B. – *O Batismo do Trabalho. A Experiência de Lindolfo Collor,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1981.

ARRAES, Miguel – *Palavras de Arraes,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

ARRAIS, Monte – *O Estado Novo e suas Diretrizes. Estudos Políticos e Constitucionais,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

ASSUNÇÃO, Herculano – *A Campanha do Contestado: as operações da Coluna do Sul,* Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1917-1918.

AURELIANO, Liana Maria – *No Limiar da Industrialização Brasileira,* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1981.

AZEVEDO, Fernando – *A Cultura Brasileira,* Rio de Janeiro, IBGE, 1940.

AZEVEDO, Fernando A. – *As Ligas Camponesas,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

AZEVEDO, Thales – *Os Brasileiros: Estudos de "Caráter Nacional",* Bahia, UFBA, 1981.

BAER, Werner – *A Industrialização e o Desenvolvimento do Brasil,* Rio de Janeiro, 1966. *Siderúrgica e Desenvolvimento Brasileiro,* Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

BAKOTA, Carlos – "Getúlio Vargas and the Estado Novo" *in Latin American Research Review,* 14, nº 1, 1979.

BANDEIRA, A. F. (Jr.) – *A Industrialização no Estado de São Paulo em 1901,* São Paulo, Tipografia do Diário Oficial, 1901.

BANDEIRA, Moniz; MELO Clóvis e ANDRADE A. – *O Ano Vermelho. A Revolução Russa e seus Reflexos no Brasil,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1946.

BANDEIRA, Moniz – *O 24 de agosto de Jânio Quadros,* Rio de Janeiro, Ed. Nelson, 1961. *Presença dos Estados Unidos no Brasil: Dois Séculos de História,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1973. *O Governo João Goulart. As Lutas Sociais no Brasil: 1961-1964,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978, 4ª ed.

BARATA, Agildo – *Vida de um Revolucionário (Memórias),* Rio de Janeiro, Ed. Nelson, s/d.

BARATA, Júlio – *O Espírito da Nova Constituição,* Rio de Janeiro, Mandarino e Molinari, 1938.

BARBOSA, Francisco de Assis – *Juscelino Kubitschek. Uma Revisão* na *Política Brasileira,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1960. *A Vida de Lima Barreto,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964, 3ª ed. (org.) – *Idéias Políticas de João Mangabeira,* Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1981. (org.) – *Idéias Econômicas de Miguel Calmon,*

Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1981. (org.) – *Idéias Políticas de João Pinheiro,* Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1981.

BARBOSA, Manuel (Pe.) – *A Igreja no Brasil (Notas para a sua História),* Rio de Janeiro, Ed. Obras Gráficas A Noite, 1945.

BARBOSA, Rui – *Obras Completas,* Rio de Janeiro, MEC, 1967.

BARRETO, Dantas – *Impressões Militares,* Rio de Janeiro, Luizinger, 1910.

BARRETO, Gabriel Menna – *Memórias de Duas Campanhas: 1930-1932,* Rio de Janeiro, Alba, 1933.

BARRETO, Leda – *Julião, Nordeste, Revolução,* Rio de Janeiro, 1963.

BARROS, Alberto da Rocha – *Origem e Evolução da Legislação Trabalhista,* Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

BARROS, João Alberto Lins – *Memórias de um Revolucionário,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1953.

BARROS, Paulo de Moraes – *Política do Café: ano de 1929,* Rio de Janeiro, 1930.

BARROSO, Gustavo. *Brasil, Colônia de Banqueiros: História dos Empréstimos de 1824 a 1937,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1934, 2ª ed.

________. – *Integralismo e Catolicismo,* Rio de Janeiro, ABC, 1937.

BASBAUM, Leôncio – *História Sincera da República,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1969, 3ª ed. *Uma Vida em Seis Tempos. Memórias,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

BASTIDE, Roger – *Brésil, Terre de Contrastes,* Paris, Hachette, 1957.

BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan – *Brancos e Negros em São Paulo,* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1971.

BASTOS, Abguar – *Prestes e a Revolução Social,* Rio de Janeiro, Editorial Calvino, 1946.

BASTOS, Umberto – *O Pensamento Industrial no Brasil: Introdução à História do Capitalismo Brasileiro,* São Paulo, Liv. Martins, Ed., 1952, 2ª ed.

BATISTA, Olavo (Jr.) e outros – *Capítulos da História da Indústria no Brasil,* São Paulo, Fórum Roberto Simonsen, 1959.

BEIGUELMAN, Paulo – "A Propósito de uma Interpretação da História da República" *in Revista Civilização Brasileira,* nºs 9-10 (setembro-novembro), 1966. *Formação Política* do *Brasil,* São Paulo, Liv. Pioneira, 1967. *A Formação do Povo no Complexo Cafeeiro,* São Paulo, Liv. Pioneira, 1977. *Os Companheiros de São Paulo,* São Paulo, Símbolo, 1977.

BELLO, José Maria – *A Questão Social e a Solução Brasileira,* Rio de Janeiro, s. ed., 1936. *História da República,* São Paulo, Ed. Nacional, 1969, 6ª ed.

BENEVIDES, M. Vitória de Mesquita – *O Governo Kubitschek. Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. *A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981. *O Governo Jânio Quadros,* São Paulo, Brasiliense, 1981.

BERGSMAN, Joel – *Brazil. Industrialization and Trade Policies,* London/New York, Oxford University Press, 1970.

BERNARDO, Antônio Carlos - *Tutela e Autonomia Sindical (Brasil, 1930-1945)*, São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

BIBLIOGRAFIA da Revolução Constitucionalista. Separata da *Revista de História*, (julho-setembro), 1962.

BIBLIOGRAFIA sobre a Campanha Civilista - *Diversos*, Rio de Janeiro, Fundação Casa Rui Barbosa, 1981.

BILAC, Olavo - *A Defesa Nacional*, Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1965.

BITTENCOURT, Clemente Mariani - *O Governo da Bahia e a Defesa da República contra as Agitações Extremistas*, Rio de Janeiro, s. ed., 1936.

BOITO, Armando - *O Golpe de 1954. A Burguesia contra o Populismo*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

BONILLA, Frank - "A National Ideology for Development: Brazil" *in Expectant Peoples*, New York, Random House, 1963.

BORGES, Vavy Pacheco - *Getúlio Vargas e as Oligarquias Paulistas*, São Paulo, Brasiliense, 1979.

BOSI, Alfredo - *O Pré-Modernismo*, São Paulo, Cultrix, 1966. *História Concisa da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1972.

BOUÇAS, V. - *História da Dívida Externa*, Rio de Janeiro, Edições Financeiras S. A., 1950.

BRAGA, Cincinato - *Brasil Novo*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1930. *Problemas Brasileiros: Magnos Problemas Econômicos de São Paulo*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1948, 3ª ed.

BRANCO, Carlos Castello - *Introdução à Revolução de 1964*, Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

BRANDÃO, Otávio - *Combates* e *Batalhas (Memória*, São Paulo, Alfa-Ômega), 1978.

BRANDÃO, Teixeira - *A Educação Nacional no Regime Republicano*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1907.

BRASIL, Francisco de Assis - *Atitude do PDN na Crise de Renovação Presidencial para 1930-1934*, Porto Alegre, Globo, 1929.

BRAZIL, R. Pereira - *Minas Gerais na Grandeza do Brasil*, Belo Horizonte, s. ed., 1936.

BRESCIANI, M. Stella - "Concepção de Estado em Oliveira Viana" *in Revista de História*, nº 94, 1973. "As Voltas de um Parafuso" *in Cadernos de Pesquisa - Tudo é História*, São Paulo, Brasiliense, 1977.

BRITO, Mário da Silva - *História do Modernismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964.

BRITO, José do Nascimento - *Economia e Finanças do Brasil: 1922-1940*, Rio de Janeiro, Freitas Bastos, 1945.

BULHÕES, Augusto - *Ministros da Fazenda do Brasil: 1808-1954*, Rio de Janeiro, s. ed., 1955.

BURNS, E. Bradford - *The Unwritten Alliance, Rio Branco and Brazilian-American Relations*, New York, Columbia University Press, 1966.

CABANAS, João - *A Coluna da Morte*, Rio de Janeiro, Almeida e Torres, s/d.

CAFÉ, João (Fº) - *Do Sindicato ao Catete: Memórias Políticas e Confissões Humanas,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1966.

CALMON, Pedro - *História Social do Brasil,* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, s/d., 2ª ed.

CALÓGERAS, Pandiá - *Formação Histórica do Brasil,* São Paulo, s. ed., 1967, 7ª ed. *A Política Monetária do Brasil,* São Paulo, Ed. Nacional, 1969.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida - *São Paulo 1932,* São Paulo, Imprensa Oficial, 1982.

CAMARGO, Aspásia Alcântara - "Autoritarismo e Populismo, Bipolaridade no Sistema Político Brasileiro" *in Dados,* nº 12, Rio de Janeiro, IUPERJ, 1976.

CAMARGO, C. Procópio Ferreira - *Igreja e Desenvolvimento,* São Paulo, CEBRAP e Centro Brasileiro de Ciências, 1971.

CAMARGO, C. Procópio F. (org.) - *Católicos, Protestantes, Espíritas,* Petrópolis, Vozes, 1973.

CAMPOS, Francisco - *O Estado Nacional e suas Diretrizes,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1937. *Os Problemas do Brasil e as Grandes Soluções do Novo Regime,* Rio de Janeiro, Nacional, 1938. *O Estado Nacional; sua Estrutura, seu Conteúdo Ideológico,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1941, 3ª ed.

CAMPOS, Mílton - *Testemunhos e Ensinamentos,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1972.

CAMPOS, Reynaldo Pompeu - *Repressão Judicial e Estado Novo,* Achiamé, 1982.

CAMPOS, Roberto de Oliveira - *Ensaios de História, Economia e Sociologia,* Rio de Janeiro, APEC, 1963. *Política, Planejamento e Nacionalismo,* Rio de Janeiro, APEC, 1963.

CANO, Wilson - *Raízes da Concentração Industrial* em *São Paulo,* São Paulo, Difel, 1976.

CAÓ, José - *Dutra. O Presidente e a Restauração,* São Paulo, Instituto Progresso Industrial, 1949.

CAPELATO, Maria Helena e PRADO, Maria Ligia - *O Bravo Matutino. Imprensa e Ideologia: o Jornal "O Estado de S. Paulo",* São Paulo, Alfa-Ômega, 1980.

CAPELATO, Maria Helena - *O Movimento de 1932. A Causa Paulista,* São Paulo, Brasiliense, 1982, 2ª ed.

CARDOSO, F. H. e FALETTO, Enzo - *Dependência e Desenvolvimento na América Latina,* Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

CARDOSO, Fernando Henrique - "Condições Sociais da Industrialização em São Paulo" *in Revista Brasiliense,* nº 28, 1960. *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico,* São Paulo, Difel, 1964. "Proletariado no Brasil: Situação e Comportamento Social" *in Mudanças Sociais na América Latina,* São Paulo, 1969.

CARDOSO, F. H. e MULLER, G. - *Amazônia. Expansão e Capitalismo,* São Paulo, Brasiliense, 1977.

CARDOSO, Miriam L. - *Ideologia do Desenvolvimento Brasileiro. Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

CARNEIRO, Glauco - *História das Revoluções Brasileiras: 1922 a 1928*, São Paulo, "O Cruzeiro", 1965. *O Revolucionário Siqueira Campos*, Rio de Janeiro, Record, 1966. *Luzardo, O Último Caudilho*, Rio de Janeiro., Nova Fronteira, 1977, 2ª ed.

CARNEIRO, Paulo (org.) - *Idéias Políticas de Júlio de Castilhos*, Brasília, FCRB/Senado Federal, 1982.

CARONE, Edgard - *A Primeira República*, São Paulo, Difel, 1969. *A República Velha* I *(Instituições e Classes Sociais)*, São Paulo, Difel, 1970. *A República Velha* II *(Evolução Política)*, São Paulo, Difel, 1971. *A Segunda República (1930-1937)*, São Paulo, Difel, 1973. *O Tenentismo*, São Paulo, Difel, 1975. *A Terceira República (1937-1945)*, São Paulo, Difel, 1976. *O Estado Novo*, São Paulo, Difel, 1976. *O Pensamento Industrial no Brasil (1880-1945)*, São Paulo, Difel, 1977. *O Centro Industrial do Rio de Janeiro e sua Importante Participação na Economia Nacional (1827-1977)*, Rio de Janeiro, Centro Industrial do Rio de Janeiro, Ed. Cátedra, 1978. *O Movimento Operário no Brasil (1877-1944)*, São Paulo, Difel, 1979. *A Quarta República (1945-1964)*, São Paulo, Difel, 1980. *O PCB (1922-1943)*, São Paulo, Difel, 1982. *O PCB (1943-1964)*, São Paulo, Difel, 1982.

CARPEAUX, Otto Maria - *Pequena Bibliografia Crítica da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Ed. de Ouro, 1968.

CARVALHO, Delgado - *História Diplomática do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1959.

CARVALHO, Estevão L. - *Memórias de um Soldado Legalista*, Rio de Janeiro, 1961.

CARVALHO, Getúlio - *Petrobras: do Monopólio aos Contratos de Risco*, Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1976.

CASALECCHI, J. Ênio - "Plataformas Políticas dos Presidentes de São Paulo na Primeira República" *in Boletim de História e Economia*, Departamento de Economia de Araraquara, 1978. *A Proclamação da República*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

CASTRO, Ana Célia - *As Empresas Estrangeiras no Brasil: 1860-1913*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

CASTRO, Antônio Barros - *Sete Ensaios sobre a Economia Brasileira*, São Paulo, Forense, 1971.

CASTRO, Josué - *A Geografia da Fome. A Fome no Brasil*, Rio de Janeiro, Empresa Gráfica Brasileira, 1946.

CASTRO, Sertório - *A República que a Revolução Destruiu*, São Paulo, Difel, 1971.

CAVA, Ralph Della - "Brazilian Messianism and National Institutions: a Reappraisal of Canudos and Juazeiro" *in Hispanic American Review*, XLVIII, nº 3 (August), 1968. *Milagre em Juazeiro*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. "Catholicism and Society *in* Twentieth-Century Brazil" *in Latin American Research Review*, 11, nº 2.

CAVALCANTI, Paulo - *O Caso eu Conto como o Caso foi. Da Coluna Prestes à Queda de Arraes*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

CAVALCANTI, Pedro – *A Presidência de Wenceslau Brás: 1914-1918,* Rio de Janeiro, Jacinto Ribeiro dos Santos, 1918.

CERQUEIRA, Gisálio (F°) – *A Influência das Idéias Socialistas* no *Pensamento Político no Brasil, 1890-1922,* São Paulo, Ed. Loyolla, 1978,

CHACON, Wamireh – *História das Idéias Socialistas no Brasil,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965. *História dos Partidos Políticos Brasileiros,* Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

CHASIN, José – *O Integralismo de Plínio Salgado,* São Paulo, Ed. de Ciências Humanas, 1978.

CHAVES, Elias – *O Sentido Dinâmico da Democracia,* São Paulo, Brasiliense, 1982.

CHAUI, Marilena – "Apontamentos para uma Crítica da Razão Integralista" *in Ideologia e Mobilização Popular,* São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

CHILCOTE, Ronald – *Partido Comunista Brasileiro. Conflitos e Integração,* Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1982.

COARACY, Vivaldo – *Problemas Nacionais,* São Paulo, Sociedade Impressora Paulista, 1930.

COELHO, Edmundo C. – *Em Busca da Identidade: o Exército e a Política na Sociedade Brasileira,* Rio de Janeiro, Ed. Forense Universitária, 1976.

COHN, Amélia – *Crise Regional e Planejamento. O Processo de Criação da SUDENE,* São Paulo, Ed. Perspectiva, 1975.

COHN, Gabriel – *Petróleo e Nacionalismo,* São Paulo, Difel, 1968.

COLLOR, Lindolfo – *Sinais dos Tempos,* Rio de Janeiro, Panamericana, 1942.

COMBLIN, Joseph – *A Ideologia da Segurança Nacional,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1978, 2ª ed.

CONNIFF, Michael L. – *Urban Politics in Brazil. The Rise of Populism, 1925-1945,* University of Pittsburgh Press, 1981.

CORBISIER, Roland – *Formação e Problema da Cultura,* Rio de Janeiro, ISEB, 1958. *Os Intelectuais e a Revolução,* Rio de Janeiro, Avenir, 1980.

CORRÊA, Ana Maria Martinez – *A Rebelião de 1924 em São Paulo,* São Paulo, HUCITEC, 1974.

CORRÊA, Marcos Sá – *1964 Visto e Comentado pela Casa Branca,* Porto Alegre, L. & PM., 1977.

CORREIA, Serzedelo – *O Problema Econômico no Brasil: 1903,* Rio de Janeiro/Brasília, Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1981.

CORTÊS, C. e KORNWETBEL, R. – *Bibliografia da História* do *Rio Grande do Sul: Período Republicano,* Porto Alegre, Filosofia, 1967.

COSTA, A. – *A Caixa de Conversão e a Taxa Cambial,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1910.

COSTA, Emília Viotti – *Da Monarquia à República – Momentos Decisivos,* São Paulo, Grijalbo, 1977.

COSTA, João Cruz – *Contribuição à História das Idéias no Brasil,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1956.

COSTA, Miguel (Fº) – *Os Farsantes da Revolução,* Rio de Janeiro, Alba, 1931.

COSTA, S. Amad – *CGT e as Lutas Sindicais no Brasil,* São Paulo, Ed. do Grêmio Politécnico, 1981.

COUTINHO, Afrânio – *A Literatura no Brasil,* Rio de Janeiro, Liv. São José, 1959.

COUTINHO, Lourival – *O General Góes Depõe,* Rio de Janeiro, Coelho Branco, 1955.

CRAWFORD, Henry P. – "The New Brazilian Constitution" *in Commerce Reports,* nº 48. November, 1948.

CRONOLOGIA dos Presidentes, Governadores e Interventores de São Paulo: 1822-1939. Separata da *Revista do Arquivo Municipal.*

CUNHA, Euclides da – *À Margem da História,* Porto Lello & Irmãos, 1909. *Os Sertões,* Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1938. *Canudos: Diário de uma Expedição,* Rio de Janeiro, 1939.

CUNHA, Flores – *A Campanha* de *1923,* Rio de Janeiro, Zélio Valverde, 1945.

DACANAL, J. H. & GONZAGA, S. (orgs.) – *RS: Economia e Política,* Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

DAMIANI, Luigi – *I Paesi nei quali no si deve emigrare: la questione sociale nel Brasile,* Milão, Ed. Umanitá Nuova, 1920.

DANTAS, San Tiago – *Dois Momentos de Rui Barbosa,* Rio de Janeiro, Casa Rui Barbosa, 1949. *Política Externa Independente,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1962.

DAVATZ, T. – *Memórias de um Colono no Brasil,* São Paulo, Liv. Martins, Ed., s/d.

DAVIS, Horace e DAVIS, M. R. – "Scale of Living of the Working Class *in* S. Paulo, Brazil" *in Monthly Labor Review,* January, 1937.

DAVIS, Horace B. – "Brazil's Political and Economic Problems" *in Foreign, Policy Reports,* XI, Nº 1, March, 1935.

DEAN, Warren – *A Industrialização de São Paulo,* São Paulo, Difel, 1971.

DEBERT, Guita Grin – *Ideologia* e *Populismo,* São Paulo, T. A. Queiroz, 1979.

DEBRUN, Michel – "Nationalisme et Politique du Développement au Brésil" *in* Sociologie du *Travail,* Paris, Éditions du Seuil, 1964.

DECCA, Edgar de – *O Silêncio dos Vencidos,* São Paulo, Brasiliense, 1981.

DELFIM, Antônio (Netto) – *O Problema do Café no Brasil,* São Paulo, Boletim da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da USP, nº 5, 1966.

DÉNIS, Pierre – *Le Brésil au XXème Siècle,* Paris, Armand Colin, 1928.

DIAS, Everardo – *História das Lutas Sociais no Brasil,* São Paulo, Edaglit, 1962.

DINES, Alberto e outros – *Os Idos de Março e a Queda em Abril,* Rio de Janeiro, José Álvaro Editor, 1964, 2ª ed.

DINIZ, Eli – *Empresário. Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

DÓRIA, A. Sampaio – *Democracia: a Revolução de 1930,* São Paulo, Imprensa Nacional, 1930.

DÓRIA, Carlos Alberto – *O Cangaço,* São Paulo, Brasiliense, 1982, 3ª ed.

DÓRIA, Seixas – *IBAD: Alienação da Soberania Nacional. Política e Negócios,* São Paulo, Genival Rabelo, Ed., 1963.

DREYFUS, René Armand – *1964. A Conquista do Estado,* Petrópolis, Vozes, 1981.

DUARTE, Paulo – *Agora Nós!,* São Paulo, s. ed., 1927. *Palmares pelo Avesso,* São Paulo, Ipê, 1947. *Memórias,* São Paulo, HUCITEC, 1976-1977.

DULLES, John W. F. – *Vargas of Brazil: a Political Biography,* Austin, 1962. *Unrest in Brazil. Political-Military Crisis: 1955-1964,* Austin, University of Texas Press, 1970. *Anarquistas e Comunistas no Brasil: 1900-1935,* Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1977.

DUQUE, Hélio – *A Luta pela Modernização Econômica Cafeeira (assim agem as Multinacionais),* São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

DURHAM, Eunice – *História do Imigrante Italiano em um Município Paulista,* São Paulo, IEB-USP, 1966.

DUTRA, Eloy – *IBAD: Sigla da Corrupção,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

DUTRA, Eurico Gaspar (Gal.) – *O Exército em Dez Anos de Governo do Presidente Vargas,* Rio de Janeiro, DIP, 1941.

ELLIS, Alfredo – *O Problema do Café no Senado da República,* Rio de Janeiro, Nacional, 1924.

ERICSON. K. P. – *The Brazilian Corporative State and Working Class Politics,* Califórnia, University of California Press, 1977.

EVANS, Peter – *Dependent Development: The Alliance of Multinational, State, and Local Capital in Brazil,* Princeton, Princeton University Press, 1979.

FACÓ, Rui – *Cangaceiros e Fanáticos,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

FAORO, Raymundo – *Os Donos do Poder,* Porto Alegre, Ed. Globo, 1958.

FARIA, A. A. e BARROS, E. L. – *Getúlio Vargas e sua Época,* São Paulo, Global, 1982.

FARIA, L. Castro – "Populações Meridionais do Brasil. Ponto de partida para uma leitura de Oliveira Viana" *in Comunicação,* nº3, 1974.

FAUSTO, Boris – *A Revolução de 1930. Historiografia e História,* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1970. "Pequenos Ensaios de História da República: 1889-1945" *in Cadernos do Cebrap,* nº 10, São Paulo, 1972. *Trabalho Urbano e Conflito Social,* São Paulo, Difel, 1976.

FERNANDES, Florestan – *Mudanças Sociais no Brasil,* São Paulo, Difel, 1960. *A Integração do Negro na Sociedade de Classes,* São Paulo, Dominus Ed., 1963. *Educação e Sociedade no Brasil,* São Paulo, Dominus/EDUSP, 1966. *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina,* Rio de Janeiro, Zahar, 1973. *A Revolução Burguesa no Brasil,* Rio de Janeiro, Zahar, 1976.

FERNANDES, Heloísa R. – *Política e Segurança,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1974.

FERREIRA, Maria Nazareth – *A Imprensa Operária no Brasil,* Petrópolis, Vozes, 1978.

FERREIRA, Oliveiros – *As Forças Armadas e o Desafio da Revolução*, Rio de Janeiro, Edições GRD, 1964.

FIGUEIREDO, E. L. (coord.) – *Os Militares e a Revolução de 30*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

FLEISCHER, David V. (org.) – *Os Partidos Políticos no Brasil*, Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1981.

FLYNN, P. – *Brazil: a Political Analysis*, London, Ernest Benn, 1978.

FONSECA, Cássio – *A Economia da Borracha*, Rio de Janeiro, Comissão Executiva de Defesa da Borracha, 1950.

FONSECA, Guido – *História da Prostituição em São Paulo*, São Paulo, Ed. Resenha Universitária, 1982.

FONSECA, Hermes (F°) – *Marechal Hermes. Dados para uma Biografia*, Rio de Janeiro, s. ed., 1961.

FONTELA, Vicente Paz – *História dos Bancos no Brasil*, Rio de Janeiro, s. ed., 1965.

FONTES, Lourival – *Política, Petróleo e População*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1958.

FONTOURA, João Neves – *Memórias. A Aliança Liberal* e a *Revolução de 1930*, Porto Alegre, Globo, 1963. *Acuso!*, São Paulo, s. ed., 1933. *A Jornada Liberal*, Porto Alegre, Globo, 1932.

FOOT, Francisco e LEONARDI, Victor – *História da Indústria e do Trabalho no Brasil (das Origens aos Anos Vinte)*, São Paulo, Global, 1982.

FORACCHI, Marialice M. – *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*, São Paulo, Cia. Editora Nacional, 1965.

FORJAZ, Maria Cecília Spina – *Tenentismo e Política*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. *Tenentismo e Aliança Liberal*, São Paulo, Livraria Polis, 1978. *Um Estadista da República (Afrânio de Mello Franco e o seu Tempo)*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1955.

FRANCO, Affonso Arinos de Mello – *Estudos de Direito Constitucional*, Rio de Janeiro, Forense, 1957. *Evolução da Crise Brasileira*, São Paulo, Cia. Editora Brasileira, 1965. *Rodrigues Alves, Apogeu e Declínio do Presidencialismo*, Rio de Janeiro, 1973. *História e Teoria dos Partidos Políticos no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1974, 2ª edição.

FRANCO, Maria Sylvia de Carvalho – "As Idéias estão no lugar" *in Cadernos de Debate*, São Paulo, Brasiliense, 1976. "O Tempo das Ilusões" *in Ideologia e Mobilização Popular*, São Paulo, CEDEC/Paz e Terra, 1978.

FRANCO, Virgílio de Mello – *Outubro 1930*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1931. *A Campanha da UDN*, Rio de Janeiro, Ed. Valverde, 1946.

FREDERICO, Celso – *Consciência Operária no Brasil*, São Paulo, Ática, 1978. *A Vanguarda Operária*, São Paulo, Símbolo, 1979.

FREIRE, Paulo – *Educação como Prática da Liberdade*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1965.

FREYRE, Gilberto – *Ordem e Progresso*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. *Sobrados e Mocambos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1961. *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1969.

FURTADO, Celso – *Formação Econômica do Brasil,* Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

________. (org.) – *Brasil: Tempos Modernos,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

GALVÃO, Walnice P. – *No Calor da Hora,* São Paulo, Ática, 1974.

GAMBINI, Roberto – *O Duplo Jogo de Vargas: Influência Americana e Alemã no Estado Novo,* São Paulo, Símbolo, 1977.

GARCIA, Nelson Jahr – *Estado Novo. Ideologia e Propaganda Política,* São Paulo, Ed. Loyola, 1982.

GENTIL, Alcides – *As Idéias* de *Alberto Torres,* São Paulo, Nacional, 1932.

GOMES, Eduardo – *Campanha da Libertação,* Rio de Janeiro, Martins, 1946.

GOMES, A. M. Castro e XAVIER, L. P. – *A Posição do Comércio do Café face à Política Cafeeira, 1930-1945,* Rio de Janeiro, IUPERJ, 1976.

GOMES, A. M. Castro – *Empresário Industrial e Implantação da Legislação Trabalhista,* Rio de Janeiro, IUPERJ, 1976. "A Representação de Classes na Constituinte de 1934" *in Revista de Ciência Política,* 21, nº 3, setembro, Rio de Janeiro, FGV, 1978. *Burguesia e Trabalho. Política e Legislação Social no Brasil: 1917 a 1937,* Rio de Janeiro, Ed. Campus, 1979.

GOMES, A. M. Castro (coord.) – *Regionalismo e Centralização Política: Partidos e Constituinte nos Anos 30,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

GORENDER, J. – *A Burguesia Brasileira,* São Paulo, Brasiliense, 1981.

GOULART, Maurício – *Os Homens de São Paulo,* São Paulo, Ed. Martins, s/d.

GRAHAM, D. e HOLANDA, S. Buarque (Fº) – *Migration. Regional and Urban Growth and Development in Brazil: a Selective Analysis of the Historical Record: 1872-1970,* São Paulo, 1971.

GRAHAM, D. – "Imigração Estrangeira e a Oferta de mão-de-obra no Crescimento Econômico Brasileiro, 1880-1930" *in Estudos Econômicos* IPE-USP, 3, nº 1, 1973.

GRAHAM, L. S. – *Civil Service and Reform in Brazil,* Austin, University of Texas Press, 1968.

GRAHAM, R. – *Grã-Bretanha e o Início da Modernização no Brasil (1850-1914),* São Paulo, Brasiliense, 1973. "Government Expenditure and Political Change in Brazil, 1880-1899; Who Got What" *in Journal of Inter-American Studies and World Affairs,* 19, nº 3, August, 1977.

GUASTINI, Mário – *Tempos Idos e Vividos,* São Paulo, Universitária, 1944. *Na Caravana da Vida,* Rio de Janeiro, Pongetti, 1939.

GUDIN, Eugênio – *Análise de Problemas Brasileiros, 1958-1964,* Rio de Janeiro, Agir, 1965. *O Pensamento de Eugênio Gudin,* Rio de Janeiro, FGV, 1978.

GULLAR, Ferreira – *Cultura Posta em Questão,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

GUIMARÃES, Alberto – *Quatro Séculos de Latifúndio,* São Paulo, Fulgor, 1964. *Inflação e Monopólio no Brasil,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

GUIMARÃES, M. L. L. S. – *A Revolução de 30 (Textos e Documentos),* Brasília/Rio de Janeiro, UnB/Fundação Roberto Marinho, 1982.

HAHNER, June – *Relações entre Civis e Militares no Brasil (1889-1898)*, São Paulo, Pioneira, 1975. "Women and Work *in* Brazil, 1850-1920. A Preliminary Investigation" *in* Alden, D., and Dean, W. (eds.), *Essays Concerning the Socioeconomic History of Brazil and Portuguese Índia*, Gainesville, The University Press of Florida, 1977. "Feminism, Women's Rights, and the Suffrage Movement *in* Brazil, 1850-1932" *in Latin American Research Review*, 15, n° 1, 1980. *A Mulher Brasileira e suas Lutas Sociais e Políticas: 1850-1937*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

HALL, Michael M. – *The Origins of Mass Imigration in Brazil, 1871-1914*, Tulane University. *The Italians in São Paulo, 1880-1920*, Tulane University, 1971.

HAMBLOCH, Ernest – "The New Regime *in* Brazil" *in Foreign Affairs*, XVI, n° 3, April, 1938.

HENRIQUES, Afonso – *Ascensão e Queda de Getulio Vargas*, Rio de Janeiro, Record, 1966.

HILTON, Stanley – *A Guerra Civil Brasileira*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

HOLANDA, Sérgio Buarque – *Raízes do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1948, 2ª ed.

HOLLOWAY, Thomas – *Immigrants on the Land. Coffee and Society in São Paulo, 1886-1934*, Chapel Hill, 1980. "Condições do Mercado de Trabalho e Organização do Trabalho nas Plantações na Economia Cafeeira de São Paulo, 1885-1915: uma análise preliminar" *in Estudos Econômicos*, IPE, São Paulo, II, n° 6, 1972.

INOJOSA, J. – *República de Princesa* – R. J., Civ. Brasileira, 1980.

IANNI, Octávio e outros – *Política e Revolução Social no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

IANNI, Octávio – *O Colapso do Populismo*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968. *Estado e Planejamento Econômico no Brasil (1930-1970)*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1971.

IGLÉSIAS, Francisco – *História e Ideologia*, São Paulo, Perspectiva, 1971. *Caio Prado Jr. – História*, São Paulo, Ática, 1982.

JAGUARIBE, Hélio – *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, Rio de Janeiro, MEC, ISEB, 1958. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1962.

JANOTTI, M. de Lourdes – *O Coronelismo: uma Política de Compromissos*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

JARDIM, Renato – *A Aventura de Outubro e a Invasão de São Paulo*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, s/d.

JOBIM, José – *O Brasil na Economia Mundial*, Rio de Janeiro, Centro de Estudos Econômicos, s/d.

JOFFILY, J. – *Revolta e Revolução. Cinqüenta Anos Depois*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

JUREMA, Abelardo – *Juscelino & Tango. PSD & PTB*, Rio de Janeiro, Artenova, 1979.

JULIÃO Francisco - *Que são as Ligas Camponesas?* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1962.

KADT, E. - *Catholic Radicals in Brazil,* London/New York, Oxford University Press, 1970.

KOVAL, Boris - *História do Proletariado Brasileiro: 1857 a 1967,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1982.

KOWARICK, Lúcio - "Estratégias do Planejamento Social no Brasil", São Paulo, *Cadernos CEBRAP,* nº 2, s/d.

KRIEGER, Daniel - *Desde as Missões... Saudades, Lutas, Esperanças,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1976.

KUBITSCHEK, Juscelino - *Porque construí Brasília,* Rio de Janeiro, Bloch, 1975. *A Escalada Política,* Rio de Janeiro, Bloch, 1976.

LACERDA, Carlos - *Depoimento,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1978. *Discursos Parlamentares,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982.

LACERDA, Fernando; Prestes, Carlos e Sinani - *A Luta Contra o Prestismo e a Revolução Agrária e Antiimperalista,* Brasil, s. ed., 1934.

LACERDA, Maurício - *A Evolução Legislativa do Direito Social Brasileiro,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. *História de uma Covardia,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

LAFER, Celso - *O Sistema Político Brasileiro,* São Paulo, Perspectiva, 1975.

LAFETÁ, J. L. - *1930: A Crítica e o Modernismo,* São Paulo, Duas Cidades, 1974.

LAMOUNIER, Bolivar - "Ideologia em Regimes Autoritários: uma Crítica a Juan Linz" *in Estudos CEBRAP,* nº 7, São Paulo, janeiro/fevereiro/março, 1975.

LAMOUNIER, Bolivar e KINZO, M. Dalva - *Partidos Políticos. Representação e Processo Eleitoral no Brasil, 1945-1978,* Resenha Bibliográfica, Rio de Janeiro, Bib., 1978.

LAPA, José Roberto do Amaral - *Historiografia Brasileira Contemporânea (A História em Questão),* Petrópolis, Vozes, 1981.

LEAL, Victor Nunes - *Coronelismo, Enxada e Voto,* Rio de Janeiro, Revista Forense, 1948.

LEÃO, A. Carneiro - *O Brasil e a Educação Popular,* Rio de Janeiro, Tip. do "Jornal do Commercio", 1918.

LEITE, Aureliano - *Memórias de um Revolucionário: a Revolução de 1930, Pródromos e Conseqüências,* São Paulo, s. ed., 1931.

LEITE, Dante Moreira - *O Caráter Nacional Brasileiro,* São Paulo, Pioneira, 1969, 2ª ed.

LEITE, M. P. e SOLIS, S. S. F. - "O Último Vendaval: a Greve dos 700.000" *in Cara a Cara,* I, nº 2 (julho/dezembro), 1978.

LEME, Marisa Saens - *A Ideologia dos Industriais Brasileiros: 1919-1945,* Petrópolis, Vozes, 1978.

LESSA, Carlos - *Quinze Anos de Economia Brasileira,* São Paulo, Brasiliense, 1982, 3ª ed.

LEUENROTH, Edgar - *Anarquismo, Roteiro da Libertação Nacional,* Rio de Janeiro, Mundo Livre, s/d.

LEVI, Darrell E. – *A Família Prado*, São Paulo, Ed. Brasiliense, 1974.

LEVINE, Robert – *O Regime Vargas. Os Anos Críticos, 1934-1938*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980. *Pernambuco na Federação Brasileira. A Velha Usina*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

LEWIN, Linda – "Politics and 'Parentela'" *in Paraíba: a Case Study of Oligarchy in Brazil's Old Republic, 1889-1930*, Columbia University, 1975. "The Oligarchical Limitations of Social Banditry *in* Brazil: The Case of the 'Good' Thief Antônio Silvino", *Past and Present*, 82, February, 1979.

LIMA, Alceu Amoroso – *Indicações Políticas. Da Revolução à Constituição*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1936.

LIMA, Azevedo – *Da Caserna ao Cárcere*, Rio de Janeiro, São Benedito, 1931.

LIMA, Barbosa (Sobrinho) – *Desde Quando Somos Nacionalistas*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963. *Presença de Alberto Torres*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1968. *A Verdade sobre a Revolução de Outubro*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1975.

LIMA, Heitor Ferreira – *Caminhos Percorridos. Memória de Militância*, São Paulo, Brasiliense, 1982. *Evolução Industrial de São Paulo*, São Paulo, Liv. Martins, Ed., 1954. *História Política, Econômica e Industrial do Brasil*, São Paulo, Ed. Nacional, 1976, 2ª edição. *Três Industrialistas Brasileiros. Mauá, Rui Barbosa e Simonsen*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976.

LIMA, Hermes – *Problemas do Nosso Tempo*, São Paulo, Nacional, 1935.

LIMA, José Heraldo – *Café e Indústria em Minas Gerais, 1870-1920*, Petrópolis, Vozes, 1982.

LIMA, Lourenço Moreira – *A Coluna Prestes. Marchas e Contra-Marchas*, Pelotas, Globo, 1931.

LINHARES, Hermínio – *Contribuição à História das Lutas Operárias no Brasil*, Rio de Janeiro, Batista e Souza, 1955.

LINHARES, Maria Yedda e SILVA, F. C. T. – *História da Agricultura Brasileira: Combates e Controvérsias*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

LINS, Ivan – *História do Positivismo no Brasil*, São Paulo, Nacional, 1964.

LOBO, E. M. Lahmeyer – "Estudo das Categorias Sócio-Profissionais, dos Salários e do Custo de Alimentação no Rio de Janeiro de 1820 a 1930" *in Revista Brasileira de Economia*, 27, nº 4, outubro-dezembro, 1973. *História do Rio de Janeiro* (Do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro), Rio de Janeiro, IBMEC, 1978.

LOPES, Juarez R. Brandão – *Sociedade Industrial no Brasil*, São Paulo, Difel, 1964.

LOUREIRO, Maria Rita Garcia – *Parceria e Capitalismo*, Rio de Janeiro, Zahar, 1979.

LOVE, Joseph – *O Regionalismo Gaúcho*, São Paulo, Perspectiva, 1975. *A Locomotiva. São Paulo na Federação Brasileira: 1889-1937*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

LOWENSTEIN, Karl – *Brazil under Vargas*, New York, The Macmillan Company, 1944.

LUCAS, Fábio – *Conteúdo Social das Constituições Brasileiras,* Belo Horizonte, FCE da Universidade de Minas Gerais, 1959.

LUZ, Nícia Vilela – "Aspectos do Nacionalismo Econômico Brasileiro: Esforços em prol da industrialização", *Revista de História,* São Paulo, 1959. *A Luta pela Industrialização do Brasil,* São Paulo, Difel, 1961. (org.) *Idéias Econômicas de Joaquim Murtinho,* Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1981.

MCCANN, Frank D. – "The Nation *in* Arms: Obrigatory Military Service During the Old Republic" *in* Alden, D. and Dean, W. (eds.) – *Essays Concerning the Socio-economic History of Brazil and Portuguese India,* Gainesville, 1977.

MACAULAY, Neill – *A Coluna Prestes,* Rio de Janeiro, São Paulo, Difel, 1977, 2ª ed.

MAGALHÃES, R. (Jr.) – *Rui. O Homem e o Mito,* Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1965. *Arthur Azevedo e sua Época,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira.

MAGNANI, Silvia – *O Movimento Anarquista em São Paulo (1906-1971),* São Paulo, Brasiliense, 1982.

MANGABEIRA, Otávio – *Discursos Parlamentares,* Brasília, Câmara dos Deputados, 1978. *A Situação Nacional,* Rio de Janeiro, Simões, 1956.

MARAM, Sheldon Leslie – *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro, 1890-1920,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

MARANHÃO, Ricardo – *Sindicatos e Democratização,* São Paulo, Brasiliense, 1979. *O Governo Juscelino Kubitschek,* São Paulo, Brasiliense, 1981.

MARIA, Júlio (Pe.) – "A Religião, Ordens Religiosas, Instituições Pias e Beneficentes no Brasil" *in Livro do Centenário,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1900.

MARIGHELA, C. – "As Idéias do Movimento de 1935" *in Novos Rumos,* Rio de Janeiro (novembro), 1963.

MARSON, Adalberto – "Dimensões Políticas do Modernismo na década de 20" *in Ciência e Cultura,* São Paulo, 25, nº 11 (novembro), 1973. *A Ideologia Nacionalista em Alberto Torres,* São Paulo, Duas Cidades, 1979.

MARTINS, Amílcar Vianna – *A Economia Política do Café-com-Leite (1900-1930),* Belo Horizonte, UFMG/PROED, 1981.

MARTINS, Carlos Estevam – "Brasil – Estados Unidos dos anos 60 aos 70" *in Cadernos CEBRAP,* nº 9, 1972.

MARTINS, Heloísa Teixeira – *O Estado e a Burocratização do Sindicato no Brasil,* São Paulo, HUCITEC, 1979.

MARTINS, José de Souza – *Empresário e Empresa na Biografia* do *Conde Matarazzo,* Guanabara, Instituto de Ciências Sociais, 1967.

MARTINS, Luciano – "Formação do Empresariado Industrial no Brasil" *in Revista Civilização Brasileira,* nº 13 (maio), 1967. *Industrialização, Burguesia Nacional e Desenvolvimento,* Rio de Janeiro, Ed. Saga, 1968. *Pouvoir et Développement Economique: Formation et Evolution des Structures Politiques au Brésil,* Paris, Anthropos, 1976.

MARTINS, Wilson - *História da Inteligência Brasileira,* São Paulo, Cultrix/EDUSP, 1979. *O Modernismo,* São Paulo, Cultrix, 1969.
MATOS, O. N. - *Café e Ferrovias,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1974, 2ª ed.
MEDEIROS & Albuquerque - *Minha Vida (1867-1934),* Rio de Janeiro, Calvino Fº, 1934.
MEDEIROS, Jarbas - "Introdução ao Pensamento Político Autoritário Brasileiro, 1914-1945: Oliveira Viana" *in Revista de Ciência Política,* 17, nº 2 (abril-junho), 1974. *Ideologia Autoritária no Brasil, 1930-1945,* Rio de Janeiro, FGV, 1978.
MEDEIROS, Maurício - *Outras Revoluções Virão,* Rio de Janeiro, Mundo Médico, 1932.
MELLO, João Manuel Cardoso - *O Capitalismo Tardio,* São Paulo, Brasiliense, 1982.
MELLO, M. C. D'Incao - *O Bóia-Fria. Acumulação e Miséria,* Petrópolis, Vozes, 1975.
MELLO, José Marques (coord.) - *Comunicação e Classes Subalternas,* São Paulo, Cortez, 1980. *Populismo e Comunicação,* São Paulo, Cortez, 1981.
MEMÓRIA & HISTÓRIA, nº 1, Astrogildo Pereira (Documentos Inéditos), Ciências Humanas, 1981.
MENDES, Armando - *A Borracha no Brasil,* São Paulo, s. ed., 1943.
MENDES, Teixeira - *O Positivismo e a Questão Social,* Rio de Janeiro, s. ed., 1915.
MENNUCI, Sud - *Cem Anos de Instrução Pública: 1822-1922,* São Paulo, Salles Oliveira, 1932.
MERCADANTE, Paulo - *A Consciência Conservadora no Brasil,* Ed. Saga, 1965.
MERRIL, T. e GRAHAM, D. - *População e Desenvolvimento Econômico no Brasil; de 1800 até a Atualidade,* Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
MESQUITA, Júlio (Fº) - *A Crise Nacional, Reflexões em torno de uma data,* São Paulo, Seção de Obras de "O Estado de S. Paulo", 1925. *Política e Cultura,* São Paulo, Liv. Martins, Ed., 1969.
MICELLI, Sérgio - *Intelectuais e Classes Dirigentes no Brasil,* São Paulo, Difel, 1979.
MILLIET, Sérgio - *O Roteiro do Café e Outros Ensaios,* São Paulo, Departamento de Cultura, 1938.
MOISÉS, José Álvaro - "1953. A Greve dos 300.000 em São Paulo" *in Contraponto,* Rio de Janeiro, I, nº 1, novembro de 1976. *Greve de Massa e Crise Política,* São Paulo, Ed. Polis, 1978.
MONBEIG, Pierre - *Pionniers et Planteurs de São Paulo,* Paris, Armand Collim, 1952. "As Estruturas Agrárias da Faixa Pioneira Paulista" *in Novos Estudos de Geografia Humana Brasileira,* São Paulo, Difel, 1957.
MONIZ, Edmundo - *O Golpe de Abril,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.
MONTEIRO, Duglas Teixeira - *Os Errantes do Novo Século,* São Paulo, Liv. Duas Cidades, 1974.

MONTEIRO, Jorge V. e CUNHA, L. R. A. – "Alguns Aspectos da Evolução do Planejamento Econômico no Brasil, 1934-1963" *in IPEA* (fevereiro), 1974.

MONTEIRO, P. A. de Góes – *A Revolução de 1930 e a Finalidade Política do Exército,* Rio de Janeiro, Andersen Editores, s/d.

MONTENEGRO, Abelardo – *Fanáticos e Cangaceiros,* Ed. Henriqueta Galeno, Fortaleza, 1973.

MONTENEGRO, J. A. S. – *Evolução do Catolicismo no Brasil,* Petrópolis, Vozes, 1972.

MORAES, Denis e VIANA, F. – *Prestes: Lutas e Autocríticas,* Petrópolis, Vozes, 1982.

MORAES, Evaristo – *Apontamentos de Direito Operário,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1905.

MORAES, Evaristo (Fº) – *O Problema do Sindicato Único no Brasil. Seus Fundamentos Sociológicos,* São Paulo, Alfa-Ômega, 1978.

MORAES, Evaristo (Fº) (org.) – *Idéias Sociais de Jorge Street,* Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/Fundação Casa Rui Barbosa, 1981.

MORAES, Rubens Borba & BERRIEN, William – *Manual Bibliográfico de Estudos Brasileiros,* Rio de Janeiro, Souza, 1949.

MOREL, Edmar – *A Revolta da Chibata,* Rio de Janeiro, Letras e Artes, 1963, 2ª ed. *O Golpe começou em Washington,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1965.

MORSE, Richard – *Formação Histórica de São Paulo (Da Comunidade à Metrópole),* São Paulo, Difel, 1970, 2ª ed.

MOTA, Benjamim – *A Razão Contra a Fé,* s.l.p., s. ed., 1933.

MOTA, Cândido (Fº) – *Alberto Torres e o Tema da Nossa Geração,* Rio de Janeiro, Schmidt, s/d.

MOTA, Carlos Guilherme (coord.) – *Brasil em Perspectiva,* São Paulo, Perspectiva, 1969. (coord.) *Mudanças Sociais e Estruturas Mentais e Ideológicas no Brasil, 1789-1945,* Anais do VII Simpósio Nacional de Professores Universitários de História, 1974. *Ideologia da Cultura Brasileira,* São Paulo, Ática, 1978.

MOTA, Lourenço Dantas (coord.) – *História Vivida. Documentos Abertos,* São Paulo, "O Estado de S. Paulo", 1981.

MOURA, Gerson – *Autonomia na Dependência. A Política Externa Brasileira de 1935 a 1942,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.

MOURA, Maria Lacerda – *A Mulher é uma Degenerada,* Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1963.

MOURÃO, Olympio, (Fº) – *Memórias: A Verdade de um Revolucionário,* Rio de Janeiro, L & PM., 1978.

MULHER Brasileira: Bibliografia Anotada. Fundação Carlos Chagas, 1982.

MUNAKATA, Kasumi – *A Legislação Trabalhista no Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 1981.

MURAKIM, A. M. B. – *A Revolução de 30 e seus Antecedentes* (coletânea de fotos), Cepedoc, Rio de Janeiro, FGV, 1980.

MUNHOZ, Fábio – "Sindicalismo e Democracia Populista – A Greve de 1957" *in Cadernos CEDEC*, nº 2, São Paulo, Brasiliense, 1978.

NABUCO, Carolina – *A Vida de Virgílio de Mello Franco*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1962.

NAGLE, Jorge – *Educação e Sociedade na Primeira República*, São Paulo, Ed. Pedagógica Universitária, 1974.

NOGUEIRA, Paulo (Fº) – *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: O Partido Democrático e a Revolução de 1930*, São Paulo, José Olympio, 1965. *Ideais e Lutas de um Burguês Progressista: A Guerra Cívica: 1932*, São Paulo, José Olympio, 1965.

NOGUEIRA, Otávio Pupo – *A Indústria em face da Lei do Trabalho*, São Paulo, Ed. Salesiana, 1935.

OITICICA, José – *Ação Direta*, s.l.p., Germinal, 1970.

O'NEIL, Charles – "Educational Innovation and Politics *in* São Paulo: 1933-34" *in Luso-Brazilian Review*, VIII, nº 1, jun., 1971.

ONODY, Oliver – *A Inflação Brasileira (1820-1958)*, Rio de Janeiro, s. ed., 1960.

OLIVEIRA, Armando de Salles – *Jornada Democrática*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.

OLIVEIRA, Clóvis – *A Indústria e o Movimento Constitucionalista* de *1932*, São Paulo, CIESP-FIESP, 1956.

OLIVEIRA, Francisco – "*A Economia Brasileira: Critica à Razão Dualista*" *in Estudos CEBRAP*, nº 2, São Paulo, 1972.

OLIVEIRA, José Teixeira – *O Governo Dutra*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1956.

OLIVEIRA, Lucia Lippi (coord.) – *Elite Intelectual e Debate Político nos Anos 30*, Rio de Janeiro, FGV/MEC, 1980.

OLIVEIRA, Lucia Lippi e outros – *Estado Novo. Ideologia e Poder*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

OLIVEIRA, Percival – *O Ponto de Vista do PRP*, São Paulo, 1930.

OLIVEIRA, Yves – *Otávio Mangabeira, Alma e Voz da República*, Rio de Janeiro, Saga, 1971.

PANG, Eul-Soo – *Coronelismo e Oligarquias, 1889-1934 (A Bahia na República)*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1979.

PARAHYBA, Maria Antonieta – "Abertura Social e Participação Política no Brasil, 1870-1920" *in Dados*, nº 7, 1970.

PARKER, Phyllis – *1964. O Papel dos EUA no Golpe de Estado de 31 de Março*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1977.

PEDREIRA, Fernando – *Março 31: Civis e Militares no Processo da Crise Brasileira*, Rio de Janeiro, José Álvaro, 1964.

PEDROSA, Mário – *A Opção Imperialista*, Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1966.

PELAEZ, Carlos Manuel – "A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Industrialização Brasileira" *in Revista Brasileira de Economia*, FGV, São Paulo, 1968. "Análise Econômica do Programa Brasileiro de Sustentação do

Café, 1906-1945: Teoria, Política e Medição" *in Revista Brasileira de Economia*, FGV, São Paulo, 1971.

PELAEZ, Carlos M. - *História da Industrialização Brasileira*, Rio de Janeiro, APEC, 1972.

PELAEZ, C. M. e SUZIGAN, W. - *História Monetária do Brasil*, Brasília/Rio de Janeiro, UnB/Fundação R. Marinho, 1982, 2ª ed.

PEREIRA, A. C. - *Folha Dobrada. Documentos e História do Povo Paulista, 1932*, SP, OESP, 1982.

PEREIRA, Astrogildo - *Formação do PCB*, Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

PEREIRA, José Carlos - *Estrutura e Expansão da Indústria em São Paulo*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1967.

PEREIRA, L. C. Bresser - *Desenvolvimento e Crise no Brasil*, São Paulo, Brasiliense, 1976, 6ª ed.

PEREIRA, Luiz - *Trabalho e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difel, 1965. *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*, São Paulo, Pioneira, 1971.

PEREIRA, Osny D. - *Ferro e Independência*, Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1967.

PERRUCI, Gadiel - *A República das Usinas*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

PESAVENTO, Sandra (org.) - *RS: A Economia e o Poder nos Anos 30*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

PESAVENTO, Sandra - *História do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1981.

PESSOA, Epitácio - *Obras Completas*, Rio de Janeiro, INL, 1965.

PESSOA, Pantaleão - *Reminiscências e Imposições de uma Vida 1885-1965*, Rio de Janeiro, 1972.

PESSOA, Reinaldo Xavier C. (org.) - *A Idéia Republicana no Brasil através dos Documentos*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1973.

PESTANA, Nestor Rangel - *A Oligarquia Paulista*, São Paulo, s. ed., 1919.

PETERSON, Phyllis - *Brazilian Political Parties. Formation, Organization and Leadership: 1945-1959*, Ann Arbor, University of Michigan, 1975.

PETRONE, M. Thereza Scherer - *O Imigrante e a Pequena Propriedade*, São Paulo, Brasiliense, 1981.

PICALUGA, Isabel - *Partidos Políticos e Classes* Sociais: *a UDN na Guanabara*, Petrópolis, Vozes, 1980.

PICCAROLO, Antônio - *O Socialismo no Brasil*, São Paulo, Ed. Piratininga, 1932, 2ª ed.

PICCHIA, Menotti del - *A Revolução Paulista*, São Paulo, Tribunais, 1932.

PIMENTA, Joaquim - *Retalhos do Passado*, Rio de Janeiro, A. Coelho Branco, 1949.

PINHEIRO, Paulo Sérgio - *Política e Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

PINHEIRO, Paulo Sérgio e HALL, Michael (orgs.) - *A Classe Operária no Brasil, 1889-1930*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

PINSKY, Jaime (org.) – *Capital e Trabalho no Campo,* São Paulo, HUCITEC, 1977.

PINTO, Álvaro Vieira – *Ideologia e Desenvolvimento Nacional,* Rio de Janeiro, ISEB, 1960.

POERNER, José Arthur – *O Poder Jovem,* Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1968.

PRADO, Antônio – *Antônio Prado no Império e na República,* Rio de Janeiro, Brigel, 1929.

PRADO, Caio (Jr.) – *História Econômica do Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 1945. *Evolução Política do Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 1953, 3ª ed. *A Revolução Brasileira,* São Paulo, Brasiliense, 1966.

PRADO, Eduardo – *A Ilusão Americana,* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1933.

PRADO, Paulo – *Retrato do Brasil,* Rio de Janeiro, s. ed., 1928.

PROBLEMÁTICA da Industrialização no Brasil (A): Resenhas Bibliográficas, São Paulo, Instituto R. Simonsen, 1979.

QUEIROZ, Maria Isaura – *O Messianismo no Brasil e no Mundo,* São Paulo, Dominus, 1965. *O Mandonismo Local na Vida Política Brasileira,* São Paulo, IEB-USP, 1969, 2ª ed.

QUEIROZ, Maurício Vinhas – *Messianismo e Conflito Social: a Guerra Sertaneja do Contestado,* 1912-1916, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1966.

RAMOS, Guerreiro – *O Problema Nacional no Brasil,* Rio de Janeiro, Saga, 1960. *A Crise do Poder no Brasil,* Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

RAMOS, Plínio de Abreu – *Brasil, 11 de Novembro,* São Paulo, Fulgor, 1960. *Partidos Paulistas e o Estado Novo,* Petrópolis, Vozes, 1980.

RANGEL, Ignácio – *A Inflação Brasileira,* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963.

REALE, Miguel – *Formação da Política Burguesa: Introdução ao Estado Moderno,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1934. *ABC do Integralismo,* São Paulo, Panorama, 1937.

REIS, Arthur C. F. – *O Seringal e o Seringueiro,* Rio de Janeiro, Ministério da Agricultura, 1953. *A Amazônia e a Cobiça Internacional,* Rio de Janeiro, Ed. Record, 1968, 3ª ed.

RIBEIRO, B. e GUIMARÃES, M. M. – *História dos Bancos e do Desenvolvimento Financeiro no Brasil,* Rio de Janeiro, Pro-Service, Ltda., 1967.

RIBEIRO, Darcy – *A Universidade Necessária,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969.

RIBEIRO, M. L. S. – *História da Educação Brasileira: a Organização Escolar* s.l.p., Ed. Moraes, 1981, 3ª ed.

ROCHA, B. M. (Netto) – *Radiografia de Novembro,* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1961, 2ª ed.

RODRIGUES, A. M. M. – *A Igreja na República,* Brasília, UnB/Câmara dos Deputados, 1981.

RODRIGUES, Edgar – *Socialismo e Sindicalismo no Brasil,* Rio de Janeiro, Laemmert, 1969.

RODRIGUES, F. Contreiras – *A Questão Social e o PDN*, Rio de Janeiro, *Anuário do Brasil*, 1928.

RODRIGUES, José Albertino – *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, São Paulo, Difel, 1968.

RODRIGUES, José Honório – *Aspirações Nacionais. Interpretação Histórico-Política*, São Paulo, Fulgor, 1963. *Vida e História*, Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1966. *Interesse Nacional e Política Externa*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGUES, Leda Borchat – *História do Supremo Tribunal Federal*, Rio de Janeiro, Ed. Civ. Brasileira, 1965.

RODRIGUES, Leôncio Martins – *Conflito Industrial e Sindicalismo no Brasil*, São Paulo, Difel, 1966. *Sindicato e Sociedade*, São Paulo, Difel, 1968. *Industrialização e Atitudes Operárias*, São Paulo, Brasiliense, 1970.

RODRIGUES, L. M. e MUNHOZ, Fábio – "Bibliografia sobre Trabalhadores e Sindicatos no Brasil" *in Estudos CEBRAP*, nº 7, São Paulo, CEBRAP (janeiro-março), 1974.

ROMANELLI, Otaiza – *História da Educação no Brasil (1930 a 1973)*, Petrópolis, Vozes, 1978.

ROMANO, Roberto da Silva – *Brasil: Igreja contra Estado*, São Paulo, Kairós, 1979.

ROMERO, Sylvio – *História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1943, 3ª ed.

ROWE, James – "Revolution or Counterrevolution *in* Brazil: An Interim Assessment" *in American University Field Staff, Report East Coast*, South American Series, June, 1964, 11, nº 4, 1964.

ROWLAND, R. – "Classe Operária e Estado de Compromisso" *in Estudos CEBRAP*, nº 8, Ed. Brasileira de Ciências (abril-maio-junho), 1974.

SADEK, Maria Teresa – *Machiavel, Machiavéis: a Tragédia Otaviana*, São Paulo, Símbolo, 1978.

SAES, Décio A. M. – "O Civilismo das Camadas Médias Brasileiras na Primeira República (1889-1930)" *in Cadernos*, nº 1, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, São Paulo, 1973. *Classe Média e Política na Primeira República Brasileira (1889-1930*, Petrópolis, Vozes, 1975), "Industrialização, Populismo e Classe Média no Brasil" *in Cadernos*, nº 6, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UNICAMP, São Paulo, 1976.

SALGADO, Plínio – *Obras Completas*, s.l.p., Ed. das Américas, 1955.

SALES, Campos – *Discursos*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1902.

SALLUM, Brasílio (Jr.) – *Capitalismo e Cafeicultura. Oeste Paulista; 1888-1930*, São Paulo, Livraria Duas Cidades, 1982.

SAMPAIO, Regina – *Adhemar de Barros e o PSP*, São Paulo, Global, 1982.

SANTA Rosa, Virgínio – *O Sentido do Tenentismo*, Rio de Janeiro, Schmidt, 1933.

SANTOS, José Maria – *A Política Geral do Brasil*, São Paulo, J. Magalhães, 1930.

SANTOS, Wanderley G. – *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*, São Paulo, Duas Cidades, 1978.

SCHILLING, Paulo – *Como se Coloca a Direita no Poder*, São Paulo, Global, 1979.

SCHWARTZ, Roberto – "As Idéias Fora do Lugar" *in Estudos CEBRAP*, nº 3, São Paulo, Brasiliense, janeiro, 1973.

SCHWARTZMAN, S. – *São Paulo e o Estado Nacional*, São Paulo, Difel, 1975. *O Pensamento Nacional e os "Cadernos do Nosso Tempo"*, Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1981.

SERVA, Mário Pinto – *Reforma Eleitoral*, São Paulo, Zênite, 1931.

SILVA, Gastão Pereira – *Brigadeiro Eduardo Gomes*, Rio de Janeiro, Panamericana, 1945.

SILVA, Golbery do Couto e – *Geopolítica do Brasil*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1967.

SILVA, Hélio – *O Ciclo de Vargas*, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira, 1964 a 1972. *Todos os Golpes se Parecem*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1970. *1964. Golpe ou Contragolpe*, Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1975.

SILVA, Janice T. – *Raízes da Ideologia do Planejamento: Nordeste 1889 a 1930*, São Paulo, Ciências Humanas, 1978.

SILVA, Marcos A. – *Contra a Chibata: Marinheiros Brasileiros em 1910*, São Paulo, Brasiliense, 1982.

SILVEIRA, Rosa M. Godoy – *Republicanismo e Federalismo, 1889-1902*, Brasília, Senado Federal, 1978.

SIMONSEN, M. H. e GUDIN, E. – *A Controvérsia do Planejamento na Economia Brasileira*, IPEA/INPES, 1977.

SIMONSEN, Roberto – *Evolução Industrial do Brasil*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 1939. *História Econômica do Brasil*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional/MEC, 1977.

SINGER, P. e CARDOSO, F. H. – "A Cidade e o Campo" *in Cadernos CEBRAP*, nº 7, São Paulo, 1972.

SINGER, P. – *Desenvolvimento e Crise*, São Paulo, Difel, 1968. *Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana*, São Paulo, Cia. Ed. Nacional/Ed. da USP, 1968. *Força de Trabalho e Emprego no Brasil, 1920-1969*, São Paulo, ed. CEBRAP, 1971.

SIMÃO, Azis – *O Voto Operário em São Paulo, Anais* do I Congresso Brasileiro de Sociologia, São Paulo, 1955. *Sindicato e Estado*, São Paulo, Dominus, 1966.

SKIDMORE, Thomas – *Brasil: de Getúlio a Castelo*, Rio de Janeiro, Saga, 1969. *Preto no Branco*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

SOARES, G. Ary Dillon – *Sociedade e Política no Brasil*, São Paulo, Difel, 1973.

SOARES, J. C. Macedo – *A Borracha. Estudo Econômico e Estatístico*, Paris, Librairie de Jurisprudence, 1927. *Discursos*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1937.

SODRÉ, Nélson Werneck – *Formação Histórica do Brasil,* São Paulo, Brasiliense, 1962. *História da Burguesia Brasileira,* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1964. *História da Imprensa no Brasil,* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1966. *História Militar do Brasil,* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1968, 2ª ed.

SOUZA, A. Cândido de Mello – *Os Parceiros do Rio Bonito,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1964. *Literatura e Sociedade,* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1965. *Formação da Literatura Brasileira,* São Paulo, Liv. Martins, Ed., 1969.

SOUZA, Maria do Carmo Campello – *Estado e Partidos no Brasil (1930-1964),* São Paulo, ed. Alfa-Ômega, 1976.

SPINDEL, Arnaldo – *O Partido Comunista na Gênese do Populismo,* São Paulo, Símbolo, 1980.

STEIN, Stanley – *Grandeza e Decadência do Café no Vale do Paraíba,* São Paulo, Ed. Brasiliense, 1961. *Origens e Evolução da Indústria Têxtil no Brasil: 1850 a 1950,* São Paulo, Campus, 1979.

STEPAN, Alfred – *Os Militares na Política,* Rio de Janeiro, Artenova, 1975.

STREET, Jorge – "Inquérito sobre as Relações Industriais no Brasil de há 25 anos atrás", *Legislação do Trabalho,* I, nº 2, São Paulo, 1937.

SUZIGAN, Wilson – "Política Cambial Brasileira: 1889-1945" *in Revista Brasileira de Economia,* Rio de Janeiro, FGV, julho-setembro, 1971.

SZMRECSÁNYI, T. e QUEDA, Ariovaldo – *Vida Rural e Mudança Social,* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1976.

TANNURY, L. A. – *O Encilhamento,* São Paulo, HUCITEC/FUNCAMP, 1981.

TAVARES, José Nilo – *Conciliação e Radicalização Política no Brasil,* Petrópolis, Vozes, 1982.

TAVARES, L. H. Dias (org.) – *Idéias Políticas de Manuel Vitorino,* Brasília/Rio de Janeiro, Senado Federal/MEC/Fundação Casa Rui Barbosa, 1981. *História da Bahia,* São Paulo, Ática, 1981. 7ª ed.

TAVARES, Maria da Conceição – *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro,* Rio de Janeiro, Zahar, 1972.

TÁVORA, Juarez – *Uma Vida e Muitas Lutas. Memórias,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1973. 2ª ed.

TAUNAY, Affonso – *Pequena História do Café no Brasil; 1827-1937,* Rio de Janeiro, Departamento Nacional do Café, 1945.

TAYLOR, J. L. – *A History of Modern Brazil (1889-1954),* Stanford, 1966.

TELAROLLI, Rodolpho – *Poder Local na República Velha,* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1977. *Eleições e Fraudes Eleitorais na República Velha,* São Paulo, Brasiliense, 1982.

TELES, Jover – *O Movimento Sindical no Brasil,* Rio de Janeiro, Vitória, 1962.

TEIXEIRA, Anísio – *A Educação e a Crise Brasileira,* São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1956. "A Universidade de Ontem e de Hoje" *in Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos,* XLII, nº 95, julho-setembro, 1964.

TODARO, Margaret P. – *Pastors, Prophets and Politicians. A Study of the Brazilian Catholic Church, 1916-1945,* Columbia University Press, 1971.

TOLEDO, Caio Navarro – *ISEB: Fábrica de Ideologias,* São Paulo, Ática, 1977. *O Governo Goulart e o Golpe de 64,* São Paulo, Brasiliense, 1982.

TORRES, Alberto – *A Organização Nacional,* Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1914.

TORRES, João Camilo de O. – *A Democracia Coroada,* Rio de Janeiro, s. ed., s/d. *A Formação do Federalismo no Brasil,* São Paulo, Ed. Nacional, 1961. *A Idéia Revolucionária no Brasil,* s.l.p., IBRASA/INL, 1981.

TRAGTEMBERG, M. – *Sobre Educação, Política e Sindicalismo,* São Paulo, Cortez/Autores Associados, 1982.

TRINDADE, Hélgio – *Integralismo,* São Paulo, Difel, 1974.

TRONCA, Ítalo – *Revolução de 1930: A Dominação Oculta,* São Paulo, Brasiliense, 1982.

TRUDA, Leonardo – *A Defesa da Produção Açucareira,* Rio de Janeiro, 1970, 2ª ed.

VALE, Osvaldo Trigueiro – "O General Dutra e a Redemocratização de 1945" *in Revista Civilização Brasileira,* Rio de Janeiro, 1978.

VALLADARES, Benedito – *Tempos Idos e Vividos. Memórias,* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1966.

VAMPRÉ, Leven – *São Paulo, Terra Conquistada,* São Paulo, Scuvero, 1932.

VARGAS, Getúlio – *A Nova Política do Brasil,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1938.

VASCO, Neno – *A Concepção Anarquista do Sindicalismo,* Rio de Janeiro, União Operária de Construção Civil, 1923.

VASCONCELOS, Gilberto – *Ideologia Curupira. Análise do Discurso Integralista,* São Paulo, Brasiliense, 1979.

VELHO, Otávio – *Capitalismo Autoritário e Campesinato,* São Paulo, Difel, 1976.

VENÂNCIO, Alberto (Fº) – *A Intervenção do Estado no Domínio Econômico,* Rio de Janeiro, FGV, 1968.

VERÍSSIMO, José – *A Educação Nacional,* Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1906, 2ª ed. *História da Literatura Brasileira,* Rio de Janeiro, Livr. Francisco Alves, 1916.

VIANNA, Cibilis – *As Reformas de Base e a Política Nacionalista de Desenvolvimento,* Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1980.

VIANNA, Luiz (Fº) – *A Vida do Barão do Rio Branco,* Rio de Janeiro, José Olympio, 1959. *Três Estadistas: Rui, Nabuco, Rio Branco,* Rio de Janeiro, José Olympio/INL, 1982.

VIANNA, Luiz Werneck – *Liberalismo e Sindicato no Brasil,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976. "O Sistema Partidário e o PDC" *in Cadernos CEDEC,* nº 1, 1978.

VIANA, Oliveira – *Populações Meridionais do Brasil,* São Paulo, s. ed., 1920. *O Idealismo da Constituição,* Rio de Janeiro, Terra do Sol, 1927. *Instituições Políticas Brasileiras,* Rio de Janeiro, Record, 1974.

VICTOR, Mário – *Cinco Anos que Abalaram o Brasil,* São Paulo, Civ. Brasileira, 1965.

VIEIRA, Antônio – *Maria Zélia,* São Paulo, Cupolo, 1957, 2ª ed.

VIEIRA, Dorival Teixeira – "A Evolução da Indústria Brasileira" *in Digesto Econômico,* V, nº 51, São Paulo, 1951.

VIEIRA, Evaldo Amaro – *Oliveira Vianna e O Estado Corporativo,* São Paulo, Grijalbo, 1976. *Estado e Miséria Social no Brasil, de Getúlio a Geisel,* São Paulo, Cortez, 1983.

VILAÇA, M. e ALBUQUERQUE, R. C. – *Coronel, Coronéis,* Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1965.

VILLEROY, A. X. – *Benjamin Constant e a Política Republicana,* s.l.p., s. ed., 1928.

VILLELA, A. e BAER, Werner – "Crescimento Industrial e Industrialização: Revisões nos Estágios de Desenvolvimento Econômico no Brasil" *in Dados,* nº 9, Rio de Janeiro, 1972.

VILLELA, A. e SUZIGAN, W. – *Política do Governo e Crescimento da Economia Brasileira: 1889-1945,* Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1973.

VINHAS, Moisés – *O Partidão,* São Paulo, HUCITEC, 1982.

WEFFORT, Francisco – "Origens do Sindicalismo Populista no Brasil" *in Estudos CEBRAP,* nº 4, 1973. *O Populismo na Política Brasileira,* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. "Democracia e Movimento Operário. Algumas Questões para a História do Período 1945-1964" *in Revista de Cultura Contemporânea,* CEDEC, nºs 1 e 2, 1978 e 1979.

WILLEMS, Emilio – "Assimilation of German Immigrants *in* Brazil" *in Sociology and Social Research,* XXV, nº 2, 1940.

WIRTH, John – "A German View of Brazilian Trade and Development, 1935" *in Hispanic American Historical Review,* XLVII, nº 2, May, 1967. "Tenentismo *in* the Brazilian Revolution of 1930" *in Hispanic American Historical Review,* XLIV, nº 2, May, 1964. *A Política de Desenvolvimento na Era de Vargas,* Rio de Janeiro, FGV, 1976. *O Fiel da Balança. Minas Gerais na Federação Brasileira (1889-1937),* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

WITTER, J. S. (org.) – *Idéias Políticas de Francisco Glicério,* Brasília, FCRB/Senado Federal, 1982.

WYTHE, G. *et al.* – *Brazil: an Expanding Economy,* New York, 1949.

YOUNG, Jordan – *Brasil 1954/1964: Fim de um Ciclo Civil,* Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1974.

CRONOLOGIA SUMÁRIA

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
1890		
Eleições para as Constituintes Federais. Promulgação do Código Penal. Criação do 1º Partido Operário (França e Silva).	O núcleo inicial do movimento simbolista se centra em torno do jornal *Folha Popular*.	Guilherme II demite Bismarck. Realizada em Berlim conferência para proteção do trabalho. Zola publica *A Besta Humana*. Van Gogh se suicida.
1891		
Promulgada a 1ª Constituição da República. Eleições para a Presidência da República. Deodoro é eleito Presidente e Floriano, Vice. Golpe de estado. Deodoro dissolve o Congresso e decreta o Estado de Sítio em 3/11. Contragolpe. Deodoro é substituído por Floriano em 23/11.	Machado de Assis publica *Quincas Borba*.	Fundação do Bureau Internacional da Paz. Publicação da Encíclica *Rerum Novarum*. Paul Fort cria o "Teatro de Arte". Ibsen apresenta a peça *Hedda Gabler*, na Noruega.
1892		
Revoltas "deodoristas". É lançado o "Manifesto dos 13 Generais" a favor de novas eleições. Realização do 1º Congresso Socialista.	Bernardino de Campos cria o ensino público em São Paulo.	É constituído o Partido Socialista Italiano. É suspensa a construção do Canal do Panamá em virtude da quebra da S.A. fundada por Lesseps. A corrupção que envolve o caso provoca escândalo internacional. Tchaikovsky compõe *A Patética*. Poincaré publica a *Mecânica Celeste*.
1893		
Início da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul. Fundação do Partido Republicano Federal. Revolta da Armada. Decretação do Estado de Sítio.	Cruz e Souza publica: *Broquéis* e *Missal*. Eduardo Prado publica *A Ilusão Americana*. A tiragem é confiscada pelo Governo porque a obra contém críticas aos Estados Unidos.	Início dos massacres de armênios pelos turcos. Daomé torna-se protetorado francês. Hawai torna-se protetorado dos EUA. É fundado o Partido Trabalhista Independente que deu origem ao Partido Trabalhista Inglês. Mallarmé publica *Verso e Prosa*. Anatole France publica *A Rainha Pédauque*. Verlaine publica *Elegias*.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
1894		
Eleições presidenciais. Prudente de Moraes é eleito Presidente e Manoel Vitorino, Vice. Fim da Revolução Federalista no Rio Grande do Sul.	Rui Barbosa escreve em Londres as *Cartas da Inglaterra*.	Tem início o Processo Dreyfuss. Nicolau II torna-se czar da Rússia. Os japoneses intervêm na Coréia. Tem início a guerra com a China. A Itália invade a Abissínia.
		Durkheim publica *Regras do Método Sociológico*. Rodin termina a escultura *Os Burgueses de Calais*.
1895		
Morte de Floriano Peixoto. É divulgado seu "Testamento Político".		Fundação da Confederação Geral do Trabalho na França. José Marti lidera, em Cuba, uma revolução contra o domínio espanhol. É morto em combate.
		O físico Roentgen descobre os Raios X. Os irmãos Lumière constroem seu aparelho cinematográfico.
1896		
Ocorrem conflitos entre brasileiros e italianos em São Paulo. O episódio é conhecido como "O Protocolo Italiano". Prudente de Morais adoece. Manoel Vitorino o substitui na Presidência. O Governo organiza expedição contra Canudos. As tropas federais são derrotadas pelos rebeldes.	Fundação da Academia Brasileira de Letras.	Pelo Tratado de Adis-Abeba, a Itália renuncia a suas pretensões sobre a Abissínia e esta reconhece o domínio da Itália sobre a Eritréia e Somália. Os filipinos se rebelam contra o domínio espanhol. Bergson publica *Matéria e Memória*. Gouguin pinta *A Natividade*. Marconi inventa o telégrafo.
1897		
Prudente de Moraes reassume a Presidência. Cisão no PRF. Prudente de Morais rompe com Francisco Glicério. Tropas do Governo ocupam Canudos. Antônio Conselheiro é morto. Prudente de Morais sofre um atentado.	Joaquim Nabuco inicia a obra *Um Estadista do Império* (biografia de seu pai). Inauguração de Belo Horizonte, a nova capital de Minas Gerais.	Grécia e Turquia entram em guerra. Tem início o movimento sionista. Em Basiléia, realiza-se o 1º Congresso Israelita Internacional. McKinley é eleito Presidente dos EUA.
		Gide publica *O Alimento Terrestre*.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
1898		
Eleições presidenciais. Campos Salles é eleito Presidente; Rosa e Silva, Vice. Campos Salles estabelece negociações relativas ao "Funding Loan" com banqueiros ingleses, os Rotschild. Greve dos cocheiros e condutores no Rio de Janeiro. O movimento paralisa toda a cidade.	Coelho Neto publica: *O Morto*, *O Paraíso* e *O Rajá de Pendjab.* Afonso Arinos publica: *Pelo Sertão* e *Os Jagunços.* Raimundo Correia publica *Poesias.* Ademar Gonzaga e Peri Ribas realizam as primeiras pesquisas sobre cinema.	EUA declaram guerra à Espanha. Cuba consegue sua independência, mas permanece sob influência dos EUA. É criada a "Ação Francesa", movimento de caráter pré-fascista. Zola publica *Eu Acuso!* Rostand apresenta a peça *Cyrano de Bergerac.* Marie Curie descobre o *radium.*
1899		
Luiz Galvez lidera luta no Acre contra a Bolívia, proclamando a independência do Estado. A experiência fracassa.	Machado de Assis publica *Dom Casmurro.* Alphonsus Guimaraens publica: *Setenário das Sete Dores de Nossa Senhora, Câmara-Ardente* e *Dona Mística.*	Na China, os "Boxers" se revoltam contra os estrangeiros. São derrotados. Tem início a Guerra dos Boers na África. Assassínio de Humberto I na Itália. Sobe ao trono Vitor Emanuel III. Matisse pinta *Nus em Atelier.* Bonnard pinta: *Sala de Jantar* e *O Indolente.* Ravel compõe *Pavana.*
1900		
Descontentamento contra a alta do custo de vida. Tentativa de golpe com a participação de elementos populares, militares e monarquistas. Campos Salles idealiza novo controle do mecanismo de verificação dos poderes. Tem início a "política dos Governadores".	Joaquim Nabuco publica *Minha Formação.*	Sun Yat Sen funda o Partido Revolucionário Chinês. Freud publica *A Interpretação dos Sonhos.* Monet pinta *As Ninféas.* O físico Planck expõe a teoria dos quanta.
1901		
Dissidência no Partido Republicano Paulista.		Firma-se a política de "portas abertas" na China. T. Roosevelt é eleito Presidente dos EUA. É aprovada a "Emenda Platt", como apêndice da Constituição cubana. Ela permite a intervenção norte-americana em Cuba. Zola publica *O Trabalho.*

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
1902		Thomas Mann publica *Os Buddenbrooks*.
Eleições presidenciais. Rodrigues Alves é eleito Presidente e Silviano Brandão, Vice. Realiza-se o 2º Congresso Socialista Brasileiro. É fundado o Partido Socialista Brasileiro.	Euclides da Cunha publica *Os Sertões*, dando início ao movimento "cientificista". Graça Aranha publica *Canaã*. A. Guimaraens publica *Kiriale*.	Fim da Guerra dos Boers. Transvaal e o Estado livre de Orange passam para o domínio britânico. Lenin publica *Que Fazer*. Gide publica *O Imoralista*. O físico Rutherford descobre a radioatividade.
1903		
Revolta no Acre contra a Bolívia. Plácido de Castro proclama a independência do Estado. Meses depois o território é anexado ao Brasil pelo Tratado de Petrópolis. Ocorre, no Rio de Janeiro, greve operária generalizada. Oswaldo Cruz organiza campanha de saneamento para combater a febre-amarela no Rio de Janeiro.	É proposto um projeto urbanístico de remodelação do Rio de Janeiro.	Socialistas russos realizam Congresso em Londres. Ocorre a cisão entre "bolcheviques" e "mencheviques". EUA promovem a independência do Panamá e obtêm soberania sobre a faixa que margeia o canal. Funda-se, na Grã-Bretanha, a Associação Política e Social das Mulheres (as "suffragettes").
1904		Zola publica *Verdade*. B. Shaw publica *Homem e Super-Homem*.
A Light & Power inicia suas atividades no Brasil. É promulgada a lei que torna obrigatória a vacinação contra a varíola. Revolta da Escola Militar. Revolta contra as condições de vida e contra a forma de aplicação da política de saneamento (vacinação obrigatória). Repressão aos movimentos contestatórios. Prisões e desterros na selva amazônica.	Machado de Assis publica *Esaú e Jacó*.	Tem início a guerra russo-japonesa. Sun Yat Sen funda o "Kuomintang". Reinicia-se a construção do Canal do Panamá. O Presidente Roosevelt anuncia a doutrina do "Big Stick", que justifica a intervenção dos EUA na América Latina. Puccini compõe *Madame Butterfly*.
1905		
Greve generalizada nas docas de Santos. É formada a Liga Republicana. Rebelião na Fortaleza de		Ocorre na Rússia o "Domingo Sangrento", passeata violentamente reprimida.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
Stª Cruz (Rio de Janeiro) contra os maus-tratos infligidos aos soldados.		Greve geral e agitação social na Rússia. Motim no encouraçado "Potémkin". Freud publica a *Teoria da Sexualidade*. Einstein expõe a Teoria da Relatividade e introduz o conceito de "fóton".
1906		
Eleições presidenciais. Afonso Pena é eleito Presidente e Nilo Peçanha, Vice. Assinatura do Convênio de Taubaté. É realizado o 1º Congresso Operário Brasileiro sob liderança dos anarcos-sindicalistas. Greve dos ferroviários da Cia. Paulista e greve operária no Rio de Janeiro. É promulgada a lei de criação da Caixa de Conversão.	Machado de Assis publica *Relíquias de Casa Velha*. Euclides da Cunha publica *Contrastes e Confrontos*. Eliseu Visconti inicia a decoração do Teatro Municipal do Rio de Janeiro.	O Gabinete Clemenceau toma posse na França. Dreyfuss é reabilitado. Reunião da 1ª Duma na Rússia, logo dissolvida pelo czar, que reinicia a repressão. Bergson publica *A Evolução Criadora*. Matisse pinta *A Alegria de Viver*. Santos Dumont realiza, em Paris, seu 1º vôo no "14 Bis".
1907		
Congresso aprova a lei de expulsão de estrangeiros de autoria de Adolfo Gordo. Greve geral em São Paulo por 8 horas de trabalho. Medidas governamentais de incentivo à imigração e colonização. Rui Barbosa representa o Brasil na Conferência de Haia.		Conferência de Paz em Haia. Reunião da 2ª Duma na Rússia. Massacre de trabalhadores das minas de nitrato pelo exército chileno em Iquique. Gorki publica *A Mãe*. Início do cubismo. Picasso pinta *As Senhoritas de Avignon*. Ravel compõe a *Rapsódia Espanhola*. Os irmãos Lumière introduzem as fotografias a cores.
1908		
É criada a Confederação Operária Brasileira. É promulgada a lei do serviço militar obrigatório. O movimento operário e os positivistas repudiam-na. Chega ao Brasil a primeira leva de imigrantes japoneses.	Machado de Assis publica o *Memorial de Aires*. Exposição comemorativa do centenário de Abertura dos Portos no Rio de Janeiro. Vicente de Carvalho publica *Poemas e Canções*.	Eclode na Turquia a rebelião dos "Jovens Turcos", reivindicando um Estado democrático constitucional. Nesse contexto de crise, o Império Austro-Húngaro anexa a Bósnia-Herzegovínia (hoje Iugoslávia), até então pertencente aos turcos.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
		Inglaterra, França e Rússia formam a Tríplice Entente contra a Alemanha. Léger pinta *Nus na Floresta.*
1909		
A sucessão presidencial provoca crise política. Hermes da Fonseca rompe com Afonso Pena. Morre Afonso Pena. Nilo Peçanha assume a Presidência da República. É fundado o Partido Republicano Conservador. Rui Barbosa surge como candidato da oposição à Presidência da República. Tem início a campanha civilista.	Lima Barreto publica *Recordações do Escrivão Isaías Caminha.* Eliseu Visconti expõe, nos EUA, a *Recompensa de São Sebastião.*	Taft sucede Roosevelt na Presidência dos EUA. Na Inglaterra, as "suffragettes" fazem greve de fome na prisão. A Turquia reconhece a anexação da Bósnia. Matisse pinta A *Algeriana.* Kandinsky pinta *Improvisação.* Mahler compõe a 9ª *Sinfonia.* É publicado, em Paris, o "Manifesto Futurista". Naufraga o transatlântico "Titanic".
1910		
Eleições presidenciais. Hermes da Fonseca é eleito Presidente e Venceslau Brás, Vice. Rui Barbosa é derrotado. É criado o Serviço de Proteção ao Índio sob Direção do Cel. Rondon. Ocorre, no Rio, a Revolta da Chibata, contra os castigos corporais na Marinha.		Madero lidera revolta contra a ditadura de Porfírio Diaz. Tem início a Revolução Mexicana. Morre Eduardo VII. Sucede-o Jorge V. Fim da monarquia em Portugal. Proclamada a República Portuguesa. O Japão anexa a Coréia. Stravinsky compõe O *Pássaro de Fogo.*
1911		
É denunciado o episódio do "Navio Satélite": nele foram embarcados ex-marinheiros, praças do Exército, marginais e meretrizes com destino à Amazônia. Nove pessoas foram mortas durante a viagem e o restante entregue à Comissão do Capitão Rondon e aos seringueiros. Início do "salvacionismo". O Governo federal intervém nos Estados procurando desalojar do poder as oligarquias locais, substituindo-as por uma aliança de militares e	Lima Barreto publica *Triste Fim de Policarpo Quaresma.* Graça Aranha publica *Malazarte.* Reforma "Rivadávia Correia" do ensino. Inauguração do Teatro Municipal de São Paulo.	Cria-se, na Sérvia, a sociedade secreta "Mão Negra". Alastra-se a Revolução no México. Porfírio Diaz renuncia ao poder, sendo substituído por Madero. Conflito entre os liberais e o movimento camponês liderado por Zapata, que sustentava propostas mais radicais. O golpe de Agadir, no Marrocos, provoca crise internacional. Sun Yat Sen lidera Revolução na China. É proclamada a República com capital em Nanquim.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
políticos favoráveis à política de Hermes da Fonseca. Conflito armado em Pernambuco, Alagoas e Ceará.		
1912		
Continua a política do "salvacionismo". Conflitos na Bahia, Ceará, Alagoas e Amazonas. Início da Guerra do Contestado. Hermes da Fonseca procura catalisar o movimento operário a seu favor. No contexto dessa política realiza-se um Congresso Operário, que acabou sendo denominado "Congresso Pelego".	Augusto dos Anjos publica *Eu*. Oswald de Andrade volta da Europa empunhando o "Manifesto Futurista".	Forma-se a 1ª Liga Balcânica. Declaração de guerra à Turquia. Wilson, candidato do Partido Democrático, é eleito Presidente dos EUA. Zapata comanda a Revolução Camponesa no México. Bernard Shaw publica sua peça *O Pigmalião*. Strauss compõe *Ariadne*. Ravel compõe *Daphnis et Chloé*. Kandinsky defende o abstracionismo escrevendo *Sobre o Espiritual na Arte*.
1913		
Congresso aprova nova lei de repressão ao movimento operário de autoria de A. Gordo. Em todo o Brasil são realizados comícios de protesto contra ela. Formação do Partido Republicano Liberal e lançamento da candidatura de Rui Barbosa à Presidência. Os situacionistas indicam Venceslau Brás como candidato à Presidência. Realização do 2º Congresso Operário Brasileiro em resposta ao "Congresso Pelego".	Ronald de Carvalho publica *Luz Gloriosa*. Giulio Michele projeta o Viaduto Stª Efigênia em São Paulo. Lasar Segall realiza a 1ª exposição de arte moderna.	É deflagrada a 2ª Guerra Balcânica. Poincaré é eleito Presidente da França. O Presidente Madero é assassinado no México. No Norte do país, Pancho Villa lidera os camponeses. Freud publica *Toten e Tabu*. Proust publica *No Caminho de Swann*, 1º volume da sua obra *Em Busca do Tempo Perdido*. Stravinsky compõe *A Sagração da Primavera*.
1914		
Conflito no Ceará contra o Governo de Franco Rabelo. Jagunços comandados pelo Padre Cícero e Floro Bartolomeu ocupam o Vale do Cariri. Eleições presidenciais. Venceslau Brás é eleito Presidente e Urbano dos Santos, Vice.		Alemanha declara guerra à Rússia e à França. Inglaterra declara guerra à Alemanha. O herdeiro do trono austríaco, arquiduque François Ferdinand, é assassinado em Sarajevo. O episódio desencadeia a 1ª Guerra Mundial.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
		Fim da construção do Canal do Panamá. O Gen. Obregon derrota as forças de Pancho Villa no México. Charles Chaplin estréia no cinema.
1915		
Assassínio de Pinheiro Machado. Anarquistas organizam o Congresso Nacional da Paz em protesto contra a Guerra Mundial. Utilizando intenso e moderno aparato militar, o Governo derrota os revoltosos do Contestado. É aprovado o Código Civil Brasileiro de autoria de Clóvis Bevilacqua.	Lima Barreto publica *A Numa e a Ninfa.* Ronald de Carvalho organiza, no Rio de Janeiro, o 1º número da revista *Orfeu*. A Reforma "Carlos Maximiliano" uniformiza o ensino.	Itália e Bulgária entram em guerra. Os Aliados decidem declarar bloqueio total à Alemanha. D.H. Lawrence publica *O Arco-Íris*. Somerset Maugham publica *A Servidão Humana*.
1916		
Ocorrem conflitos no Mato Grosso. É fundada a Liga de Defesa Nacional. Realizam-se greves e manifestações populares contra a carestia. É invadida, pela Polícia, a sede da Confederação Operária do Brasil no Rio de Janeiro	Anita Malfatti realiza uma exposição de arte moderna que provoca escândalo. Contra ela se manifesta Monteiro Lobato por meio do artigo "Paranóia ou mistificação?" José Veríssimo publica *História da Literatura Brasileira.*	Tem início a batalha de Verdun, o mais longo e intenso combate da guerra. Romênia entra na guerra contra o Império Austro-Húngaro. Rasputin é assassinado. EUA invadem a República Dominicana. Freud publica a *Introdução à Psicanálise*. Einstein expõe a Teoria Geral da Relatividade.
1917		
Realiza-se a 2ª valorização do café. Fundação da Liga Nacionalista. Greve Geral Operária em São Paulo. Paralisação da cidade. Os alemães torpedeiam navios brasileiros. Em represália, o Brasil entra na guerra.	São publicadas obras dos futuros participantes da "Semana de 22". Mário de Andrade – *Uma Gota de Sangue em Cada Poema;* Manuel Bandeira – *Cinza das Horas;* Menotti del Picchia – *Moisés e Juca Mulato;* Guilherme de Almeida – *Nós;* Cassiano Ricardo – *A Fruta de Pã;* Murilo Araújo – *Carrilhões.* Villa-Lobos compõe o balé *Amazonas*.	Alemanha declara guerra submarina total. EUA declaram guerra à Alemanha e ao Império Austro-Húngaro. Lênin lança as "teses de abril" propondo a tática de "todo poder aos sovietes". Tem início a Revolução Socialista na Rússia: os bolcheviques liderados por Lênin e Trotsky tomam o poder. Cuba é ocupada pelos norte-americanos.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
		Mondrian lança a revista de vanguarda *De Stijl.*
1918		
Eleições presidenciais. Rodrigues Alves é eleito Presidente e Delfim Moreira, Vice. Gripe espanhola se alastra por São Paulo e outras regiões do país. Geada mata cafezais. Rodrigues Alves adoece. Venceslau Brás passa a Presidência a Delfim Moreira.	Monteiro Lobato publica *Urupês.*	A Rússia assina, com a Alemanha, o Tratado de Brest-Litovsk, retirando-se da guerra. O Império Áustro-Húngaro pede paz. Turquia e Alemanha assinam armistício. Guilherme II abdica do poder na Alemanha; o Partido Democrático assume o Governo, proclamando a República de Weimar.
1919		
Morte de Rodrigues Alves. Delfim Moreira governa até julho. É fundado o Partido Comunista-Anarquista, de duração efêmera. São realizadas novas eleições. Epitácio Pessoa é eleito Presidente da República. Greve Geral Operária em São Paulo. O movimento é fortemente reprimido, ocorrendo a deportação de grande número de participantes.	Monteiro Lobato publica *Cidades Mortas.* Manuel Bandeira publica *Carnaval.* Ronald de Carvalho publica *Poemas e Sonetos.* Cecília Meireles publica *Espectro.*	Realiza-se, em Paris, a Conferência de Paz. É assinado o Tratado de Versalhes. É criada a Sociedade das Nações para promover a paz e solucionar conflitos.
1920		
Conflito na Bahia. É decretada intervenção federal. Realiza-se o 3º Congresso Operário Brasileiro. Conflito no Amazonas.	A. Guimaraens publica *Os Mendigos.* Monteiro Lobato publica *Negrinha.* Victor Dubugras projeta "Pouso na Serra do Mar" na estrada de Santos. Villa-Lobos inicia a composição dos *Choros.*	As mulheres conquistam o direito de voto nos EUA. Gandhi inicia a campanha de "desobediência civil" na Índia. Guerra entre a Grécia e a Turquia. É realizada a 1ª Assembléia da Liga das Nações. Keynes publica *As Conseqüências Econômicas da Paz.* Apresentação do filme *O Garoto,* de Charles Chaplin.
1921		
Instituição da Carteira de Redesconto.	Mário de Andrade publica *Mestres do Passado.*	Fundação do Partido Comunista Italiano

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
Crise política em virtude do episódio das "cartas falsas" envolvendo Arthur Bernardes. Promulgada lei regulando a repressão ao anarquismo. Início da terceira operação valorizadora do café.		(Togliatti e Gramsci) e do Partido Fascista (Mussolini). Fundação do Partido Comunista na China. Início da Nova Política Econômica (NEP) na Rússia. Pirandello apresenta *Seis Personagens à Procura de um Autor*. D. H. Lawrence publica *Mulheres Apaixonadas*. Prokofiev compõe *O Amor de Três Laranjas*.
1922		
Formação do Partido Comunista Brasileiro. Eleições presidenciais. Arthur Bernardes é eleito Presidente e Urbano Santos, Vice. Conflito armado em Pernambuco. Intervenção federal. Hermes da Fonseca, em nome do Clube Militar, condena a atuação do Exército no conflito. Governo ordena o fechamento do Clube Militar e a prisão de Hermes. Sublevações no Forte de Copacabana, Escola Militar e Vila Militar no Rio de Janeiro.	Realiza-se em São Paulo a "Semana de Arte Moderna", com a participação de Artistas e Escritores. São promovidas conferências, concertos e exposições. Tem início a revista *Klaxon*. Mário de Andrade publica *Paulicéia Desvairada*. Oswald de Andrade inicia a publicação de *Os Condenados*.	Realiza-se a 1ª reunião da Corte de Haia. Os "camisas negras" fazem a "Marcha sobre Roma". Mussolini instaura o Governo fascista na Itália. Stalin torna-se Secretário do Partido Comunista Russo. Freud publica *Ego e Superego*. Joyce publica *Ulisses*. T. S. Elliot publica *Terra Arrasada*.
1923		
Borges de Medeiros toma posse no Governo do R. G. do Sul. Tem início a Revolução Gaúcha. É promulgada a Lei de Imprensa. Crise no Estado do Rio. Intervenção federal. São criadas as Caixas de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários.	É publicada, postumamente, *Os Bruzundangas*, de Lima Barreto. Monteiro Lobato publica *O Macaco que se fez Homem* e *Mundo da Lua*. Cecília Meireles publica *Nunca Mais* e *Poema dos Poemas*.	É constituída a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). A região alemã do Ruhr é invadida pela França. Primo de Rivera instala um Governo ditatorial na Espanha. B. Shaw publica *Santa Joana*. A. Huxley publica *Antic Hay*. O astrônomo Hubble demonstra a existência de outras galáxias além da nossa.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
1924		
Morte de Nilo Peçanha. Fim do "niilismo". Levante tenentista em São Paulo comandado por Isidoro Dias Lopes. A cidade é bombardeada pelas tropas do Governo Federal. Prestes e Siqueira Campos iniciam levante no R. G. do Sul. Prestes abandona o R. G. do Sul em direção a São Paulo. Seu encontro com o grupo de revoltosos paulistas resulta na formação da Coluna Prestes.	Oswald de Andrade publica *Memórias Sentimentais de João Miramar* e lança o "Manifesto da Poesia Pau-Brasil". Sérgio Buarque de Holanda e Prudente de Moraes neto fundam a revista *Estética*. Francisco Mignone compõe *O Contratador de Diamantes*. Brecheret termina as esculturas *Cavalo, Fauno* e *Torso*.	Morte de Lênin. Início da disputa entre Trotsky e Stalin pela liderança do Partido Bolchevique. Forma-se o 1º Governo Trabalhista na Inglaterra. Na China, os comunistas passam a ser admitidos no "Kuomintang". André Breton lança o "Manifesto Surrealista". Calmette e Guérin descobrem a vacina contra a tuberculose.
1925		
É criado o Instituto do Café do Estado de São Paulo. Realiza-se o 2º Congresso do PCB. Formam-se a Liga do Voto Secreto e o Partido da Mocidade. Evaristo de Morais funda o Partido Socialista.	Mário de Andrade publica *A Escrava que Não Era Isaura*. Guilherme de Almeida publica *Meu* e *Raça*. Graça Aranha publica *O Espírito Moderno*. Gregori Warchavchic publica o "Manifesto da Arquitetura Funcional".	Morre Sun Yat Sen. Chang Kai-Chek o substitui na liderança do "Kuomintang". Thomas Mann publica *A Montanha Mágica*. Scott Fitzgerald publica *O Grande Gatsby*. Kafka publica *O Processo*. Picasso inicia a fase surrealista com a pintura das *Três Dançarinas*. Eisenstein filma *O Encouraçado Potëmkin*.
1926		
Criação do Partido Democrático em São Paulo. Eleições presidenciais. Washington Luís é eleito Presidente e Melo Viana, Vice. Reforma Constitucional. Alteração no artigo 6º, ampliando os poderes do Executivo A Coluna Prestes percorre o país em vários pontos.	Mário de Andrade publica *Losango Cáqui* e *Primeiro Andar*. Plínio Salgado publica *O Estrangeiro*. Humberto Mauro inicia o "Ciclo de Cataguases" com o filme *Na Primavera da Vida*.	O Partido Fascista torna-se partido único na Itália. Golpe de Estado em Portugal. Sobe ao poder Gomes da Costa, instaurando um regime corporativista. Gide publica *Os Moedeiros Falsos*. Kafka publica *O Castelo*.
1927		
A Coluna Prestes se interna na Bolívia.	Oswald de Andrade publica *Estrela de Absinto*.	Chiang Kai-Chek organiza o 1º Governo do

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
Constitui-se, definitivamente, o Bloco Operário Camponês. É realizado grande comício no 1° de maio. O Congresso aprova o projeto "Aníbal Toledo", de repressão ao comunismo. Tal lei, cognominada "Lei Celerada", vem reforçar as restrições impostas na Lei de Imprensa de 1923. Formação do Partido Democrático Nacional. É instituído o voto feminino no R. G. do Norte.	Cassiano Ricardo publica *Vamos Caçar Papagaios.* Mário de Andrade publica *Clã do Jaboti* e *Amar, Verbo Intransitivo.* Eugênia e Alvaro Moreyra iniciam o "Teatro de Brinquedo" com a peça *Adão, Eva e outros Membros da Família.*	"Kuomintang" em Nanquim e rompe com os comunistas. É publicada a "Carta del Lavoro" na Itália. Os EUA intervêm na Nicarágua. São executados, nos EUA, os anarquistas Sacco e Vanzetti. Heidegger publica *O Ser e o Tempo.*
1928		
Fundação do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP). Minas Gerais rejeita a candidatura de Júlio Prestes à Presidência da República.	Oswald de Andrade lança o "Manifesto Antropofágico". Mário de Andrade publica *Macunaíma.* Alcântara Machado publica *Brás, Bexiga* e *Barra Funda.* Jorge de Lima publica *Essa Negra Fulô.* José América de Almeida publica *A Bagaceira,* dando início ao ciclo regionalista do Nordeste. Paulo Prado publica *Retrato do Brasil.* Cassiano Ricardo publica *Martim Cererê.* Tarsila do Amaral pinta *Abaporu.*	Chang Kai-Chek conquista Pequim e unifica o país. É elaborado o 1° Plano Qüinqüenal na URSS. Tem início a guerrilha de Sandino na Nicarágua. O Presidente mexicano, Obregon, é assassinado. A. Huxley publica *Ponto e Contraponto.* Lawrence publica *O Amante de Lady Chatterley.*
1929		
Realiza-se, no Rio de Janeiro, o 3° Congresso do PCB. Políticos mineiros e gaúchos entram em acordo e elaboram o Programa da Aliança Liberal. É lançada a candidatura de Getúlio Vargas.	Graça Aranha publica *A Viagem Maravilhosa.* Jorge de Lima publica *Novos Poemas.* Tem início o "Movimento Antropofágico". Villa-Lobos compõe sua primeira *Bachiana.*	Trotsky é exilado da URSS. Colapso na Bolsa de Nova York provoca a grande crise econômica internacional. Hemingway publica *Adeus às Armas.*
1930		
Eleições presidenciais. Vitória de Júlio Prestes. Luís Carlos Prestes lança manifesto de adesão ao comunismo. João Pessoa é assassinado.	Manuel Bandeira publica *Libertinagem.* Carlos Drummond de Andrade publica *Alguma Poesia.* Murilo Mendes publica *Poemas.*	A Liga das Nações denuncia a existência de escravidão em vários países. Tem início a ditadura de Trujillo na República Dominicana.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
Em 3 de outubro tem início no R. G. do Sul o movimento armado contra o Governo. Minas Gerais e Paraíba aderem à revolta. Em 24 de outubro, Washington Luís é deposto e logo mais Getúlio Vargas é nomeado Chefe do Governo Provisório.	Augusto Frederico Schmidt publica *Pássaro Cego*. Rachel de Queiroz publica *O Quinze*. Tarsila do Amaral faz uma exposição na Rússia. Cícero Dias inicia composicões surrealistas retratando o Nordeste.	Golpe de Estado na Argentina. Uriburu sobe ao poder. Revolta derruba o Governo de Leguia no Peru. A Bolívia entra em guerra civil.
1931		
É constituído o Ministério do Trabalho. Tem início a promulgação de leis sociais. É fundada a organização tenentista "Clube Três de Outubro". O Partido Democrático rompe com o Interventor de São Paulo, João Alberto. É criado o Conselho Nacional do Café. Começa o programa de defesa do café através da destruição física de estoques. João Alberto se demite da Interventoria de São Paulo.	Jorge Amado publica *O País do Carnaval*. Gregório Warchavchik constrói a "Casa Modernista". Lúcio Costa organiza a Primeira Mostra de Artistas Modernos do Rio de Janeiro. Francisco Campos promove reforma na educação.	Revolta em Madri provoca queda da Monarquia. Hitler faz aliança com os nacionalistas. Virginia Woof publica *As Ondas*. Charles Chaplin filma *Luzes da Cidade*.
1932		
É promulgado novo código eleitoral, estabelecendo o voto secreto e o direito das mulheres a votarem e serem votadas. O PD e o PRP formam em São Paulo uma frente única contra o Governo Vargas. Greve geral operária em São Paulo. Decreto fixa eleições gerais no país para 3.5.1933. O movimento pró-constitucionalização do país se radicaliza. Em 9 de julho eclode uma guerra civil dos paulistas contra as forças getulistas. Em 30-10 é assinado armistício que põe fim à luta.	José Lins do Rêgo publica *Menino de Engenho*. Em São Paulo, são criados a Sociedade Pró-Arte Moderna (SPAM) e o Clube de Arte Moderna (CAM). É lançado o "Manifesto Pioneiro da Educação Nova".	Hitler é derrotado nas eleições presidenciais. Roosevelt é eleito Presidente dos EUA. Em Portugal, Salazar, indicado Primeiro-Ministro, passa a exercer um poder ditatorial. Tem início a Guerra do Chaco entre a Bolívia e o Paraguai. Huxley publica *Admirável Mundo Novo*.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
1933		
São realizadas eleições para a Assembléia Nacional Constituinte, que se instala em 15-11. São criados o Departamento Nacional do Café e o Instituto do Açúcar e do Álcool.	Vinícius de Morais publica *O Caminho para a Distância*. Oswald de Andrade publica *Serafim Ponte Grande*. Érico Veríssimo publica *Clarissa*. José Lins do Rêgo publica *Doidinho*. Graciliano Ramos publica *Caetés*. Gilberto Freyre publica *Casa Grande e Senzala*. Caio Prado Jr. publica *Evolução Política do Brasil*. Humberto Mauro filma *Ganga Bruta*.	Hitler é nomeado Primeiro-Ministro na Alemanha. O Parlamento é dissolvido e instala-se o regime ditatorial. São criados os primeiros campos de concentração. Tem início nos EUA a política "New Deal". Em Portugal é promulgada nova Constituição, de inspiração fascista. André Malraux publica *A Condição Humana*.
1934		
É criado o Código de Minas e das Águas. É aprovado o Anteprojeto da Constituição. Getúlio Vargas é eleito Presidente da República pelo Congresso. É formada uma frente única sindical antifascista. O PCB apóia a criação da Aliança Nacional Libertadora. Prestes é eleito Presidente de honra. É dissolvido o "Clube 3 de Outubro". É decretada a Lei de Segurança Nacional. O Governo fecha a Aliança Nacional Libertadora. Em novembro, ocorre o levante da Aliança Nacional Libertadora (Natal, Recife e Rio de Janeiro). Governo reprime violentamente o movimento. É decretado o estado de sítio.	Oswald de Andrade publica *O Homem e o Cavalo*. Carlos Drummond de Andrade publica *Brejo das Almas*. José Lins do Rêgo publica *Banguê*. Graciliano Ramos publica *São Bernardo*. É fundada, por Armando de Salles Oliveira, a Universidade de São Paulo. Jorge de Lima publica *Calunga*. Vinícius de Morais publica *Forma e Exegese*. Érico Veríssimo publica *Caminhos Cruzados*. Portinari pinta *O Café*. Anísio Teixeira cria a Universidade do Distrito Federal.	Morre o Presidente alemão Hindenburg. Hitler torna-se Chefe absoluto do Governo e do Estado. Na China, em virtude da intensa repressão, os comunistas iniciam uma retirada em direção ao Norte do país. O episódio fica conhecido como "A Grande Marcha". Na Nicarágua, Sandino é assassinado a mando de Somoza. Hitler decreta leis racistas e restabelece a obrigatoriedade do serviço militar na Alemanha. A Itália invade a Etiópia. Chang Kai-Chek é eleito Presidente da República Chinesa. Tem início no México a Reforma Agrária. T. S. Elliot publica *Assassinato na Catedral*. Kohler formula a teoria da Gestalt.
1936		
É instituída a Comissão de Salário Mínimo. Prestes e outros líderes da insurreição de 35 são presos.	Sérgio Buarque de Holanda publica *Raízes do Brasil*. Manuel Bandeira publica *Estrela da Manhã*.	O "Front Populaire" vence as eleições na França. Léon Blum forma o novo Governo.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
É criado o Tribunal de Segurança Nacional.	Jorge Amado publica *Mar Morto*. Érico Veríssimo publica *Um Lugar ao Sol*. Vinícius de Morais publica *Ariana, A Mulher*. Brecheret inicia o Monumento às Bandeiras, em São Paulo. A equipe de arquitetos chefiada por Lúcio Costa apresenta o projeto do prédio do Ministério da Educação e Cultura, marco da arquitetura moderna brasileira.	A Frente Popular vence as eleições na Espanha. Franco inicia a Guerra Civil Espanhola. Na URSS dá-se o expurgo de antigos líderes comunistas. Zinoviev é executado. Keynes publica *Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda*. Chaplin filma *Tempos Modernos*. Sabin descobre a vacina contra a poliomielite.
1937		
São lançadas as candidaturas de José Américo e Armando Salles de Oliveira para a Presidência da República. Golpe de estado (10-11). G. Vargas fecha o Congresso, outorga uma nova Constituição e suprime os partidos políticos.	Oswald de Andrade conclui *O Rei da Vela*. Rachel de Queiroz publica *Caminho de Pedra*. José Lins do Rêgo publica *Pureza*. Jorge Amado publica *Capitães de Areia*. Roberto Simonsen publica *História Econômica do Brasil*. Burle Marx projeta os jardins do MEC.	A cidade de Guernica (Espanha) é destruída por bombardeios nazistas. Tem início nova guerra sino-japonesa. Picasso pinta *Guernica*. Jean Renoir filma *A Grande Ilusão*. Instala-se o primeiro radiotelescópio, nos EUA.
1938		
É criada a Hora do Brasil. O Governo brasileiro assina contrato com a fábrica Krupp para o fornecimento de armas ao Brasil. É criado o Conselho Nacional do Petróleo. Ocorre tentativa de golpe integralista (10-5).	Jorge de Lima publica *A Túnica Inconsútil*. José Lins do Rêgo publica *Pedra Bonita*. Graciliano Ramos publica *Vidas Secas*. Érico Veríssimo publica *Olhai os Lírios do Campo*. Sérgio Milliet publica *Roteiro do Café*. Paschoal Carlos Magno cria o Teatro dos Estudantes. Tem início o teatro moderno com Os Comediantes.	São decretadas leis anti-semitas na Itália. Bukharin é executado na URSS. Sartre publica *A Náusea*. Marcel Carné filma *Cais das Brumas*.
1939		
Organiza-se a Justiça do Trabalho. Missão norte-americana chega ao Brasil. Governo assina acordos com os EUA. É elaborado um Plano Qüinqüenal de Governo. O Governo cria o Departamento de Imprensa e Propaganda	Cecília Meireles publica *Viagem*. Niemeyer passa a chefiar a equipe de construção do prédio do MEC.	Franco toma Barcelona e Madri. Termina a Guerra Civil Espanhola. A Alemanha ocupa a Tchecoslováquia e a Itália anexa a Albânia. Hitler invade a Polônia, dando início à 2ª Guerra Mundial.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
para realizar a censura aos meios de comunicação.		Steinbeck publica *As Vinhas da Ira*. Brecht publica *Mãe Coragem*. T. S. Elliot publica *A Reunião de Família*. Jean Renoir filma *A Regra do Jogo*. Eisenstein filma *Alexandre Nevsky*.
1940		
É criada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional. O Governo institui o salário mínimo.	Manuel Bandeira publica *Lira dos 50 Anos*. Carlos Drummond de Andrade publica *Sentimento do Mundo*.	A Alemanha invade a Dinamarca, Noruega, Holanda e Bélgica. As tropas franco-britânicas, pressionadas pelos alemães, realizam a retirada de Dunquerque. Capitula a França. O Mal. Pétain chefia um Governo colaboracionista em Vichy. Léon Trotsky é assassinado no México por um agente de Stalin. Hemingway publica *Por Quem os Sinos Dobram*. Hitchcock filma *Rebecca*.
1941		
É criado o Ministério da Aeronáutica. Navios brasileiros são atacados pelos alemães. O Governo cria a Cia. Siderúrgica Nacional e inicia a construção da usina de Volta Redonda. É decretado o Imposto Sindical.	Érico Veríssimo publica *Gato Preto em Campo de Neve*. Brecheret vence concurso para a realização do monumento a Caxias. Burle Marx projeta os jardins da Pampulha.	As tropas alemãs invadem a Iugoslávia e a Grécia, rompendo o Pacto Germano-Soviético. Hitler invade a URSS. Os japoneses bombardeiam Pearl Harbour. Os EUA entram na guerra. Orson Welles filma *O Cidadão Kane*. John Ford filma *Como Era Verde Meu Vale*.
1942		
UNE promove passeata contra o fascismo. É criado o SENAI. Alemães torpedeiam navios brasileiros. O Brasil declara guerra ao Eixo.	Mário de Andrade pronuncia conferência sobre o "Movimento Modernista" (Crítica e Autocrítica). Augusto Frederico Schmidt publica *Mar Desconhecido*. Jorge Amado publica *Terras do Sem Fim*. Caio Prado Jr. publica *Formação do Brasil Contemporâneo*. Niemeyer inicia a construção do "Conjunto da Pampulha", em Belo Horizonte.	Chefiados pelo Mal. Montgomery, os Aliados derrotam os nazistas em El Alamein (África). Camus publica *O Estrangeiro*. Luchino Visconti filma *Obsessão*.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
	O Governo institui a Reforma "Gustavo Capanema" de ensino.	
1943		
Vargas encontra-se com Roosevelt em Natal. O Governo baixa a Consolidação das Leis do Trabalho. Congresso da OAB se manifesta contra a ditadura. Em Belo Horizonte, líderes liberais lançam o "Manifesto dos Mineiros", a favor das liberdades democráticas. É criado o SESI.	Mário de Andrade publica *Os Filhos da Candinha* e *O Baile das Quatro Artes*. Oswald de Andrade inicia a publicação de *Marco Zero*. Vinícius de Morais publica *Cinco Elegias*. José Lins do Rêgo publica *Fogo Morto*. Fernando de Azevedo publica *A Cultura Brasileira*. Ziembinsky dirige a peça de Nelson Rodrigues *Vestido de Noiva*. Portinari inicia a *Via Crucis* na Igreja de São Francisco (Pampulha-Belo Horizonte).	As forças alemãs se rendem em Stalingrado. As tropas do Eixo são derrotadas na África do Norte. Os Aliados desembarcam na Sicília e iniciam a ocupação da Itália. Mussolini é preso e executado. Na Polônia, judeus são massacrados no gueto de Varsóvia.
1944		
Um grupo de militares inicia oposição ao Governo. Benedito Valadares se pronuncia pela abertura democrática e Góes Monteiro se afasta de Getúlio Vargas. O 1º contingente da FEB parte para a guerra.	Jorge Amado publica São *Jorge dos Ilhéus*. Portinari termina *Os Retirantes*.	Soldados ingleses, norte-americanos e canadenses desembarcam na Normandia (Norte da França). 20.000 pára-quedistas descem na região. A França é libertada pelas tropas aliadas. De Gaulle torna-se Presidente do Governo Provisório e tem início a IV República Francesa. Os norte-americanos desembarcam nas Filipinas. T. S. Elliot publica *Quatro Quartetos*. Eisenstein filma *Ivan, o Terrível*. Marcel Carné filma *As Crianças do Paraíso*.
1945		
Congresso Brasileiro de Escritores se manifesta pelas liberdades democráticas. Surge a UDN, que lança a candidatura de Eduardo Gomes à sucessão presidencial. Surge o PSD, apoiando a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à sucessão presidencial.	Carlos Drummond de Andrade publica *A Rosa do Povo*. João Cabral de Melo Neto publica *O Engenheiro*. Realiza-se, em São Paulo, o 1º Congresso Brasileiro de Escritores. Brecheret realiza a escultura *Depois do Banho*. Portinari pinta *Enterro na Rede*, *Menino Morto* e *Emigrantes*.	Roosevelt, Churchill e Stalin se reúnem na Conferência de Yalta. Fica decidida a criação da ONU. Os russos ocupam Berlim. Goebbels e Hitler se suicidam. Os EUA lançam bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. O Japão capitula.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
Surge o PTB, sob a liderança de Vargas. Os militares exigem a renúncia de Vargas. Eleições presidenciais. Vitória do Gen. Dutra.		Ho Chi Minh proclama a República Democrática do Vietnam. Tem início a guerra com a França. Brecht escreve a peça *O Círculo de Giz.* Ingmar Bergman filma *Crise.*
1946		
Instala-se a Assembléia Nacional Constituinte. É promulgada a 4ª Constituição da República (5ª Constituição Brasileira).	São publicadas, postumamente, as obras de Mário de Andrade, *Lira Paulistana, O Carro da Miséria* e *Contos Novos.* Vinícius de Morais publica *Poemas, Sonetos e Baladas.* Jorge Amado publica *Seara Vermelha.* Guimarães Rosa publica *Sagarana.* Clarice Lispector publica *O Lustre.* Fundação do Museu de Arte Moderna de São Paulo (projeto de Lina Bo Bardi).	O Tribunal de Nuremberg condena líderes nazistas. Tem início na Argentina a ditadura de Perón. Sartre publica *Existencialismo e Humanismo.*
1947		
É criado o Partido Socialista Brasileiro. O PCB tem seu registro eleitoral cassado. O Ministério do Trabalho intervém nos sindicatos e fecha a CGTB.	José Lins do Rêgo publica *Eurídice.* Graciliano Ramos publica *Insônia.* João Cabral de Melo Neto publica *Psicologia da Composição.*	Independência da Índia. Nehru é indicado Primeiro-Ministro. No contexto da Guerra Fria, os EUA estabelecem o Plano Marshall, de ajuda econômica aos países europeus não-socialistas. ONU aprova plano de divisão da Palestina, que consiste na formação de um Estado árabe e um Estado judeu. Camus publica *A Peste.* Tennessee Williams publica a peça *Um Bonde Chamado Desejo.*
1948		
É cassado o mandato dos Deputados comunistas.	Vitor Nunes Leal publica *Coronelismo, Enxada e Voto.* Dante M. Leite publica *O Caráter Nacional Brasileiro.* Manuel Bandeira publica *Mafuá do Molungo.* Érico Veríssimo inicia a publicação de *O Tempo e o Vento* com *O Continente.*	Gandhi é assassinado na Índia. É criado o Estado de Israel. Ben-Gurion declara guerra à Liga Árabe. O Mal. Tito rompe com Stalin. A Iugoslávia é expulsa do "Kominform". Criação da Rep. da Coréia no Sul da península (aliada dos EUA); no Norte,

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
	Portinari pinta *A Primeira Missa*, no Banco Boavista do Rio de Janeiro. Franco Zampari cria em São Paulo o "Teatro Brasileiro de Comédia".	o líder comunista Kim Il Sung proclama a Rep. Democrática da Coréia. Thomas Mann publica *Dr. Fausto*. Laurence Olivier encena *Hamlet*. De Sica filma *Ladrões de Bicicleta*.
1949		
Cria-se uma Comissão Mista Brasil-EUA chefiada por John Abbinck e Otávio Gouvêa de Bulhões. Seu objetivo é analisar a economia brasileira e traçar novas diretrizes para o país. É instalado o Conselho Nacional Econômico.	José Honório Rodrigues publica *Teoria da História do Brasil*. Portinari pinta *Tiradentes*. Franco Zampari funda a Cia. Cinematográfica Vera Cruz.	A Alemanha é dividida em duas partes. Formam-se a República Federal da Alemanha (Alemanha Ocidental) sob a liderança de Adenauer e a República Democrática Alemã (Alemanha Oriental) sob liderança de Walter Ulbricht. É reconhecida a independência do Vietnam. É assinado o Tratado do Atlântico Norte. Forma-se o COMECON (organização de cooperação econômica dos países socialistas do Leste europeu). Os comunistas, liderados por Mao Tsé-tung, derrotam Chiang Kai-Chek e proclamam a República Popular da China. Simone de Beauvoir publica *O Segundo Sexo*.
1950		
No "Manifesto de Agosto", Prestes prega a revolução para a libertação nacional. Eleições presidenciais. Vitória de Getúlio Vargas (3-10).	Cassiano Ricardo publica *A Face Perdida*. João Cabral de Melo Neto publica *O Cão Sem Plumas*. Portinari inicia a série de *Cangaceiros*.	Tem início a Guerra da Coréia. Tem início, nos EUA, o período macartista, caracterizado pela perseguição às pessoas consideradas de esquerda. Ionesco apresenta em Paris *A Cantora Careca*, dando início ao Teatro do Absurdo.
1951		
Getúlio Vargas toma posse na Presidência da República. É aprovado o Plano Qüinqüenal de Horácio Lafer, com o apoio do BNDE.	Carlos Drummond de Andrade publica *Claro Enigma*. Augusto de Campos publica *O Rei Menos o Reino*.	O Primeiro-Ministro do Irã, Mossadegh, nacionaliza o petróleo. A medida provoca crise internacional.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
Vargas envia ao Congresso projeto para a criação de uma empresa petrolífera, a Petrobras.	Érico Veríssimo publica O *Retrato*, segundo volume de *O Tempo e o Vento.* Tem início a construção do conjunto do Ibirapuera em São Paulo, projeto de um grupo de arquitetos liderados por Niemeyer. Inaugura-se, em São Paulo, a 1ª Bienal Internacional de Artes Plásticas.	A Inglaterra ocupa militarmente o Canal de Suez. O casal Rosemberg é executado nos EUA. Perón é eleito Presidente da Argentina. Matisse decora a capela de Saint-Paul de Vence.
1952		
Decreto impõe limite de 10% para a remessa de lucros ao exterior. O Gen. Espírito Santo Cardoso substitui o Gen. Estilac Leal, demitido do Ministério da Guerra. É criada a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.	Jorge de Lima publica *Invenção de Orfeu*. Jorge Amado publica *Subterrâneos da Liberdade*.	Eisenhower é eleito Presidente dos EUA. Golpe militar no Egito. Nasser derruba Farouk e proclama a República. Surge, no Quênia, a sociedade secreta Mau-Mau, que objetiva a independência do país. Fim da Guerra da Coréia. Hemingway publica O *Velho e o Mar*. Chaplin filma *Luzes da Ribalta*.
1953		
Baixada a Instrução nº 70 da Superintendência da Moeda e Crédito (SUMOC), visando encarecer os produtos importados para estimular a produção nacional. Greve em São Paulo. 300 mil trabalhadores reivindicam reajuste salarial. Vargas escolhe João Goulart para Ministro do Trabalho, Tancredo Neves, Ministro da Justiça, e Oswaldo Aranha, Ministro da Fazenda. É sancionada a lei que cria a Petrobras.	C. Drummond de Andrade publica O *Fazendeiro do Ar*. Cecília Meireles publica O *Romanceiro da Inconfidência*. É publicado, postumamente, a obra *Memórias do Cárcere*, de Graciliano Ramos. Augusto de Campos publica *Poeta-menos*. Realiza-se, em Petrópolis (Quitandinha), a 1ª Exposição de Arte Abstrata. Lima Barreto é premiado em Cannes com o filme O *Cangaceiro*.	Morre Stalin. Malenkov o substitui. Golpe de estado no Irã com apoio dos EUA. O Primeiro-Ministro Mossadegh é deposto. Revolucionários cubanos, sob liderança de Fidel Castro, tentam depor o ditador Fulgêncio Batista. O dramaturgo Beckett publica a peça *Esperando Godot*. Fellini filma Os *Boas-Vidas*.
1954		
Vargas assina decreto impondo novas restrições ao capital estrangeiro. Vargas propõe projeto de criação da Eletrobras. O Governo anuncia aumento de 100% do salário mínimo.	Manuel Bandeira publica *Itinerário de Pasárgada*. Vinícius de Morais publica *Orfeu da Conceição*. Antônio Cândido de Mello e Souza publica Os *Parceiros do Rio Bonito*.	No Egito, Nasser derruba o Gen. Nagib e assume o poder. Intervenção norte-americana na Guatemala. É deposto o Presidente Arbenz, que expropriara terras da United Fruit Co.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
Carlos Lacerda sofre um atentado na Rua Toneleros, onde ocorre a morte do Major Rubens Vaz. Lacerda responsabiliza o Governo pelo episódio. Generais divulgam manifesto à Nação exigindo a renúncia do Presidente. Vargas se suicida em 24-8. Café Filho assume a Presidência.	Realiza-se, em São Paulo, o Congresso Internacional de Escritores e Encontro de Intelectuais.	Tem início, na Argélia, a Guerra de Libertação Nacional. Fim da Guerra do Vietnam. São criados dois Estados na região: a República Democrática do Vietnam (Norte) sob controle dos comunistas e o Estado Imperial (Sul). F. Sagan publica *Bom-Dia, Tristeza*. Kurosawa filma *Os Sete Samurais*.
1955		
Instrução nº 113 do SUMOC favorece os investidores estrangeiros. Eugênio Gudin se demite do Ministério da Fazenda e Clemente Mariani da Presidência do Banco do Brasil. É criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). Juscelino Kubitschek é eleito Presidente da República em 3-10. O Cel. Mamede sugere um golpe militar que impeça a posse do Presidente eleito. O Gen. Teixeira Lott toma medidas para impedir a atuação dos golpistas e garantir a posse de Kubitschek (novembro).	Vinícius de Moraes publica *Antologia Poética*. C. Drummond de Andrade publica *Viola de Bolso Novamente Encordoada*. Jorge de Andrade publica *A Moratória*. Nelson Pereira dos Santos filma *Rio, Quarenta Graus*. Tem início o Cinema Novo no Brasil.	Os países afro-asiáticos se reúnem na Conferência de Bantung. Os países do Leste europeu constituem o Pacto de Varsóvia, para fazer frente à OTAN. Queda de Perón na Argentina. Tennessee Williams publica *Gata em Teto de Zinco Quente*. Bergman filma *Sonhos de Uma Noite de Verão*.
1956		
Posse de Juscelino Kubitschek na Presidência da República. Oficiais da Aeronáutica se sublevam contra o Governo em Jacareacanga. É criado o Conselho do Desenvolvimento com o objetivo de centralizar o planejamento econômico. Kubitschek inicia a aplicação do seu plano de metas, cujo slogan era "50 anos em 5". Realiza-se Conferência dos Bispos do Nordeste. Tem início a ofensiva oficial da Igreja rumo a uma penetração no campo.	Guimarães Rosa publica, *Corpo de Baile* e *Grande Sertão: Veredas*. João Cabral de Melo Neto publica *Morte e Vida Severina, Duas Águas, De Paisagens com Figura* e *Uma Faca Só Lâmina*. João Cruz Costa publica *Contribuição à História das Idéias no Brasil*. Realiza-se, em São Paulo, a 1ª Exposição Nacional de Arte Concreta. É aprovado o plano-piloto de construção de Brasília projetado por Lúcio Costa e Oscar Niemeyer.	No XX Congresso do Partido Comunista, em Moscou, Kruschev (Secretário-Geral) denuncia os crimes cometidos por Stalin. Tem início, em Cuba, o movimento guerrilheiro contra Batista. Nasser nacionaliza o Canal de Suez. Em represália, os franceses, ingleses e israelenses atacam a região. Os EUA se opõem à ação e os soviéticos apóiam o Egito. Diante dessas pressões, os três países concordam em cessar-fogo.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
		União Soviética invade a Hungria para reprimir insurreição contra o domínio da burocracia estatal.
1957		
Greve operária. 400 mil trabalhadores reivindicam reajuste salarial. Ajuste entre o Brasil e os Estados Unidos acerca da instalação de uma base de teleguiados em Fernando de Noronha.	Lúcio Costa e Niemeyer iniciam a construção de Brasília.	Pelo Tratado de Roma é criada a Comunidade Econômica Européia (Mercado Comum Europeu). A Malásia e Gana conseguem sua Independência. A. Wajda filma *Canal*.
1958		
J. F. Dulles, Secretário de Estado norte-americano, vem ao Brasil. Kubitschek propõe que os EUA patrocinem um programa de desenvolvimento para a América Latina. No Rio de Janeiro, estudantes se manifestam contra a presença de Dulles no Brasil. Tem início a movimentação política dos trabalhadores rurais nos Sindicatos e nas Ligas Camponesas. O movimento tem como bandeira uma "reforma agrária radical".	Jorge Amado publica *Gabriela, Cravo e Canela*. C. Drummond de Andrade publica *A Vida Passada a Limpo*. Raymundo Faoro publica *Os Donos do Poder*. É inaugurado o Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Tem início o movimento de música popular "Bossa-Nova". Gianfrancesco Guarnieri encena, no Teatro de Arena (São Paulo), a peça *Eles não Usam Black-tie*.	Termina, na França, a IV República. O Governo francês cai em virtude da Guerra da Argélia. Sobe ao poder De Gaulle, que realiza reformas políticas. É declarada a independência da República da Guiné. Galbraith publica *A Sociedade Afluente*. É publicado, postumamente, a obra de Lampedusa: *O Leopardo*. Picasso pinta mural do edifício da UNESCO.
1959		
Juscelino Kubitschek declara o rompimento do Brasil com o Fundo Monetário Internacional. A UDN apóia a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República e o PSD indica o Marechal Lott como seu candidato. É aprovado o projeto de criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). Oficiais da Aeronáutica se rebelam contra o Governo em Aragarças (Goiás).	Celso Furtado publica *Formação Econômica do Brasil*. Antônio Cândido publica *História da Literatura Brasileira*. Otto Maria Carpeaux publica *História da Literatura Ocidental*. Augusto Boal apresenta a peça *Revolução na América Latina*.	É vitoriosa a Revolução Cubana. Fidel Castro inicia a formação do Governo revolucionário. Kruschev visita os EUA. Cria-se a NASA, nos EUA, para realização do plano de exploração espacial. Realiza-se, em Paris, a Exposição Internacional de Surrealismo "Eros". Resnais filma *Hiroshima, Meu Amor*.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
1960		
O Presidente dos EUA visita o Brasil. Os estudantes, liderados pela UNE, se manifestam contra ele. Eleições presidenciais. Vitória de Jânio Quadros e João Goulart do PTB. O PCB realiza o V Congresso. Marítimos e ferroviários realizam greve nacional exigindo paridade com o soldo dos militares, daí resultando a aprovação pelo Congresso da Lei da Paridade.	João Cabral de M. Neto publica *Quaderna*. Sérgio Buarque de Holanda lança o 1º volume de *História Geral da Civilização Brasileira*. Juscelino Kubitschek inaugura Brasília. Tem início o "Movimento Tropicalista".	Em Cuba, são nacionalizadas empresas norte-americanas. Intervenção da ONU no Congo. Martim Luther King lidera manifestação de negros contra a segregação racial nos EUA. Os negros conseguem o direito de voto nos Estados onde eram impedidos de votar. Kennedy é eleito Presidente dos EUA pelo Partido Democrático. Tem início o "Novo Realismo" e a "Pop-Art". Fellini filma *A Doce Vida*. Jean-Luc Godard filma *Acossado*.
1961		
O Presidente eleito Jânio Quadros toma posse em 31-1 e renuncia ao Governo em 25-8. Os Ministros militares tentam impedir a posse do Vice-Presidente, João Goulart. Leonel Brizola, Governador do Rio Grande do Sul, com o apoio do III Exército, impede a realização do golpe. A CGT e a UNE deflagram greve nacional em defesa da legalidade. O Presidente eleito Jânio Quadros toma posse em 31-1 e renuncia ao Governo em 25-8. Realiza-se o Congresso de Camponeses, resultando na radicalização da luta no campo.	Jorge Amado publica *Os Velhos Marinheiros*. Clarice Lispector publica *A Maçã no Escuro*. É promulgada a "Lei de Diretrizes e Bases" da educação.	Em Cuba, é rechaçado o ataque de anticastristas na baía dos Porcos. Fidel Castro anuncia a adesão do seu regime ao marxismo-leninismo. Alemães do Leste levantam o "Muro de Berlim". O ditador Trujillo é assassinado na República Dominicana. Os EUA iniciam o envio de homens e armas ao Vietnam do Sul para o combate aos guerrilheiros comunistas. Henry Miller publica *Trópico de Câncer*. A. Resnais filma *O Ano Passado em Marienbad*.
1962		
É criado o Conselho Nacional de Reforma Agrária. O Conselho Nacional dos Trabalhadores da Indústria e o Pacto de Unidade e Ação convocam uma greve	Guimarães Rosa publica *Primeiras Estórias*. Érico Veríssimo publica *O Arquipélago*, terminando a trilogia *O Tempo e o Vento*.	Frondisi é deposto na Argentina. Kennedy declara bloqueio naval à ilha de Cuba contra a presença de mísseis soviéticos no país.

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
geral para a formação de um Ministério nacionalista e democrático. Tancredo Neves renuncia ao cargo de Primeiro-Ministro. No IV Encontro Sindical Nacional fica decidida a criação do Comando-Geral dos Trabalhadores (CGT). O Congresso aprova lei restringindo a remessa de lucros para o exterior.	Niemeyer recebe o "Prêmio Lênin da Paz" do Governo da URSS. Burle Marx projeta o Jardim Botânico de São Paulo e o Parque Zoobotânico de Brasília. Anselmo Duarte conquista a "Palma de Ouro" no Festival de Cannes com o filme O *Pagador de Promessas*.	A Argélia consegue sua independência da França. Ben Bella sobe ao poder. Orson Welles filma O *Processo*. Buñuel filma O *Anjo Exterminador*. Jean-Luc Godard filma *Viva a Vida*.
1963		
O plebiscito realizado em 6-1 põe fim ao parlamentarismo. A Câmara dos Deputados rejeita o Projeto do Estatuto da Terra. Sublevação dos Sargentos da Marinha e Aeronáutica. 30.000 camponeses fazem manifestação em Recife exigindo a Reforma Agrária. O ato é reprimido pelo IV Exército. João Goulart solicita do Congresso a aprovação do estado de sítio para impedir a "grave comoção intestina". O Presidente desiste da medida em virtude dos protestos generalizados. 700 mil operários entram em greve.	Manuel Bandeira publica *Estrela da Tarde*. Ferreira Gullar publica *Cultura Posta em Questão*. Nelson Pereira dos Santos filma *Vidas Secas*.	Nigéria e Quênia tornam-se independentes da Inglaterra. Nos EUA, Kennedy é assassinado. Morre João XXIII, o Papa renovador da Igreja.
1964		
Em 13-3 realiza-se um comício com a presença de 300.000 pessoas. João Goulart preconiza a realização de reformas de base. O processo político se radicaliza. Em São Paulo, ocorre a "Marcha da família com Deus, pela Liberdade" contra Goulart (19-3). A rebelião dos marinheiros alarma os Comandantes militares.	Jorge Amado publica *Os Pastores da Noite*. Clarice Lispector publica *A Paixão Segundo G. H.* Glauber Rocha filma *Deus e o Diabo na Terra do Sol*.	Eduardo Frei (democrata-cristão) é eleito Presidente do Chile. Morre Nehru na Índia. Kruschev é substituído por Brejnev e Kossiguin na URSS. Aviões americanos bombardeiam o Vietnam do Norte. É criada a Organização de Libertação da Palestina (OLP).

ACONTECIMENTOS POLÍTICOS E SOCIOECONÔMICOS NO BRASIL	MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO BRASIL	ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS NO EXTERIOR
O Departamento de Estado dos EUA aprova plano de apoio logístico e militar aos golpistas. Em 31 de março é deflagrado um golpe político-militar contra o Governo constituído. João Goulart é afastado do poder. O Alto Comando Revolucionário edita o Ato Institucional nº 1 (9-4) que suspende os direitos políticos de centenas de pessoas. O Gen. Humberto Castello Branco toma posse na Presidência da República em 15-4.		Bertolucci filma *Antes da Revolução*. Pasolini filma *O Evangelho Segundo São Mateus*.

ÍNDICE REMISSIVO

HISTÓRIA GERAL DA CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA

Sob a direção de Sérgio Buarque de Holanda, assistido por Pedro Moacyr ...os, para os períodos colonial e monárquico, e de Boris Fausto para o ...do republicano.

TOMO I — A ÉPOCA COLONIAL

volume 1 Do descobrimento à expansão territorial

volume 2 Administração, economia, sociedade

TOMO II — O BRASIL MONÁRQUICO

volume 3 O processo de emancipação

volume 4 Dispersão e unidade

volume 5 Reações e transações

volume 6 Declínio e queda do império

volume 7 Do império à república

TOMO III — O BRASIL REPUBLICANO

volume 8 Estrutura de poder e economia (1889-1930)

volume 9 Sociedade e instituições (1889-1930)

volume 10 Sociedade e política (1930-1964)

volume 11 Economia e cultura (1930-1964)

ISBN 978-85-286-0511-2

tempo, figuram nos volumes textos sobre
a produção cultural, abrangendo o cinema,
o teatro, a música popular etc.

Nos livros que encerram cada período,
há na parte final uma bibliografia e
uma cronologia sumária. Esta indica os
acontecimentos relevantes no Brasil e
no mundo que servem de marco de
referência para o período considerado.

Convivem na ***História Geral da Civilização Brasileira*** algumas gerações de intelectuais,
que expressam muitas vezes pontos de vista
diversos, a partir de diferentes ângulos
de abordagem. Os organizadores da coleção
consideraram bem-vinda esta pluralidade.
Isto porque buscaram não só informar o leitor
da maneira mais ampla possível, como também
dar-lhe instrumentos adequados para
uma reflexão própria. Não foi por acaso que
descartaram uma visão triunfalista da nossa
História (tão distante da realidade), levada
a cabo por grandes personagens capazes
de mover o mundo. Não foi por acaso também
que deixaram de lado uma visão histórica
na qual desponta um quadro predeterminado
e os processos históricos e as ações humanas
acabam por ser peças de um jogo cujo
resultado se sabe de antemão.

As questões se abrem a partir da linha
de interseção entre condicionamentos
socioeconômicos, culturais etc. e as opções
possíveis dos seres humanos que fazem
a História. Há mais de uma resposta para
estas questões, e o leitor, bem-informado,
terá certamente a sua.